Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº2820/2019 **Data da disponibilização: Segunda-feira, 30 de Setembro de 2019.** **DEJT Nacional**

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Desembargador Lairto José Veloso
Presidente

Desembargador José Dantas de Góes
Vice-Presidente

Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio
Corregedora Regional

Telefone(s) : (92) 3621-7200

Email(s) : dejt@trt11.jus.br

Gabinete da Presidência
Decisão Monocrática
Decisão

Processo Nº ROT-0000303-41.2018.5.11.0005

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	MASTER SOLUCAO EM TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	DANIEL COELHO SILVA(OAB: 10581/AM)
ADVOGADO	ERIVELTON FERREIRA BARRETO(OAB: 5568/AM)
RECORRIDO	ANDRIELE RODRIGUES VITOR
ADVOGADO	KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES(OAB: 12278/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASTER SOLUCAO EM TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	MASTER SOLUÇÃO EM TRANSPORTES LTDA
Advogado(a)(s):	ERIVELTON FERREIRA BARRETO (AM - 5568)
Recorrido(a)(s):	ANDRIELE RODRIGUES VITOR
Advogado(a)(s):	KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (AM - 12278)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. bee04f3; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. 3c7f042).

Regular a representação processual (id. f0b2c6d).

Satisfeito o preparo (ids. 5156195, 3ded1b2, ff56147, 7f48dfb e e49587c).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVIII do artigo 7º;inciso IX do artigo 93;artigo 170;artigo 181 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 927 do Código Civil;artigo 943 do Código Civil;inciso I do artigo 139 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Alega inicialmenteque a decisão recorrida não contém fundamentos para estipular o 'quantum'indenizatório no valor do dano material, nem considera os paradigmas de razoabilidade, muito menos de proporcionalidade. Alega que a doença da recorrida é pré-existente e que ela não perdeu a sua capacidade de maneira integral.

Ao final, requer a diminuição dos valores arbitrados.

Consta no v. acórdão (id. 49d845c):

'(...)

MÉRITO

Recurso da Reclamada

DANO MORAL E MATERIAL DECORRENTES DE DOENÇA OCUPACIONAL:

O Juízo a quo com base no laudo do perito oficial deferiu a indenização por dano moral e material a reclamante.

Em razões de recurso sustenta a reclamada que inexistem nos autos elementos de prova que permitam concluir que a Recorrente, por seus representantes, tenha praticado ato que desabonasse a conduta da Recorrida, tampouco, há prova nos autos, dos alegados danos sofridos, portanto, inexiste os elementos caracterizadores para a responsabilidade civil da reclamada. Combate o laudo pericial. Requer a reforma da decisão.

A Reclamante em suas contrarrazões sustenta que, a conduta displicente e negligente da Reclamada é tamanha que não apresentou qualquer plano de segurança do trabalho, PPRA, laudo ergonômico ou DDR, pois estes demonstrariam ao menos uma intenção da recorrente para com a saúde física e mental de seus colaboradores. Requer o improvimento do recurso da reclamada.

Analiso.

Consta dos autos que a Reclamante foi contratada pela Reclamada em 30.06.2010, para exercer a função de zeladora, laborando de segunda a sexta-feira, das6hàs 14h20min e aos sábados de 8h as 13 horas, com uma hora para refeição e descanso, percebendo como última remuneração o valor de R$975,71. Que limpava mais de10 micro-ônibus, fazendo a mesma função pelo período de 17 anos.

Que nos últimos anos durante o pesado labor na Reclamada, começou a sentir fortes dores em seus ombros, devido aos movimentos repetitivos e esforço físico excessivo nos locais de trabalho, sendo diagnosticada ser portadora de Tendinite e Bursite em Ombros e Quadro de Lombalgia de origem Mecânica, Bursite Subacromial/Subdeltóidea Bilateral. Que a empresa não emitiu CAT. Que foi dispensada sem justo motivo e doente em 16.11.2017.

É cediço que, para que haja o reconhecimento ao direito à indenização civil, faz-se necessária a comprovação da existência simultânea do dano, do nexo causal entre este e as atividades laborativas desenvolvidas na ré, bem como da existência de culpa do empregador, conforme prevê expressamente o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal (teoria da responsabilidade civil de natureza subjetiva).

Registre-se que, a prova técnica é de suma importância para o exame do nexo causal e concausal, estabelecendo se existe vínculo entre a execução do serviço (causa) e o acidente ou doença ocupacional, tendo como mister avaliar o estado do periciado, relatando seu grau de incapacidade e, em caso de existência, se a mesma é temporária ou permanente, todavia,o Juiz não fica adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com base em outros elementos ou fatos provados nos autos, que permitem concluir de forma diversa, conforme dispõe os artigos 479 e 371 do CPC/2015.

Assim concluiu o laudo pericial:

'Com base nos documentos acostados aos Autos e na Perícia realizada, o Trabalho Técnico Pericial conclui pela não existência de nexo causal, ou mesmo concausal, entre a patologia dos ombros da Reclamante e suas atividades laborativas desempenhadas na Reclamada. Conclui também pela existência de nexo de concausalidade entre a patologia da coluna vertebral da Reclamante e suas atividades laborativas desempenhadas na Reclamada'. (ID. 6038efc - Pág. 11).

Dos documentos carreados nos autos, denota-se que, restou evidenciado o dano por meio ultrassonografia dos ombros datada de 09.03.2017 e 04.12.2017 (ID. 81519dc - Pág. 1/2); raio X da coluna sacra datado de 31.03.2017 (ID. 81519dc - Pág. 3); do laudo médico datado de 20.12.2017 (ID. 5c66c2b - Pág. 1) e, do próprio laudo pericial que reconheceu o nexo de condensabilidade para a patologia da coluna vertebral da Reclamante e suas atividades laborativas desempenhadas na Reclamada'. (ID. 6038efc - Pág. 11), que comprovam que a Reclamante está acometido das patologias de Tendinite e Bursite em Ombros e Quadro de Lombalgia de origem Mecânica, Bursite Subacromial/Subdeltóidea Bilateral.

Portanto, incontroverso os danos sofridos pela Reclamante.

Com base na atividade da reclamante (zeladora), o tempo de trabalho (17 anos e 1 mês) e as doenças incapacitantes da autora (coluna vertebral), é possível se estabelecer a existência de um nexo concausal entre as funções da reclamante desenvolvidas na ré.

Vejamos as atividades desempenhadas pela Reclamante, descritas no Laudo Pericial e não contestadas pela reclamada que acompanhou a pericia:

'A Reclamante limpava os micro-ônibus (24 poltronas) e, quando acabava, ia ajudar os outros zeladores, tanto na limpeza dos ônibus do tipo especial (44 poltronas) quanto na limpeza dos ônibus do tipo rodoviário (50 poltronas). A Reclamante recebia ajuda de uma pessoa por jornada de trabalho, mas não era frequente (SIC).

A Reclamante fazia a limpeza geral dos ônibus: passava pano, limpava o teto, as paredes, o chão, os vidros das janelas (diariamente) e as cadeiras, ou seja, a limpeza completa da parte interna dos ônibus. Referiu que subia nas poltronas para limpar o

teto uma vez ao mês. Demorava, em média, 40 minutos por ônibus. Também limpava os banheiros dos ônibus do tipo rodoviário, porém, não era sua rotina'. (ID. 6038efc - Pág. 2 - ver fotos).

A reclamada não apresentou o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, mas, carreou nos autos, o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) datados de 29.06.2010 e 26.12.2014, que demonstram a existência de risco ergonômico e químico para as atividades da Autora (ID. 1e68306 - Pág. 1 e 5), o que, influenciaram na manifestação das doenças que esta acometido a autora.

Esclareço que, o fato das moléstias contraídas pela Reclamante não ter decorrido exclusivamente das atividades por ela exercidas na empresa, não exclui o nexo concausal e a responsabilidade da Reclamada de reparar o dano suportado pelo trabalhador, que também decorreu das suas atividades profissionais, conforme se verifica pela descrição das atividades da Reclamante acima descritas.

Ressalte-se que, o simples fato de uma doença ser considerada degenerativa ou preexistente não elide a possibilidade de o trabalho ter contribuído para seu desencadeamento ou agravamento, dada à continuidade de atividades desempenhadas por este. Portanto, o trabalho pode atuar como concausa, hipótese em que a doença deve ser reconhecida como ocupacional, nos termos do art. 21, I da Lei 8.213/91.

Nesse diapasão, se tem o potencial lesivo das atividades laborais justamente para a coluna, cujo nexo concausal foi reconhecido pela perita oficial e, com relação aos ombros, há também nexo de concausalidade, embora descartado pela Perita, pois, a reclamante estava exposta a riscos ergonômicos e químicos, que contribuiu para o agravamento das lesões da coluna e ombros, resultando em redução parcial e permanente da capacidade laborativa da autora.

Provado, portanto, o nexo de concausalidade tanto para a coluna vertebral como para os membros superiores, em virtude da postura inadequada (ergonomia) e os movimentos repetitivos que, agravaram a doença que está acometida a Reclamante, o que por si só, é suficiente para caracterizar o dano de natureza moral, pois é certo que, além da dificuldade da Autora em prover seu sustento e de sua família, tal fato a abalou, fazendo-a passar por momentos de sofrimento íntimo.

É certo que a ré não proporcionou condições ergonômicas adequadas para o desempenho das atividades de zeladora exercida pela reclamante, sendo negligente quanto à adoção de medidas preventivas para a redução dos riscos ergonômicos no ambiente de trabalho.

Frise-se que, cumpre à empregadora adotar procedimentos de identificação de riscos não apenas ambientais, mas avaliar a condição individual de seus empregados, de forma a não expor indivíduos predispostos a riscos desnecessários. A omissão quanto a essa medida acaba por trazer prejuízos que se projetam não apenas na saúde do empregado, mas afetam a sociedade como um todo com a oneração do sistema público de saúde e a previdência social.

O empregador assume os riscos da atividade econômica, devendo prever e tomar todas as cautelas necessárias para a eliminação dos riscos ocupacionais, uma vez que a reclamante foi admitida em perfeita higidez física, e que as patologias que esta acometida se agravaram no decorrer dos anos de trabalho, tendo a empregadora deixado de cumprir o dever legal de manter um ambiente seguro de trabalho, sendo evidente a sua culpa pelo desenvolvimento das lesões que acometem a Autora, haja vista que o aparecimento precoce de lesões no sistema osteomuscular e de tecido conjuntivo têm, como fatores de risco posições forçadas e gestos repetitivos.

No que tange ao dano material, esclareço que esse prejuízo material decorrente da doença ocupacional e do acidente de trabalho se caracteriza pela diminuição das possibilidades em obter os mesmos rendimentos por meio da força de trabalho de que dispunha o empregado antes do fato ocorrido, pois, a redução de sua capacidade laboral, diz respeito à profissão ou ofício então desenvolvidos, não a qualquer atividade remunerada.

As lesões acidentarias podem causar perdas patrimoniais significativas ao Obreiro, que traduzem dano material, envolvendo desse modo, duas dimensões, segundo o Direito Civil, ou seja, aquilo que efetivamente se perdeu (dano emergente) e aquilo que razoavelmente se deixou de ganhar (lucro cessante: por exemplo, redução ou perda da capacidade laborativa).

Considerando que, a própria perita oficial reconheceu que a Autora se encontra parcialmente e permanente incapacitada para o labor, inclusive, essa incapacidade atinge outras esferas da vida cotidiana da reclamante, lhe é devida a indenização por dano material nos termos do art. 950 do Código Civil.

Desse modo, mantenho a decisão guerreada que deferiu a Reclamante as indenizações por dano moral e material decorrentes da doença ocupacional.

ESTABILIDADE ACIDENTARIA:

A Reclamada em razões sustenta que não restou provado a incapacidade laborativa total da reclamante, tampouco, o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, razão pela qual não há que se falar na estabilidade provisória prevista no art. 118 da lei 8.213/91, merecendo reforma tal pleito, devendo ser julgado totalmente improcedente.

Analiso.

Registre-se que referido tema foi objeto de julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência - IUJ nº 000093-39.2017.5.11.0000, de relatoria da Exma. Desembargadora Eleonora Saunier Gonçalves, julgado na sessão do Pleno de 29/11/2017 e acórdão publicado no DEJT de 06/12/2017, cuja ementa transcreve-se abaixo, vejamos:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSTATAÇÃO DE NEXO CONCAUSAL. RECONHECIMENTO DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. A expressão 'guardar relação de causalidade durante a execução do contrato de emprego', contida na parte final do inciso II, da Súmula 378, do c. TST, compreende não somente as patologias originadas, como também as agravadas pelas atividades laborais exercidas, vez que o objetivo da norma é assegurar ao empregado acometido por doença decorrente da execução do contrato de trabalho (doença ocupacional), a estabilidade provisória disposta no artigo 118, da Lei nº 8.213/91. Assim, não se pode restringir o reconhecimento da estabilidade provisória apenas nos casos de constatação do nexo causal, devendo ser reconhecida também quando verificado o nexo de concausalidade.

Muito embora referido entendimento não se deu de forma vinculante, na forma do art. 149-H do Regimento Interno deste tribunal, esta Relatora já possui entendimento fixado no sentido de reconhecer a estabilidade acidentária quando verificado o nexo de concausalidade entre a doença e o labor desempenhado.

Ao analisar as provas produzidas pelas partes, restou comprovada existência do dano e de concausa entre as patologias que esta acometida a Autora com a atividade da Reclamada. A prova documental e exames médicos colacionados aos autos demonstram que as doenças desencadeadas pela Reclamante, foram agravadas pela atividade desenvolvida na Reclamada, no decorrer dos longos 17 anos e 1 mês de trabalho.

Considerando que o C. TST tem firmado entendimento no sentido de que a doença deve ser considerada ocupacional se as atividades laborais desenvolvidas agravam a moléstia preexistente ou degenerativa, deve ser reconhecido o direito da Reclamante à estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei n.º 8.213/91.

Nesse contexto se tem o seguinte precedente:

RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSA RELEVANTE. CONDUTA CULPOSA DO EMPREGADOR. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA 1. O art. 20, § 1º, a, da Lei nº 8.213/91 exclui do rol das doenças ocupacionais a doença degenerativa, mas somente na hipótese em que não há nexo causal ou concausa relevante entre as atividades desenvolvidas e/ou o acidente de trabalho e a manifestação ou agravamento da enfermidade. 2. Comprovado que o acidente de trabalho e/ou o exercício das atividades laborais contribuíram de forma concorrente e relevante para o resultado, incide o disposto no art. 21, I, da Lei nº 8.213/91, que trata das concausas. 3. Assim, não afronta o art. 20, § 1º, a, da Lei nº 8.213/91 acórdão regional em que se consigna, com fundamento em laudo pericial, a presença de concausa relevante para o agravamento da doença e a omissão da Reclamada no tocante à observância das normas de saúde e segurança. 4. Constatado o nexo de concausalidade, a eclosão ou o agravamento da doença classifica-se como doença ocupacional, no termos do art. 21, I, da Lei nº 8.213/91, razão po que faz jus o empregado à estabilidade prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 378, II, parte final, do TST. 5. Recurso de revista da Reclamada de que não se conhece, no particular. (...) (RR - 825-61.2014.5.07.0024, Relator Desembargador Convocado: Altino Pedrozo dos Santos, Data de Julgamento: 03/04/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/04/2018).

A responsabilidade da empregadora decorre da inobservância do dever geral de cautela, de onde emana a responsabilidade civil de indenizar o empregado cuja doença de que era portador fora agravada em sua sintomatologia pelas atividades desenvolvidas em favor da reclamada.

Portando, incontroverso que as condições de trabalho atuaram como concausa para o agravamento da doença de Tendinite e Bursite em Ombros e Quadro de Lombalgia de origem Mecânica, Bursite Subacromial/Subdeltóidea Bilateral da Reclamante, o que se equipara ao acidente de trabalho que enseja o reconhecimento da estabilidade prevista no art. 118 da Lei n.º 8.213/91, **mesmo tendo sido reconhecida após sua despedida sem justo motivo. g.n.**

Assim, é devida a Reclamante a indenização correspondente ao período da estabilidade, conforme deferido pelo juiz de origem, pois, inviável sua reintegração, haja vista que já transcorrido o período da estabilidade, consoante entendimento da Súmula nº 396, item I, do TST.

Nada a reformar.

Recurso Adesivo da Reclamante:

QUANTUM INDENIZATÓRIO (Matéria comum as partes:

O Juiz de origem deferiu a indenização por dano moral o valor R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, o dano material (pensão vitalícia) no importe de R$10.437,85.

A reclamada em razões de recurso requer a redução dos valores deferidos a título de indenização por dano moral e material, por entender que se mostram desarrazoado e desproporcional, consoante reiteradas decisões desse E. Tribunal.

A reclamante por sua vez, sustenta em razões de recurso adesivo

que os valores devem ser majorados, por entender que os valores são modesto frente ao patrimônio da Recorrida e a perpetração do dano ainda que parcial imposta à Recorrente, requerendo seja o valor elevado nos termos em que pedidos na inicial.

Analiso conjuntamente.

Diante da evidente existência da responsabilidade civil da Reclamada que causou danos a Reclamante, é certo que terá o dever de reparar os danos.

Destaca-se que a presente ação foi ajuizada em 22/03/2018, ou seja, após a reforma trabalhista (Lei 13.467/17), portanto, a demanda deve ser analisada de acordo com a legislação vigente.

Nesse contexto, há de ser aplicado o novo sistema que fixa os parâmetros para a quantificação do valor de indenização por dano moral, conforme a versão atual do artigo 223-G da CLT, introduzido pela Lei n 13.467/2017. Vejamos:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a reparação a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III - **ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;g.n.**

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

Sendo fato que a Autora está acometida de doença ocupacional, o parâmetro a ser aplicado é, a rigor, de natureza grave, classificado na norma consolidada nova, acima descrita.

Conforme consta no TRCT (ID. 8c563e5 - Pág. 1) o salário da reclamante era de R$1.163,11 e, como a natureza da ofensa é grave, podendo chegar até vinte vezes o último salário da reclamante, faz jus a reclamante ao valor de R$11.631,10 a título de indenização por dano moral, nos termos do artigo 223-G, § 1º, III da CLT.

Nesse contexto, em que pese as razões do juiz de origem e da reclamada, reformo a de decisão guerreada para majorar o valor da indenização por dano moral para R$11.631,10 (R$1.163,11 X 10 =R$11.631,10), a título de indenização por dano moral, por atender o que dispõe o artigo acima transcrito e por está de acordo com o entendimento da Turma Recursal.

Com relação ao dano material, importante destacar que o vínculo com a Reclamada foi o primeiro emprego da Reclamante, antes era dona-de-casa, que a Reclamante foi admitida APTA e saudável, demitida sem justo motivo aos 29 anos de idade, na função de Zeladora, com remuneração de R$1.163,11, trabalhando em posições inadequadas, durante 17 anos e 1 mês, estando acometida de Tendinite e Bursite em Ombros e Quadro de Lombalgia de origem Mecânica, Bursite Subacromial/Subdeltóidea Bilateral, que sua incapacidade laboral é parcial e permanente, bem como, encontra-se com uma perda parcial e definitiva da capacidade laboral estimada em 5% segundo a tabela SUSEP, para atividades consideradas de risco ou sobrecarga para este segmento, sob pena de agravamento progressivo, bem como há limitações para atividades da vida cotidiana/social habitual (ID. 6038efc - Pág. 14).

Em que pese as razões da reclamante mantenho o valor de R$10.000,00 deferido a autora a título de indenização por dano material.

Desse modo, reformo parcialmente a decisão guerreada para majorar o valor da indenização por dano moral para R$11.631,10, nos termos do artigo 223-G, § 1º, III da CLT, devendo ser mantido o valor da indenização por dano material em R$10.000,00.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição da ementa do acórdão recorrido.** Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 14732220165110004, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 03/10/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018; TST - Ag-AIRR: 111369420145010019, Relator: Emmanoel Pereira, Data

de Julgamento: 28/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/11/2018; TST - AIRR: 121564220155010551, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 12/12/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/12/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0011275-46.2013.5.11.0005

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	JOELMA COSTA SILVA BARBO(OAB: 22505/GO)
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	JANDERSON PINHEIRO VITAL
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Advogado(a)(s):	ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR
Recorrido(a)(s):	JANDERSON PINHEIRO VITAL
Advogado(a)(s):	KENNEDY PAZ TIRADENTES (AM - 7682)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 08/08/2019 - id. 5ebe303 ; recurso apresentado em 20/08/2019 - id. e40960a).

Regular a representação processual (id. 6529653).

Satisfeito o preparo (ids. b282069, f061ea3, d437b71, bcdb9d8 e 5b74876).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Julgamento Extra / Ultra / Citra Petita.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigos 944 e 950 do Código Civil; §5º do artigo 337 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 324 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 832 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigos 141 e 460 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega que não há razão para a recorrente indenizar o recorrido pordanos materiais com base nos fundamentos expostos pelo Juízo, muito menos, nos termos do art. 950 do CC, com percentual de perda em 15% da capacidade laboral. Nesse caso, é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, nos termos do art. 492, do CPC.

Consta no v. acórdão (id. 4dc8bf3):

'(...)

DO DANO MATERIAL - PENSÃO VITALÍCIA

Pede a reclamada a nulidade da decisão de primeiro grau e, subsidiariamente, a limitação do quantum indenizatório a título de danos materiais ao teto fixado pelo autor em sua peça inicial.

Por outro lado, o autor pede a majoração do valor.

Afasto desde já a alegação do reclamante de ter perdido 40% de

sua capacidade funcional, haja vista tal alegação ter se baseado em ato processual (laudo) declarado nulo por este Tribunal, conforme acórdão de ID. e31d1f8, não podendo ser utilizado como prova para o deslindo do feito. Não pode o reclamante/recorrente tentar induzir esta Relatora a erro a fim de garantir a procedência de suas alegações

Analiso.

Analisando os pedidos iniciais, verifico constar pedido específico de dano material não inferior ao valor de R$ 48.489,50.

Assim sendo, tenho que a sentença não extrapolou os limites do pedido, haja vista que o autor formulou pedido mínimo, ou seja, valor não inferior a R$ 48.489,50, de maneira que ao deferir quantia superior o Magistrado não desrespeitou os limites da causa e não violou o princípio da segurança jurídica.

Rejeito o pedido de nulidade da sentença.

Feitas essas considerações, passa-se a análise do quantum arbitrado a título de danos materiais.

No tocante à indenização decorrente da perda da capacidade laboral, há de se observar o art. 950 do Código Civil, segundo o qual a reparação deve ser correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou ou da depreciação que ele sofreu.

No caso, h**á inabilitação parcial e permanente do recorrido para atividades que exijam o emprego de força sob pena de dor.**

Entendo que a indenização por dano material postulada possui uma base de cálculo objetiva.

Posto isso, passo à análise dos critérios objetivos para fixação da indenização.

Assim sendo, o cálculo da indenização deve mesmo ter como base a remuneração da recorrente, qual seja, R$ 969,79.

O Laudo pericial (ID. 66786da - Pág. 13) apontou o grau de incapacidade do reclamante para o exercício das funções como de 15%. Nesse sentido, a remuneração inicial a ser considerada deve ser R$ 145,46 (15% de R$ 969,79)

Considerando que a reclamante tinha 23 anos de idade quando foi dispensado e deixou de receber salário (6/7/2016) e que a expectativa de vida no Estado do Amazonas é de 72 anos (IBGE), tem-se uma indenização fixada em R$ 85.530,48 (588 meses x R$ 145,46).

Em diversos julgados da SDI-1 do TST, há o entendimento que o juiz tem a faculdade de determinar que o pagamento da pensão vitalícia mensal seja feito em parcela única, levando em consideração critérios de razoabilidade.

No caso, por entender que propicia melhor aproveitamento da reparação ao reclamante e menos onerosidade à reclamada determino o pagamento da indenização em parcela única, a qual justamente em razão da antecipação deve sofrer um redutor razoável, que fixo em 30%.

Assim sendo, deve ser paga ao reclamante uma indenização de R$ 59.871,33 (R$ 85.530,48 - 30%).

Por estes fundamentos, nego provimento ao recurso do autor e dou provimento parcial ao recurso da reclamada, nesse ponto, para reformar a sentença e fixar a indenização por danos materiais na modalidade pensão vitalícia em R$ 59.871,33, de acordo com os critérios estabelecidos na fundamentação.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No mérito, não se vislumbra possível violação ao art. art. 7º, XXII, art. 5º XXXVI, LIV e LV da CRFB, 141, 324, 337 §5º, 373 e 460, todos do CPC, art. 818 da CLT, art. 19 §1º, 21, 118 da Lei 8.213/91, porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Quanto aos demais argumentos, voltados para a improcedência do pedido de indenização por dano material ou a redução do 'quantum'indenizatório, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial. Ademais, conforme expressamente registrado pela Turma, o reclamante formulou pedido específico de dano material não inferior ao valor de R$ 48.489,50, ou seja, a sentença não extrapolou os limites do pedido, haja vista que o autor formulou pedido mínimo, ou seja, valor não inferior a R$ 48.489,50, de maneira que ao deferir quantia superior o Magistrado não desrespeitou os limites da causa e não violou o princípio da segurança jurídica.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002058-46.2017.5.11.0002

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
RECORRIDO	LIVIANE PINTO DE SA
ADVOGADO	AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA(OAB: 5979/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA
Advogado(a)(s):	JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (AM - 3311)
Recorrido(a)(s):	LIVIANE PINTO DE SÁ
Advogado(a)(s):	AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 01/07/2019 - id. 15b60d5 ; recurso apresentado em 11/07/2019 - id. 3257f6d).

Regular a representação processual (id. 40455d1).

Satisfeito o preparo (ids. 49fa41c, 8764048 e 1cab6aa).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 229 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 5º, inciso V;artigo 5º, inciso X;artigo 6º;artigo 7º, inciso XXII;artigo 7º, inciso XXVIII;artigo 7º, inciso XXVII;artigo 200, inciso VIII, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: inciso I do artigo 20 da Lei nº 8213/1991;alínea 'a' do §1º do artigo 20 da Lei nº 8213/1991;alínea 'c' do §1º do artigo 20 da Lei nº 8213/1991;artigo 186 do Código Civil;artigo 187 do Código Civil;artigo 189 do Código

Civil;artigo 402 do Código Civil;artigo 403 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil; §único do artigo 944 do Código Civil;artigo 949 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil;inciso I do artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 166 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 479 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.
- Súmula 229 do STF.

Aduz queo caso dos autos trata de responsabilidade subjetiva, tendoa parte recorrida, portanto, que comprovar o fato constitutivo de seu direito, isto é, deve demonstrar o evento danoso, o nexo causal entre o dano e ação e omissão da recorrente e que esta ação ou omissão seja realizada com culpa ou dolo, o que não ocorreu.Alega que a patologia que acomete a recorrida não tem natureza ocupacional para com a recorrente, posto queoriundas de atividades que não guardam quaisquer relações com suas atividades, ou seja,são pré-existentes de cunho degenerativo.

Em se mantendo a condenação, requer a redução do *quantum* indenizatório.

Diante do exposto e da flagrante improcedência, requer a Reclamada/Recorrente a condenação do Reclamante/Recorrido em honorários sucumbenciais no importe de 15% sobre o valor da causa, nos termos do art. 791-A, da CLT.

Consta no v. acórdão (id. 49fa41c):

'(...)

MÉRITO

RECURSO DA RECLAMANTE

a) DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA.

A Reclamante (ID. d982625 - Pág. 3) argumenta, em síntese, que a sentença se respaldou unicamente no laudo pericial confeccionado nos autos, o qual, a seu ver, seria incoerente, de tal forma que imprestável como meio de prova. Sustenta que as demais provas dos autos indicam para a natureza ocupacional das patologias que a acometem.

Analisa-se.

Consoante disposto nos arts. 186, 187 e 927 do CC/02, todo aquele que causar dano a outrem tem o dever de repará-lo. Daí, extraem-se os três pressupostos da responsabilidade civil: ato ilícito (ação ou omissão, culposa ou dolosa); relação de causalidade; e dano experimentado pela vítima.

Nesta linha de raciocínio, a reparação dos danos demanda - além de prova segura no sentido de que o empregador praticou ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador - a demonstração do nexo causal ou concausal entre o prejuízo do trabalhador e o ato ilícito do empregador.

Quanto aos elementos dos autos, tem-se por incontroverso que a Reclamante está acometida das enfermidades nos ombros e punhos narradas na inicial, tendo em vista que as moléstias foram confirmadas pelos documentos médicos acostados aos autos (ID. df7f1c2/ID. 21d6b95), bem como, pelo especialista designado pelo Juízo (ID. 254700a - Pág. 27):

(...) 31. É a Reclamante portador de doença na região dos OMBROS DIREITO E ESQUERDO - TENDINOPATIA DO SUPRA - ESPINHOSO; e nos PUNHOS DIREITO E ESQUERDO - TENOSSINOVITE DE QUERVAIN E ESPASSAMENTO DOS TENDÕES DO 1º COMPARTIMENTO EXTENSOR?

Os exames acostados nos autos apontam tendinite nos ombros e punhos. (...)

Relativamente ao nexo de (con)causalidade, o Perito concluiu que não haveria qualquer correlação entre as moléstias da Reclamante e o trabalho na Reclamada, nos seguintes termos (ID. 254700a - Pág. 18):

(...) Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal ou concausal entre a patologia dos ombros ou punhos da Autora com o trabalho executado na Reclamada. (...)

Assim, com base na conclusão do especialista, o juízo primário rejeitou o pedido de responsabilização civil da Reclamada pelos danos morais e materiais.

Neste ponto, importante frisar que o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, nos termos do art. 479 do CPC/15, a fim de estabelecer o seu convencimento acerca da demanda.

Dessa forma, embora o douto Perito tenha concluído pela inexistência de nexo causal ou concausal entre as patologias e o trabalho da obreira, não há como se endossar a conclusão pericial.

De início, verifica-se que, embora não informado pela perícia, em virtude da omissão da Reclamada, há nexo técnico epidemiológico (NTEP) entre as doenças da Reclamante, ou seja, **tendinites nos ombros e punhos (M75.8 e M65.4)** e o trabalho, conforme CNAE da empresa (28.24102 Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial), CNPJ (ID. 4ad5e99 - Pág. 1) e lista C do Decreto nº 3.048/99.

Com efeito, a Lei nº 8.213/91, em seu artigo 21-A, define o nexo técnico epidemiológico (NTEP), a saber:

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a

natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.

Por assim dizer, o NTEP é um mecanismo que possibilita aferir a provável correspondência entre determinadas atividades com certas mazelas profissionais, tendo por base estudos estatísticos, e possibilita o reconhecimento de liame entre labor e doença, nos termos do artigo 337, §3º do Decreto nº 3.048/99, in verbis:

§ 3º Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID) em conformidade com o disposto na Lista B do Anexo II deste Regulamento.

Desse modo, a constatação do NTEP acarreta uma presunção relativa de que há nexo entre o labor e uma determinada patologia profissional. Tal presunção, por ser relativa, pode ser elidida por prova em contrário.

Uma vez reconhecido o nexo técnico, conforme definido pela jurisprudência, presume-se não só o nexo causal entre a doença alegada e o trabalho desempenhado, como também o risco da atividade. Sendo assim, inverte-se o ônus da prova para o empregador, a quem cabe afastar a presunção relativa. Neste sentido:

PRESENÇA DO NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO ENTRE ATIVIDADE DA RÉ E DOENÇA OCUPACIONAL DA RECLAMANTE. PRESUNÇÃO DO NEXO CAUSAL E DA ATIVIDADE DE RISCO. ÔNUS DA PROVA DA EMPREGADORA DE DESBASTAR AS PRESUNÇÕES EM QUESTÃO. A constatação da presença do nexo técnico epidemiológico entre as atividades da empresa e a doença ocupacional do trabalhador faz presumir não apenas a existência do nexo causal entre a atividade e a doença, como, também, a atividade de risco, configurando-se, então, o ônus da prova a cargo do empregador. (TRT-2 - RO: 00011991320135020037, Relator: PAULO SÉRGIO JAKUTIS, Data de Julgamento: 19/08/2014, 4ª TURMA, Data de Publicação: 29/08/2014)

DOENÇA PROFISSIONAL (LER) - BANCÁRIO - CARACTERIZAÇÃO - NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO (NTEP) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - VISTORIA TÉCNICA NÃO FAVORÁVEL AO EMPREGADO Constatado o nexo técnico epidemiológico entre a atividade do reclamante como bancário e a doença definida como LER/DORT, aplica-se a inversão do ônus da prova que passa a ser do reclamado, no que se refere ao nexo de causalidade. No caso em tela, contudo, atestou o laudo técnico pericial que a origem da doença (LER) não estava relacionada às atividades exigidas no exercício laboral (Atendente de Seguro Saúde), tornando imperativa a manutenção da sentença, que decidiu pela improcedência do pedido indenizatório. (TRT-1 - RO: 1443005120095010078 RJ, Relator: Evandro Pereira Valadao Lopes, Data de Julgamento: 21/08/2013, Sétima Turma, Data de Publicação: 02-09-2013)

Em outras palavras, reconhecido o nexo técnico, caberia ao empregador afastar a presunção relativa de existência de nexo causal entre as doenças alegadas e o trabalho desempenhado pelo empregado, o que, no entanto, não aconteceu no presente caso.

Registre-se que a prova pericial produzida nos autos concluiu pela inexistência de nexo causal ou concausal, porém, não é capaz de afastar a presunção relativa estabelecida. Isso porque, o expert desconsiderou elementos essenciais para o estabelecimento do nexo, conforme se passará a destrinchar.

De plano, extrai-se, dos autos, que o perito desprezou o fato de que a Autora fora afastada do serviço com a percepção do auxílio doença acidentário (espécie 91), conforme decisão do INSS (ID. c5e2fd6 - Pág. 4), o qual constatou que a sua incapacidade laborativa decorreu do serviço.

Outrossim, vislumbra-se outra incoerência do laudo pericial. Nesse aspecto, o exame pericial (ID. 254700a - Pág. 21) mostrou-se enfático ao afastar a existência de qualquer risco ergonômico, a seguir:

(...) 5. Realizava seus serviços em rotação, extensão, flexão dos braços?

Em nenhum dos postos a Autora manteve atividade com ciclos inferiores a 30 segundos. Muito pelo contrário, no setor do CQE a atividade era acíclica, sem produção específica e muito mais administrativa que produtiva. ***Na atividade de inspeção 100%*** *trabalhava com inspeção visual de conformidade sem realizar qualquer tipo de montagem, encaixe ou utilizar qualquer ferramenta mantendo uma produção de 200 por turno, o que representa ciclos acima de 120 segundos. Conforme posto a posto no histórico geral resta claro* ***que em nenhum momento houve exigência de movimentos repetitivos de elevação dos braços acima da linha dos ombros, carregamento de peso com os braços elevados, pressões localizadas nos ombros, utilização de ferramentas com exposição à vibração, esforço estático ou outros riscos relevantes para os ombros. Da mesma forma não havia demandas de movimentos repetitivos de flexo-extensão dos punhos, pinça, preensão dos dedos ou uso de ferramentas vibratórias que representasse risco para os punhos. Outra***

informação importante é que os movimentos realizados pela Autora não se enquadram nos movimentos considerados de risco ergonômico para ombros ou punhos *segundo a Instrução Normativa n° 98/03 que aprovou as Normas Técnicas para LER/DORT. (...)*

Contudo, a própria análise ergonômica do trabalho (ID. a92eb70 - Pág. 3) juntada aos autos pela Reclamada indica que a atividade de inspeção era de risco para o levantamento de carga manual, ainda que de nível baixo.

Ora, o laudo pericial (ID. 254700a - Pág. 34) é, sem sombras de dúvidas, contraditório, porquanto, embora negue a existência de risco ergonômico, conforme visto acima, em outro trecho reconhece mencionado fator, a seguir:

(...) 12. As Análises dos postos de trabalho da Reclamante ***apresentam RISCO BAIXO para lesão de membros superiores*** *(ombros e punhos)?*

Sim. (...)

Nessa senda, a Reclamada sequer acostou aos autos o PPRA e o PCMSO, conforme noticiado pelo laudo (ID. 254700a - Pág. 22), a seguir:

(...) 8. ***Existe no PPRA e PCMSO da Reclamada a indicação de Risco Ergonômico para a função da Autora (Inspetor de Qualidade)?*** *Em quais anos existe a presença deste risco na atividade do Reclamante? Se existir, este risco (ergonômico) foi anotado no ASO (admissional, periódico e demissional) do mesmo? Existem outros riscos? Quais?*

A Reclamada referiu que sim, ***mas acostou apenas o PPP até a data da perícia. As análises ergonômicas já foram acostadas nos autos e não há descrição de risco relevante para os membros superiores. (...)***

No particular, a apreciação do PPRA é de vital importância, porquanto, a NR 9 do MTE estabelece a obrigatoriedade da sua elaboração e implementação, exatamente por almejar à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, a*través da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho*, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

De igual modo, o PCMSO, cuja obrigatoriedade é fixada pela NR 7 do MTE, ostenta o caráter 'de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce *dos agravos à saúde relacionados ao trabalho*, além da *constatação da existência de casos de doenças profissionais* ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores'.

Com efeito, o Perito, além de não ter perscrutado detidamente a Análise Ergonômica, as condições de trabalho não foram devidamente examinadas, senão certamente teria concluído que a obreira estava sujeita a condições nocivas de trabalho.

Ora, os riscos ergonômicos da atividade para os membros superiores, as contradições do laudo, a existência de CNAE, a omissão da apresentação do PPRA e PCMSO, e a percepção do auxílio doença acidentário são elementos que evidenciam que o labor agiu no desenvolvimento das patologias diagnosticadas na Autora.

Reforçando a ilação supra, tem-se que o exame pericial (ID. 254700a - Pág. 23/32) não detectou a preexistência de doenças de ordem degenerativa, sendo que, quando de sua admissão, não apresentava qualquer comorbidade, a seguir:

(...) 11. Houve diagnóstico de ***doença degenerativa*** *no prontuário da Autora?*

Não. São doenças de cunho inflamatório não relacionadas ao trabalho.

12. No exame admissional a Reclamante foi considerado APTA? Apresentava restrição física?

Foi admitida sem registro de restrições. (...)

6. Pode a Reclamante já ter sido acometida por uma doença prévia em OMBROS E PUNHOS (preexistente) antes da admissão na reclamada, levando em consideração suas atividades laborativas anteriores, faixa etária, esportes, atividades extra-laborais, genética, sexo, dentre outras causas?

Não há qualquer exame que comprove doença preexistente. (...)

Em reforço, ressalta-se que a trabalhadora fora contratada com apenas 22 anos de idade, plenamente apta ao labor e que os sintomas surgiram após cerca de 1 ano e 3 meses de trabalho, conforme atestado na perícia, tempo de latência suficiente para o surgimento de doenças diagnosticadas.

Assim, ante as inconsistências apresentadas, não há como se levar em consideração as conclusões periciais, conquanto o laudo não deva ser de todo desprezado.

Desse modo, considerando os riscos ergonômicos da atividade para os membros superiores, as contradições do laudo, a existência de CNAE, a omissão da apresentação do PPRA e PCMSO, a percepção do auxílio doença acidentário e o tempo de exposição, conclui-se que há nexo causal entre as atividades laborais e as patologias nos ombros e punhos da empregada, com base no princípio do livre convencimento, atrelado à norma do artigo 479 do CPC/15, que autoriza a valoração da prova pericial dirigida ao órgão julgador.

Desta forma, presentes os elementos **DANO** e **NEXO DE CAUSALIDADE**, relacionados ao trabalho. Passa-se, portanto, à análise da responsabilidade do empregador.

Primeiramente, afasta-se a hipótese de responsabilidade civil objetiva, que se configura independente de dolo ou culpa, já que a

Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXVIII, deixa assente: *'direitos do trabalhador urbano e rural] seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a* ***indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa****;' (grifou-se)*

Em simples palavras, necessária a comprovação do dolo ou culpa da empresa para que haja a obrigação de reparar o dano.

Como se sabe, a responsabilidade civil do empregador decorrente do acidente de trabalho ou doença a ele equiparada é tipicamente contratual e, por conseguinte, há presunção relativa (juris tantum) de culpa.

Não há dúvidas que o empregador tem o dever (obrigação contratual) de oferecer condições de trabalho adequadas que assegurem a integridade física e moral do trabalhador, da qual só se exonera da responsabilidade civil se demonstrar culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

Em suma, cabe ao empregador provar que adotou todas as medidas preventivas estabelecidas pela norma protetiva laboral ou que o evento danoso foi decorrente de culpa exclusiva da vítima.

Especificamente quanto à pessoa do trabalhador, no ordenamento constitucional, foram introduzidos instrumentos de proteção, não só em relação ao aspecto prático do vínculo empregatício, como também no tocante aos direitos inerentes a sua personalidade, como se pode conferir no artigo 7º, que faz referência expressa a esses direitos, ipsis litteris:

Art. 7º *-'São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

[...]

XXII - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

[...]

XXVIII - Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;'

Frise-se que os dois incisos acima demonstram claramente a responsabilidade do empregador pela integridade do empregado no que tange à relação de emprego.

Além do disciplinamento constitucional sobre a matéria, a CLT, no capítulo que trata da segurança do trabalho, entre outras atribuições do empregador, é taxativa ao impor-lhe também a obrigação de '*fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados' (art. 166).*

As regras de proteção à dignidade moral e aos direitos personalíssimos do empregado incidem e fazem parte do conteúdo necessário do contrato de trabalho, fazendo surgir uma série de direitos e obrigações, cuja violação é passível de sanção pecuniária.

Dessa forma, o empregador tem obrigação de adotar as diligências necessárias para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

No caso, verifica-se, ainda, que, não havia rodízio nos postos e que não há procedimento escrito no tocante a eventual alongamento, conforme laudo (ID. 254700a - Pág. 25), a seguir:

(...) 23. Havia sistema de rodízio durante todo o contrato de trabalho da Reclamante? Existia procedimento escrito? Era possível fazer rodízio para os procedimentos? Qual o peso médio dos materiais carregados?

Negou ter trabalhado em qualquer esquema de rodízio regular de postos*.*

24. Existia ginástica laboral durante todo o seu contrato de trabalho? Quando foi implementada? Era obrigatório para todos? Existia procedimento por escrito? A Autora realizava?

Informou que seriam 32 segundos após as pausas para os alongamentos. ***Não há qualquer procedimento por escrito nos autos.*** *(...)*

Entretanto, conforme anteriormente mencionado, em que pese a realização de atividades de inegável risco, não havia rodízio, sendo que a Reclamada sequer acostou aos autos os Relatórios do PCMSO, para que se pudesse avaliar quais medidas preventivas de medicina do trabalho teriam sido tomadas pela Reclamada a fim de evitar o adoecimento de seus colaboradores.

Outrossim, saliente-se que a Reclamada não comprovou ter adotado medidas eficazes tendentes a eliminar os riscos ambientais, porquanto, embora indiscutivelmente presentes os riscos ergonômicos das atividades laborais, ela sequer juntou o PPRA do local de trabalho da Autora.

Tais fatos, sem sombra de dúvidas, demonstram o desleixo da Reclamada para com a saúde de seus funcionários, devendo assumir a culpa decorrente de sua displicência.

Neste passo, a simples alegação de que as atividades laborais não desencadearam ou agravaram as patologias diagnosticadas não procede, uma vez que não há respaldo probatório para tanto.

Nota-se, claramente, violação do dever geral de cautela pelo empregador, por omissão do dever de vigilância, proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores, imposto pelos arts. 7º, XXII , da CF/88 e 157 da CLT.

Assim, no que tange à culpabilidade, evidente a culpa da Reclamada, uma vez que deixou de cumprir com as normas de

Segurança e Medicina do Trabalho, como obviamente ocorreu na hipótese vertente.

Presentes o dano (patologias diagnosticadas), o nexo de causalidade e a culpa (negligência), resta configurada a responsabilidade da Reclamada pela doença ocupacional.

Neste ponto, DÁ-SE PROVIMENTO ao Recurso Ordinário da Reclamante.

b) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. *QUANTUM.*

Reconhecida a existência de doença ocupacional, o dano moral é presumido. Isso porque se filia à corrente que defende que tal dano existe in re ipsa, ou seja, independentemente de prova, que passa a ser dispensada dada a impossibilidade de concreção.

In casu, os exames e laudos médicos confirmaram a existência das patologias alegadas pela obreira nos ombros e punhos decorrentes do labor na Reclamada, havendo, na hipótese, nexo de causalidade, consoante fixado no tópico anterior.

Além do mais, é inquestionável o sofrimento decorrente das moléstias adquiridas pelo trabalho, mormente se falando na realização das mesmas atividades com exposição a riscos ergonômicos, além das crises de dores e necessidade de realização de tratamento médico e fisioterápico, causando à empregada evidente dor e angústia.

Acresça-se que foi confirmado, nesta decisão, que a Reclamada teve grau de culpa pelo surgimento das doenças e possui capacidade econômica, sendo que, o cunho pedagógico da indenização impõe que esta seja fixada em valor que iniba e desestimule a reincidência na conduta ilícita, evitando-se, todavia, o enriquecimento ilícito de qualquer das partes.

Em relação ao quantum a ser deferido, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, parâmetros e tetos a serem observados pelo magistrado na fixação do valor da indenização por danos morais (art. 223-G, da CLT), limitando, assim, a atuação jurisdicional.

É de se ressaltar que tais normas possuem viés material-processual e não apenas processual, na medida em que, além de interferirem na condução do processo, afetam diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de normas exclusivamente processuais, não há como estipular que os parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 13.467/2017 mereçam aplicação irrestrita e imediata a todos os processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado inclusive no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. (grifou-se)***

No caso em análise, observa-se que foram julgados improcedentes todos os pleitos autorais, motivo pelo qual não há que se falar em situação jurídica consolidada anterior à vigência da Lei n.º 13.467/2017, tampouco há condição a ser resguardada, pois sequer foi reconhecido o direito da Reclamante à indenização discutida.

No ponto, é de se notar, igualmente, que a Medida Provisória n.º 808 de 14 de novembro de 2017, que instituiu modificações na Lei n.º 13.467/2017, acerca dos parâmetros para fixação do quantum indenizatório do dano moral, perdeu sua vigência na data de 23/04/2018, de acordo com a disciplina do art. 62, §§3º e 7º, da Constituição da República, somente regendo os atos praticados durante este lapso (art. 62, §11, da CF/88), não incidindo no caso em apreço, portanto.

Logo, considerando que o pleito indenizatório foi apenas deferido nesta decisão, devem ser utilizados os parâmetros estabelecidos pela Lei atualmente em vigor para o cálculo da parcela, em virtude da aplicação imediata da norma para os atos praticados sob sua vigência.

Assim dispõe a redação do dispositivo:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário

contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
À vista disso, devem ser aplicados os novos parâmetros de fixação da indenização por dano extrapatrimonial supra estabelecidos, uma vez que a condenação ao pagamento da indenização por danos morais apenas se deu nesta decisão, ou seja, após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017.
Nesse sentido, observa-se que o caput do artigo supra transcrito estabeleceu algumas balizas para se fixar o grau da ofensa experimentada pelo trabalhador e, com isso, enquadrá-la em umas das hipóteses de seu parágrafo primeiro.
In casu, houve ofensa à saúde da trabalhadora, bem jurídico de maior relevância para o indivíduo. Além disso, observa-se que a empregada foi exposta a riscos ergonômicos ao longo do pacto laboral, com demanda para os ombros e punhos, conforme apontado na Análise Ergonômica emitida pela Reclamada, além de seu afastamento, para fins de percepção do auxilio doença acidentário.
Outrossim, deve ser levado em conta que, atualmente, encontra-se totalmente incapacitada para o labor, conforme descrito no laudo pericial (ID. 254700a - Pág. 20), a seguir:
(...) 9. Mensurar a eventual capacidade residual de trabalho da Reclamante, dentro da sua área de atuação profissional ou em funções compatíveis.
Não existe tabela ou classificação que quantifique a capacidade laboral. Houve incapacidade laboral no período que permaneceu afastada pelo INSS entre abril/16 a agosto/16. No momento encontra-se novamente total e temporariamente incapacitada para o trabalho uma vez que está afastada pelo INSS desde novembro/17. Entretanto, as alterações descritas nos exames acostados nos autos são passíveis de reversão com tratamento adequado, ou seja, após a alta médica e a cessação do benefício há possibilidade de recuperar totalmente sua capacidade laboral. Não há limitações para atividades da vida cotidiana ou para sua vida social habitual.
(...)
Todavia, deve-se sopesar que, conforme bem delineado pelo exame pericial, a incapacidade é temporária e que é passível de tratamento, com recuperação total da capacidade laboral.
Tais condições autorizam o enquadramento da ofensa como de **natureza grave**. Consequentemente, nos termos do inciso III do § 1º do art. 223-G da CLT, a indenização deverá observar o **teto de vinte vezes** o valor do último salário da Reclamante, no importe de R$ 1.841,00, consoante TRCT (ID. 2c08427 - Pág. 1).
Assim, em atendimento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa, já que, se por um lado, a moral de nenhuma pessoa é mensurável, por outro, o valor da indenização não pode ocasionar grande prejuízo financeiro à Reclamada, a ponto de colocar em risco a ordem social, apesar de precisar possuir efeitos pedagógicos, com amparo no que dispõe os arts. 223-G da CLT e 944, § único, do CCB, e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entende-se adequada a fixação do quantum indenizatório em R$ 14.728,00 (8 x R$ 1.841,00).
Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao Recurso Ordinário da Reclamante no particular.
c) INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. *QUANTUM.*
Requer a Autora a reforma da sentença de piso para que lhe seja deferido o pedido de indenização por danos materiais.
Examina-se.
Estando presentes todos os requisitos configuradores da responsabilidade civil: nexo de concausalidade, dano e culpa, tal como exposto, impõe-se a necessidade de se reparar o dano. No caso em apreço, este não se limitou ao abalo moral, foi também comprovado o dano material do Autor.
Quanto a esse aspecto, cumpre registrar que é incontroverso nos autos, que a Autora sofreu redução em sua capacidade laboral (ID. 254700a - Pág. 20), abaixo:
(...) 9. Mensurar a eventual capacidade residual de trabalho da Reclamante, dentro da sua área de atuação profissional ou em funções compatíveis.
Não existe tabela ou classificação que quantifique a capacidade laboral. Houve incapacidade laboral no período que permaneceu afastada pelo INSS entre abril/16 a agosto/16. No momento encontra-se novamente total e temporariamente incapacitada para o trabalho uma vez que está afastada pelo INSS desde novembro/17. Entretanto, as alterações descritas nos exames acostados nos autos são passíveis de reversão com tratamento adequado, ou seja, após a alta médica e a cessação do benefício há possibilidade de recuperar totalmente sua capacidade laboral. Não há limitações para atividades da vida cotidiana ou para sua vida social habitual.
10. Há possibilidade de reversão do quadro, de modo que a Reclamante recupere a aptidão normal para o trabalho?
Sim, segundo as alterações descritas nos exames acostados nos autos há possibilidade de reversão com tratamento adequado. (...)
Ora, não restam dúvidas de que houve restrição da capacidade

laboral da obreira.

Verificada, portanto, a restrição da capacidade laboral do Reclamante, pois, evidente que as mazelas que lhe assola prejudicam a qualidade de seu trabalho.

Logo, os danos sofridos não se limitaram ao abalo moral, mas ocorreram também na esfera material, o que foi evidenciado pela restrição da capacidade laboral da empregada.

Neste sentido, o Código Civil, de aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho, prescreve:

(...) Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez. (grifou-se) (...)

No caso, conforme analisado em item precedente, restou configurada a culpa da Reclamada, emergindo a responsabilidade de reparar os danos constatados.

Há que se ressaltar, também, que os danos materiais devidos pelo empregador incluem os lucros cessantes até o fim da convalescença do empregado, ou seja, os salários devidos desde a data de afastamento até o termo final de percepção do benefício previdenciário, período no qual o empregado ficou privado de desenvolver atividade laborativa remunerada em face do infortúnio, conforme se extrai do art. 949 do Código Civil.

No ponto, há que se ressaltar que a percepção de benefício previdenciário não prejudica o deferimento da verba indenizatória, pois a Constituição da República estabelece claramente que o pagamento das parcelas decorrentes do seguro acidentário não exclui a indenização devida pelo empregador (CR/88, art. 7º, XXVIII).

Relativamente ao quantum, deve ser ponderado que, no caso, apesar de estar totalmente incapacitada, a Autora mediante tratamento médico, poderá recuperar totalmente a sua capacidade laboral.

Considerando, portanto, o quadro da Reclamante, bem como, a possibilidade de reversão das patologias e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, dá**-se parcial provimento** ao Recurso Ordinário da Reclamante, para condenar a Reclamada ao pagamento de R$ 15.000,00, a título de danos materiais, por se coadunar com os prejuízos causados à Autora, em face da restrição temporária da capacidade laboral, valor este, ainda, em consonância com o patamar estabelecido por este órgão julgador em demandas similares.

d) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A Reclamante requer a exclusão de sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Examina-se.

O juízo a quo (ID. c992d99 - Pág. 4) condenou a Autora ao pagamento de honorários sucumbenciais, pelas seguintes razões:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A matéria não é de natureza estritamente material ou processual, mas habita intercessão que lhe assegura peculiar tratamento.

Tais características impedem a aplicabilidade imediata do novo ordenamento jurídico, com vigor a partir de 11/10/2017, mas tampouco admitem o uso das regras anteriores em todas as questões advindas de relação jurídica havida em data anterior.

Assim sendo, entendo que razoável parâmetro para a aplicação dos atuais ditames legais é a data de ajuizamento da ação, de forma a ser preservada a segurança jurídica, condição imprescindível para o devido processo legal.

Logo, tendo em vista a data de ajuizamento desta reclamatória (01/12/2017), o deferimento de honorários advocatícios é imposição prevista no art. 791-A, da CLT, pelo que defiro o pedido constante na contestação da reclamada (Fls.144), no percentual de 5% sobre o valor da causa, em favor dos patronos da Reclamada, no valor de R$3.348,99, em razão da simplicidade e singeleza da presente demanda.

De plano, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, no novo art. 791-A, o pagamento de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Não obstante, é de se ressaltar que esta norma possui viés eminentemente material-processual, e não apenas processual, na medida em que, além de interferir na condução do processo, afeta diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de norma exclusivamente processual, deve ser afastada a ideia de que a nova regra estabelecida pela Lei n.º 13.467/2017 mereça aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado, inclusive, no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

(...) Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável

imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. (...)***

Ressalte-se que o dispositivo transcrito resguarda, também, os atos processuais já praticados.

Com efeito, tendo a demanda sido ajuizada no dia 01/12/2017 (ID. 97b97e9), sob a égide da nova lei, não há que se falar em violação ao princípio da segurança jurídica.

Logo, aplicável os regramentos da nova Lei ao caso concreto, e, sendo a Reclamante, sucumbente em parte (estabilidade acidentária = salários vencidos + reflexos), deve ser mantida sua condenação ao pagamento de honorários, em proveito do patrono da Reclamada, como feito pelo Julgador de origem.

No entanto, tendo em vista a atual inversão da sucumbência deve, também, a Reclamada, ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios, em benefício do patrono da Autora, sobre o valor das parcelas ora providas (indenizações por danos morais e materiais), nos moldes do artigo 791-A, §3º da CLT:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Assim, tendo em vista o provimento parcial do apelo da Reclamante, devem ser fixados honorários advocatícios de sucumbência recíproca, sendo reduzido o valor destes aos patronos da Reclamada, para **R$ 581,34**, relativo ao percentual de 5% calculado sobre o montante de R$ 11.626,87 (parcela improcedente - ID. 97b97e9 - Pág. 19), observados os critérios indicados no §2º e § 4º do dispositivo supra, bem como, sendo deferidos honorários em prol dos advogados da Autora, no importe de **R$ 1.486,40**, correspondente ao percentual de 5% sobre as parcelas ora deferidas de indenizações por danos morais (R$ 14.728,00) e materiais (R$ 15.000,00).

Assim, dá-se parcial provimento ao apelo no ponto.

PARÂMETROS PARA LIQUIDAÇÃO:

Na forma do artigo 832, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, declara-se a natureza indenizatória de todas as parcelas deferidas (indenização por danos morais e materiais), não havendo, portanto, incidência de contribuições previdenciárias e fiscais.

Sobre as verbas ora deferidas incidem juros de mora de um por cento ao mês, calculados a partir do ajuizamento da reclamação (artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho), e correção monetária, nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000091-69.2017.5.11.0000, com aplicação da Taxa Referencial Diária (TRD) aos créditos trabalhistas anteriores a 25 de março de 2015 e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E) àqueles a partir de 25 de março de 2015.

A correção monetária e os juros de mora da indenização decorrente do dano moral devem incidir nos termos da Súmula 439 do TST.

Súmula 439 do TST. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL *- Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.*

No que concerne à época própria para aplicação da correção monetária, entendemos que deve ser utilizado, por ocasião da elaboração dos cálculos, o índice do mês subsequente e não o de competência, por aplicação da Súmula 381, TST.

(...)'

Da análise do conjunto fático probatório carreado aos autos, concluiu a Turma estarem presentes todos os elementos necessários à caracterização do dano, tanto na modalidade moral quanto na material, de modo que se pode observar, pelo confronto das razões revisionais com os fundamentos do acórdão, que a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST e inviabiliza o seguimento do recurso,

inclusive por divergência jurisprudencial.

Em relação ao 'quantum' indenizatório, cumpre registrar que o arbitramento do montante se encontra dentro do poder discricionário do magistrado, em observância a critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, extraídos da análise do conjunto fático e probatório de cada demanda, como se verifica nos fundamentos exarados no acórdão. Assim, também nesse tópico, impossível o seguimento do recurso.

Destarte, não se vislumbra, em tese, violação à literalidade dos dispositivos legais e constitucionais invocados, conforme exige a alínea 'c' do artigo 896 Consolidado.

Partindo da premissa de que a recorrente requer seja julgado improcedente o pleito de honorários advocatícios, sob o fundamento de que o conjunto probatório dos autos comprova a total improcedência dos pleitos da parte autora,a análise da admissibilidade do recurso de revista, neste tópico, fica prejudicada, porque a pretensão está condicionadaà admissibilidade do recurso nos tópicos anteriores, o que nãoocorreu.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002111-12.2017.5.11.0007

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	RAIMUNDA ALVES DA SILVA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RECORRIDO	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	BLUE CLEAN SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
ADVOGADO	Fabiola Adriane Lucena Almeida(OAB: 3482/AM)
ADVOGADO	INGRID FERNANDES GRANJA(OAB: 7919/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDA ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	1.SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a)(s):	1.ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR
Recorrido(a)(s):	1.RAIMUNDA ALVES DA SILVA
Advogado(a)(s):	1.ELON ATALIBA DE ALMEIDA (AM - 6746)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 96b2610 ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id.).

Regular a representação processual (id. 263739a).

Satisfeito o preparo (ids. ee8083d, d0951ea e c391ecb).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Periciais.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 944 do Código Civil;artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 1013 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega o recorrente que 'o E. Regional entendeu que a Recorrente deveria arcar com o pagamento da indenização por danos morais e materiais, contudo, em valores desproporcionais à gravidade da culpa da recorrente, mormente nos danos materiais, já que existe o

reconhecimento de que a Reclamante continuava laborando normalmente na empresa'.

Sustenta que o dano experimentado pela parte autora não poderia ter sido enquadrado como grave, porquanto qualquer sequela restou do acidente, como reconhecido no próprio acórdão. Ou seja, o acidente não gerou incapacidade total, nem permanente, razão pela qual não se justifica o valor atribuído ao dano material e moral.

Consta no v. acórdão (id. d0951ea):

'(...)

b) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM.

Em grau recursal (ID. da5947b - Pág. 15), a Autora pretende a reforma do julgado e a majoração da indenização por danos morais, para a quantia de R$ 19.000,00, conforme postulado na exordial. Analisa-se.

A dor moral é presumida nos casos de acidente do trabalho ou doença equiparada, como é o caso dos autos. Isso porque o dano existe in re ipsa, ou seja, independentemente de prova, que passa a ser dispensada dada a impossibilidade de concreção.

Em outras palavras, a ocorrência de acidente ou doença ocupacional faz presumir o impacto na esfera subjetiva do trabalhador, causando ofensa aos direitos da personalidade e à sua dignidade, razão pela qual deve ser objeto de reparação, a teor do art. 5º, incisos V e X, da Carta Magna.

In casu, restou robustamente comprovado que o acidente sofrido pela Autora gerou fratura no punho direito, conforme salientado no laudo pericial (ID. 5164219 - Pág. 12), gerando-lhe evidente angústia e sofrimento.

Acresça-se que foi declarado pelo julgador primário que a Ré teve grau de culpa pelo sinistro e sequelas dele decorrentes, ao deixar de cumprir com as normas de Segurança e Medicina do Trabalho e proporcionar um ambiente laboral seguro à Obreira, não tendo havido qualquer insurgência por parte das rés em grau recursal.

Outrossim, a Reclamada possui capacidade econômica, sendo que o cunho pedagógico da indenização impõe que esta seja fixada em valor que iniba e desestimule a reincidência na conduta ilícita, evitando-se, todavia, o enriquecimento ilícito de quaisquer das partes.

Em relação ao quantum deferido, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, parâmetros e tetos a serem observados pelo magistrado na fixação do valor da indenização por danos morais (art. 223-G, da CLT), limitando, assim, a atuação jurisdicional.

É de se ressaltar que tais normas possuem viés eminentemente material, na medida em que, além de interferirem na condução do processo, afetam diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de normas exclusivamente processuais, deve ser afastada a ideia de que os parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 13.467/2017 mereçam aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado inclusive no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. (grifamos)***

Ressalte-se que o dispositivo transcrito resguarda, também, os atos processuais já praticados.

No caso em análise, a sentença primária julgou procedente o pleito de dano moral, já sob a égide da nova lei, motivo pelo qual não há que se falar em situação jurídica consolidada anterior à vigência da Lei n.º 13.467/2017, tampouco há condição a ser resguardada, pois sequer foi reconhecido o direito do Reclamante à indenização discutida.

No ponto, é de se notar, igualmente, que a Medida Provisória n.º 808 de 14 de novembro de 2017, que instituiu modificações na Lei n.º 13.467/2017, acerca dos parâmetros para fixação do quantum indenizatório do dano moral, perdeu sua vigência na data de 23/04/2018, de acordo com a disciplina do art. 62, §§3º e 7º, da Constituição da República, somente regendo os atos praticados durante este lapso (art. 62, §11, da CF/88), não incidindo no caso em apreço, portanto.

Logo, devem ser utilizados os parâmetros estabelecidos pela Lei atualmente em vigor para o cálculo da parcela, em virtude da aplicação imediata da norma para os atos praticados sob sua vigência.

Assim dispõe a redação do dispositivo acerca do tema (art. 223-G, da CLT):

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

À vista disso, devem ser aplicados os novos parâmetros de fixação da indenização por dano extrapatrimonial supra estabelecidos, uma vez que a condenação ao pagamento da indenização por danos morais se deu em decisão proferida após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017.

Nesse sentido, observa-se que o caput do artigo supra transcrito estabeleceu algumas balizas para se fixar o grau da ofensa experimentada pelo trabalhador e, com isso, enquadrá-la em umas das hipóteses de seu parágrafo primeiro.

In casu, houve ofensa à saúde da trabalhadora, bem jurídico de maior relevância para o indivíduo, que a expôs a sofrimento.

Outrossim, em que pese o laudo informar que, atualmente, não há limitação funcional, denota-se que, em virtude do acidente, a Reclamante teve que se afastar do serviço, inclusive com a percepção de auxilio doença acidentário, conforme decisões do INSS (ID. 2bd1252 - Pág. 18/20).

Por outro lado, deve-se ponderar que, além de o acidente ter sido a causa direta da lesão do punho direito da Autora, o sinistro ocorreu em razão da negligência da Reclamada, ao fornecer material inadequado para o desempenho das atividades laborais, expondo sua empregada a riscos desnecessários.

Tais condições, contrariamente do decidido pelo juízo recorrido, autorizam o enquadramento da ofensa como de **natureza grave**.

Consequentemente, nos termos do inciso III do § 1º do art. 223-G da CLT, a indenização deverá observar o **teto de vinte vezes** o valor do salário da Reclamante de **R$ 950,04**, conforme contracheque (ID. 9006c13 - Pág. 2).

Assim, em atendimento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa, já que, se por um lado, a moral de nenhuma pessoa é mensurável, por outro, o valor da indenização não pode ocasionar grande prejuízo financeiro à Reclamada, a ponto de colocar em risco a ordem social, apesar de precisar possuir efeitos pedagógicos, com amparo no que dispõe os arts. 223-G da CLT e 944, § único, do CCB, e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entende-se adequada a fixação do quantum indenizatório em R$ 15.200,64 (16 x R$ 950,04), valor este em consonância, ainda, com outras decisões desse colegiado.

Ante o exposto, **dá-se parcial provimento** ao Recurso Ordinário da Reclamante no particular.

c) INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.

A Reclamante postula o pagamento de indenizações por danos materiais, uma no valor de R$ 211.988,26, e a outra, na quantia de R$19.000,00, em virtude da restrição de sua capacidade laboral. Analisa-se.

De plano, denota-se que, atualmente, a Reclamante encontra-se apta para o desempenho de suas funções laborais, conforme laudo pericial (ID. 5164219 - Pág. 8), nos termos abaixo:

(...) 4. Quais os prognósticos de recuperação da capacidade laboral do (a) reclamante para o exercício de funções idênticas ou assemelhadas às que o(a) reclamante exercia na empresa reclamada?

R: Não há incapacidade, portanto, a capacidade laboral está mantida, preservada para a função que exercia. (...)

Com efeito, não há que se falar em pagamento de pensão até a Autora completar 65 anos de idade, porquanto, a fratura, após o tratamento médico, não lhe ocasionou restrição laboral, inclusive com o seu retorno ao trabalho, consoante informado pela pericia (ID. 5164219 - Pág. 2), a seguir:

(...) Foi afastada pela Seguridade Social sob o código B 31, por um período e após este afastamento foi transformado em espécie de B 91. ***Após o retorno do auxílio doença acidentária, assumiu a mesma função.(...)***

Por outro lado, há de destacar que, apesar de, atualmente, não existir restrição laboral, após o evento, a Reclamante fora afastada do serviço, tendo, inclusive, auferido beneficio previdenciário.

A par disso, revela-se inegável que a Autora experimentou incapacidade total da sua capacidade laborativa, ainda que de modo temporário.

Logo, tem-se que os danos sofridos não se limitaram ao abalo moral, mas, repercutiram, também, na esfera material.

Neste sentido, o Código Civil, de aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho, prescreve:

*Art. 950. Se da ofensa resultar **defeito** pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe **diminua a capacidade de trabalho**, a indenização, além das **despesas do tratamento** e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da **depreciação que ele sofreu.***

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez. (grifou-se)

Há que se ressaltar também que, em caso de acidente de trabalho ou doença equiparada, os danos materiais devidos pelo empregador incluem os lucros cessantes até o fim da convalescença do empregado, ou seja, os salários devidos desde a data de afastamento até o termo final de percepção do benefício previdenciário, período no qual o empregado ficou privado de desenvolver atividade laborativa remunerada em face do infortúnio, conforme se extrai do art. 949 do Código Civil.

Indene de dúvidas, portanto, que o Autor sofreu danos materiais aptos a ensejar sua reparação.

No aspecto, saliente-se que a percepção de benefício previdenciário não prejudica o deferimento da verba indenizatória, pois a Constituição da República estabelece claramente que o pagamento das parcelas decorrentes do seguro acidentário não exclui a indenização devida pelo empregador (CR/88, art. 7º, XXVIII).

Nesse sentido, a Súmula 229 do STF:

A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador

Relativamente ao quantum, deve ser ponderado, no caso, que a lesão, embora tenha ocasionado restrição total e temporária da capacidade laboral, a Autora já se encontra laborando, novamente, na Reclamada, na mesma função, conforme já destacado.

Ante o exposto, **dá-se parcial provimento** ao Recurso Ordinário da Reclamante para condenar a Reclamada ao pagamento de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)** a título de danos materiais, em observância ao princípio da restituição justa e proporcional, nos limites da ocorrência e da extensão da lesão sofrida e do grau de culpa do ofensor, sem olvidar a situação econômica das partes, valor esse, ainda, em consonância com o patamar estabelecido por este órgão julgador em demandas similares.

(...)

e)HONORÁRIOS PERICIAIS

Considerando que o laudo pericial (ID. 5164219) foi favorável à Reclamante, inexistindo motivo legal para que a União suporte tal ônus, nos termos do Provimento nº 11/2007 do E. Regional, como definido na sentença de 1º Grau (ID. ee8083d - Pág. 6), e considerando que houve, data venia, erro de procedimento na nomeação do perito sem estabelecer previamente as responsabilidades pelo pagamento dos honorários, a **douta maioria,** decidiu, determinar, **de ofício**, que o pagamento de tais honorários (R$-1.000,00), seja feito pelas Reclamadas recorridas, em razão de sua sucumbência.

Assim, decide-se, de ofício, determinar que o pagamento dos honorários periciais no valor de R$ 1.000,00 seja suportado pelas Reclamadas.

(...)'

Como pode ser observado pelo confronto das razões revisionais com os fundamentos do acórdão, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial.

Ademais, no tocante ao quantum indenizatório, cumpre registrar que o arbitramento do montante se encontra dentro do poder discricionário do magistrado, em observância a critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, extraídos da análise do conjunto fático e probatório de cada demanda, como se verifica nos fundamentos exarados no acórdão. Outrossim, ospreceitos legais não definem uma tarifação para a proporcionalidade da indenização pelo dano sofrido, o que é reservado ao prudente arbítrio do julgador. Além disso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a reapreciação, em sede de instância extraordinária, do montante arbitrado para a indenização de danos morais e materiaisdependem da demonstração do caráter exorbitante ou irrisório do valor fixado. Não vislumbro, no caso concreto, extrapolação dos limites superiores ou inferiores da razoabilidade e da proporcionalidade nos valores arbitrado.

Por fim,a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista, a pretexto da divergência jurisprudencial indicada (Súmula nº 296, I, do TST).

Assim, nesse tópico, impossível o seguimento do recurso.

Sobre a condenação ao pagamento dos honorários periciais,a Turma claramente registrou, no acórdão de embargos declaratórios (id. 4364fba), que 'o pagamento de honorários periciais, nos moldes do artigo 790 - B da CLT, fica a cargo da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia. Dessa forma, a condenação das Reclamadas no item trata-se de mera consequência lógica da

decisão'. Ou seja, a conclusão da Turma segue o disposto no artigo 790-B da CLT.

Assim,não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados,quais sejam, artigos 5º, inciso XXXVI, a CF/88,1.013, §1º, do CPC e da súmula nº 393 do TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000487-51.2017.5.11.0451

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	JOAO LUIZ UMBELINO
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	FLAVIO STAMBOWSKY NOGUEIRA(OAB: 3115/PI)
ADVOGADO	LIA REGINA DE ALMEIDA PINTO(OAB: 3777/AM)
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO LUIZ UMBELINO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	JOÃO LUIZ UMBELINO
Advogado(a)(s):	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (AM - 3889)
Recorrido(a)(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 21/08/2019 - id. 414e8b2; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 971304d).

Regular a representação processual (id. 17ebc91).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 8e9f9b3), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Prêmio.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 294;item I da Súmula nº 288;Súmula nº 51 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXVI do artigo 7º;inciso XXIX do artigo 7º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 444 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso VI do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 926 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 927 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 15 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 769 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 199 do Código Civil;inciso II do artigo 189 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial: folha 6 (2 arestos);folha 7 (2 arestos).

O recorrente busca a reforma do v. acórdão para que seja deferido opedido deprêmio aposentadoria.

Afirmafazer jus ao recebimento do prêmio mencionado na Portaria n. 321/1974, tendo em vista que a mesma não foi revogadapelas empresas sucessoras, notadamente se considerar a inexistência de documentos nos autos que corroborem a referida revogação, pelo que entende nulo o julgado.

Aduz que o períodoaquisitivo ao benefício ao prêmio aposentadoria

pelo recorrente é a partir da data que se aposentou e, no caso em tela, a partir do dia 20/03/2013, conforme carta de concessão de benefício do INSS, pelo que nãohá falar em prescrição.

Por fim, alega que o ACT 1980/1981 impõe como condição suspensiva para interromper o pagamento do prêmio aposentadoria a instituição de Fundação de Seguridade Social, a qual não foi comprovadamente instituída, razão por que não há falar em revogação do referido prêmio.

Consta no v. acórdão (id. c3d6a34):

'(...)

Conheço do recurso ordinário interposto, uma vez que atendidos os seus pressupostos de admissibilidade.

A instância originária extinguiu com resolução do mérito a parcela prêmio de aposentadoria pleiteada pelo autor, em decorrência da declaração de prescrição total (ID. 8e9f9b3).

Acolhendo os fundamentos do voto divergente, tenho que, como bem ponderado pelo juízo monocrático, a prescrição a ser pronunciada no vertente caso é a total, aplicando-se o entendimento consagrado na Súmula 294 do TST, considerando que o marco inicial da prescrição é a data da alteração do pactuado (in casu, Acordo Coletivo de 1980/81), e a fluência integral do prazo prescricional de 5 (cinco) anos entre a data da alteração e a aposentadoria do autor, ocorrida em 2013.

De mais a mais, registre-se que a reclamação foi ajuizada somente em 25/09/2017, quando há muito já ultrapassado o prazo prescricional quinquenal e total (considerando que não se trata de prestações sucessivas, mas sim de alteração, em ato único, do pactuado pelo empregador), caindo por terra a pretensão autoral pelos efeitos inexoráveis da prescrição.

Por essas razões, irretocável a sentença que extinguiu o processo com resolução de mérito, pronunciando a prescrição dos pleitos insertos na exordial.

(...)'

A decisão proferida está em consonânciacom as Súmulas51, I,e 288, do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, e Súmula 333 do TST).

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da existência de cláusula condicionante para a revogação do prêmio aposentadoria no ACT 1980/1981,tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Quanto à existência nos autos da norma que revogou o prêmio aposentadoria, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais de que não foram colacionadas aos autos a norma que revogou o prêmio aposentadoria não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000625-67.2018.5.11.0003

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	EDUARDO PEREIRA MELO
ADVOGADO	CELIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2906/AM)
ADVOGADO	ANELSON BRITO DE SOUZA(OAB: 5342/AM)
ADVOGADO	MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO(OAB: 2908/AM)
RECORRIDO	YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO PEREIRA MELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	EDUARDO PEREIRA MELO
Advogado(a)(s):	CELIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (AM - 2906)
Recorrido(a)(s):	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(a)(s):	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id.ea4ac2f ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 43a1cc5).

Regular a representação processual (id. 8b32b7d).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. c4ce23f), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 479 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 186 do Código Civil;artigo 187 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 944 do Código Civil;artigo 949 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil;artigo 20 da Lei nº 8213/1991;artigo 3º do Código de Processo Civil de 2015;inciso I do artigo 21 da Lei nº 8213/1991.
- divergência jurisprudencial.
- Súmula 51, aprovada pelaI Jornada de Direito do Trabalho promovida pelaANAMATRA.

Alega que a redução do valor arbitrado afronta os artigos 371, 479 e 489do CPC, além de aplicar erroneamente o artigo 223-G da CLT.

Ao final, requer 'a condenação da Recorrida ao pagamento de indenização adequada por danos morais e por danos materiais'.

Consta no v. acórdão (id. 70920bc):

'(...)

Reparação por danos morais

Acerca dos danos morais, insta pontuar que o quantum indenizatório, além de buscar o ressarcimento do dano causado e coibir a prática reiterada da conduta ofensiva, deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta a situação econômica dos envolvidos.

Não obstante o reconhecimento do laudo pericial quanto à existência de nexo concausal, restou aferida a existência de incapacidade laboral parcial (id b7e67a7), a saber:

3) Tal incapacidade é total ou parcial? A partir do exame físico do(a) reclamante, o que leva o expert à conclusão de que existe/não existe incapacidade? Parcial. Através das manobras funcionais, realizadas no exame físico por esse perito do juízo, durante o ato pericial.

13) Houve perda da capacidade laborativa em quanto porcento? Favor esclarecer a perda para cada ombro e cada punho? 25% em cada membro.

25) A situação da reclamante é reversível? Em caso de reversão a mesma poderá desenvolver as mesmas tarefas? Não. Com restrição.

Verificou-se, portanto, a existência de restrição parcial para o labor, de caráter permanente, mas apenas quanto às tarefas que exijam sobrecarga nos ombros e nos punhos, em vista das doenças agravadas pelas atividades na reclamada.

Desse modo, tendo em vista que a presente ação foi ajuizada após a entrada em vigor Lei 13.467/17; que a medida visa atenuar o sofrimento vivenciado pelo autor e a abstenção da conduta pela reclamada, com verdadeiro papel pedagógico; a natureza moderada da concausa das patologias com as atividades; o grau de participação da reclamada para a ocorrência do dano; a inexistência de incapacidade laboral total, mas apenas parcial, com limitações para as atividades, em que pese de caráter perene; e, por fim, o tempo de prestação de serviços na empresa, entendo como justo, proporcional e razoável valor equivalente a cinco vezes o salário contratual do trabalhador (art. 223-G, parágrafo 1º, II, da CLT), no importe de R$7.500,00, o que perfaz exatamente o valor fixado pelo juízo a quo, devendo, portanto, ser mantida a sentença, nesse

particular.

Danos materiais

Cediço que os danos morais abrangem o que o ofendido efetivamente perdeu (danos emergentes) e o que o mesmo deixou de ganhar (lucros cessantes).

Dessa forma, com relação aos danos materiais pretendidos, o enfrentamento da questão deve perpassar, necessariamente, pela análise da capacidade laborativa do reclamante.

A esse respeito, ficou demonstrado que há redução parcial da capacidade laboral, com restrição para atividades com sobrecarga nos membros atingidos, havendo, lado outro, possibilidade de melhora na condição de vida do requerente, mediante tratamento, o qual pode ser feito gratuitamente pelo SUS.

Nesse ponto, seguem as assertivas abaixo (id b7e67a7):

2) Das doenças alegadas na petição inicial decorrem incapacidade laboral no(a) reclamante? Sim.

3) Tal incapacidade é total ou parcial? A partir do exame físico do(a) reclamante, o que leva o expert à conclusão de que existe/não existe incapacidade? Parcial. Através das manobras funcionais, realizadas no exame físico por esse perito do juízo, durante o ato pericial.

4) Quais os prognósticos de recuperação da capacidade laboral do(a)

reclamante para o exercício de funções idênticas ou assemelhadas às que exercia na empresa reclamada? Boa.

5) Quais as restrições que a aludida doença traz à vida social e laboral do(a) reclamante? Fazer esforço físico, pegar e carregar peso com os membros superiores, levantar os braços acima da linha do ombro (90º), esforço físico com as mãos; fazer a rotação, flexão e extensão dos punhos, etc.

13- Houve perda da capacidade laborativa em quanto porcento? Favor esclarecer a perda para cada ombro e cada punho? 25% em cada membro.

25- A situação da reclamante é reversível? Em caso de reversão, a mesma poderá desenvolver as mesmas tarefas? Não. Com restrição.

A esse respeito, ficou demonstrado que há redução parcial e permanente da capacidade profissional do reclamante, face as atividades desempenhadas na reclamada com relação de causa direta ou concausal, gerando restrição para atividades com sobrecarga nos membros atingidos, havendo, lado outro, possibilidade de melhora na condição de vida do requerente, mediante tratamento.

Nessa linha de raciocínio, considerando as informações colacionadas aos autos, como exame pericial, reduzo a condenação por danos materiais para R$5.000,00, por entender que o referido valor aproxima-se do justo, proporcional e razoável, sem configurar enriquecimento sem causa à vítima, bem como alcançando seu caráter pedagógico.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão, mas, tão somente, a sua ementa.

Como pode ser observado pelo confronto das razões revisionais com os fundamentos do acórdão, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial.

No tocante ao quantum indenizatório, cumpre registrar que o arbitramento do montante se encontra dentro do poder discricionário do magistrado, em observância a critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, extraídos da análise do conjunto fático e probatório de cada demanda, como se verifica nos fundamentos exarados no acórdão. Assim, nesse tópico, impossível o seguimento

do recurso.

Ademais,os preceitoslegais aplicáveis à espécienão definem uma tarifação para a proporcionalidade da indenização pelo dano sofrido, o que é reservado ao prudente arbítrio do julgador. Além disso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a reapreciação, em sede de instância extraordinária, do montante arbitrado para a indenização de danos morais e materiaisdependem da demonstração do caráter exorbitante ou irrisório do valor fixado.

Não vislumbro, no caso concreto, extrapolação dos limites superiores ou inferiores da razoabilidade e da proporcionalidade nos valores arbitrado.

Por fim,a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista, a pretexto da divergência jurisprudencial indicada (Súmula nº 296, I, do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000293-52.2018.5.11.0019

Relator	JOICILENE JERONIMO PORTELA
RECORRENTE	AZENATE GOMES DA SILVA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRIDO	CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA.
ADVOGADO	CASSIO FRANCA VIEIRA(OAB: 4409/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AZENATE GOMES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	AZENATE GOMES DA SILVA
Advogado(a)(s):	SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO
Recorrido(a)(s):	CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
Advogado(a)(s):	CASSIO FRANCA VIEIRA (AM - 4409)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. 079bcf8 ; recurso apresentado em 28/08/2019)

Regular a representação processual (id. 3f47640).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 803a359), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil; §1º do artigo 19 da Lei nº 8213/1991.

- Enunciadonº 37 da I Jornada de Direito doTrabalho.

Alega que o acórdão merece reforma, a fim de que seja reconhecido o direito ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, decorrentes de doença ocupacional.

Consta no v. acórdão (id. 0b3e953):

'(...)

JUÍZO DE MÉRITO

Indenização por danos morais e materiais por doença ocupacional

Insiste a autora na condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrente da doença ocupacional, com os seguintes diagnóstico: Bursite subacromial;subdeltóidea bilateral.

Sustenta que começou a trabalhar para a reclamada em 1º-8-2014, na função de Revisora de Solda, que exerceu por mais de 3 anos, com último salário de R$1.198,78, até sua dispensa em 12-9-2017.

Afirma que suas tarefas eram exaustivas e repetitivas, descrevendo-as como segue:

'retirada da placa do processo e colocação na bancada para análise e verificação das soldas para retirada de curto e, acrescentar solda em caso de deficiência' (ID. 32d6daa - Pág. 3).

Narra, ainda, que também passou pela função de Operadora de Produção, na qual executava montagem de placas e soldagem, além da função de Testadora, que é responsável direta pelo teste da referida placa.

Pois bem.

O art. 20 da Lei 8.213/91 considera como acidente do trabalho, as seguintes entidades mórbidas:

I. doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II. Doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

O art. 21 da mesma lei lista, ainda, outras hipóteses de infortúnio que são equiparadas ao acidente do trabalho. Em todos os casos, a doença deve ter relação com a atividade laboral desenvolvida.

De qualquer forma, o nexo causal entre a moléstia e o trabalho, para efeito de reconhecimento de doença ocupacional equiparada a acidente do trabalho, não precisa ter o trabalho como causa exclusiva, nos termos do art. 21, inciso I, da Lei nº 8.213/91. Basta que a atividade realizada possa ter causado ou contribuído para a instalação da doença ou seu agravamento (concausa), como se nota:

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Partindo dessas premissas, e considerando que a doenças adquiridas pelo reclamante podem ter decorrido das condições do trabalho (doença do trabalho), o d. juízo de origem determinou a realização de perícia médica.

Elaborado o laudo, asseverou a i. vistora que o trabalho não mantinha exigência considerada de risco para ombros, como carregamento manual de peso, vibração por período prolongado ou elevação do braço acima dos ombros.

Narra que a autora sofre de perda parcial e temporária da capacidade de trabalho, mas deixa claro na conclusão do laudo que esta não é relacionada com o trabalho, como se nota:

'Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal entre as patologias de ombros e o trabalho executado na Reclamada e a inexistência' (ID. c508655 - Pág. 9).

Quando da resposta dos quesitos formulados pelo juízo e pelas partes, ressaltou que houve exposição ao risco de vibração por apenas 3 meses, em 2016, bem após o início do relato de dores.

Informou, ainda, que as patologias permaneceram inalteradas, mesmo depois de interrompidas as atividades laborais.

A improcedência havida em primeiro grau embasou-se na prova técnica realizada.

Lembre-se de que o art. 436 do CPC/1973 preceituava que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Da mesma forma, dispõe o art. 479 do atual CPC, que o juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.

Por sua vez, o art. 371 do CPC dispõe que o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

In casu, a reclamante pretende seja afastada a conclusão pericial, aduzindo: que a atividade da reclamada tem grau de risco 3; que o trabalho era repetitivo, com elevação de ombros e carga horária excessiva; que não foi realizado o teste de impacto Yokum; que não foram juntados aos autos o PPRA, PPP e PCMSO; que existe Nexo Técnico Epidemiológico entre a patologia e o trabalho realizado; e que a perita não informa o motivo do surgimento da patologia.

Inicialmente, destaco que o trabalho do perito não abrange a investigação dos fatores extralaborais que poderiam acarretar o adoecimento, inclusive, por respeito à intimidade do trabalhador. A investigação realizada abarca o trabalho realizado, de modo que, se não são verificadas causas laborais, não é de interesse do juízo a apuração de quais causas extra ocupacionais geraram as doenças adoecimento.

Quanto à natureza do serviço, a perita verificou que não havia elevação de membros superiores acima da linha dos ombros, que havia ginástica laboral e pausas e que havia manipulação de peso. Outrossim, a recorrente não indicou provas capazes de infirmar as conclusões periciais, que revelaram a ausência de nexo causal ou concausal entre as patologias desenvolvidas pelo autor e suas atividades na ré, motivo porque as acolho em sua integralidade. Tampouco foi esclarecido o porquê o teste de Yokumteria aptidão maior que os testes

Ora, a perita realizou diversos testes específicos e deixou claro que o risco e o NTEP, embora existente, foram afastados porque as atividades da reclamante não sobrecarregavam os membros superiores e, mais especificamente, os ombros.

O laudo pericial não deixou dúvidas de que as doenças não foram desencadeadas e/ou agravadas por condições especiais das atividades e ambiente laboral. Assim, o Nexo Técnico Epidemiológico (e a consequente presunção de relação entre a doença e o trabalho) foi especificamente afastado pela expert.

A realização da prova técnica destina-se justamente a afastar a lógica natural dos leigos de que, se a doença desenvolveu-se no decorrer da relação de trabalho e possui NTEP, só pode ter origem ocupacional. Pelo contrário, é necessária a verificação das peculiaridades de cada caso, que só pode ser realizada por profissional habilitado e em apreciação à função individual do trabalhador e após exame deste.

Não havendo elementos de que a perícia foi realizada de forma fraudulenta ou que padece de equívocos técnicos, agiu com acerto a magistrada a quo ao adotar sua conclusão.

Por fim, destaco que, diversamente do alegado no recurso, a reclamada juntou aos autos o PCMSO, o PPP e o PPRA, conforme IDs. c43709e, 1de5589 e 4ad07b5, respectivamente.

No direito brasileiro, os danos moral e material decorrem de ato ilícito que provoca, contra quem o praticou, a obrigação de repará-los, fundando-se o princípio geral da responsabilidade civil nos art. 186 e 927/CCB, ou seja, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano. Na etiologia da responsabilidade civil, estão presentes três elementos, ditos essenciais na doutrina: a ofensa a uma norma preexistente ou erro de conduta; um dano; e o nexo de causalidade entre uma e outro. Portanto, para que se configure o dever de reparação do dano moral e/ou material, deverão estar presentes, como requisitos essenciais dessa forma de obrigação, a conduta ilícita, a ofensa a um bem jurídico do postulante, a relação de causalidade entre a conduta antijurídica e o dano causado, bem como a culpa do agente infrator (186, 187, 927 e 944, CC, artigos 5º, incisos V e X e 7º, XVIII, CF). Ausente um desses pressupostos, não há como se cogitar em responsabilização civil da empregadora.

Assim sendo, por não se encontrar presente o requisito essencial ensejador do dever de indenizar - nexo de causalidade/concausalidade - não há que se atribuir à ré qualquer responsabilidade indenizatória.

Via de consequência, restam indevidos os pedidos daí decorrentes, como o pagamento de indenização por danos morais e materiais, reintegração e plano de saúde.

Nada a reformar.

(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual. Dito de outro modo,a verificação quanto ao alegado nexo de causalidade e incapacidade laboral do recorrente remeteria necessariamente à reapreciação do contexto fático-probatório da causa, o que é inviável na instância extraordinária, conforme a Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, não se vislumbra possível violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000759-44.2016.5.11.0010

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
RECORRIDO	FERNANDO BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO	ERICO CABOCLO DE MACEDO(OAB: 7685/AM)

ADVOGADO	HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO(OAB: 8816/AM)
ADVOGADO	CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA(OAB: 7800/AM)
RECORRIDO	ESTADO DO AMAZONAS
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.HENRI DHOUGLAS RAMALHO(SP - 341022)
Recorrido(a)(s):	1.FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Advogado(a)(s):	1.HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (AM - 8816)

Recurso de:ESTADO DO AMAZONAS

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/08/2019 - id. 1fd983e; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. 2db3288).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVIII do artigo 7º; §6º do artigo 37 da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 927 do Código Civil.

Alega o ESTADO DO AMAZONAS que o acórdão viola o artigo 927 do Código Civil, por aplicar a teoria do risco para responsabilizar objetivamente o tomador de serviços. Prossegue alegando que o ESTADO, ao terceirizar alguns serviços públicos, transfere os seus riscos ao prestador de serviços. O único risco que remanesce é o de ser responsabilizado subsidiariamente na hipótese de se comprovar conduta culposa sua que tenha algum nexo causal com o dano sofrido pelo trabalhador.

Também aduz que o acórdão viola o artigo art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, uma vez que foi reconhecida a culpa do ESTADO em razão da negligência do empregador e ainda, o artigo 37, §6º, porque reconhecida responsabilidade extracontratual do ESTADO em situação em que se discute a responsabilidade contratual.

Consta no v. acórdão (Id 677f7bd):

'(...)

Da responsabilidade objetiva do Estado

O mesmo raciocínio deve ser aplicado para a configuração da culpa do Estado, tendo em vista a evidente omissão de adoção de medidas de segurança necessárias em suas unidades prisionais. Ademais, independentemente da configuração de culpa por parte do Estado, o que, ressalto, novamente, ficou comprovado nos autos, conforme já anteriormente elencado, entendo que o Estado é responsável objetivamente pelos atos cometidos por detentos contra agentes penitenciários, tendo em vista que a proteção da incolumidade física daqueles que trabalham em unidades prisionais decorre de um dever específico do Estado, que é, no presente caso, obrigado a agir para impedir o resultado danoso, tendo em vista que a vítima se encontrava sob sua proteção.

Conforme Alexandrino, 'nessas situações, ao possibilitar que o dano ocorresse - mesmo sem ter sido ele provocado por alguma conduta comissiva de agente público -, o Estado responderá por uma omissão específica, a qual, para efeito de responsabilidade civil do Poder Público, equipara-se à conduta comissiva' (ALEXANDRINO, Marcelo. Direito administrativo descomplicado. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014).

Outros exemplos em que é amplamente aplicada a responsabilidade objetiva do Estado por omissão específica, e que se assemelham com o caso narrado nos autos, são a morte de detento em rebelião em presídio e omissão por parte dos agentes

públicos na tomada de medidas exigíveis a fim de ser evitado o homicídio de detento em unidade prisional. Nesse sentido o RE 841526, ao qual foi reconhecido repercussão geral e que gerou a elaboração do tema 592 do STF:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2. A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4. O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal, na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 5. Ad impossibilia nemo tenetur, por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional. 6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7. A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso. 8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento. 9. In casu, o tribunal a quoassentou que inocorreu a comprovação do suicídio do detento, nem outra causa capaz de romper o nexo de causalidade da sua omissão com o óbito ocorrido, restando escorreita a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal. 10. Recurso extraordinário DESPROVIDO.

E, ainda, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. Inexiste violação do art. 1.022 do novo CPC, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento. 2. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois deve o Estado prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia.3. Admite-se a revisão do valor da indenização quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie. A nova análise do posicionamento da instância ordinária nesse ponto implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, segundo preceitua a Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1238182 PE 2018/0018504-7, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 11/09/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/09/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MORTE DE DETENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANOS MORAIS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 07/STJ. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. Entendimento desta Corte no sentido de que 'o Estado possui responsabilidade objetiva, no casos de morte de detento, custodiado em unidade prisional' (AgRg no AREsp nº 492.804, PE, Relatora Ministra Assussete Magalhães, DJe de 30.09.2014). Constatada pelo tribunal de origem a presença do nexo causal entre o dano causado e a conduta do agravante, a reforma do julgado, quanto ao ponto, demandaria o exame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 07/STJ). O alegado julgamento extra petita, não foi objeto de apelação, sendo insuficiente sua ativação por meio de embargos de declaração, constituindo ausência de prequestionamento. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 467394 PE 2014/0022399-6, Relator: Ministra MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), Data de Julgamento: 05/03/2015, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/03/2015)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SUICÍDIO. DETENTO.

CADEIA PÚBLICA. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANO MATERIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Trata-se de pedido de indenização por dano material e moral contra o Estado de São Paulo em decorrência de suposto suicídio de detento por autoenforcamento, ocorrido em cela da Delegacia de Investigações Gerais da cidade de Marília/SP. 2. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois é dever do estado prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, portanto mostra-se equivocada a interpretação realizada pelo egrégio Tribunal bandeirante. 3. A melhor exegese da norma jurídica em comento é no sentido de que o nexo causal se estabelece entre o fato de o detento estar preso, sob proteção do Estado, e o seu subsequente falecimento. Não há necessidade de se inquirir sobre a existência de meios, pela Administração Pública, para evitar o ocorrido e, muito menos, se indagar sobre a negligência na custódia dos encarcerados. 4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (STJ - REsp: 1671569 SP 2017/0098132-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 27/06/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/06/2017)

Ora, se o Estado tem o dever de prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, o mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos agentes de segurança que laboram no presídio.

É inequívoco o dever do Estado de promover a segurança pública, direito fundamental, não só dos cidadãos em geral, mas igualmente dos seus agentes públicos.

Especificamente sobre a responsabilidade objetiva do Estado de responder por danos causados a funcionários atuantes na manutenção da segurança em presídios, colaciono os seguintes julgados:

ESTADO DO PARANÁ APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 1.601.676-1, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. REMETENTE: JUIZ DE DIREITO RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO APELANTE 1: PATRÍCIA LECH BRANCO APELANTE 2: ESTADO DO PARANÁ APELADOS: OS MESMOS. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO. Ação de indenização por danos morais e materiais. Morte de agente de monitoramento do sistema penitenciário. Crime cometido por membros do PCC, em razão da profissão da vítima. Responsabilidade objetiva do ente público. Nexo de causalidade demonstrado. DANOS MORAIS. Valor da indenização reduzido.Precedentes. DANOS MATERIAIS. Pensão mensal devida, na razão de 2/3 da remuneração da vítima. Termo final. Aplicação da tabela de expectativa de vida, do IBGE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Valor reduzido. Recurso 1 provido. Recurso 2 parcialmente provido. Sentença mantida, no mais, em sede de reexame necessário. (TJ-PR - REEX: 16016761 PR 1601676-1 (Acórdão), Relator: Ruy Cunha Sobrinho, Data de Julgamento: 07/02/2017, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1979 01/03/2017)

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - MORTE DE AGENTE PENITENCIÁRIO - VINGANÇA DE DETENTOS - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO - TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - RELAÇÃO DIRETA ENTRE A FUNÇÃO PÚBLICA DESEMPENHADA PELA VÍTIMA E O CRIME PERPETRADO - NEXO DE CAUSALIDADE - COMPROVAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - DEVER DE INDENIZAR - VALORES - FIXAÇÃO - CRITÉRIOS. - A teoria do risco administrativo surgiu como fundamento da responsabilidade objetiva do Estado, ou seja, uma vez constatado que o ente público tem mais poder do que o administrado, passou a não se considerar justo que, em caso de prejuízos oriundos da atividade estatal, tivesse ele que se emprenhar em comprovar culpa para conquistar o direito à reparação dos danos. Nesse caso, a responsabilidade do Estado independe da prova de culpa, bastando que se demonstre o fato administrativo, assim considerado como qualquer forma de conduta, comissiva ou omissiva, atribuída ao ente público, o dano e o nexo causal entre um e outro. - No caso em que o pai da autora foi assassinado, a mando de detentos, em razão da sua qualidade de agente penitenciário, isto é, demonstrado que a motivação do crime teve relação direta com a atividade pública exercida pela vítima em prol da coletividade, tem-se caracterizada hipótese de responsabilidade civil objetiva do Estado, fundada na teoria do risco administrativo. - Primeiro recurso provido, para redimensionar as indenizações fixadas a título de danos morais e materiais. Recurso adesivo prejudicado. (TJ-MG - AC: 10073090485811001 MG, Relator: Eduardo Andrade, Data de Julgamento: 29/04/2014, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/05/2014)

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - MORTE DE AGENTE - AUXILIAR DE CARCERAGEM DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO CONFIGURADA - FATO DE TERCEIRO - IRRELEVÂNCIA - DANOS MORAIS COMPROVADOS - MANUTENÇÃO DO QUANTUM - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 54 E 362 DO STJ - RECURSO DE

APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. 1 - Independentemente do ato ter sido praticado por terceiros (presos), o Estado tem o dever de zelar pela incolumidade física e moral dos seus servidores, fornecendo-lhes condições de segurança para o exercício de suas atividades. 2 - O presente caso trata de responsabilidade civil do Estado, na modalidade objetiva, uma vez que o evento danoso decorreu da omissão do ente estatal. 3 - Em que pese fosse aplicada a responsabilidade subjetiva do ente estatal, a mesma estaria perfeitamente configurada. 4 - O Dano Moral, no caso sub judice, independe de prova da perturbação da esfera íntima dos lesados, pois, repercutiu de modo peculiar em cada uma dessas pessoas, tendo origem no sofrimento e no trauma dos familiares, tratando-se de presunção absoluta, devendo ser avaliado o quantum pelo Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, para que não seja um valor ínfimo, nem tão alto este valor, que cause enriquecimento ilícito, sendo arbitrado em 100 salários mínimos nacionais para cada autor. 5 - Em Reexame Necessário, manteve-se os valores referentes à indenização por danos morais, devendo ser corrigidos monetariamente pelo índice INPC, a partir do julgamento da sentença de 1º grau, bem como deverá incidir juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até o seu efetivo pagamento, nos termos do art. 406, do Código Civil.' (TJPR - 1ª C.Cível - ACR 587114-1 - Foz do Iguaçu - Rel.: Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 10.11.2009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MORTE DE DETENTO - REBELIÃO EM PENITENCIÁRIA ESTADUAL - OMISSÃO ESTATAL - ARTIGOS 5º XLIX E 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DECISÃO SINGULAR REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O Estado deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade física dos detentos sob sua guarda, para que não haja falha ou omissão no serviço ou para que este serviço não seja ineficiente, a ponto de ocorrerem mortes desnecessárias (faute de service). De modo que é responsável pelos presos sob sua custódia, configurando culpa in vigilando a morte de detento ocorrida nas dependências de estabelecimento prisional. 2. Pela teoria da responsabilidade objetiva, o Estado responde pela morte do encarcerado sob sua custódia, ao menos que se comprove culpa exclusiva da vítima, ou outras circunstâncias excludentes da responsabilidade (caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, exercício regular de direito)' (TJPR, 4ª Câm.Civ., AI nº 448838-6, rel. Regina Afonso Portes, j. em 06/05/2008)

Dessa forma, há que se demonstrar, para fins de indenização, apenas ocorrência do acidente de trabalho (o que, no caso dos autos, é incontroverso) e o nexo de causalidade ou concausalidade entre a conduta e o dano. Passo, portanto, à análise das provas dos autos.

(...)'

No presente caso, a conclusão da Turma é clara, no sentido de que, se o Estado tem o dever de prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, o mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos agentes de segurança que laboram no presídio, pois, é dever do ESTADOpromover a segurança pública, direito fundamental, não só dos cidadãos em geral, mas igualmente dos seus agentes públicos. Quanto à aplicação da teoria da responsabilidad objetiva, também é incontroverso que a atividade do obreiro era de risco, pois, é notório que os presídios são alvo constante de diversas situações de violência, pela própria natureza de tais estabelecimentos. Assim, não há dúvida do risco que envolvia a prestação de serviços do reclamante, tampouco do fato de que aempregadora e o litisconsorteconheciam o perigo iminente daquele trabalho.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais de que o risco é inteiramente transferido ao prestador de serviços e de que a negligência foi do empregador não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

Destarte, considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados, conforme exige a alínea 'c' do artigo 896 Consolidado.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

Recurso de:AUXÍLIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 66fc9da; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. 2db3288).

Regular a representação processual (id. ee32afa, c1f85a4).

Satisfeito o preparo (ids. 3bc439a, d79bccd, c1c95e4 e fdb6576).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.
Prescrição/Acidente de Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.
Alegação(ões):
- violação do(s)§6º do artigo 37;inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 223-C da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 223-E da Consolidação das Leis do Trabalho;incisos VI, VII e IX do artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho.
Alega a recorrente que o acórdão cometeu equívoco ao analisar a prescrição, adotando a data da realização da perícia como marco inicial da contagem do prazo prescricional e, ainda,ao analisaro pleito de dano moral e material, pois,apesar de reconhecer a existência de glaucoma, fator que, em conjunto com a agressão, provocou a cegueira no autor, manteve a condenação da recorrente em valor exorbitante, sem considerar o grau de contribuição da recorrente para a cegueira, em manifesto desacordo com as previsões legais.
No mérito, alega que a responsabilidade é direta do ESTADO, e não subsidiária, requerendo, portanto, a condenação exclusiva do ente público.

Consta no v. acórdão (id. 677f7bd):
'(...)
Da responsabilidade objetiva da reclamada
Em se tratando de acidente de trabalho, existem duas possibilidades de responsabilização: a responsabilidade subjetiva de quem comete ato ilícito (art. 927, caput, CC) e a teoria do risco da atividade, cuja previsão encontra-se no parágrafo único do artigo supramencionado. O TST já afirmou responsabilidade objetiva se a atividade do trabalhador é de risco, sendo este o caso dos autos, tendo em vista que o reclamante atuava como agente de disciplina no Instituto Penal Antônio Trindade, realizando as seguintes tarefas: rondas externas periódicas; escolta e acompanhamento de detentos em geral para tratamento médico, banho de sol e demais procedimentos de revista e segurança, tais como colocação e retirada de algema; manutenção da disciplina e segurança dos presos e apenados; conferência periódica da população penitenciária; identificação cadastral e controle legal dos presos e apenados; encaminhamentos para assistência aos presos e apenados; fiscalização do trabalho e do comportamento da população penitenciária observando os regulamentos e normas da Instituição; verificação das condições de segurança física da Instituição; dentre outras (fl. 4).
Ora, em relação às afirmações trazidas pela reclamada, destaco que aquele que desenvolve atividade econômica deve assumir com responsabilidade as consequências da utilização do trabalho humano em prol do empreendimento, sob pena de ter que responder pelos danos causados ao trabalhador, em razão da negligência no cuidado e proteção da saúde de quem entrega a própria força de trabalho em prol da atividade econômica da empresa.
Por certo, não resta necessário adentrar em discussões acerca de quem deveria responder pela segurança dos estabelecimentos prisionais. Se hodiernamente pode ser inviável ou inimaginável adotar medidas de segurança aptas a coibir eventos tais como o narrado nos presentes autos (agressão de preso contra agente penitenciário), não se pode dizer que o risco dessa atividade não possa ser atenuado. Dizer-se então, que ao empregador não se pode impor nenhuma ordem de responsabilidade decorrente da proteção à integridade de seu empregado, por ser atribuição exclusiva do Estado, não é razoável. Ambos os contratantes - empresa terceirizada e Estado - são, no presente caso, responsáveis pela manutenção de um ambiente de trabalho hígido e seguro aos seus trabalhadores.
Ademais, é notório que os presídios são alvo constante de diversas situações de violência, pela própria natureza de tais estabelecimentos. Assim, não há dúvida do risco que envolvia a prestação de serviços do reclamante, tampouco do fato de que a reclamada conhecia o perigo iminente daquele trabalho.
A configuração da culpa da reclamada consiste justamente na omissão de adoção de medidas aptas a garantir a proteção da integridade psicofísica dos seus empregados, obrigação que decorre do próprio princípio da alteridade.
No caso em exame, não há prova de que a reclamada tenha sido minimamente previdente com o trabalho de seus empregados, pois não há indicação de que tenham sido implementadas medidas de segurança suficientes para coibir agressões no âmbito do estabelecimento, notoriamente ameaçado pela ação de bandidos. Embora não agindo com intenção de atingir o resultado, contra ele não se precaveu a reclamada, pois não zelou pela segurança dentro do seu estabelecimento e, em decorrência dessa sua imprevidência, não se desvencilha da culpa que sobre si recai, pois não cuidou de dar um mínimo de segurança ao trabalhador, criando meios para prevenir ou minimizar a possibilidade dos seus empregados sofrerem agressão durante o trabalho.
Assim, não há dúvida do risco que envolvia a prestação de serviços do reclamante, tampouco do fato de que a reclamada conhecer o perigo iminente daquele trabalho.
Ainda, que não se analise a questão sob o enfoque da teoria do

risco e da responsabilidade objetiva, afigura-se a responsabilidade da reclamada pelos infortúnios tendo-se em mira os rumos que inegavelmente está tomando o instituto da responsabilidade civil que, a partir do Código Civil de 2002, abriu-se para as tendências sociais do direito de nosso tempo em contraposição ao intolerável individualismo forjado nos costumes do século XX.

Nesse enfoque, Sebastião Geraldo de Oliveira, na sua obra Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional, 4ª ed. revista e ampliada, São Paulo: LTr, 2008, em citação de Maria Celina Bodin de Moraes (p. 124), afirma:

Modernamente, contudo, buscou-se desvincular a ideia de injustiça da ideia de antijuridicidade, procurando critérios mais amplos que englobassem também interesses que são dignos da tutela jurídica e que, por isso, quando são lesionados, façam nascer ações indenizatórias para reparar os prejuízos sofridos. (...) O dano será injusto quando, ainda que decorrente de conduta lícita, afetando aspectos fundamentais da dignidade humana, não for razoável, ponderando os interesses contrapostos, permaneça irressarcida.

Dessa forma, não se pode negar que a reclamada foi o beneficiário do trabalho prestado, do qual resultaram os danos materiais e morais sofrido pelo autor, essa condição autoriza a responsabilidade da empresa pelos prejuízos advindos do infortúnio ocorrido.

A par dos fundamentos supra esposados, mesmo sob o ponto de vista da responsabilidade subjetiva consagrada pelo inciso XXVIII do artigo 7º da CF/88, emerge a obrigação da reclamada em indenizar o autor.

Tem-se, assim, como clara a culpa do empregador, por negligência, na medida em que concorreu, mesmo que involuntariamente, para o resultado alcançado pelo evento danoso que atingiu a higidez psicofísica do seu empregado.

Embora não agindo com intenção de atingir o resultado, contra ele não se precaveu a reclamada, pois não zelou pela segurança dentro do seu estabelecimento e, em decorrência dessa sua imprevidência, não se desvencilha da culpa que sobre si recai.

Não se trata, portanto, de hipótese em que configurada culpa de terceiro, tampouco caso fortuito ou força maior, sendo evidente a omissão da reclamada a ensejar a reparação pretendida.

Nesse sentido, colaciono algumas decisões proferidas pelo C. TST, em casos de danos decorrentes do labor em unidades prisionais:

(...) II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - PROVIMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DECORRENTE DE ATIVIDADE DE RISCO. ESTABELECIMENTO PRISIONAL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Diante de potencial violação do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. (...) 6. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ATIVIDADE DE RISCO DESEMPENHADA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. Na hipótese de responsabilidade objetiva, é ocioso o exame da culpa 'lato sensu' do empregador, bastando a demonstração do dano e do nexo causal, como requisitos da indenização. Inteligência dos arts. 735 e 927, parágrafo único, do Código Civil. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - ARR: 812007420135170131, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 15/02/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/02/2017)

(...) 2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ATIVIDADE DE RISCO DESEMPENHADA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. Na hipótese de responsabilidade objetiva, é ocioso o exame da culpa 'lato sensu' do empregador, bastando a demonstração do dano e do nexo causal, como requisitos da indenização. Inteligência dos arts. 735 e 927, parágrafo único, do Código Civil. Recurso de revista não conhecido. (...) (TST - ARR: 27816520135120006, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/11/2015)

Da responsabilidade objetiva do Estado

O mesmo raciocínio deve ser aplicado para a configuração da culpa do Estado, tendo em vista a evidente omissão de adoção de medidas de segurança necessárias em suas unidades prisionais.

Ademais, independentemente da configuração de culpa por parte do Estado, o que, ressalto, novamente, ficou comprovado nos autos, conforme já anteriormente elencado, entendo que o Estado é responsável objetivamente pelos atos cometidos por detentos contra agentes penitenciários, tendo em vista que a proteção da incolumidade física daqueles que trabalham em unidades prisionais decorre de um dever específico do Estado, que é, no presente caso, obrigado a agir para impedir o resultado danoso, tendo em vista que a vítima se encontrava sob sua proteção.

Conforme Alexandrino, 'nessas situações, ao possibilitar que o dano ocorresse - mesmo sem ter sido ele provocado por alguma conduta comissiva de agente público -, o Estado responderá por uma omissão específica, a qual, para efeito de responsabilidade civil do Poder Público, equipara-se à conduta comissiva' (ALEXANDRINO, Marcelo. Direito administrativo descomplicado. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014).

Outros exemplos em que é amplamente aplicada a responsabilidade objetiva do Estado por omissão específica, e que se assemelham com o caso narrado nos autos, são a morte de detento em rebelião em presídio e omissão por parte dos agentes

públicos na tomada de medidas exigíveis a fim de ser evitado o homicídio de detento em unidade prisional. Nesse sentido o RE 841526, ao qual foi reconhecido repercussão geral e que gerou a elaboração do tema 592 do STF:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2. A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4. O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal, na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 5. Ad impossibilia nemo tenetur, por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional. 6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7. A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso. 8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento. 9. In casu, o tribunal a quoassentou que inocorreu a comprovação do suicídio do detento, nem outra causa capaz de romper o nexo de causalidade da sua omissão com o óbito ocorrido, restando escorreita a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal. 10. Recurso extraordinário DESPROVIDO.

E, ainda, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. Inexiste violação do art. 1.022 do novo CPC, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento. 2. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois deve o Estado prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia.3. Admite-se a revisão do valor da indenização quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie. A nova análise do posicionamento da instância ordinária nesse ponto implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, segundo preceitua a Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1238182 PE 2018/0018504-7, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 11/09/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/09/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MORTE DE DETENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANOS MORAIS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 07/STJ. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. Entendimento desta Corte no sentido de que 'o Estado possui responsabilidade objetiva, no casos de morte de detento, custodiado em unidade prisional' (AgRg no AREsp nº 492.804, PE, Relatora Ministra Assussete Magalhães, DJe de 30.09.2014). Constatada pelo tribunal de origem a presença do nexo causal entre o dano causado e a conduta do agravante, a reforma do julgado, quanto ao ponto, demandaria o exame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 07/STJ). O alegado julgamento extra petita, não foi objeto de apelação, sendo insuficiente sua ativação por meio de embargos de declaração, constituindo ausência de prequestionamento. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 467394 PE 2014/0022399-6, Relator: Ministra MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), Data de Julgamento: 05/03/2015, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/03/2015)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SUICÍDIO. DETENTO.

CADEIA PÚBLICA. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANO MATERIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Trata-se de pedido de indenização por dano material e moral contra o Estado de São Paulo em decorrência de suposto suicídio de detento por autoenforcamento, ocorrido em cela da Delegacia de Investigações Gerais da cidade de Marília/SP. 2. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois é dever do estado prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, portanto mostra-se equivocada a interpretação realizada pelo egrégio Tribunal bandeirante. 3. A melhor exegese da norma jurídica em comento é no sentido de que o nexo causal se estabelece entre o fato de o detento estar preso, sob proteção do Estado, e o seu subsequente falecimento. Não há necessidade de se inquirir sobre a existência de meios, pela Administração Pública, para evitar o ocorrido e, muito menos, se indagar sobre a negligência na custódia dos encarcerados. 4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (STJ - REsp: 1671569 SP 2017/0098132-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 27/06/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/06/2017)

Ora, se o Estado tem o dever de prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, o mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos agentes de segurança que laboram no presídio.

É inequívoco o dever do Estado de promover a segurança pública, direito fundamental, não só dos cidadãos em geral, mas igualmente dos seus agentes públicos.

Especificamente sobre a responsabilidade objetiva do Estado de responder por danos causados a funcionários atuantes na manutenção da segurança em presídios, colaciono os seguintes julgados:

ESTADO DO PARANÁ APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 1.601.676-1, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. REMETENTE: JUIZ DE DIREITO RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO APELANTE 1: PATRÍCIA LECH BRANCO APELANTE 2: ESTADO DO PARANÁ APELADOS: OS MESMOS. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO. Ação de indenização por danos morais e materiais. Morte de agente de monitoramento do sistema penitenciário. Crime cometido por membros do PCC, em razão da profissão da vítima. Responsabilidade objetiva do ente público. Nexo de causalidade demonstrado. DANOS MORAIS. Valor da indenização reduzido.Precedentes. DANOS MATERIAIS. Pensão mensal devida, na razão de 2/3 da remuneração da vítima. Termo final. Aplicação da tabela de expectativa de vida, do IBGE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Valor reduzido. Recurso 1 provido. Recurso 2 parcialmente provido. Sentença mantida, no mais, em sede de reexame necessário. (TJ-PR - REEX: 16016761 PR 1601676-1 (Acórdão), Relator: Ruy Cunha Sobrinho, Data de Julgamento: 07/02/2017, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1979 01/03/2017)

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - MORTE DE AGENTE PENITENCIÁRIO - VINGANÇA DE DETENTOS - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO - TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - RELAÇÃO DIRETA ENTRE A FUNÇÃO PÚBLICA DESEMPENHADA PELA VÍTIMA E O CRIME PERPETRADO - NEXO DE CAUSALIDADE - COMPROVAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - DEVER DE INDENIZAR - VALORES - FIXAÇÃO - CRITÉRIOS. - A teoria do risco administrativo surgiu como fundamento da responsabilidade objetiva do Estado, ou seja, uma vez constatado que o ente público tem mais poder do que o administrado, passou a não se considerar justo que, em caso de prejuízos oriundos da atividade estatal, tivesse ele que se emprenhar em comprovar culpa para conquistar o direito à reparação dos danos. Nesse caso, a responsabilidade do Estado independe da prova de culpa, bastando que se demonstre o fato administrativo, assim considerado como qualquer forma de conduta, comissiva ou omissiva, atribuída ao ente público, o dano e o nexo causal entre um e outro. - No caso em que o pai da autora foi assassinado, a mando de detentos, em razão da sua qualidade de agente penitenciário, isto é, demonstrado que a motivação do crime teve relação direta com a atividade pública exercida pela vítima em prol da coletividade, tem-se caracterizada hipótese de responsabilidade civil objetiva do Estado, fundada na teoria do risco administrativo. - Primeiro recurso provido, para redimensionar as indenizações fixadas a título de danos morais e materiais. Recurso adesivo prejudicado. (TJ-MG - AC: 10073090485811001 MG, Relator: Eduardo Andrade, Data de Julgamento: 29/04/2014, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/05/2014)

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - MORTE DE AGENTE - AUXILIAR DE CARCERAGEM DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO CONFIGURADA - FATO DE TERCEIRO - IRRELEVÂNCIA - DANOS MORAIS COMPROVADOS - MANUTENÇÃO DO QUANTUM - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 54 E 362 DO STJ - RECURSO DE

APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. 1 - Independentemente do ato ter sido praticado por terceiros (presos), o Estado tem o dever de zelar pela incolumidade física e moral dos seus servidores, fornecendo-lhes condições de segurança para o exercício de suas atividades. 2 - O presente caso trata de responsabilidade civil do Estado, na modalidade objetiva, uma vez que o evento danoso decorreu da omissão do ente estatal. 3 - Em que pese fosse aplicada a responsabilidade subjetiva do ente estatal, a mesma estaria perfeitamente configurada. 4 - O Dano Moral, no caso sub judice, independe de prova da perturbação da esfera íntima dos lesados, pois, repercutiu de modo peculiar em cada uma dessas pessoas, tendo origem no sofrimento e no trauma dos familiares, tratando-se de presunção absoluta, devendo ser avaliado o quantum pelo Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, para que não seja um valor ínfimo, nem tão alto este valor, que cause enriquecimento ilícito, sendo arbitrado em 100 salários mínimos nacionais para cada autor. 5 - Em Reexame Necessário, manteve-se os valores referentes à indenização por danos morais, devendo ser corrigidos monetariamente pelo índice INPC, a partir do julgamento da sentença de 1º grau, bem como deverá incidir juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até o seu efetivo pagamento, nos termos do art. 406, do Código Civil.' (TJPR - 1ª C.Cível - ACR 587114-1 - Foz do Iguaçu - Rel.: Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 10.11.2009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MORTE DE DETENTO - REBELIÃO EM PENITENCIÁRIA ESTADUAL - OMISSÃO ESTATAL - ARTIGOS 5º XLIX E 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DECISÃO SINGULAR REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O Estado deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade física dos detentos sob sua guarda, para que não haja falha ou omissão no serviço ou para que este serviço não seja ineficiente, a ponto de ocorrerem mortes desnecessárias (faute de service). De modo que é responsável pelos presos sob sua custódia, configurando culpa in vigilando a morte de detento ocorrida nas dependências de estabelecimento prisional. 2. Pela teoria da responsabilidade objetiva, o Estado responde pela morte do encarcerado sob sua custódia, ao menos que se comprove culpa exclusiva da vítima, ou outras circunstâncias excludentes da responsabilidade (caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, exercício regular de direito)' (TJPR, 4ª Câm.Civ., AI nº 448838-6, rel. Regina Afonso Portes, j. em 06/05/2008)

Dessa forma, há que se demonstrar, para fins de indenização, apenas ocorrência do acidente de trabalho (o que, no caso dos autos, é incontroverso) e o nexo de causalidade ou concausalidade entre a conduta e o dano. Passo, portanto, à análise das provas dos autos.

(...)'

Quanto à prescrição,adecisão da Turma está em consonância com a manifestação reiterada do TST, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS N os 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N o 13.467/2017 - DESCABIMENTO. 1. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAIS DECORRENTES DE DOENÇA PROFISSIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DE TRABALHO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. 1.1. O termo inicial do prazo prescricional da pretensão de indenização por danos decorrentes de doença profissional equiparada a acidente do trabalho é a data em que o trabalhador teve ciência inequívoca da incapacidade laboral ou do resultado gravoso, ante a compreensão da Súmula 278 do STJ, no sentido de que 'o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade do trabalho'. **Da expressão 'ciência inequívoca da incapacidade', infere-se que não se trata da ciência das primeiras lesões da doença, mas da efetiva consolidação da moléstia e da consequente repercussão na capacidade de trabalho do empregado. 1.2. No caso concreto, conforme se extrai do acórdão regional, a ciência inequívoca da doença profissional ocorreu no curso da presente ação, quando da realização da perícia (STF, Súmula 230).** 2. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE. A transcrição de trecho da decisão recorrida que não consubstancia o prequestionamento da controvérsia equivale à inobservância do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TST - AIRR: 26183820135020435, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 08/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESCRIÇÃO - ACIDENTE TÍPICO DE TRABALHO. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA LESÃO. Diante da aparente divergência jurisprudencial demonstrada, deve ser processado o recurso de revista para melhor exame da matéria. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se dá provimento . RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO - ACIDENTE TÍPICO DE TRABALHO. AMPUTAÇÃO DE DOIS DEDOS DA MÃO DIREITA. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA LESÃO. Nos moldes da Súmula 278 do STJ, 'O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral'. Esta c. Corte possui o entendimento de que a ciência inequívoca das lesões em casos de

acidente típico de trabalho é a data em que, de fato, há conhecimento da consolidação das lesões, a fim de que se possa avaliar a repercussão do acidente na capacidade do empregado em retornar às atividades laborais e rotineiras. **No presente caso, ainda que a prova da limitação funcional ocorreu por perícia técnica judicial, realizada no prazo de dois anos da demissão do autor, o que efetivamente é razoável, na medida em que a extensão das lesões decorrentes de amputação de dois dedos não retrata acidente cujas sequelas possam ser conhecidas de imediato**. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se nega provimento. (TST - RR: 23432520145020057, Data de Julgamento: 24/04/2019, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/04/2019)

Não é razoável admitir que a manifestação reiterada do Tribunal Superior do Trabalho seja *contra legem* ou em afronta à Constituição Federal. Assim, por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos invocados, sendo inviável o seguimento do apelo, inclusive por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

Ademais, aalegação de divergência jurisprudencial, na hipótese, não viabiliza o recurso, porque aresto oriundo de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, do STFe do STJ não enseja o conhecimento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, alínea 'a', da Consolidação das Leis do Trabalho e da Orientação Jurisprudencial 111 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

No mérito,a Turma claramente expôs os fundamentos da condenação da recorrente, conforme o seguinte trecho:

Por certo, não resta necessário adentrar em discussões acerca de quem deveria responder pela segurança dos estabelecimentos prisionais. Se hodiernamente pode ser inviável ou inimaginável adotar medidas de segurança aptas a coibir eventos tais como o narrado nos presentes autos (agressão de preso contra agente penitenciário), não se pode dizer que o risco dessa atividade não possa ser atenuado. Dizer-se então, que ao empregador não se pode impor nenhuma ordem de responsabilidade decorrente da proteção à integridade de seu empregado, por ser atribuição exclusiva do Estado, não é razoável. Ambos os contratantes - empresa terceirizada e Estado - são, no presente caso, responsáveis pela manutenção de um ambiente de trabalho hígido e seguro aos seus trabalhadores.

Portanto, não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2; Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4; Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3; Turma, DEJT de 13.11.2009).

O posicionamento adotado no acórdão recorrido reflete a interpretação dada pelo Colegiado aos preceitos legais que regem a matéria. Essa ofensa, ainda que fosse possível admiti-la, seria meramente reflexa, insuficiente, portanto, para autorizar o trânsito regular do recurso de revista.

Quanto à aplicação da teoria da responsabilidade objetiva, também é incontroverso que a atividade do obreiro era de risco, pois, é notório que os presídios são alvo constante de diversas situações de violência, pela própria natureza de tais estabelecimentos. Assim, não há dúvida do risco que envolvia a prestação de serviços do reclamante, tampouco do fato de que a empregadora e o litisconsorte conheciam o perigo iminente daquele trabalho.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, por exemplo, de que o ESTADO é o único responsável pelos danos causados ao autor, dentre outras, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000366-79.2017.5.11.0012

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	TEREZINHA DE JESUS DA COSTA FERNANDES

ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)
RECORRIDO	MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADO	VANESSA CRISTINA ZIGGIATTI PADULA(OAB: 188648/SP)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
ADVOGADO	IVO NICOLETTI JUNIOR(OAB: 111254/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TEREZINHA DE JESUS DA COSTA FERNANDES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	TEREZINHA DE JESUS DA COSTA FERNANDES
Advogado(a)(s):	TALES BENARRÓS DE MESQUITA (AM - 3257)
Recorrido(a)(s):	MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA.
Advogado(a)(s):	IVO NICOLETTI JÚNIOR (exclusividade - id. 792d9d6)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. 26f6135 ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 2a4df98).

Regular a representação processual (id. 474ab14).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 637e455), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material/Doença Ocupacional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 187 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 944 do Código Civil;artigo 949 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil;artigo 832 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega que que o acórdão reconhece que a recorrente não está incapacitada parcial ou permanentemente para o trabalho, mas não especificou o grau ou o percentual da redução da capacidade laborativa, fixando uma indenização no valor de R$ 10.000,00.

Suscita a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que a Turma não considerou a extensão do dano sofrido pela recorrente e não se pronunciou expressamente sobre os critérios utilizados para arbitramento da reparação por danos materiais, especificamente o grau ou o percentual da redução da capacidade laborativa.

Consta no v. acórdão (id. daeadc1):

'(...)

Dano moral e material - quantum Indenizatório

Insta esclarecer que o quantum indenizatório, além de buscar o ressarcimento do dano e tentar coibir a prática reiterada da conduta ofensiva, deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, atentando tanto para a situação econômica da recorrente, quanto do recorrido.

Não obstante o reconhecimento do nexo concausal entre as patologias que acometem a reclamante e as atividades exercidas durante o pacto laboral no reclamado, foi demonstrada a incapacidade temporária da autora, atestada pelo INSS, com necessidade de tratamento médico e fisioterápico (id df240af a 1ca6508).

Desse modo, tendo em vista que a medida visa atenuar o sofrimento vivenciado pela empregada e a abstenção da conduta culposa da reclamada, cumprindo verdadeiro papel pedagógico, e atentando para o dano sofrido, o nexo concausal estabelecido, bem ainda, considerando a perda parcial e temporária da capacidade laborativa, bem como em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitra-se o valor de R$10.000,00 a título de danos morais e R$10.000,00 por danos materiais, incluindo os danos emergentes, lucros cessantes, despesas médicas e a pensão devida, consoante os arts. 949 e 950

do CC.

(...)'

No presente caso, o acórdão foi expresso ao indicar os critérios adotados na fixação dos valores a título de indenização por dano material, quais sejam, o critério pedagógico, atentado ao dano sofrido, o nexo concausal estabelecido ea perda parcial e temporária da capacidade laborativa. Portanto, não se reconhece violação dos artigos 93, IX, da Constituição da República, 489 do Código de Processo Civil e 832 da Consolidação das Leis do Trabalho em face de julgado cujas razões de decidir são fundamentadamente reveladas, abarcando a totalidade dos temas controvertidos. Havendo, no acórdão, a descrição das razões de decidir do órgão julgador, aprecia devidamente as questões jurídicas em discussão nos autos e indicando, de forma fundamentada, as razões do seu convencimento, tem-se por atendida a exigência de fundamentação inserta nos referidos dispositivos, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, não havendo falar em nulidade da decisão por negativa de prestação jurisdicional. Portanto, consubstanciada a entrega completa da prestação jurisdicional, não há como arguir nulidade.

Ressalto que o conhecimento do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional possui campo restrito, consoante os termos da Súmula 459 do TST, restando prejudicada a análise dos demais dispositivos invocados pela recorrente no presente tópico.

No mérito, como pode ser observado pelo confronto das razões revisionais com os fundamentos do acórdão, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial. Ademais, o valor da indenização por danos materiais não viola os artigos 944 e 950 do CC. Por outro lado, tendo em vista o que determina o artigo 5º, V, da Constituição Federal, a fixação do valor da indenização por danos morais deve pautar-se por critérios de proporcionalidade e de razoabilidade.

Por fim,a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista, a pretexto da divergência jurisprudencial indicada (Súmula nº 296, I, do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002215-14.2016.5.11.0015

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	MARIA DAS GRACAS DA SILVA ROCHA
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RECORRIDO	SAMEL SERVICOS DE ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DAS GRACAS DA SILVA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA ROCHA
Advogado(a)(s):	FELIX DE MELO FERREIRA (AM - 3032)
Recorrido(a)(s):	SAMEL SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO
Advogado(a)(s):	SÉRGIO ALBERTO CORREA DE ARAÚJO (AM - 3749)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 23/08/2019 - id. 55807af ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 32e1fba).
Regular a representação processual (id. ccdfddb).
Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. be87d16), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Assédio Moral.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso V do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso II do artigo 21 da Lei nº 8213/1991;artigo 927 do Código Civil.
O recorrente tece inicialmente um resumo dos fatos, alegando que 'em julho de 2016 sofreu assédio moral nas dependências da reclamada que lhe acarretaram os primeiros sintomas de depressão. Desde a referida data, vem usufruindo licença médica reiteradamente e fazendo tratamento psiquiátrico e psicológico'.
Pugna pela reforma do julgado, para que seja reconhecido o assédio moral e a reclamada condenada ao pagamento de indenização por dano moral.

Consta no v. acórdão (id. 963a623):
'(...)
MÉRITO
Assédio moral. Doença ocupacional.
Na inicial/emenda, a autora informou que em 18.7.2016, ao chegar ao trabalho, foi repreendida pelos Srs. Laura Prado (coordenadora), Paulo Correia (gestor) e Cláudia (encarregada), que afirmaram que não estava realizando um bom serviço e seria trocada de turno para ser vigiada, receber penalidades e, por fim, dispensada por justa causa.
Pontuou que após esse fato sentiu-se mal, sendo afastada do trabalho por 5 (cinco) dias e que no dia 8.8.2016 o Sr. Paulo ameaçou chamar a polícia após a autora ter dito que havia gravado a conversa ocorrida que 18.7.2016; que desde então passou a ser tratada de forma diferenciada por seus supervisores; que a Sra. Cláudia não a cumprimentava e o Sr. Paulo comparecia no turno da noite para fiscalizar o seu trabalho.
Afirmou que a partir da referida data, vem usufruindo licenças médica reiteradamente e submetendo-se a tratamento psiquiátrico e psicológico.
Destacou que o quadro foi desencadeado após 'vivência traumática' em seu local e trabalho, conforme parecer psicológico juntado aos autos.
Esclareceu, por fim, que em setembro de 2016 requereu auxílio-doença ao órgão previdenciário, tendo sido concedido até 16.11.2016.
Em suas razões recursais, alegou que não há como ser mantida a sentença, tendo em vista que se aposentou por invalidez, por conta do quadro depressivo grave.
Aduziu que os laudos médicos periciais do INSS (id 4701fe6) demonstram que houve evolução do seu quadro clínico até ser constatado que não tinha mais capacidade laborativa.
Destacou que ficou doente em razão do ambiente hostil de trabalho a que fora submetida.
A recorrida, tanto em sua defesa quanto em contrarrazões, negou ter havido alegado assédio moral.
Analiso.
Inicialmente, cumpre esclarecer que o assédio moral consiste na prática reiterada pelo empregador de atos tendentes a denegrir os direitos de personalidade do trabalhador, reduzindo sua auto-estima, a ponto de forçar a ruptura do liame contratual por vontade própria do empregado.
Sua configuração exige não só a agressão de natureza moral como também a frequência de sua realização, de modo a tornar insuportável para o empregado a manutenção do vínculo laboral.
No presente caso, o ônus da prova incumbia à autora, ora recorrente, nos termos do art. 818, I, da CLT.
Em seu interrogatório, a recorrente confirmou os termos da inicial e esclareceu (id 917614e - pág. 1):
'que está em gozo de benefício previdenciário, mas não lembra desde quando; que também gozou benefício previdenciário durante o vínculo com a reclamada, embora não recorde o período; que ambos os benefícios são do tipo auxílio-doença comum (código 31).'
A testemunha arrolada pela recorrente não respondeu ao pregão, tendo sido homologada a desistência da produção da prova (id 917614e - pág. 1).
Por sua vez, a testemunha da reclamada esclareceu quanto ao alegado assédio (id 917614e - pág. 1):
'que trabalha na reclamada desde 11/12/2014, como Encarregada de Serviços Gerais; que trabalhou com a reclamante, embora não se recorde o período, mas lembra que foi coordenadora da reclamante; que a reclamante sempre trabalhou no terceiro turno; que conhece a Sra. Laura Prado, o Sr .Paulo Correia e a uma encarregada por nome Claudia; que não sabe se a reclamante teve problema com alguma dessas pessoas. Às perguntas da reclamada, respondeu:que a depoente não participou de nenhuma reunião ocorrida no dia 18/07/2016, mas sabe que essa reunião ocorreu com a reclamante; que a encarregada Claudia falou que a Sra.

Graça ia ser trocada de horário, foi conversado com ela, ocorreu um acordo, que a reclamante teria aceitado a troca de horário e foi concedido um prazo para ela se organizar sobre essa troca de horário; que a depoente não presenciou essa conversa; que não recorda bem quando a reclamante foi trocada de horário, mas foi em julho mesmo, e a reclamante passou para o horário da tarde, das 13h40min às 22h; que nunca presenciou a Sra. Laura, a Sra. Claudia, nem o Sr. Paulo ameaçando a reclamante de ser dispensada ou perseguindo-a. Nada mais.'

Compulsando os autos, infere-se que a recorrente inicialmente foi afastada de suas atividades pelo órgão previdenciário (id 4701fe6 - pág. 6) para gozo de auxílio-doença (código 31), de acordo com a perícia realizada em 5.10.2016, na qual constou o CID F32.1 (episódio depressivo moderado). No referido laudo médico pericial foi consignado que a autora informou que a lesão não ocorreu no trabalho. Também ficou registrado que a recorrente fora atendida pelo psiquiatra Thiago Medina, em 15.9.2016, que indicou o CID F32.1 (episódio depressivo moderado).

Ressalte-se que o referido diagnóstico, F32.1, foi apontado pelo referido médico em atestados datados de 18.8.2016 (id 67a7994) e 15.9.2016 (id 7ec4353).

Considerando que a ação foi ajuizada em 13.10.2016, fica claro que a recorrente se encontrava no gozo de auxílio-doença (cód. 31), conforme comunicação de decisão de deferimento do benefício (id 3ba44e7 - pág. 1), tendo sido periciada pelo médico do INSS em 5.10.2016.

Em 19.1.2017 a recorrente foi novamente submetida à perícia oficial do INSS, oportunidade em que o perito alterou o CID para F431 (estado de 'stress' pós-traumático), bem com reconheceu o nexo profissional e alterou o benefício para cód. 91, tendo permanecido o referido CID até a última avaliação juntada aos autos, por determinação do juízo, qual seja, 12.1.2018 (id4701fe6 - pág. 7).

A reclamante foi enfática ao declarar que seu estado depressivo teve início após o suposto assédio ocorrido em 18.7.2016, sendo a questão principal do presente apelo.

O alegado assédio, bem como supostamente ocorridos em 8.8.2016 e posteriores, sem que houvesse indicação das respectivas datas, não foram provados nos autos.

A reclamada não negou a realização da reunião oorrida em 18.7.2016, porém afirmou que se tratou da mudança de turno da recorrente, teoricamente mais benéfico, pois passaria a trabalhar pela parte da tarde/noite (13h40 às 22h), enquanto antes havia trabalhado somente pela parte noturna (22h/6h), o que foi confirmado pela testemunha indicada pela reclamada que, inclusive, nunca presenciou qualquer perseguição à autora.

Em relação ao DVD juntado aos autos pela autora, causa estranheza que tenha ela se preparado para gravar a conversa com seus superiores.

Explico.

A recorrente afirmou explicitamente que seu quadro depressivo foi desencadeado após uma reunião realizada em 18.7.2016, na qual supostamente teria sido ameaçada de ser demitida por justa causa. Assim, é de se questionar por qual motivo gravou a conversa se, até então, tudo corria bem no ambiente de trabalho. Ora, se os supostos assédios ocorreram após a referida data, indaga-se por qual razão já foi preparada para gravar a mencionada reunião.

Observando o princípio do contraditório e da ampla defesa, a juíza disponibilizou a gravação à reclamada, concedendo prazo para manifestação às partes.

Em sentença, a magistrada manifestou-se nos seguintes termos em relação ao áudio, verbis (id be87d16 - pág. 2)

'A prova em áudio juntada pela reclamante não demonstra qualquer conduta capaz de configurar assédio moral. Houve apenas uma conversa entre o referido gestor da reclamada e a reclamante, bem como a troca de turno desta.'

Digno de nota, ainda, é o fato de a autora ter sido diagnosticada com episódio depressivo moderado e, após ter ficado certo período afastada de suas atividades (2.9.2016 a 16.11.2016) gozando o benefício auxílio-doença (cód. 31), ter sido constatado por perícia realizada em 19.1.2017 (id 4701fe6 - pág.3), ou seja, 6 meses após a reunião de 18.7.2016, estar passando por estado de stress pós-traumático, em razão do ambiente de trabalho conflituoso.

Destaque-se, por fim, que se o juízo não está adstrito a laudo pericial, nos termos do art. 479 do CPC, o mesmo ocorre com laudo pericial elaborado por médico do INSS.

Considerando que não houve a comprovação de assédio fica prejudicada a análise de qualquer exame de nexo causal/concausal.

Nada a reformar.

Prejudicada a análise dos pedidos de indenização por danos morais, materiais e indenização estabilitária.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o teor quase integral do acórdão dentro do tópico recorrido, o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz

Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000248-63.2018.5.11.0014

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	FRANCISCO RICARDO GOMES
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RECORRIDO	YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
ADVOGADO	NATASHA RODRIGUES QUEIROZ(OAB: 13200/AM)
ADVOGADO	EVANETE BATISTA FROTA(OAB: 4635/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO RICARDO GOMES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	FRANCISCO RICARDO GOMES
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(a)(s):	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 08/08/2019 - id.b2a2220; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. ea8ff86).

Regular a representação processual (id. 714a186, a85ec71, f9f4315).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 87f9066), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos V e X do artigo 5º;artigo 225 da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil.

Alega que a decisão da Turma, ora combatida, não está em harmonia com os princípios gerais do direito, quais sejam, o princípio da verdade real e o da razoabilidade. Assim, pugna pela reforma da decisão, para o fim de reconhecer o nexo de causalidade entre a doença e o trabalho e, consequentemente, condenar a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral e material.

Consta no v. acórdão (id. f3a1eb3):

'(...)

Dano Moral/ Material - Da Ausência do Nexo Causal e Concausal - (Patologia nos Quadris e Joelhos)

Pugna o Reclamante pela reforma da decisão com o objetivo de caracterizar a presença de nexo causal entre a patologia apresentada e o exercício das funções.

Em suas razões afirma que ingressou no serviço saudável e apto para o exercício das funções, todavia, no decorrer de seu contrato de trabalho, foi diagnosticado com D48.0 - ; M17.9 - Artropatia

insipiente do quadril, Redução do espaço entre o trocanter menor e o ísquio, determinando focos de edema muscular, Discreto edema entre o trocanter maior e o trato ilio-tibial, por provável atrito (esquerdo/direito); M19.9 -Joelho E - Patela alta segundo as medidas de Caton-Descamps lateralizada com joelho em extensão, Edema da Porção infrapatelar lateral da gordura de Hoffa, indicando hiper pressão lateral da patela, Alteração de sinal da cartilagem hialina com edema da medular óssea subcondral, Pequeno derrame articular; Joelho D - Ligamentoplastia do cruzado anterior, Lesão óssea-condral destacada na região de carga lateral do planalto tibial; T93.6 - Seqüelas de esmagamento ou desgaste de membro inferior,todas constantes do Anexo III, Lista B, do Decreto nº 6.957/2009, como DOENÇAS DO SANGUE; SISTEMA CIRCULATORIRIO e OSTEOMUSCULAR E DO TECIDO CONJUNTIVO E TRAUMATISMO, RELACIONADAS COM O TRABALHO (GrupoIII, XIII e XIX da CID-10), intervalos; D40-D49, M00-M25, T90-T98. Declara que foi afastado algumas vezes pelo INSS pelo código 31.

A reclamada, por sua vez, aduz que não há nexo causal entre a patologia apresentada e o exercício das funções.

Analiso.

Considero desde já o laudo pericial ileso de qualquer irregularidade. Não obstante as alegações do Reclamante de sofrer de doenças que comprometem os quadris e joelhos, o objetivo desse processo é constatar o NEXO CAUSAL/CONCAUSAL entre a doença e o exercício das funções, e não atestar a existência da doença em si.

A conclusão do laudo pericial é clara quanto a ausência de nexo causal e concausal entre as patologias e o trabalho executado na reclamada. Vejamos (ID. 5fb7c51):

' Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal ou concausal entre as patologias dos membros inferiores do Autor e o trabalho executado na Reclamada. '

O Laudo é bem enfático na explicação de o labor não demandar esforço relacionado a carregamento de peso excessivo , transporte de cargas, posturas forçadas, vibração de corpo inteiro, uso de pedais duros, esforço estático ou outras formas de sobrecarga para os membros inferiores, Ademais, o Laudo declarou que a origem da patologia do autor é de cunho idiopático (tumor ósseo) e degenerativo sem qualquer relação com qualquer tipo de trabalho.

Vejamos: (ID. 5fb7c51 - Pág. 16):

'Em nenhum momento o trabalho desempenhado pelo Autor demandou esforços relacionados ao carregamento excessivo de peso acima dos limites preconizados pelo NIOSH, transporte de cargas, posturas forçadas, exposição à vibração de corpo inteiro, uso de pedais duros, esforço estático ou outras formas de sobrecarga para os membros inferiores. É necessário ressaltar ainda que as patologias descritas nos exames do Autor são de cunho idiopático (tumor ósseo) e degenerativo sem qualquer relação com qualquer tipo de trabalho.'

Certa está a sentença quando afirma que o Reclamante não faz jus ao recebimento de indenização por danos morais e materiais, pois ausente o nexo causal e concausal.

Ainda que presente a patologia, a mesma não se originou e nem foi agravada pelo desenvolvimento das funções na reclamada. Além disso, a autora não está incapacitada para o labor.

Destaque-se que não há nexo técnico epidemiológico (NTEP), conforme demonstrado no Laudo Pericial, bem como a licença concedida pelo INSS foi deferida sob o código 31 e não 91.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL OU CONCAUSAL DA DOENÇA COM O TRABALHO. Descabe a pretensão indenizatória por danos morais e materiais quando provado nos autos, por meio de exame pericial, a inexistência de nexo de causalidade e/ou concausalidade da doença com a função exercida. Recurso a que se nega provimento. (TRT - 11 00020650920155110002, Relator : FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE)

Diante do exposto, considerando a ausência de nexo causal e concausal e a inexistência de qualquer elemento nos autos capaz de contrapor a conclusão pericial, mantenho a improcedência de todos os pedidos que têm como causa de pedir a alegação de doença ocupacional.

Posto isso, mantenho a sentença.

(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, portanto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001324-74.2017.5.11.0009

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	PELMEX DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)
RECORRIDO	RUBENILSON DUARTE MORAES
ADVOGADO	HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO(OAB: 5350/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PELMEX DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	PELMEX DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(a)(s):	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA (EXCLUSIVIDADE
Recorrido(a)(s):	RUBENILSON DUARTE MORAES
Advogado(a)(s):	HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (AM - 5350)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. ; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. 6c7481f).

Regular a representação processual (id. 033d843).

Satisfeito o preparo (ids. 7a6dcdb, f695738, cf8df03, ce30373 e 193c728).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso V do artigo 5º;inciso X do artigo 5º;inciso XXVIII do artigo 7º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

A reclamada, ora recorrente, alega inicialmente que o laudo pericial afirma que o recorrido possui alterações degenerativas e que, mesmo sem qualquer exposição ao trabalho, existe um agravamento de seus sintomas. Assim, o quadro clínico do autor independe do labor, portanto, não é possível estabelecer nexo concausal entre o labor e a doença do recorrido.

Alega ainda, a necessidade de se revisarem os valores arbitrados a título de indenização por dano moral e material, sendo que, no presente caso, verifica-se a inobservância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ao arbitrar a indenização por dano moral na quantia de R$ 10 mil reais.

Em relação ao dano material, assevera que o recorrido está acometido de doença degenerativa, que não houve incapacidade laboral e que o autor poderá trabalhar em qualquer atividade que respeite as suas restrições.

Consta no v. acórdão (id. 754f53b):

'(...)

MÉRITO

1. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.

A Reclamada, em grau recursal (ID. 36d9fc8), argumenta ser indevida a sua condenação, porquanto, as patologias que acometem o Autor teriam natureza degenerativa, sem qualquer relação com o labor.

Examina-se.

O juízo recorrido (ID. 7a6dcdb - Pág. 4) reconheceu a existência de doença ocupacional, nos moldes abaixo:

(...) No presente caso, realizou-se perícia médica para apuração do nexo causal ou concausal entre a doença adquirida, a atividade desempenhada e o ambiente de trabalho, além da verificação da existência de redução da capacidade laborativa em razão da doença, em relação à atividade exercida na reclamada e para outras atividades.

O laudo técnico apresentado pelo perito do Juízo, Dr Maurício A. M.

Pereira, foi elaborado de forma precisa e minuciosa, após a realização de todos os exames necessários no reclamante e resposta a todos os quesitos que lhe foram elaborados pelos litigantes, revelando existir nexo de concausalidade entre a patologia na coluna lombar do Autor e o trabalho executado na Reclamada, afirmando, em sua conclusão (ID. 20cc4f9 - Pág. 18):
CONCLUSÃO
Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela existência de nexo concausal entre a patologia na coluna lombar do Autor e o trabalho executado na Reclamada. Não há relação entre a patologia degenerativa cervical e a mesma atividade laboral. O laudo médico pericial está concluído e finalizado com o estabelecimento do nexo concausal. Entretanto, apenas com a intensão de auxiliar o MM Julgador quando à relação de concausalidade podemos acrescentar que, segundo a classificação proposta pelo Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, a concausa no caso em questão pode ser graduada em GRAU II ou MÉDIA - MODERADA em relação à contribuição do trabalho para a patologia.
A reclamada apresentou autor apresentou impugnação ao Laudo Pericial, ID. 2e416cb, porém não convenceu este magistrado de eventual equívoco nas conclusões do laudo produzido pelo expert do Juízo.
É certo que o juízo não fica adstrito ao laudo pericial para deferimento das indenizações pleiteadas, nos termos do artigo 479/480 do CPC, podendo formar seu convencimento com base em outras provas existentes nos autos. Na presente hipótese, porém, inexiste qualquer elemento de prova que elida o valor probante do laudo pericial que se mostra idôneo para os fins colimados.
Assim, diante das provas produzidas nos autos, este Juízo entende, portanto, imperioso acolher a conclusão do laudo pericial (perito do juízo) e reconhecer o entre nexo de concausalidade a patologia que afeta a coluna do reclamante e o trabalho executado na reclamada.
Em relação à responsabilização da empresa pela doença ocupacional, entende-se que a empresa age com culpa quando não adota procedimentos de trabalho adequado e deixa de observar as normas de medicina e segurança laborais, uma vez que cabe ao empregador propiciar condições salubres de trabalho aos seus empregados e reduzir os riscos inerentes ao serviço, como exigem as normas de proteção à saúde, à higiene e à segurança do trabalho (art. 157, I e II, da CLT).
A manutenção de um ambiente de trabalho saudável e seguro é dever do empregador, que decorre do disposto nos arts. 7º, XXII, e XXIII, 200, VIII, e 225, § 3º, da Carta Constitucional, de modo que cabe ao sujeito passivo da relação de emprego assegurar a higidez do ambiente de trabalho.
Desse modo, evidenciado o dano, o nexo de causalidade entre a doença o e o trabalho do reclamante, bem como culpa da reclamada, entende-se presentes os requisitos da responsabilidade civil subjetiva, sendo, portanto, devida a compensação pecuniária, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição Federal. (...)

De plano, insta ressaltar que, somente, a patologia que acomete a **coluna lombar** do Autor será objeto de análise, tendo em vista que o laudo pericial não constatou a existência de liame entre o labor e a patologia na sua **coluna cervical** e o referido tema não fora objeto de controvérsia recursal.

Neste contexto, consoante disposto nos arts. 186, 187 e 927 do CC/02, todo aquele que causar dano a outrem tem o dever de repará-lo. Daí, extraem-se os três pressupostos da responsabilidade civil: ato ilícito (ação ou omissão, culposa ou dolosa); relação de causalidade; e dano experimentado pela vítima.

Inicialmente, verifica-se que os documentos médicos (ID. 1118c31) apresentados comprovam que o Autor está acometido da patologia na coluna lombar narrada na inicial, informação essa corroborada pelo Especialista do Juízo (ID. 20cc4f9).

Relativamente ao nexo de causalidade, a prova pericial concluiu que há nexo concausal com a patologia na coluna lombar do Autor e o labor por ele prestado em favor Reclamada. Veja-se (ID. 20cc4f9 - Pág. 18):

(...) CONCLUSÃO
Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela existência de nexo concausal entre a patologia na coluna lombar do Autor e o trabalho executado na Reclamada. Não há relação entre a patologia degenerativa cervical e a mesma atividade laboral. O laudo médico pericial está concluído e finalizado com o estabelecimento do nexo concausal.
Entretanto, apenas com a intenção de auxiliar o MM Julgador quando à relação de concausalidade podemos acrescentar que, segundo a classificação proposta pelo Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, a concausa no caso em questão pode ser graduada em GRAU II ou MÉDIA - MODERADA em relação à contribuição do trabalho para a patologia. (...)

Neste contexto, é certo que o Juiz não está adstrito ao laudo pericial (art. 479 do CPC/15), contudo, para se contrapor ao mesmo, deve possuir fortes elementos de convicção que o conduzam a ilações diferentes às do expert. Entretanto, no caso em apreço, não existem elementos capazes de afastar a validade das conclusões adotadas na prova técnica.

Neste ponto, no intuito de se contrapor à conclusão do laudo pericial, a Recorrente sustenta que o D. Especialista teria desconsiderado vários fatores que teriam, por si só, desencadeado

as patologias.

Contudo, as alegações não prosperam.

Inicialmente, tem-se que o laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 5) apurou os dados acerca das características físicas do Autor e de seu cotidiano, inclusive sobre a prática ou não de atividades físicas e esportes, a saber:

(...) Em relação ao seu histórico de saúde negou ser portador de doenças do tipo hipertensão, diabetes, gastrite, reumatismo ou doenças sistêmicas. Negou ainda acidentes, fraturas ou internações hospitalares.

Não faz uso de medicação controlada de forma contínua e negou tratamento psiquiátrico/psicológico. Sobre a prática de esportes, informou não estar praticando nenhum tipo de esporte ou atividade física atualmente. (...)

Outrossim, revela-se que o laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 8), descreveu minuciosamente a dinâmica laboral dos postos de trabalho ocupados pelo Autor, com base em provas documentais, inclusive com a participação de ambas as partes, a seguir:

(...)ESTUDO DA ATIVIDADE LABORAL

O estudo da atividade laboral in loco restou fatalmente prejudicado pelo fato de que o Autor não tinha qualquer posto de trabalho fixo uma vez que trabalhava por demanda de serviços corretivos. Dessa forma, a análise da atividade foi feita com base nas informações colhidas de ambas as partes durante a perícia, nos documentos acostados nos autos e que foram solicitados posteriormente (PPP, PCMSO, PPRA, Análises Ergonômicas, Fichas de Instrução de Trabalho, Atestados de Saúde Ocupacional e etc). (...)

E, com base nos elementos técnicos disponíveis, a perícia (ID. 20cc4f9 - Pág. 17) descreveu, com riqueza de detalhes, a dinâmica laboral do Autor, nos moldes abaixo:

(...) O trabalho realizado pelo Autor não se dava em posto fixo, atividade cíclica ou com características de repetitividade. **Entretanto, restou claro que se tratava de atividade francamente braçal com exigências de esforços relacionados ao carregamento de peso, transporte de cargas, posturas abaixadas forçadas e flexão do tronco, o que nitidamente representa sobrecarga lombar**. Em contrapartida, não houve relato ou comprovação de exposição à vibração de corpo inteiro, posturas forçadas com o pescoço, carregamento de peso sobre a cabeça ou outras formas de sobrecarga cervical. É necessário ressaltar que os exames acostados apontam alterações degenerativas associadas e que há agravamento sintomático expressivo na coluna lombar mesmo sem qualquer exposição ao ambiente laboral. (...) (ID. 20cc4f9 - Pág. 17).

Nesse aspecto, nota-se que, conforme destacado acima, a atividade laboral era inequivocamente de risco, porquanto, resultava em sobrecarga para a coluna lombar.

Ora, resta evidenciada a exposição do Obreiro a riscos ergonômicos para a coluna lombar.

Por outro lado, o laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 19) fora bastante minucioso no tocante à análise dos fatores extralaborais, nos moldes abaixo:

*(...) 1. O Reclamante foi acometido de alguma doença ocupacional? Os exames acostados apontam **alterações degenerativas** na coluna lombar e cervical - M51.9 e M50.9. (...)*

Outrossim, o laudo técnico (ID. 20cc4f9 - Pág. 17) deu conta de que as primeiras queixas de dor foram relatados, após 3 anos de labor, inclusive, os exames médicos datam de janeiro de 2014, o que sinaliza tempo de latência suficiente para o aparecimento da patologia, conforme especificado a seguir:

(...) O Autor foi admitido aos 33 anos de idade no dia 01/06/09 para a função de eletricista e desligado no dia 12/02/16 totalizando 6 anos e 8 meses de pacto laboral. As queixas de dor foram referidas na coluna vertebral a partir de meados de 2011/12 no período de transição de uma fábrica para outra. Entretanto, os exames que comprovam doença foram realizados em janeiro/14. (...)

Com efeito, a Reclamada não comprova qualquer elemento técnico apto a afastar os apontamentos periciais, tendo em vista que a sua insatisfação refere-se exclusivamente ao fato de que a perícia lhe fora desfavorável.

Por tais razões, a despeito das impugnações patronais, mantém-se o acolhimento da conclusão do Perito do Juízo e reconhece-se que a atividade laboral desenvolvida pelo Reclamante agravou a patologia em sua coluna lombar, caracterizando o nexo de concausalidade neste último caso, ponderando que a enfermidade tem também etiologia degenerativa.

Com efeito, o nexo de concausalidade, na legislação previdenciária, tem previsão expressa a respeito. Prevê o art. 21, inciso I, da Lei n. 8.213/91, que também se equipara ao acidente do trabalho 'o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação'.

Veja-se que a concausa também é considerada na responsabilização por danos, do mesmo modo que a causa principal, já que é uma causa paralela ou concomitante que serviu para desencadear ou agravar a doença.

Assim, a alegação da Reclamada, no sentido de que fatores alheios ao trabalho poderiam ter sido os agentes causadores das patologias diagnosticadas, não exclui o nexo de concausalidade, identificado como causa indireta destas últimas mazelas, por agravamento.

Desta forma, presentes os elementos DANO e NEXO DE

CONCAUSALIDADE, relacionados ao trabalho. Passa-se, portanto, à análise da responsabilidade do empregador.

Primeiramente, afasta-se a hipótese de responsabilidade civil objetiva, que se configura independente de dolo ou culpa, já que a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXVIII, deixa assente: *direitos do trabalhador urbano e rural] seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a* ***indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa****; (grifou-se)*

Em simples palavras, necessária a comprovação do dolo ou culpa da empresa para que haja a obrigação de reparar o dano.

Como se sabe, a responsabilidade civil do empregador decorrente do acidente de trabalho ou doença a ele equiparada é tipicamente contratual e, por conseguinte, há presunção relativa (juris tantum) de culpa.

Não há dúvidas que o empregador tem o dever (obrigação contratual) de oferecer condições de trabalho adequadas que assegurem a integridade física e moral do trabalhador, da qual só se exonera da responsabilidade civil se demonstrar culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

Em suma, cabe ao empregador provar que adotou todas as medidas preventivas estabelecidas pela norma protetiva laboral ou que o evento danoso foi decorrente de culpa exclusiva da vítima.

Especificamente quanto à pessoa do trabalhador, no ordenamento constitucional, foram introduzidos instrumentos de proteção, não só em relação ao aspecto prático do vínculo empregatício, como também no tocante aos direitos inerentes a sua personalidade, como se pode conferir no artigo 7º, que faz referência expressa a esses direitos, ipsis litteris:

Art. 7º *- São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

[...]

XXII - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

[[...]

XXVIII - Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

Frise-se que os dois incisos acima demonstram claramente a responsabilidade do empregador pela integridade do empregado no que tange à relação de emprego.

Além do disciplinamento constitucional sobre a matéria, a CLT, no capítulo que trata da segurança do trabalho, entre outras atribuições do empregador, é taxativa ao impor-lhe também a obrigação de 'fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados' (art. 166).

As regras de proteção à dignidade moral e aos direitos personalíssimos do empregado incidem e fazem parte do conteúdo necessário do contrato de trabalho, fazendo surgir uma série de direitos e obrigações, cuja violação é passível de sanção pecuniária.

Dessa forma, o empregador tem obrigação de adotar as diligências necessárias para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

Entretanto, conforme mencionado pelo laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 24), embora a atividade laboral desenvolvida pelo Autor fosse de inegável risco ergonômico, a Reclamada deixou de implementar adequada e tempestivamente medidas para neutralizá-los ou amenizá-los, a saber:

(...) 8. Havia programa de ginástica laboral na Reclamada?

Informou que a ginástica laboral se iniciou a partir de 2015.

9. O Obreiro laborou em jornada extraordinária?

Referiu que sim, quando necessário.

10. O uso de EPI's adequados poderiam ter evitado e/ou amenizado as lesões sofridas pelo Reclamante?

Nenhum EPI é capaz de neutralizar riscos ergonômicos.

11. A ausência e/ou diminuição dos esforços físicos realizados no labor, poderiam ter evitado e/ou amenizado as lesões sofridas pelo Reclamante?

Poderiam ter amenizado o quadro clínico encontrado no exame físico da coluna lombar.

12. A carga horária cumprida pelo Autor, somados a falta de uso de EPI's adequados e aos constantes esforços físicos e repetitivos, poderiam ter contribuído para o surgimento e/ou agravamento das dores em sua coluna cervical?

Uma vez que a atividade era considerada de sobrecarga lombar, quanto maior a exposição maior a chance de adoecimentos. (...)

Com efeito, a Ré não comprovou que adotou medidas eficazes tendentes a eliminar o reconhecido risco ergonômico das atividades laborais.

Nota-se, claramente, violação do dever de cautela pelo empregador, por omissão do dever de vigilância, proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores, imposto pelos arts. 7º, XXII, da CF/88 e 157 da CLT.

Assim, no que tange à culpabilidade, evidente a culpa da Reclamada, uma vez que deixou de cumprir com as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, como obviamente ocorreu na

hipótese vertente.

Mantém-se, portanto, o acolhimento da conclusão da Perita do Juízo e reconhece-se que a atividade laboral desenvolvida pela Reclamante agravou seu quadro patológico.

Logo, presentes o dano decorrente do trabalho (sequelas diagnosticadas), o nexo de concausalidade e a culpa (negligência), resta configurada a responsabilidade civil da Reclamada pela doença ocupacional, nos moldes do art. 7º, XXVIII, da CF, não havendo falar, portanto, em violação ao art. 5º, II, da CF.

Por essas razões, nega-se provimento ao apelo da Reclamada, no ponto.

2. MATÉRIAS COMUNS AOS RECURSOS

a) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM.

O Reclamante, em grau recursal (ID. 0a90a75 - Pág. 3), argumenta que o valor deferido não observa a extensão da lesão, nem observa o caráter pedagógico do instituto.

A Reclamada, em seu apelo ordinário (ID. 36d9fc8 - Pág. 10), impugnou a existência de dano indenizável, bem como, postulou, sucessivamente, a redução do valor atribuído à indenização.

Examina-se.

A dor moral é presumida nos casos de acidente do trabalho ou doença equiparada. Isso porque o dano existe in re ipsa, ou seja, independentemente de prova, que passa a ser dispensada dada a impossibilidade de concreção.

Em outras palavras, a ocorrência de acidente ou doença ocupacional faz presumir o impacto na esfera subjetiva do trabalhador, causando ofensa aos direitos da personalidade e à sua dignidade, razão pela qual deve ser objeto de reparação, a teor do art. 5º, incisos V e X, da Carta Magna.

In casu, os exames médicos e a prova pericial confirmaram a existência da patologia na coluna lombar do Reclamante e o liame com o labor na Reclamada, havendo nexo de concausalidade, consoante fixado no tópico anterior.

Além do mais, é inquestionável o sofrimento decorrente das moléstias agravadas pelo trabalho, mormente se falando na exposição a riscos ergonômicos ao longo de cerca de mais de 6 anos de pacto laboral com a Demandada, além das crises de dor e necessidade de realização de tratamento médico e fisioterápico, causando ao empregado evidente dor e angústia.

Acresça-se que foi confirmado, nesta decisão, que a Reclamada teve grau de culpa pelo agravamento da doença diagnosticada e possui capacidade econômica, sendo que, o cunho pedagógico da indenização impõe que esta seja fixada em valor que iniba e desestimule a reincidência na conduta ilícita, evitando-se, todavia, o enriquecimento ilícito de qualquer das partes.

Em relação ao quantum deferido, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, parâmetros e tetos a serem observados pelo magistrado na fixação do valor da indenização por danos morais (art. 223-G, da CLT), limitando, assim, a atuação jurisdicional.

É de se ressaltar que tais normas possuem viés eminentemente material-processual, e não apenas processual, na medida em que, além de interferirem na condução do processo, afetam diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de normas exclusivamente processuais, deve ser afastada a ideia de que os parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 13.467/2017 mereçam aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado inclusive no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada****. (grifamos)*

Ressalte-se que o dispositivo transcrito resguarda, também, os atos processuais já praticados.

No caso em análise, a sentença primária julgou procedente o pleito de dano moral, já sob a égide da nova lei, motivo pelo qual não há que se falar em situação jurídica consolidada anterior à vigência da Lei n.º 13.467/2017, tampouco há condição a ser resguardada.

No ponto, é de se notar, igualmente, que a Medida Provisória n.º 808 de 14 de novembro de 2017, que instituiu modificações na Lei n.º 13.467/2017, acerca dos parâmetros para fixação do quantum indenizatório do dano moral, perdeu sua vigência na data de 23/04/2018, de acordo com a disciplina do art. 62, §§3º e 7º, da Constituição da República, somente regendo os atos praticados durante este lapso (art. 62, §11, da CF/88), não incidindo no caso em apreço, portanto.

Logo, devem ser utilizados os parâmetros estabelecidos pela Lei atualmente em vigor para o cálculo da parcela, em virtude da aplicação imediata da norma para os atos praticados sob sua vigência.

Assim dispõe a redação do dispositivo acerca do tema (art. 223-G, da CLT):

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

À vista disso, devem ser aplicados os novos parâmetros de fixação da indenização por dano extrapatrimonial supra estabelecidos, uma vez que a condenação ao pagamento da indenização por danos morais se deu em decisão proferida após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017.

Nesse sentido, observa-se que o caput do artigo supra transcrito estabeleceu algumas balizas para se fixar o grau da ofensa experimentada pelo trabalhador e, com isso, enquadrá-la em umas das hipóteses de seu parágrafo primeiro.

In casu, houve ofensa à saúde do trabalhador, bem jurídico de maior relevância para o indivíduo. Conforme mencionado anteriormente, restou comprovado nos autos o exercício de atividades, pelo obreiro, com risco ergonômico para a coluna lombar, causando o agravamento da patologia, havendo, na hipótese, nexo de concausalidade.

Todavia, deve-se ponderar que há possibilidade de estabilização da dor, por meio de tratamento médico, e que, somente, as alterações degenerativas não são passiveis de cura integral, conforme pontuado pelo laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 20).

Tais condições autorizam o enquadramento da ofensa como de **natureza média.** Consequentemente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 223-G da CLT, a indenização deve observar o**teto de cinco vezes** o valor do salário do Reclamante, no importe de R$ 2.230,00, conforme TRCT (ID. 3f7be45).

Assim, em atendimento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa, já que, se por um lado, a moral de nenhuma pessoa é mensurável, por outro, o valor da indenização não pode ocasionar grande prejuízo financeiro à Reclamada, a ponto de colocar em risco a ordem social, apesar de precisar possuir efeitos pedagógicos, com amparo no que dispõe os arts. 223-G da CLT e 944, § único, do CCB, e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entende-se como adequado o valor da indenização fixado pelo juízo a quo em R$ 10.000,00, pois, em consonância com os parâmetros acima, assim como, com outras decisões desse colegiado.

Ante o exposto, **nega-se provimento** aos Recursos Ordinários do Reclamante e da Reclamada no particular.

b) INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. QUANTUM.

A Reclamada, em grau recursal (ID. 36d9fc8), assevera que inexiste incapacidade física e que o valor arbitrado encontra-se sobremaneira elevado.

O Reclamante (ID. 0a90a75 - Pág. 5), por sua vez, entende que a quantia arbitrada não cobre o prejuízo material experimentado pela redução da capacidade laboral, em decorrência do labor prestado em prol da Reclamada.

Examina-se.

Estando presentes todos os requisitos configuradores da responsabilidade civil: nexo de concausalidade, dano e culpa, tal como exposto, impõe-se a necessidade de se reparar o dano. No caso em apreço, este não se limitou ao abalo moral, foi também comprovado o dano material do Autor.

No aspecto, atestou, o D. Perito (ID. 20cc4f9 - Pág. 24), a restrição parcial e permanente da capacidade laboral do empregado, a saber:

(...)13. Atualmente o Reclamante possui alguma limitação nos movimentos ou na capacidade laborativa?

*Vide exame físico detalhadamente descrito e fotografado. O exame físico constatou que o Autor ainda está altamente sintomático com dor intensa na coluna lombar. Não houve incapacidade laboral durante o período efetivamente trabalhado. No momento encontra-se total e temporariamente incapacitado para o trabalho uma vez que está afastado desde julho/16. Mesmo após a alta médica e a cessação do benefício ainda restará uma perda parcial e permanente da capacidade laboral para atividades consideradas de risco ou sobrecarga vertebral sob pena de dor e agravamento. Nesses casos o **tratamento visa apenas a estabilização do***

***quadro e controle da dor, pois não há cura integral para alterações degenerativas. Não há limitações para atividades da vida cotidiana ou para sua vida social habitual**. (...)*

No caso, conforme analisado em tópico precedente, restou configurada a culpa da Reclamada, emergindo a responsabilidade de reparar os danos constatados. Nesse sentido que o Código Civil, de aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho, prescreve:

Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

Indene de dúvidas, portanto, que o Autor sofreu danos materiais aptos a ensejar sua reparação.

Relativamente ao quantum, deve ser ponderado que o Autor poderá laborar observada a sua restrição e que a impossibilidade de cura integral se dá, em virtude das alterações degenerativas, nos termos informados pelo laudo pericial (ID. 20cc4f9 - Pág. 20), a saber:

(...) 9. Mensurar a eventual capacidade residual de trabalho do Reclamante, dentro da sua área de atuação profissional ou em funções compatíveis.

*O Autor **poderá trabalhar em qualquer atividade que respeite suas restrições**.*

10. Há possibilidade de reversão do quadro, de modo que o Reclamante recupere a aptidão normal para o trabalho?

*Nesses casos o tratamento visa apenas a estabilização do quadro e controle da dor, **pois não há cura integral para alterações degenerativas**. (...)*

Outrossim, deve-se atentar que a contribuição do trabalho na doença, no caso, foi classificada como médio-moderada pelo Perito (ID. 20cc4f9 - Pág. 18), e que não há limitações para atividades da vida cotidiana do empregado.

A par disso, entende-se como razoável o valor fixado de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos materiais, em observância ao princípio da restituição justa e proporcional, nos limites da ocorrência e da extensão da lesão sofrida e do grau de culpa do ofensor, sem olvidar a situação econômica das partes, valor esse, ainda, em consonância com o patamar estabelecido por este órgão julgador em demandas similares.

Ante o exposto, **nega-se provimento** a ambos os recursos.

(...)'

No presente caso, a Turma decidiu acolher a conclusão da perita do Juízo, reconhecendo o nexo de concausalidade entre o quadro patológico da reclamante e a atividade laboral, utilizando, dentre outros fundamentos, o fato de a reclamada não ter comprovado que adotou medidas eficazes tendentes a eliminar o reconhecido risco ergonômico das atividades laborais e não ter apresentado outros elementos técnicos aptos a afastar os apontamentos periciais.

Observa-se, portanto,que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

No tocante ao quantum indenizatório, cumpre registrar que o arbitramento do montante se encontra dentro do poder discricionário do magistrado, em observância a critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, extraídos da análise do conjunto fático e probatório de cada demanda, como se verifica nos fundamentos exarados no acórdão.

Também não há se falar em violação dos artigos 5º, V e X, da Lei Maior. Isso porque os preceitos não definem uma tarifação para a proporcionalidade da indenização pelo dano sofrido, o que é reservado ao prudente arbítrio do julgador. Além disso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a reapreciação, em sede de instância extraordinária, do montante arbitrado para a indenização de danos morais e materiaisdependem da demonstração do caráter exorbitante ou irrisório do valor fixado. Não vislumbro, no caso concreto, extrapolação dos limites superiores ou inferiores da razoabilidade e da proporcionalidade nos valores arbitrado.

Por fim,a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista, a pretexto da divergência jurisprudencial indicada (Súmula nº 296, I, do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000613-41.2018.5.11.0007

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	PIONEER DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
ADVOGADO	CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES(OAB: 4693/AM)
RECORRIDO	ANA MARIA RIBEIRO PICANCO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PIONEER DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	PIONEER DO BRASIL LTDA
Advogado(a)(s):	NATASJA DESCHOOLMEESTER
Recorrido(a)(s):	ANA MARIA RIBEIRO PICANÇO
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (EXCLUSIVIDADE -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 0824a16; recurso apresentado em 23/08/2019 - id.a5889f7).

Regular a representação processual (id. 41ab139).

Satisfeito o preparo (ids. 9c1916b, 5100553 e 5c4a08c).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização/Estabilidade Acidentária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) incisos XXII e XXVIII do artigo 7º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil;artigo 118 da Lei nº 8213/1991;artigo 19 da Lei nº 8213/1991;artigo 20 da Lei nº 8213/1991;alíneas 'a' e 'c' do §1º do artigo 21 da Lei nº 8213/1991; §7º do artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente afirma que a Turma não examinou seus argumentos no que diz respeito à ausência de ato ilícito por parte da empresa e também não se pronunciou acerca do artigo 118 da Lei nº 8.213/91 e, ainda, da Súmula 378 do TST, razão pela qual pugna pela nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional.

Insurge-se, ainda, contra o v. acórdão recorrido, sustentando equívoco na valoração das provas trazidas aos autos, as quais, segundo alega, apontam para a inexistência de nexo de causalidade ou concausalidade entre o trabalho e o acidente sofrido pela recorrida, bem como a patente inexistência de culpa da recorrente, mostrando-se indevida, portanto, a indenização por dano moral. Além disso, em relação à indenização substitutiva da estabilidade acidentária, sustenta quea recorrida não preenche os requisitos exigidos pela Súmula 378, II, do TST.

Por fim, alega que, tendo em vista a improcedência dos pleitos contido na inicial, os honorários devem ser julgados improcedentes também. Caso não seja este o entendimento, requer a recorrente, desde já a aplicação 791-A da CLT, ou seja, torna-se devido o pagamento de honorários sucumbenciais pela parte vencida a parte vencedora do processo, devendo ser reformada a decisão nesse sentido, nesse item.

Consta no v. acórdão (id. 9c1916b):

'(...)

MÉRITO

RECURSO DA RECLAMANTE

a) DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA.

A Reclamante argumenta, em síntese, que a sentença respaldou-se unicamente no laudo pericial confeccionado nos autos, o qual, a seu ver, seria incoerente e imprestável como meio de prova. Sustenta que as demais provas dos autos indicam para a natureza ocupacional das patologias que a acometem.

Analisa-se.

Consoante disposto nos arts. 186, 187 e 927 do CC/02, todo aquele que causar dano a outrem tem o dever de repará-lo. Daí, extraem-se os três pressupostos da responsabilidade civil: ato ilícito (ação ou omissão, culposa ou dolosa); relação de causalidade; e dano experimentado pela vítima.

Nesta linha de raciocínio, a reparação dos danos demanda - além de prova segura no sentido de que o empregador praticou ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador - a demonstração do nexo causal ou concausal entre o prejuízo do trabalhador e o ato ilícito do empregador.

Quanto aos elementos dos autos, tem-se por incontroverso que a Reclamante está acometida das enfermidades nos ombros e coluna narradas na inicial, conforme se extrai dos laudos e atestados juntados ao ID. b8cbe61, ID. 479a3ec, ID. 226c946 e ID. 147fd2e, além de confirmado pelo Perito do Juízo ao ID. f7bc6f9 - Pág. 23.

Relativamente ao nexo de (con)causalidade, o expert concluiu que não haveria qualquer correlação entre as moléstias da Autora e o trabalho na Reclamada, nos seguintes termos (ID. f7bc6f9 - Págs. 22 e 23):

(...) Conforme detalhado posto a posto resta comprovado que houve apenas um único posto onde esteve exposta a fatores de risco ergonômico para o ombro direito que foi na fixação do grille onde trabalhou com a parafusadeira pendente à direita por curtos 60 dias entre julho/13 a setembro/13. Em nenhum dos postos houve sobrecarga para a coluna cervical. É necessário ponderar que os exames que comprovam as doenças reclamadas nos ombros foram realizados em junho/15 quando já estava fora do posto de risco há quase 2 anos, a comprovação dessas doenças se deu uma semana após retornar da licença maternidade (estava afastada a 4 meses desde janeiro/15), há alterações degenerativas descritas nos exames da coluna cervical e mesmo após o afastamento do trabalho informou piora progressiva das dores nos ombros e coluna cervical sem qualquer interferência do ambiente laboral, o que comprova nítido caráter extra laboral.

(...)

CONCLUSÃO

Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal ou concausal entre as patologias da coluna cervical ou dos ombros da Autora com o trabalho executado na Reclamada.

Assim, com base na conclusão do especialista, o juízo primário rejeitou o pedido de responsabilização civil da Reclamada pelos danos decorrentes das patologias.

Importante frisar que o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, nos termos do art. 479 do CPC/15, a fim de estabelecer o seu convencimento acerca da demanda.

Dessa forma, embora o douto Perito tenha concluído pela inexistência de nexo causal ou concausal entre as patologias e o trabalho da obreira, não há como se endossar completamente a conclusão pericial.

De início, verifica-se haver nexo técnico epidemiológico (NTEP) entre as doenças dos ombros da Reclamante e o trabalho por ela desempenhado na Reclamada, o que se extrai do cotejo entre o CNAE da Ré (ID. 25fc6f4 - Pág. 1) e o CID das moléstias nos ombros da Autora (M75.8 - ID. f7bc6f9 - Pág. 23).

Com efeito, a Lei nº 8.213/91, em seu artigo 21-A, define o nexo técnico epidemiológico (NTEP), a saber:

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.

Por assim dizer, o NTEP é um mecanismo que possibilita aferir a provável correspondência entre determinadas atividades com certas mazelas profissionais, tendo por base estudos estatísticos, e possibilita o reconhecimento de liame entre labor e doença, nos termos do artigo 337, §3º do Decreto nº 3.048/99, in verbis:

§ 3º Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID) em conformidade com o disposto na Lista B do Anexo II deste Regulamento.

Desse modo, a constatação do NTEP acarreta uma presunção relativa de que há nexo entre o labor e uma determinada patologia profissional. Tal presunção, por ser relativa, pode ser elidida por prova em contrário.

Uma vez reconhecido o nexo técnico, conforme definido pela

jurisprudência, presume-se não só o nexo causal entre a doença alegada e o trabalho desempenhado, como também o risco da atividade. Sendo assim, inverte-se o ônus da prova para o empregador, a quem cabe afastar a presunção relativa. Neste sentido:

PRESENÇA DO NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO ENTRE ATIVIDADE DA RÉ E DOENÇA OCUPACIONAL DA RECLAMANTE. PRESUNÇÃO DO NEXO CAUSAL E DA ATIVIDADE DE RISCO. ÔNUS DA PROVA DA EMPREGADORA DE DESBASTAR AS PRESUNÇÕES EM QUESTÃO. A constatação da presença do nexo técnico epidemiológico entre as atividades da empresa e a doença ocupacional do trabalhador faz presumir não apenas a existência do nexo causal entre a atividade e a doença, como, também, a atividade de risco, configurando-se, então, o ônus da prova a cargo do empregador. (TRT-2 - RO: 00011991320135020037, Relator: PAULO SÉRGIO JAKUTIS, Data de Julgamento: 19/08/2014, 4ª TURMA, Data de Publicação: 29/08/2014)

DOENÇA PROFISSIONAL (LER) - BANCÁRIO - CARACTERIZAÇÃO - NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO (NTEP) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - VISTORIA TÉCNICA NÃO FAVORÁVEL AO EMPREGADO Constatado o nexo técnico epidemiológico entre a atividade do reclamante como bancário e a doença definida como LER/DORT, aplica-se a inversão do ônus da prova que passa a ser do reclamado, no que se refere ao nexo de causalidade. No caso em tela, contudo, atestou o laudo técnico pericial que a origem da doença (LER) não estava relacionada às atividades exigidas no exercício laboral (Atendente de Seguro Saúde), tornando imperativa a manutenção da sentença, que decidiu pela improcedência do pedido indenizatório. (TRT-1 - RO: 14430051200950100 78 RJ, Relator: Evandro Pereira Valadão Lopes, Data de Julgamento: 21/08/2013, Sétima Turma, Data de Publicação: 02-09-2013)

Em outras palavras, reconhecido o nexo técnico, caberia ao empregador afastar a presunção relativa de existência de nexo causal entre as doenças alegadas e o trabalho desempenhado pelo empregado, o que, no entanto, não aconteceu no presente caso.

Registre-se que a prova pericial produzida nos autos concluiu pela inexistência de nexo causal ou concausal, porém, não é capaz de afastar a presunção relativa estabelecida, pois o expert desconsiderou elementos essenciais para o estabelecimento do nexo com as patologias dos ombros da empregada, conforme se passará a destrinchar.

De plano, nota-se que não foi possível o estudo in loco da atividade laboral da Autora, uma vez que os postos de trabalho não mais existem, conforme pontuado pelo próprio Perito ao ID. f7bc6f9 - Pág. 9:

ESTUDO DA ATIVIDADE LABORAL

O estudo da atividade laboral in loco restou fatalmente prejudicado pelo fato de que os postos ocupados durante seu vínculo com a Reclamada já foram extintos ou amplamente modificados, o que se comprovou durante a perícia. Dessa forma, a análise da atividade foi feita com base nas informações colhidas de ambas as partes durante a perícia, nos documentos acostados nos autos e que foram solicitados posteriormente (PPP, PCMSO, PPRA, Análises Ergonômicas, Fichas de Instrução de Trabalho, Atestados de Saúde Ocupacional e etc).

Ademais, o especialista não analisou detidamente as Análises Ergonômicas juntadas pela Reclamada, senão certamente teria concluído que a obreira realizou atividades, durante praticamente todo o pacto laboral, com exposição dos ombros a riscos ergonômicos, a saber:

LINHA 41 - Método Suzanne Rodgers (ID. fd59b32 - Pág. 4)
Esforço - Ombro - Moderado
LINHA 7 - Método Suzanne Rodgers (ID. 4cb25b4 - Pág. 4)
Esforço - Ombro - Moderado

Outrossim, embora os ASOs emitidos pela Ré não indiquem a existência de riscos ergonômicos nas atividades (ID. 55fa9d6), os registros nos PCMSOs juntados pela empresa são expressos ao apontar tal exposição, tanto para as funções de Montador como de Revisor, ambas exercidas pela Autora durante o pacto laboral (ID. 32ae8bf - Pág. 17, ID. 8e54c2e - Pág. 18, ID. 4ed06bc - Pág. 19, ID. 8d49f56 - Pág. 19 e ID. 19abde0 - Pág. 17).

Assim, verifica-se que o laudo pericial é inconsistente, ao dispor que 'houve apenas um único posto onde esteve exposta a fatores de risco ergonômico para o ombro direito que foi na fixação do grille onde trabalhou com a parafusadeira pendente à direita por curtos 60 dias entre julho/13 a setembro/13' (ID. f7bc6f9 - Pág. 22), uma vez que os documentos juntados pela Ré demonstram a exposição do membro a riscos nas duas únicas funções desempenhadas pela empregada.

Do mesmo modo, as fotos das Análises Ergonômicas demonstram claramente os movimentos de abdução dos braços tanto na altura como acima da linha dos ombros (ID. fd59b32 - Págs. 2/3; ID. 4cb25b4 - Pág. 3), fator que evidentemente contribuiu no desenvolvimento/agravamento das moléstias desenvolvidas.

Em reforço, deve ser acrescentado que a Reclamante afastou-se para gozo de benefício previdenciário no período de 25/09/2015 a 30/08/2016, sob a espécie acidentária (B91 - ID. 7a4b91e), reforçando a correlação entre as patologias dos ombros com o labor.

Deve ser ponderada, todavia, a análise pericial no sentido de que

'mesmo após o afastamento do trabalho informou piora progressiva das dores nos ombros' (ID. f7bc6f9 - Pág. 22), bem como, os exames médicos juntados ao ID. 479a3ec, que apontam não haver melhora no quadro álgico da Autora, a despeito de seu afastamento do labor, circunstâncias que evidenciam a existência de fatores externos atuantes nas moléstias dos ombros.

Com relação à coluna, entretanto, deve ser acolhida a conclusão pericial, no sentido de não haver nexo causal ou concausal entre as patologias e o labor, haja vista que, tanto o laudo Pericial (ID. f7bc6f9 - Pág. 22) como os documentos juntados pela Ré, apontam que, em nenhum dos postos, houve sobrecarga para o membro.

Além disso, os documentos médicos (ID. 226c946 - Pág. 1) e o Perito (ID. f7bc6f9 - Pág. 22) indicam que a patologia possui natureza unicamente degenerativa, demonstrando a ausência de vinculação entre tais moléstias e o labor.

Desse modo, considerando as insubsistências do laudo pericial quanto às doenças nos ombros da Reclamante, a configuração do NTEP, a submissão da Autora a atividades com riscos ergonômicos, bem como, ponderando-se a existência de fatores externos atuantes no desencadeamento das moléstias, conclui-se que há nexo **concausal** entre as atividades laborais e as patologias nos ombros da Autora, com base no princípio do livre convencimento, atrelado à norma do artigo 479 do CPC/15, que autoriza a valoração da prova pericial dirigida ao órgão julgador.

Com efeito, o nexo de concausalidade, na legislação previdenciária, tem previsão expressa a respeito. Prevê o art. 21, inciso I, da Lei n. 8.213/91, que também se equipara ao acidente do trabalho 'o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação'.

Veja-se que a concausa também é considerada na responsabilização por danos, do mesmo modo que a causa principal, já que é uma causa paralela ou concomitante que serviu para desencadear ou agravar a doença.

Assim, a alegação da Reclamada, no sentido de que fatores alheios ao trabalho poderiam ter sido os agentes causadores das patologias diagnosticadas, não exclui o nexo de concausalidade, identificado como causa indireta das mazelas, por agravamento.

Logo, em que pese o § 1º do art. 20 da Lei 8213/91 não considerar a doença degenerativa como doença do trabalho, admite-se a configuração de acidente de trabalho quando as atividades exercidas são suficientes para potencializar ou agravar a doença (concausa), nos termos do art. 21, I, da Lei nº 8.213/91, o que ocorreu, no caso.

Desta forma, presentes os elementos **DANO** e **NEXO DE CONCAUSALIDADE**, relacionados ao trabalho. Passa-se, portanto, à análise da responsabilidade do empregador.

Primeiramente, afasta-se a hipótese de responsabilidade civil objetiva, que se configura independente de dolo ou culpa, já que a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXVIII, deixa assente: *'direitos do trabalhador urbano e rural] seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a **indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;'** (grifou-se)*

Em simples palavras, necessária a comprovação do dolo ou culpa da empresa para que haja a obrigação de reparar o dano.

Como se sabe, a responsabilidade civil do empregador decorrente do acidente de trabalho ou doença a ele equiparada é tipicamente contratual e, por conseguinte, há presunção relativa (juris tantum) de culpa.

Não há dúvidas que o empregador tem o dever (obrigação contratual) de oferecer condições de trabalho adequadas que assegurem a integridade física e moral do trabalhador, da qual só se exonera da responsabilidade civil se demonstrar culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

Em suma, cabe ao empregador provar que adotou todas as medidas preventivas estabelecidas pela norma protetiva laboral ou que o evento danoso foi decorrente de culpa exclusiva da vítima.

Especificamente quanto à pessoa do trabalhador, no ordenamento constitucional, foram introduzidos instrumentos de proteção, não só em relação ao aspecto prático do vínculo empregatício, como também no tocante aos direitos inerentes a sua personalidade, como se pode conferir no artigo 7º, que faz referência expressa a esses direitos, ipsis litteris:

***Art. 7º** -'São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

[...]

XXII - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

[...]

XXVIII - Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;'

Frise-se que os dois incisos acima demonstram claramente a responsabilidade do empregador pela integridade do empregado no que tange à relação de emprego.

Além do disciplinamento constitucional sobre a matéria, a CLT, no capítulo que trata da segurança do trabalho, entre outras atribuições do empregador, é taxativa ao impor-lhe também a obrigação de 'fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e

funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados' (art. 166).

As regras de proteção à dignidade moral e aos direitos personalíssimos do empregado incidem e fazem parte do conteúdo necessário do contrato de trabalho, fazendo surgir uma série de direitos e obrigações, cuja violação é passível de sanção pecuniária.

Dessa forma, o empregador tem obrigação de adotar as diligências necessárias para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

Conforme anteriormente mencionado, os documentos juntados pela Reclamada não condizem com a realidade, sendo inservíveis como prova do cumprimento das medidas de segurança e saúde dos seus empregados. A título de exemplo, citam-se os ASOs (ID. 55fa9d6) e o PPP emitido pela empresa (ID. 646da82) , nos quais não constam a exposição da obreira a riscos ergonômicos, ao contrário dos registros nos PCMSOs (ID. 32ae8bf - Pág. 17, ID. 8e54c2e - Pág. 18, ID. 4ed06bc - Pág. 19, ID. 8d49f56 - Pág. 19 e ID. 19abde0 - Pág. 17). e nas Análises Ergonômicas (ID. fd59b32 e ID. 4cb25b4).

Por fim, saliente-se que, malgrado a Reclamante tenha se afastado do trabalho para gozo de benefício acidentário, quando retornou ao labor, continuou exercendo as mesmas atividades, com a mesma exposição dos membros afetados aos riscos ocupacionais, conforme aponta o seu PPP ao ID. 646da82.

Tais fatos, sem sombra de dúvidas, demonstram o desleixo da Reclamada para com a saúde de seus funcionários, devendo assumir a culpa decorrente de sua displicência.

Neste passo, a simples alegação de que as atividades laborais não desencadearam ou agravaram a patologia diagnosticada não procede, uma vez que não há respaldo probatório para tanto.

Nota-se, claramente, violação do dever geral de cautela pelo empregador, por omissão do dever de vigilância, proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores, imposto pelos arts. 7º, XXII , da CF/88 e 157 da CLT.

Assim, no que tange à culpabilidade, evidente a culpa da Reclamada, uma vez que deixou de cumprir com as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, como obviamente ocorreu na hipótese vertente.

Presentes o dano (patologias diagnosticadas), o nexo de concausalidade e a culpa (negligência), resta configurada a responsabilidade da Reclamada pela doença ocupacional.

Neste ponto, DÁ-SE PROVIMENTO ao Recurso Ordinário da Reclamante.

b) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM.

Reconhecida a existência de doença ocupacional, o dano moral é presumido. Isso porque se filia à corrente que defende que tal dano existe in re ipsa, ou seja, independentemente de prova, que passa a ser dispensada dada a impossibilidade de concreção.

In casu, os exames e laudos médicos confirmaram a existência das patologias nos ombros da obreira, agravadas pelo labor na Reclamada, havendo, na hipótese, nexo de concausalidade, consoante fixado no tópico anterior.

Além do mais, é inquestionável o sofrimento decorrente das moléstias agravadas pelo trabalho, mormente se falando na realização de atividades com exposição a riscos ergonômicos, além das crises de dores e necessidade de realização de tratamento médico e fisioterápico, causando à empregada evidente dor e angústia.

Acresça-se que foi confirmado, nesta decisão, que a Reclamada teve grau de culpa pelo agravamento da doença e possui capacidade econômica, sendo que, o cunho pedagógico da indenização impõe que esta seja fixada em valor que iniba e desestimule a reincidência na conduta ilícita, evitando-se, todavia, o enriquecimento ilícito de qualquer das partes.

Em relação ao quantum a ser deferido, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, parâmetros e tetos a serem observados pelo magistrado na fixação do valor da indenização por danos morais (art. 223-G, da CLT), limitando, assim, a atuação jurisdicional.

É de se ressaltar que tais normas possuem viés material-processual e não apenas processual, na medida em que, além de interferirem na condução do processo, afetam diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de normas exclusivamente processuais, não há como estipular que os parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 13.467/2017 mereçam aplicação irrestrita e imediata a todos os processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado inclusive no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada****. (grifou-se)*

No caso em análise, observa-se que foram julgados improcedentes todos os pleitos autorais, motivo pelo qual não há que se falar em situação jurídica consolidada anterior à vigência da Lei n.º

13.467/2017, tampouco há condição a ser resguardada, pois sequer foi reconhecido o direito da Reclamante à indenização discutida.

No ponto, é de se notar, igualmente, que a Medida Provisória n.º 808 de 14 de novembro de 2017, que instituiu modificações na Lei n.º 13.467/2017, acerca dos parâmetros para fixação do quantum indenizatório do dano moral, perdeu sua vigência na data de 23/04/2018, de acordo com a disciplina do art. 62, §§3º e 7º, da Constituição da República, somente regendo os atos praticados durante este lapso (art. 62, §11, da CF/88), não incidindo no caso em apreço, portanto.

Logo, considerando que o pleito indenizatório foi apenas deferido nesta decisão, devem ser utilizados os parâmetros estabelecidos pela Lei atualmente em vigor para o cálculo da parcela, em virtude da aplicação imediata da norma para os atos praticados sob sua vigência.

Assim dispõe a redação do dispositivo:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

À vista disso, devem ser aplicados os novos parâmetros de fixação da indenização por dano extrapatrimonial supra estabelecidos, uma vez que a condenação ao pagamento da indenização por danos morais apenas se deu nesta decisão, ou seja, após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017.

Nesse sentido, observa-se que o caput do artigo supra transcrito estabeleceu algumas balizas para se fixar o grau da ofensa experimentada pelo trabalhador e, com isso, enquadrá-la em umas das hipóteses de seu parágrafo primeiro.

In casu, houve ofensa à saúde da trabalhadora, bem jurídico de maior relevância para o indivíduo. Além disso, observa-se que o empregada foi exposta a riscos ergonômicos para os ombros, inclusive tendo sido afastada para gozo de benefício previdenciário. Por outro lado, deve-se sopesar que o labor atuou somente como concausa, reduzindo a culpabilidade do empregador pelo dano, o que é reforçado pelo apontamento pericial de que a sintomatologia permanece, a despeito do afastamento laboral da obreira, demonstrando a existência de fatores externos e multifatoriais incidentes na doença.

Tais condições autorizam o enquadramento da ofensa como de natureza média. Consequentemente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 223-G da CLT, a indenização deverá observar o **teto de cinco vezes** o valor do último salário da Reclamante, no importe de R$ 1.496,00 (TRCT ID. 5c7cc86).

Assim, em atendimento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa, já que, se por um lado, a moral de nenhuma pessoa é mensurável, por outro, o valor da indenização não pode ocasionar grande prejuízo financeiro à Reclamada, a ponto de colocar em risco a ordem social, apesar de precisar possuir efeitos pedagógicos, com amparo no que dispõe os arts. 223-G da CLT e 944, § único, do CCB, e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entende-se adequada a fixação do quantum indenizatório em **R$ 7.480,00** (5 x R$ 1.496,00).

Ante o exposto, **dá-se parcial provimento** ao Recurso Ordinário da Reclamante no particular.

c) INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.QUANTUM.

Requer a Autora a reforma da sentença de piso para que lhe seja deferido o pedido de indenização por danos materiais.

Examina-se.

No caso em apreço, o dano sofrido pela obreira não se limitou ao abalo moral, foi também comprovada sua repercussão na esfera material da empregada.

Isso porque, conforme aponta a conclusão pericial, a Autora apresenta temporária restrição em sua capacidade laboral, no que

tange às patologias dos ombros, a saber (ID. f7bc6f9 - Pág. 23):

Da(s) doença(s) alegada(s) na petição inicial decorre incapacidade laboral na Reclamante? Houve incapacidade laboral no período que permaneceu afastada pelo INSS. Atualmente os exames acostados nos autos representam uma perda parcial e permanente da capacidade laboral para atividades consideradas de risco ou sobrecarga para a coluna cervical sob pena de dor e agravamento. O tratamento tem possibilidade de proporcionar o alívio da dor e estabilização do quadro, mas não há cura integral para as alterações degenerativas da coluna cervical. ***Já as tendinites dos ombros são passíveis de reversão com tratamento adequado representando uma leve perda parcial e temporária da capacidade laboral para atividades de risco ou sobrecarga para os ombros sob igual pena de dor e agravamento. Não há limitações para atividades da vida cotidiana ou para sua vida social habitual.***

Além do mais, restou configurada a culpa da Reclamada, emergindo a responsabilidade de reparar os danos constatados.

Nesse sentido que o Código Civil, de aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho, prescreve:

Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez. (grifou-se)

Há que se ressaltar, também, que os danos materiais devidos pelo empregador incluem os lucros cessantes até o fim da convalescença do empregado, ou seja, os salários devidos desde a data de afastamento até o termo final de percepção do benefício previdenciário, período no qual a empregada ficou privada de desenvolver atividade laborativa remunerada em face do infortúnio, conforme se extrai do art. 949 do Código Civil.

No ponto, há que se ressaltar que a percepção de benefício previdenciário não prejudica o deferimento da verba indenizatória, pois a Constituição da República estabelece claramente que o pagamento das parcelas decorrentes do seguro acidentário não exclui a indenização devida pelo empregador (CR/88, art. 7º, XXVIII).

Indene de dúvidas, portanto, que a Autora sofreu danos materiais aptos a ensejarem a reparação pela Ré.

Relativamente ao quantum, deve ser ponderado, no caso, que o trabalho promoveu apenas o agravamento da lesão nos ombros da obreira, em virtude do labor com exposição do membro afetado a riscos durante todo o pacto laboral.

Por outro lado, deve-se atentar que há prognóstico de cura completa das mazelas, bem como que não houve considerável remissão dos sintomas, demonstrando que o labor não era a única causa atuante na moléstia, conforme pontuado anteriormente.

Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao recurso neste tocante, para condenar a Reclamada ao pagamento de R$ 10.000,00 a título de indenização por danos materiais à obreira, por se coadunar com os prejuízos a ela causados, em face da incapacidade total durante o afastamento pelo INSS e restrição temporária de sua capacidade laboral, nos exatos limites da ocorrência e da extensão da lesão sofrida e do grau de culpa do ofensor, sem olvidar a situação econômica das partes e em consonância com o patamar estabelecido por este órgão julgador em demandas similares.

d) ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA.

A Recorrente pugna pela reforma do julgado neste item, ao argumento de que foi dispensada estando ainda doente, o que estaria comprovado nos autos.

Examina-se.

Conforme se extrai do disposto no art. 20, inciso II, da Lei 8.213/91, a doença do trabalho é equiparada ao acidente do trabalho, sendo considerada aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Neste passo, o art. 118 da Lei 8.213/91 é claro ao dispor que 'o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente'.

Compulsando-se a documentação carreada aos autos, verifica-se que, a despeito de haver sido reconhecido o nexo concausal entre as patologias dos ombros da obreira e o labor, tem-se que a empregada ficou afastada do trabalho, recebendo benefício previdenciário sob a espécie acidentária (B91), antes de sua dispensa, em razão das mesmas moléstias ora sub judice.

Assim, considerando-se que a cessação do gozo do último benefício previdenciário pela Autora, sob a espécie acidentária (B91), deu-se em 30/08/2016 (conforme aponta o documento de ID. 7a4b91e - Pág. 3), tem-se que o período de estabilidade (12 meses) teve início em 01/09/2016 e terminaria em 01/09/2017, sendo, portanto, indevida sua dispensa em 04/05/2017 (TRCT ID. 5c7cc86), uma vez que a empregada encontrava-se em pleno gozo do período estabilitário.

Em simples palavras, como a Reclamante fora indevidamente despedida durante o período que ainda gozava de estabilidade no emprego, tem direito a receber os salários e consectários referentes

ao período não observado de estabilidade.

Assim, tendo em vista que já decorrido o prazo para reintegração, bem como, entende-se desaconselhável a medida, em razão do desgaste da relação entre as parte decorrente do presente litígio, é devida, portanto, a indenização substitutiva do período estabilitário suprimido à Autora.

Por derradeiro, salienta-se que a indenização substitutiva da estabilidade acidentária não incorre em bis in idem com eventual reparação dos danos materiais, uma vez que possuem fatos geradores diversos, aquela ligada ao direito à estabilidade provisória no emprego, esta visando reparar a restrição da capacidade laborativa.

Logo, impõe-se a reforma da sentença para condenar a Reclamada ao pagamento de indenização referente aos salários do período de estabilidade não gozado pela Autora, qual seja, de **04/05/2017 a 01/09/2017**, bem como, férias acrescidas do terço constitucional, 13º salário e FGTS com a multa de 40%, ante a demissão sem justa causa (TRCT ID. 5c7cc86).

Consigne-se que não incide FGTS sobre as férias indenizadas, consoante preleciona a OJ 195 da SBDI-1 do TST.

Indevido, ainda, reflexos sobre o aviso prévio, posto que a Reclamante auferiu a parcela no momento de sua demissão, conforme consta do TRCT.

Por estas razões, dá-se parcial provimento ao recurso da Reclamante no ponto.

e) HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.

Ante a improcedência da ação, declarada na origem, o Juízo primário fixou honorários de sucumbência a cargo apenas da Autora, conforme se extrai ao ID. 0c3347c - Pág. 5.

Todavia, tendo em vista o parcial provimento do apelo autoral neste decisum, deve ser reformada a sentença primária também neste ponto.

De plano, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, no novo art. 791-A, o pagamento de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Não obstante, é de se ressaltar que esta norma possui viés eminentemente material-processual, e não apenas processual, na medida em que, além de interferir na condução do processo, afeta diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de norma exclusivamente processual, deve ser afastada a ideia de que a nova regra estabelecida pela Lei n.º 13.467/2017 mereça aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado, inclusive, no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada****. (grifamos)*

Ressalte-se que o dispositivo transcrito resguarda, também, os atos processuais já praticados.

Com efeito, tendo a demanda sido ajuizada no dia 01/06/2018 (ID. 2d9902b), sob a égide da nova lei, deve esta ser aplicada ao caso concreto, não havendo que se falar em violação ao princípio da segurança jurídica.

Logo, devem ser aplicados os regramentos da nova Lei ao caso concreto, assim como feito pelo Julgador de origem.

Destarte, considerando a reforma da sentença neste decisum, com a consequente procedência dos pleitos exordiais, inverte-se a sucumbência, impondo-se a condenação da Ré ao pagamento de honorários, em proveito do patrono da Autora, nos moldes do artigo 791-A, § 1º e § 2º da CLT, que dispõe:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ante o exposto, reforma-se a sentença primária, para excluir a condenação da Autora ao pagamento de honorários advocatícios e condenar a Ré ao pagamento de 5% sobre o valor da condenação, a título de honorários sucumbenciais ao patrono da obreira, em respeito às regras dispositivas supramencionadas.

(...)'

Não se reconhece a alegada negativa de prestação jurisdicionalem

face de julgado cujas razões de decidir são fundamentadamente reveladas, abarcando a totalidade dos temas controvertidos. Havendo, no acórdão, a descrição das razões de decidir do órgão julgador, apreciando devidamente as questões jurídicas em discussão nos autos e indicando, de forma fundamentada, as razões do seu convencimento, tem-se por atendida a exigência de fundamentação inserta nos referidos dispositivos, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, não havendo falar em nulidade da decisão por negativa de prestação jurisdicional. Portanto, consubstanciada a entrega completa da prestação jurisdicional, não há como arguir nulidade.

Ressalto que o conhecimento do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional possui campo restrito, consoante os termos da Súmula 459 do TST, restando prejudicada a análise dos demais dispositivos invocados pela recorrente no presente tópico.

No que diz respeito à responsabilidade da recorrente e à indenização por dano moral , observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos, com base nos quais concluiu pela responsabilidade civil da recorrente.

Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.Assim, não se vislumbra possívelviolação aos dispositivos indicados.

O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial, porque não há identidade entre a premissa fática descrita no acórdão e aquelas retratadas nos arestos paradigmas. Aplica-se o item I da Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho.

Também, no que diz respeito à indenização substitutiva da estabilidade provisória,diante do quadro fático retratado no julgado não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância como item II da Súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho, em sua parte final.

Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação aos dispositivos apontados como violados,tampouco por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

Por fim, não se vislumbra possível violação ao **§ 3º**do artigo 791-A da CLT,porque não foi atendida a exigência do prequestionamento.

O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000302-50.2018.5.11.0007

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	RENAN LIMA DA SILVA
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RECORRIDO	NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA
- RENAN LIMA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	RENAN LIMA DA SILVA
Advogado(a)(s):	KENNEDY PAZ TIRADENTES (AM - 7682)
Recorrido(a)(s):	NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA

Advogado(a)(s): CAROLINE PEREIRA DA COSTA (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 23/08/2019 - id. 271ac59; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 9a46d90).

Regular a representação processual (id. 51d0e9a).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. db4f8df), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 458 do Código de Processo Civil de 2015;inciso II do artigo 535 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega o recorrente que intepôs embargos declaratórios para suprir omissões constantes no acórdão sobre os afastamentos comprovados e a constatação da perícia, tendo a Turma mantido a omissão

Consta no v. acórdão (id. 7c1fd68):

'(...)

MÉRITO

Alega o reclamante que foi dispensado doente, fazendo jus à indenização do período de estabilidade. Destaca que o reconhecimento do nexo concausal após a dispensa é suficiente para o deferimento da parcela, nos termos da Súmula nº 378. inc. II, do TST.

A sentença a quo negou o pedido mediante os seguintes argumentos:

O sr. Perito, após análise das condições de trabalho do autor, verificou que a lesão não reduziu a capacidade laborativa do autor visto que não deixou sequelas funcionais. Por esta razão, o juízo da 7ª VTM julgou improcedente o pedido de danos materiais.

Pois bem, no que tange à estabilidade, o art. 118 da Lei nº 8.213/1991 somente confere estabilidade provisória ao empregado segurado que sofre acidente de trabalho, assim entendido aquele que ocorre no exercício de suas atividades laborais, bem como por doença profissional ou do trabalho e acidente de trajeto, assegurando-lhe a manutenção de seu contrato de trabalho pelo prazo mínimo de 12 meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente.

A Súmula nº 378 do TST, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 129/2005, fixou: 'são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego'(inc. II).

No caso dos autos, ficou provada a relação de concausalidade (mão esquerda) com a patologia apresentada e o trabalho exercido na ré.

Para que se coadune os dispositivos do art. 118 com a Súmula nº 378 é mister reconhecer que embora o direito a estabilidade seja garantido quando comprovada a relação de causalidade entre a doença e labor após a dispensa, é imperioso que tal doença tenha natureza incapacitante, que possa gerar, pelo menos no período de 15 dias, o afastamento do empregado, de forma a estabelecer as mesmas garantias dos acidentados empregados ou não. Entender diferente seria restringir o direito somente daquele que mantém seu contrato de trabalho (necessidade de recebimento do auxilio doença acidentário).

(...)

Não é qualquer doença pois que gera o direito a estabiliade, mas a que gere incapacitação pelo período superior a 15 dias. Até mesmo afastamentos inferiores a lei não garante a estabilidade.

Em suma, a estabilidade necessita de um afastamento superior a 15 dias (Lei nº 8.213/91) ou quando constatada a doença somente APÓS a saída e que necessitasse de afastamento. Isto porque, exigir o afastamento (superior a 15 dias inclusive) do trabalhador empregado, sem a mesma exigência ao não empregado seria criar odiosa discriminação entre situações idênticas de trabalhador vitima de doença do trabalho.

Conforme consta dos autos o perito confirmou que a lesão do autor não gerou nenhuma incapacidade laboral, estando o autor apto para exercer suas funções.

Assim, julgo improcedente o pedido.

Convirjo com a conclusão.

Extrai-se dos autos (CTPS e TRCT) que o reclamante trabalhou para a reclamada de 1.2.2016 a 5.5.2017, na função de operador de trayller, recebendo como última remuneração R$1.425,11.

Nos autos do Processo nº 0000868-33.2017.5.11.0007 que tramitou na 7ª VTM, o reclamante postulou indenização por danos morais e materiais em razão de doenças ocupacionais. O juiz determinou a realização de perícia cujo laudo (subscrito pelo Dr. Raimundo Dantas dos Santos) concluiu pela existência de nexo concausal entre as patologias da mão esquerda do reclamante e a atividade exercida na reclamada, sem sequelas funcionais (ID. 592f7d8).

Diante da prova, foi deferida a indenização por danos morais (R$14.251,10) - ID. d96375a.

Com base no laudo supracitado, busca o autor a **indenização do**

período de estabilidade.

A respeito da matéria dispõem o art. 118 da Lei nº 8.213/1991 e a Súmula nº 378 do TST:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de auxílio-acidente.

SÚMULA Nº 378. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991.

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

In casu, o obreiro não preencheu os requisitos, na medida em que foi reconhecido apenas o nexo concausal entre a patologia e o labor e jamais gozou de auxílio-doença acidentário (código 91). Além disso, não há incapacidade laborativa.

É bem verdade que no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº IUJ-0001397-87.2015.5.11.0018, o Tribunal decidiu, por maioria, pela possibilidade do direito à estabilidade provisória quando há nexo de concausalidade entre o trabalho executado e a patologia. Entretanto, por não haver obtido maioria absoluta, a tese foi aplicada só àquele caso (art. 149-H do RI).

Diante desta moldura fática, confirma-se a sentença primária.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por **negativa de prestação jurisdicional**, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Isso porque a parte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização/Estabilidade Acidentária.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho.

Consta no v. acórdão (id. 7c1fd68):

'(...)

MÉRITO

Alega o reclamante que foi dispensado doente, fazendo jus à indenização do período de estabilidade. Destaca que o reconhecimento do nexo concausal após a dispensa é suficiente para o deferimento da parcela, nos termos da Súmula nº 378. inc. II, do TST.

A sentença a quo negou o pedido mediante os seguintes argumentos:

O sr. Perito, após análise das condições de trabalho do autor, verificou que a lesão não reduziu a capacidade laborativa do autor visto que não deixou sequelas funcionais. Por esta razão, o juízo da 7ª VTM julgou improcedente o pedido de danos materiais.

Pois bem, no que tange à estabilidade, o art. 118 da Lei nº 8.213/1991 somente confere estabilidade provisória ao empregado segurado que sofre acidente de trabalho, assim entendido aquele que ocorre no exercício de suas atividades laborais, bem como por doença profissional ou do trabalho e acidente de trajeto, assegurando-lhe a manutenção de seu contrato de trabalho pelo prazo mínimo de 12 meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente.

A Súmula nº 378 do TST, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 129/2005, fixou: 'são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego'(inc. II).

No caso dos autos, ficou provada a relação de concausalidade (mão esquerda) com a patologia apresentada e o trabalho exercido na ré. Para que se coadune os dispositivos do art. 118 com a Súmula nº 378 é mister reconhecer que embora o direito a estabilidade seja garantido quando comprovada a relação de causalidade entre a doença e labor após a dispensa, é imperioso que tal doença tenha natureza incapacitante, que possa gerar, pelo menos no período de 15 dias, o afastamento do empregado, de forma a estabelecer as mesmas garantias dos acidentados empregados ou não. Entender diferente seria restringir o direito somente daquele que mantém seu contrato de trabalho (necessidade de recebimento do auxilio doença acidentário).

(...)

Não é qualquer doença pois que gera o direito a estabiliade, mas a que gere incapacitação pelo período superior a 15 dias. Até mesmo afastamentos inferiores a lei não garante a estabilidade.

Em suma, a estabilidade necessita de um afastamento superior a 15 dias (Lei nº 8.213/91) ou quando constatada a doença somente APÓS a saída e que necessitasse de afastamento. Isto porque, exigir o afastamento (superior a 15 dias inclusive) do trabalhador empregado, sem a mesma exigência ao não empregado seria criar odiosa discriminação entre situações idênticas de trabalhador vitima de doença do trabalho.

Conforme consta dos autos o perito confirmou que a lesão do autor não gerou nenhuma incapacidade laboral, estando o autor apto para exercer suas funções.

Assim, julgo improcedente o pedido.

Convirjo com a conclusão.

Extrai-se dos autos (CTPS e TRCT) que o reclamante trabalhou para a reclamada de 1.2.2016 a 5.5.2017, na função de operador de trayller, recebendo como última remuneração R$1.425,11.

Nos autos do Processo nº 0000868-33.2017.5.11.0007 que tramitou na 7ª VTM, o reclamante postulou indenização por danos morais e materiais em razão de doenças ocupacionais. O juiz determinou a realização de perícia cujo laudo (subscrito pelo Dr. Raimundo Dantas dos Santos) concluiu pela existência de nexo concausal entre as patologias da mão esquerda do reclamante e a atividade exercida na reclamada, sem sequelas funcionais (ID. 592f7d8).

Diante da prova, foi deferida a indenização por danos morais (R$14.251,10) - ID. d96375a.

Com base no laudo supracitado, busca o autor a **indenização do período de estabilidade.**

A respeito da matéria dispõem o art. 118 da Lei nº 8.213/1991 e a Súmula nº 378 do TST:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de auxílio-acidente.

SÚMULA Nº 378. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991.

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

In casu, o obreiro não preencheu os requisitos, na medida em que foi reconhecido apenas o nexo concausal entre a patologia e o labor e jamais gozou de auxílio-doença acidentário (código 91). Além disso, não há incapacidade laborativa.

É bem verdade que no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº IUJ-0001397-87.2015.5.11.0018, o Tribunal decidiu, por maioria, pela possibilidade do direito à estabilidade provisória quando há nexo de concausalidade entre o trabalho executado e a patologia. Entretanto, por não haver obtido maioria absoluta, a tese foi aplicada só àquele caso (art. 149-H do RI).

Diante desta moldura fática, confirma-se a sentença primária.

(...)'

A alegação de divergência jurisprudencial, na hipótese, não viabiliza o recurso, porque aresto oriundo de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho não enseja o conhecimento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, alínea 'a', da Consolidação das Leis do Trabalho.

Todavia, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) Súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001726-10.2016.5.11.0101

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	MANOEL LAZARO ALBUQUERQUE GLORIA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS
Recorrido(a)(s):	MANOEL LAZARO ALBUQUERQUE GLORIA
Advogado(a)(s):	DANIEL FELIX DA SILVA (AM - 11037)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 48e552c) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 6a9d652 ; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. 68d2e5f).

Regular a representação processual (id.48e552c).

Satisfeito o preparo (ids. d9ffe0b, 5909226, 452954a e fa4ccc8).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento.

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada/Redução / Supressão Prevista em Norma Coletiva.

Direito Coletivo/Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento/Prevalência.

Duração do Trabalho/Horas Extras.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 423;Súmula nº 444 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 388 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 7º, inciso XXVI;artigo 7º, inciso XIV;artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 611, §1º;artigo 619;artigo 59, §2º;artigo 73.
- divergência jurisprudencial: folha 10 (1 aresto);folha 11 (1 aresto).

Sustenta que o Egrégio Tribunal Regional entendeu pela inaplicabilidade do Acordo Coletivo de Trabalho devidamente válido existente com o sindicato da categoria, o qual assegura jornada especial de trabalho.

Aduz que as empresas signatárias do referido instrumento estão autorizadas a praticar horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos ininterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada.

Dessa feita, assevera que foram objeto do mencionado ajuste as possíveis jornadas a serem aplicadas para os turnos ininterruptos de revezamento, quais sejam, de 6 (seis), 8 (oito) e 10 (dez) horas de trabalho, podendo ocorrer, por proposta dos próprios empregados, o prolongamento do penúltimo e do último turno de escala, em regime de prorrogação de jornada, para compensação posterior através de folgas semanais.

Defende que a Carta Maior garante aos trabalhadores a estrita observância dos acordos e convenções coletivas, nos termos do seu artigo 7º, incisos XIII, XIV e XXVI, motivo pelo qual, por inexistir qualquer irregularidade, pugna para que seja admitida a jornada especial convencionada, sob pena de ofensa à Súmula 423 do C. TST, a fim de que sejam excluídas da condenação as horas extras

ali constantes.

Acrescenta que não foi indicada qual seria a ilegalidade no Acordo Coletivo de Trabalho necessário para determinar a condenação desta reclamada nas horas extras para os turnos de jornada superior a 8 (oito) horas, uma vez que, de acordo com a previsão da norma coletiva contida no Anexo I e nos Acordos Coletivos de Trabalho Específico, Cláusulas 2ª e 3ª do ACT e Cláusula 5ª do Anexo I, todas as empresas signatárias, dentre elas a recorrente, estão autorizadas a praticar horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos ininterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada, pelo que não há falar em horas residuaiseintrajornada.

Afirma que a reclamada buscou proporcionar um período de descanso mais vantajoso aos respectivos trabalhadores, em face de que não tem como ser mantido o v. Acórdão vergastado, sob pena de afronta aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, assim como àquilo que fora negociado.

Consta no v. acórdão (id. a622e37):

'(...)

Intervalo intrajornada, horas extras (30 minutos diários de troca de turno) - tese da reclamada

A reclamada alega que o obreiro não faz jus ao pagamento de horas extras (30 minutos excedentes), redução da hora noturna e indenização de intervalo intrajornada.

Com parcial razão.

A reclamada não juntou os cartões de ponto atraindo a presunção de veracidade da jornada indicada na petição inicial nos termos do artigo 74, parágrafo 2º, da CLT e Súmula 338, do TST.

Além disso, a testemunha indicada pelo reclamante, à fl. 333, foi clara em comprovar que o reclamante não usufruía do intervalo intrajornada, motivo pela qual mantenho a sentença que deferiu o intervalo intrajornada.

Quanto as horas extras por troca de turno, a princípio, destaco que em posicionamentos anteriores, pautando-me na análise simples do ônus da prova, adotava o posicionamento da possibilidade de condenação da reclamada em horas extras na chamada 'troca de turno'.

Ocorre que, refletindo com mais profundidade, diante das incontáveis demandas com o mesmo tema que aportam diuturnamente nesta Especializada, passei a trilhar novo caminho.

A análise de inúmeros processos acerca do pedido de horas extras referentes aos minutos que antecedem e sucedem a jornada (CLT, art.852-D c/c art.375 do CPC) evidencia que os minutos necessários às orientações de troca de turno são compensados pelo trabalhador seguinte, não se tratando, propriamente, de acréscimo de jornada.

Ou seja, caso o obreiro chegue 10 ou 15 minutos antes, para receber o turno, não há dúvidas que o trabalhador subsequente também o fará, recebendo o turno seguinte e compensando, consequentemente, aqueles 10 ou 15 minutos que antecederam a jornada do reclamante.

Pensar de modo diferente seria ignorar o fato de que todos os obreiros chegam antes para receber o turno, premissa que evidencia o fato de que quem chega antes também sai antes, em decorrência da chegada do trabalhador que assumirá o turno seguinte.

Logo, não há que se falar em horas extras por troca de turno, motivo pela qual excluo da condenação 30 minutos de horas extras.

Percentual de pagamento do adicional noturno

A reclamada impugna o percentual deferido em sentença de 37,2% para remunerar o adicional noturno, aduzindo que o art. 73 da CLT prevê 20%.

Sem razão.

A sentença não estabelece o pagamento do adicional noturno no percentual de 37,2%.

(...)

Da hora noturna reduzida e da prorrogação da jornada noturna - teses do reclamante e da reclamada.

O reclamante requer a reforma da sentença no que se refere à hora noturna reduzida e à prorrogação da jornada noturna. A reclamada, por seu turno, pugna pela exclusão da condenação em hora noturna reduzida.

Sem razão às partes

É incontroverso que o reclamante laborava em turnos ininterruptos de revezamento, cumprindo a seguinte jornada: no primeiro dia, das 16h às 00h; no segundo dia, das 08h às 16h; no terceiro dia, das 00h às 08h; folgando no 4º e 5º dias e reiniciando; e assim sucessivamente.

Dito isso, o art. 73, § 2º, da CLT, considera horário noturno para o trabalhador urbano, o labor executado das 22h às 5h do dia seguinte. A hora do trabalho noturno é reduzida para 52 minutos e 30 segundos, conforme § 1º do mesmo dispositivo.

O legislador não afastou a aplicação do dispositivo celetista aos trabalhadores submetidos a turno ininterrupto de revezamento, por envolver direito relativo à saúde e segurança do trabalhador.

Nesse sentido, mencione-se a OJ nº 395 da SDI-1 do TST:

O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

Seguindo adiante, a jornada mista, compreendendo períodos

diurnos e noturnos, assim como as prorrogações do trabalho noturno, atraem a incidência das regras do trabalho noturno, nos termos do artigo 73, §§ 4º e 5º, da CLT.
Nesse sentido, item II da Súmula 60 do TST: 'cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT'.
De outra forma, analisando a ficha financeira de fls.232/266 não se vislumbra o pagamento da hora noturna reduzida, invocando-se a manutenção da condenação da reclamada quanto às horas noturnas reduzidas.
Noutro giro, nos termos da decisão de primeiro grau, não há que se falar em condenação da reclamada ao pagamento de adicional noturno sobre as horas prorrogadas após às 05h da manhã, porquanto não havia trabalho integral no período noturno, apenas parcial. Mantida a sentença também nesse ponto.
(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. Quanto à autorização de prática de minutos residuais não registrados e à supressão intervalarpor norma coletiva,oColegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.
Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.
Alegação(ões):
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 394 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional:Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818;CÃ³digo de Processo Civil 2015, artigo 373, inciso I;Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 71, §1º;artigo 71, §4º.
Alega que as horas intrajornada foram fruídas pelo reclamante, seja de 15 minutos quando cumprida jornada de 6 horas diárias, seja de 1 hora, quando a jornada ultrapassava as 6 horas diárias.
Consta no v. acórdão (id. a622e37):
'(...)
Intervalo intrajornada, horas extras (30 minutos diários de troca de turno) - tese da reclamada
A reclamada alega que o obreiro não faz jus ao pagamento de horas extras (30 minutos excedentes), redução da hora noturna e indenização de intervalo intrajornada.
Com parcial razão.
A reclamada não juntou os cartões de ponto atraindo a presunção de veracidade da jornada indicada na petição inicial nos termos do artigo 74, parágrafo 2º, da CLT e Súmula 338, do TST.
Além disso, a testemunha indicada pelo reclamante, à fl. 333, foi clara em comprovar que o reclamante não usufruía do intervalo intrajornada, motivo pela qual mantenho a sentença que deferiu o intervalo intrajornada.
Quanto as horas extras por troca de turno, a princípio, destaco que em posicionamentos anteriores, pautando-me na análise simples do ônus da prova, adotava o posicionamento da possibilidade de condenação da reclamada em horas extras na chamada 'troca de turno'.
Ocorre que, refletindo com mais profundidade, diante das incontáveis demandas com o mesmo tema que aportam diuturnamente nesta Especializada, passei a trilhar novo caminho.
A análise de inúmeros processos acerca do pedido de horas extras referentes aos minutos que antecedem e sucedem a jornada (CLT, art.852-D c/c art.375 do CPC) evidencia que os minutos necessários às orientações de troca de turno são compensados pelo trabalhador seguinte, não se tratando, propriamente, de acréscimo de jornada.
Ou seja, caso o obreiro chegue 10 ou 15 minutos antes, para receber o turno, não há dúvidas que o trabalhador subsequente também o fará, recebendo o turno seguinte e compensando, consequentemente, aqueles 10 ou 15 minutos que antecederam a jornada do reclamante.
Pensar de modo diferente seria ignorar o fato de que todos os obreiros chegam antes para receber o turno, premissa que evidencia o fato de que quem chega antes também sai antes, em decorrência da chegada do trabalhador que assumirá o turno seguinte.
Logo, não há que se falar em horas extras por troca de turno, motivo pela qual excluo da condenação 30 minutos de horas extras.
(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
A assertiva recursal de que o reclamante fruía o intervalo intrajornadaregularmente não encontra respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
Duração do Trabalho/Horas Extras/Contagem de Minutos

Residuais.
Alegação(ões):
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
Alega que não haver provas constantes nos autos para a concessão do pagamento de horas extras em razão de suposta 'entrada antecipada' e 'saída tardia'. Acrescenta que qualquer hora extra eventualmente realizada pelo reclamante não tem o caráter habitual e, por essa razão, não pode ser integrada a nenhuma parcela salarial do obreiro.
Consta no v. acórdão (id. a622e37):
'(...)
Intervalo intrajornada, horas extras (30 minutos diários de troca de turno) - tese da reclamada
A reclamada alega que o obreiro não faz jus ao pagamento de horas extras (30 minutos excedentes), redução da hora noturna e indenização de intervalo intrajornada.
Com parcial razão.
A reclamada não juntou os cartões de ponto atraindo a presunção de veracidade da jornada indicada na petição inicial nos termos do artigo 74, parágrafo 2º, da CLT e Súmula 338, do TST.
Além disso, a testemunha indicada pelo reclamante, à fl. 333, foi clara em comprovar que o reclamante não usufruía do intervalo intrajornada, motivo pela qual mantenho a sentença que deferiu o intervalo intrajornada.
Quanto as horas extras por troca de turno, a princípio, destaco que em posicionamentos anteriores, pautando-me na análise simples do ônus da prova, adotava o posicionamento da possibilidade de condenação da reclamada em horas extras na chamada 'troca de turno'.
Ocorre que, refletindo com mais profundidade, diante das incontáveis demandas com o mesmo tema que aportam diuturnamente nesta Especializada, passei a trilhar novo caminho.
A análise de inúmeros processos acerca do pedido de horas extras referentes aos minutos que antecedem e sucedem a jornada (CLT, art.852-D c/c art.375 do CPC) evidencia que os minutos necessários às orientações de troca de turno são compensados pelo trabalhador seguinte, não se tratando, propriamente, de acréscimo de jornada.
Ou seja, caso o obreiro chegue 10 ou 15 minutos antes, para receber o turno, não há dúvidas que o trabalhador subsequente também o fará, recebendo o turno seguinte e compensando, consequentemente, aqueles 10 ou 15 minutos que antecederam a jornada do reclamante.
Pensar de modo diferente seria ignorar o fato de que todos os obreiros chegam antes para receber o turno, premissa que evidencia o fato de que quem chega antes também sai antes, em decorrência da chegada do trabalhador que assumirá o turno seguinte.
Logo, não há que se falar em horas extras por troca de turno, motivo pela qual excluo da condenação 30 minutos de horas extras.
(...)'

A verificação quanto ao tempo do reclamante à disposição para troca de turno remeteria necessariamenteà reapreciação do contexto fático-probatório da causa, o que é inviável na instância extraordinária, conforme a Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, não se vislumbra possível violação aos artigos da legislação federal indicados.
Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento/Hora Noturna Reduzida.
Duração do Trabalho/Adicional Noturno/Prorrogação do Horário Noturno.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 60, item II do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 395 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional:Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 73, §2º;artigo 73, §5º;artigo 73, §4º.
Sustenta que a condenação em horas noturnas reduzidas desconsidera que a jornada do reclamante era muito inferior a 30 horas semanais, pelo que há desproporcionalidade na condenação imposta e consequentemente enriquecimento ilícito do recorrido, uma vez que recebeu folgas compensatórias e agora a pecúnia correspondente.
Acrescenta que o recorrido não faz jus ao adicional noturno sobre a jornada entre 5h e 6h da manhã, considerando que a jornada trabalhada é do tipo mista, iniciando no horário noturno para culminar com o encerramento em horário diurno, não se tratando de prorrogação.
Consta no v. acórdão (id. a622e37):
'(...)
Percentual de pagamento do adicional noturno
A reclamada impugna o percentual deferido em sentença de 37,2% para remunerar o adicional noturno, aduzindo que o art. 73 da CLT prevê 20%.
Sem razão.
A sentença não estabelece o pagamento do adicional noturno no percentual de 37,2%.
(...)

Da hora noturna reduzida e da prorrogação da jornada noturna - teses do reclamante e da reclamada.

O reclamante requer a reforma da sentença no que se refere à hora noturna reduzida e à prorrogação da jornada noturna. A reclamada, por seu turno, pugna pela exclusão da condenação em hora noturna reduzida.

Sem razão às partes

É incontroverso que o reclamante laborava em turnos ininterruptos de revezamento, cumprindo a seguinte jornada: no primeiro dia, das 16h às 00h; no segundo dia, das 08h às 16h; no terceiro dia, das 00h às 08h; folgando no 4º e 5º dias e reiniciando; e assim sucessivamente.

Dito isso, o art. 73, § 2º, da CLT, considera horário noturno para o trabalhador urbano, o labor executado das 22h às 5h do dia seguinte. A hora do trabalho noturno é reduzida para 52 minutos e 30 segundos, conforme § 1º do mesmo dispositivo.

O legislador não afastou a aplicação do dispositivo celetista aos trabalhadores submetidos a turno ininterrupto de revezamento, por envolver direito relativo à saúde e segurança do trabalhador.

Nesse sentido, mencione-se a OJ nº 395 da SDI-1 do TST:

O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

Seguindo adiante, a jornada mista, compreendendo períodos diurnos e noturnos, assim como as prorrogações do trabalho noturno, atraem a incidência das regras do trabalho noturno, nos termos do artigo 73, §§ 4º e 5º, da CLT.

Nesse sentido, item II da Súmula 60 do TST: 'cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT'.

De outra forma, analisando a ficha financeira de fls.232/266 não se vislumbra o pagamento da hora noturna reduzida, invocando-se a manutenção da condenação da reclamada quanto às horas noturnas reduzidas.

Noutro giro, nos termos da decisão de primeiro grau, não há que se falar em condenação da reclamada ao pagamento de adicional noturno sobre as horas prorrogadas após às 05h da manhã, porquanto não havia trabalho integral no período noturno, apenas parcial. Mantida a sentença também nesse ponto.

(...)'

No tópico hora extra noturna reduzida, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais de que as horas noturnas reduzidas estão quitadas juntamente com o adicional noturno não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

De igual modo, com relação à prorrogação do adicional noturno para o horário diurno, houve a transcrição quase integral da decisão recorrido dentro do tópico recorrido, o que não atende ao dispositivo supracitado. Ainda que se considere superada essa exigência, verifico que o entendimento da Turma está em consonância com a Súmula 60, II, do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso no presente tópico.

Quanto à não aplicação do adicional de 37,2% ao adicional noturno, não há interesse recursal porque a pretensão já foi acolhida no acórdão recorrido.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000060-34.2017.5.11.0005

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	COMPANHIA DE NAVEGACAO DA AMAZONIA - CNA
ADVOGADO	THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER(OAB: 154860/SP)
RECORRIDO	FRANCISCO LEITE AQUINO
ADVOGADO	PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA(OAB: 9705/AM)
RECORRIDO	SERVIS SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
ADVOGADO	FERNANDO ANTONIO PRADO DE ARAUJO SOBRINHO(OAB: 10577/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE NAVEGACAO DA AMAZONIA - CNA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA -
Advogado(a)(s):	1.THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER (SP - 154860)
Recorrido(a)(s):	1.SERVIS SEGURANÇA LTDA
Advogado(a)(s):	1.ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. f40ffad; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. 7427ba5).

Regular a representação processual (id. 4629c27).

Satisfeito o preparo (ids. 2c133af, 93d6c55, 93d6c55, cd03025 e 5228f5b).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos LIV e LV do artigo 5º;inciso IX do artigo 93;inciso V do artigo 5º;inciso X do artigo 5º;inciso XXII do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso IV do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 932 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 186 do Código Civil;artigo 844 do Código Civil;artigo 944 do Código Civil;inciso I do §1º do artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho.

Suscita, preliminarmente, que o acórdão de embargos de declaração deve ser declarado nulo e os autos remetidos novamente a Turma para que se complete a prestação jurisdicional. Sustenta que não foi comprovada a perda da capacidade laborativa, de acordo com o laudo pericial, visto que o autor voltou a trabalhar, nas mesmas funções, imediatamente após sua dispensa da ré. Acrescenta que não há manifestação, no acórdão, acerca da fundamentação recursal, no que concerne à inexistência do dever de indenizar, em se tratando de circunstância em que não sse verificaram sequelas ou redução da capacidade laborativa, tambémm não foram respondidas questões pendentes de resposta, como a importante informação prestada ao perito médico, no sentido de que o Autor voltou a trabalhar, após o desligamento da ora Recorrente, na mesma função, de auxiliar de montagem.

Consta no v. acórdão (Id cd03025)

'(...)

MÉRITO

1. MATÉRIA COMUM AOS RECURSOS

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM.

Reclamada e Litisconsorte insurgem-se contra a sentença de piso no que tange à indenização por danos morais, sustentando que foi constatada, no laudo pericial, a ausência de incapacidade laborativa do Autor. Sucessivamente, aduzem que a quantia fixada na origem (R$ 15.000,00) foge aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade, motivo pelo qual pugnam pela redução do quantum fixado.

Examina-se.

De plano, importante salientar que não se discute a ocorrência do acidente de trabalho sofrido pelo autor, tampouco a conclusão pericial ou a culpa do empregador, uma vez que tais elementos foram minuciosamente apreciados na fundamentação do decisum de origem, que concluiu pela responsabilidade da Reclamada, tendo adotado a prova pericial na integralidade, nos seguintes termos (ID. 2c133af - Págs. 2/3):

Dos danos morais

O reclamante alegou que no dia 13/08/2015 sofreu acidente de trabalho ao subir uma altura de 05 metros para alcançar seu posto de vigilância em uma torre. A queda causou uma fratura no braço e escoriações.

A reclamada não negou a ocorrência do acidente, sustentando, contudo, que o reclamante alterou a versão dos fatos, notadamente, porque a queda ocorreu a 02 metros de altura ao descer da torre, e sobretudo, por estar o reclamante portando seu aparelho celular em uma das mãos. Alega a reclamada culpa concorrente do reclamante, que agiu de forma imprudente.

Pois bem. Restou incontroverso nos autos a ocorrência do acidente de trabalho sofrido pelo reclamante.

Ademais, foi realizada perícia médica no reclamante para a confirmação das alegadas sequelas decorrentes do acidente de trabalho, bem como determinar o grau de incapacidade, se existente, para o exercício das funções que o reclamante exerceu na empresa e para o exercício de novas funções, verificação do nexo de causalidade, mensuração da extensão dos danos causados à vítima e averiguação da existência de culpa concorrente ou exclusiva das partes.

A perita designada pelo Juízo concluiu pelo nexo de causalidade entre o acidente e a fratura do antebraço e nexo concausal entre o acidente e lesão no ombro direito sofridas pelo reclamante. (...)

Nesse contexto, é certo dizer que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, nos termos do art.479 do CPC, todavia, resta evidente que para se contrapor ao mesmo deve possuir fortes elementos de convicção que o conduzam a deduções diferentes às do expert, o que não é o caso dos autos.

Foi demonstrada a ocorrência do acidente. Quanto ao nexo de causalidade, este é plenamente satisfeito na medida em que o acidente ocorrido com o reclamante causou as sequelas narradas na prefacial. A reclamada não produziu qualquer prova de que o acidente tenha ocorrido por culpa exclusiva da vítima, ou qualquer fato que elida sua responsabilidade.

Presentes, portanto, o dano, o nexo e a culpa do empregador, gerando o dever de indenizar com lastro na responsabilidade civil e no princípio da razoabilidade, razão pela qual se impõe a indenização por dano moral em face dos acidentes de trabalho sofridos pelo reclamante, com suas consequências já expostas, salientando que o valor pleiteado na inicial se afigura desarrazoado, pois leva em consideração apenas a condição econômica do ofensor, relevando a extensão do dano, mola mestra no deferimento do quantum indenizatório, motivos pelos quais fixa-se o valor do ressarcimento em R$15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais nos termos do artigo 944 do Código Civil, aplicável subsidiariamente nos termos do artigo 8º e seu parágrafo único da CLT, considerando-se, para a fixação do quantum, o disposto no artigo 223-G, da CLT.

Logo, considerando que as Recorrentes não se insurgiram acerca dos elementos da responsabilidade civil (dano, nexo de causalidade e culpa), este Órgão ad quem apreciará apenas a repercussão das lesões na esfera moral do Autor, em decorrência do acidente sofrido.

Pois bem.

A dor moral é presumida nos casos de acidente do trabalho ou doença equiparada. Isso porque o dano existe in re ipsa, ou seja, independentemente de prova, que passa a ser dispensada dada a impossibilidade de concreção.

Em outras palavras, a ocorrência de acidente ou doença ocupacional faz presumir o impacto na esfera subjetiva do trabalhador, causando ofensa aos direitos da personalidade e à sua dignidade, razão pela qual deve ser objeto de reparação, a teor do art. 5º , incisos V e X , da Carta Magna .

Neste contexto, rechaça-se a tese das Recorrentes, no sentido de que a ausência de incapacidade laboral atual teria o condão de impedir o pagamento de indenização por dano moral ao Autor. Isso porque, consoante previsão do art. 950 do CC/02, o dano que impossibilitou o empregado de exercer sua profissão, ou que lhe diminuiu a capacidade de trabalho, deve ser ressarcido por meio de pagamento de pensão, cuja finalidade é indenizar o lesionado conforme a importância do trabalho para o qual se inabilitou ou da depreciação que ele sofreu.

Logo, a (in)capacidade laboral ou a depreciação da capacidade laborativa está relacionada ao prejuízo material do lesionado e não à lesão em sua honra ou moral, que independe de prova do efetivo prejuízo, conforme anteriormente explicado. Todavia, a única indenização deferida ao obreiro refere-se à lesão de ordem moral, razão pela qual não se aplica a irresignação das Rés no ponto.

In casu, restou comprovado que o Autor sofreu acidente típico de trabalho, que gerou lesões em seu braço direito, conforme pontuado no laudo pericial e na sentença de piso, contra a qual não houve insurgência recursal no aspecto. Assim dispôs a prova técnica (ID. dbd08eb - Pág. 15):

7- Quando ocorreu o acidente e como ocorreu? Houveram lesões decorrentes do mesmo? Se sim, quais?

R= 13-08-2015 a descrição encontra-se no item ESTUDO DA ATIVIDADE LABORAL. Sim. Fratura do antebraço/punho direito. E piora da bursite do ombro direito na época do acidente.

Além do mais, é inquestionável o sofrimento do obreiro em virtude das moléstias geradas pelo sinistro, mormente se falando que o Autor precisou imobilizar o punho/mão direita com gesso por cerca de 15 dias, além do tratamento medicamentoso e o consequente afastamento das suas atividades (ID. dbd08eb - Págs. 7/8), causando-lhe evidente dor e angústia.

Por outro lado, também deve ser considerado que as Reclamadas tiveram sua parcela de culpa pelo acidente (sendo a Litisconsorte responsabilizada de forma subsidiária), conforme fixado na sentença de primeiro grau, devendo arcar com os danos na medida de sua culpabilidade.

Em relação ao quantum deferido, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, parâmetros e tetos a serem

observados pelo magistrado na fixação do valor da indenização por danos morais (art. 223-G, da CLT), limitando, assim, a atuação jurisdicional.

É de se ressaltar que tais normas possuem viés eminentemente material-processual, e não apenas processual, na medida em que, além de interferirem na condução do processo, afetam diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de normas exclusivamente processuais, deve ser afastada a ideia de que os parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 13.467/2017 mereçam aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado inclusive no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada****. (grifamos)*

No caso em análise, como a sentença primária foi proferida sob a égide da nova norma (27/06/2018), não há que se falar em situação jurídica consolidada anterior à vigência da Lei n.º 13.467/2017, tampouco há condição a ser resguardada.

Logo, entende-se que devem ser utilizados os parâmetros estabelecidos pela Lei 13.467/2017 para o cálculo da parcela, em virtude da aplicação imediata da norma aos atos praticados sob a sua vigência.

Assim dispõe a redação do dispositivo que trata a matéria:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Nesse sentido, observa-se que o caput do artigo supra transcrito estabeleceu algumas balizas para se fixar o grau da ofensa experimentada pelo trabalhador e, com isso, enquadrá-la em umas das hipóteses de seu parágrafo primeiro.

No aspecto, houve ofensa à saúde do trabalhador, bem jurídico de maior relevância para o indivíduo. Conforme mencionado anteriormente, restou comprovado nos autos a ocorrência de acidente de trabalho sofrido pelo Autor, gerando fratura do seu antebraço/punho direito, além da piora da bursite do ombro direito na época do acidente.

Todavia, deve-se ponderar que as fraturas decorrentes do sinistro estão consolidadas e, atualmente, não há sequelas (ID. dbd08eb - Pág. 18).

Tais condições autorizam o enquadramento da ofensa como de **natureza média**. Consequentemente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 223-G da CLT, a indenização deverá observar o **teto de cinco vezes** o valor do último salário do Reclamante, no importe de R$ 2.089,46 (conforme aponta o TRCT de ID. ffef1e0 - Pág. 1).

Assim, em atendimento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa, já que, se por um lado, a moral de nenhuma pessoa é mensurável, por outro, o valor da indenização não pode ocasionar grande prejuízo financeiro à Reclamada, a ponto de colocar em risco a ordem social, apesar de precisar possuir efeitos pedagógicos, com amparo no que dispõe os arts. 223-G da CLT e 944, § único, do CCB, e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, deve ser **reduzido** o valor da indenização fixada na origem, de R$ 15.000,00 para R$ 10.447,30 (5 x R$ 2.089,46), valor este em consonância, ainda, com outras decisões desse colegiado.

Ante o exposto, **dá-se parcial provimento** aos recursos das Rés, no ponto.

(...)'

No presente caso, a Turma claramente expôsos motivos que a levaram acondenar a reclamda, eas questões ventiladas pela embargante foram detidamente apreciadas, com base na análise de todo conjunto fático probatório dos autos, restando preenchidos os requisitos legais do dever de indenizar.

Não se reconhece violação dos artigos 93, IX, da Constituição da República, 489 do Código de Processo Civil e 832 da Consolidação das Leis do Trabalho em face de julgado cujas razões de decidir são fundamentadamente reveladas, abarcando a totalidade dos temas controvertidos. Havendo, no acórdão, a descrição das razões de decidir do órgão julgador, aprecia devidamente as questões jurídicas em discussão nos autos e indicando, de forma fundamentada, as razões do seu convencimento, tem-se por atendida a exigência de fundamentação inserta nos referidos dispositivos, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, não havendo falar em nulidade da decisão por negativa de prestação jurisdicional. Portanto, consubstanciada a entrega completa da prestação jurisdicional, não há como arguir nulidade.

Ressalto que o conhecimento do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional possui campo restrito, consoante os termos da Súmula 459 do TST, restando prejudicada a análise dos demais dispositivos invocados pela recorrente no presente tópico.

No mérito, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, portanto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

No tocante ao quantum indenizatório, cumpre registrar que o arbitramento do montante se encontra dentro do poder discricionário do magistrado, em observância a critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, extraídos da análise do conjunto fático e probatório de cada demanda, como se verifica nos fundamentos exarados no acórdão.

Também não há se falar em violação dos artigos 5º, V e X, da Lei Maior. Isso porque os preceitos não definem uma tarifação para a proporcionalidade da indenização pelo dano sofrido, o que é reservado ao prudente arbítrio do julgador. Além disso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a reapreciação, em sede de instância extraordinária, do montante arbitrado para a indenização de danos morais e materiaisdependem da demonstração do caráter exorbitante ou irrisório do valor fixado. Não vislumbro, no caso concreto, extrapolação dos limites superiores ou inferiores da razoabilidade e da proporcionalidade nos valores arbitrado.

Por fim,a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista, a pretexto da divergência jurisprudencial indicada (Súmula nº 296, I, do TST).

Assim, nesse tópico, impossível o seguimento do recurso.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002108-13.2015.5.11.0012

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	BDS CONFECCOES LTDA
ADVOGADO	LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO(OAB: 9919/AM)
RECORRIDO	MARIA RAIMUNDA GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	CLAUDIA PEREIRA LEITE(OAB: 9712/AM)
ADVOGADO	VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA(OAB: 9253/AM)
ADVOGADO	ALINE NEO SERRA(OAB: 9825/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BDS CONFECCOES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BDS CONFEÇÕES LTDA
Advogado(a)(s):	LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO
Recorrido(a)(s):	MARIA RAIMUNDA GOMES DE OLIVEIRA
Advogado(a)(s):	ALINE NEO SERRA (exclusividade - id 35bc0fb) e

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 08/08/2019 - id. 983398c ; recurso apresentado em 20/08/2019 - id. 71fb838).

Regular a representação processual (id. 8c63b0f).

Recolhidas as custas processuais (id. aaf378c).

Isento de depósito recursal, por força do §10, art. 899 da CLT (id. 177cef7).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Cerceamento de Defesa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega que era da recorrida o ônus da prova quanto à existência de danos morais e materiais alegados pela recorrida, mas deste encargo processual não se desinsumbiu.

Consta no v. acórdão (id. 2741840):

'(...)

DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

Da doença ocupacional

Alega a recorrente que do laudo pericial não se pode extrair qualquer conclusão útil ao deslinde do conflito, porque concluiu com diversas contradições pelo nexo de concausalidade em relação às patologias dos punhos da recorrida.

Sustenta que a recorrida possui doença degenerativa e preexistente, que evolui independente do trabalho realizado.

Argumenta que sempre tomou todas as precauções devidas para impedir o surgimento de qualquer acidente ou doença ocupacional.

Por estas razões, diz que não pode ser responsabilizada pelos supostos danos morais e materiais pela restrição parcial e temporária da capacidade laboral da recorrida, bem como em razão da ausência de prova inequívoca da ocorrência e extensão dos supostos danos extrapatrimoniais e porque a recorrida não apresenta incapacidade permanente para o trabalho.

Na hipótese de se reconhecer que houve algum dano, requer a redução das indenizações, observando-se os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Analiso.

Ab initio, creio pertinente tecer comentários sobre a responsabilidade empresarial quanto ao ambiente de trabalho e a decorrente de infortunísticas.

A indenização que resulta de acidente do trabalho e/ou doença profissional ou ocupacional pressupõe a presença de três requisitos: a) ocorrência do fato deflagrador do dano ou do próprio dano, que se constata pelo fato da doença ou do acidente, os quais, por si sós, agridem o patrimônio moral e emocional da pessoa trabalhadora (nesse sentido, o dano moral, em tais casos, verifica-se pela própria circunstância da ocorrência do malefício físico ou psíquico); b) nexo causal ou concausal, que se evidencia pelo fato de o malefício ter ocorrido em face das condições laborativas; c) culpa empresarial, excetuadas as hipóteses de responsabilidade objetiva. Muito embora não se possa presumir a culpa em diversos casos de dano moral , em se tratando de doença ocupacional ou de acidente do trabalho, essa culpa é presumida, uma vez que o empregador detém a gestão da sua estrutura organizacional e física do empreendimento. O poder de comando do empregador é amplo, competindo a ele determinar a forma de produzir, a jornada e a organização do trabalho e, do outro lado, o trabalhador com pouquíssima margem de escolha, cabendo-lhe executar as ordens do empregador na forma, tempo e modo determinados, na maioria das vezes sem poder até mesmo para alterar as diretrizes de modo a se proteger um pouco mais. Em atenção a esta situação de passividade, a Constituição Federal e a Lei de Benefícios da Previdência alargaram a responsabilidade do empregador sujeitando-o indenizar o obreiro em situação de desvantagem e sujeito a riscos laborais.

É preciso lembrar que a higidez física como a mental do ser humano são bens fundamentais de sua vida, como a honra , a dignidade, a convivência social. São bens, portanto, inquestionavelmente tutelados, regra geral, pela Constituição (art. 5º, V e X). Assim, agredidos em face de circunstâncias laborativas, passam a merecer tutela ainda mais forte e específica da Constituição Federal (art. 7º, XXVIII, CF/88). Por certo, é do

empregador a responsabilidade pelas indenizações por dano moral, material ou estético decorrentes dos danos decorrentes de acidentes vinculados ao labor. O risco que atrai a responsabilização objetiva pode ser aferido a partir da comparação entre a atividade que provocou o dano e o nível de exposição dos demais membros da coletividade

Verifico que o laudo pericial, respeitando a Resolução nº 1.488/98 do CFM, observou a história clínica e ocupacional pregressa da reclamante; realizou interpretação de exames de imagem, exames clínico e físico e análise do local de trabalho. É preciso dizer que a Senhora Perita bem e fielmente cumpriu a diligência que assumiu, tendo o cuidado e zelo de discorrer sobre a dinâmica laboral e esmiuçar a correlação com os danos enfrentados pela obreira, de modo que não encontro motivos para afastar a conclusão ali definida.

Diante do exposto, adoto o laudo pericial como razão de decidir, ressaltando que laudo da perita oficial encontra suporte na presunção relativa de veracidade, porque produzido por profissional isento de ânimo e de confiança do juízo, enquanto a assistente técnica é de confiança da parte (art. 466, §1º, do CPC). Razão pela qual o parecer desta (ID-95d19db) não pode prevalecer.

Colhe-se do laudo pericial que a reclamante é portadora das seguintes patologias: artrose na articulação do ombro, epicondilite lateral no cotovelo direito e tenossinovite De Quervain no punho direito.

A reclamante esteve afastada sob a tutela do INSS, em razão de doenças osteomusculares, em dois momentos: o primeiro, recebendo auxílio-doença comum (código 31) de 24/4/2012 a 23/8/2012; o segundo, mediante auxílio-doença acidentário (código 91), de 12/7/2013 a 2/10/2013. Após o retorno ao trabalho em 3/10/2013, laborou 1 ano e 10 meses até ser demitida.

Concluiu a perita que apenas a patologia do punho direito da autora tem nexo concausal com as atividades realizadas na reclamada. Justificou a conclusão de que o labor na reclamada contribuiu para o agravamento das enfermidades, consignando que 'nas atividades laborais da Autora na Reclamada, existiam fatores de riscos ocupacionais para punhos reconhecidos pela literatura, como posturas inadequadas, repetitividade de movimentos sem pausas adequadas para recuperação muscular com exigência em flexão/extensão dos punhos e dedos, pinça digital, uso de ferramenta (alicate), má postura e exigência de movimentos do polegar, pinça de polegar associada a flexão, extensão, ou desvio ulnar do carpo'.

Nas várias respostas aos quesitos do juízo e das partes, asseverou a perita que 'não há incapacidade laboral'. Porém, ao quesito nº 18 do juízo, a respeito da reversão do quadro para recuperação da aptidão normal para o trabalho, respondeu que há 'bom prognóstico e evolução para a cura sem que restem sequelas'.

Nos vários quesitos do juízo e das partes, a perita reiterou que 'a doença tem bom prognóstico e evolução para a cura sem que restem sequelas'. tal importa dizer que a autora suporta limitações que podem ser revertidas se e com tratamento adequado.

Assim sendo, entendo que a reclamante possui incapacidade laboral parcial e temporária.

Em relação à questão da responsabilidade civil da recorrente, a norma do art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88, que prevê a responsabilidade subjetiva do empregador, isto é, quando incorrer em dolo ou culpa, no caso de acidente de trabalho, não exclui a responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil.

A jurisprudência corrente do TST é no sentido de que o disposto constitucional no inciso XXVIII deve ser interpretado em consonância com o caput do artigo 7º, que permite interpretação ampliativa, quando estabelece entre os direitos dos trabalhadores, além dos relacionados em seus incisos, outros que visem à melhoria da sua condição social.

Como é sabido, o contrato de trabalho é sinalagmático, traz obrigações recíprocas às partes. O empregado obriga-se a colocar à disposição do empregador sua força de trabalho e a cumprir as regras fixadas em contrato , bem como as decorrentes de lei. Por outro lado, cabe ao empregador inúmeras obrigações , dentre elas e a mais importante(cláusula implícita) a preservação da integridade física e psíquica do trabalhador, como zelar e garantir ambiente de trabalho saudável e seguro

Admite-se, assim, a responsabilidade objetiva do empregador quando as atividades desenvolvidas pelo empregado, por sua natureza, representarem risco, como no presente caso, em que a atividade da reclamada é classificada como grau de risco 2.

Ressalte-se, ainda, que a doença da reclamante tem nexo técnico epidemiológico presumido (NTEP), constando na lista B do Anexo II do Decreto 3.048/99, conforme resposta da perita ao quesito 25 da reclamante.

A culpa foi encontrada na ausência de medidas eficazes que deveriam ser adotadas para evitar o surgimento e agravamento das patologias . E nem se diga que o caráter degenerativo é elemento a excluir a doença ocupacional, tendo em vista que a Senhora Perita, na sua avaliação, tomou em conta esta particularidade e, nada obstante, encontrou fatores nas condições e dinâmica laboral que provocaram o agravamento das patologias suportadas pela obreira.

Portanto, cabível a aplicação do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, que impõe a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa.

Ainda que assim não fosse, uma vez estabelecida a relação de concausalidade entre a atividade laboral e a patologia da obreira, incide a responsabilidade subjetiva da recorrente, presumindo-se a culpa na modalidade omissiva, em razão de ter esta o controle e a direção sobre a estrutura, a dinâmica e a operação do estabelecimento.

Assim, demonstrados o dano (redução parcial e temporária da capacidade laboral), o nexo de concausalidade e a responsabilidade objetiva e subjetiva da recorrente, impõe-se a obrigação desta de indenizar por danos materiais e morais, sendo este último in re ipsa.

No tocante ao quantum indenizatório, considero o tempo de serviço da autora, mais de 14 anos, a dinâmica laboral, a relação de concausalidade, as limitações que atualmente enfrenta, a possibilidade de reversão para entender que não cabe redução do dano material, uma vez que a fixação em R$15.000,00 pelo juízo de origem encontra-se até abaixo do razoável. Razão pela qual e em respeito ao princípio do não reformatio in pejus, mantenho.

Em relação ao dano moral, entretanto, considerando os mesmos fatores, entendo que a indenização deve ser reduzida, em respeito aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e ainda os valores deferidos em casos semelhantes.

Assim sendo, reduzo a indenização de dano moral de R$20.000,00 para R$15.000,00.

DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE

Da indenização da estabilidade acidentária

O juízo sentenciante julgou improcedente o pedido de estabilidade acidentária, considerando que a perícia concluiu pela concausalidade, não verificando incapacidade laboral absoluta.

Assim, entendeu o juízo que não estavam preenchidos os requisitos referentes à estabilidade acidentária estabelecidos nos arts. 20 e 118 da Lei 8.213/91.

Insatisfeita, sustenta a recorrente que faz jus à indenização da estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/91, decorrente de acidente de trabalho ou de doença profissional de que trata o art. 20, também da Lei 8.213/91.

Aduz que a Súmula 378 do TST cristalizou o entendimento de que é devida a estabilidade provisória nos casos em que se ficar constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

Nestes termos, requer a condenação da reclamada ao pagamento de indenização da estabilidade acidentária de 12 meses e reflexos nos consectários trabalhistas.

Sem razão a recorrente.

Data venia, não endosso o entendimento do juízo a quo, mas mantenho a improcedência dos pedidos pelos seguintes fundamentos.

Entendo que a estabilidade acidentária foi respeitada, uma vez que o último afastamento previdenciário, mediante auxílio-acidentário (código 91), encerrou-se em 2/10/2013, a recorrente retornou ao serviço e somente foi despedida em 28/8/2015, ou seja, 1 ano e 10 meses após o seu retorno.

Assim sendo, a despeito do nexo de concausalidade estabelecido pela perícia judicial, não se trata de doença ocupacional constatada somente após a despedida, que atrairia a aplicação do item II da Súmula 378 do TST. Já houve um reconhecimento administrativo pelo INSS da doença ocupacional, daí a concessão do auxílio-doença acidentário (código 91), tendo a recorrente usufruído do período estabilitário após a cessão do benefício.

Ressalte-se que o pedido de estabilidade está embasado não em nova doença ocupacional, mas nas mesmas reconhecidas pelo INSS e que motivaram a concessão do benefício acidentário e gozo da estabilidade acidentária após a cessação do benefício.

Logo, não há que se falar em indenização da estabilidade, sob pena de bis in idem.

Por estes motivos, mantenho a improcedência do pedido.

Diante do exposto, conheço dos recursos; nego provimento ao recurso da reclamante; concedo provimento parcial ao recurso da reclamada para reduzir o dano moral de R$20.000,00 para R$15.000,00, mantendo a Sentença nos demais termos e com a fundamentação aqui esposada.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não

transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000495-38.2018.5.11.0016

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	SIMONE MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RECORRIDO	PHILIPS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)
RECORRIDO	GIBSON INNOVATIONS DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIMONE MOREIRA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.SIMONE MOREIRA DOS SANTOS
Advogado(a)(s):	1.WILSON MOLINA PORTO (exclusividade - id. 1fbc175)
Recorrido(a)(s):	1.GIBSON INNOVATIONS DO BRASIL INDUSTRIA
Advogado(a)(s):	1.FABIO RIVELLI (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. 2d80f74; recurso apresentado em 27/08/2019 - id. 06182ca).

Regular a representação processual (id. 1fbc175).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 5355240), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos V e X do artigo 5º;inciso XXVIII do artigo 7º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 944 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil;artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- Enunciado nº. 37 da I Jornada de Direito do Trabalho

O recorrente busca a reforma o v. acórdão para que seja majorado o valor das indenizações por danos morais e materiais.

Consta no v. acórdão (id. daf21f9):

'(...)

RECURSO DA RECLAMANTE

Danos morais e materiais.

A autora pugna pela majoração dos danos morais e materiais, ao argumento de que o valor arbitrado na sentença não observa as circunstâncias do caso concreto.

A reclamada postula a exclusão das indenizações.

A responsabilidade civil do empregador pelo acidente de trabalho e doenças ocupacionais acometidas ao empregado decorre não só de mandamento constitucional, por força do art. 7º, XXVIII, da CRFB, como também da legislação civil subsidiariamente aplicável (art. 8º da CLT), consubstanciada nos arts. 186, 187 e 927 do CC/2002,

impondo-lhe o dever de reparação quando presentes os requisitos da modalidade indenizatória subjetiva, quais sejam, o dano, o nexo de causalidade e o dolo ou culpa do agente, resultando em ato ilícito passível de reparação.

A prova técnica (id 4045685) foi contundente ao realizar exame detalhado na reclamante/demandante e concluir pelo nexo causal entre a doença que está acometida e as atividades desempenhadas na reclamada, no decorrer do vínculo de emprego, causando-lhe redução de sua capacidade profissional.

Assim, no tocante à culpa da reclamada no infortúnio, vê-se que está caracterizada pela sua negligência, por não tomar as providências cabíveis para evitar o agravamento ou desencadeamento das doenças, ferindo o disposto nos arts. 7º, XXII, da Constituição da República, 19, § 1º, da Lei nº 8.213/1991 e 157 da CLT, quanto ao dever do empregador de preservar a higidez de seus empregados.

Ante o exposto, caracterizado o dano, o nexo de causalidade entre as atividades exercidas pelo autor e as patologias que acometeram sua coluna lombar, bem como demonstrada a culpa da reclamada, deve ser mantida a sentença que condenou a empregadora ao pagamento de indenização por danos morais, ressaltando ser in re ipsa e materiais (redução da capacidade).

Acerca dos danos morais, insta pontuar que o quantum indenizatório, além de buscar o ressarcimento do dano causado e coibir a prática reiterada da conduta ofensiva, deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta a situação econômica dos envolvidos.

Com efeito, o laudo pericial concluiu pela existência de nexo de causalidade das patologias com as atividades laborais, restando aferida, todavia, somente a existência de redução da capacidade laboral (id 4045685), a saber:

a) Qual a classificação perante a Previdência Social, para fins de contribuição do SAT, do grau de risco da atividade exercida pela Reclamada? Resposta: Considerando o CNAE da empresa, este cadastrado sob o nº. 46.49-4, o grau de risco é considerado grau II.

c) Qual a doença existente no(a) Reclamante e como o(a) mesmo(a) está classificada perante a Classificação Internacional de Doenças - CID? Resposta: Conforme os exames de imagem acostados aos autos, a colaboradora é portadora das seguintes patologias: 1.) Cotovelos: 1.1) Epicondilite lateral bilateral - CID-10 M77.1 e 1.2) Epicondilite medial bilateral - CID-10 M77.0. 2.) Punhos: 2.1) Tenossinovite dos extensores comuns bilateral - CID-10 M65.9.

d) A atividade exercida pelo(a) Reclamante foi causa ou concausa para o surgimento ou agravamento da doença do(a) Reclamante? Resposta: As atividades laborativas exercidas pela Reclamante durante o ato pericial na empresa ora Ré atuaram como causa para o surgimento das doenças que acometem a colaboradora.

h) As doenças diagnosticadas reduziram parcial ou totalmente a capacidade laboral do(a) reclamante? Resposta: A Reclamante apresenta redução parcial de sua capacidade laborativa.

l) Se a redução foi parcial, quais as limitações do(a) Reclamante para o exercício da atividade laboral? Resposta: A Reclamante apresenta redução parcial de suas capacidades laborativas para atividades assemelhadas.

b) Há incapacidade para toda e qualquer atividade? Se sim, indaga-se: Resposta: A Reclamante não apresenta incapacidade para toda e qualquer atividades.

8. A reclamante está incapacitada para os autos da vida diária, quais sejam: capacidade (independente do auxílio de terceiros) para se alimentar, para se comunicar, para realizar higiene pessoal (tomar banho, escovar dentes, pentear os cabelos), vestir-se, locomover-se, dirigir? Em caso negativo, justifique. Resposta: A Reclamante não referiu apresentar incapacidade para as atividades diárias.

Verifica-se, portanto, a existência de redução da capacidade laboral, porém, somente quanto a algumas atividades que envolvam os membros atingidos, sem restrições para as atividades diárias, sendo possível a realização de tratamento e a reinserção no mercado de trabalho.

Assim, em que pese o nexo de causalidade gere a presunção quanto aos danos suportados pela trabalhadora, decorrentes da própria patologia, não se vislumbram prejuízos extraordinários, aptos a embasar indenização em quantia elevada.

Desse modo, tendo em vista que a presente ação foi ajuizada após a entrada em vigor Lei 13.467/17; que a medida visa atenuar o sofrimento vivenciado pela autora e a abstenção da conduta pela reclamada, com verdadeiro papel pedagógico; a relação de causalidade entre a doença e o trabalho; o prognóstico de melhora e reinserção do mercado de trabalho; a inexistência de incapacidade laboral, mas de simples redução parcial da capacidade, para algumas atividades; e, por fim, o tempo de prestação de serviços na empresa, entendo como proporcional o valor fixado pelo juízo a quo (R$9.656,92), devendo, portanto, ser mantida a sentença de origem.

Cediço que os danos materiais abrangem o que o ofendido efetivamente perdeu (danos emergentes) e também o que deixou de ganhar (lucros cessantes), nos termos do art. 402 do CC.

Dessa forma, com relação aos danos materiais pretendidos, o enfrentamento da questão deve passar, necessariamente, pela análise da capacidade laborativa da reclamante a qual ficou demonstrada nos autos que houve uma redução parcial da

capacidade laboral, com restrição para atividades com sobrecarga nos membros atingidos, havendo, lado outro, possibilidade de melhora e de reinserção do mercado eis que o tratamento será de baixo custo (id 4045685).

Nessa linha correta a decisão do juízo a quo que fixou a reparação por danos materiais no importe de R$11.036,48, por representar valor condizente com o conjunto fático-probatório, princípios da reparação integral, razoabilidade e proporcionalidade. Logo, não há nada a reformar.

(...)'

Como pode ser observado pelo confronto das razões revisionais com os fundamentos do acórdão, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial.

Não há se falar em violação dos artigos 5º, V e X, da Lei Maior. Isso porque os preceitos não definem uma tarifação para a proporcionalidade da indenização pelo dano sofrido, o que é reservado ao prudente arbítrio do julgador. Além disso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a reapreciação, em sede de instância extraordinária, do montante arbitrado para a indenização de danos morais e materiaisdependem da demonstração do caráter exorbitante ou irrisório do valor fixado. Não vislumbro, no caso concreto, extrapolação dos limites superiores ou inferiores da razoabilidade e da proporcionalidade nos valores arbitrado.

Ademais, A alegação de divergência jurisprudencial, na hipótese, não viabiliza o recurso, porque aresto oriundo de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho não enseja o conhecimento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, alínea 'a', da Consolidação das Leis do Trabalho.

Por fim, no tocante à divergência jurisprudencial, destaco que a SBDI-1 do TST tem firme jurisprudência no sentido de ser inviável concluir pela especificidade de aresto quando se busca demonstrar o dissenso pretoriano quanto ao valor arbitrado a título de danos morais e sua revisão, dadas as peculiaridades de cada caso, as circunstâncias e fatos de cada evento danoso, com seus reflexos singulares na ordem do bem atingido e do ofensor, o que impossibilita o processamento da revista (Súmula nº 296, I, do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001452-81.2018.5.11.0002

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	LUIZA DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ(OAB: 13568/AM)
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- LUIZA DE SOUZA PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.LUIZA DE SOUZA PEREIRA
Advogado(a)(s):	1.MARLY GOMES CAPOTE (EXCLUSIVIDADE) e OUTRO
Recorrido(a)(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE

Advogado(a)(s): 1.DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 21/08/2019 - id. b7005df ; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 76c37d2).

Regular a representação processual (id. a29ce01).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 9245a0e), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Administração Pública.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 873 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

Orecorrente sustenta que '(...) listou diversos empregados que trabalhavam na mesma função que ele, e indicou que os mesmos foram transferidos para a nova empresa criada (a 2ª reclamada) sem qualquer concurso público e sem qualquer seleção.', mas que, por se tratar de empresa de economia mista, deveria ter o quadro preenchido por critérios objetivos de seleção, o que não ocorreu, pelo que entende violado o comando dos arts. 7º, XXX, e 37, da CF.

Aponta que é da reclamada o ônus de provar que as transferências obedeceram aos princípios constitucionais de regência da matéria, não sendo a homologação sindical suficiente para chancelar a violação constitucional.

Consta no v. acórdão (id. 8e9ef36):

'(...)

Recurso ordinário em condições de conhecimento, eis que atendidos os requisitos legais de admissibilidade.

Conforme relatado na exordial, a reclamante, inicialmente, foi admitida pela empresa MANAUS ENERGIA S/A, sucedida pela AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sua atual empregadora, e que esta, por sua vez, foi cindida em duas, passando a coexistir as empresas AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) e a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

A reclamante sustentou, ainda, que centenas de empregados foram transferidos para a nova empresa, AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), o que não foi seu caso, já que permaneceu vinculada à AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Ainda segundo a autora, não houve qualquer critério ou opção para a mudança de uma empresa para a outra, sendo que 'a empresa simplesmente escolheu a dedo quem mudaria de empresa', o que, no seu entender, violou os princípios da isonomia e impessoalidade (art. 37, caput, da CF/1988), já que passou a haver tratamento diferenciado entre os empregados das duas empresas, com nítida desvantagem para os empregados que remanesceram na empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Por fim, citou o fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, o que entendeu novamente ferir o princípio da isonomia, e que a venda da AmD em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista.

Por outro lado, as reclamadas, em contestação (IDs. 643e295 e d4e10e0), alegaram, em síntese, que, após deliberação da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da AmD, foi aprovada a transferência de 480 colaboradores para compor o quadro funcional inicial da AmGT, utilizando-se dos seguintes critérios:

'a) Somente poderá haver transferência se houve concordância do empregado;

b) Somente haverá transferência dos setor/atividade de 'geração', uma vez que esse fora o ramo 'desmembrado'/desverticalizado;

c) Excepcionalmente, também necessário pessoal de apoio administrativo (setor financeiro, contábil, jurídico, licitação), que foram distribuídos de maneira proporcional entre as empresas GT e AmE, de acordo com o volume de tarefas;

d) Foi fixado prazo para que os funcionários interessados requeressem a transferência.'

Informaram, ainda, que a reclamante está lotada no Departamento de Medição, que tem por finalidade promover à especificação, o dimensionamento, a fiscalização e a manutenção da conformidade do parque de medição destinado ao faturamento e ao intercâmbio de energia, bem como dos padrões de entrada de energia nos imóveis, observados os requisitos metrológicos, de segurança, de proteção à receita e de custos, e que tais atribuições não se relacionam com a atividade de geração de energia, motivo pela qual a reclamante não foi transferida de empresa, não havendo ato discriminatório algum, sobretudo porque não houve qualquer requerimento formal da reclamante para ser transferida à AmGT.

Sustentaram, ainda, que, por serem empresas distintas, não há

como estender obrigações e direitos trabalhistas dos funcionários de uma para outra, caso do Programa de Demissão Consensual - PDC.

Por fim, argumentaram que o real motivo da presente reclamação é a busca da reclamante de fugir da privatização da sua empregadora AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, o que já não é mais possível, haja vista que a empresa foi privatizada em leilão ocorrido no último dia 10 de dezembro de 2018, esclarecendo que a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, até o momento, não demitiu e nem possui qualquer 'plano maquiavélico' de demitir empregados, sendo estes concursados ou sem concurso.

Vejamos.

De início, consigno que, alegando tratamento discriminatório e anti-isonômico, cabe à reclamante o ônus da prova enquanto fato constitutivo do seu direito, conforme dicção do art. 818 Consolidado c/c art. 373, I, do CPC.

In casu, verifico que a obreira informou, em seu depoimento pessoal, que não labora na atividade de geração de energia, mas, sim, em função atinente à distribuição de energia, o que corrobora a tese das reclamadas de que só foram transferidos à AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) os funcionários ligados à geração de energia. Verifico que sequer houve prejuízos à autora, já que esta não sofreu perda salarial, tampouco redução de benefícios. Eis o teor do seu depoimento:

'... que está lotada no setor DCMM, na função de técnica de manutenção; que atualmente está na área de recebimento de medidores, mas também vai para atividade de campo; ***que a atividade está ligada diretamente à distribuição de energia;*** *que 3 pessoas que trabalhavam no local de trabalho da reclamante, Sr. Érico, Sr. Edson e Sra. Viviane, todos técnicos de manutenção; que não se recorda do local de lotação dos nomes citados, bem como de suas atividades;* ***que a depoente não teve perda salarial ficando na empresa; que não teve redução de benefícios;*** *que o sindicato da categoria é o mesmo para ambas empresas; que não tem certeza se as negociações coletivas são as mesmas para ambas empresas.* ***[[...] que não tem relação com a Geração e Transmissão de Energia, pois hoje está na área de distribuição de energia.'***

Verifico, ainda, que, à época, sequer houve requerimento ou manifestação formal da reclamante para ser transferida para a AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), donde se concluir que não houve preterição alguma na transferência de empregados operada com a criação da referida empresa.

Assim, considero não comprovado o alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial.

Quanto à tutela inibitória deduzida pela reclamante, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito de não ser dispensada sem justa causa, sob o argumento de que a venda da AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista, entendo que razão não lhe assiste.

Ora, é entendimento prevalente na jurisprudência do C. TST que '*A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade',* conforme sedimentado no item I da Orientação Jurisprudencial 247 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I.

No mesmo sentido, trago à colação julgado da lavra da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais - SBDI II e de algumas das turmas do C. TST, que encampam a tese de que, após o processo de privatização, não subsistem os direitos inerentes às regras aplicáveis em razão do vínculo anterior, de natureza administrativa:

'MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. Decisão impugnada consistente na determinação de reintegração, com fundamento no fato de haver norma interna editada no período em que o Banco Banestado S.A. era sociedade de economia mista. Em razão da aquisição do controle acionário pelo Banco Itaú S.A., ***o empregado, mesmo submetido a concurso público para ingresso no quadro do banco sucedido, não goza de estabilidade. Não se aplicam os princípios de Direito Administrativo, por não se tratar de ente público.*** *A decisão acarreta violação de direito potestativo do empregador. Hipótese em que deve ser concedida a segurança. Recurso ordinário a que se dá provimento.' (ROMS-39400-63.2005.5.09.0909, Relator: Ministro Gelson de Azevedo, Data de Julgamento: 7/11/2006, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DJ 7/12/2006 - grifei)*

'[[...]REINTEGRAÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRIVATIZAÇÃO. DISPENSA. MOTIVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PROVIMENTO. O artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, expressamente, submete as empresas públicas e sociedades de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Ademais, as condições previstas em Decreto Estadual que encerram obrigações dirigidas ao gestor público para observar princípios aplicáveis somente à Administração

Pública, não podem ser equiparadas a disposições de regulamento empresarial, e, assim, se incorporarem ao contrato de trabalho dos empregados admitidos durante a sua vigência, permanecendo mesmo após a sucessão da empresa pública ou sociedade de economia mista. ***Neste contexto, o colendo Tribunal Pleno desta Corte Superior, no julgamento do Processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008 (DEJT 09.11.2015), pacificou o entendimento de que ex-empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado após a sucessão do referido ente público por instituição privada, não faz jus à reintegração no emprego com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 21.325/91.*** *Precedentes. Na hipótese, o reclamante foi admitido pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ, em 01.11.1985, à época Sociedade de Economia Mista Estadual, e foi dispensado após o processo de privatização da empresa. Assim, o egrégio Tribunal Regional ao entender que há necessidade de motivação de dispensa do empregado, concluindo pela reintegração do reclamante no emprego, afrontou o disposto no artigo 173, § 1º, II, da Constituição Federal . Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.' (TST - RR: 3043820125070008, Relator: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 08/05/2019, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019 - grifei)*

'RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015/2014. COELCE. ***DEMISSÃO DE EMPREGADO APÓS A PRIVATIZAÇÃO.*** *DECRETO ESTADUAL.* ***DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.*** *O Tribunal Regional manteve a declaração de nulidade da dispensa da reclamante e a determinação de imediata reintegração ao emprego, sob o fundamento de que o Decreto Estadual 21.325/1991, que protegia, da dispensa imotivada, os empregados das entidades da Administração Pública Indireta e Fundacional do Estado, por tratar-se de norma mais benéfica, incorporou-se ao patrimônio jurídico da autora, esclarecendo que a alteração decorrente da privatização não afeta o contrato de trabalho dos empregados da reclamada. Decisão proferida em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior, para quem o Decreto Estadual 21.352/1991 não garante a reintegração de empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado sem justa causa após a privatização, na linha do julgamento pelo Pleno desta Corte Superior do processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008, em que se afastaram os efeitos do Decreto Estadual 21.325/1991, relativamente ao dever de motivação da dispensa de empregados dos entes da Administração Pública Indireta Estadual, por se tratar de ato normativo emanado do Poder Executivo, sem força coercitiva de lei . Precedentes . Recurso de revista conhecido e provido.' (TST - RR: 13059520115070007, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 06/02/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019 - grifei)*

Assim, tem-se que, tendo o empregador passado para a condição de ente exclusivamente privado, ele não se submete mais às regras e aos princípios próprios da administração pública, não havendo se falar que a privatização não altera as condições contratuais da reclamante, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT.

Saliente-se que não há nos autos notícia da existência de norma interna prevendo qualquer restrição à dispensa sem justa causa dos empregados, quer no âmbito do antigo empregador (sociedade de economia mista), quer no do atual, empresa privada.

Registro, ainda, que o julgamento levado a efeito pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, em 20 de março de 2013, nos autos do Recurso Extraordinário nº 589.998/PI, não implicou modificações a essa compreensão, uma vez que aquela Corte Suprema, ao assentar o posicionamento de que é obrigatória a motivação da dispensa unilateral de empregados públicos, o fez apenas em relação aos empregados da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Aliás, ao julgar os embargos de declaração opostos contra aquela decisão, o STF definiu, em sede de repercussão geral, a seguinte tese: '*A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados'* (RE 589.998 ED/PI - PIAUÍ. EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator: Ministro: Luís Roberto Barroso. Julgamento: 10/10/2018. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJe-261, divulgado em 4/12/2018. Publicação: 5/12/2018).

Assim, diante dessas considerações, nego provimento ao recurso obreiro, de modo a manter a sentença recorrida em seus exatos termos.

(...)'

Consta, ainda, no acórdão de embargos declaratórios de id. 0a9dc4b:

'(...)

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivos e subscritos por advogada regularmente habilitada nos autos.

Por oportuno, cumpre salientar que os embargos de declaração servem ao aperfeiçoamento das decisões judiciais, limitado o seu alcance pela legislação. Destinam-se ao suprimento de omissão, à correção de contradições e à eliminação de obscuridade. Podem ser admitidos também para correção de eventual erro material, conforme preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do julgado.

Esclareço, ainda, que a omissão atacável por meio de embargos de

declaração é aquela que ocorre tão somente quando há ausência de deliberação sobre determinada matéria, objeto de inconformismo recursal, ou sobre questão que deveria ser pronunciada de ofício. Não há omissão quando são examinadas as questões e os fundamentos necessários à solução da controvérsia, deixando de lado aspectos irrelevantes, implicitamente rejeitados.

Em análise do v. Acórdão, verifico que, de fato, não houve manifestação expressa quanto à tese da quebra da isonomia no fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, embora, implicitamente, a referida tese tenha sido rejeitada.

Ora, na decisão embargada restou consignada a não comprovação do alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial, já que não houve preterição da embargante na transferência de empregados operada com a criação da AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT).

Dito isso, esclareço que não há amparo legal para estender à embargante regra interna relativa à empresa diversa, qual seja, a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC da AmGT, sobretudo porque se trata norma atinente ao poder organizacional do empregador.

(...)'

Por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001252-23.2018.5.11.0019

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO	JOSE COELHO PAMPLONA NETO(OAB: 134643/SP)
RECORRIDO	NICOLAS BENJAMIM DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADO	ALEX FERNANDES MINORI(OAB: 9444/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
Advogado(a)(s):	JOSÉ COELHO PAMPLONA NETO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	NÍCOLAS BENJAMIM DA SILVA TEIXEIRA
Advogado(a)(s):	ALEX FERNANDES MINORI e OUTROS (AM - 9444)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. bf9aba1; recurso apresentado em 22/08/2019 - id. e9d5f53).

Regular a representação processual (id. a409229).

Satisfeito o preparo (ids. 45e16dc, 98a6ae9 e d161b66).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 80 do Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.

- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- NR-15, Anexo 14da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho eEmprego.

A recorrente insurge-se contra o v. acórdão,no quediz respeitoà condenação ao pagamento de horas extras pela supressão do intervalo intrajornada, argumentando que a CLT, em seu art. 71, §4º, confere ao empregado o direito ao pagamento apenas do período suprimido, com acréscimo de 50%,e conferea tal parcelaa natureza indenizatória, razão pela qual a recorrente também pugna pela exclusão dos reflexos deferidos, por configurarem afronta ao art. 5º, II, da CF.

No que concerne ao adicional de insalubridade, a recorrente sustenta a inexistência de trabalho insalubre, haja vista que não há previsão no Anexo 14 da NR 15 do MTE do recolhimento de lixo produzido em estabelecimento comercial, tido como lixo doméstico. Alega, também, que eram fornecidos todos os EPIs capazes de afastar os eventuais agentes insalubres.

Consta no v. acórdão (id. 4b57ad8):

'(...)

Intervalo intrajornada

Pugna a reclamada pela reforma da sentença que deferiu ao autor os pleitos de intervalo intrajornada, no período de 10.7.2017 a 10.11.2018, com reflexos somente no período anterior a vigência da Lei nº 13.467/2017. Sustenta que os controles de ponto demonstram a concessão integral do intervalo para refeição e descanso, o que foi confirmado inclusive pela testemunha do reclamante. Alega que a prova testemunhal evidenciou que o autor não era o único funcionário a realizar as atividades de limpeza, sendo substituído no seu horário de intervalo. Pugna, em caso de manutenção do julgado, seja observado apenas os minutos não usufruídos e a natureza indenizatória do instituto.

Analiso.

Em se tratando de intervalo intrajornada, por se tratar de fato constitutivo do direito e por não haver obrigação do registro do intervalo para refeição, já que a CLT autoriza a pré-assinalação nesse aspecto (§2º do art. 74), é do reclamante o ônus de comprovar que não usufruiu do intervalo seja de 15 minutos quando da escala de 6 horas ou de 1 hora quando do labor em jornada de 8 horas.

Nesse contexto, observo que o autor desincumbiu-se do ônus que lhe competia, haja vista o depoimento de suas testemunhas, nos seguintes termos (id 5d8538f):

1ª testemunha do reclamante: que era supervisora do reclamante; que o reclamante trabalhava das 15h20min às 23h40min; que trabalhava na escala 6x1, sendo um domingo de folha e as outras durante a semana; que o horário de pausa do autor deveria ser das 19h às 20h, mas nem sempre gozava a pausa integral, devido a quantidade de atividades e que o gerente orientava a depoente para pedir ajuda dos colaboradores para terminarem mais cedo a pausa para auxiliarem nas atividades; que geralmente os colaboradores cediam ao retorno antecipado da pausa; que o autor era auxiliar de serviços gerais; que o referido local de trabalho do autor ficava no Shopping Ponta Negra; que havia apenas o autor como auxiliar de serviços gerais em seu turno; que não era sempre que o autor retornava mais cedo de suas atividades, interrompendo o gozo integral da pausa. (...) que os colabores têm que bater o ponto de pausa no devido horário, caso assim não o fizessem, podiam levar advertência.

2ª testemunha do reclamante: que trabalhou por 11 meses na ré, de 25/01 a 13/12/2018, na função de atendente; que trabalhava das 15h20min às 23h40min; que gozava da pausa em torno das 20h ou 21h; que nem sempre gozava integralmente da pausa intrajornada; que o autor gozava anteriormente ao depoente da pausa; que quando ia para o intervalo, o autor estava trabalhando no banheiro; que a equipe de limpeza era composta de 2 pessoas, contando com o autor, quando estava atarefado, sendo designado outro colaborar de outra função; que o autor atendia todos os setores da ré; que a empresa sempre pedia dos colaboradores para retornar mais cedo da pausa. (...) que esclarece que a equipe de limpeza era composta de 1 pessoa, todavia se houvesse a necessidade de mais 1 pessoa, era designado outro colaborador de outro setor. (...) que chegou a ocupar o lugar do autor na limpeza; que quando chegava para trabalhar, o autor já estava laborando; que diariamente era deslocado para a função do autor.

Depreende-se dos depoimentos prestados que a reclamada eventualmente solicitava o retorno antecipado do intervalo dos funcionários e que o autor era o único responsável pelas tarefas de limpeza, sendo ocasionalmente substituído por empregado de outro setor, em consonância com a alegação da exordial de que por 15 dias, em média, gozava de apenas 30 minutos de intervalo para refeição e descanso.

Destaco que os registro de intervalo no ponto eletrônico (id 4a5c329) apresentam-se invariáveis quanto ao gozo de 1 hora de intervalo, refletindo a informação da primeira testemunha do autor, sua superior hierárquica, de que o registro de pausa inferior ao legal ocasionava punição por parte do empregador, revelando-se material inservível para fins probatórios.

Por sua vez, a reclamada não arrolou testemunhas para comprovação de suas alegações.

Ademais, ante a redação do § 4º do artigo 71 da CLT, vigente à época da prestação de serviços, o intervalo mínimo sonegado, ainda que de forma parcial, deve ser remunerado com o adicional de 50%, no mínimo, independentemente de qualquer discussão sobre prorrogação, como simples conseqüência da preterição do descanso mínimo previsto no *caput*.

A legislação objetiva ressarcir o empregado pelo intervalo suprimido e desestimular o expediente pelo empregador, com novo encargo remuneratório.

Nesse sentido, a Súmula 437 do C. TST, *in verbis:*

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT.

Cumpre ressaltar que ao deferir 7h30 horas extras de intervalo intrajornada por mês, com reflexos apenas no período de 10.7.2017 a 10.11.2017, a sentença observou as disposições da Lei nº 13.467/2017, considerando o tempo não usufruído e atribuindo natureza indenizatória ao intervalo, no que pertine ao período trabalhado após a vigência da reforma trabalhista, não havendo falar em retroatividade da norma, haja vista tratar-se de direito material.

Nada a reformar.

Adicional de insalubridade

Insurge-se a reclamada, ora recorrente, em face da sentença que julgou procedente o pedido de adicional de insalubridade no grau máximo. Sustenta que houve neutralização dos agentes nocivos à saúde mediante correto uso dos equipamentos de segurança (EPI) e que não há no texto legal (Portaria 3.214/78, NR-15, Anexo 14) previsão de insalubridade na limpeza de sanitários ou condição similar.

A exposição do empregado a condições de trabalho nocivas à sua saúde, enseja o pagamento do correspondente adicional de insalubridade, desde que arrolados e ultrapassados os limites de tolerância estipulados em norma oriunda da autoridade administrativa própria, no caso, o Ministério do Trabalho e Emprego, e não ocorra de forma eventual (art. 192 da CLT).

A fim de apurar as condições ambientais de trabalho do autor, foi realizada prova técnica que concluiu pela existência de trabalho insalubre, por exposição a agentes biológicos, fato que está enquadrado na situação prevista no Anexo 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE. Vejamos o teor do laudo e conclusão, (id 48fd919 - pág. 25):

PELO EXPOSTO no presente laudo técnico pericial e de conformidade com a legislação vigente, é de nosso parecer que as atividades desenvolvidas pela reclamante como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, banheiros de cinemas da reclamada, realizando higienização e coleta de lixo, concluo:

A coleta de lixo em banheiros aberto ao público, utilizado pela coletividade com circulação intensa de pessoas (público em geral), contato permanente com agentes biológicos, na atividade de varrer e na coleta do lixo, a exposição da reclamante a agentes biológicos é inerente à atividade, isto é, não há eliminação do risco com medidas aplicadas ao ambiente, nem neutralizadas com o uso de EPI. ***A adoção de luvas de pano e máscara respiratória, equipamentos que evitam o contato com agentes biológicos, podem apenas minimizar o risco sem neutralizá-los****, exposição caracterizada como de grau máximo (40%), avaliação de forma qualitativa, conforme preconizado no Anexo 14 (Agentes Biológicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres).*

'Insalubridade de grau máximo Trabalho ou operações, em contato permanente com: lixo urbano (coleta e industrialização).' (g.n.)

O experto deixa claro que as atividades desenvolvidas pelo autor na condição de auxiliar de serviços gerais, ao efetuar a higienização e limpeza de sanitários públicos dos cinemas de propriedade da reclamada, envolvendo constante circulação de pessoas, expunha o reclamante ao contato permanente com agentes biológicos (vírus, fungos, bactérias e protozoários), posto resultar da coleta de

resíduos e lixo do ambiente, lavagem de sanitários e mictórios, enquadrando-se nas disposições do Anexo nº 14 da NR-15, referente à coleta de lixo urbano.

O laudo também destaca que pela própria natureza da atividade, a utilização de EPI's é incapaz de neutralizar ou eliminar o risco à saúde, podendo apenas minimizá-los.

Insta destacar que a jurisprudência a respeito da matéria encontra-se sedimentada na Súmula nº 448, II, do TST, *in verbis:*

ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1 com nova redação do item II) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.

(...)

II - A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

Assim, observando a prova pericial e o entendimento consubstanciado no TST mediante jurisprudência consolidada, devido o adicional de insalubridade no grau máximo para o reclamante, face à exposição a agentes biológicos previstos no Anexo nº 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, com reflexos legais, conforme definido em sentença, que observou a base de cálculo referente ao salário mínimo vigente à época da prestação de serviços.

Nada a reformar.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula nº 437 do C. TST, no tocante ao intervalo intrajornada, e da Súmula nº 448, II, do C. TST, no que diz respeito ao adicional de insalubridade, sendo, portanto,inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000136-85.2018.5.11.0017

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
RECORRIDO	JOSE CARLOS CORREIA CONCEICAO
ADVOGADO	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 3974/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA
Advogado(a)(s):	AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES
Recorrido(a)(s):	JOSÉ CARLOS CORREIA CONCEICAO
Advogado(a)(s):	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (AM - 3974)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. a552bb5 ; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 28aa9ad).

Regular a representação processual (id.4cde50a).

Satisfeito o preparo (ids. 9fa6abb, 96e30ee, 96e30ee e 35e909f; 0f782a7).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Gratificação/Gratificação de Férias.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 347 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 142 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 143 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente sustenta que o valor das férias foram corretamente pagos ao reclamante, uma vez que utilizou como base de cálculo a remuneração da data de concessão como base para o cálculo, inclusive com a média das horas extras, adicional, DSR, periculosidade sobre horas extras e outros, tudo acrescido do 1/3 constitucional.

Aduz que o acréscimo de 75% sobre as férias (equivalente ao 1/3 constitucional) não deve incidir sobre os 10 dias de férias que foram convertidos em pecúnia, uma vez que esse valor já foi pago juntamente com as férias, sendo o período laborado pago normalmente, sem acréscimos.

Consta no v. acórdão (id. d1b821f):

'(...)

Da repercussão do adicional de periculosidade nas férias, reflexos e integrações

Assevera que a reclamada vem efetuando de forma correta o cálculo de férias do reclamante, não havendo qualquer erro nos valores já efetivamente pagos ao reclamante. Alega que o Autor não fez prova de suas alegações, quanto ao pretenso pagamento de 75% a título de gratificação sobre férias.

O juízo *a quo* decidiu condenar a reclamada a proceder a repercussão da rubrica PERICULOSIDADE SOBRE HORAS EXTRAS no cálculo das Férias e da gratificação de 75% sobre férias, recalculando-se a verba com a inclusão do montante referente a 'periculosidade sobre horas extras' na base de cálculo, e a partir daí apurar as DIFERENÇAS DEVIDAS, contados dos últimos cinco anteriores ao ajuizamento da ação (15/02/2013 até 15/02/2018), mais reflexos em FGTS 8% a ser depositado na conta vinculada do reclamante.

Analiso.

O enunciado 132 do C.TST dispõe que:

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO

(incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 174 e 267 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras (ex-Prejulgado nº 3). (ex-Súmula nº 132 - RA 102/1982, DJ 11.10.1982/ DJ 15.10.1982 - e ex-OJ nº 267 da SBDI-1 - inserida em 27.09.2002)

II - Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas. (ex-OJ nº 174 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)

O adicional de periculosidade possui natureza salarial e integra a remuneração do empregado, devendo refletir nas demais verbas, inclusive horas extras.

No caso dos autos, ao afirmar o pagamento correto das verbas a reclamada atraiu para si o ônus da prova, nos termos do art. 818 da CLT e 373, do CPC, do qual não se desvencilhou satisfatoriamente. Embora o demonstrativo de média de férias de ID. 93ª8201 indique a rubrica Periculosidade s/hora extra a referência utilizada é menor que os valores constantes a esse título nas fichas financeiras do período ID. 501af17. Compartilho do entendimento explanado pelo Juízo a quo, no sentido de que não restou clara a sistemática adotada pela empresa na apuração da parcela sob análise, de modo que, associando-se à verificação de que o pagamento se houve a menor, a Sentença que condenou a recorrente a proceder a repercussão da rubrica periculosidade sobre horas extras no cálculo das férias e da gratificação de 75% sobre as férias. Neste diapasão, nada há que se debater acerca dos 75% sobre as férias, eis que a repercussão sobre tal abono se efetuará quando efetivamente houver sido pago o abono previsto em ACT. Nada a reformar.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula n.132 do TST, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000887-48.2017.5.11.0101

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	CONTROL CONSTRUCOES LTDA.
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA RIBEIRO(OAB: 7080/AM)
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	CONTROL CONSTRUCOES LTDA.
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA RIBEIRO(OAB: 7080/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RECORRIDO	RAIMUNDO LIBORIO DE LIRA
ADVOGADO	SINATRA DE JESUS DOS SANTOS SILVA(OAB: 4054/AM)
PERITO	MAURICIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- CONTROL CONSTRUCOES LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.CONTROL CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado(a)(s):	1.HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (EXCLUSIVIDADE) e
Recorrido(a)(s):	1.RAIMUNDO LIBÓRIO DE LIRA
Advogado(a)(s):	1.SINATRA DE JESUS DOS SANTOS SILVA (AM - 4054)

Recurso de:CONTROL CONSTRUÇÕES LTDA.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 10/06/2019 - id.4529433; recurso apresentado em 23/06/2019 - id. 3180a6e).

Regular a representação processual (id. 1989319; 43601cf ;7341242).

Satisfeito o preparo (ids. fc4c3e3, 151e4aa, 151e4aa, b7adc34 e 62f73f3).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Estético.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVIII do artigo 7º;inciso X do artigo 5º da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 927 do Código Civil;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 186 do Código Civil;artigo 944 do Código Civil.

A recorrente sustenta que o acidente de trabalho ocorreu por culpa exclusiva da vítima, na medida em que a reclamada faz todo o possívelpara evitar a ocorrência de acidentes, oferendo amplo treinamento para a execução das atribuições laboraise entregando equipamentos de proteção individual, mas que referidos treinamentos não foram seguidos pelo reclamante, culminando com o infortúito que lesionou o seu pé esquerdo, pelo que não pode a reclamada ser responsabilizada pelo ocorrido.

Aponta que não restou comprovado o constrangimento perante terceiros, razão pela qual não há falar em indenização por danos morais.

Pugna, ainda, pela redução do valor arbitrado à condenação.

Consta no v. acórdão (id. eb32e58):

'(...)

Responsabilidade civil

Antes de adentrar propriamente no mérito da demanda, deve-se ter em conta o conceito de acidente do trabalho, o que nos é dado pelas antigas lições de Humberto Piragibe Magalhães e Christovão Piragibe Tostes Malta, in verbis:

'ACIDENTE DE TRABALHO. Todo acidente que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, resultando a morte, a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Por extensão a lei prevê outras hipóteses, tais como a do acidente que atinge o empregado em seu caminho de casa para o trabalho ou vice-versa (acidente do trabalho in itinere), etc. Quanto à doença do trabalho, é equiparada ao acidente do trabalho.'

A responsabilização por acidente de trabalho tem assento Constitucional, como se verifica a seguir:

'Art. 7º. (...)

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;'

Neste norte é o caminho da atual, iterativa e notória jurisprudência da Corte Superior Trabalhista, como prova o precedente abaixo transcrito, *verbis:*

'DANOS DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO EMPREGADOR. ARTIGO 7º, INCISO XXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

I - No caso, não se vislumbra o indigitado dano associado à intimidade, à vida, à honra e à imagem do recorrente, a despeito do acidente de trabalho que o lesionara, pois ficou patente na decisão recorrida que o empregador não concorreu para o evento danoso seja por dolo ou por culpa.

II - Significa dizer que não se pode dar pela ocorrência de dano moral mediante a simples constatação do nexo de causalidade entre o acidente e a atividade da empresa e a lesão do autor. Isso porque a reparação do dano pressupõe a culpabilidade do ofensor, quer o seja a título de dolo ou de culpa, culpabilidade indiscernível na vicissitude que acometera o recorrente.

III - A prevalecer a tese de o dano moral ser decorrência automática de acidente de trabalho, estar-se-ia admitindo a responsabilidade objetiva do pretenso ofensor, não contemplada na norma constitucional de regência. Por isso é imprescindível aquilatar em que condições ocorrera o acidente de trabalho para se aferir se esse teria decorrido de dolo ou culpa do empregador, ainda que o seja a título de culpa levíssima, a fim de assegurar ao agredido a devida reparação pecuniária.

VI - (...)

V - Diante desse contexto fático fica caracterizada a afronta ao artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição, em relação ao qual prepondera o princípio da responsabilidade subjetiva.' (Processo TST-RR-312/2006-102-22-00.8, 4ª Turma, Publicado no DEJT - 12/12/2008, Relator Ministro Antônio José de Barros Levenhagen)'

Neste sentido leciona o preclaro professor Sebastião Geraldo de Oliveira:

'Na questão da segurança e saúde ocupacional, o empregador tem obrigação de adotar a diligência necessária para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador'. (p. 160)'

Como se verifica, qualquer descuido ou negligência do empregador com relação à segurança, higiene e saúde do trabalhador pode caracterizar a sua culpa nos acidentes ou doenças ocupacionais e ensejar o pagamento de indenizações à vítima.' (Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional, 3ª ed., São Paulo: LTr, 2007, p. 179)

Há de destacar, portanto, que a responsabilização da reclamada e da litisconsorte configura-se a partir da caracterização do dano, com o respectivo nexo de causalidade, decorrente de seu descuido na preservação da segurança e saúde de seus empregados.

No caso, restou incontroverso nos autos que o reclamante,no exercício de suas funções, no dia 26/10/2012, foi vítima de infortúnio laborativo típico, provocado pelo imprensamento de seu pé esquerdo entre o gancho do munck e a cinta de nylon, enquanto prestava manutenção em um poste de energia.

Tem-se, portanto, um típico acidente de trabalho, não restando qualquer dúvida quanto à existência do fato danoso (perda de uma

das falanges do pé esquerdo) e a relação causal com as atividades laborais deste.

De acordo com o laudo pericial produzido no feito:

'O exame físico constatou que o Autor realmente sofreu a amputação ao nível da falange distal do 5º dedo do pé esquerdo. Houve incapacidade laboral durante o período que permaneceu afastado pelo INSS. Atualmente a sequela encontrada não representa perda da capacidade laboral para a função de eletricista a qual já retornou a realizar sem restrições. Entretanto, o uso de calçados apertados ou a compressão do 5º dedo do pé esquerdo causará dor e desconforto de forma permanente, ou seja, não há cura. Não há indicação de tratamento específico no momento'.

Já no que diz respeito à culpa pelo evento, entendo não haver necessidade de perquiri-la, eis que está devidamente comprovado nos autos que as atribuições do reclamante envolviam riscos à sua vida.

É que o autor, na função de Eletricista, encontrava-se se exposto às instalações e equipamentos elétricos de alta tensão, além de se expor ao risco de altura, quando da manutenção de postes elétricos.

A propósito, observa-se que o risco e o perigo da atividade desenvolvida pelo ex-empregado são tão evidentes que a própria reclamada reconhecia esse aspecto e pagava habitualmente adicional de periculosidade, como evidenciam os contracheques anexados aos autos.

Nesse cenário, o trabalhador, encontrando-se no exercício do seu mister, desempenhando a atividade perigosa de eletricista, veio a sofrer acidente de trabalho típico, com resultado amputação da falange do dedo do pé esquerdo, sendo inequívoco o abalo moral sofrido.

Trata-se, portanto, das especialíssimas hipóteses de aplicação da teoria da responsabilidade objetiva, acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

Assim, dispensa-se a comprovação de culpa da reclamada e da litisconsorte, por se tratar de responsabilidade objetiva, até porque, em se tratando de ambiente laboral, tanto a prestadora dos serviços quanto a tomadora são responsáveis por eventuais danos que venham a ocorrer com o trabalhador.

Vale lembrar que o empregador detém o poder diretivo da sua atividade empresarial e, em razão disso, assume os riscos do seu empreendimento, inclusive o de reparar eventual dano suportado por seu empregado, especialmente quando a atividade desenvolvida pelo trabalhador lhe traga risco extraordinário, ainda que circunstancial.

Cumpre assinalar, ainda, que a atividade da reclamada e sua finalidade lucrativa induzem à previsibilidade ou à probabilidade do risco para direito de outrem, sobretudo nas circunstâncias em que o risco extraordinário é inerente à atividade laborativa.

Por último, não merece prosperar a tese de que houve culpa da vítima, exclusiva ou concorrente, porquanto seria transferir, ao empregado, o ônus da atividade econômica. Restou provado, na perícia, que o reclamante, ao executar o serviço da maneira como foi realizado, apenas cumpriu ordens de seu superior hierárquico, senão vejamos:

'Relatou que o cesto do caminhão munk onde os funcionários deveriam trabalhar em altura estava completamente sucateado e não havia escada de 11 metros para fazer o lançamento dos cabos por cima das cruzetas. Diante da dificuldade o Autor informou que o encarregado Sr. Cléber deu a ordem de utilizar o caminhão munk para içar o eletricista (o Autor) através do cinto tipo paraquedista até a altura de 11 metros para passar os cabos por cima da cruzeta. Diante da ordem, apesar de reconhecer que o procedimento correto seria com o cesto, informou que aceitou e se posicionou em cima do caminhão para ser içado'. Destaquei.

Portanto, sobressaem os elementos autorizadores da responsabilidade civil objetiva, que geram, como principal consequência, a obrigação de reparar os danos suportados pela vítima (dano moral e danos estéticos).

Do dano moral

As reclamadas pleiteiam o indeferimento da indenização por danos morais ou, sucessivamente, a redução quantum indenizatório.

Ressalta-se que o valor a ser arbitrado na reparação pelos danos causados nas relações laborais, vem ganhando corpo na doutrina e na jurisprudência, quanto à fixação do quantum compensatório, que deve ficar ao livre e prudente arbítrio do Juiz, único legitimado a aferir, a partir de seu convencimento, a extensão da lesão e o valor cabível que a ela corresponda. Assim, concluo que, em se tratando de fixação da reparação de danos, deve o Juiz, ao estimar o quantum reparatório, especificar alguns critérios para fazer sua avaliação.

De início, um primeiro parâmetro a ser considerado, se presente, há de ser o valor requerido pela autora que, em tese, seria a único capaz de dimensionar o quantum suficiente para minimizar os seus sentimentos de revolta e indignação, aliados ao natural desejo de punir, voltado que está para a própria dor.

Num segundo instante, caberia a intervenção do Magistrado, que passaria a apreciar se o valor pretendido se ajusta à situação posta em julgamento, devendo sempre considerar os limites previstos pelo art. 223-G, da CLT, *in verbis:*

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;
IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;
VII - o grau de dolo ou culpa;
VIII - a ocorrência de retratação espontânea;
IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
X - o perdão, tácito ou expresso;
XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;
XII - o grau de publicidade da ofensa.

Além disso, o §1º do mesmo dispositivo legal prevê, objetivamente, os limites máximos para o valor das indenizações, em caso de ofensas de natureza leve, média, grave ou gravíssima.

Ademais, para que haja a fixação da indenização do dano dentro do processo, o Magistrado jamais poderá se afastar da máxima cautela para que não haja um prejuízo maior para a reclamada, bem como enriquecimento sem causa ao reclamante, levando sempre em conta que a condenação também deve ter caráter pedagógico, a fim de que a reclamada tome as providências necessárias para que futuros casos semelhantes não venham acontecer.

Este inclusive é o entendimento dos nossos Tribunais pátrios, como se verifica a seguir:

'Dano moral. Indenização. Composição. O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa. Ao nível sócio-econômico do autor e, ainda, ao porte econômico do réu, orientando-se pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso (STJ, 4.ª T., Resp 240.441, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, v.u., j. 25/4/2000).'

Diante das circunstâncias aqui analisadas, verifica-se que a conduta da reclamada provocou a amputação da falange do 5º dedo do pé esquerdo do reclamante. Todavia, é preciso considerar o contexto narrado, para fins de cálculo da indenização por danos morais, a fim de que a condenação seja equânime à gravidade da conduta lesiva da empresa.

Assim, em atendimento aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além das diretrizes objetivas instituídas pela Lei 13.467/17, reduzo o quantum indenizatório para R$ 10.558,32, correspondente a 8 vezes o salário da reclamante, valor que entendo razoável e apto a minimizar as perdas e limitações físicas do autor, considerando o fator concausal e a natureza grave da lesão.

Dos danos estéticos

O Juiz de 1º grau deferiu o valor de R$ 20.000,00, a título de danos estéticos, sob o fundamento de que as imagens das sequelas do acidente provam os danos estéticos sofridos pelo autor.

A reclamada e a litisconsorte insurgem-se contra este deferimento, pleiteando sua exclusão ou a redução do seu valor.

As fotos anexadas ao laudo pericial demonstram a deformidade no pé esquerdo do autor, causada pelo acidente típico e caracterizando o dano estético no reclamante.

Ressalte-se que o perito também descreveu o resultado do acidente no respectivo laudo, da seguinte forma:

'11.O acidente gerou alguma restrição para a execução das suas atividades laborais?

O acidente culminou com a amputação da falante distal do 5º dedo do pé esquerdo'.

Portanto, incontroversa a existência do dano estético.

No entanto, compartilho do entendimento de que o valor da indenização por danos estéticos deferidos em 1º grau não atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, razão pela qual o reduzo, para R$ 10.000,00.

Ressalte-se que o dano estético do reclamante não autoriza valor maior, porque assim feriria critério ético-jurídico utilizado para o arbitramento das indenizações por danos estéticos, vale dizer, a vedação pelo ordenamento jurídico do enriquecimento sem causa por parte do reclamante.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, quanto ao valor arbitrado à condenação , a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo do art. 223-G da CLT, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetívelde ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais de que o acidentese deu por culpa exclusiva da vítima,que não seguiu o treinamentooferecido pela empresa, bem como que não restou comprovado o constrangimento perante terceiros, não encontram respaldo na moldura fática

retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

Recurso de:AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 10/06/2019 - id.4529433; recurso apresentado em 19/06/2019 - id. f4dea84).

Regular a representação processual (id. 9e18f06).

Satisfeito o preparo (ids. fc4c3e3, f524043, d113866, b7adc34 e 95cd118).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item III do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 383 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 97, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:inciso II do artigo 1030 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 25 da Lei nº 8987/1995; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
-ADC n. 16 do Supremo Tribunal Federal.

Alega que a simples terceirização de atividade-fim não configura terceirização ilícita, nos termos do RE 958252/MG, além de defender que a equiparação salarial entre terceirizados efuncionários da litisconsorte ocorreu de forma indiscriminada, sem que fossem observados os requisitos da isonomia salarial.

Por fim, aponta que a manutenção de rede elétrica é atividade-meio necessária para a execução da atividade-fim da recorrente, que é de explorar linhas de concessão, fornecendo energia elétrica, conforme delimita seu estatuto.

Sustenta que apretensão da reclamante de responsabilização subsidiária da 2ª Reclamada, ora recorrente,encontra óbice direto no art. 71, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e Súmula 331 do C. TST.

Alega, ainda, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar a omissão da recorrente na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. eb32e58):

'(...)

Da responsabilidade subsidiária da litisconsorte

Dispõe o art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e contratos administrativos) que a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, inclusive, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC n. 16, pronunciou a compatibilidade do art. 71, §1º, da Lei n. 8.666/93, com a Constituição da República, não havendo mais dúvida de que a inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Todavia, essa declaração de constitucionalidade não afasta a responsabilidade da Administração Pública quando a inadimplência de encargos trabalhistas da contratada decorre da culpa do Ente Público, esta entendida como o descumprimento do dever legal de impedir a consumação do dano.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, em harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, firmou-se no sentido de que os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratante como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada (Súmula n. 331. V).

Ora, nos contratos administrativos, a Administração Pública tem o poder-dever de fiscalizar-lhes a execução, que deve ser obrigatoriamente acompanhada e fiscalizada por um representante, especialmente designado para esse fim, devendo este anotar todas as ocorrências relativas à execução do contrato em registro próprio e valer-se das medidas legais para a regularização, na hipótese de eventual descumprimento das cláusulas contratuais (artigos 58, III, 67 e 73, da Lei n. 8.666/1993).

A ausência ou a fiscalização insuficiente, meramente procedimental e sem compromisso com a efetividade do controle contratual, configura culpa in eligendo ou in vigilando da Administração Pública.

O dever de fiscalizar da contratante não se resume a apontar à contratada a sua inadimplência e cobrar providências, devendo ela, mais do que isso, tomar medidas efetivas que garantam o cumprimento das obrigações contratuais.

E eficiência nessa seara, segundo a base doutrinária e normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), referenciada pela manifestação do Ministério Público do Trabalho, envolve fiscalização no momento em que a terceirização é iniciada (fiscalização inicial); no momento em que antecede o pagamento da fatura (fiscalização mensal); no acompanhamento diário dos empregados terceirizados (fiscalização diária); na análise de data-base da categoria prevista em normas coletivas, controle de férias e estabilidades provisórias, entre outros (fiscalização especial).
In casu, restou demonstrada a culpa in vigilando da Litisconsorte, senão decerto teria detectado que a Reclamada não fiscalizava os serviços de seus funcionários, ou os materiais a serem utilizados no serviço, a fim de evitar a ocorrência de acidentes, assim como se deu no caso concreto.
Não há falar, pois, em inversão do ônus da prova, já que o dever de fiscalização, com eficiência, advém do disposto nos artigos 58, III, 67 e 73, da Lei n. 8.666/1993.
Por isso, compete à Empresa Estatal comprovar o dever de fiscalização, consoante o pacificado entendimento jurisprudencial dessa Corte representado pela Súmula n. 16, segundo a qual 'A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei n. 8.666/93, declarada pelo STF na ADC n. 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços'. Destacamos.
Por outro lado, compulsando os autos eletrônicos do Recurso Extraordinário nº 760.931, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal, em 26 de abril de 2017, por maioria e nos termos do voto do Ministro Luiz Fux, que redigirá o acórdão respectivo, vencido, em parte, o Ministro Marco Aurélio, fixou a seguinte tese de repercussão geral: 'O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93'.
Ora, realizando uma leitura sistemática dos votos que conduziram o julgamento no STF, percebe-se que a douta Primeira Turma deste Regional, como já assinalado, firmou como razão de decidir, in casu, a falta de prova, pelo ente Público, de que se desincumbiu de seu dever legal de fiscalização.
Frise-se que é indiferente, para o deslinde da questão, se havia relação de emprego entre o reclamante e a litisconsorte, bastando evidenciar que o autor estava prestando serviços terceirizados, em favor da recorrente, quando se acidentou.
Assim, mostra-se latente a culpa in vigilando da recorrente, razão pela qual se afigura responsável subsidiário, e não solidário, como deferiu o Juiz *a quo.*
E a responsabilização subsidiária abrange o pagamento pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho, enquanto o laborista prestava serviços à litisconsorte.
Assim, reformando a Sentença de origem, declaro a existência de responsabilidade subsidiária (e não solidária) da litisconsorte, em relação às verbas aqui deferidas, na forma da fundamentação.
(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .
Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula 16 deste Regional, sendo inviável o processamento do recurso de revista.
Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Acidente de Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Estético.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.
Arecorrente sustenta que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, razão pela qual não há falar em responsabilidade civil da recorrente.

Consta no v. acórdão (id. eb32e58):
'(...)
Responsabilidade civil
Antes de adentrar propriamente no mérito da demanda, deve-se ter em conta o conceito de acidente do trabalho, o que nos é dado pelas antigas lições de Humberto Piragibe Magalhães e Christovão Piragibe Tostes Malta, *in verbis:*
'ACIDENTE DE TRABALHO. Todo acidente que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, resultando a morte, a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Por extensão a lei prevê outras hipóteses, tais como a do acidente que atinge o empregado em seu caminho de casa para o trabalho

ou vice-versa (acidente do trabalho in itinere), etc. Quanto à doença do trabalho, é equiparada ao acidente do trabalho.'

A responsabilização por acidente de trabalho tem assento Constitucional, como se verifica a seguir:

'Art. 7º. (...)

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;'

Neste norte é o caminho da atual, iterativa e notória jurisprudência da Corte Superior Trabalhista, como prova o precedente abaixo transcrito, *verbis:*

'DANOS DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO EMPREGADOR. ARTIGO 7º, INCISO XXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

I - No caso, não se vislumbra o indigitado dano associado à intimidade, à vida, à honra e à imagem do recorrente, a despeito do acidente de trabalho que o lesionara, pois ficou patente na decisão recorrida que o empregador não concorreu para o evento danoso seja por dolo ou por culpa.

II - Significa dizer que não se pode dar pela ocorrência de dano moral mediante a simples constatação do nexo de causalidade entre o acidente e a atividade da empresa e a lesão do autor. Isso porque a reparação do dano pressupõe a culpabilidade do ofensor, quer o seja a título de dolo ou de culpa, culpabilidade indiscernível na vicissitude que acometera o recorrente.

III - A prevalecer a tese de o dano moral ser decorrência automática de acidente de trabalho, estar-se-ia admitindo a responsabilidade objetiva do pretenso ofensor, não contemplada na norma constitucional de regência. Por isso é imprescindível aquilatar em que condições ocorrera o acidente de trabalho para se aferir se esse teria decorrido de dolo ou culpa do empregador, ainda que o seja a título de culpa levíssima, a fim de assegurar ao agredido a devida reparação pecuniária.

VI - (...)

V - Diante desse contexto fático fica caracterizada a afronta ao artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição, em relação ao qual prepondera o princípio da responsabilidade subjetiva.' (Processo TST-RR-312/2006-102-22-00.8, 4ª Turma, Publicado no DEJT - 12/12/2008, Relator Ministro Antônio José de Barros Levenhagen)'

Neste sentido leciona o preclaro professor Sebastião Geraldo de Oliveira:

'Na questão da segurança e saúde ocupacional, o empregador tem obrigação de adotar a diligência necessária para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador'. (p. 160)'

Como se verifica, qualquer descuido ou negligência do empregador com relação à segurança, higiene e saúde do trabalhador pode caracterizar a sua culpa nos acidentes ou doenças ocupacionais e ensejar o pagamento de indenizações à vítima.' (Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional, 3ª ed., São Paulo: LTr, 2007, p. 179)

Há de destacar, portanto, que a responsabilização da reclamada e da litisconsorte configura-se a partir da caracterização do dano, com o respectivo nexo de causalidade, decorrente de seu descuido na preservação da segurança e saúde de seus empregados.

No caso, restou incontroverso nos autos que o reclamante,no exercício de suas funções, no dia 26/10/2012, foi vítima de infortúnio laborativo típico, provocado pelo imprensamento de seu pé esquerdo entre o gancho do munck e a cinta de nylon, enquanto prestava manutenção em um poste de energia.

Tem-se, portanto, um típico acidente de trabalho, não restando qualquer dúvida quanto à existência do fato danoso (perda de uma das falanges do pé esquerdo) e a relação causal com as atividades laborais deste.

De acordo com o laudo pericial produzido no feito:

'O exame físico constatou que o Autor realmente sofreu a amputação ao nível da falange distal do 5º dedo do pé esquerdo. Houve incapacidade laboral durante o período que permaneceu afastado pelo INSS. Atualmente a sequela encontrada não representa perda da capacidade laboral para a função de eletricista a qual já retornou a realizar sem restrições. Entretanto, o uso de calçados apertados ou a compressão do 5º dedo do pé esquerdo causará dor e desconforto de forma permanente, ou seja, não há cura. Não há indicação de tratamento específico no momento'.

Já no que diz respeito à culpa pelo evento, entendo não haver necessidade de perquiri-la, eis que está devidamente comprovado nos autos que as atribuições do reclamante envolviam riscos à sua vida.

É que o autor, na função de Eletricista, encontrava-se se exposto às instalações e equipamentos elétricos de alta tensão, além de se expor ao risco de altura, quando da manutenção de postes elétricos.

A propósito, observa-se que o risco e o perigo da atividade desenvolvida pelo ex-empregado são tão evidentes que a própria reclamada reconhecia esse aspecto e pagava habitualmente adicional de periculosidade, como evidenciam os contracheques anexados aos autos.

Nesse cenário, o trabalhador, encontrando-se no exercício do seu mister, desempenhando a atividade perigosa de eletricista, veio a sofrer acidente de trabalho típico, com resultado amputação da falange do dedo do pé esquerdo, sendo inequívoco o abalo moral sofrido.

Trata-se, portanto, das especialíssimas hipóteses de aplicação da teoria da responsabilidade objetiva, acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

Assim, dispensa-se a comprovação de culpa da reclamada e da litisconsorte, por se tratar de responsabilidade objetiva, até porque, em se tratando de ambiente laboral, tanto a prestadora dos serviços quanto a tomadora são responsáveis por eventuais danos que venham a ocorrer com o trabalhador.

Vale lembrar que o empregador detém o poder diretivo da sua atividade empresarial e, em razão disso, assume os riscos do seu empreendimento, inclusive o de reparar eventual dano suportado por seu empregado, especialmente quando a atividade desenvolvida pelo trabalhador lhe traga risco extraordinário, ainda que circunstancial.

Cumpre assinalar, ainda, que a atividade da reclamada e sua finalidade lucrativa induzem à previsibilidade ou à probabilidade do risco para direito de outrem, sobretudo nas circunstâncias em que o risco extraordinário é inerente à atividade laborativa.

Por último, não merece prosperar a tese de que houve culpa da vítima, exclusiva ou concorrente, porquanto seria transferir, ao empregado, o ônus da atividade econômica. Restou provado, na perícia, que o reclamante, ao executar o serviço da maneira como foi realizado, apenas cumpriu ordens de seu superior hierárquico, senão vejamos:

'Relatou que o cesto do caminhão munk onde os funcionários deveriam trabalhar em altura estava completamente sucateado e não havia escada de 11 metros para fazer o lançamento dos cabos por cima das cruzetas. Diante da dificuldade o Autor informou que o encarregado Sr. Cléber deu a ordem de utilizar o caminhão munk para içar o eletricista (o Autor) através do cinto tipo paraquedista até a altura de 11 metros para passar os cabos por cima da cruzeta. Diante da ordem, apesar de reconhecer que o procedimento correto seria com o cesto, informou que aceitou e se posicionou em cima do caminhão para ser içado'. Destaquei.

Portanto, sobressaem os elementos autorizadores da responsabilidade civil objetiva, que geram, como principal consequência, a obrigação de reparar os danos suportados pela vítima (dano moral e danos estéticos).

Do dano moral

As reclamadas pleiteiam o indeferimento da indenização por danos morais ou, sucessivamente, a redução *quantum* indenizatório.

Ressalta-se que o valor a ser arbitrado na reparação pelos danos causados nas relações laborais, vem ganhando corpo na doutrina e na jurisprudência, quanto à fixação do quantum compensatório, que deve ficar ao livre e prudente arbítrio do Juiz, único legitimado a aferir, a partir de seu convencimento, a extensão da lesão e o valor cabível que a ela corresponda. Assim, concluo que, em se tratando de fixação da reparação de danos, deve o Juiz, ao estimar o quantum reparatório, especificar alguns critérios para fazer sua avaliação.

De início, um primeiro parâmetro a ser considerado, se presente, há de ser o valor requerido pela autora que, em tese, seria a único capaz de dimensionar o quantum suficiente para minimizar os seus sentimentos de revolta e indignação, aliados ao natural desejo de punir, voltado que está para a própria dor.

Num segundo instante, caberia a intervenção do Magistrado, que passaria a apreciar se o valor pretendido se ajusta à situação posta em julgamento, devendo sempre considerar os limites previstos pelo art. 223-G, da CLT, in verbis:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I - a natureza do bem jurídico tutelado;

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;

III - a possibilidade de superação física ou psicológica;

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;

VII - o grau de dolo ou culpa;

VIII - a ocorrência de retratação espontânea;

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;

X - o perdão, tácito ou expresso;

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;

XII - o grau de publicidade da ofensa.

Além disso, o §1º do mesmo dispositivo legal prevê, objetivamente, os limites máximos para o valor das indenizações, em caso de ofensas de natureza leve, média, grave ou gravíssima.

Ademais, para que haja a fixação da indenização do dano dentro do processo, o Magistrado jamais poderá se afastar da máxima cautela para que não haja um prejuízo maior para a reclamada, bem como enriquecimento sem causa ao reclamante, levando sempre em conta que a condenação também deve ter caráter pedagógico, a fim de que a reclamada tome as providências necessárias para que futuros casos semelhantes não venham acontecer.

Este inclusive é o entendimento dos nossos Tribunais pátrios, como se verifica a seguir:

'Dano moral. Indenização. Composição. O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa. Ao nível sócio-econômico do autor e, ainda, ao porte econômico do réu, orientando-se pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e

do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso (STJ, 4.ª T., Resp 240.441, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, v.u., j. 25/4/2000).'

Diante das circunstâncias aqui analisadas, verifica-se que a conduta da reclamada provocou a amputação da falange do 5º dedo do pé esquerdo do reclamante. Todavia, é preciso considerar o contexto narrado, para fins de cálculo da indenização por danos morais, a fim de que a condenação seja equânime à gravidade da conduta lesiva da empresa.

Assim, em atendimento aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além das diretrizes objetivas instituídas pela Lei 13.467/17, reduzo o quantum indenizatório para R$ 10.558,32, correspondente a 8 vezes o salário da reclamante, valor que entendo razoável e apto a minimizar as perdas e limitações físicas do autor, considerando o fator concausal e a natureza grave da lesão.

Dos danos estéticos

O Juiz de 1º grau deferiu o valor de R$ 20.000,00, a título de danos estéticos, sob o fundamento de que as imagens das sequelas do acidente provam os danos estéticos sofridos pelo autor.

A reclamada e a litisconsorte insurgem-se contra este deferimento, pleiteando sua exclusão ou a redução do seu valor.

As fotos anexadas ao laudo pericial demonstram a deformidade no pé esquerdo do autor, causada pelo acidente típico e caracterizando o dano estético no reclamante.

Ressalte-se que o perito também descreveu o resultado do acidente no respectivo laudo, da seguinte forma:

'11.O acidente gerou alguma restrição para a execução das suas atividades laborais?

O acidente culminou com a amputação da falante distal do 5º dedo do pé esquerdo'.

Portanto, incontroversa a existência do dano estético.

No entanto, compartilho do entendimento de que o valor da indenização por danos estéticos deferidos em 1º grau não atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, razão pela qual o reduzo, para R$ 10.000,00.

Ressalte-se que o dano estético do reclamante não autoriza valor maior, porque assim feriria critério ético-jurídico utilizado para o arbitramento das indenizações por danos estéticos, vale dizer, a vedação pelo ordenamento jurídico do enriquecimento sem causa por parte do reclamante.

(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

A assertiva recursal de que o acidente de trabalho se deu por culpa exclusiva da vítima não encontra respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001034-20.2016.5.11.0001

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
RECORRENTE	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
RECORRIDO	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
RECORRIDO	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
RECORRIDO	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC
ADVOGADO	CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES(OAB: 642/AM)
RECORRIDO	ROBSON LIMA SILVA
ADVOGADO	FABRICIA ARRUDA MOREIRA(OAB: 5043/AM)
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CAMARA ALENCAR(OAB: 4249/AM)
ADVOGADO	MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA(OAB: 9786/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBSON LIMA SILVA
- SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE
Advogado(a)(s):	1.GABRIEL SANTANA MÔNACO
Recorrido(a)(s):	1.ROBSON LIMA SILVA
Advogado(a)(s):	1.MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (AM - 9786)

Recurso de:DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id.975fffa ; recurso apresentado em 15/08/2019 - id. e5efed6).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV e LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:incisos I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- Tese de repercussão geral realizada pelo STF no RE760931.

Sustenta que incumbe à parte reclamante, nos casos em que se pleiteia a condenação subsidiária da Administração por verbas trabalhistas decorrentes de terceirização, a comprovação de que a Administração teria atuado com culpa na fiscalização do contrato administrativo.

Consta no v. acórdão (id. 7b2b4b3):

'(...)

Responsabilidade subsidiária. Culpa *in vigilando.*

A União celebrou com a reclamada o contrato nº 3/2012 para a prestação de serviços continuados de segurança patrimonial com o fornecimento de mão de obra direta e com a utilização dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, nas áreas internas e externas do Centro Regional do CENSIPAM em Manaus/AM (ID. c877e8d). Extrai-se da cláusula décima do contrato que o prazo de vigência da avença seria de 12 meses contados da data de sua assinatura (25.6.2012 a 25.6.2013), podendo haver prorrogação. Mas quanto a este aspecto não há notícia nos autos.

Por outro lado, no que se refere ao contrato de prestação de serviços mantido entre a reclamada e o DNIT, não houve a sua juntada aos autos de modo a demonstrar o seu objeto, período de vigência e cláusulas com os deveres e obrigações das partes.

Por conta da avença, o autor foi admitido pela empresa em 25.6.2012, para exercer a função de vigilante (CTPS e contracheque), com rescisão indireta em 15.1.2015. O depoimento das partes foi dispensado e não houve o arrolamento de testemunhas. Na inicial, o autor alegou ter laborado no SIPAM no período de junho a novembro de 2012, no SESC de dezembro de 2012 a novembro de 2013 e no DNIT no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2015.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, os litisconsortes foram os beneficiários da força de trabalho e, como tal, não devem ficar alheios aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, a União e o DNIT integraram a relação processual na condição de coobrigados, habilitando-se a responderem subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixaram de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade dos contratantes deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceram sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhes impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância do dever dos entes estatais de zelarem pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública.

Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa *in eligendo* ou com omissão fiscalizatória

identificadora da culpa *in vigilando.*

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

Os entes públicos têm o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente.

In casu, os elementos dos autos evidenciam a completa inação dos litisconsortes no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. O FGTS não recolhido por completo, salários não pagos e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Sequer era exigida da empresa a regularidade da situação trabalhista dos terceirizados como condição para a liberação da fatura. Assim, a prova não é apenas documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Relativamente ao ônus da prova, destaco que os argumentos expendidos pela parte recorrente não atendem o propósito de impugnar os fundamentos em que está assentado o acórdão. Com efeito, o recorrente afirma que houve indevida inversão do ônus da prova, enquanto a decisão da Turma foi sentido de o reclamante conseguiu demonstrar a completa inação do ente público no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93, configurando portanto, sua responsabilidade subsidiária, situação que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Multa do Artigo 467 da CLT.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Multa de 40% do FGTS.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) item V da Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) artigo 5º; §6º do artigo 37;artigo 97;artigo 100; §2º do artigo 102, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- ADC nº 16 doSTF.

Sustenta que a União fiscalizou devidamente o contrato de prestação de serviços, utilizando-se de todos os meios possíveis para evitar a inadimplência da empresa terceirizada em relação aos seus empregados, o que torna inviável a sua responsabilização subsidiária. Diz, ainda, que o acórdão recorrido não apontou nenhum elemento fático que caracterize essa atuação culposa, seja por imprudência ou negligência ou seja por imperícia.

Acrescenta que este Regional violou a Súmula nº 331, V, do TST, bem como o art. 97 da CF, pois condenou a entidade pública de forma objetiva, sem demonstrar a sua culpa 'in elegendo' ou 'in vigilando', declarando, ainda que implicitamente, a inconstitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei das Licitações, deixando de observar a cláusula de reserva de plenário, em violação ao artigo 97 da CF e à Súmula Vinculante nº 10/STF.

Consta no v. acórdão (id. 7b2b4b3):

'(...)

Responsabilidade subsidiária. Culpa *in vigilando.*

A União celebrou com a reclamada o contrato nº 3/2012 para a prestação de serviços continuados de segurança patrimonial com o

fornecimento de mão de obra direta e com a utilização dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, nas áreas internas e externas do Centro Regional do CENSIPAM em Manaus/AM (ID. c877e8d). Extrai-se da cláusula décima do contrato que o prazo de vigência da avença seria de 12 meses contados da data de sua assinatura (25.6.2012 a 25.6.2013), podendo haver prorrogação. Mas quanto a este aspecto não há notícia nos autos.
Por outro lado, no que se refere ao contrato de prestação de serviços mantido entre a reclamada e o DNIT, não houve a sua juntada aos autos de modo a demonstrar o seu objeto, período de vigência e cláusulas com os deveres e obrigações das partes.
Por conta da avença, o autor foi admitido pela empresa em 25.6.2012, para exercer a função de vigilante (CTPS e contracheque), com rescisão indireta em 15.1.2015. O depoimento das partes foi dispensado e não houve o arrolamento de testemunhas. Na inicial, o autor alegou ter laborado no SIPAM no período de junho a novembro de 2012, no SESC de dezembro de 2012 a novembro de 2013 e no DNIT no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2015.
Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, os litisconsortes foram os beneficiários da força de trabalho e, como tal, não devem ficar alheios aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.
Como tomador de serviço, a União e o DNIT integraram a relação processual na condição de coobrigados, habilitando-se a responderem subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixaram de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.
In casu, a corresponsabilidade dos contratantes deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceram sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhes impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância do dever dos entes estatais de zelarem pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).
É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública.
Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa *in eligendo* ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa *in vigilando.*
Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.
A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.
Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.
Os entes públicos têm o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.
Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.
Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente.
In casu, os elementos dos autos evidenciam a completa inação dos litisconsortes no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. O FGTS não recolhido por completo, salários não pagos e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Sequer era exigida da empresa a regularidade da situação trabalhista dos terceirizados como condição para a liberação da fatura. Assim, a prova não é apenas documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.
(...)'

Pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão

da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização/Juros/Fazenda Pública.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização/Correção Monetária.
Alegação(ões):
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial Orientação Jurisprudencial nº 7 da Tribunal Pleno/Órgão Especial, do TST da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 1-F da Lei nº 9494/1997; §7º do artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
Aponta violação ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, relativamente aos juros de mora e a correção monetária. Aduz que a restrição tratada na OJ nº 382 da SDI-1 do TST encontra-se superada pelo art. 8º, §2º, da Lei n° 13.467/2017.
Consta no v. acórdão (id. 7b2b4b3):
'(...)
Passa-se à análise das parcelas deferidas, com base no efeito devolutivo em profundidade de que trata o art. 1.013, § 1º, do CPC, e também por estarem alinhadas com o tema central do recurso que versa sobre a não responsabilidade do recorrente sobre o pagamento de qualquer direito.
Considerando a confissão do autor quanto à prestação de serviços ao litisconsortes, a responsabilidade subsidiária destes, fica delimitada aos seguintes períodos e parcelas:
a) União/SIPAM - de 25.6 a 30.11.2012 (FGTS - 8% + 40%).
b) Sesc - de 1.12.2012 a 30.11.2013 (FGTS - 8% + 40% e férias 2013 - 6/12)
c) DNIT - de 1.12.2013 a 15.1.2015 (FGTS - 8% + 40%, férias 2013-6/12, férias 2014/2015 - 8/12, 13º salário/2014 - 6/12, 13º salário/2015 - 1/12, salário de dezembro/2014 e 15 dias de janeiro/2015, aviso prévio e seguro desemprego.
Quanto às multas dos arts. 467 e 477 da CLT, não houve condenação, falecendo interesse recursal à União para questioná-las.
Impõe-se a exclusão da multa diária pela não entrega das guias do TRCT e do seguro desemprego, uma vez que o descumprimento acarretará a liquidação dos referidos pleitos.
No que tange à indenização por danos morais, a parcela foi postulada com base nas dificuldades enfrentadas pelo reclamante para o recebimento de seus salários e verbas rescisórias. Ocorre que o fato de a empresa estar inadimplente não demonstra, necessariamente, a intenção de atingir a honra e a dignidade de seus colaboradores. Pressupõe dentro da lógica que passa por dificuldades financeiras, mas sem o intuito de causar dano de ordem moral. Aliás, a falta de pagamento de salário como consequência da situação financeira deficitária do empregador não configura ato ilícito, elemento essencial para o reconhecimento da responsabilidade civil de indenizar (arts. 186 e 927 do CC). O que pode ensejar tal obrigação são as circunstâncias nas quais se configurou e os efeitos lesivos eventualmente advindos do atraso. Sem a prova de qualquer fato objetivo do qual se possa inferir que houve dano moral, a reparação não tem lugar. Quanto às verbas rescisórias, invoca-se o mesmo argumento, acrescentando que não houve prova da lesividade, além do que são reparados pelo ajuizamento da ação, como ocorre neste caso. Logo, exclui-se a parcela.
Finalmente, na aplicação dos juros, adota-se a OJ nº 382 da SDI-1, no sentido de que a Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.9.1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. Logo, prevalecem os juros de 1% ao mês.
(...)'

Diante do pressuposto fático delineado no acórdão, não suscetível de ser revisto nesta fase processual, infere-se que o julgado está em consonância com a (ao) Orientação Jurisprudencial nº 382 da SBDI-I/TST. Não é razoável admitir que a manifestação reiterada do Tribunal Superior do Trabalho seja 'contra legem' ou em afrontaà Constituição Federal.
Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação aos dispositivos mencionados, tampoucopor divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).
CONCLUSÃO
Recebo parcialmente o recurso.
Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.
Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.
Recurso de:UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. 975fffa; recurso apresentado em

12/08/2019 - id. ca45784).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º; §6º do artigo 37;artigo 97; §2º do artigo 102, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:inciso I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993; §2º do artigo 8º da Lei nº 13467/2017.
- divergência jurisprudencial.
- Tese de Repercussão Geral realizada pelo STF no RE760931.
- ADC nº 16 do STF.

Alega que o acórdão recorrido divergiu do entendimento manifestado por outros Regionais, pelo TST e pelo STF acerca do ônus da prova da culpa na fiscalização do contrato, em afronta aos dispositivos legais e constitucionais apontados no apelo.

Acrescenta que a condenação da União, com base em responsabilidade subsidiária, somente é possível nos casos de demonstração de omissão culposa do entre público em relação à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, o que não ocorreu no presente caso.

Consta no v. acórdão (id. 7b2b4b3):

'(...)

Responsabilidade subsidiária. Culpa *in vigilando.*

A União celebrou com a reclamada o contrato nº 3/2012 para a prestação de serviços continuados de segurança patrimonial com o fornecimento de mão de obra direta e com a utilização dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, nas áreas internas e externas do Centro Regional do CENSIPAM em Manaus/AM (ID. c877e8d). Extrai-se da cláusula décima do contrato que o prazo de vigência da avença seria de 12 meses contados da data de sua assinatura (25.6.2012 a 25.6.2013), podendo haver prorrogação. Mas quanto a este aspecto não há notícia nos autos.

Por outro lado, no que se refere ao contrato de prestação de serviços mantido entre a reclamada e o DNIT, não houve a sua juntada aos autos de modo a demonstrar o seu objeto, período de vigência e cláusulas com os deveres e obrigações das partes.

Por conta da avença, o autor foi admitido pela empresa em 25.6.2012, para exercer a função de vigilante (CTPS e contracheque), com rescisão indireta em 15.1.2015. O depoimento das partes foi dispensado e não houve o arrolamento de testemunhas. Na inicial, o autor alegou ter laborado no SIPAM no período de junho a novembro de 2012, no SESC de dezembro de 2012 a novembro de 2013 e no DNIT no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2015.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, os litisconsortes foram os beneficiários da força de trabalho e, como tal, não devem ficar alheios aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, a União e o DNIT integraram a relação processual na condição de coobrigados, habilitando-se a responderem subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixaram de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade dos contratantes deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceram sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhes impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância do dever dos entes estatais de zelarem pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública.

Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa *in eligendo* ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa *in vigilando.*

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o

trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

Os entes públicos têm o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente.

In casu, os elementos dos autos evidenciam a completa inação dos litisconsortes no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. O FGTS não recolhido por completo, salários não pagos e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Sequer era exigida da empresa a regularidade da situação trabalhista dos terceirizados como condição para a liberação da fatura. Assim, a prova não é apenas documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000107-43.2015.5.11.0501

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	TAISA OLIVEIRA MACIEL(OAB: 118488/RJ)
ADVOGADO	HELIO SIQUEIRA JUNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	HELIO SIQUEIRA JUNIOR(OAB: 62929/RJ)
ADVOGADO	TAISA OLIVEIRA MACIEL(OAB: 118488/RJ)
RECORRIDO	EDIVALDO LISBOA DE SOUZA
ADVOGADO	VANESSA PIZARRO RAPP(OAB: 196126/SP)
RECORRIDO	PARENTE ANDRADE LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogado(a)(s):	1.NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Recorrido(a)(s): 1.EDIVALDO LISBOA DE SOUZA

Advogado(a)(s): 1.VANESSA PIZARRO RAPP (SP - 196126)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 01/07/2019 - id. a2aef09 ; recurso apresentado em 11/07/2019 - id. c3add71).

Regular a representação processual (id.).

Satisfeito o preparo (ids. c74e7b6, d5fa709, d5fa709, 4fa7e1e e a71d9e6).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso II do artigo 37;inciso XXI do artigo 37;artigo 114; §1º do artigo 173, da Constituição Federal.
- violação do(s)§1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Aduz que, com o reconhecimento da constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, para que seja a Administração Pública responsabilizada subsidiariamente pela inadimplência trabalhista do verdadeiro empregador, faz-se necessária a comprovação de ação omissiva quanto à fiscalização, o que não se encontra nos autos.

Assim, por não restar comprovada a culpa da recorrente no inadimplemento das verbas trabalhistas, requer a reforma do acórdão no tocante à condenação subsidiária.

Acrescenta que o reclamante não se desincumbiu de seu ônus probatório.

Consta no v. acórdão (id. 4fa7e1e):

'(...)

b) APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331, TST. ADC Nº 16/STF. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, §1º, LEI Nº 8.666/93

Sustenta a Recorrente ser inaplicável, ao caso em tela, o entendimento consubstanciado na Súmula 331 do C. TST, pois violaria o disposto no art. 71 da Lei 8.666/93.

Examina-se.

Hodiernamente, a figura da terceirização vem sofrendo críticas em face da sua utilização inadequada no processo produtivo em que o empregado é inserido, precarizando ainda mais os direitos dos trabalhadores terceirizados, já que, genericamente, não usufruem dos mesmos direitos previstos para a categoria dos empregados do tomador de serviços.

O fenômeno da terceirização tem servido para alijar o trabalhador ainda mais dos meios de produção. Sua integração social, que antes se imaginava pelo exercício do trabalho, hoje é impensável. O trabalhador terceirizado não se insere no contexto da empresa tomadora; é sempre deixado de lado até para que não se diga que houve subordinação direta entre a tomadora dos serviços e o trabalhador (Maior, Jorge Luiz Souto. Pelo Cancelamento da Súmula nº 331 do TST. Material da 3ª aula da Disciplina Atualidades em Direito do Trabalho, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Televirtual em Direito e Processo do Trabalho - Anhanguera - UNIDERP - REDE LFG).

A lei, em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador do serviço na hipótese de ausência de fiscalização.

A propósito, dispõe a Súmula nº 331 do TST, nos seus itens IV, V e VI, de acordo com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, *in verbis:*

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

O art. 37, §6º, da Constituição, é o respaldo por excelência dessa responsabilidade supletiva. Vale registrar que a condenação subsidiária não coloca a Litisconsorte como principal devedora, mas permite que a execução possa ser direcionada contra ela, na hipótese de a Reclamada não ter condições de arcar com a

condenação que lhe está sendo imposta.

Afinal, o valor social do trabalho é fundamento da República Brasileira (art. 1º, IV, da CF/88), o trabalho figura como um dos direitos sociais (art. 6º da CF/88), o princípio da valorização do trabalho é estruturante da ordem econômica (art. 170, CF/88) e a ordem social assenta-se no primado do trabalho (art. 193, CF/88).

Em razão do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, que declarou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/1993, o Tribunal Superior do Trabalho alterou o item IV da referida Súmula nº 331, acrescentando os itens V e VI.

No aspecto, deve-se ressaltar que a alteração do item IV da Súmula 331 do TST, por meio da Resolução 96/2000 do mesmo Órgão não mais subsiste. Com efeito, novas alterações no enunciado em questão foram implementadas por meio da Resolução 174/2011, que trouxe nova redação ao item IV e inseriu os itens V e VI à redação.

Em suma, restou pacífico o entendimento de que não é possível a condenação do ente público por dívidas trabalhistas de suas contratadas de forma objetiva, porém, se restar provada a culpa da Administração no exercício do poder de fiscalizar a prestadora do serviço, aí sim, subsiste a responsabilidade para com o crédito trabalhista.

Vale dizer: continua prevalecente a teoria da culpa (in vigilando) a respaldar a obrigação (arts. 186 e 927 do CCB), ou seja, a responsabilidade deixou de ser objetiva e passou a ser subjetiva.

Assim vem decidindo o TST, consoante se verifica pelos arestos a seguir colacionados:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA NÃO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF*. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida. Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo não provido. (Ag-AIRR - 91700-24.2006.5.04.0030, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 15/06/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a)*

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL REGIONAL. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC 16 (SÚMULA 331, V, DO TST). *O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública. No mesmo passo, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). Esse entendimento confere maior eficácia aos preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). Assim, o reconhecimento pelo Tribunal Regional da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em decorrência da constatação da omissão culposa do Ente Público na fiscalização do contrato, enseja a aplicação da Súmula 331, V, do TST. Óbice do art. 896, § 4.º, da CLT e da Súmula 333 do TST ao processamento do recurso. Recurso de revista não conhecido. (RR - 10768-52.2013.5.01.0203 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 08/06/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a.)*

Extrai-se destes arestos, portanto, que, para a configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, mister que haja o elemento subjetivo, qual seja, a **culpa *in vigilando*** do Ente Público na fiscalização das atividades da empresa contratada.

Assim, a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada pelo Excelso Pretório no julgamento da ADC nº 16, não afastou o entendimento consubstanciado no verbete sumular. Logo,

subsiste a **responsabilidade subsidiária**, não havendo falar em ofensa ao art. 5º, II; art. 37, II, XXI e § 6º e art. 97, todos da CF ou à Súmula nº 10 do STF.

Desse modo, a controvérsia não se refere à constitucionalidade ou não do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, tampouco das Resoluções 96/2000 ou 174/2011 do C.TST, mas se restringe ao cumprimento das demais obrigações expressamente contidas na Lei 8.666/93, em especial, as do art. 67, relacionadas à fiscalização do contrato de prestação de serviços, matéria sobre a qual a seguir se aprofundará.

b) RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CULPA. FALTA DE FISCALIZAÇÃO DO TOMADOR DE SERVIÇO

Sustenta a Litisconsorte não ser aplicável, ao caso em tela, o entendimento consubstanciado na Súmula nº 331 do Colendo TST, por contrariedade ao disposto no §1º do art. 71 da Lei nº. 8.666/93 e por não haver provas de negligência na fiscalização contratual.

Examina-se.

Inicialmente, tendo em vista que a colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer, em reiterados julgamentos, a imprescindibilidade da prova, em cada caso, da conduta da entidade pública que evidenciaria a sua culpa *in omittendo, in eligendo* ou *in vigilando* (Rcl 19.458-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.937-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.982-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl20.285-AgR/RL Rel. Min. TEORI ZAVASCKI,v.g. - do Supremo Tribunal Federal), passa-se a essa análise.

Como já destacado acima, a responsabilidade do Ente Público advém da culpa in vigilando.

É que não rara é a condescendência, ainda que sem dolo ou culpa, dos agentes públicos encarregados, tanto na escolha da prestadora, quanto na falta ou insuficiência de acompanhamento da execução do contrato.

Restou incontroverso nos autos que a Litisconsorte se beneficiou dos serviços prestados pelo Reclamante, através de contrato de prestação de serviços realizado com a Reclamada (ID. 0934b37) nos termos da Lei 8.666/93, fato este, inclusive, corroborado pela testemunha arrolada pelo obreiro (ID. afc1c41 - Pág. 2) e confirmado pela própria Litisconsorte, em sua contestação (ID. 72d9c78 - Pág. 3), a saber:

(...) Dessa forma, a Petróleo Brasileiro não tinha nenhuma ingerência sobre o contrato de trabalho do Reclamante mantido com a primeira Reclamada, não lhe passava ordens diretamente e não procedia ao pagamento dos seus salários. Portanto, resta veemente impugnada uma possível alegação de subordinação direta. (...)

Assim, na condição de tomadora dos serviços prestados, a Litisconsorte integrou a relação processual como coobrigada, estando apta a responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da contratada, pois é inadmissível relegar o trabalhador ao desamparo jurídico.

Considerando, portanto, que a Administração Pública se beneficiou da mão de obra do Reclamante, através de contrato de prestação de serviços, incumbia à mesma fiscalizar e exigir do prestador de serviço o cumprimento das obrigações trabalhistas, determinando o que fosse necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos exatos moldes do §1.º do art. 67 da Lei 8.666/93.

*Art. 67. **A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*

*§1º - **O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados**. (grifou-se)*

Assim, nos termos do dispositivo acima colacionado, fica claro que os contratos de prestação de serviços terceirizados devem ser acompanhados pelo ente público, através de agente designado para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, com fiscalização cuidadosa da folha de pagamento dos empregados da prestadora de serviços, em respeito ao dever de cautela, a fim de prevenir eventual dano, pois os valores são repassados pelo ente público, o qual pode, na medida em que verificar qualquer irregularidade, proceder à retenção desses valores.

Some-se a isso que a Suprema Corte já se manifestou, no passado, sobre a responsabilidade da Administração Pública de fiscalizar as obrigações trabalhistas relativas aos empregados terceirizados, sob pena de caracterizar-se culpa in vigilando ou in eligendo, a saber:

*Agravo Regimental na Reclamação. Responsabilidade Subsidiária. Artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Constitucionalidade. ADC 16. Administração Pública. Dever de fiscalização. responsabilidade da autarquia estadual. Afronta à Súmula Vinculante 10. Inocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. **1. A Administração tem o dever de fiscalizar o fiel cumprimento do contrato pelas empresas prestadoras de serviço, também no que diz respeito às obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado, sob pena de atuar com culpa in eligendo ou in vigilando.** 2. A aplicação do artigo 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16, não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa. 3. A decisão que reconhece a*

responsabilidade do ente público com fulcro no contexto fático probatório carreado aos autos não pode ser alterada pelo manejo da reclamação constitucional. Precedentes: Rcl 11985- AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-050 DIVULG 14-03- 2013 PUBLIC 15-03-2013. 4. A ausência de juízo de inconstitucionalidade acerca da norma citada na decisão impugnada afasta a violação à Súmula Vinculante 10 desta Corte. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.' (Rcl14.048 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 02/02/2015) (grifou-se)

Ainda, a Instrução Normativa nº 2/2008 do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, que dispõe acerca das regras e diretrizes para a contratação de serviços por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), a qual pode ser aplicada analogicamente aos casos de licitação nos demais âmbitos da federação, vem reforçar a ideia acima, ao dispor acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos em seus artigos 31 e seguintes.

Os artigos 34, 34-A e 35 da referida Instrução Normativa, em especial, descrevem os aspectos que devem ser fiscalizados pelo representante da Administração Pública na execução dos contratos, a saber:

***Art. 34. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle**, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:*

(...)

*§ **5º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações**:*

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) a prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição federal sob pena de rescisão contratual; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

i) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES - Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

***Art. 34-A O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções**, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento. (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)*

Parágrafo único. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE

15/11/2009).

***Art. 35**. Quando da rescisão contratual, o **fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias** ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)*

Parágrafo único. Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e no art. 19-A, inciso IV desta Instrução Normativa. (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009) (grifou-se)

Necessário também pontuar que a observância de todos os preceitos da Lei 8.666/93 e suas regulamentações deve ser formalmente registrada pela Administração, formando, assim, prova pré-constituída. Consequentemente, no processo judicial, ela assume o dever de trazer a referida prova, ante o princípio da aptidão para a prova.

Além disso, de acordo com a boa-fé processual (art. 5º do CPC/15), cuja observância deve nortear a atuação do julgador, cumpre notar que seria desleal impor à parte autora o ônus de comprovar que a Administração - tomadora de serviço - não realizou a fiscalização do contrato com a Reclamada.

Isto porque, trata-se de prova de fato negativo, cuja desincumbência do encargo pela parte autora é excessivamente difícil, configurando-se como **prova diabólica**em desfavor do trabalhador, o que vai de encontro aos princípios mais elementares do ordenamento juslaboral.

Outrossim, a atribuição de prova excessivamente difícil ou impossível é repudiada pela lei adjetiva comum, consoante se infere do parágrafo segundo do art. 373 do CPC/15, in verbis:

Art. 373. (...)

§ 2º A decisão prevista no §1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo (probatório) pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

A imposição da prova de fato negativo é também desprezada pela jurisprudência, a qual se transcreve:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CARACTERIZAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 331, V, DO TST. Do quadro fático delineado pelo TRT extrai-se que a condenação decorreu da culpa in vigilando do tomador dos serviços. Com efeito, consta do v. acórdão recorrido que: ' No caso em apreço, a entidade pública não trouxe qualquer elemento probatório que confirmasse a efetiva fiscalização na execução do contrato firmado com a 1ª reclamada, principalmente durante a vigência do pacto laboral da autora. (...) **Por força do artigo 818 da CLT e pelo critério da aptidão para a produção da prova, competiria exclusivamente ao ente público comprovar sua conduta pró-ativa e diligente na eleição e fiscalização de seu contratado, sendo inviável que tal ônus recaia sobre o trabalhador, sob pena de se caracterizar a malfadada 'prova diabólica'**.(...) Assim, restando processualmente demonstrada a culpa do 2º reclamado quanto ao dever de fiscalizar a fiel execução e o cumprimento do contrato celebrado, torna-se ele responsável pelo dever de indenizar os trabalhadores que tiveram seus direitos trabalhistas não adimplidos pela contratada, chegando -se a esta ilação pela interpretação dos artigos referidos da Lei nº 8.666/91, em consonância com os artigos 186 e 942, parágrafo único, do Código Civil.'. Nesse contexto, inviável a admissibilidade do recurso de revista, pois a decisão recorrida encontra-se em consonância com o item V da Súmula 331/TST. Agravo regimental conhecido e desprovido. (AgR-AIRR - 11465-20.2014.5.18.0121, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 19/10/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/10/2016) (grifou-se)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. NORMA COLETIVA. OPÇÃO PELA CONVERSÃO. ÔNUS DA PROVA. 1. O egrégio Tribunal Regional concluiu que a conversão da licença-prêmio em pecúnia dependeria de opção por parte do empregado e que não foi provado que essa opção foi realizada oportunamente. 2. Nesse contexto, não prospera a alegação de que caberia à reclamada a prova de que 'o reclamante não cumpriu os pressupostos estabelecidos na norma coletiva para fazer jus ao recebimento das licenças prêmios em pecúnia'. **Não se pode imputar à reclamada a produção de fato negativo (no caso, a prova da não opção do reclamante pela conversão da licença-prêmio em pecúnia), ou seja, prova impossível ou excessivamente difícil de ser produzida - a chamada prova diabólica**.3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 62940-69.2008.5.01.0033 , Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Julgamento: 30/11/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/12/2016) (grifou-se)*

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE QUE AS ALEGAÇÕES SEJAM VEROSSÍMEIS, OU O CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. AFIRMAÇÃO DE FATO POSITIVO. ÔNUS DA PROVA DE QUEM AFIRMA. PRAZO

PRESCRICIONAL DO ART. 27 DO CDC. RESTRITO AOS CASOS EM QUE SE CONFIGURA FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. REGRA ESPECIAL, PREVISTA NO CC, ESTABELECENDO PRESCRIÇÃO ÂNUA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. PERDAS E DANOS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, QUE SEGUINDO A SORTE DA PRINCIPAL, PRESCREVE CONJUNTAMENTE. 1. Por um lado, a Corte local não vislumbrou indícios de veracidade na tese acerca do afirmado requerimento administrativo e superveniente negativa de pagamento da diferença da indenização securitária, e a inversão do ônus da prova não ocorre em todas as situações em que a relação jurídica é de consumo, pois é preciso que as alegações sejam verossímeis, ou a parte seja hipossuficiente. ***Por outro lado, em linha de princípio, quem afirma um fato positivo tem de prová-lo com preferência a quem sustenta um fato negativo****. 2. O pagamento a menor de indenização securitária nada tem a ver com reparação de danos causados por fato do produto ou serviço, requisito essencial para a aplicação do prazo prescricional descrito no art. 27 do CDC. Com efeito, e em vista também do critério de hermenêutica da especialidade, em matéria de indenização de seguro, a prescrição é ânua, tratada no art. 206, § 1º, II, do CC/2002. (omissis) 5. Recurso especial não provido. (REsp 1277250/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 06/06/2017) (grifou-se)*

No aspecto, a parte autora não tem condições de produzir prova para sustentar sua alegação, ao passo que impor-lhe esta exigência seria o mesmo que inviabilizar a concretização do próprio direito pleiteado, afastando o ordenamento jurídico do seu principal objetivo que é o alcance da justiça, uma vez que a responsabilização subsidiária do tomador de serviços visa garantir a satisfação dos créditos do empregado.

Nesse contexto, pelo princípio da aptidão para a prova, deve ser atribuído ao Ente integrante da Administração Pública a comprovação da efetiva fiscalização do contrato. Ou seja, deve ser imputado o ônus de provar à parte que possui maior capacidade para produzir a prova, no caso, o Poder Público.

Tal conclusão parte da premissa de que incumbe à Administração Pública o dever de fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas desde a seleção da empresa a ser contratada (licitação), passando pela formalização do contrato e no curso da sua execução, o que impõe à Administração adotar as medidas assecuratórias necessárias ao pagamento dos direitos trabalhistas, inclusive no momento da rescisão contratual.

No caso, é a Administração Pública quem possui todas as condições de comprovar que atuou no estrito cumprimento de seu dever de inspeção, sendo, portanto, a parte apta a elucidar a lide.

Por oportuno, insta assentar que não se trata de inversão do ônus da prova, mas imputação da prova à parte que detém os meios de produzi-la.

É importante destacar que este Egrégio Tribunal da 11ª Região tem, inclusive, tese pacificada neste sentido, nos termos de sua Súmula nº 16, a qual fixa o dever do Ente Público de comprovar a fiscalização dos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora de serviços, o que afasta a argumentação de decisão surpresa em desfavor da Litisconsorte, in verbis:

SÚMULA 16. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO*. A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público* ***quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.***

Portanto, o Ente Público, ao ser incluído no polo passivo, para eventual responsabilização subsidiária, deve demonstrar que fiscalizou o contrato de terceirização de mão de obra.

Nesta esteira, também os seguintes precedentes do C. TST, a saber:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO A discussão versa a responsabilidade do tomador de serviços pelos créditos de natureza trabalhista oriundos de contrato de prestação de serviços. Esta Justiça Especializada é competente para conhecer e julgar o feito, com amparo no art. 114 da Constituição da República. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SÚMULA Nº 331, ITENS V E VI, DO TST - ÔNUS DA PROVA 1. O acórdão regional está em harmonia com a Súmula nº 331, itens V e VI, do TST, pois a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização do cumprimento do contrato e abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante; ***ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93) e iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tem acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova.*** *Agravo de Instrumento desprovido. (AIRR - 1622-13.2015.5.11.0017 , Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 09/08/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017) (grifou-se)*

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. Demonstrada possível contrariedade à Súmula 331, V, do TST, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (SÚMULA 331, V, DO TST). O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública. No mesmo passo, todavia, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). A fiscalização do exato cumprimento das obrigações laborais coaduna-se com preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). A Corte Suprema decidiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. Ultrapassada a tese jurídica assentada pelo Tribunal Regional, devem os autos ser-lhe restituídos, a fim de que reaprecie o recurso ordinário do ente público em relação à existência ou não de conduta omissiva em relação à fiscalização do contrato, à luz, inclusive, ***das regras de distribuição do ônus da prova, as quais, conforme se sabe, pesam em desfavor do ente público.Recurso de revista conhecido e parcialmente provido.*** *(RR - 1164-10.2015.5.08.0007 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/08/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2017) (grifou-se)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. 1. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. PRESSUPOSTO RECURSAL OBSERVADO. O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou seguimento ao recurso de revista do ente público, ao fundamento de que, deixando de observar o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte transcreveu quase que integralmente a decisão recorrida. Verifico, entretanto, que no recurso de revista o segundo Reclamado indica corretamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Nesse contexto, a decisão que negou seguimento ao recurso de revista pela não observância do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, implica em ofensa a citada norma. Não constatado o óbice apontado pelo Tribunal Regional apontado para denegar seguimento ao recurso de revista e atendidos os demais pressupostos extrínsecos, passa-se à análise imediata dos seus pressupostos intrínsecos, nos termos da OJ 282 SDI-1/TST. 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Para a fixação da responsabilização em causa, portanto, que não deriva do simples inadimplemento dos créditos trabalhistas por parte da empresa contratada, faz-se necessária a comprovação de que a entidade pública praticou ato omissivo ou comissivo, revelador de negligência no dever - e não apenas prerrogativa! - jurídico-constitucional de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços celebrados (art. 58 da Lei 8.666/93). Nesse contexto, e não sendo possível o reexame do acervo fático-probatório aos órgãos da jurisdição extraordinária (Súmula 279 do

STF e Súmula 126 do TST), aos juízos naturais de primeiro e segundo graus de jurisdição cabe aferir, concretamente, caso a caso, de acordo com os elementos de convicção produzidos ou segundo as regras de distribuição do ônus probatório correspondente, se houve culpa da entidade pública tomadora, a ensejar a sua responsabilização subsidiária. Fixada a responsabilidade nesses termos, não se poderá cogitar de transgressão à decisão proferida nos autos da ADC 16/DF, tal como proclamado em decisões proferidas em diversas reclamações e acórdãos daquela Corte (Rcl 18021 AGR/RS, Relator Ministro Edson Fachin, julgamento em 15/3/2016; Rcl 10.829 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 10/2/2015; Rcl 16.094 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 2/2/2015; Rcl 17.618 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 23/3/2015). De destacar, porém, em respeito ao máximo contraditório que deve pautar as decisões judiciais, notadamente no âmbito das Cortes Superiores, que há decisões monocráticas e colegiadas oriundas da Excelsa Corte, consagrando orientações distintas, ora afirmando a absoluta impossibilidade de transferência da responsabilidade em questão aos entes da Administração Pública (Rcl 21.898/PE, Relator Ministro Marco Aurélio, DJe 25/4/2016), tese que foi expressamente superada no julgamento da ADC 16/DF, ora assentando a tese de que a motivação exposta nas instâncias ordinárias, sem a indicação de qualquer elemento ou conduta capaz de justificar a culpa da entidade pública, não autorizaria igualmente a imputação da aludida responsabilidade, por configurada mera presunção da culpa (Ag-Rcl 20.905/RS, Redator Ministro Teori Zavascki, julgamento 30/6/2015). Buscando evidenciar o que seria condenação por simples presunção, decisões monocráticas proferidas em Reclamações a anunciam como efeito do mero inadimplemento dos créditos trabalhistas pela empresa contratada (Rcl 16.846-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 19/5/2015), ainda quando haja registro produzido pelas instâncias ordinárias, a partir do exame do acervo fático-probatório, relativo à configuração da culpa in eligendo e in vigilando da Administração Pública (Rcl 14.522-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 3/2/2015). Diante desse expressivo dissenso no âmbito da Suprema Corte, a quem cabe ditar em última ratio o sentido e alcance dos preceitos constitucionais, promovendo igualmente a defesa da autoridade e eficácia de seus julgados, o critério a ser adotado para o julgamento de casos similares deve ser aquele consagrado por seu órgão plenário. Nesse cenário, além de o voto condutor (que foi agregado por novos motivos durante os debates então travados) consagrar a possibilidade da responsabilização subsidiária da entidade pública, quando, com base nos elementos de prova, for demonstrada a culpa decorrente da omissão ou negligência no exercício adequado do dever de vigiar, a matéria foi objeto de exame plenário, após o julgamento da ADC 16/DF, por ocasião do julgamento do Ag-Rcl 16.094-ES (Relator o Ministro Celso de Mello, em 19/11/2014). Nesse julgamento, com a presença de nove ministros, restou vencido apenas o Ministro Dias Tóffoli, não participando do julgamento a Ministra Cármen Lúcia (impedida). Portanto, entre os presentes, sete Ministros seguiram o voto condutor, o que configura maioria absoluta, autorizando os demais órgãos do Poder Judiciário a aplicar a diretriz consagrada no julgamento da ADC 16/DF, cujo conteúdo foi explicitado, ainda uma vez mais, pelo Plenário da Excelsa Corte, nos autos do Ag-Rcl 16.094-ES. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que 'não foram juntados aos autos documentos que pudessem comprovar ter o ente público exercido qualquer fiscalização sobre a reclamada, nem mesmo o contrato de prestação de serviços'.

***Assim, o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida**.Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 1209-86.2015.5.11.0053 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 09/08/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017) (grifou-se)*

É oportuno destacar, neste momento, que se tem notícia de decisões das 3ª, 4ª e 6ª Turmas do C. TST em sentido contrário, com base no julgamento do Recurso Extraordinário nº 760931, ao qual foi dada repercussão geral, do qual estas inferiram a tese de que o ônus da prova da ausência de fiscalização por parte do Ente Público seria da parte autora.

Contudo, ressalta-se que, embora o colendo STF já tenha publicado o Acórdão nos autos do RE 760931, que discute a responsabilidade subsidiária do Ente Público nos casos de terceirização, este nada discorreu sobre o ônus da prova, tanto que, pelo menos até a data do presente julgamento, estava pendente de apreciação embargos de declaração cujo objetivo é justamente provocar a manifestação expressa da Corte Suprema acerca do tema.

Com efeito, a corresponsabilidade do contratante deriva não só do disposto no art. 37, §6º, da CF/88, seu principal fundamento, mas, sobretudo, da culpa *in vigilando,* por não ter exercido a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, III, 67, *caput* e §1º.

Deste modo, a ausência de prova da fiscalização por parte da Administração Pública quanto ao correto cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada licitada, devidas aos seus empregados, evidencia a omissão culposa do Ente, o que

atrai a sua responsabilidade, porque todo aquele que causa dano pratica ato ilícito e fica obrigado a reparar (art. 82, da Lei 8666/93 c/c arts. 186, 927 e 944 CC/02).

In casu, restou demonstrada a culpa *in vigilando* da Litisconsorte, senão decerto teria detectado que a Reclamada não efetuou o correto pagamento do labor extraordinário.

Ademais, a Litisconsorte sequer trouxe aos autos qualquer documento relativo à fiscalização do contrato, demonstrando o real descaso com a situação dos trabalhadores, dos quais foi beneficiado pelos serviços prestados.

Como já exposto acima, a fiscalização deveria ter sido ampla, no curso da vigência da prestação dos serviços, com intuito de verificar não só o cumprimento do objeto contratual, como equivocadamente defende o Litisconsorte, mas também a observância das obrigações reflexas, sobretudo quanto aos direitos trabalhistas dos que operavam em seus serviços.

Logo, considerando que a Recorrente não se desincumbiu de seu ônus, a fim de afastar sua responsabilização subsidiária, em virtude da ausência de fiscalização, não há que se falar em violação aos postulados constitucionais da ampla defesa e do contraditório, nem dos artigos 373 do CPC/2015 e artigo 818 da CLT.

Consequentemente, caracterizada a culpa *in vigilando* da Administração Pública, deve a Litisconsorte responder de forma subsidiária ao pagamento de todas as parcelas da condenação, uma vez que a condenação subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal,inclusive as multas e verbas rescisórias ou indenizatórias, nos termos do item VI, da súmula nº 331, do TST.

Frise-se que a condenação subsidiária abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal integrantes do contrato de trabalho, uma vez que a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 331 do TST não faz qualquer ressalva ou exceção no aspecto.

Essa abrangência se justifica tendo em vista a culpa *in vigilando* do tomador de serviços, não podendo, o trabalhador, arcar com os prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços, cuja contratação e fiscalização não lhe competiam.

Como já dito, trata-se apenas da responsabilidade subsidiária do tomador do serviço decorrente de terceirização, se a devedora principal não pagar o devido, podendo, inclusive, acioná-la em ação regressiva para ressarcir-se. A responsabilidade subsidiária, neste caso, é atribuída a título de reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido à trabalhadora, evitando o enriquecimento ilícito do tomador.

Não há, portanto, qualquer violação ao art. 5º, II e LV e art. 37, § 6º, da Carta Magna de 1988, bem como o art. 71, § 1º, da Lei 8666/93, ADC 16 STF, Resolução 174/2011 TST. Salienta-se que o presente julgado não afronta nenhum dos dispositivos mencionados.

Porquanto, o julgamento das demandas é realizado não, apenas, com fulcro em artigo isolado de lei, mas, sobretudo, com a interpretação sistemática do Direito, da jurisprudência entre outras fontes normativas, de onde se extrai a sua legitimidade hermenêutica, conforme artigo 8º da CLT, a saber:

(...) Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público. (...)

Assim, correta a sentença que concluiu pela condenação subsidiária do Recorrente, motivo pelo qual se **NEGA PROVIMENTO** ao apelo no tópico.

(...)'.

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula n. 16 deste E. Tribunal, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002024-84.2016.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
RECORRIDO	WILCINAYRA ALVES FERREIRA
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)

CUSTOS LEGIS Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- WILCINAYRA ALVES FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS
Recorrido(a)(s):	1.WILCINAYRA ALVES FERREIRA
Advogado(a)(s):	1.EDMILSON MAIA BRANDÃO (AM - 5633)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. 450d5df; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 81d05b7).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade (ao): item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- Recurso Extraordinário n. 760.931 (com repercussãogeral).

O recorrente sustenta que foi condenado com base no mero inadimplemento da reclamada (culpa presumida), sem prova cabal de falha de fiscalização.

Consta no v. acórdão (id. 349a0c9):

'(...)

Responsabilidade subsidiária - culpa *in vigilando.*

O recorrente celebrou com a reclamada contrato de prestação de serviços especializados em enfermagem hospitalar, a serem executados nas dependências das unidades de saúde integrantes da rede estadual de saúde, consubstanciadas em plano operativo.

Por conta da avença, a autora foi admitida pela empresa em 4.8.2014 para exercer a função de técnica de enfermagem (CTPS), com rescisão indireta em 11.1.2016.

Em instrução processual o preposto do litisconsorte declarou que a fiscalização dos contratos é feita pelo setor jurídico, por meio de uma lista de documentos (certidões negativas, FGTS) que devem ser apresentados pela reclamada no momento da contratação da prestadora de serviço; que não sabe informar se há fiscalização do litisconsorte em relação ao pagamento dos encargos trabalhistas devidos pela reclamada aos seus empregados.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o litisconsorte foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem à laborante. Inadmissível relegá-la ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o Estado integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa *in vigilando,* pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas,

fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa *in eligendo* ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa *in vigilando.*

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.

In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93.

Os salários em atraso, o FGTS não depositado e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Sequer era exigida da empresa a regularidade da situação trabalhista dos terceirizados como condição para a liberação da fatura. Assim, a prova não é somente documental, nem a culpa é presumida.

Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa in vigilando, conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Sobre a contrariedade do julgado com o artigo 71, §1º da Lei 8.666/93, ressalto que o STF, ao declarar sua constitucionalidade (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência tem como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com odo Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao artigo 71, §1º da Lei 8.666/93 ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Cerceamento de Defesa.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LIV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Afirma que este Regional, ao imputar à Administração Pública o ônus probatório que não detém,incorreu em violação aos artigos art. 818, I e II da CLT e o art. 373, I e II do CPC, divergindo, inclusive, da interpretação dada pelo STF no RE 760.931 (com repercussão geral).

Aduz que tal decisão se deu de forma surpresa, impossibilitando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal, incorrendo em violação aos arts. 818, §2º, da CLT e 373, §1º, do CPC, bem como ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 349a0c9):

'(...)

Responsabilidade subsidiária - culpa *in vigilando.*

O recorrente celebrou com a reclamada contrato de prestação de serviços especializados em enfermagem hospitalar, a serem

executados nas dependências das unidades de saúde integrantes da rede estadual de saúde, consubstanciadas em plano operativo. Por conta da avença, a autora foi admitida pela empresa em 4.8.2014 para exercer a função de técnica de enfermagem (CTPS), com rescisão indireta em 11.1.2016.

Em instrução processual o preposto do litisconsorte declarou que a fiscalização dos contratos é feita pelo setor jurídico, por meio de uma lista de documentos (certidões negativas, FGTS) que devem ser apresentados pela reclamada no momento da contratação da prestadora de serviço; que não sabe informar se há fiscalização do litisconsorte em relação ao pagamento dos encargos trabalhistas devidos pela reclamada aos seus empregados.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o litisconsorte foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem à laborante. Inadmissível relegá-la ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o Estado integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa *in vigilando,* pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, *caput,* e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa *in eligendo* ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa *in vigilando.*

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.

In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93.

Os salários em atraso, o FGTS não depositado e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Sequer era exigida da empresa a regularidade da situação trabalhista dos terceirizados como condição para a liberação da fatura. Assim, a prova não é somente documental, nem a culpa é presumida.

Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Por vislumbrar possível afronta à literalidade do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000043-22.2018.5.11.0018

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	PEDRO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	FLAVIANA HONORATA DE ARAUJO(OAB: 8918/AM)
ADVOGADO	ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE(OAB: 7091/AM)
ADVOGADO	MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE(OAB: 7681/AM)
ADVOGADO	TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS(OAB: 8185/AM)
ADVOGADO	AGENOR CORREA GRACA JUNIOR(OAB: 10375/AM)
RECORRIDO	DIEBOLD - PROCOMP AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	FLAVIO ALDRED RAMACCIOTTI(OAB: 146167/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PEDRO FERREIRA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	PEDRO FERREIRA DA SILVA
Advogado(a)(s):	ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (AM - 7091)
Recorrido(a)(s):	DIEBOLD - PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA
Advogado(a)(s):	FLAVIO ALDRED RAMACCIOTTI

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 5ef102f; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. d4d34c9).

Regular a representação processual (id. e25b513).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. c1a44ed), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Valor Arbitrado.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material/Pensão Vitalícia.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso III do artigo 1º;incisos V e X do artigo 5º;inciso XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 402 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil;artigo 944 do Código Civil;artigo 950 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

Alega que as atividades da empresa contribuíram para a incapacidade permanente do trabalhadorm motivo pelo qual deveria ser beneficiário da pensão vitalícia, correspondente ao que recebia mensalmente, ante o desfalque imediato sofrido nos rendimentos familiares. Ou seja, a Turma deveria trer utilizado critérios de razoabilidade para definir a indenização por dano material, fixando como parâmetros a expectativa de vida do reclamante e o que poderia receber se estivesse totalmente apto para o labor. Não o fazendo, a Turma tornou inócua a indenização e dissociada da realidade, adespeito da ofensa sofrida.

Consta no v. acórdão (id. 48c0318):

'(...)

MÉRITO

Os apelos serão analisados em conjunto por versarem sobre matérias conexas.

Sustenta a reclamada, em resumo, que o autor não faz jus às indenizações por danos morais e materiais, devendo ser aplicada a teoria da responsabilidade subjetiva; que o laudo pericial não deve prevalecer ante sua fragilidade; que as patologias que acometeram o reclamante não são de natureza ocupacional, tanto que o INSS concedeu auxílio-doença no código 31; que os exames de imagem comprovam o caráter degenerativo das doenças. Requer a reforma do julgado ou, alternativamente, a redução dos valores indenizatórios em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

O reclamante, por outro lado, recorreu buscando a majoração das indenizações por danos morais, ao argumento de que o valor fixado foi irrisório se comparado ao dano sofrido. Relativamente à indenização por danos materiais na modalidade pensão, defende o cabimento, ante a comprovação da incapacidade parcial e permanente decorrente da doença ocupacional (art. 950 do CC).

O deslinde da questão repousa na prova documental e pericial produzida nos autos, tendo sido dispensado o depoimento das partes e testemunhas não foram arroladas.

Indenização por dano moral e material

O primeiro ponto a ser analisado é o que diz respeito à existência do nexo etiológico entre as doenças do autor e o trabalho executado no exercício de suas funções.

Extrai-se dos autos (CTPS e Ficha de Registro) que o obreiro foi admitido pela reclamada em 2.5.2007, exercendo as funções de operador de máquina I e pintor, percebendo como último salário R$1.895,34, permanecendo vinculado à empresa.

Quando da admissão, não apresentava qualquer patologia, conforme se verifica do ASO admissional (ID. 11a4786). No curso do pacto foram diagnosticados nos ombros, tendinopatia e bursite, segundo exames de ressonância magnética e ultrassonografia e atestados médicos colacionados aos autos.

A fim de esclarecer as questões técnicas que o caso envolve, o juiz determinou a realização de perícia, cujo laudo (subscrito pelo Dr. Hamilton Luiz Amaral Godim) concluiu pela existência nexo concausal entre as patologias dos ombros e cotovelos e o trabalho executado na reclamada. Classificou a concausalidade como intensa/alta.

Constam da peça técnica os elementos decisivos para a solução da controvérsia. Vejamos:

a) Houve afastamento previdenciário no período de 19.4.2016 a 4.8.2018, inicialmente no código 91, posteriormente convertido para o código 31 em razão de recurso administrativo da empresa.

b) Nos movimentos de abdução e flexão, o obreiro relatou dor no ombro direito (o lesado), assim como nos testes de Jobe e Apley.

c) A análise ergonômica indica que, no posto de pintura onde o trabalho foi desenvolvido por cerca de 8 anos, havia risco alto de LTC e tenossinovite para as mãos, punhos e ombros. Ao realizar suas atividades laborais, levantava os braços acima da linha dos ombros (90º) em posição estática. Como operador de máquina, o risco era moderado (permanência de 1 ano).

d) Em razão das patologias o reclamante apresenta dificuldades de fazer esforço físico, transportar e levantar peso manualmente, levantar os braços acima da linha dos ombros em posição estática (a partir de 45º). A incapacidade é parcial e permanente em ombros, principalmente à direta.

Tal quadro permite concluir que o trabalho prestado ao longo de mais de 9 anos deu-se com risco para os seguimentos afetados (ombros), constituindo fator concausal. Ao contrário do que alega a empresa, não remanescem dúvidas de que o trabalho exacerbou os problemas do obreiro.

No que se refere à validade da prova pericial, não há elementos a maculá-la do ponto de vista formal ou a suplantar suas conclusões, pelo que impõe-se o acolhimento do laudo. É bem verdade que houve impugnação pelo perito assistente da reclamada (Dr. João Chicre Filho), mas que não deve prevalecer por encontrar-se o profissional vinculado à empresa, o que compromete sua independência funcional.

Quanto à responsabilidade patronal, é de natureza subjetiva, e não há como negá-la, ante os danos causados à reclamante pelo exercício do trabalho realizado, bem como pela culpa do empregador ao não proporcionar ambiente laboral seguro e saudável. Em verdade a culpa não ocorre somente em sua modalidade comissiva, configurando-se também quando a conduta omissiva da empresa, que atua de forma negligente na eliminação dos riscos do trabalho.

A Constituição da República elencou a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 1º, incs. III e IV), estabelecendo que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170).

Por isso, não há quem duvide, na atualidade, do direito do trabalhador a um ambiente de trabalho seguro e saudável. E embora seja do Estado e da própria sociedade o dever de protegê-lo e preservá-lo, com maior evidência deve ser atribuída ao empregador a responsabilidade pela implementação e uso de medidas coletivas e individuais adequadas às condições de saúde, higiene e segurança que possam, concretamente, assegurar aos seus empregados, dignidade plena, em consonância com o

desiderato constitucional. É o que estabelece o § 1º do art. 19 da Lei nº 8.213/91. Também os arts. 186 e 927 do CCB consagram a regra de que todo aquele que causar dano a outrem é obrigado a repará-lo.

In casu, o **dano moral** está provado na dor sofrida em face das lesões, fato que deixa a marca indelével da sua prejudicialidade, atingindo o trabalhador na sua autoestima, no convívio em sociedade, provocando dor moral.

Relativamente ao **dano material**, deve corresponder a uma operação objetiva mediante a evidência concreta das perdas e gastos efetivamente ocorridos ou a ocorrer (danos emergentes) e dos prejuízos provocados na vítima em seus ganhos subsequentes à lesão (lucros cessantes). No caso está patente a perda parcial, pelo empregado, da capacidade laborativa para a função a que se qualificou e as restrições daí advindas, embora possa exercer outras atividades que não ofereçam riscos para o segmento queixado (ombros).

Consoante o art. 950 do CCB, se da ofensa resultar diminuição da capacidade de trabalho, a indenização abrangerá as despesas com tratamento (o reclamante submeteu-se a tratamento medicamentoso e fisioterápico) e os lucros cessantes até a convalescença, in casu, 19.4.2016 a 4.8.2018. Em benefício previdenciário, o reclamante não está recebendo a integralidade de seus salários, em face da natureza do auxílio-doença sob a espécie 31.

Assim, o quadro enseja reparação de ordem material.

Quanto à **importância indenizatória**, seu arbitramento deve obedecer a critérios de prudência e equilíbrio sem constituir acréscimo patrimonial.

Sobre o tema leciona Mauro Schiavi, in Ações de Reparação por Danos Morais Decorrentes da Relação de Trabalho, São Paulo: LTr, 2007, págs. 229/230:

... o quantum da reparação deve estar balizado nos seguintes critérios: a) reconhecer que o dano moral não pode ser valorado economicamente; b) valorar o dano no caso concreto, segundo as características de tempo e lugar onde ocorreu; c) analisar o perfil da vítima e do ofensor; d) analisar se a conduta do ofensor foi dolosa ou culposa, bem como a intensidade da culpa; e) considerar não só os danos atuais, mas também os prejuízos futuros, como a perda de uma chance; f) guiar-se o juiz pela razoabilidade, equidade e justiça; g) considerar a efetiva proteção à dignidade da pessoa humana; h) considerar o tempo de serviço do trabalhado, sua remuneração; i) atender à função social do contrato de trabalho, da propriedade e função social da empresa; j) inibir que o ilícito se repita; l) chegar ao acertamento mais próximo da reparação, mesmo sabendo que é impossível conhecer a dimensão do dano. Por isso deve apreciar não só os danos atuais como os futuros (perda de uma chance); m) considerar a situação econômica do País e o custo de vida da região em que reside o lesado.

(...)

Por fim, deve-se destacar que os juízes hão de agir com extremo comedimento para que o Judiciário não se transforme, como nos Estados Unidos, num desaguadouro de aventuras judiciais à busca de uma sorte grande fabricada por meio dos chamados punitive damages e suas exacerbantes, polpudas e excêntricas indenizações.

No caso presente, foram identificados os elementos autorizadores da obrigação de indenizar, como sejam: a existência concreta do dano sofrido pelo empregado; o nexo de concausalidade das doenças com o trabalho; a culpa subjetiva do empregador, ou ainda, a omissão culposa em proporcionar ambiente sadio de trabalho.

O TST possui entendimento pacífico neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. 1. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS. 2. DOENÇA OCUPACIONAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO.

O pleito de indenização por dano moral e material resultante de acidente do trabalho e/ou doença profissional ou ocupacional supõe a presença de três requisitos: a) ocorrência do fato deflagrador do dano ou do próprio dano, que se constata pelo fato da doença ou do acidente, os quais, por si sós, agridem o patrimônio moral e emocional da pessoa trabalhadora (nesse sentido, o dano moral, em tais casos, verifica-se pela própria circunstância da ocorrência do malefício físico ou psíquico); b) nexo causal ou concausal, que se evidencia pela circunstância de o malefício ter ocorrido em face das circunstâncias laborativas; c) culpa empresarial, excetuadas as hipóteses de responsabilidade objetiva. Embora não se possa presumir a culpa em diversos casos de dano moral - em que a culpa tem de ser provada pelo autor da ação, tratando-se de doença ocupacional, profissional ou de acidente do trabalho, essa culpa é presumida, em virtude de o empregador ter o controle e a direção sobre a estrutura, a dinâmica, a gestão e a operação do estabelecimento em que ocorreu o malefício. Na hipótese, o Tribunal Regional consignou que as doenças, das quais a reclamante é portadora, possuem nexo concausal com o trabalho realizado na reclamada. Consignou: 'acolho parcialmente as conclusões da perícia médica para reconhecer, além da existência do dano, o seu nexo concausal com a atividade desempenhada na reclamada'. Registrou que a reclamada agiu com culpa, pois foi omissa em adotar medidas de segurança e medicina do trabalho. Uma vez constatados o dano, o nexo concausal e a culpa do

reclamado, há o dever de indenizar. Assim sendo, presentes os requisitos necessários à responsabilização da reclamada pelos danos morais, sendo que, para analisar as assertivas recursais, seria necessário o revolvimento de conteúdo fático-probatório, o que não é viável em sede de recurso de revista, nos termos da Súmula nº 126/TST. Portanto, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os termos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido. (TST-AIRR 623-21.2012.5.04.0030. Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado. Data de julgamento: 17/2/2016. 3ª Turma. Data de publicação: DEJT 19/2/2016).

Alguns fatores devem ser considerados para o arbitramento do valor das indenizações: (i) o trabalho atuou apenas como fator concausal das doenças; (ii) a incapacidade é parcial; (iii) a empresa cumpria as normas de segurança e prevenção indicadas na legislação e outras normas técnicas aplicáveis; (iv) as patologias são de caráter degenerativo.

Assim, com amparo no que dispõe o art. 944 do CCB e em invocação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, reduzo as indenizações por danos morais e materiais para o importe de R$9.476,70 cada equivalente a 5 salários contratuais do reclamante (R$1.895,34).

Indefere-se a pretensão autoral para majorá-las.

Relativamente à **indenização por danos materiais na modalidade pensão**, improcede. O reclamante não se encontra inválido, pois sua incapacidade laboral é parcial, podendo atuar em atividades que respeitem sua condição física.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, mas, tão somente transcreveu a sentença de Primeiro Grau, o que não atende aos requisitos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001262-37.2017.5.11.0008

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	NOEMIA PENHA SANTOS
ADVOGADO	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 3974/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS
Recorrido(a)(s):	NOEMIA PENHA SANTOS
Advogado(a)(s):	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (AM - 3974)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 157371b) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 78c9eb1 ; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 609b048).

Regular a representação processual (id. 157371b).

Satisfeito o preparo (ids. 477dcda, 2c2aa53 e 2c298e3).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Repouso Semanal Remunerado e Feriado/Cálculo / Repercussão.

Duração do Trabalho/Adicional Noturno.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 172;nº 132, item II do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional:Código Civil, artigo 92.
- NR 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Sustenta que os empregados não se encontram expostos às condições perigosas e penosas durante o Descanso Semanal Remunerado, pelo que não fazem jus ao recebimento dos adicionais de periculosidade e insalubridade nesta ocasião e, portanto, não têm direito à integração destes no DSR.

Da mesma forma, afirma ser indevida a integração do adicional de periculosidade na base de cálculo de adicional noturno. Afirma quesempre observou a legislação aplicável para pagamento dos benefícios devidos ao reclamante, sendo certo que utilizou a correta base de cálculo para o adicional noturno, não sendo devida nenhuma diferença. Se este recebeu adicional periculosidade e, concomitantemente, fez jus ao adicional noturno, aquele foi devidamente integrado ao salário para fins de cálculo do adicional noturno.

Consta no v. acórdão (id. 847bfd8):

'(...)

Do adicional de periculosidade e penosidade sobre adicional noturno, da base de cálculo do adicional noturno, prorrogação do adicional noturno para o horário diurno e do divisor

Aduz que não é devida a integração do principal - adicional de periculosidade e penosidade - à base de cálculo do DSR, impossível conceber a ideia de que os reflexos destes adicionais sobre horas extras devam integrar a base de cálculo do DSR, pois o acessório segue o principal, nos termos do art. 92, do Código Civil.

Sustenta que nenhuma irregularidade existe no cálculo e pagamento do adicional noturno, cabendo ao autor o ônus de comprovar suas alegações.

Assevera que não faz jus o obreiro a tal parcela sobre a jornada entre 5h e 6h da manhã, considerando que a jornada trabalhada é do **tipo MISTA,** iniciando no horário noturno para culminar com o encerramento em horário diurno novamente, não se tratando de prorrogação.

Alega ainda que conforme estabelecido em acordo coletivo (cláusula 29ª do ACT Nacional), aos trabalhadores da reclamada as horas extras são remuneradas com os adicionais legais, quais sejam, 50% e 100%.

Analiso.

ADICIONAIS SOBRE O ADICIONAL NOTURNO E BASE DE CÁLCULO

Acerca do tema a OJ 259 da SDI do TST dispõe que:

ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO (inserida em 27.09.2002)

O adicional de periculosidade deve compor a base de cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco.

Nos termos do art. 7º, inciso XXIII, da CF, os adicionais de periculosidade e penosidade possuem natureza salarial e por essa razão integram a remuneração para todos os efeitos legais.

Infere-se a partir da análise das fichas financeiras de ID. 367ff6a que o adicional noturno pago não incidiu sobre os adicionais de periculosidade e penosidade.

Ademais, ao afirmar o pagamento correto das verbas a reclamada atraiu para si o ônus da prova, nos termos do art. 818 da CLT e 373, do CPC, do qual não se desvencilhou satisfatoriamente. Dessa forma, deve ser mantida a condenação relativa a inclusão do

adicional de periculosidade e penosidade no cálculo do adicional noturno, devendo ser pagas ao reclamante as diferenças que não foram atingidas pela prescrição e dada a sua natureza salarial são devidos os reflexos sobre repercussões em RSRs, 13º salário, férias com 1/3 ou adicional superior (desde que comprovado nos autos) e FGTS 8%.

ADICIONAL NOTURNO - PRORROGAÇÃO DA JORNADA

Em relação a não incidência do adicional noturno sobre a prorrogação de jornada não assiste ao recorrente, uma vez que a jurisprudência é pacifica no sentido de que é devido o adicional noturno sobre o trabalho prestado durante o dia, em prorrogação ou em continuidade ao trabalho prestado integralmente ou de forma majoritária no período noturno. No caso, restou incontroverso nos autos que a reclamada não contabilizava a prorrogação como hora noturna. Mantenho a sentença nesse ponto.

Muito embora o trabalho noturno se verifique apenas no horário das 22:00 às 05:00, as horas laboradas posteriormente a este horário merecem, também, ser remuneradas com o adicional de 20%.

Como se sabe, o trabalho noturno se mostra muito mais penoso que o diurno, situação que se agrava se o trabalhador ainda prorroga a sua jornada noturna para além das 05:00 da manhã, numa continuidade do labor noturno.

Para reforçar o entendimento aqui esposado, insiro decisões de nossas Cortes Superiores sobre o tema.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA EM PERÍODO DIURNO. Evidenciada a possível contrariedade à Súmula n. 60 , II, do TST, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de Instrumento conhecido e provido. B) RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA EM PERÍODO DIURNO. Na forma preconizada na Súmula n. 60, II, do TST, cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST - RR: 1110372155020031, Relator: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 08/082018, 8º Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018)

RECURSO DE REVISTA. JORNADA MISTA. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO NO PERÍODO DIURNO. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, cumprida a jornada de trabalho no período noturno, porém com encerramento no período dito diurno, o tempo despendido após as 5 horas deve ser considerado como mera extensão do turno noturno, uma vez que, nessas condições, o trabalhador continua a sofrer os mesmos desgastes que estava antes submetido, ainda que se trate de jornada mista. Nesse contexto,conforme a Súmula n. 60 , II do TST, as horas trabalhadas em prorrogação da jornada noturno devem ser remuneradas com o adiciona noturno. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido (TST - RR : 12295920115050029, Relator : Walmir Oliveira da Costa , Data de Julgamento : 13/03/2019, 1ª Turma, Data de Publicação : DEJT: 15/03/2019)

DIVISOR

Em relação ao divisor aplicável na apuração das horas extras o art. 64 da CLT estabelece como regra geral que o valor do salário-hora normal será obtido mediante a divisão do salário mensal correspondente à duração do trabalho por trinta vezes o número de horas dessa duração, observado o limite do art. 7º, XIII da CF/88. Aos empregados que obtenham a redução da duração semanal do trabalho o divisor deve ser definido considerando o número de dias úteis da semana, ainda que não trabalhados. No caso dos autos, não há razão para aplicação do divisor 220, devendo ser mantido o divisor 192 nos cálculos de liquidação, na forma estabelecida na sentença.

Por estes fundamentos, conheço do recurso da Reclamada e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a sentença em todos os seus termos.

(...)'

A Lei 13.015/2014 impõe a observância de requisitos específicos para o conhecimento do recurso de revista.

No presente caso, a parte recorrente não cumpriu com a nova regra contida na legislação consolidada e, desta forma, inviável a análise do presente recurso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida (Orientação Jurisprudencial SBDI-I nº 259 do TST), nos termos do art. 896,§ 1º-A, III da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001632-95.2017.5.11.0014

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

ADVOGADO	GESSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO(OAB: 8522/AM)
RECORRIDO	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS
Recorrido(a)(s):	1.ANTÔNIO MARCOS GOMES DA SILVA
Advogado(a)(s):	1.DANIEL FÉLIX DA SILVA (exclusividade - id. 2e34717)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 09cc432) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 540fa90; recurso apresentado em 13/08/2019 - id. a0c84a4).

Regular a representação processual (id. 09cc432).

Satisfeito o preparo (ids. 1c07b6a, d25f987, 73b9068 e a00007f).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil de 1973;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
-ADC n. 16 do Supremo Tribunal Federal.

Sustenta que apretensão da reclamante de responsabilização subsidiária da 2ª Reclamada, ora recorrente,encontra óbice direto no art. 71, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e Súmula 331 do C. TST. Alega, ainda, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar a omissão da recorrente na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 1c07b6a):

'(...)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Não vislumbro violação do art. 37, II, da CF ou qualquer outro preceito legal, tampouco negativa da garantia constitucional prevista no art. 5º, II e LV, da CF, sendo o direito sumulado a interpretação da Lei citada pela recorrente. Destaco que sendo esse entendimento resultado das reiteradas decisões da Corte Superior, e não lei em sentido estrito, não há que se falar em inconstitucionalidade.

Na ADC nº 16 foi reconhecida a constitucionalidade do Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição pelo Egrégio STF.

Naquele julgado, o STF firmou o entendimento de que para a condenação subsidiária da reclamada é necessária a efetiva comprovação da culpa *in vigilando*, e nisto, foi revista a Súmula 331 do TST e ementada de modo a refletir o que fora decidido pelo Tribunal Constitucional.

Neste voto, a aplicação da Súmula nº 331 não incorre em declaração de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato da norma contida no Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 e violação da Súmula Vinculante nº 10, STF (Cláusula de reserva de plenário), isto porque, a Súmula nº 331, TST simplesmente reflete em um texto sucinto o conteúdo da decisão do STF naquela ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade).

A respeito da Súmula nº 331, IV e V, eis o seu teor:
'SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27,30 e 31.5.2011.
(...)
IV- O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.'
Por fim, do ponto de vista teórico, o julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931/DF pacificou o entendimento de que a transferência não será automática, mas depende de culpa na fiscalização das obrigações contratuais do prestador de serviços e, foi além, definindo com clareza de quem seria o ônus de provar a falta de fiscalização do contrato, na oportunidade, o ônus foi incumbido ao autor por se tratar de fato constitutivo de seu direito.
Assim sendo, impõe-se verificar se houve omissão culposa do ente público na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço como empregador.
A preposta da litisconsorte confessa que: 'Que houve fiscalização apenas dos serviços executados pelos funcionários da reclamada; que a litisconsorte não fiscaliza os funcionários e as questões administrativas relativas aos mesmos como existência de cartão de ponto, FGTS e INSS'.
Ora, a confissão da preposta da litisconsorte é fato suficiente para concluir que a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA não fiscalizou a satisfação das obrigações trabalhistas da reclamada D5 ASSESSORIAS E SERVIÇOS EIRELI - EPP, razão pela qual, caracterizada está a sua culpa in vigilando, com a consequente condenação ao pagamento subsidiário das verbas trabalhistas oriundas deste acórdão.
A extensão da condenação, nos termos da Súmula nº 331, VI, TST abrange todas as verbas trabalhistas objeto da condenação da reclamada principal, com exceção de obrigações de fazer.
Por estes fundamentos, conheço do recurso do reclamante e, no mérito, **concedo provimento** ao recurso do reclamante para deferir 40 minutos extras com adicional de 50% mais reflexos conforme pedido na inicial a serem suportados pela sua ex-empregadora e subsidiariamente pela tomadora AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA.
(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada e, em consequência, também o tema relativo ao ônus da prova, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
Não se viabiliza o recurso de revista no tocante à responsabilidade subsidiária, pois a parte recorrente **transcreveu o teor quase integral do acórdão dentro do tópico recorrido,** o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. Nesse sentidosão os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR:

109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000286-33.2017.5.11.0201

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	JOSE HENRIQUE MARTINS DA SILVA
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE HENRIQUE MARTINS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	JOSÉ HENRIQUE MARTINS DA SILVA
Advogado(a)(s):	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (AM - 3889)
Recorrido(a)(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id.294036e ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 3a4ddca).

Regular a representação processual (id. 3ddab0a).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 1bce439), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Prescrição.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 51;item II da Súmula nº 275;Súmula nº 294;Súmula nº 452 do Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso VI do artigo 7º;inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.

- violação da (o)§2º do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho; §3º do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 11 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 444 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho; caput do artigo 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

O recorrente relata que este Regionalrejeitou a preliminar de nulidade da sentença de 1º grau, para no mérito declarar a prescrição quinquenal da ação, devendo ser extinta com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. II, do CPC de 2015, conforme entendimento contido na Súmula 275, II, do C. TST.

Sustenta quea aplicação daSúmula 51, II, do TST eda Súmula 275, II,do TST, ficam afastadaspela cláusula 5ª, item 'II', parágrafo único e letra 'f' do Termo Aditivo ao Acordo Coletivode Trabalho Nacional referente ao biênio 2010/2011.

Argumenta, assim, que o v. acórdão,ao ignoraro Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho Nacional referente ao biênio 2010/2011,viola literalmente o 'caput' do artigo 611-A da CLT.

Requer a reforma do v. acórdão, para que seja julgada totalmente procedente a reclamatória trabalhista.

Consta no v. acórdão (id. 15234af):

'(...)

PRESCRIÇÃO TOTAL. REENQUADRAMENTO.

Em sede recursal (ID. a79021b), o Autor assevera que, por buscar diferenças salariais decorrentes da inobservância de critérios de promoção previstos em Plano de Cargos e Salários criado pela Ré, a prescrição aplicável seria a parcial, e, não a total, nos moldes das Súmulas nº 294 e 452 do TST.

A sentença posicionou-se desta maneira a respeito da prescrição total (ID 1bce439):

'A relação jurídico-trabalhista gera para as partes contratantes deveres e direitos recíprocos, aparecendo o tempo como um dos fatores de criação e extinção desses mesmo direitos. Para imprimir segurança às partes e à relação implementada, o ordenamento jurídico estabelece um prazo para que a parte que sofrer violação no seu direito, busque a reparação. Não exercida a pretensão de reparação dentro do prazo, a situação que se estabeleceu se solidifica. Assim é a prescrição, que é a extinção da pretensão pelo não exercício do direito de agir, sobrevivendo o direito material.

No caso das relações de trabalho, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a prescrição do direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho em seu art. 7, inciso XXIX. É certo que a pretensão de reparação do titular nasce com a violação do direito. Nesse diapasão, o direito para se obter a reparação do dano causado nasce da ciência da lesão, pois até então não se havia falar em violação.

Seguindo a diretriz acima traçada, é imperioso concluir, a meu sentir, que se operou a prescrição do direito de ação do autor em obter reenquadramento funcional fundado na implantação do PCR ano de 2010, lembrando, como bem alertado pela ré, que o tipo processual adotado foi o de exigir da empregadora o cumprimento de obrigação de fazer. É inequívoco que cuidamos de ato único do empregador, alterando o pactuado, com respeito a direito trabalhista, não amparado por dispositivo de lei, mas sim em norma interna da empresa apresentando-se a implantação do PCR o marco inicial da contagem do prazo prescricional.

Não cuidamos de diferenças salariais oriundas de inobservância de promoções definidas no PCR, mas, como dito do próprio enquadramento., devendo, por isso, ser afastada a Súmula 452 do C. TST.

Na prescrição total o obreiro tem o prazo de 5 anos para demandar em juízo contra o seu empregador, a contar do ato único por ele produzido, no caso dos autos a implantação do PCR. Uma vez que o autor busca o seu correto enquadramento e desde a implantação do PCR de 2010, é inegável que o direito de ação está fulminado pela prescrição total. De acordo com as Súmulas 275, II, 294 do C. TST, em caso de reenquadramento aplica-se a prescrição total, quando em vigor o contrato de trabalho., contada da data do enquadramento.

Neste sentido a Súmula 275 do C TST : PRESCRIÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO E REENQUADRAMENTO. I - Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. II - Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.'.

Súmula 294 do TST: 'PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. TRABALHADOR URBANO. Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente da alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei'

A prescrição quinquenal, segundo a CR/88, alcança os créditos resultantes das relações de trabalho anteriores a cinco anos do ajuizamento da Ação. Dessa forma, considerando que a presente ação foi movimentada em 13.03.2017, ACOLHO a prescrição levantada pela ré para declarar prescrito o direito de ação do autor para obter o correto enquadramento funcional, eis que merecida a prescrição total.

É preciso dizer que , muito embora o autor mencione as regras de promoção previstas no PCR, a sua pretensão a estas diferenças não se refere, sendo certo que o seu pedido está calçado no reenquadramento, que, como dito, está prescrito.

Declaro o autor beneficiário da gratuidade na busca da tutela jurisdicional. Defere-se a gratuidade da justiça, vez que preenchidos os requisitos do art. 790, §3º da CLT, sendo certo que a declaração de miserabilidade pode ser efetuada a qualquer tempo na própria petição inicial, sem necessidade de poderes especiais para tal finalidade, conforme pacificado pelo TST nas OJ´s 269 e 331 da SDI-I, não havendo sequer a necessidade de firmar compromisso, lembrando o exposto alhures, no sentido de que, como a ação foi movimentada sob o rigor normativo anterior à reforma, entendo por aplicar suas regras.

DECISÃO:

EX POSITIS, E O MAIS QUE DOS AUTOS CONSTE, DECIDE A MM. VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU:

I - ACOLHER A PRESCRIÇÃO PARA DECLARAR PRESCRITO O DIREITO DE AÇÃO DO AUTOR CONTRA A RECLAMADA JOSÉ HENRIQUE MARTINS DA SILVA AMAZONAS EXTINGUINDO O FEITO COM JULGAMENTO DODISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 487, II DO CPC;'

Não merece reparos a decisão proferida. De fato, a pretensão aos

pleitos da inicial encontra-se fulminada pela prescrição total.

Isso porque, o Reclamante postula diferenças salariais por defender que a Reclamada, ao proceder com seu enquadramento, no ano de 2010, com base no novo PCR, teria desconsiderado eventual tempo de serviço prestado sob a égide do PCCS anterior.

Com efeito, encontra-se indene de dúvidas que a pretensão do Autor se direciona ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do pleito de reenquadramento, consonante descrito em seus pedidos na inicial (ID. f2d79c2 - Pág. 22), a saber:

*(...) I - A condenação da Reclamada, em obrigação de fazer, a fim de que proceda ao **reenquadramento** de conformidade com seu tempo de serviço, habilidades e competências já adquiridos e reconhecidos no PCCS/97, de modo que o(a) Reclamante seja transposto para o PCR, no mesmo nível de complexidade alcançado até novembro. de 2010, ou seja, nível de complexidade H - II, e na faixa salarial correspondente aos steps alcançados na carreira, qual seja nível 60 - Profissional de Nível Fundamental, conforme tabela anexa, inclusive progressão salarial através dos méritos apurados no SGD, de modo proporcional e percentual, como fundamentado e exemplificado acima, determinandos e a aplicação de astreinte, a ser fixada e aplicada por este Juízo na hipótese de inadimplemento da obrigação.*

II - A condenação da Reclamada ao pagamento das diferenças salariais de forma retroativa ao mês de janeiro de 2011.

*III - A condenação da Reclamada ao pagamento das **diferenças consectárias** em todas as parcelas que do salário dependem, exemplificativamente, como as repercussões em férias com 1/3 e gratificação de férias, décimos terceiros salários, FGTS, horas extras e de sobreaviso, adicionais de periculosidade, participações nos lucros e resultados, abono salarial, anuênio e todas as demais parcelas cujo pagamento seja efetuado considerando o salário base, tudo em parcelas vencidas e vincendas. (...)[[grifos atuais]*

A par disso, resta despicienda a argumentação do Recorrente (ID. a79021b - Pág. 14) de que busca o pagamento de diferenças salariais por eventual inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em PCR, o que, conforme acima visto, não é o caso dos autos.

No ponto, esclareça-se que não há como se acolher a ilógica tese de que o enquadramento do Autor realizado com base nas regras do novo PCR, cuja adesão ocorreu em 2010, teria violado as regras do plano de cargos e salários anterior de 1997, fato este que representaria clara afronta ao Enunciado nº 51 do TST.

Assim, a despeito do alegado pelo Recorrente, afasta-se a incidência da Súmula 452, TST, já que não busca, o Autor, o pagamento de diferenças salariais por eventual inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em PCR, conforme acima visto.

Dito isto, como o ajuizamento da presente ação ocorreu em 09/03/2017, para o fim de discutir pretenso direito a diferenças salariais originadas de **reenquadramento** supostamente implantado de modo equivocado pela Ré, e aderido pelo Autor em 12/2010, de fato, resta configurada a prescrição total, nos moldes do item II da súmula nº 275 do TST.

***Súmula nº 275 do TST. PRESCRIÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO E REENQUADRAMENTO** (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 144 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005*

I - Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. (ex-Súmula nº 275 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

***II - Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.** (ex-OJ nº 144 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998) (g.a)*

Em casos análogos, a jurisprudência do TST possui o mesmo entendimento, a saber:

***AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO TOTAL. SÚMULA 275, II/TST .**Nos termos do item II da Súmula 275/TST, 'em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado'. No caso, a reclamação trabalhista só foi ajuizada em 24/06/2015, mais de cinco anos após o enquadramento (05/2010), razão pela qual incide a lâmina prescritiva. Agravo de instrumento desprovido. (TST - AIRR: 9430920155080110, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 15/02/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/02/2017)*

*(...) **AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMISSIBILIDADE. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO TOTAL**. Viabiliza-se o processamento do recurso de revista diante da configuração de contrariedade à Súmula n.º 275, II, desta Corte superior. Agravo de instrumento conhecido e provido. **RECURSO DE REVISTA. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO TOTAL. SÚMULA N.º 275, ITEM II, DESTE TRIBUNAL SUPERIOR.** Uma vez consignado pelo Tribunal Regional que as diferenças salariais pleiteadas pela reclamante resultam de típica pretensão de reenquadramento, porque não caracterizado o desvio funcional, afigura-se correta a incidência, no caso concreto, do entendimento jurisprudencial consubstanciado no item II da Súmula n.º 275 desta Corte superior, cujo teor é no sentido de ser total a prescrição incidente sobre a pretensão de percepção de diferenças salariais, tendo-se como marco inicial a data em que se deu o enquadramento do empregado. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR:*

173408420055010015, Relator: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 02/04/2014, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/04/2014)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO TOTAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INTERRUPÇÃO/SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*A decisão do Tribunal Regional, no que mantém a pronúncia da prescrição total em razão da pretensão de diferenças salariais pelo enquadramento indevido ocorrido em 1974, encontra-se em perfeita harmonia com os termos das Súmulas 294 e 275, II, do TST. A existência de procedimento administrativo não tem o condão de suspender o prazo prescricional. Incidência da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento não provido. (TST - AIRR: 1354402020075100001 135440-20.2007.5.10.0001, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 04/09/2013, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/09/2013)*

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. SÚMULA N.º 275, II, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *1. - Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado- (Súmula n.º 275, II, do TST). 2. De outro lado, o artigo 7º, XXIX, da Constituição da República prevê o prazo prescricional de cinco anos no tocante aos créditos oriundos de litígios trabalhistas, observado - o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho -. 3. Verifica-se, na hipótese, que os prazos prescricionais previstos no texto constitucional foram observados, uma vez que a ação foi ajuizada em 28/8/1995 - dentro do prazo de cinco anos, contado da data do reenquadramento do obreiro, ocorrido em 1º/7/1991 -, além de observado o limite constitucional de dois anos, considerando a data em que se operou a extinção do vínculo empregatício (20/10/1994). 4. Recurso de embargos conhecido e provido para restabelecer o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional. (TST - E-ED-RR: 7353700682003504 7353700-68.2003.5.04.0900, Relator: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 03/05/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 18/05/2012)(...)*

Por consequente, acertada a pronúncia da prescrição total, nos termos da Súmula nº 275, II, do TST, porquanto, a questão discutida refere-se a reenquadramento, e não sobre eventual inobservância de critérios de promoção previstos em PCR, como busca fazer crer o Autor.

Por outro lado, vale gizar ser inaplicável a exceção prevista na parte final de Súmula nº 294 do TST, pois a parcela almejada pelo Reclamante não se encontra assegurada por preceito de lei, decorrendo única e exclusivamente de Acordo Coletivo de Trabalho (ID. 69d891e).

Não é outro o entendimento do colendo TST, a seguir:

(...) ***RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. BANCO DO BRASIL. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS PELA SUPRESSÃO DE ANUÊNIOS.*** *A Turma registrou que os anuênios foram suprimidos por meio de acordo coletivo a partir de setembro de 1999 e que a reclamação trabalhista foi proposta em 25.4.2008, além dos cinco anos de que trata o art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Concluiu que, se a parcela não estava assegurada por preceito de lei, mas por força do contrato de trabalho, incidia a diretriz da primeira parte da Súmula 294 do TST. Diante desse contexto, não é possível entender que a declaração de incidência da prescrição total tenha acarretado a contrariedade à Súmula 294 do TST, encontrando-se a decisão da Turma em conformidade com o verbete sumular. Aplicação da parte final do art. 894, II, da CLT. Recurso de embargos não conhecido.*

PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO DOS INTERSTÍCIOS PARA A PROMOÇÃO PREVISTOS EM NORMA COLETIVA. SÚMULA 294 DO TST.*Nos termos da jurisprudência desta Subseção Especializada em Dissídios Individuais, é total a prescrição da pretensão relativa às diferenças salariais decorrentes de alteração contratual procedida pelo Banco do Brasil, a qual estabeleceu a redução dos percentuais incidentes sobre as promoções previstos anteriormente em norma coletiva. Trata-se de parcela não amparada em preceito de lei a atrair o entendimento consagrado na parte final da Súmula 294 do TST, considerando que a alteração contratual ocorreu em 1997 e a presente reclamação foi ajuizada em 25/4/2008. Decisão recorrida em conformidade com a Súmula 294 do TST, a inviabilizar o conhecimento do apelo, na forma do art. 894, II, parte final, da CLT. Recurso de embargos não conhecido. (TST - E-ED-RR: 1168900292008509 1168900-*29.2008.5.09.0015, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 28/02/2013, ***Subseção I Especializada em Dissídios Individuais,*** Data de Publicação: DEJT 08/03/2013)

RECURSO DE REVISTA. NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. IMPLEMENTAÇÃO. ATO ÚNICO DO EMPREGADOR. PRESCRIÇÃO. *Conforme entendimento consolidado no âmbito desta Corte, a exceção prevista na parte final da Súmula nº 294 do TST* ***se relaciona à parcela assegurada de forma direta e específica por dispositivo constitucional ou legal, não alcançando a hipótese em que a pretensão é reflexo de alteração contratual.****O ajuizamento da reclamação após o transcurso de cinco anos, contados da alteração contratual que instituiu o novo plano de cargos e salários, chancela o estado de fato, consolidado pela inércia do interessado. Precedentes. Recurso*

de revista conhecido e provido. (TST - RR: 1944220125070007, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 29/10/2014, 3ª Turma,Data de Publicação: DEJT 31/10/2014) (...)

Diante do exposto, impõe-se manter inalterada a sentença recorrida, que acolheu a prejudicial de prescrição total, negando-se provimento ao apelo do Reclamante.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão,** como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 106956620155180129, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 13/02/2019, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019; TST - AIRR: 110606620175030033, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 18/12/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/01/2019; TST - AIRR: 101957120155030111, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002090-82.2016.5.11.0003

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	ROGERS RICARDO LEITE LEAO
ADVOGADO	BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE(OAB: 7515/AM)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERS RICARDO LEITE LEAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	ROGER'S RICARDO LEITE LEÃO
Advogado(a)(s):	BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (AM - 7515)
Recorrido(a)(s):	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Advogado(a)(s): SYLVIO GARCEZ JÚNIOR
(exclusividade - id. c46def1)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 7ad749f; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. c83d7de).

Regular a representação processual (id. 0066145).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. be64d2d), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Alteração Contratual ou das Condições de Trabalho/Acúmulo de Função.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Salário por Acúmulo de Cargo / Função.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Diferenças por Desvio de Função.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LV do artigo 5º; §3º do artigo 170 da Constituição Federal.
- violação da (o)parágrafo único do artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho;alínea 'a' do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigos 157, 421 e 884 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

Orecorrente insurge-se contra o v. acórdão que julgou improcedente as diferenças salariais pleiteadas em decorrência de acúmulo e desvio de função.

Sustenta que houve equívoco da Turma na análise e valoração das provas presentes nos autos, haja vista que tais provas demonstram o alegado acúmulo de função,pois,'*desde o início de seu labor em 2008, o Reclamante, apesar de ser técnico administrativo de nível médio, realiza atividades de nível superior em acúmulo de função, executando tarefas especializadas de administradores, economistas, consultores, analistas.'.*

Alega ainda que, apesar de ter sido promovido para a categoria 'Pleno' de seu cargo de Técnico de Administração e Controle, *'o Reclamante executa tarefas do técnico administrativo sênior em desvio de função, pois executa atribuições de planejamento e assessoramento.'.*

Consta no v. acórdão (id. 51db342):

'(...)

ACÚMULO E DESVIO DE FUNÇÕES.

Em suas razões recursais, pugna o Autor pelo deferimento das diferenças salariais em razão de acúmulo e desvio de funções. Alega, em síntese, que além das funções para as quais foi contratado, acumulava as atividades de Controller, Economista, Consultor e Analista, bem como exercia, de forma simultânea, a função de Técnico Sênior, em flagrante desvio de função (ID. 208b710)

O Juízo a quo julgou improcedente a demanda, nos seguintes termos (ID be64d2d):

a) Acúmulo e desvio de função

Narra a reclamante que ingressou na Reclamada por meio de concurso em 11/2008, como Técnico de Administração e Controle, encontrando-se na titulação Pleno desde 07/2012. Ocorre que desde o início na reclamada, realiza as atividades de controller, economista, consultor e analista em acúmulo de função e de forma simultânea com a de técnico sênior em desvio de função, beneficiando-se mensalmente em R$8.654,00 pelo desvio e em R$11.645,18, pelo acúmulo. Pelo exposto, pugna pela diferença salarial de todo o período imprescrito e pelo reenquadramento no nível equivalente de Técnico Sênior.

A reclamada contesta os pleitos da inicial, arguindo que o autor nunca desempenhou funções distintas das que sua função exigia e que é inconstitucional todo provimento que propicie ao servidor investir-se em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, nos termos da Súmula 685 do TST.

Assim, passo à análise dos autos.

Registre-se inicialmente que a reclamante possui plano de cargos e salários e que o autor vem sendo regularmente promovido dentro das especificações por ele estabelecida.

No que tange ao acúmulo alegado, á luz da prova oral produzida, e dos demais elementos de prova juntados aos autos, notadamente o plano de cargos e salários de nível médio, conforme id ba29485 - pág. 2 e 3, constato que o autor confunde as atividades por ele realizadas com as atividades desempenhadas no seu setor todo, e, como afirmado pelas próprias testemunhas, Sr. Jabes e Sr. Marcelo, ele apenas geria e executava o orçamento, sendo que se precisasse de alguma verba para pagar um fornecedor, tinha de pedir através do SST, para a gerência da área que é quem libera o valor. Ademais, segundo o depoimento específico da testemunha Sr. Marcelo, fica evidente que não existe a função de controller na reclamada e que o autor desempenhava as funções conforme o plano de cargos e salário, como Técnico de Administração e Controle Pleno.

O reclamante contratado como Técnico em Administração em Controle, exercia, segundo a sua capacidade as atividades para a

qual fora contratado, administração e controle.Somado a isso o fato de que as atividades de controller, economista, consultor e analista são típicas de nível superior em áreas específicas, formação esta que o autor não possui, uma vez que é formado em direito.
Registre-se também que o próprio autor afirma que em 2009, quando efetivamente começou a funcionar o seu posto de trabalho, foram chegando novos empregados que passaram a exercer as atividades antes exercidas pelo autor, como por exemplo a que ficou responsável pelo RH. Que em 2010 com o funcionamento do gasoduto chegaram mais 04/05 empregados, sendo que que uma pessoa ficou com a aquisição de materiais, a outra de serviços, uma outra como apoio ao RH, fiscalização dos contratos; que o depoente ficou com a controladoria, fundo rotativo e suporte ao gerente.
Ora o reclamante gerenciava o fundo de caixa no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) o que demonstra que não exercia a controladoria de custeio da unidade, apenas um fundo emergencial.
O que ocorreu foi que, segundo palavras da própria testemunha do autor: ' a que a gerência criou vários núcleos, como forma de dividir as atividades, dividindo entre os funcionários, sendo núcleo de controladoria, aquisição de bens e serviços e logística; que o depoente ficou em 2011 no núcleo de contoladoria e depois passou a trabalhar no núcleo de logística onde se adaptou melhor; que o reclamante também chegou a trabalhar no núcleo de aquisição; que na época que o depoente estava na controladoria, acredita que o reclamante desse apoio neste núcleo e foi para o núcleo de bens e serviços; que os demais funcionários que chegaram em 2012/2013 foram divididos entre os núcleos;'
Embora o reclamante fizesse o acompanhamento da gestão orçamentaria da sua unidade, por isso sua função era de Técnico em administração e controle, não fazia a gestão do orçamento, visto que sequer tinha conhecimento profissional na área. Patente que não houve desvio e principalmente acúmulo visto que as atividades eram divididas entre os empregados do setor.
Desta feita, concluo que o autor não se desincumbiu do ônus de provar que laborava em acúmulo e desvio de função, restando evidente, a este juízo, que todas as atividades que desempenhadas eram inerentes à sua função conforme plano de cargos e salários, pelo que julgo ***improcedente*** *o pleito.*

Pois bem.

Inicialmente, passa-se a analisar o pedido de desvio de função feito pelo Autor.

Nos termos do artigo 456, parágrafo único, da CLT, presume-se que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal. Ou seja, o labor prestado ao mesmo empregador, durante a jornada ordinária, no desempenho de tarefas afins à função exercida, não constitui fundamento ao direito de percepção de um *plus* salarial.

Não obstante, verificado abuso do exercício do *jus variandi* do empregador, entendido como os poderes que lhe são conferidos para organizar, controlar e fiscalizar seu empreendimento, deverá o Poder Judiciário, reconhecendo a ilegalidade, corrigir as distorções geradas pela situação anômala e determinar o pagamento de eventuais diferenças salariais, de modo a repelir a alteração contratual lesiva (art. 468 da CLT) e evitar o enriquecimento ilícito, previsto no art. 884 do Código Civil.

O desvio de função implica modificação, pelo empregador, das funções originariamente conferidas ao empregado, destinando-lhe atividades, em geral, mais qualificadas, sem a remuneração correspondente, o que é rechaçado nesta Especializada.

Passa-se, portanto, à analise da prova produzida, a respeito das atividades narradas como exercidas em desvio de função pelo trabalhador.

Na inicial, o Autor informou que 'o Reclamante, Técnico de Administração e Controle, Júnior até 06/2012 e após Técnico Pleno, sempre exerceu atribuições de Técnico Sênior (desvio de função)', além de pontuar que 'sempre realizou atividades de TÉCNICO SÊNIOR no tocante às atribuições de ASSESSORAR, PLANEJAR, AVALIAR, ORIENTAR E EXECUTAR e não somente as atribuições de TÉCNICO PLENO, quais sejam PROGRAMAR, ORIENTAR E EXECUTAR atividades de suporte administrativo' (ID. 0946ff4 - Págs.3/5).

O obreiro ainda trouxe aos autos o descritivo das funções alegadas (ID. ba29485 - Pág. 5), cujas diferenças limitam-se à questões de gestão das atividades dos técnicos. Em suma, enquanto o pleno executa, o sênior orienta a execução de tais tarefas.

Todavia, a prova testemunhal não socorreu ao obreiro.

A primeira testemunha por ele arrolada informou '*que foi contratado como técnico em administração Junior e atualmente é Pleno; que foi trabalhar assim que contratado, ou seja, na gerência denominada Coordenadoria de Conformidade; que nesta gerência* ***fazia atividades de expedientes administrativos, gestão de contratos, um período fazendo a controladoria de custeio da unidade*** *(no período 02/2011 a 11/2011)* ***que antes quem fazia era o reclamante;*** *que na função de controladoria de custeio, fazia as* ***atividades de controle de custos, mapear o que vai gastar, acompanhar o gastos, sinalizar para as áreas se o gasto esta sendo obedecido, basicamente'.***

Tais atividades refletem basicamente tarefas de execução, conforme registrado na descrição de cargos ao ID. ba29485 - Pág. 4, não havendo qualquer indício de que o Autor exercesse funções de gestão, como analisar sistemas de informações, orientar a elaboração de rotinas ou orientar a elaboração e controle de

orçamentos, tarefas inerentes ao técnico pleno.

No mesmo sentido, a segunda testemunha ouvida informou *' que **o reclamante fazia as atividades constantes no plano de cargos e salário, descrição dos cargos Nível Médio, referente o cargo de Técnico de Administração e controle Nível Pleno, constante dos autos e lidos pelo patrono da reclamada em audiência,** tendo afirmado a testemunha que tais atividades eram de controladores'* (ID. 5dcab97 - Pág. 4).

Ademais, os e-mails juntados pelo Autor demonstram o exercício, pelo obreiro, de tarefas inerentes à função contratada, como, por exemplo, elaborar relatórios (ID. 9a493a4 - Pág. 1), fazer o levantamento de materiais (ID. ee3cd84 - Pág. 4) e levantamento de verbas disponíveis para viagens (ID. 135dccf - Pág. 4), tarefas sem exigência de conhecimentos mais complexos ou de maiores responsabilidades do que aquelas inerentes à função contratada.

Logo, escorreita a decisão ao indeferir o pedido relativo ao alegado desvio de função e reflexos, razão pela qual **nega-se provimento** ao apelo, no ponto.

Com relação ao suposto acúmulo, o Autor narra na inicial que, embora ocupante do cargo de Técnico de Administração e Controle, desempenhava cumulativamente atividades diversas, como Controller, Economista, Consultor e Analista, inerentes a cargos de Nível Superior (ID. 0946ff4 - Págs. 2/5).

Entretanto, a prova produzida também não comprovou as alegações autorais no aspecto.

O primeiro depoente ouvido a rogo do obreiro, técnico pleno como o Autor, afirmou que que também trabalhou fazendo a controladoria de custeio de unidade, demonstrando se tratar de tarefas comuns à função para a qual o Autor foi contratado. Outrossim, a testemunha narrou que as tarefas exercidas na suposta função de controladoria, apenas fazia o acompanhamento/mapeamento dos custos das áreas da empresa, sem poderes acerca da liberação de valores, mas limitado a fazer solicitações neste sentido, senão vejamos (ID. 5dcab97 - Pág. 3)

(...) que trabalha para a reclamada desde 03/2010; que foi contratado como técnico em administração Junior e atualmente é Pleno; que foi trabalhar assim que contratado, ou seja, na gerência denominada Coordenadoria de Conformidade; **que nesta gerência fazia atividades de expedientes administrativos, gestão de contratos, um período fazendo a controladoria de custeio da unidade (no período 02/2011 a 11/2011) que antes quem fazia era o reclamante; que na função de controladoria de custeio, fazia as atividades de controle de custos, mapear o que vai gastar, acompanhar o gastos, sinalizar para as áreas se o gasto esta sendo obedecido, basicamente; que em 11/2011 deixou a controladorias, tendo retornado o reclamante; que não recorda se o reclamante chegou a treinar outro funcionário para a atividade;** que foi escolhido pelo gestor porque o depoente estava iniciando a faculdade de contabilidade e achou que tinha a ver, mas para quem está começando não dá porque precisa de muita experiência e muita vivência; **que recebeu excelente treinamento do reclamante para exercer esta atividade; que quando foi para o setor havia apenas o reclamante, o depoente e o Sr. João Lucio, técnico em administração;** que o gerente era o Sr. Ricardo Marques; que em 2012/2013 chegaram outros técnicos em administração; **que o reclamante gerenciava o fundo rotativo (dinheiro em caixa para pequenas contas); que o fundo era de R$5.000,00 mês; que a gerência criou vários núcleos, como forma de dividir as atividades, dividindo entre os funcionários, sendo núcleo de controladoria, aquisição de bens e serviços e logística;** que o depoente ficou em 2011 no núcleo de controladoria e depois passou a trabalhar no núcleo de logística onde se adaptou melhor; **que o reclamante também chegou a trabalhar no núcleo de aquisição; que na época que o depoente estava na controladoria, acredita que o reclamante desse apoio neste núcleo e foi para o núcleo de bens e serviços; que os demais funcionários que chegaram em 2012/2013 foram divididos entre os núcleos;** NADA MAIS. ÀS PERGUNTAS DO (A) ADVOGADO (A) DO (A) RECLAMANTE, RESPONDEU: que atualmente o depoente mudou de gerencia; que em 02/2016 a reclamada passou por uma reestruturação e o depoente passou a trabalhar na gerência de atendimento a transporte marítimo e continua no serviços de logística, fazendo gestão de contratos referente a este setor; que acredita que controller é um profissional que tem conhecimento para fazer a gestão orçamentária de uma unidade; que o reclamante continua fazendo atividade de controller; **que acredita que o Sr. Marcelo Almeida era Controller da área de Terminais; que o reclamante faz as seguintes atividades: gestão de orçamento, sendo que quando o depoente precisa de alguma verba para pagar um fornecedor ele pede do reclamante que encaminha o pedido através do SST, para a gerência da área, direcionada para a gestão do orçamento, sendo ela quem libera o valor; que a Sra. Lyvia Patrícia era técnica em administração e não sabe dizer se ela foi treinada ou exercia a atividade de controller; que acredita que o função de controller deveria ser exercida por funcionário de nível superior;** NADA MAIS. ÀS PERGUNTAS DO(A) ADVOGADO(A) DO(A) RECLAMADO(A), RESPONDEU: **que acredita que Marcelo Almeida era de nível superior;** NADA MAIS. (grifou-se)

No mesmo sentido, a segunda testemunha indicada pelo Reclamante afirmou que não existe a função de controller na reclamada, o que é confirmado pela análise do Plano de Cargos

acostado pelo Reclamante (ID: ba29485; ID. d6dc884), além de pontuar tarefas muito mais complexas por ele exercidas e não pelo Reclamante, como remanejamento de verbas, reclassificação contábeis, pacotes mensais de justificativa de desvios, a saber (ID. 5dcab97 - Pág. 3):

(...) que trabalha na reclamada desde 01/08/2007; **que foi contratado como Contador; que possui nível Superior em Contabilidade;** que inicialmente trabalhou no setor denominado ACONTE - Acompanhamento e controle, de toda a região norte, sendo responsável pela Diretoria de Terminais Aquaviários; que com a criação do Diretoria de Gás natural também foi criada uma ACONTE; **que exercia a atividade de controladoria, acompanhamento dos custos e projetos; que o controller do setor de Gás Natural; ; que não existe a função de controller na reclamada apenas atividades; que não treinou o reclamante; que também não recebeu treinamento; que o depoente fazia as seguintes atividades: elaboração do orçamento operacional da unicidade, acompanhamento mensal, remanejamento de verbas, acompanhamento de projetos, reclassificação contábeis, e pacotes mensais de justificativa de desvios, na receita e custeio, inventário de materiais e mobilizados; que fazia projeção de custos de clientes; que no momento do concurso a vaga para controller era de contador, mas acredita que a necessidade era para economista; que quando juntou as duas gerência somente o depoente continuou fazendo, e o depoente foi tratar de assuntos tributários, inventários, e outras demandas; que sempre foi o reclamante que trabalhou na controladoria,** com exceção do período de férias; que desconhece que o Sr. Jabes tenha sido controlador, porque trabalham em gerencias diferentes e somente tinham contato por telefone; **que quando tinha assuntos de controladoria era com o reclamante que tratava;** NADA MAIS. ÀS PERGUNTAS DO (A) ADVOGADO (A) DO (A) RECLAMADO (A), RESPONDEU: que as controladorias eram independentes; que as estruturas se replicavam; **que não sabe dizer desde quando o reclamante é controller mas acredita que desde o começo; que não acompanhava a rotina de trabalho do reclamante; que o reclamante fazia as atividades constantes no plano de cargos e salário, descrição dos cargos Nivel Médio, referente o cargo de Tecnico de Administração e controle Nível Pleno, constante dos autos e lidos pelo patrono da reclamada em audiência, tendo afirmado a testemunha que tais atividades eram de controladores;** NADA MAIS. (grifou-se)

Ademais, a testemunha foi clara ao dispor que é Contador e que a atividade de controller diz respeito à pessoas com formação em contabilidade ou economia, diferente do Reclamante, que afirmou ser formado em direito. Além disso, o depoente em questão afirmou que não acompanhava a rotina do Reclamante, demonstrando certa fragilidade em suas alegações, além de pontuar que as atividades exercidas pelo obreiro eram aquelas dispostas no plano de cargos da Ré, inerentes à função contratada.

Outrossim, deve-se frisar que, embora haja, na Reclamada, controladorias, conforme apontam os documentos de ID. e14fe96; 465d790 e 162f43c, neles há o apontamento dos referidos responsáveis, sem qualquer menção ao Reclamante, com atribuições mais complexas que as do obreiro, como disposto pela primeira testemunha, acerca da Sra. Lyvia Patrícia.

Assim, conclui-se que as atribuições do Autor eram compatíveis com o cargo para o qual foi contratado, não se desincumbindo do ônus de provar o acúmulo de funções, em observância ao disposto no art. 818, da CLT, e 373, I, do CPC/2015.

Com efeito, o deferimento do acúmulo postulado exigiria uma concentração específica e significativa do conjunto de tarefas integrantes de outra função, sendo que o fortuito e acidental desempenho de alguma atividade de outro cargo não é capaz de, por si só, configurar acúmulo de funções, como pretende o obreiro.

Por assim dizer, o exercício de várias tarefas dentro da mesma jornada de trabalho não configura acúmulo de funções, máxime quando elas são compatíveis com as condições pessoais do empregado, conforme artigo 456, parágrafo único, da CLT.

Nesse caso, não estando presentes esses pressupostos, escorreita a decisão de piso que indeferiu o reconhecimento do acúmulo de função com o pagamento de plus salarial, bem como os seus reflexos, motivo pelo qual **nega-se provimento** ao apelo do Reclamante no item, para manter inalterada a sentença.

Ante a improcedência do pleito principal (desvio/acúmulo de função), não há que se falar em pagamento de reflexos ou indenização por danos morais pela suposta sobrecarga de trabalho ou alteração contratual lesiva, em observância à regra prevista no art. 92 do CC/02.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante

demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. Frise-se que os textos transcritos no apelo referem-se ao teor da sentença de mérito e não dos motivos e fundamentos adotados pela Turma, pelo que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000456-22.2019.5.11.0011

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)
RECORRIDO	JERFESON WALLACE GONCALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	FERDINANDO DESIDERI NETO(OAB: 7322/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON SECURITY LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	AMAZON SECURITY LTDA
Advogado(a)(s):	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA
Recorrido(a)(s):	JERFESON WALLACE GONÇALVES DE OLIVEIRA
Advogado(a)(s):	FERDINANDO DESIDERI NETO e OUTROS (AM - 7322)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 21/08/2019 - id. ac43364; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. e156f76).

Regular a representação processual (id. 76aa9e3, 91df464).

Satisfeito o preparo (ids. 0f6800d, 1cc00ee, 65c02fb e 59acdbf).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Salário Vencido / Retido.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)§7º do artigo 156 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigos 157 e 166 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recorrente insurge-se contra o v. acórdão, sustentando que fora condenada a pagar ao recorrido *'salários de um período que sequer o Reclamante prestou serviços, em virtude de estar sem o respectivo curso de reciclagem, condição esta sine quo non para prestação de serviços de vigilante armado, nos termos da referida legislação.'.*

Consta no v. acórdão (id. 5216619):

'(...)

NÃO REALIZAÇÃO DO CURSO DE RECICLAGEM. SUSPENSÃO CONTRATUAL. SALÁRIOS RETIDOS

A Reclamada insurge-se contra a decisão primária, alegando ter agido de boa fé ao suspender o contrato de trabalho do obreiro, já que a lei regulamentadora impede que o empregado exerça suas atividades, sem o curso de reciclagem. Alega que o autor teria perdido a habilitação para o exercício de sua profissão, o que, poderia, inclusive, ter ensejado seu desligamento por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT.

O juízo de piso entendeu ser inválida a forma de suspensão contratual, determinando o pagamento dos 3 meses de salários retidos, nos seguintes termos (ID. 0f6800d):

Dos salários retidos. Não realização de curso de reciclagem. Vigilante armado sem autorização da Polícia Federal

(...)

Como se vê, a questão não se revela de simples solução.

Se por um lado a reclamada cumpriu os ditames legais, ao não permitir que o autor exercesse a função contratada de forma precária, sob pena de sofrer graves sanções do poder público fiscalizador, por um outro lado a reclamada, ao deixar de pagar os salários ao autor sob o argumento do impedimento legal de prestação de serviços, acabou punindo-o em razão de uma pendência que ela mesma estava convicta de que ele não deu causa, e sim a academia de formação de vigilante contratada.

Ora, o salário é uma verba alimentar, essencial à mantença próprio do trabalhador e de sua família. Ao suspender o pagamento de salários, a reclamada privou o obreiro do direito de suprir às necessidades primordiais dele e dos dependentes.

Convém registrar que, embora a normatização pertinente proíba o exercício da atividade de vigilante quando pendente de renovação a autorização do Poder Público, não há qualquer proibição imposta à empresa de que, mesmo o trabalhador afastado, ela continue a pagar a verba alimentar, medida essa que a ré deveria lançar mão, já que restou evidenciado nos autos que o empregado foi prejudicado por ato de terceiro.

Se tomasse essa decisão, posteriormente a reclamada poderia ir à esfera judicial e acionar a prestadora pelo prejuízo econômico que experimentou, em virtude do pagamento de salários sem a contraprestação dos serviços.

Vale destacar ainda que a ré, ao afastar o obreiro de suas atividades (id. ab1e5ea), na realidade, aplicou-lhe a pena de suspensão ao obreiro por prazo indeterminado, haja vista que dependente de evento futuro e incerto, contrariando a disposição inserta no art. 474 da CLT .

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para o fim de condenar a reclamada a pagar ao autor a importância de R$4.641,33, corresponde a 3 (três) meses de salário. (...)

Analise-se.

Para fins de esclarecimento e melhor compreensão, urge salientar que alguns pontos restaram incontroversos no decorrer do deslinde processual.

A própria Reclamada confirmou, em sua peça contestatória (ID. 1125120 - Pág. 5), que a culpa, pela não conclusão do curso de reciclagem, foi atribuída de forma exclusiva à empresa responsável pela aplicação do curso, deixando bastante clara a diligência do obreiro em cumprir todas as obrigações que lhe eram impostas:

'Na realidade dos fatos, a Reclamada convocou o Reclamante para realizar o curso de Reciclagem em 24/08/2018, e assim o Reclamante o fez, ocorre que houve um problema por parte da empresa responsável pela realização da reciclagem, ***Grupo Protection, que extraviou a documentação do obreiro, o deixando em situação irregular, sem o curso de reciclagem,*** *não podendo assim, assumir posto algum de vigilante.'*

Aliado a isso, a Reclamada também confirmou não ter quitado os salários do autor, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019, alegando que se viu compelida a suspender o contrato, já que o obreiro não participou do curso, e que o fez com o intuito de evitar a demissão do obreiro.

Pois bem.

É indene de dúvidas o fato de que a Lei 7.102/83 estabelece, como condição indispensável ao exercício da profissão de vigilante, a submissão do profissional aos cursos de formação e reciclagem. Assim, caso não esteja em situação regular, não pode o empregado exercer suas funções.

No entanto, conforme se depreende das informações prestadas pela própria Ré, bem como da carta de convocação para realização do curso (ID. be39d0c), a empresa MANAUS PROTECTION, foi contratada pela Reclamada para ministrar o curso de reciclagem. Observa-se que a responsável pelo extravio do documento que impossibilitou a conclusão do curso do autor é uma prestadora de serviços contratada pela Recorrente, ou seja, o autor apenas se direcionou ao local indicado na convocação, munido de toda documentação necessária e realizando todos os procedimentos que lhe foram solicitados.

Assim, constatada ingerência por parte da empresa contratada, não é razoável que o empregador repasse os prejuízos da ação negligente de um terceiro para o seu empregado, prejudicando sobremaneira o trabalhador.

Ressalta-se que a alegação da empresa ré, de que teria suspendido o contrato do empregado, por uma benevolência da empresa, haja vista os excelentes serviços prestados pelo obreiro, não encontra qualquer respaldo jurídico e foge a

razoabilidade.

Isso porque, segundo rege a melhor doutrina trabalhista, a suspensão do contrato de trabalho, quando não configurada no interesse do empregado, deverá ocorrer somente nas hipóteses previstas em lei ou normas coletivas.

Ademais, importante ressaltar que, apesar de impedido de exercer a função de vigilante, o reclamante não estava impossibilitado de trabalhar em outra atividade, restando demonstrado que o próprio obreiro solicitou à empresa que o realocasse em função diversa, a fim de se evitar o afastamento. Portanto, desarrazoada e inoportuna a medida tomada pelo empregador.

Nesse sentido, diante do evidente prejuízo ocasionado ao empregado, aliado à ausência de qualquer previsão normativa que autorizasse a suspensão contratual, nos moldes em que se deu, tem-se por injustificável o inadimplemento dos salários pleiteados, não merecendo reparo a decisão primária.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao apelo da Reclamada mantendo a sentença de origem em todos os termos.

(...)'.

Prejudicada a análise da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0002221-73.2015.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	ARON PEREIRA WHIBBE(OAB: 2202/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO NONATO FERNANDES JUNIOR(OAB: 4878/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
RECORRIDO	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
- SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado(a)(s):	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS e OUTROS (AM - 7832)
Recorrido(a)(s):	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
Advogado(a)(s):	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. e49740f; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 678d347).

Regular a representação processual (id. 5e04a63).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 3e2ca5c), nos termos da

OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- contrariedade à NR 15, anexo14 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho.

O recorrente pugna pela reforma do acórdão, no que concerne ao grau de classificação da insalubridade presente em seu ambiente de trabalho. Argumenta que,*'como bem foi reconhecido na r. decisão, as atividades da recorrente se enquadravam na previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST. Contudo, a 1º Turma reduziu o percentual de insalubridade para 20% , em flagrante contrariedade ao item II da Sumula já citada'.*

Consta no v. acórdão (id. 0c7c7f4):

'(...)

Adicional de insalubridade

Busca a recorrente a reforma da sentença que deferiu o adicional de insalubridade com base em perícia técnica que identificou a exposição do reclamante a agentes biológicos durante a higienização de instalações sanitárias de uso público de grande circulação. Afirma que a faxina das diversas dependências da universidade, inclusive com a remoção de lixo e asseio de sanitários não se equipara à limpeza de tanques e galerias de esgoto, nem se confunde com a coleta de lixo de vias públicas, nos nos moldes requeridos pelo Anexo 14 da NR-15. Argui que as atividades da obreira também não se enquadram na definição contida no art. 3º, inc. I, alínea 'c' da Lei nº 11.445/07 e na Súmula nº 448, inc. II, do TST, o que inviabiliza o deferimento da parcela. Sustenta que a despeito do laudo pericial, o juiz não está vinculado às suas conclusões consoante o art. 436 do CPC, notadamente porque o exame não origina o direito, que nasce pelo fato do empregado trabalhar em condições insalubres. Destaca que disponibilizava os equipamentos de proteção individual à reclamante para eliminar o risco à sua saúde ou integridade física, nos termos do art. 194 da CLT. Caso mantida a condenação, em razão da liquidez da decisão, impugna os cálculos por não observar a evolução do salário mínimo e a proporcionalidade dos períodos de férias e afastamentos, resultando em indevida majoração do valor final. Por fim, opõe-se ao deferimento da verba honorária por ausentes os requisitos do art. 14 da Lei nº 5.584/70 e Súmulas nos 219 e 329 do TST.

A sentença acolheu integralmente o laudo pericial que qualificou a atividade como insalubre no grau máximo deferindo a parcela com repercussões em aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%) durante o período imprescrito (outubro/2011 a março/2015).

Segundo a vestibular, no exercício da função de serviços gerais, a reclamante tinha por atribuições a limpeza de banheiros com alta rotatividade de alunos, salas de aula, corredor, entre outros, manuseando vários tipos de produtos químicos, além de efetuar o recolhimento do lixo sem o fornecimento de EPIs. Entende que devido a essas condições, laborava em ambiente insalubre, nos termos do Anexo 14 da NR-15 e Súmula nº 448 do TST.

A reclamada rechaçou a pretensão arguindo que o manuseio de produtos químicos destinados à limpeza não possuíam alta concentração de agentes insalubres, muito menos expunham a laborante a qualquer contato sem a devida proteção. Quanto ao risco biológico, afirma que as atividades de limpeza e higienização da escola, incluindo banheiros, equiparam-se às realizadas em âmbitos residenciais, com contato esporádico.

A fim de esclarecer as questões técnicas que o caso envolve, foi determinada a realização de perícia, cujo laudo concluiu:

Face ao exposto, concluímos a existência de atividades insalubres, em grau máximo de 40%, em decorrência de que os métodos de trabalho desenvolvidos por esta reclamante lhes sujeitaram ao **manuseio e/ou exposição ao contato com agentes biológicos (secreções, odores e resíduos diversos) durante a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, conforme versa a Súmula nº 448 do TST.** Inexistindo insalubridade laboral, aos métodos de trabalho que foram desenvolvidos ao manuseio/manipulação com produtos químicos, conforme o entendimento e enquadramentos do anexo 11 e 13 da NR 15.

Segundo relatou a obreira ao perito, diariamente efetuava a higienização dos vasos sanitários, bancadas/pias, paredes, espelhos/vidraças, varrição/lavagens de pisos e recolhimentos de lixo dos coletores. Confirmou que fazia uso de EPIs (calçado de segurança tipo PVC e luvas de PVC/nitríllica), mas às vezes ocorria a indisponibilidade destes equipamentos, o que perdurava, no máximo, uma semana. Levando em conta a indisponibilidade dos equipamentos de proteção, o laudo concluiu que havia a exposição a agentes infectocontagiosos, conforme anexo 14 do NR - 15.

Na análise quantitativa, o expert registrou que a reclamante ficava de prontidão no 3º andar da faculdade realizando a limpeza e coleta de lixo do banheiro feminino dividido em 11 boxes, todos com vasos sanitários, despendendo, em média, três horas para a faxina do setor.

Como visto, o reconhecimento das condições insalubres residiu no fato da autora estar exposta a agentes biológicos, quando da ausência de EPIs, higienizar instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e coletar o lixo dos banheiros.
Para o efeito de deferimento da parcela exige a lei que as atividades funcionais, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham o empregado a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância (art. 189 da CLT); o enquadramento da atividade entre as insalubres constantes de quadro do Ministério do Trabalho e Emprego (arts. 190 e 192 da CLT e Súmula nº 448, item I, do TST); e a realização de perícia para identificar a insalubridade (art. 195 e § 2º da CLT).
Quanto à perícia, trata-se de prova que apresentou resultado francamente favorável à laborante, sobretudo porque ocorria de não serem disponibilizados os equipamentos de proteção individual durante a semana, o que expunha a autora a agente insalubres.
Relativamente ao enquadramento da atividade no rol do Ministério do Trabalho e Emprego, a situação sob análise tem previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST, que dispõe:
'A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar a limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano'.
Em complementação ao quadro normativo pertinente à matéria, o Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 descreve os agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde do empregado. Destaca como atividades que conferem insalubridade em grau máximo o trabalho ou operação em contato permanente com pacientes em isolamento por doença infectocontagiosa, bem como os objetos de seu uso não previamente esterelizados; carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas; esgotos; e lixo urbano (coleta e industrialização).
A toda evidência que o trabalho da autora na higienização de instalações sanitárias do banheiro de um único andar de uma universidade com 11 cabines, não se assemelha aos serviços de coleta de lixo urbano realizados por garis. O próprio verbete sumular transcrito também se refere a este tipo de atividade, que não guarda equivalência às funções da reclamante.
Embora a perícia tenha concluído pela existência de agente insalubre, percebe-se que o local avaliado não requeria contato com lixo urbano, em volume intenso e de todo o material, sendo razoável admitir que se tratava de resíduos de volume pequeno, com pouca variedade de material, na sua grande parte de papel. Portanto, não se tratava de lixo urbano.
Em verdade, o reconhecimento da insalubridade pelo perito pautou-se em período em que a obreira não dispunha de equipamentos de proteção, ou seja, durante uma semana, de ocorrência esporádica.
Assim, admitindo a prova técnica quanto à atividade da obreira ser considerada insalubre, mas divergindo apenas quanto ao grau, mantém-se o deferimento da parcela em termos de 20% salário mínimo (grau médio), observada a evolução do seu valor com reflexos em 13º salário, férias e FGTS.
(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
Não obstante, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeao item II da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.
Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.
Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.
ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000021-76.2018.5.11.0013

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	A. DO N. ROCHA - EPP
ADVOGADO	DANYEL DE ALENCAR GARAVITO(OAB: 5576/AM)
RECORRIDO	SANDRO PATRICIO DE MELO
ADVOGADO	GESIEL BARBOZA SANTOS(OAB: 1514/RR)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS
Recorrido(a)(s):	1.SANDRO PATRÍCIO DE MELO
Advogado(a)(s):	1.GESIEL BARBOZA SANTOS (RR - 1514)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 2e22b80) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. cc7ab2d; recurso apresentado em 15/08/2019 - id. 7cb13e1).

Regular a representação processual (id. 2e22b80).

Satisfeito o preparo (ids. 5c6a4ed, e1c046b - pág. 2 e e1c046b - pág. 1).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil de 1973;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
-ADC n. 16 do Supremo Tribunal Federal.

Sustenta que apretensão da reclamante de responsabilização subsidiária da 2ª Reclamada, ora recorrente,encontra óbice direto no art. 71, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e Súmula 331 do C. TST. Alega, ainda, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar a omissão da recorrente na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 57c269c):

'(...)

RECURSO DA RECLAMADA AMAZONAS ENERGIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Não vislumbro violação do art. 37, II, da CF ou qualquer outro preceito legal, tampouco negativa da garantia constitucional prevista no art. 5º, II e LV, da CF, sendo o direito sumulado a interpretação da Lei citada pela recorrente. Destaco que sendo esse entendimento resultado das reiteradas decisões da Corte Superior, e não lei em sentido estrito, não há que se falar em inconstitucionalidade.

Na ADC nº 16 foi reconhecida a constitucionalidade do Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição pelo Egrégio STF.

Naquele julgado, o STF firmou o entendimento de que para a condenação subsidiária da reclamada é necessária a efetiva comprovação da culpa *in vigilando*, e nisto, foi revista a Súmula 331 do TST e ementada de modo a refletir o que fora decidido pelo Tribunal Constitucional.

Neste voto, a aplicação da Súmula nº 331 não incorre em declaração de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato da norma contida no Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 e violação da Súmula Vinculante nº 10, STF (Cláusula de reserva de plenário), isto porque, a Súmula nº 331, TST simplesmente reflete em um texto sucinto o conteúdo da decisão do STF naquela ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade).

A respeito da Súmula nº 331, IV e V, eis o seu teor:

'SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27,30 e 31.5.2011.

(...)

IV- O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.'

Por fim, do ponto de vista teórico, o julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931/DF pacificou o entendimento de que a transferência não será automática, mas depende de culpa na fiscalização das obrigações contratuais do prestador de serviços e, foi além, definindo com clareza de quem seria o ônus de provar a falta de fiscalização do contrato, na oportunidade, o ônus foi incumbido ao autor por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

Assim sendo, impõe-se verificar se houve omissão culposa do ente público na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço como empregador.

No caso dos autos, foi juntado como prova da ausência de fiscalização do ente público em relação à reclamante seus extratos de recolhimentos de FGTS (ID 05fb741), os quais demonstram tanto o atraso contumaz no recolhimento dos depósitos do FGTS por longo tempo no contrato quanto a ausência de depósitos de FGTS, exemplificamente, a partir dos meses de junho e julho de 2016.

Os extratos de FGTS evidenciam que a reclamada vem atrasando o depósito dos FGTS mês a mês, bem como, consta que não houve o pagamento do FGTS de junho e julho de 2016.

Assim, o reclamante conseguiu se desincumbir do ônus de provar que a litisconsorte falhou com seu dever de fiscalização na medida em que não foram feitos os recolhimentos das verbas fundiárias.

A extensão da condenação, nos termos da Súmula nº 331, VI, TST abrange todas as verbas trabalhistas objeto da condenação da reclamada principal, com exceção de obrigações de fazer.

Por estes fundamentos, conheço do recurso do reclamante e da reclamada e, no mérito:

a) Concedo parcial provimento ao recurso da reclamada para julgar improcedente a indenização por danos morais;

b) Nego provimento ao recurso do reclamante.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada e, em consequência, também o tema relativo ao ônus da prova, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

No tocante à responsabilização subsidiária da recorrente,diante da premissa fática delineada no acórdão de que '*o reclamante conseguiu se desincumbir do ônus de provar que a litisconsorte falhou com seu dever de fiscalização* ',não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST),infere-se que o entendimento da Turma está em consonância comos itens IV e V daSúmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbrando, portanto, a alegada violação ao preceito sumular do C. TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001452-81.2018.5.11.0002

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	LUIZA DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ(OAB: 13568/AM)
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- LUIZA DE SOUZA PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.LUIZA DE SOUZA PEREIRA
Advogado(a)(s):	1.MARLY GOMES CAPOTE (EXCLUSIVIDADE) e OUTRO
Recorrido(a)(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 21/08/2019 - id. b7005df ; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 76c37d2).

Regular a representação processual (id. a29ce01).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 9245a0e), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Administração Pública.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 873 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

Orecorrente sustenta que '(...) listou diversos empregados que trabalhavam na mesma função que ele, e indicou que os mesmos foram transferidos para a nova empresa criada (a 2ª reclamada) sem qualquer concurso público e sem qualquer seleção.', mas que, por se tratar de empresa de economia mista, deveria ter o quadro preenchido por critérios objetivos de seleção, o que não ocorreu, pelo que entende violado o comando dos arts. 7º, XXX, e 37, da CF.

Aponta que é da reclamada o ônus de provar que as transferências obedeceram aos princípios constitucionais de regência da matéria, não sendo a homologação sindical suficiente para chancelar a violação constitucional.

Consta no v. acórdão (id. 8e9ef36):

'(...)

Recurso ordinário em condições de conhecimento, eis que atendidos os requisitos legais de admissibilidade.

Conforme relatado na exordial, a reclamante, inicialmente, foi admitida pela empresa MANAUS ENERGIA S/A, sucedida pela AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sua atual empregadora, e que esta, por sua vez, foi cindida em duas, passando a coexistir as empresas AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) e a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

A reclamante sustentou, ainda, que centenas de empregados foram transferidos para a nova empresa, AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), o que não foi seu caso, já que permaneceu vinculada à AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Ainda segundo a autora, não houve qualquer critério ou opção para a mudança de uma empresa para a outra, sendo que 'a empresa simplesmente escolheu a dedo quem mudaria de empresa', o que, no seu entender, violou os princípios da isonomia e impessoalidade (art. 37, caput, da CF/1988), já que passou a haver tratamento diferenciado entre os empregados das duas empresas, com nítida desvantagem para os empregados que remanesceram na empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Por fim, citou o fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, o que entendeu novamente ferir o princípio da isonomia, e que a venda da AmD em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem

dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista.

Por outro lado, as reclamadas, em contestação (IDs. 643e295 e d4e10e0), alegaram, em síntese, que, após deliberação da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da AmD, foi aprovada a transferência de 480 colaboradores para compor o quadro funcional inicial da AmGT, utilizando-se dos seguintes critérios:

'a) Somente poderá haver transferência se houve concordância do empregado;

b) Somente haverá transferência dos setor/atividade de 'geração', uma vez que esse fora o ramo 'desmembrado'/desverticalizado;

c) Excepcionalmente, também necessário pessoal de apoio administrativo (setor financeiro, contábil, jurídico, licitação), que foram distribuídos de maneira proporcional entre as empresas GT e AmE, de acordo com o volume de tarefas;

d) Foi fixado prazo para que os funcionários interessados requeressem a transferência.'

Informaram, ainda, que a reclamante está lotada no Departamento de Medição, que tem por finalidade promover à especificação, o dimensionamento, a fiscalização e a manutenção da conformidade do parque de medição destinado ao faturamento e ao intercâmbio de energia, bem como dos padrões de entrada de energia nos imóveis, observados os requisitos metrológicos, de segurança, de proteção à receita e de custos, e que tais atribuições não se relacionam com a atividade de geração de energia, motivo pela qual a reclamante não foi transferida de empresa, não havendo ato discriminatório algum, sobretudo porque não houve qualquer requerimento formal da reclamante para ser transferida à AmGT.

Sustentaram, ainda, que, por serem empresas distintas, não há como estender obrigações e direitos trabalhistas dos funcionários de uma para outra, caso do Programa de Demissão Consensual - PDC.

Por fim, argumentaram que o real motivo da presente reclamação é a busca da reclamante de fugir da privatização da sua empregadora AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, o que já não é mais possível, haja vista que a empresa foi privatizada em leilão ocorrido no último dia 10 de dezembro de 2018, esclarecendo que a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, até o momento, não demitiu e nem possui qualquer 'plano maquiavélico' de demitir empregados, sendo estes concursados ou sem concurso.

Vejamos.

De início, consigno que, alegando tratamento discriminatório e anti-isonômico, cabe à reclamante o ônus da prova enquanto fato constitutivo do seu direito, conforme dicção do art. 818 Consolidado c/c art. 373, I, do CPC.

In casu, verifico que a obreira informou, em seu depoimento pessoal, que não labora na atividade de geração de energia, mas, sim, em função atinente à distribuição de energia, o que corrobora a tese das reclamadas de que só foram transferidos à AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) os funcionários ligados à geração de energia. Verifico que sequer houve prejuízos à autora, já que esta não sofreu perda salarial, tampouco redução de benefícios. Eis o teor do seu depoimento:

'... que está lotada no setor DCMM, na função de técnica de manutenção; que atualmente está na área de recebimento de medidores, mas também vai para atividade de campo; ***que a atividade está ligada diretamente à distribuição de energia;*** *que 3 pessoas que trabalhavam no local de trabalho da reclamante, Sr. Érico, Sr. Edson e Sra. Viviane, todos técnicos de manutenção; que não se recorda do local de lotação dos nomes citados, bem como de suas atividades;* ***que a depoente não teve perda salarial ficando na empresa; que não teve redução de benefícios;*** *que o sindicato da categoria é o mesmo para ambas empresas; que não tem certeza se as negociações coletivas são as mesmas para ambas empresas.* ***[[...] que não tem relação com a Geração e Transmissão de Energia, pois hoje está na área de distribuição de energia.'***

Verifico, ainda, que, à época, sequer houve requerimento ou manifestação formal da reclamante para ser transferida para a AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), donde se concluir que não houve preterição alguma na transferência de empregados operada com a criação da referida empresa.

Assim, considero não comprovado o alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial.

Quanto à tutela inibitória deduzida pela reclamante, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito de não ser dispensada sem justa causa, sob o argumento de que a venda da AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista, entendo que razão não lhe assiste.

Ora, é entendimento prevalente na jurisprudência do C. TST que '*A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade',* conforme sedimentado no item I da Orientação Jurisprudencial 247 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I.

No mesmo sentido, trago à colação julgado da lavra da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais - SBDI II e de algumas das turmas do C. TST, que encampam a tese de que, após o processo de privatização, não subsistem os direitos inerentes às regras aplicáveis em razão do vínculo anterior, de natureza administrativa:

'MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. Decisão impugnada consistente na determinação de reintegração, com fundamento no fato de haver norma interna editada no período em que o Banco Banestado S.A. era sociedade de economia mista. Em razão da aquisição do controle acionário pelo Banco Itaú S.A., ***o empregado, mesmo submetido a concurso público para ingresso no quadro do banco sucedido, não goza de estabilidade. Não se aplicam os princípios de Direito Administrativo, por não se tratar de ente público.*** *A decisão acarreta violação de direito potestativo do empregador. Hipótese em que deve ser concedida a segurança. Recurso ordinário a que se dá provimento.' (ROMS-39400-63.2005.5.09.0909, Relator: Ministro Gelson de Azevedo, Data de Julgamento: 7/11/2006, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DJ 7/12/2006 - grifei)*

'[[...]REINTEGRAÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRIVATIZAÇÃO. DISPENSA. MOTIVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PROVIMENTO. O artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, expressamente, submete as empresas públicas e sociedades de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Ademais, as condições previstas em Decreto Estadual que encerram obrigações dirigidas ao gestor público para observar princípios aplicáveis somente à Administração Pública, não podem ser equiparadas a disposições de regulamento empresarial, e, assim, se incorporarem ao contrato de trabalho dos empregados admitidos durante a sua vigência, permanecendo mesmo após a sucessão da empresa pública ou sociedade de economia mista. ***Neste contexto, o colendo Tribunal Pleno desta Corte Superior, no julgamento do Processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008 (DEJT 09.11.2015), pacificou o entendimento de que ex-empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado após a sucessão do referido ente público por instituição privada, não faz jus à reintegração no emprego com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 21.325/91.*** *Precedentes. Na hipótese, o reclamante foi admitido pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ, em 01.11.1985, à época Sociedade de Economia Mista Estadual, e foi dispensado após o processo de privatização da empresa. Assim, o egrégio Tribunal Regional ao entender que há necessidade de motivação de dispensa do empregado, concluindo pela reintegração do reclamante no emprego, afrontou o disposto no artigo 173, § 1º, II, da Constituição Federal . Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.' (TST - RR: 3043820125070008, Relator: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 08/05/2019, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019 - grifei)*

'RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015/2014. COELCE. ***DEMISSÃO DE EMPREGADO APÓS A PRIVATIZAÇÃO.*** *DECRETO ESTADUAL.* ***DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.*** *O Tribunal Regional manteve a declaração de nulidade da dispensa da reclamante e a determinação de imediata reintegração ao emprego, sob o fundamento de que o Decreto Estadual 21.325/1991, que protegia, da dispensa imotivada, os empregados das entidades da Administração Pública Indireta e Fundacional do Estado, por tratar-se de norma mais benéfica, incorporou-se ao patrimônio jurídico da autora, esclarecendo que a alteração decorrente da privatização não afeta o contrato de trabalho dos empregados da reclamada. Decisão proferida em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior, para quem o Decreto Estadual 21.352/1991 não garante a reintegração de empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado sem justa causa após a privatização, na linha do julgamento pelo Pleno desta Corte Superior do processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008, em que se afastaram os efeitos do Decreto Estadual 21.325/1991, relativamente ao dever de motivação da dispensa de empregados dos entes da Administração Pública Indireta Estadual, por se tratar de ato normativo emanado do Poder Executivo, sem força coercitiva de lei . Precedentes . Recurso de revista conhecido e provido.' (TST - RR: 13059520115070007, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 06/02/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019 - grifei)*

Assim, tem-se que, tendo o empregador passado para a condição de ente exclusivamente privado, ele não se submete mais às regras e aos princípios próprios da administração pública, não havendo se falar que a privatização não altera as condições contratuais da reclamante, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT.

Saliente-se que não há nos autos notícia da existência de norma interna prevendo qualquer restrição à dispensa sem justa causa dos empregados, quer no âmbito do antigo empregador (sociedade de economia mista), quer no do atual, empresa privada.

Registro, ainda, que o julgamento levado a efeito pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, em 20 de março de 2013, nos autos do Recurso Extraordinário nº 589.998/PI, não implicou modificações a essa compreensão, uma vez que aquela Corte Suprema, ao assentar o posicionamento de que é obrigatória a motivação da

dispensa unilateral de empregados públicos, o fez apenas em relação aos empregados da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Aliás, ao julgar os embargos de declaração opostos contra aquela decisão, o STF definiu, em sede de repercussão geral, a seguinte tese: '*A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados'* (RE 589.998 ED/PI - PIAUÍ. EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator: Ministro: Luís Roberto Barroso. Julgamento: 10/10/2018. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJe-261, divulgado em 4/12/2018. Publicação: 5/12/2018).

Assim, diante dessas considerações, nego provimento ao recurso obreiro, de modo a manter a sentença recorrida em seus exatos termos.

(...)'

Consta, ainda, no acórdão de embargos declaratórios de id. 0a9dc4b:

'(...)

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivos e subscritos por advogada regularmente habilitada nos autos.

Por oportuno, cumpre salientar que os embargos de declaração servem ao aperfeiçoamento das decisões judiciais, limitado o seu alcance pela legislação. Destinam-se ao suprimento de omissão, à correção de contradições e à eliminação de obscuridade. Podem ser admitidos também para correção de eventual erro material, conforme preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do julgado.

Esclareço, ainda, que a omissão atacável por meio de embargos de declaração é aquela que ocorre tão somente quando há ausência de deliberação sobre determinada matéria, objeto de inconformismo recursal, ou sobre questão que deveria ser pronunciada de ofício.

Não há omissão quando são examinadas as questões e os fundamentos necessários à solução da controvérsia, deixando de lado aspectos irrelevantes, implicitamente rejeitados.

Em análise do v. Acórdão, verifico que, de fato, não houve manifestação expressa quanto à tese da quebra da isonomia no fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, embora, implicitamente, a referida tese tenha sido rejeitada.

Ora, na decisão embargada restou consignada a não comprovação do alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial, já que não houve preterição da embargante na transferência de empregados operada com a criação da AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT).

Dito isso, esclareço que não há amparo legal para estender à embargante regra interna relativa à empresa diversa, qual seja, a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC da AmGT, sobretudo porque se trata norma atinente ao poder organizacional do empregador.

(...)'

Por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000368-39.2018.5.11.0004

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRENTE	CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRIDO	SAYMON GOES VASCONCELOS
ADVOGADO	FUED CAVALCANTE SEMEN NETO(OAB: 10435/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
- CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE
Advogado(a)(s):	MARCELO SANCHEZ SALVADORE (exclusividade -
Recorrido(a)(s):	SAYMON GÓES VASCONCELOS
Advogado(a)(s):	FUED CAVALCANTE SEMEN NETO e OUTRO (AM - 10435)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 03/05/2019 - id. e8648ff; recurso apresentado em 15/05/2019 - id. 4fd410e).

Regular a representação processual (id. d3266f9, a5449f0).

Satisfeito o preparo (ids. e27aca5, 46bfe81, a9b524c e 1379e55).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação da (o) inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Asrecorrentes alegam que houve equívoco da Turma na análise e valoração do conjunto probatório constante dos autos, na medida em que teria restadoplenamente demonstrado o enquadramento do recorrido na exceção constante do art. 62, II, da CLT, pelo que acondenação das requerente no pagamento de horas extras ao recorrido estaria violando preceitos da legislação federal, bem como divergindo do entendimento majoritário de outros Regionais.

Consta no v. acórdão (id. ddda9b5):

'(...)

MÉRITO

Horas extras - Cargo de Confiança - ônus da prova - teses do reclamante e das reclamadas

Nas razões do apelo, as reclamadas afirmam que o reclamante exercia cargo de confiança, não estando sujeito ao regime de horas, tampouco a limite de jornada.

O reclamante, por seu turno, afirma que a sentença não incluiu os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, os quais são feriados da consciência negra e devem ser remunerados como horas extras. Defende que os sábados devem ser remunerados como horas extras, o que não foi observado pelo Juízo, bem como a jornada de domingos e feriados deve ser de 08 horas, e não de 4,5, como determinada na sentença

Ao exame.

O exercício do cargo de gerência, gestão ou confiança pelo empregado emerge como exceção à regra da jornada.

Nesse sentido, é o art .62 da CLT:

Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

III - os empregados em regime de teletrabalho.

Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

O escopo da norma é diferenciar, portanto, aquele empregado que exerce cargos de gestão, com compromissos, obrigações e dinâmica de trabalho incapaz de se submeter ao rígido regime de jornada.

Para tanto, não importa a nomenclatura do cargo ou o padrão remuneratório do obreiro, cabendo uma análise integral do contexto contratual, sobretudo na parte que versa sobre as atribuições.

No caso dos autos, os próprios documentos colacionados pelas reclamadas, a exemplo do contrato de trabalho (fls.356) e o acordo de compensação de horas (fl.357), evidenciam que o autor estava submetido à jornada e horário fixo de trabalho, esvaziando, completamente, a tese de que o autor desempenhava cargo de confiança. Não assiste, portanto, qualquer razão às reclamadas.

No tocante aos feriados assiste razão ao reclamante.

Conquanto a sentença tenha deferido ao autor horas extras em feriados, não constou os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, feriados na cidade de Manaus.

Logo, reformo a sentença a quo para fins de condenar as reclamadas ao pagamento de 4,5 horas extras com adicional de 100%, integrações e reflexos relativos aos dias 20.11.2014 e 20.11.2015, laborados pelo reclamante.

Quanto às horas extras em sábados, domingos e feriados, ao

contrário do que afirma o autor, a prova dos autos, sobretudo a segunda testemunha arrolada pelo reclamante, aponta que o labor em sábado, domingos e feriados era até o meio dia ou 13h. Emerge escorreita, portanto, a sentença nesse ponto, não havendo que se falar em reforma.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do tópico recorrido**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001351-88.2016.5.11.0010

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	MANOEL PEREIRA GARCIA NETO
ADVOGADO	JOSE RAIMUNDO DO BONFIM(OAB: 6579/AM)
RECORRIDO	ERAM ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO(OAB: 10642/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL PEREIRA GARCIA NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	MANOEL PEREIRA GARCIA NETO
Advogado(a)(s):	JOSÉ RAIMUNDO DO BONFIM (AM - 6579)
Recorrido(a)(s):	ERAM ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA.
Advogado(a)(s):	ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (AM - 10642)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/07/2019 - id. 599f5d6; recurso apresentado em 31/07/2019 - id. 2ef15d3).

Regular a representação processual (id. 95bf299 - Pág. 1).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 1930c7c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Reconhecimento de Relação de Emprego.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item III da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso XXIX do artigo 7º;inciso VIII do artigo 170;incisos I e IV do artigo 3º;incisos III e IV do artigo 1º;incisos III, X e XX do artigo 5º;incisos I, II, III e VIII do artigo 7º;incisos X, XI, XIII e XV do artigo 7º;incisos XVI, XVII, XXI e XXIII do artigo 7º;incisos XXIV, XXVIII e XXXIV do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O recorrente sustenta que restou comprovado nos presentes autos a relação empregatícia havida entre ele e a reclamada, assim como se deu em inúmeras outras reclamatórias e ACP de casos similares, notadamente em razão da fraude de 'pejotização', bem como diante da terceirização ilícita de atividade fim.

Ressalta que a prova testemunhal ratificou a tese de que o reclamante laborava como soldador e que coordenava uma equipe de soldadores, bem como que laborou 2 anos em favor da reclamada sem constituir empresa.

Consta no v. acórdão (id. b837c5c):

'(...)

a) Reconhecimento de Vínculo Empregatício - 'Pejotização'

O Reclamante busca o reconhecimento do vínculo de emprego entre as partes, argumentando, em síntese, ter ocorrido a figura da 'pejotização' e a terceirização ilícita da atividade-fim.

Por seu turno, a reclamada, em contrarrazões, requer o não provimento do recurso interposto e a manutenção da sentença tal como foi prolatada.

Analiso.

O Juízo a quo julgou improcedente a ação por entender que o reclamante não logrou êxito em demonstrar a ocorrência de qualquer coação da reclamada para que assinasse contrato de empreitada.

No caso presente, o autor afirma ter iniciado seu labor na reclamada em 10/03/2011, todavia, alega que somente em janeiro de 2013 '*foi chamado a assinar os papéis da admissão no escritório central, sendo-lhe apresentado outros, que nada tinha com seu 'contrato de trabalho",* acrescentando que *'Era (sic) documentos para abertura de uma firma, em seu nome. Disseram para assinar e não se preocupar que o ERAM cuidaria de tudo.*' (id. 321273c - pág. 3).

A reclamada, por seu turno, defende que a empresa do reclamante foi contratada para prestar serviços de solda em 26/04/2013, conforme contrato de empreitada em anexo, tendo finalizado sua obra em 12/03/2015, de acordo com última nota fiscal emitida pela empresa.

Pois bem.

Incontroverso nos autos que o reclamante constituiu pessoa jurídica em 18/03/2013, denominada **M J SERVIÇOS NAVAIS LTDA. - ME**, tendo como atividade econômica principal a '*Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes*', conforme se observa do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de id. 59ece5b.

Entretanto, como antes dito, ao cogitar a existência de um possível vício de consentimento ao argumento de que fora chamado para assinar os papéis relativos à sua admissão, sem saber que estava assinando documentos para abertura de uma empresa, tendo ocorrido a chamada 'Pejotização', o autor atraiu, para si, o ônus da prova da ocorrência do vício de consentimento alegado, por força do disposto nos arts. 373, inc. I, do CPC e 818 da CLT.

Desta feita, passo à análise do conjunto probatório existente nos autos.

Da prova oral produzida pelo reclamante, consistente no depoimento de duas testemunhas, é possível extrair que o obreiro, de fato, prestou serviços para a reclamada desde 2011.

Desses mesmos depoimentos, contudo, também é possível extrair fortes indícios de que a prestação de serviços do reclamante sempre se deu na forma de empreitada. É que ambas as testemunhas foram uníssonas em afirmar que o reclamante laborava como soldador e que coordenava uma equipe de soldadores.

É importante destacar a notória dúvida que paira nos depoimentos das testemunhas acerca da forma do vínculo estabelecido entre o reclamante e a reclamada. Nesse sentido, destaco o depoimento da primeira testemunha, **Sr. ANTÔNIO COSME FERNANDES DA PENHA:**

'que não sabe dizer se o reclamante tem carteira de trabalho

assinada; que não sabe dizer se o reclamante possui pessoa jurídica (...); que não sabe dizer sobre o reclamante o que aconteceria se o mesmo faltasse ao emprego; que não sabe dizer quanto o reclamante recebia e como ele recebia pelo seu trabalho; que não sabe dizer se o reclamante poderia ser auxiliado por outra pessoa (...) ; que não sabe dizer se o reclamante recebia o valor e pagava para os seus funcionários; (...) que não sabe dizer que essa equipe tinha carteira assinada pela reclamada, mas sabe que essa equipe no estaleiro; (...)'

Já a segunda testemunha, Sr. **PEDRO BEZERRA MELO**, além de também demonstrar dúvida acerca do tipo de vínculo que o autor mantinha com a reclamada, foi bastante contraditória em suas declarações, tornando seu depoimento desprovido de credibilidade. Toma-se, como exemplo, o fato de ter admitido que 'o ERAM pagava um valor para o reclamante, o qual pagava os seus empregados' - o que denota que o obreiro contratava trabalhadores para exercer as tarefas - logo em seguida cai em contradição, ao declarar 'que o reclamante não trabalhou como pessoa jurídica para o ERAM' e 'que o reclamante não tinha empregados'.

A lei considera empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Exige-se, portanto, a presença da **subordinação, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade**, elementos que constituem o suporte fático da norma jurídica, o que não restou demonstrado da prova oral produzida pelo autor.

Como se tudo isto não bastasse, conforme certidão de devolução de mandado de id. 6cd4816 - fl. 160, percebe-se que foi ajuizada a RT nº 0000136-58.2017.5.11.0005, onde um ex-empregado demanda contra a empresa M J SERVIÇOS NAVAIS LTDA. - ME e ERAM - ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA, em decorrência de contrato de trabalho mantido com aquela no período de 01/07/2014 a 17/07/2015, consoante TRCT de id. 6cd4816 - fls. 162/163. Além disso, na referida certidão, o Oficial de Justiça informa ter realizado contato com o sócio da empresa M J SERVIÇOS NAVAIS LTDA., Sr. Manuel Pereira Garcia Neto, ora reclamante nestes autos.

Percebe-se, portanto, que a prova documental só vem corroborar a ideia de que o autor admitia empregados, por meio da pessoa jurídica que constituiu (M J SERVIÇOS NAVAIS LTDA. - ME), para prestar serviços nas dependências do ERAM ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA.

Sendo assim, muito embora a empresa tenha sido constituída após o início da prestação de serviços à reclamada, tal fato, por si só, não pode ser visto de forma isolada, devendo o Julgador sopesar outros elementos nos autos, a fim de chegar à conclusão que leve em conta o princípio da primazia da realidade.

A verossimilhança da tese de defesa da reclamada no sentido de que a sistemática contratual adotada era de mera prestação de serviços por parte da empresa M J Serviços Navais Ltda. - ME, cujo sócio era o reclamante, mostra-se razoável e de acordo com o conjunto probatório existente no processo.

Importante mencionar que em nenhum momento vislumbrou-se a ocorrência de qualquer vício de consentimento quando da criação da pessoa jurídica M J Serviços Navais Ltda. - ME, até porque as testemunhas arroladas pelo obreiro nada souberam afirmar sobre essa temática. Rejeito, portanto, a alegada 'pejotização'.

Por fim, é importante esclarecer que a Ação Civil Pública suscitada pelo reclamante, sob o nº 00025100-78.2009.5.11.0011, reivindica o direito dos trabalhadores que mantém relação de emprego com a ERAM ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA., o que não é a hipótese dos autos, por se tratar o reclamante de sócio de pessoa jurídica que presta serviços de empreitada.

Assim, entendo que o reclamante não cumpriu os requisitos para a caracterização da relação de emprego elencados no art. 3º da CLT.

Em razão do não reconhecimento da relação de emprego, restam prejudicados os demais pleitos, que dependiam do provimento do principal.

Mantida a improcedência da ação.

b) Terceirização da atividade fim

Sustenta o reclamante que a sentença primária, ao reconhecer que havia terceirização válida na atividade fim, afrontou o entendimento consagrado pela súmula 331, item III, do TST, que apenas admite a terceirização nas atividades meio da empresa.

Sem razão.

A terceirização deve ser compreendida como uma relação jurídica multifacetária visto que envolve uma empresa prestadora de serviços (intermediadora), uma empresa tomadora (contratante) desses serviços e o trabalhador que possui vínculo empregatício com a prestadora de serviços a terceiros.

Assim, apreciando o conjunto probatório e as argumentações jurídicas presentes neste processo, pode-se concluir que a terceirização aqui discutida está plenamente revestida de licitude, pois o fato de o reclamante prestar serviços exclusivos à empresa tomadora não implica dizer que a terceirização viola a lei.

Ademais, a antiga redação do art. 4º-A, da Lei nº 6.019/74 dispõe que '*Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos*' (g.n.), o que se amolda perfeitamente ao caso presente. Logo, não há que se falar em aplicação do disposto no item III da súmula 331/TST.

Diante do exposto, não existem motivos para a reforma da sentença neste ponto.

Rejeito.

(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais de que o reclamante comprovou ter preenchido os requisitos da relação de emprego,bem como de tersido alvo de terceirização ilícita de atividade fim, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, notadamente por ter o acórdão entendido que o autor dispunha de empregados contratados por sua respectiva empresa para prestar serviços nas dependências da reclamada, conforme o extraído da prova dos autos, bem como que prestava serviços determinados e específicos, em perfeito enquadramento do instituto da terceirização lícita, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Decisão

Processo Nº ROT-0000358-49.2019.5.11.0007

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	JANDERSON ALVES MARINHO
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RECORRIDO	SP RESTAURANTES LTDA
ADVOGADO	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS(OAB: 9171/AM)
ADVOGADO	VASCO PEREIRA DO AMARAL(OAB: 28837/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANDERSON ALVES MARINHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	JANDERSON ALVES MARINHO
Advogado(a)(s):	FÉLIX DE MELO FERREIRA e OUTROS (AM - 3032)
Recorrido(a)(s):	SP RESTAURANTES LTDA
Advogado(a)(s):	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 5e0621c; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. 2aa6c11).

Regular a representação processual (id. ad48155).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 971c0fc), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Assédio Moral.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso III do artigo 1º;artigo 5º da Constituição Federal.

Orecorrente sustenta que o v. acórdão, que manteve a improcedência do pleito indenizatório em face de assédio moral sofrido no ambiente de trabalho, viola o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana, esculpido no artigo 1º, inciso III e no artigo 5º, ambos da CF.

Consta no v. acórdão (id. b4a5db2):

'(...)

Assédio Moral.

Busca o reclamante a reforma da sentença, com o conseqüente deferimento de uma indenização por assédio moral, sob o argumento de que era constantemente perseguido e humilhado com palavras de baixo calão, por parte dos gerentes da reclamada.

Consta na exordial, em síntese, a narrativa de alguns episódios desagradáveis, sofridos pelo reclamante, por parte dos Senhores Regilane e Cristian, coordenadores da reclamada, bem como pela Sra. Patrícia, que seria esposa do sócio proprietário da reclamada, envolvendo perseguições e humilhações, que os classificou como assédio moral.

Apontou que em uma ocasião a Sra. Patrícia o acusou de estar usando substâncias entorpecentes.

Analiso.

Ab initio, convém ressaltar que o conceito de assédio moral, assente na doutrina e jurisprudência, define-se como a conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta em face da dignidade psíquica da pessoa, de forma reiterada, resultando na sensação de perseguição ou de exclusão do ambiente e do convívio social.

Em outras palavras, corresponde na repetição de um comportamento abusivo, por período prolongado, por parte do empregador ou preposto seu, agredindo sistematicamente o empregado, provocando-lhe constantes constrangimentos e humilhações, com a finalidade de desestabilizá-lo emocionalmente e excluí-lo da sua posição no emprego. É preciso ainda que a ofensa seja direta e que cause efetivamente um dano ao ofendido.

Desta forma, para a caracterização do alegado assédio moral, torna-se necessário saber se houve conduta dos gerentes da reclamada, com o objetivo de isolar, constranger, humilhar e perseguir o reclamante, ou se as ordens emanadas tinham um caráter geral, a todos os empregados, dentro dos limites do poder diretivo do empregador.

Quanto ao uso de entorpecentes, o reclamante não logrou êxito em comprovar tal acusação. Isto porque a única testemunha que arrolou declarou que Sra. Regilane apenas havia perguntado (e não acusado) do reclamante se fizera uso de entorpecentes, devido à cor dos seus olhos.

Não se vislumbra do fato acima tom acusatório ou ofensa. Não se decarta que pode ter havido certo constrangimento do autor com o teor da pergunta, mas esse ato único não se reveste de assédio moral, o qual, para a sua caracterização, necessita que a conduta abusiva seja praticada de forma contumaz, ao longo do pacto laboral.

Urge salientar, por oportuno, que cobranças por eficácia dos serviços faz parte do exercício do poder diretivo do empregador, principalmente quando se trata de empresa que atende ao público.

Todavia, no presente caso, não ficou demonstrada nenhuma atitude grosseira, desrespeitosa ou com o intuito de perseguir o reclamante, inclusive para fazê-lo pedir demissão.

Fato é que o reclamante, novamente, não se desincumbiu satisfatoriamente do seu ônus probante, imposto pelo artigo 818, I, da CLT, no sentido de comprovar as perseguições, humilhações, nem as experiências desagradáveis citadas na exordial.

Assim, não se vislumbra da prova produzida nos autos que tenha havido qualquer abuso na conduta da reclamada, mormente, o uso de ameaças ou de artifícios vexatórios, censuráveis, que pudessem denegrir a imagem, a honra, a honestidade do autor perante seus colegas de trabalho, a ponto de caracterizar o assédio moral, também denominado *mobbing* ou *bullying*.

Nego provimento.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do(s) tópico(s) recorrido(s)**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR:

3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002646-39.2016.5.11.0018

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	NUBIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	IONE MONTEIRO DA SILVA(OAB: 4426/AM)
RECORRIDO	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- NUBIA DOS SANTOS SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s): 1. ESTADO DO AMAZONAS

Advogado(a)(s): 1. EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS

Recorrido(a)(s): 1. NÚBIA DOS SANTOS SILVA

2. TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Advogado(a)(s): 1. IONE MONTEIRO DA SILVA e OUTRA (AM - 4426)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, por força do artigo 775 da CLT (decisão publicada em 30/07/2019 - id. 6ed74e7; recurso apresentado em 08/08/2019 - id. 16bed95).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVII do artigo 22; §6º do artigo 37, da Constituição Federal.

- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.

- divergência jurisprudencial.

- ADC 16 do STF.

Sustenta que o Estado foi condenado com base no mero inadimplemento (culpa presumida), à míngua de qualquer prova cabal de falha de fiscalização.

Noutro ponto, defende não haver amparo normativo para responsabilização do recorrente, pelo que aponta violação ao art. 37, §6º, da CF. Acrescenta que, caso se entenda pela existência de culpa presumida, estar-se-ia a inovar no campo normativo sobre regras de contrato administrativo, em flagrante violação ao art. 22, XXVII, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 87e5a37):

"(...)

a) Responsabilidade subsidiária

O Estado do Amazonas alega, em síntese, que o Juízo de primeiro grau, ao condená-lo subsidiariamente pelo cumprimento das verbas no título judicial, desrespeitou o art. 71, da Lei nº 8.666/93. Afirmou a ausência de provas de omissão na fiscalização. Além disso, informou que nunca manteve vínculo empregatício com a Reclamante, questionou, ainda a extensão da responsabilidade subsidiária, a qual não poderia abranger as verbas deferidas na r. sentença, pois sustenta não ser de direito. Sustenta ainda a violação aos arts. 37, § 6º, e 5º, II e LV, da CF.

Aprecio.

A matéria reguladora da responsabilidade do ente público tomador de serviços pelo inadimplemento das verbas trabalhistas repousa no art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 e no entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho consolidado no item V da Súmula nº 331.

Lei nº 8.666/93, art. 71, § 1º -A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

TST, Súmula nº 331, V- Os entes integrantes da Administração

Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

Sobre a questão, também se manifestou o Excelso Supremo Tribunal Federal nos autos do RE nº 760.931, reconhecendo repercussão geral da tese ali fixada, nos seguintes termos:

Tema 246 - O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

A aludida manifestação não altera o entendimento assentado nas Cortes Trabalhistas, uma vez que a jurisprudência majoritária já era no sentido de que não pode haver a transferência automática da responsabilidade pelo pagamento das verbas ao ente público.

Isso se deu a partir do julgamento da constitucionalidade do art. 71 da Lei de Licitações transcrito acima na ADC nº 16, o qual impediu a aplicação da teoria de responsabilidade objetiva ao ente público pela inadimplência das verbas trabalhistas por parte do empregador interposto. A tese fixada acima, portanto, veio somente a confirmar o comando jurisprudencial já aplicado no âmbito desta Especializada.

Logo, para caracterizar a responsabilidade do ente estatal, faz-se necessária a prova de que houve omissão na fiscalização do contrato de prestação de serviços.

É oportuno destacar que, em obediência aos princípios constitucionais que envolvem a administração pública (art. 37 da CF), a fiscalização não é uma faculdade do administrador, o que é reforçado no art. 77 da Lei das Licitações que impõe a rescisão contratual como consequência da inexecução total ou parcial do contrato.

Neste trilhar, o Estado do Amazonas, reconhecendo este dever como consequência do ato de contratar, editou o Decreto nº 37.334 de 17/10/2016, onde expressamente admite, nas razões preambulares de edição da medida, "a necessidade de estabelecer mecanismos efetivos de controle, acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais pelas empresas que prestam serviços ao Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 58, I e 67 da Lei nº 8.666/ 1993".

Conquanto a regulamentação da matéria em nível estadual seja tardia, a Lei nº 8.666/93 não permite discussões quanto ao dever de fiscalização.

A possibilidade de responsabilização do ente público tem assento na teoria da **responsabilidade subjetivade** que tratam os arts. 186 e 927, caput, do CC/2002. Demonstrada a inexistência de fiscalização, resulta provado que a conduta desidiosa do ente público no cumprimento de seus haveres fiscalizatórios concorreu para o ilícito trabalhista perpetrado pela empresa contratada. Nesta hipótese, imputa-se ao integrante da Administração Pública a condição de co-autor das ilegalidades praticadas.

Ressalto: não se trata de negar a aplicação do comando inserto no § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93. A jurisprudência hodierna não mais responsabiliza o ente público simplesmente porque este foi o tomador dos serviços; mas, mediante a análise dos fatos no caso concreto, reconhece as ocasiões em que a Administração Pública foi negligente no cumprimento de seus deveres de fiscalização e lhe impõe a reparação pelos danos causados por sua conduta culposa. É caso, portanto, de responsabilidade aquiliana (extracontratual), calcada na verificação, in casu, de comportamento negligente, imperito ou imprudente.

(...)"

No tocante à alegação de culpa presumida e de responsabilidade sem amparo normativo, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei 8.666/93 (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder Público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência teve como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com o item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o Recurso de Revista não comporta seguimento por possível violação aos dispositivos mencionados no apelo, tampouco por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação do incisos LIV e LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: incisos I e II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Insurge-se, ainda, contra a tese de que o ônus da prova quanto à ausência de fiscalização do contrato de prestação de serviços compete ao Ente Público ou, ainda, da inversão do ônus da prova pela teoria da (re)distribuição dinâmica, aduzindo que este Regional, ao imputar à Administração Pública o ônus probatório que não detém, divergiu da interpretação dada pelo STF no RE 760.931 (com repercussão geral), configurando, ainda, decisão surpresa, impossibilitando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal.

Consta no v. acórdão (id. 87e5a37):

"(...)

Fixada, pois, a premissa de possibilidade de responsabilização do ente público pela inadimplência das verbas trabalhistas quando verificada a falha na fiscalização, passo à análise do ônus probatório quanto à matéria.

Sobre o assunto, registro que a tese fixada em repercussão geral foi estritamente quanto à impossibilidade de transferência automática da responsabilidade pelos haveres trabalhistas ao ente público tomador de serviços, não tendo sido fixada qualquer regra ou comando quanto a quem incumbe a prova da fiscalização.

Consta do inteiro teor do acórdão do RE nº 760.931:

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhora Presidente, eu acompanho a tese formulada e a preocupação do Ministro Luís **Roberto Barroso** quanto à necessidade de **obiter dictum**. Eu penso que nós temos os **obiter dicta**, porque vários de nós, sejam os vencidos, sejam os vencedores, quanto à parte dispositiva, em muito da fundamentação, colocaram-se de acordo. E uma das questões relevantes é: a quem cabe o ônus da prova? Cabe ao reclamante provar que a Administração falhou, ou à Administração provar que ela diligenciou na fiscalização do contrato?

Eu concordo que, para a fixação da tese, procurei, a partir, inicialmente, da proposta da Ministra **Rosa**, depois adendada pelo Ministro **Barroso** e pelo Ministro **Fux** durante todo julgamento, procurei construir uma tese, mas ela realmente ficou extremamente complexa e concordo que, quanto mais minimalista, melhor a solução. Mas as questões estão colocadas em **obiter dicta** e nos fundamentos dos votos.

Eu mesmo acompanhei o Ministro Redator para o acórdão - agora Relator para o acórdão -, o Ministro **Luiz Fux**, divergindo da Ministra Relatora original, Ministra **Rosa Weber**, mas entendendo que é muito difícil ao reclamante fazer a prova de que a fiscalização do agente público não se operou, e que essa prova é uma prova da qual cabe à Administração Pública se desincumbir caso ela seja colocada no polo passivo da reclamação trabalhista, porque, muitas vezes, esse dado, o reclamante não tem.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas veja o seguinte, Ministro Toffoli, só uma breve observação.

Suponhamos que o reclamante promova uma demanda alegando isso. Então, ele tem que provar o fato constitutivo do seu direito: deixei de receber, porque a Administração largou o contratado para lá, e eu fiquei sem receber. Na defesa, caberá... Porque propor a ação é inerente ao acesso à Justiça. O fato constitutivo, é preciso comprovar na propositura da ação. E cabe ao réu comprovar fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito do autor. Então, a Administração vai ter que chegar e dizer: "Claro, olha aqui, eu fiscalizei e tenho esses boletins". E tudo isso vai se passar lá embaixo, porque aqui nós não vamos mais examinar provas.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Concordo, mas é importante esta sinalização, seja no **obiter dictum** que agora faço, seja nos **obiter dicta** ou na fundamentação do voto que já fizera anteriormente, e que fez agora o Ministro Luís **Roberto Barroso**, assim como a Ministra **Rosa Weber**: a Administração Pública, ao ser acionada, tem que trazer aos autos elementos de que diligenciou no acompanhamento do contrato.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Agora, veja o seguinte: o primeiro ônus da prova é de quem promove a ação.

(...)

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu estou registrando esse posicionamento no sentido de que a Administração Pública, uma vez acionada, tem que apresentar defesa, porque, muitas vezes, ela simplesmente diz: "Eu não tenho nada a ver com isso" - e tem, ela contratou uma empresa.

(...)

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE)

Também peço vênia ao Ministro Marco Aurélio, porque vou aderir à tese tal como proposta.

Acho que eventuais situações, inclusive o Ministro Teori dizia aqui e em várias dessas reclamações: o que tiver de ser provado não é matéria mesmo do Supremo - não podemos revolver provas.

Do que se vê, a questão do ônus probatório foi levantada em sessão com posições divergentes dos Senhores Ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, todavia a proclamação do resultado não encampou posicionamento vinculante do E. STF sobre a questão. Logo, não há qualquer vinculação aos órgãos do Poder Judiciário a atribuir ao trabalhador o ônus de provar a ausência de fiscalização do contrato de terceirização.

Por conta disso, persisto entendendo que cabe ao ente público demonstrar, como fato impeditivo ao direito postulado, o pleno exercício do dever de fiscalização. Em que pese meu entendimento pessoal balizado pelo princípio da aptidão da prova que atribuir tal encargo ao trabalhador importa em prova diabólica**, não se trata de**

inversão do ônus da prova, mas em não satisfação pelo Litisconsorte do encargo probatório já previamente distribuído pela regra geral disposta no art. 373, II, do CPC.

Neste sentido, já há precedente do C. TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 E DO NCPC - ÓBICE AFASTADO - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 282 DA SBDI-1 Ultrapassado o obstáculo apontado pelo despacho denegatório. Aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 282 da SBDI-1. **RESPONSALIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - CULPA CARACTERIZADA - SÚMULA Nº 331, V, DO TSTO** acórdão regional está em harmonia com o entendimento firmado na Súmula nº 331, item V, do TST, uma vez que a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização da empresa prestadora. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: (i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante; (ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93); e (iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tenha acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova. Julgados. 3. O E. STF, ao julgar o Tema nº 246 de Repercussão Geral - responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço, RE 760931 -, não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova pertinente à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. (TST - AIRR - 577-82.2016.5.11.0002, 8ª Turma, Relatora: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Publicação: 24/11/2017)

Ou seja, como exposto, **o Pretório Excelso não fixou qualquer tese vinculante sobre o tema de distribuição do ônus probatório quanto à fiscalização do contrato.**

Portanto, com fulcro no que já foi exposto, é ônus do Litisconsorte a comprovação da realização da efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da Reclamada. Não o fazendo, deve suportar as consequências da ausência de provas como assim suporta qualquer parte que não se desincumbe de seu encargo processual de produzir provas, afinal o ordenamento pátrio veda o non liquet (art. 5º, XXXV, da Constituição da República).

Em assim sendo, cabe ao ente público, na posição de contratante, mensalmente exigir a relação dos empregados vinculados ao contrato, os comprovantes de pagamento de salário e demais verbas trabalhistas, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS, bem como o acompanhamento do fiel cumprimento da legislação trabalhista inclusive sobre jornada de trabalho, higiene e segurança laborais, entre outros. E, de posse de tais documentos, trazê-los aos autos para provar que, ao menos por amostragem, fez a fiscalização do contrato de terceirização.

Superadas as questões acima, passo à análise do caso concreto.

No caso vertente, observa-se que o ente contratante não levou a efeito sua obrigação legal de acompanhar o cumprimento pelo prestador dos serviços e/ou foi leniente com as eventuais ilegalidades.

Compulsando aos autos, verifica-se que Reclamada possuía contrato de prestação de serviços com a Reclamada e o Litisconsorte Estado do Amazonas, que se beneficiaram dos serviços do reclamante, e que em determinado momento, esta deixou de cumprir com algumas obrigações trabalhistas. Inclusive houve a juntada de declaração de Tempo de Serviço no órgão público (id 8bd5ef6 - Pág. 38).

Observe-se que a empresa reclamada, empregadora do reclamante, não foi capaz de comprovar a regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, motivo que ensejou o reconhecimento da rescisão indireta do contrato laboral.

Em sua defesa, o Litisconsorte apenas ressaltou que não mantinha qualquer relação contratual com a Reclamante e que não obstante esse fato destacava, que qualquer responsabilização do Estado do Amazonas com base no inciso IV do Enunciado 331/TST, viola constitucionalmente o art. 5º, inciso II (princípio da legalidade), inciso LV (contraditório e ampla defesa, em razão de não possuir quais elementos para contestar a pretensão deduzida), e ainda, o art. 37, inciso XXI, §6º, todos da CF/88, ou seja, não produziu elementos probatórios suficientes no sentido de demonstrar, ao julgador, que deu cabo ao dever de fiscalização da execução do contrato.

Restou demonstrado que a reclamada não cumpriu com regularidade a disposição dos contratos de terceirização, em especial a regularidade dos pagamentos de salários, de adicional de insalubridade, de horas extras e dos recolhimentos para o FGTS e para previdência Social.

Essa obrigações citadas integram o conteúdo obrigacional mínimo do contrato de trabalho e, por isso, deveriam ter sido adimplidas tempestivamente pelareclamada.

Não é demais afirmar que, em não havendo quitação de salários, não há o correspondente recolhimento dos encargos previdenciários decorrentes e do FGTS, circunstâncias que de pronto impedem a emissão de certidões negativas, indispensáveis ao recebimento de faturas

Estas violações ao direito da reclamante evidenciam a ausência de fiscalização por parte do litisconsorte. Entendo que, neste caso, houve a demonstração do fato constitutivo do direito alegado,

restando ao ente público a prova da efetiva fiscalização.

Por meio da Lei de licitações e do Decreto Estadual de nº 37.334/16, a Administração Pública Estadual está obrigada a fiscalizar os contratos administrativos , inclusive no que tange aos procedimentos para controle, acompanhamento e fiscalização das obrigações trabalhistas das pessoas jurídicas que prestam serviços para o ente público.

O Decreto Estadual citado apresenta todos os procedimentos que devem ser adotados pelo Estado do Amazonas. Resulta, portanto, que a fiscalização dos contratos é um poder-dever da Administração Pública, inclusive reforçada pela decisão na ADC 16 pelo STF.

Diante disso, entendo que cabe ao reclamante provar o fato constitutivo do seu direito, qual seja, a inexecução de atos fiscalizatórios, enquanto ao Estado do Amazonas, a demonstração da fiscalização contratual.

A prova de fato negativo é impossível. Portanto, atribuir ao empregado o ônus de demonstrar que o Estado descumpria as suas obrigações fiscalizatórias é odioso, porque impossível. A única prova possível e que está ao alcance do trabalhador é a demonstração do descumprimento das obrigações trabalhistas, o que foi feito.

Ao contrário, ao Estado é atribuído o dever de fiscalizar a atuação da contratante. Esta obrigação, repiso, está firmada na Lei de Licitações, bem como no Decreto Estadual nº37.334/2016, onde constam todas as etapas fiscalizatórias.

Como bem se observa, nada foi executado neste sentido. Desse modo evidenciado está que havia pagamento de faturas, no entanto, não havia a exigência das certidões negativas expressamente mencionadas no Decreto regulatório da fiscalização contratual.

A ausência de fiscalização salta aos olhos.

Neste contexto emerge cristalina a ausência de fiscalização por parte do Estado do Amazonas.

O Decreto Estadual atrás mencionado dispõe:

Art. 1º Para fins de controle e fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado do Amazonas, por meio de agente público especialmente designado para tal função, **deverão exigir mensalmente** das pessoas jurídicas contratadas os documentos:(gn)

I - No caso de prestadoras de serviços:

a) A relação dos empregados vinculados à execução contratual, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no cadastro de Pessoas Físicas (CPF) , com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Comprovante de pagamento dos salários, 13 salário , concessão de férias e correspondente adicional , horas extraordinárias, adicionais noturno, de insalubridade e periculosidade, dos empregados vinculados à execução contratual referente ao mês anterior;

c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação , entre outros) , a que estiver obrigada por força de lei;

d) Comprovante de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

e) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, bem como cópia do pagamento tempestivo das verbas rescisórias;

f) Guias de recolhimento do Fundo de Garantia do T empo de S erviço e I nformações à Previdência Social - GFIP, com protocolo de envio que corresponda à mão-de-obra envolvida na execução contratual, inclusive relativa à s rescisões contratuais;

g) Guia da Previdência Social - GPS que corresponda à GFIP dos empregados vinculados à execução contratual; e

h) Guia de recolhimento do I mposto sobre S erviço de Q ualquer N atureza - ISSQN, exceto se o órgão ou entidade efetivar a devida retenção.

II - No caso de cooperativas:

a) Guia de recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) Guia de recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) Comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) Comprovante d a aplicação do FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social;

e) Comprovante da aplicação em F undo de reserva;

f) Comprova ção de criação do fundo para pagamento do 13 . º salário e férias; e

g) Comprovantes quanto a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de outras pessoas jurídicas, tais como Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais :

a) Todos os documentos relacionados no inciso I, c ompatíveis com os empregados vinculados à execução do programa ou projeto;

b) Guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, com protocolo de envio que corresponda à mão-de-obra envolvida na execução do

programa e/ou projeto;

c) Guia da Previdência Social - GPS, que corresponda à GFIP dos empregados vinculados à execução do programa e/ou objeto;

d) Será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação de regência.

O parágrafo 6º do mesmo dispositivo legal estabelece:

§ 6º **Caso a contratada deixe de comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, os valores cuja quitação não foi demonstrada deverão ser retidos**,com o pagamento apenas do saldo; (gn)

A situação fática demonstrada revela que o litisconsorte, apesar de obrigado por lei a fiscalizar os contratos administrativos firmados, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, foi negligente neste aspecto.

Importante destacar que o Estado do Amazonas não trouxe documentação que atestasse a mínima fiscalização do contrato em questão.

É inadmissível que a Administração Pública compareça perante o Poder Judiciário com defesa despida das provas a que está obrigada a apresentar em face da interpretação conjunta da Constituição Federal e da Lei de Licitações.

Diante deste quadro, é flagrante a ausência de fiscalização.

A negligência com que o Estado do Amazonas lida com as contratações de empresas prestadoras de serviço tangencia a irresponsabilidade administrativa diante da total ausência de provas documentais no sentido da fiscalização. Pelo menos é o que está demonstrado neste processo.

É induvidoso que se a fiscalização tivesse sido empreendida com a seriedade necessária, única conduta esperada diante da coisa pública, os prejuízos sofridos pelo trabalhador teriam sido minimizados, e a empresa faltosa apenada na forma prevista na Lei de Licitações.

Destarte, considerando o contexto probatório, com esteio na teoria da responsabilidade subjetiva, está consubstanciada a culpa do ente público.

Perfeitamente aplicável à hipótese, portanto, o comando inserto no inc. V da Súmula nº. 331 do TST.

Frise-se também que não há ofensa ao art. 37, §6.º da CF/88, uma vez aplicada a tese da responsabilidade subjetiva, tampouco ao art. 5º, inc. II, da CF/88, eis que o dever de fiscalizar decorre da própria legislação infraconstitucional.

Tal entendimento, inclusive, entra em consonância com o entendimento cristalizado desta Corte Regional, conforme Súmula nº 16 transcrita abaixo:

Súmula nº 16 do TRT da 11ª Região - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO.A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.

Assim, mantenho a responsabilidade subsidiária do Estado pela presente condenação.

(...)"

Por vislumbrar possível afronta à literalidade dos artigos 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 373 do Código de Processo Civil, determino o processamento do apelo, em atendimento ao artigo 896, alínea "c", Consolidado.

CONCLUSÃO

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

vhsb

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Decisão

Processo Nº ROT-0000333-39.2019.5.11.0006

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
RECORRIDO	SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI
RECORRIDO	ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA(OAB: 7274/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES
Recorrido(a)(s):	1.SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI
Advogado(a)(s):	2.ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/08/2019 - id.61d83ed ; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. ca29156).

Regular a representação processual (id. d416470).

Satisfeito o preparo (ids. dd4ef5c, 6f980da, 63ac325 e ca29156).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Isonomia Salarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item III do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 383 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 97, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:inciso II do artigo 1030 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 25 da Lei nº 8987/1995; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
-ADC n. 16 do Supremo Tribunal Federal.

Alega que a simples terceirização de atividade-fim não configura terceirização ilícita, nos termos do RE 958252/MG, além de defender que a equiparação salarial entre terceirizados efuncionários da litisconsorte ocorreu de forma indiscriminada, sem que fossem observados os requisitos da isonomia salarial.

Por fim, aponta que a manutenção de rede elétrica é atividade-meio necessária para a execução da atividade-fim da recorrente, que é de explorar linhas de concessão, fornecendo energia elétrica, conforme delimita seu estatuto.

Sustenta que apretensão da reclamante de responsabilização subsidiária da 2ª Reclamada, ora recorrente,encontra óbice direto no art. 71, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e Súmula 331 do C. TST.

Alega, ainda, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar a omissão da recorrente na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 465633d):

'(...)

Responsabilidade subsidiária

Incontroverso que a recorrente se beneficiou da força de trabalho do requerente, fato que ensejou o pedido de responsabilidade subsidiária da exordial, que não foi negado na defesa e que foi devidamente comprovado por meio de prova testemunhal produzida por ocasião da audiência (id dd4ef5c).

Nessa linha é que se firma a responsabilidade subsidiária, aplicando-se a Súmula nº 331, IV, V e VI do c. TST, cuja atual redação, contrariando a tese da litisconsorte, deixa inequívoco que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, no que se refere a todas àquelas obrigações, inclusive quanto aos entes da Administração Pública, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da Lei de Licitações, a saber:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange

todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Na esteira da decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 8.666/93, a corte trabalhista reafirmou a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive, quando se tratar de ente público, desde que evidenciada a omissão no cumprimento do dever que lhe compete, especialmente na fiscalização que deve exercer sobre a prestadora.

Dessa forma, não há mais espaço para debate acerca da responsabilidade objetiva do ente público, na forma do artigo 37 da Constituição da República.

Igualmente, tem-se por certo que, ao firmarem contrato de interposição com as prestadoras de serviços, as contratantes devem se cercar de todas as garantias necessárias, sobretudo no que diz respeito à idoneidade econômica e financeira das contratadas, visando que estas adotem condutas regulares na contratação de seus empregados e, outrossim, que honrem os seus compromissos trabalhistas e fiscais.

Imperioso destacar que a não observância do cumprimento dos contratos trabalhistas caracteriza culpa pela negligência nesse acompanhamento, caso em que a contratante assumirá os riscos da contratação de empresa inidônea.

A litisconsorte socorre-se da Lei n. 8.666/93, a qual, em seu art. 71, parágrafo 1º, isenta de responsabilidade a Administração Pública pela mera inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, reputando-a impeditiva de sua responsabilidade.

Vários são os óbices à aplicabilidade da regra supra invocada.

O Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, reconheceu a constitucionalidade da norma indigitada (art. 71, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93), que veda a transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais que sejam resultantes da execução do contrato.

Pertinente por isso mencionar que, ao mesmo tempo em que o STF declarou a constitucionalidade da Lei n.º 8.666/93, mostrou consenso em exortar que seja dedicado maior rigor ao exame das causas da inadimplência que se fundarem em culpa in vigilando.

Com efeito, o dever de fiscalização consta da própria lei que instituiu regras para o processo licitatório (art. 58, inc. III, da Lei n. 8.666/93):

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - [[...]; II - fiscalizar-lhes a execução.

A recorrente, ao contrário do alegado, não fez prova de que exigiu da empresa contratada os comprovantes de quitação dos direitos trabalhistas de seus empregados, não constando nos autos do processo prova contundente nesse sentido.

Deveria, no âmbito de seu poder fiscalizatório, compelir a reclamada a comprovar o pagamento dos salários, FGTS, verbas rescisórias, etc., uma vez que dispõe de mecanismos para esse fim, como, por exemplo, a retenção de valores. Deixando de fazê-lo, incorreu em culpa *in vigilando.*

Não há falar em inversão do ônus da prova, porque se trata de fato impeditivo do direito do autor, cujo ônus, a teor do art. 818, II, da CLT pertence à litisconsorte no caso, em face não só da obrigatoriedade legal da fiscalização, como também do princípio da aptidão da prova, visto que o trabalhador não possui acesso a esse tipo de documentação.Registre-se, aliás, por oportuno, que, ao demonstrar a falta de quitação das verbas trabalhistas e rescisórias, o postulante comprovou a culpa in vigilando da litisconsorte, atestando que eventual fiscalização, se ocorrida, foi insuficiente e deficitária.

Frise-se que, além de simplesmente fiscalizar, a tomadora deve providenciar meios eficazes para viabilizar a quitação daquilo que é devido aos funcionários que lhe prestam serviços, sob pena de se tornar inócua a previsão legal.

Ademais, não pode a tomadora se beneficiar da força de trabalho dos empregados e, ao final, tentar se eximir da responsabilidade pelo inadimplemento ocorrido durante o pacto laboral.

No caso vertente, fica evidenciada, portanto, a contratação de empresa que não procedeu com regularidade no pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias de seus contratados.

Mostra-se, assim, efetiva e suficiente a irregularidade no comportamento da litisconsorte, com a respectiva prova de dano suportado pelo autor, por conta de conduta da tomadora.

Mister ressaltar, por oportuno, que a aplicação da Súmula nº 363 do C. TST: '*A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.',* restringe-se aos casos de contratação direta de servidor público, não sendo o caso dos autos, que se trata de responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, matéria que foge ao teor do referido enunciado.

Não há falar, portanto, em ofensa ao disposto no art. 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, ou ao art. 37, II e parágrafo 6º, da CF/88, inexistindo circunstância que afete a condenação subsidiária, consubstanciada no Enunciado 331 do C. TST.

Nada a reformar.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Nahipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo dosarts. 58, III, da Lei 8.666/93, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000408-19.2017.5.11.0016

Relator	DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR
RECORRENTE	CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO	JOSE COELHO PAMPLONA NETO(OAB: 134643/SP)
RECORRIDO	ANDERSON DE OLIVEIRA SOARES
ADVOGADO	GERSON DA SILVA PAULINO(OAB: 8445/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
Advogado(a)(s):	JOSE COELHO PAMPLONA NETO (SP - 134643)
Recorrido(a)(s):	ANDERSON DE OLIVEIRA SOARES
Advogado(a)(s):	GERSON DA SILVA PAULINO (AM - 8445)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 26/07/2019 - id.b19c6e8 ; recurso apresentado em 01/08/2019 - id. 93e5e85).

Regular a representação processual (id. 3eb5b23).

Satisfeito o preparo (ids. dde0b3d, e5790eb e e5790eb).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Outras Relações de Trabalho/Contrato de Estágio.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)da Lei nº 6494/1977; da Lei nº 11788/2008.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que não concorda com os fundamentos utilizados pelo acórdão, ao argumento inicial de que as atividades do recorrido sempre tiveram o acompanhamento de um supervisor designado para este fim.

Consta no v. acórdão (id. 0669511):

'(...)

CONTRARRAZÕES(Id cc6e5cd).

VOTO

Conheço do Recurso, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade.

1. A recorrente argumenta que as atividades do reclamante eram acompanhadas por um supervisor e relacionavam-se à aprendizagem das funções exercidas pelos empregados da empresa; o contrato de estágio tinha o objetivo de proporcionar a participação do estudante em situações reais de trabalho, fornecendo-lhe conhecimento prático e teórico para sua inserção no ambiente profissional, conforme disposto na Lei 11.788/2008; a instituição de ensino jamais seria conivente com a reclamada se o objetivo desta fosse fraudar uma relação empregatícia; a empresa

recorrente possui empregados contratados exclusivamente para atuação na bilheteria, área de alimentação e demais setores. Requereu a improcedência do vínculo empregatício deferido na Decisão de origem.

2. A relação de estágio é regulamentada pela Lei 11.788/2008, cujo art. 1º define o seguinte:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

3. A validade da relação de estágio, estabelecida entre a empresa concedente, o educando e a instituição de ensino, condiciona-se à observância de requisitos elencados no referido diploma legal, entre eles: matrícula e frequência regulares do educando; celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; comprovação de compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso (art. 3º, incisos I, II e III da Lei nº 11.788/2008).

4. No caso dos autos, a empresa não apresentou provas de nenhum desses requisitos. O 'termo de compromisso' registrado na CTPS do reclamante (Id ccc169d) sequer informa a instituição de ensino ao qual seria vinculado, muito menos descreve as atividades a serem desempenhadas. A anotação genérica do termo de compromisso na CTPS do reclamante certamente não basta para demonstrar sua validade.

5. A prova documental anexada à defesa (Id 086e12f e seguintes) é inconsistente. Resume-se ao registro de informações pessoais do reclamante, data de contratação etc, atestado de saúde ocupacional, recibos de pagamento mensais e termo de rescisão de compromisso de estágio, não sendo hábil para confirmar a observância dos requisitos legais do contrato de estágio.

6. A prova oral (ata de audiência, Id 29eb8b5) tampouco supre a falta de prova por parte da empresa. MARCOS VINICIUS RIBEIRO QUEIROZ, arrolado pelo reclamante tão somente confirmou as teses deste, verbis:

(...) que o reclamante foi contratado para ser estagiário, mas fazia um monte de serviços, tal como o depoente, que trabalhava no mesmo setor com o reclamante, e o mesmo fazia as atividades citadas anteriormente (...) que o depoente pegava às 15:30 o serviços e largava às 23:00; que o reclamante, deveria, como estagiário, pelo que pensa, ficar recebendo os bilhetes dos clientes; que na maioria das vezes o reclamante ficava operando caixa, revezando na limpeza dos banheiros e jogar o lixo.

7. Correta a Decisão de origem. **Nega-se** provimento ao Recurso.

(...)'

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

Por fim, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais, portanrto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afastaria, de qualquer modo,a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000098-36.2019.5.11.0018

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	CRBS S/A
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)
RECORRENTE	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
ADVOGADO	FLAVIA GEORGIA VELOSO FRAGA SILVA CUNHA(OAB: 8558/AM)
ADVOGADO	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM(OAB: 4885/AM)
RECORRIDO	CRBS S/A
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)
RECORRIDO	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
ADVOGADO	FLAVIA GEORGIA VELOSO FRAGA SILVA CUNHA(OAB: 8558/AM)
ADVOGADO	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM(OAB: 4885/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
- CRBS S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
Advogado(a)(s):	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM (AM -
Recorrido(a)(s):	CRBS S/A
Advogado(a)(s):	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES e OUTROS (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 08/08/2019 - id. bbbe07a; recurso apresentado em 20/08/2019 - id.4981753).

Regular a representação processual (id. 4a66842).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. ee97bd3), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 219;Súmula nº 329 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)§4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O recorrente sustentaque a condenação em honorários recíprocos não pode prosperar, na medida em que inconstitucional o art. 791-A da CLT, por violação ao art. 5º, XXXV, da CF.

Consta no v. acórdão (id. 53e101e):

'(...)

Dos honorários sucumbenciais (matéria exclusiva do recurso do reclamante)

Alega o recorrente que os honorários advocatícios de sucumbência são incompatíveis com o processo do trabalho, fora das hipóteses previstas nas Súmulas 219 e 329 do TST.

Aduz que concedê-los neste feito implicaria fatalmente ofender os princípios peculiares que regem o Direito do Trabalho, bem como o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, corolário de um Estado Democrático de Direito.

Assim, requer a declaração incidental da inconstitucionalidade do art. 791-A da CLT, de modo a afastar a sua aplicabilidade para este processo por se tratar de norma de conteúdo substancial.

Sem razão o recorrente.

Entendo não existir inconstitucionalidade no disposto no art. 791-A e §4º, da CLT, não prosperando a alegação de que a condenação ao pagamento de verba honorária viola o dispositivo constitucional indicado, pois a dedução prevista no citado parágrafo deve ser pinçada quando o crédito deferido ao autor for suficiente para suportar os honorários da outra parte, sem inviabilizar objetivamente as parcelas reconhecidas em decisão.

Destaco que o C. TST, por meio da Instrução Normativa nº 41/2018, art. 6º, firmou o entendimento de que o art. 791-A, e parágrafos, da CLT, tem aplicação nas ações propostas após 11/11/2017.

Assim sendo, mantenho a condenação das partes ao pagamento de honorários sucumbenciais recíprocos.

Por estes fundamentos, conheço dos recursos ordinários; nego provimento ao recurso do reclamante; concedo provimento parcial ao recurso da reclamada para julgar improcedente o pedido de horas intervalares e alterar o parâmetro de liquidação da diferença de horas extras para que seja observado na apuração da jornada o intervalo pré-assinalado nos registros de ponto, mantendo a sentença nos demais termos.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do(s) tópico(s) recorrido(s)**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000197-70.2018.5.11.0008

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	EDNEY CASTRO LEAO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RECORRIDO	SB COMERCIO LTDA
ADVOGADO	SILVIA CHRISTINA LIMA DE MATOS(OAB: 2877/AM)
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNEY CASTRO LEAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	EDNEY CASTRO LEÃO
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	SB COMÉRCIO LTDA
Advogado(a)(s):	MÁRCIO LUIZ SORDI (exclusividade - id. 0d957ac)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. e2d0ac8; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. 81da209).

Regular a representação processual (id. a6efe58).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 19a2e36), nos termos da

OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Periculosidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)§4º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Orecorrente sustenta que a decisão da Turma, quanto ao adicional de periculosidade,além de divergir do entendimento de outros tribunais regionais edo C. TST, também viola o §4º do art. 193 da CLT, o qual diz serem perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta, caso do recorrente.

Aduz, ainda, que a condenação do recorrente em honorários sucumbenciais, viola o devido processo legal, substanciado nos incisos XXXV e LXXIV, do art. 5º, da CF, eis que o recorrente é beneficiário da Justiça Gratuita. Nesse sentido, sustenta o recorrente que os tribunais regionais tem adotado a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais do beneficiário da Justiça Gratuita, enquanto permanecer o estado de miserabilidade deste e, neste ponto, residiria a divergência entre o v. acórdão recorrido e a jurisprudência pátria. Alude também o recorrente acerca de decisão recente do TRT da 14ª Região que arguiu incidente de inconstitucionalidade do artigo 791-A, §4º da CLT, pelo que pugna pela suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais, bem como pelo acolhimento de incidente de arguição de inconstitucionalidade do artigo 791-A, § 4º, da CLT, conforme arestos que seguem transcritos no apelo.

Consta no v. acórdão (id. d72056b):

'(...)

Do adicional de periculosidade

Nas razões recursais, o reclamante insurge-se contra a improcedência dos pedidos adicional de periculosidade e reflexos. Alega que a Lei 12.997/2014 é clara ao estabelecer o direito dos motociclistas ao pagamento de adicional de periculosidade. Reitera a tese de que a atividade do motociclista expõe o obreiro a riscos, ensejando o pagamento do adicional. Pugna pela exclusão da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência.

Ao exame.

Nos termos do artigo 193, da CLT, *são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição do trabalhador a:*

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Nos parágrafos, o texto celetista acrescenta que:

§ 1º - **O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.**

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4o **São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)**

(destaques acrescidos)

Como se nota, o §4º do art.193, acrescentado pela Lei n.12.997/2014, classifica como perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Aqui nasce a divergência. O adicional de periculosidade, no caso do motociclista, é devida de forma imediata, como aparenta disciplinar o §4º do art.193 ou enseja regulamentação, como assinala o *caput* ?

Ora, não há dúvidas que a interpretação do texto de lei invoca uma leitura que transpõe os limites da mera literalidade de um dispositivo, demandando um olhar para o todo, ou seja, é necessário olhar não apenas o §4º, mas e principalmente o caput do art.193 da CLT, o qual norteia a disciplina.

A função dos parágrafos, nesse contexto, é exemplificar, explicar ou disciplinar a matéria do caput com maior especificidade, bem como trazer eventuais exceções. Não pode o parágrafo, contudo, ir além, relegando requisitos legais dispostos na cabeça do instituto.

Uma leitura do caput artigo 193 da CLT, nesse sentido, leva-nos à ilação de que cabe à regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho disciplinar as atividades ou operações perigosas.

Logo, conquanto prevista expressamente na lei, são as regulamentações que explicitam quais atividades ou operações que se enquadram no dispositivo legal, ensejando a percepção do adicional de 30%.

No caso específico dos motociclistas, o adicional de periculosidade

foi regulamentado pela Portaria nº1.565/2014, de 14.10.2014, colacionada em sua integralidade a seguir:

PORTARIA Nº 1.565, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Publicada no DOU de 14/10/2014

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.930/2014

Efeitos suspensos pela Portaria nº 5/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 220/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 943/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 946/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.151/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.152/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.262/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.286/2015

Aprova o Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicleta - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155, 193 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicleta - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os itens 16.1 e 16.3 da NR16, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

16.1. São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos desta Norma Regulamentadora - NR.

16.3 É responsabilidade do empregador a caracterização ou a descaracterização da periculosidade, mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, nos termos do artigo 195 da CLT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

ANEXO 5 - ATIVIDADES PERIGOSAS EM MOTOCICLETA

1. As atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas são consideradas perigosas.

2. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo:

a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;

b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;

c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.

d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

(http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P1565_14.html)

Como se nota, a Portaria nº. 1.565/2014, conquanto bastante esclarecedora, teve seus efeitos suspensos por 09 outras portarias, dentre elas a Portaria nº.220, de 03.03.2015, a qual suspendeu os efeitos da Portaria n.1565/2014 para inúmeras associações de empregadores e sindicatos, dentre os quais o Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Amazonas - SINCADAM, do qual a reclamada faz parte (fl.84).

Ora, a suspensão da Portaria nº.1.565/2014 para o sindicato que a reclamada integra, projeta efeitos nas relação mantida entre esta última e seus empregados.

Ou seja, suspensos os efeitos da portaria que regulamenta o adicional de periculosidade aos motociclistas, resta suspenso, por consequência, o direito ao adicional, desobrigando o empregador do pagamento.

Tal conclusão alinham-se ao princípio da legalidade, na medida em que o empregador não está obrigado a fazer algo que não se encontra regulamentado ou com a regulamentação desprovida de efeitos, como no caso dos autos.

Aqui, nota-se que a Portaria 1.565/2014 projetou seus efeitos quanto à reclamada apenas no período de 13.10.2014 a 03.03.2015, ocasião em que houve a suspensão dos seus efeitos pela Portaria MTE nº.220/2015.

Logo, cabível a condenação da reclamada apenas nesse período, qual seja, 13.10.2014 a 03.03.2015, porquanto os efeitos da Portaria 1.565/2014 eram válidos quanto à reclamada.

Reitero de que os efeitos da Portaria 1.565/2014 só foram suspensos em relação ao Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Amazonas - SINCADAM, do qual a reclamada faz parte (fl.84), em 03.03.2015, estando válidos no período entre a edição da Portaria (13.10.2014) e a suspensão (03.03.2015).

Nesse sentido o seguinte julgado do C.TST:

'AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS EM VIAS PÚBLICAS. PORTARIA N.º 1.565/14. LIMINAR. SUSPENSÃO DOS EFEITOS. ABRANGÊNCIA. 1. O Ministério do Trabalho e Emprego, com o fim de regulamentar o § 4º, do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescido pela Lei n.º 12.997/2014, editou a Portaria n.º 1.565 de 13/10/2014, adicionando o anexo 5 à Norma

Regulamentadora n.º 16 da Portaria n.º 3.214/78, que dispõe sobre as atividades e operações perigosas, fazendo constar do quadro de atividades perigosas as desenvolvidas por trabalhadores que utilizam motocicletas ou motonetas em vias públicas. 2. Diante de ações ajuizadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas- ABIR e pela Confederação Nacional das Revendas AMBEV e das Empresas de Logística da Distribuição - CONFENAR perante a 20ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Juízo Federal de primeira instância deferiu, em sede de antecipação de tutela, decisão liminar mediante a qual se determinara que o supramencionado órgão ministerial suspendesse os efeitos da Portaria n.º 1.565 de 13/10/2014. 3. O referido órgão ministerial, ante os esclarecimentos prestados pelo Juízo que deferiu a aludida liminar, editou a Portaria n.º 5 de 7/1/2015, mediante a qual suspendera os efeitos daquela Portaria somente em relação aos associados da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas e aos confederados da Confederação Nacional das Revendas AMBEV e das Empresas de Logística da Distribuição, permanecendo em vigor, portanto, para as demais categorias profissionais, a referida Portaria ministerial, o que garante a estes empregados, enquanto vigente a Portaria n.º 1.565/14, o direito a percepção de adicional de periculosidade em decorrência do exercício de atividades utilizando motocicletas ou motonetas em vias públicas, nos termos do novel § 4º, do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. 4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.' (AIRR - 623-31.2015.5.12.0050, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Julgamento: 31/08/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/09/2016)

Postas essas premissas, reformo a sentença *a quo* para fins de condenar a reclamada a pagar ao reclamante, o que vier a ser apurado em liquidação de sentença a título de adicional de periculosidade no percentual de 30% do salário-base, no período de 13.10.2014 a 03.03.2015, além de reflexos nas parcelas de férias acrescidas de 1/3, 13ºs salários e FGTS.

Juros de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação (Lei 8.177/91).

Correção monetária a partir do vencimento da obrigação, que em sede trabalhista se dá no mês subsequente ao da prestação dos serviços, nos termos das Súmulas 200 e 381 do C. TST.

Honorários sucumbenciais - direito intertemporal

O reclamante entende incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, questionando, inclusive, o percentual estabelecido na sentença.

Sem razão.

Conquanto essa Relatora tenha posicionamento firme quanto à inaplicabilidade dos honorários advocatícios sucumbenciais aos processos anteriores a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, a questão ganha novos contornos nos processos apresentados após 11.11.2017, como é o caso dos autos.

Aqui, o reclamante lá ingressa em Juízo sabedor dos riscos e ônus que terá que encarar diante da sucumbência parcial ou total nas postulações apresentadas.

No caso dos honorários advocatícios sucumbenciais, deve o autor arcar com a condenação ainda que seja beneficiário da Justiça Gratuita.

Vejamos a integralidade do novo art.791-A da CLT:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Logo, no caso dos autos, não há outra saída a não ser a condenação do reclamante ao pagamento de honorários

advocatícios sucumbenciais, nos termos e percentuais estabelecidos na sentença, os quais refletem os comandos legais. Tal premissa encontra amparo no posicionamento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, constante do art.6º da Instrução Normativa 41 de 2018.

Logo, não há que se falar em reforma da decisão nesse ponto.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada e, em consequência, tambémdo tema relativo ao adicional de periculosidade, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Ainda, quanto aos honorários advocatícios, frise-se quea Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Desse modo, não se viabiliza o recurso de revista notocante aos honorários advocatícios sucumbenciais, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001035-35.2017.5.11.0012

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRIDO	ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JUNIOR
ADVOGADO	GUSTAVO DA SILVA GRILLO(OAB: 7883/AM)
ADVOGADO	ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS(OAB: 7526/AM)
RECORRIDO	NECTAR NUCLEO ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JUNIOR
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.PETROBRAS TRANSPORTE S.A -
Advogado(a)(s):	1.SYLVIO GARCEZ JUNIOR e OUTROS (BA - 7510)
Recorrido(a)(s):	1.ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JÚNIOR

Advogado(a)(s): 1.ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (AM - 7526)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 0d64f0a; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. c14bbb4).

Regular a representação processual (id. bb3fda3).

Satisfeito o preparo (ids. 316bfdf, 0420523; 9815f39, 5845e0f; 9992ae1 e 85e8700; e4f1f7b; 4fb252b; f5de1b5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Recurso/Sobrestamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item IV e V do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 5º, inciso XLV;artigo 5º, inciso LIV;artigo 5º, inciso LV;artigo 37, inciso XXI;artigo 37, §6º;artigo 97, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: artigo 186 do Código Civil;artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil de 1973;inciso I do §1º do artigo 3º da Lei nº 8666/1993;alínea 'b' do inciso IIIdo artigo 4º da Lei nº 4717/1965;alínea 'c' do inciso IIIdo artigo 4º da Lei nº 4717/1965;inciso I do §1º do artigo 3º da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- ADC 16;
-Decreto 2.745/98

Sustenta que o acórdão recorrido incidiu em flagrante violação ao art. 97 da Constituição Federal, na medida que afastou a aplicabilidade do art. 71 da Lei 8.666/93 acatando, ainda que de forma implícita, sua insconstitucionalidade, sem a observância do princípio da reserva do plenário. Na sequência, aduz que o Regional agiu em desacordo com a súmula nº 10 do STF.

Alega que aomanter a responsabilidade subsidiária da recorrente à satisfação das verbas deferidas na reclamatória, o acórdão violou o artigo5º, II, LIV e LV, além do artigo37, XXI e§6º, ambos da Constituição Federal.

Requero sobrestamento do presente processo, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral do RE 603397, que ainda pende de julgamento.

Alega, ainda,que o STF firmou o entendimento de que o ônus da prova da culpa in vigilando, no caso de terceirização trabalhista levada a cabo pela Administração Pública, deve recair sobre o Reclamante.

Consta no v. acórdão (id. 6e2218d):

'(...)

Ilegitimidade passiva

A litisconsorte suscitou a preliminar em epígrafe, de que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, ao argumento de que não possui vínculo com o reclamante.

Ocorre que o autor postulou a condenação da PETROBRÁS TRASPORTE S A - TRANSPETRO justamente pelo fato de ter trabalhado diretamente para esta.

Nesse contexto, considera-se satisfeita a condição da ação, consistente na legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual instaurada. Isso porque, de acordo com a teoria da asserção, a lide deve ser analisada nos exatos limites subjetivos da sua proposição.

No presente caso, é interesse do reclamante de ver a litisconsorte condenada, de forma subsidiária, ao pagamento das parcelas trabalhistas, exatamente pelo fato de alegar que lhe prestou serviços, na condição de tomadora e não de empregadora direta.

Dessa forma, tem-se como suficiente tal afirmação para considerar satisfeita a condição da ação relativa à legitimidade da litisconsorte para figurar no polo passivo.

Rejeita-se.

MÉRITO

Responsabilidade subsidiária

Incontroverso que a recorrente se beneficiou da força de trabalho da reclamante, o que não foi negado e, inclusive, foi corroborado pelos documentos juntados ao processo, em especial, pelo contrato de trabalho celebrado entre autor e ré (id 113b34c), o qual já faz referência ao local da prestação laboral.

Nessa linha é que se firma a responsabilidade subsidiária da recorrente, aplicando-se a Súmula nº 331, IV, V e VI do c. TST, cuja atual redação, contrariando a tese da litisconsorte, deixa inequívoco que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, no que se refere a todas àquelas obrigações, inclusive quanto aos entes da Administração Pública, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da Lei de Licitações, a saber:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do

empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
Na esteira da decisão do STF, que reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 8.666/93, a corte trabalhista reafirma a responsabilidade subsidiária do ente público quando evidenciada a omissão no cumprimento do que lhe compete, especialmente, na fiscalização sobre a prestadora na execução dos contratos.
Dessa forma, não há mais espaço para debate acerca da responsabilidade objetiva do ente público, na forma do artigo 37 da Constituição da República.
Igualmente, tem-se por certo que, ao firmarem contrato de interposição com as prestadoras de serviços, as contratantes devem se cercar de todas as garantias necessárias, sobretudo no que diz respeito à idoneidade econômica e financeira das contratadas, visando que estas honrem, em especial, seus compromissos trabalhistas e fiscais.
Imperioso destacar que a não observância do cumprimento dos contratos trabalhistas caracteriza culpa pela negligência nesse acompanhamento, caso em que o contratante assumirá os riscos da contratação de empresa inidônea.
O dever de observância dos procedimentos licitatórios, inclusive, está diretamente relacionado a tais aspectos e exigências (art. 37, XXI, da CF c/c art. 27 da Lei 8.666/93).
O litisconsorte socorre-se da Lei n. 8.666/93, art. 71, parágrafo 1º, que isenta de responsabilidade a Administração Pública pela mera inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, pelo real empregador, reputando-a impeditiva de sua responsabilidade.
Vários são os óbices à aplicabilidade da regra supra invocada.
O Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, reconheceu a constitucionalidade da norma indigitada (art. 71, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93), pela qual se veda a transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
Pertinente, por isso, mencionar que, ao mesmo tempo em que o STF declarou a constitucionalidade da Lei n.º 8.666/93, mostrou consenso em exortar que seja dedicado maior rigor ao exame das causas da inadimplência que se fundarem em culpa *in vigilando.*
Importante registrar que o dever de fiscalização da Administração consta da própria lei que instituiu regras para o processo licitatório (art. 58, inc. III, da Lei n. 8.666/93):
Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - [[...]; II - fiscalizar-lhes a execução.
No caso *sub judice,* a recorrente apresentou alguns documentos que demonstraram a realização de reuniões, para acompanhamento do contrato, além de notificações destinadas à reclamada, quando verificadas irregularidades quanto ao pagamento dos funcionários (id bcb45c0, id ecf06f4 e id b6367f1).
Entretanto, a simples emissão de notificações e realização de reuniões, sem a adoção de providências que objetivem garantir o efetivo pagamento dos empregados, não afasta a existência de culpa in vigilando.
Com efeito, no âmbito do poder fiscalizatório, a litisconsorte deveria compelir a ré a comprovar o regular pagamento dos salários, no prazo legal, bem como do FGTS e das verbas rescisórias dos funcionários, ante a natureza alimentar de tais parcelas, na medida em que dispõe de mecanismos para esse fim, como, por exemplo, a retenção de valores. Deixando de fazê-lo, incorreu na culpa in vigilando.
Consigne-se que a concessão de prazo, sucessivas vezes, para que seja providenciada a regularização das pendências, não atende ao objetivo fiscalizatório previsto em lei.
Veja-se, como exemplo da falha cometida pela litisconsorte, a ata da reunião de 30.12.16 (id bcb45c0 - pág. 184/pdf), na qual não havia prova de quitação das verbas trabalhistas dos meses de novembro e dezembro de 2016, sem que tenha sido adotada providencia enérgica capaz de solucionar a questão.
Ademais, na oportunidade, a reclamada informou que o plano de saúde dos funcionários estaria em dia a partir de 1.12.16, porém, a reunião foi feita depois da data informada, ou seja, em 30.12.16, e a pendência ainda permanecia.
Acrescente-se que o extrato que instruiu a exordial (id 39ebade) demonstra que, no ano de 2015 (maio e junho) e no ano de 2016 (outubro, novembro e dezembro), o FGTS do autor já estava em atraso, todavia, nada foi feito a esse respeito. Aliás, as guias de

entrega de documentos juntadas com a contestação não se referem aos meses em que não houve depósito fundiário, o que corrobora a culpa in vigilando da litisconsorte.

Frise-se, por oportuno, que as notificações apontam a aplicação de multas e a retenção de valores nas faturas, para fins de adimplemento das multas impostas, porém, que não há indicação de providências destinadas ao pagamento dos trabalhadores.

Cumpre mencionar que não há falar em inversão do ônus da prova, porque a comprovação da fiscalização efetiva se trata de fato impeditivo do direito do autor, cujo ônus, a teor do art. 818, II, da CLT, pertence à litisconsorte, no caso, em face não só da obrigatoriedade legal de supervisão, como também do princípio da aptidão da prova, visto que o trabalhador não possui acesso a esse tipo de documentação. Na verdade, o reclamante fez prova de seu direito ao demonstrar o não pagamento de seus consectários trabalhistas e rescisórios.

Assim, fica evidenciada a contratação de empresa que não procedeu com regularidade o pagamento de salários, depósitos fundiários e verbas rescisórias. Mostra-se, portanto, efetiva e suficiente a irregularidade de comportamento da litisconsorte, com a respectiva prova de dano suportado pelo autor.

Mister ressaltar, por relevante, que a aplicação da Súmula nº 363 do C. TST, '*A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e §2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS*', restringe-se aos casos de contratação direta de servidor público, não sendo definitivamente o caso dos autos, tendo em vista no presente caso tratar de responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, no caso a recorrente/litisconsorte, matéria que foge ao teor do referido enunciado.

Não há falar, por conseguinte, em ofensa ao artigo 5º, II, da CFBR/88, de modo a afetar a condenação subsidiária imposta, consubstanciada pelo Enunciado n. 331 do C. TST.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade subsidiária imposta abrange todas as verbas objeto da condenação, por constituírem obrigações decorrentes do pacto laboral que não foram observadas pelo empregador, consoante dispõe a Súmula 331, item VI, do TST.

Nada a reformar, portanto.

(...)'

Relativamente ao ônus da prova, destaco que os argumentos expendidos pela parte recorrente não atendem o propósito de impugnar os fundamentos em que está assentado o acórdão. Com efeito, o recorrente afirma que houve indevida inversão do ônus da prova, enquanto a decisão da Turma foi sentido de o reclamante conseguiu demonstrar a completa inação do ente público no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93, configurando portanto, sua responsabilidade subsidiária, situação que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.

No que concerne à alegação de não observância do princípio da reserva do plenário, princípio da igualdade, inviável a análise do recurso, uma vez que a Turma não adotou tese sobre a matéria, à luz do dispositivo invocado pela parte recorrente (art. 97 da CF/88). Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297 do TST.

Em relação ao pedido de sobrestamento, resta prejudicada a análise do recurso, em razão da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho possuir entendimento no sentido de que a determinação contida nos arts. 543-B, § 1º, do CPC/73 (atual art. 1.036, §1º, do CPC/2015) e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, destina-se apenas aos recursos extraordinários interpostos.

Quanto à lesão do art. 5º, II, da CF, registro que o STF, por meio da Súmula nº 636, já firmou o entendimento de que, dado o comando genérico dessa norma, não há como considerá-la isoladamente vulnerada.

Igualmente, a violação imputada ao art. 5º, LIV e LV da Lei Maior não viabiliza o apelo, pois eventual ofensa ao texto da Constituição da República resultaria da infringência reflexa a normas legais, o que não se coaduna com o caráter extraordinário do instrumento processual ora analisado.

Contudo, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001560-47.2017.5.11.0002

Relator RUTH BARBOSA SAMPAIO

RECORRENTE	ADMILSON SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RECORRIDO	MASA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
RECORRIDO	GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	MARCO AURELIO LUCAS DE SOUZA(OAB: 2185/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMILSON SILVA DE ALMEIDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ADMILSON SILVA DE ALMEIDA
Advogado(a)(s):	1.ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA e OUTROS (AM -
Recorrido(a)(s):	1.GLOBALSERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
Advogado(a)(s):	1.MARCO AURÉLIO LUCAS DE SOUZA e OUTRO (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 39253ab; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 581c4e0).

Regular a representação processual (id. a6937c8).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 5b1ef1c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Repouso Semanal Remunerado e Feriado/Feriado em Dobro.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 146;Súmula nº 444 do Tribunal Superior do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

Orecorrente alega que houve equívoco da Turma na análise e valoração das provas existentes nos autos ao julgar o pleito do recorrente relativo a horas extras em dobro pelo labor em dias feriados. Sustenta que a decisão é contráriaao entendimento consolidado do C. TST, contido nas Súmulas 444 e 146.

Consta no v. acórdão (id. 6a048e4):

'(...)

MÉRITO

Das horas extras com adicional de 100% - domingos e feriados - teses da reclamada e do reclamante

Nas razões do apelo, a ré alega que não cabe o pagamento em dobro dos domingos trabalhados, consoante farta jurisprudência do Tribunal Regional e do TST. Aduz que a partir de setembro de 2013 houve o efetivo pagamento dos feriados trabalhados, em consonância com o disposto na Súmula 444 do TST. Acrescenta que caso mantida a condenação, deve ser deferido ao obreiro apenas o adicional de 100%, já que houve o efetivo pagamento da jornada laborada, nos termos da Súmula 85 do TST. Pugna pela reforma do julgado.

O reclamante, por seu turno, alega que o Juízo de primeiro grau não considerou todos os feriados laborados, cabendo reforma parcial do julgado nesse sentido.

Assiste parcial razão à reclamada e ao reclamante.

Ora, uma apreciação cautelosa das provas trazidas aos autos, mormente no tocante aos recibos de pagamentos (fls.459/504) evidencia que a partir de setembro de 2013 (fl.467) havia o pagamento integral dos feriados trabalhados, sob a rubrica 'súmula 444'.

Cabe ressaltar que a partir da análise de diversos casos idênticos envolvendo a mesma reclamada e a mesma matéria (CPC/15, art.375 c/c com art.852-D, da CLT), é do conhecimento deste Juízo que a reclamada passou a pagar os feriados em dobro a partir de outubro de 2013, na trilha do posicionamento sedimentado na Súmula 444 do TST.

Ora, conforme argumenta a reclamada, houve o pagamento, registrado nos demonstrativos, dos feriados trabalhados, tendo a ré se alinhado ao entendimento jurisprudencial.

Contudo, o posicionamento esposado na Súmula 444 do TST tem

efeitos a partir de 27.09.2012, tendo a reclamada efetuado o pagamento apenas a partir de setembro de 2013.

Logo, no período imprescrito de setembro de 2012 a setembro de 2013 cabível o pagamento em dobro dos feriados laborados.

Com efeito, o posicionamento cristalizado na Súmula 444 fez mudar o teor das Convenções Coletivas da Categoria. Ou seja, somente a partir da publicação da Súmula, se tornou obrigatório, para tal categoria, o pagamento dos feriados em dobro.

Antes de 27.09.2012, as empresas de vigilância se pautavam nas disposições coletivas, as quais previam, expressamente, que o labor em feriados era considerado como dia normal de trabalho.

Não cabe, portanto, argumentar que normas coletivas previam disposição diversa pois, conforme apontado acima, o teor da Súmula 444 tem efeito a partir de setembro de 2012.

Logo, assiste razão à reclamada quando afirma que houve o correto pagamento dos feriados laborados a partir de outubro de 2013.Assim, cabendo a condenação da reclamada ao pagamento dos feriados apenas no período imprescrito de setembro de 2012 a setembro de 2013.

No segundo ponto, havendo labor em feriado, a ré deve remunerar o obreiro em dobro. Isso quer dizer, pagar o dia de trabalho duas vezes. Assim, já tendo a ré pago os feriados de forma simples, cabível a condenação apenas ao segundo pagamento, referente ao adicional de 100%.

Os contracheques (fls.459/504), demonstram que, quando houve labor em feriado, a ré efetuava o pagamento apenas de forma simples, sem considerar a dobra estabelecida na Súmula 444 do TST. Logo, cabe o pagamento apenas da parcela em dobro, quando essa não foi observada pela reclamada.

Tomemos como exemplo o contracheque de outubro de 2015 (fl.492). Quando em cotejo com o registro de frequência (fls.397) do reclamante, nota-se que ele laborou em 2 feriados, qual seja, 12.10.2015 e 24.10.2015. Logo, quanto a tais dias, percebe-se claramente que houve o pagamento parcial (simples) pela ré, ou seja, apenas parte dos dias de trabalho, sem considerar a dobra.

Assim, cabível o pagamento apenas do adicional de 100% referente aos feriados trabalhados, limitado ao período de setembro de 2012 a setembro de 2013.

Postas essas premissas, reformo a sentença a quo para fins de delimitar a condenação da reclamada ao pagamento apenas do adicional de 100% referente às horas trabalhadas em feriados, limitado ao período de setembro de 2012 a setembro de 2013.

Por fim, assiste razão ao reclamante quanto a quantidade de feriados trabalhados, devendo ser considerados na liquidação tanto os feriados nacionais, quanto os municipais e estaduais.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral do acórdão dentro do tópico recorrido** , o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000336-13.2018.5.11.0011

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	ALEX DA SILVA QUEIROZ
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)
RECORRIDO	ESPANTALHO PNEUS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX DA SILVA QUEIROZ

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	ALEX DA SILVA QUEIROZ
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	ESPANTALHO PNEUS LTDA
Advogado(a)(s):	CAROLINE PEREIRA DA COSTA (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. b18e531; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. e50f173).

Regular a representação processual (id. 67686d6).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 274af47), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação da (o)caput do artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho; parágrafo único do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

Orecorrenteinsurge-se contra o v. acórdão que julgou improcedente o pleito relativo a horas extras. Alega que, *'muito embora tenha ocupado o cargo denominado Gerente de Vendas, o Reclamante jamais possuiu poder de mando ou desempenhou função de direção ou gestão, que pudesse caracterizar como função de confiança.',* não podendo, portanto, ser incluído na exceção do art. 62, II, da CLT, razão pela qualpugna pela reforma do *Decisum.*

Consta no v. acórdão (id. 052a2fc):

'(...)

Das horas extras

O reclamante ressalta que as atribuições por ele desempenhadas não se configuram como de confiança, pois jamais possuiu poder de mando ou desempenhou função de direção ou gestão, tampouco possuía distinção remuneratória de 40% a mais do salário do cargo efetivo. Destaca trecho do depoimento da testemunha por ele arrolada e os documentos de ID b4dfbe2. Entende devidas as horas extras pleiteadas, conforme horário declinado na inicial.

Vejamos.

Conforme o art. 62, inciso II, da CLT, não estão abrangidos pelo sistema de controle de jornada 'os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento e/ou filial', dispondo o parágrafo único que deve o salário do cargo de confiança, incluindo-se aí a gratificação de função, ser pelo menos 40% superior ao valor do respectivo salário efetivo.

Para que o empregado seja considerado exercente de cargo de confiança, desobrigando o empregador de controlar sua jornada, não basta que detenha simples título de gerente, pois o contrato de trabalho é um contrato realidade, onde prevalece o real tratamento

conferido ao obreiro. Os poderes de gestão configuram-se pela atribuição de tarefas que influenciem diretamente no destino e atividade regular do empreendimento, singularizando-se pelo elemento fiduciário, representado pela delegação de atribuições de maior ou menor relevo inerentes à estrutura administrativa da empresa.

O autor, em seu depoimento pessoal, afirmou (fl. 468):

(...) que tinha poder de mando dos funcionários de pátio; (...) que não tinha poderes para advertir ou punir; que reportava ao RH algumas coisas que aconteciam para o RH tomar providências; que o depoente era a pessoa que ficava entre o RH e as pessoas que estavam sob o seu comando; que não tinha poderes para dar desconto, só trabalhava com vendas; que não tinha procuração da empresa; (...)

O preposto da reclamada, Sr. Adelmo Faraco Picanço Junior, aduziu (fl. 469):

(...) que o dono da empresa autorizava a venda através de cheques e boletos; que o gerente também tinha essa autonomia; que atrás do cheque vinha a informação de quem tinha autorizado o recebimento; (...) que no Dom Pedro o reclamante era gerente do pátio e a pessoa mais influente; que no Dom Pedro, aos sábados, era até as 14h e na Torquato ate as 15h; que o reclamante tinha normalmente uma hora de intervalo; (...) que a Sra. Angélica e todos os envolvidos ganhavam em torno de 3 a 4 mil reais; que o reclamante ganhava em torno de 6 a 8 mil reais.

A testemunha arrolada pelo reclamante, Sr. Eduardo Montenegro Gonçalves, afirmou (fl. 469):

(...) que como o reclamante era mais antigo e experiente o reclamante tinha mais poder de comando que o depoente; que o gerente de vendas não tinha ingerência na parte financeira da empresa; que o reclamante não poderia autorizar o recebimento através de cheque; que isso só o dono da empresa poderia fazer; que era uma família que tomava conta da empresa; que são vários diretores da mesma família; que o gerente de vendas não pode contratar ou demitir; que o gerente indica quem pode ser demitido; que o gerente de vendas apenas informava sobre a necessidade de vagas; que o reclamante recebia em média R$ 10 mil reais ao todo; que o salário do reclamante era maior pois o mesmo tinha mais tempo de casa; que o depoente foi treinado pelo reclamante; que entrava as 07:30 e saía as 18:30; que não tinham controle de jornada; que era o mesmo horário do reclamante; que esse horário era determinado pela reclamada; que abriam a loja; que apesar de não ter controle de jornada tinham hora para entrar e sair. (...) que o reclamante poderia almoçar dentro ou fora da empresa; que era a critério do funcionário o intervalo; que as vezes tinham que comer e descer e as vezes tiravam uma hora; que trabalhou com o reclamante de 2011 a 2012 direto, e pontualmente em outros anos.

A testemunha arrolada pela reclamada, Sra. Michele Cristiane Lima Sampaio, aduziu (fl. 470):

(...) que os gerentes podem admitir ou demitir; (...) que os gerentes poderiam punir também. (...) que o salário da depoente era R$ 3 mil quando saiu; que o salário do gerente geral era R$ 4.500 reais; que a depoente acha que seu salário em janeiro de 2016 era R$ 2.300 reais; (...)

Ora, o próprio reclamante confessou que tinha poder de mando sobre os demais funcionários da empresa, informação que foi confirmada pela testemunha por ele arrolada. Ambas as testemunhas afirmaram que o reclamante, como gerente, tinha poder de indicar quem iria ser demitido da empresa, por exemplo.

Entendo, portanto, que foi comprovado que o reclamante possuía autonomia funcional, com poderes de mando e gestão equivalentes aos diretores e chefes de departamento e filial, exercendo a função de gerente da unidade onde laborava.

Ademais, o requisito do parágrafo único do artigo 62 da CLT também foi preenchido, uma vez que o autor percebia remuneração além dos valores médios do mercado e que os demais colegas de trabalho, conforme foi melhor pormenorizado no tópico anterior.

Não há que se falar, portanto, em reforma da sentença nesse ponto.

(...)'.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais de que '*o autor não pode ser incluído na exceção do Art. 62, II do CLT* ' não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001797-72.2017.5.11.0005

Relator RUTH BARBOSA SAMPAIO

RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRENTE	IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679/RJ)
RECORRENTE	ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
ADVOGADO	ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES(OAB: 5373/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679/RJ)
RECORRIDO	ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
ADVOGADO	ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES(OAB: 5373/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
- IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.IMC SASTE-CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS
Advogado(a)(s):	1.PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS
Recorrido(a)(s):	1.ANTÔNIO NONATO GOMES MONTEIRO
Advogado(a)(s):	1.ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/08/2019 - id. 882d88a; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. e9b0745).

Regular a representação processual (id. 9e90cc0).

Satisfeito o preparo (ids. 77a8579, e179aeb; 71e0a37, 5cfa680; 62ccaea e e7d05cf ; 5ccda6b).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Confinamento.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 374 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 383 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Requer a reforma do acórdão no tocante ao adicional de confinamento, sob alegação deinexistência de lei ou decláusula em convenção coletiva de trabalho da categoria, bem como de disposição regulamentar da tomadora de serviços, que obrigue o pagamento do referidoadicional.

Consta no v. acórdão (id. bea344f):

'(...)

Do adicional de confinamento - tese do reclamante

Nos fundamentos do recurso, o reclamante sustenta que, embora trabalhando em regime de confinamento, nos mesmos termos aos quais estão submetidos os funcionários da litisconsorte, a reclamada não pagava o respectivo adicional.

Passo a analisar.

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de reconhecimento ao reclamante do direito ao adicional de confinamento no percentual de 30%, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho aplicado especificamente aos funcionários da Petrobrás.

Não se trata aqui, portanto, de pretensão de extensão do referido acordo coletivo aos empregados da reclamada, mas sim de minuciosa análise das condições de trabalho do autor e dos direitos

delas decorrentes, à luz do principio da isonomia.
Nesse contexto, a Jurisprudência trabalhista evolui sempre em direção à valorização do trabalho e da pessoa humana, devendo os direitos e garantias fundamentais estampados no art. 5º da Constituição Federal ser interpretados nesse sentido.
Ademais, a melhoria da condição social do obreiro (art.7º, caput CF) e o desenvolvimento progressivo das normas trabalhistas (art. 26, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos), constituem o cerne da legislação constitucional e trabalhista, garantindo-se plena efetividade dos direitos que amparam o trabalhador.
Assim, ao ofertar a sua força de trabalho em condições de isolamento em igual situação aos funcionários da Petrobrás, embora não haja cláusula específica em Acordo Coletivo de sua categoria, o obreiro tem direito a tratamento isonômico. Tal premissa encontra substrato na Constituição Federal, a qual assegura através da valorização do trabalho e da isonomia, a percepção de um plus que minimize as condições desfavoráveis de um trabalho confinado.
Caminhando, o Judiciário, para regramentos que valorizem o trabalho, a vida e a dignidade da pessoa humana, não seria crível que se pudesse mitigar direitos que de forma geral e abrangente se aplicam a todos os cidadãos que estão na mesma situação. Ou seja, trabalhadores vivenciando, de fato, determinadas situações em seu labor, que requer um tratamento diferenciado aos trabalhadores que laboram em condições normais.
Não se afigura como razoável a tese da reclamada de que o simples fato de não haver pactuação coletiva específica nesse sentido, constitui óbice instransponível ao direito pretendido pelo reclamante.
Como se não bastasse, as pactuações coletivas constituem meios de garantia e melhorias de direitos, e não instrumentos que possam amparar suas restrições ou patentear pretensões discriminatórias, como tenta fazer crer a reclamada.
Sobre o tema, trago à colação a seguinte jurisprudência da 2ª Turma do TST, proferida ao analisar a mesma matéria ora em questão:
RITO SUMARÍSSIMO. ADICIONAL DE CONFINAMENTO.No caso, o Regional não aplicou norma coletiva que prevê o pagamento do adicional de confinamento previsto para a categoria profissional dos petroleiros ao reclamante. A condenação ao pagamento do adicional de confinamento teve por fundamento o princípio da isonomia, haja vista que o autor trabalhava nas mesmas condições vivenciadas pelos empregados da Petrobrás que trabalham em plataformas marítimas, em situação de total isolamento do centro urbano. Assim, não se constata contrariedade à Súmula nº 374 do TST, diante desse fundamento específico em que se baseou a decisão recorrida. Verifica-se, também, que a Corte regional não analisou a matéria à luz do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e nem tampouco, foi instada a fazê-lo nos embargos de declaração que opôs, o que atrai a incidência da Súmula nº 297, itens I e II, do TST. Por outro lado, tratando-se de feito processado sob o rito sumaríssimo, afasta-se, de imediato, a análise da arguição de violação do artigo 611 da CLT, ante o óbice do artigo 896, § 6º, da CLT. Por outro lado, a indicação de violação dos artigos 5º, inciso II e 7º, incisos XXVI e XXX, da Constituição Federal, na minuta de agravo de instrumento, não pode ser examinada, pois se trata de inovação recursal, haja vista que não fora mencionada nas razões do recurso de revista. Agravo de instrumento desprovido. Processo: AIRR - 15640-26.2009.5.11.0251 Data de Julgamento: 04/05/2011, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2011.
Em razão de todo o exposto, considerando o princípio da valorização do trabalho, da dignidade humana e da isonomia, entendo ser procedente o plus salarial a título de adicional de confinamento no percentual de 30% nos salários do reclamante.
Postas essas premissas, reformo a sentença a quo para fins de condenar a reclamada e, subsidiariamente, a litisconsorte, ao pagamento de plus salarial a título de adicional de confinamento no percentual de 30% nos salários do reclamante, no período de trabalho do reclamante em Urucu, além de integrações e reflexos de tais parcelas nos consectários trabalhistas (aviso-prévio, 13ºs salários, férias e FGTS (8%+40%)).
(...)'

No tocante à divergência jurisprudencial, destaco que arestos provenientes de Turma do TST ou deste Tribunal são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111, da SDI-I do TST).
Impertinente a contrariedade apontada à Súmula 374 do TST, que trata de categoria diferenciada, enquanto que os autos tratam de empregados terceirizados.
Não há como se divisar violação do art. 7º, XXVI da Constituição Federal porque a decisão do regional considerou a isonomia para reconhecer o direito ao adicional de confinamento do recorrido, enquanto que o referido dispositivo trata do reconhecimento das normas coletivas.
Todavia, por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.
Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001987-17.2017.5.11.0011

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRENTE	VECTRA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513/MG)
RECORRIDO	VECTRA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513/MG)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	DEAN MARINHO GUERREIRO
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- DEAN MARINHO GUERREIRO
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- VECTRA ENGENHARIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.VECTRA ENGENHARIA LTDA
Advogado(a)(s):	1.CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS (MG -
Recorrido(a)(s):	1.DEAN MARINHO GUERREIRO
Advogado(a)(s):	1.KELMA SOUZA LIMA (AM - 5470)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id.94a2cac; recurso apresentado em 21/08/2019 - id.dbec8c8).

Regular a representação processual (id. 55ffab5).

Satisfeito o preparo (ids. bece669, b52dde7, f103bbf; 16e890a e 2728ae3).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Confinamento.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 374 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º, da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
- NR nº 33 do MTE.

Sustenta que, para o caso em análise, não há previsãolegal do adicional de confinamento, sendo quea concessão ampara-se em acordo coletivo válido tão somente aos empregados da Empresa Petrobrás, o que não é o caso do recorrido, de modo que a ausência de previsão legal ou convencional sobre o referido adicionalnão o torna um direito ou um dever obrigatório à recorrente, sendo a determinação judicial acerca de sua obrigatoriedade no que tange à recorrente violação expressa ao disposto no Artigo 5º, II, da Carta Magna.

Alega quenenhuma empresa deve ser submetida aos efeitos de eventual convenção coletiva de trabalho da qual não foi parte, como orienta a Súmula374 do TST.

Acrescenta que orecorrido não provou que desenvolvia suas funções sob regime de confinamento, em igualdade de condições com os demais empregados das terceirizadas contratadas pela Petrobrás e muito menos com os próprios empregados desta,não fazendo jus ao mesmo direito conferido àqueles por norma coletiva.

Aduz que oprincípio da isonomia insculpido nos arts. 3º, inc. IV, 5º, 7º, inc. XXX, da CR é a fonte inspiradora para o reconhecimento do direito, porém cabe à parte provar o alegado, exatamente o que não ocorreu na hipótese.

Consta no v. acórdão (id. 8d05e91):

'(...)

Do adicional de confinamento

A reclamada e a litisconsorte insurgem-se contra o deferimento do adicional de confinamento, alegando o referido adicional não possui previsão legal e inexiste nos instrumentos normativos com exceção dos petroleiros, portanto, não há obrigação de cumprir, pois nenhuma empresa deve ser submetida aos efeitos de eventual convenção coletiva da qual não foi parte, como orienta a Súmula nº 374, TST.

Citam vários Recursos de Revista decididos pelo TST no mesmo sentido em que apresenta seu arrazoado.

Sem razão as recorrentes.

O juízo de primeiro grau deferiu o adicional de confinamento no percentual de 30% utilizando como fundamento da sentença o princípio da isonomia, notadamente no seu aspecto material já que o reclamante estava sujeito as mesmas condições de labor dos empregados da PETROBRÁS e, que por isso, não poderia receber tratamento diferenciado.

Restou incontroverso nos autos que o reclamante laborava que o reclamante foi contratado pela reclamada para trabalhar para a litisconsorte, na localidade de Porto Urucu, notoriamente de difícil acesso, e ali permanecendo por 14 dias consecutivos, confinado nos alojamentos da litisconsorte, seguidos de 14 dias de folga.

A interpretação restritiva da norma coletiva, nos termos do que vinha procedendo a litisconsorte, ofende o princípio da isonomia e nega eficácia aos princípios constitucionais que disciplinam as condições especiais de trabalho.

A litisconsorte afirma que os acordos coletivos garantem o adicional de confinamento somente aos seus empregados, e não aos terceirizados. Assim, os empregados da litisconsorte que trabalham nas mesmas condições do reclamante são detentores do direito ao adicional de confinamento, mas não aqueles trabalhadores que são contratados por empresa interposta, o que contraria a OJ-SDI1-383.

Isso porque, sendo o direito ao adicional assegurado aos empregados que trabalham em regime de confinamento, e tendo o reclamante provado que laborava em idênticas condições, no mesmo local de trabalho, deve-se ser estendida a vantagem, por aplicação do princípio constitucional da Isonomia.

A extensão do direito ao adicional de confinamento aos empregados que laboram no Porto de Urucu, sejam empregados diretos da litisconsorte ou terceirizados, em razão de vivenciarem a mesma situação laboral, considerando as peculiaridades dos rincões amazônicos, faz com que se estenda à situação concreta com base no art.7º, XXXII, da CF, que nada mais é do que a regulamentação constitucional do princípio da isonomia.

'**ADICIONAL DE CONFINAMENTO. NORMA COLETIVA DOS PETROLEIROS. TERCEIRIZADOS.** Com espeque no princípio da isonomia (CF, 5º, caput) e, notadamente, em respeito aos princípios da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, deve ser estendido aos empregados terceirizados o direito ao adicional de confinamento previsto em norma coletiva dos petroleiros, visto que vivenciam, na Base de Urucu, a mesma realidade de isolamento e distância dos centros urbanos e da família,em indubitável privação dos momentos de lazer, da prática de esporte e do estudo, prejudicando-lhes, de igual forma, as relações sociais e pessoais. Recurso da reclamada conhecido e improvido.

HORAS IN ITINERE. REGIME DE CONFINAMENTO.

Considerando tratar-se de local de difícil acesso, não servido por transporte público regular, com o fornecimento de condução pelo empregador, caracterizada está a hora in itinere, atraindo a aplicação do §2º do art. 58 da CLT e da Súmula 90 do TST, e, por conseguinte, devidas ao autor as horas extras correspondentes, independentemente do empregado estar submetido a regime de confinamento. Recurso do reclamante conhecido e provido parcialmente. ' (TRT 11ª Região, Segunda Turma, PROCESSO RO nº 0001764-83.2016.5.11.0016, Relatora JOICILENE JERONIMO PORTELA FREIRE Juíza do Trabalho Convocada, dj 23/06/2017, p. 27/06/2017).

A alegação de que a reclamada não participou da elaboração na norma coletiva, o que impediria a aplicação dos direitos nela reconhecidos a trabalhadores abrangidos por categoria diversa, resta ultrapassada em vista do trabalho do reclamante ser o mesmo exercido pelos trabalhadores da litisconsorte, e tratar os seus direitos de forma distinta, acarretaria violação ao princípio constitucional da isonomia, o que não deve ser permitido pelo Judiciário.

Ainda, não pode servir de óbice ao direito postulado pelo reclamante a Súmula n.º 374, do TST, que dispõe '*Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.',* sob pena de se negar o próprio princípio da dignidade da pessoa humana. A igualdade no tratamento de trabalhadores submetidos a mesma condição de trabalho é impositiva, pois do contrário violaria os artigos 5º, II, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Diante do exposto, em nome do princípio da isonomia previsto no art. 7º, XXXII, e do princípio da proteção, o adicional de confinamento deve ser estendido previsto em norma coletiva dos empregados da litisconsorte, aos trabalhadores que vivenciam a

mesma realidade laboral, motivo pelo qual mantenho a sentença quanto ao adicional de confinamento durante o período laborado (05.02.14 a 02.05.2016) a base de 30%, nos moldes deferidos na sentença.

Nego provimento aos recursos da reclamada e da litisconsorte, mantendo a sentença que deferiu o adicional de confinamento em 30%.

(...)'

No tocante à divergência jurisprudencial, destaco que arestos provenientes de Turma do TST ou deste Tribunal são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111, da SDI-I do TST).

Impertinente a contrariedade apontada à Súmula 374 do TST, que trata de categoria diferenciada, enquanto que os autos tratam de empregados terceirizados.

Não há como se divisar violação do art. 7º, XXVI da Constituição Federal porque a decisão do regional considerou a isonomia para reconhecer o direito ao adicional de confinamento do recorrido, enquanto que o referido dispositivo trata do reconhecimento das normas coletivas.

Todavia, por vislumbrar possível afrontaà literalidade doinciso II do artigo 5º da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001422-68.2017.5.11.0006

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
RECORRIDO	PAULO JOSE BARROS NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RECORRIDO	A DE C VENTURELLI - EPP
ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI(OAB: 14043/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- PAULO JOSE BARROS NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE
Advogado(a)(s):	1.BETSAIDA PENIDO ROSA
Recorrido(a)(s):	1.PAULO JOSÉ BARROS NUNES
Advogado(a)(s):	1.KELMA SOUZA LIMA e OUTRO (AM - 5470)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 12/08/2019 - id. fc6a50e; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 7d7dcd5).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) item V da Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal

Federal.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º; §6º do artigo 37;artigo 97; §2º do artigo 102, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:§2º do artigo 8º da Lei nº 13467/2017; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- contrariedade à tese de Repercussão Geral realizada pelo STF no RE 760.931
- Afronta à ADC nº 16STF.

Sustenta que o acórdão recorrido divergiu do entendimento manifestado por outros Regionais, pelo TST e pelo STF acerca do ônus da prova da culpa na fiscalização do contrato. Acrescenta que incumbe à parte reclamante, nos casos em que se pleiteia a condenação subsidiária da Administração por verbas trabalhistas decorrentes de terceirização, a comprovação de que a Administração teria atuado com culpa na fiscalização do contrato administrativo.

Alega, ainda, que este Regional violou a súmula nº 331, V, do TST, bem como o art. 97, da CF, pois condenou a entidade pública de forma objetiva, sem demonstrar a sua culpa in elegendo ou in vigilando, declarando, ainda que implicitamente, a inconstitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei das Licitações, deixando de observar a cláusula de reserva de plenário, em violação ao artigo 97 da CF e a Súmula Vinculante nº 10/STF.

Consta no v. acórdão (id. 6810626):

'(...)

Responsabilidade subsidiária. Culpa *in vigilando.*

O recorrente celebrou com a reclamada o contrato nº 21/2013 e aditivo para a prestação de serviços de limpeza, conservação e vigia dos Terminais Hidroviários dos Municípios do Amazonas e Roraima, dentre eles o de Novo Aripuanã/AM em substituição à Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR (ID. cdfaec3 e 09f811c).

Por conta da avença, o autor foi admitido pela empresa em 1.12.2014, para exercer a função de auxiliar de serviços gerais (CTPS e contracheques), com rescisão em 31.8.2015. Em sede de defesa, o litisconsorte confirma que o reclamante exerceu a função de auxiliar de serviços gerais na instalação portuária pública de pequeno porte - IP4, no Município de Novo Aripuanã/AM, no período de 1.12.2014 a 31.8.2015. Destacou que exercia a fiscalização do contrato firmado entre o reclamante e a reclamada, exigindo todos os documentos de regularidade trabalhista e previdenciária, sendo o pagamento dos terceirizados realizado por meio de depósito bancário pela empresa contratada, informações que foram ratificadas em suas razões recursais.

Conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o litisconsorte foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o DNIT integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato

administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente.

In casu, os elementos dos autos evidenciam a completa inação do litisconsorte no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. O FGTS não recolhido e as verbas rescisórias inadimplidas em sua integralidade são provas concretas dessa negligência. Apesar de a reclamada estar impedida de licitar com a Administração Pública Federal, conforme se depreende do documento constante do ID.35b6313, a medida foi implementada a partir de 31.12.2015, após a saída do reclamante. Adite-se que não houve sequer cautela sobre a liberação do pagamento só ocorrer mediante a comprovação das obrigações trabalhistas dos terceirizados. Assim, a prova não é apenas documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000001-45.2019.5.11.0015

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	RODRIGO MACIEL DA SILVA
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
RECORRIDO	MUNICIPIO DE MANAUS
RECORRIDO	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO MACIEL DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.RODRIGO MACIEL DA SILVA
Advogado(a)(s):	1.PAULO DIAS GOMES e OUTROS (AM - 2337)
Recorrido(a)(s):	1.CONSTRUTORA MARQUISE S.A.
Advogado(a)(s):	1.JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 06/08/2019 - id. 7d8105a; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. fae4f2f).

Regular a representação processual (id. 110ebf4).
Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 1ad0586), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.
Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 437;itens V e VI da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
O recorrente insurge-se contra o v. acórdão, alegando equívoco da Turma quanto à análise e valoração das provas produzidas nos autos, as quais, segundo alega o recorrente, demonstram o gozo apenas parcial do intervalo intrajornada, pelo que pugna pela reforma do *Decisum.*
Sustenta, ainda, a necessidade dacondenação subsidiária do litisconsorte Município de Manaus, pela totalidade das verbas inadimplidas pela reclamada, ora recorrida. Nesse ponto alega que é da Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização do cumprimento docontrato pela reclamada.

Consta no v. acórdão (id. cb3aa5b):
'(...)
RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA
Do intervalo intrajornada
Assevera que o autor laborava em operação de limpeza urbana, atividade externa, sem fiscalização, com liberdade para escolher o horário de refeição e descanso. Também que é do reclamante o ônus da prova do trabalho extraordinário, da não concessão do intervalo intrajornada ou mesmo da fiscalização, uma vez que é fato constitutivo do seu direito, o que não satisfez.
Analiso.
O descumprimento do intervalo intrajornada previsto no Art. 71, CLT incorre em violação do tempo destinado ao repouso, além de ser medida que traz grave prejuízo à saúde do trabalhador, implicando no pagamento da hora normal acrescida no mínimo de 50%. Neste sentido é o entendimento da jurisprudência do TST, na forma da Súmula 437 do TST, segundo o qual:
INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.
III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.
IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT.
Constam nos autos registros de horário de trabalho externo do empregado indicando a pré-assinalação da hora intervalar (ID.ebdccd3). O art. 74, §2º da CLT impõe ao empregador o dever de pré-assinalar o período de repouso. Dessa forma, presente a assinalação do intervalo, é ônus do autor ilidir a presunção advinda do registro.
A testemunha arrolada pelo reclamante Francimar Tome Cardoso (ID.1ad0586) afirmou que 'os cartoes de ponto ficavam com os coletores; que o fiscal assinava a entrada e a saída no cartao; que os dias de maior movimento seriam segunda e terça feira; que quando foi admitido, no curso de integração, lhe foi dito que teria uma hora de intervalo; que a equipe decidia o horario em que iam parar para o lanche, de 10 a 15 minutos.' A meu ver se o empregado tinha autonomia para escolher o horário de repouso nada obstaria que ele usufruísse da hora integral, sendo inviável penalizar a empresa por esse fato.
Ocorre que a atividade exercida pelo obreiro era eminentemente externa (agente de coleta) sem possibilidade de fiscalização do gozo da hora intervalar por parte do empregador, ensejando a

aplicação da Súmula n.05 desta Corte o qual estabelece:

'TRABALHO REALIZADO EXTERNAMENTE. HORA INTERVALAR. Incabível o pagamento de hora intervalar a empregado que exerce atividade externamente, sem fiscalização, com autonomia para escolher o horário de refeição e descanso'.

Ressalto que a testemunha demonstrou que a equipe tinha liberdade de escolher o horário o que confirma a inviabilidade de controle da hora intervalar. Portanto, indevidas as horas postuladas de acordo com a Súmula 05 deste Regional.

Dessa forma, não há que se falar em pagamento de horas intervalares, razão pela qual a sentença deve ser reformada nesse ponto, para que seja excluída a condenação às horas intervalares e seus reflexos.

(...)

RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO RECLAMANTE

Da condenação subsidiária da litisconsorte

Aduz que a razão do chamamento da litisconsorte para compor a lide prende-se ao fato de que a reclamada era prestadora de serviços de limpeza pública para o ente Municipal. Sendo assim, a sentença deve ser modificada quanto a exclusão da litisconsorte da demanda.

Prejudicada a análise das razões recursais, tendo em vista a reforma da sentença e a improcedência do pedido principal. Mantida a exclusão do ente público.

Ad argumentandum, não há nos autos prova da omissão de fiscalização por parte do ente público de modo a ensejar a aplicação do item V e VI do enunciado 331 do TST. Como se trata de ônus de autor não seria o caso de se responsabilizar o Município.

Em conclusão, conheço do recurso da reclamada e do recurso adesivo do reclamante e, no mérito, dou provimento ao recurso da reclamada para excluir a condenação às horas intervalares e seus reflexos e condenar o reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência, no importe de 5% sobre o valor atualizado dos pedidos julgados improcedentes. Negar provimento ao recurso do reclamante.

(...)'.

Quanto ao intervalo intrajornada, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais, de queo trabalho externa realizado pelo recorrente era fiscalizado de forma ostensiva e efetiva pela recorrida, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

Também no que diz respeito à responsabilização subsidiária do litisconsorte, oColegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Diante da premissa fática delineada no acórdão de que '*não há nos autos prova da omissão de fiscalização por parte do ente público de modo a ensejar a aplicação do item V e VI do enunciado 331 do TST*', não se vislumbra possível violação aos dispositivos apontados.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0002221-73.2015.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	ARON PEREIRA WHIBBE(OAB: 2202/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO NONATO FERNANDES JUNIOR(OAB: 4878/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
RECORRIDO	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
- SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado(a)(s):	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS e OUTROS (AM - 7832)
Recorrido(a)(s):	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
Advogado(a)(s):	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. e49740f; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 678d347).

Regular a representação processual (id. 5e04a63).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 3e2ca5c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- contrariedade à NR 15, anexo14 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho.

O recorrente pugna pela reforma do acórdão, no que concerne ao grau de classificação da insalubridade presente em seu ambiente de trabalho. Argumenta que,*'como bem foi reconhecido na r. decisão, as atividades da recorrente se enquadravam na previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST. Contudo, a 1º Turma reduziu o percentual de insalubridade para 20% , em flagrante contrariedade ao item II da Sumula já citada'.*

Consta no v. acórdão (id. 0c7c7f4):

'(...)

Adicional de insalubridade

Busca a recorrente a reforma da sentença que deferiu o adicional de insalubridade com base em perícia técnica que identificou a exposição do reclamante a agentes biológicos durante a higienização de instalações sanitárias de uso público de grande circulação. Afirma que a faxina das diversas dependências da universidade, inclusive com a remoção de lixo e asseio de sanitários não se equipara à limpeza de tanques e galerias de esgoto, nem se confunde com a coleta de lixo de vias públicas, nos nos moldes requeridos pelo Anexo 14 da NR-15. Argui que as atividades da obreira também não se enquadram na definição contida no art. 3º, inc. I, alínea 'c' da Lei nº 11.445/07 e na Súmula nº 448, inc. II, do TST, o que inviabiliza o deferimento da parcela. Sustenta que a despeito do laudo pericial, o juiz não está vinculado às suas conclusões consoante o art. 436 do CPC, notadamente porque o exame não origina o direito, que nasce pelo fato do empregado trabalhar em condições insalubres. Destaca que disponibilizava os equipamentos de proteção individual à reclamante para eliminar o risco à sua saúde ou integridade física, nos termos do art. 194 da CLT. Caso mantida a condenação, em razão da liquidez da decisão, impugna os cálculos por não observar a evolução do salário mínimo e a proporcionalidade dos períodos de férias e afastamentos, resultando em indevida majoração do valor final. Por fim, opõe-se ao deferimento da verba honorária por ausentes os requisitos do art. 14 da Lei nº 5.584/70 e Súmulas nos 219 e 329 do TST.

A sentença acolheu integralmente o laudo pericial que qualificou a atividade como insalubre no grau máximo deferindo a parcela com repercussões em aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%) durante o período imprescrito (outubro/2011 a março/2015).

Segundo a vestibular, no exercício da função de serviços gerais, a reclamante tinha por atribuições a limpeza de banheiros com alta rotatividade de alunos, salas de aula, corredor, entre outros, manuseando vários tipos de produtos químicos, além de efetuar o recolhimento do lixo sem o fornecimento de EPIs. Entende que devido a essas condições, laborava em ambiente insalubre, nos termos do Anexo 14 da NR-15 e Súmula nº 448 do TST.

A reclamada rechaçou a pretensão arguindo que o manuseio de produtos químicos destinados à limpeza não possuíam alta concentração de agentes insalubres, muito menos expunham a laborante a qualquer contato sem a devida proteção. Quanto ao risco biológico, afirma que as atividades de limpeza e higienização da escola, incluindo banheiros, equiparam-se às realizadas em âmbitos residenciais, com contato esporádico.

A fim de esclarecer as questões técnicas que o caso envolve, foi determinada a realização de perícia, cujo laudo concluiu:

Face ao exposto, concluímos a existência de atividades insalubres, em grau máximo de 40%, em decorrência de que os métodos de trabalho desenvolvidos por esta reclamante lhes sujeitaram ao **manuseio e/ou exposição ao contato com agentes biológicos (secreções, odores e resíduos diversos) durante a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, conforme versa a Súmula nº 448 do TST.** Inexistindo insalubridade laboral, aos métodos de trabalho que foram desenvolvidos ao manuseio/manipulação com produtos químicos, conforme o entendimento e enquadramentos do anexo 11 e 13 da NR 15.

Segundo relatou a obreira ao perito, diariamente efetuava a higienização dos vasos sanitários, bancadas/pias, paredes, espelhos/vidraças, varrição/lavagens de pisos e recolhimentos de lixo dos coletores. Confirmou que fazia uso de EPIs (calçado de segurança tipo PVC e luvas de PVC/nitríllica), mas às vezes ocorria a indisponibilidade destes equipamentos, o que perdurava, no máximo, uma semana. Levando em conta a indisponibilidade dos equipamentos de proteção, o laudo concluiu que havia a exposição a agentes infectocontagiosos, conforme anexo 14 do NR - 15.

Na análise quantitativa, o expert registrou que a reclamante ficava de prontidão no 3º andar da faculdade realizando a limpeza e coleta de lixo do banheiro feminino dividido em 11 boxes, todos com vasos sanitários, despendendo, em média, três horas para a faxina do setor.

Como visto, o reconhecimento das condições insalubres residiu no fato da autora estar exposta a agentes biológicos, quando da ausência de EPIs, higienizar instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e coletar o lixo dos banheiros.

Para o efeito de deferimento da parcela exige a lei que as atividades funcionais, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham o empregado a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância (art. 189 da CLT); o enquadramento da atividade entre as insalubres constantes de quadro do Ministério do Trabalho e Emprego (arts. 190 e 192 da CLT e Súmula nº 448, item I, do TST); e a realização de perícia para identificar a insalubridade (art. 195 e § 2º da CLT).

Quanto à perícia, trata-se de prova que apresentou resultado francamente favorável à laborante, sobretudo porque ocorria de não serem disponibilizados os equipamentos de proteção individual durante a semana, o que expunha a autora a agente insalubres.

Relativamente ao enquadramento da atividade no rol do Ministério do Trabalho e Emprego, a situação sob análise tem previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST, que dispõe:

'A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar a limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano'.

Em complementação ao quadro normativo pertinente à matéria, o Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 descreve os agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde do empregado. Destaca como atividades que conferem insalubridade em grau máximo o trabalho ou operação em contato permanente com pacientes em isolamento por doença infectocontagiosa, bem como os objetos de seu uso não previamente esterelizados; carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas; esgotos; e lixo urbano (coleta e industrialização).

A toda evidência que o trabalho da autora na higienização de instalações sanitárias do banheiro de um único andar de uma universidade com 11 cabines, não se assemelha aos serviços de coleta de lixo urbano realizados por garis. O próprio verbete sumular transcrito também se refere a este tipo de atividade, que não guarda equivalência às funções da reclamante.

Embora a perícia tenha concluído pela existência de agente insalubre, percebe-se que o local avaliado não requeria contato com lixo urbano, em volume intenso e de todo o material, sendo razoável admitir que se tratava de resíduos de volume pequeno, com pouca variedade de material, na sua grande parte de papel. Portanto, não se tratava de lixo urbano.

Em verdade, o reconhecimento da insalubridade pelo perito pautou-se em período em que a obreira não dispunha de equipamentos de proteção, ou seja, durante uma semana, de ocorrência esporádica.

Assim, admitindo a prova técnica quanto à atividade da obreira ser considerada insalubre, mas divergindo apenas quanto ao grau, mantém-se o deferimento da parcela em termos de 20% salário mínimo (grau médio), observada a evolução do seu valor com reflexos em 13º salário, férias e FGTS.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Não obstante, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeao item II da

Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001914-69.2017.5.11.0003

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRIDO	NECTAR NUCLEO ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME
RECORRIDO	ALINE SUELEN DAS NEVES CORREA
ADVOGADO	ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS(OAB: 7526/AM)
ADVOGADO	GUSTAVO DA SILVA GRILLO(OAB: 7883/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ALINE SUELEN DAS NEVES CORREA
Advogado(a)(s):	1.GUSTAVO DA SILVA GRILLO (AM - 7883)
Recorrido(a)(s):	1.NECTAR NÚCLEO ESPECIALIZADO EM
Advogado(a)(s):	2.SYLVIO GARCEZ JUNIOR (SE - 533)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 088b1e9; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. c3e41f9).

Regular a representação processual (id. c8aada0).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. deb5242), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : itens IV, V e VI da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o) artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho;alínea 'd' do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Aduz a recorrente que restou comprovada a justa causa empresarial, pelo que deve ser reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho, bem como deferidas as verbas inerentes à demissão sem justa causa. Aponta que o art. 483 da CLT não exige prazo para insurgência do empregado quanto aos descumprimentos contratuais do empregador, sendo subjetiva a análise de tempo, razão por que deve ser rechaçada.

Arecorrente sustenta que não há como afastar a responsabilidade subsidiária da litisconsorte, na medida em que é incontroversa a inadimplência de diversas verbas trabalhistas da recorrente,pelo que defende que a litisconsorte nãodiligenciou no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias efundiáriaspor parte da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 00173a9):

'(...)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Suscita, no mérito, impossibilidade de responsabilização objetiva, impossibilidade de transferência das obrigações trabalhistas ao Estado, nos termos do Art. 71, §1º da Lei 8.666/93, sob pena de violação do art. 37, II da CF. Diz que o ônus de provar o fato constitutivo de direito é do autor, a teor dos Artigos 818, CLT, que a responsabilização da Administração Pública só caberia quando houvesse prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

Alega, por fim, a inconstitucionalidade da Súmula 331, IV do TST, violação ao Artigo 37, §6º, CF e Art. 5º, II, CF/88. Defende que é incorreto o reconhecimento de falta grave por falta de recolhimento de 2 depósitos de FGTS e, como tal, indevido o reconhecimento da rescisão indireta.

Analiso.

A sentença não declarou a ilicitude da terceirização (culpa *in eligendo*) e, consequentemente, não declarou a nulidade do contrato administrativo ou o reconhecimento de vínculo de emprego com a recorrente, tomadora de serviços. Não há, portanto, qualquer violação ao art. 37, II da Constituição Federal.

Não vislumbro violação do art. 37, II, da CF ou qualquer outro preceito legal, tampouco negativa da garantia constitucional prevista no art. 5º, II e LV, da CF, sendo o direito sumulado a interpretação da Lei citada pela recorrente. Destaco que sendo esse entendimento resultado das reiteradas decisões da Corte Superior, e não lei em sentido estrito, não há que se falar em inconstitucionalidade.

Na ADC nº 16 foi reconhecida a constitucionalidade do Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição pelo Egrégio STF.

Naquele julgado, o STF firmou o entendimento de que para a condenação subsidiária da reclamada é necessária a efetiva comprovação da culpa *in vigilando,* e nisto, foi revista a Súmula 331 do TST e ementada de modo a refletir o que fora decidido pelo Tribunal Constitucional.

Neste voto, a aplicação da Súmula nº 331 não incorre em declaração de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato da norma contida no Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 e violação da Súmula Vinculante nº 10, STF (Cláusula de reserva de plenário), isto porque, a Súmula nº 331, TST simplesmente reflete em um texto sucinto o conteúdo da decisão do STF naquela ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade).

A respeito da Súmula nº 331, IV e V, eis o seu teor:

'SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27,30 e 31.5.2011.

(...)

IV- O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.'

Por fim, do ponto de vista teórico, o julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931/DF pacificou o entendimento de que a transferência não será automática, mas depende de culpa na fiscalização das obrigações contratuais do prestador de serviços e, foi além, definindo com clareza de quem seria o ônus de provar a falta de fiscalização do contrato, na oportunidade, o ônus foi incumbido ao autor por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

Assim sendo, impõe-se verificar se houve omissão culposa do ente público na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço como empregador.

Os documentos 'Ata de Reunião - Contrato 4600Q11592 - Reunião de acompanhamento de Contrato' (IDs 2d3e1ef, 746ee9b, 973b62d, b820ad8, 8fe86f7, 496b218, efefd40, 67d8e31, 0e2c637, f377719), bem como, os vários ofícios (ID 38a8b58, e2c5682) cobram a empresa de suas obrigações como executora do contrato firmado com a tomadora, há ainda informação de pendências na execução do contrato em suas documentações e, às vezes, aplicando penalidades de multas, inclusive, no tocante ao descumprimento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada.

Percebo que houve fiscalização da litisconsorte - TRANSPETRO - no tocante às obrigações trabalhistas da reclamada principal, terceirizada, ainda que até o pedido da rescisão indireta não tivesse ocorrido o adimplemento.

Destarte, entendo que a reclamada cumpriu com o seu dever de fiscalização do contrato de trabalho firmado com a terceirizada, que é a contratante do reclamante, logo, afasto a sua responsabilidade subsidiária.

Dentre os argumentos suscitados pela reclamada, também se insurgiu contra o deferimento da rescisão indireta por falta grave sob o argumento de que não caracteriza falta grave o inadimplemento de 2 meses de FGTS, apto a ensejar a rescisão

indireta porquanto o prejuízo não é imediato.

Apesar da inadimplência da reclamada de 2 meses de FGTS, como o prejuízo da referida inadimplência não causa prejuízo imediato ao reclamante, uma vez que o reclamante não aufere a vantagem do fundo de Garantia no curso do contrato de trabalho, entendo que não houve falta grave imputável à reclamada.

Verifico que havia, em potencial, outras formas de buscar o adimplemento dos direitos que lhe foram negados, o reclamante, porém, optou pela atitude mais drástica dentre as opções, qual seja, o fim do contrato de trabalho.

Assim, converto a rescisão indireta em demissão a pedido, persistindo a obrigação da reclamada em relação a: saldo de salário de 14 dias de dezembro, 13º salário (10/12), férias +1/3(08/12), FGTS (8%) sem a projeção do aviso prévio.

Exclui-se dentre outras verbas outrora deferidas guias do seguro desemprego ou indenização substitutiva, a multa de 40% do FGTS, aviso prévio.

Deve-se recolher os depósitos de FGTS (8%) de todo o período contratual a ser apurado em regular liquidação, tomando por base o salário mencionado na inicial de R$ 3.650,72, com a devida compensação do que já foi pago, conforme documento de ID 30ba588.

Remanesce a obrigação de fazer de anotar a baixa da CTPS para o dia 14/12/2016.

Em conclusão, pelos fundamentos supra, conheço do recurso ordinário da 2ª reclamada, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* e, no mérito, **concedo-lhe provimento parcial** para reconhecer que a demissão é a pedido e, portanto, a reclamada deve pagar ao reclamante as verbas oriundas desta modalidade de demissão, a apurar: saldo de salário de 14 dias de dezembro, 13º salário (10/12), férias +1/3(08/12), FGTS (8%), bem como, excluir a responsabilidade subsidiária da reclamada TRANSPETRO, tendo em vista que esta fiscalizou a execução do contrato.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, quanto à responsabilidade subsidiária, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo do art. 71, §1º, Lei 8.666/1993, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, aí incluída toda a tese formulada acerca da rescisão indireta do contrato, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001601-42.2016.5.11.0101

Relator	JOICILENE JERONIMO PORTELA
RECORRENTE	ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO	Priscila Lima Monteiro(OAB: 5901/AM)
RECORRIDO	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	IDEILDO TAVARES NASCIMENTO(OAB: 11463/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	CELIO DOS ANJOS SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s): ANTONELLY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME

Advogado(a)(s): PRISCILA LIMA MONTEIRO (exclusividade id. 654b44e)

Recorrido(a)(s): FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DE SOUZA

Advogado(a)(s): IDEILDO TAVARES NASCIMENTO (exclusividade -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. fad52b1; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. deb5874).

Regular a representação processual (id. b444b12).

Satisfeito o preparo (ids. fea50e4, 4cbf082, fc50905, f018bf6, fc50905 e 4adf47b, 031ce9f - pág. 2).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Férias Proporcionais.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Aviso Prévio.

Duração do Trabalho/Horas Extras.

Duração do Trabalho/Horas in Itinere.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Preliminarmente, a recorrente sustenta a ausência de fundamentação do *Decisum,* bem como violação ao art. 93, IX, da CF, o que atrairiaa nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional.

No mérito,arecorrente sustenta que houve equívoco da Turma na análise e valoração das provas constantes nos autos, pugnando pela reforma do v. acórdão,uma vez que os cartões de ponto, não impugnados pelo recorrido, demonstram a extensa quantidade de faltas injustificadas durante o pacto laboral, pelo que o recorrido teria perdido o direito às férias,nos termos do art. 130 da CLT.

Em relação ao aviso prévio, a recorrente aduz que *'jamais informara ao autor que ele não necessitava mais ir ao trabalho, ao contrário, o próprio documento assinado pelo autor, anexado aos autos sob ID 6f57697, cientifica o mesmo da necessidade de optar em reduzir suas horas de trabalho diárias ou reduzir a quantidade de dias laborados, conforme permitido pela legislação.'.*

Ainda, no que diz respeito à condenação ao pagamento de horas extras, aduz a recorrente que *'sempre que houve a necessidade de realização de horas extras, estas eram devidamente registradas e pagas em contracheque'.*

Quanto às horas *in itinere,* alega o recorrente que *'a mera insuficiência de transporte público não enseja pagamento de horas in itinere, ou mesmo, o mero fornecimento de transporte pela recorrente, logo, o trabalhador não tem direito às horas de percurso.'.*

Consta no v. acórdão (id. 55c797a):

'(...)

RECURSO DA RECLAMADA. Aviso-prévio. Na exordial, o autor afirmou que foi contratado em 7-1-2016 e dispensado em 23-8-2016 quando percebia remuneração de R$1.230,60 mensal. Relata que no dia 19-8-2016 lhe foi informado que o aviso-prévio seria indenizado, mas no dia 23-8-2016 o Engenheiro informou que o aviso-prévio seria trabalhado, momento em que entregou o documento para assinatura. Ocorre que no dia 30-8-2016, o mesmo Engenheiro, avisou novamente que os trabalhadores não precisariam voltar para trabalhar, pois não tinha mais nada para eles fazerem e assim procedeu o autor, não mais retornando ao trabalho. Ocorre que no momento do acerto rescisório, não lhe foi pago nada a título de aviso-prévio, nem mesmo os 7 dias laborados após o recebimento da notificação. A reclamada, em contestação, nega que tenha dispensado o autor de trabalhar durante o aviso-prévio, mas ao contrário, destaca que, na notificação de dispensa, o autor optou por não laborar durante 7 dias e não pela redução de carga horária diária, tudo nos termos da lei. Contudo, o autor não mais compareceu ao local de trabalho nos 30 dias seguintes conforme demonstra cartão de ponto. Destaca que o último dia de labor do autor foi em 31-8-2017. Pugna pela improcedência. Em sentença, o Juízo a quo considerou que apesar do documento de notificação ter demonstrado que o autor optou pela redução do aviso-prévio de 7 dias de labor, o Engenheiro da reclamada, em seu depoimento, afirmou que alguns trabalhadores foram dispensados em agosto de 2016, dentre eles o autor, porque não mais havia serviços para todos. Por esse motivo, deferiu o pagamento do aviso -prévio (30 dias), reconhecendo que o autor foi dispensado durante o cumprimento do aviso-prévio. Irresignada, a reclamada interpôs recurso ordinário, afirmando que a testemunha da reclamada afirmou que houve o término do contrato de trabalho, contudo, os funcionários ainda cumpririam o aviso-prévio, destacando que a obra ainda não havia sido concluída e que o último dia de labor do autor foi dia 22-8-2017 conforme demonstra os cartões de ponto. Pois bem. Conforme bem considerou o Magistrado na sentença, a testemunha da reclamada, o mesmo Engenheiro citado pelo autor

na inicial, afirmou: *'(...) que trabalharam na Vila Amazônia até o mês de agosto/2016, oportunidade em que a obra ainda não havia sido concluída;* ***que alguns dos trabalhadores foram dispensados em agosto/2016, dentre eles o reclamante****; que foi a própria reclamada quem continuou na responsabilidade pela execução do serviço, sendo que alguns foram dispensados porque não havia mais serviços para todos. (...)'.* Ora, o depoimento da testemunha da reclamada foi esclarecedor e coaduna com a tese autoral. Quanto aos cartões de ponto, verifico que sequer constam a assinatura do autor, em total desconformidade com a legislação, bem como diferentemente do que alega a reclamada, foi consignado o labor após o início do aviso-prévio, mas aposto falta no dia 23-8-2016, justamente o dia em que foi datada a notificação de dispensa e, além disso, consta rasura em tal documento (ID. 99156fc - Pág. 7). Sendo assim, o controle de jornada juntado aos autos não é válido, motivo pelo qual agiu com acerto o Juízo *a quo*. Nada a reformar. **Férias**. O Juízo *a quo* deferiu férias proporcionais ao autor, uma vez que não houve quitação destas conforme TRCT. A reclamada não concorda com a condenação em férias proporcionais deferidas na sentença, afirmando que o autor teve extensas faltas injustificadas durante o contrato de trabalho, motivo pelo qual perdeu o direito às férias. Pois bem. Conforme dito acima, não restou reconhecido o controle de ponto acostado pela reclamada, pois não obedeceu aos ditames legais, bem como a testemunha da reclamada fez prova contrária a sua tese. Sendo assim, agiu com acerto o magistrado ao deferir férias proporcionais acrescidas do terço constitucional, ao qual esclareço ser na proporção de 9/12 (nos limites da inicial). Nada a reformar. **RECURSO DO RECLAMANTE. Multa do art. 477 da CLT**. O autor se insurgiu contra o indeferimento da multa do art. 477 da CLT pelo Juízo *a quo*. Afirma que seu afastamento definitivo (fim do aviso-prévio) ocorreu em 22-9-2016, mas que o pagamento das verbas rescisórias somente ocorreu em 3-10-2016 conforme documento acostado aos autos ao ID d018882b, ou seja, 11 dias após o término do aviso-prévio. Pois bem. De fato, conforme dito acima, o magistrado entendeu que o autor foi dispensado durante o cumprimento do aviso-prévio. A data de notificação da dispensa foi dia 23-8-2016, mas o pagamento das verbas rescisórias somente ocorreu em 3-10-2016 (ID. d01882b - Pág. 1). Analisando os autos verifico que o pagamento das verbas rescisórias foi efetuado no prazo legal, pois o 10º dia após o término do aviso-prévio ocorreu dia 2-10-2016, domingo. Assim, o pagamento ocorreu no dia útil seguinte. Dessa forma, correta a decisão. Nada a reformar. **AMBOS OS RECURSOS. Horas *in itinere*.** O Juízo *a quo* condenou a reclamada ao pagamento de 40min por dia de trabalho a 50% em decorrência de horas *in itinere* (20 min de ida e mais 20 min de volta). O reclamante se insurgiu contra a decisão primária, afirmando que ficava esperando o transporte fornecido pela reclamada, devendo esse tempo também ser computado nos termos da jurisprudência colacionada, requerendo reforma da sentença para que sejam deferidas 2h de trajeto (*in itinere* - 1h na ida e mais 1h na volta), relatando que a espera era em decorrência de logística da empresa quanto ao transporte fornecido. A reclamada por sua vez, requereu a reforma da sentença para excluir as horas *in itinere* deferidas sob o argumento que o fato do local de trabalho dar-se em área rural não configura por si só que o local de trabalho é de difícil acesso. Destaca que o art. 58, § 2º da CLT e Súmula nº 90 do TST deixam claro que a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas de percurso. Analiso. Verifico que a reclamada fornecia o transporte tanto para os seus empregados quanto para os fiscais do DNIT e outros prestadores de serviço, bem como não foi retratado nos autos se havia transporte público para a localidade. A testemunha da reclamada afirma que o deslocamento até o local de trabalho era de 20 min na ida e mais 20 min na volta, totalizando 40 min de deslocamento, justamente o deferido na sentença. Ora, o ônus de provar a facilidade de acesso ou a existência de transporte público regular, por ser fato impeditivo do cômputo do tempo de deslocamento na jornada de trabalho cabe à reclamada. Nota-se, portanto, que tal encargo não foi cumprido, pois as provas constantes nos autos não demonstram que o local não era de difícil acesso, além de nada ter sido citado acerca do não fornecimento de serviço público de transporte. Assim, se a reclamada fornecia deslocamento para todos, interpreto que o local era de difícil acesso ou não servido por transporte público, fazendo jus o autor ao período de deslocamento. Em relação ao *quantum* deferido, cabia ao autor provar o tempo despendido, o que não o fez. Aliás, somente foi deferida as horas de deslocamento em razão da confirmação da tese autoral pelo depoimento da testemunha da reclamada. Portanto, mantenho hígida a sentença nesse ponto. (...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição

Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No mérito, não se viabiliza o recurso de revista, haja vista que, notocante a horas extras, a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. No tema relativo a férias,a jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do tópico recorrido**, como se observa no presente apelo. Nessesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Ainda, no que diz respeito a horas *in itinere* e quanto ao aviso prévio, a parte recorrente **transcreveu o teor quase integral do acórdão dentro dos tópicos recorridos**, o que também não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.Em tal sentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu os incisos I e IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001452-81.2018.5.11.0002

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	LUIZA DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ(OAB: 13568/AM)
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- LUIZA DE SOUZA PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.LUIZA DE SOUZA PEREIRA
Advogado(a)(s):	1.MARLY GOMES CAPOTE (EXCLUSIVIDADE) e OUTRO
Recorrido(a)(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 21/08/2019 - id. b7005df ; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 76c37d2).

Regular a representação processual (id. a29ce01).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 9245a0e), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Administração Pública.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 873 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

Orecorrente sustenta que '(...) listou diversos empregados que trabalhavam na mesma função que ele, e indicou que os mesmos foram transferidos para a nova empresa criada (a 2ª reclamada) sem qualquer concurso público e sem qualquer seleção.', mas que, por se tratar de empresa de economia mista, deveria ter o quadro preenchido por critérios objetivos de seleção, o que não ocorreu, pelo que entende violado o comando dos arts. 7º, XXX, e 37, da CF.

Aponta que é da reclamada o ônus de provar que as transferências obedeceram aos princípios constitucionais de regência da matéria, não sendo a homologação sindical suficiente para chancelar a violação constitucional.

Consta no v. acórdão (id. 8e9ef36):

'(...)

Recurso ordinário em condições de conhecimento, eis que atendidos os requisitos legais de admissibilidade.

Conforme relatado na exordial, a reclamante, inicialmente, foi admitida pela empresa MANAUS ENERGIA S/A, sucedida pela AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sua atual empregadora, e que esta, por sua vez, foi cindida em duas, passando a coexistir as empresas AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) e a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

A reclamante sustentou, ainda, que centenas de empregados foram transferidos para a nova empresa, AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), o que não foi seu caso, já que permaneceu vinculada à AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Ainda segundo a autora, não houve qualquer critério ou opção para a mudança de uma empresa para a outra, sendo que 'a empresa simplesmente escolheu a dedo quem mudaria de empresa', o que, no seu entender, violou os princípios da isonomia e impessoalidade (art. 37, caput, da CF/1988), já que passou a haver tratamento diferenciado entre os empregados das duas empresas, com nítida desvantagem para os empregados que remanesceram na empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AmD).

Por fim, citou o fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, o que entendeu novamente ferir o princípio da isonomia, e que a venda da AmD em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista.

Por outro lado, as reclamadas, em contestação (IDs. 643e295 e d4e10e0), alegaram, em síntese, que, após deliberação da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da AmD, foi aprovada a transferência de 480 colaboradores para compor o quadro funcional inicial da AmGT, utilizando-se dos seguintes critérios:

'a) Somente poderá haver transferência se houve concordância do empregado;

b) Somente haverá transferência dos setor/atividade de 'geração', uma vez que esse fora o ramo 'desmembrado'/desverticalizado;

c) Excepcionalmente, também necessário pessoal de apoio administrativo (setor financeiro, contábil, jurídico, licitação), que foram distribuídos de maneira proporcional entre as empresas GT e

AmE, de acordo com o volume de tarefas;

d) Foi fixado prazo para que os funcionários interessados requeressem a transferência.'

Informaram, ainda, que a reclamante está lotada no Departamento de Medição, que tem por finalidade promover à especificação, o dimensionamento, a fiscalização e a manutenção da conformidade do parque de medição destinado ao faturamento e ao intercâmbio de energia, bem como dos padrões de entrada de energia nos imóveis, observados os requisitos metrológicos, de segurança, de proteção à receita e de custos, e que tais atribuições não se relacionam com a atividade de geração de energia, motivo pela qual a reclamante não foi transferida de empresa, não havendo ato discriminatório algum, sobretudo porque não houve qualquer requerimento formal da reclamante para ser transferida à AmGT.

Sustentaram, ainda, que, por serem empresas distintas, não há como estender obrigações e direitos trabalhistas dos funcionários de uma para outra, caso do Programa de Demissão Consensual - PDC.

Por fim, argumentaram que o real motivo da presente reclamação é a busca da reclamante de fugir da privatização da sua empregadora AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, o que já não é mais possível, haja vista que a empresa foi privatizada em leilão ocorrido no último dia 10 de dezembro de 2018, esclarecendo que a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, até o momento, não demitiu e nem possui qualquer 'plano maquiavélico' de demitir empregados, sendo estes concursados ou sem concurso.

Vejamos.

De início, consigno que, alegando tratamento discriminatório e anti-isonômico, cabe à reclamante o ônus da prova enquanto fato constitutivo do seu direito, conforme dicção do art. 818 Consolidado c/c art. 373, I, do CPC.

In casu, verifico que a obreira informou, em seu depoimento pessoal, que não labora na atividade de geração de energia, mas, sim, em função atinente à distribuição de energia, o que corrobora a tese das reclamadas de que só foram transferidos à AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT) os funcionários ligados à geração de energia. Verifico que sequer houve prejuízos à autora, já que esta não sofreu perda salarial, tampouco redução de benefícios. Eis o teor do seu depoimento:

'... que está lotada no setor DCMM, na função de técnica de manutenção; que atualmente está na área de recebimento de medidores, mas também vai para atividade de campo; ***que a atividade está ligada diretamente à distribuição de energia;*** *que 3 pessoas que trabalhavam no local de trabalho da reclamante, Sr. Érico, Sr. Edson e Sra. Viviane, todos técnicos de manutenção; que não se recorda do local de lotação dos nomes citados, bem como de suas atividades;* ***que a depoente não teve perda salarial ficando na empresa; que não teve redução de benefícios;*** *que o sindicato da categoria é o mesmo para ambas empresas; que não tem certeza se as negociações coletivas são as mesmas para ambas empresas.* ***[[...] que não tem relação com a Geração e Transmissão de Energia, pois hoje está na área de distribuição de energia.'***

Verifico, ainda, que, à época, sequer houve requerimento ou manifestação formal da reclamante para ser transferida para a AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT), donde se concluir que não houve preterição alguma na transferência de empregados operada com a criação da referida empresa.

Assim, considero não comprovado o alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial.

Quanto à tutela inibitória deduzida pela reclamante, no sentido de que lhe fosse assegurado o direito de não ser dispensada sem justa causa, sob o argumento de que a venda da AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em leilão implica, na realidade, em sucessão de empresas, matéria regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 10 e 448, que asseguram aos empregados a manutenção dos contratos de trabalho e a preservação dos direitos adquiridos, dentre esses, no caso dos autos, o de não serem dispensados sem motivação, uma vez que seriam empregados concursados de uma sociedade de economia mista, entendo que razão não lhe assiste.

Ora, é entendimento prevalente na jurisprudência do C. TST que '*A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade',* conforme sedimentado no item I da Orientação Jurisprudencial 247 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I.

No mesmo sentido, trago à colação julgado da lavra da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais - SBDI II e de algumas das turmas do C. TST, que encampam a tese de que, após o processo de privatização, não subsistem os direitos inerentes às regras aplicáveis em razão do vínculo anterior, de natureza administrativa:

'MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. Decisão impugnada consistente na determinação de reintegração, com fundamento no fato de haver norma interna editada no período em que o Banco Banestado S.A. era sociedade de economia mista. Em razão da aquisição do controle acionário pelo Banco Itaú S.A., ***o empregado, mesmo submetido a concurso público para ingresso no quadro do banco sucedido, não goza de estabilidade. Não se aplicam os princípios de Direito Administrativo, por não se tratar de ente público.*** *A decisão*

acarreta violação de direito potestativo do empregador. Hipótese em que deve ser concedida a segurança. Recurso ordinário a que se dá provimento.' (ROMS-39400-63.2005.5.09.0909, Relator: Ministro Gelson de Azevedo, Data de Julgamento: 7/11/2006, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DJ 7/12/2006 - grifei)

'[[...]REINTEGRAÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRIVATIZAÇÃO. DISPENSA. MOTIVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PROVIMENTO. O artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, expressamente, submete as empresas públicas e sociedades de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Ademais, as condições previstas em Decreto Estadual que encerram obrigações dirigidas ao gestor público para observar princípios aplicáveis somente à Administração Pública, não podem ser equiparadas a disposições de regulamento empresarial, e, assim, se incorporarem ao contrato de trabalho dos empregados admitidos durante a sua vigência, permanecendo mesmo após a sucessão da empresa pública ou sociedade de economia mista. ***Neste contexto, o colendo Tribunal Pleno desta Corte Superior, no julgamento do Processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008 (DEJT 09.11.2015), pacificou o entendimento de que ex-empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado após a sucessão do referido ente público por instituição privada, não faz jus à reintegração no emprego com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 21.325/91.*** *Precedentes. Na hipótese, o reclamante foi admitido pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ, em 01.11.1985, à época Sociedade de Economia Mista Estadual, e foi dispensado após o processo de privatização da empresa. Assim, o egrégio Tribunal Regional ao entender que há necessidade de motivação de dispensa do empregado, concluindo pela reintegração do reclamante no emprego, afrontou o disposto no artigo 173, § 1º, II, da Constituição Federal . Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.' (TST - RR: 3043820125070008, Relator: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 08/05/2019, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019 - grifei)*

'RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015/2014. COELCE. ***DEMISSÃO DE EMPREGADO APÓS A PRIVATIZAÇÃO.*** *DECRETO ESTADUAL.* ***DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.*** *O Tribunal Regional manteve a declaração de nulidade da dispensa da reclamante e a determinação de imediata reintegração ao emprego, sob o fundamento de que o Decreto Estadual 21.325/1991, que protegia, da dispensa imotivada, os empregados das entidades da Administração Pública Indireta e Fundacional do Estado, por tratar-se de norma mais benéfica, incorporou-se ao patrimônio jurídico da autora, esclarecendo que a alteração decorrente da privatização não afeta o contrato de trabalho dos empregados da reclamada. Decisão proferida em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior, para quem o Decreto Estadual 21.352/1991 não garante a reintegração de empregado de sociedade de economia mista estadual, dispensado sem justa causa após a privatização, na linha do julgamento pelo Pleno desta Corte Superior do processo E-RR-44600-87.2008.5.07.0008, em que se afastaram os efeitos do Decreto Estadual 21.325/1991, relativamente ao dever de motivação da dispensa de empregados dos entes da Administração Pública Indireta Estadual, por se tratar de ato normativo emanado do Poder Executivo, sem força coercitiva de lei . Precedentes . Recurso de revista conhecido e provido.' (TST - RR: 13059520115070007, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 06/02/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019 - grifei)*

Assim, tem-se que, tendo o empregador passado para a condição de ente exclusivamente privado, ele não se submete mais às regras e aos princípios próprios da administração pública, não havendo se falar que a privatização não altera as condições contratuais da reclamante, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT.

Saliente-se que não há nos autos notícia da existência de norma interna prevendo qualquer restrição à dispensa sem justa causa dos empregados, quer no âmbito do antigo empregador (sociedade de economia mista), quer no do atual, empresa privada.

Registro, ainda, que o julgamento levado a efeito pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, em 20 de março de 2013, nos autos do Recurso Extraordinário nº 589.998/PI, não implicou modificações a essa compreensão, uma vez que aquela Corte Suprema, ao assentar o posicionamento de que é obrigatória a motivação da dispensa unilateral de empregados públicos, o fez apenas em relação aos empregados da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Aliás, ao julgar os embargos de declaração opostos contra aquela decisão, o STF definiu, em sede de repercussão geral, a seguinte tese: '*A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados'* (RE 589.998 ED/PI - PIAUÍ. EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator: Ministro: Luís Roberto Barroso. Julgamento: 10/10/2018. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJe-261, divulgado em 4/12/2018. Publicação: 5/12/2018).

Assim, diante dessas considerações, nego provimento ao recurso obreiro, de modo a manter a sentença recorrida em seus exatos termos.

(...)'

Consta, ainda, no acórdão de embargos declaratórios de id. 0a9dc4b:

'(...)

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivos e subscritos por advogada regularmente habilitada nos autos.

Por oportuno, cumpre salientar que os embargos de declaração servem ao aperfeiçoamento das decisões judiciais, limitado o seu alcance pela legislação. Destinam-se ao suprimento de omissão, à correção de contradições e à eliminação de obscuridade. Podem ser admitidos também para correção de eventual erro material, conforme preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do julgado.

Esclareço, ainda, que a omissão atacável por meio de embargos de declaração é aquela que ocorre tão somente quando há ausência de deliberação sobre determinada matéria, objeto de inconformismo recursal, ou sobre questão que deveria ser pronunciada de ofício.

Não há omissão quando são examinadas as questões e os fundamentos necessários à solução da controvérsia, deixando de lado aspectos irrelevantes, implicitamente rejeitados.

Em análise do v. Acórdão, verifico que, de fato, não houve manifestação expressa quanto à tese da quebra da isonomia no fato de que apenas aos empregados transferidos à AmGT foi facultada a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC, embora, implicitamente, a referida tese tenha sido rejeitada.

Ora, na decisão embargada restou consignada a não comprovação do alegado tratamento discriminatório ou anti-isonômico relatado na exordial, já que não houve preterição da embargante na transferência de empregados operada com a criação da AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A (AmGT).

Dito isso, esclareço que não há amparo legal para estender à embargante regra interna relativa à empresa diversa, qual seja, a adesão ao Plano de Demissão Consensual - PDC da AmGT, sobretudo porque se trata norma atinente ao poder organizacional do empregador.

(...)'

Por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) inciso XXX do artigo 7º;artigo 37 da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000368-39.2018.5.11.0004

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRENTE	CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRIDO	SAYMON GOES VASCONCELOS
ADVOGADO	FUED CAVALCANTE SEMEN NETO(OAB: 10435/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
- CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE
Advogado(a)(s):	MARCELO SANCHEZ SALVADORE (exclusividade -
Recorrido(a)(s):	SAYMON GÓES VASCONCELOS

Advogado(a)(s): FUED CAVALCANTE SEMEN NETO e OUTRO (AM - 10435)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 03/05/2019 - id. e8648ff; recurso apresentado em 15/05/2019 - id. 4fd410e).

Regular a representação processual (id. d3266f9, a5449f0).

Satisfeito o preparo (ids. e27aca5, 46bfe81, a9b524c e 1379e55).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação da (o) inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Asrecorrentes alegam que houve equívoco da Turma na análise e valoração do conjunto probatório constante dos autos, na medida em que teria restadoplenamente demonstrado o enquadramento do recorrido na exceção constante do art. 62, II, da CLT, pelo que acondenação das requerente no pagamento de horas extras ao recorrido estaria violando preceitos da legislação federal, bem como divergindo do entendimento majoritário de outros Regionais.

Consta no v. acórdão (id. ddda9b5):

'(...)

MÉRITO

Horas extras - Cargo de Confiança - ônus da prova - teses do reclamante e das reclamadas

Nas razões do apelo, as reclamadas afirmam que o reclamante exercia cargo de confiança, não estando sujeito ao regime de horas, tampouco a limite de jornada.

O reclamante, por seu turno, afirma que a sentença não incluiu os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, os quais são feriados da consciência negra e devem ser remunerados como horas extras. Defende que os sábados devem ser remunerados como horas extras, o que não foi observado pelo Juízo, bem como a jornada de domingos e feriados deve ser de 08 horas, e não de 4,5, como determinada na sentença

Ao exame.

O exercício do cargo de gerência, gestão ou confiança pelo empregado emerge como exceção à regra da jornada.

Nesse sentido, é o art .62 da CLT:

Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

III - os empregados em regime de teletrabalho.

Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

O escopo da norma é diferenciar, portanto, aquele empregado que exerce cargos de gestão, com compromissos, obrigações e dinâmica de trabalho incapaz de se submeter ao rígido regime de jornada.

Para tanto, não importa a nomenclatura do cargo ou o padrão remuneratório do obreiro, cabendo uma análise integral do contexto contratual, sobretudo na parte que versa sobre as atribuições.

No caso dos autos, os próprios documentos colacionados pelas reclamadas, a exemplo do contrato de trabalho (fls.356) e o acordo de compensação de horas (fl.357), evidenciam que o autor estava submetido à jornada e horário fixo de trabalho, esvaziando, completamente, a tese de que o autor desempenhava cargo de confiança. Não assiste, portanto, qualquer razão às reclamadas.

No tocante aos feriados assiste razão ao reclamante.

Conquanto a sentença tenha deferido ao autor horas extras em feriados, não constou os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, feriados na cidade de Manaus.

Logo, reformo a sentença a quo para fins de condenar as reclamadas ao pagamento de 4,5 horas extras com adicional de 100%, integrações e reflexos relativos aos dias 20.11.2014 e 20.11.2015, laborados pelo reclamante.

Quanto às horas extras em sábados, domingos e feriados, ao contrário do que afirma o autor, a prova dos autos, sobretudo a segunda testemunha arrolada pelo reclamante, aponta que o labor em sábado, domingos e feriados era até o meio dia ou 13h. Emerge escorreita, portanto, a sentença nesse ponto, não havendo que se falar em reforma.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do tópico recorrido**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000358-49.2019.5.11.0007

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	JANDERSON ALVES MARINHO
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RECORRIDO	SP RESTAURANTES LTDA
ADVOGADO	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS(OAB: 9171/AM)
ADVOGADO	VASCO PEREIRA DO AMARAL(OAB: 28837/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANDERSON ALVES MARINHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	JANDERSON ALVES MARINHO
Advogado(a)(s):	FÉLIX DE MELO FERREIRA e OUTROS (AM - 3032)
Recorrido(a)(s):	SP RESTAURANTES LTDA
Advogado(a)(s):	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 5e0621c; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. 2aa6c11).

Regular a representação processual (id. ad48155).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 971c0fc), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano

Moral/Assédio Moral.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso III do artigo 1º;artigo 5º da Constituição Federal.

Orecorrente sustenta que o v. acórdão, que manteve a improcedência do pleito indenizatório em face de assédio moral sofrido no ambiente de trabalho, viola o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana, esculpido no artigo 1º, inciso III e no artigo 5º, ambos da CF.

Consta no v. acórdão (id. b4a5db2):

'(...)

Assédio Moral.

Busca o reclamante a reforma da sentença, com o conseqüente deferimento de uma indenização por assédio moral, sob o argumento de que era constantemente perseguido e humilhado com palavras de baixo calão, por parte dos gerentes da reclamada.

Consta na exordial, em síntese, a narrativa de alguns episódios desagradáveis, sofridos pelo reclamante, por parte dos Senhores Regilane e Cristian, coordenadores da reclamada, bem como pela Sra. Patrícia, que seria esposa do sócio proprietário da reclamada, envolvendo perseguições e humilhações, que os classificou como assédio moral.

Apontou que em uma ocasião a Sra. Patrícia o acusou de estar usando substâncias entorpecentes.

Analiso.

Ab initio, convém ressaltar que o conceito de assédio moral, assente na doutrina e jurisprudência, define-se como a conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta em face da dignidade psíquica da pessoa, de forma reiterada, resultando na sensação de perseguição ou de exclusão do ambiente e do convívio social.

Em outras palavras, corresponde na repetição de um comportamento abusivo, por período prolongado, por parte do empregador ou preposto seu, agredindo sistematicamente o empregado, provocando-lhe constantes constrangimentos e humilhações, com a finalidade de desestabilizá-lo emocionalmente e excluí-lo da sua posição no emprego. É preciso ainda que a ofensa seja direta e que cause efetivamente um dano ao ofendido.

Desta forma, para a caracterização do alegado assédio moral, torna-se necessário saber se houve conduta dos gerentes da reclamada, com o objetivo de isolar, constranger, humilhar e perseguir o reclamante, ou se as ordens emanadas tinham um caráter geral, a todos os empregados, dentro dos limites do poder diretivo do empregador.

Quanto ao uso de entorpecentes, o reclamante não logrou êxito em comprovar tal acusação. Isto porque a única testemunha que arrolou declarou que Sra. Regilane apenas havia perguntado (e não acusado) do reclamante se fizera uso de entorpecentes, devido à cor dos seus olhos.

Não se vislumbra do fato acima tom acusatório ou ofensa. Não se decarta que pode ter havido certo constrangimento do autor com o teor da pergunta, mas esse ato único não se reveste de assédio moral, o qual, para a sua caracterização, necessita que a conduta abusiva seja praticada de forma contumaz, ao longo do pacto laboral.

Urge salientar, por oportuno, que cobranças por eficácia dos serviços faz parte do exercício do poder diretivo do empregador, principalmente quando se trata de empresa que atende ao público.

Todavia, no presente caso, não ficou demonstrada nenhuma atitude grosseira, desrespeitosa ou com o intuito de perseguir o reclamante, inclusive para fazê-lo pedir demissão.

Fato é que o reclamante, novamente, não se desincumbiu satisfatoriamente do seu ônus probante, imposto pelo artigo 818, I, da CLT, no sentido de comprovar as perseguições, humilhações, nem as experiências desagradáveis citadas na exordial.

Assim, não se vislumbra da prova produzida nos autos que tenha havido qualquer abuso na conduta da reclamada, mormente, o uso de ameaças ou de artifícios vexatórios, censuráveis, que pudessem denegrir a imagem, a honra, a honestidade do autor perante seus colegas de trabalho, a ponto de caracterizar o assédio moral, também denominado *mobbing* ou *bullying*.

Nego provimento.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para

cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do(s) tópico(s) recorrido(s)**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002646-39.2016.5.11.0018

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	NUBIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	IONE MONTEIRO DA SILVA(OAB: 4426/AM)
RECORRIDO	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- NUBIA DOS SANTOS SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s): 1. ESTADO DO AMAZONAS

Advogado(a)(s): 1. EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS

Recorrido(a)(s): 1. NÚBIA DOS SANTOS SILVA

2. TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Advogado(a)(s): 1. IONE MONTEIRO DA SILVA e OUTRA (AM - 4426)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, por força do artigo 775 da CLT (decisão publicada em 30/07/2019 - id. 6ed74e7; recurso apresentado em 08/08/2019 - id. 16bed95).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVII do artigo 22; §6º do artigo 37, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- ADC 16 do STF.

Sustenta que o Estado foi condenado com base no mero inadimplemento (culpa presumida), à míngua de qualquer prova cabal de falha de fiscalização.

Noutro ponto, defende não haver amparo normativo para responsabilização do recorrente, pelo que aponta violação ao art. 37, §6º, da CF. Acrescenta que, caso se entenda pela existência de culpa presumida, estar-se-ia a inovar no campo normativo sobre regras de contrato administrativo, em flagrante violação ao art. 22, XXVII, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 87e5a37):

"(...)

a) Responsabilidade subsidiária

O Estado do Amazonas alega, em síntese, que o Juízo de primeiro grau, ao condená-lo subsidiariamente pelo cumprimento das verbas no título judicial, desrespeitou o art. 71, da Lei nº 8.666/93. Afirmou a ausência de provas de omissão na fiscalização. Além disso, informou que nunca manteve vínculo empregatício com a

Reclamante, questionou, ainda a extensão da responsabilidade subsidiária, a qual não poderia abranger as verbas deferidas na r. sentença, pois sustenta não ser de direito. Sustenta ainda a violação aos arts. 37, § 6º, e 5º, II e LV, da CF.

Aprecio.

A matéria reguladora da responsabilidade do ente público tomador de serviços pelo inadimplemento das verbas trabalhistas repousa no art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 e no entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho consolidado no item V da Súmula nº 331.

Lei nº 8.666/93, art. 71, § 1º -A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

TST, Súmula nº 331, V- Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

Sobre a questão, também se manifestou o Excelso Supremo Tribunal Federal nos autos do RE nº 760.931, reconhecendo repercussão geral da tese ali fixada, nos seguintes termos:

Tema 246 - O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

A aludida manifestação não altera o entendimento assentado nas Cortes Trabalhistas, uma vez que a jurisprudência majoritária já era no sentido de que não pode haver a transferência automática da responsabilidade pelo pagamento das verbas ao ente público.

Isso se deu a partir do julgamento da constitucionalidade do art. 71 da Lei de Licitações transcrito acima na ADC nº 16, o qual impediu a aplicação da teoria de responsabilidade objetiva ao ente público pela inadimplência das verbas trabalhistas por parte do empregador interposto. A tese fixada acima, portanto, veio somente a confirmar o comando jurisprudencial já aplicado no âmbito desta Especializada.

Logo, para caracterizar a responsabilidade do ente estatal, faz-se necessária a prova de que houve omissão na fiscalização do contrato de prestação de serviços.

É oportuno destacar que, em obediência aos princípios constitucionais que envolvem a administração pública (art. 37 da CF), a fiscalização não é uma faculdade do administrador, o que é reforçado no art. 77 da Lei das Licitações que impõe a rescisão contratual como consequência da inexecução total ou parcial do contrato.

Neste trilhar, o Estado do Amazonas, reconhecendo este dever como consequência do ato de contratar, editou o Decreto nº 37.334 de 17/10/2016, onde expressamente admite, nas razões preambulares de edição da medida, "a necessidade de estabelecer mecanismos efetivos de controle, acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais pelas empresas que prestam serviços ao Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 58, I e 67 da Lei nº 8.666/ 1993".

Conquanto a regulamentação da matéria em nível estadual seja tardia, a Lei nº 8.666/93 não permite discussões quanto ao dever de fiscalização.

A possibilidade de responsabilização do ente público tem assento na teoria da **responsabilidade subjetivade** que tratam os arts. 186 e 927, caput, do CC/2002. Demonstrada a inexistência de fiscalização, resulta provado que a conduta desidiosa do ente público no cumprimento de seus haveres fiscalizatórios concorreu para o ilícito trabalhista perpetrado pela empresa contratada. Nesta hipótese, imputa-se ao integrante da Administração Pública a condição de co-autor das ilegalidades praticadas.

Ressalto: não se trata de negar a aplicação do comando inserto no § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93. A jurisprudência hodierna não mais responsabiliza o ente público simplesmente porque este foi o tomador dos serviços; mas, mediante a análise dos fatos no caso concreto, reconhece as ocasiões em que a Administração Pública foi negligente no cumprimento de seus deveres de fiscalização e lhe impõe a reparação pelos danos causados por sua conduta culposa. É caso, portanto, de responsabilidade aquiliana (extracontratual), calcada na verificação, in casu, de comportamento negligente, imperito ou imprudente.

(...)"

No tocante à alegação de culpa presumida e de responsabilidade sem amparo normativo, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei 8.666/93 (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder Público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência teve como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser

reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com o item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o Recurso de Revista não comporta seguimento por possível violação aos dispositivos mencionados no apelo, tampouco por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação do incisos LIV e LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: incisos I e II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Insurge-se, ainda, contra a tese de que o ônus da prova quanto à ausência de fiscalização do contrato de prestação de serviços compete ao Ente Público ou, ainda, da inversão do ônus da prova pela teoria da (re)distribuição dinâmica, aduzindo que este Regional, ao imputar à Administração Pública o ônus probatório que não detém, divergiu da interpretação dada pelo STF no RE 760.931 (com repercussão geral), configurando, ainda, decisão surpresa, impossibilitando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal.

Consta no v. acórdão (id. 87e5a37):

"(...)

Fixada, pois, a premissa de possibilidade de responsabilização do ente público pela inadimplência das verbas trabalhistas quando verificada a falha na fiscalização, passo à análise do ônus probatório quanto à matéria.

Sobre o assunto, registro que a tese fixada em repercussão geral foi estritamente quanto à impossibilidade de transferência automática da responsabilidade pelos haveres trabalhistas ao ente público tomador de serviços, não tendo sido fixada qualquer regra ou comando quanto a quem incumbe a prova da fiscalização.

Consta do inteiro teor do acórdão do RE nº 760.931:

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhora Presidente, eu acompanho a tese formulada e a preocupação do Ministro Luís **Roberto Barroso** quanto à necessidade de **obiter dictum**. Eu penso que nós temos os **obiter dicta**, porque vários de nós, sejam os vencidos, sejam os vencedores, quanto à parte dispositiva, em muito da fundamentação, colocaram-se de acordo. E uma das questões relevantes é: a quem cabe o ônus da prova? Cabe ao reclamante provar que a Administração falhou, ou à Administração provar que ela diligenciou na fiscalização do contrato?

Eu concordo que, para a fixação da tese, procurei, a partir, inicialmente, da proposta da Ministra **Rosa**, depois adendada pelo Ministro **Barroso** e pelo Ministro **Fux** durante todo julgamento, procurei construir uma tese, mas ela realmente ficou extremamente complexa e concordo que, quanto mais minimalista, melhor a solução. Mas as questões estão colocadas em **obiter dicta** e nos fundamentos dos votos.

Eu mesmo acompanhei o Ministro Redator para o acórdão - agora Relator para o acórdão -, o Ministro **Luiz Fux**, divergindo da Ministra Relatora original, Ministra **Rosa Weber**, mas entendendo que é muito difícil ao reclamante fazer a prova de que a fiscalização do agente público não se operou, e que essa prova é uma prova da qual cabe à Administração Pública se desincumbir caso ela seja colocada no polo passivo da reclamação trabalhista, porque, muitas vezes, esse dado, o reclamante não tem.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas veja o seguinte, Ministro Toffoli, só uma breve observação.

Suponhamos que o reclamante promova uma demanda alegando isso. Então, ele tem que provar o fato constitutivo do seu direito: deixei de receber, porque a Administração largou o contratado para lá, e eu fiquei sem receber. Na defesa, caberá... Porque propor a ação é inerente ao acesso à Justiça. O fato constitutivo, é preciso comprovar na propositura da ação. E cabe ao réu comprovar fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito do autor. Então, a Administração vai ter que chegar e dizer: "Claro, olha aqui, eu fiscalizei e tenho esses boletins". E tudo isso vai se passar lá embaixo, porque aqui nós não vamos mais examinar provas.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Concordo, mas é importante esta sinalização, seja no **obiter dictum** que agora faço, seja nos **obiter dicta** ou na fundamentação do voto que já fizera anteriormente, e que fez agora o Ministro Luís **Roberto Barroso**, assim como a Ministra **Rosa Weber**: a Administração Pública, ao ser acionada, tem que trazer aos autos elementos de que diligenciou no acompanhamento do contrato.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Agora, veja o seguinte: o primeiro ônus da prova é de quem promove a ação.

(...)

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu estou registrando esse posicionamento no sentido de que a Administração Pública, uma vez acionada, tem que apresentar defesa, porque, muitas vezes, ela simplesmente diz: "Eu não tenho nada a ver com isso" - e tem, ela contratou uma empresa.

(...)

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE)

Também peço vênia ao Ministro Marco Aurélio, porque vou aderir à tese tal como proposta.

Acho que eventuais situações, inclusive o Ministro Teori dizia aqui e em várias dessas reclamações: o que tiver de ser provado não é matéria mesmo do Supremo - não podemos revolver provas.

Do que se vê, a questão do ônus probatório foi levantada em sessão com posições divergentes dos Senhores Ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, todavia a proclamação do resultado não encampou posicionamento vinculante do E. STF sobre a questão. Logo, não há qualquer vinculação aos órgãos do Poder Judiciário a atribuir ao trabalhador o ônus de provar a ausência de fiscalização do contrato de terceirização.

Por conta disso, persisto entendendo que cabe ao ente público demonstrar, como fato impeditivo ao direito postulado, o pleno exercício do dever de fiscalização. Em que pese meu entendimento pessoal balizado pelo princípio da aptidão da prova que atribuir tal encargo ao trabalhador importa em prova diabólica**, não se trata de inversão do ônus da prova, mas em não satisfação pelo Litisconsorte do encargo probatório já previamente distribuído pela regra geral disposta no art. 373, II, do CPC.**

Neste sentido, já há precedente do C. TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 E DO NCPC - ÓBICE AFASTADO - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 282 DA SBDI-1 Ultrapassado o obstáculo apontado pelo despacho denegatório. Aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 282 da SBDI-1. **RESPONSALIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - CULPA CARACTERIZADA - SÚMULA Nº 331, V, DO TSTO** acórdão regional está em harmonia com o entendimento firmado na Súmula nº 331, item V, do TST, uma vez que a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização da empresa prestadora. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: (i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante; (ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93); e (iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tenha acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova. Julgados. 3. O E. STF, ao julgar o Tema nº 246 de Repercussão Geral - responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço, RE 760931 -, não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova pertinente à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. (TST - AIRR - 577-82.2016.5.11.0002, 8ª Turma, Relatora: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Publicação: 24/11/2017)

Ou seja, como exposto, **o Pretório Excelso não fixou qualquer tese vinculante sobre o tema de distribuição do ônus probatório quanto à fiscalização do contrato.**

Portanto, com fulcro no que já foi exposto, é ônus do Litisconsorte a comprovação da realização da efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da Reclamada. Não o fazendo, deve suportar as consequências da ausência de provas como assim suporta qualquer parte que não se desincumbe de seu encargo processual de produzir provas, afinal o ordenamento pátrio veda o non liquet (art. 5º, XXXV, da Constituição da República).

Em assim sendo, cabe ao ente público, na posição de contratante, mensalmente exigir a relação dos empregados vinculados ao contrato, os comprovantes de pagamento de salário e demais verbas trabalhistas, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS, bem como o acompanhamento do fiel cumprimento da legislação trabalhista inclusive sobre jornada de trabalho, higiene e segurança laborais, entre outros. E, de posse de tais documentos, trazê-los aos autos para provar que, ao menos por amostragem, fez a fiscalização do contrato de terceirização.

Superadas as questões acima, passo à análise do caso concreto.

No caso vertente, observa-se que o ente contratante não levou a efeito sua obrigação legal de acompanhar o cumprimento pelo prestador dos serviços e/ou foi leniente com as eventuais ilegalidades.

Compulsando aos autos, verifica-se que Reclamada possuía contrato de prestação de serviços com a Reclamada e o Litisconsorte Estado do Amazonas, que se beneficiaram dos serviços do reclamante, e que em determinado momento, esta deixou de cumprir com algumas obrigações trabalhistas. Inclusive houve a juntada de declaração de Tempo de Serviço no órgão público (id 8bd5ef6 - Pág. 38).

Observe-se que a empresa reclamada, empregadora do reclamante, não foi capaz de comprovar a regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, motivo que ensejou o reconhecimento da rescisão indireta do contrato laboral.

Em sua defesa, o Litisconsorte apenas ressaltou que não mantinha qualquer relação contratual com a Reclamante e que não obstante esse fato destacava, que qualquer responsabilização do Estado do Amazonas com base no inciso IV do Enunciado 331/TST, viola constitucionalmente o art. 5º, inciso II (princípio da legalidade), inciso LV (contraditório e ampla defesa, em razão de não possuir quais elementos para contestar a pretensão deduzida), e ainda, o art. 37, inciso XXI, §6º, todos da CF/88, ou seja, não produziu elementos probatórios suficientes no sentido de demonstrar, ao julgador, que deu cabo ao dever de fiscalização da execução do

contrato.

Restou demonstrado que a reclamada não cumpriu com regularidade a disposição dos contratos de terceirização, em especial a regularidade dos pagamentos de salários, de adicional de insalubridade, de horas extras e dos recolhimentos para o FGTS e para previdência Social.

Essa obrigações citadas integram o conteúdo obrigacional mínimo do contrato de trabalho e, por isso, deveriam ter sido adimplidas tempestivamente pelareclamada.

Não é demais afirmar que, em não havendo quitação de salários, não há o correspondente recolhimento dos encargos previdenciários decorrentes e do FGTS, circunstâncias que de pronto impedem a emissão de certidões negativas, indispensáveis ao recebimento de faturas

Estas violações ao direito da reclamante evidenciam a ausência de fiscalização por parte do litisconsorte. Entendo que, neste caso, houve a demonstração do fato constitutivo do direito alegado, restando ao ente público a prova da efetiva fiscalização.

Por meio da Lei de licitações e do Decreto Estadual de nº 37.334/16, a Administração Pública Estadual está obrigada a fiscalizar os contratos administrativos , inclusive no que tange aos procedimentos para controle, acompanhamento e fiscalização das obrigações trabalhistas das pessoas jurídicas que prestam serviços para o ente público.

O Decreto Estadual citado apresenta todos os procedimentos que devem ser adotados pelo Estado do Amazonas. Resulta, portanto, que a fiscalização dos contratos é um poder-dever da Administração Pública, inclusive reforçada pela decisão na ADC 16 pelo STF.

Diante disso, entendo que cabe ao reclamante provar o fato constitutivo do seu direito, qual seja, a inexecução de atos fiscalizatórios, enquanto ao Estado do Amazonas, a demonstração da fiscalização contratual.

A prova de fato negativo é impossível. Portanto, atribuir ao empregado o ônus de demonstrar que o Estado descumpria as suas obrigações fiscalizatórias é odioso, porque impossível. A única prova possível e que está ao alcance do trabalhador é a demonstração do descumprimento das obrigações trabalhistas, o que foi feito.

Ao contrário, ao Estado é atribuído o dever de fiscalizar a atuação da contratante. Esta obrigação, repiso, está firmada na Lei de Licitações, bem como no Decreto Estadual nº37.334/2016, onde constam todas as etapas fiscalizatórias.

Como bem se observa, nada foi executado neste sentido. Desse modo evidenciado está que havia pagamento de faturas, no entanto, não havia a exigência das certidões negativas expressamente mencionadas no Decreto regulatório da fiscalização contratual.

A ausência de fiscalização salta aos olhos.

Neste contexto emerge cristalina a ausência de fiscalização por parte do Estado do Amazonas.

O Decreto Estadual atrás mencionado dispõe:

Art. 1º Para fins de controle e fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado do Amazonas, por meio de agente público especialmente designado para tal função, **deverão exigir mensalmente** das pessoas jurídicas contratadas os documentos:(gn)

I - No caso de prestadoras de serviços:

a) A relação dos empregados vinculados à execução contratual, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no cadastro de Pessoas Físicas (CPF) , com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Comprovante de pagamento dos salários, 13 salário , concessão de férias e correspondente adicional , horas extraordinárias, adicionais noturno, de insalubridade e periculosidade, dos empregados vinculados à execução contratual referente ao mês anterior;

c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação , entre outros) , a que estiver obrigada por força de lei;

d) Comprovante de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

e) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, bem como cópia do pagamento tempestivo das verbas rescisórias;

f) Guias de recolhimento do Fundo de Garantia do T empo de S erviço e I nformações à Previdência Social - GFIP, com protocolo de envio que corresponda à mão-de-obra envolvida na execução contratual, inclusive relativa à s rescisões contratuais;

g) Guia da Previdência Social - GPS que corresponda à GFIP dos empregados vinculados à execução contratual; e

h) Guia de recolhimento do I mposto sobre S erviço de Q ualquer N atureza - ISSQN, exceto se o órgão ou entidade efetivar a devida retenção.

II - No caso de cooperativas:

a) Guia de recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) Guia de recolhimento da contribuição previdenciária em relação à

parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) Comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) Comprovante d a aplicação do FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social;

e) Comprovante da aplicação em F undo de reserva;

f) Comprova ção de criação do fundo para pagamento do 13 . º salário e férias; e

g) Comprovantes quanto a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de outras pessoas jurídicas, tais como Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais :

a) Todos os documentos relacionados no inciso I, c ompatíveis com os empregados vinculados à execução do programa ou projeto;

b) Guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, com protocolo de envio que corresponda à mão-de-obra envolvida na execução do programa e/ou projeto;

c) Guia da Previdência Social - GPS, que corresponda à GFIP dos empregados vinculados à execução do programa e/ou objeto;

d) Será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação de regência.

O parágrafo 6º do mesmo dispositivo legal estabelece:

§ 6º **Caso a contratada deixe de comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, os valores cuja quitação não foi demonstrada deverão ser retidos**,com o pagamento apenas do saldo; (gn)

A situação fática demonstrada revela que o litisconsorte, apesar de obrigado por lei a fiscalizar os contratos administrativos firmados, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, foi negligente neste aspecto.

Importante destacar que o Estado do Amazonas não trouxe documentação que atestasse a mínima fiscalização do contrato em questão.

É inadmissível que a Administração Pública compareça perante o Poder Judiciário com defesa despida das provas a que está obrigada a apresentar em face da interpretação conjunta da Constituição Federal e da Lei de Licitações.

Diante deste quadro, é flagrante a ausência de fiscalização.

A negligência com que o Estado do Amazonas lida com as contratações de empresas prestadoras de serviço tangencia a irresponsabilidade administrativa diante da total ausência de provas documentais no sentido da fiscalização. Pelo menos é o que está demonstrado neste processo.

É induvidoso que se a fiscalização tivesse sido empreendida com a seriedade necessária, única conduta esperada diante da coisa pública, os prejuízos sofridos pelo trabalhador teriam sido minimizados, e a empresa faltosa apenada na forma prevista na Lei de Licitações.

Destarte, considerando o contexto probatório, com esteio na teoria da responsabilidade subjetiva, está consubstanciada a culpa do ente público.

Perfeitamente aplicável à hipótese, portanto, o comando inserto no inc. V da Súmula nº. 331 do TST.

Frise-se também que não há ofensa ao art. 37, §6.º da CF/88, uma vez aplicada a tese da responsabilidade subjetiva, tampouco ao art. 5º, inc. II, da CF/88, eis que o dever de fiscalizar decorre da própria legislação infraconstitucional.

Tal entendimento, inclusive, entra em consonância com o entendimento cristalizado desta Corte Regional, conforme Súmula nº 16 transcrita abaixo:

Súmula nº 16 do TRT da 11ª Região - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO.A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.

Assim, mantenho a responsabilidade subsidiária do Estado pela presente condenação.

(...)"

Por vislumbrar possível afronta à literalidade dos artigos 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 373 do Código de Processo Civil, determino o processamento do apelo, em atendimento ao artigo 896, alínea "c", Consolidado.

CONCLUSÃO

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

vhsb

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Decisão

Processo Nº ROT-0000333-39.2019.5.11.0006

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
RECORRIDO	SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI
RECORRIDO	ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA(OAB: 7274/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE
Advogado(a)(s):	1.AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES
Recorrido(a)(s):	1.SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI
Advogado(a)(s):	2.ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/08/2019 - id.61d83ed ; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. ca29156).

Regular a representação processual (id. d416470).

Satisfeito o preparo (ids. dd4ef5c, 6f980da, 63ac325 e ca29156).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Isonomia Salarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item III do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 383 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 97, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:inciso II do artigo 1030 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 25 da Lei nº 8987/1995; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
-ADC n. 16 do Supremo Tribunal Federal.

Alega que a simples terceirização de atividade-fim não configura terceirização ilícita, nos termos do RE 958252/MG, além de defender que a equiparação salarial entre terceirizados efuncionários da litisconsorte ocorreu de forma indiscriminada, sem que fossem observados os requisitos da isonomia salarial.

Por fim, aponta que a manutenção de rede elétrica é atividade-meio necessária para a execução da atividade-fim da recorrente, que é de explorar linhas de concessão, fornecendo energia elétrica, conforme delimita seu estatuto.

Sustenta que apretensão da reclamante de responsabilização subsidiária da 2ª Reclamada, ora recorrente,encontra óbice direto no art. 71, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e Súmula 331 do C. TST.

Alega, ainda, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar a omissão da recorrente na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 465633d):

'(...)

Responsabilidade subsidiária

Incontroverso que a recorrente se beneficiou da força de trabalho do requerente, fato que ensejou o pedido de responsabilidade subsidiária da exordial, que não foi negado na defesa e que foi devidamente comprovado por meio de prova testemunhal produzida por ocasião da audiência (id dd4ef5c).

Nessa linha é que se firma a responsabilidade subsidiária, aplicando-se a Súmula nº 331, IV, V e VI do c. TST, cuja atual redação, contrariando a tese da litisconsorte, deixa inequívoco que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador de

serviços, no que se refere a todas àquelas obrigações, inclusive quanto aos entes da Administração Pública, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da Lei de Licitações, a saber:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Na esteira da decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 8.666/93, a corte trabalhista reafirmou a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive, quando se tratar de ente público, desde que evidenciada a omissão no cumprimento do dever que lhe compete, especialmente na fiscalização que deve exercer sobre a prestadora.

Dessa forma, não há mais espaço para debate acerca da responsabilidade objetiva do ente público, na forma do artigo 37 da Constituição da República.

Igualmente, tem-se por certo que, ao firmarem contrato de interposição com as prestadoras de serviços, as contratantes devem se cercar de todas as garantias necessárias, sobretudo no que diz respeito à idoneidade econômica e financeira das contratadas, visando que estas adotem condutas regulares na contratação de seus empregados e, outrossim, que honrem os seus compromissos trabalhistas e fiscais.

Imperioso destacar que a não observância do cumprimento dos contratos trabalhistas caracteriza culpa pela negligência nesse acompanhamento, caso em que a contratante assumirá os riscos da contratação de empresa inidônea.

A litisconsorte socorre-se da Lei n. 8.666/93, a qual, em seu art. 71, parágrafo 1º, isenta de responsabilidade a Administração Pública pela mera inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, reputando-a impeditiva de sua responsabilidade.

Vários são os óbices à aplicabilidade da regra supra invocada.

O Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, reconheceu a constitucionalidade da norma indigitada (art. 71, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93), que veda a transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais que sejam resultantes da execução do contrato.

Pertinente por isso mencionar que, ao mesmo tempo em que o STF declarou a constitucionalidade da Lei n.º 8.666/93, mostrou consenso em exortar que seja dedicado maior rigor ao exame das causas da inadimplência que se fundarem em culpa in vigilando.

Com efeito, o dever de fiscalização consta da própria lei que instituiu regras para o processo licitatório (art. 58, inc. III, da Lei n. 8.666/93):

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - [[...]; II - fiscalizar-lhes a execução.

A recorrente, ao contrário do alegado, não fez prova de que exigiu da empresa contratada os comprovantes de quitação dos direitos trabalhistas de seus empregados, não constando nos autos do processo prova contundente nesse sentido.

Deveria, no âmbito de seu poder fiscalizatório, compelir a reclamada a comprovar o pagamento dos salários, FGTS, verbas rescisórias, etc., uma vez que dispõe de mecanismos para esse fim, como, por exemplo, a retenção de valores. Deixando de fazê-lo, incorreu em culpa *in vigilando.*

Não há falar em inversão do ônus da prova, porque se trata de fato impeditivo do direito do autor, cujo ônus, a teor do art. 818, II, da CLT pertence à litisconsorte no caso, em face não só da obrigatoriedade legal da fiscalização, como também do princípio da aptidão da prova, visto que o trabalhador não possui acesso a esse tipo de documentação.Registre-se, aliás, por oportuno, que, ao demonstrar a falta de quitação das verbas trabalhistas e rescisórias, o postulante comprovou a culpa in vigilando da litisconsorte, atestando que eventual fiscalização, se ocorrida, foi insuficiente e deficitária.

Frise-se que, além de simplesmente fiscalizar, a tomadora deve providenciar meios eficazes para viabilizar a quitação daquilo que é devido aos funcionários que lhe prestam serviços, sob pena de se tornar inócua a previsão legal.

Ademais, não pode a tomadora se beneficiar da força de trabalho dos empregados e, ao final, tentar se eximir da responsabilidade pelo inadimplemento ocorrido durante o pacto laboral.

No caso vertente, fica evidenciada, portanto, a contratação de empresa que não procedeu com regularidade no pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias de seus contratados.

Mostra-se, assim, efetiva e suficiente a irregularidade no comportamento da litisconsorte, com a respectiva prova de dano suportado pelo autor, por conta de conduta da tomadora.
Mister ressaltar, por oportuno, que a aplicação da Súmula nº 363 do C. TST: '*A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.',* restringe-se aos casos de contratação direta de servidor público, não sendo o caso dos autos, que se trata de responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, matéria que foge ao teor do referido enunciado.
Não há falar, portanto, em ofensa ao disposto no art. 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, ou ao art. 37, II e parágrafo 6º, da CF/88, inexistindo circunstância que afete a condenação subsidiária, consubstanciada no Enunciado 331 do C. TST.
Nada a reformar.
(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .
Nahipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo dosarts. 58, III, da Lei 8.666/93, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.
dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO
Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001419-38.2018.5.11.0052

Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	PAULO MOREIRA MARQUES ABEL
ADVOGADO	GILPETRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
ADVOGADO	FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298/BA)
RECORRIDO	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):
- PAULO MOREIRA MARQUES ABEL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA
Lei 13.015/2014
Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	PAULO MOREIRA MARQUES ABEL
Advogado(a)(s):	FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES (BA
Recorrido(a)(s):	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 25/07/2019 - id.6e82634 ; recurso apresentado em 06/08/2019 - id. 564c266).
Regular a representação processual (id. dc12049).
Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. f45b2b4), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Jurisdição e Competência/Competência/Competência da Justiça do Trabalho.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao): Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) inciso II do artigo 37;inciso I do artigo 114 da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
Esclarece, inicialmente, que '*O presente recurso de revista versa sobre a competência dea Justiça do Trabalho para conhecer e*

julgar questões atinentes à hipótese de servidor celetista, empregado público, que contratado antes da constituição Federal de 1988, pela CLT, e que teve o seu regime celetista, transmudado para estatutário, automaticamente, isto é sem concurso público'.
Sustenta que foi admitido, sem concurso público, pelo regime da CLT, antes do advento da Constituição Federal de 1998 e, nesta reclamação reivindica obter prestações decorrentes da relação de trabalho, qual seja, o FGTS. Alega que o Tribunal cometeu equívoco, violando norma constitucional, ao declarar a incompetência material da Justiça do Trabalho
Consta no v. acórdão (id. 0eeb058):
'(...)
PRELIMINAR
Recurso do reclamante
Da Competência da Justiça do Trabalho
O reclamante insurge-se contra a sentença de mérito que reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho. O reclamante sustenta que a competência para o julgamento da causa é desta Justiça Especializada, pois se trata de pedido de FGTS desde quando ocorreu a transmudação de regime de celetista para estatutário, com o advento da Lei n° 8.112/90. O reclamante sustenta a ilegalidade dessa transmudação, já que foi admitido sem concurso público, anteriormente à Constituição Federal de 1988.
Sem razão.
O Colendo Supremo Tribunal Federal vem decidindo, reiteradamente, com base na sua própria jurisprudência, que compete à Justiça Comum processar e julgar as causas instauradas entre o Poder Público e servidor a ele vinculado, por relação de ordem jurídico-administrativa, inclusive em relação às contratações temporárias, com base no regime previsto no art. 37, IX, da Constituição Federal.
No caso em tela, a relação jurídica entre o reclamado e o reclamante, ainda vigente, deu-se, inicialmente, sob a forma celetista e, a partir da vigência da Lei n° 8.112/90, com a instituição do regime jurídico único, transmudou-se para a forma estatutária.
Apesar de o autor pugnar pelo reconhecimento da ilegalidade dessa transmudação de regime, já que não foi submetido a concurso público, tal alegação não merece prosperar.
É que o Tribunal Superior do Trabalho já se manifestou, na esteira de precedentes do STF, de forma a considerar a validade dessa transmudação, do regime celetista para estatutário. E como o pedido dessa ação se refere a período posterior a essa transmudação, quando o autor já era estatutário, a competência para julgamento da causa é da Justiça Comum.
Cito julgados nesse sentido, do C. TST, in verbis (os grifos foram acrescidos):
RECURSO DE REVISTA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - DIFERENÇAS SALARIAIS - PERÍODO POSTERIOR À LEI Nº 8.112/90 - Consoante a Orientação Jurisprudencial 138 da SBDI-1 do TST, compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de direitos e vantagens previstos na legislação trabalhista referente à período anterior à Lei nº 8.112/90, mesmo que a ação tenha sido ajuizada após a edição da referida lei. A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista. Depreende-se que os Reclamantes estavam sujeitos ao regime da CLT. Com a transmudação do regime, a relação jurídica, até então contratual, passou a ser de natureza administrativa, portanto, de direito público, de forma que é inviável o seu exame pela Justiça do Trabalho, por força de sua incompetência material absoluta.Por outro lado, não há que se falar em ofensa à coisa julgada, ao contrário do que consigna a decisão recorrida, porque seus efeitos estão limitados à relação de emprego, consoante disposto na Orientação Jurisprudencial 138 da SBDI-1 do TST. Recurso de Revista provido. (RR - 2403100-94.2002.5.14.0900, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, Data de Julgamento: 08/03/2006, 3ª Turma, Data de Publicação: DJ 31/03/2006)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, ATENDIDOS. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. CONTRATAÇÃO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. VALIDADE DA INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA QUANTO AO PERÍODO POSTERIOR À TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO.PRESCRIÇÃO. SÚMULA 382 DO TST. Ante possível violação do art. 114, I, CF e contrariedade à Súmula 382 do TST, nos termos exigidos no artigo 896 da CLT, dar-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. RECURSO DE REVISTA. APELO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, ATENDIDOS. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. CONTRATAÇÃO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. VALIDADE DA INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA QUANTO AO PERÍODO POSTERIOR À TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. Discute-se, nos autos, a contratação de empregado público antes da promulgação da Constituição de 1988, sob o regime celetista, e sem concurso público. Posteriormente, o reclamado instituiu regime jurídico único, conforme noticiado nos autos. A controvérsia acerca do tema em análise vinha sendo decidida por esta Corte no sentido

de que a instituição de regime jurídico único não convola em vínculo estatutário, de forma automática, o contrato trabalhista anterior, sobretudo em decorrência da ausência de concurso público.
Todavia, o Tribunal Pleno, na apreciação da constitucionalidade do art. 276, caput, da Lei Complementar 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, conforme incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista (ArgInc-105100-93.1996.5.04.0018), de relatoria da Ministra Maria Helena Mallmann, em julgamento ocorrido em 21/08/2017, consagrou a tese de que não há óbice constitucional à mudança de regime dos empregados estabilizados pelo art. 19 do ADCT/CF, porém tal alteração não resulta no provimento de cargos públicos efetivos por esses servidores. Pontuou ser inconstitucional, tão somente, o aproveitamento de servidores públicos não concursados em cargos para cuja investidura a Constituição exige a submissão a concurso (art. 37, II e ADCT, art. 19, § 1º), mas não a chamada transposição de regime. Nesse contexto, a competência desta Justiça Especializada restringir-se-ia ao período anterior à transmudação. No caso dos autos, o pedido do autor refere-se ao FGTS de todo o período trabalhado, anterior e posterior à transmudação do regime que ocorreu em 12/02/1990. Dessa forma, em relação ao período posterior à transmudação, verifica-se caracterizada a afronta ao artigo 114, I, da Constituição Federal, em face da incompetência material da Justiça do Trabalho. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. PRESCRIÇÃO BIENAL. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. SÚMULA 382 DO TST. Conforme entendimento da Súmula 382 do TST, 'a transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.' No presente caso, o prazo da prescrição começou a fluir a partir da data da vigência da Lei Municipal 15.335/90, que reconheceu o vínculo da autora como estatutária, enquanto que a presente ação foi ajuizada em 06/06/2015, portanto, após o transcurso do biênio posterior à extinção do contrato de trabalho. Deste modo, encontra-se prescrita a pretensão de recolhimento dos depósitos do FGTS anterior à referida norma. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 788-60.2015.5.06.0013, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 27/03/2019, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/03/2019)
Destarte, ante a decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho a respeito da matéria, há de se reconhecer a incompetência da Justiça Obreira para processar e julgar a presente demanda.
Assim, mantenho a sentença que reconheceu a incompetência desta Justiça Especializada para processar e julgar a presente demanda e determinou a remessa dos presentes autos ao Juízo Federal para exame e julgamento do feito, nos termos da legislação aplicável à espécie.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário, e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença que declarou a incompetência desta Especializada para julgamento do feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Tudo na forma da fundamentação.
(...)'
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral do acórdão**dentro do tópico recorrido, com exceção apenas dos arestos jurisprudenciais,o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.
Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.
cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000408-19.2017.5.11.0016

Relator	DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR
RECORRENTE	CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO	JOSE COELHO PAMPLONA NETO(OAB: 134643/SP)
RECORRIDO	ANDERSON DE OLIVEIRA SOARES
ADVOGADO	GERSON DA SILVA PAULINO(OAB: 8445/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
Advogado(a)(s):	JOSE COELHO PAMPLONA NETO (SP - 134643)
Recorrido(a)(s):	ANDERSON DE OLIVEIRA SOARES
Advogado(a)(s):	GERSON DA SILVA PAULINO (AM - 8445)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 26/07/2019 - id.b19c6e8 ; recurso apresentado em 01/08/2019 - id. 93e5e85).

Regular a representação processual (id. 3eb5b23).

Satisfeito o preparo (ids. dde0b3d, e5790eb e e5790eb).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Outras Relações de Trabalho/Contrato de Estágio.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)da Lei nº 6494/1977; da Lei nº 11788/2008.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que não concorda com os fundamentos utilizados pelo acórdão, ao argumento inicial de que as atividades do recorrido sempre tiveram o acompanhamento de um supervisor designado para este fim.

Consta no v. acórdão (id. 0669511):

'(...)

CONTRARRAZÕES(Id cc6e5cd).

VOTO

Conheço do Recurso, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade.

1. A recorrente argumenta que as atividades do reclamante eram acompanhadas por um supervisor e relacionavam-se à aprendizagem das funções exercidas pelos empregados da empresa; o contrato de estágio tinha o objetivo de proporcionar a participação do estudante em situações reais de trabalho, fornecendo-lhe conhecimento prático e teórico para sua inserção no ambiente profissional, conforme disposto na Lei 11.788/2008; a instituição de ensino jamais seria conivente com a reclamada se o objetivo desta fosse fraudar uma relação empregatícia; a empresa recorrente possui empregados contratados exclusivamente para atuação na bilheteria, área de alimentação e demais setores. Requereu a improcedência do vínculo empregatício deferido na Decisão de origem.

2. A relação de estágio é regulamentada pela Lei 11.788/2008, cujo art. 1º define o seguinte:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

3. A validade da relação de estágio, estabelecida entre a empresa concedente, o educando e a instituição de ensino, condiciona-se à observância de requisitos elencados no referido diploma legal, entre eles: matrícula e frequência regulares do educando; celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; comprovação de compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso (art. 3º, incisos I, II e III da Lei nº 11.788/2008).

4. No caso dos autos, a empresa não apresentou provas de nenhum desses requisitos. O 'termo de compromisso' registrado na CTPS do reclamante (Id ccc169d) sequer informa a instituição de ensino ao qual seria vinculado, muito menos descreve as atividades a serem desempenhadas. A anotação genérica do termo de compromisso na CTPS do reclamante certamente não basta para demonstrar sua validade.

5. A prova documental anexada à defesa (Id 086e12f e seguintes) é

inconsistente. Resume-se ao registro de informações pessoais do reclamante, data de contratação etc, atestado de saúde ocupacional, recibos de pagamento mensais e termo de rescisão de compromisso de estágio, não sendo hábil para confirmar a observância dos requisitos legais do contrato de estágio.

6. A prova oral (ata de audiência, Id 29eb8b5) tampouco supre a falta de prova por parte da empresa. MARCOS VINICIUS RIBEIRO QUEIROZ, arrolado pelo reclamante tão somente confirmou as teses deste, verbis:

(...) que o reclamante foi contratado para ser estagiário, mas fazia um monte de serviços, tal como o depoente, que trabalhava no mesmo setor com o reclamante, e o mesmo fazia as atividades citadas anteriormente (...) que o depoente pegava às 15:30 o serviços e largava às 23:00; que o reclamante, deveria, como estagiário, pelo que pensa, ficar recebendo os bilhetes dos clientes; que na maioria das vezes o reclamante ficava operando caixa, revezando na limpeza dos banheiros e jogar o lixo.

7. Correta a Decisão de origem. **Nega-se** provimento ao Recurso.

(...)'

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

Por fim, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais, portanrto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afastaria, de qualquer modo,a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000098-36.2019.5.11.0018

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	CRBS S/A
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)
RECORRENTE	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
ADVOGADO	FLAVIA GEORGIA VELOSO FRAGA SILVA CUNHA(OAB: 8558/AM)
ADVOGADO	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM(OAB: 4885/AM)
RECORRIDO	CRBS S/A
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)
RECORRIDO	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
ADVOGADO	FLAVIA GEORGIA VELOSO FRAGA SILVA CUNHA(OAB: 8558/AM)
ADVOGADO	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM(OAB: 4885/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
- CRBS S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	ARLESSON GOUDINHO FERREIRA
Advogado(a)(s):	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM (AM -
Recorrido(a)(s):	CRBS S/A

Advogado(a)(s): ROBERTO TRIGUEIRO FONTES e OUTROS (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 08/08/2019 - id. bbbe07a; recurso apresentado em 20/08/2019 - id.4981753).

Regular a representação processual (id. 4a66842).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. ee97bd3), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 219;Súmula nº 329 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)§4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O recorrente sustentaque a condenação em honorários recíprocos não pode prosperar, na medida em que inconstitucional o art. 791-A da CLT, por violação ao art. 5º, XXXV, da CF.

Consta no v. acórdão (id. 53e101e):

'(...)

Dos honorários sucumbenciais (matéria exclusiva do recurso do reclamante)

Alega o recorrente que os honorários advocatícios de sucumbência são incompatíveis com o processo do trabalho, fora das hipóteses previstas nas Súmulas 219 e 329 do TST.

Aduz que concedê-los neste feito implicaria fatalmente ofender os princípios peculiares que regem o Direito do Trabalho, bem como o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, corolário de um Estado Democrático de Direito.

Assim, requer a declaração incidental da inconstitucionalidade do art. 791-A da CLT, de modo a afastar a sua aplicabilidade para este processo por se tratar de norma de conteúdo substancial.

Sem razão o recorrente.

Entendo não existir inconstitucionalidade no disposto no art. 791-A e §4º, da CLT, não prosperando a alegação de que a condenação ao pagamento de verba honorária viola o dispositivo constitucional indicado, pois a dedução prevista no citado parágrafo deve ser pinçada quando o crédito deferido ao autor for suficiente para suportar os honorários da outra parte, sem inviabilizar objetivamente as parcelas reconhecidas em decisão.

Destaco que o C. TST, por meio da Instrução Normativa nº 41/2018, art. 6º, firmou o entendimento de que o art. 791-A, e parágrafos, da CLT, tem aplicação nas ações propostas após 11/11/2017.

Assim sendo, mantenho a condenação das partes ao pagamento de honorários sucumbenciais recíprocos.

Por estes fundamentos, conheço dos recursos ordinários; nego provimento ao recurso do reclamante; concedo provimento parcial ao recurso da reclamada para julgar improcedente o pedido de horas intervalares e alterar o parâmetro de liquidação da diferença de horas extras para que seja observado na apuração da jornada o intervalo pré-assinalado nos registros de ponto, mantendo a sentença nos demais termos.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do(s) tópico(s) recorrido(s)**, como se observa no presente

apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000197-70.2018.5.11.0008

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	EDNEY CASTRO LEAO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RECORRIDO	SB COMERCIO LTDA
ADVOGADO	SILVIA CHRISTINA LIMA DE MATOS(OAB: 2877/AM)
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNEY CASTRO LEAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	EDNEY CASTRO LEÃO
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	SB COMÉRCIO LTDA
Advogado(a)(s):	MÁRCIO LUIZ SORDI (exclusividade - id. 0d957ac)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. e2d0ac8; recurso apresentado em 29/08/2019 - id. 81da209).

Regular a representação processual (id. a6efe58).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 19a2e36), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Periculosidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o)§4º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Orecorrente sustenta que a decisão da Turma, quanto ao adicional de periculosidade,além de divergir do entendimento de outros tribunais regionais edo C. TST, também viola o §4º do art. 193 da CLT, o qual diz serem perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta, caso do recorrente.

Aduz, ainda, que a condenação do recorrente em honorários sucumbenciais, viola o devido processo legal, substanciado nos incisos XXXV e LXXIV, do art. 5º, da CF, eis que o recorrente é beneficiário da Justiça Gratuita. Nesse sentido, sustenta o recorrente que os tribunais regionais tem adotado a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais do beneficiário da Justiça Gratuita, enquanto permanecer o estado de miserabilidade deste e, neste ponto, residiria a divergência entre o v. acórdão

recorrido e a jurisprudência pátria. Alude também o recorrente acerca de decisão recente do TRT da 14ª Região que arguiu incidente de inconstitucionalidade do artigo 791-A, §4º da CLT, pelo que pugna pela suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais, bem como pelo acolhimento de incidente de arguição de inconstitucionalidade do artigo 791-A, § 4º, da CLT, conforme arestos que seguem transcritos no apelo.

Consta no v. acórdão (id. d72056b):

'(...)

Do adicional de periculosidade

Nas razões recursais, o reclamante insurge-se contra a improcedência dos pedidos adicional de periculosidade e reflexos. Alega que a Lei 12.997/2014 é clara ao estabelecer o direito dos motociclistas ao pagamento de adicional de periculosidade. Reitera a tese de que a atividade do motociclista expõe o obreiro a riscos, ensejando o pagamento do adicional. Pugna pela exclusão da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência.

Ao exame.

Nos termos do artigo 193, da CLT, *são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição do trabalhador a:*

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Nos parágrafos, o texto celetista acrescenta que:

§ 1º - **O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.**

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4o **São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)**

(destaques acrescidos)

Como se nota, o §4º do art.193, acrescentado pela Lei n.12.997/2014, classifica como perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Aqui nasce a divergência. O adicional de periculosidade, no caso do motociclista, é devida de forma imediata, como aparenta disciplinar o §4º do art.193 ou enseja regulamentação, como assinala o *caput* ?

Ora, não há dúvidas que a interpretação do texto de lei invoca uma leitura que transpõe os limites da mera literalidade de um dispositivo, demandando um olhar para o todo, ou seja, é necessário olhar não apenas o §4º, mas e principalmente o caput do art.193 da CLT, o qual norteia a disciplina.

A função dos parágrafos, nesse contexto, é exemplificar, explicar ou disciplinar a matéria do caput com maior especificidade, bem como trazer eventuais exceções. Não pode o parágrafo, contudo, ir além, relegando requisitos legais dispostos na cabeça do instituto.

Uma leitura do caput artigo 193 da CLT, nesse sentido, leva-nos à ilação de que cabe à regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho disciplinar as atividades ou operações perigosas.

Logo, conquanto prevista expressamente na lei, são as regulamentações que explicitam quais atividades ou operações que se enquadram no dispositivo legal, ensejando a percepção do adicional de 30%.

No caso específico dos motociclistas, o adicional de periculosidade foi regulamentado pela Portaria nº1.565/2014, de 14.10.2014, colacionada em sua integralidade a seguir:

PORTARIA Nº 1.565, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Publicada no DOU de 14/10/2014

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.930/2014

Efeitos suspensos pela Portaria nº 5/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 220/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 943/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 946/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.151/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.152/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.262/2015

Efeitos suspensos pela Portaria nº 1.286/2015

Aprova o Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicleta - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155, 193 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicleta - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os itens 16.1 e 16.3 da NR16, aprovada pela Portaria 3.214,

de 8 de junho de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:
16.1. São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos desta Norma Regulamentadora - NR.
16.3 É responsabilidade do empregador a caracterização ou a descaracterização da periculosidade, mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, nos termos do artigo 195 da CLT.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MANOEL DIAS
ANEXO 5 - ATIVIDADES PERIGOSAS EM MOTOCICLETA
1. As atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas são consideradas perigosas.
2. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo:
a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.
d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
(http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P1565_14.html)
Como se nota, a Portaria nº. 1.565/2014, conquanto bastante esclarecedora, teve seus efeitos suspensos por 09 outras portarias, dentre elas a Portaria nº.220, de 03.03.2015, a qual suspendeu os efeitos da Portaria n.1565/2014 para inúmeras associações de empregadores e sindicatos, dentre os quais o Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Amazonas - SINCADAM, do qual a reclamada faz parte (fl.84).
Ora, a suspensão da Portaria nº.1.565/2014 para o sindicato que a reclamada integra, projeta efeitos nas relação mantida entre esta última e seus empregados.
Ou seja, suspensos os efeitos da portaria que regulamenta o adicional de periculosidade aos motociclistas, resta suspenso, por consequência, o direito ao adicional, desobrigando o empregador do pagamento.
Tal conclusão alinham-se ao princípio da legalidade, na medida em que o empregador não está obrigado a fazer algo que não se encontra regulamentado ou com a regulamentação desprovida de efeitos, como no caso dos autos.
Aqui, nota-se que a Portaria 1.565/2014 projetou seus efeitos quanto à reclamada apenas no período de 13.10.2014 a 03.03.2015, ocasião em que houve a suspensão dos seus efeitos pela Portaria MTE nº.220/2015.
Logo, cabível a condenação da reclamada apenas nesse período, qual seja, 13.10.2014 a 03.03.2015, porquanto os efeitos da Portaria 1.565/2014 eram válidos quanto à reclamada.
Reitero de que os efeitos da Portaria 1.565/2014 só foram suspensos em relação ao Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Amazonas - SINCADAM, do qual a reclamada faz parte (fl.84), em 03.03.2015, estando válidos no período entre a edição da Portaria (13.10.2014) e a suspensão (03.03.2015).
Nesse sentido o seguinte julgado do C.TST:
'AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS EM VIAS PÚBLICAS. PORTARIA N.º 1.565/14. LIMINAR. SUSPENSÃO DOS EFEITOS. ABRANGÊNCIA. 1. O Ministério do Trabalho e Emprego, com o fim de regulamentar o § 4º, do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescido pela Lei n.º 12.997/2014, editou a Portaria n.º 1.565 de 13/10/2014, adicionando o anexo 5 à Norma Regulamentadora n.º 16 da Portaria n.º 3.214/78, que dispõe sobre as atividades e operações perigosas, fazendo constar do quadro de atividades perigosas as desenvolvidas por trabalhadores que utilizam motocicletas ou motonetas em vias públicas. 2. Diante de ações ajuizadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas- ABIR e pela Confederação Nacional das Revendas AMBEV e das Empresas de Logística da Distribuição - CONFENAR perante a 20ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Juízo Federal de primeira instância deferiu, em sede de antecipação de tutela, decisão liminar mediante a qual se determinara que o supramencionado órgão ministerial suspendesse os efeitos da Portaria n.º 1.565 de 13/10/2014. 3. O referido órgão ministerial, ante os esclarecimentos prestados pelo Juízo que deferiu a aludida liminar, editou a Portaria n.º 5 de 7/1/2015, mediante a qual suspendera os efeitos daquela Portaria somente em relação aos associados da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas e aos confederados da Confederação Nacional das Revendas AMBEV e das Empresas de Logística da Distribuição, permanecendo em vigor, portanto, para as demais categorias profissionais, a referida Portaria ministerial, o que garante a estes empregados, enquanto vigente a Portaria n.º 1.565/14, o direito a percepção de adicional de periculosidade em decorrência do exercício de atividades utilizando motocicletas ou motonetas em vias públicas, nos termos do novel § 4º, do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. 4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.' (AIRR - 623-31.2015.5.12.0050, Relator

Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Julgamento: 31/08/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/09/2016)

Postas essas premissas, reformo a sentença *a quo* para fins de condenar a reclamada a pagar ao reclamante, o que vier a ser apurado em liquidação de sentença a título de adicional de periculosidade no percentual de 30% do salário-base, no período de 13.10.2014 a 03.03.2015, além de reflexos nas parcelas de férias acrescidas de 1/3, 13ºs salários e FGTS.

Juros de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação (Lei 8.177/91).

Correção monetária a partir do vencimento da obrigação, que em sede trabalhista se dá no mês subsequente ao da prestação dos serviços, nos termos das Súmulas 200 e 381 do C. TST.

Honorários sucumbenciais - direito intertemporal

O reclamante entende incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, questionando, inclusive, o percentual estabelecido na sentença.

Sem razão.

Conquanto essa Relatora tenha posicionamento firme quanto à inaplicabilidade dos honorários advocatícios sucumbenciais aos processos anteriores a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, a questão ganha novos contornos nos processos apresentados após 11.11.2017, como é o caso dos autos.

Aqui, o reclamante lá ingressa em Juízo sabedor dos riscos e ônus que terá que encarar diante da sucumbência parcial ou total nas postulações apresentadas.

No caso dos honorários advocatícios sucumbenciais, deve o autor arcar com a condenação ainda que seja beneficiário da Justiça Gratuita.

Vejamos a integralidade do novo art.791-A da CLT:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Logo, no caso dos autos, não há outra saída a não ser a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos e percentuais estabelecidos na sentença, os quais refletem os comandos legais.

Tal premissa encontra amparo no posicionamento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, constante do art.6º da Instrução Normativa 41 de 2018.

Logo, não há que se falar em reforma da decisão nesse ponto.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada e, em consequência, tambémdo tema relativo ao adicional de periculosidade, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Ainda, quanto aos honorários advocatícios, frise-se quea Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os

fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Desse modo, não se viabiliza o recurso de revista notocante aos honorários advocatícios sucumbenciais, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001035-35.2017.5.11.0012

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRIDO	ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JUNIOR
ADVOGADO	GUSTAVO DA SILVA GRILLO(OAB: 7883/AM)
ADVOGADO	ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS(OAB: 7526/AM)
RECORRIDO	NECTAR NUCLEO ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JUNIOR
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.PETROBRAS TRANSPORTE S.A -
Advogado(a)(s):	1.SYLVIO GARCEZ JUNIOR e OUTROS (BA - 7510)
Recorrido(a)(s):	1.ARMANDO DA COSTA RODRIGUES JÚNIOR
Advogado(a)(s):	1.ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (AM - 7526)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 0d64f0a; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. c14bbb4).

Regular a representação processual (id. bb3fda3).

Satisfeito o preparo (ids. 316bfdf, 0420523; 9815f39, 5845e0f; 9992ae1 e 85e8700; e4f1f7b; 4fb252b; f5de1b5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Recurso/Sobrestamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item IV e V do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) artigo 5º, inciso II;artigo 5º, inciso XLV;artigo 5º, inciso LIV;artigo 5º, inciso LV;artigo 37, inciso XXI;artigo 37, §6º;artigo 97, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: artigo 186 do Código

Civil;artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil de 1973;inciso I do §1º do artigo 3º da Lei nº 8666/1993;alínea 'b' do inciso IIIdo artigo 4º da Lei nº 4717/1965;alínea 'c' do inciso IIIdo artigo 4º da Lei nº 4717/1965;inciso I do §1º do artigo 3º da Lei nº 8666/1993.

- divergência jurisprudencial.

- ADC 16;

-Decreto 2.745/98

Sustenta que o acórdão recorrido incidiu em flagrante violação ao art. 97 da Constituição Federal, na medida que afastou a aplicabilidade do art. 71 da Lei 8.666/93 acatando, ainda que de forma implícita, sua insconstitucionalidade, sem a observância do princípio da reserva do plenário. Na sequência, aduz que o Regional agiu em desacordo com a súmula nº 10 do STF.

Alega que aomanter a responsabilidade subsidiária da recorrente à satisfação das verbas deferidas na reclamatória, o acórdão violou o artigo5º, II, LIV e LV, além do artigo37, XXI e§6º, ambos da Constituição Federal.

Requero sobrestamento do presente processo, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral do RE 603397, que ainda pende de julgamento.

Alega, ainda,que o STF firmou o entendimento de que o ônus da prova da culpa in vigilando, no caso de terceirização trabalhista levada a cabo pela Administração Pública, deve recair sobre o Reclamante.

Consta no v. acórdão (id. 6e2218d):

'(...)

Ilegitimidade passiva

A litisconsorte suscitou a preliminar em epígrafe, de que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, ao argumento de que não possui vínculo com o reclamante.

Ocorre que o autor postulou a condenação da PETROBRÁS TRASPORTE S A - TRANSPETRO justamente pelo fato de ter trabalhado diretamente para esta.

Nesse contexto, considera-se satisfeita a condição da ação, consistente na legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual instaurada. Isso porque, de acordo com a teoria da asserção, a lide deve ser analisada nos exatos limites subjetivos da sua proposição.

No presente caso, é interesse do reclamante de ver a litisconsorte condenada, de forma subsidiária, ao pagamento das parcelas trabalhistas, exatamente pelo fato de alegar que lhe prestou serviços, na condição de tomadora e não de empregadora direta.

Dessa forma, tem-se como suficiente tal afirmação para considerar satisfeita a condição da ação relativa à legitimidade da litisconsorte para figurar no polo passivo.

Rejeita-se.

MÉRITO

Responsabilidade subsidiária

Incontroverso que a recorrente se beneficiou da força de trabalho da reclamante, o que não foi negado e, inclusive, foi corroborado pelos documentos juntados ao processo, em especial, pelo contrato de trabalho celebrado entre autor e ré (id 113b34c), o qual já faz referência ao local da prestação laboral.

Nessa linha é que se firma a responsabilidade subsidiária da recorrente, aplicando-se a Súmula nº 331, IV, V e VI do c. TST, cuja atual redação, contrariando a tese da litisconsorte, deixa inequívoco que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, no que se refere a todas àquelas obrigações, inclusive quanto aos entes da Administração Pública, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da Lei de Licitações, a saber:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Na esteira da decisão do STF, que reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 8.666/93, a corte trabalhista reafirma a responsabilidade subsidiária do ente público quando evidenciada a omissão no cumprimento do que lhe compete, especialmente, na fiscalização sobre a prestadora na execução dos contratos.

Dessa forma, não há mais espaço para debate acerca da responsabilidade objetiva do ente público, na forma do artigo 37 da Constituição da República.

Igualmente, tem-se por certo que, ao firmarem contrato de interposição com as prestadoras de serviços, as contratantes devem se cercar de todas as garantias necessárias, sobretudo no que diz respeito à idoneidade econômica e financeira das contratadas, visando que estas honrem, em especial, seus

compromissos trabalhistas e fiscais.

Imperioso destacar que a não observância do cumprimento dos contratos trabalhistas caracteriza culpa pela negligência nesse acompanhamento, caso em que o contratante assumirá os riscos da contratação de empresa inidônea.

O dever de observância dos procedimentos licitatórios, inclusive, está diretamente relacionado a tais aspectos e exigências (art. 37, XXI, da CF c/c art. 27 da Lei 8.666/93).

O litisconsorte socorre-se da Lei n. 8.666/93, art. 71, parágrafo 1º, que isenta de responsabilidade a Administração Pública pela mera inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, pelo real empregador, reputando-a impeditiva de sua responsabilidade.

Vários são os óbices à aplicabilidade da regra supra invocada.

O Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, reconheceu a constitucionalidade da norma indigitada (art. 71, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93), pela qual se veda a transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

Pertinente, por isso, mencionar que, ao mesmo tempo em que o STF declarou a constitucionalidade da Lei n.º 8.666/93, mostrou consenso em exortar que seja dedicado maior rigor ao exame das causas da inadimplência que se fundarem em culpa *in vigilando.*

Importante registrar que o dever de fiscalização da Administração consta da própria lei que instituiu regras para o processo licitatório (art. 58, inc. III, da Lei n. 8.666/93):

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - [[...]; II - fiscalizar-lhes a execução.

No caso *sub judice,* a recorrente apresentou alguns documentos que demonstraram a realização de reuniões, para acompanhamento do contrato, além de notificações destinadas à reclamada, quando verificadas irregularidades quanto ao pagamento dos funcionários (id bcb45c0, id ecf06f4 e id b6367f1).

Entretanto, a simples emissão de notificações e realização de reuniões, sem a adoção de providências que objetivem garantir o efetivo pagamento dos empregados, não afasta a existência de culpa in vigilando.

Com efeito, no âmbito do poder fiscalizatório, a litisconsorte deveria compelir a ré a comprovar o regular pagamento dos salários, no prazo legal, bem como do FGTS e das verbas rescisórias dos funcionários, ante a natureza alimentar de tais parcelas, na medida em que dispõe de mecanismos para esse fim, como, por exemplo, a retenção de valores. Deixando de fazê-lo, incorreu na culpa in vigilando.

Consigne-se que a concessão de prazo, sucessivas vezes, para que seja providenciada a regularização das pendências, não atende ao objetivo fiscalizatório previsto em lei.

Veja-se, como exemplo da falha cometida pela litisconsorte, a ata da reunião de 30.12.16 (id bcb45c0 - pág. 184/pdf), na qual não havia prova de quitação das verbas trabalhistas dos meses de novembro e dezembro de 2016, sem que tenha sido adotada providencia enérgica capaz de solucionar a questão.

Ademais, na oportunidade, a reclamada informou que o plano de saúde dos funcionários estaria em dia a partir de 1.12.16, porém, a reunião foi feita depois da data informada, ou seja, em 30.12.16, e a pendência ainda permanecia.

Acrescente-se que o extrato que instruiu a exordial (id 39ebade) demonstra que, no ano de 2015 (maio e junho) e no ano de 2016 (outubro, novembro e dezembro), o FGTS do autor já estava em atraso, todavia, nada foi feito a esse respeito. Aliás, as guias de entrega de documentos juntadas com a contestação não se referem aos meses em que não houve depósito fundiário, o que corrobora a culpa in vigilando da litisconsorte.

Frise-se, por oportuno, que as notificações apontam a aplicação de multas e a retenção de valores nas faturas, para fins de adimplemento das multas impostas, porém, que não há indicação de providências destinadas ao pagamento dos trabalhadores.

Cumpre mencionar que não há falar em inversão do ônus da prova, porque a comprovação da fiscalização efetiva se trata de fato impeditivo do direito do autor, cujo ônus, a teor do art. 818, II, da CLT, pertence à litisconsorte, no caso, em face não só da obrigatoriedade legal de supervisão, como também do princípio da aptidão da prova, visto que o trabalhador não possui acesso a esse tipo de documentação. Na verdade, o reclamante fez prova de seu direito ao demonstrar o não pagamento de seus consectários trabalhistas e rescisórios.

Assim, fica evidenciada a contratação de empresa que não procedeu com regularidade o pagamento de salários, depósitos fundiários e verbas rescisórias. Mostra-se, portanto, efetiva e suficiente a irregularidade de comportamento da litisconsorte, com a respectiva prova de dano suportado pelo autor.

Mister ressaltar, por relevante, que a aplicação da Súmula nº 363 do C. TST, '*A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e §2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS*', restringe-se aos

casos de contratação direta de servidor público, não sendo definitivamente o caso dos autos, tendo em vista no presente caso tratar de responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, no caso a recorrente/litisconsorte, matéria que foge ao teor do referido enunciado.

Não há falar, por conseguinte, em ofensa ao artigo 5º, II, da CFBR/88, de modo a afetar a condenação subsidiária imposta, consubstanciada pelo Enunciado n. 331 do C. TST.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade subsidiária imposta abrange todas as verbas objeto da condenação, por constituírem obrigações decorrentes do pacto laboral que não foram observadas pelo empregador, consoante dispõe a Súmula 331, item VI, do TST.

Nada a reformar, portanto.

(...)'

Relativamente ao ônus da prova, destaco que os argumentos expendidos pela parte recorrente não atendem o propósito de impugnar os fundamentos em que está assentado o acórdão. Com efeito, o recorrente afirma que houve indevida inversão do ônus da prova, enquanto a decisão da Turma foi sentido de o reclamante conseguiu demonstrar a completa inação do ente público no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93, configurando portanto, sua responsabilidade subsidiária, situação que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.

No que concerne à alegação de não observância do princípio da reserva do plenário, princípio da igualdade, inviável a análise do recurso, uma vez que a Turma não adotou tese sobre a matéria, à luz do dispositivo invocado pela parte recorrente (art. 97 da CF/88). Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297 do TST.

Em relação ao pedido de sobrestamento, resta prejudicada a análise do recurso, em razão da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho possuir entendimento no sentido de que a determinação contida nos arts. 543-B, § 1º, do CPC/73 (atual art. 1.036, §1º, do CPC/2015) e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, destina-se apenas aos recursos extraordinários interpostos.

Quanto à lesão do art. 5º, II, da CF, registro que o STF, por meio da Súmula nº 636, já firmou o entendimento de que, dado o comando genérico dessa norma, não há como considerá-la isoladamente vulnerada.

Igualmente, a violação imputada ao art. 5º, LIV e LV da Lei Maior não viabiliza o apelo, pois eventual ofensa ao texto da Constituição da República resultaria da infringência reflexa a normas legais, o que não se coaduna com o caráter extraordinário do instrumento processual ora analisado.

Contudo, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001560-47.2017.5.11.0002

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	ADMILSON SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RECORRIDO	MASA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
RECORRIDO	GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	MARCO AURELIO LUCAS DE SOUZA(OAB: 2185/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMILSON SILVA DE ALMEIDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s): 1.ADMILSON SILVA DE ALMEIDA

Advogado(a)(s): 1.ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA e OUTROS (AM -

Recorrido(a)(s): 1.GLOBALSERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Advogado(a)(s): 1.MARCO AURÉLIO LUCAS DE SOUZA e OUTRO (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. 39253ab; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 581c4e0).

Regular a representação processual (id. a6937c8).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 5b1ef1c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Repouso Semanal Remunerado e Feriado/Feriado em Dobro.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 146;Súmula nº 444 do Tribunal Superior do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Orecorrente alega que houve equívoco da Turma na análise e valoração das provas existentes nos autos ao julgar o pleito do recorrente relativo a horas extras em dobro pelo labor em dias feriados. Sustenta que a decisão é contráriaao entendimento consolidado do C. TST, contido nas Súmulas 444 e 146.

Consta no v. acórdão (id. 6a048e4):

'(...)

MÉRITO

Das horas extras com adicional de 100% - domingos e feriados - teses da reclamada e do reclamante

Nas razões do apelo, a ré alega que não cabe o pagamento em dobro dos domingos trabalhados, consoante farta jurisprudência do Tribunal Regional e do TST. Aduz que a partir de setembro de 2013 houve o efetivo pagamento dos feriados trabalhados, em consonância com o disposto na Súmula 444 do TST. Acrescenta que caso mantida a condenação, deve ser deferido ao obreiro apenas o adicional de 100%, já que houve o efetivo pagamento da jornada laborada, nos termos da Súmula 85 do TST. Pugna pela reforma do julgado.

O reclamante, por seu turno, alega que o Juízo de primeiro grau não considerou todos os feriados laborados, cabendo reforma parcial do julgado nesse sentido.

Assiste parcial razão à reclamada e ao reclamante.

Ora, uma apreciação cautelosa das provas trazidas aos autos, mormente no tocante aos recibos de pagamentos (fls.459/504) evidencia que a partir de setembro de 2013 (fl.467) havia o pagamento integral dos feriados trabalhados, sob a rubrica 'súmula 444'.

Cabe ressaltar que a partir da análise de diversos casos idênticos envolvendo a mesma reclamada e a mesma matéria (CPC/15, art.375 c/c com art.852-D, da CLT), é do conhecimento deste Juízo que a reclamada passou a pagar os feriados em dobro a partir de outubro de 2013, na trilha do posicionamento sedimentado na Súmula 444 do TST.

Ora, conforme argumenta a reclamada, houve o pagamento, registrado nos demonstrativos, dos feriados trabalhados, tendo a ré se alinhado ao entendimento jurisprudencial.

Contudo, o posicionamento esposado na Súmula 444 do TST tem efeitos a partir de 27.09.2012, tendo a reclamada efetuado o pagamento apenas a partir de setembro de 2013.

Logo, no período imprescrito de setembro de 2012 a setembro de 2013 cabível o pagamento em dobro dos feriados laborados.

Com efeito, o posicionamento cristalizado na Súmula 444 fez mudar o teor das Convenções Coletivas da Categoria. Ou seja, somente a partir da publicação da Súmula, se tornou obrigatório, para tal categoria, o pagamento dos feriados em dobro.

Antes de 27.09.2012, as empresas de vigilância se pautavam nas disposições coletivas, as quais previam, expressamente, que o labor em feriados era considerado como dia normal de trabalho.

Não cabe, portanto, argumentar que normas coletivas previam disposição diversa pois, conforme apontado acima, o teor da Súmula 444 tem efeito a partir de setembro de 2012.

Logo, assiste razão à reclamada quando afirma que houve o correto pagamento dos feriados laborados a partir de outubro de 2013.Assim, cabendo a condenação da reclamada ao pagamento dos feriados apenas no período imprescrito de setembro de 2012 a setembro de 2013.

No segundo ponto, havendo labor em feriado, a ré deve remunerar o obreiro em dobro. Isso quer dizer, pagar o dia de trabalho duas vezes. Assim, já tendo a ré pago os feriados de forma simples, cabível a condenação apenas ao segundo pagamento, referente ao adicional de 100%.

Os contracheques (fls.459/504), demonstram que, quando houve labor em feriado, a ré efetuava o pagamento apenas de forma simples, sem considerar a dobra estabelecida na Súmula 444 do TST. Logo, cabe o pagamento apenas da parcela em dobro, quando

essa não foi observada pela reclamada.

Tomemos como exemplo o contracheque de outubro de 2015 (fl.492). Quando em cotejo com o registro de frequência (fls.397) do reclamante, nota-se que ele laborou em 2 feriados, qual seja, 12.10.2015 e 24.10.2015. Logo, quanto a tais dias, percebe-se claramente que houve o pagamento parcial (simples) pela ré, ou seja, apenas parte dos dias de trabalho, sem considerar a dobra.

Assim, cabível o pagamento apenas do adicional de 100% referente aos feriados trabalhados, limitado ao período de setembro de 2012 a setembro de 2013.

Postas essas premissas, reformo a sentença a quo para fins de delimitar a condenação da reclamada ao pagamento apenas do adicional de 100% referente às horas trabalhadas em feriados, limitado ao período de setembro de 2012 a setembro de 2013.

Por fim, assiste razão ao reclamante quanto a quantidade de feriados trabalhados, devendo ser considerados na liquidação tanto os feriados nacionais, quanto os municipais e estaduais.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral do acórdão dentro do tópico recorrido** , o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000336-13.2018.5.11.0011

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	ALEX DA SILVA QUEIROZ
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)
RECORRIDO	ESPANTALHO PNEUS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX DA SILVA QUEIROZ

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	ALEX DA SILVA QUEIROZ
Advogado(a)(s):	ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	ESPANTALHO PNEUS LTDA
Advogado(a)(s):	CAROLINE PEREIRA DA COSTA (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. b18e531; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. e50f173).

Regular a representação processual (id. 67686d6).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 274af47), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação da (o)caput do artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho; parágrafo único do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Orecorrenteinsurge-se contra o v. acórdão que julgou improcedente o pleito relativo a horas extras. Alega que, *'muito embora tenha ocupado o cargo denominado Gerente de Vendas, o Reclamante jamais possuiu poder de mando ou desempenhou função de direção ou gestão, que pudesse caracterizar como função de confiança.',* não podendo, portanto, ser incluído na exceção do art. 62, II, da CLT, razão pela qualpugna pela reforma do *Decisum.*

Consta no v. acórdão (id. 052a2fc):

'(...)

Das horas extras

O reclamante ressalta que as atribuições por ele desempenhadas não se configuram como de confiança, pois jamais possuiu poder de mando ou desempenhou função de direção ou gestão, tampouco possuía distinção remuneratória de 40% a mais do salário do cargo efetivo. Destaca trecho do depoimento da testemunha por ele arrolada e os documentos de ID b4dfbe2. Entende devidas as horas extras pleiteadas, conforme horário declinado na inicial.

Vejamos.

Conforme o art. 62, inciso II, da CLT, não estão abrangidos pelo sistema de controle de jornada 'os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento e/ou filial', dispondo o parágrafo único que deve o salário do cargo de confiança, incluindo-se aí a gratificação de função, ser pelo menos 40% superior ao valor do respectivo salário efetivo.

Para que o empregado seja considerado exercente de cargo de confiança, desobrigando o empregador de controlar sua jornada, não basta que detenha simples título de gerente, pois o contrato de trabalho é um contrato realidade, onde prevalece o real tratamento conferido ao obreiro. Os poderes de gestão configuram-se pela atribuição de tarefas que influenciem diretamente no destino e atividade regular do empreendimento, singularizando-se pelo elemento fiduciário, representado pela delegação de atribuições de maior ou menor relevo inerentes à estrutura administrativa da empresa.

O autor, em seu depoimento pessoal, afirmou (fl. 468):

(...) que tinha poder de mando dos funcionários de pátio; (...) que não tinha poderes para advertir ou punir; que reportava ao RH algumas coisas que aconteciam para o RH tomar providências; que o depoente era a pessoa que ficava entre o RH e as pessoas que estavam sob o seu comando; que não tinha poderes para dar desconto, só trabalhava com vendas; que não tinha procuração da empresa; (...)

O preposto da reclamada, Sr. Adelmo Faraco Picanço Junior, aduziu (fl. 469):

(...) que o dono da empresa autorizava a venda através de cheques e boletos; que o gerente também tinha essa autonomia; que atrás do cheque vinha a informação de quem tinha autorizado o recebimento; (...) que no Dom Pedro o reclamante era gerente do pátio e a pessoa mais influente; que no Dom Pedro, aos sábados, era até as 14h e na Torquato ate as 15h; que o reclamante tinha normalmente uma hora de intervalo; (...) que a Sra. Angélica e todos os envolvidos ganhavam em torno de 3 a 4 mil reais; que o reclamante ganhava em torno de 6 a 8 mil reais.

A testemunha arrolada pelo reclamante, Sr. Eduardo Montenegro Gonçalves, afirmou (fl. 469):

(...) que como o reclamante era mais antigo e experiente o

reclamante tinha mais poder de comando que o depoente; que o gerente de vendas não tinha ingerência na parte financeira da empresa; que o reclamante não poderia autorizar o recebimento através de cheque; que isso só o dono da empresa poderia fazer; que era uma família que tomava conta da empresa; que são vários diretores da mesma família; que o gerente de vendas não pode contratar ou demitir; que o gerente indica quem pode ser demitido; que o gerente de vendas apenas informava sobre a necessidade de vagas; que o reclamante recebia em média R$ 10 mil reais ao todo; que o salário do reclamante era maior pois o mesmo tinha mais tempo de casa; que o depoente foi treinado pelo reclamante; que entrava as 07:30 e saía as 18:30; que não tinham controle de jornada; que era o mesmo horário do reclamante; que esse horário era determinado pela reclamada; que abriam a loja; que apesar de não ter controle de jornada tinham hora para entrar e sair. (...) que o reclamante poderia almoçar dentro ou fora da empresa; que era a critério do funcionário o intervalo; que as vezes tinham que comer e descer e as vezes tiravam uma hora; que trabalhou com o reclamante de 2011 a 2012 direto, e pontualmente em outros anos.
A testemunha arrolada pela reclamada, Sra. Michele Cristiane Lima Sampaio, aduziu (fl. 470):
(...) que os gerentes podem admitir ou demitir; (...) que os gerentes poderiam punir também. (...) que o salário da depoente era R$ 3 mil quando saiu; que o salário do gerente geral era R$ 4.500 reais; que a depoente acha que seu salário em janeiro de 2016 era R$ 2.300 reais; (...)
Ora, o próprio reclamante confessou que tinha poder de mando sobre os demais funcionários da empresa, informação que foi confirmada pela testemunha por ele arrolada. Ambas as testemunhas afirmaram que o reclamante, como gerente, tinha poder de indicar quem iria ser demitido da empresa, por exemplo.
Entendo, portanto, que foi comprovado que o reclamante possuía autonomia funcional, com poderes de mando e gestão equivalentes aos diretores e chefes de departamento e filial, exercendo a função de gerente da unidade onde laborava.
Ademais, o requisito do parágrafo único do artigo 62 da CLT também foi preenchido, uma vez que o autor percebia remuneração além dos valores médios do mercado e que os demais colegas de trabalho, conforme foi melhor pormenorizado no tópico anterior.
Não há que se falar, portanto, em reforma da sentença nesse ponto. (...)'.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais de que '*o autor não pode ser incluído na exceção do Art. 62, II do CLT* ' não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001797-72.2017.5.11.0005

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRENTE	IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679/RJ)
RECORRENTE	ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
ADVOGADO	ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES(OAB: 5373/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679/RJ)
RECORRIDO	ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
ADVOGADO	ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES(OAB: 5373/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO NONATO GOMES MONTEIRO
- IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.IMC SASTE-CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS
Advogado(a)(s):	1.PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS
Recorrido(a)(s):	1.ANTÔNIO NONATO GOMES MONTEIRO
Advogado(a)(s):	1.ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHAES (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 19/08/2019 - id. 882d88a; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. e9b0745).

Regular a representação processual (id. 9e90cc0).

Satisfeito o preparo (ids. 77a8579, e179aeb; 71e0a37, 5cfa680; 62ccaea e e7d05cf ; 5ccda6b).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Confinamento.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 374 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 383 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Requer a reforma do acórdão no tocante ao adicional de confinamento, sob alegação deinexistência de lei ou decláusula em convenção coletiva de trabalho da categoria, bem como de disposição regulamentar da tomadora de serviços, que obrigue o pagamento do referidoadicional.

Consta no v. acórdão (id. bea344f):

'(...)

Do adicional de confinamento - tese do reclamante

Nos fundamentos do recurso, o reclamante sustenta que, embora trabalhando em regime de confinamento, nos mesmos termos aos quais estão submetidos os funcionários da litisconsorte, a reclamada não pagava o respectivo adicional.

Passo a analisar.

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de reconhecimento ao reclamante do direito ao adicional de confinamento no percentual de 30%, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho aplicado especificamente aos funcionários da Petrobrás.

Não se trata aqui, portanto, de pretensão de extensão do referido acordo coletivo aos empregados da reclamada, mas sim de minuciosa análise das condições de trabalho do autor e dos direitos delas decorrentes, à luz do principio da isonomia.

Nesse contexto, a Jurisprudência trabalhista evolui sempre em direção à valorização do trabalho e da pessoa humana, devendo os direitos e garantias fundamentais estampados no art. 5º da Constituição Federal ser interpretados nesse sentido.

Ademais, a melhoria da condição social do obreiro (art.7º, caput CF) e o desenvolvimento progressivo das normas trabalhistas (art. 26, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos), constituem o cerne da legislação constitucional e trabalhista, garantindo-se plena efetividade dos direitos que amparam o trabalhador.

Assim, ao ofertar a sua força de trabalho em condições de isolamento em igual situação aos funcionários da Petrobrás, embora não haja cláusula específica em Acordo Coletivo de sua categoria, o obreiro tem direito a tratamento isonômico. Tal premissa encontra substrato na Constituição Federal, a qual assegura através da valorização do trabalho e da isonomia, a percepção de um plus que minimize as condições desfavoráveis de um trabalho confinado.

Caminhando, o Judiciário, para regramentos que valorizem o trabalho, a vida e a dignidade da pessoa humana, não seria crível que se pudesse mitigar direitos que de forma geral e abrangente se aplicam a todos os cidadãos que estão na mesma situação. Ou seja, trabalhadores vivenciando, de fato, determinadas situações em seu labor, que requer um tratamento diferenciado aos trabalhadores que laboram em condições normais.

Não se afigura como razoável a tese da reclamada de que o simples fato de não haver pactuação coletiva específica nesse sentido, constitui óbice instransponível ao direito pretendido pelo reclamante.

Como se não bastasse, as pactuações coletivas constituem meios de garantia e melhorias de direitos, e não instrumentos que possam amparar suas restrições ou patentear pretensões discriminatórias,

como tenta fazer crer a reclamada.

Sobre o tema, trago à colação a seguinte jurisprudência da 2ª Turma do TST, proferida ao analisar a mesma matéria ora em questão:

RITO SUMARÍSSIMO. ADICIONAL DE CONFINAMENTO.No caso, o Regional não aplicou norma coletiva que prevê o pagamento do adicional de confinamento previsto para a categoria profissional dos petroleiros ao reclamante. A condenação ao pagamento do adicional de confinamento teve por fundamento o princípio da isonomia, haja vista que o autor trabalhava nas mesmas condições vivenciadas pelos empregados da Petrobrás que trabalham em plataformas marítimas, em situação de total isolamento do centro urbano. Assim, não se constata contrariedade à Súmula nº 374 do TST, diante desse fundamento específico em que se baseou a decisão recorrida. Verifica-se, também, que a Corte regional não analisou a matéria à luz do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e nem tampouco, foi instada a fazê-lo nos embargos de declaração que opôs, o que atrai a incidência da Súmula nº 297, itens I e II, do TST. Por outro lado, tratando-se de feito processado sob o rito sumaríssimo, afasta-se, de imediato, a análise da arguição de violação do artigo 611 da CLT, ante o óbice do artigo 896, § 6º, da CLT. Por outro lado, a indicação de violação dos artigos 5º, inciso II e 7º, incisos XXVI e XXX, da Constituição Federal, na minuta de agravo de instrumento, não pode ser examinada, pois se trata de inovação recursal, haja vista que não fora mencionada nas razões do recurso de revista. Agravo de instrumento desprovido. Processo: AIRR - 15640-26.2009.5.11.0251 Data de Julgamento: 04/05/2011, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2011.

Em razão de todo o exposto, considerando o princípio da valorização do trabalho, da dignidade humana e da isonomia, entendo ser procedente o plus salarial a título de adicional de confinamento no percentual de 30% nos salários do reclamante.

Postas essas premissas, reformo a sentença a quo para fins de condenar a reclamada e, subsidiariamente, a litisconsorte, ao pagamento de plus salarial a título de adicional de confinamento no percentual de 30% nos salários do reclamante, no período de trabalho do reclamante em Urucu, além de integrações e reflexos de tais parcelas nos consectários trabalhistas (aviso-prévio, 13ºs salários, férias e FGTS (8%+40%)).

(...)'

No tocante à divergência jurisprudencial, destaco que arestos provenientes de Turma do TST ou deste Tribunal são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111, da SDI-I do TST).

Impertinente a contrariedade apontada à Súmula 374 do TST, que trata de categoria diferenciada, enquanto que os autos tratam de empregados terceirizados.

Não há como se divisar violação do art. 7º, XXVI da Constituição Federal porque a decisão do regional considerou a isonomia para reconhecer o direito ao adicional de confinamento do recorrido, enquanto que o referido dispositivo trata do reconhecimento das normas coletivas.

Todavia, por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001987-17.2017.5.11.0011

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRENTE	VECTRA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513/MG)
RECORRIDO	VECTRA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513/MG)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	DEAN MARINHO GUERREIRO
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- DEAN MARINHO GUERREIRO
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- VECTRA ENGENHARIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.VECTRA ENGENHARIA LTDA
Advogado(a)(s):	1.CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS (MG -
Recorrido(a)(s):	1.DEAN MARINHO GUERREIRO
Advogado(a)(s):	1.KELMA SOUZA LIMA (AM - 5470)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id.94a2cac; recurso apresentado em 21/08/2019 - id.dbec8c8).

Regular a representação processual (id. 55ffab5).

Satisfeito o preparo (ids. bece669, b52dde7, f103bbf; 16e890a e 2728ae3).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Confinamento.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 374 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º, da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
- NR nº 33 do MTE.

Sustenta que, para o caso em análise, não há previsãolegal do adicional de confinamento, sendo quea concessão ampara-se em acordo coletivo válido tão somente aos empregados da Empresa Petrobrás, o que não é o caso do recorrido, de modo que a ausência de previsão legal ou convencional sobre o referido adicionalnão o torna um direito ou um dever obrigatório à recorrente, sendo a determinação judicial acerca de sua obrigatoriedade no que tange à recorrente violação expressa ao disposto no Artigo 5º, II, da Carta Magna.

Alega quenenhuma empresa deve ser submetida aos efeitos de eventual convenção coletiva de trabalho da qual não foi parte, como orienta a Súmula374 do TST.

Acrescenta que orecorrido não provou que desenvolvia suas funções sob regime de confinamento, em igualdade de condições com os demais empregados das terceirizadas contratadas pela Petrobrás e muito menos com os próprios empregados desta,não fazendo jus ao mesmo direito conferido àqueles por norma coletiva.

Aduz que oprincípio da isonomia insculpido nos arts. 3º, inc. IV, 5º, 7º, inc. XXX, da CR é a fonte inspiradora para o reconhecimento do direito, porém cabe à parte provar o alegado, exatamente o que não ocorreu na hipótese.

Consta no v. acórdão (id. 8d05e91):

'(...)

Do adicional de confinamento

A reclamada e a litisconsorte insurgem-se contra o deferimento do adicional de confinamento, alegando o referido adicional não possui previsão legal e inexiste nos instrumentos normativos com exceção dos petroleiros, portanto, não há obrigação de cumprir, pois nenhuma empresa deve ser submetida aos efeitos de eventual convenção coletiva da qual não foi parte, como orienta a Súmula nº 374, TST.

Citam vários Recursos de Revista decididos pelo TST no mesmo sentido em que apresenta seu arrazoado.

Sem razão as recorrentes.

O juízo de primeiro grau deferiu o adicional de confinamento no percentual de 30% utilizando como fundamento da sentença o princípio da isonomia, notadamente no seu aspecto material já que o reclamante estava sujeito as mesmas condições de labor dos empregados da PETROBRÁS e, que por isso, não poderia receber tratamento diferenciado.

Restou incontroverso nos autos que o reclamante laborava que o reclamante foi contratado pela reclamada para trabalhar para a litisconsorte, na localidade de Porto Urucu, notoriamente de difícil acesso, e ali permanecendo por 14 dias consecutivos, confinado nos alojamentos da litisconsorte, seguidos de 14 dias de folga.

A interpretação restritiva da norma coletiva, nos termos do que vinha procedendo a litisconsorte, ofende o princípio da isonomia e nega eficácia aos princípios constitucionais que disciplinam as condições especiais de trabalho.

A litisconsorte afirma que os acordos coletivos garantem o adicional de confinamento somente aos seus empregados, e não aos terceirizados. Assim, os empregados da litisconsorte que trabalham nas mesmas condições do reclamante são detentores do direito ao

adicional de confinamento, mas não aqueles trabalhadores que são contratados por empresa interposta, o que contraria a OJ-SDI1-383. Isso porque, sendo o direito ao adicional assegurado aos empregados que trabalham em regime de confinamento, e tendo o reclamante provado que laborava em idênticas condições, no mesmo local de trabalho, deve-se ser estendida a vantagem, por aplicação do princípio constitucional da Isonomia.

A extensão do direito ao adicional de confinamento aos empregados que laboram no Porto de Urucu, sejam empregados diretos da litisconsorte ou terceirizados, em razão de vivenciarem a mesma situação laboral, considerando as peculiaridades dos rincões amazônicos, faz com que se estenda à situação concreta com base no art.7º, XXXII, da CF, que nada mais é do que a regulamentação constitucional do princípio da isonomia.

'**ADICIONAL DE CONFINAMENTO. NORMA COLETIVA DOS PETROLEIROS. TERCEIRIZADOS.** Com espeque no princípio da isonomia (CF, 5º, caput) e, notadamente, em respeito aos princípios da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, deve ser estendido aos empregados terceirizados o direito ao adicional de confinamento previsto em norma coletiva dos petroleiros, visto que vivenciam, na Base de Urucu, a mesma realidade de isolamento e distância dos centros urbanos e da família,em indubitável privação dos momentos de lazer, da prática de esporte e do estudo, prejudicando-lhes, de igual forma, as relações sociais e pessoais. Recurso da reclamada conhecido e improvido.

HORAS IN ITINERE. REGIME DE CONFINAMENTO.

Considerando tratar-se de local de difícil acesso, não servido por transporte público regular, com o fornecimento de condução pelo empregador, caracterizada está a hora in itinere, atraindo a aplicação do §2º do art. 58 da CLT e da Súmula 90 do TST, e, por conseguinte, devidas ao autor as horas extras correspondentes, independentemente do empregado estar submetido a regime de confinamento. Recurso do reclamante conhecido e provido parcialmente. ' (TRT 11ª Região, Segunda Turma, PROCESSO RO nº 0001764-83.2016.5.11.0016, Relatora JOICILENE JERONIMO PORTELA FREIRE Juíza do Trabalho Convocada, dj 23/06/2017, p. 27/06/2017).

A alegação de que a reclamada não participou da elaboração na norma coletiva, o que impediria a aplicação dos direitos nela reconhecidos a trabalhadores abrangidos por categoria diversa, resta ultrapassada em vista do trabalho do reclamante ser o mesmo exercido pelos trabalhadores da litisconsorte, e tratar os seus direitos de forma distinta, acarretaria violação ao princípio constitucional da isonomia, o que não deve ser permitido pelo Judiciário.

Ainda, não pode servir de óbice ao direito postulado pelo reclamante a Súmula n.º 374, do TST, que dispõe '*Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.',* sob pena de se negar o próprio princípio da dignidade da pessoa humana. A igualdade no tratamento de trabalhadores submetidos a mesma condição de trabalho é impositiva, pois do contrário violaria os artigos 5º, II, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Diante do exposto, em nome do princípio da isonomia previsto no art. 7º, XXXII, e do princípio da proteção, o adicional de confinamento deve ser estendido previsto em norma coletiva dos empregados da litisconsorte, aos trabalhadores que vivenciam a mesma realidade laboral, motivo pelo qual mantenho a sentença quanto ao adicional de confinamento durante o período laborado (05.02.14 a 02.05.2016) a base de 30%, nos moldes deferidos na sentença.

Nego provimento aos recursos da reclamada e da litisconsorte, mantendo a sentença que deferiu o adicional de confinamento em 30%.

(...)'

No tocante à divergência jurisprudencial, destaco que arestos provenientes de Turma do TST ou deste Tribunal são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111, da SDI-I do TST). Impertinente a contrariedade apontada à Súmula 374 do TST, que trata de categoria diferenciada, enquanto que os autos tratam de empregados terceirizados.

Não há como se divisar violação do art. 7º, XXVI da Constituição Federal porque a decisão do regional considerou a isonomia para reconhecer o direito ao adicional de confinamento do recorrido, enquanto que o referido dispositivo trata do reconhecimento das normas coletivas.

Todavia, por vislumbrar possível afrontaà literalidade doinciso II do artigo 5º da Constituição Federal, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001422-68.2017.5.11.0006

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
RECORRIDO	PAULO JOSE BARROS NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RECORRIDO	A DE C VENTURELLI - EPP
ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI(OAB: 14043/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- PAULO JOSE BARROS NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE
Advogado(a)(s):	1.BETSAIDA PENIDO ROSA
Recorrido(a)(s):	1.PAULO JOSÉ BARROS NUNES
Advogado(a)(s):	1.KELMA SOUZA LIMA e OUTRO (AM - 5470)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 12/08/2019 - id. fc6a50e; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 7d7dcd5).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) item V da Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) inciso XXXV do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º; §6º do artigo 37;artigo 97; §2º do artigo 102, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional:§2º do artigo 8º da Lei nº 13467/2017; §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
- contrariedade à tese de Repercussão Geral realizada pelo STF no RE 760.931
- Afronta à ADC nº 16STF.

Sustenta que o acórdão recorrido divergiu do entendimento manifestado por outros Regionais, pelo TST e pelo STF acerca do ônus da prova da culpa na fiscalização do contrato. Acrescenta que incumbe à parte reclamante, nos casos em que se pleiteia a condenação subsidiária da Administração por verbas trabalhistas decorrentes de terceirização, a comprovação de que a Administração teria atuado com culpa na fiscalização do contrato administrativo.

Alega, ainda, que este Regional violou a súmula nº 331, V, do TST, bem como o art. 97, da CF, pois condenou a entidade pública de forma objetiva, sem demonstrar a sua culpa in elegendo ou in vigilando, declarando, ainda que implicitamente, a inconstitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei das Licitações, deixando de observar a cláusula de reserva de plenário, em violação ao artigo 97 da CF e a Súmula Vinculante nº 10/STF.

Consta no v. acórdão (id. 6810626):

'(...)

Responsabilidade subsidiária. Culpa *in vigilando.*

O recorrente celebrou com a reclamada o contrato nº 21/2013 e aditivo para a prestação de serviços de limpeza, conservação e

vigia dos Terminais Hidroviários dos Municípios do Amazonas e Roraima, dentre eles o de Novo Aripuanã/AM em substituição à Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR (ID. cdfaec3 e 09f811c).

Por conta da avença, o autor foi admitido pela empresa em 1.12.2014, para exercer a função de auxiliar de serviços gerais (CTPS e contracheques), com rescisão em 31.8.2015. Em sede de defesa, o litisconsorte confirma que o reclamante exerceu a função de auxiliar de serviços gerais na instalação portuária pública de pequeno porte - IP4, no Município de Novo Aripuanã/AM, no período de 1.12.2014 a 31.8.2015. Destacou que exercia a fiscalização do contrato firmado entre o reclamante e a reclamada, exigindo todos os documentos de regularidade trabalhista e previdenciária, sendo o pagamento dos terceirizados realizado por meio de depósito bancário pela empresa contratada, informações que foram ratificadas em suas razões recursais.

Conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o litisconsorte foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o DNIT integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente.

In casu, os elementos dos autos evidenciam a completa inação do litisconsorte no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. O FGTS não recolhido e as verbas rescisórias inadimplidas em sua integralidade são provas concretas dessa negligência. Apesar de a reclamada estar impedida de licitar com a Administração Pública Federal, conforme se depreende do documento constante do ID.35b6313, a medida foi implementada a partir de 31.12.2015, após a saída do reclamante. Adite-se que não houve sequer cautela sobre a liberação do pagamento só ocorrer mediante a comprovação das obrigações trabalhistas dos terceirizados. Assim, a prova não é apenas documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público advinda da culpa *in vigilando,* conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF.

(...)'

Pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeà (ao) item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000001-45.2019.5.11.0015

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	RODRIGO MACIEL DA SILVA
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
RECORRIDO	MUNICIPIO DE MANAUS
RECORRIDO	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO MACIEL DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.RODRIGO MACIEL DA SILVA
Advogado(a)(s):	1.PAULO DIAS GOMES e OUTROS (AM - 2337)
Recorrido(a)(s):	1.CONSTRUTORA MARQUISE S.A.
Advogado(a)(s):	1.JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 06/08/2019 - id. 7d8105a; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. fae4f2f).

Regular a representação processual (id. 110ebf4).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 1ad0586), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 437;itens V e VI da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O recorrente insurge-se contra o v. acórdão, alegando equívoco da Turma quanto à análise e valoração das provas produzidas nos autos, as quais, segundo alega o recorrente, demonstram o gozo apenas parcial do intervalo intrajornada, pelo que pugna pela reforma do *Decisum.*

Sustenta, ainda, a necessidade dacondenação subsidiária do litisconsorte Município de Manaus, pela totalidade das verbas inadimplidas pela reclamada, ora recorrida. Nesse ponto alega que é da Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização do cumprimento docontrato pela reclamada.

Consta no v. acórdão (id. cb3aa5b):

'(...)

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

Do intervalo intrajornada

Assevera que o autor laborava em operação de limpeza urbana,

atividade externa, sem fiscalização, com liberdade para escolher o horário de refeição e descanso. Também que é do reclamante o ônus da prova do trabalho extraordinário, da não concessão do intervalo intrajornada ou mesmo da fiscalização, uma vez que é fato constitutivo do seu direito, o que não satisfez.

Analiso.

O descumprimento do intervalo intrajornada previsto no Art. 71, CLT incorre em violação do tempo destinado ao repouso, além de ser medida que traz grave prejuízo à saúde do trabalhador, implicando no pagamento da hora normal acrescida no mínimo de 50%. Neste sentido é o entendimento da jurisprudência do TST, na forma da Súmula 437 do TST, segundo o qual:

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT.

Constam nos autos registros de horário de trabalho externo do empregado indicando a pré-assinalação da hora intervalar (ID.ebdccd3). O art. 74, §2º da CLT impõe ao empregador o dever de pré-assinalar o período de repouso. Dessa forma, presente a assinalação do intervalo, é ônus do autor ilidir a presunção advinda do registro.

A testemunha arrolada pelo reclamante Francimar Tome Cardoso (ID.1ad0586) afirmou que 'os cartoes de ponto ficavam com os coletores; que o fiscal assinava a entrada e a saída no cartao; que os dias de maior movimento seriam segunda e terça feira; que quando foi admitido, no curso de integração, lhe foi dito que teria uma hora de intervalo; que a equipe decidia o horario em que iam parar para o lanche, de 10 a 15 minutos.' A meu ver se o empregado tinha autonomia para escolher o horário de repouso nada obstaria que ele usufruísse da hora integral, sendo inviável penalizar a empresa por esse fato.

Ocorre que a atividade exercida pelo obreiro era eminentemente externa (agente de coleta) sem possibilidade de fiscalização do gozo da hora intervalar por parte do empregador, ensejando a aplicação da Súmula n.05 desta Corte o qual estabelece:

'TRABALHO REALIZADO EXTERNAMENTE. HORA INTERVALAR. Incabível o pagamento de hora intervalar a empregado que exerce atividade externamente, sem fiscalização, com autonomia para escolher o horário de refeição e descanso'.

Ressalto que a testemunha demonstrou que a equipe tinha liberdade de escolher o horário o que confirma a inviabilidade de controle da hora intervalar. Portanto, indevidas as horas postuladas de acordo com a Súmula 05 deste Regional.

Dessa forma, não há que se falar em pagamento de horas intervalares, razão pela qual a sentença deve ser reformada nesse ponto, para que seja excluída a condenação às horas intervalares e seus reflexos.

(...)

RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO RECLAMANTE

Da condenação subsidiária da litisconsorte

Aduz que a razão do chamamento da litisconsorte para compor a lide prende-se ao fato de que a reclamada era prestadora de serviços de limpeza pública para o ente Municipal. Sendo assim, a sentença deve ser modificada quanto a exclusão da litisconsorte da demanda.

Prejudicada a análise das razões recursais, tendo em vista a reforma da sentença e a improcedência do pedido principal. Mantida a exclusão do ente público.

Ad argumentandum, não há nos autos prova da omissão de fiscalização por parte do ente público de modo a ensejar a aplicação do item V e VI do enunciado 331 do TST. Como se trata de ônus de autor não seria o caso de se responsabilizar o Município.

Em conclusão, conheço do recurso da reclamada e do recurso adesivo do reclamante e, no mérito, dou provimento ao recurso da reclamada para excluir a condenação às horas intervalares e seus reflexos e condenar o reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência, no importe de 5% sobre o valor atualizado dos

pedidos julgados improcedentes. Negar provimento ao recurso do reclamante.

(...)'.

Quanto ao intervalo intrajornada, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais, de queo trabalho externa realizado pelo recorrente era fiscalizado de forma ostensiva e efetiva pela recorrida, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

Também no que diz respeito à responsabilização subsidiária do litisconsorte, oColegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Diante da premissa fática delineada no acórdão de que '*não há nos autos prova da omissão de fiscalização por parte do ente público de modo a ensejar a aplicação do item V e VI do enunciado 331 do TST*', não se vislumbra possível violação aos dispositivos apontados.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0002221-73.2015.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	ARON PEREIRA WHIBBE(OAB: 2202/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO NONATO FERNANDES JUNIOR(OAB: 4878/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
RECORRIDO	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
- SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	ARLETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado(a)(s):	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS e OUTROS (AM - 7832)
Recorrido(a)(s):	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
Advogado(a)(s):	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (exclusividade - id.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. e49740f; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 678d347).

Regular a representação processual (id. 5e04a63).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 3e2ca5c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

- contrariedade à NR 15, anexo14 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho.

O recorrente pugna pela reforma do acórdão, no que concerne ao grau de classificação da insalubridade presente em seu ambiente de trabalho. Argumenta que,*'como bem foi reconhecido na r. decisão, as atividades da recorrente se enquadravam na previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST. Contudo, a 1º Turma reduziu o percentual de insalubridade para 20% , em flagrante contrariedade ao item II da Sumula já citada'.*

Consta no v. acórdão (id. 0c7c7f4):

'(...)

Adicional de insalubridade

Busca a recorrente a reforma da sentença que deferiu o adicional de insalubridade com base em perícia técnica que identificou a exposição do reclamante a agentes biológicos durante a higienização de instalações sanitárias de uso público de grande circulação. Afirma que a faxina das diversas dependências da universidade, inclusive com a remoção de lixo e asseio de sanitários não se equipara à limpeza de tanques e galerias de esgoto, nem se confunde com a coleta de lixo de vias públicas, nos nos moldes requeridos pelo Anexo 14 da NR-15. Argui que as atividades da obreira também não se enquadram na definição contida no art. 3º, inc. I, alínea 'c' da Lei nº 11.445/07 e na Súmula nº 448, inc. II, do TST, o que inviabiliza o deferimento da parcela. Sustenta que a despeito do laudo pericial, o juiz não está vinculado às suas conclusões consoante o art. 436 do CPC, notadamente porque o exame não origina o direito, que nasce pelo fato do empregado trabalhar em condições insalubres. Destaca que disponibilizava os equipamentos de proteção individual à reclamante para eliminar o risco à sua saúde ou integridade física, nos termos do art. 194 da CLT. Caso mantida a condenação, em razão da liquidez da decisão, impugna os cálculos por não observar a evolução do salário mínimo e a proporcionalidade dos períodos de férias e afastamentos, resultando em indevida majoração do valor final. Por fim, opõe-se ao deferimento da verba honorária por ausentes os requisitos do art. 14 da Lei nº 5.584/70 e Súmulas nos 219 e 329 do TST.

A sentença acolheu integralmente o laudo pericial que qualificou a atividade como insalubre no grau máximo deferindo a parcela com repercussões em aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%) durante o período imprescrito (outubro/2011 a março/2015).

Segundo a vestibular, no exercício da função de serviços gerais, a reclamante tinha por atribuições a limpeza de banheiros com alta rotatividade de alunos, salas de aula, corredor, entre outros, manuseando vários tipos de produtos químicos, além de efetuar o recolhimento do lixo sem o fornecimento de EPIs. Entende que devido a essas condições, laborava em ambiente insalubre, nos termos do Anexo 14 da NR-15 e Súmula nº 448 do TST.

A reclamada rechaçou a pretensão arguindo que o manuseio de produtos químicos destinados à limpeza não possuíam alta concentração de agentes insalubres, muito menos expunham a laborante a qualquer contato sem a devida proteção. Quanto ao risco biológico, afirma que as atividades de limpeza e higienização da escola, incluindo banheiros, equiparam-se às realizadas em âmbitos residenciais, com contato esporádico.

A fim de esclarecer as questões técnicas que o caso envolve, foi determinada a realização de perícia, cujo laudo concluiu:

Face ao exposto, concluímos a existência de atividades insalubres, em grau máximo de 40%, em decorrência de que os métodos de trabalho desenvolvidos por esta reclamante lhes sujeitaram ao **manuseio e/ou exposição ao contato com agentes biológicos (secreções, odores e resíduos diversos) durante a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, conforme versa a Súmula nº 448 do TST.** Inexistindo insalubridade laboral, aos métodos de trabalho que foram desenvolvidos ao manuseio/manipulação com produtos químicos, conforme o entendimento e enquadramentos do anexo 11 e 13 da NR 15.

Segundo relatou a obreira ao perito, diariamente efetuava a higienização dos vasos sanitários, bancadas/pias, paredes, espelhos/vidraças, varrição/lavagens de pisos e recolhimentos de lixo dos coletores. Confirmou que fazia uso de EPIs (calçado de segurança tipo PVC e luvas de PVC/nitríllica), mas às vezes ocorria a indisponibilidade destes equipamentos, o que perdurava, no máximo, uma semana. Levando em conta a indisponibilidade dos equipamentos de proteção, o laudo concluiu que havia a exposição a agentes infectocontagiosos, conforme anexo 14 do NR - 15.

Na análise quantitativa, o expert registrou que a reclamante ficava de prontidão no 3º andar da faculdade realizando a limpeza e coleta de lixo do banheiro feminino dividido em 11 boxes, todos com vasos sanitários, despendendo, em média, três horas para a faxina do setor.

Como visto, o reconhecimento das condições insalubres residiu no fato da autora estar exposta a agentes biológicos, quando da ausência de EPIs, higienizar instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e coletar o lixo dos banheiros.

Para o efeito de deferimento da parcela exige a lei que as atividades funcionais, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham o empregado a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância (art. 189 da CLT); o enquadramento da atividade entre as insalubres constantes de quadro do Ministério do

Trabalho e Emprego (arts. 190 e 192 da CLT e Súmula nº 448, item I, do TST); e a realização de perícia para identificar a insalubridade (art. 195 e § 2º da CLT).

Quanto à perícia, trata-se de prova que apresentou resultado francamente favorável à laborante, sobretudo porque ocorria de não serem disponibilizados os equipamentos de proteção individual durante a semana, o que expunha a autora a agente insalubres.

Relativamente ao enquadramento da atividade no rol do Ministério do Trabalho e Emprego, a situação sob análise tem previsão na NR. 15, anexo 14 da Portaria nº3.214/1978 do MT e na súmula nº 448, item II, do TST, que dispõe:

'A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar a limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano'.

Em complementação ao quadro normativo pertinente à matéria, o Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 descreve os agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde do empregado. Destaca como atividades que conferem insalubridade em grau máximo o trabalho ou operação em contato permanente com pacientes em isolamento por doença infectocontagiosa, bem como os objetos de seu uso não previamente esterelizados; carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas; esgotos; e lixo urbano (coleta e industrialização).

A toda evidência que o trabalho da autora na higienização de instalações sanitárias do banheiro de um único andar de uma universidade com 11 cabines, não se assemelha aos serviços de coleta de lixo urbano realizados por garis. O próprio verbete sumular transcrito também se refere a este tipo de atividade, que não guarda equivalência às funções da reclamante.

Embora a perícia tenha concluído pela existência de agente insalubre, percebe-se que o local avaliado não requeria contato com lixo urbano, em volume intenso e de todo o material, sendo razoável admitir que se tratava de resíduos de volume pequeno, com pouca variedade de material, na sua grande parte de papel. Portanto, não se tratava de lixo urbano.

Em verdade, o reconhecimento da insalubridade pelo perito pautou-se em período em que a obreira não dispunha de equipamentos de proteção, ou seja, durante uma semana, de ocorrência esporádica.

Assim, admitindo a prova técnica quanto à atividade da obreira ser considerada insalubre, mas divergindo apenas quanto ao grau, mantém-se o deferimento da parcela em termos de 20% salário mínimo (grau médio), observada a evolução do seu valor com reflexos em 13º salário, férias e FGTS.

(...)'.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Não obstante, pelos fundamentos expostos no acórdão, vislumbra-se, na decisão da Turma, possível contrariedadeao item II da Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho, razão porque é recomendável que se dê seguimento ao recurso para melhor exame.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001914-69.2017.5.11.0003

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRIDO	NECTAR NUCLEO ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME
RECORRIDO	ALINE SUELEN DAS NEVES CORREA
ADVOGADO	ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS(OAB: 7526/AM)
ADVOGADO	GUSTAVO DA SILVA GRILLO(OAB: 7883/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ALINE SUELEN DAS NEVES CORREA
Advogado(a)(s):	1.GUSTAVO DA SILVA GRILLO (AM - 7883)
Recorrido(a)(s):	1.NECTAR NÚCLEO ESPECIALIZADO EM
Advogado(a)(s):	2.SYLVIO GARCEZ JUNIOR (SE - 533)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 088b1e9; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. c3e41f9).

Regular a representação processual (id. c8aada0).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. deb5242), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : itens IV, V e VI da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o) artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho;alínea 'd' do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Aduz a recorrente que restou comprovada a justa causa empresarial, pelo que deve ser reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho, bem como deferidas as verbas inerentes à demissão sem justa causa. Aponta que o art. 483 da CLT não exige prazo para insurgência do empregado quanto aos descumprimentos contratuais do empregador, sendo subjetiva a análise de tempo, razão por que deve ser rechaçada.

Arecorrente sustenta que não há como afastar a responsabilidade subsidiária da litisconsorte, na medida em que é incontroversa a inadimplência de diversas verbas trabalhistas da recorrente,pelo que defende que a litisconsorte nãodiligenciou no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias efundiáriaspor parte da prestadora de serviços.

Consta no v. acórdão (id. 00173a9):

'(...)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Suscita, no mérito, impossibilidade de responsabilização objetiva, impossibilidade de transferência das obrigações trabalhistas ao Estado, nos termos do Art. 71, §1º da Lei 8.666/93, sob pena de violação do art. 37, II da CF. Diz que o ônus de provar o fato constitutivo de direito é do autor, a teor dos Artigos 818, CLT, que a responsabilização da Administração Pública só caberia quando houvesse prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

Alega, por fim, a inconstitucionalidade da Súmula 331, IV do TST, violação ao Artigo 37, §6º, CF e Art. 5º, II, CF/88. Defende que é incorreto o reconhecimento de falta grave por falta de recolhimento de 2 depósitos de FGTS e, como tal, indevido o reconhecimento da rescisão indireta.

Analiso.

A sentença não declarou a ilicitude da terceirização (culpa *in eligendo*) e, consequentemente, não declarou a nulidade do contrato administrativo ou o reconhecimento de vínculo de emprego com a recorrente, tomadora de serviços. Não há, portanto, qualquer violação ao art. 37, II da Constituição Federal.

Não vislumbro violação do art. 37, II, da CF ou qualquer outro preceito legal, tampouco negativa da garantia constitucional prevista no art. 5º, II e LV, da CF, sendo o direito sumulado a interpretação da Lei citada pela recorrente. Destaco que sendo esse entendimento resultado das reiteradas decisões da Corte Superior, e não lei em sentido estrito, não há que se falar em inconstitucionalidade.

Na ADC nº 16 foi reconhecida a constitucionalidade do Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição pelo Egrégio STF.

Naquele julgado, o STF firmou o entendimento de que para a condenação subsidiária da reclamada é necessária a efetiva comprovação da culpa *in vigilando,* e nisto, foi revista a Súmula 331 do TST e ementada de modo a refletir o que fora decidido pelo Tribunal Constitucional.

Neste voto, a aplicação da Súmula nº 331 não incorre em declaração de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato da norma contida no Art. 71, §1º, Lei 8.666/1993 e violação da Súmula Vinculante nº 10, STF (Cláusula de reserva de plenário), isto porque, a Súmula nº 331, TST simplesmente reflete em um texto sucinto o conteúdo da decisão do STF naquela ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade).

A respeito da Súmula nº 331, IV e V, eis o seu teor:

'SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27,30 e 31.5.2011.

(...)

IV- O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.'

Por fim, do ponto de vista teórico, o julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931/DF pacificou o entendimento de que a transferência não será automática, mas depende de culpa na fiscalização das obrigações contratuais do prestador de serviços e, foi além, definindo com clareza de quem seria o ônus de provar a falta de fiscalização do contrato, na oportunidade, o ônus foi incumbido ao autor por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

Assim sendo, impõe-se verificar se houve omissão culposa do ente público na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço como empregador.

Os documentos 'Ata de Reunião - Contrato 4600Q11592 - Reunião de acompanhamento de Contrato' (IDs 2d3e1ef, 746ee9b, 973b62d, b820ad8, 8fe86f7, 496b218, efefd40, 67d8e31, 0e2c637, f377719), bem como, os vários ofícios (ID 38a8b58, e2c5682) cobram a empresa de suas obrigações como executora do contrato firmado com a tomadora, há ainda informação de pendências na execução do contrato em suas documentações e, às vezes, aplicando penalidades de multas, inclusive, no tocante ao descumprimento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada.

Percebo que houve fiscalização da litisconsorte - TRANSPETRO - no tocante às obrigações trabalhistas da reclamada principal, terceirizada, ainda que até o pedido da rescisão indireta não tivesse ocorrido o adimplemento.

Destarte, entendo que a reclamada cumpriu com o seu dever de fiscalização do contrato de trabalho firmado com a terceirizada, que é a contratante do reclamante, logo, afasto a sua responsabilidade subsidiária.

Dentre os argumentos suscitados pela reclamada, também se insurgiu contra o deferimento da rescisão indireta por falta grave sob o argumento de que não caracteriza falta grave o inadimplemento de 2 meses de FGTS, apto a ensejar a rescisão indireta porquanto o prejuízo não é imediato.

Apesar da inadimplência da reclamada de 2 meses de FGTS, como o prejuízo da referida inadimplência não causa prejuízo imediato ao reclamante, uma vez que o reclamante não aufere a vantagem do fundo de Garantia no curso do contrato de trabalho, entendo que não houve falta grave imputável à reclamada.

Verifico que havia, em potencial, outras formas de buscar o adimplemento dos direitos que lhe foram negados, o reclamante, porém, optou pela atitude mais drástica dentre as opções, qual seja, o fim do contrato de trabalho.

Assim, converto a rescisão indireta em demissão a pedido, persistindo a obrigação da reclamada em relação a: saldo de salário de 14 dias de dezembro, 13º salário (10/12), férias +1/3(08/12), FGTS (8%) sem a projeção do aviso prévio.

Exclui-se dentre outras verbas outrora deferidas guias do seguro desemprego ou indenização substitutiva, a multa de 40% do FGTS, aviso prévio.

Deve-se recolher os depósitos de FGTS (8%) de todo o período contratual a ser apurado em regular liquidação, tomando por base o salário mencionado na inicial de R$ 3.650,72, com a devida compensação do que já foi pago, conforme documento de ID 30ba588.

Remanesce a obrigação de fazer de anotar a baixa da CTPS para o dia 14/12/2016.

Em conclusão, pelos fundamentos supra, conheço do recurso ordinário da 2ª reclamada, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* e, no mérito, **concedo-lhe provimento parcial** para reconhecer que a demissão é a pedido e, portanto, a reclamada deve pagar ao reclamante as verbas oriundas desta modalidade de demissão, a apurar: saldo de salário de 14 dias de dezembro, 13º salário (10/12), férias +1/3(08/12), FGTS (8%), bem como, excluir a responsabilidade subsidiária da reclamada TRANSPETRO, tendo em vista que esta fiscalizou a execução do contrato.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, quanto à responsabilidade subsidiária, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo do art. 71, §1º, Lei 8.666/1993, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, aí incluída toda a tese formulada acerca da rescisão indireta do contrato, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001601-42.2016.5.11.0101

Relator	JOICILENE JERONIMO PORTELA
RECORRENTE	ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO	Priscila Lima Monteiro(OAB: 5901/AM)
RECORRIDO	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	IDEILDO TAVARES NASCIMENTO(OAB: 11463/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	CELIO DOS ANJOS SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	ANTONELLY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Advogado(a)(s):	PRISCILA LIMA MONTEIRO (exclusividade id. 654b44e)
Recorrido(a)(s):	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DE SOUZA
Advogado(a)(s):	IDEILDO TAVARES NASCIMENTO (exclusividade -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. fad52b1; recurso apresentado em 30/08/2019 - id. deb5874).

Regular a representação processual (id. b444b12).

Satisfeito o preparo (ids. fea50e4, 4cbf082, fc50905, f018bf6, fc50905 e 4adf47b, 031ce9f - pág. 2).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Férias Proporcionais.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias/Aviso Prévio.

Duração do Trabalho/Horas Extras.

Duração do Trabalho/Horas in Itinere.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Preliminarmente, a recorrente sustenta a ausência de fundamentação do *Decisum,* bem como violação ao art. 93, IX, da CF, o que atrairiaa nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional.

No mérito,arecorrente sustenta que houve equívoco da Turma na análise e valoração das provas constantes nos autos, pugnando

pela reforma do v. acórdão,uma vez que os cartões de ponto, não impugnados pelo recorrido, demonstram a extensa quantidade de faltas injustificadas durante o pacto laboral, pelo que o recorrido teria perdido o direito às férias,nos termos do art. 130 da CLT.
Em relação ao aviso prévio, a recorrente aduz que *'jamais informara ao autor que ele não necessitava mais ir ao trabalho, ao contrário, o próprio documento assinado pelo autor, anexado aos autos sob ID 6f57697, cientifica o mesmo da necessidade de optar em reduzir suas horas de trabalho diárias ou reduzir a quantidade de dias laborados, conforme permitido pela legislação.'.*
Ainda, no que diz respeito à condenação ao pagamento de horas extras, aduz a recorrente que *'sempre que houve a necessidade de realização de horas extras, estas eram devidamente registradas e pagas em contracheque'.*
Quanto às horas *in itinere,* alega o recorrente que *'a mera insuficiência de transporte público não enseja pagamento de horas in itinere, ou mesmo, o mero fornecimento de transporte pela recorrente, logo, o trabalhador não tem direito às horas de percurso.'.*

Consta no v. acórdão (id. 55c797a):
'(...)
RECURSO DA RECLAMADA. Aviso-prévio. Na exordial, o autor afirmou que foi contratado em 7-1-2016 e dispensado em 23-8-2016 quando percebia remuneração de R$1.230,60 mensal. Relata que no dia 19-8-2016 lhe foi informado que o aviso-prévio seria indenizado, mas no dia 23-8-2016 o Engenheiro informou que o aviso-prévio seria trabalhado, momento em que entregou o documento para assinatura. Ocorre que no dia 30-8-2016, o mesmo Engenheiro, avisou novamente que os trabalhadores não precisariam voltar para trabalhar, pois não tinha mais nada para eles fazerem e assim procedeu o autor, não mais retornando ao trabalho. Ocorre que no momento do acerto rescisório, não lhe foi pago nada a título de aviso-prévio, nem mesmo os 7 dias laborados após o recebimento da notificação. A reclamada, em contestação, nega que tenha dispensado o autor de trabalhar durante o aviso-prévio, mas ao contrário, destaca que, na notificação de dispensa, o autor optou por não laborar durante 7 dias e não pela redução de carga horária diária, tudo nos termos da lei. Contudo, o autor não mais compareceu ao local de trabalho nos 30 dias seguintes conforme demonstra cartão de ponto. Destaca que o último dia de labor do autor foi em 31-8-2017. Pugna pela improcedência. Em sentença, o Juízo a quo considerou que apesar do documento de notificação ter demonstrado que o autor optou pela redução do aviso-prévio de 7 dias de labor, o Engenheiro da reclamada, em seu depoimento, afirmou que alguns trabalhadores foram dispensados em agosto de 2016, dentre eles o autor, porque não mais havia serviços para todos. Por esse motivo, deferiu o pagamento do aviso-prévio (30 dias), reconhecendo que o autor foi dispensado durante o cumprimento do aviso-prévio. Irresignada, a reclamada interpôs recurso ordinário, afirmando que a testemunha da reclamada afirmou que houve o término do contrato de trabalho, contudo, os funcionários ainda cumpririam o aviso-prévio, destacando que a obra ainda não havia sido concluída e que o último dia de labor do autor foi dia 22-8-2017 conforme demonstra os cartões de ponto. Pois bem. Conforme bem considerou o Magistrado na sentença, a testemunha da reclamada, o mesmo Engenheiro citado pelo autor na inicial, afirmou: *'(...) que trabalharam na Vila Amazônia até o mês de agosto/2016, oportunidade em que a obra ainda não havia sido concluída;* ***que alguns dos trabalhadores foram dispensados em agosto/2016, dentre eles o reclamante****; que foi a própria reclamada quem continuou na responsabilidade pela execução do serviço, sendo que alguns foram dispensados porque não havia mais serviços para todos. (...)'.* Ora, o depoimento da testemunha da reclamada foi esclarecedor e coaduna com a tese autoral. Quanto aos cartões de ponto, verifico que sequer constam a assinatura do autor, em total desconformidade com a legislação, bem como diferentemente do que alega a reclamada, foi consignado o labor após o início do aviso-prévio, mas aposto falta no dia 23-8-2016, justamente o dia em que foi datada a notificação de dispensa e, além disso, consta rasura em tal documento (ID. 99156fc - Pág. 7). Sendo assim, o controle de jornada juntado aos autos não é válido, motivo pelo qual agiu com acerto o Juízo *a quo*. Nada a reformar. **Férias**. O Juízo *a quo* deferiu férias proporcionais ao autor, uma vez que não houve quitação destas conforme TRCT. A reclamada não concorda com a condenação em férias proporcionais deferidas na sentença, afirmando que o autor teve extensas faltas injustificadas durante o contrato de trabalho, motivo pelo qual perdeu o direito às férias. Pois bem. Conforme dito acima, não restou reconhecido o controle de ponto acostado pela reclamada, pois não obedeceu aos ditames legais, bem como a testemunha da reclamada fez prova contrária a sua tese. Sendo assim, agiu com acerto o magistrado ao deferir férias proporcionais acrescidas do terço constitucional, ao qual esclareço ser na proporção de 9/12 (nos limites da inicial). Nada a reformar. **RECURSO DO RECLAMANTE. Multa do art. 477 da CLT**. O autor se insurgiu contra o indeferimento da multa do art. 477 da CLT pelo Juízo *a quo*. Afirma que seu afastamento definitivo (fim do aviso-prévio) ocorreu em 22-9-2016, mas que o pagamento das verbas rescisórias somente ocorreu em 3-10-2016 conforme documento acostado aos autos ao ID d018882b, ou seja, 11 dias após o término do aviso-prévio. Pois bem. De fato, conforme dito acima, o magistrado entendeu que o autor foi dispensado durante o

cumprimento do aviso-prévio. A data de notificação da dispensa foi dia 23-8-2016, mas o pagamento das verbas rescisórias somente ocorreu em 3-10-2016 (ID. d01882b - Pág. 1). Analisando os autos verifico que o pagamento das verbas rescisórias foi efetuado no prazo legal, pois o 10º dia após o término do aviso-prévio ocorreu dia 2-10-2016, domingo. Assim, o pagamento ocorreu no dia útil seguinte. Dessa forma, correta a decisão. Nada a reformar. **AMBOS OS RECURSOS. Horas *in itinere*.** O Juízo *a quo* condenou a reclamada ao pagamento de 40min por dia de trabalho a 50% em decorrência de horas *in itinere* (20 min de ida e mais 20 min de volta). O reclamante se insurgiu contra a decisão primária, afirmando que ficava esperando o transporte fornecido pela reclamada, devendo esse tempo também ser computado nos termos da jurisprudência colacionada, requerendo reforma da sentença para que sejam deferidas 2h de trajeto (*in itinere* - 1h na ida e mais 1h na volta), relatando que a espera era em decorrência de logística da empresa quanto ao transporte fornecido. A reclamada por sua vez, requereu a reforma da sentença para excluir as horas *in itinere* deferidas sob o argumento que o fato do local de trabalho dar-se em área rural não configura por si só que o local de trabalho é de difícil acesso. Destaca que o art. 58, § 2º da CLT e Súmula nº 90 do TST deixam claro que a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas de percurso. Analiso. Verifico que a reclamada fornecia o transporte tanto para os seus empregados quanto para os fiscais do DNIT e outros prestadores de serviço, bem como não foi retratado nos autos se havia transporte público para a localidade. A testemunha da reclamada afirma que o deslocamento até o local de trabalho era de 20 min na ida e mais 20 min na volta, totalizando 40 min de deslocamento, justamente o deferido na sentença. Ora, o ônus de provar a facilidade de acesso ou a existência de transporte público regular, por ser fato impeditivo do cômputo do tempo de deslocamento na jornada de trabalho cabe à reclamada. Nota-se, portanto, que tal encargo não foi cumprido, pois as provas constantes nos autos não demonstram que o local não era de difícil acesso, além de nada ter sido citado acerca do não fornecimento de serviço público de transporte. Assim, se a reclamada fornecia deslocamento para todos, interpreto que o local era de difícil acesso ou não servido por transporte público, fazendo jus o autor ao período de deslocamento. Em relação ao *quantum* deferido, cabia ao autor provar o tempo despendido, o que não o fez. Aliás, somente foi deferida as horas de deslocamento em razão da confirmação da tese autoral pelo depoimento da testemunha da reclamada. Portanto, mantenho hígida a sentença nesse ponto. (...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No mérito, não se viabiliza o recurso de revista, haja vista que, notocante a horas extras, a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. No tema relativo a férias,a jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do tópico recorrido**, como se observa no presente apelo. Nessesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Ainda, no que

diz respeito a horas *in itinere* e quanto ao aviso prévio, a parte recorrente **transcreveu o teor quase integral do acórdão dentro dos tópicos recorridos**, o que também não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.Em tal sentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu os incisos I e IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001854-54.2017.5.11.0017

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RECORRIDO	CARTORIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TITULOS E DOCUMENTOS
RECORRIDO	RINALDO MACENA BERNARDES
ADVOGADO	LUIZ GONZAGA PINHEIRO JUNIOR(OAB: 12021/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANK ROMERO DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
Advogado(a)(s):	1.RUSTENE ROCHA MONTEIRO (AM - 11974)
Recorrido(a)(s):	1.CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E
Advogado(a)(s):	2.LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (AM - 12021)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. a23f01e; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. f7eaf21).

Regular a representação processual (id. 1dfec27).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. fdd0680), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo/Eleição de Dirigente Sindical.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 8º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 492 do Código de Processo Civil de 2015.

Reitera o pedido anulação do registro da eleição sindical no cartório reclamado.

Consta no v. acórdão (id. b8bfcce):

'(...)

MÉRITO

O Autor questiona o indeferimento de sua pretensão de **anular o registro de diretoria sindical** no cartório réu, aduzindo, entre outros argumentos, que o fato de ter afirmado pertencer à categoria de vigilante não lhe retiraria o direito de participar do processo eleitoral do SINTROAM uma vez que para ser vigilante orgânico há a necessidade de ser primeiramente vigilante.

Os fundamentos para indeferimento da pretensão pelo julgador singular foram:

Consoante o excerto supra, o autor confessa que, à época da eleição, sequer era associado ao SINTROAM e que laborava na empresa Visam, cujos empregados eram sindicalizados no Sindevam (sindicato dos vigilantes), situação similar a do Sr. LINDOMAR GARCIA MONTEIRO.

Desta feita, resta incontroverso que o autor não preenchia os requisitos para se candidatar ao cargo de presidente do SINTROAM, uma vez que não fazia parte do seu quadro associativo, não havendo sequer legitimidade para apontar irregularidades na eleição da entidade sindical da qual não é associado.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido.

Examino.

Inicialmente, faz-se necessário relevar que o atual modelo sindical brasileiro é permeado pelo princípio da unicidade sindical (verificado no inciso II do art. 8º da Carta Magna), segundo o qual a representação de uma categoria em determinada base territorial não inferior a um Município pode ser feita exclusivamente por uma entidade sindical.

Assim, cada categoria possui o seu respectivo sindicato, o qual atuará para defender os seus interesses.

No caso dos autos, ficou evidente que há dois sindicatos de empregados para vigilantes, sendo um para trabalhadores em empresas de vigilância e segurança - SINDEVAM (relação de empresas - id fc730a4) e outro para trabalhadores em empresas de vigilância orgânica - SINTROAM (relação de empresas - id fc730a4).

Como é sabido, o enquadramento sindical se dá, em geral, pela atividade preponderante da empresa, nos termos do § 2º, do art. 581, da CLT: 'Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional'.

Dito isso, tem-se que durante a instrução processual, o Autor declarou que à época em que ocorreu o processo eleitoral para a diretoria do SINTROAM estava trabalhando na empresa VISAM (fato reafirmado na peça recursal), cujos trabalhadores são vinculados ao SINDEVAM, conforme documento indicado acima.

Não há como prosperar, portanto, a alegação recursal quanto ao fato de que todo vigilante orgânico é necessariamente um vigilante uma vez que, para fins sindicais, deve ser observada a abrangência da categoria dos empregados. Diante da especificação da categoria de vigilantes orgânicos, tem-se que se trata de categoria distinta da dos vigilantes.

Assim, o Autor, segundo sua narrativa, teria sido eleito para compor a diretoria de sindicato que a instrução processual revelou ser diverso da sua categoria profissional, o que não pode prevalecer.

Por isso, não possui razão em sua pretensão, justamente pelo fato de que à época da mencionada eleição o Autor não integrava a categoria representada pelo SITROAM.

Neste sentido, inoportuna a averiguação da validade da eleição impugnada nestes autos, diante da prejudicialidade do convencimento ora exposto e ausência de pertinência subjetiva concreta entre o Autor e a pretensão postulada. Por arrastamento e não se tratando da matéria dos presentes autos, é irrelevante se o Sr. Aurismar é integrante da categoria econômica dos empregados do SITROAM.

Embora irrelevante para o deslinde da cognição destes autos, rejeito o pedido do 2º Réu em contrarrazões de exclusão dos documentos de id 17a6e7f juntados pelo Autor, uma vez que se trata de documento novo gerado após a interposição do recurso pela parte, com juntada autorizada pela Súmula nº 8 do TST, o que revela justo impedimento para sua oportuna apresentação anteriormente.

Igual proteção não resguarda os documentos de id 76d5d77 juntados pela mencionada parte ré, eis que datados de 2012, muito antes do ajuizamento da ação, o que demonstra a preclusão de sua juntada nesta instância recursal. Determino, pois, de ofício a exclusão de tais documentos.

Alega ainda o Autor ter havido cometimento de crime de falso testemunho pelo 2º Réu em seu depoimento em audiência, pedindo a remessa dos autos ao MPF para apuração do crime.

Sem razão, uma vez que o art. 342 do Código Penal, que disciplina o crime de falso testemunho, é inaplicável aos prepostos das empresas, uma vez que pressupõe como sujeito ativo apenas testemunhas, peritos, tradutores, intérpretes e contadores, não se comportando interpretação extensiva em lei penal.

Por não vislumbrar indício do cometimento de crime, rejeito o pedido de encaminhamento dos autos ao MPF.

Diante de todo o exposto, rejeito os apelos do Autor e mantenho a sentença em sua integralidade.

Por fim, rejeito também o pedido formulado pelo 2º Réu em contrarrazões para condenação do Autor em multa por litigância de má-fé.

Ainda que tenha havido a improcedência dos pedidos, no caso vertente, não foi observada qualquer conduta irregular ou eivada de má-fé por parte do Autor, que apenas fez uso de seu direito constitucionalmente assegurado de postular perante este órgão do Poder Judiciário.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição da ementa e de trecho da ementado acórdão recorrido, como ocorreu no presente caso.** Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 14732220165110004, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 03/10/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018; TST - Ag-AIRR: 111369420145010019, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 28/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/11/2018; TST - AIRR: 121564220155010551, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 12/12/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/12/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001922-04.2017.5.11.0017

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	EGIOMARA PUCU TEIXEIRA
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RECORRIDO	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EGIOMARA PUCU TEIXEIRA
- WG ELETRO S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	EGIOMARA PUCU TEIXEIRA
Advogado(a)(s):	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (AM - 7155)
Recorrido(a)(s):	WG ELETRO S.A
Advogado(a)(s):	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. 9ed959c ; recurso apresentado em 29/08/2019 - id.3a3fa55).

Regular a representação processual (id. 5c3274d).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 101eff6), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 330 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do caput do artigo 5º;inciso XXXV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º;inciso I do artigo 125;inciso V do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 369 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

O recorreite reitera as suas alegações de que teve o direito de imagem violado, em razão de ter sido obrigado a usar uniforme com logotipos dos fornecedores da reclamada, requerendo, portanto, a reforma do acórdão para que lhe seja deferida indenização por dano

moral.

Consta no v. acórdão (id. e82166d):

'(...)

Com as devidas vênias, a Turma Recursal, por maioria de votos, divergiu da Exma. Relatora, nos seguintes termos:

Inegável que a imagem da pessoa é um dos direitos da personalidade, sendo um direito fundamental com cláusula de inviolabilidade estabelecida na Constituição Federal, segundo a qual 'são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação' (art. 5º, X, CF/88).

Como podemos extrair do comando normativo citado, todo aquele que causa dano a direito da personalidade de outrem tem o dever de repará-lo. Assim, se é verdade que a todo dano cabe uma indenização, igualmente verdadeiro que toda indenização deve ter fundamento em um dano, e é isso que se deve perquirir no presente caso.

A determinação, por parte do empregador, de que o trabalhador utilize e uniforme contendo logomarcas de produtos comercializados tem sido reconhecida como ilícita pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, mas dentro de certas circunstâncias que devem ser obrigatoriamente observadas. Nota-se nos próprios arestos colacionados pela reclamante em sua inicial que a ausência de contraprestação ou compensação pecuniária é um ponto comum nos julgados que reconhecem a violação ao direito de imagem decorrente da referida prática. Veja-se um exemplo:

TST - RECURSO DE REVISTA RR 7157420135030035 (TST)

Data de publicação: 12/06/2015

Ementa: RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. DIREITO DE . VENDEDOR. IMAGEM UTILIZAÇÃO DE UNIFORME COM LOGOMARCAS DE FORNECEDORES. DANO MORAL. A determinação de uso de uniforme com logotipos de produtos comercializados pelo empregador, sem que haja concordância do empregado ***ou compensação pecuniária****, viola seu direito de uso da imagem, conforme dispõe o art. 20 do Código Civil. Tal conduta evidencia manifesto abuso do poder diretivo do empregador, a justificar sua condenação ao pagamento de indenização, com fulcro nos arts. 187 e 927 do mesmo diploma legal. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido.'*

In casu, a reclamante utilizava camiseta com o logotipo dos fornecedores da reclamada, chegando até a ganhar comissão quando era operadora de caixa e realizou algumas vendas. Dessa forma, a comissão percebida pela obreira nesses casos era diretamente dependente dos produtos anunciados em seu uniforme: quanto mais vendesse, maior seria sua comissão. Portanto, a publicidade estampada em suas vestes se revertia também em seu interesse, favorecendo-lhe pelo possível aumento nas vendas que gerariam, uma vez que traziam informações sobre os produtos e serviam como forma de identificação de promoções para os clientes.

Entendo que, existindo retribuição pecuniária pelo uso da imagem, ainda que de forma indireta, caberia ao autor da ação provar outros prejuízos sofridos em decorrência dessa conduta da reclamada, ônus do qual não se desincumbiu. A responsabilidade preconizada pelo Código Civil exige a comprovação da ação ou omissão, do nexo causal e do dano, para que se fale em indenização por danos morais ou materiais (art. 186 do CC/2002). Ausente a comprovação do dano, afigura-se impossível o arbitramento de indenização.

Todo o acima exposto é referendado pelo entendimento recentemente esposado pelo C. TST, que se colaciona a seguir pela absoluta clareza:

(...) Por sua vez, não caracteriza uso indevido da imagem do trabalhador, situações como a dos autos em que a contratação foi específica para a venda dos produtos divulgados nos uniformes, com o pagamento de comissões. A utilização de camiseta com logomarcas, nessa hipótese, guarda estrita relação com o objeto do contrato e se dá em benefício não só do empreendimento, mas do próprio trabalhador, que recebe contraprestação pela venda dos produtos estampados. (Processo: AIRR - 143000-10.2014.5.13.0025 Data de Julgamento: 22/06/2016, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/06/2016)

Assim, não merece prosperar o recurso ordinário em apreciação, mantendo-se a decisão primária inalterada.

(...)'

Quanto à alegada violação ao art. 5º, caput, II, XXXV, LV da CF, art.125, I art. 334, 369 todos do CPC e art. 818 da CLT e Enunciado 330 do TST, é Inviável a análise do recurso, uma vez que a Turma não adotou tese sobre a matéria à luz dos dispositivos invocados pela parte recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297 do TST.

Todavia, entendo prudenteprocessamento do apelo,por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000368-39.2018.5.11.0004

Relator	RUTH BARBOSA SAMPAIO
RECORRENTE	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRENTE	CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RECORRIDO	SAYMON GOES VASCONCELOS
ADVOGADO	FUED CAVALCANTE SEMEN NETO(OAB: 10435/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAPITAL ROSSI PERFORMANCE CONSTRUCOES LTDA
- CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	CAPITAL ROSSI PERFORMANCE
Advogado(a)(s):	MARCELO SANCHEZ SALVADORE (exclusividade -
Recorrido(a)(s):	SAYMON GÓES VASCONCELOS
Advogado(a)(s):	FUED CAVALCANTE SEMEN NETO e OUTRO (AM - 10435)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 03/05/2019 - id. e8648ff; recurso apresentado em 15/05/2019 - id. 4fd410e).

Regular a representação processual (id. d3266f9, a5449f0).

Satisfeito o preparo (ids. e27aca5, 46bfe81, a9b524c e 1379e55).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação da (o) inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

Asrecorrentes alegam que houve equívoco da Turma na análise e valoração do conjunto probatório constante dos autos, na medida em que teria restadoplenamente demonstrado o enquadramento do recorrido na exceção constante do art. 62, II, da CLT, pelo que acondenação das requerente no pagamento de horas extras ao recorrido estaria violando preceitos da legislação federal, bem como divergindo do entendimento majoritário de outros Regionais.

Consta no v. acórdão (id. ddda9b5):

'(...)

MÉRITO

Horas extras - Cargo de Confiança - ônus da prova - teses do reclamante e das reclamadas

Nas razões do apelo, as reclamadas afirmam que o reclamante exercia cargo de confiança, não estando sujeito ao regime de horas, tampouco a limite de jornada.

O reclamante, por seu turno, afirma que a sentença não incluiu os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, os quais são feriados da consciência negra e devem ser remunerados como horas extras. Defende que os sábados devem ser remunerados como horas extras, o que não foi observado pelo Juízo, bem como a jornada de domingos e feriados deve ser de 08 horas, e não de 4,5, como determinada na sentença

Ao exame.

O exercício do cargo de gerência, gestão ou confiança pelo empregado emerge como exceção à regra da jornada.

Nesse sentido, é o art .62 da CLT:

Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto

neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

III - os empregados em regime de teletrabalho.

Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

O escopo da norma é diferenciar, portanto, aquele empregado que exerce cargos de gestão, com compromissos, obrigações e dinâmica de trabalho incapaz de se submeter ao rígido regime de jornada.

Para tanto, não importa a nomenclatura do cargo ou o padrão remuneratório do obreiro, cabendo uma análise integral do contexto contratual, sobretudo na parte que versa sobre as atribuições.

No caso dos autos, os próprios documentos colacionados pelas reclamadas, a exemplo do contrato de trabalho (fls.356) e o acordo de compensação de horas (fl.357), evidenciam que o autor estava submetido à jornada e horário fixo de trabalho, esvaziando, completamente, a tese de que o autor desempenhava cargo de confiança. Não assiste, portanto, qualquer razão às reclamadas.

No tocante aos feriados assiste razão ao reclamante.

Conquanto a sentença tenha deferido ao autor horas extras em feriados, não constou os dias 20.11.2014 e 20.11.2015, feriados na cidade de Manaus.

Logo, reformo a sentença a quo para fins de condenar as reclamadas ao pagamento de 4,5 horas extras com adicional de 100%, integrações e reflexos relativos aos dias 20.11.2014 e 20.11.2015, laborados pelo reclamante.

Quanto às horas extras em sábados, domingos e feriados, ao contrário do que afirma o autor, a prova dos autos, sobretudo a segunda testemunha arrolada pelo reclamante, aponta que o labor em sábado, domingos e feriados era até o meio dia ou 13h. Emerge escorreita, portanto, a sentença nesse ponto, não havendo que se falar em reforma.

(...)'.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão dentro do tópico recorrido**, como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 13545320145100006, Data de Julgamento: 15/08/2018, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; TST - AIRR: 109579320155150001, Data de Julgamento: 08/08/2018, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; TST - ARR: 3072820165110012, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

ab

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000931-97.2018.5.11.0015

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
RECORRENTE	ALUIZIO DA SILVA COSTA FILHO
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO	JONATAS S. DE ANDRADE MERCADINHO - ME
ADVOGADO	SILVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO(OAB: 11956/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUIZIO DA SILVA COSTA FILHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	ALUIZIO DA SILVA COSTA FILHO
Advogado(a)(s):	MARLY GOMES CAPOTE (exclusividade - id. daf21f9)
Recorrido(a)(s):	JONATAS S. DE ANDRADE MERCADINHO - ME
Advogado(a)(s):	SILVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (AM - 11956)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. a5acec4; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. b8a9fa3).

Regular a representação processual (id. 021a7df).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 1fb7dc7), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Reconhecimento de Relação de Emprego.

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.

Alega o recorrente que, sendo as duas partes confessas, era da reclamada o ônus da prova, pois, se, em princípio o ônus de provar o alegado seria do reclamante, em contestação a empresa reclamada admitiu que o reclamante prestava serviços. Deste modo,como é pacífico na doutrina e na jurisprudência, uma vez admitida a prestação dos serviços, presume-se a relação de emprego, e cabe ao reclamado o ônus de provar algum fato impeditivo ou modificativo que afaste tal presunção.

Consta no v. acórdão (id. 0e0f122):

'(...)

MÉRITO

Vínculo empregatício

O reclamante insurge-se em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos, afirmando que a reclamada também esteve ausente à audiência de instrução e que o ônus da prova era da empresa por haver admitido a prestação de serviços em contestação, tratando-se de vínculo empregatício presumido. Aduz como prova da relação empregatícia o recibo de verbas rescisórias juntado aos autos e não impugnado pelo reclamado.

O cerne da questão consiste na existência ou não de vínculo empregatício entre o reclamante, como açougueiro, e o reclamado, empresa do comércio varejista.

O reconhecimento de vínculo empregatício pressupõe o preenchimento dos pressupostos previstos nos artigos 2º e 3º da CLT, quais sejam, trabalho prestado por pessoa física, com habitualidade, pessoalidade, subordinação jurídica e mediante contraprestação (onerosidade), não se sujeitando apenas à vontade dos contratantes, mas originando-se da própria prestação de serviços e da observância do princípio da primazia da realidade dos fatos.

Nesse sentido, Maurício Godinho Delgado:

'(...) o conteúdo do contrato não se circunscreve ao transposto no correspondente instrumento escrito, incorporando amplamente todos os matizes lançados pelo cotidiano da prestação de serviços. O princípio do contrato realidade autoriza, assim, por exemplo, a descaracterização de uma pactuada relação civil de prestação de serviços, desde que no cumprimento do contrato despontem, concretamente, todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego (trabalho por pessoa física, com pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e sob subordinação)'. (Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2012, p. 203).

Deverá o magistrado, nesses casos, perquirir se estão presentes os elementos definidores da relação empregatícia. Prevalece, entretanto, divergência tênue quanto à subordinação jurídica, pressuposto que se verificado na relação estabelecida entre as partes descaracteriza a modalidade de trabalho autônomo, permitindo firmar-se o vínculo empregatício. Isso porque o referido profissional tem como principal particularidade sua independência,

ou seja, a ausência de subordinação.

Feitas estas considerações, constata-se que ambas as partes estiveram ausentes na audiência de instrução, conforme termo de audiência (id e069ef2), daí resultando a confissão quanto à matéria de fato em relação a ambos, conforme Súmula nº 74, I, do TST.

Nessa situação, o julgamento deve se dar com base na prova dos autos e no ônus da prova de cada um, em atenção ao art. 818 da CLT.

O reclamado empresário individual (id 90b37d9), em contestação, sustentou ter mantido com o autor relação esporádica e eventual em troca de benesses tais como auxílio financeiro para instalação de pequeno comércio em imóvel do sócio, adquirir casa própria e motocicleta, reformas de imóvel e compra de passagens, além de em 2015 haver permitido que o reclamante montasse em sua calçada um pequeno empreendimento de venda de comida, celulares e acessórios, sendo que o eventual auxílio no mercadinho do reclamado era retribuído com o pagamento de diária. Assim o fazendo, negou a vinculação empregatícia.

Em que pese a inexistência de prova do trabalho eventual, verifica-se que a confissão ficta aplicada ao reclamante também milita em seu desfavor, porquanto não se verifica prova documental ou testemunhal acerca da onerosidade, pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica, não havendo falar em vínculo empregatício presumido neste caso.

Cumpre destacar que o recibo de verbas rescisórias (id a697eff) juntado aos autos pelo autor, embora não impugnado pelo demandado, revela-se inservível como prova da relação empregatícia, porque dele consta apenas a assinatura do reclamante, sem qualquer marca identificando o mercadinho, denotando fragilidade probatória.

Assim, não comprovados os requisitos configuradores do contrato de trabalho, conforme disposto nos artigos 2º e 3º da CLT, impõe-se a manutenção da sentença que não reconheceu o vínculo empregatício entre as partes e julgou improcedentes os pleitos da exordial, inclusive as horas extras e indenização por danos morais, porque condicionados ao reconhecimento da relação de emprego. (...)'

A parte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente da 2ª. TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, de seguinte teor:

PENA DE CONFISSÃO. EFEITOS. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ADMITIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA A CARGO DO RECLAMADO. Negado o vínculo empregatício, mas admitida a prestação de serviços por parte do reclamante, inverte-se o ônus da prova, nesse sentido, a cargo do reclamado, porque ventilado o fato impeditivo do direito do autor, na forma dos artigos 818 da CLT e 333, II do CPC, ainda que tenha sido imposta a pena de confissão ao reclamante, posto que seus efeitos podem ser elididos pela prova pré-constituída nos autos, na forma da súmula 74, II do TST. (TRT-5 - RECORD: 446007220085050031 BA 0044600-72.2008.5.05.0031, Relator: RENATO MÁRIO BORGES SIMÕES, 2ª. TURMA, Data de Publicação: DJ 17/06/2009).

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000301-49.2019.5.11.0001

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	DEIVISON DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO	ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS(OAB: 6652/AM)
RECORRIDO	BIG TRADING E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO	JOSE RICARDO ABRANTES BARRETO(OAB: 2596/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIVISON DA SILVA RODRIGUES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	DEIVISON DA SILVA RODRIGUES
Advogado(a)(s):	ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (AM - 6652)
Recorrido(a)(s):	BIG TRADING E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(a)(s):	JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (AM - 2596)

'

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. ad1c366 ; recurso apresentado em 27/08/2019 - id. 6390d2c).

Regular a representação processual (id. ef1f548).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. eed99d0), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho/Justa Causa / Falta Grave.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigos 2º e 3º do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Pugna pela reforma do acórdão que manteve a sentença de primeiro grau, julgando válida a dispensa por justa causa aplicada. Alega que o acórdão desprezou os argumentos tazidos pelo recorrente e não efetuou a valoração da prova. Ressalta que o reclamante não cometeu nenhum ato de improbidade, sempre realizando suas tarefas com zelo e responsabilidade.

Consta no v. acórdão (id. 8eb9153):

'(...)

MÉRITO

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE

a) JUSTA CAUSA. CONFIGURAÇÃO.

Insurge-se o Reclamante contra a sentença de mérito, aduzindo que a pena que lhe foi aplicada (justa causa) seria desproporcional e desarrazoada, razão pela qual requereu sua conversão em dispensa sem justo motivo, com o consequente pagamento das verbas rescisórias.

No aspecto, assim decidiu o Julgador de primeiro grau (ID. eed99d0 - Págs. 1 e 2):

DA REVERSÃO DA JUSTA CAUSA

O reclamante informa que laborou para a reclamada de 20/01/2017 a 06/03/2019 na função de repositor, sendo dispensado por justa causa em razão de um equívoco no recebimento de uma mercadoria no dia 22/02/2019.

Relata que recebeu mercadoria do fornecedor Santa Clara, fardos de café, e ao assinar a nota fiscal de recebimento cometeu um equívoco, pois assinou como se tivesse recebido 450 fardos de café, contudo, a fornecedora somente entregou 300 fardos, faltando 150 fardos.

Sustenta que a medida foi desproporcional e arbitrária, pelo que requer a conversão da justa causa em dispensa imotivada com pagamento das diferenças de verbas rescisórias, multas celetistas e indenizações

A reclamada, por sua vez, sustenta a adequação da justa causa e informa que a penalidade aplicada ao autor derivou da apuração dos fatos por meio de sindicância, na qual a empresa constatou que o reclamante, ao receber as mercadorias não conferiu os produtos discriminados na Nota Fiscal nº 000.017.671 SÉRIE 1 - FOLHA 1/1, além de que no mesmo dia da entrega, quando o fornecedor voltou à empresa o reclamante procedeu à devolução de produtos ao fornecedor 3 Corações Norte Com Prd Alim Ltda, descumprindo procedimento da empresa. Acrescenta que a situação resultou em prejuízo para a reclamada na monta de R$ 12.150,00.

No caso, o acontecimento que deu ensejo à aplicação da justa causa é incontroverso, restando ao juízo a avaliação da gravidade da conduta.

Sem dúvida, a falta praticada pelo reclamante demonstra descuido, falta de interesse e de atenção, em síntese, desídia pelo trabalho, além de passível de provocar prejuízo econômico de vulto ao empregador.

Ademais, a falta é grave a ponto de romper a relação de confiança que deve existir entre empregado e empregador, especificamente a confiança que o empregador deposita no empregado, mormente se considerado o fato de que a falta praticada foi justamente o oposto do que se espera do exercício do cargo ocupado pelo reclamante.

A gravidade da falta, por fim, torna desnecessária a imposição de penalidades de menor gradação, como advertência ou suspensão, uma vez que autoriza a dispensa motivada de plano, bem como

prescinde de considerações sobre a conduta anterior do empregado.

Assim, há que ser reconhecida a legalidade da justa causa aplicada ao reclamante, porque a falta que cometeu é suficientemente grave para justificar a dispensa motivada.

Desse modo, entendo que a reclamada agiu dentro dos limites do poder empregatício ao demitir o reclamante por justa causa, razão pela qual julgo improcedente o pedido de conversão da justa causa em dispensa imotivada.

Em conseqüência, também são improcedentes os pedidos de pagamento de verbas rescisórias complementares, multa de 40% do FGTS e liberação de guias para saque do FGTS depositado e habilitação no seguro-desemprego.

Improcedente o pedido de pagamento da multa do art. 477 da CLT, tendo em vista que não há alegação de atraso no pagamento de verbas rescisórias decorrentes da justa causa.

Improcedente a multa do art. 467 da CLT já que as parcelas incontroversas foram quitadas pela reclamada antes da audiência inaugural designada para o feito.

Examina-se.

A justa causa se verifica quando o empregado comete alguma falta grave, dentre as enumeradas pelo art. 482 da CLT, que impede a continuidade da relação de emprego pela quebra de confiança, elemento essencial dos contratos de trabalho.

Neste contexto, a despedida por justa causa pressupõe a coexistência de requisitos essenciais: a gravidade do ato praticado, a proporcionalidade da pena aplicada, a ausência de dupla punição pelo mesmo ato faltoso e a imediatidade desta punição. Presentes tais requisitos, deve ser mantida a dispensa motivada.

O ônus da prova da justa causa se distribui da seguinte forma: cabe ao empregador a prova da existência dos requisitos autorizadores de sua aplicação, a teor dos arts. 818, da CLT, e 373, do CPC/15, e ao empregado cabe a contraprova às alegações e provas produzidas pelo empregador, visando afastar a punição em razão da ausência de seus elementos constitutivos.

Pois bem.

Restou incontroverso nos autos que a Reclamada fundamentou a justa causa no art. 482, alíneas 'e' e 'h', da CLT (desídia no desempenho das respectivas funções e ato de indisciplina ou de insubordinação), conforme comunicação de dispensa juntada sob ID. 0bf340b.

A caracterização da conduta desidiosa pressupõe a existência de um comportamento irregular habitual do empregado, do qual se evidencie a negligência e desinteresse com que trata suas obrigações contratuais. Já o ato de insubordinação representa o descumprimento a ordens dadas diretamente pelo empregador ou gerente, enquanto o ato de indisciplina caracteriza-se pelo descumprimento de regras gerais estabelecidas no âmbito da empresa.

Nos presentes autos, a conduta faltosa, atribuída ao empregado, refere-se ao expresso recebimento pelo obreiro, de 450 fardos de café, entregues pela fornecedora Santa Clara à Reclamada, quando, na realidade, apenas foram entregues 300 fardos, havendo, portanto, uma diferença de 150 fardos de café não recebidos.

Em sua petição inicial, o Reclamante confessou ter incorrido em 'equívoco na contagem dos fardos de café', entregues pela fornecedora Santa Clara, ao assim asseverar (ID. 73a739b - Pág. 3):

(...)

Insta esclarecer que o autor era responsável pelo recebimento de mercadorias dos fornecedores. Acontece que no dia 22/02/2019 o reclamante recebeu mercadoria do fornecedor Santa Clara, fardos de café, que ao assinar a nota fiscal de recebimento o autor cometeu um equívoco e assinou como se tivesse recebido 450, fardos de café, contudo, a fornecedora somente entregou 300 fardos, faltando 150 fardos.

Que no mesmo dia o autor foi questionado acerca da quantidade recebida e da quantidade que faltava, sendo certo que o seu superior hierárquico o sr. Reinaldo, disse ao mesmo que viu através das filmagens que a fornecedora somente havia entregue 300 fardos, porém no dia 28/02/2019, ou seja, 06 dias depois o autor foi demitido por justa causa.

Tais informações, relatadas pelo próprio Autor, são corroboradas pela análise da Nota Fiscal nº 000.017.671 Série 1 Folha 1/1 (ID. 2ef1d4b - pág. 1), na qual consta a entrada de 450 fardos de café, sendo 150 unidades da espécie 'CAFÉ TM SC CLAS CAP ALM 50X100G' e 300 unidades da espécie 'CAFÉ TM CLAS CAP ALM 20X250G', com recibo assinado pelo Reclamante na data de 22/02/2019 (ID. 2ef1d4b - pág. 2; ID. 4cf168a - pág. 1).

Posteriormente, o gerente do setor pediu que fosse feita a conferência quantitativa do produto, tendo identificado a ausência de 150 fardos de café, conforme aponta o relatório ID. 6a705df.

Assim, foi instaurada sindicância administrativa interna pela Reclamada (ID. 3e9ad92 - Pág. 1), para fins de apuração da destinação dos produtos faltantes, tendo o Autor informado, em seu depoimento, que 'não efetuou a conferência da mercadoria constante na NF 000.017.671, por acreditar estar correta'. O Autor afirmou ainda que, naquele mesmo dia, por volta das 15h, o fornecedor do café teria retornado à empresa para buscar 02 pacotes de café solúvel que tinham sido deixados por engano na Ré, sendo entregues pelo Reclamante sem, contudo, submeter ao

Gerente ou Supervisor da Loja, embora soubesse que este seria o procedimento da empresa. Por fim, o obreiro informou que foi contatado por outro empregado da Ré, naquele mesmo dia, às 16h30min, e juntamente com ele conferiu que havia apenas 300 fardos da mercadoria no estoque da Reclamada e não 450, conforme consta no documento assinado pelo Autor.

Em resumo, extrai-se que o Autor assinou Nota Fiscal acusando o recebimento de 450 fardos de café, mas apenas 300 foram para o estoque da empresa, sendo que, posteriormente, o próprio obreiro entregou dois 'pacotes' de café ao fornecedor, que teria retornado à empresa, sem passar pelos responsáveis pela devolução.

Ato contínuo, foi ouvido o Senhor Rangel na sindicância interna da empresa, o qual afirmou que, após conferir mais de uma vez as mercadorias recebidas pelo Reclamante, constatou a falta de 150 fardos de café, razão pela qual solicitou as imagens de vídeo do dia (ID. 3e9ad92 - Pág. 2).

Colhido também o depoimento do Sr. Antonio Hugo que, além de ratificar as afirmações do Sr.Rangel, informou que, pelas imagens de vídeo, verificou que o Autor teria entregue 'duas caixas' de mercadorias ao fornecedor, sem, contudo, saber informar quais produtos estavam nelas inclusos (ID. 3e9ad92 - Pág. 3). Do mesmo modo, o Sr. Américo de Almeida foi ouvido, tendo informado que conferiu as mercadorias e constatou a falta de 150 fardos de café. Ainda, o referido depoente afirmou que não visualizou qualquer pacote de café solúvel a ser devolvido ao fornecedor, rechaçando as afirmações prestadas pelo Autor.

Assim, a conclusão da sindicância interna foi no sentido de que o Autor, além de não ter conferido a mercadoria que lhe foi entregue, acusando recebimento de 450 fardos de café, dos quais apenas 300 foram remetidos ao estoque da empresa, gerando um prejuízo de R$12.150,00 à Ré; bem como agiu de maneira temerária, ao fazer a devolução de mercadorias ao fornecedor, sem a autorização do gerente ou supervisor da loja, embora ciente que tal conduta implicaria em violação das normas empresariais, conforme o próprio Reclamante pontuou em seu depoimento.

Cumpre salientar que a referida Sindicância apenas corrobora os fatos confessados pelo Autor em sua peça exordial, não havendo, portanto, qualquer razão para declarar a invalidade do procedimento administrativo no âmbito da Reclamada. Mesmo porque, se os fatos nela apurados não correspondessem à verdade, logicamente os fatos narrados na petição inicial também seriam falsos, pois ambos são uníssonos quanto ao erro cometido pelo empregado.

Ademais, não foi produzida qualquer prova nos autos apta a elidir a presunção de veracidade/idoneidade do procedimento instaurado pela Ré, o qual consta com as assinaturas dos envolvidos, inclusive a do Recorrente.

Nesse contexto, resta a esse Juízo, portanto, a análise da gravidade da conduta faltosa, ou seja, se os fatos narrados são aptos a justificar a dispensa com justa causa.

Com efeito, tendo em vista o valor de R$ 81,00, referente a cada fardo de café, conclui-se que o Autor causou um prejuízo de R$ 12.150,00 à Reclamada. Ademais, ressalta-se que se trata da ausência de 150 fardos de café de um total de 450, ou seja, não é crível que tenha o Reclamante não tenha notado a falta de mais de 30% de fardos de café, havendo, no mínimo, grave desleixo da parte obreira.

Não menos importante, a entrega de 'caixas de mercadorias' pertencentes à Reclamada a terceiros, sem o conhecimento/autorização dos responsáveis, demonstra a característica insubordinada do obreiro, pois mesmo ciente que estava realizando procedimento irregular, o Autor assumiu novamente o risco de gerar prejuízos de ordem financeira à Ré, além de romper com a fidúcia indispensável na relação empregado/empregador.

Destarte, ao contrário do que quer fazer crer o Recorrente, sua conduta desidiosa e insubordinada, em evidente descumprimento às normas gerais da empresa, causou não apenas prejuízo de monta considerável à empresa, mas demonstra ser insustentável a continuidade da relação empregatícia, ante a quebra da confiança entre as partes, fato suficiente a ensejar a pena de justa causa.

Deve-se, por fim, salientar a imediaticidade da pena, uma vez que, em pouco mais de 1 semana após a falta injustificada, foi o Reclamante dispensado, demonstrando a reprovação do empregador com o ato faltoso e afastando a hipótese de perdão tácito.

Com efeito, verifica-se que a empresa agiu dentro dos limites da lei, pois, como se pode vislumbrar, o Recorrente foi enquadrado nas alíneas 'e' e 'h', do art. 482, da CLT, quais sejam: desídia, diante da falta de atenção, no sentido de não se atentar para a ausência de 150 fardos de café, causando um prejuízo à Reclamada no valor de R$ 12.150,00, e ato de indisciplina ou insubordinação, ao descumprir tanto as regras dadas diretamente pelos superiores, quanto às normas gerais da empresa, ao entregar mercadorias que não lhe pertenciam à terceiros.

Diante dos elementos em destaque, impõe-se a manutenção da sentença primária, que manteve a justa causa aplicada, conquanto prejudicada, por culpa da empregado, a confiança indispensável à manutenção do pacto empregatício.

Ante o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao apelo do Reclamante, para manter a justa causa aplicada e a improcedência de todos os pleitos dela acessórios, assim como definido na origem.

b) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

O Reclamante (ID. 3eadf66 - Pág. 6) requer a exclusão da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que lhe foi imposta na origem.

O Magistrado de piso (ID. eed99d0 - Pág. 3) assim decidiu:

DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Considerando a sucumbência da parte autora quanto ao objeto da ação e o protocolo posterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, condena-se o reclamante ao pagamento de 10% de honorários sucumbenciais calculados sobre o valor da causa, em favor da reclamada, nos termos do art. 791-A da CLT.

Ante à concessão da justiça gratuita, fica suspensa a exigibilidade da condenação, podendo ser executada quando demonstrado pelo credor, no prazo de dois anos após o trânsito em julgado, que deixou de existir a condição de hipossuficiência da parte autora, consoante § 4º do art. 791-A da CLT.

Prejudicado o pedido de pagamento de honorários advocatícios contratuais diante da improcedência dos pleitos.

Examina-se.

De plano, cumpre destacar que a Lei n.º 13.467/2017 introduziu profundas alterações na CLT, estabelecendo, entre outras coisas, no novo art. 791-A, o pagamento de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Não obstante, é de se ressaltar que esta norma possui viés eminentemente material-processual, e não apenas processual, na medida em que, além de interferir na condução do processo, afeta diretamente o direito substantivo da parte.

Assim, não se tratando de norma exclusivamente processual, deve ser afastada a ideia de que a nova regra estabelecida pela Lei n.º 13.467/2017 mereça aplicação imediata aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Ademais, o art. 14, do CPC/2015, determina que tal cuidado seja tomado, inclusive, no caso de normas exclusivamente processuais, nos seguintes termos:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, ***respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.*** *(grifamos)*

Ressalte-se que o dispositivo transcrito resguarda, também, os atos processuais já praticados.

Com efeito, tendo a demanda sido ajuizada no dia 25/03/2019 (ID. 73a739b), sob a égide da nova lei, não há que se falar em violação ao princípio da segurança jurídica.

Dito isso, considerando a manutenção da improcedência dos pedidos da exordial, deve ser mantida a condenação do Autor ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Logo, **nega-se provimento** ao apelo do Reclamante, para manter o pagamento de honorários advocatícios ao patrono da Reclamada, mantendo-se, ainda, suspensa a sua exigibilidade, em consonância com o § 4º, do art. 791-A, da CLT.

(...)'

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, como por exemplo, de que nunca cometeu nenhum ato de improbidade, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0002390-66.2015.5.11.0007

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	LUCIBERTO DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

- LUCIBERTO DE SOUZA OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MOZART VICTOR RUSSOMANO e OUTROS (DF
Recorrido(a)(s):	LUCIBERTO DE SOUZA OLIVEIRA
Advogado(a)(s):	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. 725389b ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id.05f3f72).

Regular a representação processual (id. 8ab6bd4; c4df946; 431fb05; b1768be; 262b535; eb9a7d1).

Satisfeito o preparo (ids. 11b7cd0, 7980c3b, cb5321c e b47a9a6).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Categoria Profissional Especial/Bancários/Colocação ou Venda de Papéis / Valores Mobiliários.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que, embora o acórdão tenha reconhecido o direito do reclamante ao recebimento de comissões pela venda de produtos não bancários, inexiste pactuação acerca do pagamento de comissoes pela venda de tais produtos. Sustenta ainda que 'A condição pessoal do autor - empregado bancário - nitidamente lhe confere a capacidade de realizar a atividade de venda de produtos do banco e demais empresas do grupo econômico, sem que isto implique alteração substancialmente lesiva ao seu contrato de trabalho'.

Deste modo, concluiu, por intermédio dos arestos transcritos, que a venda de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário, portanto, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado.

Em razão do exposto, requer a reforma do acórdão recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 7980c3b):

'(...)

Comissão pela venda de produto não bancário

Alega o autor, em resumo, que foi obrigado a realizar a venda de produtos não-bancários, tais como cartões de crédito, planos de seguro empresarial, de vida e automóveis, consórcios, planos de previdência, dentre outros, sem que houvesse qualquer contraprestação pecuniária para tanto. Afirma que prospectava o negócio, colhia a assinatura do cliente, debitava na conta e, ao final da venda, quem recebia a comissão era o terceiro (corretor). Aduz que existiam metas a serem atingidas e que a decisão monocrática não se harmoniza com a Súmula nº 93 do TST, merecendo reparo.

Em contestação, o reclamado aduziu que os produtos do Banco, como cartões de crédito, títulos de capitalização etc., são vendidos por seus empregados, sem que haja qualquer pagamento de comissão, vez que essas vendas fazem parte dos trabalhos desenvolvidos; e que os produtos da Bradesco Vida e Previdência S/A e Bradesco Seguros S/A, como seguros de vida, planos de previdência, consórcios etc., são vendidos por corretores/concessionários terceirizados.

Em depoimento pessoal o autor ratificou que vendia produtos bancários e não bancários.

O preposto, por sua vez, disse:

que entre as metas do POBJ há metas de produtos bancários e não bancários; que o corretor não é bancário ... é um prestador de serviço PF ou PJ; que o corretor recebe comissão dos produtos que comercializa; que o corretor não tem acesso ao extrato e saldo do cliente; que o gerente assina um documento autorizando o débito nas contas-correntes dos clientes, se se tratar de um débito de sua alçada, inclusive em relação aos produtos não bancários; que as propostas/contratos dos produtos não bancários podem ser por meio virtual ou físico; que nas agências dos interiores do Estado havia corretores; que nos PABs e PACs do interior também são

atendidos por corretores, ainda que não lotados fisicamente em tais locais; que há reuniões para tratar das metas do POBJ.

As testemunhas do reclamante, uníssonas, ratificaram a obrigatoriedade de vender produtos bancário e não bancários, sem a percepção de qualquer contraprestação:

Mauriceia Maia Rattes - que trabalhou na reclamada de 1994 até 2015, exercendo as funções de caixa e gerente PJ, porém atuou como gerente de PAB e PF; que trabalhou com o reclamante na agência Educandos de 2010 até o final de 2014; que quando trabalhou com o reclamante exercia o cargo de gerente PJ; que comercializava os seguintes produtos não bancários: cartão de crédito, título de capitalização, consórcio, Bradesco Previdência e produtos da Bradesco Seguro; que havia reuniões diárias para cobrança das metas de venda dos produtos não bancários; que quando foi contratada não houve a informação de que comercializaria produtos não bancários; que a venda dos produtos não bancários ocorre da seguinte forma: oferecimento dos produtos por ocasião das visitas aos clientes ou comparecimento destes na agência, preenchimento da proposta, débito do produto na conta do cliente e entrega da proposta ao gerente administrativo da agência; que a venda passa a valer a partir do momento em que o cliente assina a proposta; que o reclamante e demais empregados da reclamada efetuam a venda dos produtos não bancários, ressaltando que as metas dos gerentes são maiores que as dos demais empregados; ... que não se recorda que tenha recebido o normativo 001 quando foi promovida para gerente de PJ; que não foi informada por ocasião de sua promoção que venderia produtos não bancários.

Márcio Alves Pinto - que trabalhou no reclamado de 1/10/2007 a 16/7/2015, exercendo as funções de escriturário, caixa, supervisor administrativo e gerente administrativo; que trabalhou junto com o reclamante na agência Educandos de 1/10/2007 até dezembro/2012; que os produtos não bancários eram a capitalização, consórcio, previdência privada, plano de saúde e cartão de crédito; que realizava a comercialização de tais produtos, não tendo sido informado acerca da referida comercialização por ocasião de sua admissão; que o gerente geral da agência atribuía aos empregados as metas para comercialização dos produtos não bancários; que os empregados sempre atingiam a meta de 100%; que o corretor recebe comissão pelos produtos não bancários; que os empregados do reclamado não recebiam comissão pela comercialização dos produtos não bancários; que o POBJ é o programa de objetivos do banco; ... que as metas dos produtos não bancários são as mesmas para os setores administrativo e comercial; que quando foi promovido para gerente administrativo não houve a menção de que receberia comissão pela venda de produtos não bancários e sequer foi mencionado que teria que vender tais produtos.

A testemunha do banco, Elyzane Carvalho Barbosa, de igual sorte, confirmou a tese autoral sobre as vendas de produtos bancários e não bancários. Vejamos:

que trabalha para o reclamado desde 2007 e exerceu as seguintes funções: atendente, caixa e gerente assistente; que trabalhou junto com o reclamante na agência Educandos até a transferência do reclamante da referida agência; que os produtos bancários são: capitalização, cartão de crédito, empréstimo; que os produtos não bancários são: consórcios e seguros; que não foi pactuado o pagamento de comissão pela venda de produtos bancários; que os empregados oferecem aos clientes os produtos bancários e não bancários, porém a concretização da venda é concretizada pelo corretor de seguros; que os empregados têm ciência por ocasião da admissão que terão que oferecer os produtos bancários e não bancários; que a agência do Educandos possuía 3 corretores, que ficavam lotados na agência; que o POBJ é o programa de objetivos do banco; que a produção do corretor lotado na agência integra o POBJ da agência; que o bancário não tem acesso ao sistema da seguradora; que concretização da proposta do produto não bancário é realizada pelo corretor de seguros, já que somente este tem acesso ao sistema da seguradora para tanto; que não sabe informar o que é SUSEP; que os corretores sempre visitam os clientes junto com os gerentes; que a proposta tem que ser implementada no sistema da seguradora, caso contrário não é possível o débito do produto na conta do cliente; que há metas para produtos bancários e não bancários; que essas metas são da agência, não dos empregados individualmente; ... que o bancário autoriza o débito do produto bancário ou não bancário na conta do cliente; que ao final do expediente o corretor dos seguros pega todos os contratos debitados com a gerente administrativa pra inserir no sistema da seguradora; que o primeiro débito não depende da implementação do produto no sistema da seguradora, mas apenas os débitos subsequentes; que a agência Educandos é de porte grande; que há reuniões diárias na agência para tratar das metas, inclusive dos produtos bancários e não bancários; que o bancário pode colher os dados do cliente para o preenchimento da proposta dos produtos.

A 3ª testemunha do reclamante (Elisa Drumond Parente) e a 2ª testemunha do banco (Tereza Araújo Arantes) foram dispensadas sem objeções.

Dos elementos colhidos, dúvidas não persistem quanto ao reclamante realizar negociações de produtos bancários e não bancários, como admitiram o preposto e as três testemunhas.

No segmento em apreço (bancário) o empregado apenas faz a intermediação da operação de venda, oferecendo produtos com

aceitação no mercado a clientes (correntistas) selecionados com potencial de compra, no seu próprio local de trabalho, nada parecido com o genuíno vendedor que sai à cata de possíveis clientes nos mais variados lugares, tentando convencê-los a adquirir um produto muitas vezes não conhecido, percebendo comissões mínimas de 1% a no máximo 10%.

Se o empregado beneficia-se dos lucros da instituição bancária (PLR), com igual denodo deve participar do seu incremento. É uma operação de mão dupla: vender mais para ganhar mais, sendo equivocado o raciocínio de que se trata de uma exploração. Em verdade, é favorecido por ela. Todos os produtos: cartões de crédito, títulos de capitalização, seguros de vida, planos de previdência, consórcios pertenciam ao banco ou às empresas de seu grupo.

Por sua vez, os bancos não podem exigir de seus colaboradores uma tarefa que não ajustou, sem recompensá-los pecuniariamente no caso de um resultado positivo.

A saída para o impasse estaria na previsão contratual da atividade de intermediação de vendas (algumas delas a cargo exclusivo de corretores profissionais), como atribuição natural do cargo. Portanto, estabelecer no contrato de trabalho as atividades de angariar, intermediar e finalizar a venda de produtos, independente das que são próprias ao bancário, com a fixação dos percentuais de comissão, seria a garantia de solução para essa tormentosa questão.

O exercício de atividade alheia ao contrato, sem a retribuição pecuniária correspondente, acarreta o enriquecimento sem causa do empregador, impondo-se compeli-lo ao devido pagamento.

Inexiste nos autos prova de que no contrato de trabalho da autora estaria inclusa tal atividade extra.

No que diz respeito ao fato de alguns produtos pertencerem a empresas do mesmo grupo, nenhuma irregularidade constitui, uma vez que todas elas são solidariamente responsáveis pelos contratos de trabalho dos empregados de cada uma (art. 2º, § 2º, da CLT).

Também irrelevante o fato de determinadas vendas serem atribuídas exclusivamente a corretores, nos termos da Lei nº 4.594/64, pois, como dito antes, o bancário apenas oferece, intermedeia a operação.

A Súmula nº 93 do TST dispõe:

BANCÁRIO. Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papeis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso do banco empregador.

No caso presente, o reclamante vendia os produtos e não recebia comissões.

Assim, dá-se provimento ao recurso, neste aspecto, para deferir ao reclamante um plus salarial por mês, equivalente a comissões, da ordem de 10% do salário básico (em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade), no curso do período imprescrito, já que se desconhece a frequência e a totalidade dessas vendas.

Devidos os reflexos da parcela em férias + 1/3, 13º salário, FGTS (8% + 40%), horas extras e intervalares e PLR.

Indefere-se a projeção nos repousos remunerados uma vez que o percentual incide sobre o salário do mês, já alcançando sábados, domingos e feriados, de forma que um novo reflexo configuraria bis in idem.

Reforma-se a sentença nesta parte.

(...)'

Primeiramente, não se vislumbra possível violação aos dispositivos legaismencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Todavia, aparte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, de seguinte teor:

[...] BANCÁRIO. COMISSÕES PELA VENDA DE PRODUTOS DE EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO DO EMPREGADOR. 2.1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamado para excluir da condenação as comissões deferidas ao reclamante pela venda de produtos de empresas pertencentes ao grupo econômico do empregador. 2.2. Na hipótese, consta do acórdão regional, transcrito pela Turma, que o Banco obrigava os empregados, mediante imposição de metas, a venderem produtos como consórcio, capitalização e seguros, de empresas coligadas, durante o horário de trabalho. Também ficou registrado que nunca houve promessa ou acordo do réu no sentido de pagamento de comissões aos bancários, e que elas eram destinadas aos corretores. 2.3. Dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT que, 'à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal'. A comercialização de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário. Assim, não há empecilho a que, ainda que não

discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-ARR - 3666100-12.2009.5.09.0011, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001836-48.2017.5.11.0012

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR
Advogado(a)(s):	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -
Recorrido(a)(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MAURO PAULO GALERA MARI (AM - 877)

DO PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido (id. 21bd7f9) de intimação exclusiva ao patrono Mauro Paulo Galera Mari, ante a verificação de ausência de poderes nos autos. Destaco que, a despeito do documento de id. 572f103, a parte recorrente, em 19/2/2018, efetuou a juntada de nova procuração e substabelecimentos aos autos (ids. 7b4e817 e 3fb30f4), dos quais não consta o nome do referido advogado, tampouco ressalva de poderes conferidos aos antigos patronos, o que implica revogação tácita do mandato anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. c70c8de; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 4ac377f).

Regular a representação processual (id. 49e8124).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. f8b9d94), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada/Jornada Contratual de 6 Horas - Prorrogação.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Alega o recorrente que extrapolava habitualmente a jornada contratual de seis horas, sem o devido intervalo intrajornada de uma hora. Ressalta que o próprio ponto eletrônico do recorrente denuncia a realização de horas extras habitualmente, sem a concessão do intervalo intrajornada mínimo de uma hora.

Consta no v. acórdão (id. 3a82fab):

'(...)

Horas intrajornada. Indenização por danos morais

O Reclamado se insurge contra a sentença de origem que deferiu o pagamento de horas intrajornada, aduzindo que o intervalo intrajornada de 1 hora é inaplicável ao contrato de trabalho do Reclamante por possuir jornada contratual diária de 6 horas e não haver extrapolação habitual de tal período. Alternativamente, pugna pela condenação apenas da parte suprimida do intervalo e que sejam extirpados os reflexos da aludida verba.

Ao exame.

A leitura da peça de ingresso sobre a matéria em questão revela que o Reclamante não indicou a causa de pedir fática correspondente ao seu contrato de trabalho apta a ensejar o pagamento de horas extras intrajornada.

Consta da petição inicial:

No período de Abril de 2013 a Novembro de 2016 (44 meses), o reclamante tinha jornada contratual controlada de seis horas diárias, todavia, gozava de no máximo quinze minutos para intervalo intrajornada.

(...)

Uniformizado é o entendimento do C. TST através da Súmula 437 quanto ao pagamento integral da hora acrescido de 50% mesmo que parcialmente gozado pelo empregado, sendo reconhecida ainda sua natureza salarial (...)

Dessa forma, requer a condenação do reclamado ao pagamento de uma hora extra com adicional de 50% de segunda a sexta (...)

Do que se vê, o Reclamante não alegou na fundamentação de seu pedido que houve habitual extrapolação da jornada de trabalho apta a atrair a aplicação da Súmula nº 437, IV, do TST.

Em verdade, a narrativa de jornada contratual de seis horas diárias e gozo de 15 minutos de intervalo se amolda à hipótese legal do art. 71, §1º, da CLT.

Poder-se-ia alegar que houve tal informação na causa de pedir para a indenização por danos morais. Assim consta no referido tópico:

Por todo o período laboral, como declinado acima, o reclamante sempre trabalhou em jornada superior a seis horas diárias e nunca teve respeitado o seu direito legal ao gozo de, no mínimo, uma hora de intervalo intrajornada, posto que sempre laborava em sobrejornada e gozava de no máximo 30 minutos de intervalo.

Apesar disso, tal alegação não foi utilizada para subsidiar o pedido de horas intrajornada, como exige a melhor técnica processual. Por outro lado, ainda que se admitisse a utilização de tal informação como causa de pedir para a matéria em análise, há informação contraditória quanto ao intervalo efetivamente gozado e, ainda, não há especificação de qual a jornada efetivamente trabalhada, com mero uso da expressão genérica 'sempre trabalhou em jornada superior a seis horas diárias'.

Por todo o exposto, entendo que a causa de pedir do pedido de horas intrajornada deve se limitar à informação prestada na petição inicial quanto ao labor em seis horas diárias e usufruto de 15 minutos de intervalo.

Nesse contexto, não faz jus o trabalhador a 1 hora de intervalo, motivo por que deve ser reformada a sentença de origem que deferiu horas extras intrajornada sob o fundamento de ausência de gozo integral da hora intervalar.

Acolho, por isso, o apelo do Reclamado e reformo a sentença para excluir da condenação o pagamento de horas extras intrajornada e seus reflexos.

Em razão do convencimento sobre a inexistência de extrapolação da jornada de trabalho e de supressão do intervalo intrajornada, fica prejudicado o pedido de indenização por danos morais, objeto de insurgência recursal por parte do Reclamante.

Mantida, pois, a sentença que o indeferiu.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000028-37.2019.5.11.0012

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	CONTROL CONSTRUCOES LTDA.
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA RIBEIRO(OAB: 7080/AM)
RECORRIDO	LEONARDO PEREIRA MAIA NETO
ADVOGADO	LUIS ROBERTO PAIVA FILHO(OAB: 8628/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTROL CONSTRUCOES LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	CONTROL CONSTRUCOES LTDA.
Advogado(a)(s):	HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (exclusividade - id. 322864c)
Recorrido(a)(s):	LEONARDO PEREIRA MAIA NETO
Advogado(a)(s):	LUIS ROBERTO PAIVA FILHO (AM - 8628)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 391a2cd; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 322864c).

Regular a representação processual (id. 968cf0b, c5815eb).

Satisfeito o preparo (ids. 0ba047c, a79e1f7, 28167bb e 800f46f, e99881c).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho/Justa Causa / Falta Grave.

Alegação(ões):

- violação da (o) alínea 'b' do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 158 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega que o acórdão merece ser reformado, para restabelecer a validade da dispensa por justa causa apliocada em face do reclamante.

Assevera que o presente recurso de revista não impõe a reanálise de provas produzidas nos autos, pois, uma breve análise do acórdão informa que o próprio Tribunal, na descrição da análise do processo, aponta conduta irregular do recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 0ba047c):

'(...)

Da reversão da justa causa

Recorre o reclamante reiterando a tese de que não praticou a falta alegada pela reclamada a legitimar a aplicação da pena de justa causa. Para tanto, suscitou que não contribuiu para a causa e para o resultado do acidente, pois usava todos os equipamentos de segurança, no momento do infortúnio.

Além disso, a reclamada tratou com desigualdade o autor e o seu superior, porque, enquanto o primeiro foi dispensado por justo motivo, Sr. Sandoval foi suspenso e, depois, desligado sem justa causa.

Em face do princípio da continuidade da relação empregatícia, é do empregador o ônus de provar a ocorrência de infração grave do laborista que caracterize a justa causa para o despedimento, porque se trata de fato impeditivo dos direitos próprios da despedida menos gravosa ao empregado.

Outro aspecto a ser observado, antes de se analisar o conjunto probatório, é que o exercício do poder disciplinar pelo empregador encontra limitações jurídicas, sujeitando-se essa prerrogativa empregatícia à obediência de regras e princípios jurídicos peculiares a todo o direito sancionador, embora com especificidades na seara trabalhista.

A doutrina mais abalizada preconiza a coexistência de três requisitos para ser validamente exercitado o direito disciplinar por parte do empregador, a saber: i) requisitos objetivos, consistentes

na tipicidade e na gravidade da conduta do empregado; ii) requisitos subjetivos, aqueles que dizem respeito à autoria da infração e ao dolo e culpa do empregado em relação ao fato imputado; iii) requisitos circunstanciais, sendo o nexo causal entre a falta e a penalidade, a imediatidade da punição, a ausência de perdão tácito, o caráter pedagógico da penalidade aplicada, entre outros.

In casu, o ex-empregador pôs fim ao contrato de trabalho havido com o reclamante, pela modalidade mais gravosa (justa causa), capitulando a suposta transgressão como mau procedimento, (art. 482, 'e', da CLT). Isso porque, entendeu que o autor praticou ato inseguro durante o exercício de suas funções, ao retirar as luvas de proteção, fator este que foi determinante para a ocorrência do acidente de trabalho.

De acordo com a CONTROL CONSTRUÇÕES LTDA., no dia 16/07/2018, o autor, junto com a sua equipe, estava realizando substituição de cruzetas em um poste com duas estruturas. Após a realização da substituição da estrutura superior, quando já estava efetuando a substituição da estrutura inferior, desenergizada, o reclamante retirou a sua luva para desapertar uma porca. Neste momento, o empregado encostou as costas na estrutura e, em decorrência de estar sem suas luvas e segurando a cruzeta, sofreu uma descarga elétrica, que provocou queimaduras no braço e nas costas, sendo socorrido imediatamente pelo Encarregado e conduzido ao Hospital 28 de Agosto.

A testemunha arrolada pelo reclamante confirmou a versão narrada na inicial, de que o Sr. LEONARDO PEREIRA MAIA NETO usava todos os equipamentos de proteção no instante do acidente. Declarou, ainda, o seguinte:

'que estavam presentes no dia do acidente, Mauro (depoente), Leonardo, Edinei (motorista) e Marcos Madureira e o Sr. Sandoval (encarregado); que o acidente ocorreu por volta de meio dia; que o depoente estava no cesto ao lado do reclamante; que somente escutou o barulho do choque; que o reclamante sempre usava luva; que a luva da reclamada não isola 100% e que mesmo assim pode pegar choque; que o reclamante recebeu a descarga elétrica nas costas;'

Por sua vez, a testemunha arrolada pela reclamada alegou que participou das investigações do acidente do reclamante. Relatou que a conclusão da investigação foi de que o autor não usava o prendedor na cobertura e, tampouco, utilizava luva, no momento do infortúnio.

Ocorre que, embora exista divergência sobre o uso da luva isolante pelo autor, no momento do acidente, o certo é que a provas documentais e testemunhais não demonstram com firmeza que o evento teria sido evitado caso o empregado estivesse utilizando o equipamento. Isso porque o reclamante sofreu a descarga elétrica nas costas e não na mão sem proteção, conforme aponta a Ficha de Investigação de Acidentes (id b17f0fa). Além disso, o preposto da reclamada, engenheiro eletricista, não deu certeza de que o uso da luva evitaria o incidente, ao afirmar 'que tecnicamente se o reclamante estivesse de luva, mesmo que batesse nas costas, não sofreria a descarga com diferença de potencial, não tomaria choque'.

O fato da parte autora ter recebido a descarga elétrica nas costas, por encostá-la em uma parte viva da estrutura, demonstra que a rede deveria ter sido desativada, o que certamente evitaria o acidente. Outro ponto importe, é que a Ficha de Investigação de Acidentes apontou que a estrutura rígida não estava fixa e que a equipe não observou.

Com efeito, mesmo na hipótese de ter o empregado descumprido procedimentos de segurança do trabalho, o tratamento dispensado ao reclamante foi mais rigoroso do que aquele dado ao seu Encarregado, Sr. Sandoval. Isso porque, mesmo sendo o responsável pela supervisão do serviço do autor, o Sr. Sandoval foi suspenso e desligado sem justo motivo.

A aplicação da justa causa deve observar, dentre outros princípios, o da isonomia. Assim, muito embora a suposta falta cometida pelo reclamante possibilitasse a dispensa por justa causa, a empresa, ao agir de forma mais branda com o Encarregado, Sr. Sandoval, não tratou os empregados com igualdade, gerando uma assimetria nas penas aplicadas.

Desse modo, caracterizado o tratamento discriminatório entre os empregados e por não ter sido comprovada a culpa exclusiva da vítima, reformo a sentença de origem, para converter a dispensa motivada, em dispensa sem justa causa.

Em razão da reversão da dispensa motivada, condeno a reclamada ao pagamento de verbas trabalhistas correspondentes a uma dispensa sem justa causa (aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, FGTS 8%+40% sobre a rescisão, multa de 40% do FGTS, além do saque dos depósitos fundiários realizados durante a vigência do pacto laboral).

Quanto à indenização substitutiva do seguro-desemprego, comungo do entendimento de que não há em nosso ordenamento jurídico amparo à conversão da obrigação imposta à empregadora em indenização substitutiva.

Emerge, da inobservância da obrigação de fazer, apenas a multa prevista pelo art. 25 da Lei nº 7.998/90, cuja imposição compete às Superintendências Regionais do Trabalho (§ 1º do citado artigo), ao tempo em que o valor arbitrado reverte-se a favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Assim, por falta de amparo legal, indevida é a conversão da obrigação de fazer em obrigação de dar, sob pena de afronta ao art.

5º, II, da Lei Maior.

(...)'

No presente caso, a Turma concluiu que, ainda que o empregado tenha descumprido procedimentos de segurança do trabalho, o tratamento dispensado ao reclamante foi mais rigoroso do que aquele dado ao seu Encarregado, Sr. Sandoval. Isso porque, mesmo sendo o responsável pela supervisão do serviço do autor, o Sr. Sandoval foi suspenso e desligado sem justo motivo. Ressaltou ainda o Colegiado quea justa causa deve observar, dentre outros princípios, o da isonomia, de modo que,muito embora a suposta falta cometida pelo reclamante possibilitasse a dispensa por justa causa, a empresa, ao agir de forma mais branda com o Encarregado, Sr. Sandoval, não tratou os empregados com igualdade, gerando uma assimetria nas penas aplicadas. Por fim, entendeu a Turma que restoucaracterizado o tratamento discriminatório entre os empregados e por não ter sido comprovada a culpa exclusiva da vítima.

Deste modo, bserva-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial. Destarte,o deslinde da controvérsia transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão, sobretudo porqueo posicionamento adotado no acórdão recorrido reflete a interpretação dada pelo Colegiado aos preceitos legais que regem a matéria. Essa ofensa, ainda que fosse possível admiti-la, seria meramente reflexa, insuficiente, portanto, para autorizar o trânsito regular do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001550-94.2017.5.11.0004

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	EDUARDO PEREIRA TOMITAO(OAB: 166854/SP)
RECORRIDO	SATIRO DA SILVA
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	SCORPIOS DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(a)(s):	EDUARDO PEREIRA TOMITÃO (EXCLUSIVIDADE -
Recorrido(a)(s):	SATIRO DA SILVA
Advogado(a)(s):	JOCIL DA SILVA MORAES (AM - 1298)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. e5ff3c8; recurso apresentado em 27/08/2019 - id. 5d9f160).

Regular a representação processual (id. 1964e69).

Satisfeito o preparo (ids. b5faa1c, 80a638c, 80a638c e 67ba7b1).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Diferenças por Desvio de Função.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal.

- violação da (o)parágrafo único do artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Alega que o acórdão merece reforma porque o recorrido jamais desempenhou a atividade de ferramenteiro, tendo sido as sus tarefas inerentes à função que executava, motivo pelo qual é indevido o pagamento de diferenças salariais, ou seja, todas as suas tarefas eram compatíveis com o seu cargo e com a sua condição pessoal.

Consta no v. acórdão (id. fd770f1):

'(...)

MÉRITO

RECURSO DA RECLAMADA

a) DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS

Insurge-se a Reclamada contra a condenação primária ao pagamento de diferenças salariais e reflexos, decorrentes do reconhecimento do labor em desvio de função pelo Autor. Para tanto, argumenta que a prova dos autos demonstra que o Recorrido jamais exerceu a função de ferramenteiro, mas sempre teria laborado na função contratada (meio oficial).

No aspecto, a sentença primária foi assim fundamentada (ID. b5faa1c - Pág. 2):

*II - **Do desvio de função***

O autor pugna pelo recebimento de acréscimo salarial, no percentual de 40%, por alegado desvio de função. Afirma que, a partir de junho de 2012, passou a exercer a função de ferramenteiro, no entanto, a reclamada o classificou em sua CTPS como meio oficial 1, função esta inferior àquela.

A empresa alega que o empregado, desde novembro de 2012, exerce a função de Meio Oficial de Ferramentaria I, razão pela qual pugna pela improcedência do pedido.

Em audiência colheu-se o depoimento da testemunha ALZEMIR NEVES BEZERRA:

(...)

A partir desse relato, tem-se que o reclamante exercia efetivamente a função de ferramenteiro, não tendo sido reclassificado para a atividade por razões burocráticas, como a da falta de curso específico e as 'razões de ajuste salarial'. Porém, pelo princípio da primazia da realidade, bem ilustrado na expressão da testemunha de que o reclamante começou a ser ferramenteiro por conta de seu bom , deve-se reconhecer seu direito decorrente desse que, um pouco desempenho mais até do que 'desvio de função', seria uma notória 'promoção' que apenas não se aperfeiçoou oficialmente.

Do exposto, decido acolher o pedido do reclamante, deferindo-lhe os pleitos de adicional de 40% sobre seus salários de 1º/11/2012 até 25/08/2015, considerando a evolução salarial do empregado, mais reflexos sobre aviso prévio indenizado (51 dias), 13º salário do período do deferimento e FGTS - 8% mais 40%.

No que concerne aos reflexos sobre férias, acolho parcialmente o pedido, deferindo-o sem a dobra, considerando que, se as férias foram concedidas e pagas tempestivamente conforme a remuneração indiscutível a sua época, não existe fundamento legal para 'dobrá-las' em relação a reflexos de consectários reconhecidos apenas posteriormente e por decisão judicial, que, por sua natureza, presume a controvérsia.

Examina-se.

Nos termos do artigo 456, parágrafo único, da CLT, presume-se que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal. Ou seja, o labor prestado ao mesmo empregador, durante a jornada ordinária, no desempenho de tarefas afins à função exercida, não constitui fundamento ao direito de percepção de um plus salarial.

Não obstante, verificado abuso do exercício do jus variandi do empregador, entendido como os poderes que lhe são conferidos para organizar, controlar e fiscalizar seu empreendimento, deverá o Poder Judiciário, reconhecendo a ilegalidade, corrigir as distorções geradas pela situação anômala e determinar o pagamento de eventuais diferenças salariais, de modo a repelir a alteração contratual lesiva (art. 468 da CLT) e evitar o enriquecimento ilícito, previsto no art. 884 do Código Civil.

O desvio de função implica modificação, pelo empregador, das funções originariamente conferidas ao empregado, destinando-lhe atividades, em geral, mais qualificadas, sem a remuneração correspondente, o que é rechaçado nesta Especializada.

Passa-se, portanto, à analise da prova produzida, a respeito das atividades narradas como exercidas em desvio de função pelo trabalhador.

Na inicial, o Reclamante narrou que exerceu as funções de Ferramenteiro, no período de 01/11/2012 a 25/08/2015, embora formalmente registrado como 'Meio Oficial 1 de Ferramentaria' em sua CTPS, descrevendo as seguintes atividades (ID. 0aa0fe9 - Pág. 2):

*Esclarece o reclamante que, a partir junho/2012 exercia função de ferramenteiro, a reclamada classificou o reclamante em sua CTPS como meio oficial 1 em 01/11/2012, sendo certo que jamais exerceu esta função. O reclamante considera que no período de junho a outubro de 2012, o reclamante realizou tarefas de ferramenteiro porem estava em treinamento e aprendizado, **por este motivo é que considera para efeito de pedido de desvio de função o período de 01/11/2012 até 25/08/2015***

*E **como ferramenteiro passou a executar as seguintes tarefas:***

manutenção de dispositivo preventiva e corretiva, confecção de peças de reposição, realização de set-ups, correção dimensional, responsável pela linha célula 2 e pelo tray-out modelo novo.

No mesmo sentido, a Reclamada acostou documentação contendo a descrição do cargo de Ferramenteiro, que prevê (ID. 141f0aa):

- Ler, interpretar e analisar desenhos técnicos e tolerâncias dimensionais.

- Realizar a manutenção preventiva de ferramentas e dispositivos conforme planejamento da Ferramentaria de Manutenção.

- Realizar a manutenção corretiva de ferramentas e dispositivos conforme necessidade da produção.

- Solicitar ao superior imediato, os desenhos dos detalhes da ferramenta ou dispositivo em manutenção, quando necessário.

- Analisar o desenho ou croqui da ferramenta ou dispositivo a ser consertado, programando as atividades a serem realizadas.

- Confeccionar e ajustar peças a serem substituídas em ferramentas e dispositivos. Esporadicamente executar o tratamento térmico nas peças.

- Realizar o tryout das ferramentas e dos dispositivos nos quais executa a manutenção e anotar as ocorrências no Check List de manutenção preventiva de ferramentas e dispositivos e na ficha de manutenção de ferramental.

- Analisar o relatório dimensional do produto, observando a condição da peça em relação ao desenho do produto utilizado para a construção das ferramentas ou dispositivos. Solicitar orientação ao superior imediato em caso de dúvida.

- Atender a solicitação de manutenção de ferramenta ou dispositivo em produção, conforme orientação do superior imediato, verificando possibilidade de executar a manutenção da ferramenta ou dispositivo no próprio posto de trabalho.

- Anotar quantidade de horas dos trabalhos realizados em fichas de apontamento relativas às ordens de serviço.

- Sugerir modificações nas ferramentas, dispositivos ou processos, sempre que identificar oportunidades de melhoria.

- Comunicar ao superior imediato situações que afetem seu trabalho, tais como falta de materiais, quebra de máquinas ou equipamentos.

- Instruir os Auxiliares e Meio Oficiais sobre a maneira correta de executar os serviços.

- Manter a limpeza das máquinas e/ou equipamentos, instalações e a organização do seu local de trabalho, conforme Programa 5S.

- Prevenir acidentes, realizando o trabalho de forma segura, utilizando todos os EPIs e EPCs obrigatórios por lei, conforme o risco da atividade exercida, bem como os EPIs e EPCs exigidos em outras áreas em que venha a transitar.

- Realizar suas atividades cumprindo os requisitos legais ambientais, bem como normas e procedimentos internos aplicáveis à sua função. Identificar oportunidades de melhoria que contribuam para a racionalização de recursos e insumos e para a redução de resíduos que possam causar impactos ao meio ambiente.

Com efeito, o exercício das tarefas inerentes ao cargo de ferramenteiro foram robustamente comprovados pela prova oral, senão vejamos.

Ab initio, cumpre ressaltar que o preposto da Reclamada confirmou que o Autor laborava no setor de ferramentaria, mesmo local onde foi realizada a perícia referente ao laudo de ID. 158cd21 - Pág. 6, juntado como prova emprestada pelo Autor.

Assim dispôs (ID. 09d5bc4 - Pág. 1):

INTERROGADO(A) PREPOSTO(A) DA RECLAMADA DECLAROU: 'que trabalha para a reclamada desde 2014; que conheceu o reclamante da empresa; que não conheceu o sr. Afonso; que o setor de RH não teve conhecimento de que o reclamante tenha exercido em algum momento a função de ferramenteiro; ***que o reclamante trabalhava no setor de ferramentaria; que as fotos que constam da fl. 18 dos autos são do setor da ferramentaria.' Nada mais****. ÀS PERGUNTAS DE SUA PATRONA DECLAROU: 'que tem conhecimento apenas de que houve solicitação do reclamante para meio-oficial'. Nada mais foi perguntado.*

Neste contexto, a testemunha ratificou a tese exordial, no sentido de que o Autor laborava, de fato, como Ferramenteiro, a saber (ID. 09d5bc4 - Pág. 2):

TESTEMUNHA ALZEMIR NEVEZ BEZZERA

(...) 'que trabalhou na reclamada de 01/10/2010 a 05/04/2014; que iniciou como ferramenteiro e após 1 ano foi efetivado como encarregado de ferramentaria; ***que o reclamante trabalhou na ferramentaria; que a figura 2 que consta da fl. 18 corresponde à ferramentaria; que o reclamante trabalhava nesse local; que houve uma seleção interna para auxiliar de ferramentaria, na qual o reclamante foi aprovado; que o reclamante por razões de ajuste salarial foi encaixado como meio-oficial de ferramentaria; que devido ao bom desempenho o reclamante começou a desempenhar atividade de ferramenteiro; que o reclamante continuou fazendo os serviços de ferramenteiro.****' Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO(A) PATRONO(A) DO RECLAMANTE DECLAROU: 'que o ferramenteiro fazia atendimento de ocorrências nas linhas de produção de solda, set up ferramental, ajuste dimensional de desenho técnico, preventivos programados, confecção de peças para reposição ferramental, utilização de maquinas operatrizes; que na época da saída do depoente o reclamante estava atuando como ferramenteiro.' Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO(A) PATRONO(A) DA RECLAMADA DECLAROU:*

'que o depoente fez solicitação para o reclamante ser promovido a ferramenteiro; que na época o reclamante ainda não tinha curso de ferramenteiro, mas tinhas os outros; que o depoente inclusive solicitou ao reclamante que fizesse o curso no SENAI; que a empresa exige para iniciar como ferramenteiro que tenha o curso de ferramentaria e 6 meses de experiência; que o reclamante foi acompanhado no início e recebeu treinamento nas máquinas.' *Nada mais foi perguntado. (grifou-se)*

Extrai-se do depoimento supra que o Autor desempenhou, de fato, as atividades de ferramenteiro no período vindicado, sendo registrado formalmente como meio-oficial apenas por razões administrativas e organizacionais da empresa, embora esta estivesse ciente de que o registro na CTPS do empregado não correspondia com a realidade.

Em cautela, ressalte-se que o fato de o empregado não possuir o curso específico de ferramentaria, conforme pontuado na tese patronal, não afasta seu direito ao pagamento de diferenças salariais, uma vez que a testemunha foi clara ao dispor que o Autor foi acompanhado e recebeu treinamento para desempenhar as atividades de ferramenteiro, nas quais trabalhou em flagrante desvirtuamento do pactuado.

Comprovada, portanto, que o empregador alterou as funções formalmente conferidas ao empregado, destinando-lhe atividades mais qualificadas e sem a remuneração correspondente, em evidente desvio de função.

Com relação ao percentual, entende-se correta a decisão de origem também no ponto, ao deferir o obreiro o pagamento do adicional de 40% sobre o valor dos salários recebidos pelo empregado de 01/11/2012 até 25/08/2015, haja vista que a prova oral produzida foi contundente ao demonstrar que o Autor realizava tarefas diversas e mais complexas que aquelas inicialmente contratadas, durante toda a jornada laboral, sem a devida remuneração.

Logo, correta a sentença primária ao deferir o pagamento das diferenças salariais por desvio de função e reflexos, motivo pelo qual **NEGA-SE PROVIMENTO** ao apelo ordinário da Reclamada no ponto.

(...)'

No presente caso, a Turma formulou o seu entendimento de quea recorrentealterou as funções formalmente conferidas ao empregado, destinando-lhe atividades mais qualificadas e sem a remuneração correspondente, em evidente desvio de função. Tal conclusão fora alcançada por intermédio de prova documental e testemunhal.

Portanto, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial. Destarte, considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados, conforme exige a alínea 'c' do artigo 896 Consolidado.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000857-76.2018.5.11.0004

Relator	JOICILENE JERONIMO PORTELA
RECORRENTE	SONY BRASIL LTDA.
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	ELAINE CRISTINA GALUCIO VINENTE
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SONY BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s): SONY BRASIL LTDA.

Advogado(a)(s): ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR

Recorrido(a)(s): ELAINE CRISTINA GALUCIO VINENTE

Advogado(a)(s): ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (EXCLUSIVIDADE)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. a2f2e08; recurso apresentado em 02/09/2019 - id. 0c77d4d).

Regular a representação processual (id. 1a82742).

Satisfeito o preparo (ids. 8c28f44, cf77ca1, eb80347 e eb80347).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Atos Discriminatórios.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LV do artigo 5º;inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 141 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 944 do Código Civil;artigo 2º do Código de Processo Civil de 2015;artigo 128 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 460 do Código de Processo Civil de 2015.

A recorrente sustenta que o pedido de indenização por danos morais não possui como causa de pedir a demissão da reclamante enquanto fruía do período estabilitário acidentário, mas sim por demissão enquanto estava doente, razão por que a referida condenação viola o direito ao contraditório e ampla defesa, já que houve alteração do pedido.

Aduz, ainda, que não restou comprovada culpa da reclamada.

Consta no v. acórdão (id. cf77ca1):

'(...)

Dispensa arbitrária. Reintegração

Sustenta a recorrente que foi dispensada enquanto estava doente e aguardando a realização de procedimento cirúrgico. Ressalta que a empresa a demitiu pouco mais de 8 meses após a recomendação do tratamento cirúrgico. Ressalta que além de ter sido demitida doente a recorrida não observou o período estabilitário e rescindiu o contrato sem justa causa em 27-11-2017. Relata que tal ato é eivado de ilicitude. Pugna pela reforma da sentença para que a recorrente seja reintegradao com consequente pagamento dos salários vencidos e vincendos, bem como reflexos nos consectários trabalhistas.

O Magistrado a quo julgou parcialmente procedente a reclamatória e deferiu o pagamento da estabilidade provisória (23 dias) e reflexos nos consectários trabalhistas. Indeferiu a reintegração sob o argumento que já havia exaurido o prazo da estabilidade. Não considerou a demissão ilícita, pois não restou comprovado nos autos que a reclamada teve ciência da necessidade do tratamento cirúrgico, ressaltando ainda que a indicação ocorreu em fevereiro e que não há justificativa para a autora não ter providenciado a cirurgia até a data da demissão (27-11-2017) enquanto ainda possuía plano de saúde.

Analiso.

Incontroverso nos autos que a autora foi dispensada sem justa causa em 27-11-2017. Incontroverso também que gozou de vários benefícios previdenciários e foi reabilitada. Conforme documento acostado aos autos ao ID ID. b78f4ee, no processo nº 0000613-57.2012.5.11.0005, a reclamada foi condenada ao pagamento de danos morais e materiais no importe de R$31.522,23 em decorrência de reconhecimento de nexo concausal entre as mazelas da autora e as atividades desempenhadas na reclamada (publicação da sentença em 18-9-2013).

O certificado de reabilitação foi acostado aos autos ao ID. 39c05b0, indicando que a autora está apta para desempenhar a atividade de verificadora de componentes de áudio, tendo tal certificado sido emitido em 11-12-2013.

O CNIS juntado aos autos (ID. 1cfebba) demonstra que a autora gozou de último benefício previdenciário antes da demissão no período de 16-11-2016 a 20-12-2016, e a comunicação do INSS indica que tal afastamento foi pelo código 91 (ID. 751826a).

Ressalto que a causa de pedir do pleito de anulação da dispensa por ato ilegal e consequente reintegração é a dispensa enquanto a autora encontrava-se doente e com indicação de procedimento cirúrgico.

Pelos fatos e documentos apresentados nos autos, não há demonstração de que a empresa recebeu o atestado médico da autora, durante vigência do contrato de trabalho, com indicação de procedimento cirúrgico, mesmo porque o único atestado que consta nos autos com tal indicação foi datado após o rompimento do contrato de trabalho (ID. 244c127). Portanto, não há que se falar que a empresa tinha conhecimento de tal indicação médica, mesmo porque, como bem preceitua a Magistrada de piso, se a autora recebeu indicação cirúrgica em 17-2-2017, apesar de não conter nos autos tal indicação como dito em linhas acima, não há justificativa para não ter providenciado o tratamento recomendado enquanto seu contrato de trabalho estava vigente.

Ademais, na forma do art. 118 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador possui estabilidade provisória de 12 meses, após a cessação do

auxílio doença acidentário. E, como dito acima, o último afastamento da autora foi no período de 16-11-2016 a 20-12-2016. Sendo assim, deteve estabilidade no de 20-12-2016 a 20-12-2017.

Por todo o exposto acima, considerando que não restou comprovado que a reclamada tinha ciência da enfermidade da autora e de que lhe foi recomendada novo procedimento cirúrgico, mesmo porque não estava em gozo de benefício previdenciário, não há como imputar a ilegalidade da demissão em relação a tal fato. Contudo, a demissão foi ilegal porque ocorreu durante a vigência do período estabilitário.

Dessa forma, escorreita a sentença ao conceder o pagamento de indenização pelo período de estabilidade provisória no emprego. Destaque-se ser inviável a reintegração, pois em nenhum momento a reclamada propôs tal medida, demonstrando ausência de interesse.

Nada a reformar nesse ponto.

Indenização por danos morais

Dano moral é aquele que atinge a esfera psíquica do indivíduo, afetando os direitos da personalidade de tal forma que não há propriamente reparação, mas uma tentativa de compensação pelo sofrimento causado pela conduta antijurídica do agressor.

No caso em tela, o dano moral possui natureza in re ipsa isto é, pode ser presumido, uma vez que a dispensa durante estabilidade provisória, em que o trabalhador encontra-se enfermo, certamente acarreta consequências na esfera psíquica do trabalhador, ofendendo a sua personalidade e dignidade humana, pois é um momento em que o empregado se vê em situação de desamparo frente a quadro patológico.

A compensação do dano moral tem como finalidade atenuar as consequências da lesão jurídica (art. 944 do Código Civil). A fixação do valor deve levar em conta a condição econômica das partes, o grau de culpa do empregador e a gravidade dos efeitos da conduta, tudo em observância ao princípio da razoabilidade. Não se pode perder de vista o caráter pedagógico deste tipo de punição, pois ela também visa a coibir a repetição da conduta culposa.

Nesse aspecto, como bem preconiza o eminente Rui Stoco (inTratado de Responsabilidade Civil, 8ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011), a indenização da dor moral há de buscar duplo objetivo: condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo, desestimulando-o da prática futura de atos semelhantes e, com relação à vítima, compensá-la com uma importância mais ou menos aleatória, pela perda que se mostra irreparável, pela dor e humilhação impostas.

No presente caso, restou incontroverso que a ré dispensou injustamente a autora no período em que esta era detentora da estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei, faltando 23 dias para o término da estabilidade. Portanto, constata-se que a ré praticou ato ilícito, causador de angústia e sofrimento na autora, uma vez que a privou do recebimento de parcelas de caráter alimentar.

Assim, faz jus à indenização por danos morais. Evidentemente, esta não haverá de ser fonte de enriquecimento injustificado da vítima, nem poderá ser inexpressiva a ponto de não atingir o objetivo colimado, de retribuição do mal causado pela ofensa, com o mal da pena.

Com base em tais elementos, entendo como adequado o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, valor ao qual arbitro, reformando a sentença de mérito.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo do art. 118 da Lei 8213/91, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

dcm

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0001316-03.2017.5.11.0008

Relator	DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR
RECORRENTE	RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
ADVOGADO	ANDRE ALMEIDA BLANCO(OAB: 147925/SP)
ADVOGADO	ANNE CLICIA ALVES DA SILVA GUILHERME(OAB: 3881/AM)
RECORRIDO	HELIO DE LIMA PASSOS
ADVOGADO	TIAGO COSSETTIN COSTA BEBER(OAB: 12129/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	RIOLIMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESÍDUOS
Advogado(a)(s):	ANDRÉ ALMEIDA BLANCO (exclusividade - id. 0447413)
Recorrido(a)(s):	HÉLIO DE LIMA PASSOS
Advogado(a)(s):	TIAGO COSSETTIN COSTA BEBER e OUTROS (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 26/07/2019 - id. 3913f20; recurso apresentado em 07/08/2019 - id. 0447413).

Regular a representação processual (id. 20f0979).

Satisfeito o preparo (ids. e511c79, 4d23c23, 56c43d5 e 4de1098, 162bb65).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- violação da (o)§2º do artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega que é indevida a condenação ao pagamento de adicional de insalubridade, sem a respectiva perícia técnica e, diferentemente do que dispôs o acórdão, a controvérsia não se limita ao caráter intermitente ou eventual do contato do recorrido com agentes insalubres, mas sim, na ausência de perícia técnica indispensável para a caracterização da insalubridade.

Consta no v. acórdão (id. fb1c32e):

'(...)

VOTO

Conheço do Recurso, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade.

1. O Juízo de 1º Grau entendeu que a empresa admitiu o trabalho do reclamante em condições insalubres, ainda que de forma intermitente, fato que não afasta o direito ao adicional (Súmula 47 do TST). O ônus de demonstrar que o contato não ocorria todos os dias era da reclamada, que dele não se desincumbiu. O contato intermitente para efeito de caracterização de insalubridade, decorrente de agente biológico é equiparável a contato permanente, não havendo previsão para pagamento proporcional às horas de exposição, conforme art. 192 da CLT.

2. A recorrente argumenta que não há como responsabilizá-la pelo pagamento do adicional de insalubridade sem o amparo de perícia técnica, não realizada na instrução processual. O próprio empregado reconhece que o contato com os agentes insalubres não era habitual, além de atuar apenas como motorista do caminhão, sem qualquer contato com a carga, que era feito pelos ajudantes que o auxiliavam.

3. A controvérsia limita-se a análise do caráter intermitente ou eventual do contato do reclamante com agentes insalubres.

4. A Súmula 47 do TST estabelece que 'O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional'.

5. O conceito de habitualidade, intermitência e eventualidade não se encontra definido em Lei, razão pela qual incumbe ao julgador, analisando as provas dos autos, definir em qual dessas hipóteses enquadra-se ao caso concreto levado à sua apreciação.

6. Em depoimento, o reclamante declarou que o contato ocorria de 3 a 4 vezes por semana. A empresa, por sua vez, admite que pagava o adicional de insalubridade proporcionalmente aos dias em que o empregado laborava em contato com agentes insalubres. O TST, contudo, entende que tal prática não tem amparo legal. Segue julgado nesse sentido:

RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PROPORCIONAL AOS DIAS TRABALHADOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.O Regional reformou a sentença para determinar que os valores referentes ao adicional de insalubridade fossem apurados de acordo com os dias efetivamente trabalhados, conforme registrados nos cartões de ponto, excluindo-se do cálculo os dias de afastamento relativos às férias, licenças e ausências injustificadas da reclamante. Ocorre que o art. 192 da CLT prevê apenas que o cálculo do adicional de insalubridade será feito segundo a correspondência entre o percentual do salário mínimo e

a classificação das condições insalubres nos graus máximo, médio e mínimo. Não há, portanto, nenhuma previsão legal que determine o pagamento da parcela de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados, sendo indevida tal limitação. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 810003920125130026, Relator: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 29/03/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/03/2017)

7. Reconhecendo a empresa que havia o trabalho em condições insalubres, ainda que em apenas alguns dias por semana, de fato o ônus da prova era seu quanto à alegação de contato meramente eventual. O momento processual de requerer a produção de perícia já passou (a empresa sequer manifestou-se nesse sentido em Audiência), estando precluso o pedido de retorno dos autos à fase instrutória.

8. Correta a Decisão de origem. **Nega-se provimento** ao Recurso.

(...)'

Em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, verifico não constar das razões revisionais qualquer alegação de afronta à súmula de jurisprudência uniforme do TST, à súmula vinculante do STF ou a dispositivo constitucional, pelo que resta prejudicado o seguimento do apelo no presente tópico, à luz da precisa redação do § 9º do art. 896 da CLT.**CONCLUSÃO**

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0002421-19.2016.5.11.0018

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	JADSON INACIO DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
ADVOGADO	ALESSANDRO CORREIA LIMA(OAB: 7339/AM)
RECORRIDO	FAST TEMAKI LTDA
ADVOGADO	CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA(OAB: 5910/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JADSON INACIO DE OLIVEIRA LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Recorrente(s):	JADSON INÁCIO DE OLIVEIRA LIMA
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE CORREIA LIMA (AM - 3432)
Recorrido(a)(s):	FAST TEMAKI LTDA
Advogado(a)(s):	CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (AM - 5910)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 3e795db; recurso apresentado em 08/08/2019 - id. 79ab919).

Regular a representação processual (id. 5ab793c).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 02fb60c), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho/Reconhecimento de Relação de Emprego.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 212 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Entende o recorrente que o acórdão se afastou das provas dos autos, ao rejeitar o vínculo empregatício alegado.

Consta no v. acórdão (id. 46e02c9):

'(...)

MÉRITO

Argumenta, principalmente, que conseguiu provar através da sua

testemunha que não laborava para a Recorrida de forma não eventual, laborando de domingo a domingo, com uma folga na semana, e dentre esta uma folga no domingo por mês, o que por si só restou provado a existência da relação de trabalho e emprego.
Analiso.
A reclamada, em contestação, rebateu a pretensão autoral alegando que a relação existente entre as partes era de natureza eventual. O reclamante era freelancer, entregador extra que fazia entregas quando necessário no fim de semana.
Ao admitir a prestação de serviços e negar a natureza empregatícia, a recorrida atraiu para si o ônus de provar fato impeditivo. No caso, as provas produzidas corroboram a tese defensiva da recorrida.
A testemunha Antônio Francisco de Andrade relatou que 'havia 03 freelancer, sendo o depoente, o reclamante e o outro não recorda; que havia dias que o depoente ía e o reclamante não ía; que desconhece se o reclamante era advertido por não ir ao trabalho; que os freelancer trabalham normalmente sexta, sábados e domingos, quando convocados; que nestes dias o trabalho era das 19h ás 23h; que trabalhava no mesmo fast temaki que o reclamante; que as vezes o reclamante já estava outras não'.
Na mesma linha, a testemunha Gabriele de Freitas Coelho afirmou em seu depoimento o seguinte (ID.2e71822): 'que já aconteceu de convocar o reclamante e ele negar-se a ir; que não foi punido por isso; que o reclamante já compareceu a empresa embrigado e foi mandado embora para casa; que a depoente efetua o pagamento apenas ao freelancer/extras'.
Dessa forma, não vislumbro os requisitos para a caracterização da relação de emprego, sobretudo, a continuidade, a subordinação e a pessoalidade.
Ressalto que 'a preferência do julgador por determinada prova insere-se no livre convencimento motivado e não cabe compelir o magistrado a colher com primazia determinada prova em detrimento de outras pretendidas pelas partes se, pela base do conjunto probatório tiver se convencido da verdade dos fatos. STF. Plenário. RE 567708/SP.'
Diante do exposto, entendo que se encontra demonstrado que o recorrente prestou serviços para a reclamada na qualidade de prestador de serviços. Razão pela qual, mantenho a improcedência de todos os pedidos.
Por estes fundamentos, conheço do recurso e nego-lhe provimento.
(...)'

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial e da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do art. 896, § 9º da CLT, que define as hipóteses em que a interposição do Recurso de Revista é admitida em se tratando de feito que tramita segundo o procedimento sumaríssimo, quais sejam: contrariedade à norma constitucional, à súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, mas, tão somente, transcreveu trechos de depoimentos, o que não supre a exigência doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.
cdss
Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000408-83.2016.5.11.0006

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	FERNANDO SOARES LIBERATO
ADVOGADO	LUCIO ANTONIO SIMOES MONTEIRO(OAB: 5446/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	TAISA OLIVEIRA MACIEL(OAB: 118488/RJ)

RECORRIDO	M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME
ADVOGADO	JOSE EDVALDO SOUSA FERREIRA(OAB: 7086/AM)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO SOARES LIBERATO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.FERNANDO SOARES LIBERATO
Advogado(a)(s):	1.LUCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (AM - 5446)
Recorrido(a)(s):	1.PETROBRÁS TRANSPORTE S.A -
Advogado(a)(s):	1.SYLVIO GARCEZ JÚNIOR (exclusividade - id. 044ca0c) e

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. 76e267f; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. 7d1c7f9).

Regular a representação processual (id. c0ddf3f).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 7c3c0b3), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Alega que o acórdão viola a Súmula 331 do TST, pois, não reconhece a responsabilidade subsidiária da Segunda e Terceira recorridas, as quais incorreram em culpa in vigilando e in eligendo, sendo, ambas, sabedoras que a empresa nãopagava seus funcionários e tampouco recolhia seus impostos. Alega que a 'TRANSPETRO e PETROBRÁS, sabedoras da inadimplência da M BRAS para com seus funcionários, não tomaram as providências cabíveis, quais sejam, fiscalizarem o contrato'.

Assim, requer a reforma do julgado para que seja reconhecida a responsabilidade subsidiária da segunda e da terceira reclamada.

Consta no v. acórdão (id. aaddd5b):

'(...)

MÉRITO

1. MATÉRIA COMUM AOS RECURSOS DAS LITISCONSORTES. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA.

A Litisconsorte Transpetro, em apelo ordinário (ID. 3b677fd - Pág. 7), aduz que a sua condenação subsidiária viola o artigo 71, §1º, da lei nº 8.666/93, declarado constitucional pelo STF, e que não há provas de negligência na fiscalização contratual.

Por sua vez, a Litisconsorte Petrobras, em grau recursal (ID. 25495a6 - Pág. 10), também questiona sua condenação subsidiária, porquanto nega peremptoriamente qualquer descaso ou omissão da fiscalização contratual, o que tornaria indevida a aplicação da súmula nº 331 do TST.

Pois bem.

De início, constata-se que a Litisconsorte Petrobrás, em sua contestação (ID. c4c073e - Pág. 4), postulou a exclusão de qualquer responsabilização, quer solidária, quer subsidiária, sob a tese de que seria dona da obra, nos moldes da OJ/SBDI-I nº 191 do TST.

A par disso, considerando a mencionada defesa e por força do efeito devolutivo em profundidade, na forma do artigo 1.013, §1º e §2º, do CPC, que transfere ao juízo ad quem o conhecimento de todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não solucionadas na sentença, passa-se à análise da tese ventilada em contestação.

Nessa senda, verifica-se que fora entabulado contrato (ID. 4f91b55 - Pág. 1) entre as Litisconsortes e a Reclamada, o qual abrange o seguinte objeto, a saber:

(...) CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela Contratada, dos serviços técnicos de ***substituição de trecho de duto*** *- ORSOL*

I, em conformidade com os termos e condições nele estipulados (...)

Resta claro, portanto, que não se trata de relação de terceirização continuada de mão de obra, mas somente de acerto para execução de obra determinada. Ou seja, a relação entre as Rés reflete um contrato de empreitada e não de prestação de serviços.

Nesse ponto, o próprio Autor realça a existência de obra, conforme narrativa contida na exordial (ID. a329f2f - Pág. 2), a seguir:

(...) Seu horário de trabalho, segundo contrato, era das 07:00 às 18:00, com uma hora e meia de intervalo para almoço e lanche, de segunda a sexta-feira. Em um primeiro período, o Reclamante laborou em horário diverso, ***efetuando o planejamento da obra****. A empresa de lhe deve horas extras, conforme tópico próprio.*

*A primeira Reclamada havia sido contratada pela segunda e terceira Reclamadas p****ara efetuar a substituição da tubulação*** *de 14' e* ***instalação de dupla calha do gasoduto*** *ORSOL 2 em URUCU, contrato 7000.0098814.15.2. (...)*

O contrato de empreitada é reconhecido como aquele que tem por finalidade a execução de determinada obra ou serviço, onde o empreiteiro obriga-se a executar certa obra ou a realizar certo serviço, e, em troca, o dono da obra se obriga a pagar o preço avençado, inexistindo subordinação entre os contratantes, interessando-se, este último, apenas pelo resultado do trabalho contratado.

Ressalte-se que o empreiteiro, a fim de propiciar a realização da obra ou serviço para o qual foi contratado, pode se utilizar de mão de obra de seus próprios empregados ou mesmo contratar outros trabalhadores, sem que, com isso, reste descaracterizada esta modalidade de contrato.

Importante destacar que o contrato firmado entre o dono da obra e o empreiteiro é de natureza civil, em nada se relacionando com o vínculo formado entre o empreiteiro e os trabalhadores por ele contratados, os quais são regidos pelas normas da CLT.

Assim, em regra, ao dono da obra não incumbe responsabilidade de natureza trabalhista em relação aos empregados do empreiteiro contratado, sendo inaplicável a interpretação preconizada pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do inciso IV da Súmula nº 331, que aborda situação diversa, qual seja, responsabilização da empresa tomadora de serviços pelos débitos trabalhistas da empresa interposta.

A Jurisprudência, inclusive, é massivamente dominante neste sentido, como se verifica pelas colações de ementas de julgamentos do C. TST a seguir:

DONA DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO OCORRÊNCIA. *Reconhecida a condição de dona da obra de construção civil do recorrente, é inviável atribuir-lhe a responsabilização subsidiária, nos termos da Orientação Jurisprudencial 191 da SDI-1. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 18483020105110005 1848-30.2010.5.11.0005, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 16/10/2013, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/10/2013,).*

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. DONO DA OBRA*. O Tribunal Regional, ao concluir pela responsabilidade subsidiária da recorrente, mesmo constatando que era dona da obra, contrariou entendimento já pacificado por esta Corte Superior. Conforme dispõe a nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SBDI-1 desta Corte, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora, situação não verificada no caso vertente. Precedentes. Recurso de revista que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 2286820105040751 228-68.2010.5.04.0751, Relator: Valdir Florindo, Data de Julgamento: 18/09/2013, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/09/2013).*

DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. *Nos termos da Orientação Jurisprudencial 191 da SDI-1, em face da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada celebrado entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária pelas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo se o dono da obra for uma empresa construtora ou incorporadora, o que não se verifica na hipótese dos autos. Reconhecida pelo Tribunal Regional a condição de dono da obra da recorrente e não se tratando de empresa construtora ou incorporadora, é inviável a responsabilização subsidiária, nos termos da referida Orientação Jurisprudencial. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 2688002320095170151 268800-23.2009.5.17.0151, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 26/06/2013, 5ª Turma).*

Outrossim, há que se destacar que o C. TST, em decisão proferida no Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº IRR-190-53.2015.5.03.0090, assentou o entendimento de que o dono da obra poderá responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas de empreiteiro inidôneo. Traz-se à baila a tese firmada:

INCIDENTE DE RECURSO DE REVISTA REPETITIVO. TEMA Nº 0006. CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SbDI-1 DO TST VERSUS SÚMULA Nº 42 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

1. A exclusão de responsabilidade solidária ou subsidiária por obrigação trabalhista, a que se refere a Orientação Jurisprudencial

nº 191 da SbDI-1 do TST, não se restringe a pessoa física ou micro e pequenas empresas. Compreende igualmente empresas de médio e grande porte e entes públicos.

2. A excepcional responsabilidade por obrigações trabalhistas, prevista na parte final da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI -1 do TST, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, alcança os casos em que o dono da obra de construção civil é construtor ou incorporador e, portanto, desenvolve a mesma atividade econômica do empreiteiro.

3. Não é compatível com a diretriz sufragada na Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST jurisprudência de Tribunal Regional do Trabalho que amplia a responsabilidade trabalhista do dono da obra, excepcionando apenas'pessoa física ou micro e pequenas empresas, na forma da lei, que não exerçam atividade econômica vinculada ao objeto contratado

4. Exceto ente público da Administração direta e indireta, se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro que contratar, sem idoneidade econômico-financeira, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações, em face de aplicação analógica do art. 455 da CLT e de culpa in eligendo.

Dito de outro modo, atribui-se ao dono da obra **(caso não seja integrante da Administração Direta e Indireta)**, a responsabilidade subsidiária com relação aos contratos trabalhistas firmados pelo empreiteiro, na hipótese de este ser inidôneo, responsabilidade que decorre de culpa in eligendo e da aplicação analógica do art. 455 da CLT.

Frise-se, contudo, que a exceção disposta no item 4 do precedente supramencionado não se aplica ao Ente Público da Administração Direta ou Indireta, caso dos autos, uma vez que a Litisconsorte é uma sociedade de economia mista, conforme disposição expressa do art. 61 da Lei 9.478/1997.

Logo, tendo em vista que o dono da obra se trata de Ente integrante da Administração Indireta, não se aplica a hipótese prevista no item 4 da tese fixada no IRR, sendo despicienda a análise acerca da idoneidade da contratada, já que não é admitida a responsabilidade subsidiária de Ente Público neste caso.

Impõe-se, portanto, a exclusão da responsabilidade subsidiária atribuída às Litisconsortes na origem, razão pela qual, **dá-se provimento** aos apelos das Recorrentes no aspecto, **restando prejudicada a análise dos demais pontos recursais.'**

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição do inteiro teor do acórdão,** como se observa no presente apelo. Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 106956620155180129, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 13/02/2019, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019; TST - AIRR: 110606620175030033, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 18/12/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/01/2019; TST - AIRR: 101957120155030111, Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: DEJT 09/11/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.**CONCLUSÃO**

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000455-11.2017.5.11.0301

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	MESSIAS CARVALHO MAIA
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	MARIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)
ADVOGADO	MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (AM - 6142)
Recorrido(a)(s):	MESSIAS CARVALHO MAIA
Advogado(a)(s):	MÁRIO JORGE SOUZA DA SILVA (AM - 2159)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 63b57b2) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 406f2e4; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. 7a9ebc9).

Regular a representação processual (id. 63b57b2).

Satisfeito o preparo (ids. 37d8f99, 3f9daa4, 4272f42 e bfd3b32).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento.

Direito Coletivo/Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento/Prevalência.

Duração do Trabalho/Intervalo Interjornadas.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 423;Súmula nº 444 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 388 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 7º, inciso XXVI;artigo 7º, inciso XIV;artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 619 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sustenta que o Egrégio Tribunal Regional pela inaplicabilidade do Acordo Coletivo de Trabalho devidamente válido existente com o sindicato da categoria que traz as informações sobre a jornada de trabalho excepcional com trabalho de jornada de8, 6 e 10horas, bemcomo deixou de analisar o caso pela compensação das jornadas de labor com períodos de folga maiores em jornada semanal e mensal muito inferior a um trabalhador normal.

Acrescenta que nãofoi indicada qual seria a ilegalidade no Acordo Coletivo de Trabalho necessário para determinar a condenação desta reclamada nas horas extras para os turnos de jornada superior a 8 (oito) horas, uma vez que, de acordo com a previsão da norma coletiva contida no Anexo I e nos Acordos Coletivos de Trabalho Específico, Cláusulas 2ª e 3ª do ACT e Cláusula 5ª do Anexo I, todas as empresas signatárias, dentre elas a recorrente, estão autorizadas a praticar horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos ininterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada, pelo que não há falar em horas extras.

Ademais, ressalta que art.7º, XIV, da CF,não estabelece um limite de 8 horas para o turno ininterrupto quando negociado em convenção coletiva

Assim, assevera que deve ser mantida a validade do acordo coletivo, haja vista que não houve qualquer prejuízo ao empregado ora recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 4d5522f):

'(...)

b) INTERVALO INTERJORNADA

Insurge-se a Reclamada contra o deferimento das horas de intervalo interjornada ao Reclamante (ID. 389f9d9), argumentando a validade da jornada laboral prevista em acordo coletivo de trabalho.

A sentença recorrida deferiu ao Autor as horas extras por concessão irregular do intervalo interjornada (ID. 37d8f99 - Pág. 3), a saber:

(...) Dessarte, firmo o entendimento de é forçoso reconhecer que, uma ou duas vezes por semana, o reclamante não tinha intervalo mínimo de 11 (onze) horas, quando deixava o primeiro horário às 00h00min e retornava ao trabalho às 08h00min da manhã, bem como das 00h00min às 6h00min. Tal fato ocorria no máximo 06 (seis) dias por mês, de acordo com a jornada declinada na Exordial. Diante disso, reconheço a procedência do pedido, de 03 (três) horas com o adicional de 50%, calculadas sobre os turnos de trabalho, à razão de 18 (dezoito) horas extras intrajornada mensais, de

05/05/2012 a 11/05/2017 (...)

Pois bem.

Em que pese o reconhecimento das negociações coletivas pelo constituinte, tal previsão encontra limitações de natureza física, psicológica e social, sendo vedada a definição de jornadas de trabalho por turno ininterrupto de revezamento superior a 8 horas diárias, sob pena de violação ao disposto no art. 7º, XIV, da CF/88, no art. 59, da CLT, e na Súmula 423, do TST, todos abaixo transcritos:

(...) CF/88

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

CLT

Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

Súmula nº 423 do TST. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 169 da SBDI-1) Res. 139/2006 - DJ 10, 11 e 13.10.2006). Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras. (...)

No mesmo sentido temos a jurisprudência do colendo TST, a saber:

RECURSO DE REVISTA. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ALTERNÂNCIA DE TURNOS. HORÁRIO DIURNO E NOTURNO. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SETORIAL NEGOCIADA. ELASTECIMENTO DE JORNADA PARA ALÉM DO LIMITE DE 8 HORAS DIÁRIAS. NULIDADE DA NORMA COLETIVA. SÚMULA 423/TST. Nos termos da OJ 360/SBDI-1 do TST, faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, pois submetido à alternância de horário prejudicial à saúde, sendo irrelevante que a atividade da empresa se desenvolva de forma ininterrupta.

Ademais, é certo que esta Corte, ante a controvérsia surgida em torno da interpretação do art. 7º, XXVI, da CF, editou a Súmula 423, no sentido de que é possível a ampliação, por meio de negociação coletiva, da jornada superior a 6 horas, limitada a 8 horas por dia, e carga de trabalho semanal, para o limite de 44 horas, pagando-se como extra as horas que ultrapassarem estes limites. Contudo, conforme consta da citada Súmula, a validade do elastecimento de jornada em turnos ininterruptos de revezamento apenas pode ser aceita se fixada por regular negociação coletiva e se for limitada a 8 horas diárias. Noutro norte, amplas são as possibilidades de validade e eficácia jurídicas das normas autônomas coletivas em face das normas heterônomas imperativas, à luz do princípio da adequação setorial negociada. Entretanto, essas possibilidades não são plenas e irrefreáveis, havendo limites objetivos à criatividade jurídica da negociação coletiva trabalhista. Desse modo, ela não prevalece se concretizada mediante ato estrito de renúncia ou se concernente a direitos revestidos de indisponibilidade absoluta (e não indisponibilidade relativa), os quais não podem ser transacionados nem mesmo por negociação sindical coletiva. Nesse contexto, não poderia a norma coletiva restringir os efeitos de um direito assegurado constitucionalmente aos empregados, mormente quando se sabe que a jornada de trabalho superior a 8 horas diárias é, obviamente, mais desgastante para o trabalhador, sob o ponto de vista biológico, familiar e até mesmo social, por supor o máximo de dedicação de suas forças físicas e mentais. Sendo assim, é de se reconhecer a nulidade de cláusula coletiva que determine o elastecimento de jornada em turnos ininterruptos de revezamento para além de oito horas diárias, devendo ser aplicada a norma prevista no art. 7º, XIV, da CF, e reconhecidas, por conseguinte, como extraordinárias as horas excedentes à 6ª diária. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 112881520135030087, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 29/10/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/10/2014)

Com efeito, depreende-se dos autos queo Reclamante laborou em turnos ininterruptos de revezamento, seguindo a jornada: segunda das 16:00h as 00:00h, terça 08:00h as 16:00h e na quarta das 00:00h as 08:00h, usufruindo de folga por 2 dias, reiniciando novamente a escala ininterrupta (ID. 0ec2b78 e ID. 901ba74). Salienta o autor que, nos dias em que sua jornada terminava as 00:00h e reiniciava as 08:00h do dia seguinte, não usufruía do intervalo interjonadas de 11h, o que lhe causava sérios prejuízos à saúde física e mental.

A par disso, observa-se que essa jornada, ainda, que prevista em Acordo Coletivo de Trabalho, viola frontalmente o disposto no art. 7º, XIV, da CF/88, no art. 59, da CLT, e na Súmula nº 423, do TST, acima transcritos.

Não obstante, consoante dispõe o art. 66 da CLT, entre duas jornadas de trabalho deve ser concedido ao empregado um intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso. Referido instituto foi criado para que o trabalhador, após sua jornada de trabalho, possa desfrutar do gozo da convivência com os seus

familiares, repor suas energias e descansar.

No entanto, a jornada da maneira como foi estabelecida, concede ao autor, por uma a duas vezes na semana, apenas 8 horas de descanso entre uma jornada e outra. Considerando o tempo de deslocamento até sua casa, tem-se que o período de descanso do obreiro se torna excessivamente reduzido, não respeitando os parâmetros legais.

Destarte, ainda que o art. 7º, XXVI, da Carta Magna consagre o reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, a negociação de direitos indisponíveis do empregado é vedada, pois objetivam a proteção de sua saúde física e mental.

Este, inclusive é o entendimento cristalizado na OJ nº. 355 da SDI-1 do C.TST, que dispõe:

OJ-SDI1-355 INTERVALO INTERJORNADAS. INOBSERVÂNCIA. HORAS EXTRAS. PERÍODO PAGO COMO SOBREJORNADA. ART. 66 DA CLT. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO § 4º DO ART. 71 DA CLT (DJ 14.03.2008).

O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.

Logo, a diminuição, total ou parcial, da duração do intervalo entre as jornadas, infringe norma de higiene, saúde e segurança do trabalho e atenta contra a saúde do trabalhador, devendo ser remunerado pelo descanso suprimido.

Analogicamente, entende-se que as horas intervalares suprimidas têm natureza remuneratória, conforme item III da súmula nº. 437 do TST, bem como, deve ser aplicada a Súmula nº 264 do TST, por se tratar de turno ininterrupto de revezamento, a seguir:

Súmula nº. 437 do TST. SÚM-437 INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nº 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

(...)

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

No caso concreto, restou incontroverso nos autos que entre duas jornadas de trabalho, o Reclamante não chegava a usufruir de intervalo mínimo de 11 horas, como já descrito no item anterior.

Portanto, entende-se que faz jus o Reclamante às horas extras com o adicional deferido pela sentença de piso, em face da não observância do intervalo interjornada mínimo de 11 horas entre as jornadas cumpridas, respeitando-se o prazo prescricional declarado na sentença de mérito, com os devidos reflexos nos consectários legais.

Nos termos da OJ nº 355 da SDI-1, TST, as horas suprimidas do intervalo interjornada devem ser remuneradas como extras, conforme a regra legal existente na hipótese de supressão do intervalo intrajornada a que alude o §4º do art. 71 da CLT, nos termos a seguir:

OJ-SDI1-355 INTERVALO INTERJORNADAS. INOBSERVÂNCIA. HORAS EXTRAS. PERÍODO PAGO COMO SOBREJORNADA. ART. 66 DA CLT. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO § 4º DO ART. 71 DA CLT (DJ 14.03.2008).

O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.

Por fim, também é indevido o pedido de compensação de folgas, porquanto a parcela em comento somente foi reconhecida em juízo.

Ante o exposto, nega-se provimento ao apelo da Reclamada, para manter inalterada a sentença também no item.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da OJ nº 355 da SDI-1/TST,sendo inviável o processamento do recurso de revista.

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.

Alegação(ões):

- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 394 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- violação à legislação infraconstitucional:artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega que as horas intrajornada foram fruídas pelo reclamante, seja

de 15 minutos quando cumpria jornada de 6 horas diárias, seja de 1 hora, quando a jornada ultrapassava as 6 horasdiárias.
Superada a tese, pugna sejam deferidas apenas as diferença eventualmente não gozada seja remunerada, com o devido acréscimo, bem como que sejam consideradas faltas, feriados, férias e demais períodos de ausência de prestação de serviço.

Consta no v. acórdão (id. 4d5522f):
'(...)
a) INTERVALO INTRAJORNADA.
Insurge-se a Reclamada contra o deferimento das horas extras intervalares, alegando que o autor usufruía corretamente dos intervalos.
Examina-se.
A sentença primária indeferiu o pleito, nos seguintes termos (ID. 37d8f99 - Pág. 4):
(...) Dessa forma, incontestável que o reclamante cumpriu até setembro/2013, jornada 08 (oito) horas, em turnos ininterruptos de revezamento, de segunda a quarta, e a partir de outubro/2013, jornada de 06 (seis) horas, também, em turnos ininterruptos de revezamento, de segunda a quinta, folgando os dois dias seguintes e, assim, sucessivamente, o que indica nos cálculos do Juízo a média de 18 (dezoito) dias de trabalho mensal e 12 (doze) dias de folga, no período de 11/05/20212 a 30/09/2013.
In casu, restou confessado pelo preposto, nas entrelinhas da instrução processual, sendo essa a exegese do Juízo, que o reclamante não dispunha de intervalo digno para alimentação e repouso. Diante da conexão fático-jurídica, reconheço a procedência do pedido, de 01(uma) hora extra interjornadas, com o adicional de 50%, calculada sobre os turnos de trabalho, à razão de 18 (dezoito) horas extras/mês, de 05/05/2012 a , quando laborava em turnos ininterruptos de 08 (oito) horas, indeferindo, no entanto, as extras30/09/2013 interjornadas, do período 01/10/2013 a 11/05/2017, por não notar, nesse caso, hora extra alguma a conferir ao reclamante.
Destaco, ainda, que a não condução aos autos processuais, pela reclamada, dos cartões de ponto atrai irretorquivelmente a aplicação da Súmula n° 338, do C. TST, I (É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho, na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada) sendo considerada verdadeira a jornadade trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário indicada na Exordial, ratificada pelo preposto ao depor, uma vez inexistente nos autos qualquer prova em contrário (...)
De início, cumpre ressaltar que o período de descanso, por visar à saúde do empregado, constitui-se em direito indisponível, infenso à negociação coletiva (Súmula nº 437, item II, do TST) e a sua correta concessão compete ao empregador. Assim, não há que se cobrar provas do empregado de que este não gozou do intervalo, mas, sim, do empregador de que atendeu ao comando legal e concedeu o intervalo intrajornada, na forma do art. 71, caput, da CLT, in verbis:
(...) Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. (...)
A jurisprudência sedimentada do colendo TST referenda o acima exposto, abaixo:
(...) RECURSO DE EMBARGOS. INTERVALO INTRAJORNADA. ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PRÉ-ASSINALAÇÃO. A jurisprudência da C. SDI é no sentido de que o ônus da prova do intervalo intrajornada não usufruído é do empregador, quando este não procede à assinalação do intervalo nos cartões de ponto. Isso porque (...) - compete à reclamada comprovar a concessão do período destinado a alimentação e repouso - apresentando, para tanto, os cartões de frequência devidamente pré-assinalados, visto que se trata de fato extintivo do direito às horas extras. Não se desincumbindo a reclamada do encargo que lhe competia, afigura-se inviável reconhecer, por mera presunção, a pré-assinalação do período destinado ao intervalo intrajornada no período não coberto pela prova documental trazida aos autos pela reclamada - (E-ED-ED-RR - 716300-65.2002.5.02.0900. DEJT 29/4/2011 - Ministro Lelio Bentes Corrêa). Embargos conhecidos e providos. (TST - E-ED-RR: 741006220065040006 74100-62.2006.5.04.0006, Relator: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 02/06/2011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 10/06/2011) (...)
In casu, em depoimento prestado pelo preposto da Reclamada, restou comprovado que a empresa não concedia o intervalo para alimentação e refeição corretamente. Isso porque, conforme pontuado pelo preposto, o empregado não poderia se ausentar de seu posto de trabalho, demonstrando a limitação ao seu direito de usufruir como bem entender da hora intervalar (ID. 5e2b7cc):
'INTERROGADO DISSE O PREPOSTO: 'que é empregado e engenheiro da reclamada, atuando na usina de Tefé; que atua apenas um operador por turno; **que o operador atuando sozinho não poderia ser ausentar do ambiente do trabalho para fazer a refeição, mas a empresa não restringia que ele fizesse no próprio local'.**
Aliado a isso, constitui ônus da empresa Reclamada a

demonstração da correta concessão dos intervalos, o que facilmente poderia ter ocorrido por meio da apresentação dos controles de ponto do autor. Contudo, mesmo instado, pela reclamante, a apresentar o livro de controle, a Ré não o fez.
Neste passo, a ausência da concessão do intervalo para descanso e alimentação, seja total ou parcial, impõe o pagamento total do período correspondente acrescido de, no mínimo, cinquenta por cento, conforme Súmula nº 437 do Colendo do Tribunal Superior do Trabalho, in verbis:
(...) Súmula nº 437 do TST
INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.
III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.
IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT. (...)
Por oportuno, insta registrar que, embora a Lei 13.467/17 tenha legislado em oposição ao entendimento sumulado, conforme disposto no § 4º do art. 71 da CLT, é de se ressaltar que tais normas possuem **viés eminentemente material**, o que afasta a aplicação imediata dos regramentos sobre a matéria aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.
Diante desse contexto, reconhece-se que deve ser aplicada a legislação e entendimento jurídico vigente à época dos fatos ora discutidos, antes da vigência da nova norma.
Vale ressaltar que, nos termos do item III da Súmula supracitada, a parcela em comento possui natureza salarial, razão pela qual se impõe o seu reflexo nos demais haveres trabalhistas.
Ainda, frise-se que o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, nos moldes do artigo 7º, inciso XXVI, da CF/88, não permite a supressão do intervalo mínimo de descanso, porquanto, a lei que o prevê ostenta natureza de ordem pública infenso à negociação coletiva, nos termos da exegese do item II do verbete sumular mencionado.
Outrossim, há que se observar que as parcelas salariais integram a base de cálculo das horas extras, conforme súmula 264 do TST, e ainda o entendimento cristalizado na Súmula 132, I, do TST, segundo o qual o adicional de periculosidade pago em caráter permanente integra a base de cálculo das horas extras.
Logo, escorreita a sentença primária ao deferir o pagamento da hora intervalar ao obreiro, bem como seus reflexos nos haveres trabalhistas, razão pela qual nega-se provimento ao apelo da Reclamada, para manter inalterada a sentença neste item.
(...)'

O Colegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Diante da premissa fática delineada no acórdão, a partir da ausência injustificada da juntada do controle de ponto pela empregadora, ônus que competia à recorrente e da prova testemunhal,não se vislumbra possível violação aos dispositivos apontados.
O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial, porque não há identidade entre a premissa fática descrita no acórdão e aquelas retratadas nos arestos paradigmas.
Aplica-se o item I da Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho.
.
Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento/Hora Noturna Reduzida.
Duração do Trabalho/Adicional Noturno/Prorrogação do Horário Noturno.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 60, item II do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 395 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- violação à legislação infraconstitucional:Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 73, §2º;artigo 73, §5º;artigo 73, §4º.
- divergência jurisprudencial.

Sustenta que as as horas noturnas reduzidas foram devidamente calculadas e pagas, conforme previsão do artigo 73 da CLT.
Acrescentaque o recorrido não faz jus ao adicional noturno sobre a jornada entre 5h e 6h da manhã, considerando que a jornada trabalhada é do tipo mista, iniciando no horário noturno para culminar com o encerramento em horário diurno novamente, não se tratando de prorrogação.

Consta no v. acórdão (id.4d5522f):
'(...)
c) HORAS NOTURNAS REDUZIDAS
Alega a Reclamada (ID. 389f9d9 - Pág. 18) que remunera a hora noturna trabalhada corretamente, conforme se poderia extrair das rubricas B49, B57 e B81 discriminadas nas fichas financeiras juntadas aos autos.
A sentença primária foi proferida nos seguintes termos (ID. 37d8f99):
Há que se reconhecer, ademais, a jornada noturna reduzida, que acontecia com o reclamante, no máximo em 06 (seis) dias por mês, ou seja, em apenas 06 (seis) ocasiões por mês laborava no horário compreendido entre 22h00min e 08h00min da manhã, e, depois, passando a laborar de 22h00min às 06h00min, pouco importando se o horário noturno, nesse caso, integral ou misto, em razão da regra contida no art. 73, § 4º, da CLT. Nestes 06 (seis) dias mensais, o reclamante laborava aproximadamente 09 (nove) horas, não 08 (oito), em razão da hora noturna reduzida. Diante disso, reconheço a procedência do pedido, de 01 (uma) hora, com o adicional de 50%, calculada
Pois bem.
Analisando-se os autos, verifica-se que nas fichas financeiras colacionadas aos autos (ID. 3f38018 - Pág. 1 a 36) não se vislumbra demonstração cabal do pagamento da hora noturna reduzida, mas há apenas a comprovação do pagamento do Adicional Noturno, em percentual legal, não existindo qualquer descrição que pudesse conduzir a conclusão de a jornada nesse período considerava a hora reduzida.
Evidente, portanto, que não houve comprovação do pagamento da hora noturna reduzida.
Ademais, ainda que restasse comprovada a tese de que as rubricas referentes ao adicional noturno serviriam para remunerar também a hora noturna reduzida, a condenação deveria ser mantida.
Isso porque, a tal prática dá-se o nome de salário complessivo, o qual é vedado pelo ordenamento juslaboral, consoante entendimento consubstanciado na Súmula 91 do TST.
Diante disso, mostra-se correto o entendimento adotado pela instância primária, ao acolher as alegações obreiras, uma vez que não foi demonstrado o pagamento da hora noturna reduzida no holerite.
Em tempo, mostra-se indevida a pretendida dedução de folgas compensatórias, eis que, se estas de fato foram concedidas, certamente não serviram para compensar labor que sequer era computado ou pago corretamente.
Com efeito, não tendo a Reclamada se desincumbido de provar o fato extintivo do direito do Autor (pagamento), o que era ônus seu, por força do disposto no art. 818, II, da CLT, e no art. 373, II, do CPC/2015, deve ser mantida a condenação que lhe foi imposta.
Por essas razões, nega-se provimento ao apelo da Reclamada.
d) ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA.
Insurge-se a Reclamada contra a condenação ao pagamento de adicional noturno sobre o labor trabalhado após as 5h da manhã.
Alega que a sentença violou o art. 73, §2º, da CLT, ao deferir o pleito de adicional noturno ao Reclamante. Aduz que a jornada do obreiro não se enquadra como noturna, mas sim como mista. Por fim, argumenta que o § 5º do art. 73 da CLT e o entendimento do C. TST consubstanciado na Súmula 60, que fazem menção à prorrogação da jornada noturna, em verdade, estariam se referindo à prestação de horas extras após a jornada noturna regular, não ao horário ordinariamente iniciado no período noturno e findo após das 5 horas da manhã.
A sentença foi proferida nos seguintes termos:
(...) DO HORÁRIO DE TRABALHO. DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA NOTURNA APÓS 05H DA MANHÃ
O reclamante aduz o cumprimento da jornada de trabalho, das 00h00min às 08h00min, em turnos ininterruptos noturnos de 08 (oito horas), até setembro/2013, e das 00h00min às 06h00min, em turnos ininterruptos noturnos de 06 (oito) horas, sendo que o respectivo adicional noturno é pago pela empresa demandada apenas até o horário das 05h00min da manhã, não levando em consideração o horário efetivamente laborado.
A parte autoral postula a percepção do adicional noturno (20%) sobre as horas que se seguiram à prorrogação do horário noturno , ou seja, após as 5h00min. A reclamada, por seu turno, sustenta a ex lege inaplicabilidade da Súmula nº 60, II, do C. TST, ao caso concreto. Dispõe a citada Súmula que 'Cumprid a integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às ', sendo que o art. 73, da CLT, em seu § 5º, estabelece que às prorrogações do trabalhohoras prorrogadas noturno, aplica-se o disposto neste artigo. Assim, ao contrário do alegado pela empresa, basta que haja prorrogação do labor

cumprido no horário noturno, das 22h00min às 05h00min, para que, assim, se configure devido o adicional noturno sobre tal prorrogação. No caso, conforme já explanado, durante o período imprescrito, o autor trabalhou em jornadas 08 (oito) horas e 06(seis) horas, respectivamente, dias nos quais faz jus ao adicional noturno sobre as horas trabalhadas após às 05h00min. Irrelevante, friso, que no horário consignado não havia labor em toda a jornada noturna legal (art. 73, § 2º, da CLT). O reclamante, pontuo, principiava o turno laboral noturno e mantinha o labor após às 05h00min, como demonstrado A Súmula referenciada visa à proteção ao labor em condições adversas, em jornada diurna . imediatamente após a noturna, por óbvio que não pode haver diferenciação, nesse aspecto, entre um empregado que inicia o trabalho às 22h00min e termina às 06h00min, de outro que o inicia às 23h00min e termina às 7h00min, por exemplo, sob pena de se desvirtuar o dispositivo jurisprudencial em exame. Saliente-se que não há negociação coletiva específica a respeito do tema, ao contrário do sustentado em defesa, diante do que, não há que se argumentar em pretensão de soma das vantagens da norma autônoma às vantagens da norma geral.

Assim sendo, diante dessa prova acima exarada, forçoso o Juízo deferir parcialmente o adicional noturno (20%) pretendido, do período de 11/05/2012 30/09/2013, sobre 18 (dezoito) horas extras mensais, e do período de 01/10/2013 a 11/05/2017, sobre 05 (cinco) horas extras mensais (...)

Examina-se.

É notório que o trabalho noturno provoca, no indivíduo, agressão física e psicológica, por supor o máximo de dedicação de suas forças físicas e mentais em período em que o ambiente físico externo induz ao repouso. Somado a isso, ele também tende a agredir, com substantiva intensidade, a inserção pessoal, familiar e social do indivíduo nas comunidades em que convive, tornando especialmente penosa para o obreiro a transferência de energia que procede em benefício do empregador.

Por tais razões, o Direito do Trabalho sempre tendeu a conferir tratamento diferenciado ao trabalho noturno, seja através de restrições à sua prática (de que é exemplo a vedação a labor noturno de menores de 18 anos), seja através de favorecimento compensatório no cálculo da jornada noturna (redução ficta) e no cálculo da remuneração devida àquele que labora à noite (pagamento do adicional noturno).

Se assim o é para aqueles que cumprem jornada noturna normal, com muito mais razão há de ser para aqueles que a iniciam no período noturno e a finalizam após as 5 horas da manhã, isto porque é evidente que o organismo do trabalhador ainda está sendo agredido pela falta de sono no horário biologicamente devido, sacrificando ainda mais o empregado.

Em suma, se o labor de 22h as 05h é remunerado com um adicional, considerando-se as consequências maléficas do trabalho nesse horário, com mais razão a continuação dessa jornada, após a labuta por toda a noite, deve ser quitada de forma majorada.

Esse entendimento encontra-se sedimentado na redação da Súmula nº 60, item II do TST, a saber:

SUM-60 ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

(-)

II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex-OJ nº 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)

Neste sentido, há entendimento reiterado deste Tribunal, assim como do C. TST, a saber:

RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA INICIADA ÀS 2H20. PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO. ADICIONAL DEVIDO. A legislação protetiva em relação ao labor noturno assegura ao trabalhador que cumpra jornada nesse período e que a estende para o período diurno o direito ao pagamento do adicional para o período prorrogado após as 5 horas (art. 73, § 5.º, CLT). A questão diz respeito à saúde do empregado, sendo devida em qualquer caso de prorrogação do trabalho noturno. Dessa forma, revela-se inteiramente adequado o entendimento da Súmula 60, II, do TST, à jornada mista, sendo esta iniciada em qualquer momento após as 22h (ou mesmo antes) e concluída em horário posterior às 5h.Basta que haja jornada cumprida em período noturno, prorrogada para o período diurno. Precedentes. Recurso de revista conhecido e não provido. (RR - 84100-68.2009.5.09.0656 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 22/08/2012, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/08/2012)

HORA NOTURNA REDUZIDA. HORÁRIO MISTO. JORNADA DE TURNOS ININTERRUPTOS. ACORDO COLETIVO. HORA EXTRA. Considerando a existência de labor preponderantemente em horário noturno e a prorrogação da jornada até as 6h30, os empregados nessa situação fazem jus à remuneração das horas que ultrapassarem o horário das 5h, como horas noturnas reduzidas, bem como à incidência do adicional noturno de 20% sobre tais horas.Ainda, é devido adicional de 50% ou o convencional, se mais benéfico, caso seja ultrapassada a jornada de 8 horas diárias, levando-se em conta o horário reduzido e sua prorrogação. Uma vez devida a verba, incidem seus reflexos em DSR, 13º salário,

férias + 1/3, adicional noturno e depósitos fundiários (8%). Recurso conhecido e não provido. (TRT11, RO 0000675-05.2014.5.11.0401, 3ª Turma, Relatora: Maria de Fátima Neves Lopes, Data de julgamento: 12/08/2015) (grifou-se)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO BIENAL. Em relação aos interesses e direitos difusos e coletivos, não há que se falar em prescrição ou decadência para a propositura de ação civil pública, mesmo tratando-se de reparação genérica por danos causados. No entanto, em relação às ações coletivas atinentes a reparação dos danos individualmente sofridos pelos trabalhadores (interesses e direitos individuais homogêneos), aplica-se a prescrição comum prevista no art. 7º, XXIX, da CF/88. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA PRORROGADA. A prorrogação da jornada noturna gera direito a adicional noturno sobre as horas prorrogadas, conforme aplicação do item II da Súmula nº 60 do TST. DEDUÇÃO. A dedução, que pode ser autorizada de ofício pelo juiz, refere-se a valores pagos sob o mesmo título e visa evitar o enriquecimento sem causa. Recurso ordinário da reclamada conhecido e parcialmente provido. (TRT11, RO 0000446-13.2012.5.11.0014, 2ª Turma, Relatora: Ruth Barbosa Sampaio, Data de julgamento: 12/08/2014) (grifou-se)

No presente caso, uma das jornadas de trabalho do Autor, de 00h às 08h ou de 00:00h as 06:00h era iniciada no período noturno, razão pela qual resta claro o direito dele ao recebimento do adicional noturno sobre as horas trabalhadas após as 5 horas de manhã, consideradas como prorrogadas, nos termos da lei, consoante primeiro precedente colacionado acima.

Por essas razões, **nega-se provimento** ao apelo da Reclamada.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral**do acórdão dentro do tópico recorrido, conforme se verifica às fls.22, 23 e 24 doapelo,o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001724-68.2015.5.11.0006

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
ADVOGADO	MARCEL DE QUEIROZ MARTINS(OAB: 9676/AM)
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
RECORRIDO	ANDRE JOBIM NETO
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	ELY PENA DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE JOBIM NETO
- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s): BANCO BRADESCO S.A.

Advogado(a)(s): MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO

Recorrido(a)(s): ANDRE JOBIM NETO

Advogado(a)(s): THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -

DO PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido (id. b0e99f4de intimação exclusiva ao patrono Mauro Paulo Galera Mari, ante a verificação de ausência de poderes nos autos. Destaco que, a despeito do documento de id. b0e99f4, juntado ao processo em7/2/2018 a parte recorrente, em23/8/2019, efetuou a juntada de nova procuração e substabelecimentos aos autos (ids. 4a03a06e80fe50e), dos quais não consta o nome do referido advogado, tampouco ressalva de poderes conferidos aos antigos patronos, o que implica revogação tácita do mandato anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. 15fe997; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. 4f64d03).

Regular a representação processual (id. 80fe50e).

Satisfeito o preparo (ids. bbe7072, 141cfd0, 4528e3c e 90fa285).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização/Correção Monetária.

Alegação(ões):

- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à: Orientação Jurisprudencial nº 300 da SBDI-I/TST.
- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º;inciso II do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º;artigo 97 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 39 da Lei nº 8177/1991; §7º do artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recorrente alega quea decisão da Turma, no sentido de que seja observada a utilização do IPCA-E como índice de correção monetária dos créditos a partir de 25/03/2015, viola direta e expressamente o art. 39, caput, da Lei nº 8.177/91.

Assevera ainda que a decisão viola: o art. 5º, XXXVI, da CF, e contraria a OJ nº 300 da SbDI-I/TST; o art. 5, II, da CF, pois, praticaato de substituição normativanão autorizada, como se legislador fosse, foge da tipificação já legalmente feita e cria novos parâmetros de correção financeira; odevido processo legal, previsto no art. 5º, LIV, da CF, pois, surpreende o jurisdicionado com a aplicação de índice de correção monetária criado pelo próprio julgador, ao menoscabo da plena observância das regras preestabelecidas pelo legislador ordinário.

Prossegue alegando que o acórdão combatido viola as diretrizes traçadas pelo art. 2º, da CF, porquanto usurpa as competências do Poder Legislativo ao determinar a aplicação de índice de correção monetária não prevista em nenhuma lei, a demonstrar típico caso em que o Poder Judiciário está a atuar na reprovável condição de legislador positivo. Por fim, sustenta que violaa Súmula Vinculante nº 10 do STF, e viola o art. 97 da CF, decisão turmária que afasta a incidência do art. 879, §7º, da CLT, declarando indiretamente a sua inconstitucionalidade, sem observar a cláusula de reserva de plenário.

Consta no v. acórdão (id. 5abf4bc):

'(...)

Recurso do Reclamado. Juros de Mora. Correção Monetária. IPCA-E.

Insurge-se ainda o banco reclamado da sentença quanto ao estabelecimento do índice IPCA-E para a correção dos débitos trabalhistas, conforme decisão adotada no IUJ n.º 0000091-69.2017.5.11.0000. Pugna a recorrente pela aplicação da TR, nos termos do § 7º do art. 879 da CLT e dos juros da fazenda pública.

Analiso.

Sobre o tema, entendo que a inclusão do § 7º ao art. 879 da CLT, pela Lei 13.467/2017, não tem o condão de afastar a inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de atualização monetária, reconhecida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF, porque o citado dispositivo remete expressamente à Lei 8.177/91, cuja inconstitucionalidade material foi reiterada pelo Plenário da Corte Superior Trabalhista, em observância à ratio decidendi do julgamento das ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425.

Ademais, o entendimento firmado pelo Pleno do TST, no sentido de que os créditos trabalhistas devem ser atualizados pelo IPCA-E, em substituição à TR, deve ser mantido, até o julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, em controle difuso, do § 7.º do artigo 879 da CLT, suscitado pela Subseção II Especializada em Dissídios Individuais da Corte Superior Trabalhista, em sessão realizada em 13/3/2018, no julgamento do processo TST-RO-24059-68.2017.5.24.0000.

Diante de todo o exposto, os critérios de correção monetária das condenações trabalhistas devem seguir os índices previstos na legislação vigente em cada período de regência, respeitada a aplicação do IPCA-E, a partir de 25/03/2015, mesmo após o advento da Lei 13.467/2017.
Recurso não provido.
(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas.
Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.
Ademais, não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2; Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4; Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3; Turma, DEJT de 13.11.2009).
Todaviaa parte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da9?Região, de seguinte teor:
'[...] A correção monetária dos créditos deferidos ao Autor deverá ser feita, até 25/03/2015, pela aplicação da TR, índice cuja adoção é determinada noart. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Observe-se que o índice a ser aplicado para a correção monetária dos créditos deferidos à parte autora, até 25/03/2015, deve ser a TR, índice cuja adoção é determinada no art. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Nesse sentido é o entendimento prevalecente nesta e. Turma, conforme precedente 0000972-50.2016.5.09.0125, julgado na sessão de 28/02/2018, da lavra de relatoria da Exma. Des. Sueli Gil El Rafihi, a quem se pede vênia para transcrever seus bem lançados fundamentos: [...] No entanto, observe-se que a partir de 11/11/2017 (entrada em vigor da Lei 13467/2017 (Reforma Trabalhista), o art. 879, §7º, determinou, expressamente, a utilização da TR para atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial. Registre-se que não há inconstitucionalidade declarada acerca deste novel dispositivo, sendo certo também que se trata de opção do legislador a adoção da TR como índice de correção monetária. No Brasil há vários índices de correção monetária, competindo ao legislador dizer aquele que entende aplicável. Tal função não compete ao julgador que estaria ingressando em discricionariedade indevida, apontando o que entende melhor e mais adequado, tarefa primária do Poder Legislativo. Por certo, ao adotar a TR o legislador da Reforma considerou que os juros de mora trabalhista são diferenciados de 1% ao mês, conforme previsão do art. 39, §1º, da lei 8.177/1991, de tal modo que tais critérios não devem ser alterados no âmbito da jurisdição, sob pena de desrespeito à tripartição dos Poderes desenvolvida por Montesquieu. Assim, determina-se que se aplique, como índice de correção monetária, a TR até 25/03/2015; e a partir de 26/03/2015, o IPCA-E, limitado à data de 11/11/2017, a partir da qual deverá ser utilizada a TR. [...]' [[TRT 9 - 0000332-18.2017.5.09.0673, Relator Paulo Ricardo Pozzolo, 6ª. Turma, Publicado no DEJT de 10/08/2018. Disponível em: https://pje.trt9.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=2&p_id=F2l4tBBGBqo%3D&p_idpje=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_num=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_npag=x]'.
Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.
Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.
Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO
Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0002198-32.2012.5.11.0010

Relator JOSE DANTAS DE GOES

AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO(OAB: 1724/AM)
ADVOGADO	PEDRO LUCAS LINDOSO(OAB: 4543/DF)
ADVOGADO	FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA(OAB: 102764/MG)
AGRAVADO	MANOEL JOSE DE SANTANA
ADVOGADO	ALINE MARIA PEREIRA MENDONCA(OAB: 3242/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Advogado(a)(s): RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO (EXCLUSIVIDADE - ID. 7123ad0) E OUTROS (AM - 1724)

Recorrido(a)(s): MANOEL JOSÉ DE SANTANA

Advogado(a)(s): ALINE MARIA PEREIRA MENDONÇA (AM - 3242)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, por força do artigo 775 da CLT (decisão publicada em 15/08/2019 - id. d3b9811; recurso apresentado em 27/08/2019 - id. 5df46fb).

Regular a representação processual (id. 13ee957).

O juízo está garantido (id. 8689e94, a615def).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Recurso de Revista / Fase de Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Suspensão do Processo.

Alegação(ões):

- violação do(s) alínea "l" do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal.

Alega a recorrente:

"O r. Acórdão que apreciou os últimos Embargos Declaratórios incorreu em flagrante violação à competência constitucional conferida ao Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, de acordo com notícia levada ao Tribunal recorrido, a Recorrente requereu, expressamente, **o chamamento do feito à ordem em razão de recente decisão (Id aed0e0f), prolatada pelo Exmo Sr. Ministro Dias Tófoli, do Supremo Tribunal Federal, que, em sede liminar, nos autos da Medida Cautelar da Petição n. 7755 Distrito Federal, determinou a suspensão de todas as ações trabalhistas, em qualquer fase, que tratam de Complemento de RMNR, aplicando-se integralmente ao presente caso, que possui idêntico objeto**".

Consta no v. acórdão (id. 37ed9c0):

"(...)

MÉRITO

AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA

IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS. RESPEITO À COISA JULGADA.

A Agravante aduz que a decisão a quo não atentou para o fato de que os valores de salário e de complementação de RMNR são pagos de acordo com o labor do Exequente, ou seja, descontando falta, licença e outros.

Por fim, alegou que os valores indicados no cálculo homologado, em relação aos meses de janeiro, março, maio e junho de 2008 estariam majorados, em patamar equivalente ao dobro devido e que não se deve considerar os valores consignados nos contracheques do Agravado, pois o pagamento do complemento de RMNR, nos citados meses, não foram pagos conforme os valores indicados nos contracheques, que estariam erroneamente grafados, mas sim em valor inferior.

O Juízo de primeiro grau indeferiu o pleito sob os seguintes fundamentos (ID. 09f89d9):

II. FUNDAMENTOS

Compulsando-se os autos, verifico que a embargante, notificada a se manifestar sobre a penhora online ID 9eb79b3, quedou-se inerte. Todavia, a penhora foi parcial, pois não estavam inclusos nos cálculos os honorários advocatícios, conforme decisão ID 8689e94. Assim, notificada a embargante para pagamento e expirado o prazo, foi realizada nova penhora via BacenJud (ID a615def), no valor dos honorários sindicais, sendo frutífera e ensejando os presentes Embargos à Execução.

Cumpre esclarecer que não houve exclusão dos dias não trabalhados para fins de cálculo da diferença de RMNR, isso porque a natureza jurídica da RMNR é eminentemente salarial.

Desta forma, o valor devido pela Embargante a título de "complemento da RMNR" independe da prestação, ou não, de serviço. Independe se o empregado está em gozo de férias, de licença paternidade/maternidade ou em licença médica. Não há que se falar em cálculo proporcional.

Ademais, a matéria em foco traduz os termos da decisão exequenda e, nos cálculos anteriormente elaborados, não embargados, não constaram os honorários sindicais insertos no título executivo. Trata-se de evidente correção de erro material em

obediência à coisa julgada. Assim, julgo improcedentes os embargos.

Acertada a decisão primária.

Ab initio, vale transcrever trecho do título exequendo (ID. 3d418d9 - Pág. 4/5).:

MÉRITO. COMPLEMENTO DE RMNR.

(...)

Por fim, no tocante aos parâmetros de liquidação, tendo em vista que o reclamante juntou somente os contracheques do período de outubro/2007 a maio/2012 (fls. 54/115), e considerando que o ônus de acostar tais documentos a ele pertencia, o cálculo do complemento de RMNR de junho/2012 a outubro de/2012 deverá ser elaborado com base no último salário trazido aos autos (maio/2012 - fl. 115)

(...)

III - DISPOSITIVO:

Pelo exposto e tudo o mais que dos autos consta, rejeito a preliminar de prescrição total, e no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos constantes na Reclamatória ajuizada por MANOEL JOSÉ DE SANTANA para condenar a Reclamada, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, a pagar a quantia de R$ 604.058,90 a título de Complemento de RMNR, no período de outubro/2007 a outubro/2012, e reflexos em férias + 1/3, 13º salário e FGTS (8%), além de encargos previdenciários e fiscais e honorários sindicais. Deferidas, ainda, as parcelas vincendas na vigência do ACT 2011/2013, ou seja, até 31/08/2013 (fls. 129/130), as quais serão liquidadas oportunamente. O FGTS deverá ser depositado na conta vinculada do reclamante, no prazo de 48 horas a partir do trânsito em julgado da sentença. Concedido o benefício da justiça gratuita ao reclamante, com supedâneo no art. 790, §3º, da CLT e art. 4º da Lei n. 1.060/50. Encargos, juros e correção monetária na forma da lei. Improcedentes os demais pleitos. Tudo nos termos da Fundamentação e da planilha anexa que integra a presente decisão para todos os efeitos. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R$ 11.844,29, nela já inclusas. Cientes as partes (fls. 204). E, para constar, foi lavrado o presente termo.

Pois bem.

Como se nota, não há determinação de dedução dos dias de afastamento do Exequente no título executivo e, por outro lado, há determinação expressa para que os cálculos sejam elaborados com base nos salários consignados nos contracheques acostados pelo Reclamante.

Diante disso, insta dizer ser vedada a rediscussão da sentença liquidanda, que implique em sua alteração ou desrespeito, sob pena de ofensa aos artigos 879, §1º da CLT c/c artigo 509 do CPC/2015, a saber:

(...) CLT

Art. 879 (...) (...) § 1º - Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.

CPC/2015

Art. 509. (...) (...) § 4º Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou. (...)

Nesse sentido, temos:

(...) LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA MATERIAL. OBSERVÂNCIA ESTRITA*.Nos termos do que dispõe o § 1º do art. 879 da CLT, sob pena de ofensa à coisa julgada, é vedado às partes, na fase de liquidação de sentença, modificar ou inovar a decisão exequenda ou discutir matéria pertinente à causa principal. (TRT-12 - AP: 02906200900512867 SC 02906-2009-005-12-86-7, Relator: ROBERTO BASILONE LEITE, SECRETARIA DA 2A TURMA, Data de Publicação: 14/03/2016)*

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. COISA JULGADA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. INADMISSIBILIDADE.A coisa julgada possui limites estreitos, os quais não comportam interpretação extensiva, de modo a modificar a essência do julgado. Imprescindível o respeito aos limites cognitivos ínsitos à coisa julgada. Inteligência do art. 879, § 1º, da CLT. Homenagem à indispensável segurança jurídica. (TRT-1 - AGVPET: 330002019995010342 RJ, Relator: Maria Aparecida Coutinho Magalhães, Data de Julgamento: 30/07/2013, Oitava Turma, Data de Publicação: 12-08-2013) (...)

Por oportuno, ressalte-se que o tema já se encontra pacificado na esfera deste Regional, o qual editou a Súmula nº 12, abaixo transcrita:

(...) SÚMULA Nº 12. IRRESCINDIBILIDADE DE SENTENÇA OU ACÓRDÃO POR FORÇA DE AGRAVO DE PETIÇÃO*. É incabível, na execução, a parte voltar a questionar matéria discutida na fase de conhecimento já transitada em julgado. (...)*

Logo, diferentemente do que defende a Agravante, correta a conta de liquidação que não deduziu os dias de afastamento do Exequente no título executivo e elaborou os cálculos com base nos salários consignados nos contracheques acostados pelo Reclamante.

Ante a impossibilidade de modificação da coisa julgada, **nega-se provimento** ao Agravo de Petição da Executada.

(...)"

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o

prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. Ressalto que a mera transcrição do acórdão de embargos declaratórios não supre os requisitos do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Por fim, os argumentos expendidos pela parte recorrente não atendem o propósito de impugnar os fundamentos em que está assentado o acórdão que analisou o agravo de petição, situação que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.

Ainda que ultrapassado este óbice, seria inviável o seguimento do recurso neste tópico, uma vez que, como bem registrou a Turma, a recorrente/executada não citou qualquer omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão embargado, nem mesmo discutiu requisito de admissibilidade recursal, limitando-se a requer a suspensão do processo.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0000204-02.2017.5.11.0007

Relator	DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR
AGRAVANTE	V M DA CRUZ - EPP
ADVOGADO	ANDERSON SALES DE SOUZA(OAB: 8760/AM)
AGRAVADO	WALMIR PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO	JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR(OAB: 9483/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- V M DA CRUZ - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	V M DA CRUZ - EPP
Advogado(a)(s):	ANDERSON SALES DE SOUZA (exclusividade - id.
Recorrido(a)(s):	WALMIR PINHEIRO DA SILVA
Advogado(a)(s):	JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JÚNIOR

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 01/08/2019 - id. 74ac848; recurso apresentado em 13/08/2019 - id. 398a2c0).

Regular a representação processual (id. 4e87522).

O juízo está garantido (id. 25b754c).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Recurso/Recurso de Revista/Fase de Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Benefício de Ordem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Formação,

Suspensão e Extinção do Processo/Suspensão do Processo.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Desconsideração da Personalidade Jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Cerceamento de Defesa.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º;inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 139 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 369 do Código de Processo Civil de 2015;inciso IV do §3º do artigo 447 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 442 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; parágrafo único do artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 141 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 225 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 322 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 1013 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 50 da Lei nº 10405/2002;inciso I do artigo 655 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 620 do Código de Processo Civil de 2015.
Sustenta a ausência de proporcionalidade no processo de execução, em face da indicação do direcionamento da execução à Reclamada e seus sócios, por não ter esgotado todas as buscas por ativos financeiros, em nome da executada e de seus sócios, bem como o fato de a executada continuar exercendo atividade comercial em nossa cidade.
Alega que houve equívoco, erro material evidente, uma vez que não houve a intimação do advogado da 2a Litisconsorte, o qual encontra-se devidamente habilitado nos autos e requereu que todas as intimações fossem realizadas em seu nome, requerendo, desde já a sua retificação ou nulidade.
Prossegue argumentando que não foram realizadas consultas ao BACEN JUD, em nome da reclamada e de seus sócios.
Requer a suspensão do processo em caráter liminar, sob pena de causar prejuízo à autora da presente ação, uma vez verificada a nulidade procedimental, até para proteger inclusive, a sua insolvência e créditos trabalhistas como o salário dos funcionários.
Sustenta que houve cerceamento de defesa, pois, a sua citação não se deu por mandado de citação.
Consta no v. acórdão (id. 26f6013):
'(...)
É O RELATÓRIO
VOTO
Conheço do Agravo de Petição, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.
O agravado ajuizou Reclamatória inicialmente em face de **HOME VIGILÂNCIA SEGURANÇA LTDA., SABORES VEGETAIS DO BRASIL LTDA, MERCADINHO SÃO JORGE - VM DA CRUZ - EPP**, tendo sido posteriormente incluída a agravante como Litisconsorte. Em 03/08/2017 foi entabulado acordo entre a reclamada principal **HOME VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** e o agravado, na presença da agravante, conforme Ata de Audiência de Id 27dc041. O ajuste previu expressamente a permanência das litisconsortes na lide com responsabilidade subsidiária. Em 07/11/2017 o reclamante agravado informou mediante Petição Id cb09b40 o seu não cumprimento, pelo que o Juízo a quo deu início à execução mediante Decisão de Id 32c839c. Inicialmente contra a reclamada principal, através de consulta aos sistemas Bacenjud (Id 41e5561), Renajud (Id 9532e53) e Infojud (Id 258a13a), com respostas infrutíferas. A partir do fracasso destas pesquisas patrimoniais, a Execução foi redirecionada para a agravante, mediante Decisão de Id edefa13.
A agravante alega em seu Recurso ter havido erro material, em face da não intimação do seu patrono da Decisão de redirecionamento da execução, bem como que a Reclamatória foi ajuizada contra outras pessoas, não restando contra si comprovada a existência de relação de trabalho com o empregado demandante. O acordo foi celebrado com a reclamada e a primeira litisconsorte (revel) não foi alvo de restrições patrimoniais. Sua citação não foi por mandado e sim por notificação ao seu Patrono em Diário Oficial. Também alega que o Juízo determinou o pagamento obrigatoriamente em dinheiro, quando a garantia pode ser realizada por vários outros meios, seguindo ordem de preferência e alternativa dadas pelo art. 655 do CPC.
A reclamatória foi processada, desde sua gênese, de forma eletrônica. Esta modalidade proporciona benefícios como a celeridade e a notificação eletrônica das partes e, aos patronos, a de acompanhar suas intimações e movimentação processual.
A alegação de ausência de intimação do advogado da agravante acerca do redirecionamento da execução seria fato obstativo caso houvesse prejuízo manifesto à parte, mais especificamente com relação a prazos, o que não se verificou no processo em tela, tendo em vista que a parte apresentou razões normalmente poucos dias depois.
A citação para cumprimento da execução realizada pro intermédio do advogado do agravante foi realizada regularmente, já que o advogado da parte encontra-se cadastrado regularmente no sistema PJe, sendo o mesmo advogado que lhe assistiu deste a fase de conhecimento. Da mesma forma, a agravante vem acompanhando o processamento da reclamatória desde o início, sendo a única

parte do polo passivo a apresentar contestação escrita. A comunicação processual, denominada de 'citação', serve como intimação para cumprimento da Sentença no presente caso, sem necessidade dos rigores da citação inicial. Ademais, o processo de comunicação foi realizado de maneira eficaz, sem perda de prazo e de oportunidade. Por fim, a recorrente esteve presente à Audiência no qual foi entabulado acordo, onde especificou-se a responsabilidade subsidiária dos litisconsortes.

Rejeitam-se, pois, as alegações de erro material e cerceamento de defesa por defeito da citação, intimação ou notificação do agravante.

A agravante a prerrogativa de 'preferência' do artigo 655/CPC, deve ser interpretada caso a caso. Embora favoreça o credor, não pode inviabilizar a execução. A preferência precípua por pagamento ou garantia em dinheiro, seja ele numerário ou disponibilidade em conta corrente, se justifica por sua plena liquidez.

Pede-se o desbloqueio de contas, sob a alegação de que não se esgotaram as tentativas de medidas restritivas patrimoniais contra a reclamada, sobretudo pelo risco de inadimplência das demais obrigações trabalhistas de contratos em curso e risco de insolvência.

A respeito do redirecionamento da execução para a devedora condenada subsidiariamente, este Regional firmou entendimento que não é necessário o esgotamento de todos os meios executórios contra a devedora principal.

SÚMULA Nº 27: EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. na execução contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto à devedora principal.

Consolida o entendimento jurisprudencial acerca do tema que vem se cristalizando majoritariamente no C. TST, conforme apreende-se dos julgamentos, a seguir transcritos:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - EXECUÇÃO - REDIRECIONAMENTO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - PRETENSÃO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA RESPONSÁVEL PRINCIPAL - DIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO À RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIA - BENEFÍCIO DE ORDEM . Nos termos da Súmula nº 331, IV, do TST, reconhecida a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, não configura inobservância ao benefício de ordem a ausência de desconstituição da personalidade jurídica da primeira reclamada, pois para acionar o responsável subsidiário basta o inadimplemento da obrigação pelo devedor principal. Precedentes. Agravo desprovido. (TST - Ag-AIRR: 1545009820115210011, Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 21/11/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. A jurisprudência desta Corte Superior é firme quanto à possibilidade de redirecionamento da execução ao devedor subsidiário que participou da relação processual na fase de conhecimento, quando infrutífera a execução contra o devedor principal, hipótese dos autos, inexistindo benefício de ordem entre o responsável subsidiário e os sócios do devedor principal. Incólumes, portanto, os dispositivos invocados. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TST - AIRR: 934420125020039, Relator: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 28/11/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/11/2018)

Verifica-se, portanto, que o procedimento executório adotado pelo Juízo a quoé regular e de acordo com o entendimento jurisprudencial majoritário, nada havendo a reformar.

Ex positis, nega-se provimento ao Agravo de Petição.

(...)'

Em se tratando de recurso de revista em agravo de petição, prejudicada a análise dadivergência jurisprudenciale da legislação infraconstitucional apontada como violada, por força do §2º do art. 896 da CLT.

Assim, resta prejudicada a análise dos seguintes tópicos:

suspensão da execução, desconsideração da personalidade jurídica, insolvência da executada e impenhorabilidade de sua conta, cerceamento do direito de defesa - bloqueio eletrônico

Analisando o mérito das alegações recursais, registro que afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do recurso de revista, é a que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. É indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Não procede a invocação de preceito genérico que não se relacione especificamente com o tema sobre o qual a parte recorrente manifesta seu inconformismo.

Quantoà alegação de ofensa direta e literal ao artigo 5º, incisos, II, XXXV, LVda Constituição da República, deve se esclarecer que a parte recorrente não está sendo privada de seus bens sem o devido processo legal pois vem interpondo sucessivos recursos perante este Tribunal ou no Tribunal Superior do Trabalho. Ressalto quea alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

Da mesma forma, não se vislumbra possível afronta ao direito de propriedade da parte recorrente, porque em todas as fases do processo vem se observando os preceitos que regulam a execução

trabalhista.

Ademais, não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2; Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4; Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3; Turma, DEJT de 13.11.2009).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000877-62.2017.5.11.0017

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	D DE AZEVEDO FLORES - ME
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
RECORRIDO	IZENILDA DA SILVA ALVES
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA(OAB: 7274/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- D DE AZEVEDO FLORES - ME
- IZENILDA DA SILVA ALVES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.HENRI DHOUGLAS RAMALHO(SP - 341022)
Recorrido(a)(s):	1.IZENILDA DA SILVA ALVES
Advogado(a)(s):	1.ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA LUSTOSA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. 81ef48b ; recurso apresentado em 15/08/2019 - id. c5d1e64).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.

- divergência jurisprudencial.

Sustenta que o Estado foi condenado com base no mero inadimplemento (culpa presumida), à míngua de qualquer prova cabal de falha de fiscalização, mediante a indevida inversão do ônus da prova.

Consta no v. acórdão (id. a0258c1):

'(...)

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE

a) APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331, TST. ADC Nº 16/STF. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, §1º, LEI Nº 8.666/93.

Defende a Reclamante que o Litisconsorte deve ser responsabilizado subsidiariamente pelas verbas da condenação, uma vez que restou evidenciada a sua conduta culposa no

cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço Reclamada.

A sentença de piso indeferiu a responsabilidade do Ente Público, nos seguintes termos (ID. c6a76cf - Pág. 9):

(...)

Entretanto, passei a entender que não há como imputar a responsabilidade ao ente público nos casos análogos ao presente, pois é público e notório que a parte reclamada parou de quitar os salários dos seus trabalhadores em virtude do bloqueio das contas pela Justiça Federal, no âmbito da investigação da Operação Maus Caminhos, não havendo falar, portanto, em falta de fiscalização, pelo Estado, do cumprimento das obrigações trabalhistas, pois, ainda não o fizesse, seria impossível a ele evitar a inadimplência.

Desta feita, considerando que a ausência de pagamento dos salários da trabalhadora ocorreu, exclusivamente, em decorrência de conduta ilícita imputada à reclamada, não há falar, portanto, em responsabilidade do litisconsorte, mesmo subsidiária quanto a esses títulos, pois, em termos práticos, não tinha como forçar a ré ao adimplemento das parcelas rescisórias, já que não mais tinha acesso aos valores bloqueados em razão da citada operação.

Pelo exposto, julgo improcedente o pleito.

Pois bem.

Antes da análise dos argumentos levantados pela Recorrente, necessário se faz tecer breves comentários acerca da responsabilidade subsidiária da Administração Pública quando figura como tomadora de serviços.

Hodiernamente, a figura da terceirização vem sofrendo críticas em face da sua utilização inadequada no processo produtivo em que o empregado é inserido, precarizando ainda mais os direitos dos trabalhadores terceirizados, já que, genericamente, não usufruem dos mesmos direitos previstos para a categoria dos empregados do tomador de serviços.

O fenômeno da terceirização tem servido para alijar o trabalhador ainda mais dos meios de produção. Sua integração social, que antes se imaginava pelo exercício do trabalho, hoje é impensável. O trabalhador terceirizado não se insere no contexto da empresa tomadora; é sempre deixado de lado até para que não se diga que houve subordinação direta entre a tomadora dos serviços e o trabalhador (Maior, Jorge Luiz Souto. Pelo Cancelamento da Súmula nº 331 do TST. Material da 3ª aula da Disciplina Atualidades em Direito do Trabalho, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Televirtual em Direito e Processo do Trabalho - Anhanguera - UNIDERP - REDE LFG).

A lei, em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador do serviço na hipótese de ausência de fiscalização.

A propósito, dispõe a Súmula nº 331 do TST, nos seus itens IV, V e VI ,de acordo com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, in verbis:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

O art. 37, §6º, da Constituição é o respaldo por excelência dessa responsabilidade supletiva. Vale registrar que a condenação subsidiária não coloca a Litisconsorte como principal devedora, mas sim possibilita que a execução possa ser direcionada contra ele, na hipótese de a Reclamada não ter condições de arcar com a condenação que lhe está sendo imposta.

Afinal, o valor social do trabalho é fundamento da República Brasileira (art. 1º, IV, da CF/88), o trabalho figura como um dos direitos sociais (art. 6º da CF/88), o princípio da valorização do trabalho é estruturante da ordem econômica (art. 170, CF/88) e a ordem social assenta-se no primado do trabalho (art. 193, CF/88).

Em razão do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, que declarou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/1993, o Tribunal Superior do Trabalho alterou o item IV da referida Súmula nº 331, acrescentando os itens V e VI.

No aspecto, deve-se ressaltar que a alteração do item IV da Súmula 331 do TST, por meio da Resolução 96/2000 do mesmo Órgão não mais subsiste. Com efeito, novas alterações no enunciado em questão foram implementadas por meio da Resolução 174/2011, que trouxe nova redação ao item IV e inseriu os itens V e VI à redação.

Restou, então, pacífico o entendimento de que não é possível a condenação do ente público por dívidas trabalhistas de suas contratadas de forma objetiva, porém, se restar provada a culpa da Administração no exercício do poder de fiscalizar a prestadora do serviço, aí sim, subsiste a responsabilidade para com o crédito

trabalhista.

Esclareça-se que a Súmula 331 somente enuncia o entendimento jurídico que tem respaldo na aplicação do artigo 71 da Lei nº 8.666/93 c/c os arts. 186 e 927 do Código Civil, à luz dos fundamentos exposto no julgamento da ADC nº 16. Não se trata, portanto, de exercício legislativo pelo C. Tribunal Superior do Trabalho, mas de uma síntese hermenêutica do ordenamento jurídico brasileiro, compreendido holisticamente, para os casos de terceirização.

Vale dizer: continua prevalecente a teoria da culpa (in vigilando) a respaldar a obrigação (arts. 186 e 927 do CCB), ou seja, a responsabilidade deixou de ser objetiva e passou a ser subjetiva.

Assim vem decidindo o TST, consoante se verifica pelos arestos a seguir colacionados:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA NÃO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF*. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida. Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo não provido. (Ag-AIRR - 91700-24.2006.5.04.0030, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 15/06/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a)*

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL REGIONAL. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC 16 (SÚMULA 331, V, DO TST). *O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública. No mesmo passo, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). Esse entendimento confere maior eficácia aos preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). Assim, o reconhecimento pelo Tribunal Regional da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em decorrência da constatação da omissão culposa do Ente Público na fiscalização do contrato, enseja a aplicação da Súmula 331, V, do TST. Óbice do art. 896, § 4.º, da CLT e da Súmula 333 do TST ao processamento do recurso. Recurso de revista não conhecido. (RR - 10768-52.2013.5.01.0203 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 08/06/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a.)*

Extrai-se destes arestos, portanto, que, para a configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, mister que haja o elemento subjetivo, qual seja, a ***culpa in vigilando*** do ente público na fiscalização das atividades da empresa contratada.

Assim, a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada pelo Excelso Pretório no julgamento da ADC nº 16, não afastou o entendimento consubstanciado no verbete sumular. Logo, subsiste a **responsabilidade subsidiária**, não havendo que falar em ofensa ao art. 5º, II; art. 37, II, XXI e § 6º e art. 97, todos da CF ou à Súmula nº 10 do STF.

Desse modo, a controvérsia não se refere à constitucionalidade ou não do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, mas se restringe ao cumprimento das demais obrigações expressamente contidas na Lei nº 8.666/93, em especial, as do art. 67, relacionadas à fiscalização do contrato de prestação de serviços, matéria sobre a qual a seguir se aprofundará.

b) RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CULPA. FALTA DE FISCALIZAÇÃO DO TOMADOR DE SERVIÇO.

Frisa a Recorrente que inexiste nos autos comprovação de fiscalização do contrato pelo Litisconsorte, sob argumento de que

caso a fiscalização tivesse ocorrido de forma regular, a fraude ocorrida através da Operação Maus Caminhos seria evitada. Asseverou, ainda, que seria impossível a parte autora produzir provas documentais de que houve omissão do Estado na fiscalização do contrato com a Reclamada.

Ao exame.

Nesse momento, tendo em vista que a colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer, em reiterados julgamentos, a imprescindibilidade da prova, em cada caso, da conduta da entidade pública que evidenciaria a sua culpa in omittendo, in eligendo ou in vigilando (Rcl 19.458-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.937-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.982-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl20.285-AgR/RL Rel. Min. TEORI ZAVASCKI,v.g.): do Supremo Tribunal Federal, passa-se a essa análise.

Como já destacado acima, a responsabilidade do ente público advém da culpa in vigilando.

É que não rara é a condescendência, ainda que sem dolo ou culpa, dos agentes públicos encarregados, tanto na escolha da prestadora quanto na falta ou insuficiência de acompanhamento da execução do contrato.

Restou demonstrado, nos autos, que a Litisconsorte se beneficiou dos serviços prestados pela Reclamante, através de contrato de prestação de serviços realizado com a Reclamada nos termos da Lei nº 8.666/93, consoante com o depoimento da testemunha arrolada pela Reclamante, a saber: (ID. ec939a3)

*'**que trabalhou na reclamada prestando serviços na UPA da Campos Salles**; que pegava o trabalho às 07h00 e largava às 19h00; que a reclamante trabalhava no mesmo horário; que uma equipe subia para o almoço às 12h00 e voltava às 13h00 e a outra ia às 13h00 e voltava as 14h00. (...) '*

Na condição de tomadora dos serviços prestados, a Litisconsorte integrou a relação processual como coobrigada, estando apta a responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da contratada, pois é inadmissível relegar o trabalhador ao desamparo jurídico.

Considerando que a Administração Pública se beneficiou da mão de obra do Reclamante através de contrato de prestação de serviços, incumbia à mesma fiscalizar e exigir do prestador de serviço o cumprimento das obrigações trabalhistas, determinando o que fosse necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos exatos moldes do §1.º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§1º - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Assim, nos termos do dispositivo acima colacionado, fica claro que os contratos de prestação de serviços terceirizados devem ser acompanhados pelo ente público, através de agente designado para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, com fiscalização cuidadosa da folha de pagamento dos empregados da prestadora de serviços, em respeito ao dever de cautela a fim de prevenir eventual dano, pois os valores são repassados pelo ente público, o qual pode, na medida em que verificar qualquer irregularidade, proceder à retenção desses valores.

Some-se a isso que a Suprema Corte já se manifestou, no passado, sobre a responsabilidade da Administração Pública de fiscalizar as obrigações trabalhistas relativas aos empregados terceirizados, sob pena de caracterizar-se culpa in vigilando ou in eligendo, a saber:

Agravo Regimental na Reclamação. Responsabilidade Subsidiária. Artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Constitucionalidade. ADC 16. Administração Pública. Dever de fiscalização. responsabilidade da autarquia estadual. Afronta à Súmula Vinculante 10. Inocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. 1. A Administração tem o dever de fiscalizar o fiel cumprimento do contrato pelas empresas prestadoras de serviço, também no que diz respeito às obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado, sob pena de atuar com culpa in eligendo ou in vigilando. 2. A aplicação do artigo 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16, não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa. 3. A decisão que reconhece a responsabilidade do ente público com fulcro no contexto fático probatório carreado aos autos não pode ser alterada pelo manejo da reclamação constitucional. Precedentes: Rcl 11985- AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-050 DIVULG 14-03- 2013 PUBLIC 15-03-2013. 4. A ausência de juízo de inconstitucionalidade acerca da norma citada na decisão impugnada afasta a violação à Súmula Vinculante 10 desta Corte. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.' (Rcl14.048 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 02/02/2015) (grifou-se)

Ainda, a Instrução Normativa nº 2/2008 do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, que dispõe acerca das regras e diretrizes para a contratação de serviços por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), a qual

pode ser aplicada analogicamente aos casos de licitação nos demais âmbitos da federação, vem reforçar a ideia acima, ao dispor acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos em seus artigos 31 e seguintes.

Os artigos 34, 34-A e 35 da referida Instrução Normativa, em especial, descrevem os aspectos que devem ser fiscalizados pelo representante da Administração Pública na execução dos contratos, a saber:

***Art. 34**. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:*

(...)

§ 5º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) a prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição federal sob pena de rescisão contratual; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

i) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES - Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

***Art. 34-A O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções**, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento. (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)*

Parágrafo único. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009).

Art. 35. Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Parágrafo único. Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e no art. 19-A, inciso IV desta Instrução Normativa. (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009) (grifos atuais)

Ainda, faz-se necessário pontuar, neste sentido, que a observância de todos os preceitos da Lei nº 8.666/93 e suas regulamentações devem ser formalmente registradas pela Administração, formando, assim, prova pré-constituída. Consequentemente, no processo judicial, ela assume o dever de trazer a referida prova, ante o princípio da aptidão para a prova.

Além disso, de acordo com a boa-fé processual (art. 5º do CPC/15), cuja observância deve nortear a atuação do julgador, cumpre notar que seria desleal impor à parte autora o ônus de comprovar que a Administração - tomadora de serviço - não realizou a fiscalização do contrato com a Reclamada.

Isto porque, trata-se de prova de fato negativo, cuja desincumbência do encargo pela parte autora é excessivamente difícil, configurando-se como prova diabólica em desfavor do trabalhador, o que vai de encontro aos princípios mais elementares do ordenamento juslaboral.

Outrossim, a atribuição de prova excessivamente difícil ou impossível é repudiada pela lei adjetiva comum, consoante se infere do parágrafo segundo do art. 373 do CPC/15, in verbis:

Art. 373. (...)

§ 2º A decisão prevista no §1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo [[probatório] pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

A imposição da prova de fato negativo é também desprezada pela jurisprudência, a qual se transcreve:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CARACTERIZAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 331, V, DO TST. Do quadro fático delineado pelo TRT extrai-se que a condenação decorreu da culpa in vigilando do tomador dos serviços. Com efeito, consta do v. acórdão recorrido que: ' No caso em apreço, a entidade pública não trouxe qualquer elemento probatório que confirmasse a efetiva fiscalização na execução do contrato firmado com a 1ª reclamada, principalmente durante a vigência do pacto laboral da autora. (...) ***Por força do artigo 818 da CLT e pelo critério da aptidão para a produção da prova, competiria exclusivamente ao ente público comprovar sua conduta pró-ativa e diligente na eleição e fiscalização de seu contratado, sendo inviável que tal ônus recaia sobre o trabalhador, sob pena de se caracterizar a malfadada 'prova diabólica'****.(...) Assim, restando processualmente demonstrada a culpa do 2º reclamado quanto ao dever de fiscalizar a fiel execução e o cumprimento do contrato celebrado, torna-se ele responsável pelo dever de indenizar os trabalhadores que tiveram seus direitos trabalhistas não adimplidos pela contratada, chegando -se a esta ilação pela interpretação dos artigos referidos da Lei nº 8.666/91, em consonância com os artigos 186 e 942, parágrafo único, do Código Civil.'. Nesse contexto, inviável a admissibilidade do recurso de revista, pois a decisão recorrida encontra-se em consonância com o item V da Súmula 331/TST. Agravo regimental conhecido e desprovido. (AgR-AIRR - 11465-20.2014.5.18.0121, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 19/10/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/10/2016) (g.a.)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. NORMA COLETIVA. OPÇÃO PELA CONVERSÃO. ÔNUS DA PROVA. 1. O egrégio Tribunal Regional concluiu que a conversão da licença-prêmio em pecúnia dependeria de opção por parte do empregado e que não foi provado que essa opção foi realizada oportunamente. 2. Nesse contexto, não prospera a alegação de que caberia à reclamada a prova de que 'o reclamante não cumpriu os pressupostos estabelecidos na norma coletiva para fazer jus ao recebimento das licenças prêmios em pecúnia'. ***Não se pode imputar à reclamada a produção de fato negativo (no caso, a prova da não opção do reclamante pela conversão da licença-prêmio em pecúnia), ou seja, prova impossível ou excessivamente difícil de ser produzida - a chamada prova diabólica.****3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 62940-69.2008.5.01.0033 , Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Julgamento: 30/11/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/12/2016) (g.a.)*

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE QUE AS ALEGAÇÕES SEJAM VEROSSÍMEIS, OU O CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. AFIRMAÇÃO DE FATO POSITIVO. ÔNUS DA PROVA DE QUEM AFIRMA. PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 27 DO CDC. RESTRITO AOS CASOS EM QUE SE CONFIGURA FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. REGRA ESPECIAL, PREVISTA NO CC, ESTABELECENDO PRESCRIÇÃO ÂNUA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. PERDAS E DANOS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, QUE SEGUINDO A SORTE DA PRINCIPAL, PRESCREVE CONJUNTAMENTE. 1. Por um lado, a Corte local não vislumbrou indícios de veracidade na tese acerca do afirmado requerimento administrativo e superveniente negativa de pagamento da diferença da indenização securitária, e a inversão do ônus da prova não ocorre em todas as situações em que a relação jurídica é de consumo, pois é preciso que as alegações sejam verossímeis, ou a parte seja hipossuficiente. ***Por outro lado, em linha de princípio, quem afirma um fato positivo tem de prová-lo com preferência a quem sustenta um fato negativo****. 2. O pagamento a menor de indenização securitária nada tem a ver*

com reparação de danos causados por fato do produto ou serviço, requisito essencial para a aplicação do prazo prescricional descrito no art. 27 do CDC. Com efeito, e em vista também do critério de hermenêutica da especialidade, em matéria de indenização de seguro, a prescrição é ânua, tratada no art. 206, § 1º, II, do CC/2002. (omissis) 5. Recurso especial não provido. (REsp 1277250/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 06/06/2017) (g.a.)

No aspecto, a parte autora não tem condições de produzir prova para sustentar sua alegação, ao passo que impor-lhe esta exigência seria o mesmo que inviabilizar a concretização do próprio direito pleiteado, afastando o ordenamento jurídico do seu principal objetivo que é o alcance da justiça, uma vez que a responsabilização subsidiária do tomador de serviços visa garantir a satisfação dos créditos do empregado.

Nesse contexto, pelo princípio da aptidão para a prova, deve ser atribuído ao Ente integrante da Administração Pública a comprovação da efetiva fiscalização do contrato. Ou seja, deve ser imputado o ônus de provar à parte que possui maior capacidade para produzir a prova, no caso, o Poder Público.

Tal conclusão parte da premissa de que incumbe à Administração Pública o dever de fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas desde a seleção da empresa a ser contratada (licitação), passando pela formalização do contrato e no curso da sua execução, o que impõe à Administração adotar as medidas assecuratórias necessárias ao pagamento dos direitos trabalhistas, inclusive no momento da rescisão contratual.

No caso, é a Administração Pública quem possui todas as condições de comprovar que atuou no estrito cumprimento de seu dever de inspeção, sendo, portanto, a parte apta a elucidar a lide.

Por oportuno, insta assentar que não se trata de inversão do ônus da prova, mas imputação da prova à parte que detém os meios de produzi-la.

É importante destacar que este Egrégio Tribunal da 11ª Região tem, inclusive, tese pacificada neste sentido, nos termos de sua Súmula nº 16, a qual fixa o dever do Ente Público de comprovar a fiscalização dos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora de serviços, o que afasta a argumentação de decisão surpresa em desfavor do Litisconsorte, in verbis:

SÚMULA 16. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO*. A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.*

Portanto, o Ente Público, ao ser incluído no polo passivo, para eventual responsabilização subsidiária, deve demonstrar que fiscalizou o contrato de terceirização de mão de obra.

Nesta esteira, também os seguintes precedentes do C. TST, a saber:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO A discussão versa a responsabilidade do tomador de serviços pelos créditos de natureza trabalhista oriundos de contrato de prestação de serviços. Esta Justiça Especializada é competente para conhecer e julgar o feito, com amparo no art. 114 da Constituição da República. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SÚMULA Nº 331, ITENS V E VI, DO TST - ÔNUS DA PROVA 1. O acórdão regional está em harmonia com a Súmula nº 331, itens V e VI, do TST, pois a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização do cumprimento do contrato e abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante; ***ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93) e iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tem acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova.*** Agravo de Instrumento desprovido. (AIRR - 1622-13.2015.5.11.0017 , Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 09/08/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. Demonstrada possível contrariedade à Súmula 331, V, do TST, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (SÚMULA 331, V, DO TST). O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública.

No mesmo passo, todavia, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). A fiscalização do exato cumprimento das obrigações laborais coaduna-se com preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). A Corte Suprema decidiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. Ultrapassada a tese jurídica assentada pelo Tribunal Regional, devem os autos ser-lhe restituídos, a fim de que reaprecie o recurso ordinário do ente público em relação à existência ou não de conduta omissiva em relação à fiscalização do contrato, à luz, inclusive, ***das regras de distribuição do ônus da prova, as quais, conforme se sabe, pesam em desfavor do ente público***.Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (RR - 1164-10.2015.5.08.0007 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/08/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. 1. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. PRESSUPOSTO RECURSAL OBSERVADO. O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou seguimento ao recurso de revista do ente público, ao fundamento de que, deixando de observar o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte transcreveu quase que integralmente a decisão recorrida. Verifico, entretanto, que no recurso de revista o segundo Reclamado indica corretamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Nesse contexto, a decisão que negou seguimento ao recurso de revista pela não observância do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, implica em ofensa a citada norma. Não constatado o óbice apontado pelo Tribunal Regional apontado para denegar seguimento ao recurso de revista e atendidos os demais pressupostos extrínsecos, passa-se à análise imediata dos seus pressupostos intrínsecos, nos termos da OJ 282 SDI-1/TST. 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Para a fixação da responsabilização em causa, portanto, que não deriva do simples inadimplemento dos créditos trabalhistas por parte da empresa contratada, faz-se necessária a comprovação de que a entidade pública praticou ato omissivo ou comissivo, revelador de negligência no dever - e não apenas prerrogativa! - jurídico-constitucional de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços celebrados (art. 58 da Lei 8.666/93). Nesse contexto, e não sendo possível o reexame do acervo fático-probatório aos órgãos da jurisdição extraordinária (Súmula 279 do STF e Súmula 126 do TST), aos juízos naturais de primeiro e segundo graus de jurisdição cabe aferir, concretamente, caso a caso, de acordo com os elementos de convicção produzidos ou segundo as regras de distribuição do ônus probatório correspondente, se houve culpa da entidade pública tomadora, a ensejar a sua responsabilização subsidiária. Fixada a responsabilidade nesses termos, não se poderá cogitar de transgressão à decisão proferida nos autos da ADC 16/DF, tal como proclamado em decisões proferidas em diversas reclamações e acórdãos daquela Corte (Rcl 18021 AGR/RS, Relator Ministro Edson Fachin, julgamento em 15/3/2016; Rcl 10.829 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 10/2/2015; Rcl 16.094 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 2/2/2015; Rcl 17.618 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 23/3/2015). De destacar, porém, em respeito ao máximo contraditório que deve pautar as decisões judiciais, notadamente no âmbito das Cortes Superiores, que há decisões monocráticas e colegiadas oriundas da Excelsa Corte,

consagrando orientações distintas, ora afirmando a absoluta impossibilidade de transferência da responsabilidade em questão aos entes da Administração Pública (Rcl 21.898/PE, Relator Ministro Marco Aurélio, DJe 25/4/2016), tese que foi expressamente superada no julgamento da ADC 16/DF, ora assentando a tese de que a motivação exposta nas instâncias ordinárias, sem a indicação de qualquer elemento ou conduta capaz de justificar a culpa da entidade pública, não autorizaria igualmente a imputação da aludida responsabilidade, por configurada mera presunção da culpa (Ag-Rcl 20.905/RS, Redator Ministro Teori Zavascki, julgamento 30/6/2015). Buscando evidenciar o que seria condenação por simples presunção, decisões monocráticas proferidas em Reclamações a anunciam como efeito do mero inadimplemento dos créditos trabalhistas pela empresa contratada (Rcl 16.846-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 19/5/2015), ainda quando haja registro produzido pelas instâncias ordinárias, a partir do exame do acervo fático-probatório, relativo à configuração da culpa in eligendo e in vigilando da Administração Pública (Rcl 14.522-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 3/2/2015). Diante desse expressivo dissenso no âmbito da Suprema Corte, a quem cabe ditar em última ratio o sentido e alcance dos preceitos constitucionais, promovendo igualmente a defesa da autoridade e eficácia de seus julgados, o critério a ser adotado para o julgamento de casos similares deve ser aquele consagrado por seu órgão plenário. Nesse cenário, além de o voto condutor (que foi agregado por novos motivos durante os debates então travados) consagrar a possibilidade da responsabilização subsidiária da entidade pública, quando, com base nos elementos de prova, for demonstrada a culpa decorrente da omissão ou negligência no exercício adequado do dever de vigiar, a matéria foi objeto de exame plenário, após o julgamento da ADC 16/DF, por ocasião do julgamento do Ag-Rcl 16.094-ES (Relator o Ministro Celso de Mello, em 19/11/2014). Nesse julgamento, com a presença de nove ministros, restou vencido apenas o Ministro Dias Tóffoli, não participando do julgamento a Ministra Cármen Lúcia (impedida). Portanto, entre os presentes, sete Ministros seguiram o voto condutor, o que configura maioria absoluta, autorizando os demais órgãos do Poder Judiciário a aplicar a diretriz consagrada no julgamento da ADC 16/DF, cujo conteúdo foi explicitado, ainda uma vez mais, pelo Plenário da Excelsa Corte, nos autos do Ag-Rcl 16.094-ES. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que 'não foram juntados aos autos documentos que pudessem comprovar ter o ente público exercido qualquer fiscalização sobre a reclamada, nem mesmo o contrato de prestação de serviços'. ***Assim, o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida***.Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 1209-86.2015.5.11.0053 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 09/08/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017)

É oportuno destacar, neste momento, que se tem notícia de decisões das 3ª, 4ª e 6ª Turmas do C. TST em sentido contrário, com base no julgamento do Recurso Extraordinário nº 760931, ao qual foi dada repercussão geral, do qual estas inferiram a tese de que o ônus da prova da ausência de fiscalização por parte do Ente Público seria da parte autora.

Contudo, ressalta-se que, embora o colendo STF já tenha publicado o Acórdão nos autos do RE 760931, que discute a responsabilidade subsidiária do Ente Público nos casos de terceirização, este nada discorreu sobre o ônus da prova, tanto que, pelo menos até a data do presente julgamento, estava pendente de apreciação embargos de declaração cujo objetivo é justamente provocar a manifestação expressa da Corte Suprema acerca do tema.

Com efeito, a corresponsabilidade do contratante deriva não só do disposto no art. 37, §6º, da CF/88, seu principal fundamento, mas, sobretudo, da culpa in vigilando, por não ter exercido a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, III, 67, caput e §1º.

Deste modo, a ausência de prova da fiscalização por parte da Administração Pública quanto ao correto cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada licitada, devidas aos seus empregados, evidencia a omissão culposa do Ente, o que atrai a sua responsabilidade, porque todo aquele que causa dano pratica ato ilícito e fica obrigado a reparar (art. 82, da Lei 8666/93 c/c arts. 186, 927 e 944 CC/02).

In casu, restou demonstrada a culpa in vigilando do Litisconsorte, senão decerto teria detectado que a Reclamada não cumpria suas obrigações trabalhistas, atrasando o pagamento do salário da Reclamante, além de não pagar corretamente as horas extras prestadas, suprimir o intervalo intrajornada da obreira e não pagar suas verbas rescisórias.

Outrossim, o Litisconsorte sequer trouxe aos autos qualquer documento relativo à fiscalização do contrato, demonstrando o real descaso com a situação dos trabalhadores, dos quais foi beneficiado pelos serviços prestados.

Ademais, o preposto da Reclamada confessou, em audiência, que o Litisconsorte não fiscalizava o adimplemento das obrigações trabalhistas pela contratada, ao dispor, expressamente 'que o fiscal de trabalho do Estado era só via sistema em relação ao contrato; que não havia fiscalização presencial' (ID. ec939a3 - Pág. 1).

Não menos importante, deve ser ressaltado que é de conhecimento público que o contrato firmado com a Reclamada é alvo de denúncia do Ministério Público Federal na operação 'Maus Caminhos', que investiga a prática do crime de dispensa indevida de licitação, previsto no artigo 89 da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), dando ensejo ao ajuizamento de inúmeras ações penais que tramitam na 4ª Vara da Justiça Federal do Amazonas.
Não há que se falar em conduta exclusivamente ilícita da Reclamada, uma vez que a operação 'Maus Caminhos' é prova da conduta ilícita do Ente Público, visto que as demandas versam sobre crimes praticados por organização criminosa (da qual a empresa Reclamada faz parte), que desviou enormes quantias de recursos públicos federais da saúde transferidos para o Estado do Amazonas, por meio de dispensa indevida de licitação, o que indica que o Litisconsorte agiu, ainda, com culpa in eligendo na escolha da fornecedora de mão de obra, uma vez que realizou contratação em burla à citada lei.
Como já exposto acima, essa fiscalização deveria ter sido ampla, no curso da vigência da prestação dos serviços, com intuito de verificar não só o cumprimento do objeto contratual, como equivocadamente defende a Recorrente, mas também a observância das obrigações reflexas, sobretudo quanto aos direitos trabalhistas dos que operavam em seus serviços.
Logo, não tendo, o Litisconsorte, se desincumbindo de tal ônus, a fim de afastar sua responsabilização subsidiária, em virtude da ausência de fiscalização, não há que se falar em violação aos postulados constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
Consequentemente, caracterizada a culpa in vigilando da Administração Pública, o Litisconsorte deve responder de forma subsidiária ao pagamento de todas as parcelas da condenação.
Ressalte-se, ainda, que não se trata de pedido de reconhecimento de vínculo diretamente com o Ente Público, o que afrontaria o disposto no art. 37, inciso II c/c § 2º da CF/88, mas somente de responsabilização subsidiária de tomador de serviços, como já exaustivamente explanado acima, portanto não há que se falar em nulidade de contratação.
Frise-se que a condenação subsidiária abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal integrantes do contrato de trabalho, uma vez que a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 331 do TST não faz qualquer ressalva ou exceção no aspecto.
Essa abrangência se justifica tendo em vista a culpa in vigilando do tomador de serviços, não podendo o trabalhador arcar com os prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços, cuja contratação e fiscalização não lhe competiam.
Como já dito, trata-se apenas da responsabilidade subsidiária do tomador do serviço decorrente de terceirização, se a devedora principal não pagar o devido, podendo, inclusive, acioná-la em ação regressiva para ressarcir-se. A responsabilidade subsidiária, neste caso, é atribuída a título de reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento ilícito do tomador. Logo, não há falar em limitação da responsabilidade.
Não há, portanto, qualquer violação ao art. 5º, II e LV e art. 37, § 6º, da Carta Magna de 1988, bem como o art. 71, § 1º, da Lei 8666/93, ADC 16 STF, Resolução 174/2011 TST. Salienta-se que o presente julgado não afronta nenhum dos dispositivos mencionados.
Porquanto, o julgamento das demandas é realizado não, apenas, com fulcro em artigo isolado de lei, mas, sobretudo, com a interpretação sistemática do Direito, da jurisprudência entre outras fontes normativas, de onde se extrai a sua legitimidade hermenêutica, conforme artigo 8º da CLT, a saber:
(...) Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público. (...)
Por tais razões, dá-se provimento ao apelo da Reclamante, a fim de condenar subsidiariamente o ESTADO DO AMAZONAS pelos créditos deferidos à Autora.
(...)'

No tocante às alegações de culpa presumida, ressalto que o STF, ao declarar a constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei 8.666/93 (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder Público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência teve como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com a Súmula 331, V, do TST. Assim, o Recurso de Revista não comporta seguimento por possível violação ao dispositivos mencionados ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).
No que se refere a alegação de responsabilidade sem amparo normativo, não se vislumbra possível violação ao art. 22, XXVII da Constituição Federal, porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz da referida norma. Aplicam-se a Orientação

Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Todavia, quantoà inversão do ônus da prova, por vislumbrar possível afronta à literalidadedos artigos 373 do Código de Processo Civil e 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, determino o processamento do apelo, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c',Consolidado.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000690-39.2016.5.11.0001

Relator	DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR
RECORRENTE	CENTRO DE ASSISTENCIA AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADO	RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA(OAB: 2024/AM)
ADVOGADO	JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR(OAB: 9483/AM)
RECORRIDO	NAIR REZZUTT DA SILVA
ADVOGADO	GILSON REIS DE SOUZA(OAB: 2336/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO DE ASSISTENCIA AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO
Advogado(a)(s):	RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA e OUTROS (AM - 2024)
Recorrido(a)(s):	NAIR REZZUTT DA SILVA
Advogado(a)(s):	GILSON REIS DE SOUZA e OUTROS (AM - 2336)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 26/07/2019 - id. 387a819; recurso apresentado em 07/08/2019 - id. 86395b4).

Regular a representação processual (id. a6945c9).

Satisfeito o preparo (ids. a5f82e7, 9419d28,9114238, 9419d28 - Pág. 2, 85d6995 e bf6d6e5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- violação da (o)§1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015;inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega que o acórdão se limitou a reproduzir cópia da decisão de primeira instância, sem explicar e fundamentar como chegou à conclusão de que a autora não detinha autonomia.

Consta no v. acórdão (id. b7831ae):

'(...)

Recurso da Reclamada

Horas Extras. Cargo de Confiança

O Juízo a quo deferiu horas extras do marco inicial do período imprescrito 02/04/2011 até o reconhecimento do desvio de função, 31/07/2012, conforme se segue: com os seguintes fundamentos:

Com relação a tal período, observa-se que a reclamada não faz a juntada de todos os cartões de ponto da reclamante, o que faz incidir o disposto na Súmula nº 338, I do TST, ou seja, a presunção relativa de veracidade da jornada indicada na inicial.

Ocorre que a testemunha da autora, referindo-se ao período no qual a reclamante ainda não havia sido promovida à supervisora, informou que autora laborava das 06:30h às 17:00h, acrescentando em seu depoimento 'que a escola tinha eventos todos os sábados

nos anos de 2011/2012; que aos sábados ficava de até 7h00 às 20h00 nas atividades da escola e reuniões'.

Diante de tal depoimento, admite-se que a autora praticava jornada de trabalho das 06:30h às 17:00h de segunda a sexta, com 1 hora de intervalo, e aos sábados, conforme indicado na inicial.

Com isso, tem-se que a autora laborava 2h30m três vezes ao mês de forma extraordinária, ou seja, 7h30m mensais de labor extraordinário sem a contraprestação respectiva, tendo em vista que a reclamada nega a existência de horas extras.

Assim, defiro à reclamante o pagamento de 7,5 horas extras mensais a 50% pelo período de 02/04/2011 a 31/07/2012 e os reflexos dessas horas em DSR, 13º salário, férias mais 1/3 e FGTS (8% mais 40%).

Na liquidação do pleito, observar-se-á o salário base indicado nos contracheques dos respectivos período.

O período sem apresentação de registros de ponto cobre todo o período de 02/04/2011 até 31/07/2012, anterior ao alegado exercício de função de confiança. Portanto, **nada a reformar** neste ponto.

Com relação ao período no qual a reclamante exerceu o cargo de Supervisora, de 01/08/2012 a 01/09/2014, cabia à reclamada o ônus da prova do efetivo de função de confiança, o que, na avaliação do Juízo a quo entendeu não aconteceu (art. 62, II, da CLT), verbis:

Com efeito, a escola não traz qualquer prova efetiva de que o cargo ocupado pela reclamante configura um cargo/função de confiança, nos moldes do supramencionado dispositivo celetista.

Ao invés, extrai-se da prova testemunhal e dos documentos juntados pela própria reclamada (cartões de ponto e abonos de faltas) que a autora não detinha a autonomia e poderes gestão inerentes à função de confiança.

Assim, afasta-se a hipótese de enquadramento da autora na exceção do art. 62, II da CLT

O principal elemento de recurso é o depoimento de Katia Cilene Lopes Calderado. Realizando uma releitura atenta, nenhum elemento se evidenciou a caracterizar a fidúcia necessária a enquadrar reclamante no exercício de cargo cujas características a enquadrassem na exceção do art. 62, II da CLT. A reclamada insiste em ressaltar que a reclamante 'não batia ponto', como se este fosse o único e suficiente requisito para caracterização do exercício de função de confiança, em detrimento de outros aspectos que em conjunto poderiam consolidar sua pretensão.

A reclamada escora-se no depoimento da testemunha para caracterizar a jornada de trabalho da reclamante. Porém, tal depoimento apenas demonstra que a demandante era supervisora, junto com outras professoras e submetidas à diretoria da escola.

Inaplicável ao caso a regra legal invocada.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Tratando-se de alegação de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, caberia a parte recorrente interpor embargos de declaração contra a decisão colegiada, a fim de obter deste Regional o pronunciamento sobre a questão veiculada no recurso ordinário. Não o fazendo, não há como transcrever o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o referido pronunciamento, tampouco o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão, pelo que não se verifica preenchido o pressuposto do inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

No mérito, para se confirmar a versão apresentada pela parte recorrente, de que a recorrida não possuía contrple de jornada, possuía autonomia e cargo de liderança dentro da reclamada, seria necessário reavaliar o contexto fático-probatório da causa, procedimento que não se admite em recurso de natureza extraordinária, como é o recurso de revista, a teor da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. A mensão de arestos para configuração do dissídio jurisprudencial sobre essa matéria, na hipótese, não viabiliza o processamento do recurso.**CONCLUSÃO**

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000394-37.2018.5.11.0004

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	TUBOACOS DA AMAZONIA LTDA.
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA RIBEIRO(OAB: 7080/AM)
RECORRIDO	DANIEL DA SILVA CORREIA
ADVOGADO	RAQUEL PINTO VALENTE(OAB: 6771/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TUBOACOS DA AMAZONIA LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	TUBOAÇOS DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado(a)(s):	HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (AM - 7080)
Recorrido(a)(s):	DANIEL DA SILVA CORREIA
Advogado(a)(s):	RAQUEL PINTO VALENTE (AM - 6771)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id.3b7c087; recurso apresentado em 27/08/2019 - id.73579bc).

Regular a representação processual (id. 670cfb0).

Satisfeito o preparo (ids. ab97eb5, 4a48013 e 4a48013).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização/Estabilidade Acidentária.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 118 da Lei nº 8213/1991;artigo 187 do Código Civil.

A reclamada, ora recorrente, se insurge contra a decisão que reconheceu o direito do autor à percepção de indenização decorrente da estabilidade acidentária.

Alega que, ao tempo da dispensa, a reclamada tinha ciência de que a concessão do benefício previdenciário teria se dado na modalidade auxílio-doença comum. Alega que a rescisão ocorreu sem nenhuma insurgência ou insatisfaçãodo reclamante. Ressalta que o reclamante não denunciou o fato que poderia ser capaz de obstar a rescisão contratual, o que demonstra seu completo desinteresse em continuar no emprego ou, até mesmo, a intenção de obter um direito de forma abusiva.

Consta no v. acórdão (id. a13eba6):

'(...)

MÉRITO

RECURSO DA RECLAMADA

a) ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. COMPENSAÇÃO.

A Reclamada, em grau recursal (ID. 8ed8b47 - Pág. 5), impugna sua condenação ao pagamento de indenização substitutiva da estabilidade acidentária, sob o argumento de que houve renúncia tácita por parte do Autor. Sucessivamente, requer a compensação do valor auferido a título de seguro desemprego.

Examina-se.

O juízo recorrido (ID. ab97eb5 - Pág. 2), assim decidiu:

(...) No caso dos autos, o auxílio-doença acidentário foi concedido até 19/11/2016. Portanto, até 19/11/2017 o empregado era considerado estável. Trata-se de garantia de emprego que só pode ser afastada em razão de ato faltoso que justifique a aplicação da justa causa.

Portanto, não deve prosperar o argumento da reclamada de renúncia tácita. O ajuizamento da reclamação trabalhista após o término do período de garantia no emprego não constitui abuso do exercício do direito de ação, tendo em vista que esta se submete ao prazo prescricional previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal.

Desse modo, considerando a prova de que a dispensa ocorreu durante o período de estabilidade, dou provimento à reparação no montante equivalente aos salários devidos de 05/01/2017 (término do aviso prévio) a 19/11/2017, com os reflexos sobre 13º salário, férias e FGTS (8% + 40%).

Para apuração da indenização substitutiva do período de estabilidade, deve ser usada como a base de cálculo a remuneração de R$ 2.942,96.

A reclamada pleiteou que fosse 'excluída de possível condenação o período correspondente aos meses em que o reclamante percebeu o seguro-desemprego, com o intuito de afastar o enriquecimento sem causa'. Trata-se, contudo, a meu interpretar, de pretensão desprovida de fundamento legal. A compensação ocorre quando duas pessoas são ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, consoante definição estabelecida no artigo 368 do Código Civil. O seguro-desemprego constitui benefício previdenciário pago, portanto, pelo INSS. Assim, incabível a alegada compensação. (...)

Irretocável o julgado.

Isso porque, restou devidamente comprovado, tanto a existência de acidente de trabalho típico, segundo CAT (ID. ff1faf8), como a percepção de auxílio doença acidentário, conforme decisão do INSS (ID. a7b4c57 - Pág. 5).

Em razão disso, a pretensão do Obreiro encontra guarida no comando contido no art. 118, da Lei nº 8.213/91, o qual garante a manutenção do emprego ao segurado que tenha sido vítima de acidente de trabalho, nos seguintes termos:

*(...) Art. 118. O segurado que **sofreu acidente do trabalho** tem garantida, **pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário**, independentemente de percepção de auxílio-acidente. (...)*

Apesar da previsão legal, tem-se que a Reclamada procedeu ao desligamento do Autor em 24/11/2016, conforme TRCT (ID. 30e5a0c - Pág. 1), apesar de ele ter percebido o auxílio doença acidentário (ID. a7b4c57 - Pág. 5), até o dia 19/11/2016.

A par disso, não procede a tese da Reclamada, de que desconhecia o teor da decisão administrativa que alterou a natureza do auxílio doença, de previdenciário para acidentário, inclusive porque, entre a data do acidente, ocorrido em 19/05/2016 (ID. ff1faf8 - Pág. 1), e a dispensa, sequer fora observado o prazo de 12 meses.

E, resta claro que a Reclamada dispensou o Autor em clara afronta à estabilidade acidentária, nos termos previstos no artigo 118 da Lei nº 8.213/91, motivo pelo qual não há que se falar em renúncia tácita, ante a imperatividade da norma legal.

Noutra quadra, o art. 19 da citada lei define o acidente de trabalho, enquanto o art. 20 equipara a doença do trabalho ao acidente de trabalho.

Nesse passo, aliás, o item II da Súmula nº 378 do TST deixa claro que, tratando-se de doença que guarda nexo de causalidade com o exercício das atividades, não é necessário ter havido o prévio afastamento e inclusive a percepção do auxílio-doença acidentário. Veja-se:

Súmula nº 378 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991. (inserido item III) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - omissis

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte - ex-OJ nº 230 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

III - omissis

Ou seja, se é garantida a manutenção do emprego ao trabalhador que sofre de doença equiparada ao acidente de trabalho, mesmo sem o gozo do auxílio-doença acidentário, é evidente que a mesma sorte deve ter aquele que sofreu acidente típico de trabalho com a percepção do benefício, como é o caso dos autos.

Portanto, o Autor é detentor da estabilidade provisória no emprego, sendo do empregador o ônus de suportar a limitação ao poder potestativo de despedir empregados estáveis.

Ora, como o Reclamante fora indevidamente despedido durante o período que ainda gozava de estabilidade no emprego, tem direito a receber os salários e consectários do período de estabilidade.

Nesse ponto, o ajuizamento da ação, depois de transcorrido o período da estabilidade, não configura renúncia tácita, como defende a Recorrente, pelo contrário, a Súmula nº 369, item I, do TST, é clara ao dispor acerca da incidência da indenização na hipótese, a seguir:

(...) Súmula nº 396 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. CONCESSÃO DO SALÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE ESTABILIDADE JÁ EXAURIDO. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO 'EXTRA PETITA' (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 106 e 116 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

*I - **Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego. (ex-OJ nº 116 da SBDI-1 - inserida em 01.10.1997)***

II - Não há nulidade por julgamento 'extra petita' da decisão que

deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT. (ex-OJ nº 106 da SBDI-1 - inserida em 20.11.1997) (...)

Por via de consequência, correta a concessão de indenização substitutiva, tendo em vista que já decorrido o prazo para reintegração, nos termos do item I, da Súmula nº 396, do TST, bem como, entende-se desaconselhável a reintegração do obreiro, em razão do desgaste da relação entre as parte decorrente do presente litígio.

E a indenização, por ser substitutiva da estabilidade acidentária, deve acobertar o período de 12 meses, como previsto em lei.

Outrossim, a indenização deve abranger, além dos salários, os reflexos em férias acrescidas do terço constitucional, 13º salário e FGTS com a multa de 40%, que seriam pagas ao Autor no período.

Nesse sentido:

(...) (...) REFLEXOS DO PERÍODO ESTABILITÁRIO. *No que toca aos reflexos da indenização correspondente ao período estabilitário, assiste razão ao recorrente. É que a expressão 'apenas salários' presente na Súmula 396, I, do TST, envolve o pagamento do salário base do empregado e as repercussões legais dele decorrentes, quais sejam, décimo terceiro, férias, acrescidas do terço constitucional e FGTS, mais indenização de 40%. (...) (...) (TRT-7 - RO: 00010328220135070028, Relator: PLAUTO CARNEIRO PORTO, Data de Julgamento: 02/06/2016, TURMA 3, Data de Publicação: 09/06/2016) (...)*

Logo, impõe-se rejeitar o apelo da Reclamada, para manter inalterada a sentença.

No tocante ao pedido de **compensação** também não assiste razão à Reclamada.

Porquanto, a percepção do seguro desemprego ocorre em virtude da dispensa do empregado, sem justa causa, na forma do artigo 7º, inciso II, da CF/88, sendo adimplido pelo governo federal com recursos oriundos do FAT, conforme artigo 10 da lei nº 7.998/1990.

Ao passo que a indenização substitutiva advém da inobservância da estabilidade acidentária prevista no artigo 118 da lei nº 8.213/91, o que é o caso dos autos, no qual a Reclamada dispensou o Autor em 24/11/2016, ou seja, somente, 5 dias após a alta previdenciária dada no dia 19/11/2016.

Com efeito, ante a diversidade dos institutos legais, não há que se falar em compensação, porquanto ela pressupõe que duas pessoas são ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, conforme a inteligência do artigo 368 do Código Civil.

Por estas razões, nega-se provimento ao apelo da Reclamada.

(...)'

Quanto à alegação da recorrente, de que desconhecia a decisão administrativa que alterou a natureza do auxílio doença para acidentário, é inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma, no sentido de que '*entre a data do acidente, ocorrido em 19/05/2016 (ID. ff1faf8 - Pág. 1), e a dispensa, sequer fora observado o prazo de 12 meses*'. Assim, a decisão se encontra em conformidade com o artigo 118 da Lei 8.213/1991.

Ressalte-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos, a exemplo dos documentos como TRCT e decisão do INSS, dentr outros. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, portanto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

Ademais,o entendimento adotado pela Turma encontra respaldo na (no) item II da Súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho, na medida em que, guardando a doençanexo de causalidade com o exercício das atividades, não é necessário ter havido o prévio afastamento e inclusive a percepção do auxílio-doença acidentário e, conforme ressaltou a Turma, 'se *é garantida a manutenção do emprego ao trabalhador que sofre de doença equiparada ao acidente de trabalho, mesmo sem o gozo do auxílio-doença acidentário, é evidente que a mesma sorte deve ter aquele que sofreu acidente típico de trabalho com a percepção do benefício, como é o caso dos autos* '.

Por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados, tampoucodivergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001854-54.2017.5.11.0017

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RECORRIDO	CARTORIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TITULOS E DOCUMENTOS

RECORRIDO	RINALDO MACENA BERNARDES
ADVOGADO	LUIZ GONZAGA PINHEIRO JUNIOR(OAB: 12021/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANK ROMERO DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
Advogado(a)(s):	1.RUSTENE ROCHA MONTEIRO (AM - 11974)
Recorrido(a)(s):	1.CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E
Advogado(a)(s):	2.LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (AM - 12021)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. a23f01e; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. f7eaf21).

Regular a representação processual (id. 1dfec27).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. fdd0680), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo/Eleição de Dirigente Sindical.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 8º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 492 do Código de Processo Civil de 2015.

Reitera o pedido anulação do registro da eleição sindical no cartório reclamado.

Consta no v. acórdão (id. b8bfcce):

'(...)

MÉRITO

O Autor questiona o indeferimento de sua pretensão de **anular o registro de diretoria sindical** no cartório réu, aduzindo, entre outros argumentos, que o fato de ter afirmado pertencer à categoria de vigilante não lhe retiraria o direito de participar do processo eleitoral do SINTROAM uma vez que para ser vigilante orgânico há a necessidade de ser primeiramente vigilante.

Os fundamentos para indeferimento da pretensão pelo julgador singular foram:

Consoante o excerto supra, o autor confessa que, à época da eleição, sequer era associado ao SINTROAM e que laborava na empresa Visam, cujos empregados eram sindicalizados no Sindevam (sindicato dos vigilantes), situação similar a do Sr. LINDOMAR GARCIA MONTEIRO.

Desta feita, resta incontroverso que o autor não preenchia os requisitos para se candidatar ao cargo de presidente do SINTROAM, uma vez que não fazia parte do seu quadro associativo, não havendo sequer legitimidade para apontar irregularidades na eleição da entidade sindical da qual não é associado.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido.

Examino.

Inicialmente, faz-se necessário relevar que o atual modelo sindical brasileiro é permeado pelo princípio da unicidade sindical (verificado no inciso II do art. 8º da Carta Magna), segundo o qual a representação de uma categoria em determinada base territorial não inferior a um Município pode ser feita exclusivamente por uma entidade sindical.

Assim, cada categoria possui o seu respectivo sindicato, o qual atuará para defender os seus interesses.

No caso dos autos, ficou evidente que há dois sindicatos de empregados para vigilantes, sendo um para trabalhadores em empresas de vigilância e segurança - SINDEVAM (relação de empresas - id fc730a4) e outro para trabalhadores em empresas de vigilância orgânica - SINTROAM (relação de empresas - id fc730a4).

Como é sabido, o enquadramento sindical se dá, em geral, pela atividade preponderante da empresa, nos termos do § 2º, do art. 581, da CLT: 'Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam,

exclusivamente em regime de conexão funcional'.

Dito isso, tem-se que durante a instrução processual, o Autor declarou que à época em que ocorreu o processo eleitoral para a diretoria do SINTROAM estava trabalhando na empresa VISAM (fato reafirmado na peça recursal), cujos trabalhadores são vinculados ao SINDEVAM, conforme documento indicado acima.

Não há como prosperar, portanto, a alegação recursal quanto ao fato de que todo vigilante orgânico é necessariamente um vigilante uma vez que, para fins sindicais, deve ser observada a abrangência da categoria dos empregados. Diante da especificação da categoria de vigilantes orgânicos, tem-se que se trata de categoria distinta da dos vigilantes.

Assim, o Autor, segundo sua narrativa, teria sido eleito para compor a diretoria de sindicato que a instrução processual revelou ser diverso da sua categoria profissional, o que não pode prevalecer.

Por isso, não possui razão em sua pretensão, justamente pelo fato de que à época da mencionada eleição o Autor não integrava a categoria representada pelo SITROAM.

Neste sentido, inoportuna a averiguação da validade da eleição impugnada nestes autos, diante da prejudicialidade do convencimento ora exposto e ausência de pertinência subjetiva concreta entre o Autor e a pretensão postulada. Por arrastamento e não se tratando da matéria dos presentes autos, é irrelevante se o Sr. Aurismar é integrante da categoria econômica dos empregados do SITROAM.

Embora irrelevante para o deslinde da cognição destes autos, rejeito o pedido do 2º Réu em contrarrazões de exclusão dos documentos de id 17a6e7f juntados pelo Autor, uma vez que se trata de documento novo gerado após a interposição do recurso pela parte, com juntada autorizada pela Súmula nº 8 do TST, o que revela justo impedimento para sua oportuna apresentação anteriormente.

Igual proteção não resguarda os documentos de id 76d5d77 juntados pela mencionada parte ré, eis que datados de 2012, muito antes do ajuizamento da ação, o que demonstra a preclusão de sua juntada nesta instância recursal. Determino, pois, de ofício a exclusão de tais documentos.

Alega ainda o Autor ter havido cometimento de crime de falso testemunho pelo 2º Réu em seu depoimento em audiência, pedindo a remessa dos autos ao MPF para apuração do crime.

Sem razão, uma vez que o art. 342 do Código Penal, que disciplina o crime de falso testemunho, é inaplicável aos prepostos das empresas, uma vez que pressupõe como sujeito ativo apenas testemunhas, peritos, tradutores, intérpretes e contadores, não se comportando interpretação extensiva em lei penal.

Por não vislumbrar indício do cometimento de crime, rejeito o pedido de encaminhamento dos autos ao MPF.

Diante de todo o exposto, rejeito os apelos do Autor e mantenho a sentença em sua integralidade.

Por fim, rejeito também o pedido formulado pelo 2º Réu em contrarrazões para condenação do Autor em multa por litigância de má-fé.

Ainda que tenha havido a improcedência dos pedidos, no caso vertente, não foi observada qualquer conduta irregular ou eivada de má-fé por parte do Autor, que apenas fez uso de seu direito constitucionalmente assegurado de postular perante este órgão do Poder Judiciário.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição da ementa e de trecho da ementado acórdão recorrido, como ocorreu no presente caso.**

Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 14732220165110004, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 03/10/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018; TST - Ag-AIRR: 111369420145010019, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 28/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/11/2018; TST - AIRR: 121564220155010551, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 12/12/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/12/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001383-77.2017.5.11.0004

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A

ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RECORRIDO	RAIMUNDO NAZARENO DA CONCEICAO MATTOS
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA
Advogado(a)(s):	AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES
Recorrido(a)(s):	RAIMUNDO NAZARENO DA CONCEIÇÃO MATTOS
Advogado(a)(s):	DANIEL FELIX DA SILVA (AM - 11037)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. c5c899b; recurso apresentado em 26/08/2019 - id.).

Regular a representação processual (id. 9e31248).

Satisfeito o preparo (ids. 747165e, 474b155, 474b155, 6b4a6bf, cd84c49 e 47630a6, 2ab050a).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento.

Direito Coletivo/Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento/Prevalência.

Duração do Trabalho/Intervalo Interjornadas.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 423;Súmula nº 444 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 388 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) artigo 7º, inciso XXVI;artigo 7º, inciso XIV;artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.

- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 619 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sustenta que o Egrégio Tribunal Regional pela inaplicabilidade do Acordo Coletivo de Trabalho devidamente válido existente com o sindicato da categoria que traz as informações sobre a jornada de trabalho excepcional com trabalho de jornada de6 horas, bemcomo deixou de analisar o caso pela compensação das jornadas de labor com períodos de folga maiores em jornada semanal e mensal muito inferior a um trabalhador normal.

Acrescenta que nãofoi indicada qual seria a ilegalidade no Acordo Coletivo de Trabalho necessário para determinar a condenação desta reclamada nas horas extras para os turnos de jornada superior a 8 (oito) horas, uma vez que, de acordo com a previsão da norma coletiva contida no Anexo I e nos Acordos Coletivos de Trabalho Específico, Cláusulas 2ª e 3ª do ACT e Cláusula 5ª do Anexo I, todas as empresas signatárias, dentre elas a recorrente, estão autorizadas a praticar horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos ininterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada, pelo que não há falar em horas extras.

Ademais, ressalta que art.7º, XIV, da CF,não estabelece um limite de 8 horas para o turno ininterrupto quando negociado em convenção coletiva

Assim, assevera que deve ser mantida a validade do acordo coletivo, haja vista que não houve qualquer prejuízo ao empregado ora recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 6b4a6bf):

'(...)

b) TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. HORAS EXTRAORDINÁRIAS ALÉM DA 6ª DIÁRIA.

A Reclamada requer a total improcedência dos pleitos de horas extras, sustentando que foi firmado Acordo Coletivo que autoriza a

instituição de jornada variável a seus empregados.

Por sua vez, o Reclamante impugna o indeferimento do pagamento de horas extras excedentes às 6ª diária, argumentando, em síntese, que por trabalhar em turnos ininterruptos, sua jornada regular deveria ser de 6 horas diárias. E que, ainda que haja chancela sindical para a prática da jornada de 8 horas, esta era habitualmente extrapolada em razão das trocas de turno, tornando o ACT inválido neste tocante.

O juízo de piso indeferiu o pleito em comento, tendo aduzido as seguintes razões (ID. 747165e - Pág. 4/5):

IV - **Horas extras além da 6ª diária e alegação de violação de intervalos interjornadas**

Busca também o reclamante receber horas extraordinárias sob a alegação de que, na jornada estabelecida até setembro de 2014, o reconhecimento do trabalho extra nos procedimentos de troca de turno configurava jornada superior ao limite constitucional de 6 horas para os turnos de revezamento. Daí pretende que se lhe concedam mais duas horas extras diárias.

Julgo que, neste caso, o pedido, se provido, implicaria um excesso. A violação da jornada contratual já gera para a reclamada, a partir do presente julgado, duas penalidades: da consideração de uma hora de trabalho como extraordinária pela supressão do intervalo intrajornada e a do trabalho extra nas trocas de turno. Condenar a reclamada, ainda, a pagar novamente as horas contratuais pagas conforme acordos coletivos configuraria, a meu julgar, uma dupla penalidade.

Indefiro o pleito.

Analisa-se.

De fato, em que pese o reconhecimento das negociações coletivas pelo constituinte, tal previsão encontra limitações de natureza física, psicológica e social, não podendo, por óbvio, acordo coletivo estabelecer jornadas de trabalho por turno ininterrupto de revezamento superior a 8 horas diárias, sob pena de violação frontal ao disposto no art. 7º, XIV, da CF/88, no art. 59, da CLT, e na Súmula 423, do TST.

Vale repisar o entendimento do c. TST, a saber:

RECURSO DE REVISTA. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ALTERNÂNCIA DE TURNOS. HORÁRIO DIURNO E NOTURNO. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SETORIAL NEGOCIADA. ELASTECIMENTO DE JORNADA PARA ALÉM DO LIMITE DE 8 HORAS DIÁRIAS. NULIDADE DA NORMA COLETIVA. SÚMULA 423/TST. Nos termos da OJ 360/SBDI-1 do TST, faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, pois submetido à alternância de horário prejudicial à saúde, sendo irrelevante que a atividade da empresa se desenvolva de forma ininterrupta.

Ademais, é certo que esta Corte, ante a controvérsia surgida em torno da interpretação do art. 7º, XXVI, da CF, editou a Súmula 423, no sentido de que é possível a ampliação, por meio de negociação coletiva, da jornada superior a 6 horas, limitada a 8 horas por dia, e carga de trabalho semanal, para o limite de 44 horas, pagando-se como extra as horas que ultrapassarem estes limites. Contudo, conforme consta da citada Súmula, a validade do elastecimento de jornada em turnos ininterruptos de revezamento apenas pode ser aceita se fixada por regular negociação coletiva e se for limitada a 8 horas diárias. Noutro norte, amplas são as possibilidades de validade e eficácia jurídicas das normas autônomas coletivas em face das normas heterônomas imperativas, à luz do princípio da adequação setorial negociada. Entretanto, essas possibilidades não são plenas e irrefreáveis, havendo limites objetivos à criatividade jurídica da negociação coletiva trabalhista. Desse modo, ela não prevalece se concretizada mediante ato estrito de renúncia ou se concernente a direitos revestidos de indisponibilidade absoluta (e não indisponibilidade relativa), os quais não podem ser transacionados nem mesmo por negociação sindical coletiva. **Nesse contexto, não poderia a norma coletiva restringir os efeitos de um direito assegurado constitucionalmente aos empregados, mormente quando se sabe que a jornada de trabalho superior a 8 horas diárias é, obviamente, mais desgastante para o trabalhador, sob o ponto de vista biológico, familiar e até mesmo social, por supor o máximo de dedicação de suas forças físicas e mentais. Sendo assim, é de se reconhecer a nulidade de cláusula coletiva que determine o elastecimento de jornada em turnos ininterruptos de revezamento para além de oito horas diárias, devendo ser aplicada a norma prevista no art. 7º, XIV, da CF, e reconhecidas, por conseguinte, como extraordinárias as horas excedentes à 6ª diária.** Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 112881520135030087, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 29/10/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/10/2014) (grifamos)

Contudo, no caso em apreço, restou incontroverso nos autos que o Autor estava submetido à jornada regular de 8 horas por dia, consoante informado em sua petição inicial (ID. 8992cc3 - Pág. 5) e confessado em depoimento e autorizado pelo ACT (ID. aa15dfd - Pág. 1).

INTERROGADO(A) O(A) RECLAMANTE DECLAROU: *(...); que trabalhava em turnos de 8h; (...).*

No aspecto, a petição inicial sustenta que o extrapolamento do período para passagem de turno seria suficiente para a nulidade da

jornada prevista em ACT, senão vejamos (ID. 8992cc3 - Pág. 6):
Muito embora a escala de trabalho do Reclamante tenha sido implementada por força de Acordo Coletivo, o que não se discute, a jornada realidade (08h e 30min) do obreiro fere frontalmente o limite estabelecido no Enunciado acima, o que descaracteriza a prorrogação autorizada no art. 7º, XIV, da CF/88.
Todavia, ao contrário da tese patronal, deve ser pontuado que a extrapolação da jornada normal de trabalho estabelecida (de 8 horas no caso), por apenas 15 minutos (conforme reconhecido em tópico anterior), em decorrência da troca de turno, não tem o condão de desvirtuar o Acordo Coletivo, por não configurar prejuízo à saúde e bem estar do trabalhador, garantindo ao empregado apenas o pagamento das horas em sobrelabor com o devido adicional.
Com efeito, a jornada do Autor, ainda que prevista em Acordo Coletivo de Trabalho, como de fato é, está em consonância com o disposto no art. 7.º, XIV, da CF/88, no art. 59, da CLT, e na Súmula nº 423 do TST.
À vista do exposto, indevido o pagamento de horas extras à partir da 6ª diária, sendo devido, ao obreiro, apenas o pagamento dos 15 minutos de sobrelabor, conforme disposto em tópico anterior.
Desse modo, **nega-se provimento** a ambos os apelos, no item.
(...)'

A análise do recurso, no presente tópico,resta prejudicada em razão da ausência de interesse recursal, considerando que a Turma Julgadora entendeu ser indevido o pagamento de horas extras à partir da 6ª diária, sendo devido, ao obreiro, apenas o pagamento dos 15 minutos de sobrelabor. Outrossim, não houve condenação ao pagamento de horas extras pela supressão de intervalo interjornada.
Verifica-se, portanto, a ausência de sucumbência na matéria em apreço, sendo inviável o seguimento do apelo.
Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.
Alegação(ões):
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 394 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional:artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Alega que as horas intrajornada foram fruídas pelo reclamante, seja de 15 minutos quando cumpria jornada de 6 horas diárias, seja de 1 hora, quando a jornada ultrapassava as 6 horasdiárias.
Superada a tese, pugna sejam deferidas apenas as diferença eventualmente não gozada seja remunerada, com o devido acréscimo, bem como que sejam consideradas faltas, feriados, férias e demais períodos de ausência de prestação de serviço.

Consta no v. acórdão (id. 6b4a6bf):
'(...)
c) INTERVALO INTRAJORNADA
Insurge-se a Reclamada contra a condenação ao pagamento de horas relativas ao intervalo intrajornada. Aduz, em suma, que não havia supressão do intervalo e que o Reclamante não se desincumbiu do ônus que lhe competia.
O Reclamante, por sua vez, requereu que a parcela seja deferida considerando o labor em 6 turnos a cada 8 dias, perfazendo uma média de 22,5 turnos por mês.
Ao Autor restou deferido o pagamento da parcela, nos seguintes termos (ID. 747165e - Pág. 4):
(...) Assim, considerando a prova testemunhal, temos que o reclamante, pelo menos no período de 28/07/2012 a 30/09/2014, não gozava intervalo intrajornada. Assim, defiro ao reclamante o tanto quanto for apurado em regular liquidação de sentença referente a horas extras com adicional de 50% pelo intervalo intrajornada não gozado, considerando 1 hora por dia, média de 16 dias trabalhados por mês (total de 16 horas extras mensais) e o período de 28/07/2012 a 30/09/2014, excluindo-se os períodos em que o reclamante gozou férias (documento ID. 4c6ef7a - Pág. 2) (...)
Pois bem.
Inicialmente, insta registrar que, embora a Lei 13.467/17 tenha legislado em oposição ao entendimento sumulado, conforme disposto no § 4º do art. 71 da CLT, é de se ressaltar que tais normas possuem viés eminentemente material, o que afasta a aplicação imediata dos regramentos sobre a matéria aos processos em curso, vez que necessário se faz resguardar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada, tudo em atenção ao princípio da segurança jurídica.
Diante desse contexto, reconhece-se que deve ser aplicada a legislação e entendimento jurídico vigente à época dos fatos ora discutidos, antes da vigência da nova norma.
Assim, nos termos do regramento vigente à época dos fatos, o período de descanso, por visar à saúde do empregado, constitui-se em direito indisponível, infenso à negociação coletiva (Súmula nº 437, item II, do TST) e a sua correta concessão compete ao empregador. Assim, não há que se cobrar provas do empregado de que este não gozou do intervalo, mas, sim, do empregador de que atendeu ao comando legal e concedeu o intervalo intrajornada, na forma do art. 71, caput, da CLT, in verbis:

(...) Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. (...)

In casu, a prova testemunhal (ID. aa15dfd - Pág. 2) confirmou que o Autor não usufruía regularmente da hora intervalar, a saber:

(...) que não tinha nenhum intervalo intrajornada; que não tinha como parar o serviço nem para merendar;

Neste passo, a ausência da concessão do intervalo para descanso e alimentação, seja total ou parcial, impõe o pagamento total do período correspondente acrescido de, no mínimo, cinquenta por cento, conforme Súmula nº 437 do Colendo do Tribunal Superior do Trabalho, in verbis:

(...) Súmula nº 437 do TST

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT. (...)

Por fim, vale ressaltar que, nos termos do item III da Súmula supracitada, a parcela em comento possui natureza salarial, razão pela qual se impõe o seu reflexo nos demais haveres trabalhistas.

Ainda, frise-se que o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, nos moldes do artigo 7º, inciso XXVI, da CF/88, não permite a supressão do intervalo mínimo de descanso, porquanto, a lei que o prevê ostenta natureza de ordem pública infenso à negociação coletiva, nos termos da exegese do item II do verbete sumular mencionado.

Outrossim, conforme a súmula 264 do TST, e ainda o entendimento cristalizado na Súmula 132, I, do TST, as parcelas salariais e os adicionais legais e normativos pagos em caráter permanente integram a base de cálculo das horas extras, e para tanto, devem ser observadas as fichas financeiras acostados aos autos.

Destarte, considerando a jornada no período noturno, torna-se devida a integração do adicional noturno no cômputo da base de cálculo da hora extra, na forma da OJ/SBDI-I nº 97 do TST.

Logo, escorreita a sentença ao deferir ao Autor o pagamento de 1 hora extra, por turno de trabalho, a título de intervalo intrajornada suprimido, com adicional de 50% e reflexos.

Todavia, nota-se que o Julgador primário também estabeleceu parâmetros equivocados para os cálculos da parcela, ao considerar apenas os dias e não os turnos laborados pelo obreiro, consoante explicado em tópico anterior.

Por tais razões, impõe-se a reforma parcial do decisum também no ponto, para alterar o quantitativo das horas extras deferidas ao Reclamante referentes ao intervalo intrajornada, para 22,5 horas extras mensais (referentes ao labor, em média, em 22,5 turnos por mês), com adicional de 50%, a ser apurado em regular liquidação de sentença, observados os demais parâmetros fixados na origem e não impugnados pelas partes.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao apelo da Reclamada e dá-se provimento ao apelo do Reclamante no item.

(...)'

O Colegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Diante da premissa fática delineada no acórdão, a partir daprova testemunhal,não se vislumbra possível violação aos dispositivos apontados.

O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial, porque não há identidade entre a premissa fática descrita no acórdão e aquelas retratadas nos arestos paradigmas. Aplica-se o item I da Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho.

.

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento/Hora Noturna Reduzida.

Duração do Trabalho/Adicional Noturno/Prorrogação do Horário Noturno.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 60, item II do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 395 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional: §2º do artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho; §5º do artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho; §4º do artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Sustenta que as as horas noturnas reduzidas foram devidamente calculadas e pagas, conforme previsão do artigo 73 da CLT.

Acrescentaque o recorrido não faz jus ao adicional noturno sobre a jornada entre 5h e 6h da manhã, considerando que a jornada trabalhada é do tipo mista, iniciando no horário noturno para culminar com o encerramento em horário diurno novamente, não se tratando de prorrogação.

Consta no v. acórdão (id. 6b4a6bf):

'(...)

d) HORA NOTURNA REDUZIDA

Insurge-se a Reclamada contra a condenação ao pagamento de horas extras decorrentes da não observância da hora noturna reduzida. Aduz, em suma, que as fichas financeiras juntadas aos autos demonstram, por meio das rubricas B49, B57 e B81, que as horas noturnas reduzidas eram compensadas ou pagas.

Neste tocante, pugna o Reclamante pela extensão da condenação, para abranger todo o período trabalhado no horário noturno, não somente a prorrogação após as 5h.

O magistrado de piso assim fundamentou o decisum (ID. 747165e - Pág. 5):

V - Hora Noturna Reduzida

Pleiteia, também, o reclamante a remuneração de horas extras decorrentes do fato de que a reclamada desconsiderou a duração especial da hora noturna (art. 73, § 1º, da CLT) naqueles dias em que, conforme relatado anteriormente, havia trabalho nos turnos de 22h30 às 6h30. Esses dias de trabalho correspondiam, em média, a 8 por mês.

A duração especial da hora noturna haveria de ser observada no caso do reclamante. Trata-se de regra de caráter objetivo. Assim, se a hora noturna tem a duração legal de 52,5 minutos, o período entre as 5 e as 6h30 da manhã correspondia a 1,714 horas de trabalho, do que resulta que ao reclamante cabia 0,714 hora extra a cada um desses 8 dias do mês. Assim, com base no dispositivo da CLT, acolho parcialmente o pedido, neste particular, para deferir ao autor 5,712 horas extras mensais, pelo período não atingidos pela prescrição (28/07/2012 a 30/09/2014), excluindo-se os períodos em que o reclamante gozou férias (documento ID. 4c6ef7a - Pág. 2).

Para o cálculo das horas extras ora deferidas, deverão ser considerados, na base de cálculo, a evolução salarial, incluindo gratificação de tempo de serviço, adicional noturno e adicionais de periculosidade e penosidade regularmente recebidos, e o divisor 180 horas, não impugnado pela reclamada. Diante da habitualidade do labor extraordinário, defiro os reflexos sobre DSR, aviso prévio, FGTS (8+40%), férias + 3/4 e 13º salário.

Analisando o contracheque acostado pelo Autor (ID. 8015c75), verifica-se que não há qualquer especificação de pagamento efetuado a título de hora noturna reduzida.

Neste aspecto, consta do holerite somente a rubrica B57 (adicional noturno), a qual não indica o pagamento de horas noturnas reduzidas.

Evidente, portanto, que não houve comprovação do pagamento da hora noturna reduzida.

Ademais, ainda que restasse comprovada a tese de que as rubricas referentes ao adicional noturno serviriam para remunerar, também, a hora noturna reduzida, a condenação deveria ser mantida. Isso porque, a tal prática se dá o nome de salário complessivo, o qual é vedado pelo ordenamento juslaboral, consoante entendimento consubstanciado na Súmula nº 91 do TST.

Diante disso, impõe-se manter o julgado, na forma do artigo 73, §1º e §5º da CLT e OJ 395 da SBDI-1 do TST, a seguir:

(...) § 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. (...) (...)

§ 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste capítulo. (...)

OJ 395. SDI-1. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. HORA NOTURNA REDUZIDA. INCIDÊNCIA. *O trabalho em regime de turno ininterrupto de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, §1º, da CLT, e 7º, XIV, da Constituição Federal.*

Logo, escorreita a sentença que condenou a Reclamada ao pagamento da parcela.

No que concerne à extensão da condenação, consoante explicitado acima, evidenciou-se que a Reclamada não quitava as horas fictas nem mesmo pelo horário incontroversamente noturno, das 22h30 às 5h. Logo, também durante este período deve ser calculada a hora noturna reduzida para fins de pagamento.

De uma forma geral, das 22h30 às 6h30 o obreiro trabalhava, transformando as horas fictas em horas normais, 8 horas por turno. Ou seja, perfazia um total de 1h e 10 min de hora extras noturnas reduzidas, a cada turno trabalhado no horário noturno, o que ocorria 2 vezes a cada 8 dias, ou seja, 7,5 turnos por mês.

Portanto, o Autor faz jus ao pagamento de 8,75 horas extras por mês decorrentes da hora noturna reduzida.

Em tempo, mostra-se indevida, também, qualquer dedução de folgas compensatórias, eis que, se estas de fato foram concedidas, certamente não serviram para compensar labor que sequer era computado ou pago corretamente.

Ante o exposto, nega-se provimento ao apelo da Reclamada no item.

Provido o recurso do Reclamante neste tocante para, reformando a sentença, estender a condenação ao pagamento de horas extras advindas da hora noturna reduzida de 5,712 horas para 8,75 horas extras mensais, observados os demais parâmetros fixados na origem.

e) ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA. PERCENTUAL.

Insurge-se a Reclamada contra a condenação ao pagamento de adicional noturno sobre o labor trabalhado das 5h às 6:30h da manhã. Alega que a sentença violou o art. 73, §2º, da CLT, ao deferir o pleito de adicional noturno ao Reclamante. Aduz que a jornada do obreiro não se enquadra como noturna, mas sim como mista. Por fim, argumenta que o § 5º do art. 73 da CLT e o entendimento do C. TST consubstanciado na Súmula 60, que fazem menção à prorrogação da jornada noturna, em verdade, estariam se referindo à prestação de horas extras após a jornada noturna regular, não ao horário ordinariamente iniciado no período noturno e findo após das 5 horas da manhã.

O Reclamante, por sua vez, pugna pela aplicação do percentual de 37,2% sobre o adicional noturno deferido, por ser esse o percentual utilizado pela Reclamada para remunerar o adicional noturno sobre as horas normais e sobre a hora noturna reduzida.

A sentença foi proferida nos seguintes termos (ID. 747165e):

VI - Adicional noturno: horas que extrapolam a jornada noturna legal

Pleiteia o reclamante também o pagamento de adicional noturno em relação às jornadas da madrugada que se estendiam além das 5 da manhã (até as 6h30).

A consideração como das horas de jornadas noturnas que, em sendo noturnas, se estendem para além das 5 da manhã é prevista explicitamente na CLT:

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 3º O acréscimo, a que se refere o presente artigo, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, trabalho noturno habitual, será feito, tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades, o aumento será calculado sobre o salário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem.

§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos.

§ 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste capítulo. (grifei)

No caso, sobre essas 1,714 horas laboradas além das 5 da manhã (v. item anterior), adotando-se também o prescrito no acima transcrito artigo 73, § 1º, da CLT, deve incidir o adicional noturno.

Por 8 dias do mês, em média, temos 13,714 horas, em relação às quais se defere a aplicação do adicional, considerando o período de 28/07/2012 a 30/09/2014 e, adotando-se, na base de cálculo, a gratificação de tempo de serviço e os adicionais de periculosidade e penosidade regularmente recebidos, e provendo-se os reflexos em DSR, férias (com adicional de 3/4), 13º salário e FGTS-8%.

Como aqui se perfez apuração prévia das horas reduzidas para fins de aplicação do adicional, este deve ser, para fins de cálculos do provimento, o previsto em lei, ou seja, apenas 20%.

Examina-se.

É notório que o trabalho noturno provoca, no indivíduo, agressão física e psicológica, por supor o máximo de dedicação de suas forças físicas e mentais em período em que o ambiente físico externo induz ao repouso. Somado a isso, ele também tende a agredir, com substantiva intensidade, a inserção pessoal, familiar e social do indivíduo nas comunidades em que convive, tornando especialmente penosa para o obreiro a transferência de energia que procede em benefício do empregador.

Por tais razões, o Direito do Trabalho sempre tendeu a conferir tratamento diferenciado ao trabalho noturno, seja através de restrições à sua prática (de que é exemplo a vedação a labor noturno de menores de 18 anos), seja através de favorecimento compensatório no cálculo da jornada noturna (redução ficta) e no

cálculo da remuneração devida àquele que labora à noite (pagamento do adicional noturno).

Se assim o é para aqueles que cumprem jornada noturna normal, com muito mais razão há de ser para aqueles que a iniciam no período noturno e a finalizam após as 5 horas da manhã, isto porque é evidente que o organismo do trabalhador ainda está sendo agredido pela falta de sono no horário biologicamente devido, sacrificando ainda mais o empregado.

Em suma, se o labor de 22h as 05h é remunerado com um adicional, considerando-se as consequências maléficas do trabalho nesse horário, com mais razão a continuação dessa jornada, após a labuta por toda a noite, deve ser quitada de forma majorada.

Esse entendimento encontra-se sedimentado na redação da Súmula nº 60, item II do TST, a saber:

SUM-60 ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

(-)

II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex-OJ nº 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)

Neste sentido, há entendimento reiterado deste Tribunal, a saber:

RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA INICIADA ÀS 2H20. PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO. ADICIONAL DEVIDO. A legislação protetiva em relação ao labor noturno assegura ao trabalhador que cumpra jornada nesse período e que a estende para o período diurno o direito ao pagamento do adicional para o período prorrogado após as 5 horas (art. 73, § 5.º, CLT). A questão diz respeito à saúde do empregado, sendo devida em qualquer caso de prorrogação do trabalho noturno. Dessa forma, revela-se inteiramente adequado o entendimento da Súmula 60, II, do TST, à jornada mista, sendo esta iniciada em qualquer momento após as 22h (ou mesmo antes) e concluída em horário posterior às 5h.Basta que haja jornada cumprida em período noturno, prorrogada para o período diurno. Precedentes. Recurso de revista conhecido e não provido. (RR - 84100-68.2009.5.09.0656 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 22/08/2012, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/08/2012)

HORA NOTURNA REDUZIDA. HORÁRIO MISTO. JORNADA DE TURNOS ININTERRUPTOS. ACORDO COLETIVO. HORA EXTRA. Considerando a existência de labor preponderantemente em horário noturno e a prorrogação da jornada até as 6h30, os empregados nessa situação fazem jus à remuneração das horas que ultrapassarem o horário das 5h, como horas noturnas reduzidas, bem como à incidência do adicional noturno de 20% sobre tais horas.Ainda, é devido adicional de 50% ou o convencional, se mais benéfico, caso seja ultrapassada a jornada de 8 horas diárias, levando-se em conta o horário reduzido e sua prorrogação. Uma vez devida a verba, incidem seus reflexos em DSR, 13º salário, férias + 1/3, adicional noturno e depósitos fundiários (8%). Recurso conhecido e não provido. (TRT11, RO 0000675-05.2014.5.11.0401, 3ª Turma, Relatora: Maria de Fátima Neves Lopes, Data de julgamento: 12/08/2015) (grifou-se)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO BIENAL. Em relação aos interesses e direitos difusos e coletivos, não há que se falar em prescrição ou decadência para a propositura de ação civil pública, mesmo tratando-se de reparação genérica por danos causados. No entanto, em relação às ações coletivas atinentes a reparação dos danos individualmente sofridos pelos trabalhadores (interesses e direitos individuais homogêneos), aplica-se a prescrição comum prevista no art. 7º, XXIX, da CF/88. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA PRORROGADA. A prorrogação da jornada noturna gera direito a adicional noturno sobre as horas prorrogadas, conforme aplicação do item II da Súmula nº 60 do TST. DEDUÇÃO. A dedução, que pode ser autorizada de ofício pelo juiz, refere-se a valores pagos sob o mesmo título e visa evitar o enriquecimento sem causa. Recurso ordinário da reclamada conhecido e parcialmente provido. (TRT11, RO 0000446-13.2012.5.11.0014, 2ª Turma, Relatora: Ruth Barbosa Sampaio, Data de julgamento: 12/08/2014) (grifou-se)

No presente caso, uma das jornadas de trabalho do Autor, de 22h30 às 06h30, era iniciada no período noturno, razão pela qual resta claro o direito dele ao recebimento do adicional noturno sobre as horas trabalhadas após as 5 horas da manhã, consideradas como prorrogadas, nos termos da lei, consoante primeiro precedente colacionado acima.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao Recurso da Reclamada, para manter inalterada a sentença no tópico

Seguindo para a análise do Recurso do Reclamante, observa-se que ele fundamentou o pleito de aplicação do percentual de 37,2% nos seguintes termos (ID. a72a74f - Pág. 14 e 15):

O MM. Juiz deferiu o pagamento do adicional noturno sobre as horas prorrogadas na jornada diurna, após às 05:00h da manhã, com base na Súmula nº 60 do TST.

Arbitrou, no entanto, o percentual de 20% sobre as horas laboradas das 05:00h às 06:30h, ao invés do percentual de 37,2%, conforme requerido pelo Recorrente em sua exordial (fls. 391):

[...] Como aqui se perfez apuração prévia das horas reduzidas para fins de aplicação do adicional, este deve ser, para fins de cálculos

do provimento, o previsto em lei, ou seja, apenas 20%. [[...] (grifo nosso)
Com a devida vênia, equivocou-se o Douto Julgador.
Como restou devidamente comprovado nos autos, a Recorrida utiliza o percentual de 37,2% para remunerar, ao mesmo tempo, o adicional noturno de 20% e o adicional noturno sobre a hora noturna reduzida, fato este que sequer fora objeto de impugnação pela Ré em sua defesa, incidindo, na espécie, o princípio da condição mais benéfica ao obreiro.
Pede o Recorrente, portanto, a reforma da r. sentença, neste ponto, a fim de estabelecer em 37,2% (trinta e sete vírgula dois por cento) a base de cálculo do adicional noturno.
Pois bem.
Analisando-se os autos, notadamente o contracheque acostado pelo Autor (ID. 8015c75), não se vislumbra a utilização de percentual de 37,2% para remunerar o adicional noturno.
Tampouco se verifica a conduta de remunerar, com uma única rubrica, o adicional noturno sobre a hora normal e o adicional noturno sobre a hora noturna reduzida.
Desse modo, entende-se que o Reclamante não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito, qual seja, a utilização do percentual indicado.
Por essas razões, **nega-se provimento** ao apelo do Reclamante, neste ponto.
(...)'

Relativamente ao ônus da prova, mostra-se inatacável a fundamentação do v. acórdão regional, onde a valoração da prova é competência do julgador que tem o seu livre convencimento embasado no art. 371, do CPC e observadas as disposições dos arts. 818, da CLT e 373, I e II, do CPC. Com efeito, da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, concluiu a Turma que há incerteza quanto à integral quitação de verbas a que o empregado efetivamente faz jus, ocasionada pelo procedimento interno adotado pela reclamada, que paga duas parcelas distintas sob a mesma rubrica. Decidir de modo diverso importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial.
Ademais, quanto ao adicional noturno, a decisão se encontra em conformidade com o artigo 73 da CLT.
Por fim,o entendimento adotado pela Turma encontra respaldo na (no) Súmula nº 60 do Tribunal Superior do Trabalho.
Por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados, tampoucodivergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

Duração do Trabalho/Horas Extras/Contagem de Minutos Residuais.
Alegação(ões):
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
Alega que 'No que toca aos quinze/vinte minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho propriamente, não há comprovações mínimas capazes de ilidir o controle de jornada feito pela Reclamada, de forma física, em livros de ponto (cuja juntada posterior fica desde logo requerida, ante a dificuldade de produção da prova, no presente momento)'. Acrescenta que 'não há anotações de tais horas extras alegadas pelo reclamante, tampouco existe qualquer registro de reclamações dos trabalhadores - inclusive do reclamante - alertando sobre o suposto 'impedimento' mencionado na inicial'.
Ressalta que a empresa jamais impediu qualque trabalhador de fazer os registros reais nos controles de ponto, nem lhe fez ameaças de não recebimento de salários.
Consta no v. acórdão (id. 6b4a6bf):
'(...)
MÉRITO
1. MATÉRIAS COMUNS AOS RECURSOS
a) HORAS EXTRAS. TEMPO À DISPOSIÇÃO DA EMPRESA. TROCA DE TURNO.
Insurge-se a Reclamada contra a condenação ao pagamento da hora extra, decorrente da troca de turno. Aduz que os controles de ponto são provas robustas para demonstrar que o autor não faz jus a essas horas extras.
Por sua vez, o Reclamante também pretendeu a reforma da r. sentença, quanto ao quantitativo deferido pelo juiz a quo, sob o argumento de que o juiz teria computado, erroneamente, os dias trabalhados e não os turnos, no cálculo da parcela.
O juízo acolheu parcialmente a pretensão do Autor (ID. 747165e - Pág. 3), nos seguintes termos:
(...) A prova conduz à conclusão de que devem ser providos ao reclamante 15 minutos extras diários, com adicional de 50%, pelo labor extra após o fim da jornada, considerando a média de 16 dias mensais trabalhados, no total de , no período 4 horas extras mensais não atingido pela prescrição.. Dou provimento a esta parte do pedido, com a consideração, na base de cálculo, da evolução salarial, incluindo gratificação de tempo de serviço, adicional noturno e adicionais de periculosidade e penosidade regularmente recebidos, e os reflexos em DSR, férias + 3/4, 13º salário e FGTS

(8%). Deverá, ainda, ser considerado o divisor 180 horas, não impugnado pela reclamada, e desconsiderados os períodos de férias do reclamante, conforme documento ID. 4c6ef7a - Pág. 2. Quanto ao pedido de pagamento pelos 15 minutos extras antes do início da jornada, não logrou êxito o reclamante em comprová-los, já que a prova testemunhal foi no sentido de que as horas extras eram prestadas somente ao fim da jornada.

(...)

Examina-se.

De plano, ressalte-se que o ônus da prova, nesse ponto, é do Autor, considerando que a juntada dos cartões de ponto é irrelevante para a análise do pleito, já que a alegação é no sentido de que havia minutos à disposição do empregador não computados nos registros de entrada e saída.

Neste contexto, o obreiro confessou, em depoimento pessoal, 'que a empresa não determinava que ele chegasse para trabalhar antes do horário contratual', o que foi confirmado pelo depoimento da única testemunha ouvida, que inclusive ressaltou que utilizava o transporte por 'rota' fornecido pela empresa, em horários regulares e sem atrasos (ID. aa15dfd).

Lado outro, o depoente afirmou que 'precisava estender a jornada para passar o turno; que essa passagem levava de 15 a 20 minutos', além de pontuar 'que não há registro do horário que chega antes e que sai depois; que não recebeu horas extras por esse período que chega antes e sai depois', evidenciando a existência de horas extras impagas, referentes ao período de 15 minutos diários para a passagem de turno, no qual o Autor ficava à disposição do empregador.

Afasta-se, outrossim, a tese patronal no sentido de que o ACT firmado entre as partes autoriza a compensação das extrapolações da jornada, uma vez que a Reclamada não fez qualquer prova da regular compensação.

Demonstrado, portanto, que os 15 minutos gastos ao final da jornada para a troca de turno entre os trabalhadores, não era levado em consideração pela Reclamada, razão pela qual correta a sentença ao deferir o período extrapolado como horas extras ao Reclamante.

Com relação ao cálculo da parcela, o Magistrado primário deferiu ao Autor o pagamento de '15 minutos extras diários, com adicional de 50%, pelo labor extra após o fim da jornada, considerando a média de 16 dias mensais trabalhados, no total de 4 horas extras mensais, no período não atingido pela prescrição' (ID. 747165e - Pág. 3).

Neste ponto, o obreiro sustenta que laborava 06 turnos a cada 08 dias, o que é confirmado pela análise dos controles de jornada juntados pela Reclamada ao ID. a552a2f, os quais, embora tenham sido impugnados acerca dos registros de entrada/saída, devem ser considerados como válidos para cômputo dos dias trabalhados.

Neste contexto, do cotejo entre os controles de jornada - considerados apenas quanto aos dias efetivamente laborados - e dos horários de entrada/saída narrados pelo Autor em sua exordial, conclui-se que a jornada de trabalho do Reclamante consistia em: 1º dia, um turno das 14:30h às 22:30h; no 2º dia, um turno das 06:30h às 14:30h, retornando no mesmo dia às 22:30h até às 06:30h do 3º dia; no 3º dia, um turno das 14:30h às 22:30h; no 4º dia, um turno das 06:30h às 14:30h, retornando no mesmo dia às 22:30h até às 06:30h do 5º dia; folgando nos 3 dias subsequentes até o final de setembro/2014.

Assim, a cada passagem de turno, o Reclamante fazia 15 min de hora extra, não computadas em sua jornada.

Logo, devem ser levados em consideração o número de passagens de turno para aferição das horas extras e não os dias de trabalho, como feito pelo Julgador primário, já que havia dias nos quais o Autor cumpria mais de um turno.

Ante o exposto, impõe-se a reforma parcial da sentença de piso no ponto, para alterar o quantitativo das horas extras deferidas ao Reclamante referentes ao período de passagem de turno, para 5,625 horas extras mensais, com adicional de 50%, a ser apurado em regular liquidação de sentença, observados os demais parâmetros fixados na origem e não impugnados pelas partes.

Ante o exposto, nega-se provimento ao apelo da Reclamada e dá-se provimento ao apelo do Reclamante no item.

(...)'

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, portanto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001283-18.2014.5.11.0008

Relator RUTH BARBOSA SAMPAIO

RECORRENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
RECORRENTE	PAULO GUIMARAES GOMES JUNIOR
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
RECORRIDO	PAULO GUIMARAES GOMES JUNIOR
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- PAULO GUIMARAES GOMES JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.PAULO GUIMARÃES GOMES JÚNIOR
Advogado(a)(s):	1.THIAGO JORGE MARQUES MALCHER
Recorrido(a)(s):	1.BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	1.MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(DF -

Recurso de:PAULO GUIMARÃES GOMES JÚNIOR

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. ace4808; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 510c587).

Regular a representação processual (id. cbeb8d8).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. b5c86e4), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item IV da Súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Suscita o recorrente a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que interpôs embargos declaratórios para que fosse sanada omissão e obscuridade, quanto àaplicabilidade do artigo 71, §4º da CLT e Súmula 437, IV do C. TST vez que existente nas próprias folhas de frequência de ID cf49d42 carreados pelo Embargado registro de jornada superior a seis horas sem a concessão do intervalo intrajornada de no mínimo uma hora.

Consta no v. acórdão (id. d9207bc):

'(...)

INTERVALO INTRAJORNADA - horas extras e indenização por danos morais

O reclamante defende que não gozava do intervalo intrajornada, requerendo o pagamento de uma hora extra por dia laborado e indenização por danos morais pela ausência do intervalo.

Sem razão.

De fato, os cartões de ponto demonstram que o reclamante ultrapassava com habitualidade a jornada de seis horas, o que faz com que o intervalo devido seja de uma hora, no mínimo.

Contudo, a alegação de descumprimento do intervalo se constitui em fato constitutivo do direito do autor, a quem cabe o ônus da prova no presente caso, consoante art. 818 da CLT c/c 373, I do CPC/15 e de seu ônus o autor não se desincumbiu, tendo em vista que nenhuma das testemunhas informou sobre o intervalo intrajornada.

O mero fato de os cartões de ponto não trazerem o registro do intervalo intrajornada não é motivo, por si só, para o deferimento das horas extras, tendo em vista que a pré-assinalação do intervalo intrajornada é facultativa.

Irretocável a sentença neste aspecto, inclusive quanto à

improcedência dos danos morais.
(...)'

Consta no v. acórdão de embargos declaratórios (id. d9207bc):
'(...)
Não assiste razão aos embargantes.
No caso do intervalo intrajornada, os fundamentos do julgado são cristalinos ao apontar que o reclamante não desincumbiu do encargo probatório quanto à supressão intervalar.
Ressaltou-se, no Acórdão, que a pré-assinalação do intervalo é facultativa e que a prova testemunhal do autor não demonstrou a supressão intervalar.
O que o reclamante busca, em verdade, é o revolvimento da matéria fático-probatória, valendo-se, contudo, da via processual inadequada.
(...)'

Nos termos da Súmula 459 do C. TST, não se conhece de alegação de negativa de prestação jurisdicional quando a parte não indica violação ao art 832 da CLT, ao art. 489 do Código de Processo Civil (art. 458 da Lei n. 5.869/73) ou ao art. 93, IX, da Constituição Federal. Resta, portanto, prejudicada a análise do recurso neste tópico.
Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada/Jornada Contratual de 6 Horas - Prorrogação.
Categoria Profissional Especial/Bancários/Intervalo Intrajornada.
Alegação(ões):
Sustenta que, no período em que ocupou os cargos de escriturário e de caixa, sua jornada contratual era de seis horas diárias, sempre ultrapassada, nunca tendo sido concedido o direito a usufruir de no mínimo uma hora. Acrescenta que a Turma cometeu gravíssimo equívoco, ao não apreciar as folhas de frequência do obreiro, as quais foram juntadas pelo próprio recorrido.

Consta no v. acórdão (id. d9207bc):
'(...)
INTERVALO INTRAJORNADA - horas extras e indenização por danos morais
O reclamante defende que não gozava do intervalo intrajornada, requerendo o pagamento de uma hora extra por dia laborado e indenização por danos morais pela ausência do intervalo.
Sem razão.
De fato, os cartões de ponto demonstram que o reclamante ultrapassava com habitualidade a jornada de seis horas, o que faz com que o intervalo devido seja de uma hora, no mínimo.
Contudo, a alegação de descumprimento do intervalo se constitui em fato constitutivo do direito do autor, a quem cabe o ônus da prova no presente caso, consoante art. 818 da CLT c/c 373, I do CPC/15 e de seu ônus o autor não se desincumbiu, tendo em vista que nenhuma das testemunhas informou sobre o intervalo intrajornada.
O mero fato de os cartões de ponto não trazerem o registro do intervalo intrajornada não é motivo, por si só, para o deferimento das horas extras, tendo em vista que a pré-assinalação do intervalo intrajornada é facultativa.
Irretocável a sentença neste aspecto, inclusive quanto à improcedência dos danos morais.
(...)'

No presente caso, a Turma concluiu que o autor não se desincumbiu de comprovar a ausência de intervalo intrajornada, uma vez que nenhuma das testemunhas informou sobre o tempo gasto pelo Reclamante com intervalo.Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais, portanto, .não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial. Ademais, não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.

Recurso de:BANCO BRADESCO S.A.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 20/08/2019 - id. ace4808; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 4193b91).
Regular a representação processual (id. 847a157).
Satisfeito o preparo (ids. b5c86e4, 2f300c4, 2f300c4, d9207bc,

49f7d6d e c57eac3).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Categoria Profissional Especial/Bancários/Colocação ou Venda de Papéis / Valores Mobiliários.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 17 da Lei nº 4595/1964.

- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que, embora o acórdão tenha reconhecido o direito do reclamante ao recebimento de comissões pela venda de produtos não bancários, inexiste pactuação acerca do pagamento de comissões pela venda de tais produtos. Sustenta ainda que a condição pessoal do autor '*nitidamente lhe confere a capacidade de realizar a atividade de venda de produtos do banco e demais empresas do grupo econômico, sem que isto implique alteração substancialmente lesiva ao seu contrato de trabalho*'.

Deste modo, concluiu, por intermédio dos arestos transcritos, que a venda de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário, portanto, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado.

Em razão do exposto, requer a reforma do acórdão recorrido.

Consta no v. acórdão (id. d9207bc):

'(...)

RECURSO DO RECLAMANTE

PLUS SALARIAL/ VENDA DE PRODUTOS NÃO BANCÁRIOS

O reclamante/recorrente repisa que faz jus a plus salarial por venda de produtos não bancários.

Ao contrário do que tenta fazer crer o reclamado, o simples vínculo do reclamante com o Banco, não autoriza este a exigir do obreiro toda sorte de tarefas.

O preposto confirma que o autor vendia produtos não bancários, fls. 715: 'que os caixas e escriturários oferecem produtos bancários e não bancários; que na maioria das vezes, se o cliente aceitar é encaminhado para a área comercial ou para os corretores, dependendo do produto; que o cartão de crédito e a capitalização'

Ora, se o reclamante era bancário e vendia produtos não bancários, não há dúvidas de que o seu vínculo empregatício não o obrigava a realizar a venda de tais produtos. A realização de atividade alheia a contratação implica na necessária contraprestação salarial, em quantum adequado, sob pena de enriquecimento ilícito pelo reclamado.

Nessa quadra, a Súmula 93 do TST prescreve:

'Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador'.

Nesse espeque, é imperiosa a busca pelo reequilíbrio do pacto laboral, sob pena da reclamante ter despendido a força de trabalho, mediante imposição patronal, em vão - isto é, sem a devida contraprestação.

Ainda neste sentido, há que se buscar um critério de ponderação, capaz de se chegar a um acréscimo salarial compatível com a atividade extracontratual desenvolvida, sob pena de se incorrer em enriquecimento sem causa da reclamante.

Por outro lado, o reclamado não traz qualquer prova de como eram realizadas as vendas de tais produtos e os respectivos cálculos de comissões.

Logo, levando em consideração que o reclamante vendia produtos não bancários durante a sua jornada de trabalho, além das atividades típicas de bancário, deve ser reformada a sentença que julgou improcedente o acréscimo salarial decorrente da venda de produtos não bancários.

No que tange ao percentual, tem sido entendimento desta Relatora que o parâmetro equitativo gravita no percentual de 40%, dado o desequilíbrio contratual decorrente do acúmulo de funções, em benefício unicamente do empregador.

Desta feita, alinhando o julgamento aos demais casos analisados neste Juízo, e valendo-se de um juízo de equidade e isonomia, reformo a decisão primária para deferir o acréscimo salarial ao patamar de 20%, durante o período de 16/07/2010 a 06/08/2013 e com repercussões em aviso-prévio, férias + 1/3, 13º salário e FGTS (8% + 40%), excluída a repercussão em PLR já que não se trata de parcela salarial.

(...)'

Primeiramente, não se vislumbra possível violação aos dispositivos legaismencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Todavia, aparte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente da Subseção I Especializada em

Dissídios Individuais, de seguinte teor:

[...] BANCÁRIO. COMISSÕES PELA VENDA DE PRODUTOS DE EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO DO EMPREGADOR. 2.1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamado para excluir da condenação as comissões deferidas ao reclamante pela venda de produtos de empresas pertencentes ao grupo econômico do empregador. 2.2. Na hipótese, consta do acórdão regional, transcrito pela Turma, que o Banco obrigava os empregados, mediante imposição de metas, a venderem produtos como consórcio, capitalização e seguros, de empresas coligadas, durante o horário de trabalho. Também ficou registrado que nunca houve promessa ou acordo do réu no sentido de pagamento de comissões aos bancários, e que elas eram destinadas aos corretores. 2.3. Dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT que, 'à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal'. A comercialização de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário. Assim, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-ARR - 3666100-12.2009.5.09.0011, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/20182).

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000253-24.2018.5.11.0002

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	GOL LINHAS AEREAS S.A.
ADVOGADO	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR(OAB: 10424/DF)
ADVOGADO	OSMAR MENDES PAIXAO CORTES(OAB: 15553/DF)
RECORRIDO	CARLOS EDUARDO CRISTAN
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AEREAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado(a)(s):	OSMAR MENDES PAIXAO CORTÊS (EXCLUSIVIDADE -
Recorrido(a)(s):	CARLOS EDUARDO CRISTAN
Advogado(a)(s):	PAULO JAQSON FREIRE PINTO (AM - 7967)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 15/08/2019 - id. 4635704; recurso apresentado em 27/08/2019 - id. 8a1dbd3).

Regular a representação processual (id. a19b163, 89ac16a, 36720a1).

Satisfeito o preparo (ids. 9714785, 4c885e9 e b44f000).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Controle de Jornada/Cartão de Ponto.

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.

Duração do Trabalho/Horas in Itinere.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional/Adicional de Periculosidade.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 338;Súmula nº 90;Súmula nº 364 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso XVI do artigo 7º;inciso LIV do artigo 5º;inciso XXII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §2º do artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Alega que,colacionou os cartões de ponto, pré-assinalados, bem como contracheques que demonstravam o pagamento de possíveis horas extras em caso de sobrejornada.
No tópico das horas in itinere, sustenta que a unidade fabril da Recorrente situa-se em local de fácil acesso. Para a aplicabilidade da Súmula 90 do TST, o local de trabalho é que deve se situar em lugar de difícil acesso OU não servido por transporte público, o que não é o caso. O E. Tribunal Superior do Trabalho já firmou jurisprudência no sentido de que o artigo 58, §2º da CLT, ao tratar de local de trabalho não servido por transporte público, não exclui dessa modalidade de transporte o intermunicipal ou interestadual.
Por fim, requer a reforma do julgado para que seja julgado improcedente o pleito de adicional de periculosidade.
Consta no v. acórdão (id. cb23ef7):
'(...)
MÉRITO
1. MATÉRIAS COMUNS AOS RECURSOS
a) INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL.
A Reclamada impugna o deferimento de horas intervalares, sob o argumento de que procedeu à correta anotação da jornada laboral, tendo concedido regularmente o intervalo intrajornada ao Autor.
Por sua vez, o Reclamante se insurge contra o deferimento do adicional de 50%, sobre a hora suprimida, argumentando que a CCT da categoria estabelece o percentual de 100% para as horas extraordinárias.
O Juízo recorrido deferiu ao Autor o pagamento de horas intervalares, pelos seguintes argumentos (ID. 9714785 - pág. 3):
Das horas extras pela concessão parcial do intervalo intrajornada
O reclamante afirma que, mesmo quando extrapolava sua jornada diária de 6h, era concedido intervalo de apenas 15 minutos para a sua alimentação/repouso, sem ser observado o intervalo intrajornada de 1h, razão pela qual requer a condenação da reclamada ao pagamento de 1 hora extra por dia em que o intervalo não fora concedido na íntegra, bem como os reflexos daí advindos.
A reclamada, por seu turno, aduz que o intervalo intrajornada era concedido corretamente e pagas as horas extras eventualmente prestadas. Ainda, que o CCT da categoria dispensa a anotação, no cartão de ponto, do intervalo intrajornada de 15 minutos.
Pois bem.
Os cartões de ponto acostados pela reclamada (ID. 054f3c2 e ss.) confirmam o alegado pelo reclamante, no sentido de que, frequentemente, laborava por período superior a 6 horas.
Apesar de ele não ter arrolado testemunhas capazes de comprovar a ausência de concessão do intervalo intrajornada de 1 hora, verifico que tal ônus cabia à reclamada, uma vez que ***a CCT da categoria autorizava a ausência de registro apenas do intervalo intrajornada de 15 minutos, de modo que o intervalo de 1 hora, nos dias em que excedida a jornada, deveria ter sido registrado e comprovado nos autos pela reclamada.***
Não bastasse isso, o preposto da reclamada confessou em audiência que 'quando o reclamante fazia horas extras o intervalo para refeição era de 15 minutos, assim como quando o reclamante não fazia horas extras', corroborando o alegado na peça inicial.
De acordo com o art. 71 da CLT, 'em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas'.
O mesmo artigo, dispunha, na época dos fatos, que '§ 4º - Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho'.
Pelo que se depreende dos autos, a concessão do intervalo intrajornada, nos dias em que o reclamante laborava por mais de 6 horas, era apenas parcial, razão pela qual faz ele jus ao pagamento de 1 hora extra integral, por dia em que o intervalo não fora concedido na íntegra, de acordo com a legislação vigente na época dos fatos.
Por esses motivos e considerando que a reclamada não foi capaz de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante, julgo procedente o pedido, a fim de condenar a reclamada a pagar ao reclamante 1 hora extra por dia em que o intervalo intrajornada foi desrespeitado, com adicional de 50%, e seus reflexos legais (aviso prévio, férias, 13º, DRS e depósitos do FGTS), devendo o montante da condenação ser apurado na fase de liquidação, observando-se a evolução salarial do reclamante, os

dias efetivamente trabalhados além das 6 horas diárias e o período imprescrito. - grifo nosso

Pois bem.

De início, cumpre ressaltar que o período de descanso, por visar à saúde do empregado, constitui-se em direito indisponível, infenso à negociação coletiva (Súmula nº 437, item II, do TST) e a sua correta concessão compete ao empregador. Assim, não há que se cobrar provas do empregado de que este não gozou do intervalo, mas, sim, do empregador de que atendeu ao comando legal e concedeu o intervalo intrajornada, na forma do art. 71, caput, da CLT, in verbis:

(...) Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. (...)

Inclusive, dispõe o art. 74, § 2º, da CLT, que é obrigatória a anotação da jornada para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

Ainda, de acordo com a Súmula nº 338, item I, do TST, é ônus do empregador apresentar os registros da jornada de trabalho com a observância da norma acima mencionada. Neste sentido, dispõe:

SÚMULA 338, TST. JORNADA DE TRABALHO. REGISTRO. ÔNUS DA PROVA *(incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 234 e 306 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005*

I - É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de freqüência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. (ex-Súmula nº 338 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

II - A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. (ex-OJ nº 234 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

III - Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir. (ex-OJ nº 306 da SBDI-1- DJ 11.08.2003).

Nesse contexto, observa-se que a Convenção Coletiva de Trabalho, em sua Cláusula 16 (ID. eb20f07 - pág. 5) dispensa o registro do intervalo intrajornada nos casos de jornadas reduzidas, quais sejam, aquelas cuja duração seja superior a 4 horas e inferior a 6 horas.

No entanto, como bem notou o Juízo de primeiro grau (grifos na transcrição do excerto da sentença), caso ultrapassada a jornada de 6 horas, seria necessário o registro do intervalo intrajornada de 1 hora. Ocorre que não há esse registro nos cartões de ponto juntados aos autos (ID. 054f3c2).

Assim, incumbia à Reclamada, por outros meios, comprovar a concessão do intervalo intrajornada de 1 hora, previsto no art. 71 da CLT, nos dias nos quais o Autor excedia a jornada de 6 horas. No entanto, de tal ônus a empresa não se desincumbiu.

Pelo contrário, o próprio preposto da Reclamada confessou em audiência que tanto nos dias em que o Autor realizava horas extras como nos dias em que cumpria jornada de 06 horas, o obreiro usufruía do intervalo de 15 minutos apenas, a saber (ID. 05ed34d - pág. 1):

(...) Que quando o reclamante fazia horas extras o intervalo para refeição era de 15 minutos, assim como quando o Reclamante não fazia horas extras (...)

Neste passo, a ausência da concessão do intervalo para descanso e alimentação, seja total ou parcial, impõe o pagamento total do período correspondente acrescido de, no mínimo, cinquenta por cento, conforme Súmula nº 437 do Colendo do Tribunal Superior do Trabalho, in verbis:

Súmula nº 437 do TST

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para

descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT.

Frise-se também que, nos termos do item III da Súmula supracitada, a parcela em comento possui natureza salarial, razão pela qual impõe-se a manutenção de seus reflexos nos demais haveres trabalhistas.

Vale ressaltar que a alteração da natureza do pagamento do intervalo intrajornada suprimido, promovido pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como 'reforma trabalhista', não se aplica ao presente caso, porquanto sua vigência teve início no dia 11/11/2017, não podendo retroagir para alcançar fatos passados, tendo em vista que o pacto do Reclamante perdurou de16/03/2009 a 07/03/2016, ou seja, o direito material discutido está abarcado pela legislação vigente à época.

Assim, correta a sentença primária ao deferir o pagamento de 1 hora extra pela não concessão do intervalo intrajornada, nos dias em que a jornada de trabalho ultrapassava 6 horas, bem como seus reflexos nos consectários trabalhistas.

Com relação ao adicional, também é correto o decisum.

Isso porque, a despeito de constar na CCT aplicável à categoria do Reclamante, previsão de pagamento do adicional de 100% (ID. eb20f07 - pág. 3), tal entendimento limita-se às horas decorrentes do labor efetivamente prestado e não à hora extra intervalar, por se tratar de pagamento de tempo ficto como extraordinário, não tendo o Autor de fato trabalhado durante o intervalo intrajornada, mesmo porque este sequer lhe fora concedido.

Logo, a hora intervalar deve ser calculada com o adicional legal de 50%, nos termos do inciso I da Súmula 437 supracitada.

Neste sentido, a jurisprudência de outros Regionais:

INTERVALO INTRAJORNADA SUPRIMIDO. ADICIONAL CONVENCIONAL. NÃO CABIMENTO. Embora o desrespeito ao intervalo implique o pagamento do período como se hora extra fosse, isso não se aplica ao adicional, que será devido sempre no percentual de 50%, pois visa apenas a remunerar o tempo intervalar suprimido, não se confundido com as horas extras stricto sensu, cujo fato gerador consiste na extrapolação da jornada efetivamente trabalhada. (Processo nº 00008556520125240001 - Órgão Julgador: 2ª Turma - Data de Julgamento: 03/07/2013 - Relator: NICÁCIO DE ARAÚJO LIMA)

INTERVALOS INTRAJORNADA. APENAMENTO DO PARÁGRAFO QUARTO DO ARTIGO 71 DA CLT. INAPLICABILIDADE DO ADICIONAL NORMATIVO RELATIVO ÀS HORAS EXTRAS. Indevido o deferimento do adicional de horas extras previsto normativamente (75%) para a imposição condenatória relativa ao parágrafo quarto do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, eis que referidas verbas não se confundem, fazendo-se impossível a interpretação ampliativa da cláusula coletiva. Não havendo regra normativa diferenciada para o apenamento, prevalece o quanto imposto pela lei. (TRT-15 - RO: 40399 SP 040399/2009, Relator: OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI, Data de Publicação: 26/06/2009)

Portanto, correto o decisum no ponto, que determinou o adicional de 50% sobre as horas intervalares deferidas ao Autor.

Por todo exposto, **nega-se provimento** a ambos os recursos interpostos pelas partes, no aspecto.

b) HORAS IN ITINERE. ADICIONAL.

Assevera a Reclamada que a concessão de horas in itinere seria indevida, por não ser de difícil acesso o local de trabalho do Autor, além de se tratar de trajeto servido pelo transporte público.

A sentença objurgada deferiu ao Autor o pleito de horas in itinere (ID. 9714785 - Págs. 4, 5 e 6), nos seguintes termos:

Das horas in itinere

Afirma o reclamante que, durante todo o pacto laboral, utilizou de transporte fornecido pela empresa reclamada para chegar até a sua residência, uma vez que o transporte coletivo urbano na cidade de Manaus somente funciona das 06h00 às 00h00 no percurso Aeroporto/Centro/Aeroporto. Que, como laborava no horário das 22h30 às 04h30, utilizava o transporte fornecido pela reclamada para retornar para a sua residência, de modo que despendia de, no mínimo, de 1h no trajeto, razão pela qual requer a condenação da reclamada ao pagamento das horas in itinere.

Na contestação, a reclamada afirmou não serem devidas as referidas horas in itinere, uma vez que o trajeto é servido pelo transporte público. Ainda, impugnou o tempo de viagem, uma vez que, segundo ela, o percurso não ultrapassa 20 minutos, mormente porque, no horário de deslocamento do reclamante, não há trânsito intenso.

Súmula nº 90 do TST, que trata da matéria, assim dispõe:

HORAS 'IN ITINERE'. TEMPO DE SERVIÇO (incorporadas as Súmulas nºs 324 e 325 e as Orientações Jurisprudenciais nºs 50 e 236 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. (ex-Súmula nº 90 - RA 80/1978, DJ 10.11.1978)

II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas 'in itinere'. (ex-OJ nº 50 da SBDI-1 - inserida em 01.02.1995)

III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o

pagamento de horas 'in itinere'. (ex- Súmula nº 324 - Res. 16/1993, DJ 21.12.1993)

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas 'in itinere' remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. (ex- Súmula nº 325 - Res. 17/1993, DJ 21.12.1993)

V - Considerando que as horas 'in itinere' são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo. (ex-OJ nº 236 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

No caso dos autos, verifico que, apesar do alegado na contestação, em audiência, a reclamada confessou, por meio do seu presposto, que 'em caso de contingências, o horário do reclamante se estendia e o reclamante poderia sair até as 04:30h; Que em tais casos o reclamante ia para casa na rota da empresa; Que neste horário das 04:30h não há transporte público para o aeroporto' (grifos nossos).

Considerando que os cartões de ponto juntados pela reclamada não indicam o horário de início e término do expediente, considero como verdadeiro o alegado na inicial, qual seja, das 22h30min às 4h30min.

Diante do horário de término da prestação laboral, atrelada à confissão da reclamada de que não havia transporte público no referido horário, de modo que o reclamante utilizava o transporte fornecido pela empresa, cabíveis as horas in itinere postuladas.

Quanto ao tempo no trajeto, verifico que o período indicado pelo reclamante (1 hora), de fato, é excessivo, considerando a distância entre a sua residência (conforme indicado na qualificação da inicial) e o aeroporto em que laborava, bem como a inexistência de trânsito intenso no horário em questão. Contudo, também não é plausível o tempo indicado pela reclamada (20 minutos), uma vez que há outros trabalhadores que são deixados em suas residências no percurso. Assim, atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, fixo 40 minutos como o tempo médio de horas in itinere, as quais deverão ser computadas na jornada de trabalho.

Diante de todo o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado, a fim de condenar a reclamada a pagar ao reclamante 40 minutos de labor extraordinário por cada dia laborado, em razão do computo das horas in itinere na jornada de trabalho, com adicional de 50%, e seus reflexos legais (aviso prévio, férias, 13º, DRS e depósitos do FGTS), devendo o montante da condenação ser apurado na fase de liquidação, observando-se a evolução salarial do reclamante, os dias efetivamente trabalhados e o período imprescrito.

Examina-se.

Inicialmente, importante ressaltar que as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como 'reforma trabalhista', não se aplicam ao presente caso, porquanto sua vigência teve início no dia 11/11/2017, não podendo retroagir para alcançar fatos passados, tendo em vista que o pacto do Reclamante perdurou de**16/03/2009 a 07/03/2016**, ou seja, o direito material discutido está abarcado pela legislação vigente à época.

Assim, o artigo 58, §2º, da CLT, vigente à época, em conjunto com os itens I e IV, da Súmula nº 90 do colendo TST, cuidam assunto, nos termos abaixo:

(...) Artigo 58, §2º, CLT.

O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. (...)

(...) Súmula nº 90, TST.

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. (...) (...)

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas 'in itinere' remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. (...)

Da análise do conjunto probatório, constata-se que o Autor logrou comprovar que, além do fornecimento de condução pela Reclamada, o local de trabalho era de difícil acesso e que o transporte público atendia somente a partir das 6h, sendo que o Reclamante saía da empresa às 4h30min.

Neste sentido o próprio preposto da empresa confessou tal fato, com os seguintes dizeres (ID. 05ed34d):

(...) Que em caso de contingências, o horário do reclamante se estendia e o reclamante poderia sair até as 04:30h; Que em tais casos o reclamante ia para casa na rota da empresa; Que neste horário das 04:30h não há transporte público para o aeroporto; (...)

Logo, acertada a decisão recorrida ao condenar a Reclamada ao pagamento de 40 minutos diários a título de horas in itinere, porquanto restou devidamente comprovado que havia percurso não atendido por transporte público regular, o qual era realizado por meio de condução fornecida pela Reclamada, nos termos do item IV da súmula nº 90 do TST.

Quanto ao adicional a ser aplicado, assiste razão ao Reclamante em sua insurgência.

Isso porque, conforme pontuado anteriormente, consta na CCT aplicável à categoria do Reclamante, previsão de pagamento do adicional de 100% (ID. eb20f07 - pág. 3), nos termos:

10- REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

10.1 As horas extraordinárias serão remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento) e sobre o valor de hora corrigida com esse percentual será aplicado o percentual de 25 % (vinte e cinco por cento) a título de D.S.R (Descanso Semanal Remunerado), perfazendo o total de 100% (cem por cento); (...)

Com efeito, tal entendimento é perfeitamente aplicável às horas in intinere, pois referem-se a período no qual o Autor efetivamente se encontrava à disposição da empresa, assim considerado como de efetivo labor.

Ante o exposto, nega-se provimento ao apelo da Reclamada e dá-se provimento ao apelo do Autor no ponto, para determinar a aplicação do percentual de 100% para o cálculo das horas in itinere.

(...)

b) ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Insurge-se a Reclamada contra a sentença, sob o argumento de que esta, ao adotar o laudo pericial que atestou a existência de trabalho perigoso pelo Autor, teria violado o art. 479 do CPC, a NR-16 do MTE, os artigos 193 e 194 da CLT e as Súmulas nº 39 e 364 do TST.

O Juízo de primeiro grau deferiu o pleito, nos termos seguintes (ID. 9714785 - págs. 2/3):

Do adicional de periculosidade

Pleiteia o reclamante a condenação da reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade, bem como os reflexos daí advindos, com base no art. 193, I, in verbis:

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

A reclamada nega o alegado, afirmando que o reclamante não estava exposto a agentes insalubres.

Com base no art. 195, §2º, da CLT, foi determinada a realização de prova pericial, uma vez que somente por meio de perito habilitado pode ser reconhecida a existência de insalubridade ou periculosidade.

No laudo confeccionado (ID. b418c5a), o perito obteve a seguinte conclusão:

No processo em questão, evidenciou-se que o reclamante ingressava de forma frequente e habitual na área de risco, durante as atividades de gestão das bagagens retidas (entregando/recebendo), etiquetagem de bagagens destinadas à outras aeronaves e no suporte ao embarque de passageiros pelas escadas, sendo estes cadeirantes ou não, quando da ausência do 'finger' (rampa de acesso direto à aeronave).

Necessário destacar que a reclamada não impugnou o referido laudo pericial, de modo que se infere que concordou com o seu teor.

De fato, o laudo pericial é claro, objetivo e com detalhes suficientes, atendendo ao desejável e esperado por este Juízo, inclusive quanto à resposta aos quesitos, constituindo-se em meio de prova advindo da inspeção realizada no meio ambiente de trabalho e, portanto, digna da confiança necessária para persuadir racionalmente este Juízo, razão pela qual é acolhido na íntegra.

Assim, demonstrado pelo laudo pericial que a atividade exercida pelo reclamante era perigosa e não sendo a reclamada capaz de produzir prova extintiva, modificativa ou impeditiva do direito autoral, julgo procedente o pedido, condenando a reclamada a pagar ao reclamante o que vier a ser apurado em regular liquidação de sentença, a título de adicional de periculosidade de 30% sobre a remuneração percebida, com reflexos em aviso prévio, 13° salários, férias, terço constitucional, horas extras, FGTS (8%) e multa rescisória de 40%. Deverá ser observada a evolução salarial do reclamante e o período imprescrito.

Pois bem.

Inicialmente é importante dizer que o julgador não se encontra vinculado à prova pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos dos autos, conforme se extrai da leitura conjugada dos artigos 371 e 479, ambos, do CPC/2015, a seguir:

(...) Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento. (...)

(...) Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito. (...)

Com efeito, ao delimitar a área de risco relativa ao abastecimento de aeronaves, a alínea g do item 3 do Anexo 2 da NR-16 é clara ao dispor que ela corresponde a 'toda a área de operação', abrangendo, no mínimo, o círculo com raio de 7,5 metros com centro no ponto de abastecimento e o círculo com raio de 7,5 metros com centro na bomba de abastecimento da viatura e faixa de 7,5 metros de largura para ambos os lados da máquina', conforme previsto na NR-16, Anexo 2, item 3, q.

No caso, o Especialista constatou que o Autor, no exercício de suas atividades, rotineiramente ingressava no pátio de operações, quando havia o abastecimento de aeronaves, inclusive, bem próximo ao caminhão de abastecimento, conforme registro fotográfico acostado aos autos (ID. b418c5a - Pág. 7).

Assim, o Perito concluiu que o Reclamante trabalhava em área de risco, configurando o direito deste à percepção do adicional de

periculosidade, a saber:

14 - CONCLUSÃO

No processo em questão, evidenciou-se que o reclamante ingressava de forma frequente e habitual na área de risco, durante as atividades de gestão das bagagens retidas (entregando/recebendo), etiquetagem de bagagens destinadas à outras aeronaves e no suporte ao embarque de passageiros pelas escadas, sendo estes cadeirantes ou não, quando da ausência do 'finger' (rampa de acesso direto à aeronave).

Faces aos pedidos da parte da Autora, as constatações periciais e a Legislação Trabalhista discutidas acima, concluo que as atividades laborais desenvolvidas para a Reclamada foram PERICULOSAS conforme NR 16 ANEXO 2 da Portaria 3.214/78.

Nesse passo, tem-se que, consoante jurisprudência sumulada deste E. Tribunal, no caso de abastecimento de aeronaves, a área perigosa abrange toda a área de operação, a seguir:

SÚMULA 26. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ÁREA DE ABASTECIMENTO DE AERONAVES. RISCO. *Considera-se perigoso o trabalho realizado na área de abastecimento das aeronaves com combustível.*

No mesmo sentido, a sedimentada jurisprudência do C. TST:

RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LABOR EM ÁREA DE ABASTECIMENTO DE AERONAVES. I. O Tribunal Regional deu provimento ao recurso ordinário interposto pela Reclamada, para afastar o direito ao adicional de periculosidade. Consignou que, embora os empregados trabalhem em área considerada de risco pelo perito, 'apenas os empregados diretamente envolvidos na operação de abastecimento é que devem ser considerados expostos à condição de risco'. II. No entanto, o entendimento que prevalece neste Tribunal Superior é de que o empregado que transita ou permanece na área de risco durante o abastecimento de aeronave tem direito ao adicional de periculosidade, ainda que não realize o abastecimento. III. Recurso de revista de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento, e a que se dá provimento. (TST - RR: 200521220135040006, Relator: Alexandre Luiz Ramos, Data de Julgamento: 29/08/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI N.º 13.015/2014. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ÁREA DE RISCO. ABASTECIMENTO DE AERONAVE. PÁTIO DE MANOBRAS DE AEROPORTO. A jurisprudência desta Corte superior vem-se consolidando no sentido de que é devido o pagamento do adicional de periculosidade aos empregados que permaneçam trabalhando na pista durante o abastecimento das aeronaves, ainda que não seja essa a atividade desempenhada pelo reclamante, visto que, nos termos do Anexo 2, item 3, g, da NR 16, na atividade de 'abastecimento de aeronaves' é considerada área de risco 'toda a área de operação', ou seja, não está limitada ao raio de 7,5 metros do ponto de abastecimento. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TST - AIRR: 25133920115020077, Relator: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 02/08/2017, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/08/2017)

Com efeito, observa-se que não consta dos autos qualquer elemento que aponte em sentido contrário à conclusão pericial.

Registre-se ser desnecessária a argumentação quanto à eventual diferenciação entre área de risco e área de operação, para o fim de concessão ou não do adicional de periculosidade, porquanto, basta que o trabalhador se ative na área de operação de abastecimento de aeronaves, conforme Anexo 2 da NR-16 da Portaria 3.214/78, item 3, alínea g.

Ademais, conforme entendimento do TST acima transcrito, ainda que fosse aplicada a alínea q do item 3 do Anexo 2 da NR -16, trata -se de limite mínimo da área de risco, ou seja, a limitação não significa, necessariamente, que qualquer atividade exercida além da distância mínima não pode ser considerada perigosa.

Seguindo na análise dos autos, verifica-se ser irrelevante a argumentação de que o sistema de abastecimento operado pela Reclamada é altamente seguro, pois, não restou comprovada a eliminação do risco, nos moldes da Norma Regulamentadora.

Por fim, afasta-se também a alegação de exposição eventual, pois o expert observou '(...) que o reclamante ingressava de forma frequente e habitual na área de risco, durante as atividades de gestão das bagagens retidas (entregando/recebendo), etiquetagem de bagagens destinadas à outras aeronaves e no suporte ao embarque de passageiros pelas escadas, sendo estes cadeirantes ou não, quando da ausência do 'finger' (rampa de acesso direto à aeronave (ID. b418c5a - Pág. 12).

Inexiste, portanto, qualquer violação aos artigos 193 e 194 da CLT, tampouco à Súmula nº 364 do colendo TST ou à NR 16 do MTE.

Com efeito, provado nos autos que o Autor exercia suas atividades laborais na área de operação, concomitantemente ao abastecimento das aeronaves, de modo habitual, deve ser mantida a condenação ao pagamento de adicional de periculosidade e de seus reflexos, nos termos da Súmula 132 do C.TST.

Ante o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário da Reclamada, para manter inalterada a sentença que determinou o pagamento de adicional de periculosidade com reflexos legais ao obreiro.

(...)'

Quanto ao intervalo intrajornada, a Turma concluiu que 'incumbia à Reclamada, por outros meios, comprovar a concessão do intervalo intrajornada de 1 hora, previsto no art. 71 da CLT, nos dias nos quais o Autor excedia a jornada de 6 horas. No entanto, de tal ônus a empresa não se desincumbiu'. Ao longo dos fundamentos do acórdão, apontou depoimento do preposto da reclamada e a própria CCT. Quanto às horas in itinere, também concluiu, por intermédio da prova oral, que havia percurso não atendido por transporte público regular, o qual era realizado por meio de condução fornecida pela Reclamada, nos termos do item IV da Súmula 90 do TST. Por último, a Turma concluiu por ser devido o adicional de periculosidade, acolhendo o teor do laudo pericial e ressaltando que é 'desnecessária a argumentação quanto à eventual diferenciação entre área de risco e área de operação, para o fim de concessão ou não do adicional de periculosidade, porquanto, basta que o trabalhador se ative na área de operação de abastecimento de aeronaves, conforme Anexo 2 da NR-16 da Portaria 3.214/78, item 3, alínea g'.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, portanto, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001836-48.2017.5.11.0012

Relator	MARCIA NUNES DA SILVA BESSA
RECORRENTE	VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	VICTOR HUGO ALBUQUERQUE AGUILAR
Advogado(a)(s):	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -
Recorrido(a)(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MAURO PAULO GALERA MARI (AM - 877)

DO PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido (id. 21bd7f9) de intimação exclusiva ao patrono Mauro Paulo Galera Mari, ante a verificação de ausência de poderes nos autos. Destaco que, a despeito do documento de id. 572f103, a parte recorrente, em 19/2/2018, efetuou a juntada de nova procuração e substabelecimentos aos autos (ids. 7b4e817 e 3fb30f4), dos quais não consta o nome do referido advogado, tampouco ressalva de poderes conferidos aos antigos patronos, o que implica revogação tácita do mandato anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. c70c8de; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 4ac377f).

Regular a representação processual (id. 49e8124).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. f8b9d94), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada/Jornada Contratual de 6 Horas - Prorrogação.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da (o)§4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

Alega o recorrente que extrapolava habitualmente a jornada contratual de seis horas, sem o devido intervalo intrajornada de uma hora. Ressalta que o próprio ponto eletrônico do recorrente denuncia a realização de horas extras habitualmente, sem a concessão do intervalo intrajornada mínimo de uma hora.

Consta no v. acórdão (id. 3a82fab):

'(...)

Horas intrajornada. Indenização por danos morais

O Reclamado se insurge contra a sentença de origem que deferiu o pagamento de horas intrajornada, aduzindo que o intervalo intrajornada de 1 hora é inaplicável ao contrato de trabalho do Reclamante por possuir jornada contratual diária de 6 horas e não haver extrapolação habitual de tal período. Alternativamente, pugna pela condenação apenas da parte suprimida do intervalo e que sejam extirpados os reflexos da aludida verba.

Ao exame.

A leitura da peça de ingresso sobre a matéria em questão revela que o Reclamante não indicou a causa de pedir fática correspondente ao seu contrato de trabalho apta a ensejar o pagamento de horas extras intrajornada.

Consta da petição inicial:

No período de Abril de 2013 a Novembro de 2016 (44 meses), o reclamante tinha jornada contratual controlada de seis horas diárias, todavia, gozava de no máximo quinze minutos para intervalo intrajornada.

(...)

Uniformizado é o entendimento do C. TST através da Súmula 437 quanto ao pagamento integral da hora acrescido de 50% mesmo que parcialmente gozado pelo empregado, sendo reconhecida ainda sua natureza salarial (...)

Dessa forma, requer a condenação do reclamado ao pagamento de uma hora extra com adicional de 50% de segunda a sexta (...)

Do que se vê, o Reclamante não alegou na fundamentação de seu pedido que houve habitual extrapolação da jornada de trabalho apta a atrair a aplicação da Súmula nº 437, IV, do TST.

Em verdade, a narrativa de jornada contratual de seis horas diárias e gozo de 15 minutos de intervalo se amolda à hipótese legal do art. 71, §1º, da CLT.

Poder-se-ia alegar que houve tal informação na causa de pedir para a indenização por danos morais. Assim consta no referido tópico:

Por todo o período laboral, como declinado acima, o reclamante sempre trabalhou em jornada superior a seis horas diárias e nunca teve respeitado o seu direito legal ao gozo de, no mínimo, uma hora de intervalo intrajornada, posto que sempre laborava em sobrejornada e gozava de no máximo 30 minutos de intervalo.

Apesar disso, tal alegação não foi utilizada para subsidiar o pedido de horas intrajornada, como exige a melhor técnica processual. Por outro lado, ainda que se admitisse a utilização de tal informação como causa de pedir para a matéria em análise, há informação contraditória quanto ao intervalo efetivamente gozado e, ainda, não há especificação de qual a jornada efetivamente trabalhada, com mero uso da expressão genérica 'sempre trabalhou em jornada superior a seis horas diárias'.

Por todo o exposto, entendo que a causa de pedir do pedido de horas intrajornada deve se limitar à informação prestada na petição inicial quanto ao labor em seis horas diárias e usufruto de 15 minutos de intervalo.

Nesse contexto, não faz jus o trabalhador a 1 hora de intervalo, motivo por que deve ser reformada a sentença de origem que deferiu horas extras intrajornada sob o fundamento de ausência de gozo integral da hora intervalar.

Acolho, por isso, o apelo do Reclamado e reformo a sentença para excluir da condenação o pagamento de horas extras intrajornada e seus reflexos.

Em razão do convencimento sobre a inexistência de extrapolação da jornada de trabalho e de supressão do intervalo intrajornada, fica prejudicado o pedido de indenização por danos morais, objeto de insurgência recursal por parte do Reclamante.

Mantida, pois, a sentença que o indeferiu.

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o§1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade

aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos doinciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000204-80.2018.5.11.0002

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
ADVOGADO	CLAUDIONOR CLAUDIO DIAS JUNIOR(OAB: 2654/AM)
RECORRIDO	IONE SILVA DE FARIAS
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
- IONE SILVA DE FARIAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	ELECTROLUX DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(a)(s):	ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR
Recorrido(a)(s):	IONE SILVA DE FARIAS
Advogado(a)(s):	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (AM - 5743)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 89ac392 ; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 6d87a4f).

Regular a representação processual (id. 0b8280a, 9913cc1, 919aa9b).

Satisfeito o preparo (ids. 05ba6ca, 48c0b11, 891b841, 55bad31, 2db957c e e046bed).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Prescrição.

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Doença Ocupacional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação da (o) inciso V do §3º do artigo 206 do Código Civil.

Alega inicialmente que viola literalmente o exposto no art. 206, §3º, V do CC/2002, quanto à prescrição, ao aplicar norma em desconformidade com o disposto em lei. Explica quea contagem do prazo prescricional é de 03 (três) anos a partirda ciência inequívoca da lesão, e não 10 (dez) anos comoconstou nos fundamentos do equivocado acórdão regional.

Sustenta que o peazo insculpido no artigo 205 do Código Civil somente é aplicável quando não houve prazo prescricional específico, ou seja, quando a lei não houve fixado prazo menor.

Alega, ainda, que a decisão regional viola o artigo 949 do Código Civil e o artigo 818 da CLT, pois, condenou a recorrente ao pagamento de despesas com tratamento médico e medicamentoso, mediante presunção de gastos, com base em tabela contida no laudo pericial e não em razão da constituição de provas pela parte

autora.

Consta no v. acórdão (id. e046bed):

'(...)

PRELIMINAR

Da prescrição - indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho/doença profissional

Aduz a reclamada que o reclamante teve ciência inequívoca da doença na ocasião de seu primeiro afastamento previdenciário, em 13/03/2012, estando, portanto, prescrita sua pretensão indenizatória.

Nos termos do disposto no art. 7º, XXIX, da Constituição da República, os créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem no prazo de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

A par dessa disposição constitucional, surgiu entendimento doutrinário e jurisprudencial segundo o qual as reparações decorrentes de acidente de trabalho são créditos trabalhistas - até porque a competência para apreciar essas pretensões é da Justiça do Trabalho - e, por isso, o prazo prescricional aplicável só poderia ser o previsto no art. 7º, XXIX, da Lei Magna.

Há, ainda, outra linha de pensamento que sustenta ser aplicável o prazo prescricional de três anos, previsto no at. 206, §3º, V, do Código Civil Brasileiro, sob o argumento de que o citado dispositivo destina-se às pretensões de reparação civil, como na hipótese de indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho. A essa corrente doutrinária e jurisprudencial já me filiei.

Todavia, à luz dos ponderáveis argumentos contidos nas razões recursais e dos ensinamentos da melhor doutrina, inclino-me a acolher a tese de que, em matéria de acidente de trabalho, o prazo prescricional aplicável é o decenal previsto no art. 205, do Código Civil Brasileiro.

Isso porque, valendo-me das lições de Raimundo Simão de Melo (in Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador, 4. ed. São Paulo: LTr, 2010, pp. 525/526), a reparação por dano decorrente de acidente de trabalho não consiste em crédito trabalhista e nem reparação civil em sentido estrito, por não envolver dano patrimonial comum.

Com efeito, os danos provenientes de acidente de trabalho violam direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (vida, integridade física, integridade psíquica, integridade moral), os chamados direitos da personalidade. Os danos daí decorrentes são pessoais, não se confundindo com os danos causados ao patrimônio material propriamente dito.

Por isso, não se pode aplicar o mesmo prazo prescricional para pretensões originadas de danos patrimoniais e de danos pessoais, sob consequência de se equiparar a proteção à vida e outros direitos fundamentais à proteção de um bem material, a exemplo de um sinistro com um automóvel.

Desse modo, o prazo prescricional de três anos - embora aplicável na seara laboral, a exemplo de pretensão decorrente de dano pós-contratual - está restrito às pretensões indenizatórias de danos meramente patrimoniais.

Trago à colação alguns julgados nesse sentido:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PRESCRIÇÃO DECENAL. 1. A ofensa moral atinge a dignidade do ser humano e invade esfera tutelada pela ordem constitucional específica, qual seja, a dos direitos fundamentais individuais. Não pode, por esse motivo, ser equiparada, para efeitos jurídicos, e especificamente para fins de incidência da prescrição, à mera reparação de bens materiais. A dignidade humana está, evidentemente, num patamar mais elevado, o que obriga o intérprete a não subsumi-la ao preceito contido no artigo 206, parágrafo 3º, V do Código Civil. 2. Por outro lado, a dignidade, a despeito de decorrer do valor-trabalho - que não é apenas direito subjetivo, senão fonte constitucional de direito - não compõe especificamente a materialidade da relação econômica contratual trabalhista. A lesão moral situa-se, pois, na orla extracontratual empregatícia, pelo que não se aplica tampouco a prescrição bienal ordinária. 3. Em face dessa lacuna aparente impõe-se aplicar, em sede de prescrição das ações de dano moral, ainda quando processadas perante esta Justiça Especial, o disposto no caput do artigo 205 do Código Civil. TRT da 3.ª Região; Processo: 00413-2012-111-03-00-1 RO; Data de Publicação: 27/07/2012; Órgão Julgador: Primeira Turma; Relator: José Eduardo Resende Chaves Jr.; Revisor: Convocada Olivia Figueiredo Pinto Coelho.

DOENÇA LABORAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO DECENAL. A pretensão tem por fundamento a violação de direitos personalíssimos e de acordo com o princípio da norma mais favorável, há de ser aplicado o disposto no art. 205 do CC, que estabelece a regra geral de dez anos a partir da vigência do Código Civil de 2002, observada a regra de transição constante do artigo 2.028 do Código Civil atual. TRT da 15ª Região; Processo: 0001362-66.2010.5.15.0059 RO; 1ª Turma, Rel. José Eduardo Resende Chaves. publicação DEJT 27/07/2012.

Não havendo disposição específica de prazo prescricional para as pretensões decorrentes de acidente de trabalho, aplica-se subsidiariamente o prazo de 10 anos estabelecido no art. 205, do Código Civil Brasileiro.

No caso dos autos, foi deferido auxílio doença acidentário (espécie 91) à reclamante, em 13/03/2012, tendo a trabalhadora ficado sob a

tutela do INSS até fevereiro/2013, quando então foi considerada apta ao trabalho. A sua dispensa só ocorreu em 01/12/2015. Assim, a trabalhadora teve ciência inequívoca dos danos advindos dos acidente de trabalho com a concessão do auxílio doença acidentário (espécie 91), em 13/03/2012. Logo, ele poderia manifestar pretensão indenizatória até 13/03/2022, isto é, no prazo de 10 anos, contados da ciência inequívoca dos danos advindos do sinistro laboral.

Desse modo, não há falar em extinção das pretensões pela incidência da prescrição, porque o prazo aplicável na espécie é o decenal; portanto, afasto a prescrição declarada na sentença.

(...)'

Por vislumbrar possível afrontaà literalidade do (a)§3º do artigo 206 do Código Civil, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.

Consequentemente,a análise da admissibilidade do recurso de revista, quanto aos demais assuntos, mostra-se desnecessária diante do recebimento do recurso quanto ao tópico precedente, uma vez que deverá primeiro ser analisada pelo C.TST a questão sobre a prescrição, para somente após, decidir sobre a procedência ou improcedência dos pedidos.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000107-66.2017.5.11.0018

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	TALITA DE ARAUJO MAGALHAES
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RECORRIDO	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JOSE LUIZ LEITE(OAB: 622-M/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TALITA DE ARAUJO MAGALHAES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	TALITA DE ARAÚJO MAGALHÃES
Advogado(a)(s):	ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (AM - 6940)
Recorrido(a)(s):	AÇAÍ TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
Advogado(a)(s):	JOSÉ LUIZ LEITE (exclusividade - id. a29c930)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id.c8e8193 ; recurso apresentado em 20/08/2019 - id.33dd4f9).

Regular a representação processual (id. dd9b79a).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. c1c52e8), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral.

Duração do Trabalho/Horas Extras.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XIII do artigo 7º;inciso XVI do artigo 7º da Constituição Federal.

- violação da (o)parágrafo único do artigo 927 do Código Civil.

Alega que a decisão da Turma minimizou o risco da atividade desenvolvida pela recorrente, qual seja, transportar numerário, desconsiderando que é de domínio públuco que diariamente as cobradoras e cobradores urbanos de empresas de transportes

coletivos da cidade de Manaus circulam com quantias em dinheiro.
Alega ainda que não pretende discutir se faz parte ou não da função de cobrador urbano a prestação de cpntas dos valores, mas sim, que não é razoável que os cobradores urbanos fiquem transitando com numerários em espécie, assim como não é razoável que prestem contas em terminaisi ou estações de ônibus sem qualquer segurança.
Sobre as horas extras, sustenta que não houve análise correta em relação aos elementos probatórios.

Consta no v. acórdão (id. 6b48011):
'(...)
MÉRITO
Indenização por danos morais - transporte de valores
Alega a recorrente que a obreira não comprovou haver sofrido assalto enquanto realizava o transporte da renda diária, seja por meio de testemunha, seja por meio de boletim de ocorrência policial, conforme previsto em norma coletiva da categoria. Afirma que a jurisprudência do TST tem aplicado em casos análogos a teoria da responsabilidade objetiva para as situações consumadas, não sendo suficiente para o deferimento da parcela o mero risco, já que o transporte de valores é inerente à função de cobrador. Alega que houve violação ao art. 7º, inc. XXVIII, da CR e art. 927 do CCB, pois a parcela foi deferida sem a ocorrência de qualquer ato ilícito e que está desobrigada de prestar treinamento à reclamante para trabalhar como cobradora, pois não se enquadra nas disposições do art. 1º, § 1º, da Lei nº 7.102/83 (disciplina segurança para bancos e empresas de vigilância e transporte de valores). Pugna pela improcedência da parcela ou, alternativamente, pela redução do quantum indenizatório para valores condizentes com princípio da proporcionalidade.
Em instrução processual, disse a obreira que quando passou para o primeiro turno tinha que transportar a renda usando o transporte público da empresa para a prestação de conta na garagem, tendo que pegar dois ônibus; que quando passou para o segundo turno ocorria de, às vezes, trabalhar no final de semana, no horário intermediário das 9h às 18h, tendo que transportar a renda do terminal até a garagem usando outro ônibus de linha da empresa; que levava a renda consigo em sua bolsa ou escondida na roupa; que sofreu assalto durante o horário de trabalho e não transportando a renda.
A despeito da afirmação da obreira de que chegou sofrer assaltos, não há prova de tal ocorrência. Quanto ao transporte de valores inexistiu evento dessa natureza.
A pretensão da autora deve ser analisada à luz da teoria do risco.
Embora a recorrente alegue que não explora atividade de risco e que possíveis assaltos consistem em um problema de segurança pública, é evidente que os valores que circulam nos coletivos atraem a atenção de criminosos, a exigir maior cautela e medidas de segurança de modo a proporcionar um ambiente de trabalho seguro aos colaboradores.
Tal quadro evidencia a hipótese do art. 927, parágrafo único, do CC, que dispõe acerca da responsabilidade objetiva, segunda a qual ao empregador é atribuído o ônus de reparar os danos que causam, sem perquirir sobre sua culpa, sendo suficiente a ensejá-lo o exercício de atividade capaz de produzir o risco. Diz-se na hipótese 'risco criado', em que todo aquele que em razão de uma atividade, seja profissional ou não, cria um risco inerente e está sujeito a reparar danos que porventura dela resultem.
Neste sentido, traz-se a lume a lição de Eugênio Facchini Neto, in Da responsabilidade Civil no Novo Código. 9. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 76, n. 1, p. 17-63, jan./mar. 2010:
Dentro da teoria do risco-criado, destarte, a responsabilidade não é mais a contrapartida de um proveito ou lucro particular, mas sim a consequência inafastável da atividade em geral. A ideia de risco perde seu aspecto econômico, profissional. Sua aplicação não mais supõe uma atividade empresarial, a exploração de uma indústria ou de um comércio, ligando-se, ao contrário, a qualquer ato do homem que seja potencialmente danoso à esfera jurídica de seus semelhantes. Concretizando-se tal potencialidade, surgiria a obrigação de indenizar.
Contudo, no caso dos autos, não há prova da concretude de tal evento, sequer de abalo psicológico decorrente de temor pelo exercício da tarefa de transportar a renda diária do coletivo que, diga-se de passagem, não era de grande vulto, já que afirma na vestibular que os valores variavam de R$190,00 a R$400,00, sendo inviável a contratação de carro forte. A situação não é igual ao caso de transporte de valores por bancário, em que o dano se configura in re ipsa, haja vista o desvio de função e a exposição potencial a situação de risco. Na hipótese sob análise a transporte das quantias arrecadadas no coletivo está inserido na dinâmica habitual da colaboradora.
Ademais, a testemunha da reclamada, sr. Valdinei Monteiro da Costa, afirmou que que a tesouraria fica dentro da garagem e a reclamante não transportava valores fora das dependências da empresa.
Em casos análogos aos dos autos, a jurisprudência do TST vem entendendo ser incabível a indenização pelo transporte da renda quando não comprovado evento concreto (assalto) ou dano psicológico pelo exercício da atividade.
(...) AJUDANTE DE MOTORISTA. TRANSPORTE DE VALORES.

OCORRÊNCIA DE ASSALTOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPREGADORAS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA.

Trata-se de pedido de indenização por danos morais feito por ajudante de motorista de caminhão, em razão de assaltos sofridos durante o transporte para entrega de produtos. A responsabilidade civil do empregador, em regra, é subjetiva, sendo necessária ao amparo do dever de indenizar a demonstração de dano, de nexo de causalidade e de culpa patronal lato sensu no evento danoso. O dano moral sofrido pelo empregado passível de indenização é aquele ofensivo de sua esfera extrapatrimonial, de seus direitos personalíssimos, ou seja, aqueles inerentes à intimidade, à vida privada, à honra, à imagem, à dignidade, entre outros. Impende esclarecer, por oportuno, que a hipótese dos autos se distingue dos casos de transporte de valores realizado por bancário, em que o dano se configura in re ipsa, haja vista o desvio de função e a exposição potencial a situação de risco. Nesses casos, o dano moral indenizado é pelo grave risco a que foi exposto o empregado pela conduta antijurídica do seu empregador. Com efeito, é inerente à função do vendedor fazer a cobrança. Assim, o transporte de valores está inserido na sua dinâmica laboral, não havendo desvio de função. Exigir do empregador que enviasse um carro forte a todos os clientes que compram suas mercadorias (bares, restaurantes e similares) tornaria a atividade empresarial inviável. Entretanto, caso o empregado sofra um assalto no desempenho das atividades laborais, sua situação será equiparada à do cobrador de ônibus, em que o risco é inerente à dinâmica laboral, o que enseja a responsabilidade objetiva do empregador, nos termos do artigo 927 do Código Civil. E essa é, exatamente, a hipótese dos autos, uma vez que o Regional asseverou ser incontroverso nos autos que o reclamante foi vítima de assaltos durante a sua jornada laboral, expondo sua vida a risco iminente enquanto entregava as mercadorias e transportava os valores arrecadados. A legislação vigente tende a adotar a responsabilidade objetiva em tema de reparação civil, especialmente quando as atividades exercidas pelo empregado são de risco, conforme dispõe o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, admitindo, assim, no âmbito do Direito do Trabalho, a teoria da responsabilidade objetiva do empregador nos casos de acidente de trabalho. conhecido... (TST - RR: 992-08.2014.5.03.0148. Relator José Roberto Freire Pimenta. Data de julgamento: 27/11/2018. 2ª Turma. Data de Publicação: DEJT 30/11/2018).

Assim, não há dúvidas de que a responsabilidade por danos decorrentes de assaltos sofridos pelo empregado no exercício da atividade cobrador são de natureza objetiva. Todavia, no caso em apreço inexistem provas quanto a tais ocorrências, pelo que a indenização é incabível.

Horas extras - prestação de contas

Alega a recorrente que a sentença deferiu o pagamento de 10 minutos extras/dia, decorrentes do tempo gasto na prestação de contas, com base no depoimento das testemunhas. Argumenta, porém, que o juízo foi omisso quanto à aplicação da Súmula nº 366 do TST, embora instado por meio de embargos declaratórios a manifestar-se a tal respeito. Pugna pela reforma do julgado, a fim de que o pleito seja julgado improcedente, considerando que a diferença de 5 a 10 minutos na jornada de trabalho do empregado não é considerado tempo extra, nos termos do verbete acima referido.

Em instrução processual, a obreira informou que tinha que transportar a renda do terminal até a garagem utilizando outro ônibus de linha da empresa, guardando o numerário em sua bolsa ou escondido na roupa; que o fechamento do BDO era feito pela funcionária da digitação que lançava os horários das viagens e depois ia para tesouraria com o BDO para a prestação de contas; que existe a boca de logo para depósito dos valores.

A preposta afirmou que os horários das viagens são lançados pela digitadora, conforme informação passada pelo cobrador; que após o lançamento da viagem na garagem, o cobrador vai fazer a prestação de conta que demora cerca de dois a cinco minutos, no máximo.

A primeira testemunha do reclamante, sr. Jusimar de Souza Alves, afirmou que havia dias em que a prestação de contas era rápida, por volta de 10 a 15 minutos ou levava 40 minutos; que havia boca de lobo para o depósito de numerário; que antes o cobrador tinha que passar pela tesouraria.

A segunda testemunha da reclamante, sra. Kátia Andréa Nobre da Silva, declarou que quando o BDO era fechado na garagem, fazia lançamento conforme horário de chegada do carro; que depois é que o cobrador vai fazer a prestação de contas; que se tiver fila a prestação leva de 10 a 15 minutos, e se não tiver, é de 5 a 10 minutos, no máximo.

Já a testemunha da reclamada, sr. Valdinei Monteiro da Costa, mencionou que no turno da noite quase não tem fila, pois há muitos caixas para atender os cobradores; que na tesouraria tem um administrador de linha que anota a hora da chegada para a prestação de contas do BDO; que a anotação ocorre quando é apresentada a renda para o tesoureiro.

A declaração da primeira testemunha no sentido de que, havendo fila, a prestação de contas demandava 40 minutos, colide com o relato das demais.

O que subsiste, no tocante à rotina da empregada, de forma ordinária, é a o dispêndio de 5 a 10 minutos para a prestação de

contas. Os 15 minutos alegados pela segunda testemunha devem ser considerados circunstância excepcional se avaliada à luz da declaração da testemunha da empresa de que no turno da noite quase não existiam filas, sendo que o autor alega na vestibular o encerramento da jornada às 22h.

Destarte, forçoso reconhecer que a prestação de contas demorava entre 5 a 10 minutos, devendo ser aplicado ao caso as disposições da Súmula nº 366 do TST, razão pela qual o pleito improcede, assim como seus reflexos e os honorários advocatícios.

Defere-se o pedido de as publicações à reclamada serem realizadas em nome do patrono Dr. José Luiz Leite, nos termos da Súmula nº 427 do TST.

(...)'

No presente caso, a Turma deixou claro, inicialmente que'a despeito da afirmação da obreira de que chegou sofrer assaltos, não há prova de tal ocorrência. Quanto ao transporte de valores inexistiu evento dessa natureza'. Sobre as horas extras, a Turma formulou seu entendimento com base na prova oral produzida nos autos. Portanto, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001983-89.2017.5.11.0007

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	EDNEY MADEIRA RAMOS
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RECORRENTE	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
RECORRIDO	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	EDNEY MADEIRA RAMOS
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNEY MADEIRA RAMOS
- WG ELETRO S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.EDNEY MADEIRA RAMOS
Advogado(a)(s):	1.ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (AM - 7155)
Recorrido(a)(s):	1.WG ELETRO S.A
Advogado(a)(s):	1.NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Recurso de:EDNEY MADEIRA RAMOS

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. 66050c5 ; recurso apresentado em 21/08/2019 - id.7c47652).

Regular a representação processual (id. 0c56795).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 98e670e), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Intervalo Intrajornada.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : itens I, III e IV da Súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à: Orientação Jurisprudencial nº 307 da SBDI-I/TST;Orientação Jurisprudencial nº 342 da SBDI-I/TST;Orientação Jurisprudencial nº 354 da SBDI-I/TST;Orientação Jurisprudencial nº 380 da SBDI-I/TST;Orientação Jurisprudencial nº 381 da SBDI-I/TST.
- violação da (o)§3º do artigo 71 da Lei nº 5452/2943;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; da Lei nº 8293/1994.

Alega que merece reforma o acórdão, na parte em que manteve a sentença que não condenou a recorrida ao pagamento das horas intrajornadas.

Consta no v. acórdão (id. a99f4b9):

'(...)

MÉRITO

Alega o obreiro que ao indeferir o pagamento das horas extras e intrajornada, a sentença violou o art. 373, inc. I, do CPC e caput do art. 5º da CR. Sustenta que suas testemunhas provaram a supressão do intervalo para alimentação e repouso, bem como o labor em domingos e feriados, havendo se desincumbido do ônus probatório que lhe competia. Pugna pela reforma do julgado.

Segundo a inicial, o autor trabalhou para a reclamada no período de 1/6/2010 a 21/3/2017, na função de gerente, mediante a maior remuneração no valor de R$6.425,97, cumprindo jornada de trabalho das 7h30 às 20h, de segunda-feira a sábado, aos domingos, das 7h30 às 13h30, e nos feriados das 7h30 às 15h, sem intervalo intrajornada.

Em sede de defesa, a empresa alega que o recorrente estava enquadrado na exceção do art. 62, inc. II, da CLT, razão pela qual não tinha controle de jornada, não fazendo jus ao pagamento de horas extras.

Da prova documental, notadamente da ficha financeira (ID. 3346191, p.1), observa-se o pagamento de salário no valor de R$2.822,62 + comissão de gerente (R$2.626,15) ou comissões que variavam de R$1.548,27 a R$4.114,71, o que, em princípio, atende ao disposto no parágrafo único do art. 62, inc. II, da CLT, quanto ao enquadramento do empregado na exceção ali prevista.

Em instrução processual o reclamante afirmou que exerceu a função de gerente desde 2011, sem registro da jornada de trabalho em controle de ponto. Afirmou que embora tivesse subordinados, não aplicava penalidades, admitia ou demitia empregados sem autorização do gerente regional.

Sua primeira testemunha, sr. Ernildo Cabral da Silva, declarou que o reclamante era seu superior e que este não tinha chefe na loja, tampouco registrava ponto; que recebia ordens do autor; que as demissões eram autorizadas pelo gerente regional e feitas pelo reclamante, o mesmo ocorrendo com as advertências e suspensões.

A segunda testemunha, sr. Evandro Brito Pereira, informou que recebia ordens apenas do recorrente; que a gerente regional, sra. Valéria dizia que o reclamante poderia aplicar penalidades ou demitir apenas com autorização do regional; que o autor não registrava ponto; que foi dispensado por auditoria externa designada pela própria Ricardo Eletro; que em caso de penalidades as informações eram passadas pelo reclamante ao regional.

Como visto, além de receber salários e comissões pelo exercício do cargo de gerente em percentuais superiores aos dos demais subordinados, a função exercida pelo obreiro na loja onde atuava representava o nível máximo de autoridade junto aos empregados, não estando sujeito a qualquer outra subordinação no ambiente laboral.

As indicações de punição e desligamento de empregados eram de iniciativa do autor, embora avaliadas pelo gerente regional. Tal prática deve ser entendida como medida de controle administrativo, a fim de que as avaliações e desligamentos não ficassem limitados apenas à discricionariedade dos gerentes.

Assim, entendo que a sentença recorrida está em harmonia com a prova dos autos e com a legislação de regência da matéria, nada havendo passível de reforma no tocante à função gerencial de confiança, com poderes de mando e gestão, enquadrada no art. 62, inc. II, da CLT.

Relativamente às **horas de intervalo intrajornada**, o obreiro alegou que não fruía mais do que 20 minutos para alimentação e repouso.

A primeira testemunha declarou que gozava de intervalo de 10 a 15 minutos, assim como o reclamante; que faziam a refeição na copa, revezando-se por equipe; que o recorrente era seu chefe e não tinha superior na loja.

A segunda testemunha declarou haver trabalhado com o autor de 2015 a 2016 e que almoçavam juntos com pausa de 20 minutos.

A despeito de tais depoimentos, não se pode perder de vista que o obreiro era o chefe máximo na loja, não se reportando a qualquer outro superior hierárquico, além de não estar submetido a controle de ponto. Quem o impedia de dispor da hora intervalar integral se havia um rodízio entre os empregados para as refeições (equipes de almoço)? Era a autoridade maior no local de trabalho, dispondo de competência para fazer seu próprio horário de intervalo.

Assim, invocando o princípio da razoabilidade, mantém-se a sentença que indeferiu a parcela.

(...)'

No presente caso, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais de que não houve valoração das provas, depoimentos constantes na instrução processual, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.

Recurso de:WG ELETRO S.A

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. 66050c5; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. 7c47652).
Regular a representação processual (id. 8e751e4).
Satisfeito o preparo (ids. a99f4b9, ce34505 e f8f9148).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Cargo de Confiança.
Alegação(ões):
- violação da (o) inciso II do artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Alega a recorrente:
O Egrégio Tribunal Regional da 23ª Região resolveu por manter a sentença que condenou a ré ao pagamento de horas extras, sob o fundamento que, a Reclamada não logrou êxito em provar que o Reclamante se enquadrava na exceção prevista no art. 62, II, da CLT, incorrendo data máxima vênia, em afronta ao mencionado artigo.

Consta no v. acórdão (id. a99f4b9):
'(...)

MÉRITO

Alega o obreiro que ao indeferir o pagamento das horas extras e intrajornada, a sentença violou o art. 373, inc. I, do CPC e caput do art. 5º da CR. Sustenta que suas testemunhas provaram a supressão do intervalo para alimentação e repouso, bem como o labor em domingos e feriados, havendo se desincumbido do ônus probatório que lhe competia. Pugna pela reforma do julgado.
Segundo a inicial, o autor trabalhou para a reclamada no período de 1/6/2010 a 21/3/2017, na função de gerente, mediante a maior remuneração no valor de R$6.425,97, cumprindo jornada de trabalho das 7h30 às 20h, de segunda-feira a sábado, aos domingos, das 7h30 às 13h30, e nos feriados das 7h30 às 15h, sem intervalo intrajornada.
Em sede de defesa, a empresa alega que o recorrente estava enquadrado na exceção do art. 62, inc. II, da CLT, razão pela qual não tinha controle de jornada, não fazendo jus ao pagamento de horas extras.
Da prova documental, notadamente da ficha financeira (ID. 3346191, p.1), observa-se o pagamento de salário no valor de R$2.822,62 + comissão de gerente (R$2.626,15) ou comissões que variavam de R$1.548,27 a R$4.114,71, o que, em princípio, atende ao disposto no parágrafo único do art. 62, inc. II, da CLT, quanto ao enquadramento do empregado na exceção ali prevista.
Em instrução processual o reclamante afirmou que exerceu a função de gerente desde 2011, sem registro da jornada de trabalho em controle de ponto. Afirmou que embora tivesse subordinados, não aplicava penalidades, admitia ou demitia empregados sem autorização do gerente regional.
Sua primeira testemunha, sr. Ernildo Cabral da Silva, declarou que o reclamante era seu superior e que este não tinha chefe na loja, tampouco registrava ponto; que recebia ordens do autor; que as demissões eram autorizadas pelo gerente regional e feitas pelo reclamante, o mesmo ocorrendo com as advertências e suspensões.
A segunda testemunha, sr. Evandro Brito Pereira, informou que recebia ordens apenas do recorrente; que a gerente regional, sra. Valéria dizia que o reclamante poderia aplicar penalidades ou demitir apenas com autorização do regional; que o autor não registrava ponto; que foi dispensado por auditoria externa designada pela própria Ricardo Eletro; que em caso de penalidades as informações eram passadas pelo reclamante ao regional.
Como visto, além de receber salários e comissões pelo exercício do cargo de gerente em percentuais superiores aos dos demais subordinados, a função exercida pelo obreiro na loja onde atuava representava o nível máximo de autoridade junto aos empregados, não estando sujeito a qualquer outra subordinação no ambiente laboral.
As indicações de punição e desligamento de empregados eram de iniciativa do autor, embora avaliadas pelo gerente regional. Tal prática deve ser entendida como medida de controle administrativo, a fim de que as avaliações e desligamentos não ficassem limitados apenas à discricionariedade dos gerentes.
Assim, entendo que a sentença recorrida está em harmonia com a

prova dos autos e com a legislação de regência da matéria, nada havendo passível de reforma no tocante à função gerencial de confiança, com poderes de mando e gestão, enquadrada no art. 62, inc. II, da CLT.

(...)'

A análise do recurso resta prejudicada em razão da ausência de interesse recursal, considerando que a Turma Julgadora concluiu quea sentença de primeiro grau está em harmonia com a prova dos autos e com a legislação de regência da matéria, nada havendo passível de reforma no tocante à função gerencial de confiança, com poderes de mando e gestão, enquadrada no art. 62, inc. II, da CLT, ou seja, manteve a improcedência dos pleitos do autor, neste tópico.Verifica-se, portanto, a ausência de sucumbência na matéria em apreço, sendo inviável o seguimento do apelo.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000304-04.2015.5.11.0014

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	SD COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
RECORRIDO	RANNIERI NASCIMENTO SILVA
ADVOGADO	WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA(OAB: 2924/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRÁS
Advogado(a)(s):	1.NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Recorrido(a)(s):	1.RANNIERI NASCIMENTO SILVA
Advogado(a)(s):	1.WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id.556be48; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. e62609f).

Regular a representação processual (id. 397d915).

Satisfeito o preparo (ids. 7b65c26, 2d61ad4, 2d61ad4, 38ff8c2, c17784e e c17784e).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º;inciso II do artigo 37;inciso XXI do artigo 37;artigo 114; §1º do artigo 173, da Constituição Federal.
- violação do(s)§1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Aduz que, com o reconhecimento da constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, para que seja a Administração Pública responsabilizada subsidiariamente pela inadimplência trabalhista do verdadeiro empregador, faz-se necessária a comprovação de ação omissiva quanto à fiscalização, o que não se encontra nos autos. Assim, por não restar comprovada a culpa da recorrente no inadimplemento das verbas trabalhistas, requer a reforma do acórdão no tocante à condenação subsidiária.

Acrescenta que o reclamante não se desincumbiu de seu ônus probatório.

Consta no v. acórdão (id. 771efb1):

'(...)

b) APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331, TST. ADC Nº 16/STF. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, §1º, LEI Nº 8.666/93

Sustenta a Recorrente ser inaplicável, ao caso em tela, o entendimento consubstanciado na Súmula 331 do C. TST, pois violaria o disposto no art. 71 da Lei 8.666/93.

Examina-se.

Hodiernamente, a figura da terceirização vem sofrendo críticas em face da sua utilização inadequada no processo produtivo em que o empregado é inserido, precarizando ainda mais os direitos dos trabalhadores terceirizados, já que, genericamente, não usufruem dos mesmos direitos previstos para a categoria dos empregados do tomador de serviços.

O fenômeno da terceirização tem servido para alijar o trabalhador ainda mais dos meios de produção. Sua integração social, que antes se imaginava pelo exercício do trabalho, hoje é impensável. O trabalhador terceirizado não se insere no contexto da empresa tomadora; é sempre deixado de lado até para que não se diga que houve subordinação direta entre a tomadora dos serviços e o trabalhador (Maior, Jorge Luiz Souto. Pelo Cancelamento da Súmula nº 331 do TST. Material da 3ª aula da Disciplina Atualidades em Direito do Trabalho, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Televirtual em Direito e Processo do Trabalho - Anhanguera - UNIDERP - REDE LFG).

A lei, em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador do serviço na hipótese de ausência de fiscalização.

A propósito, dispõe a Súmula nº 331 do TST, nos seus itens IV, V e VI, de acordo com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, *in verbis:*

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

O art. 37, §6º, da Constituição, é o respaldo por excelência dessa responsabilidade supletiva. Vale registrar que a condenação subsidiária não coloca a Litisconsorte como principal devedora, mas permite que a execução possa ser direcionada contra ela, na hipótese de a Reclamada não ter condições de arcar com a condenação que lhe está sendo imposta.

Afinal, o valor social do trabalho é fundamento da República Brasileira (art. 1º, IV, da CF/88), o trabalho figura como um dos direitos sociais (art. 6º da CF/88), o princípio da valorização do trabalho é estruturante da ordem econômica (art. 170, CF/88) e a ordem social assenta-se no primado do trabalho (art. 193, CF/88).

Em razão do julgamento da ADC nº 16 pelo STF, que declarou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/1993, o Tribunal Superior do Trabalho alterou o item IV da referida Súmula nº 331, acrescentando os itens V e VI.

No aspecto, deve-se ressaltar que a alteração do item IV da Súmula 331 do TST, por meio da Resolução 96/2000 do mesmo Órgão não mais subsiste. Com efeito, novas alterações no enunciado em questão foram implementadas por meio da Resolução 174/2011, que trouxe nova redação ao item IV e inseriu os itens V e VI à redação.

Em suma, restou pacífico o entendimento de que não é possível a condenação do ente público por dívidas trabalhistas de suas contratadas de forma objetiva, porém, se restar provada a culpa da Administração no exercício do poder de fiscalizar a prestadora do serviço, aí sim, subsiste a responsabilidade para com o crédito trabalhista.

Vale dizer: continua prevalecente a teoria da culpa (in vigilando) a respaldar a obrigação (arts. 186 e 927 do CCB), ou seja, a responsabilidade deixou de ser objetiva e passou a ser subjetiva.

Assim vem decidindo o TST, consoante se verifica pelos arestos a seguir colacionados:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA NÃO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF*. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por*

omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida. Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo não provido. (Ag-AIRR - 91700-24.2006.5.04.0030, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 15/06/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a)

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL REGIONAL. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC 16 (SÚMULA 331, V, DO TST). *O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública. No mesmo passo, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). Esse entendimento confere maior eficácia aos preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). Assim, o reconhecimento pelo Tribunal Regional da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em decorrência da constatação da omissão culposa do Ente Público na fiscalização do contrato, enseja a aplicação da Súmula 331, V, do TST. Óbice do art. 896, § 4.º, da CLT e da Súmula 333 do TST ao processamento do recurso. Recurso de revista não conhecido. (RR - 10768-52.2013.5.01.0203 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 08/06/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016) (g.a.)*

Extrai-se destes arestos, portanto, que, para a configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, mister que haja o elemento subjetivo, qual seja, a **culpa *in vigilando*** do Ente Público na fiscalização das atividades da empresa contratada.

Assim, a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada pelo Excelso Pretório no julgamento da ADC nº 16, não afastou o entendimento consubstanciado no verbete sumular. Logo, subsiste a **responsabilidade subsidiária**, não havendo falar em ofensa ao art. 5º, II; art. 37, II, XXI e § 6º e art. 97, todos da CF ou à Súmula nº 10 do STF.

Desse modo, a controvérsia não se refere à constitucionalidade ou não do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, tampouco das Resoluções 96/2000 ou 174/2011 do C.TST, mas se restringe ao cumprimento das demais obrigações expressamente contidas na Lei 8.666/93, em especial, as do art. 67, relacionadas à fiscalização do contrato de prestação de serviços, matéria sobre a qual a seguir se aprofundará.

b) RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CULPA. FALTA DE FISCALIZAÇÃO DO TOMADOR DE SERVIÇO

Sustenta a Litisconsorte não ser aplicável, ao caso em tela, o entendimento consubstanciado na Súmula nº 331 do Colendo TST, por contrariedade ao disposto no §1º do art. 71 da Lei nº. 8.666/93. Defendendo, ainda, aplicação equivocada do verbete, vez que teria sido imputada responsabilidade objetiva ao Ente Público.

Examina-se.

Inicialmente, tendo em vista que a colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer, em reiterados julgamentos, a imprescindibilidade da prova, em cada caso, da conduta da entidade pública que evidenciaria a sua culpa *in omittendo, in eligendo* ou *in vigilando* (Rcl 19.458-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.937-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl 19.982-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI - Rcl20.285-AgR/RL Rel. Min. TEORI ZAVASCKI,v.g. - do Supremo Tribunal Federal), passa-se a essa análise.

Como já destacado acima, a responsabilidade do Ente Público advém da culpa in vigilando.

É que não rara é a condescendência, ainda que sem dolo ou culpa, dos agentes públicos encarregados, tanto na escolha da prestadora, quanto na falta ou insuficiência de acompanhamento da execução do contrato.Restou incontroverso nos autos que a Litisconsorte se beneficiou dos serviços prestados pelo Reclamante, no porto Urucu, através de contrato de prestação de serviços realizado com a Reclamada (ID. 0b344ac), nos termos da Lei 8.666/93, fato este, inclusive, confirmado pela testemunha (ID. 8dc4234 - Pág. 5), a saber:

(...) 'que trabalhou para a reclamada por 3 meses, no começo do ano de 2015; que trabalhava na caldeiraria, em área de campo, em porto urucu; que em porto urucu trabalhava das 07 as 11:30 e das 13 as 18 horas; que marcava sua presença através de sistema digital; que trabalhava em sistema de trabalho de 14 dias de labor por 14 dias de folga; que quando vinha de porto urucu para Manaus, as vezes o voo acontecia as 07 da manhã e quando não tinha voo, permanecia no canteiro de obras; que quando saia de Manaus para porto urucu, as vezes era pela manhã, chegando em porto urucu as 09 horas e em algumas vezes chegava no período da tarde; que quando chegava pelas 09 da manha em porto urucu ia para o alojamento, se arrumava e depois ia para a frente de serviço; que não sabe a data de admissão do reclamante porque ao ser admitido, o reclamante ali já estava trabalhando; que o reclamante saiu em 2015, mas não sabe em que mês, isso porque a empresa faliu; (...)

Assim, na condição de tomadora dos serviços prestados, a Litisconsorte integrou a relação processual como coobrigada, estando apta a responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da contratada, pois é inadmissível relegar o trabalhador ao desamparo jurídico.

Considerando, portanto, que a Administração Pública se beneficiou da mão de obra do Reclamante, através de contrato de prestação de serviços, incumbia à mesma fiscalizar e exigir do prestador de serviço o cumprimento das obrigações trabalhistas, determinando o que fosse necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos exatos moldes do §1.º do art. 67 da Lei 8.666/93.

*Art. 67. **A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*

*§1º - **O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados**. (grifou-se)*

Assim, nos termos do dispositivo acima colacionado, fica claro que os contratos de prestação de serviços terceirizados devem ser acompanhados pelo ente público, através de agente designado para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, com fiscalização cuidadosa da folha de pagamento dos empregados da prestadora de serviços, em respeito ao dever de cautela, a fim de prevenir eventual dano, pois os valores são repassados pelo ente público, o qual pode, na medida em que verificar qualquer irregularidade, proceder à retenção desses valores.

Some-se a isso que a Suprema Corte já se manifestou, no passado, sobre a responsabilidade da Administração Pública de fiscalizar as obrigações trabalhistas relativas aos empregados terceirizados, sob pena de caracterizar-se culpa in vigilando ou in eligendo, a saber:

*Agravo Regimental na Reclamação. Responsabilidade Subsidiária. Artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Constitucionalidade. ADC 16. Administração Pública. Dever de fiscalização. responsabilidade da autarquia estadual. Afronta à Súmula Vinculante 10. Inocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. **1. A Administração tem o dever de fiscalizar o fiel cumprimento do contrato pelas empresas prestadoras de serviço, também no que diz respeito às obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado, sob pena de atuar com culpa in eligendo ou in vigilando.** 2. A aplicação do artigo 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 16, não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa. 3. A decisão que reconhece a responsabilidade do ente público com fulcro no contexto fático probatório carreado aos autos não pode ser alterada pelo manejo da reclamação constitucional. Precedentes: Rcl 11985- AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-050 DIVULG 14-03- 2013 PUBLIC 15-03-2013. 4. A ausência de juízo de inconstitucionalidade acerca da norma citada na decisão impugnada afasta a violação à Súmula Vinculante 10 desta Corte. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.' (Rcl14.048 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 02/02/2015) (grifou-se)*

Ainda, a Instrução Normativa nº 2/2008 do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, que dispõe acerca das regras e diretrizes para a contratação de serviços por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), a qual pode ser aplicada analogicamente aos casos de licitação nos demais âmbitos da federação, vem reforçar a ideia acima, ao dispor acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos em seus artigos 31 e seguintes.

Os artigos 34, 34-A e 35 da referida Instrução Normativa, em especial, descrevem os aspectos que devem ser fiscalizados pelo representante da Administração Pública na execução dos contratos, a saber:

***Art. 34. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle**, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:*

(...)

*§ **5º Na fiscalização do cumprimento das obrigações***

***trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações**:*

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) a prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição federal sob pena de rescisão contratual; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

i) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES - Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

***Art. 34-A O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções**, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento. (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)*

Parágrafo único. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009).

***Art. 35**. Quando da rescisão contratual, o **fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias** ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)*

Parágrafo único. Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e no art. 19-A, inciso IV desta Instrução Normativa. (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009) (grifou-se)

Necessário também pontuar que a observância de todos os preceitos da Lei 8.666/93 e suas regulamentações deve ser formalmente registrada pela Administração, formando, assim, prova pré-constituída. Consequentemente, no processo judicial, ela assume o dever de trazer a referida prova, ante o princípio da aptidão para a prova.

Além disso, de acordo com a boa-fé processual (art. 5º do CPC/15), cuja observância deve nortear a atuação do julgador, cumpre notar que seria desleal impor à parte autora o ônus de comprovar que a Administração - tomadora de serviço - não realizou a fiscalização do contrato com a Reclamada.

Isto porque, trata-se de prova de fato negativo, cuja desincumbência do encargo pela parte autora é excessivamente difícil, configurando-

se como **prova diabólica**em desfavor do trabalhador, o que vai de encontro aos princípios mais elementares do ordenamento juslaboral.

Outrossim, a atribuição de prova excessivamente difícil ou impossível é repudiada pela lei adjetiva comum, consoante se infere do parágrafo segundo do art. 373 do CPC/15, in verbis:

Art. 373. (...)

§ 2º A decisão prevista no §1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo (probatório) pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

A imposição da prova de fato negativo é também desprezada pela jurisprudência, a qual se transcreve:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CARACTERIZAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 331, V, DO TST. Do quadro fático delineado pelo TRT extrai-se que a condenação decorreu da culpa in vigilando do tomador dos serviços. Com efeito, consta do v. acórdão recorrido que: ' No caso em apreço, a entidade pública não trouxe qualquer elemento probatório que confirmasse a efetiva fiscalização na execução do contrato firmado com a 1ª reclamada, principalmente durante a vigência do pacto laboral da autora. (...) ***Por força do artigo 818 da CLT e pelo critério da aptidão para a produção da prova, competiria exclusivamente ao ente público comprovar sua conduta pró-ativa e diligente na eleição e fiscalização de seu contratado, sendo inviável que tal ônus recaia sobre o trabalhador, sob pena de se caracterizar a malfadada 'prova diabólica'****.(...) Assim, restando processualmente demonstrada a culpa do 2º reclamado quanto ao dever de fiscalizar a fiel execução e o cumprimento do contrato celebrado, torna-se ele responsável pelo dever de indenizar os trabalhadores que tiveram seus direitos trabalhistas não adimplidos pela contratada, chegando -se a esta ilação pela interpretação dos artigos referidos da Lei nº 8.666/91, em consonância com os artigos 186 e 942, parágrafo único, do Código Civil.'. Nesse contexto, inviável a admissibilidade do recurso de revista, pois a decisão recorrida encontra-se em consonância com o item V da Súmula 331/TST. Agravo regimental conhecido e desprovido. (AgR-AIRR - 11465-20.2014.5.18.0121, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 19/10/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/10/2016) (grifou-se)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. NORMA COLETIVA. OPÇÃO PELA CONVERSÃO. ÔNUS DA PROVA. 1. O egrégio Tribunal Regional concluiu que a conversão da licença-prêmio em pecúnia dependeria de opção por parte do empregado e que não foi provado que essa opção foi realizada oportunamente. 2. Nesse contexto, não prospera a alegação de que caberia à reclamada a prova de que 'o reclamante não cumpriu os pressupostos estabelecidos na norma coletiva para fazer jus ao recebimento das licenças prêmios em pecúnia'. ***Não se pode imputar à reclamada a produção de fato negativo (no caso, a prova da não opção do reclamante pela conversão da licença-prêmio em pecúnia), ou seja, prova impossível ou excessivamente difícil de ser produzida - a chamada prova diabólica****.3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 62940-69.2008.5.01.0033 , Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Julgamento: 30/11/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/12/2016) (grifou-se)*

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE QUE AS ALEGAÇÕES SEJAM VEROSSÍMEIS, OU O CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. AFIRMAÇÃO DE FATO POSITIVO. ÔNUS DA PROVA DE QUEM AFIRMA. PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 27 DO CDC. RESTRITO AOS CASOS EM QUE SE CONFIGURA FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. REGRA ESPECIAL, PREVISTA NO CC, ESTABELECENDO PRESCRIÇÃO ÂNUA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. PERDAS E DANOS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, QUE SEGUINDO A SORTE DA PRINCIPAL, PRESCREVE CONJUNTAMENTE. 1. Por um lado, a Corte local não vislumbrou indícios de veracidade na tese acerca do afirmado requerimento administrativo e superveniente negativa de pagamento da diferença da indenização securitária, e a inversão do ônus da prova não ocorre em todas as situações em que a relação jurídica é de consumo, pois é preciso que as alegações sejam verossímeis, ou a parte seja hipossuficiente. ***Por outro lado, em linha de princípio, quem afirma um fato positivo tem de prová-lo com preferência a quem sustenta um fato negativo****. 2. O pagamento a menor de indenização securitária nada tem a ver com reparação de danos causados por fato do produto ou serviço, requisito essencial para a aplicação do prazo prescricional descrito no art. 27 do CDC. Com efeito, e em vista também do critério de hermenêutica da especialidade, em matéria de indenização de seguro, a prescrição é ânua, tratada no art. 206, § 1º, II, do CC/2002. (omissis) 5. Recurso especial não provido. (REsp 1277250/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 06/06/2017) (grifou-se)*

No aspecto, a parte autora não tem condições de produzir prova para sustentar sua alegação, ao passo que impor-lhe esta exigência seria o mesmo que inviabilizar a concretização do próprio direito pleiteado, afastando o ordenamento jurídico do seu principal

objetivo que é o alcance da justiça, uma vez que a responsabilização subsidiária do tomador de serviços visa garantir a satisfação dos créditos do empregado.

Nesse contexto, pelo princípio da aptidão para a prova, deve ser atribuído ao Ente integrante da Administração Pública a comprovação da efetiva fiscalização do contrato. Ou seja, deve ser imputado o ônus de provar à parte que possui maior capacidade para produzir a prova, no caso, o Poder Público.

Tal conclusão parte da premissa de que incumbe à Administração Pública o dever de fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas desde a seleção da empresa a ser contratada (licitação), passando pela formalização do contrato e no curso da sua execução, o que impõe à Administração adotar as medidas assecuratórias necessárias ao pagamento dos direitos trabalhistas, inclusive no momento da rescisão contratual.

No caso, é a Administração Pública quem possui todas as condições de comprovar que atuou no estrito cumprimento de seu dever de inspeção, sendo, portanto, a parte apta a elucidar a lide.

Por oportuno, insta assentar que não se trata de inversão do ônus da prova, mas imputação da prova à parte que detém os meios de produzi-la.

É importante destacar que este Egrégio Tribunal da 11ª Região tem, inclusive, tese pacificada neste sentido, nos termos de sua Súmula nº 16, a qual fixa o dever do Ente Público de comprovar a fiscalização dos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora de serviços, o que afasta a argumentação de decisão surpresa em desfavor da Litisconsorte, in verbis:

SÚMULA 16. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO*. A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público* ***quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.***

Portanto, o Ente Público, ao ser incluído no polo passivo, para eventual responsabilização subsidiária, deve demonstrar que fiscalizou o contrato de terceirização de mão de obra.

Nesta esteira, também os seguintes precedentes do C. TST, a saber:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO A discussão versa a responsabilidade do tomador de serviços pelos créditos de natureza trabalhista oriundos de contrato de prestação de serviços. Esta Justiça Especializada é competente para conhecer e julgar o feito, com amparo no art. 114 da Constituição da República. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SÚMULA Nº 331, ITENS V E VI, DO TST - ÔNUS DA PROVA 1. O acórdão regional está em harmonia com a Súmula nº 331, itens V e VI, do TST, pois a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização do cumprimento do contrato e abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante; ***ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93) e iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tem acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova.*** *Agravo de Instrumento desprovido. (AIRR - 1622-13.2015.5.11.0017 , Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 09/08/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017) (grifou-se)*

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. Demonstrada possível contrariedade à Súmula 331, V, do TST, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DA CONDUTA OMISSIVA DO TOMADOR DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO SEU DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (SÚMULA 331, V, DO TST). O STF, no julgamento da ADC 16, considerou constitucional o art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93. Afirmou que a simples inadimplência da empresa contratada não transfere, automaticamente, a responsabilidade pelas verbas trabalhistas para a entidade pública. No mesmo passo, todavia, a Corte Suprema concluiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. O art. 71, § 1.º, da Lei 8.666/93 deve ser interpretado em harmonia com outros dispositivos dessa lei que imputam às entidades estatais o dever de fiscalização da execução dos seus contratos de terceirização (art. 57, III). Constatando-se o descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa contratada, a Administração Pública tem a obrigação de aplicar sanções como

advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, I, II, III e IV), ou, ainda, rescindir unilateralmente o contrato (arts. 78 e 79). A fiscalização do exato cumprimento das obrigações laborais coaduna-se com preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, III e IV), que estabelecem como objetivo da República construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3.º, I) de modo a garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7.º) como forma de valorizar o trabalho humano e assegurar a todos existência digna (art. 170). A Corte Suprema decidiu que continua plenamente possível a imputação de responsabilidade subsidiária ao Ente Público quando constatada, no caso concreto, a violação do dever de licitar e de fiscalizar de forma eficaz a execução do contrato. Ultrapassada a tese jurídica assentada pelo Tribunal Regional, devem os autos ser-lhe restituídos, a fim de que reaprecie o recurso ordinário do ente público em relação à existência ou não de conduta omissiva em relação à fiscalização do contrato, à luz, inclusive, ***das regras de distribuição do ônus da prova, as quais, conforme se sabe, pesam em desfavor do ente público.Recurso de revista conhecido e parcialmente provido.*** *(RR - 1164-10.2015.5.08.0007 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/08/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2017) (grifou-se)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. 1. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. PRESSUPOSTO RECURSAL OBSERVADO. O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou seguimento ao recurso de revista do ente público, ao fundamento de que, deixando de observar o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte transcreveu quase que integralmente a decisão recorrida. Verifico, entretanto, que no recurso de revista o segundo Reclamado indica corretamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Nesse contexto, a decisão que negou seguimento ao recurso de revista pela não observância do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, implica em ofensa a citada norma. Não constatado o óbice apontado pelo Tribunal Regional apontado para denegar seguimento ao recurso de revista e atendidos os demais pressupostos extrínsecos, passa-se à análise imediata dos seus pressupostos intrínsecos, nos termos da OJ 282 SDI-1/TST. 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. PARÂMETROS FIXADOS PELO STF NO JULGAMENTO DA ADC 16/DF. Ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93, a Suprema Corte não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Para a fixação da responsabilização em causa, portanto, que não deriva do simples inadimplemento dos créditos trabalhistas por parte da empresa contratada, faz-se necessária a comprovação de que a entidade pública praticou ato omissivo ou comissivo, revelador de negligência no dever - e não apenas prerrogativa! - jurídico-constitucional de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços celebrados (art. 58 da Lei 8.666/93). Nesse contexto, e não sendo possível o reexame do acervo fático-probatório aos órgãos da jurisdição extraordinária (Súmula 279 do STF e Súmula 126 do TST), aos juízos naturais de primeiro e segundo graus de jurisdição cabe aferir, concretamente, caso a caso, de acordo com os elementos de convicção produzidos ou segundo as regras de distribuição do ônus probatório correspondente, se houve culpa da entidade pública tomadora, a ensejar a sua responsabilização subsidiária. Fixada a responsabilidade nesses termos, não se poderá cogitar de transgressão à decisão proferida nos autos da ADC 16/DF, tal como proclamado em decisões proferidas em diversas reclamações e acórdãos daquela Corte (Rcl 18021 AGR/RS, Relator Ministro Edson Fachin, julgamento em 15/3/2016; Rcl 10.829 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 10/2/2015; Rcl 16.094 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 2/2/2015; Rcl 17.618 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 23/3/2015). De destacar, porém, em respeito ao máximo contraditório que deve pautar as decisões judiciais, notadamente no âmbito das Cortes Superiores, que há decisões monocráticas e colegiadas oriundas da Excelsa Corte, consagrando orientações distintas, ora afirmando a absoluta impossibilidade de transferência da responsabilidade em questão aos entes da Administração Pública (Rcl 21.898/PE, Relator Ministro Marco Aurélio, DJe 25/4/2016), tese que foi expressamente superada no julgamento da ADC 16/DF, ora assentando a tese de que a motivação exposta nas instâncias ordinárias, sem a indicação de qualquer elemento ou conduta capaz de justificar a culpa da entidade pública, não autorizaria igualmente a imputação da aludida responsabilidade, por configurada mera presunção da culpa (Ag-Rcl 20.905/RS, Redator Ministro Teori Zavascki, julgamento 30/6/2015).

Buscando evidenciar o que seria condenação por simples presunção, decisões monocráticas proferidas em Reclamações a anunciam como efeito do mero inadimplemento dos créditos trabalhistas pela empresa contratada (Rcl 16.846-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 19/5/2015), ainda quando haja registro produzido pelas instâncias ordinárias, a partir do exame do acervo fático-probatório, relativo à configuração da culpa in eligendo e in vigilando da Administração Pública (Rcl 14.522-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 3/2/2015). Diante desse expressivo dissenso no âmbito da Suprema Corte, a quem cabe ditar em última ratio o sentido e alcance dos preceitos constitucionais, promovendo igualmente a defesa da autoridade e eficácia de seus julgados, o critério a ser adotado para o julgamento de casos similares deve ser aquele consagrado por seu órgão plenário. Nesse cenário, além de o voto condutor (que foi agregado por novos motivos durante os debates então travados) consagrar a possibilidade da responsabilização subsidiária da entidade pública, quando, com base nos elementos de prova, for demonstrada a culpa decorrente da omissão ou negligência no exercício adequado do dever de vigiar, a matéria foi objeto de exame plenário, após o julgamento da ADC 16/DF, por ocasião do julgamento do Ag-Rcl 16.094-ES (Relator o Ministro Celso de Mello, em 19/11/2014). Nesse julgamento, com a presença de nove ministros, restou vencido apenas o Ministro Dias Tóffoli, não participando do julgamento a Ministra Cármen Lúcia (impedida). Portanto, entre os presentes, sete Ministros seguiram o voto condutor, o que configura maioria absoluta, autorizando os demais órgãos do Poder Judiciário a aplicar a diretriz consagrada no julgamento da ADC 16/DF, cujo conteúdo foi explicitado, ainda uma vez mais, pelo Plenário da Excelsa Corte, nos autos do Ag-Rcl 16.094-ES. No presente caso, o Tribunal Regional ressaltou que 'não foram juntados aos autos documentos que pudessem comprovar ter o ente público exercido qualquer fiscalização sobre a reclamada, nem mesmo o contrato de prestação de serviços'.

Assim, o ente público não logrou comprovar a fiscalização das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora, o que configura a culpa in vigilando, a legitimar a imputação da responsabilidade subsidiária combatida*.Incidência da Súmula 331, V, do TST. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 1209-86.2015.5.11.0053 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 09/08/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017) (grifou-se)*

É oportuno destacar, neste momento, que se tem notícia de decisões das 3ª, 4ª e 6ª Turmas do C. TST em sentido contrário, com base no julgamento do Recurso Extraordinário nº 760931, ao qual foi dada repercussão geral, do qual estas inferiram a tese de que o ônus da prova da ausência de fiscalização por parte do Ente Público seria da parte autora.

Contudo, ressalta-se que, embora o colendo STF tenha proferido julgamento nos autos do RE 760931, que discute a responsabilidade subsidiária do Ente Público nos casos de terceirização, verifica-se que o Acórdão do referido processo ainda não foi publicado, restando, portanto, inviável a análise do posicionamento da Suprema Corte, vez que não tornadas públicas as razões de decidir daquele Tribunal, mas tão-somente a tese de repercussão geral, que a seguir se colaciona:

'O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93'.

Portanto, atualmente, tem-se, apenas, o posicionamento da Corte Suprema acerca da possibilidade de se atribuir responsabilidade subsidiária ao ente público quando este agir dolosa ou culposamente, entendimento este que está sendo adotado neste julgado.

Com efeito, a corresponsabilidade do contratante deriva não só do disposto no art. 37, §6º, da CF/88, seu principal fundamento, mas, sobretudo, da culpa *in vigilando,* por não ter exercido a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, III, 67, *caput* §1º.

Deste modo, a ausência de prova da fiscalização por parte da Administração Pública quanto ao correto cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada licitada, devidas aos seus empregados, evidencia a omissão culposa do Ente, o que atrai a sua responsabilidade, porque todo aquele que causa dano pratica ato ilícito e fica obrigado a reparar (art. 82, da Lei 8666/93 c/c arts. 186, 927 e 944 CC/02).

In casu, restou demonstrada a culpa in vigilando da Litisconsorte, pois sequer trouxe aos autos qualquer documento relativo à fiscalização do contrato, demonstrando o real descaso com a situação dos trabalhadores, dos quais foi beneficiada pelos serviços prestados.

Como já exposto acima, a fiscalização deveria ter sido ampla, no curso da vigência da prestação dos serviços, com intuito de verificar não só o cumprimento do objeto contratual, como equivocadamente defende o Litisconsorte, mas também a observância das obrigações reflexas, sobretudo quanto aos direitos trabalhistas dos que operavam em seus serviços.

Logo, considerando que a Recorrente não se desincumbiu de seu ônus, a fim de afastar sua responsabilização subsidiária, em virtude da ausência de fiscalização, não há que se falar em violação aos

postulados constitucionais da ampla defesa e do contraditório, nem dos artigos 373 do CPC/2015 e artigo 818 da CLT.

Consequentemente, caracterizada a culpa in vigilando da Administração Pública, deve a Litisconsorte responder de forma subsidiária ao pagamento de todas as parcelas da condenação, uma vez que a condenação subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal, inclusive as multas e verbas rescisórias ou indenizatórias, nos termos do item VI, da súmula nº 331, do TST.

Frise-se que a condenação subsidiária abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal integrantes do contrato de trabalho, uma vez que a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 331 do TST não faz qualquer ressalva ou exceção no aspecto.

Essa abrangência se justifica tendo em vista a culpa in vigilando do tomador de serviços, não podendo, o trabalhador, arcar com os prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços, cuja contratação e fiscalização não lhe competiam.

Como já dito, trata-se apenas da responsabilidade subsidiária do tomador do serviço decorrente de terceirização, se a devedora principal não pagar o devido, podendo, inclusive, acioná-la em ação regressiva para ressarcir-se. A responsabilidade subsidiária, neste caso, é atribuída a título de reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido à trabalhadora, evitando o enriquecimento ilícito do tomador.

Não há, portanto, qualquer violação ao art. 5º, II e LV e art. 37, § 6º, da Carta Magna de 1988, bem como o art. 71, § 1º, da Lei 8666/93, ADC 16 STF, Resolução 174/2011 TST. Salienta-se que o presente julgado não afronta nenhum dos dispositivos mencionados.

Porquanto, o julgamento das demandas é realizado não, apenas, com fulcro em artigo isolado de lei, mas, sobretudo, com a interpretação sistemática do Direito, da jurisprudência entre outras fontes normativas, de onde se extrai a sua legitimidade hermenêutica, conforme artigo 8º da CLT, a saber:

(...) Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público. (...)

Assim, correta a sentença que concluiu pela condenação subsidiária do Recorrente, motivo pelo qual se **NEGA PROVIMENTO** ao apelo no tópico.

(...)'.

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve '*expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula n. 16 deste E. Tribunal, sendo inviável o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000160-74.2017.5.11.0009

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	SD COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
RECORRIDO	EVANICE MENDES PINTO
ADVOGADO	MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA(OAB: 6081/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRÁS
Advogado(a)(s):	1.NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Recorrido(a)(s):	1.EVANICE MENDES PINTO
Advogado(a)(s):	1.MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA (AM - 6081)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 8fa7b36; recurso apresentado em 15/08/2019 - id. cff3d7e).

Regular a representação processual (id. 68f7887).

Satisfeito o preparo (ids. 1df5887, f456f24, f456f24 e 176e932).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação do(s)§1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Aduz que, com o reconhecimento da constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, para que seja a Administração Pública responsabilizada subsidiariamente pela inadimplência trabalhista do verdadeiro empregador, faz-se necessária a comprovação de ação omissiva quanto à fiscalização, o que não se encontra nos autos.

Assim, por não restar comprovada a culpa da recorrente no inadimplemento das verbas trabalhistas, requer a reforma do acórdão no tocante à condenação subsidiária.

Acrescenta que o reclamante não se desincumbiu de seu ônus probatório.

Consta no v. acórdão (id. f2f779d):

'(...)

MÉRITO

DO RECURSO DA LITISCONSORTE - PETROBRÁS

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

Pugna a litisconsorte por sua exclusão da lide sob o fundamento de que não possui vínculo direto com a reclamante e que esta foi contratada e remunerada pela reclamada principal.

Sem razão a litisconsorte.

A causa não discute a existência de vínculo direto com a tomadora de serviço, mas apenas o reconhecimento da responsabilidade desta decorrente do contrato de terceirização.

Havendo contrato entre recorrente e a reclamada principal (ID. d6bc7e0) e sendo aquela de fato a tomadora dos serviços, fica comprovada a legitimidade passiva para a causa, bem como se comprova a possibilidade jurídica do pedido nos termos da súmula 331 do TST .

Preliminares rejeitadas.

DA CULPA DA LITISCONSORTE - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Se insurge a litisconsorte contra o reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária, sob o fundamento de que não há prova nos autos que comprove a culpa na fiscalização do contrato.

Analiso.

Resultou demonstrado que a litisconsorte era tomadora dos serviços prestados pela reclamante, devendo sua responsabilidade ser apreciada à luz da Súmula 331 do TST.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF, o STF, quando reconheceu a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, não afastou a aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula 331, IV, do TST, apenas exigiu a verificação da culpa in vigilando do ente público, como pressuposto para definição da responsabilidade subsidiária, não podendo esta decorrer da simples inadimplência do prestador de serviços.

Assim sendo, impõe-se verificar a omissão culposa da litisconsorte na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço, ressaltando-se que o dever de fiscalização decorre também do disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

No caso, a reclamante se desincumbiu do ônus que lhe cabia, uma vez que houve comprovação da prestação de serviços em benefício da litisconsorte, bem como de que suas verbas rescisórias não foram pagas em tempo oportuno (ID. 91f697d/ ID. 60ee026).

Ademais, tenho que de fato a litisconsorte tinha plena ciência da inadimplência da reclamada para com os créditos trabalhistas de seus empregados, pois efetuou o pagamento, ainda que parcialmente, das verbas rescisórias aos trabalhadores, conforme

(ID. 248eff6), todavia o nome da reclamante não se encontra na lista dos empregados que foram beneficiados, razão pela qual tenho que os pagamentos não foram realizados em favor da autora.

A litisconsorte não cumpriu adequadamente a obrigação de fiscalizar a satisfação das obrigações contratuais e legais pela prestadora de serviços, inexistindo nos autos qualquer prova que afaste tal conclusão, ou seja, a existência de culpa in vigilando.

Registre-se que o reconhecimento da responsabilidade subsidiária decorrente da culpa in vigilando não representa contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do STF, tampouco à decisão proferida na ADC nº 16/DF, tendo em vista que se trata apenas de aplicação concreta do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo próprio STF, e não declaração velada de inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Destarte, está caracterizada a culpa in vigilandoda litisconsorte, acarretando sua responsabilidade subsidiária por todas as parcelas pecuniárias ora deferidas, nos exatos termos da Súmula nº 331, itens V e VI, do TST.

(...)'

Não se vislumbra possível violação ao art. 818, I, da CLT e art. 373, I, do CPC porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho, sobretudo porque, da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, concluiu a Turma que '*a reclamante se desincumbiu do ônus que lhe cabia, uma vez que houve comprovação da prestação de serviços em benefício da litisconsorte, bem como de que suas verbas rescisórias não foram pagas em tempo oportuno (ID. 91f697d/ ID. 60ee026)'.*

Assim, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com o item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, pelo que o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao artigo 71, §1º da Lei 8.666/93, art. 5o, IIda CF/88ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001774-96.2017.5.11.0015

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	JOSE ROBERTO GUEDES TAVEIRA
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RECORRIDO	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ROBERTO GUEDES TAVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	JOSÉ ROBERTO GUEDES TAVEIRA
Advogado(a)(s):	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR (AM - 7155)
Recorrido(a)(s):	WG ELETRO S.A
Advogado(a)(s):	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (AM - 598)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. c3a8d2d; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. 76d3d78).

Regular a representação processual (id. ac8d66c).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência

judiciária gratuita, conforme sentença (id. e753e60), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Diferenças por Desvio de Função.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 330 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s)caput do artigo 5º;inciso II do artigo 5º;inciso XXXV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 125 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 369 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil.

Alega que o acórdão merece reforma, pois, 'não concede igualdade de tratamento entre as partes litigantes quando defere ao Recorrido institutos que prescindem fundamentalmente de provas precisas', 'deixou de valorar juridicamente as provas produzidas pelo Recorrente, o que resultou indiscutivelmente em prestação jurisdicional defeituosa, além do claro cerceamento de defesa, na medida em que não permitiu a análise do contraditório' e que houve abuso do poder diretivo da reclamada, dentre outros argumentos.

Consta no v. acórdão (id. 9661a6c):

'(...)

MÉRITO

Insurge-se o reclamante contra a sentença que indeferiu o pagamento de plus salarial por acúmulo de função. Afirma que embora a testemunha tenha provado o acúmulo funcional, o juízo considerou que as atividades desempenhadas eram compatíveis com a função e remuneração ajustadas pelas partes, não sendo devido o pagamento do acréscimo pecuniário pretendido. Explicou haver sido admitido como gerente de vendas, mas também exercia a função de empacotador e auxiliar de estoque, o que ficou provado pelo depoimento da testemunha. Aduz que se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, nos termos do art. 373, inc. I, do CPC e art. 818 da CLT. Pugna pela reforma do julgado, devendo ser observadas ainda as disposições do art. 5º, inc. LV, da CR, art. 139, inc. I, art. 369, ambos do CPC.

À análise.

Extrai-se dos autos que o reclamante trabalhou para a recorrida de 22/9/2014 a 7/3/2017, na função de gerente de vendas, mediante última remuneração de R$ 4.077,35 (TRCT - ID. b95bde5, p. 1, contracheque fevereiro/2017 - ID. 3d68459, p. 15).

Considerando a natureza eminentemente fática da controvérsia, seu deslinde repousa no depoimento das partes e na prova oral produzida.

Em instrução processual, o reclamante afirmou que havia 18 empregados na reclamada, sendo 15 vendedores, 1 empacotador, 1 estoquista e 1 caixa, sob o seu comando; que auxiliava o estoquista todos os dias em função do grande volume de vendas; que ia atrás de mercadorias para entregar, tendo que empacotá-las também; que isso ocorria diariamente; que quando o movimento apertava tinha que fazer isso; que a loja é na Grande Circular e isso ocorria todos os dias.

O preposto, por sua vez, informou que o reclamante comandava 18 empregados; que havia 2 estoquistas, razão pela qual não havia necessidade de o reclamante realizar esse serviço; que também havia um empacotador na loja, sendo desnecessária a atuação do obreiro.

A única testemunha ouvida no feito, sr. Marcos Bentes de Andrade, declarou haver trabalhado com o reclamante do final de 2014 a 17/3/2017; que trabalhava na loja 55 da Grande Circular; que começou na loja 76 e depois foi para a 55, ao lado; que o autor era gerente; que havia cerca de 15 empregados na reclamada, além do reclamante e depoente; que eram 12 vendedores, 1 empacotador e 1 estoquista; que o reclamante ficava num espaço diferente do estoque; que o estoque liberava a mercadoria; que o reclamante gerenciava a loja, empacotava a mercadoria e arrumava o estoque; que o estoquista também arrumava; que o reclamante arrumava no intervalo quando havia muito fluxo de clientes; que o reclamante arrumava quando chegava caminhão para reabastecer; que todo dia chegava mercadoria; que presenciava o reclamante arrumando o estoque.

Conquanto o reclamante afirme que o trabalho de apoio aos estoquistas e empacotadores era diário, declarou que tal ocorria nos períodos em que as vendas ficavam mais intensas, ocasião em que o apoio também se fazia de forma mais ostensiva e diária. Todavia, não há dúvidas de que se tratava de uma condição episódica.

A testemunha, por sua vez, descreve as atividades de estoquista e de empacotador referindo-se à execução exclusiva pelo reclamante, como se não houvesse profissionais destacados para tal mister. Apenas quando questionada pelo juízo faz menção ao estoquista, dizendo que ele também arrumava a mercadoria.

O princípio da razoabilidade é capaz de equalizar os depoimentos, estando claro que o reclamante executava tais tarefas (estoquista e empacotador) apenas nos períodos de pico de vendas, notadamente nas datas mais aquecidas do comércio, conforme por ele mesmo referido. Contudo, a eventualidade da execução não

autoriza o deferimento de plus salarial, máxime quando se leva em consideração que o autor, como responsável por uma equipe de 18 pessoas, tendo como atribuição apoiá-las e gerenciar os afazeres relacionados à venda, atividade sincronizada da qual depende, muitas vezes, o atingimento das metas propostas pela empresa. Além disso, para a caracterização do acúmulo de função é necessário que as tarefas extras não guardem relação com a função contratada. No caso em apreço, todavia, o autor realizava tarefas menos complexas e o fazia visando ao apoio da equipe pela qual era responsável.

Neste sentido é a jurisprudência pátria:

ACÚMULO DE FUNÇÕES NÃO CONFIGURADO. ATIVIDADES CORRESPONDENTES AO CONTRATO DE TRABALHO.

O acúmulo de funções ocorre quando o empregador, no curso do contrato de trabalho, passa a atribuir ao empregado a execução de atividade mais complexa ou especializada e estranha ao conteúdo da função contratada. Se, todavia, tratar-se de atividades correspondentes, sem que para uma se exija maior capacitação técnica ou intelectual do que para outra, a ampliação das atribuições, por si só, não enseja o pagamento de adicional. (TRT-17 - RO: 0000602-30.2016.5.17.0002. Relatora Daniele Corrêa Santa Catarina. Julgamento: 18/2/2019. Publicação: 7/3/2019).

Destarte, inexistindo constância na execução das tarefas extraordinárias e estando estas relacionadas ao desempenho da tarefa principal de gerenciamento das vendas, não há falar em acúmulo funcional. O caso encontra abrigo nas disposições do art. 456, parágrafo único, da CLT, sendo as atividades apontadas compatíveis com a função principal. Aliás, o salário não diz respeito a um só serviço, mas ao feixe de tarefas correspondentes ao mister funcional.

Nada a modificar.

(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Ademais, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0001428-11.2018.5.11.0016

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
AGRAVANTE	RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA
ADVOGADO	KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA(OAB: 9293/AM)
ADVOGADO	SERAFIM PEREIRA D ALVIM MEIRELLES NETO(OAB: 1694/AM)
AGRAVADO	LUIZ GONZAGA FALCAO DE ALMEIDA
ADVOGADO	GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA(OAB: 2482/AM)
AGRAVADO	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA
Advogado(a)(s):	1.KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (AM -

Recorrido(a)(s): 1.ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA

Advogado(a)(s): 1.ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA (EXCLUSIVIDADE -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. a007040; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. f90d533).

Regular a representação processual (id. 8e34962).

A análise do preparo será realizada conjuntamente com o mérito do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Recurso/Recurso de Revista/Fase de Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Fraude à Execução.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXII do artigo 5º da Constituição Federal.

A recorrente interpõe o presente recurso de revista, para reiterar a tese já exposta na petição inicial dos embargos de terceiros, qual seja de que é o legítimo proprietário do imóvel localizado na Avenida Max Teixeira, 1718, do Primeiro Distrito Imobiliário desta cidade, com área de 26.167.80m² devidamente matriculado sob o número 57.954, no Livro 2 - Registro Geral arquivado no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis e Protestos de Letras, que adquiriu mediante compra e venda junto a sua legítima proprietária Maria de Fátima Magalhães Mendes.

Pugna, ao final, pelaliberação da penhora, mediante cancelamento do Mandado de Penhora e Averbação destinado ao 1.º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus/AM e a reconsideração da decisão de fraude à execução, por ter sido esse MM. Juízo induzido a erro.

Consta no v. acórdão (id. f90d533):

'(...)

MÉRITO

Nos termos do Artigo 1.245, CC/02 preceitua a norma que:

Artigo 1.245 - Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis

§1º - Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

Ora, observa-se que a propriedade só é transferida quando ocorre o registro do título translativo. Ressalta-se que somente com após a escritura pública com o registro é que há a transferência definitiva de titularidade do imóvel, ou seja, somente a partir desse momento o adquirente passa a ter o direito real sobre a coisa. No caso, o protocolo de registro de imóvel em nome do agravante é datado de 22/03/2018 (ID.48d9a68). Antes dessa data consta averbação de penhora de débito no valor de R$823.710,40, referente aos autos do Processo n. 0605471-30.2018.8.04.0001 (ID.48d9a68-Pág.15).

Além disso, consta no registro do imóvel a averbação do cancelamento do ato R-27-57954 (Compra e Venda) voltando o imóvel objeto da matrícula ao status anterior, titularidade de Maria de Fátima Magalhães Mendes em razão da declaração de fraude à execução (ID.48d9a68-Pág.19)em outro processo.

O art. 792 do CPC dispõe o seguinte:

'A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:

I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V - nos demais casos expressos em lei.

§ 1oA alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2oNo caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

§ 3oNos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

§ 4oAntes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias.'

Dessa forma, para que se reconheça a fraude à execução faz-se necessário que o terceiro adquirente do bem tenha ciência de que contra o devedor corre demanda capaz de reduzi-lo à insolvência ou, ainda, a prova inequívoca de que houve má-fé na aquisição do bem, com fulcro na Súmula 375 do STJ.

No caso, diante da existência de registro de penhora anterior, presume-se a má-fé do terceiro adquirente, de modo que deve ser mantida a constrição efetivada no processo matriz, a fim de garantir

a quitação do crédito trabalhista. Acresça-se que a alienação do bem ocorreu após o transito em julgado da sentença, na pendência da execução, sendo um indicativo da má-fé do adquirente, ou melhor dizendo, há dúvida razoável sobre a boa fé do terceiro adquirente.

Assim, mantenho a sentença que julgou improcedentes os embargos de terceiros por se tratar de negócio jurídico fraudulento.

Em relação ao pedido de substituição do bem penhorado apresentado em contrarrazões ao agravo de petição deixo de apreciar o mérito, pois entendo que o pedido deve ser analisado previamente pelo juízo no qual tramita a execução.

Por todo o exposto, conheço do agravo de petição, e, no mérito, nego-lhe provimento ao recurso.

(...)'

No presente caso, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, por exemplo, de que não tinha ciência de nenhuma indisponibilidade do bem, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida.

Da mesma forma, não se vislumbra possível afronta ao direito de propriedade da parte recorrente, porque em todas as fases do processo vem se observando os preceitos que regulam a execução trabalhista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000301-62.2018.5.11.0008

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	SEMP AMAZONAS S.A.
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	LILIAN DE SOUZA ATALA(OAB: 4817/AM)
ADVOGADO	MARIANA REIS CARVALHO SORDI(OAB: 8746/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RECORRIDO	WARINELMA LOPES BATISTA
ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SEMP AMAZONAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	SEMP AMAZONAS S.A.
Advogado(a)(s):	MARCIO LUIZ SORDI (EXCLUSIVIDADE - ID.
Recorrido(a)(s):	WARINELMA LOPES BATISTA
Advogado(a)(s):	TALES BENARRÓS DE MESQUITA (AM - 3257)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 5885f98 ; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 03a4adc).

Regular a representação processual (id. 0296633,6e2df47).

Satisfeito o preparo (ids. e05db9b, 2df4937 e 2df4937).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Contagem de Minutos Residuais.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.

Alega que o entendimento do Colegiado, de que a cláusula coletiva afronta a Súmula 449 do TST, não pode prevalecer, pois, a previsão coletiva, diversamente do que entendeu a Turma, antes de incorrer em afronta à Súmula 449 do TST, em verdade foi levada a efeito

porque há previsão autorizadora do Art. 7º, inciso XXVI da CF, que permite que as normas, desde que não impliquem em prejuízo ao trabalhador, sejam flexibilizadas através dos instrumentos coletivos de trabalho e prevaleçam sobre a legislação ordinária, já que refletem a liberdade e a vontade das partes.
Acrescenta ainda que não há falar sobre ofensa ao Art. 58, §1º da CLT, face a norma constitucional hierarquicamente superior.

Consta no v. acórdão (id. e4ead7b):
'(...)
MÉRITO
Das horas extras a 60% (minutos que antecedem e sucedem à jornada)
Sustenta a recorrente que a sentença deve ser reformada e o acórdão julgado pela improcedência do pedido autoral.
Fundamenta que a norma coletiva que elastece os minutos que antecedem e/ou sucedem a jornada normal de trabalho, de 15 minutos na entrada e 15 minutos na saída deve ser aplicada porque foi oriunda da autonomia da vontade das duas partes (Sindicato e Empresa).
Argui ainda que a Lei nº 13.467/2017 no seu Artigo 4º, §2º, CLT expressamente afirmou que não se enquadra como tempo à disposição o tempo destinado à alimentação.
Razão não assiste à recorrente.
Inicialmente friso que o período em que teria ocorrido as horas extras e objeto da referida ação é de 16/03/2013 a 18/12/2015, período anterior a vigência da Lei nº 13.467/2017. Estas considerações são importantes porque no Direito Brasileiro, a edição de uma lei não retroage para atingir situações não disciplinadas expressamente por norma anterior.
Embora a Constituição Federal tenha prestigiado o pactuado nas convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI), encontra-se pacificado no Tribunal Superior do Trabalho que não pode prevalecer norma coletiva que elasteça o limite de 5 minutos, observado o limite máximo de 10 minutos diários, para efeito de apuração de horas extras, porque ofende o disposto no art. 58, §1º da CLT.
Nesse sentido, dispõe a Súmula nº 449,TST:
MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FIEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 372 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014
A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.
A respeito, dispõe ainda a Súmula 366 do TST:
CARTÃO DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO (nova redação) - Res. 197/2015 - DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015
Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal, pois configurado tempo à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado ao longo do tempo residual (troca de uniforme, lanche, higiene pessoal, etc).
No caso dos autos, as regras sobre marcação do cartão de ponto previstas nas cláusulas 40ª do ACT 2011/2013 e 34ª do ACT 2013/2015, estabelecem que '*Não serão computadas para efeito de horas extras as variações no registro de ponto de até 15 minutos antes do início e 15 minutos após o final da jornada de trabalho, ficando a tolerância ora convencionada limitada ao máximo de 30 (trinta) minutos*', afrontam os termos do art. 58, §1º, do Diploma Consolidado, bem como, as Súmulas supramencionadas.
Como bem frisou o Juízo a quo na análise do tema, a partir da vigência da Lei 10.243/2001, não se mostra possível estipular ampliação dos minutos que antecedem e sucedem a jornada laboral, por meio de negociação coletiva. Assim entendendo, as cláusulas coletivas das CCT's 2011/2012 e 2013/2015 não devem prevalecer em face da disposição legal do art. 58, § 1º, da CLT.
Com relação ao tempo a disposição, o tempo para lanche, fardamento e o necessário para ir da portaria até o cartão de ponto, revistas, todos são tempos à disposição do empregador e, portanto, fazem parte da jornada de trabalho do reclamante. Neste particular, há que se considerar, que a partir do momento em que o trabalhador ingressa no ambiente laboral, já se encontra sob a regência patronal, do que defluem direitos e obrigações, deveres e ônus.
O reclamante não impugnou os cartões de ponto, razão pela qual foram feitos levantamentos para apurar o quantitativo que entendiam ser devido.
O levantamento do reclamante observou as anotações contidas nos cartões de ponto.
Ao passo em que o levantamento da reclamada consta zerado justificando a incidência da norma coletiva que elastecia o limite de tolerância.
Me manifesto pela manutenção da sentença que acolheu o

levantamento da reclamante porque observou as anotações contidas nos cartões de ponto e se coaduna com a norma legal.
Por tratar-se de verba de natureza salarial, há a sua repercussão nas parcelas acessórias de DSR´s, 13º salário e FGTS(8%).
Com relação à parcela de férias +1/3, o Artigo 142, §5º da CLT prevê que 'Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias', logo, os reflexos dos adicionais de horas extraordinárias compõem a base de cálculo das férias acrescidas do adicional de um terço.
No caso específico dos autos, verifico que na planilha ofertada pela autora, aproveitada pelo Juízo a quo como correta, foram incluídos todos os meses, de modo que o mês das férias já se encontra embutido nos cálculos, restando apenas a apuração sobre o terço de férias, o que foi devidamente detalhado por meio dos Embargos de Declaração. Assim, nada há que reformar neste particular, haja vista, repita-se, que a planilha já contempla todos os meses do período de labor, restando a apuração dos reflexos somente sobre o terço constitucional.
Diante do exposto, nego provimento ao recurso da reclamada e nego provimento ao recurso do reclamante.
Item de recurso
Por estes fundamentos, conheço dos recursos do reclamante e da reclamada e, no mérito, nego provimento aos recursos de ambos.

Adecisão da Turma está em consonância com a manifestação reiterada do TST, vejamos:
(...) 'MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 372 da SBDI-1). A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao artigo 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras'. Agravo de instrumento desprovido . (...) (TST - AIRR: 15052820155090130, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 26/09/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018).
RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. TEMPO DESTINADO À TROCA DE UNIFORME. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (...) Ainda, nos termos da Súmula nº 449 do TST, 'a partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras'. Incidência do disposto no art. 896, § 7º, da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. (TST - RR: 1620220115090594, Relator: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 05/06/2019, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/06/2019)

Não é razoável admitir que a manifestação reiterada do Tribunal Superior do Trabalho seja *contra legem* ou em afronta à Constituição Federal. Assim, por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos invocados, sendo inviável o seguimento do apelo, inclusive por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.
cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000177-64.2018.5.11.0013

Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ULTRATEC SERVICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RECORRIDO	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
RECORRIDO	CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS
ADVOGADO	ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES(OAB: 7653/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ULTRATEC SERVICOS TECNICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.ULTRATEC SERVIÇOS TECNICOS LTDA
Advogado(a)(s):	1.FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL (exclusividade -
Recorrido(a)(s):	1.CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS
Advogado(a)(s):	1.ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 05/08/2019 - id. be8a22a; recurso apresentado em 13/08/2019 - id. 5fa8db5).

Regular a representação processual (id. 6b72e13).

Satisfeito o preparo (ids. 177e376, 8e48240, 8e48240, 1f20ae0, ac4321c e df8a495).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Compensação de Jornada/Banco de Horas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Penalidades Processuais/Litigância de Má-Fé.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item I da Súmula nº 85;item II da Súmula nº 338;Súmula nº 330 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso IV do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015; §5º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 884 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega a parte recorrente que a Turma não valorou os argumentosexpressamente ventilados pela Empresa Reclamada, principalmente, no tocante a existência de compensação das horas extras eventualmente laboradas/banco de horas; a previsão no acordo para prorrogação e compensação de jornada; a ausência de ressalvas explícitas no TRCT, assim como, sucessivamente, a necessária observância aos parâmetros consignados na exordial, horas extras limitadas aos dias efetivamente trabalhados.

Alega que não houve o enfrentamento das questões suscitadas.

Pugna pela exclusão da penalidade decorrente da litigância de má-fé.

Consta no v. acórdão (id. 1f20ae0):

'(...)

ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários interpostos pelas partes.

II. MÉRITO

1. Recurso ordinário da do reclamante CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS (Id. 754feed) e da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. (Id. e3a6f32). Horas extras.

Em seu apelo, a reclamada impugna a sentença proferida no Id. 177e376, por meio da qual foi condenada no pagamento, ao reclamante, de horas extras e reflexos. Argumenta, para tanto, as horas extras praticadas pelo obreiro era devidamente compensadas, revertendo-se 'em folgas na mesma quantidade de horas extraordinárias eventualmente laboradas'.

A seu turno, o reclamante, em seu recurso ordinário (Id. 754feed) também quer a reforma parcial do decisum, a fim de que lhe seja deferida a integralidade das horas extras requeridas na petição inicial, na forma do quantitativo deduzido na emenda apresentada no Id. fa6bc28.

Pois bem.

De início, destaco que na petição inicial (Id. 013fab8) o reclamante requereu a condenação da reclamada no pagamento de horas extras com adicional de 50% e 100%, aduzindo que sua jornada laboral era das '08:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira, com uma hora de intervalo para refeição e descanso'; todavia, consignou que 'raramente saía do local de trabalho no horário normal, sendo comum sair três vezes na semana por volta das 21:00h e outros dois dias um por volta das 19:00h e outro por volta das 17:00'. No que tange ao labor aos finais de semana, destacou que 'era quase sempre chamado nos finais de semana para efetuar serviços de urgência em qualquer uma das unidades prisionais de Manaus, sendo comum trabalhar em média 03 (três) sábados e 02 (dois) domingos por mês, sendo que chegava por volta das 08:00h e somente saía após às 17:00h'.

Ademais, no período de maio/2016 a novembro/2016, afirmou que 'cumpria diariamente o horário de 08:00h às 21:00h de segunda a

sexta-feira', sendo que 'jamais recebeu qualquer valor quer seja pela situação de sobreaviso ou pagamento por serviços extraordinários'. À vista da referida jornada laboral, apresentou, no Id. fa6bc28, emenda à petição inicial na qual quantificou o número de horas extras requeridas, sendo 3.552 horas com acréscimo de 50% e 640 horas com acréscimo de 100%, além dos reflexos respectivos.

A reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. d1f7e16, a seu turno, contestou o pleito em tela e juntou aos autos os cartões de ponto do reclamante nos Ids. 67c25ba e ss. e df32a62 e ss. - em aparente cumprimento ao disposto no § 2º do art. 74 da CLT e Súmula n. 338, I, do TST - aduzindo que as horas extras eventualmente prestadas foram devidamente compensadas.

Pois bem.

À vista deste cenário fático, ordinariamente, seria o caso de observar se o reclamante impugnou os cartões de ponto apresentados e, na hipótese de tê-lo feito, verificar se produziu provas nos autos capazes de infirmá-los. Ocorre que, no presente caso, **o preposto da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**., Alexandre Rodrigues da Silva, c**onfessou espontaneamente** (art. 390 do CPC), em audiência (Id. 2380e88), **a falsidade ideológica dos cartões de ponto apresentados nos Ids. 67c25ba e ss. e df32a62 e ss**., conforme transcrição:

que diz que foi integrado a gratificação penitenciária no TRCT do reclamante, a qual é 30% do salário; que analisando o TRCT de fls. 12, diz que o salário com a gratificação está inclusio na remuneração do mês anterior, a qual consta R$ 2.056,83; que fora a folha de ponto a assistente faz registro das horas excedentes e então dão banco de horas para eles folgarem; que entretanto nos autos não consta este controle das horas excedentes; que quando eles gozam de descanso por conta do banco de horas eles assinam um documento para folgarem; que no controle de jornada carimbam folga quando eles usufruem do descanso por conta do banco de horas; QUE EM CONTATO COM AS PARTES, VERIFICAMOS E NÃO ENCONTRAMOS NOS AUTOS DOCUMENTOS DE REQUISIÇÃO DE DIAS DE FOLGA POR CONTA DO BANCO DE HORAS

Conforme trecho acima destacado, o preposto da demandada r**econhece que a empresa mantém unilateralmente uma espécie de controle paralelo de sobrejornada dos seus empregados,** no qual uma suposta 'assistente' registra as 'horas excedentes' à jornada laboral e, com base nestes apontamentos, 'dão banco de horas'.

Os cartões de ponto apresentados são, portanto, absolutamente imprestáveis como meio de prova da jornada de trabalho do obreiro, na medida em que, confessadamente, não espelham a realidade do contrato de trabalho.

Ante o exposto, considerando que a empresa reclamada apresentou registro da jornada de trabalho do reclamante confessadamente falso, entendo, por óbvio, que **não atendido o ônus processual de que trata o item I da Súmula n. 338, do TST, o que atrai a presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho declinada na exordial.**

Vale dizer, ainda, que as testemunhas arroladas por ambas as partes ratificaram a ocorrência da aludida fraude: o Sr. Walace de Queiroz Correa, arrolado pelo reclamante, afirmou que o 'controle de horário de trabalho era uma folha de registro, assinado, o qual tinham que anotar o horário de 8h05 às 17h05' e que 'assinavam uma folha de banco de horas, mas não ficava um recibo com o empregado'; a seu turno, o Sr. Lindomar Soares Bastos, arrolado pela reclamada, asseverou que 'não anotavam horas extras no controle manual'.

Neste sentir, reputo injustificado o acolhimento apenas parcial do pleito autoral alusivo ao labor extraordinário, eis que ausente, nos autos, qualquer prova capaz de elidir a indigitada presunção de veracidade dos horários de entrada e saída descritos na petição inicial (Id. 013fab8).

Com efeito, **dou provimento ao recurso ordinário do reclamante** para, reformando a sentença de Id 177e376, **condenar a reclamada no pagamento integral das horas extras pleiteadas, no quantitativo de 3.552 horas extras acrescidas de 50% e 640 horas extras acrescidas de 100%**, conforme emenda à petição inicial no Id. fa6bc28. Mantida incólume a condenação no pagamento dos reflexos definidos no decisum.

Recurso ordinário da reclamada improvido, portanto.

Ademais, considerando a conduta fraudulenta da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., que, dolosamente, apresentou perante o Juízo documento com conteúdo confessadamente falso, com o objetivo 'alterar a verdade dos fatos' (v. art. 80, II, do CPC/2015) e induzir o Juízo ao erro, condeno-a, de ofício (v. art. 81 do CPC/2015), no **pagamento ao reclamante de multa por litigância de má-fé, no percentual de 9% sobre o valor da causa (R$ 130.183,08, conforme Id. fa6bc28), no importe de R$ 11.716,48.**

Neste sentido, destaco o seguinte precedente do TST:

'AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. (...) LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. JUNTADA DE DOCUMENTO COM CONTEÚDO FALSO. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. A juntada de documento com conteúdo falso revela nítida intenção de alterar a verdade dos fatos e, por conseguinte, induzir o julgador a erro, hipótese que se amolda

perfeitamente àquela prevista no inciso II do artigo 17 do CPC/1973. Na hipótese, o Tribunal Regional, valorando fatos e provas, inclusive prova pericial, firmou convicção no sentido de que o autor juntou aos autos documento falso, com o objetivo de induzir o juízo ao erro. Assim, diante de tais premissas, o exame da tese recursal, no sentido de que o autor não falsificou os documentos, encontra óbice no teor da Súmula nº 126 desta Corte, porquanto demanda o revolvimento de fatos e provas. Agravo de instrumento a que se nega provimento' (AIRR-21100-15.2014.5.04.0024, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 14/09/2017).

Por fim, considerando os fatos acima descritos,

independentemente do trânsito em julgado desta decisão, oficie-se:

I. Ao Ministério Público Federal, conforme art. 40 do CPP, para apuração da possível prática dos crimes insertos nos arts. 299 (falsidade ideológica), 304 (uso de documento falso) e 347 (fraude processual) do Código Penal ou outra(s) conduta(s) típica(s) a critério do parquet;

II. À Superintendência Regional do Trabalho no Amazonas (SRT-AM), para que, se reputar necessário, promova a fiscalização do cumprimento do art. 74 da CLT nas dependências da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., conforme art. 626 da CLT;

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No mérito, em que pese a recorrente procure demonstrar o contrário, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive, quanto à penalidade decorrente da litigância de má-fé, uma vez que a Turma concluiu que houve a apresentação de documento confessadamente falso.

As assertivas recursais, como por exemplo, de que houve compensação de jornada, dentre outras,não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001528-21.2017.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	D DE AZEVEDO FLORES - ME
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
RECORRIDO	ROBERTO BRIGIDO NUNES
ADVOGADO	GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO(OAB: 10244/AM)
ADVOGADO	LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA(OAB: 8908/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- D DE AZEVEDO FLORES - ME
- ROBERTO BRIGIDO NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS (AM - 2498)
Recorrido(a)(s):	1.ROBERTO BRIGIDO NUNES
Advogado(a)(s):	1.LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA (AM - 8908)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 12/08/2019 - id.978ff59; recurso apresentado em 16/08/2019 - id.4b49d9d).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade (ao): item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s)§6º do artigo 37;inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- Recurso Extraordinário n. 760.931 (com repercussãogeral).

O recorrente sustenta que foi condenado com base no mero inadimplemento da reclamada (culpa presumida), sem prova cabal de falha de fiscalização.

Aponta, ainda Violação frontal ao art. 37, §6º, e ao art. 22, XXVII, ambos da Constituição Federal, ao argumento de que o acórdão incorre em interpretação equivocada ao confundir responsabilidade extracontrarial de agentes públicos com a responsabilidade contratual.

Consta no v. acórdão (id. 26727f0):

'(...)

Responsabilidade subsidiária - culpa in vigilando.

Relata o autor, na inicial, que foi admitido pela reclamada em 1.11.2015 para exercer a função de maqueiro (CTPS e contracheques), com rescisão em 30.11.2016 (retificação da CTPS determinada em juízo), sendo suas atividades realizadas no Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Em depoimento pessoal o preposto da reclamada disse que a empresa emitia certidões negativas da Previdência Social, FGTS para recebimento das suas faturas junto ao Estado, mas não as trouxe aos autos. O preposto do litisconsorte confirmou que sabia do não pagamento dos salários do reclamante. Logo, dúvidas não pairam quanto à efetiva prestação dos serviços do reclamante ao litisconsorte por intermédio da reclamada.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o Estado foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o ente público integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter

agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.
Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.
A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.
Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.
O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.
Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.
Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.
In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. Parcelas salariais não paga, depósitos do FGTS não realizados por completo e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Portanto, a prova não é só documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público, cabível sua reinclusão na lide para responder pelos créditos trabalhistas deferidos ao autor.
(...)'

Sobre a contrariedade do julgado com o artigo 71, §1ºda Lei 8.666/93, ressalto que o STF, ao declarar sua constitucionalidade (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência tem como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com odo Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao art. 37, §6º, e ao art. 22, XXVII, da CF/88 e art.71, §1º da Lei 8.666/93 ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Cerceamento de Defesa.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso LIV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
Afirma que este Regional, ao imputar à Administração Pública o ônus probatório que não detém,incorreu em violação aos artigos art. 818, I e II da CLT e o art. 373, I e II do CPC, divergindo, inclusive, da interpretação dada pelo STF no RE 760.931 (com repercussão geral).
Aduz que tal decisão se deu de forma surpresa, impossibilitando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal, incorrendo em violação aos arts. 818, §2º, da CLT e 373, §1º, do CPC, bem como ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.
Consta no v. acórdão (id. 26727f0):
'(...)
Responsabilidade subsidiária - culpa *in vigilando.*
Relata o autor, na inicial, que foi admitido pela reclamada em 1.11.2015 para exercer a função de maqueiro (CTPS e

contracheques), com rescisão em 30.11.2016 (retificação da CTPS determinada em juízo), sendo suas atividades realizadas no Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Em depoimento pessoal o preposto da reclamada disse que a empresa emitia certidões negativas da Previdência Social, FGTS para recebimento das suas faturas junto ao Estado, mas não as trouxe aos autos. O preposto do litisconsorte confirmou que sabia do não pagamento dos salários do reclamante. Logo, dúvidas não pairam quanto à efetiva prestação dos serviços do reclamante ao litisconsorte por intermédio da reclamada.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o Estado foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o ente público integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.

In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. Parcelas salariais não paga, depósitos do FGTS não realizados por completo e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Portanto, a prova não é só documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público, cabível sua reinclusão na lide para responder pelos créditos trabalhistas deferidos ao autor.

(...)'

Por vislumbrar possível afronta à literalidade do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.**CONCLUSÃO**

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001724-68.2015.5.11.0006

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
ADVOGADO	MARCEL DE QUEIROZ MARTINS(OAB: 9676/AM)
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
RECORRIDO	ANDRE JOBIM NETO
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	ELY PENA DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE JOBIM NETO
- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO
Recorrido(a)(s):	ANDRE JOBIM NETO
Advogado(a)(s):	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -

DO PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido (id. b0e99f4de intimação exclusiva ao patrono Mauro Paulo Galera Mari, ante a verificação de ausência de poderes nos autos. Destaco que, a despeito do documento de id. b0e99f4, juntado ao processo em7/2/2018 a parte recorrente, em23/8/2019, efetuou a juntada de nova procuração e substabelecimentos aos autos (ids. 4a03a06e80fe50e), dos quais não consta o nome do referido advogado, tampouco ressalva de poderes conferidos aos antigos patronos, o que implica revogação tácita do mandato anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. 15fe997; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. 4f64d03).

Regular a representação processual (id. 80fe50e).

Satisfeito o preparo (ids. bbe7072, 141cfd0, 4528e3c e 90fa285).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização/Correção Monetária.

Alegação(ões):

- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à: Orientação Jurisprudencial nº 300 da SBDI-I/TST.
- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º;inciso II do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º;artigo 97 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 39 da Lei nº 8177/1991; §7º do artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recorrente alega quea decisão da Turma, no sentido de que seja observada a utilização do IPCA-E como índice de correção monetária dos créditos a partir de 25/03/2015, viola direta e expressamente o art. 39, caput, da Lei nº 8.177/91.

Assevera ainda que a decisão viola: o art. 5º, XXXVI, da CF, e contraria a OJ nº 300 da SbDI-I/TST; o art. 5, II, da CF, pois, praticaato de substituição normativanão autorizada, como se legislador fosse, foge da tipificação já legalmente feita e cria novos parâmetros de correção financeira; odevido processo legal, previsto no art. 5º, LIV, da CF, pois, surpreende o jurisdicionado com a

aplicação de índice de correção monetária criado pelo próprio julgador, ao menoscabo da plena observância das regras preestabelecidas pelo legislador ordinário.
Prossegue alegando que o acórdão combatido viola as diretrizes traçadas pelo art. 2º, da CF, porquanto usurpa as competências do Poder Legislativo ao determinar a aplicação de índice de correção monetária não prevista em nenhuma lei, a demonstrar típico caso em que o Poder Judiciário está a atuar na reprovável condição de legislador positivo. Por fim, sustenta que violaa Súmula Vinculante nº 10 do STF, e viola o art. 97 da CF, decisão turmária que afasta a incidência do art. 879, §7º, da CLT, declarando indiretamente a sua inconstitucionalidade, sem observar a cláusula de reserva de plenário.

Consta no v. acórdão (id. 5abf4bc):
'(...)
Recurso do Reclamado. Juros de Mora. Correção Monetária. IPCA-E.
Insurge-se ainda o banco reclamado da sentença quanto ao estabelecimento do índice IPCA-E para a correção dos débitos trabalhistas, conforme decisão adotada no IUJ n.º 0000091-69.2017.5.11.0000. Pugna a recorrente pela aplicação da TR, nos termos do § 7º do art. 879 da CLT e dos juros da fazenda pública.
Analiso.
Sobre o tema, entendo que a inclusão do § 7º ao art. 879 da CLT, pela Lei 13.467/2017, não tem o condão de afastar a inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de atualização monetária, reconhecida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF, porque o citado dispositivo remete expressamente à Lei 8.177/91, cuja inconstitucionalidade material foi reiterada pelo Plenário da Corte Superior Trabalhista, em observância à ratio decidendi do julgamento das ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425.
Ademais, o entendimento firmado pelo Pleno do TST, no sentido de que os créditos trabalhistas devem ser atualizados pelo IPCA-E, em substituição à TR, deve ser mantido, até o julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, em controle difuso, do § 7.º do artigo 879 da CLT, suscitado pela Subseção II Especializada em Dissídios Individuais da Corte Superior Trabalhista, em sessão realizada em 13/3/2018, no julgamento do processo TST-RO-24059-68.2017.5.24.0000.
Diante de todo o exposto, os critérios de correção monetária das condenações trabalhistas devem seguir os índices previstos na legislação vigente em cada período de regência, respeitada a aplicação do IPCA-E, a partir de 25/03/2015, mesmo após o advento da Lei 13.467/2017.
Recurso não provido.
(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas.
Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.
Ademais, não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2; Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4; Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3; Turma, DEJT de 13.11.2009).
Todaviaa parte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da9?Região, de seguinte teor:
'[...] A correção monetária dos créditos deferidos ao Autor deverá ser feita, até 25/03/2015, pela aplicação da TR, índice cuja adoção é determinada noart. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Observe-se que o índice a ser aplicado para a correção monetária dos créditos deferidos à parte autora, até 25/03/2015, deve ser a TR, índice cuja adoção é determinada no art. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Nesse sentido é o entendimento prevalecente nesta e. Turma, conforme precedente 0000972-50.2016.5.09.0125, julgado na sessão de 28/02/2018, da lavra de relatoria da Exma. Des. Sueli Gil El Rafihi, a quem se pede vênia para transcrever seus bem lançados fundamentos: [...] No entanto, observe-se que a partir de 11/11/2017 (entrada em vigor da Lei 13467/2017 (Reforma Trabalhista), o art. 879, §7º, determinou, expressamente, a utilização da TR para atualização dos créditos

decorrentes de condenação judicial. Registre-se que não há inconstitucionalidade declarada acerca deste novel dispositivo, sendo certo também que se trata de opção do legislador a adoção da TR como índice de correção monetária. No Brasil há vários índices de correção monetária, competindo ao legislador dizer aquele que entende aplicável. Tal função não compete ao julgador que estaria ingressando em discricionariedade indevida, apontando o que entende melhor e mais adequado, tarefa primária do Poder Legislativo. Por certo, ao adotar a TR o legislador da Reforma considerou que os juros de mora trabalhista são diferenciados de 1% ao mês, conforme previsão do art. 39, §1º, da lei 8.177/1991, de tal modo que tais critérios não devem ser alterados no âmbito da jurisdição, sob pena de desrespeito à tripartição dos Poderes desenvolvida por Montesquieu. Assim, determina-se que se aplique, como índice de correção monetária, a TR até 25/03/2015; e a partir de 26/03/2015, o IPCA-E, limitado à data de 11/11/2017, a partir da qual deverá ser utilizada a TR. [...]' [[TRT 9 - 0000332-18.2017.5.09.0673, Relator Paulo Ricardo Pozzolo, 6ª. Turma, Publicado no DEJT de 10/08/2018. Disponível em: https://pje.trt9.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=2&p_id=F2l4tBBGBqo%3D&p_idpje=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_num=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_npag=x]'.

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000257-25.2018.5.11.0014

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS DO EST.DO AM.
ADVOGADO	JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS(OAB: 7200/AM)
ADVOGADO	FERNANDO BORGES DE MORAES(OAB: 446-M/AM)
RECORRIDO	SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RDOV E URBANO COLETIVO DE MANAUS E NO AMAZONAS
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
ADVOGADO	ORLANDO BOTELHO BENTES(OAB: 8863/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS DO EST.DO AM.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS
Advogado(a)(s):	FERNANDO BORGES DE MORAES (EXCLUSIVIDADE -
Recorrido(a)(s):	SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RDOV E URBANO
Advogado(a)(s):	ORLANDO BOTELHO BENTES (AM - 8863)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 797df8a; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 8906fc2).

Regular a representação processual (id. d6b0b7f, d1e86bf).

Satisfeito o preparo (ids. 7da2ec9).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo/Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho/Multa Convencional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo

Coletivo/Dissídio Coletivo/Greve.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 384 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 411 do Código Civil;artigo 416 do Código Civil.
- art. 6º, §1º da LINDB.

Alega inicialmente que o e. TRT11 entendeu que a multa aplicada em Dissídio coletivo de greve nº 0000280-47.2017.5.11.0000, corresponde a multa estabelecida em acordo firmado no DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, de forma que não seria mais possível a aplicação da referida penalidade, sob pena de incorrer em bis in idem.

Todavia, assevera que o entendimento foi equivocado, pois, não observa a estabilidade jurídica das relações, tendo em vista que nÃo aplica os efeitos jurídicos (multa convencional) devisamente homologado por este E.TRT.

Assim, sustenta que a sentença merece reforma, para aplicar a multa requerida na exordial, em razão do descumprimento da obrigação estabelecida no processo 0000028-83.2013.5.11.000, invertendo ainda o ônus da sucumbência.

Ressalta que a penalidade aplicada em dissídio coetivo é distinta da pleiteada em ação de cumprimento, uma vez que a ação de dissídio coletivo tem natureza meramente declaratória e as multas eventualmente aplicadas não decorrem de abusos decorrentes do direito de greve ou descumprimento de ordens judiciais.

Consta no v. acórdão (id. e9dea96):

'(...)

DO MÉRITO RECURSAL

Do descumprimento do acordo homologado

Nos autos do Dissídio Coletivo n. 0000028-83.2013.5.11.0000, instaurado entre Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo de Manaus (STTRM) e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (SINETRAM), ficou acordado: 'o sindicato dos trabalhadores se compromete a comunicar previamente, no prazo de 72 horas, o sindicato demandante quando tiver a intenção de promover greve, bem como cumprir integralmente os termos da Lei 7.783/89, sob pena de multa de R$ 50.000,00, por hora de paralização'.

Ocorre que, apesar do supracitado acordo, em 20/06/2017, o STTRM iniciou movimento grevista, que durou das 4h às 5h47min, o qual foi objeto do DCG nº 0000280-47.2017.5.11.0000, suscitado pelo SINETRAM, requerendo a declaração da abusividade do movimento, além da aplicação da multa sugerida no acordo realizado nos autos do DCG nº0000028-83.2013.5.11.0000.

Em que pese este Regional ter reconhecido a abusividade do referido movimento grevista, decidiu pela não aplicação da multa acordada no DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, por entendê-la inaplicável ao caso, mas estabeleceu multa de R$ 30.000,00, a qual não foi objeto de recurso por parte do sindicato suscitante.

No caso dos autos, o SINETRAM ajuizou a presente Ação de Cumprimento, tendo como causa de pedir a mesma paralisação do dia 20/06/2017, declarada abusiva no DCG nº 0000280-47.2017.5.11.0000, ocorrida entre as 4h e 5h47min, pleiteando o pagamento da multa de R$ 50.000,00 por hora de paralização, acordada nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000.

Comungo do mesmo entendimento esposado pelo magistrado de origem, no sentido de que, caso a presente ação seja julgada procedente, haverá dupla punição do STTRM, pelo mesmo fato.

Isso porque, ao contrário do que alega o SINETRAM, nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, não houve uma mera sugestão em relação ao valor de R$ 50.000,00.

Analisando o r. Acórdão proferido nos autos do citado Dissídio Coletivo de Greve, juntado aos autos sob o ID a64fdbc, tem-se que o mesmo possui como causa de pedir 'a paralisação ocorrida no dia 20/06/2017, entre as 4h e 5h47min da manhã, a qual não observou os requisitos exigidos pela Lei n° 7.783/1989, em especial, a comunicação prévia à população e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade', tendo como pedido expresso a 'declaração de abusividade do ato promovido pelo sindicato suscitado e, *por conseguinte, pela aplicação de multa, no valor de R$-50.000,00 (cinquenta mil reais) por hora de paralisação, conforme sugerido no acordo homologado nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000*'. Destaquei.

Dessa maneira, apesar do referido acórdão afirmar que 'a multa ora aplicada não possui qualquer correlação com a cominação contida nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, a qual se mostra inaplicável ao caso em questão, no entender deste julgador, mas se trata de penalidade arbitrada em observância das circunstâncias da presente hipótese, nos termos das razões já densamente expostas', o fato é que a condenação se deu em virtude da paralisação ocorrida em 20/06/2017, das 4h às 5h47min da manhã, que é a mesma causa de pedir da presente ação de cumprimento. Assim sendo, deveria o Sindicato reclamante ter apresentado recurso nos autos do DCG 0000280-47.2017.5.11.0000, pleiteando pela aplicação da penalidade acordada.

Além do mais, não deve prosperar o argumento do sindicato recorrente, de que a multa aplicada nos autos do DCG nº0000028-83.2013.5.11.0000 se trata, na verdade, de uma punição pelo reiterado descumprimento da legislação pelos movimentos grevistas

perpetrados pelo sindicato recorrido. Isso porque o decisium trouxe expressamente em sua conclusão o seguinte:

'suscitado, no decorrer desses anos, as quais acabaram por prejudicar toda a sociedade, conforme notícias coligidas aos autos e experiência comum deste julgador pela observação do que ordinariamente vem ocorrendo (artigo 375 do CPC), razão pela qual, diante do seu caráter coercitivo e pedagógico, **condeno o sindicato suscitado ao pagamento de multa no importe de R$-30.000,00 (trinta mil reais), pela paralisação ocorrida no dia 20 de junho de 2017, das 4h até as 5h47**, diante da gravidade da conduta e dos impactos sociais e econômicos dela decorrentes, a qual deverá ser destinada ao Grupo de Apoio à Criança com Câncer - AM.'

Assim, de todos os ângulos que se analise a questão, resta improcedente o pedido do SINETRAM, ante a existência de punição pelo mesmo fato, sob pena de restar configurado o bis in idem.

Nada a reformar, na espécie.

(...)'

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma, no sentido de quea estipulação de nova multa, além daquela estabelecida no DCG 0000280-47.2017.5.11.0000,o qual teve como pedido principal a cominação de multa estipulada no acordo firmado nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000,caracteriza 'bis in idem', pois refere-se ao mesmo fato, qual seja, a greve realizada no dia 20/6/2017 e ainda,implicaria enriquecimento sem causa da parte contrária. Ademais, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos, ou seja, a prova documental. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

Dito isso, asassertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

Destarte, considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados, conforme exige a alínea 'c' do artigo 896 Consolidado.

Por fim,o deslinde da controvérsia transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0000369-44.2011.5.11.0012

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
AGRAVANTE	EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
AGRAVADO	CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
ADVOGADO	GUSTAVO GONCALVES GOMES(OAB: 121350/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s): CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

Advogado(a)(s): GUSTAVO GONÇALVES GOMES (exclusividade - id. 9b77327) e OUTROS (AM - 1058-A)

Recorrido(a)(s): EDINALDO VIERA DOS SANTOS

Advogado(a)(s): MARLY GOMES CAPOTE (exclusividade - id. 9b77327) (AM - 7067)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, por força do artigo 775 da CLT (decisão publicada em 16/08/2019 - id. 99cb31e ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 6bfdc70).

Regular a representação processual (id. 6bfdc70).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso VI do artigo 7º; inciso XXII do artigo 5º; inciso XXVI do artigo 5º; artigo 2º da Constituição Federal.

Alega o recorrente que o acórdão incorreu em contradição, pois, a decisão regional disse que os cálculos deveriam ser refeitos, pois, a partir de 25/3/2015 deve ser usado o IPCA-E, mas em seguida disse que mantinha inalterada a decisão agravada, que mandara fazer a atualização pela TR. Acrescenta que o acórdão foi fundado em falsa premissa fática, de que os cálculos feitos na Vara haviam usado o IPCA-E, quando na verdade usaram a TR.

Prossegue aduzindo que o uso da TR é inconstitucional, entendimento já pacificado tanto pelo STF quanto pelo Pleno do TST (em 4.8.2015), devendo a correção monetária ser feita pelo IPCA-E.

Quanto ao limite temporal para a aplicação da TR, sustenta que os créditos trabalhistas foram consolidados antes de 25.3.2015 (data reconhecida como a da transição do uso da TR para o uso do IPCA-E), mas a atualização vem até os presentes dias, ou seja, a decisão, na verdade, acabou determinando que até os dias de hoje, mesmo depois de março de 2015, seja feita pelos índices da TR, e ofende a Constituição precisamente porque esse uso da TR deveria ser limitado a março de 2015, usando-se o IPCA-E para o período posterior.

Prossegue alegando que a atualização monetária não é feita em um único momento, mas se protrai no tempo, e esse tempo anterior a março de 2015, deve receber a atualização pela TR, mas a partir de abril/2015 a atualização já deve ocorrer pelo IPCA-E.

Por fim, pugna pela reforma do acórdão, uma vez que a decisão violou o direito fundamental de propriedade, protegido no artigo 5o, XXII, CF; afrontou a coisa julgada (artigo 5o, XXXVI, CF); c) agrediu a isonomia (artigo 5º, caput, CF); d) ofendeu o princípio da separação dos Poderes (artigo 2o, CF); e) violou a proteção ao ato jurídico perfeito, protegido pelo artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 8784ae0):

"(...)

MÉRITO

Índice de correção monetária

Insurge-se o exequente, ora agravante, em face da decisão que rejeitou a impugnação aos cálculos, sob o argumento de que o índice de correção monetária a ser adotado nos cálculos de liquidação de sentença é o IPCA-e.

Sustenta que, apesar do contrato ser anterior à março/2015, sua atualização atinge data muito posterior. Aponta que, conforme modulação do TST e deste Egrégio, a correção monetária deve utilizar o IPCA-e a partir de 25.3.2015, uma vez que até o dia 24.3.2015 o índice a ser utilizado é a TR.

Inicialmente, cabe registrar que em última decisão sobre o tema, o Pleno do TST determinou que a dívida trabalhista seja atualizada pelo IPCA-E, a partir de 25 de março de 2015 (ArgInc-479-60.2011.5.04.0231), mesma data utilizada pelo STF no acórdão que determinou a aplicação do índice para precatório (ADI 4.357).

A aplicação do índice já havia sido determinada em agosto de 2015 pelo TST, com efeitos retroativos a junho de 2009, inclusive com correção da tabela única de atualização monetária da Justiça do Trabalho. Ocorre que entre as duas determinações do c. TST, o STF suspendeu os efeitos da primeira decisão que substituiu a TR pelo IPCA-E (RCL-MC 2012/RS).

Posteriormente, analisando o mérito da supramencionada Reclamação, a e. 2ª Turma do STF, por maioria, julgou-a improcedente sob o fundamento de que não se configurou desrespeito ao julgamento do STF e, por sua vez, ratificou os termos da decisão proferida pelo c. TST em sede de arguição de inconstitucionalidade, que determinou a aplicação do IPCA-E no lugar da TR.

A questão também já foi pacificada no âmbito deste Regional em 25 de julho do corrente ano, no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, nos autos do processo nº 0000091-69.2017.5.11.0000 (IUJ), em que se decidiu pela aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária de débitos trabalhistas, verbis:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. "Temos que tais incidentes deverão ser concluídos conforme determinado pelo Presidente do TRT ou pelo Ministro Relator no TST. É que, como visto, remanesce o dever do tribunal de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926), o que justifica a conclusão dos incidentes. Não bastasse, o incidente deve ser processado e julgado pela teoria do isolamento dos atos processuais, de modo que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso(...)" (Reforma Trabalhista: Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 Antonio Umberto de Souza Júnior...[[et al] - São Paulo: Rideel, 2017). Por sua vez, entendo que os atos praticados em IUJ's em curso, após a vigência a Lei nº 13.467/2017, deverão observar a nova regulamentação processual, isto é, os procedimentos previstos na legislação processual civil para institutos equivalente, no que couber. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR E IPCA. Em razão da recente decisão da Segunda Turma do Supremo tribunal Federal, que, ao examinar o mérito da reclamação Constitucional nº 22012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do tribunal

Superior do Trabalho, em que determinava a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD) para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a ser aplicada a partir de 25 de março de 2015."

Assim, impõe-se a adoção do IPCA-E para a atualização dos créditos trabalhistas, somente a partir de 25.3.2015, não apenas sob a perspectiva da efetiva recomposição do patrimônio dos credores trabalhistas, mas como medida de estímulo efetivo ao cumprimento dos direitos sociais por parte de devedores, além da necessidade de manter estável, íntegra e coerente a jurisprudência deste Regional (art. 926, CPC/15), independentemente do disposto no novel art. 879, §7º, da CLT, pelos mesmos fundamentos já analisados pelo TST e STF acima expostos, devendo os cálculos serem refeitos nesse sentido.

No presente caso, o exequente impugnou os cálculos de liquidação, pugnando pela aplicação do índice IPCA-e, mas sequer apontou a partir de quando houve equívoco nos cálculos da contadoria e, tampouco, apresentou os seus cálculos, conforme entende corretos. Entretanto, conforme observado pelo MM. Juízo a quo, os cálculos de liquidação de sentença observaram os critérios temporais para a aplicação dos índices próprios, qual seja TR até 24.3.2015 e IPCA-e a partir de 25.3.2015, motivo pelo qual nego provimento ao agravo de petição, para manter inalterada a sentença de impugnação aos cálculos.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço do agravo de petição e, no mérito, nego-lhe provimento mantendo inalterada a decisão em sede de impugnação ao cálculos, nos termos da fundamentação.

(...)"

Em se tratando de recurso de revista em agravo de petição, registro que a afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do apelo, é a que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. É indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Não procede a invocação de preceito genérico que não se relacione especificamente com o tema sobre o qual a parte recorrente manifesta seu inconformismo, como se verifica no presente caso, pelo que resta inviável o seguimento do recurso.

Por fim, a alegação de que a Turma partiu de uma premissa equivocada, de que os cálculos feitos pela Vara utilizam a TR, remeteria necessariamente à reapreciação dos cálculos, ou seja, do contexto fático-probatório da causa, o que é inviável na instância extraordinária, conforme a Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001565-28.2015.5.11.0006

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS
ADVOGADO	SIMEAO DE OLIVEIRA VALENTE(OAB: 2152/AM)
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE(OAB: 7083/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	ROLNEY JOSE FAZOLATO(OAB: 1369-B/RJ)
ADVOGADO	FERNANDO LEME DANTAS DE AGUIAR(OAB: 215767/SP)
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MAURO PAULO GALERA MARI (AM - 877)

Recorrido(a)(s): THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS

Advogado(a)(s): CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. f7688c1; recurso apresentado em 21/08/2019 - id.ea6193c).

Regular a representação processual (id. fe3e8fc; 26e04f6 ; 1554bb1).

Satisfeito o preparo (ids. 3c3e56b, 6a28fc7, 6a28fc7 e d1e8629).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Categoria Profissional Especial/Bancários/Colocação ou Venda de Papéis / Valores Mobiliários.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que, embora o acórdão tenha reconhecido o direito do reclamante ao recebimento de comissões pela venda de produtos não bancários, inexiste pactuação acerca do pagamento de comissoes pela venda de tais produtos. Sustenta ainda que 'A condição pessoal do autor - empregado bancário - nitidamente lhe confere a capacidade de realizar a atividade de venda de produtos do banco e demais empresas do grupo econômico, sem que isto implique alteração substancialmente lesiva ao seu contrato de trabalho'.

Deste modo, concluiu, por intermédio dos arestos transcritos, que a venda de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário, portanto, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado.

Em razão do exposto, requer a reforma do acórdão recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 0d29cbc):

'(...)

Da comissão sobre a venda de produtos vendidos

Neste item o autor postula a reforma do julgado com o argumento de que resou demonstrado nos autos que o Banco demandado impunha a vendad e produtos não bancários, face o que merece o pagmaento de um plus salarial a compensar o cumprimento de tarefgas não contrtadas, mas executadas.

Trago aqui trechos dos depoimentos do autor e representante do Banco sobre o tema :

...que os produtos não bancários: cartão de crédito, títulos de capitalização, consórcio, seguro e previdência; que os produtos bancários são: poupança, token de celular, cartão de conta corrente, cartão conta corrente universitário e salário; que, apesar da grande demanda diária, o depoente oferecia/vendia os produtos não bancários, principalmente cartão de crédito e capitalização; que existia corretores na agência, sendo que os mesmos recebiam a indicação de pessoas, sendo que o reclamante efetivava a venda e passava o formulário para os corretores, que fazia o procedimento para consórcio, seguro e previdência; que a venda do produto não bancário era feita pelo reclamante, que realizava o débito na conta do cliente, sem necessitar aprovação do corretor; que os funcionários do banco não sabem implantar as propostas de seguro/consórcio/previdência no sistema dos corretores; que não sabe fazer cálculo para informar ao cliente em caso de resgate da previdência, qual seria o valor;...

Já em seu depoimento disse o preposto bancário :

...que quem cumpria as metas do POBJ eram os funcionários da agência, principalmente os gerentes; que dentro do POBJ está incluído os produtos não bancários, como cartão de crédito, previdência, seguros e consórcios e capitalização; que as metas eram passadas para os funcionários, pela parte gerencial.

Como se pode observar, as declarações feitas pelo representante do Banco são bastante reveladoras quanto à venda de produtos não bancários, com a certeza de que a venda de tais produtos inclusive fazia parte das metas inseridas no programa de objetivos do Banco.

Desses depoimentos extraio a convicção de que os funcionários do Banco, dentre eles o Recorrente, negociava e vendia produtos não bancários, do tipo cartão de crédito, plano de previdência, seguro, cuja atividade até mesmo fazia parte das metas da agência, vale dizer, havia cobrança sobre a sua execução e êxito. Assim procedente, vejo que a venda de produtos não bancários pelos funcionários do Banco gerava enriquecimento para o grupo econômico do Recorrido, ensejando, portanto, o pagamento de comissões de modo a equilibrar a relação contratual, nos termos da Súmula 93 do C. TST que assim dispõe :

Súmula 93 do TST. BANCÁRIO

Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador.

É inegável o fato de que o Recorrente vendeu produtos não bancários, dentre eles o cartão de crédito, este reconhecido pelo

Banco em sede de defesa, como ainda previdência e seguro, estes dois últimos rechaçados pelo Banco com a afirmação de que os mesmos sempre foram vendidos por corretores, pessoal habilitado. Ainda que descartássemos os seguros e previdência, não se pode entender como bancário, produto comercializado por empregado bancário, os cartões de crédito, por exemplo que, como se sabe, possuem administradoras específicas que passam a se relacionar diretamente com o cliente a partir de sua filiação. É interessante determinar aos bancários a comercialização de tais produtos, porquanto diariamente estão em contato com diversas pessoas e no relacionamento financeiro conhecem o perfil do cliente, sabendo o cliente em potencial para cada produto, o que e como oferecer. A proximidade, o conhecimento e o relacionamento do bancário com os clientes são o instrumental adequado para a comercialização dos produtos e de se obter bons clientes, ampliando, dessa forma e sem custo adicional, a rede de vendas dos produtos integrantes do grupo econômico da empresa do demandado.

Tanto é certo que os bancários vendem produtos que tal tarefa consta do programa de objetivos do banco e, portanto, das metas a serem atingidas, o que implica dizer que estes mesmos funcionários sofriam cobrança para a sua execução e êxito.

Certamente não houve com o autor contrato de percentual de comissões, até porque no simplista entendimento do Recorrido a venda de alguns produtos por seus funcionários constitui atividade bancária, desnaturando a própria corretagem ou as administradoras de cartões de crédito. Acresço que, a despeito de mencionado que havia corretores na Agência, ainda assim ficou demonstrado por meio dos depoimentos que o autor vendeu produtos não bancários sem a devida compensação.

Por esse motivo, divirjo do quanto esposado pelo Juízo a quo e condeno o reclamado a pagar ao reclamante um plus salarial no percentual de 20% sobre a remuneração paga mês a mês, conforme contracheques juntados aos autos, bem como seus reflexos no período postulado em férias + 1/3, 13º salários, FGTS + 40%, aviso prévio e horas extras pagas em contracheques, bem como as deferidas neste processo.

Reformo a sentença neste particular.

(...)'

Primeiramente, não se vislumbra possível violação aos dispositivos legaismencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Todavia, aparte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, de seguinte teor:

[...] BANCÁRIO. COMISSÕES PELA VENDA DE PRODUTOS DE EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO DO EMPREGADOR. 2.1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamado para excluir da condenação as comissões deferidas ao reclamante pela venda de produtos de empresas pertencentes ao grupo econômico do empregador. 2.2. Na hipótese, consta do acórdão regional, transcrito pela Turma, que o Banco obrigava os empregados, mediante imposição de metas, a venderem produtos como consórcio, capitalização e seguros, de empresas coligadas, durante o horário de trabalho. Também ficou registrado que nunca houve promessa ou acordo do réu no sentido de pagamento de comissões aos bancários, e que elas eram destinadas aos corretores. 2.3. Dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT que, 'à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal'. A comercialização de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário. Assim, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-ARR - 3666100-12.2009.5.09.0011, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001854-54.2017.5.11.0017

Relator MARCIA NUNES DA SILVA BESSA

RECORRENTE	FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RECORRIDO	CARTORIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TITULOS E DOCUMENTOS
RECORRIDO	RINALDO MACENA BERNARDES
ADVOGADO	LUIZ GONZAGA PINHEIRO JUNIOR(OAB: 12021/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANK ROMERO DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.FRANK ROMERO DO NASCIMENTO
Advogado(a)(s):	1.RUSTENE ROCHA MONTEIRO (AM - 11974)
Recorrido(a)(s):	1.CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E
Advogado(a)(s):	2.LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (AM - 12021)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 16/08/2019 - id. a23f01e; recurso apresentado em 26/08/2019 - id. f7eaf21).

Regular a representação processual (id. 1dfec27).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. fdd0680), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo/Eleição de Dirigente Sindical.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 8º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 492 do Código de Processo Civil de 2015.

Reitera o pedido anulação do registro da eleição sindical no cartório reclamado.

Consta no v. acórdão (id. b8bfcce):

'(...)

MÉRITO

O Autor questiona o indeferimento de sua pretensão de **anular o registro de diretoria sindical** no cartório réu, aduzindo, entre outros argumentos, que o fato de ter afirmado pertencer à categoria de vigilante não lhe retiraria o direito de participar do processo eleitoral do SINTROAM uma vez que para ser vigilante orgânico há a necessidade de ser primeiramente vigilante.

Os fundamentos para indeferimento da pretensão pelo julgador singular foram:

Consoante o excerto supra, o autor confessa que, à época da eleição, sequer era associado ao SINTROAM e que laborava na empresa Visam, cujos empregados eram sindicalizados no Sindevam (sindicato dos vigilantes), situação similar a do Sr. LINDOMAR GARCIA MONTEIRO.

Desta feita, resta incontroverso que o autor não preenchia os requisitos para se candidatar ao cargo de presidente do SINTROAM, uma vez que não fazia parte do seu quadro associativo, não havendo sequer legitimidade para apontar irregularidades na eleição da entidade sindical da qual não é associado.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido.

Examino.

Inicialmente, faz-se necessário relevar que o atual modelo sindical brasileiro é permeado pelo princípio da unicidade sindical (verificado no inciso II do art. 8º da Carta Magna), segundo o qual a representação de uma categoria em determinada base territorial não inferior a um Município pode ser feita exclusivamente por uma entidade sindical.

Assim, cada categoria possui o seu respectivo sindicato, o qual atuará para defender os seus interesses.

No caso dos autos, ficou evidente que há dois sindicatos de empregados para vigilantes, sendo um para trabalhadores em empresas de vigilância e segurança - SINDEVAM (relação de empresas - id fc730a4) e outro para trabalhadores em empresas de vigilância orgânica - SINTROAM (relação de empresas - id fc730a4).

Como é sabido, o enquadramento sindical se dá, em geral, pela

atividade preponderante da empresa, nos termos do § 2º, do art. 581, da CLT: 'Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional'.

Dito isso, tem-se que durante a instrução processual, o Autor declarou que à época em que ocorreu o processo eleitoral para a diretoria do SINTROAM estava trabalhando na empresa VISAM (fato reafirmado na peça recursal), cujos trabalhadores são vinculados ao SINDEVAM, conforme documento indicado acima.

Não há como prosperar, portanto, a alegação recursal quanto ao fato de que todo vigilante orgânico é necessariamente um vigilante uma vez que, para fins sindicais, deve ser observada a abrangência da categoria dos empregados. Diante da especificação da categoria de vigilantes orgânicos, tem-se que se trata de categoria distinta da dos vigilantes.

Assim, o Autor, segundo sua narrativa, teria sido eleito para compor a diretoria de sindicato que a instrução processual revelou ser diverso da sua categoria profissional, o que não pode prevalecer.

Por isso, não possui razão em sua pretensão, justamente pelo fato de que à época da mencionada eleição o Autor não integrava a categoria representada pelo SITROAM.

Neste sentido, inoportuna a averiguação da validade da eleição impugnada nestes autos, diante da prejudicialidade do convencimento ora exposto e ausência de pertinência subjetiva concreta entre o Autor e a pretensão postulada. Por arrastamento e não se tratando da matéria dos presentes autos, é irrelevante se o Sr. Aurismar é integrante da categoria econômica dos empregados do SITROAM.

Embora irrelevante para o deslinde da cognição destes autos, rejeito o pedido do 2º Réu em contrarrazões de exclusão dos documentos de id 17a6e7f juntados pelo Autor, uma vez que se trata de documento novo gerado após a interposição do recurso pela parte, com juntada autorizada pela Súmula nº 8 do TST, o que revela justo impedimento para sua oportuna apresentação anteriormente.

Igual proteção não resguarda os documentos de id 76d5d77 juntados pela mencionada parte ré, eis que datados de 2012, muito antes do ajuizamento da ação, o que demonstra a preclusão de sua juntada nesta instância recursal. Determino, pois, de ofício a exclusão de tais documentos.

Alega ainda o Autor ter havido cometimento de crime de falso testemunho pelo 2º Réu em seu depoimento em audiência, pedindo a remessa dos autos ao MPF para apuração do crime.

Sem razão, uma vez que o art. 342 do Código Penal, que disciplina o crime de falso testemunho, é inaplicável aos prepostos das empresas, uma vez que pressupõe como sujeito ativo apenas testemunhas, peritos, tradutores, intérpretes e contadores, não se comportando interpretação extensiva em lei penal.

Por não vislumbrar indício do cometimento de crime, rejeito o pedido de encaminhamento dos autos ao MPF.

Diante de todo o exposto, rejeito os apelos do Autor e mantenho a sentença em sua integralidade.

Por fim, rejeito também o pedido formulado pelo 2º Réu em contrarrazões para condenação do Autor em multa por litigância de má-fé.

Ainda que tenha havido a improcedência dos pedidos, no caso vertente, não foi observada qualquer conduta irregular ou eivada de má-fé por parte do Autor, que apenas fez uso de seu direito constitucionalmente assegurado de postular perante este órgão do Poder Judiciário.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a **mera transcrição da ementa e de trecho da ementado acórdão recorrido, como ocorreu no presente caso.**

Nestesentido são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 14732220165110004, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 03/10/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018; TST - Ag-AIRR: 111369420145010019, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 28/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/11/2018; TST - AIRR: 121564220155010551, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 12/12/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/12/2018. Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001774-96.2017.5.11.0015

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	JOSE ROBERTO GUEDES TAVEIRA
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RECORRIDO	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ROBERTO GUEDES TAVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	JOSÉ ROBERTO GUEDES TAVEIRA
Advogado(a)(s):	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR (AM - 7155)
Recorrido(a)(s):	WG ELETRO S.A
Advogado(a)(s):	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (AM - 598)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. c3a8d2d; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. 76d3d78).

Regular a representação processual (id. ac8d66c).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. e753e60), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial/Diferenças por Desvio de Função.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 330 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s)caput do artigo 5º;inciso II do artigo 5º;inciso XXXV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 125 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 369 do Código de Processo Civil de 2015;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 186 do Código Civil;artigo 927 do Código Civil.

Alega que o acórdão merece reforma, pois, 'não concede igualdade de tratamento entre as partes litigantes quando defere ao Recorrido institutos que prescindem fundamentalmente de provas precisas', 'deixou de valorar juridicamente as provas produzidas pelo Recorrente, o que resultou indiscutivelmente em prestação jurisdicional defeituosa, além do claro cerceamento de defesa, na medida em que não permitiu a análise do contraditório' e que houve abuso do poder diretivo da reclamada, dentre outros argumentos.

Consta no v. acórdão (id. 9661a6c):

'(...)

MÉRITO

Insurge-se o reclamante contra a sentença que indeferiu o pagamento de plus salarial por acúmulo de função. Afirma que embora a testemunha tenha provado o acúmulo funcional, o juízo considerou que as atividades desempenhadas eram compatíveis com a função e remuneração ajustadas pelas partes, não sendo devido o pagamento do acréscimo pecuniário pretendido. Explicou haver sido admitido como gerente de vendas, mas também exercia a função de empacotador e auxiliar de estoque, o que ficou provado pelo depoimento da testemunha. Aduz que se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, nos termos do art. 373, inc. I, do CPC e art. 818 da CLT. Pugna pela reforma do julgado, devendo ser observadas ainda as disposições do art. 5º, inc. LV, da CR, art. 139, inc. I, art. 369, ambos do CPC.

À análise.

Extrai-se dos autos que o reclamante trabalhou para a recorrida de 22/9/2014 a 7/3/2017, na função de gerente de vendas, mediante última remuneração de R$ 4.077,35 (TRCT - ID. b95bde5, p. 1, contracheque fevereiro/2017 - ID. 3d68459, p. 15).

Considerando a natureza eminentemente fática da controvérsia, seu

deslinde repousa no depoimento das partes e na prova oral produzida.

Em instrução processual, o reclamante afirmou que havia 18 empregados na reclamada, sendo 15 vendedores, 1 empacotador, 1 estoquista e 1 caixa, sob o seu comando; que auxiliava o estoquista todos os dias em função do grande volume de vendas; que ia atrás de mercadorias para entregar, tendo que empacotá-las também; que isso ocorria diariamente; que quando o movimento apertava tinha que fazer isso; que a loja é na Grande Circular e isso ocorria todos os dias.

O preposto, por sua vez, informou que o reclamante comandava 18 empregados; que havia 2 estoquistas, razão pela qual não havia necessidade de o reclamante realizar esse serviço; que também havia um empacotador na loja, sendo desnecessária a atuação do obreiro.

A única testemunha ouvida no feito, sr. Marcos Bentes de Andrade, declarou haver trabalhado com o reclamante do final de 2014 a 17/3/2017; que trabalhava na loja 55 da Grande Circular; que começou na loja 76 e depois foi para a 55, ao lado; que o autor era gerente; que havia cerca de 15 empregados na reclamada, além do reclamante e depoente; que eram 12 vendedores, 1 empacotador e 1 estoquista; que o reclamante ficava num espaço diferente do estoque; que o estoque liberava a mercadoria; que o reclamante gerenciava a loja, empacotava a mercadoria e arrumava o estoque; que o estoquista também arrumava; que o reclamante arrumava no intervalo quando havia muito fluxo de clientes; que o reclamante arrumava quando chegava caminhão para reabastecer; que todo dia chegava mercadoria; que presenciava o reclamante arrumando o estoque.

Conquanto o reclamante afirme que o trabalho de apoio aos estoquistas e empacotadores era diário, declarou que tal ocorria nos períodos em que as vendas ficavam mais intensas, ocasião em que o apoio também se fazia de forma mais ostensiva e diária. Todavia, não há dúvidas de que se tratava de uma condição episódica.

A testemunha, por sua vez, descreve as atividades de estoquista e de empacotador referindo-se à execução exclusiva pelo reclamante, como se não houvesse profissionais destacados para tal mister. Apenas quando questionada pelo juízo faz menção ao estoquista, dizendo que ele também arrumava a mercadoria.

O princípio da razoabilidade é capaz de equalizar os depoimentos, estando claro que o reclamante executava tais tarefas (estoquista e empacotador) apenas nos períodos de pico de vendas, notadamente nas datas mais aquecidas do comércio, conforme por ele mesmo referido. Contudo, a eventualidade da execução não autoriza o deferimento de plus salarial, máxime quando se leva em consideração que o autor, como responsável por uma equipe de 18 pessoas, tendo como atribuição apoiá-las e gerenciar os afazeres relacionados à venda, atividade sincronizada da qual depende, muitas vezes, o atingimento das metas propostas pela empresa.

Além disso, para a caracterização do acúmulo de função é necessário que as tarefas extras não guardem relação com a função contratada. No caso em apreço, todavia, o autor realizava tarefas menos complexas e o fazia visando ao apoio da equipe pela qual era responsável.

Neste sentido é a jurisprudência pátria:

ACÚMULO DE FUNÇÕES NÃO CONFIGURADO. ATIVIDADES CORRESPONDENTES AO CONTRATO DE TRABALHO.

O acúmulo de funções ocorre quando o empregador, no curso do contrato de trabalho, passa a atribuir ao empregado a execução de atividade mais complexa ou especializada e estranha ao conteúdo da função contratada. Se, todavia, tratar-se de atividades correspondentes, sem que para uma se exija maior capacitação técnica ou intelectual do que para outra, a ampliação das atribuições, por si só, não enseja o pagamento de adicional. (TRT-17 - RO: 0000602-30.2016.5.17.0002. Relatora Daniele Corrêa Santa Catarina. Julgamento: 18/2/2019. Publicação: 7/3/2019).

Destarte, inexistindo constância na execução das tarefas extraordinárias e estando estas relacionadas ao desempenho da tarefa principal de gerenciamento das vendas, não há falar em acúmulo funcional. O caso encontra abrigo nas disposições do art. 456, parágrafo único, da CLT, sendo as atividades apontadas compatíveis com a função principal. Aliás, o salário não diz respeito a um só serviço, mas ao feixe de tarefas correspondentes ao mister funcional.

Nada a modificar.

(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Ademais, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0001428-11.2018.5.11.0016

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
AGRAVANTE	RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA
ADVOGADO	KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA(OAB: 9293/AM)
ADVOGADO	SERAFIM PEREIRA D ALVIM MEIRELLES NETO(OAB: 1694/AM)
AGRAVADO	LUIZ GONZAGA FALCAO DE ALMEIDA
ADVOGADO	GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA(OAB: 2482/AM)
AGRAVADO	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.RAIMUNDO RADSON DA SILVA MAIA
Advogado(a)(s):	1.KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (AM -
Recorrido(a)(s):	1.ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
Advogado(a)(s):	1.ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA (EXCLUSIVIDADE -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. a007040; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. f90d533).

Regular a representação processual (id. 8e34962).

A análise do preparo será realizada conjuntamente com o mérito do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Recurso/Recurso de Revista/Fase de Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Fraude à Execução.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXII do artigo 5º da Constituição Federal.

A recorrente interpõe o presente recurso de revista, para reiterar a tese já exposta na petição inicial dos embargos de terceiros, qual seja de que é o legítimo proprietário do imóvel localizado na Avenida Max Teixeira, 1718, do Primeiro Distrito Imobiliário desta cidade, com área de 26.167.80m² devidamente matriculado sob o número 57.954, no Livro 2 - Registro Geral arquivado no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis e Protestos de Letras, que adquiriu mediante compra e venda junto a sua legítima proprietária Maria de Fátima Magalhães Mendes.

Pugna, ao final, pelaliberação da penhora, mediante cancelamento do Mandado de Penhora e Averbação destinado ao 1.º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus/AM e a reconsideração da decisão de fraude à execução, por ter sido esse MM. Juízo induzido a erro.

Consta no v. acórdão (id. f90d533):

'(...)

MÉRITO

Nos termos do Artigo 1.245, CC/02 preceitua a norma que:

Artigo 1.245 - Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis

§1º - Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

Ora, observa-se que a propriedade só é transferida quando ocorre o registro do título translativo. Ressalta-se que somente com após a escritura pública com o registro é que há a transferência definitiva de titularidade do imóvel, ou seja, somente a partir desse momento o adquirente passa a ter o direito real sobre a coisa. No caso, o protocolo de registro de imóvel em nome do agravante é datado de

22/03/2018 (ID.48d9a68). Antes dessa data consta averbação de penhora de débito no valor de R$823.710,40, referente aos autos do Processo n. 0605471-30.2018.8.04.0001 (ID.48d9a68-Pág.15).

Além disso, consta no registro do imóvel a averbação do cancelamento do ato R-27-57954 (Compra e Venda) voltando o imóvel objeto da matrícula ao status anterior, titularidade de Maria de Fátima Magalhães Mendes em razão da declaração de fraude à execução (ID.48d9a68-Pág.19)em outro processo.

O art. 792 do CPC dispõe o seguinte:

'A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:

I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V - nos demais casos expressos em lei.

§ 1oA alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2oNo caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

§ 3oNos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

§ 4oAntes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias.'

Dessa forma, para que se reconheça a fraude à execução faz-se necessário que o terceiro adquirente do bem tenha ciência de que contra o devedor corre demanda capaz de reduzi-lo à insolvência ou, ainda, a prova inequívoca de que houve má-fé na aquisição do bem, com fulcro na Súmula 375 do STJ.

No caso, diante da existência de registro de penhora anterior, presume-se a má-fé do terceiro adquirente, de modo que deve ser mantida a constrição efetivada no processo matriz, a fim de garantir a quitação do crédito trabalhista. Acresça-se que a alienação do bem ocorreu após o transito em julgado da sentença, na pendência da execução, sendo um indicativo da má-fé do adquirente, ou melhor dizendo, há dúvida razoável sobre a boa fé do terceiro adquirente.

Assim, mantenho a sentença que julgou improcedentes os embargos de terceiros por se tratar de negócio jurídico fraudulento.

Em relação ao pedido de substituição do bem penhorado apresentado em contrarrazões ao agravo de petição deixo de apreciar o mérito, pois entendo que o pedido deve ser analisado previamente pelo juízo no qual tramita a execução.

Por todo o exposto, conheço do agravo de petição, e, no mérito, nego-lhe provimento ao recurso.

(...)'

No presente caso, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

As assertivas recursais, por exemplo, de que não tinha ciência de nenhuma indisponibilidade do bem, não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida.

Da mesma forma, não se vislumbra possível afronta ao direito de propriedade da parte recorrente, porque em todas as fases do processo vem se observando os preceitos que regulam a execução trabalhista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº RORSum-0000301-62.2018.5.11.0008

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	SEMP AMAZONAS S.A.
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	LILIAN DE SOUZA ATALA(OAB: 4817/AM)
ADVOGADO	MARIANA REIS CARVALHO SORDI(OAB: 8746/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RECORRIDO	WARINELMA LOPES BATISTA
ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SEMP AMAZONAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	SEMP AMAZONAS S.A.
Advogado(a)(s):	MARCIO LUIZ SORDI (EXCLUSIVIDADE - ID.
Recorrido(a)(s):	WARINELMA LOPES BATISTA
Advogado(a)(s):	TALES BENARRÓS DE MESQUITA (AM - 3257)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 5885f98 ; recurso apresentado em 16/08/2019 - id. 03a4adc).

Regular a representação processual (id. 0296633,6e2df47).

Satisfeito o preparo (ids. e05db9b, 2df4937 e 2df4937).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Horas Extras/Contagem de Minutos Residuais.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.

Alega que o entendimento do Colegiado, de que a cláusula coletiva afronta a Súmula 449 do TST, não pode prevalecer, pois, a previsão coletiva, diversamente do que entendeu a Turma, antes de incorrer em afronta à Súmula 449 do TST, em verdade foi levada a efeito porque há previsão autorizadora do Art. 7º, inciso XXVI da CF, que permite que as normas, desde que não impliquem em prejuízo ao trabalhador, sejam flexibilizadas através dos instrumentos coletivos de trabalho e prevaleçam sobre a legislação ordinária, já que refletem a liberdade e a vontade das partes.

Acrescenta ainda que não há falar sobre ofensa ao Art. 58, §1º da CLT, face a norma constitucional hierarquicamente superior.

Consta no v. acórdão (id. e4ead7b):

'(...)

MÉRITO

Das horas extras a 60% (minutos que antecedem e sucedem à jornada)

Sustenta a recorrente que a sentença deve ser reformada e o acórdão julgado pela improcedência do pedido autoral.

Fundamenta que a norma coletiva que elastece os minutos que antecedem e/ou sucedem a jornada normal de trabalho, de 15 minutos na entrada e 15 minutos na saída deve ser aplicada porque foi oriunda da autonomia da vontade das duas partes (Sindicato e Empresa).

Argui ainda que a Lei nº 13.467/2017 no seu Artigo 4º, §2º, CLT expressamente afirmou que não se enquadra como tempo à disposição o tempo destinado à alimentação.

Razão não assiste à recorrente.

Inicialmente friso que o período em que teria ocorrido as horas extras e objeto da referida ação é de 16/03/2013 a 18/12/2015, período anterior a vigência da Lei nº 13.467/2017. Estas considerações são importantes porque no Direito Brasileiro, a edição de uma lei não retroage para atingir situações não disciplinadas expressamente por norma anterior.

Embora a Constituição Federal tenha prestigiado o pactuado nas convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI), encontra-se pacificado no Tribunal Superior do Trabalho que não pode prevalecer norma coletiva que elasteça o limite de 5 minutos, observado o limite máximo de 10 minutos diários, para efeito de apuração de horas extras, porque ofende o disposto no art. 58, §1º da CLT.

Nesse sentido, dispõe a Súmula nº 449,TST:

MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FlEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 372 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014

A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

A respeito, dispõe ainda a Súmula 366 do TST:

CARTÃO DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO (nova redação) - Res. 197/2015 - DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015

Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal, pois configurado tempo à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado ao longo do tempo residual (troca de uniforme, lanche, higiene pessoal, etc).

No caso dos autos, as regras sobre marcação do cartão de ponto previstas nas cláusulas 40ª do ACT 2011/2013 e 34ª do ACT 2013/2015, estabelecem que '*Não serão computadas para efeito de horas extras as variações no registro de ponto de até 15 minutos antes do início e 15 minutos após o final da jornada de trabalho, ficando a tolerância ora convencionada limitada ao máximo de 30 (trinta) minutos*', afrontam os termos do art. 58, §1º, do Diploma Consolidado, bem como, as Súmulas supramencionadas.

Como bem frisou o Juízo a quo na análise do tema, a partir da vigência da Lei 10.243/2001, não se mostra possível estipular ampliação dos minutos que antecedem e sucedem a jornada laboral, por meio de negociação coletiva. Assim entendendo, as cláusulas coletivas das CCT's 2011/2012 e 2013/2015 não devem prevalecer em face da disposição legal do art. 58, § 1º, da CLT.

Com relação ao tempo a disposição, o tempo para lanche, fardamento e o necessário para ir da portaria até o cartão de ponto, revistas, todos são tempos à disposição do empregador e, portanto, fazem parte da jornada de trabalho do reclamante. Neste particular, há que se considerar, que a partir do momento em que o trabalhador ingressa no ambiente laboral, já se encontra sob a regência patronal, do que defluem direitos e obrigações, deveres e ônus.

O reclamante não impugnou os cartões de ponto, razão pela qual foram feitos levantamentos para apurar o quantitativo que entendiam ser devido.

O levantamento do reclamante observou as anotações contidas nos cartões de ponto.

Ao passo em que o levantamento da reclamada consta zerado justificando a incidência da norma coletiva que elastecia o limite de tolerância.

Me manifesto pela manutenção da sentença que acolheu o levantamento da reclamante porque observou as anotações contidas nos cartões de ponto e se coaduna com a norma legal.

Por tratar-se de verba de natureza salarial, há a sua repercussão nas parcelas acessórias de DSR´s, 13º salário e FGTS(8%).

Com relação à parcela de férias +1/3, o Artigo 142, §5º da CLT prevê que 'Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias', logo, os reflexos dos adicionais de horas extraordinárias compõem a base de cálculo das férias acrescidas do adicional de um terço.

No caso específico dos autos, verifico que na planilha ofertada pela autora, aproveitada pelo Juízo a quo como correta, foram incluídos todos os meses, de modo que o mês das férias já se encontra embutido nos cálculos, restando apenas a apuração sobre o terço de férias, o que foi devidamente detalhado por meio dos Embargos de Declaração. Assim, nada há que reformar neste particular, haja vista, repita-se, que a planilha já contempla todos os meses do período de labor, restando a apuração dos reflexos somente sobre o terço constitucional.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso da reclamada e nego provimento ao recurso do reclamante.

Item de recurso

Por estes fundamentos, conheço dos recursos do reclamante e da reclamada e, no mérito, nego provimento aos recursos de ambos.

Adecisão da Turma está em consonância com a manifestação reiterada do TST, vejamos:

(...) 'MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 372 da SBDI-1). A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao artigo 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras'. Agravo de instrumento desprovido . (...) (TST - AIRR: 15052820155090130, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 26/09/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/10/2018).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. TEMPO DESTINADO À TROCA DE UNIFORME. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (...) Ainda, nos termos da Súmula nº 449 do TST, 'a partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins

de apuração das horas extras'. Incidência do disposto no art. 896, § 7º, da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. (TST - RR: 1620220115090594, Relator: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 05/06/2019, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/06/2019)

Não é razoável admitir que a manifestação reiterada do Tribunal Superior do Trabalho seja *contra legem* ou em afronta à Constituição Federal. Assim, por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos invocados, sendo inviável o seguimento do apelo, inclusive por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000177-64.2018.5.11.0013

Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ULTRATEC SERVICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RECORRIDO	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
RECORRIDO	CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS
ADVOGADO	ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES(OAB: 7653/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ULTRATEC SERVICOS TECNICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.ULTRATEC SERVIÇOS TECNICOS LTDA
Advogado(a)(s):	1.FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL (exclusividade -
Recorrido(a)(s):	1.CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS
Advogado(a)(s):	1.ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 05/08/2019 - id. be8a22a; recurso apresentado em 13/08/2019 - id. 5fa8db5).

Regular a representação processual (id. 6b72e13).

Satisfeito o preparo (ids. 177e376, 8e48240, 8e48240, 1f20ae0, ac4321c e df8a495).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Compensação de Jornada/Banco de Horas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Negativa de Prestação Jurisdicional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Penalidades Processuais/Litigância de Má-Fé.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item I da Súmula nº 85;item II da Súmula nº 338;Súmula nº 330 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso IV do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015; §5º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 884 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega a parte recorrente que a Turma não valorou os argumentosexpressamente ventilados pela Empresa Reclamada, principalmente, no tocante a existência de compensação das horas extras eventualmente laboradas/banco de horas; a previsão no acordo para prorrogação e compensação de jornada; a ausência de

ressalvas explícitas no TRCT, assim como, sucessivamente, a necessária observância aos parâmetros consignados na exordial, horas extras limitadas aos dias efetivamente trabalhados.
Alega que não houve o enfrentamento das questões suscitadas.
Pugna pela exclusão da penalidade decorrente da litigância de má-fé.

Consta no v. acórdão (id. 1f20ae0):
'(...)
ADMISSIBILIDADE
Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários interpostos pelas partes.
II. MÉRITO
1. Recurso ordinário da do reclamante CHARLES MILLER DE MOURA MARTINS (Id. 754feed) e da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. (Id. e3a6f32). Horas extras.
Em seu apelo, a reclamada impugna a sentença proferida no Id. 177e376, por meio da qual foi condenada no pagamento, ao reclamante, de horas extras e reflexos. Argumenta, para tanto, as horas extras praticadas pelo obreiro era devidamente compensadas, revertendo-se 'em folgas na mesma quantidade de horas extraordinárias eventualmente laboradas'.
A seu turno, o reclamante, em seu recurso ordinário (Id. 754feed) também quer a reforma parcial do decisum, a fim de que lhe seja deferida a integralidade das horas extras requeridas na petição inicial, na forma do quantitativo deduzido na emenda apresentada no Id. fa6bc28.
Pois bem.
De início, destaco que na petição inicial (Id. 013fab8) o reclamante requereu a condenação da reclamada no pagamento de horas extras com adicional de 50% e 100%, aduzindo que sua jornada laboral era das '08:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira, com uma hora de intervalo para refeição e descanso'; todavia, consignou que 'raramente saía do local de trabalho no horário normal, sendo comum sair três vezes na semana por volta das 21:00h e outros dois dias um por volta das 19:00h e outro por volta das 17:00'. No que tange ao labor aos finais de semana, destacou que 'era quase sempre chamado nos finais de semana para efetuar serviços de urgência em qualquer uma das unidades prisionais de Manaus, sendo comum trabalhar em média 03 (três) sábados e 02 (dois) domingos por mês, sendo que chegava por volta das 08:00h e somente saía após às 17:00h'.
Ademais, no período de maio/2016 a novembro/2016, afirmou que 'cumpria diariamente o horário de 08:00h às 21:00h de segunda a sexta-feira', sendo que 'jamais recebeu qualquer valor quer seja pela situação de sobreaviso ou pagamento por serviços extraordinários'. À vista da referida jornada laboral, apresentou, no Id. fa6bc28, emenda à petição inicial na qual quantificou o número de horas extras requeridas, sendo 3.552 horas com acréscimo de 50% e 640 horas com acréscimo de 100%, além dos reflexos respectivos.
A reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. d1f7e16, a seu turno, contestou o pleito em tela e juntou aos autos os cartões de ponto do reclamante nos Ids. 67c25ba e ss. e df32a62 e ss. - em aparente cumprimento ao disposto no § 2º do art. 74 da CLT e Súmula n. 338, I, do TST - aduzindo que as horas extras eventualmente prestadas foram devidamente compensadas.
Pois bem.
À vista deste cenário fático, ordinariamente, seria o caso de observar se o reclamante impugnou os cartões de ponto apresentados e, na hipótese de tê-lo feito, verificar se produziu provas nos autos capazes de infirmá-los. Ocorre que, no presente caso, **o preposto da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**., Alexandre Rodrigues da Silva, c**onfessou espontaneamente** (art. 390 do CPC), em audiência (Id. 2380e88), **a falsidade ideológica dos cartões de ponto apresentados nos Ids. 67c25ba e ss. e df32a62 e ss**., conforme transcrição:
que diz que foi integrado a gratificação penitenciária no TRCT do reclamante, a qual é 30% do salário; que analisando o TRCT de fls. 12, diz que o salário com a gratificação está inclusio na remuneração do mês anterior, a qual consta R$ 2.056,83; que fora a folha de ponto a assistente faz registro das horas excedentes e então dão banco de horas para eles folgarem; que entretanto nos autos não consta este controle das horas excedentes; que quando eles gozam de descanso por conta do banco de horas eles assinam um documento para folgarem; que no controle de jornada carimbam folga quando eles usufruem do descanso por conta do banco de horas; QUE EM CONTATO COM AS PARTES, VERIFICAMOS E NÃO ENCONTRAMOS NOS AUTOS DOCUMENTOS DE REQUISIÇÃO DE DIAS DE FOLGA POR CONTA DO BANCO DE HORAS
Conforme trecho acima destacado, o preposto da demandada r**econhece que a empresa mantém unilateralmente uma espécie de controle paralelo de sobrejornada dos seus empregados,** no qual uma suposta 'assistente' registra as 'horas excedentes' à jornada laboral e, com base nestes apontamentos, 'dão banco de horas'.
Os cartões de ponto apresentados são, portanto, absolutamente imprestáveis como meio de prova da jornada de trabalho do obreiro, na medida em que, confessadamente, não espelham a realidade do contrato de trabalho.
Ante o exposto, considerando que a empresa reclamada apresentou

registro da jornada de trabalho do reclamante confessadamente falso, entendo, por óbvio, que **não atendido o ônus processual de que trata o item I da Súmula n. 338, do TST, o que atrai a presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho declinada na exordial.**

Vale dizer, ainda, que as testemunhas arroladas por ambas as partes ratificaram a ocorrência da aludida fraude: o Sr. Walace de Queiroz Correa, arrolado pelo reclamante, afirmou que o 'controle de horário de trabalho era uma folha de registro, assinado, o qual tinham que anotar o horário de 8h05 às 17h05' e que 'assinavam uma folha de banco de horas, mas não ficava um recibo com o empregado'; a seu turno, o Sr. Lindomar Soares Bastos, arrolado pela reclamada, asseverou que 'não anotavam horas extras no controle manual'.

Neste sentir, reputo injustificado o acolhimento apenas parcial do pleito autoral alusivo ao labor extraordinário, eis que ausente, nos autos, qualquer prova capaz de elidir a indigitada presunção de veracidade dos horários de entrada e saída descritos na petição inicial (Id. 013fab8).

Com efeito, **dou provimento ao recurso ordinário do reclamante** para, reformando a sentença de Id 177e376, **condenar a reclamada no pagamento integral das horas extras pleiteadas, no quantitativo de 3.552 horas extras acrescidas de 50% e 640 horas extras acrescidas de 100%**, conforme emenda à petição inicial no Id. fa6bc28. Mantida incólume a condenação no pagamento dos reflexos definidos no decisum.

Recurso ordinário da reclamada improvido, portanto.

Ademais, considerando a conduta fraudulenta da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., que, dolosamente, apresentou perante o Juízo documento com conteúdo confessadamente falso, com o objetivo 'alterar a verdade dos fatos' (v. art. 80, II, do CPC/2015) e induzir o Juízo ao erro, condeno-a, de ofício (v. art. 81 do CPC/2015), no **pagamento ao reclamante de multa por litigância de má-fé, no percentual de 9% sobre o valor da causa (R$ 130.183,08, conforme Id. fa6bc28), no importe de R$ 11.716,48.**

Neste sentido, destaco o seguinte precedente do TST:

'AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. (...) LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. JUNTADA DE DOCUMENTO COM CONTEÚDO FALSO. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. A juntada de documento com conteúdo falso revela nítida intenção de alterar a verdade dos fatos e, por conseguinte, induzir o julgador a erro, hipótese que se amolda perfeitamente àquela prevista no inciso II do artigo 17 do CPC/1973. Na hipótese, o Tribunal Regional, valorando fatos e provas, inclusive prova pericial, firmou convicção no sentido de que o autor juntou aos autos documento falso, com o objetivo de induzir o juízo ao erro. Assim, diante de tais premissas, o exame da tese recursal, no sentido de que o autor não falsificou os documentos, encontra óbice no teor da Súmula nº 126 desta Corte, porquanto demanda o revolvimento de fatos e provas. Agravo de instrumento a que se nega provimento' (AIRR-21100-15.2014.5.04.0024, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 14/09/2017).

Por fim, considerando os fatos acima descritos, **independentemente do trânsito em julgado desta decisão, oficie-se:**

I. Ao Ministério Público Federal, conforme art. 40 do CPP, para apuração da possível prática dos crimes insertos nos arts. 299 (falsidade ideológica), 304 (uso de documento falso) e 347 (fraude processual) do Código Penal ou outra(s) conduta(s) típica(s) a critério do parquet;

II. À Superintendência Regional do Trabalho no Amazonas (SRT-AM), para que, se reputar necessário, promova a fiscalização do cumprimento do art. 74 da CLT nas dependências da reclamada ULTRATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., conforme art. 626 da CLT;

(...)'

A Lei 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

No tocante à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não restou atendido o inciso IV do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Isso porque aparte não transcreveu o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No mérito, em que pese a recorrente procure demonstrar o contrário, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive, quanto à penalidade decorrente da litigância de má-fé, uma vez que a Turma concluiu que houve a apresentação de documento confessadamente falso.

As assertivas recursais, como por exemplo, de que houve compensação de jornada, dentre outras,não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001528-21.2017.5.11.0009

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	D DE AZEVEDO FLORES - ME
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
RECORRIDO	ROBERTO BRIGIDO NUNES
ADVOGADO	GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO(OAB: 10244/AM)
ADVOGADO	LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA(OAB: 8908/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- D DE AZEVEDO FLORES - ME
- ROBERTO BRIGIDO NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS (AM - 2498)
Recorrido(a)(s):	1.ROBERTO BRIGIDO NUNES
Advogado(a)(s):	1.LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA (AM - 8908)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 12/08/2019 - id.978ff59; recurso apresentado em 16/08/2019 - id.4b49d9d).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade (ao): item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s)§6º do artigo 37;inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993.
- divergência jurisprudencial.
- Recurso Extraordinário n. 760.931 (com repercussãogeral).

O recorrente sustenta que foi condenado com base no mero inadimplemento da reclamada (culpa presumida), sem prova cabal de falha de fiscalização.

Aponta, ainda Violação frontal ao art. 37, §6º, e ao art. 22, XXVII, ambos da Constituição Federal, ao argumento de que o acórdão

incorre em interpretação equivocada ao confundir responsabilidade extracontrarial de agentes públicos com a responsabilidade contratual.

Consta no v. acórdão (id. 26727f0):

'(...)

Responsabilidade subsidiária - culpa in vigilando.

Relata o autor, na inicial, que foi admitido pela reclamada em 1.11.2015 para exercer a função de maqueiro (CTPS e contracheques), com rescisão em 30.11.2016 (retificação da CTPS determinada em juízo), sendo suas atividades realizadas no Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Em depoimento pessoal o preposto da reclamada disse que a empresa emitia certidões negativas da Previdência Social, FGTS para recebimento das suas faturas junto ao Estado, mas não as trouxe aos autos. O preposto do litisconsorte confirmou que sabia do não pagamento dos salários do reclamante. Logo, dúvidas não pairam quanto à efetiva prestação dos serviços do reclamante ao litisconsorte por intermédio da reclamada.

Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o Estado foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.

Como tomador de serviço, o ente público integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.

In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.

Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.

A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.

In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. Parcelas salariais não paga, depósitos do FGTS não realizados por completo e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Portanto, a prova não é só documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público, cabível sua reinclusão na lide para responder pelos créditos trabalhistas deferidos ao autor.

(...)'

Sobre a contrariedade do julgado com o artigo 71, §1ºda Lei 8.666/93, ressalto que o STF, ao declarar sua constitucionalidade (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não impediu que o C. TST reconheça a responsabilidade do Poder público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência tem como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que se observou nos presentes autos. Portanto, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com odo Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao art. 37, §6º, e ao art. 22, XXVII, da CF/88 e art.71, §1º da Lei 8.666/93 ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Atos Processuais/Nulidade/Cerceamento de Defesa.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso LIV do artigo 5º;inciso LV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso I do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
Afirma que este Regional, ao imputar à Administração Pública o ônus probatório que não detém,incorreu em violação aos artigos art. 818, I e II da CLT e o art. 373, I e II do CPC, divergindo, inclusive, da interpretação dada pelo STF no RE 760.931 (com repercussão geral).
Aduz que tal decisão se deu de forma surpresa, impossibilitando o contraditório e a ampla defesa, corolários do devido processo legal, incorrendo em violação aos arts. 818, §2º, da CLT e 373, §1º, do CPC, bem como ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.
Consta no v. acórdão (id. 26727f0):
'(...)
Responsabilidade subsidiária - culpa *in vigilando.*
Relata o autor, na inicial, que foi admitido pela reclamada em 1.11.2015 para exercer a função de maqueiro (CTPS e contracheques), com rescisão em 30.11.2016 (retificação da CTPS determinada em juízo), sendo suas atividades realizadas no Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Em depoimento pessoal o preposto da reclamada disse que a empresa emitia certidões negativas da Previdência Social, FGTS para recebimento das suas faturas junto ao Estado, mas não as trouxe aos autos. O preposto do litisconsorte confirmou que sabia do não pagamento dos salários do reclamante. Logo, dúvidas não pairam quanto à efetiva prestação dos serviços do reclamante ao litisconsorte por intermédio da reclamada.
Assim, conquanto a relação jurídica tenha se concretizado entre reclamante e reclamada, o Estado foi o beneficiário da força de trabalho e, como tal, não deve ficar alheio aos direitos trabalhistas que assistem ao laborante. Inadmissível relegá-lo ao desamparo jurídico.
Como tomador de serviço, o ente público integrou a relação processual na condição de coobrigado, habilitando-se a responder subsidiariamente pelas parcelas requeridas se deixou de fiscalizar a prestadora. Indiscutivelmente tem legitimidade para ocupar o polo passivo da ação.
In casu, a corresponsabilidade do contratante deriva da culpa in vigilando, pois provado que não exerceu sobre a contratada a fiscalização que a Lei nº 8.666/1993 lhe impunha nos arts. 58, inc. III, 67, caput, e § 1º. Esta espécie de culpa está associada à concepção mais ampla de inobservância de dever do ente estatal de zelar pela higidez dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora que laboravam em seus serviços. A reparação por danos causados é princípio geral de direito aplicável à universalidade das pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado (arts. 186, 187 e 927 do CC).
É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADC nº 16, declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda a transferência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais da contratada à Administração Pública. Entretanto, ressalvou a responsabilidade desta na hipótese de ter agido com culpa in eligendo ou com omissão fiscalizatória identificadora da culpa in vigilando.
Ao isentar os entes públicos, o legislador partiu da premissa de que houve cautela por parte destes ao pactuar a prestação de serviços com empresa idôneas, bem como fiscalização contínua sobre o cumprimento do contrato, inclusive no que se refere aos direitos laborais dos empregados terceirizados. Se assim não ocorre, respondem de forma subsidiária. O escopo maior é evitar a exploração da mão de obra.
A lei em sintonia com a jurisprudência, procurando proteger o trabalhador e resguardar os direitos conquistados, reconhece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, consoante Súmula nº 331, itens IV, V e VI, do TST, com a nova redação dada

na esteira do julgamento da ADC nº 16 pelo STF.

Adite-se que o art. 37, § 6º, da Constituição também respalda essa responsabilidade supletiva, atribuída como reforço da garantia do pagamento do crédito reconhecido ao trabalhador, evitando o enriquecimento sem causa do tomador de serviço.

O ente público tem o dever legal de no curso do contrato administrativo fiscalizar não apenas a execução dos serviços, mas também o pleno e tempestivo adimplemento, pelo empregador, das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que atuaram no âmbito da Administração Pública.

Sob a perspectiva da eficiência fiscalizatória, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente alterada pelas de nos 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, especificando detalhadamente procedimentos e orientações que interpretam e expressam os limites do dever de fiscalização do ente público previsto na lei de licitações, inclusive quanto aos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados.

Embora se trate de normas destinadas à regulamentação da matéria no âmbito da administração pública federal, também podem ser aplicadas nas esferas estaduais e municipais (art. 22, inc. XXVII, da CR), em invocação aos princípios da simetria e eficiência, porém não foram implementadas pelo recorrente. No âmbito do Estado, o Decreto nº 37.334, de 17.10.2016, dispõe no mesmo sentido.

In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. Parcelas salariais não paga, depósitos do FGTS não realizados por completo e verbas rescisórias inadimplidas são provas concretas dessa negligência. Portanto, a prova não é só documental nem a culpa foi presumida. Patente a responsabilidade subsidiária do ente público, cabível sua reinclusão na lide para responder pelos créditos trabalhistas deferidos ao autor.

(...)'

Por vislumbrar possível afronta à literalidade do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'c', da Consolidação das Leis do Trabalho.**CONCLUSÃO**

Recebo parcialmente o recurso.

Dê-se ciências às partes, intimando a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001724-68.2015.5.11.0006

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
ADVOGADO	MARCEL DE QUEIROZ MARTINS(OAB: 9676/AM)
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
RECORRIDO	ANDRE JOBIM NETO
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	ELY PENA DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE JOBIM NETO
- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO
Recorrido(a)(s):	ANDRE JOBIM NETO
Advogado(a)(s):	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (AM -

DO PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido (id. b0e99f4de intimação exclusiva ao patrono Mauro Paulo Galera Mari, ante a verificação de ausência de poderes nos autos. Destaco que, a despeito do documento de id. b0e99f4, juntado ao processo em7/2/2018 a parte recorrente, em23/8/2019, efetuou a juntada de nova procuração e substabelecimentos aos autos (ids. 4a03a06e80fe50e), dos quais não consta o nome do referido advogado, tampouco ressalva de poderes conferidos aos antigos patronos, o que implica revogação tácita do mandato anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI I do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 14/08/2019 - id. 15fe997; recurso apresentado em 23/08/2019 - id. 4f64d03).

Regular a representação processual (id. 80fe50e).

Satisfeito o preparo (ids. bbe7072, 141cfd0, 4528e3c e 90fa285).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização/Correção Monetária.

Alegação(ões):

- contrariedade ;(ao) : Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à: Orientação Jurisprudencial nº 300 da SBDI-I/TST.
- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º;inciso II do artigo 5º;inciso LIV do artigo 5º;artigo 97 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 39 da Lei nº 8177/1991; §7º do artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recorrente alega quea decisão da Turma, no sentido de que seja observada a utilização do IPCA-E como índice de correção monetária dos créditos a partir de 25/03/2015, viola direta e expressamente o art. 39, caput, da Lei nº 8.177/91.

Assevera ainda que a decisão viola: o art. 5º, XXXVI, da CF, e contraria a OJ nº 300 da SbDI-I/TST; o art. 5, II, da CF, pois, praticaato de substituição normativanão autorizada, como se legislador fosse, foge da tipificação já legalmente feita e cria novos parâmetros de correção financeira; odevido processo legal, previsto no art. 5º, LIV, da CF, pois, surpreende o jurisdicionado com a aplicação de índice de correção monetária criado pelo próprio julgador, ao menoscabo da plena observância das regras preestabelecidas pelo legislador ordinário.

Prossegue alegando que o acórdão combatido viola as diretrizes traçadas pelo art. 2º, da CF, porquanto usurpa as competências do Poder Legislativo ao determinar a aplicação de índice de correção monetária não prevista em nenhuma lei, a demonstrar típico caso em que o Poder Judiciário está a atuar na reprovável condição de legislador positivo. Por fim, sustenta que violaa Súmula Vinculante nº 10 do STF, e viola o art. 97 da CF, decisão turmária que afasta a incidência do art. 879, §7º, da CLT, declarando indiretamente a sua inconstitucionalidade, sem observar a cláusula de reserva de plenário.

Consta no v. acórdão (id. 5abf4bc):

'(...)

Recurso do Reclamado. Juros de Mora. Correção Monetária. IPCA-E.

Insurge-se ainda o banco reclamado da sentença quanto ao estabelecimento do índice IPCA-E para a correção dos débitos trabalhistas, conforme decisão adotada no IUJ n.º 0000091-69.2017.5.11.0000. Pugna a recorrente pela aplicação da TR, nos termos do § 7º do art. 879 da CLT e dos juros da fazenda pública.

Analiso.

Sobre o tema, entendo que a inclusão do § 7º ao art. 879 da CLT, pela Lei 13.467/2017, não tem o condão de afastar a inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de atualização monetária, reconhecida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF, porque o citado dispositivo remete expressamente à Lei 8.177/91, cuja inconstitucionalidade material foi reiterada pelo Plenário da Corte Superior Trabalhista, em observância à ratio decidendi do julgamento das ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425.

Ademais, o entendimento firmado pelo Pleno do TST, no sentido de que os créditos trabalhistas devem ser atualizados pelo IPCA-E, em substituição à TR, deve ser mantido, até o julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, em controle difuso, do § 7.º do artigo 879 da CLT, suscitado pela Subseção II Especializada em Dissídios Individuais da Corte Superior Trabalhista, em sessão realizada em 13/3/2018, no julgamento do processo TST-RO-24059-68.2017.5.24.0000.

Diante de todo o exposto, os critérios de correção monetária das condenações trabalhistas devem seguir os índices previstos na legislação vigente em cada período de regência, respeitada a aplicação do IPCA-E, a partir de 25/03/2015, mesmo após o advento da Lei 13.467/2017.

Recurso não provido.

(...)'

Não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas.

Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Ademais, não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2; Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4; Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3; Turma, DEJT de 13.11.2009).

Todaviaa parte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da9?Região, de seguinte teor:

'[...] A correção monetária dos créditos deferidos ao Autor deverá ser feita, até 25/03/2015, pela aplicação da TR, índice cuja adoção é determinada noart. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Observe-se que o índice a ser aplicado para a correção monetária dos créditos deferidos à parte autora, até 25/03/2015, deve ser a TR, índice cuja adoção é determinada no art. 39 da Lei 8.177/91; e, a partir de 26/03/2015, deve ser adotado o índice IPCA-E, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4357. Nesse sentido é o entendimento prevalecente nesta e. Turma, conforme precedente 0000972-50.2016.5.09.0125, julgado na sessão de 28/02/2018, da lavra de relatoria da Exma. Des. Sueli Gil El Rafihi, a quem se pede vênia para transcrever seus bem lançados fundamentos: [...] No entanto, observe-se que a partir de 11/11/2017 (entrada em vigor da Lei 13467/2017 (Reforma Trabalhista), o art. 879, §7º, determinou, expressamente, a utilização da TR para atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial. Registre-se que não há inconstitucionalidade declarada acerca deste novel dispositivo, sendo certo também que se trata de opção do legislador a adoção da TR como índice de correção monetária. No Brasil há vários índices de correção monetária, competindo ao legislador dizer aquele que entende aplicável. Tal função não compete ao julgador que estaria ingressando em discricionariedade indevida, apontando o que entende melhor e mais adequado, tarefa primária do Poder Legislativo. Por certo, ao adotar a TR o legislador da Reforma considerou que os juros de mora trabalhista são diferenciados de 1% ao mês, conforme previsão do art. 39, §1º, da lei 8.177/1991, de tal modo que tais critérios não devem ser alterados no âmbito da jurisdição, sob pena de desrespeito à tripartição dos Poderes desenvolvida por Montesquieu. Assim, determina-se que se aplique, como índice de correção monetária, a TR até 25/03/2015; e a partir de 26/03/2015, o IPCA-E, limitado à data de 11/11/2017, a partir da qual deverá ser utilizada a TR. [...]' [[TRT 9 - 0000332-18.2017.5.09.0673, Relator Paulo Ricardo Pozzolo, 6ª. Turma, Publicado no DEJT de 10/08/2018. Disponível em: https://pje.trt9.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=2&p_id=F2l4tBBGBqo%3D&p_idpje=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_num=XAgWZ0U%2BkRA%3D&p_npag=x]'.

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000257-25.2018.5.11.0014

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS DO EST.DO AM.
ADVOGADO	JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS(OAB: 7200/AM)
ADVOGADO	FERNANDO BORGES DE MORAES(OAB: 446-M/AM)
RECORRIDO	SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RDOV E URBANO COLETIVO DE MANAUS E NO AMAZONAS
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
ADVOGADO	ORLANDO BOTELHO BENTES(OAB: 8863/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS DO EST.DO AM.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS
Advogado(a)(s):	FERNANDO BORGES DE MORAES (EXCLUSIVIDADE -
Recorrido(a)(s):	SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RDOV E URBANO
Advogado(a)(s):	ORLANDO BOTELHO BENTES (AM - 8863)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 797df8a; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 8906fc2).

Regular a representação processual (id. d6b0b7f, d1e86bf).

Satisfeito o preparo (ids. 7da2ec9).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo/Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho/Multa Convencional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo Coletivo/Dissídio Coletivo/Greve.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : item II da Súmula nº 384 do Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º;inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.

- violação da (o) artigo 411 do Código Civil;artigo 416 do Código Civil.

- art. 6º, §1º da LINDB.

Alega inicialmente que o e. TRT11 entendeu que a multa aplicada em Dissídio coletivo de greve nº 0000280-47.2017.5.11.0000, corresponde a multa estabelecida em acordo firmado no DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, de forma que não seria mais possível a aplicação da referida penalidade, sob pena de incorrer em bis in idem.

Todavia, assevera que o entendimento foi equivocado, pois, não observa a estabilidade jurídica das relações, tendo em vista que nÃo aplica os efeitos jurídicos (multa convencional) devisamente homologado por este E.TRT.

Assim, sustenta que a sentença merece reforma, para aplicar a multa requerida na exordial, em razão do descumprimento da obrigação estabelecida no processo 0000028-83.2013.5.11.000, invertendo ainda o ônus da sucumbência.

Ressalta que a penalidade aplicada em dissídio coetivo é distinta da pleiteada em ação de cumprimento, uma vez que a ação de dissídio coletivo tem natureza meramente declaratória e as multas eventualmente aplicadas não decorrem de abusos decorrentes do direito de greve ou descumprimento de ordens judiciais.

Consta no v. acórdão (id. e9dea96):

'(...)

DO MÉRITO RECURSAL

Do descumprimento do acordo homologado

Nos autos do Dissídio Coletivo n. 0000028-83.2013.5.11.0000, instaurado entre Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo de Manaus (STTRM) e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (SINETRAM), ficou acordado: 'o sindicato dos trabalhadores se compromete a comunicar previamente, no prazo de 72 horas, o sindicato demandante quando tiver a intenção de promover greve, bem como cumprir integralmente os termos da Lei 7.783/89, sob pena de multa de R$ 50.000,00, por hora de paralização'.

Ocorre que, apesar do supracitado acordo, em 20/06/2017, o STTRM iniciou movimento grevista, que durou das 4h às 5h47min, o qual foi objeto do DCG nº 0000280-47.2017.5.11.0000, suscitado pelo SINETRAM, requerendo a declaração da abusividade do movimento, além da aplicação da multa sugerida no acordo realizado nos autos do DCG nº0000028-83.2013.5.11.0000.

Em que pese este Regional ter reconhecido a abusividade do referido movimento grevista, decidiu pela não aplicação da multa acordada no DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, por entendê-la inaplicável ao caso, mas estabeleceu multa de R$ 30.000,00, a qual

não foi objeto de recurso por parte do sindicato suscitante.
No caso dos autos, o SINETRAM ajuizou a presente Ação de Cumprimento, tendo como causa de pedir a mesma paralisação do dia 20/06/2017, declarada abusiva no DCG nº 0000280-47.2017.5.11.0000, ocorrida entre as 4h e 5h47min, pleiteando o pagamento da multa de R$ 50.000,00 por hora de paralização, acordada nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000.
Comungo do mesmo entendimento esposado pelo magistrado de origem, no sentido de que, caso a presente ação seja julgada procedente, haverá dupla punição do STTRM, pelo mesmo fato.
Isso porque, ao contrário do que alega o SINETRAM, nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, não houve uma mera sugestão em relação ao valor de R$ 50.000,00.
Analisando o r. Acórdão proferido nos autos do citado Dissídio Coletivo de Greve, juntado aos autos sob o ID a64fdbc, tem-se que o mesmo possui como causa de pedir 'a paralisação ocorrida no dia 20/06/2017, entre as 4h e 5h47min da manhã, a qual não observou os requisitos exigidos pela Lei n° 7.783/1989, em especial, a comunicação prévia à população e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade', tendo como pedido expresso a 'declaração de abusividade do ato promovido pelo sindicato suscitado e, *por conseguinte, pela aplicação de multa, no valor de R$-50.000,00 (cinquenta mil reais) por hora de paralisação, conforme sugerido no acordo homologado nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000*'. Destaquei.
Dessa maneira, apesar do referido acórdão afirmar que 'a multa ora aplicada não possui qualquer correlação com a cominação contida nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000, a qual se mostra inaplicável ao caso em questão, no entender deste julgador, mas se trata de penalidade arbitrada em observância das circunstâncias da presente hipótese, nos termos das razões já densamente expostas', o fato é que a condenação se deu em virtude da paralisação ocorrida em 20/06/2017, das 4h às 5h47min da manhã, que é a mesma causa de pedir da presente ação de cumprimento. Assim sendo, deveria o Sindicato reclamante ter apresentado recurso nos autos do DCG 0000280-47.2017.5.11.0000, pleiteando pela aplicação da penalidade acordada.
Além do mais, não deve prosperar o argumento do sindicato recorrente, de que a multa aplicada nos autos do DCG nº0000028-83.2013.5.11.0000 se trata, na verdade, de uma punição pelo reiterado descumprimento da legislação pelos movimentos grevistas perpetrados pelo sindicato recorrido. Isso porque o decisium trouxe expressamente em sua conclusão o seguinte:
'suscitado, no decorrer desses anos, as quais acabaram por prejudicar toda a sociedade, conforme notícias coligidas aos autos e experiência comum deste julgador pela observação do que ordinariamente vem ocorrendo (artigo 375 do CPC), razão pela qual, diante do seu caráter coercitivo e pedagógico, **condeno o sindicato suscitado ao pagamento de multa no importe de R$-30.000,00 (trinta mil reais), pela paralisação ocorrida no dia 20 de junho de 2017, das 4h até as 5h47**, diante da gravidade da conduta e dos impactos sociais e econômicos dela decorrentes, a qual deverá ser destinada ao Grupo de Apoio à Criança com Câncer - AM.'
Assim, de todos os ângulos que se analise a questão, resta improcedente o pedido do SINETRAM, ante a existência de punição pelo mesmo fato, sob pena de restar configurado o bis in idem.
Nada a reformar, na espécie.
(...)'
Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma, no sentido de quea estipulação de nova multa, além daquela estabelecida no DCG 0000280-47.2017.5.11.0000,o qual teve como pedido principal a cominação de multa estipulada no acordo firmado nos autos do DCG nº 0000028-83.2013.5.11.0000,caracteriza 'bis in idem', pois refere-se ao mesmo fato, qual seja, a greve realizada no dia 20/6/2017 e ainda,implicaria enriquecimento sem causa da parte contrária.
Ademais, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos, ou seja, a prova documental. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual,à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
Dito isso, asassertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
Destarte, considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados, conforme exige a alínea 'c' do artigo 896 Consolidado.
Por fim,o deslinde da controvérsia transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.
Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº AP-0000369-44.2011.5.11.0012

Relator	ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
AGRAVANTE	EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
AGRAVADO	CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
ADVOGADO	GUSTAVO GONCALVES GOMES(OAB: 121350/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s): CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

Advogado(a)(s): GUSTAVO GONÇALVES GOMES (exclusividade - id. 9b77327) e OUTROS (AM - 1058-A)

Recorrido(a)(s): EDINALDO VIERA DOS SANTOS

Advogado(a)(s): MARLY GOMES CAPOTE (exclusividade - id. 9b77327) (AM - 7067)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, por força do artigo 775 da CLT (decisão publicada em 16/08/2019 - id. 99cb31e ; recurso apresentado em 28/08/2019 - id. 6bfdc70).

Regular a representação processual (id. 6bfdc70).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso VI do artigo 7º; inciso XXII do artigo 5º; inciso XXVI do artigo 5º; artigo 2º da Constituição Federal.

Alega o recorrente que o acórdão incorreu em contradição, pois, a decisão regional disse que os cálculos deveriam ser refeitos, pois, a partir de 25/3/2015 deve ser usado o IPCA-E, mas em seguida disse que mantinha inalterada a decisão agravada, que mandara fazer a atualização pela TR. Acrescenta que o acórdão foi fundado em falsa premissa fática, de que os cálculos feitos na Vara haviam usado o IPCA-E, quando na verdade usaram a TR.

Prossegue aduzindo que o uso da TR é inconstitucional, entendimento já pacificado tanto pelo STF quanto pelo Pleno do TST (em 4.8.2015), devendo a correção monetária ser feita pelo IPCA-E.

Quanto ao limite temporal para a aplicação da TR, sustenta que os créditos trabalhistas foram consolidados antes de 25.3.2015 (data reconhecida como a da transição do uso da TR para o uso do IPCA-E), mas a atualização vem até os presentes dias, ou seja, a decisão, na verdade, acabou determinando que até os dias de hoje, mesmo depois de março de 2015, seja feita pelos índices da TR, e ofende a Constituição precisamente porque esse uso da TR deveria ser limitado a março de 2015, usando-se o IPCA-E para o período posterior.

Prossegue alegando que a atualização monetária não é feita em um único momento, mas se protrai no tempo, e esse tempo anterior a março de 2015, deve receber a atualização pela TR, mas a partir de abril/2015 a atualização já deve ocorrer pelo IPCA-E.

Por fim, pugna pela reforma do acórdão, uma vez que a decisão violou o direito fundamental de propriedade, protegido no artigo 5o, XXII, CF; afrontou a coisa julgada (artigo 5o, XXXVI, CF); c) agrediu a isonomia (artigo 5º, caput, CF); d) ofendeu o princípio da separação dos Poderes (artigo 2o, CF); e) violou a proteção ao ato jurídico perfeito, protegido pelo artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 8784ae0):

"(...)

MÉRITO

Índice de correção monetária

Insurge-se o exequente, ora agravante, em face da decisão que rejeitou a impugnação aos cálculos, sob o argumento de que o índice de correção monetária a ser adotado nos cálculos de liquidação de sentença é o IPCA-e.

Sustenta que, apesar do contrato ser anterior à março/2015, sua atualização atinge data muito posterior. Aponta que, conforme modulação do TST e deste Egrégio, a correção monetária deve utilizar o IPCA-e a partir de 25.3.2015, uma vez que até o dia 24.3.2015 o índice a ser utilizado é a TR.

Inicialmente, cabe registrar que em última decisão sobre o tema, o Pleno do TST determinou que a dívida trabalhista seja atualizada pelo IPCA-E, a partir de 25 de março de 2015 (ArgInc-479-60.2011.5.04.0231), mesma data utilizada pelo STF no acórdão que

determinou a aplicação do índice para precatório (ADI 4.357).

A aplicação do índice já havia sido determinada em agosto de 2015 pelo TST, com efeitos retroativos a junho de 2009, inclusive com correção da tabela única de atualização monetária da Justiça do Trabalho. Ocorre que entre as duas determinações do c. TST, o STF suspendeu os efeitos da primeira decisão que substituiu a TR pelo IPCA-E (RCL-MC 2012/RS).

Posteriormente, analisando o mérito da supramencionada Reclamação, a e. 2ª Turma do STF, por maioria, julgou-a improcedente sob o fundamento de que não se configurou desrespeito ao julgamento do STF e, por sua vez, ratificou os termos da decisão proferida pelo c. TST em sede de arguição de inconstitucionalidade, que determinou a aplicação do IPCA-E no lugar da TR.

A questão também já foi pacificada no âmbito deste Regional em 25 de julho do corrente ano, no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, nos autos do processo nº 0000091-69.2017.5.11.0000 (IUJ), em que se decidiu pela aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária de débitos trabalhistas, verbis:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. "Temos que tais incidentes deverão ser concluídos conforme determinado pelo Presidente do TRT ou pelo Ministro Relator no TST. É que, como visto, remanesce o dever do tribunal de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926), o que justifica a conclusão dos incidentes. Não bastasse, o incidente deve ser processado e julgado pela teoria do isolamento dos atos processuais, de modo que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso(...)" (Reforma Trabalhista: Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 Antonio Umberto de Souza Júnior...[[et al] - São Paulo: Rideel, 2017). Por sua vez, entendo que os atos praticados em IUJ's em curso, após a vigência a Lei nº 13.467/2017, deverão observar a nova regulamentação processual, isto é, os procedimentos previstos na legislação processual civil para institutos equivalente, no que couber. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR E IPCA. Em razão da recente decisão da Segunda Turma do Supremo tribunal Federal, que, ao examinar o mérito da reclamação Constitucional nº 22012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do tribunal Superior do Trabalho, em que determinava a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD) para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a ser aplicada a partir de 25 de março de 2015."

Assim, impõe-se a adoção do IPCA-E para a atualização dos créditos trabalhistas, somente a partir de 25.3.2015, não apenas sob a perspectiva da efetiva recomposição do patrimônio dos credores trabalhistas, mas como medida de estímulo efetivo ao cumprimento dos direitos sociais por parte de devedores, além da necessidade de manter estável, íntegra e coerente a jurisprudência deste Regional (art. 926, CPC/15), independentemente do disposto no novel art. 879, §7º, da CLT, pelos mesmos fundamentos já analisados pelo TST e STF acima expostos, devendo os cálculos serem refeitos nesse sentido.

No presente caso, o exequente impugnou os cálculos de liquidação, pugnando pela aplicação do índice IPCA-e, mas sequer apontou a partir de quando houve equívoco nos cálculos da contadoria e, tampouco, apresentou os seus cálculos, conforme entende corretos. Entretanto, conforme observado pelo MM. Juízo a quo, os cálculos de liquidação de sentença observaram os critérios temporais para a aplicação dos índices próprios, qual seja TR até 24.3.2015 e IPCA-e a partir de 25.3.2015, motivo pelo qual nego provimento ao agravo de petição, para manter inalterada a sentença de impugnação aos cálculos.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço do agravo de petição e, no mérito, nego-lhe provimento mantendo inalterada a decisão em sede de impugnação ao cálculos, nos termos da fundamentação.

(...)"

Em se tratando de recurso de revista em agravo de petição, registro que a afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do apelo, é a que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. É indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Não procede a invocação de preceito genérico que não se relacione especificamente com o tema sobre o qual a parte recorrente manifesta seu inconformismo, como se verifica no presente caso, pelo que resta inviável o seguimento do recurso.

Por fim, a alegação de que a Turma partiu de uma premissa equivocada, de que os cálculos feitos pela Vara utilizam a TR, remeteria necessariamente à reapreciação dos cálculos, ou seja, do contexto fático-probatório da causa, o que é inviável na instância extraordinária, conforme a Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000160-74.2017.5.11.0009

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	SD COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
RECORRIDO	EVANICE MENDES PINTO
ADVOGADO	MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA(OAB: 6081/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Recorrente(s):	1.PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRÁS
Advogado(a)(s):	1.NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Recorrido(a)(s):	1.EVANICE MENDES PINTO
Advogado(a)(s):	1.MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA (AM - 6081)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 8fa7b36; recurso apresentado em 15/08/2019 - id. cff3d7e).

Regular a representação processual (id. 68f7887).

Satisfeito o preparo (ids. 1df5887, f456f24, f456f24 e 176e932).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização.

Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação do(s)§1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Aduz que, com o reconhecimento da constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, para que seja a Administração Pública responsabilizada subsidiariamente pela inadimplência trabalhista do verdadeiro empregador, faz-se necessária a comprovação de ação omissiva quanto à fiscalização, o que não se encontra nos autos.

Assim, por não restar comprovada a culpa da recorrente no inadimplemento das verbas trabalhistas, requer a reforma do acórdão no tocante à condenação subsidiária.

Acrescenta que o reclamante não se desincumbiu de seu ônus probatório.

Consta no v. acórdão (id. f2f779d):

'(...)

MÉRITO

DO RECURSO DA LITISCONSORTE - PETROBRÁS

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

Pugna a litisconsorte por sua exclusão da lide sob o fundamento de que não possui vínculo direto com a reclamante e que esta foi contratada e remunerada pela reclamada principal.

Sem razão a litisconsorte.

A causa não discute a existência de vínculo direto com a tomadora de serviço, mas apenas o reconhecimento da responsabilidade desta decorrente do contrato de terceirização.

Havendo contrato entre recorrente e a reclamada principal (ID. d6bc7e0) e sendo aquela de fato a tomadora dos serviços, fica comprovada a legitimidade passiva para a causa, bem como se comprova a possibilidade jurídica do pedido nos termos da súmula

331 do TST .

Preliminares rejeitadas.

DA CULPA DA LITISCONSORTE - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Se insurge a litisconsorte contra o reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária, sob o fundamento de que não há prova nos autos que comprove a culpa na fiscalização do contrato.

Analiso.

Resultou demonstrado que a litisconsorte era tomadora dos serviços prestados pela reclamante, devendo sua responsabilidade ser apreciada à luz da Súmula 331 do TST.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF, o STF, quando reconheceu a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, não afastou a aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula 331, IV, do TST, apenas exigiu a verificação da culpa in vigilando do ente público, como pressuposto para definição da responsabilidade subsidiária, não podendo esta decorrer da simples inadimplência do prestador de serviços.

Assim sendo, impõe-se verificar a omissão culposa da litisconsorte na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço, ressaltando-se que o dever de fiscalização decorre também do disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

No caso, a reclamante se desincumbiu do ônus que lhe cabia, uma vez que houve comprovação da prestação de serviços em benefício da litisconsorte, bem como de que suas verbas rescisórias não foram pagas em tempo oportuno (ID. 91f697d/ ID. 60ee026).

Ademais, tenho que de fato a litisconsorte tinha plena ciência da inadimplência da reclamada para com os créditos trabalhistas de seus empregados, pois efetuou o pagamento, ainda que parcialmente, das verbas rescisórias aos trabalhadores, conforme (ID. 248eff6), todavia o nome da reclamante não se encontra na lista dos empregados que foram beneficiados, razão pela qual tenho que os pagamentos não foram realizados em favor da autora.

A litisconsorte não cumpriu adequadamente a obrigação de fiscalizar a satisfação das obrigações contratuais e legais pela prestadora de serviços, inexistindo nos autos qualquer prova que afaste tal conclusão, ou seja, a existência de culpa in vigilando.

Registre-se que o reconhecimento da responsabilidade subsidiária decorrente da culpa in vigilando não representa contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do STF, tampouco à decisão proferida na ADC nº 16/DF, tendo em vista que se trata apenas de aplicação concreta do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo próprio STF, e não declaração velada de inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Destarte, está caracterizada a culpa in vigilandoda litisconsorte, acarretando sua responsabilidade subsidiária por todas as parcelas pecuniárias ora deferidas, nos exatos termos da Súmula nº 331, itens V e VI, do TST.

(...)'

Não se vislumbra possível violação ao art. 818, I, da CLT e art. 373, I, do CPC porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho, sobretudo porque, da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, concluiu a Turma que '*a reclamante se desincumbiu do ônus que lhe cabia, uma vez que houve comprovação da prestação de serviços em benefício da litisconsorte, bem como de que suas verbas rescisórias não foram pagas em tempo oportuno (ID. 91f697d/ ID. 60ee026)'.*

Assim, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com o item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, pelo que o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao artigo 71, §1º da Lei 8.666/93, art. 5o, IIda CF/88ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0001565-28.2015.5.11.0006

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS
ADVOGADO	SIMEAO DE OLIVEIRA VALENTE(OAB: 2152/AM)
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE(OAB: 7083/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	ROLNEY JOSE FAZOLATO(OAB: 1369-B/RJ)
ADVOGADO	FERNANDO LEME DANTAS DE AGUIAR(OAB: 215767/SP)
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a)(s):	MAURO PAULO GALERA MARI (AM - 877)
Recorrido(a)(s):	THIAGO HENRIQUE DE LIMA SANTOS
Advogado(a)(s):	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE (AM -

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. f7688c1; recurso apresentado em 21/08/2019 - id.ea6193c).

Regular a representação processual (id. fe3e8fc; 26e04f6 ; 1554bb1).

Satisfeito o preparo (ids. 3c3e56b, 6a28fc7, 6a28fc7 e d1e8629).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Categoria Profissional Especial/Bancários/Colocação ou Venda de Papéis / Valores Mobiliários.

Alegação(ões):

- violação da (o) artigo 456 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que, embora o acórdão tenha reconhecido o direito do reclamante ao recebimento de comissões pela venda de produtos não bancários, inexiste pactuação acerca do pagamento de comissoes pela venda de tais produtos. Sustenta ainda que 'A condição pessoal do autor - empregado bancário - nitidamente lhe confere a capacidade de realizar a atividade de venda de produtos do banco e demais empresas do grupo econômico, sem que isto implique alteração substancialmente lesiva ao seu contrato de trabalho'.

Deste modo, concluiu, por intermédio dos arestos transcritos, que a venda de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário, portanto, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam remuneradas pelo salário fixo ajustado.

Em razão do exposto, requer a reforma do acórdão recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 0d29cbc):

'(...)

Da comissão sobre a venda de produtos vendidos

Neste item o autor postula a reforma do julgado com o argumento de que resou demonstrado nos autos que o Banco demandado impunha a vendad e produtos não bancários, face o que merece o pagmaento de um plus salarial a compensar o cumprimento de tarefgas não contrtadas, mas executadas.

Trago aqui trechos dos depoimentos do autor e representante do Banco sobre o tema :

...que os produtos não bancários: cartão de crédito, títulos de capitalização, consórcio, seguro e previdência; que os produtos bancários são: poupança, token de celular, cartão de conta corrente, cartão conta corrente universitário e salário; que, apesar da grande demanda diária, o depoente oferecia/vendia os produtos não bancários, principalmente cartão de crédito e capitalização; que existia corretores na agência, sendo que os mesmos recebiam a indicação de pessoas, sendo que o reclamante efetivava a venda e passava o formulário para os corretores, que fazia o procedimento para consórcio, seguro e previdência; que a venda do produto não bancário era feita pelo reclamante, que realizava o débito na conta do cliente, sem necessitar aprovação do corretor; que os funcionários do banco não sabem implantar as propostas de seguro/consórcio/previdência no sistema dos corretores; que não sabe fazer cálculo para informar ao cliente em caso de resgate da previdência, qual seria o valor;...

Já em seu depoimento disse o preposto bancário :

...que quem cumpria as metas do POBJ eram os funcionários da agência, principalmente os gerentes; que dentro do POBJ está incluído os produtos não bancários, como cartão de crédito, previdência, seguros e consórcios e capitalização; que as metas eram passadas para os funcionários, pela parte gerencial.

Como se pode observar, as declarações feitas pelo representante

do Banco são bastante reveladoras quanto à venda de produtos não bancários, com a certeza de que a venda de tais produtos inclusive fazia parte das metas inseridas no programa de objetivos do Banco. Desses depoimentos extraio a convicção de que os funcionários do Banco, dentre eles o Recorrente, negociava e vendia produtos não bancários, do tipo cartão de crédito, plano de previdência, seguro, cuja atividade até mesmo fazia parte das metas da agência, vale dizer, havia cobrança sobre a sua execução e êxito. Assim procedente, vejo que a venda de produtos não bancários pelos funcionários do Banco gerava enriquecimento para o grupo econômico do Recorrido, ensejando, portanto, o pagamento de comissões de modo a equilibrar a relação contratual, nos termos da Súmula 93 do C. TST que assim dispõe :

Súmula 93 do TST. BANCÁRIO

Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador.

É inegável o fato de que o Recorrente vendeu produtos não bancários, dentre eles o cartão de crédito, este reconhecido pelo Banco em sede de defesa, como ainda previdência e seguro, estes dois últimos rechaçados pelo Banco com a afirmação de que os mesmos sempre foram vendidos por corretores, pessoal habilitado. Ainda que descartássemos os seguros e previdência, não se pode entender como bancário, produto comercializado por empregado bancário, os cartões de crédito, por exemplo que, como se sabe, possuem administradoras específicas que passam a se relacionar diretamente com o cliente a partir de sua filiação. É interessante determinar aos bancários a comercialização de tais produtos, porquanto diariamente estão em contato com diversas pessoas e no relacionamento financeiro conhecem o perfil do cliente, sabendo o cliente em potencial para cada produto, o que e como oferecer. A proximidade, o conhecimento e o relacionamento do bancário com os clientes são o instrumental adequado para a comercialização dos produtos e de se obter bons clientes, ampliando, dessa forma e sem custo adicional, a rede de vendas dos produtos integrantes do grupo econômico da empresa do demandado.

Tanto é certo que os bancários vendem produtos que tal tarefa consta do programa de objetivos do banco e, portanto, das metas a serem atingidas, o que implica dizer que estes mesmos funcionários sofriam cobrança para a sua execução e êxito.

Certamente não houve com o autor contrato de percentual de comissões, até porque no simplista entendimento do Recorrido a venda de alguns produtos por seus funcionários constitui atividade bancária, desnaturando a própria corretagem ou as administradoras de cartões de crédito. Acresço que, a despeito de mencionado que havia corretores na Agência, ainda assim ficou demonstrado por meio dos depoimentos que o autor vendeu produtos não bancários sem a devida compensação.

Por esse motivo, divirjo do quanto esposado pelo Juízo a quo e condeno o reclamado a pagar ao reclamante um plus salarial no percentual de 20% sobre a remuneração paga mês a mês, conforme contracheques juntados aos autos, bem como seus reflexos no período postulado em férias + 1/3, 13º salários, FGTS + 40%, aviso prévio e horas extras pagas em contracheques, bem como as deferidas neste processo.

Reformo a sentença neste particular.

(...)'

Primeiramente, não se vislumbra possível violação aos dispositivos legaismencionados porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicação à hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Todavia, aparte recorrente demonstrou aparente divergência jurisprudencial apta a ensejar o conhecimento do recurso de revista, por meio da ementa proveniente da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, de seguinte teor:

[...] BANCÁRIO. COMISSÕES PELA VENDA DE PRODUTOS DE EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO DO EMPREGADOR. 2.1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamado para excluir da condenação as comissões deferidas ao reclamante pela venda de produtos de empresas pertencentes ao grupo econômico do empregador. 2.2. Na hipótese, consta do acórdão regional, transcrito pela Turma, que o Banco obrigava os empregados, mediante imposição de metas, a venderem produtos como consórcio, capitalização e seguros, de empresas coligadas, durante o horário de trabalho. Também ficou registrado que nunca houve promessa ou acordo do réu no sentido de pagamento de comissões aos bancários, e que elas eram destinadas aos corretores. 2.3. Dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT que, 'à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal'. A comercialização de produtos de outras empresas do grupo econômico do reclamado é compatível com o rol de atribuições do bancário. Assim, não há empecilho a que, ainda que não discriminadas expressamente no contrato de trabalho, sejam

remuneradas pelo salário fixo ajustado. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-ARR - 3666100-12.2009.5.09.0011, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Portanto, ante a demonstração de divergência jurisprudencial, determino o processamento do recurso de revista, em atendimento ao artigo 896, alínea 'a' da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

RECEBO o recurso de revista.

Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após, remetam-se os autos ao Colendo TST.

dcm

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000313-94.2018.5.11.0002

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RECORRIDO	LEANDRO DA SILVA FONTE
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DA SILVA FONTE
- UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	1.ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s):	1.MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO (AM -
Recorrido(a)(s):	1.UMANIZZARE GESTÃO PRISIONAL E SERVIÇOS S.A
Advogado(a)(s):	1.FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Recurso de:ESTADO DO AMAZONAS

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 28/05/2019 - id. 9ede376; recurso apresentado em 03/06/2019 - id. c650dc3).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436 do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização/Ente Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Processo e Procedimento/Provas/Ônus da Prova.

Alegação(ões):

- violação do(s)§6º do artigo 37 da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993;inciso I do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho;inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.

Sustenta que o Estado foi condenado com base no mero inadimplemento (culpa presumida), à míngua de qualquer prova cabal de falha de fiscalização (ausência de prova taxativa), entendimentoque divergeda interpretação conferida ao art. 71, §1º, da Lei 8.666/93 pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no RE. 760.931.

Noutro ponto, defende não haver amparo normativo para responsabilização do recorrente,pelo que aponta violação ao art. 37, §6º, da CF. Acrescenta que, caso se entenda pela existência de

culpa presumida, estar-se-ia a inovar no campo normativo sobre regras de contrato administrativo, em flagrante violação ao art. 22, XXVII, da Constituição Federal.

Consta no v. acórdão (id. 6a80b40):

'(...)

Da responsabilidade subsidiária do Estado do Amazonas

Dispõe o art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e contratos administrativos) que a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, inclusive, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC n. 16, pronunciou a compatibilidade do art. 71, §1º, da Lei n. 8.666/93, com a Constituição da República, não havendo mais dúvida de que a inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Todavia, essa declaração de constitucionalidade não afasta a responsabilidade da Administração Pública quando a inadimplência de encargos trabalhistas da contratada decorre da culpa do Ente Público, esta entendida como o descumprimento do dever legal de impedir a consumação do dano.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, em harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, firmou-se no sentido de que os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa contratante como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada (Súmula n. 331. V).

Ora, nos contratos administrativos, a Administração Pública tem o poder-dever de fiscalizar-lhes a execução, que deve ser obrigatoriamente acompanhada e fiscalizada por um representante, especialmente designado para esse fim, devendo este anotar todas as ocorrências relativas à execução do contrato em registro próprio e valer-se das medidas legais para a regularização, na hipótese de eventual descumprimento das cláusulas contratuais (artigos 58, III, 67 e 73, da Lei n. 8.666/1993).

Na manifestação do Parquet Laboral, em outro feito semelhante a este, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN bem expôs que a ausência ou a fiscalização insuficiente, meramente procedimental e sem compromisso com a efetividade do controle contratual, configura culpa in eligendo ou in vigilando da Administração Pública.

E eficiência nessa seara, segundo a base doutrinária e normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), referenciada pela manifestação do Ministério Público do Trabalho, envolve fiscalização no momento em que a terceirização é iniciada (fiscalização inicial); no momento em que antecede o pagamento da fatura (fiscalização mensal); no acompanhamento diário dos empregados terceirizados (fiscalização diária); na análise de data-base da categoria prevista em normas coletivas, controle de férias e estabilidades provisórias, entre outros (fiscalização especial).

No caso dos autos, denota-se que o Estado do Amazonas determinou o afastamento do reclamante das atividades laborais, com base apenas no contrato administrativo que há com a UMANIZZARE, sobrepondo-se ao poder empregatício e disciplinar da sua contratada.

Assim, mais do que omissão, o ESTADO DO AMAZONAS fez às vezes de empregador, em nítido ato comissivo, que causou ao reclamante o dano trabalhista alegado na inicial.

Mostra-se latente, portanto, a culpa do Ente Público, comprovada no contexto de terceirização de serviços, o que impõe que a sua responsabilidade seja apenas subsidiária, nos termos do entendimento jurisprudencial contido na Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, nada a reformar, na espécie.

(...)'

No concernente às alegações deculpa presumida ,ressalto que o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do artigo 71, §1º da Lei 8.666/93, não impediu que o Tribunal Superior do Trabalho reconheça a responsabilidade do Poder público, ressalvando que terá de ser investigada com mais rigor se a inadimplência tem como causa principal a falta de fiscalização pelo órgão público contratante. Portanto, embora constitucional o art. 71 da Lei nº 8.666/93 (ADC 16, julgada pelo STF em 24.11.2010), não implica em óbice ao exame da culpa na fiscalização do contrato terceirizado, o que restou demonstrado nos presentes autos.

Com efeito,da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, concluiu a Turma que '*que o Estado do Amazonas determinou o afastamento do reclamante das atividades laborais, com base apenas no contrato administrativo que há com a UMANIZZARE, sobrepondo-se ao poder empregatício e disciplinar da sua contratada. Assim, mais do que omissão, o ESTADO DO AMAZONAS fez às vezes de empregador, em nítido ato comissivo, que causou ao reclamante o dano trabalhista alegado na inicial*'.

Assim, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual (Súmula 126 do TST), infere-se que o entendimento está em consonância com o item V da

Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, pelo que o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação ao artigo 71, §1º da Lei 8.666/93, tampouco ao art.37, §6º, ambos daConstituição Federal ou, ainda, por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

Ademais, não se vislumbra possível violação ao art. 818, I, da CLT e art. 373, I, do CPC porque não foi atendida a exigência do prequestionamento. O Colegiado não se pronunciou a respeito da sua aplicaçãoà hipótese dos autos, tampouco solucionou a controvérsia à luz dessas normas. Aplicam-se a Orientação Jurisprudencial 118 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e a Súmula 297, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

Recurso de:UMANIZZARE GESTÃO PRISIONAL E SERVIÇOS S.A

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. c6d72de; recurso apresentado em 19/08/2019 - id. 7c8f924).

Regular a representação processual (id. 9fc91b1).

Satisfeito o preparo (ids. b4c0934, 98452fb, e 98452fb).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral/Assédio Moral.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s)§6º do artigo 37 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 186 do Código Civil;artigo 927 da Lei nº 406/2002;artigo 223-B da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alega, inicialmente, que não pretende o reexame de provas e/ou matéria de fato.

Sustenta que o reclamante foi afastado das suas atividades por determinação do ESTADO DO AMAZONAS e que, durante todo o período de afastamento, recebeu salário. Alega que houve aplicação indevida da Súmula 331 do TST e violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil, art. 223-B da CLT e ao art. 37, §6º, da Constituição Federal, haja vista que, em que pese o reconhecimento pelo próprio TRT11 de que o afastamento consistiu em ato do Estado do Amazonas, sobrepondo-se ao poder empregatício e disciplinar da sua contratada, a Colenda Turma condenou o ente público apenas de forma subsidiária ao passo que a Recorrente, que não praticou ato ilícito, foi condenada de forma direta.

Consta no v. acórdão (id. 6a80b40):

'(...)

Do assédio moral - ociosidade forçada

O assédio moral no ambiente do trabalho, segundo a melhor doutrina, exterioriza-se através de atos intimidatórios, insultivos que visam a provocar, na vítima, medos ou humilhações capazes de minar sua autoconfiança e isolá-la do meio de trabalho. Assim, as principais características do assédio moral são: (i) a abusividade da conduta, (ii) a natureza psicológica do atentado à dignidade psíquica do indivíduo, (iii) a reiteração da conduta e (iv) a finalidade de exclusão.

No caso dos autos, é incontroverso o fato do reclamante ter ficado afastado das atividades laborais, durante 1 ano, 6 meses e 20 dias (de 15/05/2016 a 07/12/2017), por determinação direta da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária - SEAP, conforme documento constante dos autos (ID. 8df2811).

Consta da prova oral produzida, ainda, que durante todo esse tempo de afastamento, que reputo abusivo, a reclamada não fornecia nenhuma informação ao reclamante, que foi obrigado a permanecer em casa, comparecendo na unidade apenas para pegar o contracheque e assinar, do lado de fora da portaria. Essa falta de informação e o tratamento dispensado pela reclamada ao trabalhador, que sequer teve acesso à conclusão da suposta apuração dos fatos, teve o potencial de atentar contra a integridade psíquica e moral do trabalhador, ao longo de quase 1 ano e 7 meses.

Ao final do pacto laboral, sem qualquer explicação, o reclamante e outros empregados investigados foram dispensados sem justa causa, o que evidencia a finalidade de exclusão do trabalhador, pelo só fato de ter sido escalado para o trabalho no dia seguinte ao da fuga de detentos da unidade prisional.

Quanto à alegação da ex-empregadora de que só cumpriu a determinação da SEAP e que, por isso, a responsabilidade seria exclusiva do Estado do Amazonas, cabe lembrar que o reclamante não possui vínculo de emprego com o Ente Público, situação que impede a responsabilidade direta do tomador dos serviços. Há, assim, apenas a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

Desse modo, estão presentes todos os requisitos caracterizados do assédio moral no trabalho, ato ilícito da ex-empregadora que enseja o reconhecimento da sua responsabilidade civil-trabalhista pelo dano extrapatrimonial suportado pelo reclamante.

Nada a reformar, na espécie.

(...)'

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma, no sentido de que '*Quanto à alegação da ex-empregadora de que só cumpriu a determinação da SEAP e que, por isso, a responsabilidade seria exclusiva do Estado do Amazonas, cabe lembrar que o reclamante não possui vínculo de emprego com o Ente Público, situação que impede a responsabilidade direta do tomador dos serviços. Há, assim, apenas a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Desse modo, estão presentes todos os requisitos caracterizados do assédio moral no trabalho, ato ilícito da ex-empregadora que enseja o reconhecimento da sua responsabilidade civil-trabalhista pelo dano extrapatrimonial suportado pelo reclamante*'.

Com efeito,o entendimento adotado pela Turma encontra respaldo na (no)do Tribunal Superior do Trabalho.

Por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos mencionados, tampoucodivergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000642-03.2018.5.11.0101

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	RAUL CORREA VIEIRA
ADVOGADO	GILPETRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
ADVOGADO	FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298/BA)
RECORRIDO	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- RAUL CORREA VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Tramitação Preferencial

Lei 13.015/2014

Lei 13.467/2017

Recorrente(s):	RAUL CORREA VIEIRA
Advogado(a)(s):	GILPETRON DOURADO DE MORAES (BA - 15204)
Recorrido(a)(s):	FUNDACAO NACIONAL DO ÍNDIO

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 09/08/2019 - id. d57e124; recurso apresentado em 21/08/2019 - id. 7b27330).

Regular a representação processual (id. 6b1c6f9).

Concedidos à parte recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme sentença (id. 36e601d), nos termos da OJ 269 da SDI-I do TST, dispensando-a do preparo recursal.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Jurisdição e Competência/Competência/Competência da Justiça do Trabalho.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao): Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) inciso II do artigo 37;inciso I do artigo 114 da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.

Alega o recorrente que a decisão da Turma, no sentido de quea Justiça do Trabalho não possui competência material para conhecer e julgar causas em que se discute a natureza da relação jurídica mantida entre as partes, a partir da transmudação automática,merece ser reformada,porquanto não se deu a exata e correta solução jurídica com relação a transmudação automática de regime, desrespeitando a Constituição Federal - art. 114, I, divergindo da interpretação acolhida em outros Tribunais Regionais Trabalhistas, inclusive da SID-I do TST.

Avulta, ainda, a amparar o presente recurso de revista a comprovação de que o v. Acordão recorrido deu interpretação

diversa ao mesmo dispositivo legal da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, e da Seção de Dissídios Individuais do C. Tribunal Superior do Trabalho (art. 896, a, CLT).

Consta no v. acórdão (id. be7d63b):

'(...)

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço do recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Alega o recorrente ser ilegal e inconstitucional a transmudação de regime celetista para estatutário praticada pela recorrida, imposta de modo automático pelo art. 243 das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei 8.112/90, isto é, sem que fosse observada exigência da submissão ao prévio concurso, com o que restou violado o art. 37, inciso II, da Carta Magna.

Assevera que ao considerar válida a transmudação automática de regime e reconhecer a prescrição bienal da Súmula 382 do TST, a sentença malferiu a regra do art. 37, II, da CRFB e os termos da Súmula Vinculante 43 do STF.

Sustenta ser nulo o ato de transmudação de regime por força do disposto no §2º do art. 37 da Constituição Federal, continuando o recorrente, por conseguinte, a ser regido durante todo o contrato de trabalho pelo regime celetista.

Assim, requer a reforma da sentença para que a recorrida seja condenada a adimplir o FGTS, com os acréscimos da Lei 8.036/90, como vindicado nesta reclamatória.

Analiso.

Postula o autor o recolhimento em conta vinculada do FGTS a partir dezembro/1990, parcelas vencidas e vincendas.

A reclamada, em contestação, arguiu preliminar de prescrição bienal, alegando que o Regime Jurídico Único (RJU) instituído pela Lei 8.112/90 entrou em vigor em 12/12/1990, o contrato de trabalho do autor fora extinto em 12/12/1990, iniciando-se, a partir daí, o respectivo prazo bienal de prescrição, conforme Súmula 382 do TST. No mérito, alegou que atendendo comando constitucional do art. 39, a Lei 8.112/90 instituiu o RJU dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, de modo que, a partir daí, a parte reclamante passou a ser submetida ao referido regime estatutário, como os demais servidores da administração direta e indireta da União, por força do disposto no art. 243.

O juízo sentenciante acolheu a preliminar arguida pela reclamada para pronunciar a prescrição bienal, nos termos do art. 7º, XXIX, CRFB, com a consequente extinção do processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC.

Pois bem.

O C. TST já havia pacificado o entendimento quanto à impossibilidade de transmudação automática do regime celetista para o regime estatutário de empregado público admitido anteriormente à Constituição Federal de 1988, sem submissão a concurso público, reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho e deferindo o recolhimento do FGTS de todo o pacto laboral.

Contudo, houve mudança de paradigma com o julgamento do incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista ArgInc 105100-93.1996.5.04.0018, em 21/8/2017, no qual ficou consagrado que não há óbice constitucional à mudança de regime dos empregados a quem foi assegurada estabilidade pelo art. 19 do ADCT da CF, como no caso do recorrente, resultando inconstitucional tão somente o aproveitamento de servidores públicos não concursados em cargos cuja investidura exige aprovação em concurso público (art. 37, II, CF e art. 19, §1º, ADCT).

Assim sendo, a validade da transmudação do regime celetista para estatutário importa na extinção do contrato de trabalho, conforme Súmula 382 do TST, iniciando o prazo prescricional a partir da mudança de regime, para se postular na Justiça do Trabalho eventuais direitos laborais referentes ao período anterior à mudança de regime jurídico. Em relação ao período posterior à mudança de regime sobressai a incompetência material desta Justiça Especializada, a teor do art. 114, inciso I, da Constituição Federal.

Nesse sentido, a seguinte decisão:

'AGRAVO D INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ART. 896, §1º-A, DA CLT. ATENDIDOS. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. CONTRATAÇÃO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. VALIDADE DA INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA QUANTO AO PERÍODO POSTERIOR À TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 382 DO TST. Ante possível violação do art. 114, I, CF, e contrariedade à Súmula 382 do TST, nos termos exigidos no artigo 896 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. RECURSO DE REVISTA. APELO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ART. 896, §1º-A, DA CLT. ATENDIDOS. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. CONTRATAÇÃO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO (11/07/1983). VALIDADE DA INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA QUANTO AO PERÍODO POSTERIOR À TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. Discute-se, nos autos, a contratação de empregado público antes da promulgação da Constituição de 1988, sob o

regime celetista e sem concurso público. Posteriormente, o reclamado instituiu regime jurídico único, conforme noticiado nos autos. A controvérsia acerca do tema em análise vinha sendo decidida por esta Corte no sentido de que a instituição de regime jurídico único não convola em vínculo estatutário, de forma automática, o contrato trabalhista anterior, sobretudo, em decorrência da ausência de concurso público. Todavia, o Tribunal Pleno, na apreciação da constitucionalidade do art. 276, caput, da Lei Complementar 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, conforme incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista (ArgInc-105100-93.1996.5.04.0018), de relatoria da Ministra Maria Helena Mallmann, em julgamento ocorrido em 21/8/2017, consagrou a tese de que não há óbice constitucional à mudança de regime dos empregados estabilizados pelo art. 19 do ADCT (caso dos autos, reclamante admitido em 11/07/1983), porém tal alteração não resulta no provimento de cargos públicos efetivos por esses servidores. Pontuou ser inconstitucional, tão somente, o aproveitamento de servidores públicos não concursados em cargos para cuja investidura a Constituição exige a submissão a concurso (arts. 37, II, e 19, §1º, do ADCT), mas não a chamada transposição de regime. Nesse contexto, a competência desta Justiça Especializada restringir-se-ia ao período anterior à transmudação.
No caso dos autos, o pedido do autor refere-se ao FGTS de todo o período trabalhado, anterior e posterior à transmudação do regime que ocorreu em 27/09/1994 (Lei Estadual 6.677/94). Dessa forma, em relação ao período posterior à transmudação, verifica-se caracterizada a afronta ao artigo 114, I, da Constituição Federal, em face da incompetência material da Justiça do Trabalho. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. PRESCRIÇÃO BIENAL. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. SÚMULA 382 DO TST. Conforme entendimento da Súmula 382 do TST, 'a transferência do regime jurídico celetista para estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime'. No presente caso, o prazo da prescrição começou a fluir a partir da data da vigência da Lei Estadual 6.677/94, que reconheceu o vínculo do autor como estatutário, enquanto a presente ação foi ajuizada em 21/10/2013, portanto, após o transcurso do biênio posterior à extinção do contrato de trabalho como celetista. Desse modo, encontra-se prescrita a pretensão de recolhimento dos depósitos do FGTS anterior à referida norma. Recurso de revista conhecido e provido.' (TST-RR 18274820135050221. Relator: Augusto César Leite de Carvalho. 6ª Turma. DEJT 26/4/2019).
Diante do exposto, e considerando que o recorrente não postula direitos de período anterior à transmudação de regime, ao qual estaria restrita à competência desta Especializada, não há prescrição bienal a ser declarada.
Por outro lado, postulando o recorrente direitos posteriores à mudança de regime (recolhimentos de FGTS a partir de dezembro/1990), impõe-se reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho, conforme art. 114, inciso I, da CF, ADI 3395 e OJ 138 da SDI-1, arguida em preliminar pela reclamada na contestação.
Assim sendo, reformo a sentença para declarar a incompetência da Justiça do Trabalho para analisar e julgar o presente processo, extinguindo o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC.
Por estes fundamentos, conheço do recurso e declaro a incompetência da Justiça do Trabalho para analisar e julgar o presente processo, extinguindo o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC.
(...)'
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral do acórdão**dentro do tópico recorrido, com exceção apenas dos arestos jurisprudenciais,o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.
Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Decisão

Processo Nº ROT-0000601-77.2016.5.11.0401

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)
ADVOGADO	SIDNEY PINTO LOUREIRO JUNIOR(OAB: 9367/AM)
RECORRIDO	RAIMUNDO ANDRADE DA SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RECURSO DE REVISTA

Lei 13.015/2014

Recorrente(s):	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a)(s):	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO e OUTROS
Recorrido(a)(s):	RAIMUNDO ANDRADE DA SILVA
Advogado(a)(s):	DANIEL FELIX DA SILVA (AM - 11037)

PEDIDO DE EXCLUSIVIDADE

Indefiro o pedido de notificação exclusiva à patrona Audrey Martins Magalhães Fortes, uma vez que a procuração (id. 8552172) veda-lhe, expressamente, o recebimento de intimações, razão por que determino a comunicação dos atos processuais ao patrono Alexandre Fleming Neves de Melo, OAB/AM 6142.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso,por força do artigo 775 da CLT(decisão publicada em 07/08/2019 - id. 2764961; recurso apresentado em 13/08/2019 - id. 8552172).

Regular a representação processual (id. 763cb5b).

Satisfeito o preparo (ids. 2e307a8, 9fd8309, a25ea10, 095d864, cef6c69 e 47f564c).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento.

Direito Coletivo/Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento/Prevalência.

Duração do Trabalho/Intervalo Interjornadas.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 423;Súmula nº 444 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 388 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 7º, inciso XXVI;artigo 7º, inciso XIV;artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.
- violação à legislação infraconstitucional: §1º do artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 619 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sustenta que o Egrégio Tribunal Regional pela inaplicabilidade do Acordo Coletivo de Trabalho devidamente válido existente com o sindicato da categoria que traz as informações sobre a jornada de trabalho excepcional com trabalho de jornada de8, 6 e 10horas, bemcomo deixou de analisar o caso pela compensação das jornadas de labor com períodos de folga maiores em jornada semanal e mensal muito inferior a um trabalhador normal. Acrescenta que nãofoi indicada qual seria a ilegalidade no Acordo Coletivo de Trabalho necessário para determinar a condenação desta reclamada nas horas extras para os turnos de jornada superior a 8 (oito) horas, uma vez que, de acordo com a previsão da norma coletiva contida no Anexo I e nos Acordos Coletivos de Trabalho Específico, Cláusulas 2ª e 3ª do ACT e Cláusula 5ª do Anexo I, todas as empresas signatárias, dentre elas a recorrente, estão autorizadas a praticar horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos ininterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada, pelo que não há falar em horas extras.

Ademais, ressalta que art.7º, XIV, da CF,não estabelece um limite de 8 horas para o turno ininterrupto quando negociado em convenção coletiva

Assim, assevera que deve ser mantida a validade do acordo coletivo, haja vista que não houve qualquer prejuízo ao empregado ora recorrido.

Consta no v. acórdão (id. 095d864):

'(...)

DO RECURSO DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA

Dos Acordos Coletivos

A reclamada alega que firmou com o Sindicato da categoria do autor Acordo Coletivo autorizando a prática de horário de trabalho flexível, através de jornadas estendidas e/ou reduzidas e turnos intinterruptos de revezamento, aplicando-se, em contrapartida, o regime de compensação em relação ao excedente da jornada.

A Constituição da República acolheu a concepção pluralista, seja no campo social, político e econômico, bem como na seara jurídica, nesta reconhecendo a autonomia privada coletiva e legitimando grupos sociais ou uma coletividade para produzir normas jurídicas a reger suas relações.

As convenções e os acordos coletivos de trabalho são espécies normativas que bem exemplificam o pluralismo jurídico acolhido pela ordem jurídica pátria (art.7º, XXVI, CF/1988), pois são produzidas por sindicatos ou sindicatos e empresas, com a finalidade de regular os contratos individuais de trabalho dos integrantes das categorias que representam, seja no âmbito de uma empresa ou estabelecimento, seja na base territorial das entidades sindicais convenentes.

In casu, incontroverso se mostra o fato do reclamante cumprir jornada em turnos ininterruptos, compostos de horários distintos.

Ocorre que o atual entendimento jurisprudencial, à luz da Constituição da República (Súmula n. 423, do TST), firmou-se no sentido de que essa modalidade de jornada, em turnos ininterruptos de revezamento, deve limitar-se ao patamar máximo de 8 (oito) horas diárias. É que, para o trabalhador, essa modalidade especial mostra-se mais gravosa à saúde e ao convívio social, face a alternância incessante de horários.

Assim, não parece razoável que o empregador potencialize ainda mais os riscos à saúde do trabalhador, exigindo jornadas acima das 8 (oito) horas previstas na Lei Maior.

Ressalte-se que a observância dos intervalos intrajornada e interjornada constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho e, portanto, encontra respaldo no art. 7º, XXII, da Constituição Federal.

Ademais, a reclamada não juntou qualquer prova nos autos de que efetivamente havia compensação pela supressão dos intervalos ou pela extrapolação da jornada laboral do reclamante. Em razão do exposto, rejeito a tese de aplicação do Acordo Coletivo, para fins de indeferimento dos intervalos, horas extras e adicional noturno.

Das horas extras - extrapolação antes e após a jornada e pelo trabalho além da 6ª hora

O reclamante alega que a reclamada não carreou aos autos os cartões de ponto, o que atrairia o disposto na Súmula 338 do TST e no art. 74, §2º, da CLT, conferindo presunção de veracidade da jornada de trabalho alegada na inicial. Argumenta que o magistrado deixou de observar a confissão do preposto, no sentido de que os funcionários eram obrigados a chegar quinze minutos antes da jornada laboral. Argumentou que a testemunha por ela arrolada confirmou este fato. Diante do exposto, requer o deferimento das horas extras pleiteadas na exordial.

Segundo narra o reclamante, em sua exordial, os trabalhadores deveriam se apresentar no local de trabalho 15 minutos antes do início da jornada e deixar o posto de trabalho cerca de 15 minutos após o fim do expediente. Afirma que esses minutos seriam utilizados para recebimento e passagem dos serviços, entre as turmas que se revezam, no regime ininterrupto de revezamento.

O autor alega, também, fazer jus ao recebimento de horas extras, em decorrência das horas trabalhadas após a 6ª hora, considerando que sua jornada laboral efetivamente era de 08h30min.

Após analisar as razões expostas na petição inicial e nas razões recursais do autor, passo a compartilhar do mesmo entendimento firmado pelo Juiz de 1º grau. Afinal, se o trabalhador é obrigado a chegar mais cedo para obter informações do turno anterior, não há motivo para o empregado permanecer no trabalho 15 minutos a mais na empresa, no final da jornada, à disposição do empregador, pois já teria repassado ao pessoal do turno subsequente todas as informações relevantes da próxima jornada.

Assim, não é razoável admitir que o reclamante encerre mais tarde a jornada laboral para passar as informações do seu turno para o seu colega. O que torna as afirmações da inicial contraditórias, pois admitindo que ele saia depois de 15 minutos do término da jornada, não há, também, motivo para o outro trabalhador chegar antes do início de seu turno.

Como se não bastasse, a testemunha arrolada pelo autor declarou apenas que não podia sair do seu turno de trabalho enquanto não chegasse o empregado do outro turno, não especificando se permanecia 15 minutos após a jornada laboral.

Desse modo, não merece qualquer censura a decisão de 1º grau, ao julgar improcedentes as horas extras que antecedem e sucedem a jornada diária, bem como as horas extras pelo trabalho além da 6ª hora (art. 7º, XIV, da CF e Súmula 423 do TST.

(...)

Do intervalo interjornada

A reclamada alega que restou provado nos autos que todas as jornadas e escalas de trabalho praticadas pela recorrente estão

amparadas pelas normas convencionadas entre a empresa e o Sindicato da categoria do autor, através dos Acordos Coletivos de Trabalho.

No caso em apreço, verifica-se que o reclamante laborava em escala de revezamento, com jornada de trabalho da seguinte forma: segunda-feira, das 16h00 às 00h00; na terça-feira, das 08h00 às 16h00; e, quarta-feira, da 00h00min às 08h00min, folgando 2 dias, reiniciando novamente a escala.

A jornada supramencionada, indicada na inicial, são tidas por verdadeiras, na forma da Súmula nº 338, III, do TST, uma vez que a reclamada não refutou especificamente os horários descritos, limitando-se a tentar demonstrar a legitimidade dos acordos firmados, aliás, sequer apresentou as folhas de ponto do empregado; não se desincumbindo, portanto, do ônus que lhe competia.

Essa escala de revezamento teria sido autorizada por Acordo Coletivo de Trabalho do qual o sindicato da categoria profissional do reclamante é signatário, de modo que a empresa podia flexibilizar as jornadas (reduzindo ou aumentando) em turnos ininterruptos de revezamento.

Contudo, é pacífico no seio jurisprudencial trabalhista que as regras legais sobre intervalos para descanso e repouso são medidas de higiene, saúde e segurança do trabalho, de ordem pública, portanto, imunes à negociação coletiva (Súmula n. 437, do Tribunal Superior do Trabalho).

Assim, fica evidenciado que a escala cumprida pelo reclamante violou o seu direito ao descanso de um período mínimo de 11 horas consecutivas, entre duas jornadas de trabalho, nos termos do disposto no art. 66, da CLT. É que, do primeiro para o segundo dia e do segundo para o terceiro, o reclamante usufruía apenas 8 horas de intervalo interjornada.

Essa situação, notadamente, atrai o entendimento consubstanciado na Súmula n. 110, do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o qual 'No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional'.

Desse modo, o reclamante faz jus às horas intervalares interjornada, na quantia de 3 (três) horas por cada vez que houve supressão do intervalo interjornada, conforme deferido pelo Juiz de 1º grau.

Não merece prosperar o argumento do reclamante, no sentido de que faz jus ao recebimento de 03h30min de hora extra, por cada intervalo suprimido entre os turnos, tendo em vista que, conforme exposto anteriormente, não restou provado nos autos a extrapolação da jornada laboral de 15 minutos antes e após a jornada laboral.

(...)'

De acordo com o artigo 896, §1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve *'expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte*' .

Na hipótese, a parte recorrente não observou o referido inciso, uma vez que, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugnou todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, a exemplo da Súmula 110 do TST,sendo inviável o processamento do recurso de revista.

Duração do Trabalho/Turno Ininterrupto de Revezamento/Hora Noturna Reduzida.

Duração do Trabalho/Adicional Noturno/Prorrogação do Horário Noturno.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 60, item II do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 395 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação à legislação infraconstitucional:Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 73, §2º;artigo 73, §5º;artigo 73, §4º.
- divergência jurisprudencial.

Sustenta que as as horas noturnas reduzidas foram devidamente calculadas e pagas, conforme previsão do artigo 73 da CLT.

Acrescentaque o recorrido não faz jus ao adicional noturno sobre a jornada entre 5h e 6h da manhã, considerando que a jornada trabalhada é do tipo mista, iniciando no horário noturno para culminar com o encerramento em horário diurno novamente, não se tratando de prorrogação.

Consta no v. acórdão (id. 095d864):

'(...)

Das horas noturnas reduzidas

O reclamante insurge-se contra o indeferimento do pleito de horas noturnas reduzidas, sob o argumento de que não há qualquer prova nos autos de que a reclamada pagou as referidas horas.

Segundo o §1º do art. 73 da CLT, a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos, no período compreendido entre 22 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte.

Em sua contestação, a reclamada alega que a hora noturna

reduzida foi devidamente calculada e paga, sendo considerando o tempo de 52min30seg, conforme fichas financeiras. Entretanto, analisando as fichas financeiras citadas pela reclamada (Id 27ffa7d), verifico que não havia o pagamento da hora noturna reduzida ao reclamante.

Portanto, apesar da reclamada afirmar que pagava a hora noturna reduzida, não há prova desta alegação nos autos.

Diante disso, merece reforma a decisão monocrática, neste particular, para que sejam deferidas as horas noturnas reduzidas a 50%, acrescidas dos reflexos legais, devendo ser levado em consideração a jornada de trabalho citada na exordial, tendo em vista a ausência das folhas de frequência nos autos.

Da jornada noturna prorrogada

A reclamada alega que a jornada noturna, para fins de pagamento do adicional noturno, é das 22h00 às 05h00.

Inicialmente, cabe explicitar que o trabalho noturno é sabidamente mais gravoso, o que justifica o tratamento protetivo dispensado pela legislação trabalhista, conforme dispõe o art. 73, da CLT, cujo §5º estabelece que se aplica às prorrogações do trabalho noturno o disposto no capítulo que trata da duração do trabalho.

No caso dos autos, é incontroverso o fato de que o autor cumpre jornada de trabalho além das 05h00, devido à escala a qual se submete.

Nessa esteira, a jurisprudência capitaneada pelo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho é pacífica ao deixar consignado, na Súmula n. 60, II, que, cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.

Além disso, o só fato de ser escala mista, não impede o deferimento do adicional noturno sobre as horas prorrogadas, conforme se verifica na ementa seguinte:

ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA. APLICABILIDADE DA SÚMULA 60, II, DO TST. Consoante o entendimento desta Corte Superior, é devido o pagamento do adicional noturno em relação ao trabalho prestado além das 5h da manhã, na hipótese em que submetido o empregado à jornada mista, a teor do item II da Súmula 60 do TST Precedentes da SDI-I/TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TST - AIRR: 1320002320085040009 132000-23.2008.5.04.0009, Relator: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 14/05/2013, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2013) (destaque nosso)

Desse modo, o reclamante faz jus ao adicional noturno incidente sobre o tempo laborado além das 05h00.

Pretende o reclamante o pagamento de adicional noturno para as horas trabalhadas após as 05h00 no percentual de 37,2%. Aduz que restou fartamente provado nos autos que a reclamada utilizava este percentual para o adicional noturno.

Ocorre que não há qualquer embasamento legal nos autos a amparar o referido pedido. Afinal, não existe Acordo, Convenção Coletiva ou mesmo Regulamento Interno da empresa que determine o pagamento do percentual citado.

Diante do exposto, correta a decisão de 1º grau, ao deferir o adicional noturno no percentual de 20% sobre as horas posteriores as 05h00 da manhã, trabalhadas como prorrogação da jornada noturna.

(...)'

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente transcreveu o **teor quase integral**do acórdão dentro do tópico recorrido, conforme se verifica às fls.22, 23 e 24 doapelo,o que não atende à exigência do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST - AIRR: 16363720165060005, Data de Julgamento: 19/09/2018, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018; TST - AIRR: 6421720165140092, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018; TST - AIRR: 109368320135010064, Relator: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 21/11/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

Portanto, inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e intime-se.

cdss

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Despacho

Processo Nº ROT-0001337-09.2018.5.11.0019

Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)

RECORRIDO	PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A.
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. fe9e9a8);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 49561f8);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº ROT-0001805-62.2016.5.11.0012

Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CLAUDINEI DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO	JOSE CARLOS HERCULINO DOS SANTOS(OAB: 9945/AM)
ADVOGADO	CLEOMAR DE SOUZA RODRIGUES(OAB: 10745/AM)
RECORRIDO	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
ADVOGADO	CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES(OAB: 4693/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	MARIA FRANCILENE DA SILVA
ADVOGADO	CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO(OAB: 4215/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. ab7759c);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 60a46df);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº ROT-0001492-82.2017.5.11.0201

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	CIONE MOURA DE SOUZA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIONE MOURA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. e6171e1);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 1fbe4db);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº ROT-0001687-92.2016.5.11.0010

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	TECNISA S.A.
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
RECORRENTE	LUIS EDUARDO FERREIRA COELHO
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRIDO	TECNISA S.A.
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
RECORRIDO	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
RECORRIDO	PATRIMÔNIO - MANAÚ
ADVOGADO	GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO(OAB: 10244/AM)
RECORRIDO	LUIS EDUARDO FERREIRA COELHO
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRIDO	PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS EDUARDO FERREIRA COELHO
- PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
- PATRIMÔNIO - MANAÚ
- TECNISA S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. ddbcebf);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 1d35140);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº ROT-0000746-29.2017.5.11.0101

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)
RECORRIDO	LEANDRO RIBEIRO SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO RIBEIRO SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. 2074b5f);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. d17011e);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em),

conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº ROT-0000375-46.2016.5.11.0151

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
RECORRIDO	JOEL DA SILVA ROCHA
ADVOGADO	MARCONDE MARTINS RODRIGUES(OAB: 4695/AM)
RECORRIDO	A DE C VENTURELLI - EPP
ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI(OAB: 14043/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- JOEL DA SILVA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. cf96dc8);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 9958046);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº ROT-0001989-02.2017.5.11.0006

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 3974/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	FLAVIO STAMBOWSKY NOGUEIRA(OAB: 3115/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. 0d32131);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. 294ce78);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho - Presidente do TRT11

Despacho

Processo Nº AP-0228100-02.2009.5.11.0012

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
AGRAVADO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	CESAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA(OAB: 17712/BA)
AGRAVADO	JOSE LINDALBERTO GUEDES DA COSTA
ADVOGADO	CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO(OAB: 4132/AM)
ADVOGADO	ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI(OAB: 18256/PA)
ADVOGADO	JADSON ALVES LIMA(OAB: 1969/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LINDALBERTO GUEDES DA COSTA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. 8e5f469);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. f31af3e);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº AP-0228100-02.2009.5.11.0012

Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
AGRAVADO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	CESAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA(OAB: 17712/BA)
AGRAVADO	JOSE LINDALBERTO GUEDES DA COSTA
ADVOGADO	CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO(OAB: 4132/AM)
ADVOGADO	ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI(OAB: 18256/PA)
ADVOGADO	JADSON ALVES LIMA(OAB: 1969/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LINDALBERTO GUEDES DA COSTA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Mantenho a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista (id. 8e5f469);

II - Determino o processamento do(s) Agravo(s) de Instrumento (id. f31af3e);

III - Notifique(m)-se a(s) parte(s) agravada(s) para responder(em), conforme dispõe o art. 897, § 6º, da CLT;

IV - Após, encaminhem-se ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na forma do Ato n. 32/SEGJUD.GP, de 26/01/2017.

Assinatura

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSE DANTAS DE GOES

Desembargador(a) do Trabalho

Núcleo de Apoio à Execução

Notificação

Despacho

Processo Nº ATSum-0000841-05.2016.5.11.0001

AUTOR	LARA NADIA CAMPOS MATTOS
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	RIVER JUNGLE HOTEL LTDA

ADVOGADO	ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS(OAB: 8088/AM)
ADVOGADO	SELMA MARA SANTANA MOTA(OAB: 5524/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LARA NADIA CAMPOS MATTOS
- RIVER JUNGLE HOTEL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO - PJeJT

Vistos etc.

Considerando que até a presente data, passados mais de 4 meses o Juízo da MM 1a Vara de Órfãos e Sucessões não se dignou a dar qualquer resposta ao requerido no Mandado Judicial a ele remetido e anexado ao processo de inventário de número 0620047-28.2018.8.04.0001, qual seja , a liberação de tantos bens quantos forem necessários para o pagamento dos credores trabalhistas, a fim de serem alienados em hasta pública, nos termos do § 3º. do art. 642 do CPC.

DECIDO

À Secretaria do NAE-CJ para expedir Mandado de CUMPRIMENTO afim de que a Sra. Oficiala de Justiça EUSA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA FERNANDES, lotada na SHP, diligencie junto à Secretaria da MM 1a Vara de Órfãos e Sucessões a fim de obter informações nos autos do processo de inventário de número 0620047-28.2018.8.04.0001acerca das providencias que foram tomadas para o efetivo cumprimento do Mandado Judicial recebido no dia 14.05.2019 pela Sra. WALDECLEICY SAMPAIO.

Deve, ainda a Sra. Oficiala, verificar a existência de bens não alienados no processo de inventário, tantos quantos bastem para a quitação dos processos existentes nesta Justiça Especializada cujo valor da execução alcança o montante de R$ R$ 13.408.573,83 (treze milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos), a fim de serem penhorados e alienados em hasta pública, nos termos do § 3º. do art. 642 do CPC.

Cumpra-se com urgência.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Seção Especializada II

Acórdão

Acórdão

Processo Nº MSCiv-0000120-51.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
IMPETRANTE	SOLANGE ALMEIDA HOLANDA SILVIO
ADVOGADO	FRANK FIGUEIREDO CESAR(OAB: 6560/AM)
IMPETRADO	Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Manaus
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- SOLANGE ALMEIDA HOLANDA SILVIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000120-51.2019.5.11.0000 (ED-MSCiv)

EMBARGANTE: SOLANGE ALMEIDA HOLANDA SILVIO

EMBARGADO: JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. A admissibilidade dos embargos declaratórios depende da existência de obscuridade, contradição, omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, erro material e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos dos pronunciamentos judiciais, nos termos do art. 897-A da CLT c/c art. 1.022 do CPC/2015. Ausentes, "in casu", quaisquer destas hipóteses, impossível o provimento do apelo. **Embargos de declaração conhecidos e não providos.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração, opostos ao acórdão de Id 4f6d756, em que figuram como embargante SOLANGE ALMEIDA HOLANDA SILVIO e como embargado JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

A impetrante opôs embargos de declaração (Id a98cf2b), aduzindo que o acórdão foi contraditório ao denegar a segurança postulada, decidindo de maneira contrária a posicionamento jurisprudencial sumulado.

Conclusos, vieram os autos a julgamento.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos embargos declaratórios, pois tempestivos, satisfazendo os requisitos legais aplicáveis à espécie.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Da contradição.

Busca a embargante o provimento dos presentes embargos, com o intuito de sanar alegada contradição entre o conteúdo do acórdão embargado e posicionamento jurisprudencial contido na súmula nº 11 deste E. TRT.

Analiso.

Os embargos declaratórios visam, nos estritos termos do art. 897-A da CLT c/c art. 1.022 do CPC/2015, ao saneamento de obscuridade, contradição, omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos dos pronunciamentos judiciais, tendo, ainda, aplicabilidade numas outras e especialíssimas hipóteses consagradas pela jurisprudência, incluindo-se, dentre estas últimas, o prequestionamento. Este, entretanto, consiste, tão somente, em meio de satisfação da necessidade da parte que pretende valer-se de recurso de natureza especial ou extraordinária de obter pronunciamento expresso do órgão judicante acerca da tese jurídica a este submetida.

No presente caso, não se vislumbra a existência de quaisquer das hipóteses acima mencionadas, uma vez que o acórdão embargado contém os fundamentos de fato e de direito que embasaram a denegação da segurança.

Quanto à alegada contradição existente entre a fundamentação do julgado embargado e o posicionamento jurisprudencial sumulado por esta Corte, vale destacar que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a contradição a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015, que enseja a oposição de embargos de declaração, é a interna, que consiste na incompatibilidade entre a fundamentação e a conclusão da decisão recorrida. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. 2. Conforme entendimento desta Corte, "**a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial**, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). 3. Não há vício a ensejar esclarecimento, complemento ou eventual integração do que decidido no julgado, pois a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1427222/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

Adotando o entendimento da decisão acima colacionada, não vislumbro a existência de contradição entre os elementos que compõem a estrutura do acórdão embargado, uma vez que a conclusão adotada se mostra em consonância com a fundamentação nele exposta, não constituindo os embargos de declaração via adequada para a discussão da aplicabilidade ou não de determinado dispositivo legal ou enunciado jurisprudencial ao caso que já foi julgado, de acordo com os fundamentos oportunamente expostos.

Cumpre ressaltar que, quanto à súmula nº 11 deste E. Regional, o acórdão embargado foi expresso ao fundamentar que o enunciado não se aplica ao caso em exame, não havendo que se questionar se ta súmula foi modificada, como argumenta a embargante.

Dessa maneira, resta claro que a embargante persegue, "in casu", a modificação do teor do acórdão embargado, quando inexiste qualquer contradição ou omissão, ou seja, pretende, na verdade, o reexame de matéria já decidida, sendo o presente instrumento processual impróprio para essa finalidade.

Por fim, em consonância com a Súmula nº 297 do TST e art. 1.025 do CPC/2015, desde já, consideram-se incluídas no acórdão todas as matérias que o embargante suscitou para fins de prequestionamento.

Pelo exposto, os presentes embargos não prosperam.

Conclusão do recurso

Em conclusão, conheço dos embargos declaratórios e nego-lhes provimento, para manter inalterada a decisão embargada, na forma da fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do Trabalho: Presidente: SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES; VALDENYRA FARIAS THOMÉ e JOICILENE JERÔNIMO PORTELA.

Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO

NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da **SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos declaratórios e negar-lhes provimento, para manter inalterada a decisão embargada, na forma da fundamentação.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019.

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº MSCiv-0000122-21.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
IMPETRANTE	CENTRO EDUCACIONAL TECNICO DO ESTADO DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	FRANK FIGUEIREDO CESAR(OAB: 6560/AM)
IMPETRADO	Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Manaus
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO EDUCACIONAL TECNICO DO ESTADO DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000122-21.2019.5.11.0000 (ED-MSCiv)

EMBARGANTE: CENTRO EDUCACIONAL TÉCNICO DO ESTADO DO AMAZONAS LTDA.

EMBARGADO: JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. A admissibilidade dos embargos declaratórios depende da existência de obscuridade, contradição, omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, erro material e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos dos pronunciamentos judiciais, nos termos do art. 897-A da CLT c/c art. 1.022 do CPC/2015. Ausentes,"in casu", quaisquer destas hipóteses, impossível o provimento do apelo. **Embargos de declaração conhecidos e não providos.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração, opostos ao acórdão de Id 40960d0, em que figuram como embargante CENTRO EDUCACIONAL TÉCNICO DO ESTADO DO AMAZONAS LTDA. e como embargado JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

O impetrante opôs embargos de declaração (Id 94e7fee), aduzindo que o acórdão foi contraditório ao denegar a segurança postulada, decidindo de maneira contrária a posicionamento jurisprudencial sumulado.

Conclusos, vieram os autos a julgamento.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos embargos declaratórios, pois tempestivos, satisfazendo os requisitos legais aplicáveis à espécie.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Da contradição.

Busca o embargante o provimento dos presentes embargos, com o intuito de sanar alegada contradição entre o conteúdo do acórdão embargado e posicionamento jurisprudencial contido na súmula nº 11 deste E. TRT.

Analiso.

Os embargos declaratórios visam, nos estritos termos do art. 897-A da CLT c/c art. 1.022 do CPC/2015, ao saneamento de obscuridade, contradição, omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos dos pronunciamentos judiciais, tendo, ainda, aplicabilidade numas outras e especialíssimas hipóteses consagradas pela jurisprudência, incluindo-se, dentre estas últimas, o prequestionamento. Este, entretanto, consiste, tão somente, em meio de satisfação da necessidade da parte que pretende valer-se de recurso de natureza especial ou extraordinária de obter pronunciamento expresso do órgão judicante acerca da tese jurídica a este submetida.

No presente caso, não se vislumbra a existência de quaisquer das hipóteses acima mencionadas, uma vez que o acórdão embargado contém os fundamentos de fato e de direito que embasaram a denegação da segurança.

Quanto à alegada contradição existente entre a fundamentação do julgado embargado e o posicionamento jurisprudencial sumulado por esta Corte, vale destacar que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a contradição a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015, que enseja a oposição de embargos de declaração, é a interna, que consiste na incompatibilidade entre a fundamentação e a conclusão da decisão recorrida. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. 2. Conforme entendimento desta Corte, "**a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial**, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). 3. Não há vício a ensejar esclarecimento, complemento ou eventual integração do que decidido no julgado, pois a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1427222/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

Adotando o entendimento da decisão acima colacionada, não vislumbro a existência de contradição entre os elementos que compõem a estrutura do acórdão embargado, uma vez que a conclusão adotada se mostra em consonância com a fundamentação nele exposta, não constituindo os embargos de declaração via adequada para a discussão da aplicabilidade ou não de determinado dispositivo legal ou enunciado jurisprudencial ao caso que já foi julgado, de acordo com os fundamentos oportunamente expostos.

Dessa maneira, resta claro que o embargante persegue, "in casu", a modificação do teor do acórdão embargado, quando inexiste qualquer contradição ou omissão, ou seja, pretende, na verdade, o reexame de matéria já decidida, sendo o presente instrumento processual impróprio para essa finalidade.

Por fim, em consonância com a Súmula nº 297 do TST e art. 1.025 do CPC/2015, desde já, consideram-se incluídas no acórdão todas as matérias que o embargante suscitou para fins de prequestionamento.

Pelo exposto, os presentes embargos não prosperam.

Conclusão do recurso

Em conclusão, conheço dos embargos declaratórios e nego-lhes provimento, para manter inalterada a decisão embargada, na forma da fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do Trabalho: Presidente: SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES; VALDENYRA FARIAS THOMÉ e JOICILENE JERÔNIMO PORTELA. Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da**SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos declaratórios e negar-lhes provimento, para manter inalterada a decisão embargada, na forma da fundamentação.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019.

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº MSCiv-0000221-88.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
IMPETRANTE	JOSE FRANCISCO CANDIDO DE SOUSA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
IMPETRADO	Juízo da 14ª Vara do Trabalho de Manaus
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE FRANCISCO CANDIDO DE SOUSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000221-88.2019.5.11.0000 (MSCiv)

IMPETRANTE: JOSÉ FRANCISCO CÂNDIDO DE SOUSA

IMPETRADO: JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. LIQUIDAÇÃO DOS PEDIDOS. RECLAMATÓRIA AJUIZADA ANTES DE 11/11/2017. CABIMENTO. A decisão interlocutória que determina a liquidação dos pedidos, nos termos do art. 840, §§1º e 3º da CLT, em reclamatória ajuizada antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/17, infringe diretamente a regra de direito intertemporal estabelecida pelo art. 12 da IN 41/2017 do C. TST, motivo pelo qual cabível a impetração de

mandado de segurança. **Segurança concedida.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança, em que são partes, como impetrante, JOSÉ FRANCISCO CÂNDIDO DE SOUSA e, como impetrado, o JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, requerendo a concessão de segurança para que o Juízo impetrado se abstenha de exigir a liquidação dos pedidos formulados na reclamação trabalhista de nº 0000215-10.2017.5.11.0014, ajuizada pelo impetrante. Ademais, postulou, em sede liminar, a suspensão do ato tido ilegal. Deu à causa o valor de R$1.000,00 (mil reais).

Por meio da decisão de Id 690e58b, foi concedida medida liminar, para suspender a decisão do juízo de primeiro grau que determinou a emenda à petição inicial, para liquidação dos pedidos.

Informações prestadas pela autoridade coatora sob Id fe31d59.

O "Parquet" pronunciou-se (Id 1d9b83f) pela extinção do processo sem resolução do mérito, sustentando ser incabível o mandado de segurança para impugnar a decisão que determinou liquidação dos pedidos. Conforme o parecer, a matéria deve ser veiculada em recurso ordinário, nos termos do posicionamento jurisprudencial da SBDI-II do C. TST.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Admito o "mandamus", porquanto preenchidos os seus requisitos de admissibilidade.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

O ato questionado no presente mandado de segurança consiste em decisão (Id ccca6fc) exarada pelo Excelentíssimo Juiz Titular da 14ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, na reclamação trabalhista de nº 0000215-10.2017.5.11.0014, por meio da qual foi determinada a liquidação de todos pedidos formulados na petição inicial, no prazo de 15 dias úteis, sob as penas dos §§ 1º a 3º do art. 840 da CLT.

Nesse contexto, é certo que, em regra, nos termos do art. 893, §1º, da CLT, vigora na seara trabalhista o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, as quais somente podem ser impugnadas por ocasião da decisão definitiva nos autos.

Contudo, especificamente em relação à decisão ora impugnada, prevalece o cabimento do mandado de segurança, tendo em vista que a decisão impugnada determinou a aplicação do art. 840, §§1º, 2º e 3º da CLT, com a redação conferida pela Lei nº 13.467/17, nos autos de reclamatória trabalhista ajuizada em 19/1/2017, logo, antes da entrada em vigor da mencionada lei, ocorrida em 11/11/2017. Assim, a determinação judicial contraria frontalmente o art. 12 da Instrução Normativa nº 41/2018 do C. TST, que restringe a aplicação da nova redação do art. 840 da CLT às reclamatórias ajuizadas a partir de 11/11/2017, "in verbis":

Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

Nesse sentido, colaciona-se o seguinte julgado do C. TST:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR CONSUBSTANCIADO NA DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA **AJUIZADA ANTES NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017** AOS TERMOS DO ART. 840, § 1º, DA CLT. IN 41/TST. INDIVIDUALIZAÇÃO DE VALORES DOS PEDIDOS. DIREITO INTERTEMPORAL. **OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO** DO IMPETRANTE. Trata-se de mandado de segurança no qual a impetrante requer a cassação do ato da autoridade coatora, que determinou a emenda à inicial de reclamação ajuizada antes das alterações da Lei nº 13.467/17 no sentido de adequá-la à nova redação do art. 840, § 1º, da CLT. O caso dos autos evidencia situação anormal e ilegal, inclusive contrária à instrução realizada por esta Corte Superior no exercício da sua função normativa (IN 41), porque uma das partes está sendo **obrigada a atender norma que não vigorava quando praticado o ato**. Sempre se adotou no direito brasileiro (citada IN 41/TST e art. 769 da CLT), o sistema de isolamento dos atos processuais (art. 1.046 do CPC/15), ou seja, o ato praticado na vigência da lei processual anterior é valido e produz seus efeitos jurídicos normalmente quando cumpridos seus requisitos quando da sua realização - 'tempus regit actum'. **A reclamação trabalhista ajuizada antes de 11/11/2017 é subordinada aos preceitos constantes no texto da Consolidação das Leis do Trabalho vigente até então**, em que a redação do seu art. 840 era no sentido de que a petição inicial deverá conter "uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante". Na alteração da CLT promovida pela Lei nº 13.467/17, o art. 840, §1º, passou a ter a seguinte redação: "a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor". Logo, evidente que a determinação de emenda à petição inicial do processo matriz, para que o reclamante apresentasse prova pré-constituída da doença que alega possuir, **bem como liquidação dos pedidos**, foi feita sem amparo normativo. Por traduzir **ato manifestamente ilegal e considerado**

o ônus desproporcional que teria a parte autora para obter a reforma da decisão pela via recursal ordinária, o caso excepciona a compreensão da OJ 92 da SBDI-II/TST. Portanto, é inexigível a adequação da peça incoativa às normas processuais não vigentes ao tempo em que foi apresentado. Precedentes. Recurso ordinário conhecido e não provido" (n.n) (RO-5248-75.2018.5.15.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 10/05/2019).

Dessa forma, com a devida vênia ao entendimento exposto no parecer do Ministério Público do Trabalho (Id 1d9b83f), considerando que o ajuizamento da reclamatória ocorreu antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, a decisão impugnada infringe as regras de direito intemporal aplicáveis aos dispositivos da CLT alterados pela Lei nº 13.467/17, constituindo o mandado de segurança via adequada para impugnar o ato.

Pelo exposto, concedo a segurança pretendida, a fim de cassar a decisão interlocutória que determinou a liquidação dos pedidos da reclamatória trabalhista nº 0000215-10.2017.5.11.0014, nos termos e sob as penas dos §§ 1º e 3º do artigo 840 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/17.

Conclusão do recurso

Em conclusão, admito a presente ação mandamental e, no mérito, concedo a segurança pleiteada, para cassar a decisão interlocutória que determinou a liquidação dos pedidos da reclamatória trabalhista nº 0000215-10.2017.5.11.0014, nos termos e sob as penas dos §§ 1º e 3º do artigo 840 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/17. Custas pela União, no montante de R$ 20,00, calculadas sobre o valor da causa, de R$ 1.000,00, com isenção do pagamento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Tudo conforme fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do Trabalho: Presidente:SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES; VALDENYRA FARIAS THOMÉ e JOICILENE JERONIMO PORTELA.

Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da **SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, admitir a presente ação mandamental e, no mérito, por maioria, conceder a segurança pleiteada, para cassar a decisão interlocutória que determinou a liquidação dos pedidos da reclamatória trabalhista nº 0000215-10.2017.5.11.0014, nos termos e sob as penas dos §§ 1º e 3º do artigo 840 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/17. Custas pela União, no montante de R$ 20,00, calculadas sobre o valor da causa, de R$ 1.000,00, com isenção do pagamento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Tudo conforme fundamentação. Voto divergente da Desembargadora Joicilene Jeronimo Portela, que denegava a segurança.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº AR-0000002-75.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
AUTOR	B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - EPP
ADVOGADO	PATRICK STEFANO DE SOUZA GADELHA(OAB: 9044/AM)
RÉU	MAILZON GASPAR DOS REIS
ADVOGADO	GUSTAVO GODINHO SIQUEIRA(OAB: 10671/AM)
ADVOGADO	JULIANA ALMEIDA FERREIRA(OAB: 7029/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000002-75.2019.5.11.0000 (AR)

AUTOR: B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP

RÉU: MAILZON GASPAR DOS REIS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. NULIDADE DE NOTIFICAÇÃO. Comunicando o trabalhador o endereço correto da empresa antes da sessão inaugural de audiência e sendo a mesma notificada por edital e, posteriormente, declarada revel e confessa quanto à matéria de fato, com sentença condenatória transitada em julgado, há contrariedade ao texto legal, que vicia o ato condenatório, por violação ao exercício da ampla defesa pela autora nos termos dos artigos 5º, inciso LIV, da Constituição da República, 841 da CLT e 239 do CPC. **Ação rescisória admitida e parcialmente procedente.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória, em que são partes, como autora, B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP e, como réu, MAILZON GASPAR DOS REIS.

Trata-se de ação rescisória, com pedido liminar, ajuizada por B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP em desfavor de MAILZON GASPAR DOS REIS, com fundamento no artigo 966, VIII, do Código de Processo Civil.

A autora aduz que houve nulidade de sua citação na reclamatória trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, uma vez que, embora a parte reclamante tenha indicado na exordial o endereço correto da empresa, foi citada por edital, sem qualquer comprovação de tentativa anterior de notificação por outro meio, o que acarretou no indevido reconhecimento de sua revelia e na impossibilidade de exercer o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório. Pugnou, dessa feita, liminarmente, pela suspensão do processo n° 0000307-81.2018.5.11.0101, o qual se encontra em fase executória, em razão do vício citatório.

No mérito, requer a rescisão da sentença, com a prolação de novo julgamento, e a consequente desconstituição de todos os atos processuais praticados após a sua respectiva citação. Requereu a concessão do benefício da justiça gratuita. Deu à causa o valor de R$ 26.803,69 (vinte e seis mil oitocentos e três reais e sessenta e nove centavos).

Tutela de urgência deferida, conforme decisão de Id 63bf017.

Em contestação (Id 9477c00), a parte requerida alegou que a empresa tomou ciência da existência da reclamação trabalhista, conforme documento de Id dd9a7cb - pág. 41, contudo não consta dos autos originários a prova da notificação quanto à mudança da data da audiência, de 24/9/2018 para 21/9/2018, o que teria ocasionado a ausência da parte.

Regulamente intimadas, as partes deixaram transcorrer "in albis" o prazo legal para apresentarem razões finais, conforme certidão de Id c89ce78.

O "Parquet" (Id 38d76bf) manifestou-se pelo prosseguimento do feito, por não vislumbrar interesse público tutelável, reservando-se, contudo, o direito à futura manifestação.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Admito a presente ação rescisória, porquanto atendidos os seus pressupostos de admissibilidade.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Requer a autora o reconhecimento de nulidade de citação, a fim de que seja anulado o processo principal, a partir da notificação editalícia, e proferida nova decisão de mérito.

Aprecio.

Compulsando o processo originário (RT n° 0000307-81.2018.5.11.0101) no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, verifico que, embora tenha o próprio trabalhador fornecido o endereço certo da empresa, conforme petição inicial de Id cd45d46 (dos autos originários), e a empresa reclamada tenha recebido a primeira notificação postal, para comparecer à audiência designada para 24/9/2018 (Id ce9dabf), houve redesignação do ato para 21/9/2018 (três dias antes da data inicialmente marcada), conforme certidão de Id 7bc3fb5, sendo expedida nova correspondência de notificação (Id 1d7ac10), concomitantemente ao edital de Id 9a7a04f.

Em seguida, nos termos do que se depreende do termo de audiência de Id eb4b37a, a reclamada, ora autora, foi considerada revel, por não ter comparecido ao ato, sendo-lhe aplicada, em sentença (Id 09f01dd) a presunção relativa de veracidade das alegações formuladas pelo trabalhador.

Nesse sentido, nos termos do art. 841 da CLT c/c art. 256 do CPC, a notificação por edital é medida excepcional, que somente se justifica nas hipóteses em que a parte ré criar embaraços ao recebimento da comunicação, não for encontrada ou estiver em local incerto, desconhecido ou inacessível, fato que aparentemente não ocorreu no processo originário, sobretudo porque, além de o reclamante ter indicado o endereço da sede da reclamada em sua inicial, a primeira notificação foi encaminhada e efetivamente recebida no citado endereço. Reitere-se que, no presente caso, não se verificou a frustração da notificação postal para, em seguida, proceder-se à notificação por edital, uma vez que ambas foram expedidas no mesmo dia 4 de setembro de 2018, conforme documentos de Id dd9a7cb - págs. 34 e 38.

Como visto, a citação por edital apenas será cabível quando desconhecido ou incerto o citando ou quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que ele se encontrar, de onde se extrai o seu caráter excepcional, afinal, a regra é a de que o ato citatório seja endereçado para o domicílio da parte a ser citada, sendo que, no caso de pessoa jurídica de direito privado, para o local em que funcionar a sua respectiva administração ou que for eleito em seu respectivo ato constitutivo, a teor do artigo 75, IV, do Código Civil.

Dessa feita, ao ter sido informado pelo próprio reclamante do endereço correto da empresa, jamais poderia o magistrado ter ignorado tal dado, sob pena de macular a própria validade da relação processual, conforme ocorreu na casuística, ocasião em

que a relação, de acordo com o cenário exposto pela autora, já "nasceu" doente.

Transcrevo, ainda, o artigo 256, §3°, do CPC, que assegura o seguinte:

"O réu será considerado em local **ignorado** ou **incerto** se **infrutíferas as tentativas de sua localização**, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos" (n.n).

Ora, se o próprio trabalhador comunicou ao juízo o domicílio correto da empresa, ela, por óbvio, não se encontrava em local ignorado ou incerto hábil a justificar a sua, excepcionalíssima, notificação por edital.

Destaco, por fim, que, conquanto se trate de questão eminentemente processual, por se encontrar intimamente relacionada com a própria validade da sentença de mérito proferida pelo magistrado, o presente caso, indiscutivelmente, é passível de ação rescisória, nos termos do previsto na Súmula n° 412 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho: *"Pode **uma questão processual** ser objeto de rescisão desde que consista em **pressuposto de validade de uma sentença de mérito**"* (n.n).

Incabível, no entanto, o pleito da autora no sentido de que seja proferido novo julgamento, uma vez que não há elementos para tal, posto que prejudicada a instrução processual pela ausência da reclamada à audiência, devido à falha no procedimento de notificação, e consequente decretação indevida de sua revelia. Assim, faz-se necessária a anulação de todos os atos praticados na reclamatória a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, com a reabertura da instrução e prolação de nova sentença, conforme o juízo de origem entender de direito.

Por fim, concedo ao réu o benefício da justiça gratuita, a teor do artigo 790, §3°, da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que o salário percebido no curso do contrato de trabalho, de R$ 2.283,85 mensais (Id dd9a7cb - pág. 13), é inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, atualmente equivalente a R$ 2.335,78.

Conclusão do recurso

Em conclusão, admito a presente ação rescisória e, no mérito, julgo-a parcialmente procedente, para desconstituir a sentença proferida nos autos da reclamação trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, bem como declarar a nulidade de todos os atos processuais a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, determinando a reabertura da instrução, com a designação de nova audiência, para a qual a empresa reclamada deverá ser notificada pela via postal, e prolação de sentença conforme o juízo de origem entender de direito. Custas pelo réu, no valor de R$ 536,07 (quinhentos e trinta e seis reais e sete centavos), das quais fica isento, na forma do art. 790-A da CLT. Honorários de sucumbência pelo réu, no valor de R$ 1.340,18 (mil trezentos e quarenta reais e dezoito centavos), equivalentes a 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 791-A da CLT, c/c art. 98, § 2º do CPC/2015, condicionado o pagamento à prova pela parte credora da superveniente capacidade econômica, dentro do prazo de dois anos após o trânsito em julgado da condenação. Tudo conforme fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do Trabalho: Presidente:SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, VALDENYRA FARIAS THOMÉ, e JOICILENE JERONIMO PORTELA.

Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da **SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, admitir a presente ação rescisória e, no mérito, julgá-la parcialmente procedente, para desconstituir a sentença proferida nos autos da reclamação trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, bem como declarar a nulidade de todos os atos processuais a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, determinando a reabertura da instrução, com a designação de nova audiência, para a qual a empresa reclamada deverá ser notificada pela via postal, e prolação de sentença conforme o juízo de origem entender de direito. Custas pelo réu, no valor de R$ 536,07 (quinhentos e trinta e seis reais e sete centavos), das quais fica isento, na forma do art. 790-A da CLT. Honorários de sucumbência pelo réu, no valor de R$ 1.340,18 (mil trezentos e quarenta reais e dezoito centavos), equivalentes a 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 791-A da CLT, c/c art. 98, § 2º do CPC/2015, condicionado o pagamento à prova pela parte credora da superveniente capacidade econômica, dentro do prazo de dois anos após o trânsito em julgado da condenação. Tudo conforme fundamentação.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº AR-0000002-75.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
AUTOR	B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - EPP
ADVOGADO	PATRICK STEFANO DE SOUZA GADELHA(OAB: 9044/AM)
RÉU	MAILZON GASPAR DOS REIS
ADVOGADO	GUSTAVO GODINHO SIQUEIRA(OAB: 10671/AM)
ADVOGADO	JULIANA ALMEIDA FERREIRA(OAB: 7029/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- MAILZON GASPAR DOS REIS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000002-75.2019.5.11.0000 (AR)

AUTOR: B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP

RÉU: MAILZON GASPAR DOS REIS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. NULIDADE DE NOTIFICAÇÃO. Comunicando o trabalhador o endereço correto da empresa antes da sessão inaugural de audiência e sendo a mesma notificada por edital e, posteriormente, declarada revel e confessa quanto à matéria de fato, com sentença condenatória transitada em julgado, há contrariedade ao texto legal, que vicia o ato condenatório, por violação ao exercício da ampla defesa pela autora nos termos dos artigos 5º, inciso LIV, da Constituição da República, 841 da CLT e 239 do CPC. **Ação rescisória admitida e parcialmente procedente.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória, em que são partes, como autora, B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP e, como réu, MAILZON GASPAR DOS REIS.

Trata-se de ação rescisória, com pedido liminar, ajuizada por B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP em desfavor de MAILZON GASPAR DOS REIS, com fundamento no artigo 966, VIII, do Código de Processo Civil.

A autora aduz que houve nulidade de sua citação na reclamatória trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, uma vez que, embora a parte reclamante tenha indicado na exordial o endereço correto da empresa, foi citada por edital, sem qualquer comprovação de tentativa anterior de notificação por outro meio, o que acarretou no indevido reconhecimento de sua revelia e na impossibilidade de exercer o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório. Pugnou, dessa feita, liminarmente, pela suspensão do processo n° 0000307-81.2018.5.11.0101, o qual se encontra em fase executória, em razão do vício citatório.

No mérito, requer a rescisão da sentença, com a prolação de novo julgamento, e a consequente desconstituição de todos os atos processuais praticados após a sua respectiva citação. Requereu a concessão do benefício da justiça gratuita. Deu à causa o valor de R$ 26.803,69 (vinte e seis mil oitocentos e três reais e sessenta e nove centavos).

Tutela de urgência deferida, conforme decisão de Id 63bf017.

Em contestação (Id 9477c00), a parte requerida alegou que a empresa tomou ciência da existência da reclamação trabalhista, conforme documento de Id dd9a7cb - pág. 41, contudo não consta dos autos originários a prova da notificação quanto à mudança da data da audiência, de 24/9/2018 para 21/9/2018, o que teria ocasionado a ausência da parte.

Regulamente intimadas, as partes deixaram transcorrer "in albis" o prazo legal para apresentarem razões finais, conforme certidão de Id c89ce78.

O "Parquet" (Id 38d76bf) manifestou-se pelo prosseguimento do feito, por não vislumbrar interesse público tutelável, reservando-se, contudo, o direito à futura manifestação.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Admito a presente ação rescisória, porquanto atendidos os seus pressupostos de admissibilidade.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Requer a autora o reconhecimento de nulidade de citação, a fim de que seja anulado o processo principal, a partir da notificação editalícia, e proferida nova decisão de mérito.

Aprecio.

Compulsando o processo originário (RT n° 0000307-81.2018.5.11.0101) no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, verifico que, embora tenha o próprio trabalhador fornecido o endereço certo da empresa, conforme petição inicial de Id cd45d46 (dos autos originários), e a empresa reclamada tenha recebido a primeira notificação postal, para comparecer à audiência designada para 24/9/2018 (Id ce9dabf), houve redesignação do ato para 21/9/2018 (três dias antes da data inicialmente marcada), conforme

certidão de Id 7bc3fb5, sendo expedida nova correspondência de notificação (Id 1d7ac10), concomitantemente ao edital de Id 9a7a04f.

Em seguida, nos termos do que se depreende do termo de audiência de Id eb4b37a, a reclamada, ora autora, foi considerada revel, por não ter comparecido ao ato, sendo-lhe aplicada, em sentença (Id 09f01dd) a presunção relativa de veracidade das alegações formuladas pelo trabalhador.

Nesse sentido, nos termos do art. 841 da CLT c/c art. 256 do CPC, a notificação por edital é medida excepcional, que somente se justifica nas hipóteses em que a parte ré criar embaraços ao recebimento da comunicação, não for encontrada ou estiver em local incerto, desconhecido ou inacessível, fato que aparentemente não ocorreu no processo originário, sobretudo porque, além de o reclamante ter indicado o endereço da sede da reclamada em sua inicial, a primeira notificação foi encaminhada e efetivamente recebida no citado endereço. Reitere-se que, no presente caso, não se verificou a frustração da notificação postal para, em seguida, proceder-se à notificação por edital, uma vez que ambas foram expedidas no mesmo dia 4 de setembro de 2018, conforme documentos de Id dd9a7cb - págs. 34 e 38.

Como visto, a citação por edital apenas será cabível quando desconhecido ou incerto o citando ou quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que ele se encontrar, de onde se extrai o seu caráter excepcional, afinal, a regra é a de que o ato citatório seja endereçado para o domicílio da parte a ser citada, sendo que, no caso de pessoa jurídica de direito privado, para o local em que funcionar a sua respectiva administração ou que for eleito em seu respectivo ato constitutivo, a teor do artigo 75, IV, do Código Civil.

Dessa feita, ao ter sido informado pelo próprio reclamante do endereço correto da empresa, jamais poderia o magistrado ter ignorado tal dado, sob pena de macular a própria validade da relação processual, conforme ocorreu na casuística, ocasião em que a relação, de acordo com o cenário exposto pela autora, já "nasceu" doente.

Transcrevo, ainda, o artigo 256, §3°, do CPC, que assegura o seguinte:

"O réu será considerado em local **ignorado** ou **incerto** se **infrutíferas as tentativas de sua localização**, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos" (n.n).

Ora, se o próprio trabalhador comunicou ao juízo o domicílio correto da empresa, ela, por óbvio, não se encontrava em local ignorado ou incerto hábil a justificar a sua, excepcionalíssima, notificação por edital.

Destaco, por fim, que, conquanto se trate de questão eminentemente processual, por se encontrar intimamente relacionada com a própria validade da sentença de mérito proferida pelo magistrado, o presente caso, indiscutivelmente, é passível de ação rescisória, nos termos do previsto na Súmula n° 412 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho: *"Pode **uma questão processual** ser objeto de rescisão desde que consista em **pressuposto de validade de uma sentença de mérito**"* (n.n).

Incabível, no entanto, o pleito da autora no sentido de que seja proferido novo julgamento, uma vez que não há elementos para tal, posto que prejudicada a instrução processual pela ausência da reclamada à audiência, devido à falha no procedimento de notificação, e consequente decretação indevida de sua revelia.

Assim, faz-se necessária a anulação de todos os atos praticados na reclamatória a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, com a reabertura da instrução e prolação de nova sentença, conforme o juízo de origem entender de direito.

Por fim, concedo ao réu o benefício da justiça gratuita, a teor do artigo 790, §3°, da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que o salário percebido no curso do contrato de trabalho, de R$ 2.283,85 mensais (Id dd9a7cb - pág. 13), é inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, atualmente equivalente a R$ 2.335,78.

Conclusão do recurso

Em conclusão, admito a presente ação rescisória e, no mérito, julgo-a parcialmente procedente, para desconstituir a sentença proferida nos autos da reclamação trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, bem como declarar a nulidade de todos os atos processuais a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, determinando a reabertura da instrução, com a designação de nova audiência, para a qual a empresa reclamada deverá ser notificada pela via postal, e prolação de sentença conforme o juízo de origem entender de direito. Custas pelo réu, no valor de R$ 536,07 (quinhentos e trinta e seis reais e sete centavos), das quais fica isento, na forma do art. 790-A da CLT. Honorários de sucumbência pelo réu, no valor de R$ 1.340,18 (mil trezentos e quarenta reais e dezoito centavos), equivalentes a 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 791-A da CLT, c/c art. 98, § 2º do CPC/2015, condicionado o pagamento à prova pela parte credora da superveniente capacidade econômica, dentro do prazo de dois anos após o trânsito em julgado da condenação. Tudo conforme fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do Trabalho: Presidente:SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, VALDENYRA FARIAS THOMÉ, e JOICILENE JERONIMO PORTELA. Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da **SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, admitir a presente ação rescisória e, no mérito, julgá-la parcialmente procedente, para desconstituir a sentença proferida nos autos da reclamação trabalhista nº 0000307-81.2018.5.11.0101, bem como declarar a nulidade de todos os atos processuais a partir da notificação da reclamada quanto à redesignação da audiência para o dia 21/9/2018, determinando a reabertura da instrução, com a designação de nova audiência, para a qual a empresa reclamada deverá ser notificada pela via postal, e prolação de sentença conforme o juízo de origem entender de direito. Custas pelo réu, no valor de R$ 536,07 (quinhentos e trinta e seis reais e sete centavos), das quais fica isento, na forma do art. 790-A da CLT. Honorários de sucumbência pelo réu, no valor de R$ 1.340,18 (mil trezentos e quarenta reais e dezoito centavos), equivalentes a 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, nos termos do art. 791-A da CLT, c/c art. 98, § 2º do CPC/2015, condicionado o pagamento à prova pela parte credora da superveniente capacidade econômica, dentro do prazo de dois anos após o trânsito em julgado da condenação. Tudo conforme fundamentação.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº MSCiv-0000235-72.2019.5.11.0000

Relator	MARIA DE FATIMA NEVES LOPES
IMPETRANTE	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
IMPETRADO	Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Manaus
TERCEIRO INTERESSADO	ODIRLEI DO CARMO SILVA
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- ODIRLEI DO CARMO SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000235-72.2019.5.11.0000 (MSCiv)

IMPETRANTE: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA

IMPETRADO: JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RELATORA: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DEPÓSITO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. RECLAMATÓRIA AJUIZADA DEPOIS DE 11/11/2017. A decisão interlocutória que determina o prévio depósito de honorários periciais pela reclamada, em ação ajuizada após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/17, infringe diretamente a regra do art. 790-B "caput" e §3º, da CLT, motivo pelo qual se faz necessária a reversão da ordem pela via mandamental. **Segurança concedida.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança, em que são partes, como impetrante, SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA e, como impetrado, o JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, requerendo a concessão de segurança para que o Juízo impetrado se abstenha de exigir o adiantamento de honorários periciais pela impetrante, que figura como reclamada nos autos da reclamação trabalhista de nº 0001354-75.2018.5.11.0009. Ademais, postulou, em sede liminar, a suspensão do ato tido ilegal. Deu à causa o valor de R$100,00 (cem reais).

Por meio da decisão de Id 80a0ca4, foi concedida medida liminar, para suspender a decisão do juízo de primeiro grau que determinou a emenda à petição inicial, para liquidação dos pedidos.

A autoridade coatora não prestou informações, conforme certidão de Id 7cfe361.

O "Parquet" pronunciou-se (Id 976da0d) pela inexistência de interesse capaz de ensejar sua atuação, reservando-se o direito à futura manifestação, caso entenda necessário.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Admito o "mandamus", porquanto preenchidos os seus requisitos de admissibilidade.

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

O ato questionado no presente mandado de segurança consiste em decisão (Id 2e60813) exarada em audiência pelo Excelentíssimo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, na reclamação trabalhista de nº 0001354-75.2018.5.11.0009, por meio da qual foi determinado o adiantamento de honorários periciais pela reclamada, ora impetrante. Argumenta que a determinação judicial é ilegal e abusiva, destacando que o art. 790-B, §3º, da CLT, impede o juízo de determinar o pagamento adiantado dos honorários periciais. Ademais, ressalta que a ação foi ajuizada em 30/11/2018, ou seja, após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017.

Analiso.

Conforme já consignado na decisão liminar de Id 80a0ca4, os documentos juntados à inicial demonstram de maneira clara que o juízo ordenou que a reclamada antecipasse o valor relativo aos honorários periciais, conforme se depreende da ata de audiência de Id 2e60813 - pág. 2.

Trata-se de determinação que viola o disposto no art. 790-B, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, ao determinar que os honorários periciais devem ser pagos pela parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. Ademais, o §3º do mesmo artigo prevê, ainda, que é vedado ao juízo exigir o adiantamento de valores para a realização de perícias.

Cabe salientar, ademais, que o C. TST vem conferindo plena aplicabilidade aos dispositivos legais em comento, conforme se pode observar nos seguintes julgados, nos quais, igualmente em sede de mandado de segurança, foram revertidas decisões semelhantes à que ora se impugna, isto é, afastada a ordem de adiantamento de honorários periciais, vejamos:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO ANTECIPADO. Em se tratando de típica lide trabalhista (decorrente de relação de emprego), a determinação judicial de antecipação dos honorários do perito, a cargo da parte reclamada (ora impetrante), consubstancia ilegalidade passível de saneamento por meio do mandado de segurança. Esse é o entendimento que veio a ser albergado pela Orientação Jurisprudencial nº 98 da SBDI-2 do TST, "in verbis": "É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito." O novel art. 790-B, § 3º, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, reproduz esse entendimento. Recurso ordinário conhecido e provido" (RO-157-96.2018.5.08.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 23/08/2019).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR CONSUBSTANCIADO NA DETERMINAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PELA IMPETRANTE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 98 DA SBDI -2 DO TST. VEDAÇÃO DA EXECUÇÃO ANTECIPADA. Cuida-se de mandado de segurança em que se pretende cassar ato que determinou à impetrante o adiantamento dos honorários periciais. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que "é ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito" (Orientação Jurisprudencial nº 98 da SBDI-2 do TST). Conclui-se, portanto, que a decisão impugnada importou em afronta a direito líquido e certo da impetrante, justificando-se a concessão da segurança postulada. Precedentes específicos desta SBDI-2. Recurso ordinário conhecido e provido " (RO-80143-46.2017.5.22.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 24/05/2019).

Dessa forma, a decisão impugnada, ao determinar o prévio depósito de honorários periciais pela reclamada, infringe as regras processuais do art. 790-B, "caput" e §3º da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/17, já vigente à época do ajuizamento, constituindo o mandado de segurança via adequada para impugnar o ato.

Pelo exposto, concedo a segurança pretendida, a fim de cassar a determinação de depósito prévio dos honorários periciais pela reclamada, ora impetrante, nos autos da reclamatória trabalhista nº 0001354-75.2018.5.11.0009.

Conclusão do recurso

Em conclusão, admito a presente ação mandamental e, no mérito, concedo a segurança pleiteada, para cassar a decisão interlocutória que determinou o depósito prévio de honorários periciais pela reclamada, ora impetrante, nos autos da reclamatória trabalhista nº 0001354-75.2018.5.11.0009. Custas pela União, no montante de R$ 10,64, calculadas sobre o valor da causa, de R$ 100,00, com isenção do pagamento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Tudo conforme fundamentação./lpf

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Exmas. Desembargadoras do

Trabalho: Presidente:SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS; Relatora: MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES; VALDENYRA FARIAS THOMÉ e JOICILENE JERONIMO PORTELA.

Procurador Regional: Exmº. Dr. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO, Procurador-Chefe da PRT da 11ª Região.

POSTO ISSO,

ACORDAM os membros integrantes da **SEÇÃO ESPECIALIZADA II** do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, admitir a presente ação mandamental e, no mérito, conceder a segurança pleiteada, para cassar a decisão interlocutória que determinou o depósito prévio de honorários periciais pela reclamada, ora impetrante, nos autos da reclamatória trabalhista nº 0001354-75.2018.5.11.0009. Custas pela União, no montante de R$ 10,64, calculadas sobre o valor da causa, de R$ 100,00, com isenção do pagamento, nos termos do art. 790-A, I, da CLT. Tudo conforme fundamentação.

Sala de Sessões, Manaus, 25 de setembro de 2019.

Assinatura

Maria de Fátima Neves Lopes

relatora

VOTOS

1ª Turma
Acórdão
Acórdão

Processo Nº ROT-0002040-87.2015.5.11.0004

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	TALVANI FRANCO LEITE BRITO(OAB: 680/AM)
RECORRIDO	LUIS CARLOS DA SILVA BATISTA
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- LUIS CARLOS DA SILVA BATISTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0002040-87.2015.5.11.0004 (ROT)

RECORRENTE: INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA.

Advogado: Talvani Franco Leite Brito

RECORRIDO: LUIS CARLOS DA SILVA BATISTA

Advogado: Rodrigo Waughan de Lemos

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Em respeito ao princípio do livre convencimento motivado que confere ao juiz liberdade para apreciar as provas dos autos (art. 371 do CPC), sana-se a omissão para registrar que este Colegiado, em respeito ao pressuposto da segurança aos sujeitos da relação jurídica controvertida, acolheu o laudo pericial produzido nos autos como razão de decidir, em detrimento das provas emprestadas trazidas pela embargante, sem qualquer efeito modificativo. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como embargante, **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA.** e, como embargado, **LUIS CARLOS DA SILVA BATISTA.**

O reclamado opôs os embargos de declaração de ID-ecc1e70 com fim prequestionatório, alegando obscuridade no acórdão de ID-3e1892b em relação à aplicação da Súmula 448, inciso I, do TST, e falta de fundamentação quanto aos laudos emprestados da embargante.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Alega a embargante que o acórdão embargado padece de obscuridade, no sentido de que afirma que a constatação de insalubridade insere a função na relação de atividades insalubres, contudo condena ao pagamento de adicional por estar acima do limite de tolerância, não ficando claro se a função do reclamante de motorista está ou não na relação do ministério do Trabalho e ainda se é da competência do Ministério do Trabalho e Emprego a realização da lista de atividades insalubres, e ainda qual o dispositivo legal que autoriza o perito ou o juízo inserir funções na relação expedida pelo Ministério do Trabalho, e se a decisão afasta ou não a aplicação da parte final da Súmula 448 do TST.

Alega, ainda, que o acórdão consignou que aplicação da Súmula 448 do TST foi decidida pelo IUJ, ficando pacificada a relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo em vista que a NR 15 dispões que as atividades insalubres são aquelas consideradas acima dos limites de tolerância.

Aduz que a decisão restou obscura no que tange aos fundamentos fáticos e jurídicos que levaram ao não acolhimento da prova emprestada da empresa, já que nos laudos (provas da empresa) foram realizadas medições nas mesmas condições, ou seja, deixou de justificar o motivo de ter desconsiderado as demais provas carreadas aos autos pela embargante de ID-3f3ec5f e demais. À análise.

O acórdão embargado consignou claramente que a NR 15, que trata das atividades insalubres, apresenta um rol exemplificativo de agentes nocivos à saúde do trabalhador, dentre eles o ruído, calor, e vibração, nos anexos 1, 3 e 8, respectivamente, *não apresentando um rol de profissões ou atividades*que se submetem a estes três agentes.

Logo, a função do reclamante (motorista de ônibus urbano), obviamente, não se encontra ali relacionada, assim como nenhuma outra, pois referidos anexos apenas estabelecem limites de exposição a ruído, calor e vibração, não relacionando funções ou profissões. No caso, a perícia realizada nos termos do art. 195 da CLT, indicado no acórdão, constatou exposição a calor acima do limite de tolerância.

Em verdade, a embargante confunde atividade com função. Mesmo o anexo 13, indicado como exemplo no acórdão, não relaciona funções ou profissões, mas apenas atividades ou operações envolvendo agentes químicos.

Assim sendo, não assiste razão à embargante quanto à alegação de obscuridade no acórdão embargado, o qual consignou ainda que IUJ nº 0000042-62.2016.5.11.0000 uniformizou o entendimento jurisprudencial desta Corte Regional, no sentido de que a caracterização da insalubridade fique a cargo da perícia, sempre que possível a sua realização.

Assiste razão à embargante, contudo, apenas quanto à ausência de fundamentos fáticos e jurídicos do não acolhimento das provas emprestadas que a mesma trouxe aos autos.

Assim sendo, e em respeito ao princípio do livre convencimento motivado que confere ao juiz liberdade para apreciar as provas dos autos (art. 371 do CPC), sano a omissão para registrar que este Colegiado, em respeito ao pressuposto da segurança aos sujeitos da relação jurídica controvertida, acolheu o laudo pericial **produzido nos autos** como razão de decidir, em detrimento das provas emprestadas trazidas pela embargante.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço dos embargos de declaração e concedo-lhe provimento parcial para sanar a omissão, na forma da fundamentação, sem qualquer efeito modificativo.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração e conceder-lhe provimento parcial para sanar a omissão, na forma da fundamentação, sem qualquer efeito modificativo.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº AP-0002369-66.2015.5.11.0015

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
AGRAVADO	MINERACAO TABOCA S A
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS MARTELOZZO(OAB: 261391/SP)
ADVOGADO	LUCIANA GONZALEZ DOS SANTOS(OAB: 216743/SP)
AGRAVADO	CAMYLLA NUNES SANTANA
AGRAVADO	RICARDO PIETROBELLI
ADVOGADO	MICHELLEN DE LIMA ALVES(OAB: 10367/AM)
AGRAVANTE	JONAS OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO	WILSON COSTA ARAUJO(OAB: 2232/AM)
AGRAVADO	3M ENGENHARIA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- 3M ENGENHARIA LTDA - ME
- CAMYLLA NUNES SANTANA
- JONAS OLIVEIRA FERREIRA
- MINERACAO TABOCA S A
- RICARDO PIETROBELLI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0002369-66.2015.5.11.0015 (AP)

EMBARGANTES: MINERACAO TABOCA S.A.

Advogados: Marcos Vinicius Martelozzo e Luciana Gonzáles dos Santos

RICARDO PIETROBELLI

Advogada: Michellen de Lima Alves

EMBARGADOS: 3M ENGENHARIA LTDA - ME

RICARDO PIETROBELLI

Advogada: Michellen de Lima Alves

CAMYLLA NUNES SANTANA

JONAS OLIVEIRA FERREIRA

Advogado: Wilson Costa Araújo

MINERAÇÃO TABOCA S.A.

Advogados: Marcos Vinicius Martelozzo e Luciana Gonzáles dos Santos

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA MINERAÇÃO TABOCA S.A. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. Nega-se provimento aos embargos de declaração tendo em vista que não configurada obscuridade no julgado. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SR. RICARDO PIETROBELLI. OMISSÃO. Concede-se provimento parcial aos embargos de declaração para sanar omissão na forma da fundamentação, sem efeito modificativo.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em agravo de petição, nos quais figuram, como embargantes, **MINERAÇÃO TABOCA S.A.** e **RICARDO PIETROBELLI**e, como embargados, **JONAS OLIVEIRA FERREIRA, 3M ENGENHARIA LTDA., MINERAÇÃO TABOCA S.A., RICARDO PIETROBELLI** e **CAMYLLA NUNES SANTANA.**

MINERAÇÃO TABOCA S.A., devedora subsidiária, opôs os embargos de declaração de ID-3f10460, alegando que o acórdão de ID-129ed14 incorreu em obscuridade, pois apesar de manter o sócio da reclamada no polo passivo e a penhora efetivada, determinou o imediato direcionamento da execução contra a Mineração Taboca S. A.

O Sr. RICARDO PIETROBELLI, ex-sócio da reclamada, por sua vez, opôs os embargos de declaração de ID-de88b4c, alegando omissão e obscuridade no acórdão.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA MINERAÇÃO TABOCA S.A.

Alega a embargante que o que o acórdão embargado de ID-129ed14 incorreu em obscuridade, pois apesar de manter o sócio da reclamada no polo passivo e a penhora efetivada, determinou o imediato direcionamento da execução contra a Mineração Taboca S. A.

Argumenta que já há despacho determinando o redirecionamento da execução em face dos sócios e sucessivamente as consultas ao sistema BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, conforme despacho de ID-23cbe2a, havendo, inclusive, informação nos autos de bens suficientes para satisfação do crédito exequendo, como se verifica dos documentos de IDs-d4b2dbd e 2b1e0d8 juntados pelo sócio da primeira ré.

Assim, entende a embargante que a execução deve prosseguir contra os sócios da primeira reclamada constantes na certidão de ID-2ff44b5 antes do direcionamento da execução em face da embargante.

Sem razão a embargante.

É certo que, diante dos atos executórios infrutíferos em face da devedora principal (3M ENGENHARIA LTDA.), o juízo executório redirecionou a execução para os sócios desta, conforme despacho de ID-23cbe2a, determinando a citação e consultas aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD/DOI.

Dos sócios constantes da certidão de consulta à JUCEA, Sr. RICARDO PIETROBELLI e Sra. CAMYLLA NUNES SANTANTA (ID -2ff44b5), a consulta ao BACEN resultou positiva tão somente em relação ao Sr. RICARDO PIETROBELLI, resultando no bloqueio integral do crédito exequendo de R$15.731,69.

Posteriormente, julgando procedentes os embargos à execução do ex-sócio, o juízo executório determinou o levantamento da constrição judicial daqueles valores e o prosseguimento da execução contra a devedora subsidiária Mineração Taboca S.A. Insatisfeita, a embargante interpôs agravo de petição.

O acórdão embargado deu provimento ao agravo de petição para reconhecer a legitimidade do sócio retirante RICARDO PIETROBELLI para figurar no polo passivo da execução e manter a penhora de valores em sua conta poupança, deixando assentado em seus fundamentos que, "considerando ainda os princípios da efetividade da execução e da celeridade processual, se eventualmente os atos executórios até aqui praticados não forem suficientes para quitação do crédito exequendo, direcione-se de imediato a execução contra a devedora subsidiária", ora embargante.

Conforme se verifica, nenhuma obscuridade há no julgado.

A uma porque o próprio juízo executório, por meio da sentença de embargos à execução, redirecionou a execução à devedora subsidiária, tendo o acórdão embargado reformado a decisão apenas para manter o bloqueio de valores do ex-sócio da reclamada.

A duas, porque a responsabilidade é fixada inicialmente em relação às pessoas jurídicas, empregadora e tomadora, sucessivamente, sendo desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto à devedora principal e seus sócios para direcionar a execução contra o devedor subsidiário, conforme Súmula 27 deste Tribunal.

Diante do exposto, nego provimento aos embargos da declaração da devedora subsidiária.

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SR. RICARDO PIETROBELLI

Alega o embargante que o documento de ID-d4b2dbd aponta especificamente o saldo na conta bloqueada que é de R$29.815,07 e não uma reserva de R$195.492,78, residindo nesse ponto erro/obscuridade.

Argumenta que o bloqueio de valores ocorreu na sua única conta bancária, apontada em sua declaração de imposto de renda (ID-d4b2dbd), que comprova que jamais recebeu nenhum valor da pessoa jurídica 3M ENGENHARIA LTDA.

Assevera que o extrato bancário de ID-7ed700f, onde consta saldo negativo de R$51.619,73 e cuja análise restou omissa, corrobora a inexistência de saldo superior aos quarenta salários mínimos em conta poupança/corrente, a qual se tratando de única conta bancária é imperioso o reconhecimento da mesma como conta de natureza salário.

Afirma que sua responsabilidade deveria se dar em patamar equivalente a sua cota societária que era de 1% do capital social, conforme contrato social de ID-6c5c21d, questão sobre a qual o acórdão foi omisso.

Alega entendimento obscuro em relação ao período de responsabilização, uma vez que o acórdão reconheceu que a retirada do sócio de fato ocorreu um mês após a contratação do reclamante. Razão pela qual, entende que a responsabilidade, nos termos do art. 1032 do CCB, é do período em que o sócio compôs a sociedade e não de atos após sua saída, pois o embargante não contribuiu ou atuou para prejuízo do reclamante.

Razão parcial assiste ao embargante.

Apenas quanto à alegação da limitação da responsabilidade do embargante ao limite de suas cotas no capital social, o acórdão resultou omisso. Razão pela qual, passo a saná-la.

Considerando que é solidária a responsabilidade dos sócios pelo débito trabalhista da sociedade, decorrente da desconsideração da personalidade jurídica, qualquer um deles, seja administrador ou sócio minoritário sem poderes de gestão, pode responder pelo valor total da dívida, conforme art. 275 do CCB.

Logo, não há que se falar em responsabilidade em patamar equivalente a sua cota societária que era de 1% do capital social.

No mais, o acórdão embargado não padece dos vícios alegados pelo embargante, conforme transcrição abaixo:

"O exequente foi admitido na reclamada 3M ENGENHARIA LTDA. em 15/6/2015 e um mês depois, isto é, em 16/7/2015 o executado RICARDO PIETROBELLI retirou-se da sociedade, sendo que a alteração contratual somente foi averbada na JUCEA em 1º/4/2016, conforme documento de ID-29146b2.

Ainda que por curto período, a atuação de RICARDO PIETROBELLI como sócio da reclamada abrange o período do contrato de trabalho do exequente. Por outro lado, o art. 1.032 do CCB estabelece a responsabilidade do sócio retirante até 2 anos após a averbação da resolução da sociedade, não eximindo a sua responsabilidade no caso de retirada e exclusão, pelas obrigações posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

'Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a
resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.'

Verifico que a averbação da saída do ex-sócio se deu tão somente em 01/04/2016 (ID-29146b2). A regra estabelecida pelo Código Civil é clara quanto à responsabilização do sócio retirante até que ocorra a averbação junto ao órgão competente, respondendo não só pelo primeiro mês do contrato de trabalho do autor, mas também até o seu encerramento, tendo em vista a falta de diligência em averbar a sua saída. Friso por oportuno que a decisão que incluiu os sócios no polo passivo da demanda se deu em 16 de maio de 2016 (ID 23cbe2a), dentro portanto do prazo previsto na Lei para responsabilização do ex-sócio.

Diante do exposto, resulta patente a legitimidade de RICARDO PIETROBELLI para figurar no polo passivo da execução.

No que toca ao bloqueio de valores em caderneta de poupança do sócio retirante, a norma do art. 833, X do CPC tem caráter imperativo. Portanto, é ilegal a penhora de valores de caderneta de poupança cujo montante depositado não atinja 40 salários mínimos. Ressalte-se que a exceção prevista no §2º do atual art. 833 do CPC, que autoriza a penhora de conta poupança independente de limite para pagamento de prestação alimentícia, não admite interpretação ampliativa, sendo a prestação alimentícia espécie e

não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista, conforme Orientação Jurisprudencial nº 153 da SDI-II do TST.

Contudo, o sócio retirante não logrou demonstrar que a importância bloqueada de R$15.731,69 integrava o limite de 40 salários mínimos estabelecido no inciso X do art. 833 do CPC. Ao contrário, a sua declaração de imposto de renda do exercício 2015 demonstra reserva financeira de R$195.492,78 (ID-d4b2dbd) vinculada à mesma conta, quantia bem superior ao limite de 40 salários mínimos protegido pela impenhorabilidade.

Diante do exposto, determino que seja mantida a penhora de valores em conta poupança do sócio retirante."

Saliento que o extrato bancário de ID-7ed700f, que demonstra a existência de saldo negativo, data de 10/10/2016, ou seja, posterior ao bloqueio via BACENJUD realizado em junho/2016, permanecendo a conclusão de que o embargante não logrou demonstrar que a importância bloqueada de R$15.731,69 integrava o limite de 40 salários mínimos estabelecido no inciso X do art. 833 do CPC.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Diante do exposto, conheço dos embargos de declaração; nego provimento aos embargos de declaração da MINERAÇÃO TABOCA S.A.; concedo provimento parcial aos embargos de declaração do SR. RICARDO PIETROBELLI para, sanando a omissão, rejeitar o pedido de limitação da responsabilidade ao total de suas cotas no capital social.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração; negar provimento aos embargos de declaração da MINERAÇÃO TABOCA S.A.; conceder provimento parcial aos embargos de declaração do SR. RICARDO PIETROBELLI para, sanando a omissão, rejeitar o pedido de limitação da responsabilidade ao total de suas cotas no capital social.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0001864-09.2014.5.11.0016

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	Espólio de LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO, representado por IZA APARÍCIO PORFÍRIO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRENTE	W PEREIRA NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO	MAGDALENA ARAUJO PEREIRA FERREIRA(OAB: 3836/AM)
ADVOGADO	LUCIANA VIANA CIDRONIO DE ANDRADE(OAB: 8104/AM)
RECORRIDO	W PEREIRA NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO	MAGDALENA ARAUJO PEREIRA FERREIRA(OAB: 3836/AM)
ADVOGADO	LUCIANA VIANA CIDRONIO DE ANDRADE(OAB: 8104/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	Espólio de LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO, representado por IZA APARÍCIO PORFÍRIO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- Espólio de LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO, representado por IZA APARÍCIO PORFÍRIO
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- W PEREIRA NAVEGACAO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0001864-09.2014.5.11.0016 (RO)

RECORRENTES: W PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA.

Advogadas: Magdalena Araújo Pereira Ferreira

e Luciana Viana Cidrônio de Andrade

ESPÓLIO DE LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO,

REPRESENTADO POR IZA APARÍCIO PORFÍRIO

Advogado: Ademário do Rosário Azevedo

PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues

RECORRIDOS: OS MESMOS

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. DANO MATERIAL. Enquanto a pensão vitalícia, ora decorrente de acidente de trabalho, tem natureza reparatória de ato ilícito, cuja fonte normativa é o Código Civil, o benefício previdenciário tem natureza securitária, garantida pela contribuição mensal do empregado. Não havendo, no entanto, prova de nexo de causalidade entre as doenças do *de cujus* e suas atividades laborais na reclamada, não se pode impor às demandadas obrigação de indenização por dano material.

DANO MORAL. Embora o dano moral seja personalíssimo, a sua indenização possui natureza patrimonial, transmitindo-se aos herdeiros (art. 943, CCB). Não havendo relação de causalidade entre a doença do ex-empregado com as atividades laborais, improcedente o pedido de dano moral.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. RECLAMATÓRIA AJUIZADA ANTES DE 11/11/2017. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA

SINDICAL. Como se sabe a partir do dia 11/11/2017 passou a viger a Lei 13.467/2017, que prevê expressamente a aplicação dos honorários sucumbenciais na Justiça do Trabalho. Entretanto, as referidas disposições por terem conteúdo híbrido de normativa processual-material, somente podem ser aplicadas aos processos ajuizados após a supramencionada data. Dessa forma, considerando a data de ajuizamento da reclamatória em tela, há de se aplicar o disposto na Súmula 219 do C.TST. Ainda que a presente ação verse sobre responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho, a norma a ser aplicada em relação ao pedido de honorários advocatícios é a trabalhista. Não se encontrando o recorrente assistido pelo sindicato da categoria profissional, há que se manter a improcedência dos honorários advocatícios.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. ADICIONAL DE CONFINAMENTO. EXTENSÃO A EMPREGADOS TERCEIRIZADOS DA PETROBRAS. POSSIBILIDADE. A extensão do direito ao adicional de confinamento aos empregados que laboram no Porto de Urucu, sejam empregados diretos da litisconsorte ou terceirizados, em razão de vivenciarem a mesma situação laboral, considerando as peculiaridades dos rincões amazônicos, faz com que se estenda à situação concreta com base no art.7º, XXXII, da CF, que nada mais é do que a regulamentação constitucional do princípio da isonomia. A igualdade no tratamento de trabalhadores submetidos à mesma condição de trabalho é impositiva, pois do contrário violaria os artigos 5º, II, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.

RECURSO ORDINÁRIO DA LITISCONSORTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A decisão do STF no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF, reconhecendo a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, não afastou a aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula 331, IV, do TST, mas exigiu a verificação da culpa *in vigilando* do ente público como pressuposto para definição da responsabilidade subsidiária, não podendo esta decorrer da simples inadimplência do prestador de serviços. Cabia à reclamante provar a ausência de fiscalização do ente público, ônus do qual se desincumbiu nos termos do art. 818 da CLT, configurando assim, a responsabilidade subsidiária.

Recurso ordinário da reclamante conhecido e parcialmente provido para reconhecer sua legitimidade ativa para pleitear indenização por danos morais e, no mérito, julgar improcedente este pedido.

Recurso ordinário da reclamada conhecido e não provido.

Recurso ordinário da litisconsorte conhecido e não provido.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recursos ordinários oriundos da MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus, em que são partes como recorrentes, **ESPÓLIO DE LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO representado por IZA APARÍCIO PORFÍRIO, W PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA.** e **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS** e, como recorridos, **OS MESMOS.**

IZA APARÍCIO PORFÍRIO, esposa do *de cujus*, postula o pagamento das seguintes verbas: FGTS 8% (92 meses), adicional de confinamento e repercussões, danos morais (R$163.809,00), danos materiais (R$182.614.27) e honorários advocatícios. Alega que o *de cujus* ingressou na reclamada em 15/4/2006, na função de cozinheiro fluvial, prestando serviços para a litisconsorte PETROBRAS, em regime de confinamento 60/15 em Urucu, AM, sendo 02 dois dias para translado, das 06h00 às 18h00, mediante salário mensal de R$1.638,09, tendo seu contrato de trabalho rescindido no dia 21/10/2013, em razão de ter vindo a óbito.

A **sentença** MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus (ID-8218cda) declarou a prescrição quinquenal das parcelas anteriores a 28/10/2009 e extinguiu sem resolução de mérito o pleito de indenização por danos morais por ilegitimidade ativa. No mérito, julgou PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para efeito de CONDENAR a reclamada W PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA e subsidiariamente a litisconsorte PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS a pagarem ao reclamante Espólio de LÁZARO CORDEIRO PORFÍRIO, representado por IZA APARÍCIO PORFÍRIO o *quantum*a ser apurado, pela Contadoria da Vara, em liquidação de sentença, relativa aos pleitos deferidos de: 30% de adicional de confinamento, relativo ao período laboral não prescrito de 28/10/2009 a 21/10/2013. Defere-se o reflexo do adicional de confinamento sobre 13º salário, férias + 1/3 e FGTS 8% pagos no

citado período. No cálculo do pleito de adicional de confinamento, deverá ser levado em consideração a média salarial constante dos contracheques anexados aos autos, limitado o valor apurado ao quantum requerido na inicial a tal título. DETERMINA-SE a reclamada que comprove o recolhimento dos depósitos faltantes de FGTS relativos ao período laboral do de cujus (15/04/2006 a 21/10/2013), conforme extrato analítico de Id-753d3e5, sob pena de em não sendo comprovado, no prazo de 48 horas, após o trânsito em julgado desta decisão, ser procedida à imediata liquidação dos referidos depósitos faltantes. Deferido o benefício da justiça gratuita ao autor.

A reclamante, a reclamada e a litisconsorte recorreram ordinariamente (IDs-1104b61, 310a2e4 e c456d57).

A reclamante apresentou contrarrazões aos recursos da reclamada (ID-20016bb) e do litisconsorte (ID-b515a39).

A litisconsorte apresentou contrarrazões ao recurso da reclamante (ID-f436f72).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos recursos ordinários, porque preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade.

DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE

Dos danos materiais e morais

O juízo sentenciante extinguiu sem resolução de mérito o pleito de indenização por danos morais por ilegitimidade ativa, entendendo que dano moral é efeito personalíssimo; e indeferiu o pedido de dano material, tendo em vista que a reclamante declarou que atualmente recebe a pensão do falecido, em torno de R$1.400,00 e, considerando que os contracheques anexados aos autos dão conta que a remuneração do falecido era com base em tal média salarial, tem-se que a autora recebe pensão mensal com base no que é devido ante a remuneração recebida pelo *de cujus*, pelo que, nada há que se falar em dano material em razão de lucro cessante e redução de sua força laborativa.

Insatisfeita, alega a recorrente que, além da agressividade do ambiente de trabalho, seu esposo era exposto a jornada de trabalho exaustiva, tendo que confeccionar alimentação para toda a tripulação, o que era incompatível com o quadro de saúde que lhe levou a óbito por infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardiorrespiratória, hiploglicemia e hipertensão arterial, inclusive na base da litisconsorte em Urucu.

Aduz que essas doenças estão relacionadas no Anexo B do Decreto 6.042/2007, como doenças do sistema circulatório relacionadas com o trabalho.

Aduz que a reparação dos danos materiais não se compensa com os valores recebidos do INSS de acordo com o colocado constitucionalmente no art. 7º, XXVIII, vez que o benefício previdenciário é fruto da contribuição feita pelo empregado e empregador durante a constância do contrato de trabalho. Assim, diz que fica evidente a responsabilidade civil para indenização por danos materiais, com base no art. 950 do CCB.

Em relação ao pedido de dano moral, sustenta sua legitimidade ativa, a teor do art. 1º da Lei 6.858/80, art. 1.829, I, do CCB, alegando que viveu as agruras da perda do esposo e que estamos diante do mais evidente caso de dano moral *in re ipsa*.

Por estas razões, requer a reforma da sentença para que sejam deferidos os pedidos de danos materiais e morais.

Analiso.

Dano material - Verifico que a autora não postula o pagamento de lucros cessantes e sim pensão vitalícia, em razão do falecimento de seu marido.

Assim, *data venia*, descabe o entendimento de que a pensão do falecido que a reclamante recebe do INSS já quita a indenização por dano material postulada.

O art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88, prevê a indenização reparatória independentemente do seguro social. No mesmo sentido, o art. 121 da Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê expressamente que o pagamento das prestações por acidente de trabalho pela Previdência social não exclui a responsabilidade civil de indenizar. Isto decorre da própria natureza dos institutos. Enquanto a pensão vitalícia, ora decorrente de acidente de trabalho, têm natureza reparatória de ato ilícito, cuja fonte normativa é o Código Civil, o benefício previdenciário tem natureza securitária, garantida pela contribuição mensal do empregado.

Ocorre que a responsabilidade civil pressupõe a existência concomitante de três requisitos: dano, culpa e nexo de causalidade. No caso, não há prova de nexo de causalidade entre as doenças do *de cujus* e suas atividades laborais na reclamada.

Ao contrário do que alega a recorrente, as doenças do *de cujus*não estão relacionada ao CNAE da reclamada (50.21-1 - cartão CPNJ de ID-522b201) nem da litisconsorte (09.10-6 - cartão de CPNJ de ID-b5ca974), não constando no Anexo II, Lista B, Grupo IX da CID-10, do Decreto 6.042/2007.

Portanto, não existe sequer nexo técnico epidemiológico (NTEP). Logo, não se pode impor às demandadas obrigação de indenização por dano material.

Dano moral - Embora o dano moral seja personalíssimo, a sua indenização possui natureza patrimonial, transmitindo-se aos herdeiros (art. 943, CCB). Ademais, conforme o art. 1º da Lei 6.858/80, que dispõe sobre o pagamento aos dependentes ou sucessores de valores devidos pelos empregadores e não recebidos em vida pelos titulares, estão habilitados para pleitear os direitos da relação de emprego os dependentes perante a Previdência Social e os sucessores previstos na lei civil, independente de inventário ou arrolamento.

Assim sendo, reformo a sentença para reconhecer a legitimidade ativa da autora para postular a indenização por dano moral e, encontrando-se os autos em condição de imediato julgamento (art. 1013, §3º, CPC), passo logo a decidir o mérito.

No caso, julgo improcedente o pedido de dano moral, pela mesma razão do indeferimento do dano material, ou seja, ausência de prova de nexo de causalidade entre as doenças do *de cujus* e suas atividades laborais da reclamada.

Dos honorários advocatícios

Alega a recorrente que os arts. 389 e 404 do CCB determinam que a reparação do dano inclui o pagamento de custas e honorários advocatícios e que o art. 944 garante que o dano seja reparado em sua integralidade, bem como a Súmula 53 da 1ª Jornada de Direito do Trabalho.

Aduz que a Súmula 219 do TST traz a possibilidade do deferimento dos honorários nas causas em que não derivarem da relação de emprego, como no caso em apreço.

Sem razão a recorrente.

Como se sabe a partir do dia 11/11/2017 passou a viger a Lei 13.467/2017, que prevê expressamente a aplicação dos honorários sucumbenciais na Justiça do Trabalho. Entretanto, as referidas disposições por terem conteúdo híbrido de normativa processual-material, somente podem ser aplicadas aos processos ajuizados após a supramencionada data.

Dessa forma, considerando a data de ajuizamento da reclamatória em tela, há de se aplicar o disposto na Súmula 219 do C.TST, segundo o qual a parte deve estar assistida pelo sindicato da categoria profissional.

Embora a presente ação verse sobre responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho, encontrando, portanto, fundamento jurídico naquele ramo do direito, a norma a ser aplicada em relação ao pedido de honorários advocatícios é a trabalhista, uma vez que o litígio decorre diretamente da relação de emprego.

Vale acrescentar que nem o art. 133 da Constituição Federal, que dispõe ser o advogado indispensável à administração da justiça, autoriza a condenação em honorários advocatícios quando não preenchidos os requisitos da Lei nº 5.584/70, uma vez que aquele dispositivo apenas elevou a nível constitucional a norma anteriormente prevista no art. 68 da Lei nº 4.215/63.

Ademais, considerando o *jus postulandi*previsto no art. 791 da CLT, mesmo após a Constituição Federal de 1988, é faculdade da parte constituir advogado para ajuizamento de ação da Justiça do Trabalho.

Assim sendo, mantenho a improcedência dos honorários advocatícios.

DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

Do adicional de confinamento

Alega a recorrente que a Lei 5.811/77 não se aplica ao *de cujus*, na medida em que este exercia função diversa da categoria prevista nessa legislação, sendo certo que a CCT da categoria dos petroleiros, ao qual pertencem os trabalhadores da Petrobras, não se aplica aos trabalhadores da reclamada/recorrente.

Aduz que o serviço da recorrente, como terceirizada, era apenas de transporte fluvial, não havendo atividades executadas nos campos de exploração, clareiras ou plataformas da litisconsorte, em isonomia ou qualquer semelhança aos serviços executadas dos empregados da PETROBRAS.

Razões pela quais, requer seja indeferido o pleito de adicional de confinamento.

Sem razão a recorrente.

Restou incontroverso nos autos que o *de cujus* laborava em regime de confinamento, na localidade de Porto Urucu, notoriamente de difícil acesso.

A interpretação restritiva da norma coletiva, nos termos do que vinha procedendo as demandadas, ofende o princípio da isonomia e nega eficácia aos princípios constitucionais que disciplinam as condições especiais de trabalho.

As demandadas afirmam que os acordos coletivos garantem o adicional de confinamento somente aos empregados da litisconsorte, e não aos terceirizados. Assim, os empregados da

litisconsorte que trabalham nas mesmas condições do *de cujus* são detentores do direito ao adicional de confinamento, mas não aqueles trabalhadores que são contratados por empresa interposta, o que contraria a OJ-SDI1-383. Isso porque, sendo o direito ao adicional assegurado aos empregados que trabalham em regime de confinamento, e tendo o *de cujus*provado que laborava em idênticas condições, no mesmo local de trabalho, deve-se ser estendida a vantagem, por aplicação do princípio constitucional da isonomia. A extensão do direito ao adicional de confinamento aos empregados que laboram no Porto de Urucu, sejam empregados diretos da litisconsorte ou terceirizados, em razão de vivenciarem a mesma situação laboral, considerando as peculiaridades dos rincões amazônicos, faz com que se estenda à situação concreta com base no art.7º, XXXII, da CF, que nada mais é do que a regulamentação constitucional do princípio da isonomia.

"ADICIONAL DE CONFINAMENTO. NORMA COLETIVA DOS PETROLEIROS. TERCEIRIZADOS. Com espeque no princípio da isonomia (CF, 5º, caput) e, notadamente, em respeito aos princípios da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, deve ser estendido aos empregados terceirizados o direito ao adicional de confinamento previsto em norma coletiva dos petroleiros, visto que vivenciam, na Base de Urucu, a mesma realidade de isolamento e distância dos centros urbanos e da família,em indubitável privação dos momentos de lazer, da prática de esporte e do estudo, prejudicando-lhes, de igual forma, as relações sociais e pessoais. Recurso da reclamada conhecido e improvido.

HORAS IN ITINERE. REGIME DE CONFINAMENTO. Considerando tratar-se de local de difícil acesso, não servido por transporte público regular, com o fornecimento de condução pelo empregador, caracterizada está a hora in itinere, atraindo a aplicação do §2º do art. 58 da CLT e da Súmula 90 do TST, e, por conseguinte, devidas ao autor as horas extras correspondentes, independentemente do empregado estar submetido a regime de confinamento. Recurso do reclamante conhecido e provido parcialmente. " (TRT 11ª Região, Segunda Turma, PROCESSO RO nº 0001764-83.2016.5.11.0016, Relatora JOICILENE JERONIMO PORTELA FREIRE Juíza do Trabalho Convocada, dj 23/06/2017, p. 27/06/2017).

A alegação de que a reclamada não participou da elaboração na norma coletiva, o que impediria a aplicação dos direitos nela reconhecidos a trabalhadores abrangidos por categoria diversa, resta ultrapassada em vista do trabalho do *de cujus*ser o mesmo exercido pelos trabalhadores da litisconsorte, e tratar os seus direitos de forma distinta, acarretaria violação ao princípio constitucional da isonomia, o que não deve ser permitido pelo Judiciário.

Ainda, não pode servir de óbice ao direito postulado pelo reclamante a Súmula 374, do TST, que dispõe "Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.", sob pena de se negar o próprio princípio da dignidade da pessoa humana. A igualdade no tratamento de trabalhadores submetidos à mesma condição de trabalho é impositiva, pois do contrário violaria os artigos 5º, II, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Diante do exposto, em nome do princípio da isonomia previsto no art. 7º, XXXII, e do princípio da proteção, o adicional de confinamento, previsto em norma coletiva dos empregados da litisconsorte, deve ser estendido aos trabalhadores que vivenciam a mesma realidade laboral, motivo pelo qual mantenho a sentença quanto ao adicional de confinamento, nos moldes ali deferidos.

DO RECURSO ORDINÁRIO DA LITISCONSORTE

Da preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*

Alega a litisconsorte que há legislação pertinente contrária à responsabilização subsidiária.

Aduz que estabeleceu um rígido processo licitatório para selecionar empresa idônea, técnica e financeiramente, restando vencedora a reclamada; que pelo contrato firmado com a reclamada verifica-se que sua atividade-fim não se confunde com as atividades inerentes à recorrente; que nenhum ato foi praticado para desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação de norma consolidada; que a Lei 8.666/93, em seu art. 71, §1º, prescreve literalmente que a recorrente não deve suportar o ônus gerado pela conduta das empresas contratadas para com seus empregados; que não se pode imputar culpa a quem não fez o que não era sua obrigação, sendo de fácil constatação a sua ilegitimidade passiva *ad causam*.

Rejeito a preliminar.

A simples afirmação da autora de que manteve uma relação de emprego com a reclamada, tendo a litisconsorte como tomadora de serviços, é o suficiente para legitimar a presença da recorrente no pólo passivo da demanda, tendo em vista que a legitimação para agir é aferida através da posição do demandante e dos demandados decorrente da relação jurídica de direito material afirmada em juízo, inserindo-se no exame do mérito a existência ou não da pretensão ora deduzida.

Por estes fundamentos, rejeito a preliminar em apreço.

Da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido

Alega a recorrente ser o pedido da reclamante juridicamente impossível, pois há legislação contrária ao que se pleiteia (Lei 8.666/93, art. 71, §1º), representando óbice à responsabilidade subsidiária da litisconsorte pelo não pagamento das parcelas

supostamente inadimplidas pela reclamada.

Rejeito a preliminar.

A possibilidade jurídica do pedido não consta mais como condição da ação na atual legislação processual, sendo absorvida pelo interesse de agir.

Dito isso, é certo que o pedido de condenação subsidiária do tomador de serviços não é vedado no ordenamento jurídico pátrio. A limitação genérica da Lei 8.666/93 não obsta a responsabilidade subsidiária quando as circunstâncias e os elementos dos autos a configuram. Portanto, o pedido formulado pelo autor é possível, configurando-se o interesse de agir.

Por estes fundamentos, rejeito a preliminar em apreço.

Da constitucionalidade do §1º do art. 71 da Lei 8.666/93 e da inclusão do item V na Súmula 331 do TST.

Alega a recorrente que grande maioria dos julgados da Justiça do Trabalho, de forma até generalizada, entende que o ente público deve ser responsabilizado pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias não cumpridas pelo empregador, sempre fundamentando suas decisões unicamente na Súmula 331, IV, do TST, não obstante a literalidade textual do §1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93, declarado constitucional pelo STF no julgamento da ADC nº 16.

Aduz que o item V da Súmula 331, inserido pela Resolução 174/2011, sedimentou ainda mais a tese de impossibilidade de responsabilidade subsidiária do ente público.

As razões recursais supra dizem respeito ao mérito e neste serão examinadas.

Mérito

Da responsabilidade subsidiária

Alega a recorrente que a culpa *in vigilando* ou *in elegendo* não foi provada pela reclamante, conforme condição do item V da Súmula 331 do C. TST, para que se apliquem os efeitos do item IV, não sendo permitida a responsabilidade por mera presunção.

Assevera que ainda que fosse possível comprovar a culpa por parte da litisconsorte, a Lei 8.666/93, em seus arts. 70 e 71, § 1º, impõe exclusivamente ao contratado a responsabilidade pelos danos causados à administração ou a terceiros.

Sustenta que a Súmula 331 do TST, além de normatizar *contra legem*, extrapolou os limites da CF, considerando que somente a União poderia estabelecer responsabilidades e sanções à Administração Pública em caso de inadimplência do contratado, conforme art. 22, XXVII, da CF.

Sem razão a recorrente.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF, o STF, quando reconheceu a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, não afastou a aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula 331, IV, do TST, mas exigiu a verificação da culpa *in vigilando* do ente público, como pressuposto para definição da responsabilidade subsidiária, não podendo esta decorrer da simples inadimplência do prestador de serviços.

O entendimento do STF já se encontra consagrado na nova redação da mencionada Súmula, em seu inciso V, *in verbis*: "SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27,30 e 31.5.2011.

(...)

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Assim sendo, impõe-se verificar a omissão culposa da litisconsorte na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais do prestador de serviço, ressaltando-se que o dever de fiscalização decorre também do disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

Muito embora tenha adotado a tese de inaplicabilidade da responsabilidade supletiva à litisconsorte em casos semelhantes, vale dizer, em que se discute o direito ao adicional de confinamento, no caso dos autos, vejo motivos para manter. Explico.

Como dito alhures, não reconheço a responsabilidade subsidiária da ora litisconsorte quando em debate somente o adicional de confinamento, uma vez que neste caso não há como vislumbrar a culpa *in vigilando* da tomadora dos serviços. E nem poderia por tratar-se de ação visando ser declarado o direito à percepção da parcela em referência em iguais condições aos trabalhadores vinculados diretamente a ela, litisconsorte. Há que se ter em conta, no entanto, que no processo licitatório em momento algum a contratação impôs à reclamada, prestadora dos serviços, o pagamento do referido adicional e, portanto, não seria possível á litisconsorte a vigilância do cumprimento da obrigação, eis que inexistente. Dessa forma, não há culpa na vigilância, não podendo a tomadora dos serviços ser subsidiariamente responsável pela obrigação principal, antes inexistente, e somente declarada judicialmente calçada no prncípio da isonomia.

A par disso, é preciso lembrar que a vigilância que se exige da tomadora dos serviços não pode ter por base o pagamento de uma parcela, mas observa o seu comportamento vigilante sobre o cumprimento das obrigações contratuais mantidas pela prestadora com seus trabalhadores.

Note-se a decisão emanada da Corte Superior Trabalhista sobre o tema aqui defendido :

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AFASTADA PELA CORTE REGIONAL. ENTE PÚBLICO. Conforme se observa do acórdão regional (págs. 515-519), não é possível extrair daquela decisão a configuração da ausência ou falha na fiscalização pelo ente público em relação às obrigações contratuais firmadas pela prestadora de serviços para com a autora, pressuposto que o Supremo Tribunal Federal entende necessário a fim de configurar a "culpa in vigilando", justificadora da condenação subsidiária. Pelo contrário, a Corte Regional expressamente registra que, "sob o prisma da culpa in vigilando, melhor sorte não assiste à reclamante, porquanto inexiste nos autos qualquer evidência concreta de que o ente público tinha inequívoco conhecimento e nada fez quanto às irregularidades que ensejaram o deferimento dos títulos que compõem a condenação. O mero reconhecimento judicial de títulos controvertidos, estes emanados de questões só dirimidas em juízo, por si só, não implica presunção de que o ente público (tomador) tinha ciência do descumprimento da empregadora quanto aos deveres trabalhistas" (pág. 518). Ademais, decerto que o acórdão recorrido harmoniza-se com a recente decisão do STF no RE nº 760.931, com repercussão geral, que atribuiu o ônus da prova da ausência de fiscalização ao trabalhador. Nesse contexto, em que a decisão da Corte de origem está em consonância com a Súmula nº 331, V, do TST e decisões do STF, o recurso de revista, efetivamente, não ultrapassa o conhecimento, conforme previsão do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333/TST. **Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TST, 3ª Turma, Ministro Relator ALEXANDRE AGRA BELMONTE, PROCESSO Nº TST-AIRR-1001534-25.2016.5.02.0032, j. 13/02/2019, DEJT 15/03/2019).**

No caso dos autos, no entanto, vejo que o extrato analítico do FGTS, contido no ID-753d3e5, demonstra que a contratada descumpriu durante todo o contrato de trabalho sua obrigação de depositar regularmente as parcelas do FGTS, deixando até mesmo de efetuar em alguns momentos, o que faz prova da ausência de fiscalização por parte da empresa tomadora dos serviços, e aponta para a sua culpa *in vigilando* . Por outro lado, não há nos autos qualquer prova que afaste tal conclusão.

Destarte, entendo por caracterizada a culpa *in vigilando* da litisconsorte, acarretando sua responsabilidade subsidiária pelas parcelas pecuniárias deferidas na sentença, nos exatos termos da Súmula nº 331, V e VI, do TST.

Registre-se que o reconhecimento da sua responsabilidade subsidiária decorrente da culpa *in vigilando* não representa contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do STF, tampouco à decisão proferida na ADC nº 16/DF, tendo em vista que se trata apenas de aplicação concreta do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo próprio STF, e não declaração velada de inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Diante do exposto, mantenho a responsabilidade subsidiária da litisconsorte.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos; conheço dos recursos ordinários; rejeito as preliminares arguidas pela litisconsorte; concedo provimento parcial ao recurso da reclamante para reconhecer sua legitimidade ativa para pleitear indenização por danos morais e, no mérito, julgar improcedente este pedido; nego provimento aos recursos da reclamada e da litisconsorte.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, MARCIUS CRUZ DA PONTE SOUZA.

Sustentação oral Dr. Ademário do Rosário Azevedo

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos recursos ordinários; rejeitar as preliminares arguidas pela litisconsorte; no mérito, **por maioria**, conceder provimento parcial ao recurso da reclamante para reconhecer sua legitimidade ativa para pleitear indenização por danos morais e, no mérito, julgar improcedente este pedido; negar provimento aos recursos da reclamada e da litisconsorte. Voto parcialmente divergente da Excelentíssima Desembargadora Francisca Rita Alencar Albuquerque, que reformava a Sentença para julgar improcedente o adicional de confinamento.

Sessão de Julgamento realizada em 17 de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0001399-22.2017.5.11.0007

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)
RECORRIDO	ODAIR GOMES DA CONCEICAO
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ODAIR GOMES DA CONCEICAO
- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0001399-22.2017.5.11.0007 (ROT)

EMBARGANTE: VIACAO SAO PEDRO LTDA.

Advogado: José Lourenço Acedo Pimentel Júnior

RECORRIDO: ODAIR GOMES DA CONCEICAO

Advogada: Rozeli Ferreira Sobral Astuto

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Nega-se provimento aos embargos de declaração por inexistência do erro material alegado pela embargante. Contudo, de ofício, corrige-se o erro material existente na segunda ementa do acórdão embargado, na forma da fundamentação.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como embargante, **VIAÇÃO SÃO PEDRO LTDA.** e, como embargado, **ODAIR GOMES DA CONCEIÇÃO.**

A reclamada opôs os embargos de declaração de ID-dd47069, alegando erro material no acórdão de ID-f785313.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Alega a embargante que o acórdão embargado apresenta erro material, na medida em que a parte dispositiva traz valores e termos diversos do que estabelecido na análise do mérito, pugnando pela correção necessária.

À análise.

Consta na parte final dos fundamentos do v. acórdão:

"Por estes fundamentos, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento para reduzir a indenização por danos materiais para o importe de R$ 49.815,78 e retirar da condenação os reflexos da

estabilidade sobre férias, 13º salários e FGTS + 40%, mantendo a Sentença nos demais termos."

Consta na parte dispositiva:

"ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, **por maioria**, dar-lhe parcial provimento para reduzir a indenização por danos materiais para o importe de R$ 30.000,00 e excluir a estabilidade acidentária, mantendo a Sentença nos demais termos. **Vencida parcialmente a Juíza Convocada Relatora**Yone Silva Gurgel Cardoso que, concedia a indenização acidentaria, sem os reflexos da estabilidade sobre férias, 13º salários e FGTS + 40%." (grifei)

A leitura atenta dos excertos acima transcritos permite concluir que inexiste o erro material alegado pela embargante.

Conforme consta da parte dispositiva, esta Relatora foi vencida no que toca à redução dos danos materiais para R$49.815,78 e exclusão apenas dos reflexos da estabilidade acidentária, prevalecendo a decisão da maioria, que reduziu os danos materiais para R$30.000,00 e excluiu a estabilidade acidentária.

Portanto, não assiste razão à embargante.

De ofício, contudo, aproveito a oportunidade para corrigir o erro material existente na segunda ementa do acórdão embargado, onde se lê:

"ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. Mantida a obrigação de pagar a indenização da estabilidade acidentária, porquanto a ausência de gozo de auxílio-doença acidentário não impede a estabilidade acidentária, conforme item II da Súmula 378 do TST, que reconhece a estabilidade por um período de doze meses quando constatado em juízo, após, a despedida, o nexo de causalidade entre a moléstia e a execução do contrato de emprego. No caso específico dos autos, o ASO demissional constatou patologia, o que registra a ciência da empregadora quanto à existência de doença ainda que sem a vinculação ao labor naquele momento. Indenização do período estabilitário reconhecida e, como tal, sendo indenização, descabem reflexos.

Recurso conhecido e não provido."

Leia-se:

"ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. Mantida a obrigação de pagar a indenização da estabilidade acidentária, porquanto a ausência de gozo de auxílio-doença acidentário não impede a estabilidade acidentária, conforme item II da Súmula 378 do TST, que reconhece a estabilidade por um período de doze meses quando constatado em juízo, após, a despedida, o nexo de causalidade entre a moléstia e a execução do contrato de emprego. No caso específico dos autos, o ASO demissional constatou patologia, o que registra a ciência da empregadora quanto à existência de doença ainda que sem a vinculação ao labor naquele momento. Indenização do período estabilitário reconhecida e, como tal, sendo indenização, descabem reflexos. Entretanto, fui vencida pela douta maioria que excluiu a estabilidade acidentária.

Recurso conhecido e parcialmente provido para reduzir os danos materiais para R$30.000,00 e excluir a estabilidade acidentária."

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Diante do exposto, conheço dos embargos de declaração e nego-lhes provimento. De ofício, corrijo o erro material existente na segunda ementa do acórdão embargado, na forma da fundamentação.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento. De ofício, corrigir o erro material existente na segunda ementa do acórdão embargado, na forma da fundamentação.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0000055-17.2019.5.11.0013

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	MILENA RODRIGUES HENRIQUES
ADVOGADO	JEAN CARLO NAVARRO CORREA(OAB: 5114/AM)
RECORRIDO	CARTORIO DO 4 OFICIO DO REGISTRO CIVIL
ADVOGADO	ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE(OAB: 8344/AM)
RECORRIDO	MIRANDOLINA DA SILVA GODINHO
ADVOGADO	ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE(OAB: 8344/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARTORIO DO 4 OFICIO DO REGISTRO CIVIL
- MILENA RODRIGUES HENRIQUES
- MIRANDOLINA DA SILVA GODINHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000055-17.2019.5.11.0013 (ROT)

EMBARGANTE: MILENA RODRIGUES HENRIQUES

Advogado: Jean Carlo Navarro Correa

EMBARGADO: CARTORIO DO 4 OFICIO DO REGISTRO CIVIL

Advogado: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque

EMBARGADO: MIRANDOLINA DA SILVA GODINHO

Advogado: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

01

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. A rediscussão de mérito não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como embargante, **MILENA RODRIGUES HENRIQUES** e, como embargado,**CARTORIO DO 4 OFICIO DO REGISTRO CIVIL E MIRANDOLINA DA SILVA GODINHO.**

Foram opostos embargos de declaração de ID-a337d25 com fim

prequestionatório, alegando omissões no acórdão de ID-40b843b.

É o RELATÓRIO.

VOTO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Aduz que o v. acórdão incorreu em omissões que merecem ser sanadas, para que não se retire da empregada o direito ao recebimento das verbas trabalhistas que lhes cabem. Destaca também que a Reclamante, ora Embargante era totalmente subordinada à Reclamada/Embargada, da qual recebia ordens, podendo inclusive sofrer repreensões por suas ausências ao trabalho e dependia da Reclamada para executar os serviços da sucursal. Portanto, não tinha autonomia pois dependia da matriz para executar suas atividades, principalmente porque prestava contas todo final de mês, extraindo apenas o salário que fora acertado com a titular do Cartório.

Sem razão o embargante.

O acórdão embargado analisou expressamente as teses relevantes ao deslinde do feito, sobretudo a ausência da subordinação necessária à formação do vínculo de emprego. Consignando expressamente que "pertence à autora o ônus de demonstrar a existência de vínculo empregatício, por se tratar de fato constitutivo de seu direito (inciso I do art. 333 do CPC c/c art. 818 da CLT). Contudo, se a reclamada nega o vinculo, mas noticia a prestação de serviços, atrai para si o ônus de comprovar que a natureza diversa do contrato firmado entre as partes. No caso, o conjunto probatório constante nos autos evidencia que a autora era quem dirigia e administrava a Sucursal, com autonomia e liberdade, sem se sujeitar a controle de jornada e, além disso, auferia rendimentos variáveis resultantes do pagamento dos serviços cartorários."

Em verdade, o embargante pretende rediscutir o mérito, o que não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC.

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço dos embargos de declaração e nego-lhes provimento.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, conhecer em conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0002159-96.2016.5.11.0009

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
RECORRENTE	PAULO MAURICIO SIMOES BRAGA
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
RECORRIDO	PAULO MAURICIO SIMOES BRAGA
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- PAULO MAURICIO SIMOES BRAGA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0002159-96.2016.5.11.0009 (ROT)

EMBARGANTE: BANCO BRADESCO S.A.

Advogados: Mozart Victor Russomano Neto e Mauro Paulo Galera Mari

EMBARGADO: PAULO MAURICIO SIMOES BRAGA

Advogados: Thiago Jorge Marques Malcher Pereira e Enilson Campos de Sousa

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. A rediscussão de mérito não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como

embargante, **BANCO BRADESCO S.A.** e, como embargado, **PAULO MAURÍCIO SIMÕES BRAGA.**

O reclamado opôs os embargos de declaração de ID-a726fc9 com fim prequestionatório, alegando omissão e obscuridade no acórdão de ID-0903dba.

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Requer o embargante que seja esclarecido se há manutenção da adoção do índice IPCA-E mesmo diante da vigência da Lei 13.467/2017, a qual inseriu o §7º ao art. 879 da CLT, que vigora desde 11/11/2017.

Alega que o equacionamento de tal questão demonstra-se de extremada valia, pois as partes precisam saber o limite temporal da condenação ora imposta e a legislação aplicada, notadamente diante do que estabelece a Súmula Vinculante 10/STF.

Sem razão o embargante.

O prequestionamento como pressuposto extrínseco de recurso de natureza extraordinária surge quando há omissão do juízo *a quo*a respeito de questão sobre a qual deveria se manifestar.

No caso, o acórdão embargado manifestou-se de forma expressa, clara e fundamentadamente sobre a matéria.

Nesse contexto, o acórdão embargado consignou:

"Em 5/12/2017 foi julgado e publicado em 27/2/2018 o mérito da Reclamação proposta pela FEBRABAN, na qual a maioria dos Ministros da 2ª Turma do STF decidiu pela improcedência da ação, resultando válida e aplicável aos débitos trabalhistas a Tabela do TST tendo por índice o IPCA-E.

Nos autos do IUJ nº 0000091-69.2017.5.11.0000, foi firmado o entendimento de que 'em razão da recente decisão da 2ª Turma do STF, que, ao examinar o mérito da Reclamação Constitucional nº 22.012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que determinava a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a partir de 25 de março de 2015.'

Seguindo a mesma modulação feita pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, serão aplicados os dois índices.

Assim sendo, reformo a sentença para determinar que seja aplicada a Taxa Referencial Diária (TRD) para fins de correção monetária até 24/03/2015 e o IPCA-E a partir de 25/03/2015."

Saliento que, havendo tese explícita sobre a matéria, é desnecessária a referência expressa a todos os dispositivos legais e constitucionais apontados pela parte como violados, ou a precedentes jurisprudenciais que entende aplicáveis, pois o prequestionamento diz respeito à abordagem da matéria, conforme inteligência da Súmula 297 do TST.

Na verdade, o embargante, evidenciando a sua insatisfação, busca apenas provocar a rediscussão do mérito, o que não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço dos embargos de declaração e nego-lhes provimento.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0000573-50.2018.5.11.0010

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	FRANCISCO SILMARIO BRAGA VIANA
ADVOGADO	STELISY SILVA DA ROCHA(OAB: 7989/AM)
ADVOGADO	JOSE ESTEVAO XAVIER(OAB: 8824/AM)
RECORRIDO	CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	MARCIO LOUZADA CARPENA(OAB: 46582-A/RS)
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA
- FRANCISCO SILMARIO BRAGA VIANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000573-50.2018.5.11.0010 (ROT)

RECORRENTE: FRANCISCO SILMARIO BRAGA VIANA

RECORRIDO: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA

RELATORA: VALDENYRA FARIAS THOME

4

EMENTA

RECURSO DO RECLAMANTE. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS.

A perda auditiva encontrada nos autos não se enquadra nas características das PAIROs - Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional de acordo com conceitos do Comitê de Ruído e Conservação da Audição da American College Of Occupational Medicine e do Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva, haja vista que a perda em estudo nos autos não é bilateral.

Assim, do exposto, acolho a conclusão do laudo pericial de que não há nexo causal ou concausal entre a perda auditiva e as atividades laborais na reclamada, de modo que são improcedentes os danos materiais e morais.

Recurso do reclamante conhecido e não provido.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário, oriundos da MM. 6ª Vara do Trabalho de Manaus, em que são partes, como recorrente, FRANCISCO SILMARIO BRAGA VIANA e, como recorrido, CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA.

O reclamante ajuizou reclamatória trabalhista (ID c70fabd). Foi admitido em 01/10/2012 e demitido em 25/03/2018 sem justa causa, percebendo como último salário a importância de R$9,62 por hora ou R$ 2.138,00 por mês.

Diz que teve perda auditiva devido aos ruídos em que era exposto, afirma que o único EPI com protetor auricular do tipo "plug" lhe feria as orelhas devido à inflamação, portanto, pede o reconhecimento do

nexo de causalidade com a patologia e o deferimento de pensionamento (lucros cessantes) no percentual de 30% - R$ 199.992,00, danos morais no valor de R$ 32.070,00, reintegração ao emprego, estabilidade acidentária R$ 35.656,00 já considerando os reflexos em aviso prévio, 13º salário, férias +1/3 e FGTS (8%). Argui ainda inconstitucionalidade das normas do Artigo 789, §1º e 3º, bem como, do Artigo 790-B. Pede honorários sucumbenciais na proporção de 15% e justiça gratuita. Valor atribuído à causa de R$ 307.876,00.

Houve laudo pericial (ID 210387a), o qual teve a seguinte conclusão:

A perda auditiva não se enquadra nas características das PAIROs - Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional de acordo com conceitos do Comitê de Ruído e Conservação da Audição da American College Of Occupational Medicine e do Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva.

Com base nos documentos acostados nos Autos, não é possível enquadrar a perda auditiva do autor como PAIRO (Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional), de acordo com o Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva, portanto, concluo pela inexistência de nexo causal ou concausal entre a perda auditiva do autor e o trabalho realizado na reclamada.

A diminuição da capacidade auditiva isoladamente, não define a incapacidade laboral. A maioria dos portadores de perda auditiva têm preservada sua capacidade laboral. A limitação funcional está relacionada com a incondicional necessidade da integridade auditiva no exercício da atividade laboral e está estreitamente relacionada ao tipo de trabalho executado, como no caso dos afinadores de piano, músicos, maestros, entre outros, portanto, não há incapacidade laboral.

A MMª 5ª Vara do Trabalho de Manaus por meio da sentença (ID 376af42) prolatou a seguinte decisão:

Posto isto e tudo o mais que dos autos conste, DECIDO nos autos do processo proposto por FRANCISCO SILMARIO BRAGA VIANA em face de CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA JULGAR COMO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na exordial. Deferida justiça gratuita à autora. Honorários sucumbencias em prol dos patronos da reclamada de 5% sobre o valor da ação, com exigibilidade suspensa. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pelo reclamante calculadas sobre o valor da ação, na quantia de R$6157,52, de cujo recolhimento fica isento. Dê-se ciência. À Secretaria para as providências de intimações e de contagem do prazo.

O reclamante interpôs recurso ordinário (ID 57b14cb) no qual argui que a reclamante passava de 12 a 13 horas em local barulhento exercendo a função de operador de empilhadeira sem usar EPI no início do contrato de trabalho, vindo a receber o devido instrumento somente, após, 3 anos da contratação. Questiona as conclusões do laudo pericial no tocante a ocorrência de que é possível uma PAIR UNILATERAL devido à exposição a ruído, não sendo condição *sine qua non* para a perda auditiva que ela seja bilateral.

Portanto, requer o afastamento da conclusão do laudo apresentado e que seja acolhida as demais provas dos autos como exames, laudos, ressonância magnéticas e reformada a sentença para reconhecer o nexo de causalidade e o deferimento do dano material e dano moral.

A reclamada apresentou contrarrazões (ID eb2bc5b) no qual argui que a sentença foi correta ao entender pela inexistência de nexo causal ou concausal como bem analisado pela perita. Além disso, reitera que entregou desde o início os EPI´s para neutralizar o ruído.

É O RELATÓRIO.

ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

RECURSO DO RECLAMANTE.

RESPONSABILIDADE CIVIL DA RECLAMADA

Com a reforma da sentença pela inexistência da prescrição, seja condenada a reclamada ao nexo concausal e causal entre as doenças do cotovelo direito e ombro direito do autor.

Analiso.

Para que seja caracterizada a responsabilidade civil faz-se necessário a ocorrência de 4 elementos: a ocorrência do fato gerador do dano ou o próprio dano que agride o patrimônio moral e emocional do trabalhador; o nexo causal, evidenciado no malefício como decorrência das condições laborativas e a culpa empresarial, a qual é presumida em face das condições ambientais adversas que deram origem ao dano. Deve ser dito que a integridade física, do trabalhador são bens fundamentais, e, portanto, tutelados regra geral, pela Constituição.

O perito que avaliou as patologias físicas concluiu pelo laudo pericial (ID 210387a):

A perda auditiva não se enquadra nas características das PAIROs - Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional de acordo com conceitos do Comitê de Ruído e Conservação da Audição da American College Of Occupational Medicine e do Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva.

Com base nos documentos acostados nos Autos, não é possível enquadrar a perda auditiva do autor como PAIRO (Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional), de acordo com o Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva, portanto, concluo pela inexistência de nexo causal ou concausal entre a perda auditiva do

autor e o trabalho realizado na reclamada.

A diminuição da capacidade auditiva isoladamente, não define a incapacidade laboral. A maioria dos portadores de perda auditiva têm preservada sua capacidade laboral. A limitação funcional está relacionada com a incondicional necessidade da integridade auditiva no exercício da atividade laboral e está estreitamente relacionada ao tipo de trabalho executado, como no caso dos afinadores de piano, músicos, maestros, entre outros, portanto, não há incapacidade laboral.

Na discussão, o perito elencou as seguintes características segundo o renomado instituto supracitado e o Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva, as PAIR´s as quais apresentam as seguintes características: são sempre neurossensoriais; são bilaterais e simétricas ou similares; são irreversíveis; não progridem, uma vez cessada a exposição; nunca provocam perda profunda e não ultrapassam 40dB nas baixas freqüências e 70/75dB nas freqüências altas; manifestam-se nas freqüências 6.000Hz, 4.000Hz ou 3.000Hz e agravam-se evolutivamente até atingir as freqüências de 2.000Hz, 500Hz e 250Hz; cessada a exposição ao nível elevado de pressão sonora, não há progressão da PAIR; fatores como características físicas do agente causal(tipo, espectro, nível de pressão sonora), tempo e dose de exposição e susceptibilidade individual são fatores que influenciam nas perdas; o traçado audiométrico é característico: inicialmente em entalhe e, posteriormente, em gota acústica.

O reclamante tem a patologia CID H90.4 - Perda de audição unilateral, sem restrição de audição controlateral e, como, pelos Comitês Técnicos dos Estados Unidos e do Brasil a PAIR é sempre bilateral e a patologia do reclamante é unilateral, então, esta não tem característica da Perda Auditiva Induzida por Ruído Ocupacional.

Do exposto, acolho a conclusão do laudo pericial de que não há nexo de causalidade ou concausalidade entre a perda auditiva e as atividades laborais do reclamante.

Assim, improcedente os pedidos de danos morais e materiais.

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço do recurso do reclamante, e, no mérito, **nego-lhe provimento**, nos termos da fundamentação.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** VALDENYRA FARIAS THOMÉ - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

Sustentação oral: Dr. Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, conhecer do recurso do reclamante, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinatura

VALDENYRA FARIAS THOME

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0001296-42.2018.5.11.0019

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	ORLEN ILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	SAMARA SANTOS DOS SANTOS(OAB: 7732/AM)
RECORRENTE	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	ORLEN ILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	SAMARA SANTOS DOS SANTOS(OAB: 7732/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ORLEN ILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO
- SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0001296-42.2018.5.11.0019 (ROT)

EMBARGANTE: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Advogado: Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior

EMBARGADO: ORLEN ILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO

Advogada: Sâmara Santos dos Santos

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

02

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NOVO VALOR DE CUSTAS. O acréscimo do valor da condenação sem a fixação de novas custas não caracteriza tecnicamente omissão, sendo certo que as custas fixadas na sentença já foram devidamente recolhidas quando da interposição do recurso ordinário. Porém, já que a embargante busca a fixação de novos valores, fixo as custas processuais em R$287,11, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, qual seja, R$14.355,90. Embargos de declaração conhecidos e providos.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como embargante, **SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.** e, como embargado, **ORLEN ILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO.**
A reclamada opôs embargos de declaração de ID-cbbdfe5, alegando omissão sobre o novo valor da condenação e das custas processuais no acórdão de ID-58fe39c, para fins de interposição de recurso revista.
É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.
Alega a embargante que houve acréscimo à condenação, pelo deferimento do pedido de dano material, contudo houve omissão no que diz respeito aos novos valores de condenação e custas processuais.
Aduz que a omissão do valor de condenação e de custas arbitrados, são relevantes uma vez que será necessário o recolhimento de valores a título de custas e de garantia (depósito recursal) em caso de interposição de Recurso de Revista, sendo que o recolhimento de preparo é pressuposto de admissibilidade do mesmo.
Analiso.
O C. TST já pacificou por meio da Súmula nº 25, item III, que "*não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo as custas ser pagas ao final*".
Com efeito, o acréscimo do valor da condenação sem a fixação de novas custas não caracteriza tecnicamente omissão, sendo certo que as custas fixadas na sentença já foram devidamente recolhidas quando da interposição do recurso ordinário.
Porém, já que a embargante busca a fixação de novos valores, fixo as custas processuais em R$287,11, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, qual seja, R$14.355,90.

ADMISSIBILIDADE

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

MÉRITO

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço dos embargos de declaração e concedo-lhe provimento para fixar novo valor de custas em R$287,11, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, qual seja, R$14.355,90.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração e conceder-lhe provimento para fixar novo valor de custas em R$287,11, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, qual seja, R$14.355,90.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº RORSum-0000230-43.2016.5.11.0004

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	DANIEL ROCHA RAMOS
ADVOGADO	BELMIRO CESAR FERNANDES TROTTA TELLES(OAB: 26312/PR)
RECORRIDO	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	RODRIGO ALVES OMENA(OAB: 6840/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RECORRIDO	SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	GABRIELA RICCIARDI CASERTA(OAB: 275873/SP)
ADVOGADO	FERNANDO NASCIMENTO BURATTINI(OAB: 78983/SP)
RECORRIDO	ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
- DANIEL ROCHA RAMOS
- ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS
- SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0000230-43.2016.5.11.0004 (ROPS)

RECORRENTE: DANIEL ROCHA RAMOS

RECORRIDO: ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS, SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA

RELATORA: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

4

EMENTA

TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE. O regime de trabalho a que estava submetido o recorrente, regido por lei especial, não se coaduna com o sistema de horas extras previsto na CLT, nem comporta qualquer pagamento adicional pelo labor noturno ou nos domingos, uma vez que é remunerado desde que escalado para o efetivo exercício e essa remuneração já quita as horas efetivamente trabalhadas, devendo ser respeitado o princípio da autonomia da vontade coletiva, previsto no art. 7º, XXVI, da CF.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

TRABALHADOR AVULSO PORTUÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. O regime de trabalho a que está submetido o recorrente, regido por lei especial, não comporta o pagamento dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade uma vez que sua remuneração já quita todo e qualquer adicional, conforme previsto em norma coletiva. Atual, notória e iterativa jurisprudência do C. TST é no sentido de que deve ser respeitado o princípio da autonomia da vontade coletiva, previsto no art. 7º, XXVI, da CF, não havendo que se falar em salário complessivo nos casos em que o agrupamento de parcelas salariais se deu por meio de cláusula de instrumento coletivo.

Recurso conhecido e não provido

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário, oriundos da MM. 11ª Vara do Trabalho de Boa Vista, em que são partes, como recorrente, DANIEL ROCHA RAMOS e, como recorridos, ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRAB. PORT. AV. DO P DE MANAUS, CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA e SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**.**

O reclamante ingressou com reclamatória trabalhista (ID cbca0d8). Afirma que recebe remuneração variável por turno trabalhado, com valores determinados pela espécie de carga e quantitadade movimentada que constam da relação de engajamento individual de que o OGMO dispõe, cujos documentos deverão ser apresentados por ele, sob pena de considerar a remuneração de R$ 700,00 por turno de 12 horas.

O reclamante pede(ID cbca0d8 e 35b8bf4) 6.480 horas extras com acréscimo de 50%, 12.960 horas noturnas com acréscimo de 20%, 120 domingos e feriados em dobro, 60 vezes trabalhando 7 dias seguidos (semana sem descanso semanal remunerado), adicional de periculosidade a 30% por hora trabalhada, insalubridade de 40% sobre o salário mínimo, DSR, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, FGTS(9,55%). Valor atribuído à causa de R$ 1.615.770,00.

A MMª 11ª Vara do Trabalho de Manaus rejeitou as prejudiciais e preliminares, acolheu o pedido de retratação do autor quanto à exclusão do SUPER TERMINAIS; deferiu ao reclamante a gratuidade de justiça, para, no mérito propriamente dito, julgou improcedentes os pedidos, nos termos da fundamentação.

Custas pelo reclamante no valor de R$ 720,00 calculadas sobre o valor da causa de R$ 36.000,00 para este efeito específico, na forma do Artigo 789, II, CLT dispensadas em razão dos benefícios da justiça gratuita.

O reclamante interpôs recurso ordinário (ID-ab82c70).

A litisconsorte apresentou contrarrazões (ID-f2d33f3).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

Da preliminar de não conhecimento do recurso arguida pela litisconsorte em contrarrazões e da alegação de litigância de má-fé

Alega a litisconsorte que na leitura detida da peça recursal do reclamante defende que o recurso não merece conhecimento porque não ataca os fundamentos da sentença limitando-se a repetir os argumentos já utilizados na inicial em violação ao princípio da dialeticidade e aos requisitos do Artigo 514, II, CPC e Artigo 1.100, CPC.

Sem razão.

Embora, ao fazer uma síntese do pedido e da decisão em seu recurso, o recorrente se refira que seu labor é realizado em turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas diárias, diversamente do alegado na inicial, bem como se refira a fundamentos não utilizados na sentença, uma leitura atenta do recurso evidencia que suas razões recursais atacam os fundamentos da sentença, para sustentar os direito relativos a horas extras, adicional noturno e cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

Assim sendo, tenho que as razões recursais do reclamante confrontam precisamente os fundamentos da sentença, cumprindo requisito de admissibilidade inscrito no art. 1.010, II, do CPC e não há que se falar nem em litigância de má-fé nem em não conhecimento do recurso.

Preliminar rejeitada.

Diante do exposto, conheço do recurso ordinário, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS.

Busca o recorrente a reforma da sentença, para que sejam os réus condenados ao pagamento como extras das horas excedentes às 06 horas diárias, bem como o pagamento do adicional noturno e do descanso semanal remunerado.

Alega o recorrente que o entendimento adotado na r. sentença ignorou o sistema jurídico que regula o trabalho portuário avulso, cujo objetivo finalístico da norma que criou o órgão de gestão responsável pelo fornecimento de mão-de-obra portuária avulsa, foi o de assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas, fazendo valer o preceito constitucional que assegurou a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo de emprego e o trabalhador avulso

(art. 7.º, XXXIV), inexistindo peculiaridade do trabalho avulso que não deva ser objeto da incidência do preceito constitucional.

Aduz que a Carta Magna também assegurou ao trabalhador remuneração superior do labor extraordinário (art. 7.º, XVI), de modo que a desobrigação do pagamento da hora extra sob pretexto do interesse do próprio trabalhador implica negar vigência àquele dispositivo.

Argumenta que pelo sistema legal de rodízio entre os trabalhadores avulsos, o trabalhador somente pode ser convocado para a realização de um novo turno se na escala não houver nenhum outro habilitado que ainda não tenha trabalhado, consequentemente, a escalação não depende da vontade do trabalhador.

Afirma que a r. sentença se equivocou ao atribuir valor jurídico à cláusula convencional que eliminou o direito ao recebimento pelo labor extraordinário, cujo dispositivo foi editado em grave violação do poder negocial.

Refere que com relação aos intervalos interjornadas, a controvérsia não reside na ocorrência ou não das violações, mas, sim, em saber se as violações devem ou não ser remuneradas.

Quanto ao descanso semanal remunerado, diz que o que se postula nestes autos é que diante da prestação de serviços em mais de seis dias consecutivos de trabalho, faz jus à dobra do descanso semanal remunerado não concedido durante a semana, conforme OJ 410 da SDI-1 do TST, independentemente da remuneração pelo domingo trabalhado.

Sem razão o recorrente.

A análise recursal ficará restrita aos pedidos de horas extras excedentes a 6ª hora trabalhada, adicional noturno e horas extras pelo labor nos domingos e feriados (pagamento em dobro do descanso semanal remunerado).

O juízo sentenciante indeferiu os pedidos sob o fundamento de que conforme se depreende dos depoimentos colhidos, o trabalhador avulso tem absoluta liberdade de administrar seus horários, decidindo se trabalha ou não nos turnos, bem como decide sobre seus próprios dias de repouso, não podendo, diante de tamanha flexibilidade, se falar em turno de 12h diárias. Entendeu, ainda, que não restou devidamente comprovado o labor semanal em jornada superior a 44 horas semanais e 220 horas mensais, haja vista as peculiaridades acima mencionadas, que impossibilita precisar a real jornada de trabalho bem como a extraordinária, cujas provas devem ser robustas e incontestes.

Na petição inicial, alega o recorrente que trabalhava em escala de revezamento com jornada contínua de 12 horas diárias, nos horários das 08h00 às 20h00 ou das 20h00 às 08h00, com 01 hora de intervalo para refeição; que o art. 7º, XIV, da CF estabelece jornada diária de 06 horas para o trabalhado realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, que pode fixar jornada limitada a 08 horas diárias, conforme Súmula 423 do TST, e, no caso de sua categoria, não existe acordo ou convenção coletiva alterando a jornada de trabalho.

As litisconsortes CHIBATÃO e SUPER TERMINAIS alegaram que apesar da escala de serviço ser requisitada em turnos de 12 horas, o trabalhador não cumpre efetivamente as 12 horas, porque as operações duram em média 06 horas, podendo eventualmente exceder seis horas.

Pois bem.

A Lei 12.815/2013, conhecida como a "nova Lei dos Portos", e a Lei 12.023/2009, que dispõe sobre a movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso, atribuíram à negociação coletiva o regramento sobre jornada de trabalho e demais condições de trabalho, em seus arts. 42 e 43, a primeira, e art. 1º, parágrafo único, a segunda. Vejamos:

"**Art. 42**. A seleção e o registro do trabalhador portuário avulso serão feitos pelo órgão de gestão de mão de obra avulsa, de acordo com as normas estabelecidas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 43. A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários."

"**Art. 1º** As atividades de movimentação de mercadorias em geral exercidas por trabalhadores avulsos, para os fins desta Lei, são aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades.

Parágrafo único. A remuneração, a definição das funções, a composição de equipes e as demais condições de trabalho serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores avulsos e dos tomadores de serviços."

Nesse contexto, as cláusulas 6ª dos ACT´s 2011/2013 e ACT 2013/2015 (ID- f340571 e 29801f4), celebrado entre a litisconsorte CHIBATÃO e o Sindicato dos Estivadores de Manaus, prevêem a administração, chamada e escalação do trabalhador portuário avulso conforme sistema de rodízio organizado pelo reclamado OGMO, para cumprimento de jornadas de trabalho das 20h00 às 08h00 e das 08h00 às 20h00, com 02 horas de intervalo como dito nas iniciais.

Diferentemente do que alega o reclamante, entendo que a forma como é disposta a sua jornada de trabalho não configura o rígido regime de turnos ininterruptos de revezamento, pois se trata de

escala de rodizio de trabalho organizada pelo OGMO conforme solicitação do operador portuário, podendo o trabalhador recusar se habilitar na escala.

A remuneração do labor no horário diurno, noturno, sábados, domingos e feriados, encontra-se prevista nos ACT´s nas cláusulas 9ª do ACT 2011/2013 e na cláusula 11 do ACT 2013/2015, na forma de diária, mediante produção (unidade de container carregado ou descarregado), incluindo encargos e tributos incidentes e variável ainda em relação ao dia de trabalho (dias úteis, sábados, domingos, feriados, hora noturna).

Ainda sobre a remuneração, a cláusula 9ª e o parágrafo primeiro da cláusula 11 estabelecem que no total da remuneração, além do pagamento da remuneração pelo trabalho, estão incluídos todos os valores devidos a título de 13º salário, férias e repouso semanal remunerado, assim como os encargos sociais, o INSS, o FGTS e o imposto de renda e já leva em conta a cobrança de todo e qualquer adicional à remuneração estabelecida.

Em relação à empresa SUPER TERMINAIS, na cláusula 7ª, "caput" e parágrafos do ACT 2009/2011, cláusula 4ª, "caput" e parágrafos da ACT 2011/2013 e cláusulas 4ª a 7ª do ACT 2013/2015 a remuneração também era na forma de diária, mediante produção (unidade de container carregado ou descarregado), incluindo encargos e tributos incidentes e variável ainda em relação ao dia de trabalho (dias úteis, sábados, domingos, feriados, hora noturna).

Com efeito, o regime de trabalho a que estava submetido o recorrente, regido por lei especial, não se coaduna com o sistema de horas extras previsto na CLT, nem comporta qualquer pagamento adicional pelo labor noturno ou nos domingos, uma vez que é remunerado desde que escalado para o efetivo exercício e essa remuneração já quita as horas efetivamente trabalhadas, devendo ser respeitado o princípio da autonomia da vontade coletiva, previsto no art. 7º, XXVI, da CF.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Busca o recorrente a reforma da sentença, para que sejam os réus condenados ao pagamento do adicional de insalubridade, calculado sobre o salário-base, com os devidos acréscimos estipulados por lei, como ainda o de periculosidade, levantando a possibilidade de cumulação dos respectivos adicionais.

Sustenta em suas razões recursais que os acordos coletivos simplesmente dispuseram que a remuneração estabelecida inclui todos os valores devidos ao trabalhador, inclusive todo e qualquer adicional, o que a seu ver configura salário complessivo, daí decorrendo ofensa ao direito de o trabalhador conhecer a exata composição e valor de cada parcela que lhe é devida, sendo essa prática um artifício nulo de pleno direito, nos termos da Súmula 91 do TST.

Acrescente-se, ainda, que nenhuma cláusula convencional ajustada em detrimento do sistema legal pode ser validada, sob pena de violação do artigo 2.º da Convenção OIT n.º 154, integrado ao ordenamento jurídico pátrio pelo Decreto Legislativo do Senado Federal n.º 22/1992, cujo dispositivo delimitou o conteúdo passível de normatização por via das contratações coletivas a algumas hipóteses.

Diz restar claro que qualquer cláusula convencional que simplesmente retire do trabalhador o direito aos adicionais constitucionalmente previstos de horas extras e noturno não possui nenhum valor jurídico.

Aduz, ainda, que o ambiente insalubre foi reconhecido, fazendo jus ao pagamento do adicional de insalubridade como corolário, sendo-lhe também devido o adicional de periculosidade, dadas as peculiaridades com que desenvolveu seu labor em situação deveras perigosas, sendo certo que manuseando carga de todo o tipo estava sujeito a situações que impunham risco à sua integridade física.

Insurge-se contra a Decisão a quo que indeferiu o pleito de adicional de insalubridade a pretexto de não demonstrado sequer que o mesmo laborou nos turnos indicados, de modo que não se poderia aproveitar a confirmação do ambiente laboral se nem mesmo a jornada disposta na inicial fora demonstrada, de modo que o Juízo sentenciante entendeu que o autor não logrou êxito em demonstrar o fato constitutivo de seu direito.

Nas contrarrazões, a litisconsorte CHIBATÃO NAVEGAÇÃO LTDA chama a atenção para o fato de que o laudo pericial emprestado somente fora carreado aos autos pelo autor com o memorial de razões finais, de modo que sequer deveria ser considerado, haja vista que assim o fazendo não houve oportunidade para o contraditório, ao que se deve acrescentar que tal perícia somente fora realizada nas suas dependências quando sabidamente o autor

laborou também para a SUPER TERMINAIS. Diante disso, alerta para os laudos periciais juntados no decorrer da tramitação processual em ambas localidades, em que não há o reconhecimento de qualquer dos adicionais.

Dois pontos devem ser considerados de imediato. Um diz respeito ao pretendo adicional de periculosidade, que merece rejeição, uma vez não constatado por meio de laudo técnico especializado ambiente com riscos à integridade física do obreiro a ensejar referido pagamento.

O segundo ponto a ser ponderado diz respeito exatamente ao fato de que o laudo pericial em que se calça o Recorrente para postular o adicional de insalubridade fora incluído nos autos somente por ocasião dos memoriais, tendo o autor logrado êxito no seu pedido de prazo para apresentar memoriais no prazo de 48 horas e, após a audiência de encerramento, no prazo estabelecido, encarta tal documento com farta documentação, a meu ver, indevidamente. SE houvesse que incluir prova, haveria de fazê-lo antes do encerramento da instrução, de modo a permitir às partes adversas o conhecimento. Na forma como realizado pelo autor, entendo ter criado obstáculos ao conhecimento pelo próprio Juízo.

Assim constou no termo de audiência :

Em 10 de agosto de 2016, na sala de sessões da MM. 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS/AM, sob a direção da Exmo(a). Juíza MARIA DA GLORIA DE ANDRADE LOBO, realizou-se audiência relativa a AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO número 0000230-43.2016.5.11.0011 ajuizada por DANIEL ROCHA RAMOS em face de ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS. Às 10h20min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes. Presente o autor, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). FRED FIGUEIREDO CESAR, OAB nº 9508/AM. Presente o preposto do réu SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, Sr. JOSÉ BRANDÃO LOUREIRO, desacompanhado do(a) advogado(a). Presente o preposto do réu CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA, Sr(a). FELICIDADE ARAUJO VIANA, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). GIZAH DE CAMPOS LIMA, OAB nº 7336/AM. Ausente o réu ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS e seu advogado. A reclamada, apesar de REVELIA: regularmente notificada, conforme Edital de Notificação (ID b179aa6) não compareceu à presente sessão, tornando-se revel e confessa quanto à matéria de fato. ***Conforme requerimento pelo patrono do reclamante, este juízo concede o prazo de 48hrs para apresentar alegações finais****. ALEGAÇÕES FINAIS REMISSIVAS PELAS LITISCONSORTES. PREJUDICADA PELA RECLAMADA. PREJUDICADA A 2ª PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. Fica suspensa a presente audiência e designado o dia 17.08.2016, para leitura e publicação da sentença. Cientes os presentes. E para constar, foi lavrado o presente termo. Nada mais. (grifos atuais)*

Como se vê, houve requerimento para a apresentação de razões finais em memoriais, momento em que o autor aproveitou para encartar, indevidamente repito, laudo emprestado.

Nada obstante o acima explanado, passo ainda a considerar que como bem cita o Recorrente em sua tese recursal, há cláusulas convencionais dispostas com as litisconsortes noticiando que houve o agrupamento de parcelas na remuneração do portuário, o que, certamente, não pode ou deve ser considerado como salário complessivo.

É preciso lembrar, antes, que estamos diante de um trabalho com características singulares, o que exige regular e intensa atuação sindical, como aliás se pode verificar com a juntada dos documentos trazidos aos autos. Exatamente por esta razão, dispõe o trabalhador avulso de regulamentação própria.

Cabe observar que, conforme bem definido no artigo 29 da Lei nº 8.630/1993, a remuneração, definição de função, composição dos termos e as condições de trabalho portuário avulso ficaram a encargo das entidades representativas dos trabalhadores portuários, o que de fato restou pactuado nas normas coletivas trazidas aos autos pela partes.

A Carta Magna, no mesmo passo em que prestigiou a proteção aos trabalhadores, estabelecendo regras e condições de trabalho, prestigiou, também, as organizações sindicais, legítimos interlocutores dos empregados e empregadores, na busca de soluções para os conflitos de seus interesses. Nesse diapasão, os Acordos Coletivos de Trabalho são instrumentos hábeis a fixar condições de trabalho e são lei entre as partes, lembrando, por certo que as suas cláusulas sucumbem ao interesse público, eis que nenhum interesse jurídico, individual ou coletivo, se sobrepõe ao interesse público.

Como bem salientado pelo autor, os Acordos Coletivos firmados entre a entidade sindical e as empresas ora litisconsortes entenderam por incluir na remuneração do trabalhador diversas parcelas, em atenção exatamente a essa peculiaridade de que está revestido o trabalho portuário, devendo ser dito que em cláusulas de acordo coletivo consta expressamente que no valor da remuneração estão incluídas parcelas como férias, 13º salários, FGTS e adicionais, a exemplo da cláusula 11ª do ACT 2013/2015 com o Chibatão e cláusula 11ª do ACT 2009/2011 e 2011/2013 com a SUPER TERMINAIS em que dispõem que a remuneração engloba todo e qualquer adicional. Vejamos o ACT com a SUPER TERMINAIS de 2011/2013

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO

Como contraprestação dos serviços de estiva, incluindo o agamento de todos os encargos e tributos incidentes, a SUPER TERMINAIS, pagará ao OGMO para ser distribuída aos Estivadores, após retenção e recolhimento dos tributos e encargos sociais devidos, uma remuneração total previamente fixada por cada unidade de contêiner descarregado ou carregado, independentemente de quantos homens tenham integrado cada equipe de trabalho, nos seguintes valores:

R$ 47,93 (quarenta e sete reais e noventa e três centavos), por cada unidade de contêiner cheio proveniente ou destinado a navegação de longo curso, incluído nesse valor todos os encargos sociais incidentes sobre o trabalho;

R$ 47,93 (quarenta e sete reais e noventa e três centavos), por cada unidade de contêiner cheio proveniente ou destinado à navegação de cabotagem, incluído nesse valor todos os encargos sociais incidentes sobre o trabalho;

R$ 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos) por cada unidade de contêiner vazio, procedente ou destinado a transporte aquaviário, incluído nesse valor todos os encargos sociais incidentes sobre o trabalho.

Esse valor será aplicável durante os seis primeiros meses do acordo coletivo de trabalho, sendo que as partes, nesse período máximo de seis meses, negociarão uma revisão do valor da remuneração de contêineres vazios para que passe a representar no máximo 30% do valor pago pelos contêineres cheios, nos termos da prática nacionalmente adotada nos demais portos do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No valor total da remuneração estabelecida na presente cláusula, além do pagamento da remuneração pelo trabalho, já estão incluídos todos os valores devidos aos TPA´s a título de 13º salário, férias, repouso semanal remunerado, assim como os encargos sociais, o INSS, o FGTS e o Imposto de Renda e leva em conta as condições de risco e de eventual insalubridade da operação, não sendo, portanto, devido nenhum adicional à remuneração ora estabelecida, exceto os previstos a seguir na mesma cláusula.

Já com o Chibatão, coloco o ACT de 2013/2015 que na sua cláusula 11, parágrafo primeiro dispõe que :

No valor total da remuneração estabelecida na presente cláusula, além do pagamento da remuneração pelo trabalho, já estão incluídos todos os valores devidos aos TPA´s a título de 13º salário, férias, repouso semanal remunerado, assim como os encargos sociais, o INSS, o FGTS e o Imposto de Renda e já leva em conta toda cobrança de todo e qualquer adicional à remuneração ora estabelecida.

Como se pode observar, os instrumentos normativos coletivos cuidaram de abarcar o pagamento de adicionais à remuneração do trabalhador portuário, de modo que o respectivo adicional ora defendido pelo Recorrente já se encontra englobado.

A sistemática remuneratória afeta ao trabalhador avulso é regida pelos instrumentos coletivos negociados, os quais dispõe que na remuneração paga ao trabalhador pelo OGMO já se encontram embutidas todas as parcelas que lhe são devidas.

Com efeito, o regime de trabalho a que está submetido o recorrente, regido por lei especial, não comporta o pagamento dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade uma vez que sua remuneração já quita todo e qualquer adicional, conforme previsto em norma coletiva.

Não há que se falar em irregularidade ou ilegitimidade da norma coltiva por englobar tais verbas. O englobamento de parcelas por meio de norma coeltiva não sofre de irregularidade, como consta do art. 7º, XXVI da CF/88, devendo ser dito que também não há irregularidade a ausência de identificação da parcela nos recibos de pagamento, e isso porque a previsão no instrumento coletivo normativo autorizando o agrupamento de verbas trabalhistas não importa em salário complessivo.

Como dito mais acima, há que se prestigiar a negociação coletiva privada, com autonomia da vontade atualmente elevada a patamar constitucional

Atual, notória e interativa jurisprudência do C. TST é no sentido de que deve ser respeitado o princípio da autonomia da vontade coletiva, previsto no art. 7º, XXVI, da CF, não havendo que se falar em salário complessivo nos casos em que o agrupamento de parcelas salariais se deu por meio de cláusula de instrumento coletivo.

Nesse sentido, a seguinte decisão:

(...) TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SALÁRIO COMPLESSIVO. A decisão regional declarou a invalidade de norma coletiva que estabelece o agrupamento das parcelas à remuneração do trabalhador avulso, especificamente, o adicional de insalubridade. A atual, notória e interativa jurisprudência desta Corte expressa o entendimento de que prevalecem os termos acordados mediante negociação coletiva nos casos em que o agrupamento de parcelas se deu mediante a estipulação de cláusula de instrumento coletivo, não se havendo falar em salário complessivo. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (TST-RR-5655420135080003. Relatora: Delaíde Miranda Arantes. 2ª Turma. DEJT 29/9/2017)

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 11.496/2007. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (RSR). DIFERENÇAS. AJUSTE MEDIANTE NORMA COLETIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SALÁRIO COMPLESSIVO. PROVIMENTO. 1. Segundo o entendimento preconizado na Súmula nº 91, que veda o salário complessivo, é nula a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador. 2. Na hipótese, não restou caracterizado o salário complessivo, porquanto a Norma coletiva previu o percentual de 16,66% apenas a título de repouso semanal remunerado, a fim de ajustar o valor dessa parcela. 3. Ressalte-se que, em casos idênticos ao destes autos, envolvendo a mesma reclamada, esta colenda Corte Superior afastou a figura do salário complessivo, por entender que a aludida súmula refere-se expressamente a cláusula contratual, e não a cláusula normativa, a qual deve ser respeitada, em observância ao disposto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, que assegura o reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Precedentes. 4. Recurso de embargos de que se conhece e a que se dá provimento."(E-ED-RR - 76200-20.2008.5.04.0232, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 29/07/2016).

RECURSO DE REVISTA. [...] ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. SALÁRIO COMPLESSIVO. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. O e. TRT consagrou a tese de que" o adicional de risco deve ser estendido também aos avulsos, quando comprovado o labor em condições penosas, perigosas ou insalubres ". Ressaltou não haver" controvérsia no sentido de que o trabalho do autor era executado em situações que o expunham a riscos, sendo inclusive prevista a remuneração na cláusula coletiva (cláusula 6ª - doc. 9 do apartado) ". Acrescentou que," [C]om a concessão de maneira espontânea, ainda que complessivamente, aplica-se, por analogia o disposto na Orientação Jurisprudencial SDI-I nº 406, do TST ". Dito isso, a Corte de origem acolheu o recurso do autor," para deferir o adicional de risco no percentual de 40% sobre o salário-base, parcelas vencidas e vincendas, enquanto perdurar a situação de risco ". 2. Esta e. Corte Superior consagrou a tese de que o agrupamento de parcelas pagas na remuneração, assim estabelecido por meio de norma coletiva, não configura salário complessivo. Reconhecida, na hipótese, a violação do artigo 29 da Lei nº 8630/93. Recurso de revista conhecido e provido, no tema. (RR - 1602-84.2011.5.02.0446 , Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 11/03/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/03/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. 2. RECURSO DE REVISTA. TRABALHO PORTUÁRIO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA DE INCLUSÃO DO ADICIONAL DE RISCO E DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR AVULSO. VALIDADE. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. Como regra geral, o agrupamento de parcelas em uma única verba é tido como irregular, configurando o salário complessivo (Súmula 91/TST). Contudo, se o procedimento é autorizado por norma coletiva negociada (art. 7º, XXVI, da CF), evidenciando não se tratar de burla ou expediente artificial para escamotear direitos trabalhistas, estando, ademais, permitido pela Lei nº 8.630/1993 (art. 29), que regia as condições trabalhistas da categoria avulsa, não há como se considerar inválida a regra coletiva negociada e irregularmente adimplido o adicional de risco. Assim, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui as razões expendidas na decisão denegatória que, assim, subsiste pelos seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR - 137600-04.2009.5.02.0443 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 26/11/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/11/2014)

RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC (LEI N.º 13.105/2015). [...] ADICIONAL DE RISCO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. SALÁRIO COMPLESSIVO. Conforme o entendimento deste Tribunal Superior, reputa-se válida a norma coletiva que prevê o pagamento aos portuários de parcela salarial (adicional de risco) englobando adicionais diversos, sem que isso configure salário complessivo. Recurso de Revista não conhecido. (RR - 129300-59.2013.5.17.0002 , Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 10/05/2017, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017)

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014 [...] 6 - TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. ADICIONAL DE RISCO. SALÁRIO COMPLESSIVO. A jurisprudência desta Corte é no sentido de ser válida a norma coletiva que prevê o pagamento embutido do adicional de risco ao salário do trabalhador, afastando-se a ocorrência de salário complessivo. Precedentes da SBDI-1 do TST. Recurso de revista não conhecido. [...] (RR - 67600-73.2013.5.17.0005 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 26/04/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/05/2017)

RECURSO DE REVISTA. TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. ADICIONAL DE RISCO. SALÁRIO COMPLESSIVO. A atual, notória e iterativa jurisprudência desta Corte expressa o entendimento de que prevalecem os termos acordados mediante negociação

coletivanos casos em que o agrupamento de parcelas se deu mediante a estipulação de cláusula de instrumento coletivo, não havendo salário complessivo. Há precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR - 92500-26.2009.5.02.0443 , Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 09/09/2015, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/09/2015)

I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DOS RECLAMANTES. NÃO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. [...] 2. ADICIONAL DE RISCO. FORMA DE PAGAMENTO. Caso em que o Tribunal Regional, reformando a sentença, deferiu ao Reclamante, trabalhador avulso, o pagamento do adicional de risco, ao fundamento de que" a remuneração via taxa-diária englobando todas as condições de trabalho configura salário complessivo ". O entendimento firmado nesta Corte Superior é o de que, havendo previsão em negociação coletiva acerca do pagamento de parcelas de forma agrupada, não se configura o salário complessivo de que trata a Súmula 91 desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (ARR - 134700-51.2009.5.02.0442 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 31/08/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/09/2016)

Considerando todo o exposto, mantenho a improcedência dos pedidos, seja de adicional de periculosidade, seja de insalubridade, e sob dois prismas, vale dizer, ausência de provas a identificar o labor do Recorrente como insalubre ou perigoso, lembrando que há nos autos farta documentação trazida pelas litisconsortes atestando a inexistência de elementos a ensejar o pagamento de tais adicionais, devendo ser dito que foram juntados oportunizando a manifestação do autor que não a aproveitou. É preciso dizer que a audiência de encerramento se houve em 10 agosto de 2016 e o laudo pericial juntado pelo autor por ocasião dos memoriais fora concluído em junho de 2016, de modo que poderia ter o mesmo o apresentado em época que oportunizasse à parte adversa a devida manifestação.

Temos, portanto, que levar em consideração que os autos foram abastecidos com laudos contrários à pretensão autoral, não tendo o interessado se manifestado sobre eles, como temos um laudo parcialmente favorável, encartado nos autos em momento inadequado, inoportuno, que não permitiu às outras partes conhecimento e oportunidade de instaurar o contraditório sobre o mesmo, criando, como dito, obstáculos ao conhecimento pelo próprio Juízo.

A par de tais considerações, e a elas alio os Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as litisconsortes que noticiam que parcelas como adicionais já estavam agrupadas na remuneração do trabalhador.

Portanto, sob qualquer prisma, indevida a parcela e seus reflexos.

Mantenho a improcedência.

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço do recurso e nego-lhe provimento.

DISPOSITIVO

ACÓRDÃO

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, MARCIUS CRUZ

DA PONTE SOUZA.

Sustentação oral Dr. Márcio Luiz Sórdi.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos,em conhecer do recurso e, no mérito, negar -lhe provimento, mantendo a improcedência da pretensão autoral..

Sessão de Julgamento realizada em 17 de setembro de 2019.

Assinatura

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0001780-45.2017.5.11.0002

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	FRANCISCA SIQUEIRA DA CRUZ
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
RECORRIDO	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCA SIQUEIRA DA CRUZ
- J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação

PROCESSO nº 0001780-45.2017.5.11.0002 (ROT)

Embargante: ESTADO DO AMAZONAS

Procurador: Janilson da Costa Barros

Embargados: FRANCISCA SIQUEIRA DA CRUZ

Advogados: Jociia Temis da Silva Moraes e Jocil da Silva Moraes

J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA.

RELATOR: YONE SILVA GURGEL CARDOSO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

02

Ementa

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. A rediscussão de mérito não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC.

Relatório

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em recurso ordinário, nos quais figuram, como embargante, **ESTADO DO AMAZONAS** e, como embargados, **FRANCISCA SIQUEIRA DA CRUZ** e **JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.** O litisconsorte opôs os embargos de declaração de ID-c757a16 com fim prequestionatório, alegando omissão no acórdão de ID-b6185e0.

É o RELATÓRIO.

Admissibilidade

Preliminar de admissibilidade

Conclusão da admissibilidade

Fundamentação

Conheço dos embargos de declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Alega o embargante omissão no v. acórdão quanto à tese defensiva do ônus da prova (arts. 818 da CLT e 373 do CPC), no sentido de que por se tratar de fato constitutivo (e não fato impeditivo, modificativo ou extintivo), o ônus de provar a ausência de fiscalização é do reclamante, trazendo prova cabal aos autos (o que não ocorreu). Logo, a não observação dessa correta distribuição de encargos probatórios culmina em indevida inversão do ônus.

Requer, não sendo alterada a decisão, a partir do saneamento do vício, o prequestionamento dos dispositivos legais apontados, quais sejam, os artigos 10, 373, §1º do CPC, art. 818 da CLT e art. 5º, LIV e LV da CF, viabilizando o acesso aos Tribunais Superiores.

Sem razão o embargante.

Consoante inteligência da Súmula 297 do TST, é desnecessária a referência expressa a todos os dispositivos legais e constitucionais apontados pela parte como violados, existindo no acórdão tese jurídica explícita a respeito da matéria discutida no recurso, pois o prequestionamento diz respeito à abordagem da matéria e do conteúdo da norma.

No caso, a questão foi analisada à luz da Súmula 331 do TST, que em sua nova redação já incorpora o entendimento consagrado pelo STF quanto à responsabilização subsidiária do ente público.

Nesse contexto, o acórdão embargado consignou expressamente:

"No caso dos autos, o próprio preposto do litisconsorte confessou que 'não havia fiscalização do contrato do Estado com a JM, nem da respectiva prestação de serviços' (ID-b6a60ab).

Não bastasse a confissão do preposto da litisconsorte, a reclamante juntou aos autos o extrato de FGTS de ID-fed8991, que demonstra irregularidade no recolhimento do FGTS.

Destarte, está caracterizada a culpa in vigilandodo litisconsorte, acarretando sua responsabilidade subsidiária."

Com efeito, evidenciando acolhimento da tese defensiva do litisconsorte em relação à distribuição do ônus da prova, o acórdão deixou claro que a autora se desincumbiu do ônus que lhe cabia.

Em verdade, o embargante pretende rediscutir o mérito, o que não encontra guarida nos embargos de declaração, por ser recurso de estreito cabimento, conforme arts. 897-A da CLT e 1022 do CPC.

Recurso da parte

Item de recurso

Conclusão do recurso

Por estes fundamentos, conheço dos embargos de declaração e nego-lhes provimento.

Dispositivo

Acórdão

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras

SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS **Presidente,** Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora,** FRANCISCA RITA ALENCAR e o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região, CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR.

ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Juíza Convocada

Relatora

VOTOS

Edital

Edital

Processo Nº ROT-0000355-49.2018.5.11.0001

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	DANIELE LARISSA DA SILVA
ADVOGADO	RICARDO PINHEIRO DA COSTA(OAB: 7952/AM)
RECORRIDO	MUNICIPIO DE MANAUS
RECORRIDO	CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

SECRETARIA DA 1ª TURMA

PROCESSO TRT ROT 0000355-49.2018.5.11.0001

RECORRENTE: DANIELE LARISSA DA SILVA

RECORRIDO: CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA, MUNICIPIO DE MANAUS

Relator(a): Desembargador(a) VALDENYRA FARIAS THOME

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

A Desembargadora do Trabalho Relatora VALDENYRA FARIAS THOME do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificada **CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA**, reclamada neste

processo, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência do **Acórdão de Id. 9b7273a cujo dispositivo segue abaixo transcrito, bem como, querendo, apresentar recurso de revista, no prazo da Lei.**

"ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da PRIMEIRA TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar -lhe provimento.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

ORIGINAL ASSINADO

VALDENYRA FARIAS THOME

Relatora"

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA

Secretario da 1ª Turma

Edital

Processo Nº AP-0002369-66.2015.5.11.0015

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
AGRAVADO	MINERACAO TABOCA S A
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS MARTELOZZO(OAB: 261391/SP)
ADVOGADO	LUCIANA GONZALEZ DOS SANTOS(OAB: 216743/SP)
AGRAVADO	CAMYLLA NUNES SANTANA
AGRAVADO	RICARDO PIETROBELLI
ADVOGADO	MICHELLEN DE LIMA ALVES(OAB: 10367/AM)
AGRAVANTE	JONAS OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO	WILSON COSTA ARAUJO(OAB: 2232/AM)
AGRAVADO	3M ENGENHARIA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- 3M ENGENHARIA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

SECRETARIA DA 1ª TURMA

PROCESSO TRT AP 0002369-66.2015.5.11.0015

AGRAVADO: MINERACAO TABOCA S A

AGRAVADO: 3M ENGENHARIA LTDA - ME, RICARDO PIETROBELLI, CAMYLLA NUNES SANTANA

AGRAVANTE: JONAS OLIVEIRA FERREIRA

Relator(a): Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

A Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam notificadas **3M ENGENHARIA LTDA - ME eCAMYLLA NUNES SANTANA, agravadas** neste processo, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para tomarem ciência do **Acórdão de Id. 58b4f22**cujo dispositivo segue abaixo transcrito, bem como, querendo, apresentar recurso de revista, no prazo da Lei.

"ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração; negar provimento aos embargos de declaração da MINERAÇÃO TABOCA S.A.; conceder provimento parcial aos embargos de declaração do SR. RICARDO PIETROBELLI para, sanando a omissão, rejeitar o pedido de limitação da responsabilidade ao total de suas cotas no capital social.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

ORIGINAL ASSINADO

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora"

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA

Secretario da 1ª Turma

Edital

Processo Nº AP-0002369-66.2015.5.11.0015

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
AGRAVADO	MINERACAO TABOCA S A
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS MARTELOZZO(OAB: 261391/SP)
ADVOGADO	LUCIANA GONZALEZ DOS SANTOS(OAB: 216743/SP)
AGRAVADO	CAMYLLA NUNES SANTANA
AGRAVADO	RICARDO PIETROBELLI
ADVOGADO	MICHELLEN DE LIMA ALVES(OAB: 10367/AM)

AGRAVANTE	JONAS OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO	WILSON COSTA ARAUJO(OAB: 2232/AM)
AGRAVADO	3M ENGENHARIA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMYLLA NUNES SANTANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

SECRETARIA DA 1ª TURMA

PROCESSO TRT AP 0002369-66.2015.5.11.0015

AGRAVADO: MINERACAO TABOCA S A

AGRAVADO: 3M ENGENHARIA LTDA - ME, RICARDO PIETROBELLI, CAMYLLA NUNES SANTANA
AGRAVANTE: JONAS OLIVEIRA FERREIRA

Relator(a):Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

A Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam notificadas **3M ENGENHARIA LTDA - ME eCAMYLLA NUNES SANTANA, agravadas** neste processo, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para tomarem ciência do **Acórdão de Id. 58b4f22**cujo dispositivo segue abaixo transcrito, bem como, querendo, apresentar recurso de revista, no prazo da Lei.

"ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da **PRIMEIRA TURMA,** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por **unanimidade** de votos, em conhecer dos embargos de declaração; negar provimento aos embargos de declaração da MINERAÇÃO TABOCA S.A.; conceder provimento parcial aos embargos de declaração do SR. RICARDO PIETROBELLI para, sanando a omissão, rejeitar o pedido de limitação da responsabilidade ao total de suas cotas no capital social.

Sessão de Julgamento realizada em 24 de setembro de 2019.

Assinado em de setembro de 2019.

ORIGINAL ASSINADO

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora"

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA

Secretario da 1ª Turma

Edital

Processo Nº RORSum-0000230-43.2016.5.11.0004

Relator	YONE SILVA GURGEL CARDOSO
RECORRENTE	DANIEL ROCHA RAMOS
ADVOGADO	BELMIRO CESAR FERNANDES TROTTA TELLES(OAB: 26312/PR)
RECORRIDO	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	RODRIGO ALVES OMENA(OAB: 6840/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RECORRIDO	SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	GABRIELA RICCIARDI CASERTA(OAB: 275873/SP)
ADVOGADO	FERNANDO NASCIMENTO BURATTINI(OAB: 78983/SP)
RECORRIDO	ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS

Intimado(s)/Citado(s):

- ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

SECRETARIA DA 1ª TURMA

PROCESSO TRT RORSum 0000230-43.2016.5.11.0004

RECORRENTE: DANIEL ROCHA RAMOS

RECORRIDO: ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS, SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA

Relator(a): Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

A Excelentíssima Juíza Convocada YONE SILVA GURGEL CARDOSO, Titular da Vara do Trabalho de Manacapuru - **Relatora**, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado **ORGAO GESTOR DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS, reclamado** neste processo, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência do **Acórdão de Id. 1a49c3f cujo dispositivo segue abaixo transcrito, bem como, querendo, apresentar recurso de revista, no prazo da Lei.**

"ISTO POSTO

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da PRIMEIRA TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a improcedência da pretensão autoral..

Sessão de Julgamento realizada em 17 de setembro de 2019.

ORIGINAL ASSINADO

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Relatora"

Manaus, 30 de Setembro de 2019

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA

Secretario da 1ª Turma

2ª Turma

Acórdão

Acórdão

Processo Nº ROT-0000360-59.2018.5.11.0005

Relator	JOICILENE JERONIMO PORTELA
RECORRENTE	WERKSSON CARLOS NONATO DE SOUSA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)

RECORRIDO	MANAUS AMBIENTAL S.A.
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANAUS AMBIENTAL S.A.
- WERKSSON CARLOS NONATO DE SOUSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cabeçalho do Processo

PROCESSO TRT RO Nº 000360-59.2018.5.11.0005 (ED)

Embargante: **MANAUS AMBIENTAL S.A.**

Advogado: Dr. Ademário do Rosário Azevedo

Embargado: **WERKSSON CARLOS NONATO DE SOUSA**

Advogado: Dr. Márcio Luiz Sordi e outros

RELATORA: JOICILENE JERÔNIMO PORTELA

Ementa

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. Comprovada a divergência entre o que foi escrito na conclusão e aquilo que consta do dispositivo do julgado, a configurar a existência de erro material a merecer correção, os embargos devem ser conhecidos e providos.

Conteúdo do Voto

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração, em que são partes, como embargante, **MANAUS AMBIENTAL S.A.** e, como embargado, **WERKSSON CARLOS NONATO DE SOUSA.**

Embargos opostos sob a alegação de contradição no julgado.

Afirma a embargante que na fundamentação consta condenação no valor de R$20.000,00 e no dispositivo o montante de R$10.00,00.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Conheço dos Embargos de Declaração, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

JUÍZO DE MÉRITO

Argumenta a embargante que na fundamentação do v. acórdão, ficou consignado condenação no valor de R$20.000,00, e no dispositivo consta o montante de R$10.000,00.

Segundo ela, existe contradição no julgado acerca do valor arbitrado à condenação, notadamente, no montante deferido na fundamentação e no dispositivo.

Analiso.

Ao dar provimento parcial ao apelo do reclamante, arbitrei custas no valor de R$400,00, calculadas sobre o valor da condenação de R$20.000,00, uma vez que impunha a reclamada também o pagamento de diferenças salariais em decorrência da ausência de promoções por merecimento e reflexos.

Contudo, fui vencida pela douta maioria no tocante às promoções por merecimento, que permaneceram indeferidas. Em consequência, no dispositivo do julgado consta custas no importe de R$200,00, calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em R$10.000,00, o que, todavia, diverge do que foi escrito na conclusão.

Verifica-se, pois, a ocorrência de erro material a merecer correção para igualar os dizeres da conclusão e do dispositivo do julgado.

JUÍZO CONCLUSIVO

Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração e, e no mérito, dou-lhes provimento, para corrigindo o erro material, incluir na conclusão do julgado custas pela reclamada no importe de R$200,00, calculadas sobre o valor da condenação ora arbitrado em R$10.000,00, na forma da fundamentação.

Acórdão

Cabeçalho do acórdão

Acórdão

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho e a Juíza Convocada: **Presidente**: AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA; **Relatora**: JOICILENE JERÔNIMO PORTELA; YONE SILVA GURGEL CARDOSO.

Representante do MPT: Excelentíssimo Senhor CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR, Procurador do Trabalho da PRT da 11ª Região.

ISTO POSTO

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e a Juíza Convocada da **SEGUNDA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, **dar-lhes provimento**, para corrigindo o erro material, incluir na conclusão do julgado custas pela reclamada no importe de R$200,00, calculadas sobre o valor da condenação ora arbitrado em R$10.000,00, na forma da fundamentação.

Sessão realizada em 23 de setembro de 2019.

Assinaturas

JOICILENE JERONIMO PORTELA

Desembargadora do Trabalho

Relatora

Votos

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta da Sessão Ordinária de Julgamento do(a) 2ª Turma do dia 07/10/2019 às 09:00

Processo Nº ROT-0000009-55.2019.5.11.0004

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	KAISA CARVALHO LIMA
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAISA CARVALHO LIMA
- SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

Processo Nº ROT-0000015-74.2015.5.11.0401

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 165509/RJ)
RECORRENTE	S J ATIVIDADE MEDICA HOSPITALAR LTDA - EPP
ADVOGADO	EWERTON DE ALENCAR CORREIA(OAB: 8460/AM)
RECORRIDO	FRANCISCA DA CRUZ DE OLIVEIRA MONTEIRO
ADVOGADO	FRANK FIGUEIREDO CESAR(OAB: 6560/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- FRANCISCA DA CRUZ DE OLIVEIRA MONTEIRO
- S J ATIVIDADE MEDICA HOSPITALAR LTDA - EPP

Processo Nº RORSum-0000067-19.2019.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ROSINEIA COSTA DOS SANTOS
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
RECORRIDO	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- ROSINEIA COSTA DOS SANTOS

Processo Nº RORSum-0000099-33.2019.5.11.0014

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ALPHAVOX RECUPERACAO DE CREDITO E TELEATENDIMENTO LTDA
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	KARLA BIANCA PINHEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ELINE DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 7543/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPHAVOX RECUPERACAO DE CREDITO E TELEATENDIMENTO LTDA
- KARLA BIANCA PINHEIRO DE OLIVEIRA

Processo Nº ROT-0000143-44.2017.5.11.0007

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	DOMINGUES E TANANTA COMERCIO DE BOMBONS LTDA - EPP
ADVOGADO	WELLINGTON MONTEMURRO FILHO(OAB: 10992/AM)
RECORRIDO	JUARES MARINHO LEITE
ADVOGADO	PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA(OAB: 10033/AM)
ADVOGADO	ANDRE RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA(OAB: 7399/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOMINGUES E TANANTA COMERCIO DE BOMBONS LTDA - EPP
- JUARES MARINHO LEITE

Processo Nº ROT-0000207-83.2019.5.11.0201

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	EVANI BELARMINO DA SILVA
ADVOGADO	JORDANNA BARROSO DE OLIVEIRA(OAB: 14331/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
- ESTADO DO AMAZONAS
- EVANI BELARMINO DA SILVA
- Ministério Público do Trabalho

Processo Nº ROT-0000211-73.2017.5.11.0013

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA(OAB: 5466/AM)
RECORRENTE	ROSSINI AZEVEDO DA SILVA
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RECORRIDO	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA(OAB: 5466/AM)
RECORRIDO	ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS
RECORRIDO	ROSSINI AZEVEDO DA SILVA

ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
- ORGAO GEST DE M DE OBRA DO TRAB PORT AV DO P DE MANAUS
- ROSSINI AZEVEDO DA SILVA

Processo Nº ROT-0000277-70.2019.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	LIBERTY SEGURANCA EIRELI
ADVOGADO	LEONARDO DIREITO(OAB: 198230/SP)
RECORRIDO	EMERSON COSTA DE MELO
ADVOGADO	ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA(OAB: 12968/AM)
RECORRIDO	M A SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
ADVOGADO	TATIANA DA SILVA CINQUE(OAB: 12043/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON COSTA DE MELO
- LIBERTY SEGURANCA EIRELI
- M A SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

Processo Nº ROT-0000285-77.2019.5.11.0007

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	NORTE COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA
ADVOGADO	MANOEL PEDRO DE CARVALHO(OAB: 4890/AM)
RECORRIDO	JOAO PAULO FERREIRA GOMES
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO PAULO FERREIRA GOMES
- NORTE COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA

Processo Nº ROT-0000323-54.2017.5.11.0009

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	LUCENILDO DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO	EVELYN TATIANA DE LIMA CORREA(OAB: 3622/AM)
RECORRIDO	T P INDUSTRIA DE ACO LTDA.
ADVOGADO	PORFIRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCENILDO DE SOUZA SANTOS
- T P INDUSTRIA DE ACO LTDA.

Processo Nº RORSum-0000382-77.2019.5.11.0007

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	BDA SERVICOS EM CONSTRUCOES E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO	DEBORA DE CAMPOS FROTA(OAB: 10140/AM)
RECORRIDO	ELIZETH CASTRO TOBIAS
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BDA SERVICOS EM CONSTRUCOES E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP
- ELIZETH CASTRO TOBIAS

Processo Nº ROT-0000387-40.2017.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CONSORCIO PRO-INFANCIA BRASIL - PIB
ADVOGADO	JAMILLY VIANA DA SILVA(OAB: 10666/AM)
RECORRIDO	A DE C VENTURELLI - EPP
ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)
RECORRIDO	JOAO DOS SANTOS BRAGA
ADVOGADO	GESIEL BARBOZA SANTOS(OAB: 1514/RR)
ADVOGADO	FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 2464/AM)
RECORRIDO	PROATIVA CONSTRUCAO DE IMOVEIS LTDA - EPP
ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- CONSORCIO PRO-INFANCIA BRASIL - PIB
- JOAO DOS SANTOS BRAGA
- PROATIVA CONSTRUCAO DE IMOVEIS LTDA - EPP

Processo Nº ROT-0000433-68.2017.5.11.0004

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CRISTIANE BATISTA PACHECO
ADVOGADO	CYNARA CAROLINA SOUZA DA SILVA(OAB: 11384/AM)
ADVOGADO	CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL(OAB: 7400/AM)
RECORRENTE	NATURA COSMETICOS S/A
ADVOGADO	RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23739/BA)
RECORRIDO	CRISTIANE BATISTA PACHECO
ADVOGADO	CYNARA CAROLINA SOUZA DA SILVA(OAB: 11384/AM)
ADVOGADO	CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL(OAB: 7400/AM)
RECORRIDO	NATURA COSMETICOS S/A
ADVOGADO	RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23739/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE BATISTA PACHECO
- NATURA COSMETICOS S/A

Processo Nº RORSum-0000452-61.2019.5.11.0018

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	DIGITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S. A.
ADVOGADO	CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES(OAB: 4693/AM)

ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
RECORRIDO	JOAO SOARES PEREIRA
ADVOGADO	ROSQUILD AZEDO OMENA(OAB: 605/AM)
ADVOGADO	RAUL GOES NETO(OAB: 8203/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIGITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S. A.
- JOAO SOARES PEREIRA

Processo Nº ROT-0000455-52.2019.5.11.0006

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	JOSE ADAMOR BENACON
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
RECORRENTE	UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RECORRIDO	JOSE ADAMOR BENACON
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
RECORRIDO	UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ADAMOR BENACON
- UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA

Processo Nº RORSum-0000466-81.2019.5.11.0006

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	RAFAEL CARVALHO PEIXOTO
ADVOGADO	LEVISON FERNANDES DE SOUZA(OAB: 7985/AM)
RECORRIDO	DALIANE DA ROCHA PORTELA
ADVOGADO	DACILVANIA DA ROCHA PORTELA(OAB: 24719/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DALIANE DA ROCHA PORTELA
- RAFAEL CARVALHO PEIXOTO

Processo Nº ROT-0000485-12.2018.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	ELIZEU JOSE CARIOLE DIAS
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRENTE	GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO	PEDRO IVO LEAO RIBEIRO AGRA BELMONTE(OAB: 155433/RJ)
RECORRENTE	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
RECORRIDO	CONDOMINIO PRIVILEGE CLUB RESIDENCE
ADVOGADO	LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANCA(OAB: 9528/AM)
RECORRIDO	CONDOMINIO RESIDENCIAL RENAISSANCE
RECORRIDO	CONDOMINIO RESIDENCIAL TAPAJOS
ADVOGADO	LAURA OLIVEIRA DE SOUZA(OAB: 14645/AM)
RECORRIDO	CONDOMINIO RESIDENCIAL VINCITORE
ADVOGADO	FRANCOIS ANTONIO GALVAO(OAB: 10015/AM)
RECORRIDO	ELIZEU JOSE CARIOLE DIAS
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RECORRIDO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
RECORRIDO	ENERWATT ENGENHARIA LTDA - EPP
ADVOGADO	KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES(OAB: 29917/GO)
RECORRIDO	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO	PEDRO IVO LEAO RIBEIRO AGRA BELMONTE(OAB: 155433/RJ)
RECORRIDO	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RECORRIDO	TORK-SUL COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS LTDA
ADVOGADO	ANSELMO MATEUS VEDOVATO JUNIOR(OAB: 9429/MS)
RECORRIDO	TRANSBRAZ CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL - EIRELI
ADVOGADO	ADRIANA BARBOSA DE ANDRADE(OAB: 19921/GO)
RECORRIDO	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO PRIVILEGE CLUB RESIDENCE
- CONDOMINIO RESIDENCIAL RENAISSANCE
- CONDOMINIO RESIDENCIAL TAPAJOS
- CONDOMINIO RESIDENCIAL VINCITORE
- ELIZEU JOSE CARIOLE DIAS
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- ENERWATT ENGENHARIA LTDA - EPP
- ESTADO DO AMAZONAS
- GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A
- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
- Ministério Público do Trabalho
- TORK-SUL COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS LTDA
- TRANSBRAZ CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL - EIRELI
- UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

Processo Nº AP-0000514-16.2014.5.11.0006

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	NILSO RIBEIRO DE FREITAS
ADVOGADO	MILCYETE BRAGA ASSAYAG(OAB: 5006/AM)
AGRAVADO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	RONALDO SANTOS MONTEIRO(OAB: 7502/AM)
ADVOGADO	MAURO COUTO DA CUNHA(OAB: 4200/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
AGRAVADO	TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- NILSO RIBEIRO DE FREITAS
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Processo Nº ROT-0000534-89.2019.5.11.0019

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	MARCIA LEITE GENNINGS
ADVOGADO	UIRATAN DE OLIVEIRA(OAB: 3431/AM)
RECORRIDO	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RECORRIDO	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA LEITE GENNINGS
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

Processo Nº RORSum-0000586-28.2018.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	GIVANILDO GONCALVES BRITO
ADVOGADO	NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES(OAB: 679-A/AM)
RECORRIDO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	KATIA REGINA SOUZA NASCIMENTO(OAB: 4189/AM)
ADVOGADO	PAMELLA DE MOURA SANTOS(OAB: 485-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL
- GIVANILDO GONCALVES BRITO

Processo Nº RORSum-0000587-85.2019.5.11.0014

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	GABRIELLE DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO	FABRICIA ARRUDA MOREIRA(OAB: 5043/AM)
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CAMARA ALENCAR(OAB: 4249/AM)
RECORRIDO	TAM LINHAS AEREAS S/A.
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIELLE DA SILVA RODRIGUES
- TAM LINHAS AEREAS S/A.

Processo Nº AP-0000617-83.2015.5.11.0201

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)
ADVOGADO	WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 165509/RJ)
AGRAVADO	PEDRO CAVALCANTE DE ALMEIDA
ADVOGADO	MARIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)
ADVOGADO	MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- PEDRO CAVALCANTE DE ALMEIDA

Processo Nº RORSum-0000632-26.2018.5.11.0014

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	PATRICIA DE SOUZA FILGUEIRAS
ADVOGADO	CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 10687/AM)
RECORRIDO	A F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	IVES ALENCAR ALBUQUERQUE(OAB: 5621/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A F COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
- PATRICIA DE SOUZA FILGUEIRAS

Processo Nº AP-0000646-52.2014.5.11.0013

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
AGRAVANTE	MUNICIPIO DE MANAUS
AGRAVADO	RAIMUNDO JOSE PEREIRA SANTOS
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
ADVOGADO	CELMA ONARA IZAEL SOUZA ARAÚJO(OAB: 4438/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE MANAUS
- RAIMUNDO JOSE PEREIRA SANTOS

Processo Nº ROT-0000693-12.2017.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES

ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
RECORRENTE	TECNISA S.A.
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
RECORRIDO	PAULO DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RECORRIDO	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES
- PAULO DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA
- TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
- TECNISA S.A.

Processo Nº AP-0000754-74.2015.5.11.0101

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 165509/RJ)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)
AGRAVADO	JOAO SANTOS DA SILVA
ADVOGADO	MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)
ADVOGADO	MARIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- JOAO SANTOS DA SILVA

Processo Nº RORSum-0000844-98.2014.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	HILTON DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	Felipe Lucachinski(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RECORRIDO	TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)
ADVOGADO	JOSE LUIZ LEITE(OAB: 622-M/AM)
ADVOGADO	DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER(OAB: 749-M/AM)
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
RECORRIDO	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)
ADVOGADO	JOSE LUIZ LEITE(OAB: 622-M/AM)
ADVOGADO	DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER(OAB: 749-M/AM)
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HILTON DA SILVA CARVALHO
- TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Processo Nº ROT-0000866-91.2016.5.11.0009

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CARLOS AUGUSTO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	JOAO ANTONIO DA MOTA SEIXAS(OAB: 10046/AM)
ADVOGADO	HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 7364/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
RECORRIDO	ALCANTARA OLIVEIRA NETO - CPF 881.755.706-44 - ME
RECORRIDO	CRISÓSTOMO VIEIRA MUNIZ
ADVOGADO	ANTONIA PEREIRA DA SILVA(OAB: 5841/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCANTARA OLIVEIRA NETO - CPF 881.755.706-44 - ME
- CARLOS AUGUSTO VIEIRA DOS SANTOS
- CRISÓSTOMO VIEIRA MUNIZ

Processo Nº ROT-0000887-09.2017.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	JADER ALBUQUERQUE BENARROZ
ADVOGADO	ROSANGELA BENTES CAMPOS(OAB: 1956/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO(OAB: 1724/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JADER ALBUQUERQUE BENARROZ
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Processo Nº RORSum-0000889-83.2015.5.11.0005

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	RONDONIA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

RECORRIDO	GLEIVISON DOS SANTOS
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	Felipe Lucachinski(OAB: 3753/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEIVISON DOS SANTOS
- RONDONIA TRANSPORTES LTDA

Processo Nº ROT-0000961-87.2017.5.11.0009

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	DANIELLA NOVELLINO DE MESQUITA(OAB: 3559/AM)
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
RECORRIDO	PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA
- PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA

Processo Nº ROT-0000969-34.2017.5.11.0019

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	ROGERIO PEREIRA CAVALCANTE
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO	ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RECORRIDO	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RECORRIDO	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
- MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
- ROGERIO PEREIRA CAVALCANTE
- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Processo Nº ROT-0000973-98.2017.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	BDS CONFECCOES LTDA
ADVOGADO	MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO(OAB: 9918/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO(OAB: 9919/AM)
RECORRIDO	JANE DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	LUANA PEREIRA REGIS(OAB: 9340/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BDS CONFECCOES LTDA
- JANE DA SILVA SANTOS

Processo Nº ROT-0001067-28.2017.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	ADALBERTO DA SILVA SILVEIRA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRENTE	CARLOS CARVALHO SILVEIRA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRENTE	CLARA CARVALHO SILVEIRA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRENTE	EDERALDO CARVALHO SILVEIRA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRIDO	INTELLI PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP
ADVOGADO	LIAH LIMA CERF LEVY(OAB: 7183/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADALBERTO DA SILVA SILVEIRA
- CARLOS CARVALHO SILVEIRA
- CLARA CARVALHO SILVEIRA
- EDERALDO CARVALHO SILVEIRA
- INTELLI PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP

Processo Nº ROT-0001075-05.2017.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	HAMILTON AMARAL PEREIRA
ADVOGADO	JANAINA MENDONCA DE MORAES(OAB: 8070/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RECORRIDO	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HAMILTON AMARAL PEREIRA
- VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

Processo Nº ROT-0001209-23.2017.5.11.0019

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RECORRIDO	MARCIO CARDOSO DA COSTA
ADVOGADO	ADILCE PEREIRA DO AMARAL(OAB: 6513/AM)
RECORRIDO	RHODES CONSTRUCOES E INSTALACOES ELETRICAS LIMITADA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- MARCIO CARDOSO DA COSTA
- RHODES CONSTRUCOES E INSTALACOES ELETRICAS LIMITADA - ME

Processo Nº AP-0001259-05.2014.5.11.0003

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	ANDERSON DOS SANTOS CAVALCANTE

ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
AGRAVADO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 165509/RJ)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- ANDERSON DOS SANTOS CAVALCANTE

Processo Nº ROT-0001269-05.2017.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	RAIMUNDO ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO	Maria Claudia Sousa da Silva(OAB: 1082-A/AM)
RECORRIDO	ALIANCA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	FABRIZIO DE SOUZA BARBOSA GROSSO(OAB: 4473/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIANCA ENGENHARIA LTDA
- RAIMUNDO ARAUJO DE SOUZA

Processo Nº ROT-0001327-54.2016.5.11.0012

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	COMSERVICO LTDA
ADVOGADO	MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR(OAB: 2897/AM)
RECORRENTE	MACIRLEIA DE SOUZA GOMES
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RECORRIDO	COMSERVICO LTDA
ADVOGADO	MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR(OAB: 2897/AM)
RECORRIDO	MACIRLEIA DE SOUZA GOMES
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMSERVICO LTDA
- MACIRLEIA DE SOUZA GOMES

Processo Nº ROT-0001376-39.2018.5.11.0008

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	FABIANA DOS SANTOS CEVALHO(OAB: 12783/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
RECORRIDO	MARCOS VALERIO ALVES FRANCA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
ADVOGADO	SAMEA PICANCO OLIVEIRA(OAB: 10852/AM)
RECORRIDO	SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- MARCOS VALERIO ALVES FRANCA
- SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI

Processo Nº RORSum-0001431-75.2018.5.11.0012

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RECORRIDO	MARCOS ASSUNCAO CARNEIRO
ADVOGADO	Felipe Lucachinski(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- MARCOS ASSUNCAO CARNEIRO

Processo Nº ROT-0001441-86.2017.5.11.0002

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	IFER DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
ADVOGADO	INGRID FERNANDES GRANJA(OAB: 7919/AM)
ADVOGADO	Fabiola Adriane Lucena Almeida(OAB: 3482/AM)
ADVOGADO	FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA(OAB: 8343/AM)
RECORRIDO	ROSIVALDO BARROS DE CASTRO
ADVOGADO	WALDIR GONCALVES BARROS JUNIOR(OAB: 5535/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- IFER DA AMAZONIA LTDA
- ROSIVALDO BARROS DE CASTRO

Processo Nº ROT-0001505-81.2017.5.11.0201

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	GRACY KELLY DE OLIVEIRA PONDES
ADVOGADO	JOAO RICARDO DE SOUZA DIXO JUNIOR(OAB: 3236/AM)
RECORRIDO	LIACI BRANDAO LINS DE PAULA
ADVOGADO	MARCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE(OAB: 8769/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRACY KELLY DE OLIVEIRA PONDES
- LIACI BRANDAO LINS DE PAULA

Processo Nº ROT-0001517-57.2017.5.11.0052

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	PALMAPLAN AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	VINICIUS JOSE ROCKENBACH PORTELA(OAB: 84636/RS)
ADVOGADO	JACQUES ANTUNES SOARES(OAB: 75751/RS)

RECORRIDO	ADENILSON MARTINS BARROS
ADVOGADO	PAULA RAFAELA PALHA DE SOUZA(OAB: 340/RR)
ADVOGADO	PAULO SERGIO DE SOUZA(OAB: 317-B/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENILSON MARTINS BARROS
- PALMAPLAN AGROINDUSTRIAL LTDA

Processo Nº ROT-0001640-45.2016.5.11.0002

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	DAMIAO DIAS CORREA
ADVOGADO	SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RECORRIDO	PATRIMÔNIO - MANAÚ
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
RECORRIDO	TECNISA S.A.
ADVOGADO	MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684/SP)
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAMIAO DIAS CORREA
- PATRIMÔNIO - MANAÚ
- TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
- TECNISA S.A.

Processo Nº ROT-0001682-04.2017.5.11.0053

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	COMPANHIA ENERGETICA DE RORAIMA
ADVOGADO	LIGIA SOUZA DE QUEIROZ(OAB: 1103/RR)
ADVOGADO	JONAS EDUARDO COLETTO TRACHYNSKI(OAB: 1456/RR)
ADVOGADO	JORCI MENDES DE ALMEIDA JUNIOR(OAB: 749/RR)
RECORRIDO	JOSIVALDO PACHECO DE SOUSA
ADVOGADO	FELLIPY BRUNO DE SOUZA SEABRA(OAB: 943/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGETICA DE RORAIMA
- JOSIVALDO PACHECO DE SOUSA

Processo Nº ROT-0001705-88.2017.5.11.0201

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO	MUNICIPIO DE MANACAPURU
ADVOGADO	VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES(OAB: 8573/AM)
RECORRIDO	COOPERATIVA DE TRABALHO NACIONALCOOP
ADVOGADO	JULIANA SILVA SANTOS(OAB: 47560/BA)
ADVOGADO	DEJANIRA OLIVEIRA GOIS(OAB: 35385/BA)
ADVOGADO	VINICIUS PRAZERES CARDOSO(OAB: 49680/BA)
RECORRIDO	PAULIANE PINTO DE LIMA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRABALHO NACIONALCOOP
- MUNICIPIO DE MANACAPURU
- Ministério Público do Trabalho
- PAULIANE PINTO DE LIMA

Processo Nº ROT-0001718-91.2016.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
RECORRENTE	JOAQUIM GONCALVES VIANA NETO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO	KASSER JORGE CHAMY DIB(OAB: 5551/AM)
RECORRIDO	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO	CLEIDINALDO FONSECA CHAVES(OAB: 13507/PA)
ADVOGADO	EURICO ENES LEBRE(OAB: 948-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
- JOAQUIM GONCALVES VIANA NETO

Processo Nº AIRO-0001772-15.2017.5.11.0052

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
AGRAVANTE	CONDOMINIO DO RORAIMA GARDEN SHOPPING
ADVOGADO	IGOR GOES LOBATO(OAB: 307482/SP)
ADVOGADO	JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA(OAB: 90461/MG)
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
AGRAVADO	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO DO RORAIMA GARDEN SHOPPING
- Ministério Público do Trabalho

Processo Nº ROT-0001775-05.2017.5.11.0008

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	SAPORE S.A.
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA RIBEIRO(OAB: 7080/AM)
RECORRIDO	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	RODRIGO DE SOUZA CAMARGOS(OAB: 10435/RN)
RECORRIDO	JOSE ELINOR MATOS DE ARAUJO
ADVOGADO	KETLLEN BRAGA CASTRO(OAB: 12518/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
- JOSE ELINOR MATOS DE ARAUJO
- SAPORE S.A.

Processo Nº RORSum-0002036-43.2017.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRENTE	SIMONI RAMOS DA GAMA
ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)
RECORRIDO	MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	ESTELLA SANTIAGO TRAGINO DE SOUZA(OAB: 378064/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA.
- SIMONI RAMOS DA GAMA

Processo Nº ROT-0002061-86.2017.5.11.0006

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	BENCHIMOL IRMAO & CIA LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO ANTONIO GURGEL DE NAZARE(OAB: 1518/AM)
RECORRENTE	GRAZIELE RODRIGUES VALE
ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)
RECORRIDO	BENCHIMOL IRMAO & CIA LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO ANTONIO GURGEL DE NAZARE(OAB: 1518/AM)
RECORRIDO	GRAZIELE RODRIGUES VALE
ADVOGADO	TALES BENARROS DE MESQUITA(OAB: 3257/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENCHIMOL IRMAO & CIA LTDA
- GRAZIELE RODRIGUES VALE

Processo Nº ROT-0002289-86.2016.5.11.0009

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Priscila Lima Monteiro(OAB: 5901/AM)
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
RECORRENTE	SHEILA DA COSTA LIMA
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
RECORRIDO	SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Priscila Lima Monteiro(OAB: 5901/AM)
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
RECORRIDO	SHEILA DA COSTA LIMA
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
- SHEILA DA COSTA LIMA

Processo Nº AP-0002372-12.2015.5.11.0018

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	EGESA ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	VALERIA PEREIRA DA SILVA(OAB: 159436/MG)
AGRAVADO	CONSORCIO CONDUTO-EGESA
ADVOGADO	CAMILLA VALERIO VELOSO(OAB: 122482/MG)
ADVOGADO	VALERIA PEREIRA DA SILVA(OAB: 159436/MG)
AGRAVADO	GERALDO JACOB DE SANTANA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO CONDUTO-EGESA
- EGESA ENGENHARIA S/A
- GERALDO JACOB DE SANTANA

Processo Nº ROT-0002446-35.2016.5.11.0017

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	FERNANDO PIMENTEL DE SOUSA
ADVOGADO	GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA(OAB: 2482/AM)
RECORRIDO	AMAURI FERREIRA DE LUNA - EPP
RECORRIDO	MINERACAO TABOCA S A
ADVOGADO	LUCIANA GONZALEZ DOS SANTOS(OAB: 216743/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURI FERREIRA DE LUNA - EPP
- FERNANDO PIMENTEL DE SOUSA
- MINERACAO TABOCA S A

Processo Nº AP-0010844-94.2013.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
AGRAVANTE	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
AGRAVADO	MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
AGRAVADO	ROSIANE DE SOUZA VENANCIO
ADVOGADO	CELIO ANTONIO SZLACHTA(OAB: 6260/AM)
ADVOGADO	ANA PAULA NOGUEIRA DE SAO MARCOS(OAB: 6677/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
- ROSIANE DE SOUZA VENANCIO
- SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Processo Nº ROT-0011299-59.2013.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	CARLEANDRO FREITAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	VITOR VILHENA GONCALO DA SILVA(OAB: 6502/AM)
RECORRIDO	FORMAPACK EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - ME
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLEANDRO FREITAS DO NASCIMENTO
- FORMAPACK EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - ME

Processo Nº AP-0011570-71.2013.5.11.0009

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
AGRAVANTE	BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 827/AM)
AGRAVADO	ADRIANO FERREIRA MARQUES
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
AGRAVADO	BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 827/AM)
AGRAVADO	MILTON DOMINGUES PETRI
AGRAVADO	URUBATAN HELOU
TERCEIRO INTERESSADO	BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA
TERCEIRO INTERESSADO	GRUPO VDA (VDL REDE DE POSTOS)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	SHIZEN VEICULOS (GRUPO SIMOES)
ADVOGADO	NADIA MARCELLE SOUSA PIMENTEL(OAB: 6509/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO FERREIRA MARQUES
- BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA
- GRUPO VDA (VDL REDE DE POSTOS)
- MILTON DOMINGUES PETRI
- SHIZEN VEICULOS (GRUPO SIMOES)
- URUBATAN HELOU

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

3ª Turma

Acórdão

Acórdão

Processo Nº ROT-0001083-85.2017.5.11.0014

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRENTE	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME
RECORRIDO	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO nº 0001083-85.2017.5.11.0014 (ROT)

EMBARGANTES: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

EMBARGADOS: RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE, M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME,

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

//ics

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS LITISCONSORTES. OMISSÃO CONFIGURADA. ARBITRAMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO E CUSTAS. Assiste razão à Litisconsorte Petrobrás. O Colegiado desse acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes. deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde. Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem* deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso. Inexistentes as demais omissões suscitadas por ambas Embargantes. **Embargos conhecidos. Negado o da litisconsorte Transpetro. Provido parcialmente o da litisconsorte Pertobrás.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelas litisconsortes (Id e9b6a30 e Id 204e7f5) em face do v. Acórdão (Id 6da8698) proferido nos autos do processo nº. 0001083-85.2017.5.11.0014, em que são embargantes **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS S/A E PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO, e** embargados **RAIMUNDO TEIXEIRA DE TRINDADE e M BRAS CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA.**

A litisconsorte (PETROBRÁS), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Argui prequestionamento.

A litisconsorte (TRANSPETRO), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao ônus da prova, aduzindo ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

As partes contrárias não se manifestaram.

Os autos são trazidos em mesa para análise e decisão.

É o Relatório.

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos Embargos aviados pelas litisconsortes.

OMISSÕES.

A litisconsorte (PETROBRÁS)/Embargante, alega omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu.

A litisconsorte (TRANSPETRO)/Embargante, também suscita omissão em relação ao ônus da prova, asseverando ser do autor a obrigação de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, mister do qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

Analiso.

Com razão parcial a Embargante PETROBRÁS, no que diz respeito a omissão referente ao arbitramento do valor da condenação e custas no *decisum,* a qual será sanada nesta decisão.

O Colegiado desse E. Regional acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes, deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde.

Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem*deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

Sem razão, contudo, ambas Embargantes em relação a alegada omissão referente ao ônus da prova, tendo em vista que, diferente do que pretendem, o v. Acórdão foi claro ao mensurar que tal mister era obrigação das Embargantes, tomadoras dos serviços e beneficiárias da mão de obra do autor.

Consta no *decisum*que cabia às litisconsortes velar pelo correto adimplemento de todas as obrigações inerentes aos contratos de trabalho dos empregados do prestador dos serviços, como o de exigir à comprovação do recolhimento dos encargos sociais e previdenciários, salários em sentido estrito, depósitos do FGTS, observância das normas de segurança e medicina do trabalho, jornada de trabalho prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal, entre outras medidas.

Consta, ainda, o registro de ser incumbência das litisconsortes/Embargantes, além de reter os valores correspondentes a eventuais salários atrasados, aplicar as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade) ou rescindir o liame administrativo, nos termos dos arts. 77 e 78 do referido diploma legal.

Registrou-se que não há nos autos prova de qualquer fiscalização por parte das Embargantes, restando caracterizada a conduta culposa de ambas, por omissão, (culpa in vigilando), tornando pertinente a imposição da responsabilidade subsidiária a elas, sem violar o artigo 97 da CR/88, nem contrariar a Súmula Vinculante nº 10 do STF, mas sim, conferindo interpretação sistemática ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, cuja constitucionalidade é assumida como premissa decisória, considerando-se os demais preceitos desse diploma legal, bem como o próprio entendimento assentado pelo STF no julgamento da ADC nº 16. Não há nenhuma omissão neste particular.

Por fim, registra-se a inexistência da alegada omissão suscitada pela Embargante TRANSPETRO em relação a violação do art. 37, §

6º da CF, sob o argumento de que a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito.

Consoante dito no v. Acórdão, o cerne da questão gira em torno da culpa das tomadoras de serviço pela escolha de empresa não idônea, resultando na responsabilidade civil das contratantes, sendo que as regras de licitação não são capazes de atender e satisfazer a necessidade dos empregados terceirizados.

Mensurou-se também no *decisum*, que se as litisconsortes, valendo-se da lei, entabularam negócio jurídico com empresa inidônea, devem responder pelos riscos da contratação, pois eram obrigadas não só a fiscalizarem, zelosamente, o cumprimento dos encargos trabalhistas assumidos pela real empregadora - reclamada, como também escolher com mais cuidado a empresa com a qual celebram contrato de intermediação por meio licitatório, tendo em vista que a violação a direito do reclamante, afronta também o princípio da função social do contrato, previsto no art. 421 do Código Civil.

E ainda que houvesse diligência na escolha da empresa, restou demonstrado nos autos que assim não procederam as Embargantes quanto à fiscalização do cumprimento dos encargos assumidos pela empresa contratada. E, ainda, que assim não fosse, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prescinde da configuração da culpa, em qualquer das suas modalidades, e funda-se na existência do risco, que se justifica no fato de terem se beneficiado dos serviços prestados pelo trabalhador.

Embargos da litisconsorte Transpetro improvido.

Embargos da litisconsorte Petrobrás provido parcialmente para, após sanar a omissão apontada, arbitra-se como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço de ambos **Embargos. Nego provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dou parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum* nos seus demais termos.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 19 de setembro de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho da 11ª Região, ANA LUÍZA NORONHA LIMA.

ISSO POSTO,

ACORDAM os membros da Terceira Turma, por unanimidade de votos, conhecer de ambos **Embargos. Negar provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dar parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum*nos seus demais termos.

.

Ormy da Conceição Dias Bentes

relatora

VOTOS

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

//ics

Acórdão

Processo Nº ROT-0001083-85.2017.5.11.0014

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRENTE	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME
RECORRIDO	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO nº 0001083-85.2017.5.11.0014 (ROT)

EMBARGANTES: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

EMBARGADOS: RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE, M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME,

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS LITISCONSORTES. OMISSÃO CONFIGURADA. ARBITRAMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO E CUSTAS. Assiste razão à Litisconsorte Petrobrás. O Colegiado desse acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes. deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde. Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem* deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso. Inexistentes as demais omissões suscitadas por ambas Embargantes. **Embargos conhecidos. Negado o da litisconsorte Transpetro. Provido parcialmente o da litisconsorte Pertobrás.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelas litisconsortes (Id e9b6a30 e Id 204e7f5) em face do v. Acórdão (Id 6da8698) proferido nos autos do processo nº. 0001083-85.2017.5.11.0014, em que são embargantes **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS S/A E PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO, e** embargados **RAIMUNDO TEIXEIRA DE TRINDADE e M BRAS CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA.**

A litisconsorte (PETROBRÁS), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Argui prequestionamento.

A litisconsorte (TRANSPETRO), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao ônus da prova, aduzindo ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

As partes contrárias não se manifestaram.

Os autos são trazidos em mesa para análise e decisão.

É o Relatório.

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos Embargos aviados pelas litisconsortes.

OMISSÕES.

A litisconsorte (PETROBRÁS)/Embargante, alega omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu.

A litisconsorte (TRANSPETRO)/Embargante, também suscita omissão em relação ao ônus da prova, asseverando ser do autor a obrigação de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, mister do qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

Analiso.

Com razão parcial a Embargante PETROBRÁS, no que diz respeito a omissão referente ao arbitramento do valor da condenação e custas no *decisum,* a qual será sanada nesta decisão.

O Colegiado desse E. Regional acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes, deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde.

Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem*deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

Sem razão, contudo, ambas Embargantes em relação a alegada omissão referente ao ônus da prova, tendo em vista que, diferente do que pretendem, o v. Acórdão foi claro ao mensurar que tal mister era obrigação das Embargantes, tomadoras dos serviços e beneficiárias da mão de obra do autor.

Consta no *decisum*que cabia às litisconsortes velar pelo correto adimplemento de todas as obrigações inerentes aos contratos de trabalho dos empregados do prestador dos serviços, como o de exigir à comprovação do recolhimento dos encargos sociais e previdenciários, salários em sentido estrito, depósitos do FGTS, observância das normas de segurança e medicina do trabalho, jornada de trabalho prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal, entre outras medidas.

Consta, ainda, o registro de ser incumbência das litisconsortes/Embargantes, além de reter os valores correspondentes a eventuais salários atrasados, aplicar as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade) ou rescindir o liame administrativo, nos termos dos arts. 77 e 78 do referido diploma legal.

Registrou-se que não há nos autos prova de qualquer fiscalização por parte das Embargantes, restando caracterizada a conduta culposa de ambas, por omissão, (culpa in vigilando), tornando pertinente a imposição da responsabilidade subsidiária a elas, sem violar o artigo 97 da CR/88, nem contrariar a Súmula Vinculante nº 10 do STF, mas sim, conferindo interpretação sistemática ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, cuja constitucionalidade é assumida como premissa decisória, considerando-se os demais preceitos desse diploma legal, bem como o próprio entendimento assentado pelo STF no julgamento da ADC nº 16. Não há nenhuma omissão neste particular.

Por fim, registra-se a inexistência da alegada omissão suscitada pela Embargante TRANSPETRO em relação a violação do art. 37, § 6º da CF, sob o argumento de que a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito.

Consoante dito no v. Acórdão, o cerne da questão gira em torno da culpa das tomadoras de serviço pela escolha de empresa não idônea, resultando na responsabilidade civil das contratantes, sendo que as regras de licitação não são capazes de atender e satisfazer a necessidade dos empregados terceirizados.

Mensurou-se também no *decisum*, que se as litisconsortes, valendo-se da lei, entabularam negócio jurídico com empresa inidônea, devem responder pelos riscos da contratação, pois eram obrigadas não só a fiscalizarem, zelosamente, o cumprimento dos encargos trabalhistas assumidos pela real empregadora - reclamada, como também escolher com mais cuidado a empresa com a qual celebram contrato de intermediação por meio licitatório, tendo em vista que a violação a direito do reclamante, afronta também o princípio da função social do contrato, previsto no art. 421 do Código Civil.

E ainda que houvesse diligência na escolha da empresa, restou demonstrado nos autos que assim não procederam as Embargantes quanto à fiscalização do cumprimento dos encargos assumidos pela empresa contratada. E, ainda, que assim não fosse, a

responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prescinde da configuração da culpa, em qualquer das suas modalidades, e funda-se na existência do risco, que se justifica no fato de terem se beneficiado dos serviços prestados pelo trabalhador.

Embargos da litisconsorte Transpetro improvido.

Embargos da litisconsorte Petrobrás provido parcialmente para, após sanar a omissão apontada, arbitra-se como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço de ambos **Embargos. Nego provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dou parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum* nos seus demais termos.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 19 de setembro de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho da 11ª Região, ANA LUÍZA NORONHA LIMA.

ISSO POSTO,

ACORDAM os membros da Terceira Turma, por unanimidade de votos, conhecer de ambos **Embargos. Negar provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dar parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum*nos seus demais termos.

.

Ormy da Conceição Dias Bentes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº ROT-0001083-85.2017.5.11.0014

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRENTE	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME
RECORRIDO	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)

RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO nº 0001083-85.2017.5.11.0014 (ROT)

EMBARGANTES: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

EMBARGADOS: RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE, M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME,

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

***//*ics**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS LITISCONSORTES. OMISSÃO CONFIGURADA. ARBITRAMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO E CUSTAS. Assiste razão à Litisconsorte Petrobrás. O Colegiado desse acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes. deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde. Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem* deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso. Inexistentes as demais omissões suscitadas por ambas Embargantes. **Embargos conhecidos. Negado o da litisconsorte Transpetro. Provido parcialmente o da litisconsorte Pertobrás.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelas litisconsortes (Id e9b6a30 e Id 204e7f5) em face do v. Acórdão (Id 6da8698) proferido nos autos do processo nº. 0001083-85.2017.5.11.0014, em que são embargantes **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS S/A E PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO, e** embargados **RAIMUNDO TEIXEIRA DE TRINDADE e M BRAS CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA.**

A litisconsorte (PETROBRÁS), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação,

bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Argui prequestionamento.

A litisconsorte (TRANSPETRO), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao ônus da prova, aduzindo ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

As partes contrárias não se manifestaram.

Os autos são trazidos em mesa para análise e decisão.

É o Relatório.

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos Embargos aviados pelas litisconsortes.

OMISSÕES.

A litisconsorte (PETROBRÁS)/Embargante, alega omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu.

A litisconsorte (TRANSPETRO)/Embargante, também suscita omissão em relação ao ônus da prova, asseverando ser do autor a obrigação de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, mister do qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

Analiso.

Com razão parcial a Embargante PETROBRÁS, no que diz respeito a omissão referente ao arbitramento do valor da condenação e custas no *decisum,* a qual será sanada nesta decisão.

O Colegiado desse E. Regional acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes, deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde.

Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem*deferiu o dano

moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

Sem razão, contudo, ambas Embargantes em relação a alegada omissão referente ao ônus da prova, tendo em vista que, diferente do que pretendem, o v. Acórdão foi claro ao mensurar que tal mister era obrigação das Embargantes, tomadoras dos serviços e beneficiárias da mão de obra do autor.

Consta no *decisum*que cabia às litisconsortes velar pelo correto adimplemento de todas as obrigações inerentes aos contratos de trabalho dos empregados do prestador dos serviços, como o de exigir à comprovação do recolhimento dos encargos sociais e previdenciários, salários em sentido estrito, depósitos do FGTS, observância das normas de segurança e medicina do trabalho, jornada de trabalho prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal, entre outras medidas.

Consta, ainda, o registro de ser incumbência das litisconsortes/Embargantes, além de reter os valores correspondentes a eventuais salários atrasados, aplicar as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade) ou rescindir o liame administrativo, nos termos dos arts. 77 e 78 do referido diploma legal.

Registrou-se que não há nos autos prova de qualquer fiscalização por parte das Embargantes, restando caracterizada a conduta culposa de ambas, por omissão, (culpa in vigilando), tornando pertinente a imposição da responsabilidade subsidiária a elas, sem violar o artigo 97 da CR/88, nem contrariar a Súmula Vinculante nº 10 do STF, mas sim, conferindo interpretação sistemática ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, cuja constitucionalidade é assumida como premissa decisória, considerando-se os demais preceitos desse diploma legal, bem como o próprio entendimento assentado pelo STF no julgamento da ADC nº 16. Não há nenhuma omissão neste particular.

Por fim, registra-se a inexistência da alegada omissão suscitada pela Embargante TRANSPETRO em relação a violação do art. 37, § 6º da CF, sob o argumento de que a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito.

Consoante dito no v. Acórdão, o cerne da questão gira em torno da culpa das tomadoras de serviço pela escolha de empresa não idônea, resultando na responsabilidade civil das contratantes, sendo que as regras de licitação não são capazes de atender e satisfazer a necessidade dos empregados terceirizados.

Mensurou-se também no *decisum*, que se as litisconsortes, valendo-se da lei, entabularam negócio jurídico com empresa inidônea, devem responder pelos riscos da contratação, pois eram obrigadas não só a fiscalizarem, zelosamente, o cumprimento dos encargos trabalhistas assumidos pela real empregadora - reclamada, como também escolher com mais cuidado a empresa com a qual celebram contrato de intermediação por meio licitatório, tendo em vista que a violação a direito do reclamante, afronta também o princípio da função social do contrato, previsto no art. 421 do Código Civil.

E ainda que houvesse diligência na escolha da empresa, restou demonstrado nos autos que assim não procederam as Embargantes quanto à fiscalização do cumprimento dos encargos assumidos pela empresa contratada. E, ainda, que assim não fosse, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prescinde da configuração da culpa, em qualquer das suas modalidades, e funda-se na existência do risco, que se justifica no fato de terem se beneficiado dos serviços prestados pelo trabalhador.

Embargos da litisconsorte Transpetro improvido.

Embargos da litisconsorte Petrobrás provido parcialmente para, após sanar a omissão apontada, arbitra-se como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço de ambos **Embargos. Nego provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dou parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum* nos seus demais termos.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 19 de setembro de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho da 11ª Região, ANA LUÍZA NORONHA LIMA.

ISSO POSTO,

ACORDAM os membros da Terceira Turma, por unanimidade de votos, conhecer de ambos **Embargos. Negar provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dar parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum*nos seus demais termos.

.

Ormy da Conceição Dias Bentes

relatora

VOTOS

Acórdão

Processo Nº RORSum-0000490-34.2018.5.11.0301

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RECORRIDO	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RECORRIDO	BOAVENTURA SOLARTE NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Ficam as partes notificadas para tomar ciência do Acórdão, abaixo transcrito com as correções efetivadas pela certidão de Id 554f814:

PROCESSO nº 0000490-34.2018.5.11.0301 (ROPS) - RITO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

RECORRIDOS: BOAVENTURA SOLARTE NETO e GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

RELATOR: JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

MACF

RELATÓRIO

PEDIDO (ID. c7c14ac): O reclamante ajuizou a presente reclamatória na data de 10 de julho de 2018. Alegou que trabalhou para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, exercendo a função de auxiliar de base (na CTPS consta a função de auxiliar de topografia), percebendo salário mensal de R$-954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em regime de trabalho, conforme contrato, de 30 dias trabalhados em viagem no campo e 15 dias de folga na volta na cidade. Informou que deveria receber 30% de adicional de periculosidade, na quantia correspondente de R$-286,20, pelo trabalho em área de risco no campo, porém, apesar da promessa de pagamento, a primeira ré nunca pagou o citado adicional. Sustentou que foi dispensado sem justa causa e não recebeu corretamente suas verbas rescisórias, pois pendentes de pagamento os salários de maio e junho de 2018. Pelos fatos expostos, requereu a condenação da primeira reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade de todo o período contratual, bem como dos salários retidos dos meses de maio e junho de 2018. Deu à causa o valor de R$-4.197,60 (quatro mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos).

DECISÃO (ID. 22a11e0): O Juízo determinou o chamamento da segunda ré, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, para integrar a lide como litisconsorte passivo.

CONTESTAÇÃO DA SEGUNDA RECLAMADA (**ID. 545e0f1**). Alegou as preliminares de inépcia da petição inicial e nulidade da citação por edital da primeira reclamada. No mérito negou a prestação dos serviços do reclamante em seu favor e impugnou os pleitos de salários retidos e adicional de periculosidade, vindicando a total improcedência da reclamatória.

SENTENÇA (ID. 8737d61): O Juízo *a quo*declarou a revelia e confissão da primeira reclamada e julgou a reclamatória procedente, conforme os fundamentos a seguir:

"Vistos, etc.

Relatório dispensado, com supedâneo no art. 852-I, da CLT.

FUNDAMENTAÇÃO

Postula o reclamante a condenação da reclamada ao pagamento de salários retidos e de adicional de periculosidade, sob a arguição de que a atividade por ele exercida oferecia perigo ou risco de vida.

A reclamada regularmente notificada por edital, não compareceu à audiência, sendo considerada revel e confessa quanto a matéria de fato.

Foi chamada par integrar a lide como litisconsorte passivo a empresa ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, apontada como tomadora dos serviços prestados pelo reclamante. Notificada, a litisconsorte apresentou contestação arguindo vício na notificação da reclamada e impugnou de forma específica, sobre o mérito, os pleitos da inicial.

Passando ao exame da causa, a litisconsorte aponta vício na notificação por edital operada à reclamada. Contudo, é de sabença geral que a reclamada, após criar grande expectativa e alvoroço na cidade de Tefé e redondezas, pelo recrutamento de centenas de trabalhadores, pouco tempo depois começou a dispensar os empregados e em seguida desapareceu, sem deixar qualquer vestígios de seu paradeiro. Ora, quando não for localizado o reclamado, será realizada notificação por edital (art. 256 do CPC), sendo ainda lícito ao reclamante informar essa situação, já na exordial, se desconhecido o paradeiro do reclamado, justificando, desde já, a notificação por edital. Deve-se frisar que no processo do trabalho não há citação por hora certa, em virtude da existência de dispositivo especifico que preceitua que se passa automaticamente à citação por edital, quando não for possível efetuá-la da maneira mais corriqueira. Não há, assim, qualquer irregularidade na notificação editalícia adotada.

Quanto ao mérito, o reclamante pede a condenação das

demandadas ao pagamento de salários vencidos e de adicional de periculosidade.

Caberia ao empregador demonstrar nos autos, através dos recibos de pagamento pertinentes que efetuou o pagamento do salário do empregado. Como assim não fez, diante da sua condição de revel, reconheço que a parcela buscada não foi cumprida pelo empregador. Em consequência, reconheço que não houve ao obreiro o pagamentos do salário integral de maio de 2018, sendo procedente tal pedido.

Improcedente, contudo, o pedido de salário de junho/2018, uma vez que o reclamante trabalhou somente até o dia 4 desse mês, quando foi comunicado da dispensa, recebendo o pagamento desses dias e do aviso prévio indenizado, conforme discrimina o TRCT juntado com a inicial.

Busca ainda o reclamante o pagamento de adicional de periculosidade. Sustenta que entre outras atribuições, tinha contato com explosivos, situação essa que reputo como verdadeira, diante da falta de impugnação específica desse fato. Aliais, é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local.

Pela sistemática legal em vigor (artigo 195 da CLT), é imprescindível a realização de perícia para caracterização e classificação da periculosidade, cabendo ao juiz determiná-la ainda que as partes não a tenham requerido. Contudo, nesse caso específico, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas. Pois, na hipótese dos autos, a caracterização da periculosidade resta extreme de dúvida, visto que o trabalho do reclamante se dava em ambiente perigoso, já que transportava e armazenava explosivos durante a jornada de trabalho. Ora, se é admissível que o juiz valore a prova produzida nos autos, dando prevalência a outros meios de prova sobre a pericial, pelas mesmas razões se há de admitir a dispensa da prova técnica quando os elementos já constantes dos autos revelam-se suficiente para o reconhecimento do trabalho em condição de perigo.Nesse caso, o reconhecimento do direito não esta a depender de laudo pericial, como de fato ocorre com a maioria das questões relativas a insalubridade ou periculosidade. Embora decorra de imposição legal que a concessão do adicional de periculosidade venha respaldada em prova técnica, daí não resulta que o juízo esteja impedido de tomar em consideração prova efetiva do trabalho em condição de perigo, ainda que de outra natureza. E mais. A determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso. ***Procedente, portanto, o pedido de adicional de periculosidade (30%), a incidir sobre o salário básico do autor ao longo do período trabalhado, no exato valor liquidado na inicial.***

Confiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, como requeridos. Da análise dos autos, verifico que o reclamante encontra-se isenta do pagamento de quaisquer ônus processual, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017.

Conforme a realidade dos autos a força do trabalho do reclamante se dava em prol da litisconsorte, em serviços para o qual a reclamada empregadora fora contratada. A responsabilidade subsidiária nasce da construção jurisprudencial preceituada no Verbete Sumular nº 331, IV, do C. TST, razão pela qual, condeno a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, tomadora, no quantum debeatur imputado à reclamada, devedora principal.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

DISPOSITIVO

Ex positis, julgo procedente o pedido constante na presente reclamadação, para o fim de condenar a reclamada GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, e, subsidiariamente, a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, a pagarem ao reclamante BOAVENTURA SOLARTE NETO a quantia de R$3.243,00 a título de salário retido de maio/2018 (R$ 954,00) e de adicional de periculosidade (R$2.289,00). Tudo nos termos minudenciados nos ditames da fundamentação, que integra esta parte dispositiva.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após,

IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

Custas às reclamadas, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R$64,86.

Intimem-se às partes.

TEFE, 5 de Fevereiro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular"

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 161b17f): Suscitou a existência de omissão no julgado referente à análise do pedido de inépcia da petição inicial, bem como dos honorários de sucumbência recíprocos.

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID. e64053f): acolheu em parte os embargos de declaração pra esclarecer que o pedido de honorários de sucumbência em prol da embargante fica deferido na ordem de 5%, vedada a compensação das parcelas deferidas ao autor, mantendo-se inalterada, em todos os seus demais termos, a sentença embargada.

RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 3c73baf): Renovou os argumentos da contestação de negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício, aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

O AUTOR E A PRIMEIRA RECLAMADA NÃO APRESENTARAM CONTRARRAZÕES: Conforme registra a certidão de ID. 148a4c5.

FUNDAMENTAÇÃO

Recurso em condições de conhecimento, eis que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.

Nas suas razões recursais a segunda reclamada renova os argumentos trazidos no bojo da contestação referente à negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício. Aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

Vejamos.

Não merece prosperar a alegação da segunda ré, de que a prestação de serviços do autor não lhe favoreceu.

Levando-se em conta a revelia e confissão aplicada à primeira reclamada, a prova documental produzida nos autos atesta que o autor trabalhou no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, na função de auxiliar de topografia, para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, empresa prestadora de serviços contratada pela recorrente, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, sendo irrelevante constar nome do

autor na listagem de empregados nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, que não é *numerus clausus* e, cujos efeitos cingem-se aos empregados ali referenciados para o recebimento das verbas rescisórias, sendo que, já na inicial o autor informou haver recebido as verbas rescisórias conforme o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (ID. b939f34). Somado a isso, até mesmo pelas informações narradas nessa ação coletiva, é patente que no período de vigência do pacto laboral do obreiro, o trabalho desenvolvido pelos empregados da empresa contratada reverteu em proveito da contratante ROSNEFT BRASIL E&P LTDA. Nego provimento no particular.

Cumpre destacar, também, que a segunda ré, embora pretenda a exclusão da sua responsabilidade, sequer carreou aos autos o contrato de prestação de serviços avençado com a primeira reclamada. Assim, oportuno se torna dizer que os documentos trazidos aos autos pela própria recorrente, demonstram de modo contundente, que ela, na qualidade de contratante e tomadora dos serviços negligenciou o dever de verificar o efetivo cumprimento das obrigações legais assumidas pela contratada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, empregadora do autor.

Quando ao adicional de periculosidade corroboro os fundamentos da sentença, no sentido de que, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas, haja vista que o trabalho do autor se dava em ambiente perigoso, com transporte e armazenamento de explosivos durante a jornada de trabalho, e que a determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso.

Ademais, tais fundamentos são confirmados no documento de ID. f239b1d - Pág. 1 e 2 (Termo de Ajuste de Conduta nº 63/2018), no qual é informado que: *"a ROSNEF é concessionária de blocos de exploração de petróleo e gás natural, localizados na Bacia do Solimões, na Amazônia. Por conta das obrigações assumidas perante à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), tornou-se necessário a contratação de serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos, razão pela qual em 26 de julho de 2017 foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços de Aquisição e Processamento de Dados Sísmicos 2D e 3D (e seus Contratos Suplementares) entre a GEOKINETICS e a ROSNEFT cuja vigência se deu até 3 de julho de 2018 ("CONTRATO"), quando ocorreu a rescisão por inadimplemento da GEOKINETICS".* Ora, pela própria natureza da atividade desenvolvida pela primeira reclamada *"serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos",* inquestionavelmente, o autor tinha contato com explosivos, situação também narrada na sentença, nos seguintes termos: *"... é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local..."*.

À vista disso, mantenho na condenação o adicional de periculosidade, sendo incabível o pedido de proporcionalidade aos dias em que houve exposição, pois tal parcela incide sobre o salário mensal do trabalhador, nos termos do § 1º do art. 193 da CLT.

Enfim, no que se refere aos critérios de correção monetária, também sem razão a recorrente.

O § 7º do artigo 879 da CLT, acrescentado pela Lei nº 13.467/2017, possui a seguinte redação: *"a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991"*. Ora, o referido artigo celetista faz remissão expressa à Lei nº 8.177/91, cujo artigo 39, que estabelecia a TR como índice de correção monetária, foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, razão pela qual, pelos mesmos motivos anteriores, mostra-se incabível a pretendida aplicação da TR como índice de correção monetária, a partir da vigência da Lei nº 13.467/2017.

Nessa senda, a decisão recorrida além de seguir as regras fixadas no Incidente de Uniformização de Jurisprudência - IUJ nº 0000091-69.2017.5.11.0000 deste E. Regional (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E), também acompanha a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho na matéria, a exemplo do seguinte aresto, *verbis*:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - TAXA REFERENCIAL (TR). INCONSTITUCIONALIDADE. ADOÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA-E). Não obstante no acórdão ora embargado tenha sido adotado fundamento necessário e suficiente para atender o disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988, impõe-se sejam prestados os esclarecimentos postulados, para o fim de prestigiar-

se a Súmula nº 457 do excelso STF e também para evitar-se a perenização da lide por meio da interposição de novos e eventuais recursos. Com efeito, passo a prestar os esclarecimentos necessários que o caso está a exigir, de modo a dissipar toda e qualquer falta de compreensão que porventura possa a parte ter em face do que restou julgado. De fato, O § 7º do artigo 879 da CLT (acrescentado pela Lei nº 13.467/2017) prevê que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial seja feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Est e novo dispositivo faz referência à Lei nº 8.177/91, que previa em seu artigo 39, que a correção monetária seria corrigida pela TR. Contudo, o citado diploma legal foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do TST, com fundamento na tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a impossibilidade de recomposição do crédito pela aplicação da correção monetária pela TR (ADIs nos 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425). Nesse contexto, em que a correção monetária pela TR, objeto do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, foi considerada inconstitucional, torna-se inaplicável, também, o indigitado § 7º do artigo 879 da CLT, que, como dito, faz referência àquele dispositivo. Embargos de declaração conhecidos e providos para prestar esclarecimentos, sem conferir efeito modificativo ao julgado. (TST - ED-ARR: 12144020155090029, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 13/03/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/03/2019)"

Nego provimento ao apelo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe nego provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; **Relator -** JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; e JOICILENE JERÔNIMO PORTELA FREIRE, membro da 2ª Turma, convocada. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da 11ª Região, ROGÉRIO DE ALMEIDA PINTO GUIMARÃES.

Obs.: O Exmo. Desembargador José Dantas de Góes declarou-se impedido para atuar no processo.

POSTO ISSO,

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe negar provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Relator

VOTOS

Acórdão

Processo Nº RORSum-0000490-34.2018.5.11.0301

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RECORRIDO	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RECORRIDO	BOAVENTURA SOLARTE NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- BOAVENTURA SOLARTE NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Ficam as partes notificadas para tomar ciência do Acórdão, abaixo transcrito com as correções efetivadas pela certidão de Id 554f814:

PROCESSO nº 0000490-34.2018.5.11.0301 (ROPS) - RITO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

RECORRIDOS: BOAVENTURA SOLARTE NETO e GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

RELATOR: JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

MACF

RELATÓRIO

PEDIDO (ID. c7c14ac): O reclamante ajuizou a presente reclamatória na data de 10 de julho de 2018. Alegou que trabalhou para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, exercendo a função de auxiliar de base (na CTPS consta a função de auxiliar de topografia), percebendo salário mensal de R$-954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em regime de trabalho, conforme contrato, de 30 dias trabalhados em viagem no campo e 15 dias de folga na volta na cidade. Informou que deveria receber 30% de adicional de periculosidade, na quantia correspondente de R$-286,20, pelo trabalho em área de risco no campo, porém, apesar da promessa de pagamento, a primeira ré nunca pagou o citado adicional. Sustentou que foi dispensado sem justa causa e não recebeu corretamente suas verbas rescisórias, pois pendentes de pagamento os salários de maio e junho de 2018. Pelos fatos expostos, requereu a condenação da primeira reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade de todo o período contratual, bem como dos salários retidos dos meses de maio e junho de 2018. Deu à causa o valor de R$-4.197,60 (quatro mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos).

DECISÃO (ID. 22a11e0): O Juízo determinou o chamamento da segunda ré, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, para integrar a lide como litisconsorte passivo.

CONTESTAÇÃO DA SEGUNDA RECLAMADA (**ID. 545e0f1**). Alegou as preliminares de inépcia da petição inicial e nulidade da citação por edital da primeira reclamada. No mérito negou a prestação dos serviços do reclamante em seu favor e impugnou os pleitos de salários retidos e adicional de periculosidade, vindicando a total improcedência da reclamatória.

SENTENÇA (ID. 8737d61): O Juízo *a quo*declarou a revelia e confissão da primeira reclamada e julgou a reclamatória procedente, conforme os fundamentos a seguir:

"Vistos, etc.

Relatório dispensado, com supedâneo no art. 852-I, da CLT.

FUNDAMENTAÇÃO

Postula o reclamante a condenação da reclamada ao pagamento de salários retidos e de adicional de periculosidade, sob a arguição de que a atividade por ele exercida oferecia perigo ou risco de vida.

A reclamada regularmente notificada por edital, não compareceu à audiência, sendo considerada revel e confessa quanto a matéria de fato.

Foi chamada par integrar a lide como litisconsorte passivo a empresa ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, apontada como tomadora dos serviços prestados pelo reclamante. Notificada, a litisconsorte apresentou contestação arguindo vício na notificação da reclamada e impugnou de forma específica, sobre o mérito, os pleitos da inicial.

Passando ao exame da causa, a litisconsorte aponta vício na notificação por edital operada à reclamada. Contudo, é de sabença geral que a reclamada, após criar grande expectativa e alvoroço na cidade de Tefé e redondezas, pelo recrutamento de centenas de trabalhadores, pouco tempo depois começou a dispensar os empregados e em seguida desapareceu, sem deixar qualquer vestígios de seu paradeiro. Ora, quando não for localizado o reclamado, será realizada notificação por edital (art. 256 do CPC), sendo ainda lícito ao reclamante informar essa situação, já na exordial, se desconhecido o paradeiro do reclamado, justificando, desde já, a notificação por edital. Deve-se frisar que no processo do trabalho não há citação por hora certa, em virtude da existência de dispositivo especifico que preceitua que se passa automaticamente à citação por edital, quando não for possível efetuá-la da maneira mais corriqueira. Não há, assim, qualquer irregularidade na notificação editalícia adotada.

Quanto ao mérito, o reclamante pede a condenação das demandadas ao pagamento de salários vencidos e de adicional de periculosidade.

Caberia ao empregador demonstrar nos autos, através dos recibos de pagamento pertinentes que efetuou o pagamento do salário do empregado. Como assim não fez, diante da sua condição de revel, reconheço que a parcela buscada não foi cumprida pelo empregador. Em consequência, reconheço que não houve ao obreiro o pagamentos do salário integral de maio de 2018, sendo procedente tal pedido.

Improcedente, contudo, o pedido de salário de junho/2018, uma vez que o reclamante trabalhou somente até o dia 4 desse mês, quando foi comunicado da dispensa, recebendo o pagamento desses dias e do aviso prévio indenizado, conforme discrimina o TRCT juntado com a inicial.

Busca ainda o reclamante o pagamento de adicional de periculosidade. Sustenta que entre outras atribuições, tinha contato com explosivos, situação essa que reputo como verdadeira, diante da falta de impugnação específica desse fato. Aliais, é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local.

Pela sistemática legal em vigor (artigo 195 da CLT), é imprescindível a realização de perícia para caracterização e classificação da periculosidade, cabendo ao juiz determiná-la ainda que as partes não a tenham requerido. Contudo, nesse caso específico, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas. Pois, na hipótese dos autos, a caracterização da periculosidade resta extreme de dúvida, visto que o trabalho do reclamante se dava em ambiente perigoso, já que transportava e armazenava explosivos durante a jornada de trabalho. Ora, se é admissível que o juiz valore a prova produzida nos autos, dando prevalência a outros meios de prova sobre a pericial, pelas mesmas razões se há de admitir a dispensa da prova técnica quando os elementos já constantes dos autos revelam-se suficiente para o reconhecimento do trabalho em condição de perigo.Nesse caso, o reconhecimento do direito não esta a depender de laudo pericial, como de fato ocorre com a maioria das questões relativas a insalubridade ou periculosidade. Embora decorra de imposição legal que a concessão do adicional de periculosidade venha respaldada em prova técnica, daí não resulta que o juízo esteja impedido de tomar em consideração prova efetiva do trabalho em condição de perigo, ainda que de outra natureza. E mais. A determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso. ***Procedente, portanto, o pedido de adicional de periculosidade (30%), a incidir sobre o salário básico do autor ao longo do período trabalhado, no exato valor liquidado na inicial.***

Confiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, como requeridos. Da análise dos autos, verifico que o reclamante encontra-se isenta do pagamento de quaisquer ônus processual, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017.

Conforme a realidade dos autos a força do trabalho do reclamante se dava em prol da litisconsorte, em serviços para o qual a reclamada empregadora fora contratada. A responsabilidade subsidiária nasce da construção jurisprudencial preceituada no Verbete Sumular nº 331, IV, do C. TST, razão pela qual, condeno a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, tomadora, no quantum debeatur imputado à reclamada, devedora principal.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

DISPOSITIVO

Ex positis, julgo procedente o pedido constante na presente reclamadação, para o fim de condenar a reclamada GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, e, subsidiariamente, a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, a pagarem ao reclamante BOAVENTURA SOLARTE NETO a quantia de R$3.243,00 a título de salário retido de maio/2018 (R$ 954,00) e de adicional de periculosidade (R$2.289,00). Tudo nos termos minudenciados nos ditames da fundamentação, que integra esta parte dispositiva.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ

TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

Custas às reclamadas, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R$64,86.

Intimem-se às partes.

TEFE, 5 de Fevereiro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular"

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 161b17f): Suscitou a existência de omissão no julgado referente à análise do pedido de inépcia da petição inicial, bem como dos honorários de sucumbência recíprocos.

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID. e64053f): acolheu em parte os embargos de declaração pra esclarecer que o pedido de honorários de sucumbência em prol da embargante fica deferido na ordem de 5%, vedada a compensação das parcelas deferidas ao autor, mantendo-se inalterada, em todos os seus demais termos, a sentença embargada.

RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 3c73baf): Renovou os argumentos da contestação de negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício, aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

O AUTOR E A PRIMEIRA RECLAMADA NÃO APRESENTARAM CONTRARRAZÕES: Conforme registra a certidão de ID. 148a4c5.

FUNDAMENTAÇÃO

Recurso em condições de conhecimento, eis que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.

Nas suas razões recursais a segunda reclamada renova os argumentos trazidos no bojo da contestação referente à negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício. Aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

Vejamos.

Não merece prosperar a alegação da segunda ré, de que a prestação de serviços do autor não lhe favoreceu.

Levando-se em conta a revelia e confissão aplicada à primeira reclamada, a prova documental produzida nos autos atesta que o autor trabalhou no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, na função de auxiliar de topografia, para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, empresa prestadora de serviços contratada pela recorrente,

ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, sendo irrelevante constar nome do autor na listagem de empregados nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, que não é *numerus clausus* e, cujos efeitos cingem-se aos empregados ali referenciados para o recebimento das verbas rescisórias, sendo que, já na inicial o autor informou haver recebido as verbas rescisórias conforme o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (ID. b939f34). Somado a isso, até mesmo pelas informações narradas nessa ação coletiva, é patente que no período de vigência do pacto laboral do obreiro, o trabalho desenvolvido pelos empregados da empresa contratada reverteu em proveito da contratante ROSNEFT BRASIL E&P LTDA. Nego provimento no particular.

Cumpre destacar, também, que a segunda ré, embora pretenda a exclusão da sua responsabilidade, sequer carreou aos autos o contrato de prestação de serviços avençado com a primeira reclamada. Assim, oportuno se torna dizer que os documentos trazidos aos autos pela própria recorrente, demonstram de modo contundente, que ela, na qualidade de contratante e tomadora dos serviços negligenciou o dever de verificar o efetivo cumprimento das obrigações legais assumidas pela contratada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, empregadora do autor.

Quando ao adicional de periculosidade corroboro os fundamentos da sentença, no sentido de que, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas, haja vista que o trabalho do autor se dava em ambiente perigoso, com transporte e armazenamento de explosivos durante a jornada de trabalho, e que a determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso.

Ademais, tais fundamentos são confirmados no documento de ID. f239b1d - Pág. 1 e 2 (Termo de Ajuste de Conduta nº 63/2018), no qual é informado que: *"a ROSNEF é concessionária de blocos de exploração de petróleo e gás natural, localizados na Bacia do Solimões, na Amazônia. Por conta das obrigações assumidas perante à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), tornou-se necessário a contratação de serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos, razão pela qual em 26 de julho de 2017 foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços de Aquisição e Processamento de Dados Sísmicos 2D e 3D (e seus Contratos Suplementares) entre a GEOKINETICS e a ROSNEFT cuja vigência se deu até 3 de julho de 2018 ("CONTRATO"), quando ocorreu a rescisão por inadimplemento da GEOKINETICS".* Ora, pela própria natureza da atividade desenvolvida pela primeira reclamada *"serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos",* inquestionavelmente, o autor tinha contato com explosivos, situação também narrada na sentença, nos seguintes termos: *"... é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local..."*.

À vista disso, mantenho na condenação o adicional de periculosidade, sendo incabível o pedido de proporcionalidade aos dias em que houve exposição, pois tal parcela incide sobre o salário mensal do trabalhador, nos termos do § 1º do art. 193 da CLT.

Enfim, no que se refere aos critérios de correção monetária, também sem razão a recorrente.

O § 7º do artigo 879 da CLT, acrescentado pela Lei nº 13.467/2017, possui a seguinte redação: *"a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991"*. Ora, o referido artigo celetista faz remissão expressa à Lei nº 8.177/91, cujo artigo 39, que estabelecia a TR como índice de correção monetária, foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, razão pela qual, pelos mesmos motivos anteriores, mostra-se incabível a pretendida aplicação da TR como índice de correção monetária, a partir da vigência da Lei nº 13.467/2017.

Nessa senda, a decisão recorrida além de seguir as regras fixadas no Incidente de Uniformização de Jurisprudência - IUJ nº 0000091-69.2017.5.11.0000 deste E. Regional (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E), também acompanha a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho na matéria, a exemplo do seguinte aresto, *verbis*:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - TAXA REFERENCIAL (TR). INCONSTITUCIONALIDADE. ADOÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA-E). Não obstante no acórdão ora embargado tenha sido adotado fundamento necessário e suficiente para atender o disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988, impõe-se sejam

prestados os esclarecimentos postulados, para o fim de prestigiar-se a Súmula nº 457 do excelso STF e também para evitar-se a perenização da lide por meio da interposição de novos e eventuais recursos. Com efeito, passo a prestar os esclarecimentos necessários que o caso está a exigir, de modo a dissipar toda e qualquer falta de compreensão que porventura possa a parte ter em face do que restou julgado. De fato, O § 7º do artigo 879 da CLT (acrescentado pela Lei nº 13.467/2017) prevê que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial seja feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Est e novo dispositivo faz referência à Lei nº 8.177/91, que previa em seu artigo 39, que a correção monetária seria corrigida pela TR. Contudo, o citado diploma legal foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do TST, com fundamento na tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a impossibilidade de recomposição do crédito pela aplicação da correção monetária pela TR (ADIs nos 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425). Nesse contexto, em que a correção monetária pela TR, objeto do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, foi considerada inconstitucional, torna-se inaplicável, também, o indigitado § 7º do artigo 879 da CLT, que, como dito, faz referência àquele dispositivo. Embargos de declaração conhecidos e providos para prestar esclarecimentos, sem conferir efeito modificativo ao julgado. (TST - ED-ARR: 12144020155090029, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 13/03/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/03/2019)"

Nego provimento ao apelo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe nego provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; **Relator -** JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; e JOICILENE JERÔNIMO PORTELA FREIRE, membro da 2ª Turma, convocada. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da 11ª Região, ROGÉRIO DE ALMEIDA PINTO GUIMARÃES.

Obs.: O Exmo. Desembargador José Dantas de Góes declarou-se impedido para atuar no processo.

POSTO ISSO,

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe negar provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Relator

VOTOS

Acórdão

Processo Nº RORSum-0000490-34.2018.5.11.0301

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RECORRIDO	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RECORRIDO	BOAVENTURA SOLARTE NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Ficam as partes notificadas para tomar ciência do Acórdão, abaixo transcrito com as correções efetivadas pela certidão de Id 554f814:

PROCESSO nº 0000490-34.2018.5.11.0301 (ROPS) - RITO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

RECORRIDOS: BOAVENTURA SOLARTE NETO e GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

RELATOR: JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

MACF

RELATÓRIO

PEDIDO (ID. c7c14ac): O reclamante ajuizou a presente reclamatória na data de 10 de julho de 2018. Alegou que trabalhou para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, exercendo a função de auxiliar de base (na CTPS consta a função de auxiliar de topografia), percebendo salário mensal de R$-954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em regime de trabalho, conforme contrato, de 30 dias trabalhados em viagem no campo e 15 dias de folga na volta na cidade. Informou que deveria receber 30% de adicional de periculosidade, na quantia correspondente de R$-286,20, pelo trabalho em área de risco no campo, porém, apesar da promessa de pagamento, a primeira ré nunca pagou o citado adicional. Sustentou que foi dispensado sem justa causa e não recebeu corretamente suas verbas rescisórias, pois pendentes de pagamento os salários de maio e junho de 2018. Pelos fatos expostos, requereu a condenação da primeira reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade de todo o período contratual, bem como dos salários retidos dos meses de maio e junho de 2018. Deu à causa o valor de R$-4.197,60 (quatro mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos).

DECISÃO (ID. 22a11e0): O Juízo determinou o chamamento da segunda ré, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, para integrar a lide como litisconsorte passivo.

CONTESTAÇÃO DA SEGUNDA RECLAMADA (**ID. 545e0f1**). Alegou as preliminares de inépcia da petição inicial e nulidade da citação por edital da primeira reclamada. No mérito negou a prestação dos serviços do reclamante em seu favor e impugnou os pleitos de salários retidos e adicional de periculosidade, vindicando a total improcedência da reclamatória.

SENTENÇA (ID. 8737d61): O Juízo *a quo*declarou a revelia e confissão da primeira reclamada e julgou a reclamatória procedente, conforme os fundamentos a seguir:

"Vistos, etc.

Relatório dispensado, com supedâneo no art. 852-I, da CLT.

FUNDAMENTAÇÃO

Postula o reclamante a condenação da reclamada ao pagamento de salários retidos e de adicional de periculosidade, sob a arguição de que a atividade por ele exercida oferecia perigo ou risco de vida.

A reclamada regularmente notificada por edital, não compareceu à audiência, sendo considerada revel e confessa quanto a matéria de fato.

Foi chamada par integrar a lide como litisconsorte passivo a empresa ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, apontada como tomadora dos serviços prestados pelo reclamante. Notificada, a litisconsorte apresentou contestação arguindo vício na notificação da reclamada e impugnou de forma específica, sobre o mérito, os pleitos da inicial.

Passando ao exame da causa, a litisconsorte aponta vício na notificação por edital operada à reclamada. Contudo, é de sabença geral que a reclamada, após criar grande expectativa e alvoroço na cidade de Tefé e redondezas, pelo recrutamento de centenas de trabalhadores, pouco tempo depois começou a dispensar os empregados e em seguida desapareceu, sem deixar qualquer vestígios de seu paradeiro. Ora, quando não for localizado o reclamado, será realizada notificação por edital (art. 256 do CPC), sendo ainda lícito ao reclamante informar essa situação, já na exordial, se desconhecido o paradeiro do reclamado, justificando, desde já, a notificação por edital. Deve-se frisar que no processo do trabalho não há citação por hora certa, em virtude da existência de dispositivo especifico que preceitua que se passa automaticamente à citação por edital, quando não for possível efetuá-la da maneira mais corriqueira. Não há, assim, qualquer irregularidade na notificação editalícia adotada.

Quanto ao mérito, o reclamante pede a condenação das demandadas ao pagamento de salários vencidos e de adicional de periculosidade.

Caberia ao empregador demonstrar nos autos, através dos recibos de pagamento pertinentes que efetuou o pagamento do salário do empregado. Como assim não fez, diante da sua condição de revel, reconheço que a parcela buscada não foi cumprida pelo empregador. Em consequência, reconheço que não houve ao obreiro o pagamentos do salário integral de maio de 2018, sendo procedente tal pedido.

Improcedente, contudo, o pedido de salário de junho/2018, uma vez que o reclamante trabalhou somente até o dia 4 desse mês, quando foi comunicado da dispensa, recebendo o pagamento desses dias e do aviso prévio indenizado, conforme discrimina o TRCT juntado com a inicial.

Busca ainda o reclamante o pagamento de adicional de periculosidade. Sustenta que entre outras atribuições, tinha contato com explosivos, situação essa que reputo como verdadeira, diante da falta de impugnação específica desse fato. Aliais, é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local.

Pela sistemática legal em vigor (artigo 195 da CLT), é imprescindível a realização de perícia para caracterização e classificação da periculosidade, cabendo ao juiz determiná-la ainda que as partes não a tenham requerido. Contudo, nesse caso específico, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas. Pois, na hipótese dos autos, a caracterização da periculosidade resta extreme de dúvida, visto que o trabalho do reclamante se dava em ambiente perigoso, já que transportava e armazenava explosivos durante a jornada de trabalho. Ora, se é admissível que o juiz valore a prova produzida nos autos, dando prevalência a outros meios de prova sobre a pericial, pelas mesmas razões se há de admitir a dispensa da prova técnica quando os elementos já constantes dos autos revelam-se suficiente para o reconhecimento do trabalho em condição de perigo.Nesse caso, o reconhecimento do direito não esta a depender de laudo pericial, como de fato ocorre com a maioria das questões relativas a insalubridade ou periculosidade. Embora decorra de imposição legal que a concessão do adicional de periculosidade venha respaldada em prova técnica, daí não resulta que o juízo esteja impedido de tomar em consideração prova efetiva do trabalho em condição de perigo, ainda que de outra natureza. E mais. A determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso. ***Procedente, portanto, o pedido de adicional de periculosidade (30%), a incidir sobre o salário básico do autor ao longo do período trabalhado, no exato valor liquidado na inicial.***

Confiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, como requeridos. Da análise dos autos, verifico que o reclamante encontra-se isenta do pagamento de quaisquer ônus processual, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017.

Conforme a realidade dos autos a força do trabalho do reclamante se dava em prol da litisconsorte, em serviços para o qual a reclamada empregadora fora contratada. A responsabilidade subsidiária nasce da construção jurisprudencial preceituada no Verbete Sumular nº 331, IV, do C. TST, razão pela qual, condeno a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, tomadora, no quantum debeatur imputado à reclamada, devedora principal.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

DISPOSITIVO

Ex positis, julgo procedente o pedido constante na presente reclamadação, para o fim de condenar a reclamada GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, e, subsidiariamente, a litisconsorte ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, a pagarem ao reclamante BOAVENTURA SOLARTE NETO a quantia de R$3.243,00 a título de salário retido de maio/2018 (R$ 954,00) e de adicional de periculosidade (R$2.289,00). Tudo nos termos minudenciados nos ditames da fundamentação, que integra esta parte dispositiva.

Juros da data da autuação, de 1% a.m, e correção monetária, na

forma da Lei nº 8.177/91 e da Súmula nº 381, do C. TST, c/c o IUJ TRT DA 11ª REGIÃO, de 25/07/2018 (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E).

Recolham-se os encargos previdenciários e fiscais, na forma ex lege, no que couber (Lei nº 8.212/91 e IN RFB nº 1.127/11).

Custas às reclamadas, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R$64,86.

Intimem-se às partes.

TEFE, 5 de Fevereiro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular"

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 161b17f): Suscitou a existência de omissão no julgado referente à análise do pedido de inépcia da petição inicial, bem como dos honorários de sucumbência recíprocos.

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID. e64053f): acolheu em parte os embargos de declaração pra esclarecer que o pedido de honorários de sucumbência em prol da embargante fica deferido na ordem de 5%, vedada a compensação das parcelas deferidas ao autor, mantendo-se inalterada, em todos os seus demais termos, a sentença embargada.

RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA (ID. 3c73baf): Renovou os argumentos da contestação de negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício, aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

O AUTOR E A PRIMEIRA RECLAMADA NÃO APRESENTARAM CONTRARRAZÕES: Conforme registra a certidão de ID. 148a4c5.

FUNDAMENTAÇÃO

Recurso em condições de conhecimento, eis que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.

Nas suas razões recursais a segunda reclamada renova os argumentos trazidos no bojo da contestação referente à negativa de prestação de serviços do autor em seu benefício. Aponta que o reclamante não consta na listagem de empregados constante nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, requerendo seja afastada a sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas na sentença. Argumentou que incumbia ao autor comprovar o labor em ambiente perigoso, sendo a perícia técnica uma prova indispensável nesse contexto, porém o adicional correspondente foi deferido apenas com base nas alegações do recorrido e sem nenhuma prova que o justifique, na matéria, pediu ainda, caso mantida a parcela, seja aplicada a proporcionalidade ao dias em que houve exposição. Pugnou ainda, pela utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária.

Vejamos.

Não merece prosperar a alegação da segunda ré, de que a prestação de serviços do autor não lhe favoreceu.

Levando-se em conta a revelia e confissão aplicada à primeira reclamada, a prova documental produzida nos autos atesta que o autor trabalhou no período de 25 de outubro de 2017 a 3 de julho de 2018, na função de auxiliar de topografia, para a primeira reclamada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA,

empresa prestadora de serviços contratada pela recorrente, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, sendo irrelevante constar nome do autor na listagem de empregados nos autos da Ação Civil Pública nº 0001028-09-2018.5.11.0012, que não é *numerus clausus* e, cujos efeitos cingem-se aos empregados ali referenciados para o recebimento das verbas rescisórias, sendo que, já na inicial o autor informou haver recebido as verbas rescisórias conforme o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (ID. b939f34). Somado a isso, até mesmo pelas informações narradas nessa ação coletiva, é patente que no período de vigência do pacto laboral do obreiro, o trabalho desenvolvido pelos empregados da empresa contratada reverteu em proveito da contratante ROSNEFT BRASIL E&P LTDA. Nego provimento no particular.

Cumpre destacar, também, que a segunda ré, embora pretenda a exclusão da sua responsabilidade, sequer carreou aos autos o contrato de prestação de serviços avençado com a primeira reclamada. Assim, oportuno se torna dizer que os documentos trazidos aos autos pela própria recorrente, demonstram de modo contundente, que ela, na qualidade de contratante e tomadora dos serviços negligenciou o dever de verificar o efetivo cumprimento das obrigações legais assumidas pela contratada, GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, empregadora do autor.

Quando ao adicional de periculosidade corroboro os fundamentos da sentença, no sentido de que, a falta do laudo técnico não inviabiliza a caracterização da periculosidade, sobre a qual não pairam dúvidas, haja vista que o trabalho do autor se dava em ambiente perigoso, com transporte e armazenamento de explosivos durante a jornada de trabalho, e que a determinação de perícia seria infrutífera e arriscada, considerando que o local de trabalho está sem atividade, além de ser de inóspito (no meio da selva amazônica) e difícil acesso.

Ademais, tais fundamentos são confirmados no documento de ID. f239b1d - Pág. 1 e 2 (Termo de Ajuste de Conduta nº 63/2018), no qual é informado que: *"a ROSNEF é concessionária de blocos de exploração de petróleo e gás natural, localizados na Bacia do Solimões, na Amazônia. Por conta das obrigações assumidas perante à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), tornou-se necessário a contratação de serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos, razão pela qual em 26 de julho de 2017 foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços de Aquisição e Processamento de Dados Sísmicos 2D e 3D (e seus Contratos Suplementares) entre a GEOKINETICS e a ROSNEFT cuja vigência se deu até 3 de julho de 2018 ("CONTRATO"), quando ocorreu a rescisão por inadimplemento da GEOKINETICS".* Ora, pela própria natureza da atividade desenvolvida pela primeira reclamada *"serviços de aquisição e processamento de dados sísmicos",* inquestionavelmente, o autor tinha contato com explosivos, situação também narrada na sentença, nos seguintes termos: *"... é de largo conhecimento nessas paragens que a reclamada, para o desenvolvimento da sua atividade, utilizava grande quantidade de explosivos que seriam inseridos no solo e detonados para que pudesse avaliar o potencial de jazidas de gás e petróleo no local..."*.

À vista disso, mantenho na condenação o adicional de periculosidade, sendo incabível o pedido de proporcionalidade aos dias em que houve exposição, pois tal parcela incide sobre o salário mensal do trabalhador, nos termos do § 1º do art. 193 da CLT.

Enfim, no que se refere aos critérios de correção monetária, também sem razão a recorrente.

O § 7º do artigo 879 da CLT, acrescentado pela Lei nº 13.467/2017, possui a seguinte redação: *"a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991"*. Ora, o referido artigo celetista faz remissão expressa à Lei nº 8.177/91, cujo artigo 39, que estabelecia a TR como índice de correção monetária, foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, razão pela qual, pelos mesmos motivos anteriores, mostra-se incabível a pretendida aplicação da TR como índice de correção monetária, a partir da vigência da Lei nº 13.467/2017.

Nessa senda, a decisão recorrida além de seguir as regras fixadas no Incidente de Uniformização de Jurisprudência - IUJ nº 0000091-69.2017.5.11.0000 deste E. Regional (TR, até 25/03/2015, após, IPCA-E), também acompanha a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho na matéria, a exemplo do seguinte aresto, *verbis*:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - TAXA REFERENCIAL (TR). INCONSTITUCIONALIDADE. ADOÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA-E). Não obstante no acórdão ora embargado tenha sido adotado fundamento necessário e suficiente para atender o disposto no

artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988, impõe-se sejam prestados os esclarecimentos postulados, para o fim de prestigiar-se a Súmula nº 457 do excelso STF e também para evitar-se a perenização da lide por meio da interposição de novos e eventuais recursos. Com efeito, passo a prestar os esclarecimentos necessários que o caso está a exigir, de modo a dissipar toda e qualquer falta de compreensão que porventura possa a parte ter em face do que restou julgado. De fato, O § 7º do artigo 879 da CLT (acrescentado pela Lei nº 13.467/2017) prevê que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial seja feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Est e novo dispositivo faz referência à Lei nº 8.177/91, que previa em seu artigo 39, que a correção monetária seria corrigida pela TR. Contudo, o citado diploma legal foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Pleno do TST, com fundamento na tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a impossibilidade de recomposição do crédito pela aplicação da correção monetária pela TR (ADIs nos 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425). Nesse contexto, em que a correção monetária pela TR, objeto do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, foi considerada inconstitucional, torna-se inaplicável, também, o indigitado § 7º do artigo 879 da CLT, que, como dito, faz referência àquele dispositivo. Embargos de declaração conhecidos e providos para prestar esclarecimentos, sem conferir efeito modificativo ao julgado. (TST - ED-ARR: 12144020155090029, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 13/03/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/03/2019)"

Nego provimento ao apelo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe nego provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; **Relator -** JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; e JOICILENE JERÔNIMO PORTELA FREIRE, membro da 2ª Turma, convocada. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da 11ª Região, ROGÉRIO DE ALMEIDA PINTO GUIMARÃES.

Obs.: O Exmo. Desembargador José Dantas de Góes declarou-se impedido para atuar no processo.

POSTO ISSO,

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pela segunda reclamada e lhe negar provimento, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos, conforme o teor da segunda parte do inciso IV, do § 1º, do art. 895, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescidos dos expendidos na presente decisão.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Relator

VOTOS

Edital

Edital

Processo Nº ROT-0000528-82.2019.5.11.0019

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RECORRENTE	CARLOS ANDRE VIEIRA COSTA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RECORRIDO	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RECORRIDO	SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI
RECORRIDO	CARLOS ANDRE VIEIRA COSTA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, PRAÇA 14 DE JANEIRO

CEP 69020130 - MANAUS - AM

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Telefone: (92) 3621-7287

e-mail: sec.3turma@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJE

ROT 0000528-82.2019.5.11.0019

RECORRENTE: CARLOS ANDRE VIEIRA COSTA e outros

RECORRIDO: SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI e outros (2)

De ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**, FAÇO SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem que, fica NOTIFICADO **SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI**, com endereço incerto e não sabido, do inteiro teor do Acórdão de ID **48a3aae**,cujo inteiro teor segue transcrito:

PROCESSO nº 0000528-82.2019.5.11.0019 (ROT)

RECORRENTES: CARLOS ANDRÉ VIEIRA COSTA, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

RECORRIDOS: OS MESMOS E SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

\\mlo

EMENTA

RECURSO DA LITISCONSORTE. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM,* ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES DA LITISCONSORTE. Se o Autor argumenta, em tese, que a Recorrente é devedora na relação processual, assim deve responder, cabendo ao juiz, na questão de fundo, analisar a procedência ou não, dessa circunstância. Preliminar rejeitada. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIARIA.** A responsabilidade da Recorrente, reconhecida como subsidiária, é em decorrência da aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula 331 do TST, na qual prevê a responsabilidade do tomador dos serviços, no caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador. **ÔNUS DA PROVA**. É certo que ao autor incumbe a prova da culpa da tomadora dos serviços, ainda que possa ser objeto de inversão o ônus respectivo, contudo, considerando se tratar de um dever jurídico da tomadora de serviços, antes de imputar ao autor esse ônus, cabe à entidade pública fazer a prova do fato impeditivo à responsabilidade subsidiária, qual seja, de que fiscalizou o contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços, como determina o art. 58, III, da Lei 8.666/93. **PREQUESTIONAMENTO.** Os motivos expostos na fundamentação do presente julgado não violam nenhum dos dispositivos da Constituição Federal, tampouco preceitos legais, sendo desnecessária a menção expressa, a cada um deles, a teor do disposto na OJ nº 118, da SDI-1, do C. TST. Recurso conhecido e não provido.

RECURSO DO RECLAMANTE. PRELIMINAR. EFEITOS DA REVELIA DA RECLAMADA SUPERLUZ. Existindo pluralidade de réus em litisconsórcio, acionados como responsáveis solidários ou subsidiários pelos pleitos vestibulares, qualquer dos demandados que comparecer à audiência e contestar os pedidos formulados, conforme preconiza o art. 345 do CPC, afasta os efeitos da revelia, pois, a confissão ficta decorrente da revelia da reclamada

prevalece. Preliminar rejeitada. **PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA LITISCONSORTE POR PERDA DO OBJETO. ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES DO RECLAMANTE**. O fato da Litisconsorte ter sido privatizada não justifica o não conhecimento do recurso por falta de perda de objeto, pois, o que se discute é a responsabilidade subsidiaria da Litisconsorte no período laborado pelo Reclamante, cujo pedido, deve ser examinado no mérito.Ademais, as razões de recurso a litisconsorte sequer mencionam a privatização. Preliminar rejeitada. **MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT**. Considerando a controvérsia instaurada nos autos em torno das verbas resilitórias, verificada na defesa da Litisconsorte, não se lhe aplica a multa prevista no artigo 467 da CLT, tampouco o teor da Súmula nº 69 do C. TST. **VALE ALIMENTAÇÃO**. Inexistindo qualquer prova no sentido de que o vale alimentação fora pactuado no contrato de trabalho ou em norma coletiva, se tem que a pretensão autoral não encontra amparo legal, convencional ou normativo. **DANO MORAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO.** Tendo em vista que o Reclamante faz jus ao pedido de indenização por dano moral decorrente do não pagamento dos salários e das verbas rescisórias, defiro ao reclamante o valor de R$2.479,73, que corresponde a um salário contratual do autor e, por ser o dano de natureza leve. **MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEFERIDOS AO RECLAMANTE**. Considerando especialmente a natureza e a importância da causa, bem como, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o seu serviço, e o fato de que não ter tido a oitiva das partes e das testemunhas, entendo como razoável e proporcional a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 5% deferidos ao patrono do reclamante, devendo ser mantido. Recurso conhecido e provido em parte.

RELATÓRIO

O Juízo da MM. 19ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, proferiu sentença (ID. ee3bb4d - Pág. 1/12), nos autos do processo promovido por **CARLOS ANDRÉ VIEIRA COSTA** em desfavor de **SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI** e **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Rejeitou** a preliminar suscitada. No mérito, **JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE.** Aplicou à reclamada a revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato. Condenou a reclamada e, subsidiariamente a litisconsorte ao pagamento de verbas rescisórias no total de R$17.298,78, além da multa do art. 477 da CLT no valor de R$ 2.479,73 e o pagamento do vale-transporte de abril de 2018 no valor de R$167,20 e proporcional de maio de 2018 R$83,60. Deferiu ao reclamante os benefícios da Justiça gratuita. Arbitrou ao procuradora da parte autora a alíquota de 5% a título de honorários advocatícios no valor de R$1.001,46 e eventualmente sobre o que se apurar em obrigação de fazer descumprida. Improcedentes os demais pleitos e/ou a maior. Custas pela reclamada no importe de R$400,59, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 20.029,31.

A Litisconsorte interpôs recurso ordinário (ID. 1945b54 - Pág. 1/21), requerendo a reforma do julgado para que seja reconhecida a inexistência de responsabilidade subsidiária da Amazonas Energia, de acordo com a aplicação do art. 71, §1º da Lei nº 8.666/93, com interpretação dada pela ADC 16 do STF, Súmula nº 331 do C. TST, Súmula Vinculante nº 10 do STF e artigo 37, §6º, CF/88. Que seja declarada que o ônus da prova cabia ao reclamante em demonstrar qual seria a culpa da Litisconsorte e, em caso de manutenção da responsabilidade subsidiária desta recorrente, o que se admite apenas por amor ao debate, requerer que esta Douta Turma, para fins de prequestionamento que aprecie os textos legais e os dissensos jurisprudenciais constantes no recuso.

O Reclamante, também, interpôs recurso ordinário (ID. 473f5bc - Pág. 1/12). Arguiu em preliminar a aplicação da revelia e confissão a 1ª Reclamada, haja vista que não compareceu a audiência. No mérito, requer o deferimento da multa do artigo 467 da CLT, vale alimentação, dano moral pelo atraso no pagamento de salários e das verbas rescisórias, bem como, seja majorado o percentual dos honorários de sucumbências deferidos aos seus patronos.

O reclamante apresentou suas contrarrazões (ID. cb2696b - Pág. 1/13). Arguiu em preliminar o não conhecimento do recurso da litisconsorte por perda do objeto. No mérito, pugna pelo desprovimento do recurso da parte adversa.

A Litisconsorte, também, apresentou suas contrarrazões (ID. f67f6f2 - Pág. 1/14). Arguiu em preliminar a Ilegitimidade passiva. No mérito, requer o não provimento do recurso do reclamante.

Expirado o prazo para a reclamada interpor recurso ordinário, bem como, apresentar contrarrazões ao recurso do reclamante e Litisconsorte. (ID. a535de9 - Pág. 1).

É o relatório.

ADMISSIBILIDADE

Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço do recurso ordinário do reclamante e da Litisconsorte, bem como de suas contrarrazões.

PRELIMINAR

ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM:*

Arguiu a Litisconsorte em contrarrazões a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, sustentando que nunca contratou o Reclamante para ser seu empregado, tampouco é integrante do mesmo grupo econômico da 1ª Reclamada, como prevê o § 2º do art. 3º da CLT, não havendo que se falar em responsabilidade subsidiária ou solidária quanto a eventual débito da empresa Superluz Serviços Elétricos Eireli.

Rejeito a preliminar suscitada, sob o prisma de que as condições da ação devem ser analisadas em abstrato, à luz da teoria da asserção, e com base nas assertivas do Autor na inicial. Se nela o Autor argumenta, em tese, que o Recorrente é devedor na relação processual, assim deve responder, cabendo ao juiz, na questão de fundo, analisar a procedência ou não, dessa circunstância.

Os argumentos trazidos pela Recorrente em sede de preliminar confundem-se com o mérito, e lá será debatido.

EFEITOS DA REVELIA DA RECLAMADA SUPERLUZ:

Em razões de recurso, aduz o reclamante que, a revelia e confissão aplicada a 1ª Reclamada, induz o efeito de presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo reclamante, não sendo afastada a penalidade com a defesa da empresa litisconsorte, assim, requer a reforma da decisão para que lhe seja deferido as parcelas de indenização por dano moral decorrente do atraso no pagamento dos salários e das verbas rescisória is.

Examino.

Esclareço que, existindo pluralidade de réus em litisconsórcio, acionados como responsáveis solidários ou subsidiários pelos pleitos vestibulares, qualquer dos demandados que comparecer à audiência e contestar os pedidos formulados, conforme preconiza o art. 345 do CPC, afasta os efeitos da revelia, pois, a confissão ficta decorrente da revelia da reclamada prevalece.

Na hipótese de haver pluralidade de réus, se um deles contestar a ação, a revelia não produz o efeito de confissão ficta quanto à matéria de fato, em relação a este que apresentar defesa. Logo, não se estende à Segunda Reclamada os efeitos da revelia e confissão da primeira Reclamada, haja vista que contestada especificamente a reclamatória trabalhista. Exegese do disposto nos artigos345, I, e 391 do CPC, aplicados subsidiariamente ao processo do trabalho, na forma do art. 769 da CLT.

Preliminar rejeitada.

NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA LITISCONSORTE POR PERDA DO OBJETO, ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES DO RECLAMANTE:

Aduz a Recorrente que a Litisconsorte no dia 15/04/2019 (logo após a interposição do seu recurso ordinário), passou a ser comandada, por meio de processo de privatização, pelo Grupo Oliveira/Atem, o qual assumiu o controle acionário da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., hoje chamada Amazonas Energia S/A. Logo, deixou de gozar dos benefícios instituídos pelo art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, uma vez que não mais integrante da Administração Pública Indireta, passando para o setor privado. Portanto, a situação processual deve ser analisada sob a ótica de sua verdadeira natureza jurídica, ou seja, pessoa jurídica de direito privado, conforme comprovante de inscrição e de situação cadastral fornecido pelo Receita Federal, em anexo. Desse modo, requer, que não seja conhecido o recurso ordinário da Recorrente, uma vez que a privatização da Litisconsorte criou fato superveniente ensejador da perda de objeto do recurso patronal.

Analiso.

O fato da Litisconsorte ter sido privatizada não justifica o não conhecimento do recurso por falta de perda de objeto, pois, o que se discute é a responsabilidade subsidiaria da Litisconsorte no período laborado pelo Reclamante, cujo pedido, deve ser examinado no mérito.

Ademais, as razões de recurso a litisconsorte sequer mencionam a privatização.

Preliminar rejeitada.

MÉRITO

Recurso do Litisconsorte

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA LITISCONSORTE:

Em razões de recurso, requer a litisconsorte a reforma do julgado para que seja reconhecida a inexistência de responsabilidade subsidiária da Amazonas Energia, de acordo com a aplicação do art. 71, §1º da Lei nº 8.666/93, com interpretação dada pela ADC 16

do STF, Súmula nº 331 do C. TST, Súmula Vinculante nº 10 do STF e artigo 37, §6º, CF/88. Que seja declarada que o ônus da prova cabia ao reclamante em demonstrar qual seria a culpa da Litisconsorte e, em caso de manutenção da responsabilidade subsidiária desta recorrente, o que se admite apenas por amor ao debate, requerer que esta Douta Turma, para fins de prequestionamento que aprecie os textos legais e os dissensos jurisprudenciais constantes no recuso.

Em contrarrazões, sustenta o reclamante que, conforme constados autos, a Litisconsorte utilizou trabalho humano para enriquecer ilicitamente e se beneficiar, na medida em que não apenas contratou empresa não idônea, como também deixou de fiscalizá-la, caracterizando, assim, a sua culpa *in eligendo* e *in vigilando*.

Analiso.

Consta dos autos que o reclamante foi contratado pela reclamada em 02/06/2016, para exercer a função de Supervisor Técnico, percebendo como última remuneração o valor de R$2.479,73, composta de salário base + gratificação de motorista + periculosidade 30%, tendo sido desligado imotivadamente no dia 13/06/2018 e, nada recebeu a título de verbas rescisórias.

Registre-se que, embora a Reclamada tenha suportado os efeitos da revelia, a Litisconsorte por sua vez, pode produzir provas a seu alcance já que não foi parte vencida, em princípio, na matéria fática, todavia, não há nos autos sequer documentos aptos a comprovar o adimplemento das parcelas rescisórias, bem como provas que sustentem a tese da Litisconsorte com relação à ausência da culpa *in eligendo e in vigilando.*

A condenação subsidiária não coloca a Litisconsorte como principal devedora, mas sim, possibilita que a execução possa ser direcionada contra ela na hipótese da Reclamada não ter condições de arcar com a condenação que está lhe sendo imposta.

É fato que a Litisconsorte firmou contrato de prestação de serviços com a reclamada (ID. 7bca965 - Pág. 1/2; ID. 0f7d8b9 - Pág. 1/2; ID. 7f5528a - Pág. 1/19 e ID. 746b749 - Pág. 1/19), tendo como objeto era a prestação de serviços em redes de distribuição de energia elétrica e, média e baixa tensão, sob a forma de produtividade, por unidade de serviço (u.s.), na área de concessão da Eletrobrás Distribuição Amazonas, nas áreas urbanas e rural do Estado do Amazonas com rotina no Município de Manaus, bem como, o reclamante foi contratado pela reclamada para exercer a função de Supervisor Técnico, conforme consta na CTPS (ID. ec7a2e1 - Pág. 3) e contracheques (ID. d34b3b3 - Pág. 1/3), laborando em favor da litisconsorte.

Ressalte-se que, os documentos carreados nos autos pela Litisconsorte referentes a cheques (ID. 3a32d9b - Pág. 3/10; ID. c2148ab - Pág. 1/10; ID. 077db7f - Pág. 1/10 e ID. bedb47b - Pág. 1/11); comprovante de transferência do Banco do Brasil (ID. 4591b56 - Pág. 3/37 e ID. 4591b56 - Pág. 38/196), , diversos comprovantes de pagamentos (ID. 42a0c0c - Pág. 3/15) e, em especial os Memorandos datados de 04.06.2018 e 05.06.2018 (ID. 4388935 - Pág. 2/5), evidenciam que era do conhecimento da litisconsorte o descumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas da primeira Reclamada.

Frise-se que, nos memorando mencionados, consta que a Diretoria da Litisconsorte concordou em efetuar o pagamento dos meses de abril e maio de 2018 e quitação do FGTS de meses anteriores que estavam pendentes de recolhimento, bem como decidiu pela aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação da reclamada em licitação, todavia, não consta nos autos qualquer documento que a Litisconsorte tenha aplicado a referida penalidade. Além disso, a Litisconsorte não demonstrou provas necessárias de que cumpriu a obrigação prevista em lei, restando caracterizada a culpa "in vigilando" decorrente da omissão quanto ao dever de fiscalização da execução do contrato administrativo.

Com efeito, não havendo qualquer fiscalização eficaz do contrato de prestação de serviços com a reclamada, a Litisconsorte incorreu em culpa *in elegendo* e *in vigilando*, oriunda tanto da má escolha da empresa prestadora de serviços contratada, como também pela falta de fiscalização no que tange ao pagamento das verbas trabalhistas, restando comprovado tanto a conduta omissiva (por não fiscalizar o contrato de prestação de serviços) como a conduta comissiva (por contratar empresa inidônea), praticadas pela Litisconsorte, não havendo provas em sentido contrário nos autos.

Portanto, a responsabilidade subsidiária da litisconsorte tem por fundamento a responsabilidade civil subjetiva, prevista nos artigos 186 e 927 do Código Civil. A verificação de culpa do agente é um dos requisitos essenciais à atribuição de responsabilidade civil subjetiva.

Com efeito, a modalidade de culpa hábil a justificar a responsabilização é a culpa *in vigilando*, a qual ocorre quando o agente se omite quanto ao dever de vigiar e fiscalizar a ação de

terceiros, como é o caso dos autos. Assim, não há que falar em violação ao entendimento firmado no RE nº 760931, por restar configurada a culpa *in vigilando*, hábil a justificar a atribuição de responsabilidade subjetiva e subsidiária do Litisconsorte.

A fiscalização exercida pela Recorrente deveria ter sido ampla, pontual e imediata no curso da vigência da prestação dos serviços, com o intuito de verificar não só a regularidade do cumprimento do contrato, mas igualmente, as obrigações reflexas, sobretudo quanto aos direitos trabalhistas dos que operavam em seus serviços. Assim, a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada no julgamento da ADC nº 16, não afastou o entendimento consubstanciado no verbete sumular, quanto à existência de culpa in vigilando da contratante.

No presente caso, não se está aplicando a responsabilidade automática ao tomador de serviço, a condenação é devido a existência de culpa *in vigilando* da contratante, em virtude da ausência de provas quanto a fiscalização, haja vista que não consta nos autos que a Recorrente tenha efetuado a fiscalização do contrato com a Reclamada, bem como, não há qualquer prova do cumprimento da Lei de Licitação que impõe à Administração Pública o dever de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, conforme se depreende dos artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e,não tendo a Recorrente demonstrado que se valeu de todos os meios hábeis a fim de se certificar da qualificação técnica e econômica da empresa contratada, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, da CF), especificamente, de se assegurar que a empresa prestadora de serviços teria capacidade financeira para cumprir as obrigações decorrentes do contrato de trabalho mantido com o demandante, a responsabilidade da Recorrente, reconhecida como subsidiária, é em decorrência da aplicação do entendimento consubstanciado nos incisos IV, V e VI da Súmula 331 do TST.

Ressalte-se que, este Egrégio, também, pacificou o entendimento, através da Súmula n. 16, que a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.

Desse modo, mantenho a decisão guerreada que condenou a litisconsorte de forma subsidiaria nos termos da Súmula 331 do TST.

ÔNUS DA PROVA:

Aduz a Recorrente que, nos termos do art. 818 da CLT c/c art. 373, I, do CPC/2015, o ônus da prova pertence à parte reclamante e não a Litisconsorte. Requer seja declarada que cabia ao reclamante em demonstrar qual seria a culpa do Recorrente. Cita aresto para firmar sua tese.

Analiso.

É cediço que a Lei de Licitações e Contratos, por meio do art. 58, III, atribuiu à administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados, bem como, após a decisão do Pretório Excelso no julgamento da ADC 16, não mais se vislumbra a possibilidade de declaração de responsabilidade subsidiária do tomador de serviços por mero inadimplemento pelo prestador.

Com efeito, é certo que ao autor incumbe a prova da culpa da tomadora dos serviços, ainda que possa ser objeto de inversão o ônus respectivo. Contudo, considerando se tratar de um dever jurídico da tomadora, antes de imputar ao autor esse ônus, cabia a Recorrente fazer a prova do fato impeditivo à responsabilidade subsidiária, qual seja, de que fiscalizou o contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços, como determina o art. 58, III, da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

III - fiscalizar-lhes a execução;

Igualmente, além da ausência de fiscalização, não há qualquer prova nos autos de regular procedimento licitatório a fim de

demonstrar que a recorrente se valeu de todos os meios hábeis a fim de se certificar da qualificação técnica e econômica da empresa contratada, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, da CF), e, especificamente, de se assegurar de que a empresa prestadora de serviços teria capacidade financeira para cumprir as obrigações decorrentes do contrato de trabalho mantido com a demandante.

Portanto, dessume-se do quadro acima que a recorrente não demonstrou qualquer fiscalização eficaz do contrato de prestação de serviços com a reclamada e ainda incorreu em culpa in eligendo, por ter atribuído a execução dos serviços contratados à entidade que se revelou financeiramente inidônea para o cumprimento das obrigações oriundas do pacto.

Ressalte-se que, o julgamento proferido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na ADC 16, no sentido da constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93, não constitui óbice à responsabilidade subsidiária declarada, porquanto não fundada na transferência consequente e automática dos encargos trabalhistas da empresa contratada, mas sim na desconsideração dos princípios da moralidade administrativa e da boa-fé na administração pública, decorrente da configuração de culpa *in eligendo* e i*n vigilando* pela ausência de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo ente público, culpa, esta, caracterizada no caso específico dos autos, como antes demonstrado.

Quanto ao aspecto, é uníssona a jurisprudência deste Tribunal, uniformizada em sua súmula 16, *verbis*:

SÚMULA Nº 16. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA *IN VIGILANDO*. A constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, declarada pelo STF na ADC nº 16, não obsta o reconhecimento da responsabilidade de ente público quando este não comprova o cumprimento de seu dever de fiscalização do prestador de serviços.

Nesse contexto, a prova do fato impeditivo da responsabilização (efetiva fiscalização da prestação de serviços) é do tomador de tais serviços, conforme dispõe o art. 818 da CLT c/c o art. 373, II, CPC/2015, sobretudo porque eventuais documentos que demonstram a fiscalização estão em seu poder, portanto, é perfeitamente aplicável a condenação subsidiária pelas verbas trabalhistas devidas ao trabalhador, nos termos dos artigos 58 e 67, Lei n. 8.666/93 e da Súmula 331, IV e V, do TST.

PREQUESTIONAMENTO:

Os motivos expostos na fundamentação do presente julgado não violam nenhum dos dispositivos da Constituição Federal, tampouco preceitos legais, sendo desnecessária a menção expressa, a cada um deles, a teor do disposto na OJ nº 118, da SDI-1, do C. TST.

Recurso do Reclamante:

MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT:

Aduz o reclamante que, houve, notadamente, um equívoco do Juízo *a quo* quanto ao indeferimento da multa prevista no art. 467 da CLT, uma vez que a reclamada foi revel e, embora a litisconsorte tenha apresentado defesa, tal fato não tem o condão de provocar efeitos reversos na declaração da revelia, pois, a 2ª Reclamada figura no polo como medida de garantia de recebimento de crédito trabalhista, não formando, assim, litisconsórcio passivo necessário.

Cita a Súmula 69 do TST para firmar a tese. Requer o deferimento do pedido.

Analiso.

É cediço que, o artigo 467 da CLT estabelece que, em caso de rescisão do contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, na data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de 50%.

A Súmula nº 69 do C. TST, por sua vez, dispõe que, a partir da Lei nº 10.272, de 5/9/2001, havendo rescisão do contrato de trabalho e sendo revel e confesso quanto à matéria de fato, deve ser o empregador condenado ao pagamento das verbas rescisórias não quitadas na primeira audiência, com acréscimo de 50%.

No presente caso, esse entendimento não se aplica, pois há litisconsórcio passivo, e a segunda reclamada apresentou contestação impugnando os pedidos feitos pelo reclamante. Portanto, a contestação realizada por um litisconsorte é válida e eficaz com relação ao outro. Assim, considerando que a Litisconsorte contestou todos os pedidos feitos na reclamação, essa conduta impede a ocorrência dos efeitos jurídicos da revelia e afasta a sanção processual de confissão ficta aplicada a reclamada, nos termos do artigo 345, inciso I, do CPC/2015. Logo, considerando a controvérsia instaurada nos autos em torno das verbas resilitórias, verificada na defesa da Litisconsorte, não se lhe aplica a multa prevista no artigo 467 da CLT, tampouco o teor da Súmula nº 69 do C. TST.

Desse modo, em que pese as razões do reclamante, mantenho a decisão guerreada que indeferiu a multa do artigo 467 da CLT.

VALE ALIMENTAÇÃO:

Insiste o reclamante que, em virtude da revelia da reclamada, presumi-se como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor em sua exordial. Assim, não há de se falar em ônus da comprovação, uma vez que prevalece, no caso, a confissão ficta das Rés. Requer, a reforma da sentença, para acrescer à condenação o pagamento do vale alimentação integral do mês de abril/2018 (R$320,00) e proporcional do mês de maio/2018 (R$117,33), na forma constante da exordial.

Ao exame.

Ressalte-se que, o efeito da declaração da revelia e aplicação da pena de confissão ficta é a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados. Contudo, a confissão ficta consubstancia apenas uma presunção relativa, a qual pode ser elidida por documentos já constantes dos autos. Portanto, a declaração da revelia e a aplicação da pena de confissão ficta não implica, necessariamente, o deferimento da pretensão autoral, dado que existe a possibilidade de elisão da presunção relativa dela decorrente quando cotejada com o acervo probatório já constante dos autos.

Como bem fundamentado na sentença guerreada, não consta nos autos qualquer prova da pactuação para a percepção do vale-alimentação a qual se refere o reclamante.

Denota-se dos contracheques carreados nos autos, que a reclamada descontava do reclamante o valor de R$0,50 (cinquenta centavos) a título de "vale refeição", o que corresponde a uma "ajuda de custo", que não integram ao salário do reclamante, nos termos do art. 457, §2º, da CLT e, por inexistir qualquer prova no sentido de que esse benefício fora pactuado no contrato de trabalho ou em norma coletiva, se tem que a pretensão autoral não encontra amparo legal, convencional ou normativo.

Nada a reformar.

DANO MORAL:

Em razões de recursos, o reclamante requer o deferimento da indenização por dano moral, devido ao constrangimento sofrido pelo atraso no pagamento do salário e não pagamento das verbas rescisórias. Cita aresto para firmar sua tese.

Analiso.

Tendo em vista que restou devidamente comprovado nos autos que a reclamada não efetuou o pagamento dos salários e das verbas rescisórias do reclamante, entendo que o descumprimento da legislação que rege as relações de trabalho traz graves prejuízos para o trabalhador, que depende de seu salário para prover seu sustento e o de sua família, pois, não é difícil imaginar o que sente alguém que, além de ter perdido a segurança de um emprego, fica sem receber os valores aos quais faz jus, o que acarreta nas dificuldades em alimentar sua família, pagar suas contas e cumprir seus compromissos financeiros, uma vez que perdeu seu meio de sustento e nem sequer recebeu as quantias de que é credor.

Tal conduta configura ato ilícito, pois priva o trabalhador do meio de subsistência e autoriza supor que este enfrentou transtornos de ordem econômica, impossibilitando-o de honrar os compromissos de ordem financeira, como pagamento de água, luz, telefone, dentre outras, além do mais importante, a subsistência alimentar.

A atitude da Reclamada ao não efetuar o pagamento das verbas rescisórias do Reclamante, demonstrou total desapreço pela pessoa do empregado e menosprezo aos valores sociais do trabalho, consagrados no artigo 1º, IV, da CR/88, o que também contribui para a configuração do dano moral.

Embora o Reclamante não tenha produzido prova de lesão efetiva, como a impossibilidade de honrar compromissos financeiros e a subsistência familiar, considero evidenciado a ofensa à honra subjetiva do trabalhador e também à sua dignidade, restando evidente o prejuízo suportado por aquele que se vê privado do trabalho e de qualquer valor ou meio que lhe assegure a sobrevivência. Essa situação é passível de causar grave sofrimento psíquico e até uma crise familiar, de forma que enseja uma indenização, a qual também tem um viés pedagógico em face da Reclamada.

Nesse diapasão, entendo que o Reclamante faz jus ao pedido de indenização por dano moral decorrente do não pagamento dos salários e das verbas rescisórias, tendo como parâmetro o art. 223-G, §1°, I, da CLT.

Sendo o último salário do reclamante de R$2.479,73 (valor confirmado pelos contracheque carreados nos autos e não contestado pelas reclamadas), bem como, tenho que a natureza da ofensa é de natureza leve, que pode chegar até três vezes o último salário do reclamante, faz jus o reclamante o valor de R$2.479,73, que corresponde a 01 salário contratual do autor.

Desse modo, em que pese as razões do juiz de origem, reformo a decisão guerreada, para, deferir ao reclamante a indenização por dano moral no valor de R$2.479,73, o que corresponde a um salário contratual do autor e, por ser o dano de natureza leve.

MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEFERIDOS AO RECLAMANTE:

O Juiz de origem arbitrou os honorários de advogado ao patrono do Reclamante no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação devida à parte reclamante, não podendo haver qualquer desconto adicional dos valores devidos ao obreiro, na forma do artigo 791-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em razões de recurso, requer o reclamante que seja majorado o percentual dos honorários sucumbenciais de 5%, deferidos ao seu patrono, para 15%.

Examino.

Ressalte-se que, nos termos do artigo 791-A na CLT, para a fixação do percentual dos honorários de sucumbência, devem ser observados alguns critérios. Vejamos:

"Art. 791-A. - Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§1º. Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§2º. Ao fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§3º. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§4º. Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§5º. São devidos honorários de sucumbência na reconvenção".

Considerando especialmente a natureza e a importância da causa, bem como, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o seu serviço, e o fato de que não ter tido a oitiva das partes e das testemunhas, entendo como razoável e proporcional a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 5% (cinco por cento).

Portanto, em que pese as razões do reclamante, mantenho a decisão guerreada que deferiu os honorários sucumbenciais ao patrono do reclamante no percentual de 5%.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço dos recursos ordinários do Reclamante e da Litisconsorte. Rejeito as preliminares de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela Litisconsorte em contrarrazões e as preliminares de efeito da revelia da 1ª reclamada e de não conhecimento do recurso da litisconsorte por perda de objeto arguidas pelo reclamante. No mérito, nego provimento ao recurso da litisconsorte. Dou parcial provimento ao recurso do reclamante, para, reformando a decisão, deferir a indenização por dano moral decorrente do não pagamento dos salários e das verbas rescisórias no valor de R$2.479,73. Mantenho a sentença impugnada, nos termos da fundamentação supra.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho da 11ª Região, ANA LUIZA NORONHA

LIMA.

ISSO POSTO,

ACORDAM os Membros integrantes da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, em conhecer dos Recursos ordinários do Reclamante e da Litisconsorte. Rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela Litisconsorte em contrarrazões e as preliminares de efeito da revelia da 1ª reclamada e de não conhecimento do recurso da litisconsorte por perda de objeto arguidas pelo reclamante, e, no mérito, negar provimento ao recurso da litisconsorte. Dar parcial provimento ao recurso do reclamante, para, deferir a indenização por dano moral decorrente do não pagamento dos salários e das verbas rescisórias no valor de R$2.479,73, mantendo a decisão impugnada, na forma do voto da Exma. Desembargadora Relatora.

Ormy da Conceição Dias Bentes

Relatora

VOTOS

Assinado eletronicamente por: **ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES** - 16/09/2019 10:06:32 - 48a3aae

https://pje.trt11.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19081616081414500000006440847

Número do processo: 0000528-82.2019.5.11.0019

Número do documento: 19081616081414500000006440847

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Raimundo Sebastião Pereira de Moraes

Secretário da 3ª. Turma

Edital

Processo Nº ROT-0001083-85.2017.5.11.0014

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)
RECORRENTE	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRENTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RECORRIDO	M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME
RECORRIDO	RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE
ADVOGADO	PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA(OAB: 7051/AM)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

ADVOGADO SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, PRAÇA 14 DE JANEIRO

CEP 69020130 - MANAUS - AM

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Telefone: (92) 3621-7287

e-mail: sec.3turma@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJE

ROT 0001083-85.2017.5.11.0014

RECORRENTE: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e outros (2)

RECORRIDO: RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE e outros (3)

De ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**, FAÇO SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem que, fica NOTIFICADO **M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME**, com endereço incerto e não sabido, do inteiro teor do Acórdão de ID **c569f76**,cujo inteiro teor segue transcrito:

PROCESSO nº 0001083-85.2017.5.11.0014 (ROT)

EMBARGANTES: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

EMBARGADOS: RAIMUNDO TEIXEIRA DA TRINDADE, M BRAS CONSTRUCOES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - ME,

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

//ics

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS LITISCONSORTES. OMISSÃO CONFIGURADA. ARBITRAMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO E CUSTAS. Assiste razão à Litisconsorte Petrobrás. O Colegiado desse acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes. deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de

indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde. Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem* deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso. Inexistentes as demais omissões suscitadas por ambas Embargantes. **Embargos conhecidos. Negado o da litisconsorte Transpetro. Provido parcialmente o da litisconsorte Pertobrás.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelas litisconsortes (Id e9b6a30 e Id 204e7f5) em face do v. Acórdão (Id 6da8698) proferido nos autos do processo nº. 0001083-85.2017.5.11.0014, em que são embargantes **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS S/A E PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO, e** embargados **RAIMUNDO TEIXEIRA DE TRINDADE e M BRAS CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E TECNOLOGIA.**

A litisconsorte (PETROBRÁS), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Argui prequestionamento.

A litisconsorte (TRANSPETRO), com supedâneo no art. 897-A da CLT e 535, II, do CPC, opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão em relação ao ônus da prova, aduzindo ser do autor o mister de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

As partes contrárias não se manifestaram.

Os autos são trazidos em mesa para análise e decisão.

É o Relatório.

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos Embargos aviados pelas litisconsortes.

OMISSÕES.

A litisconsorte (PETROBRÁS)/Embargante, alega omissão em relação ao não arbitramento do valor da condenação, bem como das custas e preparo. Aduziu omissão também no que diz respeito ao ônus da prova, alegando ser do autor o mister de comprovar sua

culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, obrigação da qual não se desincumbiu.

A litisconsorte (TRANSPETRO)/Embargante, também suscita omissão em relação ao ônus da prova, asseverando ser do autor a obrigação de comprovar sua culpa na fiscalização do contrato com a reclamada, mister do qual não se desincumbiu. Aduziu, ainda, omissão no que diz respeito a violação do art. 37, § 6º da CF, pois a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito. Argui prequestionamento.

Analiso.

Com razão parcial a Embargante PETROBRÁS, no que diz respeito a omissão referente ao arbitramento do valor da condenação e custas no *decisum,* a qual será sanada nesta decisão.

O Colegiado desse E. Regional acolheu parcialmente os recursos interpostos pelas partes, deferindo ao autor R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais pelo não pagamento da rescisão, além de determinar a exclusão da condenação, dos pleitos de multa do art. 467 da CLT e de permanência do autor e seus dependentes beneficiários do plano de saúde.

Considerando que o juiz de origem arbitrou como valor de condenação R$ 9.500,00 e que este Juízo *ad quem*deferiu o dano moral e excluiu a multa acima, juntamente com a obrigação de fazer de permanência no plano de saúde, arbitra-se como novo valor de condenação R$ 9.000,00, o que servirá como parâmetro para novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

Sem razão, contudo, ambas Embargantes em relação a alegada omissão referente ao ônus da prova, tendo em vista que, diferente do que pretendem, o v. Acórdão foi claro ao mensurar que tal mister era obrigação das Embargantes, tomadoras dos serviços e beneficiárias da mão de obra do autor.

Consta no *decisum*que cabia às litisconsortes velar pelo correto adimplemento de todas as obrigações inerentes aos contratos de trabalho dos empregados do prestador dos serviços, como o de exigir à comprovação do recolhimento dos encargos sociais e previdenciários, salários em sentido estrito, depósitos do FGTS, observância das normas de segurança e medicina do trabalho, jornada de trabalho prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal, entre outras medidas.

Consta, ainda, o registro de ser incumbência das litisconsortes/Embargantes, além de reter os valores correspondentes a eventuais salários atrasados, aplicar as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade) ou rescindir o liame administrativo, nos termos dos arts. 77 e 78 do referido diploma legal.

Registrou-se que não há nos autos prova de qualquer fiscalização por parte das Embargantes, restando caracterizada a conduta culposa de ambas, por omissão, (culpa in vigilando), tornando pertinente a imposição da responsabilidade subsidiária a elas, sem violar o artigo 97 da CR/88, nem contrariar a Súmula Vinculante nº 10 do STF, mas sim, conferindo interpretação sistemática ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, cuja constitucionalidade é assumida como premissa decisória, considerando-se os demais preceitos desse diploma legal, bem como o próprio entendimento assentado pelo STF no julgamento da ADC nº 16. Não há nenhuma omissão neste particular.

Por fim, registra-se a inexistência da alegada omissão suscitada pela Embargante TRANSPETRO em relação a violação do art. 37, § 6º da CF, sob o argumento de que a exigência de análise econômico financeira das empresas que participarão do certame licitatório, caracteriza-se cerceamento de direito.

Consoante dito no v. Acórdão, o cerne da questão gira em torno da culpa das tomadoras de serviço pela escolha de empresa não idônea, resultando na responsabilidade civil das contratantes, sendo que as regras de licitação não são capazes de atender e satisfazer a necessidade dos empregados terceirizados.

Mensurou-se também no *decisum*, que se as litisconsortes, valendo -se da lei, entabularam negócio jurídico com empresa inidônea, devem responder pelos riscos da contratação, pois eram obrigadas não só a fiscalizarem, zelosamente, o cumprimento dos encargos trabalhistas assumidos pela real empregadora - reclamada, como também escolher com mais cuidado a empresa com a qual celebram contrato de intermediação por meio licitatório, tendo em vista que a violação a direito do reclamante, afronta também o princípio da função social do contrato, previsto no art. 421 do Código Civil.

E ainda que houvesse diligência na escolha da empresa, restou demonstrado nos autos que assim não procederam as Embargantes

quanto à fiscalização do cumprimento dos encargos assumidos pela empresa contratada. E, ainda, que assim não fosse, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prescinde da configuração da culpa, em qualquer das suas modalidades, e funda-se na existência do risco, que se justifica no fato de terem se beneficiado dos serviços prestados pelo trabalhador.

Embargos da litisconsorte Transpetro improvido.

Embargos da litisconsorte Petrobrás provido parcialmente para, após sanar a omissão apontada, arbitra-se como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço de ambos **Embargos. Nego provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dou parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum* nos seus demais termos.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 19 de setembro de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora do Trabalho da 11ª Região, ANA LUÍZA NORONHA LIMA.

ISSO POSTO,

ACORDAM os membros da Terceira Turma, por unanimidade de votos, conhecer de ambos **Embargos. Negar provimento ao da litisconsorte Transpetro. Dar parcial provimento ao da Litisconsorte Petrobrás**, para, após sanar a omissão apontada, reformar o v. Acórdão para arbitrar como novo valor de condenação, R$ 9.000,00, o que repercutirá em novas custas e preparo, para fins de interposição de Recurso, nos termos da fundamentação supra. Mantido o *decisum*nos seus demais termos.

.

Ormy da Conceição Dias Bentes

relatora

VOTOS

Assinado eletronicamente por: **ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES** - 24/09/2019 08:56:41 - c569f76

https://pje.trt11.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091616172342500000006560055

Número do processo: 0001083-85.2017.5.11.0014

Número do documento: 19091616172342500000006560055

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Raimundo Sebastião Pereira de Moraes

Secretário da 3ª. Turma

Edital

Processo Nº ROT-0000022-85.2016.5.11.0351

Relator	JOSE DANTAS DE GOES
RECORRENTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO	YANA'S CONSTRUTORA LTDA - ME
RECORRIDO	CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO
CUSTOS LEGIS	MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, PRAÇA 14 DE JANEIRO

CEP 69020130 - MANAUS - AM

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Telefone: (92) 3621-7287

e-mail: sec.3turma@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJE

ROT 0000022-85.2016.5.11.0351

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RECORRIDO: CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO e outros

De ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **JOSÉ DANTAS DE GÓES**, FAÇO SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem que, fica NOTIFICADO **CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO**, com endereço incerto e não sabido, do inteiro teor do Acórdão de ID 9e0adad,cujo inteiro teor segue transcrito:

PROCESSO nº 0000022-85.2016.5.11.0351 (RO)

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS

RECORRIDOS: CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO, YANA'S CONSTRUTORA LTDA - ME

RELATOR: JOSÉ DANTAS DE GÓES

RITO: ORDINÁRIO

EMENTA

ILEGITIMIDADE PASSIVA. O art. 17, do CPC/15, preleciona que, para propor ou contestar ação, é necessário ter interesse e legitimidade. Na causa em julgamento, o demandado está vinculado como parte passiva de uma situação jurídica criada pela alegação do Autor. Assim, se a parte indica as pessoas jurídicas a compor o polo passivo da ação, é o caso de se rejeitar a ilegitimidade passiva, cabendo ao juiz enfrentar o mérito e verificar se a alegação é, ou não, verdadeira. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA. ENTE PÚBLICO. EXCLUSÃO. IRR-190-53.2015.5.03.0090.** O contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja a responsabilidade solidária ou subsidiária do primeiro, por aplicação do art. 455 da CLT e da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SBDI-1 do C. TST, salvo nos casos de empreiteiro comprovadamente inidôneo e contratante não integrante da Administração Direta ou Indireta, consoante tese fixada pela Corte Superior Trabalhista nos autos do IRR-190-53.2015.5.03.00900. No caso em análise, tendo em vista que o dono da obra se trata de Autarquia Federal, integrante da Administração Indireta, despicienda a análise acerca da idoneidade da contratada, impondo-se a exclusão da responsabilidade subsidiária atribuída ao Ente na origem. **Recurso Ordinário do Litisconsorte Conhecido e Provido.**

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, oriundos da **MM. 1ª Vara do Trabalho de Tabatinga**, em que são partes, como Recorrente, **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS** e, como Recorridos, **CARLOS MARIO DE OLIVEIRA AIAMBO** e **YANA'S CONSTRUTORA LTDA - ME.**

No dia **20/01/2016**, o Reclamante ajuizou Reclamação Trabalhista (ID. c5b17bd), em que narrou ter laborado na Reclamada de 13/02/2013 a 08/01/2015, na função de **Vigia**, com salário no valor de R$ 834,39. Alega que trabalhou na obra do prédio do Litisconsorte, razão pela qual foi chamado a integrar a lide. Sustenta ainda que a Reclamada não efetuou o pagamento dos salários referentes aos meses de novembro e dezembro de 2014, dessa forma teria cessado suas atividades no dia 08/01/2015, sem, no entanto, receber as verbas rescisórias que lhe seriam devidas. Em vista disso requereu o valor dos salários retidos, aviso prévio, férias + 1/3 proporcionais, 13º salário proporcional, vale alimentação, vale transporte, indenização referente ao seguro desemprego e multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Pugnou, ainda, pela gratuidade da justiça e a devida baixa em sua CTPS.

Em sede de Contestação (ID. acf9848), o Litisconsorte arguiu, preliminarmente, a ilegitimidade passiva e, no mérito, defendeu a impossibilidade de sua responsabilização subsidiária, uma vez que o contrato firmado entre o Litisconsorte e a primeira Reclamada era de empreitada e, na condição de dono da obra, não pode ser responsabilizado subsidiariamente, pois haveria violação ao entendimento cristalizado na OJ nº 191 da SBDI-1 do C. TST. Por fim, impugnou especificamente os demais pedidos, alegando que

não pode ser responsabilizado, tendo em vista a constitucionalidade do §1º do art. 71 da lei 8.666/93, bem como a inversão do ônus da prova a respeito da ausência de fiscalização do serviço.

A Reclamada não compareceu à audiência de instrução e julgamento, pelo que foi declarada sua revelia e aplicada a pena de confissão quanto à matéria de fato (ID. a130ff1).

No dia **29/04/2016** (ID. d02e0ad), após instrução processual, o Juízo *a quo* rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva arguida e julgou parcialmente procedentes os pleitos exordiais, condenando a Reclamada e, subsidiariamente, o Litisconsorte, a pagar ao Obreiro as verbas pleiteadas a saber*:* multa de 40% *do* FGTS, aviso prévio, férias, 13º salário, multa do art. 477, salários pendentes acrescidos da multa prevista no art. 467 da CLT e indenização referente ao seguro desemprego. Indeferiu, no entanto, o pedido de depósitos do FGTS, vale transporte e vale alimentação.

Em **29/04/2016**, inconformado, o Litisconsorte interpôs Recurso Ordinário (ID. 00de18d), suscitando sua ilegitimidade passiva e, no mérito, requereu a reforma da sentença primária, para que seja afastada a responsabilidade subsidiária que lhe foi imposta, uma vez que incumbiria ao Reclamante comprovar a omissão ou a falta de fiscalização do contrato, o que não teria sido feito no presente caso. Ainda nesse sentido, arguiu a aplicação da OJ 191 da SBDI-I do TST, a qual impediria a responsabilização subsidiária do "dono da obra" em contratos de empreitada.

Reclamante e Reclamada deixaram transcorrer *in albis* o prazo das Contrarrazões, conforme aponta a certidão de ID. 7536391.

Em **26/05/2017**, Parecer Ministerial entendendo o Ministério Público Trabalho que a questão principal não se revela capaz de ensejar sua atuação (ID. 77af330).

Em Decisão de ID. 93cfd5d, foi determinado o sobrestamento do feito, até o julgamento do Incidente de Recursos de Revista Repetitivos TST-RR-190-53.2015.5.03.0090, em que se discutia a abrangência do conceito de "dono da obra" constante da OJ/SBDI-I nº 191 do TST, uma vez que tal matéria havia sido alegada pelo Litisconsorte em suas razões recursais.

Após o julgamento do incidente, foi determinado o prosseguimento do feito, na Decisão de ID. 80def2f, determinando-se, ainda, a observância das teses consagradas no referido incidente.

É o **RELATÓRIO**.

FUNDAMENTAÇÃO

CONHECE-SE do recurso interposto pelo Litisconsorte, porque foram atendidos os requisitos legais de admissibilidade.

PRELIMINAR

ILEGITIMIDADE PASSIVA

Entende o Recorrente ser parte ilegítima para figurar na demanda, alegando ser, tão somente, a "dona da obra".

Examina-se.

Da análise dos autos, verifica-se que o Reclamante pleiteia do seu empregador parcelas contratuais inadimplidas, apontando como

corresponsável o Litisconsorte. É o que basta para mantê-lo na lide, ocupando o polo passivo da ação, haja vista que a aferição de sua responsabilidade é matéria atinente ao mérito da contenda.

Pela teoria da asserção, o exame preliminar dos pressupostos processuais (interesse de agir e legitimidade) em confronto com as afirmativas da inicial, faz-se *in status assertionis*, independente das razões da parte contrária e da prova dos autos.

Uma vez presentes *in abstracto* os requisitos, a ação estará em condições de prosseguir e receber o julgamento do mérito.

Assim, se a parte indica as pessoas jurídicas a compor o polo passivo da ação, é o caso de se rejeitar a arguição de ilegitimidade passiva, cabendo ao Juiz enfrentar o mérito e verificar se a alegação é, ou não, verdadeira.

Rejeita-se a preliminar.

MÉRITO

RECURSO ORDINÁRIO DO LITISCONSORTE

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA.

Requer o Litisconsorte a reforma da sentença recorrida, a fim de que seja afastada sua condenação subsidiária ao pagamento das verbas deferidas pela instância primária, reiterando que tal pleito decorreria da prestação de serviços em favor do Litisconsorte, o qual é exclusivamente "dono da obra".

Pois bem.

Da análise dos autos, verifica-se que o próprio Reclamante afirmou, no Termo de Reclamação (ID. c5b17bd - Pág. 1), ter trabalhado na obra de um prédio do Litisconsorte:

"Que trabalhou na construção do prédio do INSS, razão pela qual requer o chamamento da União para integrar o pólo na qualidade de litisconsorte."

Além disso, trata-se, a Reclamada, de empresa de Construção Civil contratada pelo INSS para construção do prédio de sua sede. Dessa forma, não se vislumbra relação de terceirização continuada de mão de obra, mas, somente, de acerto para execução de obra determinada. Ou seja, a relação entre os Réus reflete um contrato de empreitada e não de prestação de serviços.

O contrato de empreitada é reconhecido como aquele que tem por finalidade a execução de determinada obra ou serviço, onde o empreiteiro obriga-se a executar certa obra ou a realizar certo serviço, e, em troca, o dono da obra se obriga a pagar o preço avençado, inexistindo subordinação entre os contratantes, interessando-se, este último, apenas pelo resultado do trabalho contratado.

Ressalte-se que o empreiteiro, a fim de propiciar a realização da obra ou serviço para o qual foi contratado, pode se utilizar de mão de obra de seus próprios empregados ou mesmo contratar outros trabalhadores, sem que, com isso, reste descaracterizada esta modalidade de contrato.

Importante destacar que o contrato firmado entre o dono da obra e o empreiteiro é de natureza civil, em nada se relacionando com o vínculo formado entre o empreiteiro e os trabalhadores por ele contratados, os quais são regidos pelas normas da CLT.

Assim, em regra, ao dono da obra não incumbe responsabilidade de natureza trabalhista em relação aos empregados do empreiteiro contratado, sendo inaplicável a interpretação preconizada pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do inciso IV da Súmula nº 331, que aborda situação diversa, qual seja, responsabilização da empresa tomadora de serviços pelos débitos trabalhistas da empresa interposta.

A Jurisprudência, inclusive, é massivamente dominante neste sentido, como se verifica pelas colações de ementas de julgamentos do C. TST a seguir:

DONA DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO OCORRÊNCIA. *Reconhecida a condição de dona da obra de construção civil do recorrente, é inviável atribuir-lhe a responsabilização subsidiária, nos termos da Orientação Jurisprudencial 191 da SDI-1. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 18483020105110005 1848-30.2010.5.11.0005, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 16/10/2013, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/10/2013,).*

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. DONO DA OBRA. *O Tribunal Regional, ao concluir pela responsabilidade subsidiária da recorrente, mesmo constatando que era dona da obra, contrariou entendimento já pacificado por esta Corte Superior. Conforme dispõe a nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SBDI-1 desta Corte, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora, situação não verificada no caso vertente. Precedentes. Recurso de revista que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 2286820105040751 228-68.2010.5.04.0751, Relator: Valdir Florindo, Data de Julgamento: 18/09/2013, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/09/2013).*

DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE*. Nos termos da Orientação Jurisprudencial 191 da SDI-1, em face da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada celebrado entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária pelas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo se o dono da obra for uma empresa construtora ou incorporadora, o que não se verifica na hipótese dos autos. Reconhecida pelo Tribunal Regional a condição de dono da obra da recorrente e não se tratando de empresa construtora ou incorporadora, é inviável a responsabilização subsidiária, nos termos da referida Orientação Jurisprudencial. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 2688002320095170151 268800-23.2009.5.17.0151, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 26/06/2013, 5ª Turma).*

Todavia, há que se destacar que o C. TST, em decisão proferida no Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº IRR-190-53.2015.5.03.0090, assentou o entendimento de que o dono da obra poderá responder subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas de empreiteiro inidôneo. Traz-se à baila a tese firmada:

"INCIDENTE DE RECURSO DE REVISTA REPETITIVO. TEMA Nº 0006. CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SbDI-1 DO TST VERSUS SÚMULA Nº 42 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

1. A exclusão de responsabilidade solidária ou subsidiária por obrigação trabalhista, a que se refere a Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST, não se restringe a pessoa física ou micro e pequenas empresas. Compreende igualmente empresas de médio e grande porte e entes públicos.

2. A excepcional responsabilidade por obrigações trabalhistas, prevista na parte final da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI -1 do TST, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, alcança os casos em que o dono da obra de construção civil é construtor ou incorporador e, portanto, desenvolve a mesma atividade econômica do empreiteiro.

3. Não é compatível com a diretriz sufragada na Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST jurisprudência de Tribunal Regional do Trabalho que amplia a responsabilidade trabalhista do dono da obra, excepcionando apenas "pessoa física ou micro e pequenas empresas, na forma da lei, que não exerçam atividade econômica vinculada ao objeto contratado"

4. Exceto ente público da Administração direta e indireta, se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro que contratar, sem idoneidade econômico-financeira, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações, em face de aplicação analógica do art. 455 da CLT e de culpa in eligendo."

Dito de outro modo, atribui-se ao dono da obra (**caso não seja integrante da Administração Direta e Indireta**), a responsabilidade subsidiária com relação aos contratos trabalhistas firmados pelo empreiteiro, na hipótese de este ser inidôneo, responsabilidade que decorre de culpa *in eligendo* e da aplicação analógica do art. 455 da CLT.

Frise-se, contudo, que a exceção disposta no item 4 do precedente supramencionado não se aplica ao Ente Público da Administração Direta ou **Indireta**, caso dos autos, uma vez que o Instituto Nacional do Seguro Social (dono da obra) possui natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Logo, tendo em vista que o dono da obra se trata de Autarquia Federal, não se aplica a hipótese prevista no item 4 da tese fixada no IRR, sendo despicienda a análise acerca da idoneidade da contratada, já que não é admitida a responsabilidade subsidiária de Ente Público neste caso.

Impõe-se, portanto, a exclusão da responsabilidade subsidiária atribuída ao Litisconsorte na origem, razão pela qual **dá-se provimento** ao apelo do Recorrente.

DISPOSITIVO

Por estas razões, **CONHECE-SE** do Recurso Ordinário interposto pelo Litisconsorte, **REJEITA-SE** a preliminar arguida e, no mérito, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao apelo, a fim de afastar a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída na origem. Tudo conforme a Fundamentação. Ante a ausência de alteração no valor da sucumbência, mantém-se o valor das custas, a cargo apenas da Reclamada, para fins recursais.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 2 de maio de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; **Relator -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; e JORGE ALVARO MARQUES GUEDES. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador Regional do Trabalho da 11ª Região, VALDIR PEREIRA DA SILVA.

ISTO POSTO,

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER** do Recurso Ordinário interposto pelo Litisconsorte, **REJEITAR** a preliminar arguida e, no mérito, por maioria, **DAR PROVIMENTO** ao apelo, a fim de afastar a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída na origem. Tudo conforme a Fundamentação. Ante a ausência de alteração no valor da sucumbência, mantém-se o valor das custas, a cargo apenas da Reclamada, para fins recursais. Voto divergente do Exmo. Desdor. Jorge Alvaro Marques Guedes, que negava provimento ao recurso do Litisconsorte.

Assinado em 03 de Maio de 2019.

JOSÉ DANTAS DE GÓES

Desembargador do Trabalho

Relator

VOTOS

Voto do(a) Des(a). JORGE ALVARO MARQUES GUEDES / Gabinete do Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes

Vênia para divergir do voto relator e negar provimento ao recurso ordinário, mantendo íntegra a sentença recorrida, pelos seus próprios fundamentos.

Assinado eletronicamente por: **JOSE DANTAS DE GOES** - 03/05/2019 13:57:12 - 9e0adad

https://pje.trt11.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19040809421759100000005879247
Número do processo: 0000022-85.2016.5.11.0351
Número do documento: 19040809421759100000005879247

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Raimundo Sebastião Pereira de Moraes

Secretário da 3ª. Turma

Edital

Processo Nº RORSum-0000360-37.2019.5.11.0001

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
RECORRENTE	Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
ADVOGADO	DEBORA VICENTE DA SILVA(OAB: 314314/SP)
RECORRIDO	FELIPE ROGER DACIO ARAUJO

Intimado(s)/Citado(s):
- FELIPE ROGER DACIO ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, PRAÇA 14 DE JANEIRO
CEP 69020130 - MANAUS - AM

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Telefone: (92) 3621-7287

e-mail: sec.3turma@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJE

RORSum 0000360-37.2019.5.11.0001

RECORRENTE: Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

RECORRIDO: FELIPE ROGER DACIO ARAUJO

De ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **JORGE ALVARO MARQUES GUEDES**, FAÇO SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem que, fica NOTIFICADO **FELIPE ROGER DÁCIO ARAÚJO**, com endereço incerto e não sabido, do inteiro teor do Acórdão de ID f9f2d25,cujo inteiro teor segue transcrito:

PROCESSO nº 0000360-37.2019.5.11.0001 (ROPS) - RITO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

RECORRIDO: FELIPE RÓGER DÁCIO ARAÚJO

RELATOR: JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

CKCS

RELATÓRIO

PEDIDO (ID. 0b4be3a): O autor ajuizou a presente reclamatória trabalhista, verbalmente, em 8 de abril de 2019. Alegou que foi admitido pela reclamada, em 9 de fevereiro de 2018, para exercer a função de vendedor, cumprindo jornada de trabalho das 9h às 16h, de segunda a sexta e, das 19h às 16h, aos sábados, usufruindo 15 minutos de intervalo intrajornada, mediante média salarial mensal de R$-1.050,00 (um mil e cinquenta reais). Afirmou que foi dispensado sem justa causa, mas a reclamada não efetuou o pagamento das verbas rescisórias, não forneceu o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, nem procedeu ao recolhimento dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço relativo aos meses de fevereiro a novembro de 2018 (1º meses). Requereu a rescisão indireta e a condenação da reclamada ao pagamento das seguintes parcelas: saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais mais 1/3, 13º salário, FGTS (8% mais 40%) e a concessão da gratuidade da justiça. Pugnou, ainda, pelo fornecimento do TRCT, com as respectivas guias e chaves de conectividade para saque do FGTS ou, alternativamente, a expedição de alvará judicial para saque do FGTS e baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social pela Secretaria da Vara. Atribuiu à causa o valor de R$-4.666,66 (quatro mil, seiscentos e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos).

CONTESTAÇÃO (ID. defdfc1): Alegou, preliminarmente, que se encontra em recuperação judicial e requereu a improcedência dos pedidos autorais.

SENTENÇA (ID. 72e8ef0): Procedente, conforme os fundamentos a seguir:

"***I - RELATÓRIO***

Dispensado nos termos do art. 852-I da CLT.

II - FUNDAMENTOS

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

De acordo com o artigo 292 do novo CPC, aqui aplicado subsidiariamente, o valor da causa é fixado com base nos pedidos, sendo certo que ao Juiz cabe zelar para que este valor não seja lançado aleatoriamente pela parte, refletindo realmente o que economicamente é pedido.

No caso em tela a parte pleiteia o que entende lhe ser devido e o valor postulado é condizente com os pleitos formulados, razão pela qual rejeito a impugnação.

RESCISÃO CONTRATUAL - VERBAS RESCISÓRIAS

Incontroversa a dispensa imotivada do autor em 09/11/2018, bem como a última remuneração recebida de R$ 1.050,00.

Analisando-se a contestação apresentada pela reclamada, não há dúvidas de que há uma confissão de dívida, eis que a reclamada informa que passa por de dificuldades financeiras, refutando genericamente as verbas requeridas.

Friso que embora a reclamada requeira a compensação de valores quitados, não comprova qualquer fato extintivo do direito autoral.

Assim sendo, não havendo maiores controvérsias em derredor da falta de pagamento das verbas rescisórias do autor e da responsabilidade da reclamada, julgo procedente o pedido de pagamento das seguintes parcelas rescisórias requeridas na inicial: aviso prévio de 30 dias - R$1.050,00; FGTS sobre aviso - R$ 84,00; saldo de salário de 9 dias - R$315,00; férias proporcionais com projeção do aviso (10/12) mais 1/3 - R$ 1.166,66; 13º salário proporcional com projeção do aviso (10/12) - R$ 875,00.

Considerando que a reclamada não comprova a regularidade dos depósitos do FGTS, ônus que lhe competia (Súmula nº 461 do TST), julgo procedente o pedido de pagamento do FGTS 8% mais 40% de todo o período (10 meses) no valor total de R$ 1.176,00.

Procedente ainda a entrega do TRCT com as parcelas acima discriminadas, devendo a reclamada cumprir a obrigação de fazer no prazo de cinco dias do trânsito em julgado desta decisão sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 300,00 em caso de descumprimento.

JUSTIÇA GRATUITA

Considerando que a remuneração da parte autora é inferior a 40% do teto previdenciário, defiro a concessão da Justiça gratuita à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, parágrafo 3º, da CLT, isentando-a do pagamento das custas processuais.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Prejudicados os honorários sucumbenciais em razão do jus postulandi.

DEMAIS DISPOSIÇÕES DE SENTENÇA

Natureza jurídica das verbas contempladas nesta decisão na forma do artigo 28 da Lei nº 8.212/91, devendo os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado serem efetuados pela parte demandada, com indicação do PIS ou NIT do autor, mas autorizada a dedução dos valores cabíveis a parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento.

O imposto de renda incidirá sobre as parcelas de cunho salarial, acrescidas de correção monetária e deduzidos os juros de mora, que têm caráter indenizatório (OJ 400 da SDI-1).

Será calculado mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 7.713, 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010 (item II da Súmula 368 do TST).

Juros na forma do art. 883 da CLT, a 1% ao mês (Lei 8.177/91 e Súmula 200 do TST) e correção monetária nos termos da lei e sob o índice TRD nas parcelas vencidas até 24-3-2015 e IPCA-E sobre as parcelas vencidas a partir 25-3-2015, em razão do julgamento

proferido no incidente de uniformização de jurisprudência proferido por este Regional nos autos nº 0000091-69.2017.5.11.0000, publicado no DEJT em 6-8-2018.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDO, nos autos do processo proposto por FELIPE ROGER DACIO ARAUJO em face de Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A julgar PROCEDENTES os pedidos formulados, para condenar a reclamada ao pagamento da quantia líquida de R$ 5.130,58, conforme cálculos anexos e parâmetros descritos na fundamentação, partes integrantes desse dispositivo.

Procedente ainda a entrega do TRCT, conforme termos, prazo e pena fixados na fundamentação. Deferida justiça gratuita à parte autora (art. 790, § 3º, CLT). TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, no termos da legislação, fundamentação e cálculos anexos. Custas pela parte reclamada no importe de R$ 102,61, calculadas sobre o valor da condenação. Cientes as partes. Nada mais.

MANAUS, 19 de Junho de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular"

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA (ID. 1fd3e92): A reclamada alegou insuficiência de recursos, por encontrar-se em processo de recuperação judicial, para arcar com o preparo recursal, requerendo seja deferido o benefício da gratuidade da justiça, isentando-a, assim, de recolher o depósito recursal e custas processuais, nos termos do artigo 99, § 7º, do Código de Processo Civil c/c § 10 do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho. No mérito, requer seja-lhe deferido o benefício da justiça gratuita, excluída da condenação o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais e todas as verbas sobre as quais incide recolhimentos previdenciários e fiscais ou que tais recolhimentos sejam calculados sobre o total do crédito apurado. Pugnou, ainda, para que o seja aplicada a TR como índice de correção monetária.

NÃO FORAM APRESENTADAS CONTRARRAZÕES DO RECLAMANTE, CONFORME CERTIDÃO DE ID. d14d6ef.

DESPACHO DE ID. f33ea10: Intimação da reclamada para comprovar sua condição de empresa em recuperação judicial.

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ (ID. cac51f0)

FUNDAMENTAÇÃO

No presente caso, a recorrente deixou de recolher as custas processuais e, do mesmo modo, não realizou o depósito recursal.

No seu apelo a ré alega insuficiência de recursos para arcar com o preparo recursal, por se encontrar em recuperação judicial, requerendo seja deferido o benefício da gratuidade da justiça, isentando-a, assim, de recolher o depósito recursal e custas processuais.

Vejamos.

A respeito da gratuidade da justiça é importante observar que o art. 790, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho registra que *" O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo."*. E, de modo complementar, também o teor do § 10. do art. 899, também da norma consolidada, que assim dispõe: *"São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial."*.

Ademais, a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas nesta seara trabalhista constitui entendimento jurisprudencial consolidado na forma da Súmula nº 463 do C. Tribunal Superior do Trabalho, *verbis*:

"SUM-463 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 304 da SBDI-1, com alterações decorrentes do CPC de 2015) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - republicada -

DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017

I - A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015);

II - No caso de pessoa jurídica, não basta a mera declaração: é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo" *(grifei)*

Sob esse prisma, compulsando os autos, verifico que há certidão de ID. cac51f0 emitida pela MM. 2ª Vara de falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, datada de 17 de dezembro de 2018, certificando que fora deferido o processamento da recuperação judicial da ré e está pendente o julgamento do recurso de apelação contra a decisão que homologou o referido plano de recuperação judicial da reclamada.

Assim, considerando a nova disciplina dada ao depósito recursal por meio do art. 899, §10, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/17, o qual prevê a isenção do depósito para fins de interposição de recurso às empresas em recuperação judicial, caso da reclamada/recorrente, decido isentá-la do referido recolhimento, pelo que conheço do recurso ordinário interposto, eis que atendidos seus pressupostos de admissibilidade.

Superada esta questão, passo à análise do mérito do recurso.

A reclamada se insurge quanto à sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, contribuições previdenciárias e aplicação do IPCAE como índice de correção monetária.

Em relação à condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, verifico que, apesar de ter sido condenada ao pagamento da quantia de R$-5.130,58 (cinco mil, cento e trinta reais e cinquenta e oito centavos), não houve condenação relativa aos honorários advocatícios sucumbenciais.

Assim, é evidente a ausência de interesse em recorrer, razão pela qual o seu inconformismo não se sustenta.

No tocante à insurgência quanto às contribuições previdenciárias, requer a reclamada seja excluída a condenação relativa aos recolhimentos previdenciários e fiscais.

Compulsando os autos, verifico, todavia, que no recurso patronal não constam as razões pelas quais requer a reforma da sentença. O documento em questão limita-se a pleitear a reforma do julgado para que seja excluída tal condenação ou, alternativamente, para que seja definida a forma do recolhimento nos termos supramencionados. Contudo, conforme dito alhures, não há razões recursais, estando, portanto, prejudicada a análise de tal matéria.

Sustentou, por fim, que, em observância ao § 7º do artigo 879 da CLT, deve ser aplicada a Taxa Referencial como índice de correção monetária aos débitos trabalhistas oriundos de condenação judicial.

Analiso.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, que teve por objeto a EC 62/2009, que instituiu o regime de pagamento de precatórios, declarou a inconstitucionalidade do referido regime especial de pagamentos e concluiu a modulação dos efeitos da decisão, assentando que, após 25 de março de 2015, todos os créditos inscritos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Diante dessa decisão prolatada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o Tribunal Superior do Trabalho declarou, por arrastamento, a inconstitucionalidade da expressão "equivalentes à TRD" contida no art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, utilizando como base os mesmos argumentos adotados pelo STF nas ADI's 4.357 e 4.425 de que a TR não reflete a perda do poder aquisitivo da moeda, entendendo pela aplicação do IPCA-E para atualização monetária dos débitos trabalhistas.

Contra a decisão do TST, que alterou a base de cálculo dos débitos trabalhistas, a FENABAN - Federação Nacional dos Bancos ajuizou a Reclamação STF nº 22.012-RS na qual, em decisão liminar, proferida pelo Ministro Dias Toffoli, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do C. TST que havia estabelecido a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas, por considerar que o Tribunal extrapolou o entendimento do STF fixado no julgamento sobre a constitucionalidade do regime de pagamento dos precatórios (ADIs 4357 e 4425). Entretanto, quando da análise do mérito, a reclamação foi julgada improcedente, tendo transitado em julgado em 17 de agosto de 2018.

Diante disso e, inclusive, do julgamento do Incidente de

Uniformização de Jurisprudência - IUJ nº 0000091-69.2017.5.11.0000 pelo Egrégio Tribunal Pleno deste Regional, deve ser aplicada a Taxa Referencial Diária (TRD) aos créditos efetuados até 24 de março de 2015 e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E) a partir de 25 de março de 2015, conforme determinação do Juízo de origem, razão pela qual mantenho incólume a decisão.

Nada a reformar, portanto.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto, isento a recorrente do recolhimento recursal e, no mérito, mantendo inalterada a sentença nos demais termos, conforme fundamentação.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 8 de agosto de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relator -** JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; e ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da 11ª Região, JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO.

POSTO ISSO,

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto e lhe dar parcial provimento apenas para fins de conceder à reclamada os benefícios da justiça gratuita, mantendo inalterada a sentença nos demais termos, conforme fundamentação.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Relator

VOTOS

Assinado eletronicamente por: **JORGE ALVARO MARQUES GUEDES** - 12/08/2019 10:53:28 - f9f2d25

https://pje.trt11.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19073107420952800000006367055

Número do processo: 0000360-37.2019.5.11.0001

Número do documento: 19073107420952800000006367055

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Raimundo Sebastião Pereira de Moraes

Secretário da 3ª. Turma

Edital

Processo Nº ROT-0001062-15.2017.5.11.0401

Relator	ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES
RECORRENTE	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA
ADVOGADO	CARLOS DOMINGOS RODRIGUES NETO(OAB: 11296/AM)
ADVOGADO	ERICK DA SILVA FERREIRA(OAB: 12302/AM)
ADVOGADO	ADELSON LIMA GONCALVES(OAB: 8175/AM)
RECORRIDO	VIVALDO MELO ALVARES
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- VIVALDO MELO ALVARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, PRAÇA 14 DE JANEIRO

CEP 69020130 - MANAUS - AM

SECRETARIA DA 3ª TURMA

Telefone: (92) 3621-7287

e-mail: sec.3turma@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJE

ROT 0001062-15.2017.5.11.0401

RECORRENTE: MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

RECORRIDO: VIVALDO MELO ALVARES

De ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**, FAÇO SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem que, fica NOTIFICADO **VIVALDO MELO ALVARES**, com endereço incerto e

não sabido, do inteiro teor do Acórdão de ID e43b9c0,cujo inteiro teor segue transcrito:

PROCESSO nº 0001062-15.2017.5.11.0401 (RO)

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

RECORRIDO: VIVALDO MELO ALVARES

RELATORA: ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES

\\mlo

EMENTA

RECURSO DO RECLAMADO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. EXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA COM PREVISÃO DE REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. Conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 11.350/2006, "os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa". No presente caso, constata-se a existência de lei local específica a estabelecer que os Agentes Comunitários de Saúde não se submetem ao regime celetista, situação que atrai a competência da Justiça Comum para apreciar e julgar a lide. Recurso conhecido e provido.

RELATÓRIO

O Juízo da MM. Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo/AM, proferiu sentença (ID. acecf95 - Pág. 1/5), nos autos da ação trabalhista ajuizada por **VIVALDO MELO ALVAREZ** contra **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, JULGOU PROCEDENTE** aação trabalhista. Rejeitou a exceção de incompetência desta justiça especializada e a prescrição quinquenal. Condenou o reclamado a pagar ao reclamante o importe de R$4.733,94, a título de FGTS 8%. Juros e correção monetária na forma da lei. Custas pelo reclamado, calculadas sobre o valor de R$ 6.494,36, na quantia de r$ 129,88, isento por força de lei.

O Reclamado interpôs recurso ordinário (ID. 04d3d4d - Pág. 1/10). Arguiu em preliminar a incompetência da Justiça do Trabalho, tendo em vista se tratar de contratação temporária de caráter jurídico-administrativo, devendo os autos ser encaminhado à Justiça Comum, a qual é competente para apreciar e julgar a matéria. No mérito, sustenta que o autor exerceu a atividade de Agente Comunitário de Saúde e foi exonerado, sendo certo que o FGTS não abrange os agentes públicos submetidos a regime jurídico de Direito Administrativo. Requer a reforma da decisão para que seja declarada a competência da Justiça Comum para apreciar a presente demanda.

Expirado o prazo para o Reclamante interpor recurso ordinário e apresentar suas contrarrazões (ID. b66bf65 - Pág. 1).

Parecer do Ministério Público do Trabalho, manifestando-se pelo não provimento do Recurso Ordinário do Município. (ID. a9e2bbf - Pág. 1/5).

É o relatório.

ADMISSIBILIDADE

Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço do Recurso do Reclamado.

PRELIMINAR

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. EXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA COM PREVISÃO DE REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO:

Aduz o Reclamado em preliminar arguiu a incompetência da Justiça do Trabalho, argumentando que a relação jurídica havida entre as partes foi de natureza administrativa, firmada por meio de contrato administrativo temporário, regido pela Lei n. 060 de 19.08.1997 e de n. 052 de 23.06.2016, de modo que eventual nulidade deste vínculo deve ser apreciada pela Justiça Comum Estadual.Requer seja os autos encaminhados a Justiça Comum.

Examino.

Consta dos autos que o reclamante foi contratado pelo Reclamado no dia 01/07/2007, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde, sendo dispensado sem justo motivo em 14/06/2017. Pleiteia o FGTS (8%) do período imprescrito.

É cediço que o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir do julgamento da ADI 3.395 MC/DF (DJU 10/11/2006, p. 49), tem decidido no sentido de competir à Justiça Comum, e não à Trabalhista, pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações mantidas entre servidores e o Poder Público fundadas em vínculo jurídico-administrativo.

No presente caso, trata-se de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), os quais receberam tratamento diferenciado pela Emenda Constitucional nº 51/2006, que modificou os §§ 4º, 5º e 6º do art. 198 da Carta Magna e dispôs acerca da contratação dos Agentes Comunitários de Saúde pelos gestores locais, no caso, os municípios, mediante processo seletivo público, consignando, ainda, que lei federal disporia sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades atinentes aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Dessa forma, a Lei nº 11.350/2006 passou a regulamentar o dispositivo constitucional acima mencionado.

Denota-se dos autos a existência da Lei local n. 060 de 19.08.1977 e a Lei 052 de 23.06.2016 (com certidão de publicação e divulgação no dia 28.06.2016), que dispõe sobre a regulamentação temporária de contratação de mão de obra (ID. c4eaeba - Pág. 1/2 e ID. 05bb4b7 - Pág. 1/6), o que evidencia a sujeição do reclamante ao regime jurídico administrativo, sendo da Justiça Comum a competência para o julgamento do mérito.

Nesse sentido, cito o precedente:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Segundo a jurisprudência deste Eg. Tribunal Superior, caso haja lei local prevendo situação diversa, não se aplica o regime jurídico da CLT aos agentes comunitários de saúde. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (AIRR-2386-48.2011.5.15.0010, Relatora Ministra: Maria Cristina IrigoyenPeduzzi, Data de Julgamento: 18/11/2015, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/11/2015).

Tendo em vista que restou provado nos autos a existência Lei local dispondo sobre o regime jurídico dos agentes comunitários de saúde, bem como é entendimento atual e vinculante do STF, que as contratações que possuem caráter administrativo, compreendidos os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), a competência é da Justiça Comum para julgar o feito.

Muito embora tenha entendimento diverso de que esta justiça é competente para apreciar o feito, uma vez que a causa de pedir e o pedido que determinam a competência material, não resta alternativa senão curvar-me ao posicionamento da Corte Constitucional (que detém competência constitucional para apreciar conflitos de competência dessa natureza), haja vista que, permanecendo o feito sob essa jurisdição, estaria fadada ao insucesso, violando o direito fundamental à celeridade e à duração razoável do processo (Art. 5º, LXXVIII, da CR/88).

Desse modo, em que pese as razões de decidir do Juízo *a quo*, DECLARO a incompetência desta justiça do trabalho para apreciar e julgar o presente feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Comum.

Tendo em vista a declaração da incompetência desta Justiça para apreciar e julgar o presente feito, fica prejudicada a análise do mérito do Recurso do Reclamado.

DISPOSITIVO

Em conclusão, conheço do Recurso do Reclamado, e, dou-lhe provimento, para declarar a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar o presente feito, anulando em consequência, todos os atos decisórios e determinando a remessa dos autos à Justiça Comum.

ACÓRDÃO

(Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2019)

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho: **Presidente -** JOSÉ DANTAS DE GÓES; **Relatora -** ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; e JORGE ALVARO MARQUES GUEDES. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho da 11ª Região, ROGÉRIO DE ALMEIDA PINTO GUIMARÃES.

ISSO POSTO,

ACORDAM os Membros integrantes da **TERCEIRA TURMA** do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso do Reclamado e, por maioria, declarar a Incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar o presente feito, anulando, em consequência, todos os atos decisórios, e determinar a remessa dos autos à Justiça Comum. Voto divergente do Exmo. Desdor. Jorge Alvaro Marques Guedes, que mantinha a competência material da Justiça do Trabalho para julgar o feito e, no mérito, negava provimento ao recurso.

Ormy da Conceição Dias Bentes

Relatora

VOTOS

Voto do(a) Des(a). JORGE ALVARO MARQUES GUEDES /

Gabinete do Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes

Vênia para negar provimento ao recurso, mantendo a aplicação da Súmula 363/TST.

Assinado eletronicamente por: **ORMY DA CONCEICAO DIAS BENTES** - 02/09/2019 11:08:11 - e43b9c0

https://pje.trt11.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19080911050747600000006414074

Número do processo: 0001062-15.2017.5.11.0401

Número do documento: 19080911050747600000006414074

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Raimundo Sebastião Pereira de Moraes

Secretário da 3ª. Turma

Gabinete da Desembargadora Francisca Rita Alencar Albuquerque

Notificação

Notificação

Processo Nº ROT-0000706-47.2017.5.11.0101

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES(OAB: 6367/AM)
RECORRIDO	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RECORRIDO	BRUNO DE SOUZA E SOUZA
ADVOGADO	AROLDO DENIS MAGALHAES SILVA(OAB: 2821/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Excluam-se os nomes dos advogados constituídos anteriormente, e proceda-se o credenciamento do novo patrono da reclamada, Dr. Alexandre Correia Lima, no sistema, a quem as publicações devem ser direcionadas, conforme requerido na petição de ID. e6cf7ff.

Dê-se ciência.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE

Desembargador(a) do Trabalho

Notificação

Processo Nº ROT-0000720-31.2017.5.11.0101

Relator	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE
RECORRENTE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES(OAB: 6367/AM)
RECORRIDO	RONALDO BRITO COSTA
ADVOGADO	AROLDO DENIS MAGALHAES SILVA(OAB: 2821/AM)
RECORRIDO	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Excluam-se os nomes dos advogados constituídos anteriormente, e proceda-se o credenciamento do novo patrono da reclamada, Dr. Alexandre Correia Lima, no sistema, a quem as publicações devem ser direcionadas, conforme requerido na petição de ID. 95ea1b4.

Dê-se ciência.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE

Desembargador(a) do Trabalho

Gabinete da Desembargadora Valdenyra Farias Thome

Decisão Monocrática

Decisão Monocrática

Processo Nº ROT-0001967-36.2016.5.11.0019

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	ALIANCA INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA(OAB: 12565/AM)
ADVOGADO	FABRIZIO DE SOUZA BARBOSA GROSSO(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	FRANCIMAR RODRIGUES SOARES(OAB: 7022/AM)
RECORRIDO	CRISTAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	JOSE LUIS FRANCO DE MOURA MATTOS JUNIOR(OAB: 5517/AM)
RECORRIDO	ROSSI NORTE EMPREENDIMENTOS S.A.
RECORRIDO	GONDER INCORPORADORA LTDA.
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)
RECORRIDO	RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	EFA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIANCA INCORPORADORA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Por meio da petição de ID.1f0144a, ALIANÇA INCORPORADORA

LTDA vem a este juízo requerer a suspensão do processo em virtude da prorrogação do prazo da recuperação judicial. Junta nesta petição a decisão ID.5b22899 proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível, no qual foi deferido em favor da peticionante seu pedido de prorrogação da recuperação judicial, bem como foi decretada a suspensão de todas ações movidas contra si, com respaldo nos arts. 6º e 52, III da Lei de Falências(11.101/2005).

No artigo 52, inciso III da mesma lei o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º , 2º e 7º do art. 6º desta Lei. Este processo trata-se de uma ação trabalhista na fase de conhecimento, a qual está prevista no Artigo 6º, §2º da lei nº 11.101/2005, como uma das exceções à suspensão dos processos depois de determinada a suspensão dos processos quando acolhida a recuperação judicial.

Por estas razões, indefiro o pedido de suspensão.

Dê-se ciência à peticionante.

Manaus, 27 de Setembro de 2019

VALDENYRA FARIAS THOME

Desembargador(a) do Trabalho

Decisão Monocrática

Processo Nº ROT-0001967-36.2016.5.11.0019

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	ALIANCA INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA(OAB: 12565/AM)
ADVOGADO	FABRIZIO DE SOUZA BARBOSA GROSSO(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	FRANCIMAR RODRIGUES SOARES(OAB: 7022/AM)
RECORRIDO	CRISTAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	JOSE LUIS FRANCO DE MOURA MATTOS JUNIOR(OAB: 5517/AM)
RECORRIDO	ROSSI NORTE EMPREENDIMENTOS S.A.
RECORRIDO	GONDER INCORPORADORA LTDA.
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)
RECORRIDO	RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	EFA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIANCA INCORPORADORA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Por meio da petição de ID.1f0144a, ALIANÇA INCORPORADORA LTDA vem a este juízo requerer a suspensão do processo em virtude da prorrogação do prazo da recuperação judicial. Junta nesta petição a decisão ID.5b22899 proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível, no qual foi deferido em favor da peticionante seu pedido de prorrogação da recuperação judicial, bem como foi decretada a suspensão de todas ações movidas contra si, com respaldo nos arts. 6º e 52, III da Lei de Falências(11.101/2005).

No artigo 52, inciso III da mesma lei o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º , 2º e 7º do art. 6º desta Lei. Este processo trata-se de uma ação trabalhista na fase de conhecimento, a qual está prevista no Artigo 6º, §2º da lei nº 11.101/2005, como uma das exceções à suspensão dos processos depois de determinada a suspensão dos processos quando acolhida a recuperação judicial.

Por estas razões, indefiro o pedido de suspensão.

Dê-se ciência à peticionante.

Manaus, 27 de Setembro de 2019

VALDENYRA FARIAS THOME

Desembargador(a) do Trabalho

Decisão Monocrática

Processo Nº ROT-0001967-36.2016.5.11.0019

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	ALIANCA INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA(OAB: 12565/AM)
ADVOGADO	FABRIZIO DE SOUZA BARBOSA GROSSO(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	FRANCIMAR RODRIGUES SOARES(OAB: 7022/AM)
RECORRIDO	CRISTAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	JOSE LUIS FRANCO DE MOURA MATTOS JUNIOR(OAB: 5517/AM)
RECORRIDO	ROSSI NORTE EMPREENDIMENTOS S.A.
RECORRIDO	GONDER INCORPORADORA LTDA.
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)
RECORRIDO	RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	EFA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIANCA INCORPORADORA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Por meio da petição de ID.1f0144a, ALIANÇA INCORPORADORA LTDA vem a este juízo requerer a suspensão do processo em virtude da prorrogação do prazo da recuperação judicial. Junta nesta petição a decisão ID.5b22899 proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível, no qual foi deferido em favor da peticionante seu pedido de prorrogação da recuperação judicial, bem como foi decretada a suspensão de todas ações movidas contra si, com respaldo nos arts. 6º e 52, III da Lei de Falências(11.101/2005).

No artigo 52, inciso III da mesma lei o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º , 2º e 7º do art. 6º desta Lei. Este processo trata-se de uma ação trabalhista na fase de conhecimento, a qual está prevista no Artigo 6º, §2º da lei nº 11.101/2005, como uma das exceções à suspensão dos processos depois de determinada a suspensão dos processos quando acolhida a recuperação judicial.

Por estas razões, indefiro o pedido de suspensão.

Dê-se ciência à peticionante.

Manaus, 27 de Setembro de 2019

VALDENYRA FARIAS THOME

Desembargador(a) do Trabalho

Despacho

Despacho

Processo Nº ROT-0000762-98.2018.5.11.0019

Relator	VALDENYRA FARIAS THOME
RECORRENTE	SONY BRASIL LTDA.
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RECORRIDO	LUCILDA DA COSTA PINTO
ADVOGADO	THIAGO ANDRADE DE MELO(OAB: 7214/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SONY BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

O reclamante juntou no dia 27/09/2019 petição comprovando o levantamento do depósito recursal no valor de R$ 9.739,40.

Intime-se a parte reclamada para que no prazo de 10 dias a contar da ciência efetue o pagamento da diferença de R$ 15.260,60 na conta indicada, sob pena de incidência da cláusula penal estipulada no item "3".

Manaus, 27 de Setembro de 2019

VALDENYRA FARIAS THOME

Desembargador(a) do Trabalho

Gabinete do Desembargador Lairto Jose Veloso

Despacho

Despacho

Processo Nº ROT-0001940-19.2017.5.11.0019

Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
RECORRENTE	COENCIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRENTE	ROBERTO DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RECORRIDO	COENCIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
RECORRIDO	ROBERTO DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COENCIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Defiro pedido da reclamada constante da petição de **Id. edbf923,** através da qual a mesma requer que todas as intimações e publicações sejam efetuadas em nome do advogado Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva**,** OAB/AM 6.276, ficando certo que dita publicações serão efetivadas através do DEJT.

Dê-se ciência.

Manaus, 27 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho

Despacho

Processo Nº AP-0002686-72.2012.5.11.0014

Relator	LAIRTO JOSE VELOSO
AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	MAURO COUTO DA CUNHA(OAB: 4200/AM)
AGRAVADO	WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO	MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA(OAB: 191362/SP)
AGRAVADO	ANDREIA DOS SANTOS FEIJO
ADVOGADO	ADSON PINHO PINTO(OAB: 5850/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

ORIGEM: 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

AGRAVANTE: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (Litisconsorte)

Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues

AGRAVADOS: ANDREIA DOS SANTOS FEIJO

Advogado: Dr. Adson Pinho Pinto

WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (Reclamada)

Advogada: Dra. Márcia Cristina dos Santos Silva

DESPACHO

Indefiro a petição de **Id. c69944b**, apresentada pela agravante/litisconsorte, através da qual a mesma requer designação de audiência de conciliação para por fim ao processo, por caber às próprias partes a formalização do acordo e somente após isto ingressar com pedido de homologação judicial.

Dê-se ciência à agravante, através do patrono.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

LAIRTO JOSE VELOSO

Desembargador(a) do Trabalho

Gabinete do Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes

Decisão Monocrática

Decisão

Processo Nº MSCiv-0000248-71.2019.5.11.0000

Relator	JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
IMPETRANTE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA
ADVOGADO	ALEX OLIVEIRA TAVORA(OAB: 1211/RR)
ADVOGADO	PEDRO BENTO NETO(OAB: 1331/RR)
IMPETRADO	BRUNO SABINO DOS SANTOS SILVA
IMPETRADO	Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

A impetrante requer desistência desta ação de segurança, nos termos em que se vê da petição de Id. 7ad4be2.

Entretanto, esse pedido resta prejudicado, tendo em vista que já ocorreu o julgamento do feito, nos termos em que se vê do v. acórdão de Id. e93f736.

Recebo, portanto, o pedido de desistência como renúncia ao prazo recursal, pelo que, tão logo haja o recolhimento das custas processuais pela impetrante, o processo há de arquivado.

Dê-se ciência.

Assinatura

Manaus, 27 de Setembro de 2019

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Desembargador(a) do Trabalho

Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - Boa Vista

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000675-06.2019.5.11.0053

AUTOR	WICLES SANTOS BATISTA
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0000675-06.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: WICLES SANTOS BATISTA

RECLAMADO(A): HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP e outros

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 05/11/2019 12:30

Convido o(a) reclamado(a), através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

V. Sra. poderá comparecer à audiência de mediação pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843,§1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica).

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamante obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001200-85.2019.5.11.0053

AUTOR	OSLEY DINARTE NASCIMENTO CONFESSOR
ADVOGADO	FABIANO OLIVEIRA DA MOTA(OAB: 1737/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA
RÉU	LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- OSLEY DINARTE NASCIMENTO CONFESSOR

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001200-85.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: OSLEY DINARTE NASCIMENTO CONFESSOR
RECLAMADO(A): LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP e outros

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 05/11/2019 11:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e

quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000594-57.2019.5.11.0053

AUTOR	EDVALDO CARDOSO FONTENELE
ADVOGADO	LEONARDO DOS REIS PEREIRA(OAB: 1920/RR)
RÉU	LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDVALDO CARDOSO FONTENELE

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0000594-57.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: EDVALDO CARDOSO FONTENELE
RECLAMADO(A): LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 05/11/2019 12:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a

resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000594-57.2019.5.11.0053

AUTOR	EDVALDO CARDOSO FONTENELE
ADVOGADO	LEONARDO DOS REIS PEREIRA(OAB: 1920/RR)
RÉU	LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0000594-57.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: EDVALDO CARDOSO FONTENELE

RECLAMADO(A): LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 05/11/2019 12:00

Convido o(a) reclamado(a), através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

V. Sra. poderá comparecer à audiência de mediação pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843,§1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica).

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamante obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001205-10.2019.5.11.0053

AUTOR	ANTONIA SILVA SOUSA RAMOS
ADVOGADO	WINSTON REGIS VALOIS JUNIOR(OAB: 482-N/RR)
RÉU	GILCE O PINTO
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA SILVA SOUSA RAMOS

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001205-10.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: ANTONIA SILVA SOUSA RAMOS
RECLAMADO(A): GILCE O PINTO e outros

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/11/2019 08:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001244-07.2019.5.11.0053

AUTOR	GILMAR CARNEIRO DE SOUZA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR CARNEIRO DE SOUZA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001244-07.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: GILMAR CARNEIRO DE SOUZA
RECLAMADO(A): HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/11/2019 09:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001245-89.2019.5.11.0053

AUTOR	KEDMA HENRIQUE BARBOSA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- KEDMA HENRIQUE BARBOSA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001245-89.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: KEDMA HENRIQUE BARBOSA

RECLAMADO(A): HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/11/2019 09:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001202-55.2019.5.11.0053

AUTOR	FELIPE DIAS FERREIRA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE DIAS FERREIRA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001202-55.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: FELIPE DIAS FERREIRA

RECLAMADO(A): LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP e outros

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 08:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos

envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001301-25.2019.5.11.0053

AUTOR	MARIA DO SOCORRO BARBOSA LIMA OLIVEIRA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	GILCE O PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DO SOCORRO BARBOSA LIMA OLIVEIRA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001301-25.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: MARIA DO SOCORRO BARBOSA LIMA OLIVEIRA
RECLAMADO(A): GILCE O PINTO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 09:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001300-40.2019.5.11.0053

AUTOR	LUCIMAR MELO DA SILVA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	GILCE O PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIMAR MELO DA SILVA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001300-40.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: LUCIMAR MELO DA SILVA
RECLAMADO(A): GILCE O PINTO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 10:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001239-82.2019.5.11.0053

AUTOR	LEONARDO ALYSSON DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	GILCE O PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO ALYSSON DA SILVA FERREIRA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001239-82.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: LEONARDO ALYSSON DA SILVA FERREIRA

RECLAMADO(A): GILCE O PINTO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 10:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001240-67.2019.5.11.0053

AUTOR	MARA FERNANDES DOS SANTOS
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- MARA FERNANDES DOS SANTOS

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001240-67.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: MARA FERNANDES DOS SANTOS
RECLAMADO(A): HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 11:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001242-37.2019.5.11.0053

AUTOR	IVETE DE SOUZA COSTA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	GILCE O PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- IVETE DE SOUZA COSTA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001242-37.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: IVETE DE SOUZA COSTA
RECLAMADO(A): GILCE O PINTO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 12:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001241-52.2019.5.11.0053

AUTOR	RITA VELOSO DE ARAUJO OLIVEIRA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- RITA VELOSO DE ARAUJO OLIVEIRA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001241-52.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: RITA VELOSO DE ARAUJO OLIVEIRA

RECLAMADO(A): HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 07/11/2019 11:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma

vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001265-80.2019.5.11.0053

AUTOR	MARTA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	MARIANA DE ANDRADE AZEVEDO(OAB: 1732/RR)
RÉU	GILCE O PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTA PEREIRA DA SILVA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001265-80.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: MARTA PEREIRA DA SILVA

RECLAMADO(A): GILCE O PINTO

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/11/2019 12:00

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem

testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001289-11.2019.5.11.0053

AUTOR	JAQUELINE MACHADO DE SOUZA
ADVOGADO	PAULA RAFAELA PALHA DE SOUZA(OAB: 340-B/RR)
ADVOGADO	PAULO SERGIO DE SOUZA(OAB: 317-B/RR)
RÉU	GILCE O PINTO
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- JAQUELINE MACHADO DE SOUZA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - NUPEMEC-JT

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT

Avenida Benjamin Constant, 1853, 4º andar, Centro, Boa Vista - RR - CEP: 69301-072

Telefone: (95) 3623-6487 email: vara.boavista03@trt11.jus.br

CONVITE - AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

PROCESSO Nº 0001289-11.2019.5.11.0053

RECLAMANTE: JAQUELINE MACHADO DE SOUZA
RECLAMADO(A): GILCE O PINTO e outros

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 06/11/2019 11:30

Convido o(a) reclamante, através de seu(ua) advogado(a), a comparecer à audiência de mediação designada para ocorrer no dia, horário e local acima registrados, para tratativa da resolução apropriada da disputa existente no presente processo.

A presença de seu(ua) advogado(a) é importante para a realização da audiência de mediação.

Fica ressaltado que a audiência de mediação:

1) tem como objetivo a restauração da comunicação das partes e a resolução adequada da disputa;

2) será realizada por mediador imparcial e competente, com formação específica, supervisionado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT;

3) possui caráter:

a) **voluntário**, não estando Vossa Senhoria e a parte reclamada obrigadas a comparecer à audiência de mediação, motivo pelo qual, em caso de ausência de qualquer das partes, nenhuma penalidade será aplicada, mas, será de muita importância o vosso comparecimento para a solução da disputa;

b) **confidencial** - o mediador, os mediandos, o Juiz Coordenador e quaisquer outras pessoas que participem ou observem a mediação possuem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo serem testemunhas do caso, nem atuarem como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

c) **informal** - não há produção de provas nem procedimentos preestabelecidos, ficando a cargo do mediador a escolha da melhor técnica para a condução da mediação, conforme o caso objeto da mesma, sempre com a concordância dos mediandos;

d) **consensual** - a resolução das questões será obtida em conjunto pelas partes, com o auxílio do mediador;

4) fornece segurança jurídica à solução adotada pelas partes, uma vez que eventual acordo firmado pelos mediandos durante a audiência de mediação será homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC-JT, transitando em julgado o(s) objeto(s) da mediação, e, portanto, o processo será arquivado.

Não há necessidade de se fazer acompanhado(a) de testemunhas, uma vez que estas não serão ouvidas na audiência de mediação.

Boa Vista - RR, 30 de Setembro de 2019.

ALDECY RODRIGUES SOBRINHO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

1ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001349-77.2018.5.11.0001

AUTOR	PAULO ADRIANO DOS SANTOS BENTES
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	MANULI DA AMAZONIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO	VALDECI SOARES DA SILVA(OAB: 600-M/AM)
RÉU	V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

I - Considerando a certidão de Id 740cd4a, cite-se a executada, edital, para, no prazo de 48 horas, providenciar o pagamento do valor de R$ 18.161,61 sob pena de execução;

II - Caso não pague e/ou não garanta a execução no prazo assinalado, deverá a Secretaria da Vara proceder consulta ao Bacen-Jud na Executada - execução definitiva, e, após, proceder a inclusão no BNDT;

III - Sendo ineficazes os procedimentos sobreditos, não tendo a(o)

executada(o) quitado o débito exequendo, proceda-se a consulta do RENAJUD e INFOJUD, tudo nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região.mss//

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Processo Nº ATOrd-0002377-51.2016.5.11.0001

AUTOR	MARIA JOSE FIRMINA DE SOUZA
ADVOGADO	VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA(OAB: 9558/AM)
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	CENTRO DE DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DA CACHOEIRINHA LTDA - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	G G RESTAURANTE LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

I - O Juízo homologa os cálculos de folhas (ID Nº. c064bf6), para que produzam seus efeitos legais e jurídicos;

II - Considerando a disponibilização automática da presente decisão para publicação no DJE-JT, atribuo a esta decisão **FORÇA DE EDITAL,** portanto fica citada a executada para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 880, da CLT, pagar o valor de R$ 6.443,77, sob pena de execução;

III - Caso não pague e/ou não garanta a execução, deverá a Secretaria da Vara proceder a consulta sobre a existência de ativos financeiros da(o) executada(o), nos termos do art. 838 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência.

IV - Adverte-se que o prazo para interposição de EMBARGOS À EXECUÇÃO iniciar-se no primeiro dia útil após a efetivação do bloqueio.

V - Sendo ineficaz o referido procedimento, inclua-se a executada no BNDT e consulte-se o RENAJUD.

VI - Ainda sem êxito, expeça-se mandado de penhora. \\gr

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Processo Nº ATOrd-0000754-44.2019.5.11.0001

AUTOR	JOAO MARINHO GOMES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
ADVOGADO	ELOY DAS NEVES LOPES JUNIOR(OAB: 4900/AM)
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI
RÉU	SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	Henrique França Ribeiro(OAB: 7080/AM)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI

PROCESSO N: 0000754-44.2019.5.11.0001

AUTOR: JOAO MARINHO GOMES

RÉU: FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI e outros (2)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA, Juiz Titular da Primeira Vara do Trabalho de Manaus, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO(a), **FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELInull**, revel nos autos do processo supra, para tomar ciência da **PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA**, cujo dispositivo segue abaixo:

"Ante o exposto, nos termos da fundamentação:

Julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** as pretensões de **JOAO MARINHO GOMES**, para condenar **FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI**, e, **de forma subsidiária**, **SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA**, ao pagamento da quantia líquida de **R$ 33.226,92,** conforme cálculos anexos e parâmetros descritos na fundamentação, partes integrantes desse dispositivo. A condenação subsidiária da segunda reclamada observará os parâmetros da fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

Improcedente todos os pleitos em relação à **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**.

Concede-se à parte autora o Benefício da Justiça Gratuita.

Condena-se a primeira reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência ao procurador do (a) reclamante, no importe de 10% sobre o valor bruto apurado em liquidação de sentença.

Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, no termos da legislação, fundamentação e cálculos anexos. Custas pela parte reclamada no importe de R$ 664,54, calculadas sobre o valor da condenação.

Cientes o reclamante e as segunda e terceira reclamadas.

Notifique-se a primeira reclamada, revel.

Cumpra-se no prazo legal.

Nada mais."

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) passado o presente EDITAL, que ser publicado no DJe-JT.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATSum-0001619-38.2017.5.11.0001

AUTOR	FRANCILENA BRAGA DA SILVA
RÉU	FUNDACAO AMAZONICA DE DEFESA DA BIOSFERA
ADVOGADO	MARIA DIONE BENTES DINIZ(OAB: 6107/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO AMAZONICA DE DEFESA DA BIOSFERA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificada a reclamada, por seu patrono, para comprovar o recolhimento do FGTS (8% mais 40%) do período laborado de 01/10/2014 a 21/09/2017 e FGTS sobre as parcelas rescisórias de aviso prévio, 13º salário e férias mais 1/3, observando-se o teor da OJ nº 42 da SDI-I do TST, no prazo de 05 dias.

Após comprovado os recolhimentos pela reclamada,fica autorizada a expedição Alvará Judicial pela Secretaria da Vara, em nome do reclamante para fins de levantamento do valor de FGTS depositado na conta vinculada da autora junto à CEF;

Após, elaborar os cálculos de liquidação de sentença, observando decisão do acordão.agg//

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000765-73.2019.5.11.0001

AUTOR	WILSON HONORATO LOUREIRO
ADVOGADO	ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA(OAB: 5219/AM)
RÉU	EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
- WILSON HONORATO LOUREIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA - PJe JT

Vistos etc.

Defiro e homologo o pedido de desistência da ação (id 4a980f7) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, declarando dessa forma extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.

Retire-se o processo de pauta e registre-se o resultado da audiência antecipadamente.

Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor da inicial (R$ 50.000,00), no importe de R$ 1.000,00, cujo recolhimento fica isento na forma da lei.

Ciente a parte autora.

Arquive-se o processo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001403-77.2017.5.11.0001

AUTOR	GELSINEI DE MORAES CASTRO
ADVOGADO	ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE(OAB: 10143/AM)
ADVOGADO	SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE(OAB: 9699/AM)
RÉU	ALDRI SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GELSINEI DE MORAES CASTRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificado o reclamante através do patrono, para que deposite a sua CTPS na Secretaria desta VARA, para as devidas anotações,

no prazo de 05 dias;

Apresentada a CTPS, as anotações devem ser feitas por esta Secretaria, devendo, em qualquer dos casos, ser notificado o reclamante para recebimento do documento, no prazo de 05 dias; Fica notificado o reclamante através do seu patrono, para apresentação do extrato analítico, para a liquidação das parcelas inadimplentes do FGTS 8% e 40%, no prazo de 10 dias.

Fica autorizada a expedição Alvará Judicial pela Secretaria da Vara, para habilitação do autor ao benefício do seguro desemprego.

Após, elaborar os cálculos de liquidação de sentença, observando a decisão do acórdão.agg//

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001030-27.2019.5.11.0017

AUTOR	IZABEL GOMES DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- IZABEL GOMES DOS SANTOS SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica a parte autora notificada da audiência pautada para o dia 21/10/2019 às 08:20, valendo como inaugural, sob as penas da lei.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000880-94.2019.5.11.0001

AUTOR	JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA FILHO
ADVOGADO	LEIRY MARIA PADILHA DE ARAUJO(OAB: 9157/AM)
ADVOGADO	LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN(OAB: 4857/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES(OAB: 16077/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA MARQUISE S A
- JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA FILHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

A reclamada requer ao Juízo que reconsidere a determinação do pagamento dos honorários periciais com base no art. 790-B, da CLT.

Pois bem. Verifica-se que na audiência do dia 23/09/2019, a reclamada estava representada por preposto acompanhado de advogado, que não esboçaram qualquer discordância quanto a perícia.

Contudo, considerando o disposto no art. 790-A, da CLT, o Juízo reconsidera a determinação contida em ata de audiência e, como efeito, acolhe o pedido de responsabilidade da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia. //sq

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001293-23.2018.5.11.0008

AUTOR	ADJAN DE JESUS COSTA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADJAN DE JESUS COSTA
- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificado o reclamante através do patrono, para que deposite a sua CTPS na Secretaria desta VARA, para as devidas anotações, no prazo de 05 dias;
Apresentada a CTPS, as anotações devem ser feitas por esta Secretaria, devendo, em qualquer dos casos, ser notificado o reclamante para recebimento do documento, no prazo de 05 dias;
Fica notificada a reclamada, por seu patrono, recolher e comprovar os depósitos fundiários 8% de todo o período contratual, inclusive os incidentes sobre as verbas rescisórias deferidas, além de multa de 40% sobre todo o montante recolhido, devendo ainda entregar nesta Secretaria as guias de TRCT, chave de conectividade para saque do FGTS e guias de seguro desemprego, tudo no prazo de 15 dias, sob pena de liquidação e execução.agg//

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000392-76.2018.5.11.0001

AUTOR	ARIANA CRISTHIE SOARES VALENTE
ADVOGADO	REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 8310/AM)
ADVOGADO	ALFRANIA BALBINO DE OLIVEIRA(OAB: 9319/AM)
ADVOGADO	LENYLCE SOUZA REIS(OAB: 9488/AM)
RÉU	PODIUM EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO	FABIANO VITOR DA CRUZ SANTANA(OAB: 12287/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANA CRISTHIE SOARES VALENTE
- PODIUM EMPRESARIAL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO ARQUIVO PROVISÓRIO

Considerando a certidão id-56d1640;
Considerando ainda, que já foram exaustivamente diligenciados a executada por meio de todos os recursos e ferramentas disponíveis, sem que se tenha obtido êxito;
Considerando por fim os princípios da economia processual e da razoável duração do processo, determino à secretaria da vara:
I - Proceda -se a inclusão da executada no BNDT.
II - Proceda-se a inclusão da executada no sistema SERASAJUD.
III - Cumpridos os itens acima, arquivem-se provisoriamente por dois anos, nos termos que trata o art. 11-A, da CLT, iniciando-se a contagem da prescrição intercorrente, resguardadas as possibilidades do art. 85 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que corresponde à suspensão da execução de que tratam os arts. 40 da Lei nº 6.830/80 e 921, inc. III, do CPC.

Art. 85. O arquivamento provisório do processo de execução, no âmbito da Justiça do Trabalho, por não ter sido localizado o devedor nem encontrados bens penhoráveis, corresponde à suspensão da execução de que tratam os arts. 40 da Lei 6.830/80 e 921, inc. III, do CPC.
Parágrafo único. É assegurado ao credor requerer, nos termos do § 3º do art. 40 da Lei 6.830/80, ou ao juiz o determinar de ofício, na conformidade do artigo 878 da CLT, o desarquivamento do processo com vistas a dar seguimento à execução.
IV - Cumpridos os itens acima, arquivem-se provisoriamente por dois anos. Não havendo movimentação, será convertido em arquivo definitivo, independente de notificação.
V - Ciente a exequente, por seu patrono. \\ssl.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ExTiEx-0000796-30.2018.5.11.0001

EXEQUENTE	BRUNO MACIEL DA SILVA
ADVOGADO	CAMILA DA COSTA ALMEIDA(OAB: 8877/AM)
ADVOGADO	MARIA TEREZA CAMARA FERNANDES(OAB: 4676/AM)
EXECUTADO	NORTE EDITORA LTDA
ADVOGADO	ALEXANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO(OAB: 13832/AM)
ADVOGADO	RENATA BERNARDINO PAIVA(OAB: 10345/AM)
ADVOGADO	PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO(OAB: 8330/AM)
ADVOGADO	ANA FLAVIA DA SILVA GOMES(OAB: 9615/AM)
ADVOGADO	THAMIRES LEMOS DE MATTOS(OAB: 12344/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO MACIEL DA SILVA
- NORTE EDITORA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da informação da reclamante, execute-se conforme valor requerido.

Proceda-se, de imediato, a penhora eletrônica no valor indicado e, caso permaneça sem êxito, expeça-se mandados de bloqueio de valor às empresas relacionadas na petição do autor: TAPE PUBLICIDADE LTDA; MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA; ANTONIO FERNANDES BARROS LIMA JÚNIOR (DIGITAL PUBLICIDADE ASSESSORIA E MARKETING) e Secretaria Municipal de Comunicação.

Após, caso as determinações acima não obtenham êxito, volte-me concluso para apreciação dos pedidos de desconsideração da personalidade jurídica.

Cientes as partes. /vlsf/

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001403-77.2017.5.11.0001

AUTOR	GELSINEI DE MORAES CASTRO
ADVOGADO	ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE(OAB: 10143/AM)
ADVOGADO	SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE(OAB: 9699/AM)
RÉU	ALDRI SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GELSINEI DE MORAES CASTRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificado o reclamante através do patrono, para que deposite a sua CTPS na Secretaria desta VARA, para as devidas anotações, no prazo de 05 dias;

Apresentada a CTPS, as anotações devem ser feitas por esta Secretaria, devendo, em qualquer dos casos, ser notificado o reclamante para recebimento do documento, no prazo de 05 dias;

Fica notificado o reclamante através do seu patrono, para apresentação do extrato analítico, para a liquidação das parcelas inadimplentes do FGTS 8% e 40%, no prazo de 10 dias.

Fica autorizada a expedição Alvará Judicial pela Secretaria da Vara, para habilitação do autor ao benefício do seguro desemprego.

Após, elaborar os cálculos de liquidação de sentença, observando a decisão do acórdão.agg//

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001030-27.2019.5.11.0017

AUTOR	IZABEL GOMES DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- IZABEL GOMES DOS SANTOS SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica a parte autora notificada da audiência pautada para o dia 21/10/2019 às 08:20, valendo como inaugural, sob as penas da lei.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001293-23.2018.5.11.0008

AUTOR	ADJAN DE JESUS COSTA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)

RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADJAN DE JESUS COSTA
- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificado o reclamante através do patrono, para que deposite a sua CTPS na Secretaria desta VARA, para as devidas anotações, no prazo de 05 dias;

Apresentada a CTPS, as anotações devem ser feitas por esta Secretaria, devendo, em qualquer dos casos, ser notificado o reclamante para recebimento do documento, no prazo de 05 dias;

Fica notificada a reclamada, por seu patrono, recolher e comprovar os depósitos fundiários 8% de todo o período contratual, inclusive os incidentes sobre as verbas rescisórias deferidas, além de multa de 40% sobre todo o montante recolhido, devendo ainda entregar nesta Secretaria as guias de TRCT, chave de conectividade para saque do FGTS e guias de seguro desemprego, tudo no prazo de 15 dias, sob pena de liquidação e execução.agg//

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000697-94.2017.5.11.0001

AUTOR	JOAO PAULO DO ESPIRITO SANTO SILVA
ADVOGADO	AGUINALDO PEREIRA DIAS(OAB: 7667/AM)
RÉU	DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	ONIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
PERITO	MAURICIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA
TERCEIRO INTERESSADO	HOSPITAL SANTA JULIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
- JOAO PAULO DO ESPIRITO SANTO SILVA
- ONIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e ÔNIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA opõem embargos declaratórios contra o *decisum* de ID. 6e31fc3 alegando a existência de omissões e erro material no julgado.

O embargado se manifestou sobre os declaratórios requerendo sua rejeição e aplicação de multa ao embargante pelo intuito protelatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Conhecem-se dos embargos diante da sua apresentação tempestiva.

O embargante aduz, primeiramente, que não foi observado o teto das custas processuais conforme estabelece o art. 789 da CLT.

Friso que o limite de teto das custas processuais foi incluído pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e na sentença embargada houve pronunciamento expresso quanto à inaplicabilidade das disposições da reforma, senão vejamos:

"DA APLICAÇÃO DA LEI 13.467/2017

Considerando o ingresso da ação ser anterior a 11-11-2017, não se aplicam à presente reclamação trabalhista as disposições da Lei 13.467/2017."

Portanto, nada a modificar no julgado quanto a este ponto em sede de embargos de declaração.

O embargante indica erro material na fundamentação da sentença no que tange ao arbitramento da indenização por danos morais, aduzindo que embora o Juízo tenha considerado a ofensa de natureza grave, estipulou valor além do limite previsto no art. 223-G, §1º, III da CLT (até 20 vezes o último salário contratual do embargado) que se refere à lesão de natureza grave, vindo a arbitrar indenização correspondente a 50 vezes o salário do autor.

De fato, há erro material no julgado, mas não em relação ao valor arbitrado, e sim quanto à natureza da lesão.

Os embargos de declaração também têm a finalidade de corrigir erro material, conforme art. 1.022, III do CPC.

Assim, retifico a fundamentação da sentença de forma a fazer

constar a natureza gravíssima da lesão, esta sim compatível com o valor arbitrado pelo Juízo.

Destaco que tal alteração não implica em efeito modificativo ao julgado, tendo que em vista que o que transita em julgado é o dispositivo de sentença.

O embargante aponta omissões no julgado quanto à indicação de prova e análise da tese de defesa referente à recebimento de EPI's e treinamentos, bem como de condições intrínsecas do embargado para fins de "nova análise do arbitramento da indenização de danos morais", nas palavras do embargante.

Ora, os embargos declaratórios não se prestam a reavaliação de provas.

Se o Juiz não acolhe *esta* ou *aquela* interpretação ou mesmo a tese alternativa, ou se valora os elementos probatórios de forma diferente da qual pretendia a parte embargante, disso não resulta omissão no julgado que justifique a interposição de embargos para complementação.

Ademais, conforme entendimento já firmado pelo C. STJ (ED MS 21.315-DF, de 15.06.2016), o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. É dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada.

Assim, os embargos são absolutamente desprovidos de razão e buscam apenas rediscutir e rever matéria já examinada e decidida. Objetiva o embargante, na verdade, o reexame de matéria de fato, a modificação do conteúdo do julgado mediante alteração de seus fundamentos.

Sabe-se que a via declaratória não é meio apto a ensejar a modificação do objeto em debate, devendo a justiça da decisão ser perquirida pela via adequada, sendo o presente instrumento processual impróprio para essa finalidade, pelo que não se vislumbra qualquer das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC.

O embargante também aduz que o juízo foi omisso quanto ao pedido de **c**ompensação dos valores devidos pelo embargado correspondente a coparticipação em plano de saúde.

Sem razão o embargante. Houve pronunciamento expresso do Juízo sobre o pedido, senão vejamos:

"Desse modo, julga-se procedente o pedido de manutenção do plano de saúde corporativo enquanto perdurar a aposentadoria por invalidez, vedada qualquer dedução ou compensação a título de coparticipação, porque a responsabilidade de custeio do plano durante a suspensão contratual recai exclusivamente sobre o empregador.

Assim, ficam indeferidos os requerimentos das reclamadas relacionados à exclusão do autor de plano de saúde, expedição de ofícios e dedução ou compensação de valores, em razão das conclusões contidas nesta sentença."

Se a abrangência do pedido não foi da forma como gostaria a parte, disso não resulta a interposição de embargos declaratórios, devendo a justiça da decisão ser perquirida pela via adequada, conforme exposto acima.

O embargante assevera que não foi analisada a tese de defesa de enriquecimento sem causa ou mesmo o pedido alternativo no que tange à condenação da reclamada ao pagamento de pensão vitalícia.

Quanto ao ponto, não há no *decisum* embargado qualquer omissão capaz de motivar o Juízo a alterar os fundamentos da decisão para imprimir efeito modificativo à sentença embargada.

Destaca-se que a decisão embargada foi clara em seus fundamentos quanto ao pleito em questão.

Repiso que o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. É dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada, o que de fato foi observado.

Por fim, o embargante aduz que a sentença é omissa quanto à aplicação do precedente RR-1876- 80.2010.5.15.0071 do TST, publicado em 07/02/19, o qual asseverou que o pagamento de pensão vitalícia em parcela única permite aplicação de redutor de 30% (trinta por cento).

A omissão passível de suprimento pelos embargos declaratórios é aquela que ocorre quando o juízo deixa de apreciar um pedido que deveria analisar de ofício ou a requerimento, não sendo esta a hipótese em questão, tendo em vista que não há qualquer pedido/requerimento nesse sentido na peça de defesa.

Portanto, diante do exposto acima, reconheço, apenas, a existência de erro material no julgado quanto à natureza da lesão, sem que disso resulte efeito modificativo.

Não vislumbro a hipótese de embargos protelatórios, razão pela qual deixo de aplicar a multa requerida pela reclamante.

Restitua-se o prazo recursal às partes, nos termos do art. 1.026 do CPC.

Por todo o exposto decide o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Manaus conhecer dos embargos declaratórios intentados por DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e ÔNIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA nos presentes autos para, no mérito, **ACOLHÊ-LOS PARCIALMENTE**, a fim de reconhecer a existência de erro material no julgado, sem que disso resulte efeito modificativo, nos termos acima. Restitua-se o prazo recursal às partes. Intimem-se as partes através dos seus patronos. Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001994-73.2016.5.11.0001

AUTOR	KNISON DE SOUZA RIBEIRO
ADVOGADO	ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAUJO(OAB: 7201/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
ADVOGADO	ANNICK COSTA MONTEIRO(OAB: 2069/AM)
RÉU	FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA E ARTES
ADVOGADO	MARIZETE DE SOUZA CALDAS(OAB: 6405/AM)
RÉU	INSTITUICAO UNIDOS PELA AMAZONIA - IUPAM

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA E ARTES
- KNISON DE SOUZA RIBEIRO
- MUNICIPIO DE MANAUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Ficam a parte autora e a litisconsorte Fundação Municipal de Cultura e Artes, por seus respectivos patronos, notificadas para, no prazo de 08 (oito) dias, na forma do art. 879, § 2º, da CLT, apresentarem, querendo, impugnação aos cálculos, fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Notifique-se o litisconsorte Município de Manaus, por sua procuradoria, via sistema PJe-TRT, na forma do art. 879, § 2º, da CLT, para, no prazo legal, apresentar, querendo, impugnação aos cálculos, fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Dispensada a notificação da reclamada revel nos autos.\\gr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000683-76.2018.5.11.0001

AUTOR	MARCIO CARVALHO AMARO
ADVOGADO	NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES(OAB: 679-A/AM)
RÉU	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	KATIA REGINA SOUZA NASCIMENTO(OAB: 4189/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica notificado o reclamada através do patrono, para juntar os contracheques e/ou fichas financeiras , no prazo de 5 (cinco) dias , sob pena de serem considerados os cálculos apresentados pelo autor juntados com a inicial.

Após aos cálculos, observando a decisão do acórdão.agg//

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002021-22.2017.5.11.0001

AUTOR	ALZEMAR PAZ GONCALVES
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
RÉU	PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	GIZAH DE CAMPOS LIMA(OAB: 7336/AM)
ADVOGADO	Aldemir Pereira Brasil Neto(OAB: 5642/AM)
ADVOGADO	IAN HENDERSON CARMO RIBEIRO(OAB: 8693/AM)
ADVOGADO	EDER ANTONIO BELLO COSTA(OAB: 6921/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALZEMAR PAZ GONCALVES
- PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Ficam as partes, por seus respectivos patronos, notificadas para, no prazo comum de 08 (oito) dias, na forma do art. 879, § 2º, da CLT, apresentarem, querendo, impugnação aos cálculos, fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.\\gr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000387-54.2018.5.11.0001

AUTOR	DENISE ANDRADE DE SOUZA
ADVOGADO	JANAINA MARIE CALADO DE LIMA(OAB: 8891/AM)
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
RÉU	LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS LTDA
ADVOGADO	JOAO MARCOS DE WERNECK FARAGE(OAB: 16034/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENISE ANDRADE DE SOUZA
- LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Ficam as partes, por seus respectivos patronos, notificadas para, no prazo comum de 08 (oito) dias, na forma do art. 879, § 2º, da CLT, apresentarem, querendo, impugnação aos cálculos, fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.\\gr

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002779-74.2012.5.11.0001

AUTOR	JORGE FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
ADVOGADO	KEYTH YARA PONTES PINA(OAB: 3467/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JORGE FERREIRA DE SOUZA
- TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Ficam as partes, por seus respectivos patronos, notificadas para, no prazo comum de 08 (oito) dias, na forma do art. 879, § 2º, da CLT, apresentarem, querendo, impugnação aos cálculos, fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.\\gr

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001042-26.2018.5.11.0001

AUTOR	SIDNEY DOS SANTOS AZEVEDO
ADVOGADO	NAZARENO PEREIRA DE MELO(OAB: 5690/AM)
RÉU	M. V. DE MORAIS - ME
ADVOGADO	ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA(OAB: 7033/AM)
ADVOGADO	EULAYNE DA SILVA ALVES(OAB: 13719/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- M. V. DE MORAIS - ME
- SIDNEY DOS SANTOS AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando o teor da petição da reclamada Id 7fe7311f, designo audiência de conciliação, nos termos do art. 3°, §3°do CPC e art.

764 da CLT, para o dia 11/10/2019 às 08:00 horas;

Considerando a disponibilização automática do presente despacho no DJE-JT, ficam notificados os patronos das partes.mss//

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001338-19.2016.5.11.0001

AUTOR	ARINELSON HENRIQUES DE SOUZA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	COPLAST INDUSTRIA QUIMICA LTDA
ADVOGADO	ANNE CLICIA ALVES DA SILVA GUILHERME(OAB: 3881/AM)
ADVOGADO	ANDRE ALMEIDA BLANCO(OAB: 147925/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARINELSON HENRIQUES DE SOUZA
- COPLAST INDUSTRIA QUIMICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Os autos vieram conclusos para análise de diversos incidentes processuais concernentes aos cálculos de liquidação, indicação de bens para garantia da execução, pedido de parcelamento e manifestação do exequente.

De início destaco que os cálculos de liquidação já foram pacificados mediante decisão (Id 36689de) na qual foi homologado o cálculo da Secretaria da Vara (Id 0b582e3) no total de R$187.508,40.

Verifica-se que a executada, depois de intimada, nos termos do art. 880 da CLT, com o propósito de embargar a execução indicou bem móvel (prensa enfardadeira horizontal manual automática), cujo valor de nota fiscal é de R$200.000,00, sendo, entretanto, indeferida a oferta do bem por desatender a gradação do art. 835 do CPC, conforme despacho de Id 1b9fc16.

Mesmo a despeito do comando judicial, a executada não reconheceu a integralidade do crédito exequendo, mas tão só o valor líquido de R$104.387,53 e requereu o parcelamento dessa quantia, suscitando a aplicação do art. 916 do CPC, oportunidade de depositar R$ 45.403,71 e requerer a liberação dos depósitos recursais que somam R$36.526,63, totalizando R$81,930,34 e o restante R$22.457,19 em 6 parcelas, sem que isso importe renúncia ao direito a oposição de embargos à execução.

Preconiza o art. 916 do CPC que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovado o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.

De plano, verifica-se que a condição primordial para o parcelamento da dívida é o reconhecimento do crédito do exequente. Ora, no caso sob exame falta esse quesito essencial à executada uma vez que presente sua disposição em discutir a matéria afeta aos cálculos de liquidação, suscitando, inclusive, assunto já apreciado na decisão de impugnação aos cálculos de liquidação, nada trazendo de novo ao processo.

Assim, diante desse obstáculo imposto pela norma provocada, o Juízo deixa de conhecer os embargos porque não preenchidos os requisitos legais.

De outro giro, considerando que já há o reconhecimento de valor incontroverso, libere-se ao exequente os depósitos recursais, acrescidos de juros e correção monetária, devendo fazer prova nos autos dos valores efetivamente recebidos, bem como o depósito de R$45.403,71, também acrescido de jcm.

Comprovados os valores recebidos, aos cálculos para dedução do montante e após intime-se a executada para o pagamento da diferença a fim de garantir a integralidade da execução. //sq

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000365-93.2018.5.11.0001

AUTOR	THAYS SUENDY ALEIXO CAMELLO
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	NACLE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACOES CADASTRAIS LTDA - ME
ADVOGADO	LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNACAO(OAB: 8546/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NACLE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACOES CADASTRAIS LTDA - ME
- THAYS SUENDY ALEIXO CAMELLO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE ARQUIVAMENTO PJe

Considerando a certidão retro, declaro extinta a execução nos termos do art. 924, II do CPC.

Expeça-se alvará único, em conformidade com os cálculos Id 0574152: a) Pagar à reclamante, por seu patrono, o valor de R$ 7.508,55 com JCM; b) pagar ao patrono Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho os honorários líquidos de R$ 381,14, com JCM; c) Recolher as custas (R$ 167,20) e os encargos previdenciários (R$ 470,26) no valor nominal apontado na liquidação.

Após os registros de praxe, arquive-se. /vlsf/

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000037-32.2019.5.11.0001

AUTOR	RONILDO COUTINHO DE ARAUJO
ADVOGADO	ALESSANDRO CORREIA LIMA(OAB: 7339/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RÉU	GENIS EQUIPAMENTOS DE GINASTICA LTDA
ADVOGADO	LUCIANA CODECO ROCHA PRAZERES ALMEIDA(OAB: 213435/SP)
RÉU	MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENIS EQUIPAMENTOS DE GINASTICA LTDA
- MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME
- RONILDO COUTINHO DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

O requerente volta ao peticionamento para instigar o Juízo a reconsiderar a posição adotada no despacho de Id 2a0a2ca, que indeferiu pedido de liquidação do FGTS não depositado.

Segundo o termo do acordo firmado entre as partes, "HOUVE ACORDO: A reclamada compromete-se em pagar ao reclamante, a importância líquida de R$8.300,00 em cinco parcelas no valor R$1660,00, vencível no(s) dia(s) 09/05/2019, 10/06/2019, 10/07/2019, 12/08/2019 e 10/09/2019.

O valor quita as parcelas de férias + 1/3 e FGTS 8%, parcelas que não há incidência previdenciária". Portanto, se o acordo quita as parcelas de FGTS 8%, inclusive porque parcela expressamente indicada na peça de ingresso, não há que se cogitar de liquidação nessa fase processual, razão de indeferir-se o pedido de reconsideração.

Ciente o reclamante, por seu patrono.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001121-10.2015.5.11.0001

AUTOR	DAILA RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	MANAUS AMBIENTAL S.A.
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAILA RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA
- MANAUS AMBIENTAL S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

MANAUS AMBIENTAL S/A., executada, apresentou impugnação aos cálculos elaborados pela Contadoria da Vara (ID. 4b24891) aduzindo haver apuração equivocada do FGTS.

O exequente se manifestou a favor dos cálculos elaborados pela Contadoria da Vara.

Conclusos os autos para decisão.

Decido.

Observa-se que a decisão exeqüenda, no caso, o acórdão de ID. 5878cc7, deferiu o pagamento do FGTS - 8%, sem maiores especificações.

Nota-se que o autor postulou FGTS sobre as verbas rescisórias, bem como FGTS do período laborado.

Com efeito, tendo o acórdão reformado a sentença do Juízo a quo quanto à rescisão indireta, não seria razoável interpretar que a verba de FGTS deferida seja a relativa ao período laborado. Isto porque as parcelas deferidas no acórdão são compatíveis com a modalidade de extinção contratual a pedido do empregado, hipótese na qual não é autorizado o saque do FGTS.

Por outro lado, ao magistrado cabe zelar para que não haja enriquecimento sem causa pela parte autora e, embora tardiamente, a executada fez a juntada do extrato analítico do FGTS da autora comprovando que houve recolhimento fundiário durante o período laborado, constando, inclusive, saldo em valor superior ao requerido na petição inicial.

Portanto, acolho as razões da impugnante para o fim de determinar a retificação dos cálculos de liquidação pela Contadoria da Vara no que tange à apuração do FGTS (8%), devendo este se limitar às verbas rescisórias expressamente deferidas no r. acórdão.

Em contínuo, seguem **anexos os novos cálculos, os quais passo a homologar nesta ocasião para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.**

Diante dos novos cálculos, prossegue a execução, obedecendo os seguintes atos:

I - Fica citada a executada, por seus patronos, por meio do DEJT11 para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 880, da CLT, pagar o valor de **R$ 6.468,96**, sob pena de execução;

III - Caso não pague e/ou não garanta a execução, deverá a Secretaria da Vara proceder a consulta sobre a existência de ativos financeiros da(o) executada(o), nos termos do art. 838 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência.

IV - Adverte-se que o prazo para interposição de EMBARGOS À EXECUÇÃO iniciar-se no primeiro dia útil após a efetivação do bloqueio.

V - Sendo ineficaz o referido procedimento, inclua-se a executada no BNDT e consulte-se o RENAJUD.

VI - Ainda sem êxito, havendo indicação de bens livres e desembaraçados, expeça-se mandado de penhora.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000169-94.2016.5.11.0001

AUTOR	EDIVALDO CUNHA DE SOUZA
ADVOGADO	DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES(OAB: 2268/AM)
ADVOGADO	ANA CLAUDIA CONDE VIEIRALVES(OAB: 6073/AM)
RÉU	SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO CUNHA DE SOUZA
- SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

EDIVALDO CUNHA DE SOUZA, reclamante, apresentou impugnação aos cálculos de liquidação elaborados pela Contadoria da Vara apontando divergência com os seus cálculos.

A executada se manifestou concordando com os cálculos e elaborados pela Contadoria da Vara.

Conclusos os autos para decisão.

O impugnante não indica as razões pelas quais o cálculo de liquidação elaborado pela Contadoria da Vara estaria equivocado, limitando-se a apresentar cálculo cujo valor líquido supera o apurado naquele.

Com efeito, não havendo indicação precisa dos pontos de discordância, não há como acolher os cálculos do reclamante. Ademais, nota-se que o cálculo do reclamante utiliza critério diverso do indicado na sentença exeqüenda, notadamente no que tange à data de atualização, tendo o impugnante adotado a data de autuação da demanda, o que não corresponde, pelo menos em parte, ao parâmetro fixado na sentença (Súmula 439 do TST).

Assim, entendo que o cálculo elaborado pela Contadoria da Vara (ID. c19a771) encontra-se escorreito, razão pela qual os homologo, nesta ocasião, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Em contínuo, prossegue a execução, obedecendo os seguintes atos:

I -Fica citada a executada SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 880, da CLT, pagar o valor de **R$28.950,86**, sob pena de execução;

II - Caso não pague e/ou não garanta a execução, deverá a

Secretaria da Vara proceder a consulta sobre a existência de ativos financeiros da(o) executada(o), nos termos do art. 838 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência.

III - Adverte-se que o prazo para interposição de EMBARGOS À EXECUÇÃO iniciar-se no primeiro dia útil após a efetivação do bloqueio.

IV - Sendo ineficaz o referido procedimento, inclua-se a executada no BNDT e consulte-se o RENAJUD.

V - Ainda sem êxito, expeça-se mandado de penhora, existindo bens livres e desembaraçados indicados pelo exequente.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000270-63.2018.5.11.0001

AUTOR	SYLVIA SILVA DA COSTA
ADVOGADO	VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO(OAB: 594-A/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SOUZA E NOGUEIRA LTDA
- SYLVIA SILVA DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da manifestação da exequente, expeça mandado de intimação para a SEFAZ, requerendo o bloqueio e o depósito do valor de R$ 11.035,46, caso exista crédito em favor da executada, devendo informar o cumprimento no prazo de 10 dias.

Cientes as partes.

jan/**

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000980-20.2017.5.11.0001

AUTOR	LEUZINETE DE CARVALHO COSTA
ADVOGADO	EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO(OAB: 5315/AM)
RÉU	DE PASQUAL HOTEIS E TURISMO LTDA.
ADVOGADO	ALEX FERNANDES MINORI(OAB: 9444/AM)
ADVOGADO	ARTHUR SALES GESTA DE MELO(OAB: 12793/AM)
ADVOGADO	DANIEL PEREIRA PIO SUWA(OAB: 9683/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DE PASQUAL HOTEIS E TURISMO LTDA.
- LEUZINETE DE CARVALHO COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Requerem as partes a homologação do acordo Id 15ddb80, com a isenção dos encargos e custas.

O primeiro, por entenderem que as verbas quitadas são indenizatórias e o segundo, por já ter sido recolhida por ocasião da interposição do recurso ordinário.

Quanto as custas, concedo a isenção.

No tocante aos encargos previdenciários, há equívoco das partes, haja vista que as verbas deferidas no título executivo são de caráter salarial, e ainda, é vedado às partes transacionar sobre direitos de terceiros, no caso, o INSS.

Com essas considerações, HOMOLOGO o acordo entre as partes, a exceção dos encargos, no valor de R$13.122,57, que deverão ser comprovados pela executada no prazo de 10 dias, após o pagamento da última parcela do acordo.

Expeça-se alvará sobre o depósito recursal, em favor da parte exequente, por sua patrona.

Cientes as partes.

jan/**

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000256-50.2016.5.11.0001

AUTOR	ROSANGILA DE SOUZA RAMOS
ADVOGADO	Renir Begnini(OAB: 5095/AM)
RÉU	PHILCO ELETRONICOS SA
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	RODRIGO ALVES OMENA(OAB: 6840/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PHILCO ELETRONICOS SA
- ROSANGILA DE SOUZA RAMOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

I - O Juízo homologa os cálculos de folhas (ID Nº. 8198b4c), para que produzam seus efeitos legais e jurídicos;

II - Fica citada a executada, por seus patronos, por meio do DEJT11 e/ou SISTEMA, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 880, da CLT, pagar o valor de R$ 2.449,16, sob pena de execução;

III - Caso não pague e/ou não garanta a execução, deverá a Secretaria da Vara proceder a consulta sobre a existência de ativos financeiros da(o) executada(o), nos termos do art. 838 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência.

IV - Adverte-se que o prazo para interposição de EMBARGOS À EXECUÇÃO iniciar-se no primeiro dia útil após a efetivação do bloqueio.

V - Sendo ineficaz o referido procedimento, inclua-se a executada no BNDT e consulte-se o RENAJUD.

VI - Ainda sem êxito, expeça-se mandado de penhora.\\gr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000092-17.2018.5.11.0001

AUTOR	JOSE MARIA TORRES RAMOS
ADVOGADO	ALFRANIA BALBINO DE OLIVEIRA(OAB: 9319/AM)
ADVOGADO	REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 8310/AM)
RÉU	FORTEVIP EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTEVIP EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
- JOSE MARIA TORRES RAMOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando a certidão id-b0b4cc7;

Considerando ainda, que já foram exaustivamente diligenciados a executada e seus sócios por meio de todos os recursos e ferramentas disponíveis, sem que se tenha obtido êxito;

Considerando por fim os princípios da economia processual e da razoável duração do processo, determino à secretaria da vara:

I - Proceda -se a inclusão da executada no BNDT.

II - Proceda-se a inclusão da executada no sistema SERASAJUD.

III - Cumpridos os itens acima, arquivem-se provisoriamente por dois anos, no que trata o art. 11-A, da CLT, iniciando-se a contagem da prescrição intercorrente, resguardadas as possibilidades do art. 85 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que corresponde à suspensão da execução de que tratam os arts. 40 da Lei nº 6.830/80 e 921, inc. III, do CPC.

Art. 85. O arquivamento provisório do processo de execução, no âmbito da Justiça do Trabalho, por não ter sido localizado o devedor nem encontrados bens penhoráveis, corresponde à suspensão da execução de que tratam os arts. 40 da Lei 6.830/80 e 921, inc. III, do CPC.

Parágrafo único. É assegurado ao credor requerer, nos termos do § 3º do art. 40 da Lei 6.830/80, ou ao juiz determinar de ofício, na conformidade do artigo 878 da CLT, o desarquivamento do

processo com vistas a dar seguimento à execução.

V - Ciente a exequente, por seu patrono.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000257-76.2019.5.11.0018

AUTOR	GIL DE CARVALHO RIBEIRO
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RÉU	BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

I - Considerando a certidão de Id 7ba4419, fica citada a executada, através de seu patrono, mediante publicação no DOEJT11, para, no prazo de 48 horas, providenciar o pagamento do valor de R$25.206,97 sob pena de execução;

II - Caso não pague e/ou não garanta a execução no prazo assinalado, deverá a Secretaria da Vara proceder consulta ao Bacen-Jud na Executada - execução definitiva, e, após, proceder a inclusão no BNDT;

III - Sendo ineficazes os procedimentos sobreditos, não tendo a(o) executada(o) quitado o débito exequendo, proceda-se a consulta do RENAJUD e INFOJUD, tudo nos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 11ª Região.agg//

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002407-86.2016.5.11.0001

AUTOR	LUCIENE NOGUEIRA CARVALHO
ADVOGADO	SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE(OAB: 9699/AM)
ADVOGADO	ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE(OAB: 10143/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIENE NOGUEIRA CARVALHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe

Tendo em vista o teor da certidão retro, cite-se a litisconsorte condenada subsidiariamente, nos termos do art. 535 do CPC. Ressalta-se a isenção no pagamento de custas, em se tratando de fazenda pública, nos termos do art. 790-A, I da CLT. Portanto, o valor exequendo é de R$ 13.411,34 (Treze mil, quatrocentos e onze reais e trinta e quatro centavos), conforme cálculos Id:45caed4.

Caso o prazo para manifestação transcorra sem manifestação, expeça-se a Requisição de Pequeno Valor independente de nova determinação. /vlsf/

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000058-08.2019.5.11.0001

AUTOR	LEOPOLDO NASCIMENTO DE MELO JUNIOR
ADVOGADO	THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA(OAB: 12534/AM)
RÉU	NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	PUALLO PORTO PEREIRA(OAB: 10278/AM)
ADVOGADO	ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 9883/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEOPOLDO NASCIMENTO DE MELO JUNIOR

- NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

A parte reclamante interpôs petição informando que a executada não realizou o pagamento da parcela de agosto (id 6a494fa).

Compulsando os autos, observa-se que a executada efetuou o pagamento da parcela de agosto em 14/8/2019 (id. f84f9ab), anexando a comprovação com atraso. Verifica-se, também, que a executada vem depositando as parcelas dentro do prazo estabelecido e que o atraso foi apenas em relação à comprovação do pagamento dessa parcela.

Assim, indefere-se o pedido de execução do acordo,sob pena de ferir o princípio da razoabilidade e da boa-fé processual.

Fica a executada advertida, novamente, que deverá comprovar nos autos os depósitos realizados em até 5 dias após o vencimento;

Expeça-se alvará dos valores depositados, ao exequente, por seu patrono independe de nova determinação;

Por fim, considerando não ter sido, oportunamente, lançado no sistema PJE-JT as informações da decisão de id.a76510f, quanto ao parcelamento da execução, determino o registro para fins da regularização da tramitação.

Ciente as partes, via patronos por DJE./meqb

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000156-90.2019.5.11.0001

AUTOR	ALEXANDRA ALVES FEITOZA
ADVOGADO	MICHAEL QUEIROZ LEITAO(OAB: 9714/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK(OAB: 8071/AM)
ADVOGADO	JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR(OAB: 4986/AM)
ADVOGADO	THIAGO DA SILVA MACIEL(OAB: 5632/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
ADVOGADO	PEDRO LUCAS PORTUGAL AL BEHY KANAAN(OAB: 8587/AM)
ADVOGADO	JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA(OAB: 3808/AM)
ADVOGADO	JONNY CLEUTER SIMOES MENDONCA(OAB: 8340/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA ALVES FEITOZA
- C C BATISTA ME - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE ARQUIVAMENTO PJe

Considerando a certidão retro informando êxito na penhora online.

Considerando tratar-se de acordo judicial descumprido em que a parte reclamada estava ciente da multa e dos atos executórios decorrentes de eventual inadimplemento.

Considerando ainda a inexistência de custas ou encargos a recolher, declaro extinta a execução nos termos do art. 924, II do CPC.

Expeça-se alvará à exequente, por seu patrono, no valor transferido via Bacenjud.

Após os registros de praxe, arquive-se. /vlsf/

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001577-91.2014.5.11.0001

AUTOR	MARCIA AMORIM BATALHA
ADVOGADO	ANTONIO CARLOS DA SILVA SANTOS(OAB: 2918/AM)
RÉU	SUCESSO CURSOS LIVRES LTDA - EPP
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA AMORIM BATALHA
- SUCESSO CURSOS LIVRES LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe

Considerando o AR Negativo Id:c836807, expeça-se mandado judicial para o cumprimento da diligência. /vlsf/

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

Juiz(a) do Trabalho Titular

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ATSum-0000377-70.2019.5.11.0002

AUTOR	LUZEMBERGSON FERREIRA BEZERRA
ADVOGADO	CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378/AM)
ADVOGADO	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8856/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUZEMBERGSON FERREIRA BEZERRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Notifique-se o reclamante para no prazo de 5 dias se manifestar sobre os embargos de declaração da reclamada.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001398-18.2018.5.11.0002

AUTOR	SANDRA MARIA FEITOSA DA COSTA
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RÉU	ALY MOHAMED SAAD
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA SILVA(OAB: 7307/AM)
RÉU	JOCIANE SAAD

Intimado(s)/Citado(s):

- ALY MOHAMED SAAD

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que o Recurso Ordinário de ID a1ecf26, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 30ac631) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

Certifico que o Recurso Ordinário de Id baa5655, interposto pelas(o) 1ª e 2ª reclamadas, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (Id af630d1) e foram recolhidas as custas (Id 73c143b) e o depósito recursal (Id d42573d).

ELBA ANSELMO GONÇALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir os Recursos Ordinários de Id a1ecf26 e de Id baa5655 e determino:

I. À parte reclamante e reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001398-18.2018.5.11.0002

AUTOR	SANDRA MARIA FEITOSA DA COSTA
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RÉU	ALY MOHAMED SAAD
ADVOGADO	HENRIQUE FRANCA SILVA(OAB: 7307/AM)
RÉU	JOCIANE SAAD

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRA MARIA FEITOSA DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que o Recurso Ordinário de ID a1ecf26, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 30ac631) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

Certifico que o Recurso Ordinário de Id baa5655, interposto pelas(o) 1ª e 2ª reclamadas, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (Id af630d1) e foram recolhidas as custas (Id 73c143b) e o depósito recursal (Id d42573d).

ELBA ANSELMO GONÇALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir os Recursos Ordinários de Id a1ecf26 e de Id baa5655 e determino:

I. À parte reclamante e reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000566-48.2019.5.11.0002

AUTOR	ALEXANDRE LIMA DE MORAIS
ADVOGADO	BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO(OAB: 7708/AM)
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE LIMA DE MORAIS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que o Recurso Adesivo de ID fe0752f, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 9180309) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

Certifico que as contrarrazões de Id fe0752f interpostas pelo reclamante são tempestivas.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJe-JT

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir o Recurso Adesivo de ID fe0752f e determino:

I. Às partes reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação; devendo o Estado do Amazonas ser intimado via sistema e Porto Seguro Serviços de Vigilância e Segurança via edital;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001396-48.2018.5.11.0002

AUTOR	MARINILDE GOMES DE BRITO
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	UNIVERSAL ELECTRONICS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINILDE GOMES DE BRITO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Notifique-se o reclamante para no prazo de 5 dias se manifestar sobre os embargos de declaração da reclamada.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000351-72.2019.5.11.0002

AUTOR	WANDERLEY ANDRADE DE ASSUNCAO
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA MARQUISE S A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que EXPIROU em 08/07/2019 o prazo de 08 (oito) dias para interposição de recurso pela 1ª e 2ª reclamadas.

Certifico que EXPIROU em 19/09/2019 o prazo de 16 (dezesseis) dias para interposição de recurso pela 3ª reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Certifico que o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 26cfd03) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJe-JT

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6 e determino:

I. Às partes reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação; devendo os Correios ser intimado via sistema;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000351-72.2019.5.11.0002

AUTOR	WANDERLEY ANDRADE DE ASSUNCAO
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que EXPIROU em 08/07/2019 o prazo de 08 (oito) dias para interposição de recurso pela 1ª e 2ª reclamadas.

Certifico que EXPIROU em 19/09/2019 o prazo de 16 (dezesseis) dias para interposição de recurso pela 3ª reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Certifico que o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 26cfd03) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJe-JT

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6 e determino:

I. Às partes reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação; devendo os Correios ser intimado via sistema;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000351-72.2019.5.11.0002

AUTOR	WANDERLEY ANDRADE DE ASSUNCAO
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- WANDERLEY ANDRADE DE ASSUNCAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

Certifico que EXPIROU em 08/07/2019 o prazo de 08 (oito) dias para interposição de recurso pela 1ª e 2ª reclamadas.

Certifico que EXPIROU em 19/09/2019 o prazo de 16 (dezesseis) dias para interposição de recurso pela 3ª reclamada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Certifico que o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 26cfd03) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJe-JT

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir o Recurso Ordinário de ID 9cc84b6 e determino:

I. Às partes reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação; devendo os Correios ser intimado via sistema;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001362-73.2018.5.11.0002

AUTOR	B. D. B. S.
ADVOGADO	JOANY SILLAS PEREIRA(OAB: 9646/AM)
ADVOGADO	ANDREA GONCALVES OLIVA ITACARAMBI(OAB: 25246/GO)
ADVOGADO	GRACE KELLY DA SILVA BARBOSA(OAB: 3627/AM)
ADVOGADO	HERLANE MOREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 4229/RO)
ADVOGADO	RUI DE JESUS SOARES JUNIOR(OAB: 7253/AM)
RÉU	M. G. C.

Intimado(s)/Citado(s):

- M. G. C.

Tomar ciência do(a) Edital de ID 7e1a3c5

Edital

Processo Nº ATOrd-0000528-70.2018.5.11.0002

AUTOR	JOSE ABIAS PIRES DE AZEVEDO
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	H Y MOUAS PRODUCOES E COMERCIO - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- H Y MOUAS PRODUCOES E COMERCIO - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000528-70.2018.5.11.0002

Reclamante: JOSÉ ABIAS PIRES DE AZEVEDO

RÉU: H Y MOUAS PRODUÇÕES E COMÉRCIO - EPP, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, ***FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***H Y MOUAS PRODUÇÕES E COMÉRCIO - EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, ***para tomar ciência da SENTENÇA ID51c5918, no prazo de 08 (oito) dias, cujo dispositivo é de seguinte teor:***

III. CONCLUSÃO

Por estes fundamentos e o que mais dos autos conste, decide a MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, na reclamação trabalhista ajuizada por **JOSE ABIAS PIRES DE AZEVEDO** em face de **H Y MOUAS PRODUCOES E COMERCIO - EPP e ESTADO DO AMAZONAS**, no mérito, **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES** os pedidos. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS. Com fundamento no art. 791-A, §§ 2° a 4° da CLT, fixo os honorários advocatícios sucumbenciais, em favor dos patronos do 2° reclamado, ESTADO DO AMAZONAS, no percentual de 5% sobre o valor da causa, na quantia de R$ 1.576,21, a serem deduzidos dos créditos autorais (neste ou noutro processo), conforme prevê o art. 791-A, § 4° da CLT. Defiro os benefícios de Justiça Gratuita ao reclamante, que fica isento do recolhimento de custas. **Cientes reclamante e 2ª reclamada. Intime-se a 1ª reclamada revel, por edital**. Cumpra-se. Nada mais.

/japvn

MANAUS, 25 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. */gbca*

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000449-57.2019.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000449-57.2019.5.11.0002

Reclamante: FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO

RÉU: MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME, C P A CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, ***O EXMO. DR. ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***CPA CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a se manifestar da DECISÃO, cujo dispositivo é de seguinte teor:

III - CONCLUSÃO

Isso posto, **conheço** dos Embargos de Declaração interpostos por ESTADO DO AMAZONAS, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

MANAUS, 5 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000449-57.2019.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000449-57.2019.5.11.0002

Reclamante: FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO

RÉU: MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME, C P A CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, ***O EXMO. DR. ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a se manifestar da DECISÃO, cujo dispositivo é de seguinte teor:

III - CONCLUSÃO

Isso posto, **conheço** dos Embargos de Declaração interpostos por ESTADO DO AMAZONAS, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

MANAUS, 5 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000449-57.2019.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- G DE A AGUIAR EIRELI - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000449-57.2019.5.11.0002

Reclamante: FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO

RÉU: MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME, C P A CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, ***O EXMO. DR. ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de

Manaus, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***G DE AGUIAR EIRELI - EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a se manifestar da DECISÃO, cujo dispositivo é de seguinte teor:

III - CONCLUSÃO

Isso posto, **conheço** dos Embargos de Declaração interpostos por ESTADO DO AMAZONAS, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

MANAUS, 5 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000449-57.2019.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000449-57.2019.5.11.0002

Reclamante: FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO

RÉU: MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME, C P A CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, ***O EXMO. DR. ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a se manifestar da DECISÃO, cujo dispositivo é de seguinte teor:

III - CONCLUSÃO

Isso posto, **conheço** dos Embargos de Declaração interpostos por ESTADO DO AMAZONAS, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

MANAUS, 5 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da

11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000449-57.2019.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
RÉU	G DE A AGUIAR EIRELI - EPP
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP
RÉU	NAUTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000449-57.2019.5.11.0002

Reclamante: FRANCISCA PEREIRA DO NASCIMENTO

RÉU: MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, NAÚTICA PONTA NEGRA EIRELI - ME, C P A CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, ***O EXMO. DR. ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a se manifestar da DECISÃO, cujo dispositivo é de seguinte teor:

III - CONCLUSÃO

Isso posto, **conheço** dos Embargos de Declaração interpostos por ESTADO DO AMAZONAS, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

MANAUS, 5 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0002143-66.2016.5.11.0002

AUTOR	ROSILMA LOPES GODINHO
ADVOGADO	VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO(OAB: 594-A/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0002143-66.2016.5.11.0002

Reclamante: ROSILMA LOPES GODINHO

TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA-EPP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS, FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado ***TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA-EPP***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, ***no prazo de 8 (oito) dias, querendo, apresentar impugnação aos cálculos de liquidação do reclamante, bem como retirar a CTPS para as anotações.***.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. */gbca*

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATSum-0000597-68.2019.5.11.0002

AUTOR	JACKLINE PANTOJA BELEM
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO CARLOS PINHEIRO(OAB: 7422/AM)
RÉU	PANIFICADORA E CONFEITARIA LORENA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- PANIFICADORA E CONFEITARIA LORENA LTDA

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000597-68.2019.5.11.0002

Reclamante: JACKLINE PANTOJA BELÉM

RÉU: PANIFICADORA E CONFEITARIA LORENA LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificada ***PANIFICADORA E CONFEITARIA LORENA LTDA***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, ***para no prazo de 8 (oito) dias, querendo, apresentar impugnação aos cálculos de liquidação do reclamante, bem como retirar a CTPS para as anotações e depositar na Secretaria as guias do FGTS e do TRCT.***.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. */gbca*

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000566-48.2019.5.11.0002

AUTOR	ALEXANDRE LIMA DE MORAIS
ADVOGADO	BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO(OAB: 7708/AM)
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. - EPP

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000566-48.2019.5.11.0002

Reclamante: ALEXANDRE LIMA DE MORAIS

RÉU: PORTO SEGURO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. - EPP, ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, ***FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado ***PORTO SEGURO SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA.***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, ***para tomar ciência da DECISÃO IDc532871, no prazo de 08 (oito) dias, cujo dispositivo é de seguinte teor:***

CERTIDÃO

Certifico que o Recurso Adesivo de ID fe0752f, interposto pelo(a) reclamante, é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (ID 9180309) e foi interposto por beneficiário da justiça gratuita.
Certifico que as contrarrazões de Id fe0752f interpostas pelo reclamante são tempestivas.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO
Servidor da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJe-JT

Considerando os termos da certidão supra, decido admitir oRecurso Adesivo de ID fe0752f e determino:
I. Às partes reclamadas para manifestação, querendo, no prazo legal, valendo o presente despacho como intimação; devendo o Estado do Amazonas ser intimado via sistema e Porto Seguro Serviços de Vigilância e Segurança via edital;
II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. /gbca

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000532-73.2019.5.11.0002

AUTOR	INGRID ARAUJO DE OLIVEIRA
RÉU	F. J. B. GANDRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):
- F. J. B. GANDRA - ME

2ª Vara do Trabalho de Manaus.
Processo: 0000532-73.2019.5.11.0002
Reclamante: INGRID ARAÚJO DE OLIVEIRA

RÉU: F. J. B. GANDRA - ME

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS***, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, ***FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado(a) ***F. J. B. GANDRA - ME***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para ***tomar ciência da SENTENÇA IDb5cc292, no prazo de 08 (oito) dias, cujo dispositivo é de seguinte teor***:

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos e o mais que dos autos conste, DECIDE o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por **INGRID ARAUJO DE OLIVEIRA** em desfavor de **F. J. B. GANDRA - ME**, no mérito, **JULGAR TOTALEMENTE PROCEDENTE** as pretensões autorais, para o

efeito de condenar a reclamada a pagar à reclamante as seguintes parcelas: 1. aviso prévio 30 dias - R$ 1.500,00; 2. FGTS sobre o aviso - R$ 120,00; 3. Saldo de salário Julho/2018 (20 dias) - R$ 1.000,00; 4. Férias proporcionais 2018 (05/12) com projeção do aviso - R$ 625,00; 5. 1/3 de férias proporcionais (05/12) com projeção do aviso - R$ 208,33; 6. 13° salário/2018 proporcional (05/12) com projeção do aviso - R$ 625,00. Após cinco dias do trânsito em julgado, determino que a reclamante deposite sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS devendo a reclamada, após tal prazo, em oito dias corridos, proceder a baixa da CTPS com data de cessação em 20/08/2018, considerando a projeção do aviso prévio indenizado. Em caso de inércia da reclamada no cumprimento da obrigação de fazer ora fixada, deverá a Secretaria da Vara proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS da reclamante, devendo o referido documento ser devolvido ao reclamante, tudo independentemente de novo despacho. Em 05 dias após o trânsito em julgado, deverá a reclamada comprovar a regularização dos depósitos do FGTS de todo o contrato de trabalho (08/03/2018 a 20/08/2018), com a multa de 40%, sob pena de liquidação, bem como deverá a reclamada entregar ao reclamante o TRCT código 01 e chave de conectividade, para saque do FGTS, sob pena de expedição de alvará substitutivo. Tratando-se de rescisão indireta do contrato de trabalho reconhecida em juízo deve ser oportunizada ao polo passivo a entrega das guias para o encaminhamento do benefício, para somente na hipótese de descumprimento da obrigação de fazer ocorrer a conversão em indenização. Após o trânsito em julgado, a Secretaria da vara deverá proceder na intimação da reclamada para entrega das guias CD/SD ao reclamante, para a liberação do seu seguro-desemprego no prazo de 5 dias, sob pena de conversão desta obrigação de fazer em indenização substitutiva. Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, no que couber nos termos da legislação vigente, tudo em fiel observância à fundamentação supra, que passa a integrar o presente dispositivo, como se nele estivesse transcrito. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação de R$ 4.078,33, no importe de **R$ 81,56**. Parte reclamante ciente. **INTIME-SE A RECLAMADA REVEL**. Nada mais.

MANAUS, 25 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. ***/gbca***

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0001407-77.2018.5.11.0002

AUTOR	SUZY VALENTIM MENEZES
ADVOGADO	VILMAR ANTONIO DA ROSA(OAB: 13262/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJe-JT

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0001407-77.2018.5.11.0002

Reclamante : SUZY VALENTIM MENEZES

RÉU: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Data da Audiência: 04/11/2019 08:30

DE ORDEM do Excelentíssimo Doutor **ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS**, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) ***ROSNEFT BRASIL E&P LTDA***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

Tomar conhecimento da Reclamação Trabalhista que tramita eletronicamente neste juízo, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11 (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012).

Fica ainda, notificado(s) o(s) Reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) na **AUDIÊNCIA INAUGURAL** a ser realizada nesta Vara Trabalhista, sito à Rua Ferreira Pena, nº 546, esquina com Silva Ramos, Centro, MANAUS-AM, no dia e hora acima informados, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico, no sistema PJe, até a zero hora do dia da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Manaus. Eu, GILMARA BEZERRA COUTINHO ALMEIDA, Servidora Judicial, lavrei o presente.

ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz do Trabalho Substituto da 2ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0001407-77.2018.5.11.0002

AUTOR	SUZY VALENTIM MENEZES
ADVOGADO	VILMAR ANTONIO DA ROSA(OAB: 13262/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJe-JT

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0001407-77.2018.5.11.0002

Reclamante : SUZY VALENTIM MENEZES

RÉU: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Data da Audiência: 04/11/2019 08:30

DE ORDEM do Excelentíssimo Doutor **ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS**, Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

Tomar conhecimento da Reclamação Trabalhista que tramita eletronicamente neste juízo, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11 (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012).

Fica ainda, notificado(s) o(s) Reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) na **AUDIÊNCIA INAUGURAL** a ser realizada nesta Vara Trabalhista, sito à Rua Ferreira Pena, nº 546, esquina com Silva Ramos, Centro, MANAUS-AM, no dia e hora acima informados, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico, no sistema PJe, até a zero hora do dia da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Manaus. Eu, GILMARA BEZERRA COUTINHO ALMEIDA, Servidora Judicial, lavrei o presente.

ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz do Trabalho Substituto da 2ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000663-19.2017.5.11.0002

AUTOR	ANTONIO CARLOS VALENTIM
ADVOGADO	HAILDO JARBAS RODRIGUES(OAB: 5304/AM)
ADVOGADO	MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR(OAB: 7244/AM)
RÉU	EDEC - ENGENHARIA, CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- EDEC - ENGENHARIA, CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA

2ª Vara do Trabalho de Manaus.

Processo: 0000663-19.2017.5.11.0002

Reclamante: ANTÔNIO CARLOS VALENTIM

RÉU: EDEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

De ordem, o ***EXMO. DR. ANTÔNIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS, FAZ SABER*** que, pelo presente ***EDITAL***, fica notificado ***EDEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA***, que se encontra em lugar incerto e não sabido, ***para no prazo de 8 (oito) dias, querendo, apresentar impugnação aos cálculos de liquidação do reclamante***. Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. */gbca*

JORGE WILLIAM DE CASTRO

DIRETOR DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0002350-36.2014.5.11.0002

AUTOR	MARGARETH CONCEICAO DE SOUZA
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
AUTOR	BENEDITA RITA VIANA MUNIZ
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
RÉU	SERGIO LUIZ BERTIPAGLIA
RÉU	ROGERIO ALYSSON BERTIPAGLIA
RÉU	B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SERGIO LUIZ BERTIPAGLIA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

PROCESSO Nº 0002350-36.2014.5.11.0002

AUTOR: BENEDITA RITA VIANA MUNIZ, MARGARETH CONCEICAO DE SOUZA

RÉU: B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, SERGIO LUIZ BERTIPAGLIA, ROGERIO ALYSSON BERTIPAGLIA

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe-JT

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam citados os executados SERGIO LUIZ BERTIPAGLIA e ROGERIO ALYSSON BERTIPAGLIA, com endereços incertos e não sabidos, para pagarem ou garantirem, em 48 (quarenta e oito) horas, a quantia de**R$ 36.234,38, sob pena de imediata penhora online via BACENJUD.**

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s), é passado o presente EDITAL, que será publicado em IMPRENSA

OFICIAL e afixado no lugar de costume na sede desta Vara do Trabalho.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Dado e passado nesta cidade de Manaus(AM), 27 de Setembro de 2019. Eu, LUCIO DE SA BARBOSA FILHO, Servidor(a) Judicial, lavrei o presente.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001407-77.2018.5.11.0002

AUTOR	SUZY VALENTIM MENEZES
ADVOGADO	VILMAR ANTONIO DA ROSA(OAB: 13262/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SUZY VALENTIM MENEZES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-JT Manaus/AM, 27 de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0001407-77.2018.5.11.0002

AUTOR: SUZY VALENTIM MENEZES

RÉU: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

Ao Dr.

VILMAR ANTÔNIO DA ROSA

Fica notificada a reclamante, por meio de seu advogado, a comparecer na audiência designada na data de 04/11/2019 08:30, no endereço supramencionado.

GILMARA BEZERRA COUTINHO ALMEIDA

Servidora da Justiça do Trabalho

Despacho

Processo Nº ATSum-0000867-32.2018.5.11.0001

AUTOR	RAINEY ALVES DA SILVA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	MANAUS AMBIENTAL S.A.
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANAUS AMBIENTAL S.A.
- RAINEY ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Encaminhem-se os autos ao setor de cálculos para abatimentos dos valores já recebidos pelo reclamante.

Após, notifique-se a reclamada para realizar o depósito da diferença, expedindo-se na sequência alvará ao reclamante. Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam cientes deste despacho com sua publicação no DEJT.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001916-42.2017.5.11.0002

AUTOR	SERGIO DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO	Wagner Ricardo Ferreira Penha(OAB: 2924/AM)
RÉU	METODO POTENCIAL ENGENHARIA LTDA.
ADVOGADO	SERGIO FISCHETTI BONECKER(OAB: 97667/SP)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- METODO POTENCIAL ENGENHARIA LTDA.
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- SERGIO DE SOUZA OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Considerando a elaboração dos cálculos pelo reclamante (Id 1ebbc4b), abram-se vistas à reclamada para, querendo, apresentar impugnação fundamentada, no prazo de **8 (oito)** dias, **com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão**;

Havendo divergências entre as planilhas de liquidação apresentadas, abram-se vistas ao **Exequente** por igual prazo (8 dias). Após, encaminhem-se os autos à Contadoria da Vara para emissão de parecer e, se for o caso, apresentar novos cálculos. Então, voltem-me conclusos para apreciação.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

À Secretaria da Vara para as providências.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000195-84.2019.5.11.0002

AUTOR	CENILDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENILDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Considerando a elaboração dos cálculos pelo reclamante (Id f92629d), abram-se vistas à reclamada para, querendo, apresentar impugnação fundamentada, no prazo de **8 (oito)** dias, **com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão**;

Havendo divergências entre as planilhas de liquidação apresentadas, abram-se vistas ao **Exequente** por igual prazo (8 dias). Após, encaminhem-se os autos à Contadoria da Vara para emissão de parecer e, se for o caso, apresentar novos cálculos. Então, voltem-me conclusos para apreciação.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

À Secretaria da Vara para as providências.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000493-76.2019.5.11.0002

AUTOR	JESSICA HELEN RAMOS DOS SANTOS
ADVOGADO	AFONSO DAVID FROTA MACIEL(OAB: 10422/AM)
ADVOGADO	IRLANDIA BELO LIMA(OAB: 12496/AM)
ADVOGADO	JESSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO(OAB: 10842/AM)
RÉU	H. P. DE SOUZA - EDUCACAO INFANTIL - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JESSICA HELEN RAMOS DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Ante o teor da certidão de id. 0aeb54f, determino a notificação da reclamada a ser realizada, por cautela, por meio Oficial de Justiça.

Para tanto, expeça-se mandado.

Indefiro, assim, neste momento o pleito da reclamante para notificação por edital./lrv

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001526-09.2016.5.11.0002

AUTOR	ALEXANDRE FERNANDES CAVALCANTE
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	SUPER TRANS TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	BRUNO ALECRIM DE LIMA(OAB: 6440/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE FERNANDES CAVALCANTE
- SUPER TRANS TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Encaminhem-se os autos à Contadoria do Juízo para emissão de parecer e novos cálculos, se for o caso. Após, voltem-me os autos para decisão.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000562-11.2019.5.11.0002

AUTOR	AUREANE PEREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS(OAB: 32284/SC)
RÉU	DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
PERITO	MAURICIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- AUREANE PEREIRA DE OLIVEIRA
- DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Ficam intimadas as partes, por seus patronos, sobre a data

designada pelo Sr. Perito para realização do ato pericial, no dia

21/11/19 às 13h00min.

Publique-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000435-73.2019.5.11.0002

AUTOR	ELIEZER DE FREITAS CABRAL
ADVOGADO	IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE(OAB: 6737/AM)
RÉU	KATRANS COLETAS DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIEZER DE FREITAS CABRAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Considerando a petição do reclamante, de forma a evitar eventual nulidade processual, notifique-se a reclamada no endereço informado, por Oficial de justiça. Redesigne-se a audiência para o dia 23/10/2019, às 08:15 horas.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000947-56.2019.5.11.0002

AUTOR	MARCUS AURELIO DE ARAUJO GOMES
ADVOGADO	SARAH SERRUYA ASSIS(OAB: 9515/AM)
ADVOGADO	SULAMITA SERRUYA ASSIS(OAB: 12351/AM)
RÉU	ENSIN EMPRESA NACIONAL DE SINALIZACAO E ELETRIFICACAO LTDA
ADVOGADO	RAFAEL PANTOJA DE OLIVEIRA(OAB: 10063/AM)
RÉU	WEG AMAZONIA S/A
ADVOGADO	RENATO GOUVEA DOS REIS(OAB: 11211/SC)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ALPINIA
ADVOGADO	ROBERTO MARQUES DA COSTA(OAB: 4135/AM)
RÉU	CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS 3
ADVOGADO	LUCIANA MORAIS AVELAR(OAB: 633-M/AM)
RÉU	RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
ADVOGADO	ANNE CLICIA ALVES DA SILVA GUILHERME(OAB: 3881/AM)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL NASCENTES DO TARUMA
RÉU	MEI INSTALACAO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	MARY MARUMY BASTOS TAKEDA(OAB: 4107/AM)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL QUINTA DAS LARANJEIRAS
ADVOGADO	LUCIANA MORAIS AVELAR(OAB: 633-M/AM)
RÉU	INTELBRAS S.A. INDUSTRIA DE TELECOMUNICACAO ELETRONICA BRASILEIRA
ADVOGADO	LEONARDO MELO GIACOMIN(OAB: 14049/SC)
RÉU	CECIL CONCORDE COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXP LTDA
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
RÉU	CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS 2
ADVOGADO	IVENS DE OLIVEIRA PINTO(OAB: 13398/AM)
RÉU	CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS
ADVOGADO	ANTONIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO(OAB: 12225/AM)
RÉU	CONDOMINIO SPACE CENTER VIEIRALVES
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
RÉU	RESTAURANTE GAUCHOS GRILL LTDA - EPP
ADVOGADO	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS(OAB: 9171/AM)
RÉU	PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CECIL CONCORDE COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXP LTDA
- CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS
- CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS 2
- CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS 3
- CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ALPINIA
- CONDOMINIO RESIDENCIAL QUINTA DAS LARANJEIRAS
- CONDOMINIO SPACE CENTER VIEIRALVES
- ENSIN EMPRESA NACIONAL DE SINALIZACAO E ELETRIFICACAO LTDA
- INTELBRAS S.A. INDUSTRIA DE TELECOMUNICACAO ELETRONICA BRASILEIRA
- MARCUS AURELIO DE ARAUJO GOMES
- MEI INSTALACAO INDUSTRIAL LTDA
- RESTAURANTE GAUCHOS GRILL LTDA - EPP
- RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
- WEG AMAZONIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que o reclamante chamou ao processo diversas empresas para responderem subsidiariamente pelos pleitos que formula, mas não se verifica nos autos a indicação dos períodos em que efetivamente houve a prestação de serviços para cada uma delas, determino que **emende a exordial até 15/10/2019** para que aponte o período em que trabalhou em prol de cada litisconsorte, inclusive quanto a horários e frequência semanal, bem como as tarefas desempenhadas em favor de cada um deles. **Após**, faculta-se aos litisconsortes se manifestarem sobre a emenda até a realização da audiência inaugural, designada para 30/10/2019. Intime-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000343-89.2019.5.11.0004

AUTOR	HELIANE AUGUSTA ONETE REBELO
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	LIMA CAR AUTO CENTER VEICULOS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- HELIANE AUGUSTA ONETE REBELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Considerando a informação trazida pela reclamante na petição de id.44bf9f8. Defiro o pleito da reclamante.

Nesse sentido, expeça-se mandado, a fim de notificar a reclamada por Oficial de Justiça/lrv

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002357-57.2016.5.11.0002

AUTOR	JANAINA HERCULANO SARAIVA
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	D DE AZEVEDO FLORES - ME
ADVOGADO	CAMILA DA SILVA MELO(OAB: 10293/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- D DE AZEVEDO FLORES - ME
- JANAINA HERCULANO SARAIVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM FORÇA DE MANDADO JUDICIAL DE CITAÇÃO - PJE

I. Considerando os termos da certidão supra, homologo os cálculos de Id 56d9548 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Fica a Reclamada, D DE AZEVEDO FLORES - ME, por meio do (a) advogado (a), conforme previsão legal contida no art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, CITADA para pagar ou garantir a execução, no importe de R$ 24.791,98, no prazo 48 (quarenta e oito) horas.

II. Procedido ao depósito, aguarde-se o prazo para a oposição de embargos. Transcorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará judicial on-line para liberação do crédito liquido do autor e recolhimento de encargos. Havendo manifestação, voltem-me conclusos.

III. Não havendo o pagamento nem garantida a execução, inicie-se a execução com consultas sucessivas os sistemas BACENJUD e RENAJUD para verificar a existência de ativos em nome da reclamada.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001034-80.2017.5.11.0002

AUTOR	JOAN GLAUBER DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	Ricardo de Carvalho Torres(OAB: 7917/AM)
RÉU	SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA

ADVOGADO	EDUARDO PEREIRA TOMITAO(OAB: 166854/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAN GLAUBER DOS SANTOS COSTA
- SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO - PJe-JT

Defiro o pedido de parcelamento de ID 7dc5621, na forma do art. 916 do CPC.

Como a reclamada não mencionou quaisquer datas, determino seja o pagamento das parcelas realizado todo dia 27, **começando em 27/10/2019 e finalizando em 27/03/2020.** Caso coincida com fins de semana ou feriados, o adimplemento será feito no primeiro dia útil subsequente.

Expeça-se alvará, em favor do reclamante, para levantamento dos valores depositados.

Adimplido integralmente o valor do débito, conclusos para sentença de arquivamento. /kng

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000700-12.2018.5.11.0002

AUTOR	DEIYMESON LIMA DOS SANTOS
ADVOGADO	ANDREA RENATA VIRGINIO DE SOUZA(OAB: 9238/AM)
RÉU	A. L. BAHIA - EPP
RÉU	ALEX LIMA BAHIA

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIYMESON LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Expeça-se novo mandado de citação, desta feita para o endereço apontado pelo autor.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000452-91.2019.5.11.0008

AUTOR	ALDENOR DA SILVA PESSOA
ADVOGADO	JOSE OLAVO SALGADO MARQUES(OAB: 8335/PA)
ADVOGADO	RAIMUNDO KULKAMP(OAB: 6158/PA)
RÉU	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO	ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDENOR DA SILVA PESSOA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Libere-se ao autor, por meio de alvará, o valor incontroverso de R$195.055,84, eis que reconhecido como devido pela própria executada.

Após, conclusos para julgamento dos embargos opostos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000703-64.2018.5.11.0002

AUTOR	ANTONIO RENATO MARQUES DA SILVA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Independentemente do parcelamento acordado, fica a reclamada notificada a pagar os honorários periciais (R$1.500,00) no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de imediata execução do valor. /afps

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000167-53.2018.5.11.0002

AUTOR	FRANCIMAR FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)
ADVOGADO	MARIA ISABEL GURGEL DO AMARAL PINTO(OAB: 14119/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CONCLUSÃO

Faço os presentes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Juiz, para informar que a SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA disponibilizou o montante de R$ 50,000,00 para os presentes autos.

Kelly de Almeida

Servidora da Justiça do Trabalho

DESPACHO

I. Em face da conclusão supra, e considerando o princípio da economia e celeridade processual, CONVERTO o depósito supramencionado em PENHORA.

II.A Executada fica notificada para tomar ciência dos valores depositados pela SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e de que poderá opor Embargos à Execução, no prazo legal

III. Não havendo Embargos, expire-se o prazo, expeça-se Alvará Judicial Online para liberação do crédito do autor e, proceda-se a transferência de valores para os demais autos da presente execução reunida.

IV. Cumpridas as determinações acima, e não havendo pendências, encaminhem-se os autos do processo para extinção da execução e sentença de arquivamento.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000671-30.2016.5.11.0002

AUTOR	NILTON XAVIER DA SILVA
ADVOGADO	JOSE CARLOS PEREIRA DO VALLE(OAB: 961/AM)
RÉU	ELIOMAR GOMES DA SILVA
RÉU	MARIA JOSE REGO SANTOS
RÉU	ELIMAGS CONSTRUCOES LTDA - EPP
ADVOGADO	ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAUJO(OAB: 7201/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	ALDENICE VIANA BEZERRA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIMAGS CONSTRUCOES LTDA - EPP
- NILTON XAVIER DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Encaminho os autos para o arquivo provisório, contando-se o prazo prescricional intercorrente a partir desta data.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000974-73.2018.5.11.0002

AUTOR	FRANCISCO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	MARIA ISA LOPES DA SILVA(OAB: 2585/AM)
RÉU	SAO JORGE PARTICIPACOES LTDA
RÉU	SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA
ADVOGADO	SAMUEL SOARES DE MIRANDA(OAB: 10370/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

No interesse do processo supra, fica intimado(a) o(a) Sr(a). **Francisco Alves da Silva**, por intermédio de sua patrona, para tomar ciência dos documentos de Id 9d71699 e seguintes, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de **arquivamento e início da contagem do prazo da prescrição intercorrente, na forma do art. 11-A da CLT/lrv**

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001244-97.2018.5.11.0002

AUTOR	MARCIO KENEDY GOMES ADELINO
ADVOGADO	CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Independentemente do parcelamento firmado, fica a reclamada notificada a pagar os honorários periciais (R$2.000,00) no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de imediata execução do valor. /afps

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001088-75.2019.5.11.0002

AUTOR	ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO
ADVOGADO	HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER(OAB: 12127/AM)
ADVOGADO	ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO(OAB: 988/AM)
RÉU	CONDOMINIO JARDIM VILA RICA
RÉU	PONTO COM SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-JT Manaus/AM, 30 de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0001088-75.2019.5.11.0002

AUTOR: ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO

RÉU: PONTO COM SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI , CONDOMINIO JARDIM VILA RICA

A(o) Senhor(a)

ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO

69020-140 - AVENIDA DE DUQUE CAXIAS , 67 - CENTRO - MANAUS - AMAZONAS

Fica o(a) reclamante notificado(a), por meio de seu(a) advogado(a), a comparecer na audiência designada na data de 05/11/2019 08:40, no endereço supramencionado.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001112-91.2019.5.11.0006

AUTOR	RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	RONDONIA TRANSPORTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-JT Manaus/AM, 30 de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0001112-91.2019.5.11.0006

AUTOR: RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA

RÉU: RONDONIA TRANSPORTES LTDA

A(o) Senhor(a)

CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por meio de seu(a) advogado(a), a comparecer na audiência designada na data de 05/11/2019 08:30, no endereço supramencionado.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001980-86.2016.5.11.0002

AUTOR	DALVA MORAES DE SOUZA
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- DALVA MORAES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Expeça-se alvará para quitação do crédito do autor e recolhimento dos encargos previdenciários. Registrem-se os valores pagos via PJE.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001088-75.2019.5.11.0002

AUTOR	ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO
ADVOGADO	HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER(OAB: 12127/AM)
ADVOGADO	ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO(OAB: 988/AM)
RÉU	CONDOMINIO JARDIM VILA RICA
RÉU	PONTO COM SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-

JT Manaus/AM, 30

de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0001088-75.2019.5.11.0002

AUTOR: ELIEZIO BATISTA DE ARAUJO

RÉU: PONTO COM SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI , CONDOMINIO JARDIM VILA RICA

A(o) Senhor(a)

ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO

69020-140 - AVENIDA DE DUQUE CAXIAS , 67 - CENTRO - MANAUS - AMAZONAS

Fica o(a) reclamante notificado(a), por meio de seu(a) advogado(a), a comparecer na audiência designada na data de 05/11/2019 08:40, no endereço supramencionado.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000576-63.2017.5.11.0002

AUTOR	MARCELO SOUZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES AMED(OAB: 5373/AM)
RÉU	SODECIA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA(OAB: 2682/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO SOUZA DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-

JT Manaus/AM, 30

de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0000576-63.2017.5.11.0002

AUTOR: MARCELO SOUZA DE OLIVEIRA

RÉU: SODECIA DA AMAZONIA LTDA

No interesse do processo supra, fica intimado(a) o(a) Sr(a). **MARCELO SOUZA DE OLIVEIRA**, por intermédio de seu patrono, da expedição de Alvará Judicial em seu favor, bem como para comprovar o valor sacado no prazo de 5 (cinco) dias.

KELLY DE ALMEIDA OLIVEIRA

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0001110-36.2019.5.11.0002

AUTOR	ROSSICLEY FRANCA FARIAS
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSSICLEY FRANCA FARIAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-

JT Manaus/AM, 30 de Setembro de 2019.

PROCESSO Nº 0001110-36.2019.5.11.0002

AUTOR: ROSSICLEY FRANCA FARIAS

RÉU: C C BATISTA ME - ME

A(o) Senhor(a)

MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por meio de seu(a) advogado(a), a comparecer na audiência designada na data de 05/11/2019 09:20, no endereço supramencionado.

ELBA ANSELMO GONCALVES DE FIGUEIREDO

Servidor da Justiça do Trabalho

Despacho

Processo Nº ATSum-0001017-73.2019.5.11.0002

AUTOR	MASINHO DE ARAUJO DUTRA
ADVOGADO	LUCIANA RODRIGUES PINTO(OAB: 9164/AM)
RÉU	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
- MASINHO DE ARAUJO DUTRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Defiro o pedido de redesignação de audiência, que acontecerá em **05/11/2019, às 9h40min,** devendo as partes comparecerem sob as penas do art. 844 da CLT. Intime-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEREDO CAMPOS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ConPag-0001145-90.2019.5.11.0003

CONSIGNANTE	FITAS FLAX DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	PEDRO PAES DA COSTA(OAB: 1347/AM)
CONSIGNATÁRIO	FRANK BRUNO SILVA DE OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- FITAS FLAX DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO PJe-JT

Inclua-se o processo em pauta para o dia 5/11/2019 às 10h10.

Notifiquem-se as partes.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0010284-82.2013.5.11.0001

AUTOR	JEFESON SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	DAVID SILVA DAVID(OAB: 5494/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
RÉU	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
RÉU	MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	TATIANE DE PAULA SANTOS(OAB: 6153/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 4º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 36272033 - e-mail: www.trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO: 0010284-82.2013.5.11.0001

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: JEFESON SOUZA DA SILVA

RÉU: MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA,

SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

O (A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho 3ª Vara do Trabalho de Manaus;

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA A RÉ RÉU: MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem acerca dos embargos à execução opostos pela litisconsorte;

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 3ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

E, para constar, eu, Gebes de Mello Medeiros Neto, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Manaus, subscrevi.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz do Trabalho Titular da 3ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0000965-45.2017.5.11.0003

AUTOR	WHIKLER ALENCAR DE MELO
ADVOGADO	SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
RÉU	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
RÉU	TECNISA S.A.
ADVOGADO	MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684/SP)
ADVOGADO	FRANCESCO ROBUSTELLI NETO(OAB: 8268/AM)
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 4º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 36272033 - e-mail: www.trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO: 0000965-45.2017.5.11.0003

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: WHIKLER ALENCAR DE MELO

RÉS: TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA, TECNISA S.A.

O (A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho 3ª Vara do Trabalho de Manaus;

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA A RÉ: **TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA** para tomar ciência do recurso ordinário do(a) autor e, querendo, manifestar-se no prazo de 8 (oito) dias. O documento do processo na sua totalidade poderá ser acessado com a chave 19092612450055700000017633921, através do link **http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.**

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 3ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

E, para constar, eu, Gebes de Mello Medeiros Neto, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Manaus, subscrevi.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz do Trabalho Titular da 3ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000767-08.2017.5.11.0003

AUTOR	IZAIAS MARTINS CORREA
ADVOGADO	MARCIO CESAR OLIVEIRA LEITE(OAB: 9195/AM)
ADVOGADO	ANA PAULA NOGUEIRA DE SAO MARCOS(OAB: 6677/AM)
ADVOGADO	ALEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE(OAB: 9584/AM)
ADVOGADO	ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA(OAB: 4689/AM)
RÉU	COMETAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
PERITO	INGRID ANDRADE MOTTA GONÇALVES

Intimado(s)/Citado(s):

- COMETAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
- IZAIAS MARTINS CORREA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

1. Considerando

a) que a sentença de mérito de ID 22fe025 determinou que os honorários periciais de R$1.500,00 fossem quitados pelo reclamante, uma vez que sucumbente no objeto da perícia, e compensado do crédito do autor;

b) que o reclamante, ao apresentar os cálculos de atualização de ID 927e4f7, deixou de incluir os honorários periciais;

c) que o despacho de ID 4523765, item 2, não levou em conta a dedução dos honorários periciais do crédito líquido do autor;

Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o item 1 da decisão

de ID b838c70 e o item 2 do despacho de ID 4523765 e DETERMINO

a) Pague-se o reclamante, por intermédio do seu patrono, sendo: crédito líquido (R$9.191,20); encargos previdenciários, quota do reclamante (R$539,71), uma vez que a quota da reclamada já foi recolhida, conforme comprovação no ID 38092d9; custas (R$177,20), a partir da conta judicial 2200127731350, sem juros e atualização monetária;

b) Expeça-se alvará à perita nomeada pelo Juízo, Dra. Ingrid Motta Gonçalves, no importe de R$1.500,00, a partir da conta judicial 2200127731350, sem juros e atualização monetária, notificando-a para recebimento;

c) Após, cumpra-se o item 3 do despacho de ID 4523765;

2. Dê-se ciência às partes da presente decisão. // imp

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000987-69.2018.5.11.0003

AUTOR	IURY DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO	ISABEL DA SILVA MEDEIROS(OAB: 7178/AM)
RÉU	LP PESSI LTDA - ME
ADVOGADO	ANTONIO TAVARES FERREIRA COSTA(OAB: 6941/AM)
RÉU	PESSI E PESSI LTDA
ADVOGADO	ANTONIO TAVARES FERREIRA COSTA(OAB: 6941/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- IURY DOS SANTOS FERREIRA
- LP PESSI LTDA - ME
- PESSI E PESSI LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE ARQUIVAMENTO

Registre-se o pagamento do crédito do reclamante e das custas;

Tendo em vista o que dispõem os artigos 924 e 925, do Código de Processo Civil/2015, no tocante às formas de extinção da execução, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO, e determino o arquivamento da reclamatória.

Registre-se.//ijm

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002124-57.2016.5.11.0003

AUTOR	MANOEL MEDEIROS DE SOUZA
ADVOGADO	Francisco de Assis Ferreira Pereira(OAB: 1718/AM)
AUTOR	GECINALDO BENTES DE SOUZA
ADVOGADO	Francisco de Assis Ferreira Pereira(OAB: 1718/AM)
AUTOR	EDUARDO MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADO	Francisco de Assis Ferreira Pereira(OAB: 1718/AM)
RÉU	C .S. PAZ - ME
RÉU	MOSAICO ENGENHARIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
ADVOGADO	BRUNO ALECRIM DE LIMA(OAB: 6440/AM)
RÉU	JORGE SOTTO MAYOR FERNANDES
RÉU	CARIOLANO SULIDADE PAZ
RÉU	JORGE SOTTO MAYOR FERNANDES FILHO

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO MONTEIRO E MONTEIRO
- GECINALDO BENTES DE SOUZA
- MANOEL MEDEIROS DE SOUZA
- MOSAICO ENGENHARIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

1. Homologo o acordo de ID 6a415d6 para que surtam seus jurídicos e legais efeitos;

2. Proceda-se a cessação das consultas no SABB;

3. Expeça-se alvará ao patrono dos reclamantes a partir da conta judicial 04865366-9, da Caixa Econômica Federal, referente a 1ª parcela dos honorários advocatícios, conforme solicitação da litisconsorte de ID acbd974;

4. Dê-se ciência às partes da presente decisão;

5. Após, conclusos para análise dos demais valores bloqueados. // imp.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000438-59.2018.5.11.0003

AUTOR	VIVIANE AGUILA DA SILVA
ADVOGADO	LUANA ANDRADE MELO(OAB: 12282/AM)
RÉU	PARKSTAR ESTACIONAMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO	ADRIANO DE ALMADA MESSIAS(OAB: 234918/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PARKSTAR ESTACIONAMENTOS LTDA - EPP
- VIVIANE AGUILA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

1. Defiro a abertura de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da executada, nos termos do artigo 28 § 5º, do CDC c/c artigo 50, do Código Civil Brasileiro c/c artigos 133 a 137 do NCPC c/c artigo 6º da IN nº 39/2016 do C. TST, para que a execução alcance o patrimônio particular do sócio da executada, conforme consulta realizada no sistema InfoJud, ID 2d4afae. Promova-se a retificação na autuação;

2. Cite-se o sócio, conforme a consulta ao InfoJud, por carta precatória, e, no caso de resposta negativa, por Edital, e promovam-se os registros necessários;

3. Defiro, ainda, Tutela Cautelar de Arresto, na forma dos artigos 297 e 301, ambos do NCPC, em desfavor da executada, pessoa jurídica e de seus sócios para que, após a citação, sejam promovidas as consultas no BACEN e no RENAJUD;

4. Posteriormente, registre-se a executada, pessoa jurídica, no BNDT;

5. Após, conclusos.//eh

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0010538-49.2013.5.11.0003

AUTOR	ROBERVAL ALVES FERREIRA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ARIANA DA SILVA FELIX(OAB: 8501/AM)
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- ROBERVAL ALVES FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS

Vistos etc.,

RELATÓRIO

AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., impugnou os cálculos, por meio da peça de Id. 8995ffd, alegando a existência de erros na conta elaborada pelo reclamante.

Conclusos, vieram-me os autos para julgamento, sem a necessidade de nova manifestação da parte contrária, de acordo com despacho de Id. 678f152.

FUNDAMENTAÇÃO

Admissibilidade

Conheço da presente impugnação aos cálculos, uma vez que manejada a tempo e modo oportunos.

Mérito

O impugnante insurge-se contra os cálculos alegando a existência de erro na confecção da conta, já que esta não teria observado corretamente a metodologia de cálculos. Argumenta, em síntese, que: a) erro na aplicação dos índices de correção monetária pelo IPCA-E; b) apuração em duplicidade de férias; c) exclusão de reflexo de ATS; d) reflexo sobre reflexo; e, e) pede a homologação de seus cálculos.

Dito isso, passo a decidir.

1) Índices de correção monetária

Parcialmente procedente. Passo a analisar o mérito, tecendo alguns comentários pertinentes acerca da evolução do entendimento dos tribunais superiores relativo à correção monetária dos créditos trabalhistas.

O Supremo Tribunal Federal, nos autos das ADI's nºs. 4357 e 4425,

cujo objeto era a EC 62/2009, que instituiu o regime de pagamento de precatórios, decidiu que o índice TRD, oficial da poupança, não é constitucional para aferir a perda do poder aquisitivo da moeda.

Diante dessa decisão, o TST, nos autos do ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, declarou, por arrastamento, a inconstitucionalidade da expressão "equivalentes a TRD", expressa no art. 39 da lei nº. 8.177/91, entendendo que deveria ser aplicado o índice IPCA-E para atualização monetária dos créditos trabalhistas, sendo que após o julgamento dos Embargos de Declaração nos referidos autos, aquela corte superior trabalhista modulou os efeitos da decisão por ela proferida, fixando o índice IPCA-E a partir de 25 de março de 2015, conforme a data estabelecida pelo próprio STF.

Contudo, em decisão monocrática, proferida pelo Ministro Dias Toffoli, em 14/10/2015, na Reclamação Trabalhista 22012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), foi deferida para suspender os efeitos daquela decisão do TST que havia substituído a TRD pelo IPCA.

Na sessão do dia 05/12/2017, a Segunda Turma do STF revogou aquela liminar, julgando improcedente a Reclamação, restabelecendo-se, destarte, o entendimento esposado pelo C. TST nos autos do ArgInc-479-60.2011.5.04.0231.

Seguindo essa trilha, este Egrégio Regional, por meio se sua composição plena, nos autos do processo nº 0000091-69.2017.5.11.0000 (IUJ), proferiu decisão no sentido de que o IPCA -E como índice de correção monetária só deve ser aplicado para os créditos trabalhistas efetuados a partir de 25 de março de 2015, conforme se extrai do seguinte aresto:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. "Temos que tais incidentes deverão ser concluídos conforme determinado pelo Presidente do TRT ou pelo Ministro Relator no TST. É que, como visto, remanesce o dever do tribunal de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926), o que justifica a conclusão dos incidentes. Não bastasse, o incidente deve ser processado e julgado pela teoria do isolamento dos atos processuais, de modo que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso,(...)" (Reforma Trabalhista: Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 / Antonio Umberto de Souza Júnior...[et al.] - São Paulo: Rideel, 2017). Por sua vez, entendo que os atos praticados em IUJ's em curso, após a vigência da Lei nº 13.467/2017, deverão observar a nova regulamentação processual, isto é, os procedimentos previstos na legislação processual civil para institutos equivalentes, no que couber. ***ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR X IPCA. Em razão da recente decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que, ao examinar o mérito da Reclamação Constitucional nº 22012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em que determinava a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD) para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a ser aplicada a partir de 25 de março de 2015****.*

Ocorre que, com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, em 11/11/2017, foi acrescentado o §7º ao art. 879 da CLT, definindo que a "**atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº. 8.177, de 1º de março de 1991**".

Diante disso, a 4ª Turma do C. TST, em recente decisão nos autos do RR 10260-88.2016.5.15.0146 , proferida na Sessão do dia 09/10/2018, entendendo que aquele novel dispositivo legal não é afetado pela declaração de inconstitucionalidade proferida em momento anterior a sua vigência, não sendo, portanto, atingindo pela decisão tomada no ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, tendo em vista que o controle de constitucionalidade ali se deu em relação ao art. 39 da Lei nº. 8.177/91.

A seguinte ementa sintetiza esse novo entendimento do C. TST:

RECURSO DE REVISTA. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. ATUALIZAÇÃO PELO IPCA-E. TAXA REFERENCIAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 39 DA LEI Nº 8.177/91. PARCIAL PROVIMENTO. Este colendo Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, nos autos do processo n° TST -ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, analisou a constitucionalidade da diretriz insculpida no caput do artigo 39 da Lei n° 8.177/91, na parte em que determina a utilização da variação acumulada da TRD para fins de atualização monetária, à luz da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4357-DF. Assim, prevaleceu o entendimento do Tribunal Pleno desta Corte Superior no sentido de que o IPCA-E como índice de correção monetária para atualização dos débitos trabalhistas somente deve ser adotado a partir de 25/03/2015. Ocorre que, com a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, em 11/11/2017, foi acrescentado o § 7º ao artigo 879 da CLT, determinando que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial deverá ser feita pela Taxa Referencial (TR). Nesse contexto, de acordo com voto divergente proferido pelo Ministro Alexandre Luiz Ramos nos autos do processo nº TST-RR-2493-67.2012.5.12.0034, esta colenda Turma decidiu, por maioria, **adotar o entendimento de que o IPCA-E**

somente deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas no interregno de 25.03.15 a 10.11.2017, devendo ser utilizado a TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas no período anterior a 24.03.2015 e posterior a 11.11.2017 (no termos do artigo 879, § 7º, da CLT). Recurso de revista de que se conhece e a que se dá parcial provimento. (RR - 10260-88.2016.5.15.0146, Relator Ministro: Caputo Bastos, Data de Julgamento: 09/10/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: 26/10/2018) **Grifos aditados**.

Conforme visto, mais uma vez foi necessário modular efeitos de uma decisão de grande impacto na elaboração dos cálculos trabalhistas, pelo que, por ora, restou definido que o IPCA-E somente se aplica no período de 25.03.2015 a 10.11.2017; com a reforma, deve ser utilizada a TR a partir de 11/11/2017.

Revendo meu entendimento em processos anteriores, passo a adotar a linha de raciocínio jurídico expressa na recente decisão do TST, pelo que julgo procedente, em parte, a presente impugnação aos cálculos para que seja observado que o índice IPCA-E somente deve ser adotado aos créditos trabalhistas efetuados do período de 25.03.2015 a 10.11.2017.

2) Duplicidade de férias

Procede. O impugnante acertadamente indica erros na apuração pelo impugnado das verbas reflexas em férias e terço constitucional diante da apuração do mês integral nos períodos de férias, causando duplicidade a apuração dos reflexos em férias + 1/3. Assim, procede a alegação e determino a apuração de reflexos somente sobre o 1/3 constitucional.

3) Reflexos sobre adicional por tempo de serviço (ATS)

Procede. Efetivamente, conforme alegado, não houve a determinação de reflexos no adicional em questão. Assim, em respeito ao comando decisório transitado em julgado deve ser excluído o reflexo incluído equivocadamente pelo impugnado.

4) Reflexo sobre reflexo

Procede. Pela análise dos cálculos do impugnado, verifica-se o excesso de execução na apuração dos reflexos sobre diferenças salariais, notadamente reflexo do adicional de periculosidade não determinado no julgado e também seu reflexo sobre adicional por tempo de serviço. Assim o adicional de periculosidade deve ser limitado a 30% sobre as diferenças salariais, sem incidência em outros reflexos.

5) Homologação dos cálculos do impugnante

Improcede. Embora reconhecido erros nos cálculos do impugnado, igual sorte apresenta os cálculos do impugnante, pois apresenta inconsistências, especialmente sobre a apuração de correção monetária que foge à sistemática adotada por este E. TRT, em incidente de uniformização de jurisprudência, aplicando-se TR até 24/03/2015 e IPCA-E após esta data, IUJ 91.69.2017.5.11.0000, limitado a utilização do IPCA-E de 25/03/2015 até 10/11/2017, quando necessário a aplicação da TR, com a entrada em vigor da reforma trabalhista, já esclarecida no item 1.

Em face do exposto, faz-se necessária a correção das contas na forma das considerações acima delineadas. Desta feita, verificando que ambas as contas contêm vícios a serem sanados, homologo os novos cálculos de liquidação de Id. 47bc469, elaborados pela contadoria, nos quais já constam as correções acima verificadas como necessárias, para que surtam seus efeitos jurídicos.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, DECIDO CONHECER DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS apresentada por **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.,** contra **ROBERVAL ALVES FERREIRA,** para o fim de JULGÁ-LA **PROCEDENTE**, homologando os novos cálculos de liquidação, Id. 47bc469, elaborados pela contadoria do juízo, os quais integram o presente dispositivo como se aqui estivessem. Cite-se a reclamada, e, considerando que está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DJE. Custas pela reclamada, no valor de R$ 55,35, nos termos do art. 789-A, VII, da CLT. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Esclareço às partes, por imposição dos princípios jurisdicionais da cooperação e informação, que, conforme doutrina e jurisprudência uníssonas, não cabe recurso da decisão que julga a impugnação aos cálculos, sendo que a matéria nela discutida poderá ser renovada em eventuais embargos à execução, nos termos do já citado artigo 884 da CLT. Dessa forma, a inobservância dessa circunstância poderá configurar ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do artigo 774, I e II do nCPC, atraindo a incidência da multa de até 20% do valor da execução prevista no parágrafo único do referido artigo. ***Notifiquem-se as partes (DOJT)***.//spn

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0010538-49.2013.5.11.0003

AUTOR	ROBERVAL ALVES FERREIRA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ARIANA DA SILVA FELIX(OAB: 8501/AM)
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)

ADVOGADO AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0010538-49.2013.5.11.0003

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROBERVAL ALVES FERREIRA

RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO PJe-JT

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho Dr(a). ADILSON MACIEL DANTAS da MM. 3ª vara do Trabalho de Manaus, na sentença de Id c1af506, determina que seja citada a executada AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, na pessoa do seu advogado, para pagar em 48 horas ou garantir a execução, a quantia de R$ 55,35 (CINQUENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

E, para constar, Eu, Gebes de Mello Medeiros Neto, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Manaus, subscrevi.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 30 de setembro de 2019, na Secretaria da 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001164-04.2016.5.11.0003

AUTOR	MANOEL ALUIZIO DOS SANTOS SEIXAS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	SP CONSTRUCAO DE POCOS ARTESIANOS LTDA
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)
ADVOGADO	MAURICIO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR(OAB: 7768/AM)
RÉU	RALC CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
RÉU	JHSF MANAUS EMPREENDIMENTOS E INCORPORACOES S.A.
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SP CONSTRUCAO DE POCOS ARTESIANOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001164-04.2016.5.11.0003

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: MANOEL ALUIZIO DOS SANTOS SEIXAS

RÉU: SP CONSTRUCAO DE POCOS ARTESIANOS LTDA e outros (2)

MANDADO DE INTIMAÇÃO PJe-JT

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho Dr(a). ADILSON MACIEL DANTAS da MM. 3ª vara do Trabalho de Manaus, na decisão de Id bfa42d6, determina que seja citada a executada AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, na pessoa do seu advogado, para pagar em 48 horas ou garantir a execução, a quantia de R$ 43.096,36 (QUARENTA E TRÊS MIL, NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

E, para constar, Eu, Gebes de Mello Medeiros Neto, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Manaus, subscrevi.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 30 de setembro de 2019, na Secretaria da 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Manaus

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001733-73.2014.5.11.0003

AUTOR	LUIZA LIMA COSTA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	ETA PEREIRA CASTELO BRANCO(OAB: 6550/AM)
ADVOGADO	WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES(OAB: 6367/AM)
RÉU	TOP VIP ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZA LIMA COSTA
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO

Vistos etc.,

RELATÓRIO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS- UEA opôs embargos à execução de Id. 172cb68, sustentando, em síntese, inexigibilidade do título executivo.

Notificados, o reclamante e a reclamada não se manifestaram, conforme certidões de Ids. 88be768 e 347cf6c.

Conclusos, vieram-me os autos para julgamento.

FUNDAMENTAÇÃO

Admissibilidade

Conheço os presentes embargos, uma vez que manejados a tempo e modo oportunos.

Mérito

Inexigibilidade do título judicial

Argui a embargante a inexigibilidade do título judicial em razão de o STF ter declarado constitucional o art. 71, §1º da Lei 8.666/93, o qual prevê que a inadimplência do contrato com referência aos encargos trabalhistas não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

Ocorre que, embora o STF tenha declarado a constitucionalidade de tal artigo, não excluiu a possibilidade de condenação do ente público na culpa in vigilando, pois era dever da administração pública fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa contratada, razão pela qual julgo improcedente os embargos à execução.

Por oportuno, determino a exclusão das custas processuais no valor de R$ 153,79 e custas de execução no valor de R$ 51,71, prosseguindo-se pelo valor de R$ 7.976,08, nos termos do art. 790-A, I, da CLT.

CONCLUSÃO:

ANTE O EXPOSTO, conheço os embargos opostos pela **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS- UEA** em face de **LUIZA LIMA COSTA** para julgá-los **IMPROCEDENTES**, com o prosseguimento da execução em face da litisconsorte, devedora subsidiária. Por oportuno, determino a exclusão das custas processuais no valor de R$ 153,79 e custas de execução no valor de R$ 51,71, prosseguindo-se pelo valor de R$ 7.976,08, nos termos do art. 790- A, I, da CLT. TUDO NOS EXATOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO RETRO, QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE DISPOSITIVO COMO SE AQUI ESTIVESSE TRANSCRITA. CUSTAS ISENTAS, NOS TERMOS DO ART.790-A, I, DA CLT. **NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.** NADA MAIS. E, PARA CONSTAR FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002515-12.2016.5.11.0003

AUTOR	SAMUEL RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	DEGRAU ENGENHARIA LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- SAMUEL RODRIGUES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Expeça-se alvará ao próprio reclamante referente ao FGTS que se encontrar depositado em sua conta vinculada, observando-se o extrato analítico de ID 4adda7e;

2. Notifique-se os patronos do reclamante para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, depositar em Juízo a CTPS do autor, sob expedição de mandado de busca e apreensão a ser cumprido nas dependências do escritório dos causídicos;

3. Após, conclusos. // imp

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0011803-86.2013.5.11.0003

AUTOR	JAMES FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)
RÉU	LIRA SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA.
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	MAURO COUTO DA CUNHA(OAB: 4200/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAMES FERREIRA DE OLIVEIRA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Pague-se o exequente, por intermédio do seu patrono, a partir do depósito de ID 1b07b36, sendo: crédito líquido do autor (R$20.075,47), encargos previdenciários (R$2.007,34), conforme cálculos de ID 3e42d58;

2. Após, expeça-se alvará em nome da litisconsorte Petrobras, a partir do depósito recursal de ID 3d30c46, notificando-a para levantamento junto à Caixa Econômica Federal;

3. Cumpridos os itens acima, conclusos para arquivamento. // imp

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002515-12.2016.5.11.0003

AUTOR	SAMUEL RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	DEGRAU ENGENHARIA LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- SAMUEL RODRIGUES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Expeça-se alvará ao próprio reclamante referente ao FGTS que se encontrar depositado em sua conta vinculada, observando-se o extrato analítico de ID 4adda7e;

2. Notifique-se os patronos do reclamante para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, depositar em Juízo a CTPS do autor, sob expedição de mandado de busca e apreensão a ser cumprido nas dependências do escritório dos causídicos;

3. Após, conclusos. // imp

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0011803-86.2013.5.11.0003

AUTOR	JAMES FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)
RÉU	LIRA SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA.
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	MAURO COUTO DA CUNHA(OAB: 4200/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAMES FERREIRA DE OLIVEIRA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Pague-se o exequente, por intermédio do seu patrono, a partir do depósito de ID 1b07b36, sendo: crédito líquido do autor (R$20.075,47), encargos previdenciários (R$2.007,34), conforme cálculos de ID 3e42d58;

2. Após, expeça-se alvará em nome da litisconsorte Petrobras, a partir do depósito recursal de ID 3d30c46, notificando-a para levantamento junto à Caixa Econômica Federal;

3. Cumpridos os itens acima, conclusos para arquivamento. // imp

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000743-43.2018.5.11.0003

AUTOR	JAIR MOCAMBITE SEABRA
ADVOGADO	ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO(OAB: 7133/AM)
RÉU	MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME
ADVOGADO	PAULO CESAR AZEVEDO DOS SANTOS(OAB: 13278/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Notifique-se a reclamada para, no prazo de 08 dias, manifestar-se sobre os cálculos apresentados pelo reclamante;

2. Após, conclusos.//ijm

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002515-12.2016.5.11.0003

AUTOR	SAMUEL RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	DEGRAU ENGENHARIA LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- SAMUEL RODRIGUES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1. Expeça-se alvará ao próprio reclamante referente ao FGTS que se encontrar depositado em sua conta vinculada, observando-se o extrato analítico de ID 4adda7e;

2. Notifique-se os patronos do reclamante para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, depositar em Juízo a CTPS do autor, sob expedição de mandado de busca e apreensão a ser cumprido nas dependências do escritório dos causídicos;

3. Após, conclusos. // imp

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000582-96.2019.5.11.0003

AUTOR	JOSE PAULO CASTRO MOURA
ADVOGADO	DJANE OLIVEIRA MARINHO(OAB: 5849/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	CASTELINHO REFEICOES LTDA
ADVOGADO	SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA(OAB: 5644/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASTELINHO REFEICOES LTDA
- JOSE PAULO CASTRO MOURA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RELATÓRIO

Da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, o reclamante apresentou embargos de declaração, alegando contradição no julgado no que tange à condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais sobre as multas dos arts. 467 e 477 da CLT, visto que tais parcelas não constam dos pedidos em sua inicial.

É o relatório.

Tempestivos.

Conheço.

FUNDAMENTOS

O embargante aduz que a sentença condenou ao pagamento de honorários sucumbenciais à reclamada sobre as multas dos arts. 467 e 477 da CLT, visto que não constam dos pedidos em sua inicial.

Em que pese a condenação do reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais ter ocorrido apenas sobre os danos morais, verifico que, de fato, foram julgados improcedentes os pedidos de pagamento das multas dos arts. 467 e 477 da CLT, os quais não constam da inicial.

Diante do erro apontado, excluo da sentença a improcedência ao pagamento das multas dos arts. 467 e 477 da CLT e, consequentemente, eventual condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais sobre tais parcelas.

DISPOSITIVO

Em face do exposto, conheço os Embargos de Declaração opostos por JOSÉ PAULO CASTRO MOURA para, no mérito, julgá-los PROCEDENTES, para o fim de sanar a contradição quanto a improcedência ao pagamento das multas dos arts. 467 e 477 da CLT, excluindo tal apreciação da sentença e, consequentemente, eventual condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais sobre tais parcelas. Incólume a sentença nos demais termos. Mantém-se inalterado o valor arbitrado à condenação, bem como às custas. Tudo nos termos da fundamentação que integra este dispositivo para todos os fins.

Dê ciência às partes da decisão.

Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000291-72.2014.5.11.0003

AUTOR	JOSUE DA COSTA BARROSO

ADVOGADO	SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS(OAB: 4776/AM)
ADVOGADO	SHIRLEY DA CONCEIÇÃO ALMEIDA DO CARMO FERREIRA(OAB: 5161/AM)
ADVOGADO	ELIZA PAES ARAUJO(OAB: 5162/AM)
RÉU	AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que a Reclamada não foi regularmente notificada para contraminutar o agravo de petição movido pelo Estado do Amazonas, motivo pelo qual, neste ato, encaminho o presente processo ao setor de comunicação, para o fim de cumprimento do respectivo expediente.

Colhidas as manifestações ou expirado o prazo para tanto, remeta-se o processo à segunda instância, conforme já determinado pelo Juízo.

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019.

GEBES DE MELLO MEDEIROS NETO

Diretor de Secretaria

Despacho

Processo Nº ETCiv-0000185-37.2019.5.11.0003

EMBARGANTE	ELLEN RITTA HONORATO
ADVOGADO	ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON(OAB: 3456/AM)
EMBARGADO	RAIMUNDO DOS SANTOS SALVADOR

Intimado(s)/Citado(s):

- ELLEN RITTA HONORATO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando a informação de Id. ec70312, notifique-se o agravado Raimundo dos Santos Salvador, por oficial de justiça, para, querendo, no prazo de 8 (oito) dias, contraminutar o agravo de petição oposto pela embargante. gmn

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000767-31.2019.5.11.0005

AUTOR	FRANCISCO SATURNO DA SILVA
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
RÉU	TUMPEX EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TUMPEX EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

1 - Admite-se o Recurso Ordinário da parte reclamante porque

preenchidos os pressupostos de admissibilidade;

2- À(s) parte(s) contrária(s) para, querendo, e no prazo legal, contrarrazoar o recurso do(a) reclamante;

3- Colhidas as contrarrazões e não havendo outras pendências, remeta-se este processo virtual para a Segunda Instância. // imp

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000082-30.2019.5.11.0003

AUTOR	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
- MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

A parte reclamante apresentou embargos de declaração sustentando omissão da sentença quanto ao índice a ser aplicado para correção dos créditos trabalhistas, dizendo que embora tenha sido imposta a TR, versa decisão do STF sobre o tema. Pedio fosse sanada a omissão.

Conclusos à decisão.

FUNDAMENTOS

Embargos tempestivos, deles conheço.

A matéria ventilada nos embargos de declaração é relativa ao próprio mérito da causa, revelando-se apenas o inconformismo da parte embargante quanto à utilização da TR**.** É matéria afeta ao convencimento do magistrado prolator da decisão e não reclamada por qualquer omissão, sendo mera irresignação da parte embargante. Rejeito, pois.

CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, conheço e nego provimento aos embargos de declaração opostos por **MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS**, nada havendo a ser aclarado na decisão embargada.

Intimem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000849-68.2019.5.11.0003

AUTOR	RAYANNE GARCIA DA SILVA
ADVOGADO	PATRICIA DE CASTRO LOPES(OAB: 7971/AM)
RÉU	SIMPALA LANCADORA E ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO	CLAUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)
RÉU	TAMIRES MORAES DE SOUZA 92390935249

Intimado(s)/Citado(s):

- RAYANNE GARCIA DA SILVA
- SIMPALA LANCADORA E ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Homologa-se, por sentença, o acordo de id.7580f5f para que cumpra seus efeitos legais e jurídicos.

Tendo em vista que o acordo é composto de parcelas de natureza indenizatória não incidem contribuições previdenciárias.

Custas pela reclamante no valor de R$400, dispensadas na forma da lei.

Fixo multa de 50% em caso de inadimplência, a incidir sobre a parcela efetivamente atrasada e com vencimento antecipado das parcelas futuras, se houverem.

Estabeleço prazo de 48 (quarenta e oito horas) para manifestação da reclamante sobre eventual inadimplência da reclamada, valendo o silêncio como presunção de quitação.

Ciência às partes por seus patronos desta sentença de homologação.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADILSON MACIEL DANTAS

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000605-42.2019.5.11.0003

AUTOR	IZAQUE DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IZAQUE DA SILVA VIEIRA
- UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado pelo perito do Juízo - conforme documento Id.6967529. gmn

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001735-43.2014.5.11.0003

AUTOR	PAULO YUKER MACHADO DE JESUS
ADVOGADO	JORGE LUIS DOS REIS OLIVEIRA(OAB: 6866/AM)
RÉU	B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO YUKER MACHADO DE JESUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que a parte reclamante até a presente data não apresentou cálculos, **e considerando, ainda, que o presente ato determina apenas a liquidação do feito**, **aguarde-se em arquivo provisório com o início da contagem do prazo da prescrição intercorrente, na forma do art. 11-A da CLT c/c o art. 878 da CLT face à inércia do reclamante,** salvo se a parte reclamante estiver sem patrocínio de advogado, quando deverão os autos serem enviados ao contador do juízo para liquidação do feito e prosseguimento da execução.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000533-55.2019.5.11.0003

AUTOR	LUIZ ALBERTO DA COSTA SILVA
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
RÉU	NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
ADVOGADO	FERNANDO ROGERIO PELUSO(OAB: 207679/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ ALBERTO DA COSTA SILVA
- NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes do laudo pericial apresentado pelo perito, para, querendo, se manifestarem no prazo legal de 10 (dez) dias. gmn

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

4ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001078-25.2019.5.11.0004

AUTOR	FLAVIO SANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES(OAB: 8121/AM)
RÉU	SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA

Intimado(s)/Citado(s):

- SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO(A) RÉU: SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para comparecer à audiência designada para o diaTipo: Inicial Data: 05/12/2019 Hora: 09:00, a ser realizada na sede deste Juízo, na qual deverá apresentar defesa aos termos da presenta ação.

4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 0001078-25.2019.5.11.0004

Reclamante :AUTOR: FLAVIO SANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS

Reclamado: RÉU: SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA

A ação tramita eletronicamente, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: **http://www.csjt.jus.br/vt-trt11**,

De ordem do(a) JUIZ(A) DO TRABALHO da 4ª Vara do Trabalho de Manaus.

Deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), além de acompanhado das testemunhas.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência, ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000760-47.2016.5.11.0004

AUTOR	ROGERIO RODRIGUES SOUSA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias,

sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Processo Nº ATOrd-0000652-47.2018.5.11.0004

AUTOR	KELEN CRISTINA ALVES MACHADO
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias, sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Processo Nº ATSum-0000226-98.2019.5.11.0004

AUTOR	AURINETE DE SOUZA SANTIAGO
ADVOGADO	SARAH SERRUYA ASSIS(OAB: 9515/AM)
ADVOGADO	SULAMITA SERRUYA ASSIS(OAB: 12351/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

PROCESSO: 0000226-98.2019.5.11.0004

AUTOR: AURINETE DE SOUZA SANTIAGO

RÉU: ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) da 4ª Vara do Trabalho de Manaus, no uso de suas atribuições legais e etc.

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica citada RÉU: ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, executada nos autos do processo eletrônico supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar ou garantir a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, na ordem da quantia de R$26.516,45 (Vinte e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos). Planilha de cálculos id-0ecbd38

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à penhora de tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida, com consulta ao BACEN/RENAJUD e demais atos executórios até o esgotamento das medidas para execução do montante devido.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.(pnc). Manaus, 27 de setembro de 2019

SANDRA MARIA PINTO ROCHA CAMPOS

DIRETORA DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0000846-18.2016.5.11.0004

AUTOR	ESTERLITA PERES CORREA
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

4ª Vara do Trabalho de Manaus

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - Processo Pje

PROCESSO: 0000846-18.2016.5.11.0004

RECLAMANTE: AUTOR: ESTERLITA PERES CORREA

RECLAMADA: RÉU: J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

De ordem do(a) Exmo (a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) da 4ª Vara do Trabalho de Manaus/AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a), para tomar ciência da DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS e manifestação no prazo de 08 dias. (Conforme id-7935e6a)

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus em 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de Manaus.

SANDRA MARIA PINTO ROCHA CAMPOS

DIRETORA DE SECRETARIA

Edital

Processo Nº ATOrd-0002628-60.2016.5.11.0004

AUTOR	NEIVA PATRICIA FERNANDES MARREIRA
ADVOGADO	VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO(OAB: 594-A/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

PROCESSO: 0002628-60.2016.5.11.0004

AUTOR: NEIVA PATRICIA FERNANDES MARREIRA

RÉU: TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP e outros

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe-JT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) da 4ª Vara do Trabalho de Manaus, no uso de suas atribuições legais e etc.

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica citada RÉU: TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP, executada nos autos do processo eletrônico supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar ou garantir a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, na ordem da quantia

de R$86.701,77 (Oitenta e seis mil, setecentos e um reais e setenta e sete centavos). Planilha de cálculos id-25335ad

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à penhora de tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida, com consulta ao BACEN/RENAJUD e demais atos executórios até o esgotamento das medidas para execução do montante devido.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital no dia 30 de setembro de 2019, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

ELAINE AIRES OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA EM SUBSTITUIÇÃO

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000590-74.2018.5.11.0014

AUTOR	THIAGO COLOMBO ARAUJO
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE(OAB: 7083/AM)
ADVOGADO	SIMEÃO DE OLIVEIRA VALENTE(OAB: 2152/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
TESTEMUNHA	RODRIGO OLIVEIRA SOARES

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

O RECLAMANTE interpôs tempestivamente o Recurso Ordinário. Portanto, em face da gratuidade de justiça, decido admitir o recurso, determinando a notificação da reclamada para oferecerem as contrarrazões.

Após, encaminhem-se os autos ao TRT da 11a. Região.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000637-44.2019.5.11.0004

AUTOR	RODRIGO CASTRO FERREIRA
ADVOGADO	THIAGO PALHETA DE SOUZA(OAB: 13391/AM)
RÉU	MDC INDUSTRIA DE CONTEINERES INTELIGENTES LTDA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)
RÉU	ANDRE LUIZ SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ SANTOS DE SOUZA
- MDC INDUSTRIA DE CONTEINERES INTELIGENTES LTDA
- RODRIGO CASTRO FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE MÉRITO

1 RELATÓRIO

Dispensado o relatório, nos termos do art. 852-I, da CLT.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DENUNCIAÇÃO À LIDE

As rés sustentam que o Sr. Ronaldo de Castro Ferreira deve ser chamado ao feito, pois este é o verdadeiro empregador do reclamante, haja vista que a prestação dos serviços do autor se deu por meio da contratação do Sr. Ronaldo o qual tinha uma equipe própria.

A tese patronal é inerente ao mérito da demanda, de modo que o autor é quem define o polo passivo do feito, assim, se na hipótese em tela, entende por direito não ser o Sr. Ronaldo de Castro Ferreira seu real empregador, não pode este Juízo afastar a apreciação do pedido inicial, sob pena de ofensa ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF/88).

Ante o exposto, rejeito.

2.2 VÍNCULO DE EMPREGO

A tese obreira é de que foi contratado pelo primeiro reclamado, Sr.

André Luiz Santos de Souza, "*para a construção de um imóvel situado no endereço Avenida do Turismo, Condomínio Alphaville, nº 03, Bloco E-304, Bairro Ponta Negra. O contrato vigorou de 04/01/2017 até 13/11/2018, no qual exerceu a função de Ajudante de Eletricista. Aduz ainda mais, que a forma de pagamento de seus salários sempre foi feita por notas fiscais avulsas expedida pela SEMEF (Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologias da Informação e Controle Interno) - Prefeitura Municipal de Manaus",* sendo a pagadora a segunda reclamada, pessoa jurídica da qual o primeiro reclamado é sócio.

Sustenta foi prometida a anotação da CTPS, desse modo, requer o reconhecimento do vínculo de emprego e o pagamento das verbas decorrentes.

Os reclamados reconhecem a tese inicial, de que o primeiro reclamado era o proprietário da casa em que ocorreu a obra e a segunda reclamada é pessoa jurídica que efetiva o pagamento, sendo que o objeto social desta não tem nexo com construção civil. Por outro lado, sustentam que o primeiro reclamado contratou o Sr. Ronaldo de Castro Ferreira, na condição de prestador de serviço autônomo (elétricos e hidráulicos), sendo que este tinha uma equipe (seus dois irmãos, Aelson e o reclamante, Rodrigo, e o Sr. Marcelo Lobo da Gama).

Nesse sentido, negam a existência de relação de emprego com o autor.

Constam nos autos notas fiscais emitidas pelo Sr. Ronaldo de Castro Ferreira (pessoa física) para a segunda reclamada, MDC INDÚSTRIA DE CONTEINERES INELIGENTES LTDA.

Pois bem.

A relação de emprego tem fonte constitucional (art. 7º e 170, VIII, CF/88) e na CLT, exigindo o preenchimento de requisitos legais para enquadramento jurídico do trabalhador nesta figura.

O art. 3º da CLT dispõe que "*Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário."*

Há necessidade de preenchimento cumulativo de todos os requisitos para o enquadramento legal, passando este Juízo a apreciar se o fato se amolda à norma.

De pronto, verifica-se que a petição inicial narra uma contratação direta do autor pelo primeiro reclamado, Sr. André, sem qualquer menção ao Sr. Ronaldo de Castro, bem como sem explicitar as razões do pagamento de seu salário ser realizado por meio do Sr. Ronaldo de Castro (conforme notas fiscais que o próprio reclamante juntou aos autos).

Esta situação já prenuncia a omissão de uma peça relevante nos esclarecimentos dos fatos trazidos ao feito. Ademais, os valores constantes são variáveis chegando a importância de mais de 6 (seis) mil reais, ou seja, valores bem acima do referido pelo autor como seu salário.

Foram ouvidas três testemunhas.

A única testemunha arrolada pela parte autora, Sr. Marcelo Lobo da Gama, trabalhou na obra na casa do primeiro reclamado, na companhia do autor, sendo parte da equipe do Sr. Ronaldo de Castro:

Convocada a primeira testemunha arrolada pelo reclamante *Sr. MARCELO LOBO DA GAMA, brasileiro, solteiro, maior, titular da CI nº: 002533 SSP/AM, domiciliado nesta Capital onde reside na rua Capitão Brás, nº 18, Compensa I, que aos COSTUMES DISSE NADA e que, após ADVERTIDA E COMPROMISSADA DECLAROU: "que conhece o sr. André****; que trabalhou para o reclamado no Alpha Ville, para construir a casa do reclamado; que o seu encarregado, sr. Ronaldo, o chamou para trabalhar;*** *que trabalhou em janeiro de 2016 até novembro de 2018; que quando começou a trabalhar, o reclamante não trabalhava lá; que, se não estiver enganado, o reclamante começou a trabalhar em 2017; que não conhecia o reclamante antes da obra****; que acredita que foi o sr. Ronaldo que contratou o reclamante****; que recebia por quinzena, que no fim do contrato recebia R$600,00 por quinzena;* ***que foi o encarregado quem falou que ia ser inicialmente pago diária e depois quinzenalmente; que era o encarregado quem passava o dinheiro para o depoente; que a mesma situação ocorria com o reclamante; que o José Henrique fazia o pagamento para o Ronaldo, e o Ronaldo passava o pagamento para o depoente e os demais;*** *que o Ronaldo, engenheiro, era quem passava as ordens do serviço do dia ao Ronaldo, encarregado, e este quem passava para o depoente;* ***que ao ser contratado pelo Ronaldo, nunca foi falado ou prometido qualquer registro em CTPS pelo sr. Ronaldo, ou pelo sr. José, ou pelo reclamado****; que sempre que ia trabalhar na obra, o depoente estava junto; que não acontecia de alguém deixar de ir; que todo dia ia das 7 h às 17 h, de segunda a sexta; que não acontecia de chegar 10 h e sair 15 h, ou chegar às 15 h e sair às 17 h; que não acontecia de trabalhar duas, ou três, horas apenas; que as vezes ficavam uma semana, ou três dias, sem trabalhar na obra porque faltava material; que quando ficava, por exemplo, uma semana em casa, era pago a quinzena corretamente, só não quando apresentava atestado, por exemplo****; que apresentava o atestado para o encarregado, sr. Ronaldo****; que o sr. André fez uma reunião e disse para todos que se o Amazonino, candidato a governador, não ganhasse, não ia precisar mais dos serviços de vocês; que depois não chegou a trabalhar com o Rodrigo, ou com o Ronaldo; que em janeiro desse ano conseguiu trabalhar com carteira assinada; que nunca mais soube do Ronaldo ". Nada mais.*

A testemunha, Sr. Marcelo, esclareceu que a contratação, as ordens durante a prestação de serviços, a justificativa de eventual falta e o respectivo pagamento eram sempre realizados pelo Sr. Ronaldo de Castro.

Ademais, expressamente afirmou que jamais fora prometida a anotação de sua CTPS pelo Sr. Ronaldo de Castro, pelo primeiro reclamado ou pelo Sr. José Henrique (quem orientava e administrava a obra como um todo).

Sobre o Sr. José Henrique, o próprio autor declarou que era quem administrava a obra, sendo que a parte elétrica e hidráulica era como o Sr. Ronaldo de Castro e outras partes da obra, como estrutural e construção, havia outra pessoa prestando serviços com sua respectiva equipe.

A convite das rés, o Sr. José Henrique, foi ouvido como testemunha:

Convocada a segunda testemunha arrolada pela reclamada *Sr.* ***JOSÉ HENRIQUE DA FONSECA****, brasileiro, casado, maior, titular da CI nº 96292 SESEG/AM , domiciliado nesta Capital onde reside na Av. Presidente Dutra, nº. 461, Glória, que aos COSTUMES DISSE NADA e que, após ADVERTIDA E COMPROMISSADA DECLAROU: "que viu o reclamante algumas vezes na obra; que é uma obra de construção na nada reclamado, no condomínio Alpha Ville;* ***que era o empreiteiro da obra; que administrava a obra inteira; que o reclamante pertencia à equipe do sr. Ronaldo; que era um terceirizado; que prestava serviço de elétrica e hidráulica na obra;*** *que o Ronaldo Castro foi indicado pelo engenheiro Ronaldo; que foi o engenheiro quem chamou o Ronaldo Castro para trabalhar; que apenas foi comunicado pelo Ronaldo Cruz, engenheiro,* ***e que o Ronaldo Castro, e sua equipe, prestariam serviço de hidráulica; que o Ronaldo emitia nota fiscal para a reclamada e esta repassava o dinheiro para o depoente, que repassava para o Ronaldo, que repassava para a equipe dele; que toda formalização do serviço foi feita de forma verbal;*** *que ia diariamente na obra, de dia ou a tarde; que não ficava o dia todo, exceto nos dias que fazia compras; que as vezes o reclamante não estava na obra; que, pelo que sabe, a obra começou em 2016; que a equipe do Ronaldo entrou no final de 2016 e começo de 2017; que tudo foi feito na base da confiança, por isso que não formalizaram;* ***que nunca tratou de serviço com o reclamante, ou com os demais, exceto com o Ronaldo Castro****; que era o engenheiro Ronaldo quem passava os serviços para o Ronaldo Castro ". Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO PATRONO DO RECLAMANTE DECLAROU: "que a obra parou de 207 para frente umas duas vezes, as vezes para comprar o material, ou as vezes para adaptar o projeto; que no período que parou, não pagava o Ronaldo Castro; que parava dias; que houve uma época que houve a parada total da obra; que demorou uns dois meses; que nesses dois meses, não pagou o Ronaldo; que, salvo engano, refere-se ao final de 2018; que visualizando a nota fiscal de fls. 35 (07/11/2018), respondeu que deve se referir à serviços prestados em outubro;* ***que o Ronaldo engenheiro passava o projeto de hidráulica para o Ronaldo Cruz;*** *que ficava na obra a plotagem dos projetos;* ***que o Ronaldo Castro tirava dúvidas sobre o projeto com o Ronaldo engenheiro****; que o reclamante deixa de ir à obra, as vezes, porque fazia serviço em outro lugar; que quando o reclamante faltava, o prejuízo maior era dele e da equipe do Ronaldo; que o prejuízo era porque eles não faturariam; que as ferramentas eram do reclamante e da equipe; que não forneciam ferramentas, apenas material;que deixou de trabalhar na obra em março de 2019; que pelo que sabe, a obra ainda não foi finalizada; que não foi mais na obra". Nada mais foi perguntado. "*

A testemunha acima corroborou o depoimento da testemunha, Sr. Marcelo, quando esclareceu que o Sr. Ronaldo de Castro era o prestador de serviços hidráulico e elétrico da obra, estando acompanhado de seu respectiva equipe a qual o reclamante integrava.

Nota-se que todas as tratativas do autor eram sempre realizadas diretamente com o Sr. Ronaldo de Castro, sendo que a figura do primeiro reclamado é praticamente ignorada o longo de todos os depoimentos.

Foi ouvida ainda a testemunha, Sr. Ronaldo Aparecido Ferreira da Cruz, mencionado nos depoimentos, como o engenheiro da obra:

Convocada a primeira testemunha arrolada pela reclamada *Sr.* ***RONALDO APARECIDO FERREIRA DA CRUZ****, brasileiro, casado, maior, titular da CI nº 260141665-3 SSP/AM, domiciliado nesta Capital onde reside na Av. Brigadeira João Camarão, nº 202, ap. 1, Dom Pedro, que aos COSTUMES DISSE NADA e que, após ADVERTIDA E COMPROMISSADA DECLAROU:* ***"que trabalhou para o sr. André como autônomo na obra em sua residência no Alpha Ville; que é engenheiro eletricista;*** *que ia quinzenalmente na obra; que ás vezes ia uma vez por semana; que* ***ia quando era solicitado para prestar alguma solicitações com relação ao projeto; que quem o solicitava eram o sr. André, ou o José Henrique, ou o Ronaldo Castro****; que o José Henrique era o administrador da obra; que foi o José Henrique quem o contratou; que fez reunião com o sr. André;* ***que o Ronaldo Castro foi contratado pelo sr. José Henrique para prestar serviço autônomo na parte de hidráulica e elétrica; que o depoente indicou o Ronaldo Castro para o José Henrique****; que via o reclamante na obra; que se lembra de ter visto algumas vezes;* ***que era o Ronaldo quem contratava o seu pessoal, como o reclamante".*** *Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO PATRONO DO RECLAMADO DECLAROU: "****que quem orientava a equipe do***

***Ronaldo era ele mesmo**; **que ele que determinava as frentes de trabalho; que quando tinha dúvidas, falava com o depoente; que nem o depoente, nem o José Henrique davam ordens ao reclamante**; que o André, muito menos, dava ordem; que apenas o Ronaldo já chamou o depoente para fazer o orçamento de outras obras, inclusive para tirar dúvidas de obras que já estavam executando com sua respectiva equipe; que durante a obra no Alpha Ville, não prestou serviço fisicamente junto com o Ronaldo em outra obra durante a obra no Alpha Ville; que as vezes ia na obra, o reclamante não estava; que sequer o Ronaldo estava; **que quando chegava na obra e não tinha ninguém da aprte do Ronaldo, ligava para ele para saber onde estava; que o Ronaldo afirmava que estava prestando serviço em outro local; que respondia "tudo bem, pois que o seu serviço não comprometia o andamento da obra em outras partes";** que não acontecia de o Ronaldo responder que não ia por falta de material, já que o sr. José Henrique sempre comprava os materiais, de acordo com o solicitado pelo sr. Ronaldo; **que o sr. Ronaldo é eletricista; que conheceu ele na obra do shopping Ponta Negra; que a partir de lá , o sr. Ronaldo começou a prestar serviço como autônomo**". Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO PATRONO DO LITISCONSORTE DECLAROU: "que ". Nada mais. ÀS PERGUNTAS DO PATRONO DO RECLAMANTE DECLAROU: "que iniciou o serviço da obra em 2016; que não fez contrato com o sr. André; que o que teve foi uma proposta formal; que foi aceita pelo sr. André; que quem plotava os projetos era o sr. José Henrique, que ficava disponível na obra para o sr. Ronaldo; que houveram duas, ou três, paralisações no ano de 2016; que no final 2017 houve uma paralisação que durou até maio de 2018, mais ou menos uns quatro meses; que foi informado que a obra paralisou por motivos financeiros do sr. André; que nunca foi por falta de material". Nada mais foi perguntado.*

Mais uma vez, a testemunha, Sr. Ronaldo Cruz, engenheiro da obra, explicou como funcionava a dinâmica na obra, declarando que o Sr. Ronaldo de Castro era o responsável por parte da obra, sendo contratado sob sua indicação pelo Sr. José Henrique, para prestar serviços na obra, por meio de sua mão de obra e de seus contratados, dentre eles, o autor desta demanda.

Esclareceu, ainda, "***que quando chegava na obra e não tinha ninguém da parte do Ronaldo, ligava para ele para saber onde estava; que o Ronaldo afirmava que estava prestando serviço em outro local; que respondia "tudo bem, pois que o seu serviço não comprometia o andamento da obra em outras partes",*** afirmativa que se harmoniza com os registros de entrada e saída do condomínio em que ocorreu a obra, porquanto há inúmeras anotações em diversos dias em que a equipe completa não adentrava no local da prestação dos serviços (fls. 123 e seguintes).

Nesse contexto, o pagamento dos valores realizados por meio da segunda reclamada ao Sr. Ronaldo de Castro, em quantias bem superiores a salário de um trabalhador (mais de 6 (seis) mil reais, por exemplo, fls. 32/36) só evidenciam que o autor prestou serviços para o primeiro reclamado na condição de prestador, por interposta pessoa (Sr. Ronaldo de Castro).

No caso em apreço, portanto, está clara a inexistência de preenchimento dos requisitos da relação de emprego, tendo em vista que não está presente a onerosidade (Sr. Ronaldo Castro quem recebia e repassava ao autor os valores, inclusive com emissão de nota fiscal aos réus), não eventualidade e subordinação (havia dias em que o autor não comparecia, dias em que laborava em outra obra, bem como a prestação dos serviços era diretamente realizada, regida e orientada pelo Sr. Ronaldo de Castro) e pessoalidade (o primeiro reclamado não detinha nenhuma exigência ou preferência de que os serviços do autor foram prestados por este, mas sim o que era relevante era a realização do serviço final o qual era coordenado pelo Sr. Ronaldo de Castro, independentemente de quem este arregimentava para o labor). Nesse contexto, ressalto que a inexistência de formalização escrita dos contratos pactuados entre o segundo reclamado, o Sr. José Henrique, Sr. Ronaldo de Castro, Sr. Ronaldo Cruz e o autor, por si só, não podem importar em validação do pactuado, tampouco desprezo à realidade fática amplamente esclarecida e demonstrada de forma uníssona pela prova oral colhida, sob pena de valorizar a forma em detrimento da primazia da realidade (art. 9º da CLT).

Esclareço que não há que se falar em (i)licitude de terceirização e aplicação dos ditames legais sobre o tema, pois a hipótese fática é de prestação de serviços autônoma, subempreita e empreitada, tendo como destinatária final uma pessoa física (primeiro reclamado) a qual arregimentou prestadores de serviços para a construção de sua casa, ou seja, não se beneficiou da mão de obra de todos os referidos como forma de delegar sua atividade meio ou fim de seu empreendimento, já que sequer não há uma atividade empresarial, sendo enquadrado como a figura típica de dono da obra.

Assim, não restando preenchidos os requisitos do art. 3º, da CLT, em conseqüência, restam indeferidos os pedidos decorrentes contidos na petição inicial (anotação da CTPS, férias, 13º salário, verbas rescisórias, depósito de FGTS, indenização por danos morais).

Ante o exposto, indefiro.

2.3 DA JUSTIÇA GRATUITA.

Considerando que o salário base da parte autora era de R$ 1.200,00 (fl. 07), valor inferior a 40% do limite máximo do teto dos

benefícios do Regime Geral da Previdência Social (R$ 2.335,78), **deferem-se os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 790, 3º, da CLT.**

2.4 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

A reforma trabalhista acrescentou à CLT o art. 791-A, o qual preceitua que "*ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa*". O § 3º do mesmo dispositivo estabelece, ainda, que *"na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários".*

Para fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, o legislador estabeleceu uma fórmula que agrega dois critérios interpretativos. O primeiro critério está vinculado a determinações legais estabelecendo coeficiente máximo e mínimo de fixação e base de cálculo. Já o segundo critério é de interpretação discricionária interpretativa quanto a determinadas condições a serem avaliados pelo juiz do caso concreto.

Importante destacar que os honorários sucumbenciais não se confundem com os honorários advocatícios contratuais, eis que enquanto estes últimos dizem respeito à remuneração paga pela prestação do serviço realizado por um advogado, cujo valor é variado e definido previamente entre profissional e cliente, aquele refere-se a um valor definido pelo Juiz, a ser repassado pela parte perdedora à parte vencedora, para que ela seja reembolsada dos gastos que teve com as custas processuais e a contratação do advogado defensor de seus interesses.

Assim, defiro ao patrono das reclamada os honorários sucumbenciais no importe de 10% sobre o valor da causa. Considerando que o autor não auferiu nenhum proveito econômico, mantendo-se sua condição de beneficiária da justiça gratuita, determino que as obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do artigo 791-A, § 4º da CLT.

3 DISPOSITIVO

Ante o exposto, decido, na reclamação trabalhista proposta **RODRIGO CASTRO FERREIRA** contra **ANDRÉ LUIZ SANTOS DE SOUZA** e **MDC INDUSTRIA DE CONTEINERES INTELIGENTES LTDA.**, julgar **IMPROCEDENTES** os pedidos contidos na petição inicial.

Concedido o benefício da justiça gratuita ao reclamante.

Defiro ao patrono das reclamadas os honorários sucumbenciais no importe de 10% sobre o valor da causa, contudo, as obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do artigo 791-A, § 4º da CLT.

Tudo nos termos da fundamentação.

Custas pelo reclamante, dispensadas, pois beneficiário de Justiça Gratuita, no importe de R$ 518,36, calculadas sobre o valor da causa de R$ 25.918,08, nos termos do art. 789, II, da CLT.

Intimem-se as partes. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

GUSTAVO JACQUES MOREIRA DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000966-90.2018.5.11.0004

AUTOR	KLEYSON MANOEL SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	CONDOMINIO SHOPPING " GRANDE CIRCULAR "
ADVOGADO	WELLINGTON DE AMORIM ALVES(OAB: 2993/AM)
ADVOGADO	DANIEL SANTOS DE ANDRADE(OAB: 6733/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO SHOPPING " GRANDE CIRCULAR "
- KLEYSON MANOEL SILVA NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Diante das pesquisas aos sistemas, cujos resultados foram infrutíferos, determino a inclusão da executada nos bancos de dados do BNDT, SERASAJUD, assim como a indisponibilidade de bens na CNIB.

Após, consultem-se também o sistema INFOJUD e os cartórios de registro de imóveis.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000038-76.2017.5.11.0004

AUTOR	ROBSON JUNIO BARBOSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	LUANA DO NASCIMENTO JUCA(OAB: 8367/AM)
ADVOGADO	SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)

RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBSON JUNIO BARBOSA DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Diante das pesquisas aos sistemas, cujos resultados foram infrutíferos, determino a inclusão da executada nos bancos de dados do BNDT, SERASAJUD, assim como a indisponibilidade de bens na CNIB.

Após, consultem-se também o sistema INFOJUD e os cartórios de registro de imóveis.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº CumSen-0000408-84.2019.5.11.0004

EXEQUENTE	ACLIMAR BRAGA MARICAUA
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
ADVOGADO	MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 6102/AM)
ADVOGADO	JOSE DE JESUS GOUVEA OLIVEIRA JUNIOR(OAB: 10793/AM)
EXECUTADO	MODEN MODELO DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	EDUARDO JOSE SILVA DOS SANTOS(OAB: 7171/AM)
ADVOGADO	MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES(OAB: 6455/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACLIMAR BRAGA MARICAUA
- MODEN MODELO DE ENGENHARIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

A Executada requereu o parcelamento da dívida (id.f5d2fac) com fulcro no art. 916 do CPC/2015, depositando o valor sinal de 30%, já pago ao Exequente.

O Exequente anuiu com o parcelamento (id.41949da).

Isto posto, defiro o pedido e determino:

I - As seis parcelas no valor de R$ 476,83 deverão ser acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês e depositadas nas seguintes datas: 15/10/2019, 15/11/2019, 16/12/2019, 21/01/2020, 17/02/2020 e 16/03/2020, sob pena de multa de 10% sobre as não pagas, ficando vedada a oposição de embargos.

II - **A Secretaria deverá observar que remanesce apenas a quantia de R$ 327,93 (981,36 + 572,72 - 1.226,15 = 327,93) a ser repassada ao exequente como quitação de seu crédito remanescente e honorários de sua representação**, devendo o valor remanescente da primeira parcela, assim como os valores integrais da segunda à sexta parcelas serem retidos para quitação dos encargos previdenciários (vide planilha de id.4dcd3e0).

III - O Exequente noticiará a este juízo possíveis atrasos ou inadimplemento, presumindo-se devidamente quitadas as parcelas caso reine silêncio.

IV - Concedo prazo de 8 (oito) dias para as partes dizerem se ainda têm interesse na solução do processo nº0000494-89.2018.5.11.0004, conexo a este processo por dependência, o qual encontra-se aguardando apreciação de recurso pela instância superior.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000003-52.2018.5.11.0014

AUTOR	ANTONIO CARLOS PEREIRA DIAS
ADVOGADO	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 3974/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	FLAVIO STAMBOWSKY NOGUEIRA(OAB: 3115/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- ANTONIO CARLOS PEREIRA DIAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias, sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000725-53.2017.5.11.0004

AUTOR	ALCILENE QUEIROZ RAMOS
ADVOGADO	ALDACY REGIS DE SOUSA MELO(OAB: 4752/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCILENE QUEIROZ RAMOS
- SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias, sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000473-16.2018.5.11.0004

AUTOR	MARCO VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
- MARCO VIEIRA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias, sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000629-67.2019.5.11.0004

AUTOR	ANDESON GONCALVES DE LIMA
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	HELP SERVICOS, MONTAGENS E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA - ME
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELP SERVICOS, MONTAGENS E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

O RECLAMANTE interpôs tempestivamente o Recurso Adesivo. Portanto, em face da gratuidade de justiça, decido admitir o recurso, determinando a notificação da reclamada para contraminutar.

Após, encaminhem-se os autos ao TRT da 11a. Região.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001967-47.2017.5.11.0004

AUTOR	SOLANGE CUNHA VIANA

ADVOGADO	JUZE RICARDO ABTIBOL VILHENA(OAB: 12235/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME
ADVOGADO	KETLLEN BRAGA CASTRO(OAB: 12518/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME
- SOLANGE CUNHA VIANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifiquem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 08 dias, sobre os cálculos ora apresentados pela Secretaria, nos termos do artigo 879, §2º, da CLT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001190-28.2018.5.11.0004

AUTOR	ANDERSON CARLOS FARIAS DA SILVA
ADVOGADO	FLOR DE LARISSE LIMA DE LIMA(OAB: 10027/AM)
RÉU	SAO JORGE TRANSPORTES ESPECIAIS SA
ADVOGADO	SAMUEL SOARES DE MIRANDA(OAB: 10370/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON CARLOS FARIAS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que foram infrutíferas as tentativas para a concretude da execução, estando a expedição de mandado de penhora prejudicada diante da inexistência de imóveis, concedo à parte exequente, aos cuidados do(a) patrono(a), prazo de 10 (dez) dias, para fornecer novos elementos para o prosseguimento da execução, sob pena de suspensão pelo prazo de 90 dias, com o consequente arquivamento dos autos, nos termos do Art. 40 e §§ da Lei nº 6.830/80.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002358-36.2016.5.11.0004

AUTOR	ANA LUCIA DE ASSIS PACHECO
ADVOGADO	FERNANDO DA SILVA LIMA(OAB: 9218/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUCIA DE ASSIS PACHECO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Concedo à Exequente, aos cuidados do patrono, prazo de 5 (cinco) dias para se manifestar acerca do documento de id.8a07655, assim como do teor do despacho exarado por este juízo nos autos do processo nº 0000797-40.2017.5.11.0004, constante da id.e0cd37a, peticionando o que entender de direito.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000744-88.2019.5.11.0004

AUTOR	HONATH GAMA DA SILVA
ADVOGADO	EARLEN GUEDES DA SILVA(OAB: 10720/AM)
RÉU	EXPRESSO IRANDUBA LTDA - ME
ADVOGADO	ALYSSON SILVA FALCAO(OAB: 6158/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO IRANDUBA LTDA - ME
- HONATH GAMA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO

LUGAR

Trata-se de exceção em que a reclamada pretende a declaração de incompetência deste Juízo em favor da Vara do Trabalho de Manacapuru, a qual tem jurisdição sobre o Município de Iranduba, onde se dava a prestação de serviços do reclamante-exceto.

De acordo com o que consta dos autos, o reclamante foi contratado em Iranduba e era lá que se dava a prestação dos serviços decorrentes do contrato de trabalho, o que atrai a aplicação do artigo 651 da CLT, segundo o qual a competência territorial é determinada pela "localidade em que o empregado prestar serviços ao empregador".

No caso presente, cumpre registrar que não se verifica nenhuma das hipóteses excepcionais dos parágrafos do referido art. 651 da CLT, e mesmo a interpretação mais favorável (que em alguns casos já adotei), consistente na fixação de competência pelo domicílio do empregado, não é contemplada porque o autor, já ao se qualificar, declara ser domiciliado em Iranduba-AM.

Ante o exposto, decido acolher a exceção para o fim de declinar da competência para apreciar o presente processo em favor da Vara do Trabalho de Manacapuru-AM.

À Secretaria para as providências.

Publique-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000086-64.2019.5.11.0004

AUTOR	ISAAC LIMA BORGES
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
RÉU	LDB CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISAAC LIMA BORGES
- LDB CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Homologo o acordo firmado entre as partes para que dele derivem os efeitos previstos em lei.

Isto posto, determino:

I -Expeça-se alvará para pagamento do valor depositado (id.5ce8663).

II - As demais parcelas deverão ser depositadas nas seguintes datas: 25/10/2019, 25/11/2019, 18/12/2019, 24/01/2020 e 25/02/2020, sob pena de multa de 30% sobre as não pagas, ficando vedada a oposição de embargos.

II - A Executada deverá recolher os encargos previdenciários no valor R$ 587,20, as custas processuais no valor de R$ 162,57 e os honorários advocatícios no valor de 384,64 (planilha de id.2665e99), no prazo de 30 (trinta) dias (até 25/03/2020) após o pagamento da última parcela, sob pena de execução.

III - À medida em que os depósitos forem feitos, expeçam-se os respectivos alvarás.

IV - Suspenda-se a presente execução até o cumprimento total da obrigação ou até sobrevir novo ato processual.

Dê-se ciência.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000670-05.2017.5.11.0004

AUTOR	WALZENIRA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	SENTER AR-CONDICIONADO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- WALZENIRA FERREIRA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Defiro os pedidos postulados na petição de id.70e84c8 para determinar:

I - Atualizem-se os cálculos de id.d390a2b, considerando a defasagem de um ano;

II - Após, consulte-se o sistema BACEN-CCS e inclua-se o processo no Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários - SAAB.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000236-21.2014.5.11.0004

AUTOR	JOSE ROBERTO GABRIEL BRANDAO
ADVOGADO	WILLIAM SAMI RAMOS(OAB: 8149/AM)
RÉU	MARCO AURELIO OLIVEIRA SOARES
RÉU	LATIN AMERICAN DISTRIBUTION S/A
RÉU	MSO SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME
RÉU	LOGIMASTERS TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA.
ADVOGADO	ISLAIR GARCIA DA COSTA CARDARELLI(OAB: 230355/SP)
ADVOGADO	EMERSON CORAZZA DA CRUZ(OAB: 41655/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ROBERTO GABRIEL BRANDAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Concedo ao Exequente prazo de 5 (cinco) dias para, aos cuidados do patrono, comprovar o valor sacado mediante o alvará de id.a05f013, sob pena de arquivamento provisório.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001960-89.2016.5.11.0004

AUTOR	TELMA LUCIA ALVES SOARES
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
ADVOGADO	WASHINGTON ALVES DOS SANTOS(OAB: 3129/AM)
RÉU	MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP
ADVOGADO	FLAVIA RAMOS DE CARVALHO(OAB: 8786/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELMA LUCIA ALVES SOARES

MM. 4ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0001960-89.2016.5.11.0004 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: TELMA LUCIA ALVES SOARES

Advogado(s) do reclamante: SAMARAH SERRUYA ASSIS

RECLAMADA: MEDICAL GESTAO HOSPITALAR EIRELI - EPP e outros

Advogado(s) do reclamado: FLAVIA RAMOS DE CARVALHO, WASHINGTON ALVES DOS SANTOS

Fica a exequente intimada por meio de seu advogado para tomar ciência da expedição de alvará.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001380-59.2016.5.11.0004

AUTOR	SAULO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SAULO DOS SANTOS LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Homologo os cálculos de id.94c0bbc para que deles derivem os efeitos previstos em lei.

Considerando a remição total da presente relação jurídica processual, decido extinguir a execução.

Isto posto, determino:

1 - Utilizando-se o valor restante na conta judicial e o depósito recursal (id.605C881), expeçam-se alvarás para pagamento do crédito remanescente do exequente, recolhimento de encargos e devolução do remanescente à executada, devendo esta credenciar, em 5 (cinco) dias, funcionário/advogado para recebimento.

2 - Registrem-se os valores pagos/recolhidos.

3 - Tendo em vista que nenhuma restrição foi imposta em face da executada, cumpridas as determinações anteriores, arquivem-se definitivamente os autos.

Dê-se ciência.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0001931-05.2017.5.11.0004

AUTOR	ELIANE VIANA BATISTA
ADVOGADO	NEI DE PAULA MARTINS FALCAO(OAB: 11167/AM)
ADVOGADO	GABRIEL DA CRUZ LAURIA(OAB: 11778/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE VIANA BATISTA

MM. 4ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0001931-05.2017.5.11.0004 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: ELIANE VIANA BATISTA

Advogado(s) do reclamante: GABRIEL DA CRUZ LAURIA, NEI DE PAULA MARTINS FALCAO

RECLAMADA: RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA, LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA, LEONARDO MILON DE OLIVEIRA

Fica a exequente intimada por meio de seu advogado para tomar ciência da expedição de alvará.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000984-48.2017.5.11.0004

AUTOR	ESPÓLIO DO SR. RAIMUNDO EXPEDITO DE SOUZA MAQUINE
ADVOGADO	THAMMY DAS NEVES ATHAYDE(OAB: 7312/AM)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO(OAB: 1724/AM)
ADVOGADO	PEDRO LUCAS LINDOSO(OAB: 4543/DF)
ADVOGADO	ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND(OAB: 212895/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Indefiro a indicação de bem à penhora postulada pela Executada na petição de id.ea9266b, eis que em desacordo com a gradação do art. 835 do CPC.

Concedo à Executada, aos cuidados dos patronos, prazo de 48 horas para pagamento ou garantia do juízo, sob pena de bloqueio da quantia.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0152600-51.2009.5.11.0004

AUTOR	LUCILENE LIBORIO DA COSTA

ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	ROSEMARY LOPES SOARES DA SILVA - EPP
RÉU	OMINIS CONSULTORIA E ASSESSORIA EDUCACIONAL EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCILENE LIBORIO DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Concedo à Exequente, aos cuidados do patrono, prazo de 5 (cinco) dias, para se manifestar acerca da certidão do senhor oficial de justiça (id.ad57052).

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000090-38.2018.5.11.0004

AUTOR	THIAGO ANDERSON RABELO DE AGUIAR
ADVOGADO	OLIVIA MOREIRA PEREIRA(OAB: 12032/AM)
RÉU	E DOS SANTOS PEREIRA - EPP
ADVOGADO	KLEIBIANNO TELES DE SOUZA(OAB: 7098/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- E DOS SANTOS PEREIRA - EPP
- THIAGO ANDERSON RABELO DE AGUIAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

O Exequente deixou de receber o benefício do seguro desemprego unicamente por culpa da Executada, que deixou de entregar toda a documentação necessária.

Assim sendo, indefiro o pedido postulado pela Executada na petição de id.ed21fca.

Determino o bloqueio da quantia exequenda e a notificação da Executada para interposição de embargos, querendo, em 5 (cinco) dias.

À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000900-52.2014.5.11.0004

AUTOR	SIGUISMUNDO PINTO SIMAO
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
AUTOR	FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
AUTOR	VIVIANA ALICIA LEMUS GOMES
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
AUTOR	SILAS MARQUES TAVEIRA
ADVOGADO	MARCELO DE LIMA(OAB: 2797/AM)
AUTOR	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

MM. 4ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0000900-52.2014.5.11.0004 - AÇÃO TRABALHISTA -

RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS e outros (4)

Advogado(s) do reclamante: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO, MARCELO DE LIMA

RECLAMADA: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES, RAFAEL REIS PEREIRA, ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES

Fica a executada intimada por meio de seu advogado para tomar ciência da expedição de alvará.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000312-40.2017.5.11.0004

AUTOR	ROCICLAN SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
ADVOGADO	KATIENE SILVA SENA(OAB: 876/AM)
RÉU	CRISTOVAO FREITAS DE SOUZA
RÉU	CRISTOVAO FREITAS DE SOUZA 59626330244

Intimado(s)/Citado(s):

- ROCICLAN SILVA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Concedo ao Exequente prazo de 10 (dez) dias para, aos cuidados dos patronos, se manifestar acerca do teor da certidão da senhora oficiala de justiça (id.190da69) ou fornecer novos elementos para o prosseguimento da execução, sob pena de suspensão por 90 dias e o consequente arquivamento nos termos do art. 40 e §§ da Lei nº 6.830/80.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000696-32.2019.5.11.0004

AUTOR	DANIEL DA SILVA MELO
ADVOGADO	AGUINALDO PEREIRA DIAS(OAB: 7667/AM)
RÉU	ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	ARTHUR SALES GESTA DE MELO(OAB: 12793/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

SENTENÇA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA gcm 1-7935

Em 3/09/2019

Proc. n. 0000696-32.2019.5.11.0004

RECLAMANTE: DANIEL DA SILVA MELO

RECLAMADA: ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A

O Exmo. Sr. Juiz Gerfran Carneiro Moreira proferiu a seguinte decisão:

RELATÓRIO

I - O reclamante busca o pagamento das verbas rescisórias decorrentes do contrato de trabalho mantido com a ré, de 4/04/2011 a 11/07/2017 (com a projeção do aviso), na função de eletricista, pelo salário de R$ 2.595,00. Pugna, também, pelo pagamento de indenização por danos morais, no importe de R$ 25.950,00

II - A reclamada, em sua defesa, sustenta que, em razão de dificuldades financeiras, celebrou acordo para pagamento das verbas devidas.

III - O alçada foi fixada no valor da inicial.

IV - Foram colhidos os depoimentos das partes presentes à sessão.

V - As partes apresentaram razões finais remissivas às respectivas intervenções inaugurais.

VI - Foram recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

I - **Da prescrição**

A reclamada suscita prejudicial de prescrição quinquenal, consoante a regra do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal.

Considerando que os pedidos compreendem o período de cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento, rejeito a preliminar arguida.

II - **Da impugnação ao valor atribuído à causa**

A reclamada impugna o valor atribuído à causa, sob o argumento de que foram inseridos unilateralmente pela reclamante, fugindo do princípio da razoabilidade. Sustenta que os valores exorbitantes implicam flagrante obstáculo para o acesso ao judiciário, uma vez que elevam o valor das custas processuais e demais encargos que possam vir a ser exigidos, dificultando que se aceda às instâncias ordinárias e extraordinárias.

O valor da causa, no caso, corresponde à soma dos valores de todos os pedidos, em obediência ao art. 282, VI, do CPC. Além disso, o cálculo apresentado com a inicial pode sofrer modificação de acordo com o que for efetivamente acolhido pela sentença. Assim, as custas e demais encargos, no caso de eventual procedência da presente ação, terão por base o valor da condenação.

Diante dos fundamentos, rejeito a impugnação.

III - **Das verbas rescisórias**

Pretende o reclamante o pagamento das verbas rescisórias decorrentes do contrato de trabalho que mantinha com a empresa reclamada,de 4/04/2011 a 11/07/2017 (com a projeção do aviso prévio), na função de eletricista, pelo salário de R$ 2.595,00.

A ré, em sua defesa, afirma que, em razão das dificuldades financeiras por que passa, celebrou acordo para pagamento das verbas devidas e quitou a primeira parcela ajustada (R$ 1.406,30). Alega, ainda, a quitação das férias 2015/2016, do 13º salário de 2016 e da primeira do 13º salário 2017.

Inicialmente, ressalto que a existência de título extrajudicial não

impede que a parte opte pelo processo de conhecimento a fim de obter título judicial, nos termos do art. 785 do CPC. Desse modo, o acordo firmado entre as partes em nada impede o ajuizamento da presente reclamação, mormente diante do inadimplemento do parcelamento ajustado. Quanto às verbas impugnadas, a ré juntou aos autos os comprovantes de pagamento das férias 2015/2016 e do 13º de 2016 (fls. 110, 116-117), do que resulta a improcedência dessas verbas. No que se refere à primeira parcela do 13º de 2017, não foi verificado quaisquer comprovantes de pagamento. Noto, inclusive, que essa verba consta do TRCT e ali não há qualquer desconto referente ao adiantamento alegado.

Observo, ainda, que o reclamante recebeu a comunicação do aviso prévio em 24/05/2017, conforme documento de fl. 32. Assim, a data de saída constante na CTPS (11/06/2017) decorre da projeção do aviso prévio, o que impõe o acolhimento parcial dos salários postulados pelo autor (ficam deferidos apenas o salário de abril e o saldo salarial de 24 dias relativo a maio)

Diante da confissão da reclamada no que tocante à ausência de pagamento das demais verbas trabalhistas, defiro ao reclamante as seguintes parcelas: a) saldo de salário (24 dias - maio); b) aviso prévio (48 dias); c) salários retidos (abril de 2017); d) 13º salário proporcional (5/12 - com a projeção do aviso prévio); e) férias 2016/2017 +1/3; f) férias proporcionais (3/12 - com a projeção do aviso prévio); g) diferenças de FGTS (8% + 40%) do período contratual, inclusive sobre 13º salário e aviso prévio, conforme extrato constante dos autos

Diante do atraso evidente de quitação rescisória, fica provida a multa do art. 477 da CLT. A confissão da reclamada também impõe a aplicação da multa artigo 467 da CLT.

Em razão da adstrição ao pedido, as verbas aqui providas devem ser apuradas com base no salário de R$ 2.595,00. O calculista deverá deduzir do crédito apurado o valor recebido pelo reclamante a título de 1ª parcela do acordo, no importe de R$ 1.406,30, conforme fls. 108-109.

Por fim, o autor pugna pelo pagamento de indenizações por danos morais (R$ 10.000,00 e R$ 25.950,00), em razão do atraso na quitação rescisória e também porque, segundo afirma, foi induzido a assinar o Termo de Rescisão sem, contudo, receber os valores dele constantes. Não vislumbro, no caso, o dano extrapatrimonial apontado pelo autor. Compreendo que cabia ao reclamante demonstrar, ainda que minimamente, os efeitos extrapatrimoniais das ações ou omissões da parte empregadora. Há prejuízos, como reconheci, mas os interpreto como sendo todos da esfera material. Assim, nego provimento ao pleito.

IV - **Da Justiça Gratuita**

As partes pleiteiam a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

No presente caso, o reclamante atende aos requisitos legais para o direito, nos termos do art. 790, § 4º, da CLT, regra que guarda coerência sistemática também com o artigo 99, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil. Nesta linha defiro o benefício.

No tocante ao pedido da reclamada, a concessão da gratuidade à pessoa jurídica depende de prova cabal da sua insuficiência de recursos. No entanto, a empresa se limitou a declarar que está passando por grave crise financeira, não apresentando qualquer prova, motivo pelo qual indefiro o benefício pleiteado.

V - **Dos honorários advocatícios**

Pleiteiam as partes o pagamento de honorários conforme artigo 791 -A da CLT.

No caso da improcedência parcial da pretensão do(a) autor(a), a não ser que se vislumbre sua má-fé, a cominação de honorários não deve servir como penalidade econômica ao trabalhador vencido. Apesar de tudo, parece que os **princípios do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho não foram revogados.** Esforços nesse sentido houve e há, mas **os *princípios*, como normas fundantes do sistema não se submetem ao regime das *regras, das proposições normativas*: o legislador não os revoga a seu talante!**

As regras do artigo 791-A, portanto, devem ser interpretadas *sistematicamente*, a fim de que se perfaça o *arbitramento* dos honorários no presente caso e que esse arbitramento confira, ao mesmo tempo, *relevância* à regra e *harmonia* com os princípios, e.g., o da Proteção e o do Acesso à Jurisdição. Neste sentido, defiro, com base nesse exercício de busca pela aplicação do *Direito*, honorários no percentual de 5% sobre o valor ora arbitrado de R$ 10.000,00 à representação da reclamada. Ficam deferidos também à representação do reclamante honorários advocatícios no percentual de 5% sobre o valor da condenação.

VI - **Índice de Correção monetária**

Considerando razões que já estão expostas em várias decisões de minha lavra nesta 4ª Vara do Trabalho, e que estão na esteira da posição adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho no julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade no Processo nº 479-60.2011.5.04.0231, e que aquela Corte tem confirmado mesmo após a vigência da Lei 13467/2017, **deixo de aplicar o art. 879, § 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e determino que a correção monetária dos débitos eventualmente decorrentes da presente decisão se realizem pelo índice IPCA-E, observando-se o marco temporal de 25.03.2015.**

DISPOSITIVO

Pelos fundamentos expostos, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente Reclamação Trabalhista, movida por **DANIEL DA SILVA MELO** contra **ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A,** para condenar a reclamada a pagar ao reclamante a quantia líquida, corrigida e atualizada até 3/09/2019, de **R$ 31.837,49,**conforme cálculos de liquidação anexos, parte integrante dessa decisão para todos os efeitos, referente a: **a) saldo de salário (24 dias - maio); b) aviso prévio (48 dias); c) salários retidos (abril de 2017); d) 13º salário proporcional (5/12 - com a projeção do aviso prévio); e) férias 2016/2017 +1/3; f) férias proporcionais (3/12 - com a projeção do aviso prévio); g) diferenças de FGTS (8% + 40%), inclusive sobre 13º salário e aviso prévio, conforme extrato constante dos autos; h) multas previstas no art. 467 e 477 da CLT.**

Do crédito apurado, foi deduzido o valor recebido pelo reclamante a título de 1ª parcela do acordo.

Apliquem-se juros e correção monetária nos moldes da legislação vigente e da fundamentação. Todas as verbas foram calculadas com adstrição à petição inicial.

Providos à reclamante os benefícios da Justiça Gratuita.

Custas pela reclamada, no importe de R$ 672,41, calculadas sobre o valor da condenação de R$ 33.620,69.

Cientes as partes.

E, para constar, foi lavrado o presente termo.

MANAUS, 3 de Setembro de 2019

GERFRAN CARNEIRO MOREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000948-03.2017.5.11.0005

AUTOR	DIANA BARBOSA RODRIGUES
ADVOGADO	CELMA ONARA IZAEL SOUZA ARAÚJO(OAB: 4438/AM)
ADVOGADO	GEOFREY MEIRINO DE SOUZA(OAB: 4538/AM)
RÉU	JOSEANE ANDES DAS NEVES - ME
ADVOGADO	ANDRE RICARDO CABRAL PIO(OAB: 6688/AM)
RÉU	GELVANIO AMANCIO DE GOES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSEANE ANDES DAS NEVES - ME

Fica Vossa Senhoria ciente:

Reclamante entregou sua CTPS, para que se proceda as anotações;

Determino que a reclamada proceda às anotações do contrato de trabalho na CTPS da reclamante (admissão em 26/01/2016, demissão em 26/08/2016, salário de R$ 1.000,00 e função de operadora de caixa) no prazo de dez dias, contados do trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa diária de R$ 100,00, limitada a R$ 1.000,00, sem prejuízo de ser procedida pela Secretaria da Vara, na forma do art. 39, §1º, da CLT. Para tanto, o reclamante deverá depositar a sua CTPS na Secretaria da Vara após cinco dias do trânsito em julgado, independentemente de

posterior notificação.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000307-15.2017.5.11.0005

AUTOR	JOANY CRISTINA MELO CABRAL
ADVOGADO	ANTONIO COIMBRA FILHO(OAB: 3252/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- JOANY CRISTINA MELO CABRAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Deve a reclamante entregar sua CTPS, no prazo de 10 dias, sob pena de sobrestamento do feito.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000754-66.2018.5.11.0005

AUTOR	ANTONILDO ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO	SIDNEY JOSE VIEIRA DE SOUZA(OAB: 5798/AM)
ADVOGADO	DANIELLE DA COSTA PINHEIRO(OAB: 7710/AM)
ADVOGADO	SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS(OAB: 11988/AM)
RÉU	CONSTRUTORA CAPITAL S/A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	A P DE SOUZA RAMOS - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- A P DE SOUZA RAMOS - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0000754-66.2018.5.11.0005

Reclamante:ANTONILDO ARAUJO DE SOUZA

Reclamado:A P DE SOUZA RAMOS - ME e outros

Data da próxima audiência: **07/10/2019 09:40**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) A P DE SOUZA RAMOS - ME 69028-114 - RUA DOM ALUISIO MASELLA , 183 - PARQUE DAS NAÇÕES - FLORES - MANAUS - AMAZONAS, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a) de que tramita eletronicamente (Resolução nº 136/CSJT) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Fica ainda, notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser

apresentados pelo peticionamento eletrônico, no sistema PJe, até a zero hora do dia da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEÃO BRAGA

Juiz Titular de Vara do Trabalho

Edital

Processo Nº ATOrd-0001145-55.2017.5.11.0005

AUTOR	ALEXANDRA ALVES FEITOZA
ADVOGADO	JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS(OAB: 9872/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0001145-55.2017.5.11.0005

Reclamante:ALEXANDRA ALVES FEITOZA

Reclamado:TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Data da próxima audiência:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

DESPACHO

1. Homologo os cálculos id.e6fade0;

2. Notifiquem-se as partes para tomarem ciência dos cálculos, para, desejando, manifestarem-se no prazo de 8 dias.

/emsm/

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 25 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000132-50.2019.5.11.0005

AUTOR	ELIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA(OAB: 10461/AM)
RÉU	CICERO TORRES DO AMARAL - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CICERO TORRES DO AMARAL - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0000132-50.2019.5.11.0005

Reclamante:ELIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Reclamado:CICERO TORRES DO AMARAL - ME e outros

Data da próxima audiência:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) CICERO TORRES DO AMARAL - ME
null, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação face entrega de CTPS:
"devendo a reclamada ser notificada para, no prazo de 10 dias do trânsito, realizar a anotação acima determinada."

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 26 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0001270-91.2015.5.11.0005

AUTOR	ERNILDO RODRIGUES MENDONCA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0001270-91.2015.5.11.0005

Reclamante:ERNILDO RODRIGUES MENDONCA
Reclamado:TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA e outros

Data da próxima audiência:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA , que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

SENTENÇA DE EMBARGOS DECLARATÓRIO

I - RELATÓRIO:

A Segunda Reclamada opôs Embargos Declaratórios sob o argumento de que haveria vício na Sentença de Mérito no que se refere tanto aos fundamentos do conteúdo decisório sobre a condenação em responsabilidade subsidiária, quanto sobre a análise das provas.

Houve manifestação aos presentes Embargos Declaratórios pelo Reclamante.

Vieram os autos conclusos para decisão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Cumpre conhecer dos presentes Embargos Declaratórios, eis que opostos dentro do prazo legal, estabelecido pelo art. 897-A da CLT.

Não assiste razão a Embargante uma vez ausentes os vícios de obscuridade, contradição ou omissão na decisão atacada. Com efeito, consta da sentença de mérito as razões de decidir aplicáveis a hipótese de condenação em responsabilidade subsidiária, inclusive, com base no conjunto probatório. Portanto, os apontamentos do Embargante se referem ao próprio entendimento adotado nos fundamentos da decisão, e por isso, não estão compreendidos naqueles dispostos no art. 897-A da CLT.

Nesse caso, a Embargante pretende apenas rediscutir as próprias razões da sentença em sede de Embargos Declaratórios, inexistindo qualquer vício para tanto. Contudo, deve a Embargante eleger a via recursal adequada e apresentar suas manifestações por meio da interposição de recurso competente a ser apreciado pelo E. TRT da 11ª Região.

Ademais, se pretende a parte Embargante levar a matéria legal e constitucional às instâncias superiores, deve ela fazer uso dos embargos com pedido de prequestionamento no órgão de segundo grau - se do julgamento da matéria no Egrégio Tribunal sobrevier, efetivamente, omissão, contradição ou obscuridade. É esse o alcance da Súmula nº 297 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

A Instrução Normativa nº 23/2003 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, a Súmula nº 297 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho e a Súmula nº 356 do Excelso Supremo Tribunal Federal já deixaram claro que o prequestionamento tem aplicação apenas - e tão-somente - como instrumento preparatório para futura interposição de recurso de natureza extraordinária (recurso de revista, embargos no Colendo Tribunal Superior do Trabalho e recurso extraordinário, por exemplo).

Se a tutela jurisdicional almejada pela parte embargante é a procedência de pedidos da reclamação ou improcedência deles, ou mesmo a reforma da decisão, não será por meio de embargos que encontrará, muito menos alcançará esse desiderato com o pedido de efeito modificativo, pois esse efeito infringente não significa reexame de matéria já decidida.

O Juízo de primeiro grau não é instância revisora de si próprio, daí porque todo esse inconformismo demonstrado pelas partes deve ser veiculado pela via recursal apropriada, que não são os embargos declaratórios. Os embargos declaratórios são modalidade de recurso que se prestam apenas para aperfeiçoar a decisão embargada, mas não para a reformar.

Pelo exposto, conheço para negar provimento aos presentes embargos declaratórios para manter inalterada a sentença nesse particular.

III - DECISÃO:

Isso posto, e o mais que dos autos consta, decide a MM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus conhecer para negar provimento aos presentes Embargos Declaratórios opostos pela Segunda Reclamada, para manter inalterada a sentença de mérito, tudo nos termos da fundamentação. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES DA PRESENTE DECISÃO.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à

adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 23 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000297-97.2019.5.11.0005

AUTOR	MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	FRANCISCO CARLOS PINHEIRO(OAB: 7422/AM)
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
RÉU	GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI - ME
RÉU	CONDOMINIO PARADISE SKY

Intimado(s)/Citado(s):

- GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0000297-97.2019.5.11.0005

Reclamante:MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO
Reclamado:GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI - ME e outros

Data da próxima audiência:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos termos da fundamentação julgo**PROCEDENTES EM PARTE** as pretensões de MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO para condenar GUSMAO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME e, **de forma subsidiária**, CONDOMÍNIO PARADISE SKY ao pagamento de:

a) Aviso Prévio (33 dias), no valor de R$ 2.046,73;

b) Férias simples, 2018/2019, com projeção do aviso prévio, no valor de R$ 1.860,66;

c) 1/3 sobre férias simples, no valor de R$ 620,22;

d) 13º salário integral 2018, com projeção do aviso prévio, no valor de R$ 1.860,66;

e) Multa do artigo 477 da CLT, no valor de R$ 1.860,66;

f) acréscimo de 50% sobre os valores devidos a título de saldo de salário, aviso-prévio, férias proporcionais com 1/3, 13º salário

proporcional e multa do FGTS, pela incidência da multa prevista no artigo 467 da CLT;

g) FGTS incidente sobre a remuneração paga ao longo de toda a contratualidade, bem como sobre as parcelas salariais reconhecidas nesta decisão e sobre aviso-prévio, autorizado o abatimento, nos termos da fundamentação;

h) multa de 40% sobre o FGTS recolhido ao longo do contrato, bem como sobre as diferenças e incidências de FGTS deferidas nesta decisão;

j) honorários de sucumbência ao procurador do reclamante, no importe de 10 % sobre o valor bruto apurado em liquidação de sentença.

Concede-se à parte autora o Benefício da Justiça Gratuita.

Autoriza-se a retenção das contribuições fiscais, observado o entendimento contido na Súmula 368 do TST.

As contribuições sociais incidirão sobre a parcela deferida na alínea "d" deste dispositivo; cada parte arcará com sua cota nos termos da legislação previdenciária, autorizando-se a retenção, pela ré, dos valores devidos pela parte autora; a ré deverá comprovar nos autos o recolhimento em trinta dias, observando o prazo legal (Súmula 368, item II, TST).

Custas de R$ 164,98, a serem suportadas pelas reclamadas, fixadas sobre o valor de R$ 8.248,93, provisoriamente atribuído à condenação.

Atualização monetária e juros de mora na forma de Lei e conforme critérios estabelecidos na fundamentação.

Intimem-se as partes, sendo a primeira e a segunda reclamadas por edital.

Cumpra-se no prazo legal.

Nada mais.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 23 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000297-97.2019.5.11.0005

AUTOR	MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	FRANCISCO CARLOS PINHEIRO(OAB: 7422/AM)
ADVOGADO	RICARDO PENHA DE SOUZA(OAB: 9415/AM)
RÉU	GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI - ME
RÉU	CONDOMINIO PARADISE SKY

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO PARADISE SKY

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0000297-97.2019.5.11.0005

Reclamante:MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO
Reclamado:GUSMAO SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI - ME e outros

Data da próxima audiência:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) **CONDOMÍNIO PARADISE SKY**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos termos da fundamentação julgo**PROCEDENTES EM PARTE** as pretensões de MARIO JORGE DOS SANTOS DO NASCIMENTO para condenar GUSMAO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME e, **de forma subsidiária**, CONDOMÍNIO PARADISE SKY ao pagamento de:
a) Aviso Prévio (33 dias), no valor de R$ 2.046,73;
b) Férias simples, 2018/2019, com projeção do aviso prévio, no valor de R$ 1.860,66;
c) 1/3 sobre férias simples, no valor de R$ 620,22;
d) 13º salário integral 2018, com projeção do aviso prévio, no valor de R$ 1.860,66;
e) Multa do artigo 477 da CLT, no valor de R$ 1.860,66;
f) acréscimo de 50% sobre os valores devidos a título de saldo de salário, aviso-prévio, férias proporcionais com 1/3, 13º salário proporcional e multa do FGTS, pela incidência da multa prevista no artigo 467 da CLT;
g) FGTS incidente sobre a remuneração paga ao longo de toda a contratualidade, bem como sobre as parcelas salariais reconhecidas nesta decisão e sobre aviso-prévio, autorizado o abatimento, nos termos da fundamentação;
h) multa de 40% sobre o FGTS recolhido ao longo do contrato, bem como sobre as diferenças e incidências de FGTS deferidas nesta decisão;
j) honorários de sucumbência ao procurador do reclamante, no importe de 10 % sobre o valor bruto apurado em liquidação de sentença.

Concede-se à parte autora o Benefício da Justiça Gratuita.
Autoriza-se a retenção das contribuições fiscais, observado o entendimento contido na Súmula 368 do TST.
As contribuições sociais incidirão sobre a parcela deferida na alínea "d" deste dispositivo; cada parte arcará com sua cota nos termos da legislação previdenciária, autorizando-se a retenção, pela ré, dos valores devidos pela parte autora; a ré deverá comprovar nos autos o recolhimento em trinta dias, observando o prazo legal (Súmula 368, item II, TST).
Custas de R$ 164,98, a serem suportadas pelas reclamadas, fixadas sobre o valor de R$ 8.248,93, provisoriamente atribuído à condenação.
Atualização monetária e juros de mora na forma de Lei e conforme critérios estabelecidos na fundamentação.
Intimem-se as partes, sendo a primeira e a segunda reclamadas por edital.
Cumpra-se no prazo legal.
Nada mais.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos

Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 23 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000217-15.2019.5.11.0012

AUTOR	DEIVID DOS SANTOS GARCIA
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	JODSON PINHEIRO MADUREIRA CUSTÓDIO

Intimado(s)/Citado(s):

- JODSON PINHEIRO MADUREIRA CUSTÓDIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO

QUINTA VARA DO TRABALHO DE MANAUS

(Endereço: Rua Ferreira Pena, 546, Quinto Andar, Centro, CEP: 69.010-140, MANAUS-AM)

PROCESSO Nº.:0000217-15.2019.5.11.0012

Reclamante:DEIVID DOS SANTOS GARCIA

Reclamado:JODSON PINHEIRO MADUREIRA CUSTÓDIO

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe-JT

O(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho, da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a)JODSON PINHEIRO MADUREIRA CUSTÓDIO , que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

DESPACHO

Expeça-se edital de citação, face ter expirado no dia 10/09/2019 o prazo para o reclamado se manifestar sobre os cálculos.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 5ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 24 de Setembro de 2019, na Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATSum-0000913-43.2017.5.11.0005

AUTOR	NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 5533/AM)
RÉU	ARLETE RABELO COELHO
RÉU	ROMILDSON RABELO COELHO
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002019-74.2016.5.11.0005

AUTOR	MONICA REGO MELO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MONICA REGO MELO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça

Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000142-94.2019.5.11.0005

AUTOR	MARIETH NEVES DE LIMA SANTOS
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0000142-94.2019.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: MARIETH NEVES DE LIMA SANTOS

Reclamado: RÉU: UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 25/09/2019 o prazo para manifestação sobre os cálculos;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.90ebd5d;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 26 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0002069-66.2017.5.11.0005

AUTOR	JACIARA CONCEICAO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO	FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 6934/AM)
RÉU	ROSALVA BARROSO RIBEIRO
RÉU	VALVINO ANTONIO PEDROSO DE VASCONCELOS
RÉU	AMAZONIA SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JACIARA CONCEICAO ARAUJO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a tomar ciência do teor da certidão ID. cb99180, devendo fornecer informações para realização de novas diligências, no prazo de cinco dias.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001035-22.2018.5.11.0005

AUTOR	JAQUELINE SAMPAIO FERREIRA HARIOT
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)
RÉU	AZIONE SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA - ME
ADVOGADO	WALDENIR DE SOUZA VIEIRA(OAB: 4479/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAQUELINE SAMPAIO FERREIRA HARIOT

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1) À vista dos documentos anexados, notifique-se o reclamante para requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias;

2) Após, conclusos.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000860-05.2016.5.11.0003

AUTOR	RAIMUNDO LOPES PINTO
ADVOGADO	WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA(OAB: 10714/AM)
ADVOGADO	DANIEL BOTELHO CAMPELO(OAB: 5100/AM)
RÉU	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO LOPES PINTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1) Considerando que o exequente não foi formalmente notificado

acerca dos embargos à execução, fica o embargado intimado para se manifestar no prazo legal;

2) Após, façam os autos conclusos para a sentença.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001042-48.2017.5.11.0005

AUTOR	ALEXSANDRO PIRES DE MELO
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXSANDRO PIRES DE MELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

À vista do teor do ofício ID. 396248d, fica o reclamante intimado a fornecer informações para realização de novas diligências, no prazo de cinco dias, sob pena de sobrestamento do feito.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001296-55.2016.5.11.0005

AUTOR	FABRICIA DO CARMO GALUCIO
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	AV H-BUSTER PARTICIPACOES LTDA.
RÉU	HO RU
RÉU	ETHAN PARTICIPACOES LTDA.
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)
RÉU	H-BUSTER DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A
RÉU	H BUSTER SAO PAULO INDUSTRIA E COMERCIO S.A
RÉU	BS H-BUSTER PARTICIPACOES LTDA.
RÉU	HO YI
RÉU	ALINE NA HO
RÉU	HECSC COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
RÉU	V. J. H.
RÉU	ELITA MANSINHO DA SILVA
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)
RÉU	H-BUSTER DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
RÉU	CHEN YOUE
RÉU	BRUNA LAAN MANSINHO HO
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIA DO CARMO GALUCIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1) Fica o exequente intimado a se manifestar acerca do recurso interposto;

2) Após, façam os autos conclusos para a decisão acerca da admissibilidade do recurso.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000962-21.2016.5.11.0005

AUTOR	FRANCINALDO COELHO DOS SANTOS
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
AUTOR	JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
ADVOGADO	MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 5587/AM)
AUTOR	NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 5533/AM)
AUTOR	ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA(OAB: 9932/AM)
AUTOR	MONICA REGO MELO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
AUTOR	ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
AUTOR	ANDERSON GAMA AMARAL NETO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)

AUTOR	WATILANE SAMIA NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)
RÉU	RAISSA COELHO BARBOSA
RÉU	ARLISON GOMES DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINALDO COELHO DOS SANTOS
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
- WATILANE SAMIA NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ExTiEx-0001988-88.2015.5.11.0005

EXEQUENTE	ERIVAN DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
EXECUTADO	AMAZONAS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
EXECUTADO	MONICA DOS SANTOS MENDONCA
EXECUTADO	JUCINEIDE DE CASTRO DOS SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIVAN DOS SANTOS PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento provisório, passando a transcorrer o prazo previsto no art. 11-A da CLT a partir da publicação deste despacho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001091-26.2016.5.11.0005

AUTOR	WATILANE SAMIA NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
- WATILANE SAMIA NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000625-95.2017.5.11.0005

AUTOR	JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
ADVOGADO	MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 5587/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)
RÉU	ROMILDSON RABELO COELHO
RÉU	ARLETE RABELO COELHO

Intimado(s)/Citado(s):

- JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0002040-21.2014.5.11.0005

AUTOR	MIRLENE LEITE LIMA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MICHEL BESSA FERREIRA(OAB: 7581/AM)
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
- MIRLENE LEITE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Indefiro o pedido da executada id 761166b, tendo em vista que se torna inviável pois nesta vara existem apenas 2 processos contra a mesma na fase de execução.

Defiro porém o pedido de id 9e2513b, sendo assim, à secretaria para proceder a alteração da restrição sobre o veículo VW/8.150E DELIVERY, placa NOQ2640, modificando-a de CIRCULAÇÃO para TRANSFERÊNCIA.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0001817-27.2017.5.11.0017

AUTOR	MARIA DO SOCORRO FAIA JUNIOR
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- MARIA DO SOCORRO FAIA JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

I - Considerando o deferimento da recuperação judicial da executada, e ainda que a execução trata de crédito trabalhista privilegiado, devido à natureza alimentar de suas parcelas, determino a expedição de CERTIDÃO DE CRÉDITO em favor do exequente.

II - Notifique-se o exequente para receber Certidão de Crédito para habilitar-se no Juízo da Recuperação Judicial, processo nº 0229992-70.2019.8.04.0001, que tramita na 19ª Vara Cível de Manaus.

III - Dê-se ciência às partes do teor da presente decisão.

IV - Após, arquivem-se os autos do processo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002107-78.2017.5.11.0005

AUTOR	MANOEL TERLISSON FERREIRA OLIVEIRA
ADVOGADO	ADRIANO CEZAR RIBEIRO(OAB: 4848/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL TERLISSON FERREIRA OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a tomar ciência do teor do ofício ID. e1bd5e4, devendo fornecer informações para a realização de novas diligências, no prazo de dez dias.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002647-63.2016.5.11.0005

AUTOR	ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000249-46.2016.5.11.0005

AUTOR	SANDERLI GOMES FERNANDES
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)

ADVOGADO	HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 7364/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	JOAO ANTONIO DA MOTA SEIXAS(OAB: 10046/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDERLI GOMES FERNANDES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, passando a transcorrer o prazo previsto no art. 11-A da CLT a partir da publicação deste despacho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000914-28.2017.5.11.0005

AUTOR	ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA(OAB: 9932/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002268-25.2016.5.11.0005

AUTOR	LAERCIO MOURA DA COSTA
ADVOGADO	EUCLESIA PEREIRA MARINHO(OAB: 6936/AM)
RÉU	VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA

ADVOGADO	FELIPE PROBST WERNER(OAB: 29532/SC)
RÉU	AMERICAN AIRLINES INC
ADVOGADO	LETICIA RIBEIRO CRISSIUMA DE FIGUEIREDO(OAB: 182309/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMERICAN AIRLINES INC
- VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0002268-25.2016.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: LAERCIO MOURA DA COSTA

Reclamado: RÉU: VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA e outros

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 18/09/2019 o prazo para manifestação sobre os cálculos;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.d6c8c7e;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 26 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002018-89.2016.5.11.0005

AUTOR	ANDERSON GAMA AMARAL NETO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON GAMA AMARAL NETO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000913-43.2017.5.11.0005

AUTOR	NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 5533/AM)
RÉU	ARLETE RABELO COELHO
RÉU	ROMILDSON RABELO COELHO
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002019-74.2016.5.11.0005

AUTOR	MONICA REGO MELO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MONICA REGO MELO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000860-05.2016.5.11.0003

AUTOR	RAIMUNDO LOPES PINTO
ADVOGADO	WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA(OAB: 10714/AM)
ADVOGADO	DANIEL BOTELHO CAMPELO(OAB: 5100/AM)
RÉU	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO LOPES PINTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1) Considerando que o exequente não foi formalmente notificado acerca dos embargos à execução, fica o embargado intimado para se manifestar no prazo legal;

2) Após, façam os autos conclusos para a sentença.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001042-48.2017.5.11.0005

AUTOR	ALEXSANDRO PIRES DE MELO
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXSANDRO PIRES DE MELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

À vista do teor do ofício ID. 396248d, fica o reclamante intimado a fornecer informações para realização de novas diligências, no prazo de cinco dias, sob pena de sobrestamento do feito.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001296-55.2016.5.11.0005

AUTOR	FABRICIA DO CARMO GALUCIO
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	AV H-BUSTER PARTICIPACOES LTDA.
RÉU	HO RU
RÉU	ETHAN PARTICIPACOES LTDA.
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)
RÉU	H-BUSTER DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A
RÉU	H BUSTER SAO PAULO INDUSTRIA E COMERCIO S.A
RÉU	BS H-BUSTER PARTICIPACOES LTDA.
RÉU	HO YI
RÉU	ALINE NA HO
RÉU	HECSC COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
RÉU	V. J. H.
RÉU	ELITA MANSINHO DA SILVA
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)
RÉU	H-BUSTER DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
RÉU	CHEN YOUE
RÉU	BRUNA LAAN MANSINHO HO
ADVOGADO	GUSTAVO SARTORI(OAB: 220186/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIA DO CARMO GALUCIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

1) Fica o exequente intimado a se manifestar acerca do recurso interposto;

2) Após, façam os autos conclusos para a decisão acerca da admissibilidade do recurso.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000962-21.2016.5.11.0005

AUTOR	FRANCINALDO COELHO DOS SANTOS
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
AUTOR	JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
ADVOGADO	MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 5587/AM)
AUTOR	NUBIANE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 5533/AM)
AUTOR	ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA(OAB: 9932/AM)
AUTOR	MONICA REGO MELO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
AUTOR	ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
AUTOR	ANDERSON GAMA AMARAL NETO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
AUTOR	WATILANE SAMIA NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)
RÉU	RAISSA COELHO BARBOSA
RÉU	ARLISON GOMES DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINALDO COELHO DOS SANTOS
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
- WATILANE SAMIA NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ExTiEx-0001988-88.2015.5.11.0005

EXEQUENTE	ERIVAN DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
EXECUTADO	AMAZONAS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
EXECUTADO	MONICA DOS SANTOS MENDONCA
EXECUTADO	JUCINEIDE DE CASTRO DOS SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIVAN DOS SANTOS PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento provisório, passando a transcorrer o prazo previsto no art. 11-A da CLT a partir da publicação deste despacho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001091-26.2016.5.11.0005

AUTOR	WATILANE SAMIA NUNES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
- WATILANE SAMIA NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000625-95.2017.5.11.0005

AUTOR	JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
ADVOGADO	MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 5587/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)
RÉU	ROMILDSON RABELO COELHO
RÉU	ARLETE RABELO COELHO

Intimado(s)/Citado(s):

- JUCILENE DE MOURA MAIA SALES
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO

INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0002040-21.2014.5.11.0005

AUTOR	MIRLENE LEITE LIMA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MICHEL BESSA FERREIRA(OAB: 7581/AM)
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
- MIRLENE LEITE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Indefiro o pedido da executada id 761166b, tendo em vista que se torna inviável pois nesta vara existem apenas 2 processos contra a mesma na fase de execução.

Defiro porém o pedido de id 9e2513b, sendo assim, à secretaria para proceder a alteração da restrição sobre o veículo VW/8.150E DELIVERY, placa NOQ2640, modificando-a de CIRCULAÇÃO para TRANSFERÊNCIA.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001328-89.2018.5.11.0005

AUTOR	ORLEANS BENTES DA SILVA
ADVOGADO	MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA(OAB: 11098/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ORLEANS BENTES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a tomar ciência do teor do ofício ID. 56c955f, devendo fornecer informações para a realização de novas diligências, no prazo de dez dias.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0001817-27.2017.5.11.0017

AUTOR	MARIA DO SOCORRO FAIA JUNIOR
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- MARIA DO SOCORRO FAIA JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

I - Considerando o deferimento da recuperação judicial da executada, e ainda que a execução trata de crédito trabalhista

privilegiado, devido à natureza alimentar de suas parcelas, determino a expedição de CERTIDÃO DE CRÉDITO em favor do exequente.

II - Notifique-se o exequente para receber Certidão de Crédito para habilitar-se no Juízo da Recuperação Judicial, processo nº 0229992-70.2019.8.04.0001, que tramita na 19ª Vara Cível de Manaus.

III - Dê-se ciência às partes do teor da presente decisão.

IV - Após, arquivem-se os autos do processo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002107-78.2017.5.11.0005

AUTOR	MANOEL TERLISSON FERREIRA OLIVEIRA
ADVOGADO	ADRIANO CEZAR RIBEIRO(OAB: 4848/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697/AM)
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL TERLISSON FERREIRA OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a tomar ciência do teor do ofício ID. e1bd5e4, devendo fornecer informações para a realização de novas diligências, no prazo de dez dias.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002647-63.2016.5.11.0005

AUTOR	ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAYNE OLIVEIRA DE AZEVEDO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000249-46.2016.5.11.0005

AUTOR	SANDERLI GOMES FERNANDES
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
ADVOGADO	HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 7364/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
ADVOGADO	JOAO ANTONIO DA MOTA SEIXAS(OAB: 10046/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDERLI GOMES FERNANDES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, passando a transcorrer o prazo previsto no art. 11-A da CLT a partir da publicação deste despacho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000914-28.2017.5.11.0005

AUTOR	ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA(OAB: 9932/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DI GRAZIELA ALVES SILVA DOS SANTOS
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002268-25.2016.5.11.0005

AUTOR	LAERCIO MOURA DA COSTA
ADVOGADO	EUCLESIA PEREIRA MARINHO(OAB: 6936/AM)
RÉU	VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA
ADVOGADO	FELIPE PROBST WERNER(OAB: 29532/SC)
RÉU	AMERICAN AIRLINES INC
ADVOGADO	LETICIA RIBEIRO CRISSIUMA DE FIGUEIREDO(OAB: 182309/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMERICAN AIRLINES INC
- VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0002268-25.2016.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: LAERCIO MOURA DA COSTA

Reclamado: RÉU: VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA e outros

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 18/09/2019 o prazo para manifestação sobre os cálculos;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.d6c8c7e;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 26 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002018-89.2016.5.11.0005

AUTOR	ANDERSON GAMA AMARAL NETO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON GAMA AMARAL NETO
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que a **reunião** das execuções contra um mesmo devedor está fundada nos princípios norteadores desta Justiça Especializada, mormente o da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII);

Considerando a aplicação subsidiária do art. 28, da Lei nº 6.830/80, bem como a prevalência do princípio da conveniência e da garantia da unidade a critério do magistrado condutor do processo;

Considerando, por fim, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais;

Determino:

I - A **reunião** da execução de todos os processos em fase de execução que tramitam nesta Vara, onde figuram no pólo passivo a empresa: **RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44** no processo **0000962-21.2016.5.11.0005, que será considerado "processo chave";**

II) Que a referida **reunião** seja informada nos demais processos constantes na certidão, devendo, ainda, constar despacho de sobrestamento da execução;

III) A intimação das partes, por intermédio de seus advogados, ou pessoalmente em caso de jus postulandi, para que, caso queiram, solicitem o acesso ao processo principal ou se manifestem da **reunião**, no prazo de 05 dias;

IV) A inclusão como parte autora daquele que se manifestar no prazo estipulado no item III para que visualize e participe no processo chave;

V) A Certidão de Débitos Unificados, deverá ser constantemente atualizada com a inclusão de novos processos;

A PUBLICAÇÃO DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000029-43.2019.5.11.0005

AUTOR	FERNANDO DE SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0000029-43.2019.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: FERNANDO DE SOUZA DA SILVA

Reclamado: RÉU: VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 04/09/2019 o prazo para o reclamado se manifestar sobre os cálculos, homologo os cálculos do reclamante;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id d3fe900;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos

financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001328-89.2018.5.11.0005

AUTOR	ORLEANS BENTES DA SILVA
ADVOGADO	MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA(OAB: 11098/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ORLEANS BENTES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Fica o reclamante intimado a tomar ciência do teor do ofício ID. 56c955f, devendo fornecer informações para a realização de novas diligências, no prazo de dez dias.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002022-68.2012.5.11.0005

AUTOR	ADERLAN PABLO FIDELES GOMES
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	EDER ANTONIO BELLO COSTA(OAB: 6921/AM)
RÉU	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
ADVOGADO	ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0002022-68.2012.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: ADERLAN PABLO FIDELES GOMES

Reclamado: RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DECISÃO

1. Face informação da contadoria, torno sem efeito o despacho id 4eccc95;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo

de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.3966e8b;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 26 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,
Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000754-66.2018.5.11.0005

AUTOR	ANTONILDO ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO	SIDNEY JOSE VIEIRA DE SOUZA(OAB: 5798/AM)
ADVOGADO	DANIELLE DA COSTA PINHEIRO(OAB: 7710/AM)
ADVOGADO	SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS(OAB: 11988/AM)
RÉU	CONSTRUTORA CAPITAL S/A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	A P DE SOUZA RAMOS - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONILDO ARAUJO DE SOUZA

5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0000754-66.2018.5.11.0005

Em 19 de setembro de 2019, na sala de sessões da 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS/AM, sob a direção do Exmo(a). Juiz ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR, realizou-se audiência relativa a Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0000754-66.2018.5.11.0005 ajuizada por ANTONILDO ARAUJO DE SOUZA em face de A P DE SOUZA RAMOS - ME. Às 10h51min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes. Ausente o exeqüente e seu advogado. Presente o executado CONSTRUTORA CAPITAL S/A, através da advogado(a), Dr(a). ISABELLA MENEZES HONORATO, OAB nº 3194/AM. Ausente o executado A P DE SOUZA RAMOS - ME e seu advogado. Pela patrona da litisconsorte CONSTRUTORA CAPITAL S/A: requer a redesignação da audiência para fins de composição de acordo. **Pelo Juízo**: defiro a solicitação feita pela patrona da reclamada tendo em vista a possibilidade de acordo por parte da litisconsorte CONSTRUTORA CAPITAL S/A. Face ao exposto, decido suspender a presente sessão e redesigno para o dia **7/10/2019 às 9h40min**. para a realização de audiência de conciliação em execução. **Fica consignado que a patrona da litisconsorte acompanhou atentamente a digitação do presente termo de audiência e concorda com o seu teor, sem ressalvas. NOTIFIQUE-SE O RECLAMANTE ATRAVÉS DE SEU PATRONO VIA SISTEMA PJe do teor da presente Ata de Audiência, BEM COMO A RECLAMA VIA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**. Audiência encerrada às 11h12. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz do Trabalho

Ata redigida por JANDER MENEZES DOS SANTOS, Secretário(a) de Audiência.

Despacho

Processo Nº ATSum-0000135-05.2019.5.11.0005

AUTOR	PAULO CEZAR GOMES SALES
ADVOGADO	PEDRO DA SILVA GONCALVES(OAB: 13144/AM)
RÉU	MAC FACILITIES E MANUTENCAO LTDA
ADVOGADO	PHILLIPE SILVA OLIVEIRA(OAB: 39175/BA)
RÉU	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO	GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO CEZAR GOMES SALES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Tendo em vista a reclamada não ter apresentado cálculos, torno sem efeito o despacho id 3e4a454, devendo o reclamante cumprir itens abaixo, devendo-se aguardar o momento processual oportuno para liquidação da litisconsorte:

"4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;"

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000662-59.2016.5.11.0005

AUTOR	JANE ERICA AGUIAR RIBEIRO
ADVOGADO	VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO(OAB: 594-A/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que expirou no dia 24/09/2019 o prazo para o reclamado cumprir obrigações de fazer;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários,

fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

8) À SECRETARIA DA VARA PARA PROCEDER COM AS ANOTAÇÕES NA CTPS DA RECLAMANTE;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001168-28.2018.5.11.0017

AUTOR	RAIMUNDO EDSON DA SILVA PERES JUNIOR
ADVOGADO	Maria Claudia Sousa da Silva(OAB: 1082-A/AM)
RÉU	CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA.
ADVOGADO	CELSO VALERIO FRANCA VIEIRA(OAB: 3886/AM)
ADVOGADO	CASSIO FRANCA VIEIRA(OAB: 4409/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Deve o reclamado juntar os cálculos nos autos, no prazo de 24 horas, sob pena de preclusão.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000574-16.2019.5.11.0005

AUTOR	JOSE AILTON VIANA TAVEIRA
ADVOGADO	KELLY CRISTINA TEODOSIO DA SILVA(OAB: 13192/AM)

ADVOGADO	ALINE MARIA DA CAS RACHID PIETRO(OAB: 1075-A/AM)
RÉU	F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA
ADVOGADO	LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 16166/PE)
RÉU	VILSON FILO
RÉU	GENI COGO FILO

Intimado(s)/Citado(s):

- F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que a decisão transitou em julgado no dia 04/09/2019;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000719-72.2019.5.11.0005

AUTOR	STEPHANE RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO	WAGNER JACKSON SANTANA(OAB: 8789/AM)
RÉU	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - 19ª REGIÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- STEPHANE RIBEIRO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Dê-se ciência ao reclamante sobre o ED do reclamado, devendo haver alteração da petição no sistema.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001219-24.2017.5.11.0001

AUTOR	MARCOS ANTONIO DIAS DA SILVA
ADVOGADO	DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES(OAB: 2268/AM)
RÉU	MARIA DULCE S.DA SILVA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ANTONIO DIAS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetivação da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;

Considerando o §1º do art. 879 da CLT, determino:

1. **Notifique-se a parte autora** para que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas. Havendo depósitos recursais, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta;

2. Apresentados os cálculos pelo reclamante, **se estes estiverem de acordo** com parâmetros da decisão, **ficam os mesmos automaticamente homologados**;

3. **Cite-se**a reclamada na forma do ART. 880 da CLT ou através de Edital;

4. Não havendo objeção aos cálculos (impugnação/embargos), expire-se o prazo e expeça-se alvará para levantamento dos depósitos recursais, se houver, ao patrono da reclamante, até o limite do crédito líquido do exequente, devendo comprovar o valor sacado, no prazo de 5 dias; havendo comprovação, retorne-se ao setor de cálculo para atualização, abatendo o valor sacado;

5. Garantida a Execução e havendo manifestação da reclamada, libere-se o valor declinado como incontroverso;

6. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC;

7. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

8. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

9. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

10. Após, não havendo mais pendências, façam os autos conclusos para sentença de extinção da execução;

11. TORNO SEM EFEITO O DESPACHO ID 517de83.

Minutado por ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000737-93.2019.5.11.0005

AUTOR	ROSIVANDER NEGREIROS VIEIRA
ADVOGADO	ALINE LAREDO PINTO GOLDSTEIN(OAB: 4187/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MARQUISE S A
ADVOGADO	JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE(OAB: 4040/CE)
ADVOGADO	RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES(OAB: 16077/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA MARQUISE S A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que a decisão transitou em julgado no dia 13/09/2019;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de

perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000282-02.2017.5.11.0005

AUTOR	ELIANA CORREA RIBEIRO
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	M H FERREIRA QUARESMA - ME
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)
RÉU	BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA CORREA RIBEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Face o trânsito em julgado ter ocorrido no dia 25/09/2019, determino, no prazo de 10 dias, sob pena de sobrestamento: "Após o trânsito em julgado da presente sentença, notifique-se o autor para depositar sua CTPS na Secretaria da Vara"

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000112-59.2019.5.11.0005

AUTOR	MARIVAN GONCALVES DE ANDRADE
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIVAN GONCALVES DE ANDRADE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Deve o reclamante cumprir:

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000808-95.2019.5.11.0005

AUTOR	ALICE ARAUJO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	JOSE ESTEVAO XAVIER(OAB: 8824/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que a decisão transitou em julgado no dia 25/09/2019;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001291-62.2018.5.11.0005

AUTOR	CAROLINE MORAES DE LIMA
ADVOGADO	SAMUEL SOARES DE MIRANDA(OAB: 10370/AM)
RÉU	R M P ROMERO - EPP
ADVOGADO	CARMEM VALERYA ROMERO SALVIONI(OAB: 6328/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINE MORAES DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Face petição id e77f55f, dê-se ciência para a reclamante se manifestar no prazo de 10 dias, sob pena de concordância.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001047-36.2018.5.11.0005

AUTOR	MARCIA DUTRA DOS SANTOS
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
RÉU	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
PERITO	PATRICIA LIMA SANTOS DERSCHUM

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA DUTRA DOS SANTOS
- SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Tendo em vista a informação id 56a78c6 e a necessidade da perícia para o deslinde da questão, determino que se mantenha a perícia a ser realizada no dia 18 de outubro de 2019, no horário de 14h na sede da reclamada. Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001529-86.2015.5.11.0005

AUTOR	WILSON MACIEL MITOSO
ADVOGADO	NIVEA MARIA MONTENEGRO DA COSTA OLIVEIRA(OAB: 2593/AM)
ADVOGADO	ANTONIO PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 808/AM)
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
RÉU	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADO	LUIZ FLAVIO VALLE BASTOS(OAB: 52529/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
- WILSON MACIEL MITOSO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002129-10.2015.5.11.0005

AUTOR	GERCILIO PEREIRA CORREA
ADVOGADO	ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO(OAB: 7133/AM)
RÉU	KAELE LTDA
ADVOGADO	VICTOR HUGO TRINDADE SIMOES(OAB: 9286/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAELE LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que expirou no dia 24/09/2019 o prazo para o reclamado cumprir obrigações de fazer;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

8)À SECRETARIA DA VARA PARA PROCEDER COM AS ANOTAÇÕES NA CTPS DO RECLAMANTE;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000097-90.2019.5.11.0005

AUTOR	ANA CLAUDIA ALEIXO
ADVOGADO	JOSE ALBERTO PEIXOTO DE OLIVEIRA(OAB: 4654/AM)
RÉU	MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME
ADVOGADO	RENATA MENDES ANGELIM(OAB: 13279/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CLAUDIA ALEIXO
- MAIS ALIMENTOS EIRELI - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante e reclamada para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001222-30.2018.5.11.0005

AUTOR	EUDENIR OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS(OAB: 10770/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	EXCELLENCE CARE EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- EUDENIR OLIVEIRA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e reclamada (por mandado) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001547-39.2017.5.11.0005

AUTOR	ILMARA SANTOS RABELO
ADVOGADO	Maria Claudia Sousa da Silva(OAB: 1082-A/AM)
RÉU	CONDOMINIO YPUA HOTEL
ADVOGADO	PAULO CESAR ESPIRITO SANTO DE GOUVEA(OAB: 4119/AM)
ADVOGADO	AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEA(OAB: 2955/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO YPUA HOTEL
- ILMARA SANTOS RABELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Denego seguimento ao agravo de petição por não ser a peça processual adequada para tal situação, já que os autos não se encontram na execução;

Cumpra-se o item 2 do despacho id e237da0.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000516-13.2019.5.11.0005

AUTOR	NEIRIELE ALBUQUERQUE DE MENEZES
ADVOGADO	ROBERTO DA MOTA PRAIA JUNIOR(OAB: 6782/AM)
RÉU	LUMA LINA OLIVEIRA LINS DE ALBUQUERQUE 97370800253
ADVOGADO	FABIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES(OAB: 13392/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NEIRIELE ALBUQUERQUE DE MENEZES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Face a decisão ter transitado em julgado no dia 13/09/2019, deve a reclamante entregar sua CTPS, no prazo de 10 dias, sob pena de

sobrestamento do feito.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000840-09.2019.5.11.0003

AUTOR	ANTONIO ROSINALDO MACIEL DE FRANCA
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	RONDONIA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONDONIA TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que a decisão transitou em julgado no dia 25/09/2019;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000803-73.2019.5.11.0005

AUTOR	DECIO JOSE PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	NURIA SCHULZE E SILVA(OAB: 12760/AM)
RÉU	ALFA TURISMO E SERVICOS EIRELI - EPP
ADVOGADO	JAQUES SONNTAG(OAB: 291-A/RR)
RÉU	ASATUR TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO	JAQUES SONNTAG(OAB: 291-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALFA TURISMO E SERVICOS EIRELI - EPP
- ASATUR TRANSPORTE LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que a decisão transitou em julgado no dia 25/09/2019;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

8) Face entrega de CTPS pelo reclamante, determino:

"Deverá a reclamada anotar o contrato de trabalho na CTPS obreira, fazendo constar como data de admissão o dia 01/05/2019, função de agente de viagem, salário de R$ 1.236,05, e extinção contratual em 22/06/2019, considerando a projeção do aviso prévio de 30 dias.

O reclamante deverá depositar sua CTPS em Secretaria no prazo de 5 (cinco) dias, para que a ré proceda à retificação determinada, em igual prazo, contado de notificação

específica."

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000250-26.2019.5.11.0005

AUTOR	ATAIDE JOSE VIANA DE SOUSA
ADVOGADO	VANESSA JANINE RODRIGUES DA COSTA(OAB: 6645/AM)
RÉU	IMPORTADORA TV LAR LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMPORTADORA TV LAR LTDA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000078-84.2019.5.11.0005

AUTOR	FRANCISLENO RIBEIRO PEDROSA
ADVOGADO	SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA(OAB: 11830/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISLENO RIBEIRO PEDROSA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0001502-07.2018.5.11.0003

AUTOR	ANTONIO GOMES DA SILVA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	AUTO ONIBUS LIDER LTDA
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO GOMES DA SILVA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001179-93.2018.5.11.0005

AUTOR	ATENA FELIPE DE MATOS
ADVOGADO	LUANA PEREIRA REGIS(OAB: 9340/AM)
RÉU	INSTITUTO NOVOS CAMINHOS
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	SIMEA - SOCIEDADE INTEGRADA MEDICA DO AMAZONAS LTDA
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENA FELIPE DE MATOS

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do Estado do Amazonas encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e demais reclamadas por edital para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os

autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000852-54.2018.5.11.0004

AUTOR	FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA(OAB: 8866/AM)
ADVOGADO	ISABELLA CARLA MARRA MAGALHAES BARBOSA(OAB: 9631/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	D DE AZEVEDO FLORES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA DE SOUZA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e reclamada (por edital) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0001014-46.2018.5.11.0005

AUTOR	DERLIO MENEZES DO NASCIMENTO
ADVOGADO	ALEX FERNANDES MINORI(OAB: 9444/AM)
RÉU	CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO	JOSE COELHO PAMPLONA NETO(OAB: 134643/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DERLIO MENEZES DO NASCIMENTO

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000549-71.2017.5.11.0005

AUTOR	EDSON MORAES DE ABREU
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA
ADVOGADO	ALFREDO GLUCK YOUNG(OAB: 1838/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
TESTEMUNHA	ELISANGELA MARCIAO DE FARIAS

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA
- EDSON MORAES DE ABREU

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamado e litisconsorte (via sistema) para se manifestarem no prazo legal.

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e reclamada para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000805-43.2019.5.11.0005

AUTOR	DENIS LINS DA SILVA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
ADVOGADO	CHRISTIANNE CARDOSO SOARES GRIMM(OAB: 11238/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENIS LINS DA SILVA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000774-23.2019.5.11.0005

AUTOR	CARLENE OLIVEIRA MARINHO
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA(OAB: 7274/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se

o reclamado e litisconsorte (via sistema) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000802-88.2019.5.11.0005

AUTOR	ELCILENE PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	FRANK WILLIAMS DE VASCONCELOS MENEZES(OAB: 14481/AM)
RÉU	M P SERVICOS DE HOTELARIA LTDA - ME
ADVOGADO	EULER VILAÇA BATISTA BORGES(OAB: 2428/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELCILENE PEREIRA DE SOUZA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000730-80.2019.5.11.0012

AUTOR	KAMILA DE SOUZA MOTA DOS SANTOS
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RÉU	FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
- KAMILA DE SOUZA MOTA DOS SANTOS

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000379-31.2019.5.11.0005

AUTOR	JAILSON DE SOUZA COSTA
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	JBA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO	GLAUCO DANTAS LOPES(OAB: 34261/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000269-32.2019.5.11.0005

AUTOR	DAIANA DE OLIVEIRA MOURA
ADVOGADO	WAGNER JACKSON SANTANA(OAB: 8789/AM)
RÉU	SUPERLUZ SERVICOS ELETRICOS EIRELI
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANA DE OLIVEIRA MOURA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e reclamada (por edital) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001383-74.2017.5.11.0005

AUTOR	FRANCISCA VALETA LUNIER
ADVOGADO	EDEN ALBUQUERQUE DA SILVA(OAB: 4115/AM)
RÉU	SANDRA MARIA MENDES CARDOSO
ADVOGADO	HERBERT BRUNO MAGALHAES ASSIS(OAB: 10348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRA MARIA MENDES CARDOSO

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se

tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001177-60.2017.5.11.0005

AUTOR	MARIA CELI DO NASCIMENTO LIMA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CELI DO NASCIMENTO LIMA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001292-47.2018.5.11.0005

AUTOR	ROGERIO MACIEL PEDROZA
ADVOGADO	OZIEL PINTO DA SILVA(OAB: 5455/AM)
RÉU	METAL BRONZE LTDA
ADVOGADO	FLAVIO SIMOES DA SILVA SOBRINHO(OAB: 3444/AM)
RÉU	L J GUERRA E CIA LTDA
ADVOGADO	FLAVIO SIMOES DA SILVA SOBRINHO(OAB: 3444/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- L J GUERRA E CIA LTDA
- METAL BRONZE LTDA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se os reclamados para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000721-42.2019.5.11.0005

AUTOR	DORIEDISON DO NASCIMENTO E SILVA
ADVOGADO	GESIEL BARBOZA SANTOS(OAB: 1514/RR)
RÉU	QUATRO MARES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DORIEDISON DO NASCIMENTO E SILVA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000170-62.2019.5.11.0005

AUTOR	SAUL XAVIER MARINHO
ADVOGADO	EDIANA TORRES PAULO(OAB: 12610/AM)
ADVOGADO	JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ(OAB: 7763/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
RÉU	REI DO EXTINTOR SERVICOS E SEGURANCA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- SAUL XAVIER MARINHO

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e reclamada (por mandado) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000454-70.2019.5.11.0005

AUTOR	SUZANA ALVES DE SOUZA
ADVOGADO	GEORGETE DE CASTRO DUARTE(OAB: 9249/AM)
RÉU	WESCLEY CARVALHO MAUES
ADVOGADO	SILVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO(OAB: 11956/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUZANA ALVES DE SOUZA

DECISÃO

Considerando que o agravo de instrumento do reclamado encontra-se tempestivo, sem preparo e subscrito por patrono habilitado nos

autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000512-73.2019.5.11.0005

AUTOR	BENEDITO GARCIA REIS
ADVOGADO	ROMULO RAFAEL SILVA CARVALHO(OAB: 10504/AM)
ADVOGADO	MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARAES(OAB: 3676/AM)
RÉU	TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
ADVOGADO	DANIELLE FERNANDES CORDEIRO(OAB: 7434/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO GARCIA REIS

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Notificação

Processo Nº AlvJud-0001045-32.2019.5.11.0005

REQUERENTE	HELSON ANDRADE DUARTE
ADVOGADO	SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE(OAB: 811/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELSON ANDRADE DUARTE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO PJe-JT

Considerando o teor do pedido da exordial, entendo ser necessária a presença da Caixa Econômica Federal no polo passivo da demanda para a presentar manifestação.

Assim, concedo ao reclamante o prazo de 15 dias para emendar a inicial, incluindo a Caixa Econômica Federal no polo passivo, sob pena de indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo sem resolução de mérito.

Dê-se ciência.

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) Substituto da 5ª Vara do Trabalho de Manaus

MANAUS, 19 de Setembro de 2019

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001383-74.2017.5.11.0005

AUTOR	FRANCISCA VALETA LUNIER
ADVOGADO	EDEN ALBUQUERQUE DA SILVA(OAB: 4115/AM)
RÉU	SANDRA MARIA MENDES CARDOSO
ADVOGADO	HERBERT BRUNO MAGALHAES ASSIS(OAB: 10348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRA MARIA MENDES CARDOSO

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000772-53.2019.5.11.0005

AUTOR	SIND DOS EMP EM POSTOS DE SERV DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LOJAS DE CONV LAVA RAPIDO TROCA DE OLEO E COM DE LUBRIFICANTES DO AM

ADVOGADO	ATABIRIO EDSON SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 11944/AM)
RÉU	POSTO 3000 LTDA
ADVOGADO	ANDRE JUNIO MENDES DE OLIVEIRA(OAB: 7836/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- POSTO 3000 LTDA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001253-50.2018.5.11.0005

AUTOR	JANDER RUBENS PINHEIRO VIEIRA
ADVOGADO	PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA(OAB: 5465/AM)
RÉU	FAVACHO & LOPES LTDA - ME
ADVOGADO	ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM(OAB: 5904/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANDER RUBENS PINHEIRO VIEIRA

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000602-81.2019.5.11.0005

AUTOR	LEANDRO DE AZEVEDO AGUIAR
ADVOGADO	CAROLINE BASILIO KLENKE(OAB: 12081/AM)
RÉU	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
RÉU	PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	TECNISA S.A.
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DE AZEVEDO AGUIAR
- PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
- TECNISA S.A.

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da litisconsorte encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intimem-se o reclamante e as demais reclamadas (sendo a principal por edital) para se manifestarem no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001984-80.2017.5.11.0005

AUTOR	JEFFERSON VALENTE BRASIL
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
ADVOGADO	MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 6102/AM)
ADVOGADO	JOSE DE JESUS GOUVEA OLIVEIRA JUNIOR(OAB: 10793/AM)
RÉU	CRBS S/A
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRBS S/A
- JEFFERSON VALENTE BRASIL

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Considerando que o recurso ordinário do reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000096-46.2017.5.11.0015

AUTOR	RAFAELA DOS SANTOS SERRAO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que expirou no dia 13/09/2019 o prazo para o reclamado baixar CTPS;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

8) À SECRETARIA DA VARA PARA ANOTAR CTPS DO RECLAMANTE;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000458-10.2019.5.11.0005

AUTOR	CLAUDEMIR MOREIRA DE SOUZA RAMOS
ADVOGADO	GABRIEL MOLLER MALHEIROS(OAB: 127852/MG)
RÉU	RN COMERCIO VAREJISTA S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDEMIR MOREIRA DE SOUZA RAMOS
- RN COMERCIO VAREJISTA S.A
- WG ELETRO S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando que após a produção da prova oral, ainda permaneceu controvérsia em relação às vendas efetivamente realizadas pelo reclamante, bem como remanescendo duvida acerca da higidez da documentação juntada pela reclamada em sua peça de defesa, converto os autos em diligência e estabeleço que a prova será apresentada da seguinte forma:

1) A reclamada deverá juntar aos autos todo o relatório de vendas na loja onde o Reclamante laborou, com a respectiva informação fiscal, a partir de 26.04.2014 e, havendo necessidade de apresentar documento físico, este deverá ser juntado diretamente na secretaria da vara;

2) A reclamada deverá ainda elaborar planilha indicando cada vendedor responsável por cada venda;

3) Deverá ainda elaborar uma planilha exclusiva em relação às vendas realizadas pelo reclamante, indicando não apenas a comissão devida, mas também percentual e a linha a que pertence o produto.

4) Apresentada essa documentação, o reclamante deverá se manifestar especificamente sobre cada item, não sendo aceitado que se realize impugnação genérica. Dessa forma, se considerar existir qualquer inconsistência nas planilhas apresentadas pela reclamada, deverá apontar cada uma especificamente sob pena de não conhecimento.

5) Por fim, deverá, também na hipótese de considerar sonegação de comissões, apresentar levantamento indicando as diferenças, mês a mês, sob pena de aceitação dos valores apresentados pela reclamada.

6) Após a manifestação, seguindo essas balizas, a reclamada deverá se manifestar, também especificamente, sob pena de aceitação como verdadeira das conclusões apresentadas pelo reclamante.

7) Remanescendo controvérsia acerca dos valores devidos ao reclamante a titulo de comissão, será designada perícia contábil para ultimar os esclarecimentos e permitir ao Juízo que solucione o caso contando com o esclarecimento firmado por expert.

8) O prazo da reclamada para cumprimento das obrigações 1, 2 e 3 se encerra em 14.11.2019 sob pena de preclusão.

9) O prazo para o reclamante se manifestar se encerra em 29.11.2019.

10) O prazo para a reclamada se manifestar sobre as alegações do reclamante se encerra em 06.12.2019.

11) Designo o prosseguimento da audiência para o dia 12/12/2019 às 08h01 para encerramento da instrução processual, dispensado o comparecimento das partes.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019.

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) Substituto da 5ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000312-66.2019.5.11.0005

AUTOR	MARCIA BATISTA BARROS COLARES
ADVOGADO	RAIMUNDO TAVARES DE OLIVEIRA(OAB: 4942/AM)
RÉU	HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	LUIS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES(OAB: 53148/RS)
ADVOGADO	LUCAS DE SOUZA VALENTE(OAB: 13191/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
- MARCIA BATISTA BARROS COLARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE MÉRITO

I. RELATÓRIO

MARCIA BATISTA BARROS COLARES ajuizou reclamação trabalhista contra HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA, requerendo o pagamento de plus salarial, indenização por danos morais em razão de assédio moral, indenização por danos morais, danos materiais e estabilitária em razão de doença ocupacional, mental e física.

A reclamada apresentou defesa escrita em que sustenta prescrição qüinqüenal e impugna os pedidos, requerendo a improcedência da ação.

Produzida prova documental. Determinada prova pericial, as partes puderam se manifestar acerca do laudo.

Depoimento de partes e testemunhas nas atas de audiência de ID 56dd1c3 e ID 3a7e046.

Tentativas de conciliação frustradas.

Alegações finais orais remissivas pelo reclamante e aduzidas em audiência pela reclamada.

É o relatório. DECIDO.

II. FUNDAMENTOS

QUESTÃO PROCESSUAL

Há requerimento pela parte reclamada ainda não apreciado, ID bbd8ece, no qual requer o desentranhamento do laudo pericial emitido por assistente técnico indicado pela reclamante.

Em exame, tem-se que a reclamante não atendeu aos prazos para indicação de perito assistente ou de juntada de laudo pericial produzido por assistente técnico, nos termos definidos pela ata de audiência de ID d111fa3.

Nesse caso, assiste razão a reclamada, o laudo apresentado por médico indicado pela reclamante deve ser desconsiderado para fins de análise, considerada a ocorrência de preclusão para produção da prova, ID 51d744c.

Acolho o requerimento.

DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

Acolho a prejudicial de mérito suscitada para declarar a incidência de prescrição quinquenal e julgo extinto com resolução de mérito os pedidos sobre crédito anteriores a 25/03/2014.

DO ACÚMULO DE FUNÇÃO

Alegou a reclamante que, além da função de analista financeiro II para a qual foi contratada, exerceu cumulativamente funções nos setores de logística, faturamento e importação. Alega que o trabalho nessas condições exigia a prorrogação da jornada de trabalho, bem como em maiores responsabilidades e cobranças pela reclamada. Em razão, requer o pagamento de plus salarial.

A reclamada impugna a alegação e sustenta que a reclamante não acumulava funções, ao contrário, que sempre foi promovida desde sua contratação e remunerada conforme.

Pois bem, a doutrina e jurisprudência elencam como requisitos do pedido de acúmulo de função: a) o exercício da função a ser cumulada não pode ser esporádica; b) acréscimo do esforço despendido; c) acréscimo da jornada; d) a função cumulada não pode estar inserida na função para qual foi contratada.

Em exame, tem-se que a reclamante não se desincumbiu do seu ônus probatório. Isso porque as tarefas, eventualmente, acumuladas estão perfeitamente inseridas na função para a qual a reclamante foi contratada e são complementares ou de auxílio a outras atividades. Aliás, o desempenho de tarefa que pertença a outra atividade não configura acúmulo de função, sendo essa compatível com a capacidade técnica e a condição pessoal do empregado.

Assim, destacam-se os seguintes trechos dos depoimentos:

"que a função de analista financeiro cuida da parte de contas a pagar; que analista financeiro I cuida dos documentos fiscais para pagamento aos fornecedores; que analista financeiro II possui também a responsabilidade de montar relatórios de pagamentos; que o analista financeiro II não trabalha em qualquer outro setor da empresa que não seja relacionado aos pagamentos; que a reclamada possui setor de logística; que o setor de logística passou a ser montado a partir de quando a depoente ingressou na empresa; que a Sra Adriana era a responsável por este setor; que neste setor também trabalhavam Sra Miriam e a Sra Diana; que a Sra Diana atualmente gerencia o setor; que a reclamante não trabalhou no setor de logística mas interagia com o mesmo para colher informações necessárias à efetivação de pagamentos que eram de sua atribuição; que o mesmo ocorria em relação ao setor de importação; que a reclamante apenas realizava o controle financeiro e por isso era necessária a interação com tais setores" (depoimento testemunha da reclamada)

Por outro lado, os e-mail apresentados pela reclamante não comprovam o acúmulo de função, mas justamente a interação com os setores apontados com o fim de realizar as atividades inerentes a seu cargo.

Além disso, como ressaltado pela reclamada em sua defesa, nos e-mails juntados a reclamante indicou que se tratava de "auxílio" a esses setores, de forma a esclarecer que não havia trabalho permanente ou integral em outra função.

Destaca-se, por fim, que em todos os depoimentos se fez possível identificar que todos os setores indicados pela reclamante possuem pessoal próprio para realização dos trabalhos.

Assim, o exercício de atividades variadas em torno da função contratual, apesar de não expressamente previsto, se compatível com o cargo ocupado, não dá causa ao reconhecimento do acúmulo de função. Isto porque, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT, inexistindo cláusula expressa a respeito, o obreiro se obriga a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal, sendo que a imposição ao exercício de outras atividades encontra-se no "*jus variandi*" do empregador.

A CLT não obsta que um único salário seja fixado para remunerar todas as atividades executadas durante a jornada laboral. Assim, o exercício de atividades diversas, compatíveis com a condição pessoal do empregado, não enseja o pagamento de *plus* salarial por acúmulo de funções, restando remuneradas pelo salário todas as tarefas desempenhadas dentro da jornada de trabalho.

Logo, em face do exposto, julga-se improcedente o pedido de pagamento de plus salarial por acúmulo de função e seus reflexos.

DA DOENÇA OCUPACIONAL.

Alega a reclamante que adquiriu no trabalho lesão no punho e ombro direito, em razão dos movimentos repetitivos realizados no

trabalho, sem controle dos padrões ergonômicos pela reclamada e decorrentes do esforço empreendido na tarefa por problemas técnicos apresentados pelas esteiras. Acrescenta ainda que desenvolveu doença mental decorrente do mau ambiente de trabalho, estresse e cobrança excessiva, além do trabalho em acúmulo de função e da prorrogação de sua jornada.

Contudo, os laudos periciais não comprovam que a reclamante apresentava as lesões mencionadas ou a doença mental em questão em decorrência de suas atividades na reclamada.

Foram realizados vários testes clínicos durante os exames periciais, que não demonstraram a existência da doença ocupacional de qualquer natureza. Nesse sentido, ressaltam-se os seguintes trechos nos dois laudos:

"A reclamante tem fatores de risco externo à reclamada que podem ser a causa ou contribuir para concausa extra-laboral como: sexo feminino, faixa etária, trabalhos anteriores (trabalhos administrativos), duas gestações e posterior climatério (alterações hormonais) em 2015, predisposição genética, diabetes, fibromialgia, doença autoimune (psoríase e FAN e fator reumatoide positivos pode cursar com artrite reumatoide ou Sjogren em acompanhamento com reumatologista).

(...)

O trabalho desempenhado pela Autora não mantinha exigência considerada de risco para ombros, ou seja, elevação e abdução dos braços acima de 90º, acima da altura do ombro, vibração durante o turno de trabalho.

(...)

O trabalho desempenhado pela Autora não mantinha exigências consideradas de risco elevante para punho como movimentos em flexão/extensão, combinação com desvio ulnar e desvio radial de forma repetitiva. A Análise ergonômica consta de baixo risco para punho e além disso, a reclamante alternava digitação com digitalização digital e física (não era exclusiva a digitação).

(...)

A atividade é acíclica tem pausas naturais durante a jornada de trabalho. E independente das atividades laborativas, a autora tem possibilidade aumentada para tendinite e síndrome do túnel do carpo (neuropatia periférica) devido as doenças inflamatórias crônicas e sistêmicas que cursam com alterações musculoesquelética e neurológicas. E durante o exame físico foi constatado hipotrofia muscular em antebraços direito, esquerdo e membros inferiores (neuropatia diabética alterações de longa data baseado na literatura no mínimo 3 a 5 anos de doença) e na inicial a queixa da autora é somente da direita. Sem contar que as queixas de dores tiveram início em 2015 junto com o diagnóstico de psoríase e climatério que podem cursar com as dores articulares.

(...)

CONCLUSÃO

Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal e inexistência de nexo concausal entre as patologias citadas na inicial e o trabalho executado na Reclamada."

"VII - CONCLUSÃO.

A Pericianda é portadora de FUGA DISSOCIATIVA - F44.1 e secundariamente TRANSTORNO MISTO DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO - F41.2, conforme Classificação internacional de Doenças no seu capítulo V, que se refere às Doenças Mentais. A doença não guarda relação de causalidade com a atividade desenvolvida na Reclamada, tem cunho especialmente psicológico adquirido nas relações parentais primárias, costuma agudizar nas fases de vida em que o doente se encontra sob estresse, a examinanda faz referência a transtornos osteoarticulares e informa que andava preocupada fazendo exames naquela época. Obteve apoio da Previdência Social com benefício concedido por cerca de 6 meses, mudou-se para o município de Bonfim no estado de Roraima, cidade que conheceu numa viagem de turismo ao visitar sua mãe naquele estado, recebeu tratamento médico e se encontra bem compensada, assintomática em fase de redução das doses de medicamentos e capacidade laboral recuperada."

Os laudos periciais são claros, objetivos e ricos em detalhes, atendendo ao desejável e esperado por este Juízo. Ademais, os esclarecimentos produzidos pelos ilustres peritos complementam a análise e confirmam o resultado.

Assim, ausente o nexo concausal ou causal, impõe-se o indeferimento do pedido da reclamante sobre pagamento de indenização por danos morais, danos materiais e estabilitária, dada a inexistência de doença ocupacional.

DO ASSÉDIO MORAL

Alega a reclamante que foi submetida a tratamento desrespeitoso por seus superiores, Sr. Rony Maria, Sra. Diana Tada e Sra. Janete Kawati, reproduzidas ofensas e insultos por meio de termos como "incompetente", "burra" ou "desleixada". Sustenta que as cobranças eram dirigidas em alta voz ou aos gritos, na presença de outros colaboradores. Argumenta que as circunstâncias causavam dor e sofrimento, de modo que requer indenização por danos morais em razão de assédio moral.

A reclamada se defende ao aduzir que não há ocorrência de assédio moral ou dano moral dessa origem.

Analiso. Primeiramente, extrai-se dos depoimentos das testemunhas unanimidade sobre o tratamento exaltado por parte dos superiores com relação a cobranças sobre o trabalho, embora não presenciadas pelas testemunhas ofensas de ordem pessoal à

reclamante, depreende-se ser de conhecimento de todos que havia tratamento em tom exasperado, ou mesmo ríspido:

"que as vezes, havia uma cobrança corporativa séria no calor da emoção; que instada a esclarecer o que significava calor da emoção, declarou que uma situação que poderia ilustrar essa situação poderia ser a utilização da seguinte expressão "e isso aqui o que é esse erro?"; que apesar de a cobrança ser mais séria, não utilizava palavrões, mas se limitava a chamar a atenção do funcionário que teria cometida o erro; que as vezes isso ocorria de maneira particular, ***mas também ocorria na frente de todos os funcionários do setor, cerca de 8 funcionários; que tais cobranças ocorriam constantemente;"****(testemunha da reclamada)*

"que o Sr Roni Maia era diretamente subordinado ao gerente contábil; que nesta escala o Sr Roni Maia era o segundo na hierarquia do setor; que o sr Roni Maia se manifestava nas reuniões em situação equivalente aos demais membros do setor, exceto em relação ao gerente contábil que coordenava as reuniões; que as vezes ocorria de os ânimos se exaltarem nas reuniões, principalmente quando havia descumprimento da forma em que os processos deveriam ser realizados; ***que os funcionários que descumpriam eram chamados a atenção de uma maneira mais ríspida, tais como: "tá errado, não é assim"; que o tom de voz era elevado e ocorria na frente de dos demais funcionários;****(...)* ***que as cobranças, quando realizadas de maneira ríspida,*** *se limitavam a narrar o fato que não se encontrava de acordo com o procedimento, sem a utilização de adjetivos direcionados ao subordinado; que a reclamante já procurou o depoente, por ser seu coordenador, para se queixar de que o Sr Roni Maia havia tratado a mesma de maneira ríspida;" (primeira testemunha arrolada pelo Juízo)*

"que nunca presenciou a Sra Diana tratar de maneira ríspida a reclamante, mas tomou conhecimento de tal fato por declaração da própria reclamante ***a colegas do setor, que repassaram a informação ao depoente;"****(segunda testemunha arrolada pelo Juízo)*

Denota-se que o ambiente de trabalho era hostil, uma vez que as cobranças eram frequentes e ocorriam na frente de outros empregados em tom exaltado. Infere-se que a reclamada não proporcionava aos trabalhadores ambiente equilibrado e harmonioso, embora se tratasse de seu dever zelar pelo bom ambiente de trabalho, art. 225 da CR/88.

Tem-se ainda que reclamada não proporcionou à reclamante a assistência devida à medida do desenvolvimento e do agravamento de sua doença mental, mesmo que não relacionada à atividade na reclamada, como levantado pelo perito judicial, ID. 63e9233 - Pág. 3 .

Corroboram as circunstâncias a ausência de apresentação de resposta ou de adoção de providências sobre as reclamações apresentadas pela reclamante por e-mail, ID. 215dbef - Pág. 4 e ID. b600c80 - Pág. 11.

Além disso, é possível ainda constatar que, frequentemente, havia prorrogação de jornada de trabalho, que alcançava 12 horas, embora não se tratasse de regime especial para o repouso, ID db1334c e seguintes.

As alegações de que o trabalho em horas extras era requisitado pelo trabalhador e apenas autorizado pela reclamada, não afasta o dever da reclamada de proteção a saúde do trabalhador, tratando-se de norma imperativa.

Além disso, inegável que a reclamada se beneficiava do serviço prestado durante a prorrogação de jornada, portanto, não há como se isentar de sua responsabilidade sobre cumprimento dos deveres legais e das normas sobre limitação da jornada de trabalho.

Pois bem.

Considerando ainda que o processo do trabalho se rege pelo Princípio da Simplicidade e tendo em vista que o assédio moral se cuida de conceituação de ordem ainda doutrinária, recebo o pedido da reclamante como de natureza sobre violação a moral, não se limitando somente a uma das circunstâncias abordadas na causa de pedir, assédio moral, mas também relacionadas tanto ao tratamento hostil por superiores de forma generalizada, como pelo ambiente de trabalho desequilibrado diante de cobranças excessivas.

Nesse caso, a Lei Fundamental de 1988, em seu artigo 5º e incisos V e X, rechaça as lesões aos direitos da personalidade, sob o manto da dignidade humana e valor social do trabalho, permitindo a reparação pecuniária, cujo valor deve ser compatível com a extensão do dano, nos moldes da norma civilista.

Em linhas gerais, o dano moral, portanto, consiste na violação do direito à imagem, privacidade, intimidade, honra e integridade da vítima em decorrência da prática de ato ilícito ou cometimento de abuso de direito pelo agressor, consoante a dicção dos artigos 186 e 187 do Código Civil, nascendo a partir de tal agressão à obrigação de indenizar de modo a compensar o sofrimento, a humilhação do ofendido e, ainda, com natureza pedagógica.

Não se pode olvidar que o instituto jurídico da reparação dos danos morais se apresenta hodiernamente no Direito do Trabalho como a resposta à necessária tutela da dignidade, protegendo não só a pessoa em sua integridade psicofísica, bem como a solidariedade, a igualdade e a liberdade humanas. Afinal, o Direito existe para proteger as pessoas e inúmeras situações jurídicas subjetivas demandam proteção, exigindo garantias imediatas e tutela.

A Constituição Federal erigiu o princípio fundamental à dignidade da

pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º, incisos III e IV). Assim, tanto a doutrina quanto a jurisprudência trabalhistas admitem a reparação dos prejuízos que ultrapassam o patrimônio, atingindo a esfera emocional do empregado, quando causados dolosamente pelo empregador.

É certo, porém, que, para proclamar-se a ofensa moral ao empregado, garantindo-lhe o direito à reparação pelos danos que diz haver sofrido, é necessário, sempre, que o comportamento do empregador haja, efetivamente, alcançado os direitos da personalidade do empregado (vida, integridade física, psíquica, honra, moral etc).

Trata-se da hipótese dos autos, pois o fato ensejador de danos morais se constitui suficientemente grave a ponto de violar direitos personalíssimos da vítima.

Dessa forma, julgo procedente o pedido de indenização por danos morais à reclamante no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DA JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Parto de duas premissas:

a) o momento da fixação dos honorários advocatícios é o da prolação da sentença, pelo que, respeitada a teoria do isolamento dos atos processuais, reputo ser o art. 791-A, da CLT aplicável ao processo em apreço.

b) o comando do caput do art. 85, do NCPC é no sentido de haver uma determinação ao magistrado prolator da sentença em arbitrar honorários, independentemente de pedido explícito (inteligência do art. 322, §1º, do NCPC).

Por tudo isso, arbitro ao patrono do Reclamante 7% a título de honorários advocatícios sobre os valores deferidos, cujo montante deverá ser apurado mediante liquidação, levando-se em consideração o grau de zelo profissional, o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo advogado em cotejo com a duração dos serviços (portador do certificado digital que assina as peças e participa de audiências).

Da mesma forma, arbitro 7% (cinco por cento) os honorários advocatícios aos patronos da Reclamada sobre o proveito econômico obtido, qual seja,indenização por danos morais, danos materiais e estabilidade acidentária decorrentes de doenças ocupacionais e plus salarial.

Observe-se o parágrafo 4º, do art. 791-A, da CLT, devendo-se suspender a exigibilidade da referida verba honorária, nos casos envolvendo beneficiário pela justiça gratuita.

Incabível aplicação de sucumbência à multa do art. 467 da CLT e à multa do art. 477 da CLT por se tratar de meras sanções ao empregador.

As referidas parcelas não são compensáveis, conforme parágrafo 3º, do art. 791-A, da CLT.

Para o cálculo, observar a OJ 348, da SBDI-1/TST:

348. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR LÍQUIDO. LEI Nº 1.060, DE 05.02.1950 (DJ 25.04.2007). *Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários.*

Em que pese os honorários referidos no dispositivo acima possam parecer ter outro regramento, entendo ser a *ratio essendi*a mesma, seguindo a OJ aplicável aos honorários franqueados pela lei 13.467/2017.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Considerando que se trata a reclamante de parte sucumbente no pedido objeto da perícia, mas beneficiária da justiça gratuita, deve a União arcar com os honorários periciais.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Os valores das verbas acima deferidas serão apurados em liquidação de sentença, por simples cálculos, com juros e atualização, na forma da lei, observando-se, no que couber, a evolução salarial do demandante.

Os juros serão computados a partir da data do ajuizamento da reclamação trabalhista (art. 883 da CLT), independentemente de pedido expresso, consoante entendimento jurisprudencial majoritário consubstanciado na Súmula nº. 211 do C. TST. Ressalvo que o artigo 459 da CLT não define como época própria da atualização monetária o quinto dia útil subsequente ao vencido. Aplica-se o dispositivo em foco apenas como data máxima para pagamento dos salários mensais durante a vigência do pacto laboral, o que não é o caso dos autos.

A atualização monetária é devida a partir do mês em que deveria ter sido cumprida a obrigação, conforme o entendimento da Súmula 381 do C. TST.

Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT (Súmula 439/TST). Para o índice de correção, acolho o quanto decidido na Rcl 22012.

Em 06/12/2017, a 2ª turma do STF julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban contra a decisão do TST que alterou a base de cálculo de débitos trabalhistas.

A Corte Superior do Trabalho havia determinado a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E no lugar da Taxa Referencial Diária - TRD para a atualização dos débitos.

No entendimento do STF, o trecho "equivalentes à TRD", do art. 39,

da Lei 8.177/1991 é inconstitucional. Isto porque a adoção de índice distinto da TRD, deve-se ao fato de que este não se mostrava mais viável para a recomposição de valores, notadamente de créditos trabalhistas, cuja natureza é alimentar.

O uso do índice da caderneta de poupança é inconstitucional, segundo o STF, por não repor perdas inflacionárias de credores trabalhistas referentes ao período em que as dívidas não foram pagas.

Trata-se de decisão cuja eficácia é erga omnes, de tal modo entendo que o índice aplicável às condenações trabalhistas será o IPCA-E, salvo no tocante ao FGTS. Em 11/04/2018, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial repetitivo, manteve a TR como índice de atualização das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em julgamento de recurso especial repetitivo, o colegiado, de forma unânime, estabeleceu a tese de que "a remuneração das contas vinculadas ao FGTS tem disciplina própria, ditada por lei, que estabelece a TR como forma de atualização monetária, sendo vedado, portanto, ao Poder Judiciário substituir o mencionado índice".

Por conseguinte, com vistas a estabelecer uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico e observado os efeitos dos julgados emanados das Cortes Superiores, PRONUNCIO-ME no sentido de estabelecer o índice IPCA-E para a correção dos débitos trabalhistas, com exceção do FGTS, o qual continua regido pelo TRD.

Sendo a razão de decidir do Pretório Excelso a recomposição do valor de crédito alimentar, ainda que haja tentativa de retorno ao índice anteriormente aplicado pela Lei 13.467/2017, uma interpretação conforme e sistemática impõe que o IPCA-E permaneça sendo aplicado.

A chamada reforma trabalhista não pode alterar o estado das coisas declarado pela Corte Constitucional: há que se buscar a justa recomposição do crédito alimentar, natureza esta que sempre foi e sempre será ínsita aos haveres trabalhistas.

Referida posição encontra-se ainda mais enrobustecida pela decisão unânime adotada pelo ETRT11, em sede de IUJ 0000091-69.2017.5.11.0000:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. "Temos que tais incidentes deverão ser concluídos conforme determinado pelo Presidente do TRT ou pelo Ministro Relator no TST. É que, como visto, remanesce o dever do tribunal de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926), o que justifica a conclusão dos incidentes. Não bastasse, o incidente deve ser processado e julgado pela teoria do isolamento dos atos processuais, de modo que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso,(...)" (Reforma Trabalhista: Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 / Antonio Umberto de Souza Júnior...[et al.] - São Paulo: Rideel, 2017). Por sua vez, entendo que os atos praticados em IUJ's em curso, após a vigência da Lei nº 13.467/2017, deverão observar a nova regulamentação processual, isto é, os procedimentos previstos na legislação processual civil para institutos equivalentes, no que couber. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR X IPCA. Em razão da recente decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que, ao examinar o mérito da Reclamação Constitucional nº 22012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em que determinava a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD) para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a ser aplicada a partir de 25 de março de 2015."

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS

Os descontos previdenciários e do imposto de renda (súmula 368, TST) deverão ser realizados de acordo o procedimento previsto no Provimento 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e as normas legais aplicáveis à espécie, em especial os artigos 28, § 9º (parcelas não-integrantes do salário-de-contribuição), 35 (atualização monetária pela SELIC), 43 (fato gerador da contribuição é a prestação do serviço e apuração pelo regime de competência) da Lei 8.212/91 e os artigos 46 da Lei 8.541/92 e 12-A da Lei 7.713/88, observando-se a Instrução Normativa 1.127/11 da Receita Federal, a Súmula 386 do STJ e a OJ 400 da SDI-I do TST.

III. CONCLUSÃO

Isto posto, na Reclamatória ajuizada por **MARCIA BATISTA BARROS COLARES,** julgo extintos com resolução de mérito os pedidos anteriores a 25/03/2015, art. 487, II do CPC e, no mérito, propriamente dito, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos para condenar a Reclamada, **HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA**, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00. **I**MPROCEDENTES TODOS OS DEMAIS PLEITOS. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO QUE INTEGRA O PRESENTE DISPOSITIVO PARA TODOS OS FINS. Concedo à Reclamante os benefícios da justiça gratuita. Condeno à Reclamada em honorários advocatícios ao patron da reclamante sobre os valores deferidos no importe de 7%, cujo montante deverá ser apurado mediante liquidação, levando-se em consideração o grau de zelo profissional,

o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo advogado em cotejo com a duração dos serviços (portador do certificado digital que assina as peças e participa de audiências). Da mesma forma, arbitro 7% os honorários advocatícios ao patrono da reclamada sobre o proveito econômico obtido, qual seja, indenização por danos morais, danos materiais e estabilidade acidentária decorrentes de doenças ocupacionais e plus salarial, cuja exigibilidade se encontra suspensa em face dos benefícios da gratuidade de justiça concedidos. Honorários periciais pela União. Custas pela reclamada no importe de **R$ 100,00**, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 5.000,00 para este fim. INTIMEM-SE AS PARTES**.** Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000468-54.2019.5.11.0005

AUTOR	ALYNE DOS SANTOS SANTANA
ADVOGADO	ALFRANIA BALBINO DE OLIVEIRA(OAB: 9319/AM)
ADVOGADO	REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 8310/AM)
RÉU	HIROIAQUE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP
ADVOGADO	LUIS FELIPE MOTA MENDONCA(OAB: 2505/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALYNE DOS SANTOS SANTANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamada encontra-se tempestivo, preparado e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamante para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000147-19.2019.5.11.0005

AUTOR	GRAZIELLY PINHEIRO DE SOUZA
ADVOGADO	MARCELO FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 10089/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK(OAB: 8071/AM)
ADVOGADO	JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR(OAB: 4986/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Dê-se ciência ao reclamado sobre os cálculos do reclamante, podendo se manifestar no prazo de 10 dias, sob pena de homologação e início da execução.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000707-58.2019.5.11.0005

AUTOR	LIVIA MARIA DE CARVALHO PONTES
ADVOGADO	PRISCILA DA COSTA CHAGAS(OAB: 10963/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIVIA MARIA DE CARVALHO PONTES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Deve o reclamante cumprir:

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da

CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000307-44.2019.5.11.0005

AUTOR	WILSON CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
ADVOGADO	CHRISTIANNE CARDOSO SOARES GRIMM(OAB: 11238/AM)
ADVOGADO	CASSIO RODRIGUES(OAB: 10843/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- WILSON CARVALHO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Deve o reclamante cumprir:

"4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;"

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000652-10.2019.5.11.0005

AUTOR	NAYANE GOMES NUNES ALVES
ADVOGADO	LUIZ SERUDO MARTINS NETO(OAB: 3762/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Face a decisão ter transitado em julgado no dia 29/08/2019, bem com por ter expirado no dia 16/09/2019 o prazo para o reclamado cumprir obrigação de fazer, deve o reclamado se manifestar sobre os cálculos do reclamante, no prazo de 10 dias, sob pena de homologação e início da execução.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000517-95.2019.5.11.0005

AUTOR	MARIA ZORAIA SILVA DE SOUSA
ADVOGADO	ISABELLA CARLA MARRA MAGALHAES BARBOSA(OAB: 9631/AM)
ADVOGADO	DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA(OAB: 8866/AM)
ADVOGADO	ALZILENE SEABRA DE LIMA(OAB: 12112/AM)
RÉU	LEGIAO DA BOA VONTADE
ADVOGADO	OLAVO MARIANO RIBEIRO(OAB: 220747/SP)
ADVOGADO	GISELLE FERNANDES BLANK BUENO(OAB: 5457/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGIAO DA BOA VONTADE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando que o recurso ordinário da reclamante encontra-se tempestivo e subscrito por patrono habilitado nos autos, intime-se o reclamado para se manifestar no prazo legal.

Expirado o prazo ou havendo contrarrazões tempestivas e subscritas por patrono habilitado nos autos, encaminhem-se os autos ao E. TRT11.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000518-80.2019.5.11.0005

AUTOR	LUZIANE MARCIA REBELO PESSOA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK(OAB: 8071/AM)
ADVOGADO	JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR(OAB: 4986/AM)
ADVOGADO	THIAGO DA SILVA MACIEL(OAB: 5632/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;
6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;
7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;
Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,
Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA
Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000463-32.2019.5.11.0005

AUTOR	ROSAMIA PALHETA BELEZA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
ADVOGADO	JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO	RENATO SAUER COLAUTO(OAB: 209981/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;
Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:
1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;
2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;
3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;
4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10%

sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000471-09.2019.5.11.0005

AUTOR	PAULO SANTANA GOMES
ADVOGADO	ALESSANDRO CORREIA LIMA(OAB: 7339/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RÉU	MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO SANTANA GOMES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I - Tendo em vista a impugnação versar sobre FGTS não depositado, deve o reclamante juntar extrato, no prazo de 10 dias, sob pena de sobrestamento do feito;

II - Após, conclusos.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001279-18.2018.5.11.0015

AUTOR	ALCENIR AMARAL FERREIRA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
RÉU	PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME
ADVOGADO	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS(OAB: 9171/AM)
RÉU	SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS - CNPJ DESCONHECIDO
ADVOGADO	HUDSON LOPES DE CARVALHO(OAB: 147416/SP)
RÉU	CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS
ADVOGADO	ANTONIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO(OAB: 12225/AM)
RÉU	R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
ADVOGADO	ANDRE ALMEIDA BLANCO(OAB: 147925/SP)
ADVOGADO	ANNE CLICIA ALVES DA SILVA GUILHERME(OAB: 3881/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS
- PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME
- R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
- RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
- SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS - CNPJ DESCONHECIDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

ALCENIR AMARAL FERREIRA propôs ação trabalhista contra SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP, PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME, SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS, CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS, R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA em que requer o pagamento de verbas rescisórias, FGTS, multa do artigo 467 e 477 da CLT e indenização por danos morais.

Ausente a primeira reclamada, SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, lhe foi aplicada a pena de revelia.

Ausentes a segunda reclamada, PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME, lhe foi aplicada a pena de revelia.

A terceira reclamada, SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS, apresentou defesa de ID 9beba79, em que sustenta preliminar de ilegitimidade passiva e requer a improcedência dos pedidos.

Ausente a quarta reclamada, CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS, lhe foi aplicada a pena de revelia.

A quinta reclamada, R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, apresenta defesa de ID 9916a63, na qual sustenta preliminar de inépcia da petição e ilegitimidade passiva, por fim, requer a improcedência da demanda.

A sexta reclamada, RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA, apresenta defesa de ID e64d416, na qual alega preliminar de ilegitimidade passiva, pleiteia o chamamento processual e requer a improcedência dos pedidos.

Houve a exclusão do ESTALEIRO BIBI EIRELI.

Alçada fixada no valor da inicial. A conciliação é rejeitada pelas partes presentes. Dispensado o depoimento do reclamante. As reclamadas prestaram depoimento. Encerra-se a instrução sem outras provas. As razões finais são remissivas pelas partes presentes. A nova tentativa de conciliação não tem resultado positivo para as partes presentes. A publicação da sentença é agendada para esta data.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminares

ILEGITIMIDADE PASSIVA

As litisconsortes suscitam ilegitimidade passiva, requerendo suas exclusões da lide, ao argumento de não são responsáveis pelas verbas trabalhistas do reclamante.

Com efeito, alegada a prestação de serviços às litisconsortes e havendo o chamamento destas para a relação processual, resta satisfeita a pertinência subjetiva da ação, a qual é apreciada em abstrato com base nas assertivas da inicial. Não há que se confundir relação jurídica material com processual, nos termos da moderna Teoria da Asserção.

Ademais, a responsabilidade das partes é matéria relacionada ao mérito e será nele abordada.

Rejeito.

CHAMAMENTO PROCESSUAL

Os limites subjetivos da lide são definidos pelo autor, com base na Teoria da Asserção.

Desse modo, rejeito.

INÉPCIADA INICIAL

A quinta reclamada e litisconsorte suscita a inépcia da petição inicial sob fundamento de que o reclamante não esclarece o período em que trabalhou em seu favor, bem como não liquida o pedido de multa do art. 467 da CLT.

De acordo com CLT, a petição inicial, escrita ou verbal, deve conter o endereçamento, a qualificação das partes, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

O requisito da breve exposição dos fatos restou plenamente obedecido pela peça inicial, sendo clara a narração e o período de trabalho. Nada há, portanto, que possa configurar hipótese de inépcia nesse caso.

Além disso, o pedido de multa do art. 467 da CLT por se cuidar de conduta a ser realizada pela parte adversa, tem natureza determinável no curso processual, não sendo possível sua liquidação desde o ajuizamento.

Ante o exposto, rejeita-se a preliminar.

Mérito

VERBAS RESCISÓRIAS

O reclamante alega que trabalhou para a primeira reclamada na função de vigilante de 25/04/2016 até sua dispensa sem justa causa em 08/01/2018, ocasião em que não recebeu o pagamento integral das verbas rescisórias. Alega que no ato de homologação da extinção contratual, recebeu a chave de conectividade e a baixa da CTPS apenas. Em razão, requer o pagamento dos valores.

Por sua vez, a primeira reclamada se cuida de pessoa revel e confessa sobre os fatos alegados pelo autor. Nesse caso, impende considerar que ainda pendentes de pagamento os valores discriminados no TRCT juntado, posto que não há prova de pagamento.

Portanto, não comprovado o pagamento das verbas rescisórias devidas sobre a dispensa sem justa causa, impõe-se reconhecer que nada foi pago sob tal título. Diante disso, defiro o pagamento das seguintes verbas:

1. Aviso prévio R$ 2.256,50 Salário Retido - Dezembro de 2017 R$

2.256,50

2. 13º salário Proporcional (01/12) 2018 R$ 188,04
3. Item 54 do TRCT - Adicional de Periculosidade R$ 208,02
4. Item 55 do TRCT - Adicional Noturno R$ 112,68
5. Item 58 do TRCT - Descanso Semanal Remunerado R$ 69,92
6. Item 65 do TRCT - Férias Proporcionais 2017 - 2018 (10/12) R$ 963,08
7. Item 95 do TRCT - H. noturna reduzida R$ 118,45
8. Item 95.1 do TRCT - 1/3 Médias S/ férias Vencidas na rescisão R$ 321,02
9. Item 95.2 Médias S/ férias Proporcionais na rescisão R$ 359,62
10. Item 95.3 do TRCT - 1/3 Médias S/ férias proporcionais na rescisão R$ 119,87
11. Item 95.4 do TRCT - Intrajornada Noturna R$ 118,45
12. Item 95.5 do TRCT- Restante do aviso trabalhado R$ 308,18
13. Férias vencidas 2016/2017 em dobro R$ 6.017,33
14. Multa do art. 467 da CLT R$ 1.222,27
15. Multa do art. 477 da CLT R$ 1.155,70

Defiro o pagamento de férias vencidas em dobro, com base no art. 133 da CLT, considerando que foram gozadas do período de 21/10/2017 a 19/11/2017, conforme recibo de férias juntado, mas só foram pagas no dia 31/10/2017, como fez prova o reclamante por meio de seu extrato analítico da conta corrente, ID. 770a3a3 - Pág. 1.

Considerando o não pagamento das verbas rescisórias incontroversas, dada a ausência de impugnação específica em defesa pelas reclamadas, julga-se procedente o pagamento da multa do art. 477 da CLT e do art. 467 da CLT. Ressalta-se que as multas em questão, por se tratarem de penalidade, não comportam interpretação ampliativa. Assim, a multa do art. 467 da CLT deve ser calculada sobre o valor das verbas exclusivamente rescisórias (saldo de salário, aviso prévio, 13° salário proporcional e férias vencidas simples e proporcionais com 1/3), ou seja, aquelas parcelas cuja exigibilidade é deflagrada pelo rompimento do contrato de trabalho, não incluindo parcelas vencidas e exigíveis antes dessa data, em relação às quais o empregador já se encontrava em mora no pagamento e o FGTS por se tratar de instituto de natureza multidimensional, não possuindo, portanto, natureza de típica verba rescisória trabalhista.

Julgo procedente ainda, o pagamento do FGTS em 8% de todo o vínculo empregatício e pagamento de FGTS sobre as verbas rescisórias (exceto sobre férias, haja vista seu caráter indenizatório), incluindo a multa de 40% sobre a totalidade dos depósitos, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.036/90 e Ofício 1880/2015/PGFN/PG. Para tanto, deverá a reclamada, após o trânsito em julgado da presente decisão, ser notificada para, no prazo de 5 dias, comprovar o depósito do FGTS (8% + 40%), bem como proceder a entrega dos referidos documentos, sob pena de liquidação e indenização das parcelas. Em caso de liquidação, eventuais valores recolhidos na conta fundiária do reclamante e já levantados deverão ser deduzidos da liquidação e, nesse caso, caberá ao reclamante, como obrigação de fazer, apresentar em juízo o extrato analítico atualizado da sua conta vinculada de FGTS para a liquidação da parcela.

DANO MORAL

Pugnou o reclamante pelo pagamento de indenização por danos morais, por entender que a reclamada prejudicou sistematicamente seus direitos, uma vez que não pagou integralmente suas verbas rescisórias.

A Lei Fundamental de 1988, em seu artigo 5º e incisos V e X, rechaça as lesões aos direitos da personalidade, sob o manto da dignidade humana e valor social do trabalho, permitindo a reparação pecuniária, cujo valor deve ser compatível com a extensão do dano, nos moldes da norma civilista.

Em linhas gerais, o dano moral, portanto, consiste na violação do direito à imagem, privacidade, intimidade, honra e integridade da vítima em decorrência da prática de ato ilícito ou cometimento de abuso de direito pelo agressor, consoante a dicção dos artigos 186 e 187 do Código Civil, nascendo a partir de tal agressão à obrigação de indenizar de modo a compensar o sofrimento, a humilhação do ofendido e, ainda, com natureza pedagógica.

Não se pode olvidar que o instituto jurídico da reparação dos danos morais se apresenta hodiernamente no Direito do Trabalho como a resposta à necessária tutela da dignidade, protegendo não só a pessoa em sua integridade psicofísica, bem como a solidariedade, a igualdade e a liberdade humanas. Afinal, o Direito existe para proteger as pessoas e inúmeras situações jurídicas subjetivas demandam proteção, exigindo garantias imediatas e tutela.

Insta salientar que a Constituição Federal erigiu o princípio fundamental à dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º, incisos III e IV). Assim, tanto a doutrina quanto a jurisprudência trabalhistas admitem a reparação dos prejuízos que ultrapassam o patrimônio, atingindo a esfera emocional do empregado, quando causados dolosamente pelo empregador. É certo, porém, que, para proclamar-se a ofensa moral ao empregado, garantindo-lhe o direito à reparação pelos danos que diz haver sofrido, é necessário, sempre, que o comportamento do empregador haja, efetivamente, alcançado os direitos da personalidade do empregado (vida, integridade física, psíquica, honra, moral etc).

Na hipótese dos autos, não há como se configurar a ocorrência de dano moral, pois o fato ensejador de danos morais deve ser

suficientemente grave a ponto de violar direitos personalíssimos da vítima. Ora, as situações narradas na exordial, por si só, não são suficientes para o deferimento da indenização pleiteada. Tal entendimento também pode ser observado nos seguintes julgados: I*NDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO RECOLHIMENTO DO FGTS. 1. Consoante jurisprudência desta Corte superior, o atraso no cumprimento das obrigações rescisórias, tais como o recolhimento do FGTS e a impossibilidade do seu levantamento no tempo devido , não configura, via de regra, dano moral. 2. O dano moral fica caracterizado apenas se demonstrada a violação dos direitos da personalidade do reclamante, em razão da mora em comento, o que não ocorreu no caso sob exame, conforme expressamente consignado no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional. Ressalva de entendimento pessoal do Relator. Precedentes. 3. Recurso de Revista não conhecido, com ressalva de entendimento do Relator. (TST - RR: 18629620115030006, Data de Julgamento: 02/12/2015, Data de Publicação: DEJT 04/12/2015). RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E NA LIBERAÇÃO DAS GUIAS DO FGTS E DO SEGURO DESEMPREGO. Se do ato do empregador não decorreu nenhuma situação vexatória ou de constrangimento pessoal, o mero atraso no pagamento das verbas rescisórias e na liberação das guias do FGTS e do seguro desemprego não dá azo à indenização por dano moral. Precedente da 2ª Turma. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST - RR: 19403220105150058, Relator: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 11/03/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/03/2015)*

Ou seja, tem que haver ofensa à dignidade da pessoa humana. Tanto a doutrina como a jurisprudência compreendem que simples desconfortos, aborrecimentos e mal-entendidos não dão ensejo ao pagamento de indenização por danos morais. Nem poderia ser diferente, uma vez que a indenização por danos morais não pode servir para enriquecimento indevido, o que esvaziaria o próprio instituto e banalizaria o princípio da dignidade.

Portanto, não havendo prova de ofensa à dignidade do reclamante, de coação ou de humilhação, não resta caracterizado o dano moral no aspecto.

Por tais fundamentos, julga-se improcedente o pedido de indenização por danos morais.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O reclamante afirma que foi contratado pela primeira reclamada para prestar serviços as demais reclamadas nos seguintes períodos: SOS ALDEIAS INFANTIS no período de 25 de abril a 25 de maio de 2016; CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS, no período de junho até outubro de 2016; RD ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, no período de novembro de 2016 a 20 de outubro de 2017; RIO LIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA, de 20 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017 e, por fim, de 04 à 08 de janeiro de 2018, laborou novamente em favor da RD Engenharia.

A prova dos autos aponta que a parte autora efetivamente trabalhou em favor da das reclamadas indicadas, confirmados os seguintes períodos em depoimento pelos prepostos:

"SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS "que confirma que o reclamante trabalhou em seu benefício no período de 25 de abril a 25 de maio de 2016" Nada mais. As demais partes nada perguntaram. Interrogada, a preposta da reclamada R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA respondeu: "que confirma que o reclamante trabalhou em seu benefício no período de novembro de 2016 a 20 de outubro de 2017; que nega a prestação de serviços do reclamante em seu benefício de 04 a 08 de janeiro de 2018" Nada mais. As demais partes nada perguntaram. Interrogada, a preposta da reclamada RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS respondeu: "que confirma que o reclamante trabalhou em seu benefício no período de 20.11.2017 a 20.12.2017" Nada mais."

Diante da revelia da reclamada, CONDOMINIO ALPHAVILLE, e em nada lhe aproveitando as defesas apresentadas por tratarem de períodos contratuais diferentes, aplicáveis os efeitos materiais de confissão para considerar verdadeiros os fatos alegados pelo reclamante na petição inicial, sobre prestação de serviços em seu benefício entre junho e outubro de 2016.

Considerando a terceirização dos serviços do reclamante, aplicável a Súmula 331 do TST, em que suficiente a partipação processual da tomadora e sua integração no título executivo para responsabilização subsidiária sobre as verbas trabalhistas devidas. Entretanto, a responsabilidade de cada reclamada deve se limitar ao período de trabalho sobre as verbas pendentes de pagamento.

Pelo exposto, declaro a responsabilidade subsidiária das reclamadas, SOS ALDEIAS INFANTIS no período de 25 de abril a 25 de maio de 2016; CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS, no período de junho até outubro de 2016; RD ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, no período de novembro de 2016 a 20 de outubro de 2017; RIO LIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA, de 20 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, pelos créditos deferidos nessa decisão, a saber: pagamento proporcional das verbas rescisórias por todas as litisconsortes, pagamento de FGTS não recolhido, além da multa de 40% sobre cada período e férias vencidas em dobro a ser pagos pelas reclamadas tomadoras no período concessivo, a partir de 24 de abril de 2017.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Alega o reclamante a existência de grupo econômico entre as reclamadas SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP e PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME, pelo que requer a condenação da segunda reclamada de forma solidária.

Em análise, diante da revelia da segunda reclamada, PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME , e em nada lhe aproveitando as defesas apresentadas por impugnarem pedidos causa de pedir diversa, aplicáveis os efeitos materiais de confissão para considerar verdadeiros os fatos alegados pelo reclamante na petição inicial.

Dessa forma, julgo procedente o pedido de responsabilização solidária da segunda reclamada, PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Parto de duas premissas:

a) o momento da fixação dos honorários advocatícios é o da prolação da sentença, pelo que, respeitada a teoria do isolamento dos atos processuais, reputo ser o art. 791-A, da CLT aplicável ao processo em apreço.

b) o comando do caput do art. 85, do NCPC é no sentido de haver uma determinação ao magistrado prolator da sentença em arbitrar honorários, independentemente de pedido explícito (inteligência do art. 322, §1º, do NCPC).

Por tudo isso, arbitro ao patrono do Reclamante 7% a título de honorários advocatícios sobre os valores deferidos, cujo montante deverá ser apurado mediante liquidação, levando-se em consideração o grau de zelo profissional, o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo advogado em cotejo com a duração dos serviços (portador do certificado digital que assina as peças e participa de audiências).

Da mesma forma, arbitro 7% (cinco por cento) os honorários advocatícios ao patrono da Reclamada sobre o proveito econômico obtido, qual seja, indenização por danos morais.

Observe-se o parágrafo 4º, do art. 791-A, da CLT, devendo-se suspender a exigibilidade da referida verba honorária, nos casos envolvendo beneficiário pela justiça gratuita.

Incabível aplicação de sucumbência à multa do art. 467 da CLT e à multa do art. 477 da CLT por se tratar de meras sanções ao empregador.

As referidas parcelas não são compensáveis, conforme parágrafo 3º, do art. 791-A, da CLT.

Para o cálculo, observar a OJ 348, da SBDI-1/TST:

348. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR LÍQUIDO. LEI Nº 1.060, DE 05.02.1950 (DJ 25.04.2007). *Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários.*

Em que pese os honorários referidos no dispositivo acima possam parecer ter outro regramento, entendo ser a *ratio essendi*a mesma, seguindo a OJ aplicável aos honorários franqueados pela lei 13.467/2017.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Os valores das verbas acima deferidas serão apurados em liquidação de sentença, por simples cálculos, com juros e atualização, na forma da lei, observando-se, no que couber, a evolução salarial do demandante.

Os juros serão computados a partir da data do ajuizamento da reclamação trabalhista (art. 883 da CLT), independentemente de pedido expresso, consoante entendimento jurisprudencial majoritário consubstanciado na Súmula nº. 211 do C. TST. Ressalvo que o artigo 459 da CLT não define como época própria da atualização monetária o quinto dia útil subseqüente ao vencido. Aplica-se o dispositivo em foco apenas como data máxima para pagamento dos salários mensais durante a vigência do pacto laboral, o que não é o caso dos autos.

A atualização monetária é devida a partir do mês em que deveria ter sido cumprida a obrigação, conforme o entendimento da Súmula 381 do C. TST.

Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT (Súmula 439/TST). Para o índice de correção, acolho o quanto decidido na Rcl 22012.

Em 06/12/2017, a 2ª turma do STF julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban contra a decisão do TST que alterou a base de cálculo de débitos trabalhistas.

A Corte Superior do Trabalho havia determinado a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E no lugar da Taxa Referencial Diária - TRD para a atualização dos débitos.

No entendimento do STF, o trecho "equivalentes à TRD", do art. 39, da Lei 8.177/1991 é inconstitucional. Isto porque a adoção de índice distinto da TRD, deve-se ao fato de que este não se mostrava mais viável para a recomposição de valores, notadamente de créditos trabalhistas, cuja natureza é alimentar.

O uso do índice da caderneta de poupança é insconstitucional, segundo o STF, por não repor perdas inflacionárias de credores trabalhistas referentes ao período em que as dívidas não foram pagas.

Trata-se de decisão cuja eficácia é erga omnes, de tal modo entendo que o índice aplicável às condenações trabalhistas será o

IPCA-E, salvo no tocante ao FGTS. Em 11/04/2018, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial repetitivo, manteve a TR como índice de atualização das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em julgamento de recurso especial repetitivo, o colegiado, de forma unânime, estabeleceu a tese de que "a remuneração das contas vinculadas ao FGTS tem disciplina própria, ditada por lei, que estabelece a TR como forma de atualização monetária, sendo vedado, portanto, ao Poder Judiciário substituir o mencionado índice".

Por conseguinte, com vistas a estabelecer uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico e observado os efeitos dos julgados emanados das Cortes Superiores, PRONUNCIO-ME no sentido de estabelecer o índice IPCA-E para a correção dos débitos trabalhistas, com exceção do FGTS, o qual continua regido pelo TRD.

Sendo a razão de decidir do Pretório Excelso a recomposição do valor de crédito alimentar, ainda que haja tentativa de retorno ao índice anteriormente aplicado pela Lei 13.467/2017, uma interpretação conforme e sistemática impõe que o IPCA-E permaneça sendo aplicado.

A chamada reforma trabalhista não pode alterar o estado das coisas declarado pela Corte Constitucional: há que se buscar a justa recomposição do crédito alimentar, natureza esta que sempre foi e sempre será ínsita aos haveres trabalhistas.

Referida posição encontra-se ainda mais enrobustecida pela decisão unânime adotada pelo ETRT11, em sede de IUJ 0000091-69.2017.5.11.0000:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. "Temos que tais incidentes deverão ser concluídos conforme determinado pelo Presidente do TRT ou pelo Ministro Relator no TST. É que, como visto, remanesce o dever do tribunal de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926), o que justifica a conclusão dos incidentes. Não bastasse, o incidente deve ser processado e julgado pela teoria do isolamento dos atos processuais, de modo que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso,(...)" (Reforma Trabalhista: Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 / Antonio Umberto de Souza Júnior...[et al.] - São Paulo: Rideel, 2017). Por sua vez, entendo que os atos praticados em IUJ's em curso, após a vigência da Lei nº 13.467/2017, deverão observar a nova regulamentação processual, isto é, os procedimentos previstos na legislação processual civil para institutos equivalentes, no que couber. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR X IPCA. Em razão da recente decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que, ao examinar o mérito da Reclamação Constitucional nº 22012, julgou improcedente a reclamação, prevalecendo, no referido julgamento, o entendimento de que a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em que determinava a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) em detrimento da Taxa Referencial Diária (TRD) para atualização de débitos trabalhistas, não configura desrespeito ao julgamento do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade 4.357 e 4.425, concluo que se impõe a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária a ser aplicada a partir de 25 de março de 2015."

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA

Os descontos previdenciários e do imposto de renda (súmula 368, TST) deverão ser realizados de acordo o procedimento previsto no Provimento 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e as normas legais aplicáveis à espécie, em especial os artigos 28, § 9º (parcelas não-integrantes do salário-de-contribuição), 35 (atualização monetária pela SELIC), 43 (fato gerador da contribuição é a prestação do serviço e apuração pelo regime de competência) da Lei 8.212/91 e os artigos 46 da Lei 8.541/92 e 12-A da Lei 7.713/88, observando-se a Instrução Normativa 1.127/11 da Receita Federal, a Súmula 386 do STJ e a OJ 400 da SDI-I do TST.

III.CONCLUSÃO

Isto posto, na Reclamatória ajuizada por ALCENIR AMARAL FERREIRA, rejeito as preliminares de inépcia da petição inicial e ilegitimidade passiva, no mérito, julgo-a PARCIALMENTE PROCEDENTEpara condenar, solidariamente, as reclamadas, SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP e PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME e, subsidiariamente, as reclamadas, SOS ALDEIA INFANTIL MANAUS, CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS, R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA, conforme os limites definidos nos fundamentos que integram este dispositivo, ao pagamento de: Aviso prévio R$ 2.256,50 Salário Retido - Dezembro de 2017 R$ 2.256,50; 13º salário Proporcional (01/12) 2018 R$ 188,04; Item 54 do TRCT - Adicional de Periculosidade R$ 208,02; Item 55 do TRCT - Adicional Noturno R$ 112,68; Item 58 do TRCT - Descanso Semanal Remunerado R$ 69,92; Item 65 do TRCT - Férias Proporcionais 2017 - 2018 (10/12) R$ 963,08; Item 95 do TRCT - H. noturna reduzida R$ 118,45; Item 95.1 do TRCT - 1/3 Médias S/ férias Vencidas na rescisão R$ 321,02; Item 95.2 Médias S/ férias Proporcionais na rescisão R$ 359,62; Item 95.3 do TRCT - 1/3 Médias S/ férias proporcionais na rescisão R$ 119,87; Item 95.4 do TRCT - Intrajornada Noturna R$ 118,45; Item 95.5 do TRCT- Restante do aviso trabalhado R$ 308,18; Férias vencidas 2016/2017 em dobro R$ 6.017,33, Multa do art.

467 da CLT R$ 1.222,27 e Multa do art. 477 da CLT R$ 1.155,70.Julgo procedente ainda, o pagamento do FGTS em 8% de todo o vínculo empregatício e pagamento de FGTS sobre as verbas rescisórias (exceto sobre férias, haja vista seu caráter indenizatório), incluindo a multa de 40% sobre a totalidade dos depósitos, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.036/90 e Ofício 1880/2015/PGFN/PG. Para tanto, deverá a reclamada, após o trânsito em julgado da presente decisão, ser notificada para, no prazo de 5 dias, comprovar o depósito do FGTS (8% + 40%), bem como proceder a entrega dos referidos documentos, sob pena de liquidação e indenização das parcelas. Em caso de liquidação, eventuais valores recolhidos na conta fundiária do reclamante e já levantados deverão ser deduzidos da liquidação e, nesse caso, caberá ao reclamante, como obrigação de fazer, apresentar em juízo o extrato analítico atualizado da sua conta vinculada de FGTS para a liquidação da parcela.IMPROCEDENTES TODOS OS DEMAIS PLEITOS.TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO QUE INTEGRA O PRESENTE DISPOSITIVO PARA TODOS OS FINS. Concedo ao Reclamante os benefícios da justiça gratuita. Condeno a Reclamada em honorários advocatícios ao patrono do reclamante sobre os valores deferidos no importe de 7%, cujo montante deverá ser apurado mediante liquidação, levando-se em consideração o grau de zelo profissional, o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo advogado em cotejo com a duração dos serviços (portador do certificado digital que assina as peças e participa de audiências). Da mesma forma, arbitro 7% os honorários advocatícios ao patrono da terceira, quinta e sexta Reclamadas sobre o proveito econômico obtido, qual seja, indenização por danos morais, cuja exigibilidade se encontra suspensa em face dos benefícios da gratuidade de justiça concedidos. Custas pelas Reclamadas no importe de R$ 315,91, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 15.795,63 para este fim. calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 15.795,63 para este fim. Cientes as partes, intime-se SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA por edital e intimem-se PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME e CONDOMINIO ALPHAVILLE MANAUS por seus patronos. Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ANDRE LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000155-96.2019.5.11.0004

AUTOR	ERIKI MONTENEGRO FREITAS DE SOUZA
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIKI MONTENEGRO FREITAS DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Dê-se ciência ao reclamante e litisconsorte (via sistema) acerca dos Embargos de Declaração do reclamado.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000623-57.2019.5.11.0005

AUTOR	EVANDRO DE SOUZA NUNES
ADVOGADO	ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO(OAB: 8130/AM)
RÉU	IMPERIO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP
ADVOGADO	LUCAS RODRIGUES LUCAS(OAB: 9493/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMPERIO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se

obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000753-47.2019.5.11.0005

AUTOR	JAIRO DE LIMA SANTANA
ADVOGADO	ROZILENO FERREIRA CAVALCANTE(OAB: 12991/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1) **Notifique-se a ré para que, no prazo de 10 dias, apresente os**

cálculos de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, sob pena de imediata execução e penhora. Havendo depósito recursal, sejam os mesmos discriminados e abatidos pela conta. Adverte-se ser dever da parte e de seus procuradores, cumprirem com exatidão as decisões judicias e não criarem embaraços a sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal. No caso a não apresentação dos cálculos acompanhado do depósito, além de outros também constitui-se violações e atos atentatórios à dignidade da Justiça, e estarão sujeitos a sanções processuais cabíveis e à multa de 10% sobre o valor do cálculo, que venha a ser homologado por esse Juízo, a ser revertida em favor da parte autora, e ainda ser considerado litigante de má-fé,tudo de acordo com os arts. 536 e 80 do CPC/2015, inclusive pela ausência do depósito;

2) Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do exequente**, no valor incontroverso de seu crédito líquido, utilizando-se eventuais depósitos recursais e recolham-se os encargos;

3) **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 10 dias**, apresentando seus cálculos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da ré;

4) Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado ou os apresente sem o devido depósito, aplicar-se-á multa de 10% sobre o valor que vier a ser apurado, a título de descumprimento da ordem judicial, determinando-se à parte autora que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 10 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5) Apresentados os cálculos pelo reclamante, à Contadoria para que informe se atendem aos parâmetros da decisão, hipótese em que ficam os mesmos homologados, e, se houver depósitos recursais sejam os mesmos liberados até o limite do crédito. Caso contrário, isto é, estando o cálculo do autor em desconformidade com a decisão, deverá o contador da Vara proceder à liquidação;

6) Adverte-se à parte autora e seus procuradores a cumprirem com exatidão as decisões judiciais e não criarem embaraços à sua efetivação, mesmo por omissão, ou praticar inovação ilegal, utilizar índices diversos aos utilizados nesta Especializada ou de alguma forma majorar as apurações das verbas deferidas, sob pena de perder o direito à multa de 10% culminada à reclamada;

7) Não havendo apresentação de cálculos por ambas as partes ou em caso de divergência, determino à Contadoria para proceder à liquidação;

Dê-se ciência às partes.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000592-08.2017.5.11.0005

AUTOR	VALESCA MARTINES DE PAIVA
ADVOGADO	JUDICE ANGELA SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 7165/AM)
ADVOGADO	JOSEMARA SOUZA DINIZ DA SILVA(OAB: 7161/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	JOAO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA(OAB: 8657/AM)
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ADRIANO FROSONI YASBECK - ME
ADVOGADO	BRUNO ALECRIM DE LIMA(OAB: 6440/AM)
RÉU	C.F.Y DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
ADVOGADO	BRUNO ALECRIM DE LIMA(OAB: 6440/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO FROSONI YASBECK - ME
- C.F.Y DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0000592-08.2017.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: VALESCA MARTINES DE PAIVA

Reclamado: RÉU: ADRIANO FROSONI YASBECK - ME e outros (2)

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 25/09/2019 o prazo para manifestação sobre os cálculos;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.8faf225;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 26 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO,

Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000905-32.2018.5.11.0005

AUTOR	WALLACE MARINHO DE SOUZA
ADVOGADO	CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo No.: 0000905-32.2018.5.11.0005

Reclamante: AUTOR: WALLACE MARINHO DE SOUZA

Reclamado: RÉU: VIACAO SAO PEDRO LTDA

DECISÃO

1. Face ter expirado no dia 26/09/2019 o prazo para as partes se manifestarem sobre os cálculos;

2. Considerando que a reclamada está assistida por advogado, determino que a citação se dê através de intimação do patrono, via DEJT;**SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CITAÇÃO DA RECLAMADA**, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, do **valor assim discriminado no id.0061b0f;**

3. **Havendo pagamento, deverá indicar o número da conta judicial, sob pena de desconsideração do pagamento**. Não havendo pagamento ou garantia da execução, proceda-se à consulta ao sistema Bacen-Jud/Renajud, de eventuais ativos financeiros no CNPJ da empresa executada a fim de bloqueio do

valor devido, com fulcro na ordem estabelecida no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 e no art. 835 do CPC; havendo depósito recursal, libere-se ao autor;

4. Na consulta frutífera com bloqueio, transferida a quantia para conta judicial, converte-se desde logo o depósito em penhora, devendo o executado ser notificado da constrição,no prazo legal;

5. Não havendo objeção(impugnação/embargos),expire-se o prazo e expeça-se alvará ao patrono do exequente, desde que com poderes nos autos, para recebimento do crédito líquido do reclamante;

6. Em seguida, à Secretaria para recolher os encargos previdenciários(INSS), fiscais(IR) e custas, se cabível;

7. Após, não havendo mais pendências, façam oa autos conclusos para sentença de extinção da execução.

MANAUS-AM, 30 de Setembro de 2019.

Documento minutado por, ANDRE ANSELMO DE ARAUJO, Servidor da Justiça do Trabalho.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEAO BRAGA

Juiz(a) do Trabalho Titular

6ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001029-80.2016.5.11.0006

AUTOR	NAZARENO DE SOUZA MARINHO
ADVOGADO	GERALDO LOBO TRIGUEIRO JUNIOR(OAB: 7869/AM)
RÉU	FRANCISCA LOPES DA SILVA
RÉU	ML.F. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
ADVOGADO	ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM(OAB: 5904/AM)
RÉU	MANUEL LOPES DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- MANUEL LOPES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Rua Ferreira Pena, 546, 5º andar, Centro, Manaus/AM, CEP 69010-140,

Tel.: (92)3627-2063

EDITAL DE CITAÇÃO AO EXECUTADO

Processo: 0001029-80.2016.5.11.0006

AUTOR: NAZARENO DE SOUZA MARINHO

RÉU: ML.F. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP, MANUEL LOPES DA SILVA, FRANCISCA LOPES DA SILVA

A Excelentíssima Sra. Doutora Mônica Silvestre Rodrigues, Juíza do Trabalho Titular da 6ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO o **sócio do executado acima referido, como sendo o SR. MANUEL LOPES DA SILVA**, nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para apresentar defesa e, se necessário, requerer as provas cabíveis, no **PRAZO de 15 dias**, **sob pena de preclusão**, nos termos do **artigo 135 do NCPC**, tendo em vista que foi instaurado na presente demanda, o **incidente de desconsideração da personalidade jurídica** a teor do art. 133 do NCPC. Decorrido o prazo concedido ao sócio acima referido e sem manifestação, **automaticamente fluirá o prazo de 48 horas, nos termos do art. 844 da CLT.,** para que o sócio pague a **quantia bruta de R$**23.462,91 **(vinte e três mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos)** ou garanta a execução, **sob pena de não o fazendo,** sofrer constrições em seus bens (consulta ao Bacen Jud., Renajud., Cartórios, inclusão do nome no SERASA etc..) tudo em conformidade da r. decisão já exarada nos autos pelo (a) Excelentíssimo (a) Senhor (a) Juiz (a) , titular do feito, de seguinte teor:

DECISÃO

Vistos, etc...

CONSIDERANDO o requerimento formulado de inclusão do(s) sócio(s) à lide e ante o disposto no disposto no art. 855-A, da CLT, que estabelece a aplicabilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica disposta nos arts. 133 a 137 do CPC/2015 à processualística trabalhista e ainda a impossibilidade de instauração em apartado no sistema atual;

DETERMINO:

1 - Inclua(m)-se no polo passivo os sócios constantes no contrato social anexado aos autos, promovendo os registros pertinentes.

2- Citem-se os indicados para manifestação, no prazo legal, quando ao pedido, observando-se o endereço dos mesmos, acaso existente nos autos e, na ausência, mediante consulta REDESIM;

3- Decorrido o prazo, fica acolhido o incidente, considerando-se como citados todos os envolvidos automaticamente, passando a fluir o prazo de 48h para pagar ou garantir a execução, sendo desnecessária nova citação devendo serem promovidas as constrições por meio dos convênios BACENJUD e RENAJUD, a fim de assegurar a efetividade do processo.

4- Decorrido o prazo de 45 dias da citação, incluam-se os executados no BNDT com base no art. 642-A, § 1º, inciso I da CLT.

5- Infrutíferas as diligências, Mandado de penhora de bens da(s) executada(s), livres e desembaraçados para garantia da execução.

MANAUS, 27 de Junho de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES
Juiz(a) do Trabalho Titular

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA FERREIRA PENA, 546, 5.º. ANDAR, ESQ SILVA RAMOS - FORUM TRABALHISTA DE MANAUS - CENTRO - MANAUS/AM - 69010-140.

Fica ciente o (a) executado (a) de que a presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 de março de 2012), cuja petição inicial e demais documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt1.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI, PUBLICANDO-SE EM DIÁRIO OFICIAL.

Dado e passado nesta cidade de MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019. Eu, Lucila de Souza Parente, Secretária de Audiência, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

MÔNICA SILVESTRE RODRIGUES

Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0001029-80.2016.5.11.0006

AUTOR	NAZARENO DE SOUZA MARINHO
ADVOGADO	GERALDO LOBO TRIGUEIRO JUNIOR(OAB: 7869/AM)
RÉU	FRANCISCA LOPES DA SILVA
RÉU	ML.F. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
ADVOGADO	ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM(OAB: 5904/AM)
RÉU	MANUEL LOPES DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCA LOPES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Rua Ferreira Pena, 546, 5º andar, Centro, Manaus/AM, CEP 69010-140,

Tel.: (92)3627-2063

EDITAL DE CITAÇÃO AO EXECUTADO

Processo: 0001029-80.2016.5.11.0006

AUTOR: NAZARENO DE SOUZA MARINHO

RÉU: ML.F. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP, MANUEL LOPES DA SILVA, FRANCISCA LOPES DA SILVA

A Excelentíssima Sra. Doutora Mônica Silvestre Rodrigues, Juíza do Trabalho Titular da 6ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO o **sócio do executado acima referido, como sendo o SRA. FRANCISCA LOPES DA SILVA**, nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para apresentar defesa e, se necessário, requerer as provas cabíveis, no **PRAZO de 15 dias**, **sob pena de preclusão**, nos termos do **artigo 135 do NCPC**, tendo em vista que foi instaurado na presente demanda, o **incidente de desconsideração da personalidade jurídica** a teor do art. 133 do NCPC. Decorrido o prazo concedido ao sócio acima referido e sem manifestação, **automaticamente fluirá o prazo de 48 horas, nos termos do art. 844 da CLT.,** para que o sócio pague a **quantia bruta de R$**23.462,91 **(vinte e três mil , quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos)** ou garanta a execução, **sob pena de não o fazendo,** sofrer constrições em seus bens

(consulta ao Bacen Jud., Renajud., Cartórios, inclusão do nome no SERASA etc..) tudo em conformidade da r. decisão já exarada nos autos pelo (a) Excelentíssimo (a) Senhor (a) Juiz (a) , titular do feito, de seguinte teor:

DECISÃO

Vistos, etc...

CONSIDERANDO o requerimento formulado de inclusão do(s) sócio(s) à lide e ante o disposto no disposto no art. 855-A, da CLT, que estabelece a aplicabilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica disposta nos arts. 133 a 137 do CPC/2015 à processualística trabalhista e ainda a impossibilidade de instauração em apartado no sistema atual;

DETERMINO:

1 - Inclua(m)-se no polo passivo os sócios constantes no contrato social anexado aos autos, promovendo os registros pertinentes.

2- Citem-se os indicados para manifestação, no prazo legal, quando ao pedido, observando-se o endereço dos mesmos, acaso existente nos autos e, na ausência, mediante consulta REDESIM;

3- Decorrido o prazo, fica acolhido o incidente, considerando-se como citados todos os envolvidos automaticamente, passando a fluir o prazo de 48h para pagar ou garantir a execução, sendo desnecessária nova citação devendo serem promovidas as constrições por meio dos convênios BACENJUD e RENAJUD, a fim de assegurar a efetividade do processo.

4- Decorrido o prazo de 45 dias da citação, incluam-se os executados no BNDT com base no art. 642-A, § 1º, inciso I da CLT.

5- Infrutíferas as diligências, Mandado de penhora de bens da(s) executada(s), livres e desembaraçados para garantia da execução.

MANAUS, 27 de Junho de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES
Juiz(a) do Trabalho Titular

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA FERREIRA PENA, 546, 5.º. ANDAR, ESQ SILVA RAMOS - FORUM TRABALHISTA DE MANAUS - CENTRO - MANAUS/AM - 69010-140.

Fica ciente o (a) executado (a) de que a presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 de março de 2012), cuja petição inicial e demais documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt1.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI, PUBLICANDO-SE EM DIÁRIO OFICIAL.

Dado e passado nesta cidade de MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019. Eu, Lucila de Souza Parente, Secretária de Audiência, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

MÔNICA SILVESTRE RODRIGUES

Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Notificação

Processo Nº ATSum-0000730-98.2019.5.11.0006

AUTOR	FRANKO REGES VIANA FREIRE
ADVOGADO	PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS(OAB: 7887/AM)
RÉU	COOPERATIVA DE TRANSPORTE EXECUTIVO, ALTERNATIVO, ESPECIAL E FRETAMENTO DE MANAUS - MANAUS COOPER
ADVOGADO	REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 8310/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRANSPORTE EXECUTIVO, ALTERNATIVO, ESPECIAL E FRETAMENTO DE MANAUS - MANAUS COOPER
- FRANKO REGES VIANA FREIRE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Considerando que houve interposição de recurso, fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s)/agravado(s) para que apresente(m) contrarrazões recursais (ou contraminuta), no prazo de 08 (oito)) dias(Arts. 900, 901, parágrafo único/CLT, Art. 897, § 8º/CLT e OJ 310/SDI-I-TST)

Despacho

Processo Nº CartPrecCiv-0001141-44.2019.5.11.0006

AUTOR	RAFAEL VASCONCELOS DA COSTA
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE(OAB: 7083/AM)
ADVOGADO	SIMEÃO DE OLIVEIRA VALENTE(OAB: 2152/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
TESTEMUNHA	CARLA ALEXANDRA RODRIGUES ASSIS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RAFAEL VASCONCELOS DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos etc.

Cumpra-se a Carta Precatória.

Expeça-se mandado de intimação para a testemunha Sra. **CARLA ALEXANDRA RODRIGUES ASSIS**, RG n. 2469193-3 SSP/AM, CPF n. 005.185.742-10, no endereço Av. Torquato Tapajós, Condomínio Vida Club House, Rua 1, casa 47, Tarumã, Manaus/AM, CEP 69023-003, ao lado do Condomínio Vila dos Pássaros, conforme id.2e17d90 - pág. 06 para comparecer em audiência que fica designada para o dia 28/11/2019, às 10h10.

Após, comunique-se o Juízo deprecante da data designada para oitiva da testemunha para que, em querendo, as partes ou seus patronos possam se fazer presentes.

Após o efetivo cumprimento, devolva-se a CP ao Juízo Deprecante, independentemente de novo despacho.

À Secretaria para providências.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

CAROLINE PITT

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000326-47.2019.5.11.0006

AUTOR	REGINA CELIA SABBADINI
ADVOGADO	THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA(OAB: 13462/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- REGINA CELIA SABBADINI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Ref.

Processo n. 0000326-47.2019.5.11.0006

Na presente data, passou a ser proferida a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO:

REGINA CÉLIA SABBADINI, qualificada nos autos, ajuizou ação trabalhista em face de GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA, também qualificada, afirmando que laborou para a reclamada no período de 15/09/2004 a 12/09/2017, exercendo no curso do pacto as funções de cobradora e administradora de linha. Afirma que cumpria jornada de trabalho das 03h40 quando pegava a rota da empresa, chegava no terminal às 4h, fazia o registro de entrada no ponto Às 04h20, com término da jornada às 12h40, sem intervalo intrajornada, de domingo a domingo, em regime de escala 7x1, sendo sete dias de trabalho, com folga no oitavo dia. Requer o pagamento das horas extras pelo labor no horário do intervalo intrajornada. Requer o pagamento da diferença das horas extras a 50% por laborar mais de 8 horas diárias e 44 horas semanais, tendo em vista que a reclamada efetuava o pagamento somente de 25 horas por mês. Requer o pagamento de indenização do intervalo intrajornada não concedido. Requer o pagamento da hora in itinere. Requer, ainda, a condenação da reclamada ao pagamento do FGTS não recolhido de 01/01/2010 a 31/12/2012. Além disso, requer a concessão do benefício da justiça gratuita e honorários advocatícios. Atribuiu à causa o valor de R$88.665,22.

Devidamente notificada, a reclamada compareceu à audiência e apresentou contestação escrita anexada no ID 29bc282, impugnando a gratuidade judiciária pleiteada pela parte autora e apresentando preliminar de recuperação judicial e requer a declaração de prescrição quinquenal. No mérito, rechaça os pleitos da exordial. Afirma que o autor laborou no horário das 04h20 às 12h40, com 1 hora de intervalo intrajornada e posteriormente cumpriu jornada das 5h20 às 15h, com 1 hora de intervalo intrajornada. Afirma que efetuou pagamento de horas extras a 50% totalizando o valor de R$17.579,04 no período imprescrito e no caso de eventual condenação requer que sejam deduzidas as horas extras já quitadas.

Quanto ao intervalo intrajornada afirma que este deve ser apurado conforme os dias efetivamente trabalhados e que seja aplicado o disposto na OJ 342, da SDI-I do TST. Quanto ao FGTS afirma que já fora devidamente quitado no processo 0002191-37.2017.5.11.0019, pelo que tal pedido deve ser julgado improcedente.

Realizada a instrução processual, com os depoimentos das partes e testemunhas. Instruído o processo com documentos. Determinado o levantamento de horas, considerando que a autora registrava no mapa o intervalo intrajornada. Apresentada a planilha pela parte autora e impugnada pela reclamada. Recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório, em síntese.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DAS NOTIFICAÇÕES/PUBLICAÇÕES/HABILITAÇÃO DE ADVOGADOS

Acolho o pedido de que as intimações sejam dirigidas para em nome do patrono indicados via DJE, bem como defiro a habilitação dos demais patronos indicados na contestação. Retifique-se nos autos onde se fizer necessário.

DA SUSPENSÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Sustenta a reclamada que encontra-se em vias de recuperação judicial em trâmite na Comarca do Estado do Rio de Janeiro, em processo tombado sob o nº 0065376-61.2019.8.19.0001, razão pela qual, nos termos do Art. 6º da Lei 11.101/2005, deveria ser suspenso o processo.

A regra em comento preza que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspendem o curso de todas as ações e execuções movidas em face do devedor.

In casu, entendo que a regra afigura-se inaplicável em sede processual trabalhista, razão pela qual não é razoável a suspensão do processo com este fundamento.

Principalmente e primordialmente porque, no processo do trabalho, se busca a satisfação de créditos alimentares, dos quais depende o indivíduo para garantir a própria subsistência.

Neste espeque, a suspensão do processo atende tão somente ao fim empresarial de reestruturação, prejudicando o obreiro naquilo que tange ao seu próprio sustento, e subvertendo a lógica essencial do processo trabalhista - a garantia célere dos créditos oriundos da relação de trabalho - ofendendo o princípio constitucional da razoável duração do processo e da dignidade da pessoa humana, na medida em que se afronta sua própria garantia de subsistência.

De outra vista, o Art. 6º, §2º da Lei 11.101/2005 autoriza o processamento da reclamação trabalhista até a apuração do crédito devido. Por inserir-se no mesmo dispositivo, só se pode compreender que a referida regra regulamenta o *caput*, excepcionando-o, do que depreendo que resta, sim, autorizado o prosseguimento da presente ação, até a apuração do crédito devido, quando então este deve ser inscrito no quadro-geral de credores da Recuperação Judicial.

Portanto, não interferindo na recuperação judicial em trâmite, deve permanecer nesta justiça especializada, por força dos arts. 114 da Constituição Federal e § 2º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, até que

atinja a fase de execução, quando deverá ser enviado ao juízo da recuperação judicial, se for o caso.

Improcedente a suspensão requerida. No momento, determino que se faça esse registro nos autos, fazendo constar como ré: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇAO JUDICIAL, na forma do art. 69 da Lei 11.101/2005.

DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

A reclamada levanta a prescrição quinquenal e requer sua declaração.

Acolho a prejudicial levantada, nos termos do art. 7º,inciso XXIX, da CR/88 c/c art. 11 da CLT e súmula 308, do TST, para considerar como prescritos todos os créditos postulados anteriores a 27/03/2014, ante o ajuizamento da ação em 27/03/2019, extinguindo-se o feito com resolução de mérito neste particular, nos termos do art. 487, II, do CPC.

MÉRITO

DAS HORAS EXTRAS A 50%

Afirma a autora que chegava no terminal às 4h, fazia o registro de entrada no ponto às 04h20, com término da jornada às 12h40, sem intervalo intrajornada, de domingo a domingo, em regime de escala 7x1, sendo sete dias de trabalho, com folga no oitavo dia. Requer o pagamento das horas extras pelo labor no horário do intervalo intrajornada. Requer o pagamento da diferença das horas extras a 50% por laborar mais de 8 horas diárias e 44 horas semanais, tendo em vista que a reclamada efetuava o pagamento somente de 25 horas por mês.

A reclamada afirma que a autora laborou no horário das 04h20 às 12h40, com 1 hora de intervalo intrajornada e posteriormente cumpriu jornada das 5h20 às 15h, com 1 hora de intervalo intrajornada. Afirma que efetuava pagamento de hora extra a 50% e requer a compensação.

Em instrução processual restou claro que a autora registrava sua jornada, inclusive o intervalo intrajornada, ainda que não gozado, pelo que foi determinado à reclamada que juntasse aos autos os mapas correspondentes aos cartões de ponto do período imprescrito, pelo que foi determinado à parte autora que efetuasse o levantamento de horas, devendo considerar como extra os casos de intervalo inferior a uma hora ou quando não houver anotação.

A autora apresentou petição de levantamento das horas extras a 50% (ID 5e9ac5a), explicando que não há registro de intervalo no período de 01/03/2014 a 03/05/2017, bem como cada mapa só registra a assinatura de apenas um administrador de linha e que apenas a partir de 04/05/2017 há o registro de horário do intervalo, momento também em que dois administradores de linha passam a atuar no mesmo local de trabalho. Apresenta a planilha de apuração das horas extras (ID 8c3fe15), na qual consta a apuração mês a mês, com horário inicial, horário final e se houve gozo do intervalo e, por fim, apresenta a planilha de cálculos (ID 5d6e8d8), no qual consta a apuração do débito bruto pela reclamada de R$57.732,56, relativo ao somatório dos valores apurados a título de horas extras a 50%, reflexos e repouso semanal remunerado, bem como intervalo intrajornada, reflexos e repouso semanal remunerado, além do FGTS.

A reclamada apresenta impugnação ao levantamento realizado pela parte autora (ID afdbde8) por entender que os cálculos apresentados não estão corretos. Afirma que a autora somou o valor de horas devidas, mas não abateu o valor que foi recebido a mesmo título nos contracheques, no total de R$12.845,78, bem como não abateu o repouso semanal remunerado. Requer que os cálculos sejam refeitos pela contadoria da vara.

Na ata de audiência em que ficou determinado o levantamento de horas restou consignado os parâmetros para apuração:

"a)*em relação aos dias nos quais não haja mapa, considerar o horário indicado na petição inicial;* ***b) adicional de 50% e divisor 220****;* ***Deve-se considerar como extra os casos de intervalo inferior a uma hora ou quando não houver anotação.****Fica advertida a reclamada que seu prazo será para impugnar o levantamento do reclamante, ou seja, para apontar onde estão as falhas cometidas pelo autor em seu levantamento e indicar o que entende ser o correto, e não para, simplesmente, fazer outro levantamento independente, sem indicar o que entende estar incorreto no levantamento da parte contrária, também sob pena de rejeição imediata." (grifei)*

Verifica-se que a determinação para apuração das horas extras incluía o intervalo intrajornada inferior a 1 hora, porém a autora efetuou as horas extras incluindo o labor no intervalo e o intervalo intrajornada não concedido, não sendo esta a determinação para o levantamento de horas extras.

Ante o manifesto descumprimento do ônus processual do levantamento, fica afastada a planilha confeccionada pela parte autora.

É certo que há horas extras prestadas no curso do pacto, conforme planilhas (ID 8c3fe15 - pág. 7893 a 7926), não havendo impugnação em relação ao quantitativo apurado nas planilhas, constando os dias efetivamente trabalhados e os horários de entrada e saída. Fica condenada, portanto, a reclamada a efetuar o pagamento de horas extras a 50% a serem apuradas pela contadoria da Vara, obedecendo os seguintes parâmetros:

a) período imprescrito de 28 de março de 2014 a 05/05/2017, conforme planilhas (ID 8c3fe15 - pág. 7893 a 7926);

b) adicional de 50% e divisor 220;

c) integração no DSR e reflexos em aviso prévio, 13º salário, férias

+ 1/3 e FGTS 8% + 40%;

d) compensação dos valores efetivamente pagos pela reclamada sob a rubrica de horas extras 50% e repouso semanal remunerado 1/6 hora extra, pagas em contracheques (ID b7c88bf - pág. 224 a 243).

e) Juros, encargos previdenciários e fiscais incidirão onde couber na forma da legislação vigente. Quanto ao índice a ser utilizado para a correção monetária, de entendimentos diversos, *data venia* concebo que deve ser aplicado o índice TR, eis que é o índice determinado pela CLT em seu artigo 879, §7º.

Quanto ao pedido da autora de indenização do intervalo intrajornada, julgo-o improcedente, visto que a apuração de horas extras a 50% deferida já inclui o intervalo intrajornada, pelo que não há falar em indenização, visto que já fora deferido o pagamento de adicional de hora extra a 50% considerando o referido intervalo.

DA HORA EXTRA IN ITINERE

Relata a autora que a condução/rota fornecida pela reclamada buscava a autora às 03h50, chegando às 4h na empresa e iniciando sua jornada às 4h20, pelo que o tempo de trajeto gasto para realizar o percurso da casa ao trabalho, quando o local de trabalho for de difícil acesso ou não possuir transporte regular público, deverão ser remuneradas como horas de efetivo trabalho. Requer o pagamento de 30 minutos diários, totalizando 13 horas mensais a este título, com reflexos.

A reclamada alega que não existe mais legislação que respalde tal pedido, visto que o tempo de deslocamento, ainda que seja de local de difícil acesso, não é mais considerado como à disposição do empregador. Requer a improcedência.

À época da prestação de labor pela parte autora estava vigente a legislação de que o empregado fazia jus ao recebimento de hora in itinere se o local do labor fosse de difícil acesso, não servido por transporte público e com transporte fornecido pela empresa. Pelo que o pleito será analisado conforme a legislação vigente à época.

Ao ser alegado pela parte autora é seu o ônus de prova, visto que se trata de fato constitutivo de seu direito. A autora traz aos autos uma única testemunha, a qual trabalhou por cerca de 2 meses com a autora, apenas substituindo a mesma para gozo do intervalo intrajornada, porém nada relata sobre utilizar a mesma rota que a autora, não podendo corroborar os fatos contidos na exordial.

Ademais, à época, o instituto visava beneficiar, através da inclusão do tempo de percurso na jornada, os trabalhadores que destinavam mais tempo para chegar ao local de labor, por ser esse de difícil acesso, sendo um tempo comumente superior ao gasto pela média dos empregados e em vias de travessia mais penosa, o que não é o caso em tela, visto que a autora demorava apenas 30 minutos para chegar no local de trabalho e não há qualquer prova nos autos de que a reclamada seja localizada em local de difícil acesso, bem como o fornecimento de rota é uma benesse fornecida pela empresa. Ressalta-se que o empregador não possui obrigação de fornecer meio de transporte para o empregado deslocar-se de sua residência ao trabalho e vice-e-versa.

Ante a total ausência de prova do preenchimento dos requisitos para fazer jus ao benefício à época, julgo improcedente o pedido.

DO FGTS

Pleiteia a autora a condenação da reclamada ao pagamento do FGTS do período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

A reclamada rechaça o pleito ao argumento de além de estar prescrito já ter sido quitado no processo 0002191-37.2017.5.11.0019.

O período pleiteado pela parte autora resta coberto pelo manto da preclusão, visto que anterior a 27/03/2014. Portanto, julgo-o improcedente.

DA JUSTIÇA GRATUITA

A reclamante requer a concessão do benefício da gratuidade judiciária, o que é impugnado pela reclamada.

Porém, embora impugnado pela reclamada, considerando o disposto no artigo 105, do CPC/2015, tem-se que quanto à pessoa física, basta a declaração de hipossuficiência para a concessão do benefício da justiça gratuita. Ademais a autora afirma que está desempregada, pelo que presumível que ao não auferir renda não tenha condições de arcar com as custas do processo.

Portanto, defiro à autora o beneficio da justiça gratuita.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

O reclamante e a reclamada requererem a condenação da parte contrária em honorários advocatícios em caso de sucumbência.

Considerando a atual legislação trabalhista e que no presente processo foram deferidas à autora horas extras a 50% e com base na disposição do artigo 791-A da CLT, condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 5% do valor da condenação, ao patrono da reclamante, a ser calculado no momento oportuno.

Considerando, ainda, que a autora fora sucumbente nos pleitos de indenização da não fruição da hora intrajornada, hora in itinere e FGTS, correspondentes aos itens 6, 7 e 9 dos pedidos contidos na petição inicial, com base na disposição do artigo 791-A da CLT, condeno a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 5% do valor do pleitos julgados improcedentes (indenização da não fruição da hora intrajornada, hora in itinere e FGTS, correspondentes aos itens 6, 7 e 9 dos pedidos contidos na petição inicial) ao patrono da reclamada, a ser calculado no momento oportuno e retido do crédito líquido da autora, após o pagamento integral da condenação pela reclamada nos presentes

autos.

Juros correção monetária encargos previdenciários e fiscais incidirão onde couber na forma da legislação vigente.

III - CONCLUSÃO:

ISTO POSTO, decido nos autos da ação ajuizada por REGINA CELIA SABBADINI em face de GLOBAL BNZ TRANSPORTES LTDA determinar que se faça esse registro nos autos, fazendo constar como ré: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇAO JUDICIAL, na forma do art. 69 da Lei 11.101/2005, acolher a prescrição quinquenal para considerar como prescritos todos os créditos postulados anteriores a 27/03/2014, ante o ajuizamento da ação em 27/03/2019, extinguindo-se o feito com resolução de mérito neste particular, nos termos do art. 487, II, do CPC e, no mérito, para JULGAR COMO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos autorais para o fim de condenar a reclamada a efetuar o pagamento de horas extras a 50% a serem apuradas pela contadoria da Vara, obedecendo os seguintes parâmetros: a) período imprescrito de 28 de março de 2014 a 05/05/2017, conforme planilhas (ID 8c3fe15 - pág. 7893 a 7926); b) adicional de 50% e divisor 220; c) integração no DSR e reflexos em aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS 8% + 40%; d) compensação dos valores efetivamente pagos pela reclamada sob a rubrica de horas extras 50% e repouso semanal remunerado 1/6 hora extra, pagas em contracheques (ID b7c88bf - pág. 224 a 243); e) Juros, encargos previdenciários e fiscais incidirão onde couber na forma da legislação vigente. Quanto ao índice a ser utilizado para a correção monetária, de entendimentos diversos, *data venia* concebo que deve ser aplicado o índice TR, eis que é o índice determinado pela CLT em seu artigo 879, §7º. Condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 5% do valor da condenação, ao patrono da reclamante, a ser calculado no momento oportuno. Condeno a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 5% do valor do pleitos julgados improcedentes (indenização da não fruição da hora intrajornada, hora in itinere e FGTS, correspondentes aos itens 6, 7 e 9 dos pedidos contidos na petição inicial) ao patrono da reclamada, a ser calculado no momento oportuno e retido do crédito líquido da autora, após o pagamento integral da condenação pela reclamada nos presentes autos. Deferido o benefício da justiça gratuita ao autor. Improcedentes os demais pedidos. **TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO**. Custas pela reclamada calculadas sobre o valor arbitrado de R$10.000,00, no importe de R$200,00, de cujo recolhimento está intimada. Intimem-se as partes, através de seus patronos. À Secretaria para providências de intimação e contagem do prazo recursal.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000213-93.2019.5.11.0006

AUTOR	HSIAO CHIEH YANG
ADVOGADO	HELY DE SOUZA PINHEIRO(OAB: 5720/AM)
ADVOGADO	NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE(OAB: 641-A/AM)
RÉU	PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	LUIS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES(OAB: 53148/RS)
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
RÉU	PIONEER DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	LUIS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES(OAB: 53148/RS)
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSIAO CHIEH YANG
- PIONEER DO BRASIL LTDA
- PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

I - RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA, já qualificados nos autos, sob o argumento de contradição e omissão na sentença de mérito. Alega a embargante que a sentença fora omissa por não realizar qualquer pronunciamento quanto a absolvição da empresa Pioneer Yorkey do Brasil LTDA. Alega, ainda, que a sentença fora contraditória por entender que a reintegração não encontrava amparo legal, mas mesmo assim deferir a transferência do reclamante para a Pioneer do Brasil LTDA a partir do desligamento que entendeu irregular e sua reinclusão no plano de saúde com a compensação de valores pagos em rescisão. Alega, ainda, contradição em relação ao valor deferido a título de diferença salarial com o descrito no documento ID 6fa5e9a.

HSIAO CHIEH YANG, já qualificado nos autos, opôs embargos de declaração ao argumento de haver contradição na sentença de mérito, visto que anula a dispensa do empregado, a fim de que o mesmo seja transferido para a empresa Pioneer do Brasil LTDA,

com data retroativa de sua dispensa até a alta previdenciária (19/3/2019), condenando a empresa Pioneer do Brasil LTDA na obrigação de fazer dos registros de transferência e de restabelecimento do plano de saúde. No entanto, afirma que a reintegração requerida não encontra mais amparo legal e que resta prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde.

Considerando a possibilidade de efeito modificativo as partes embargadas foram intimadas a manifestarem-se dos embargos opostos pela parte contrária.

Hsiao Chieh Yang manifestou-se nos autos em relação aos embargos de declaração opostos pelas reclamadas, na qual rechaça a omissão alegada, tendo em vista que na contestação não há qualquer argumento a respeito, portanto requer a improcedência.

PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA deixaram transcorrer seu prazo in albis em relação aos embargos de declaração opostos pela parte autora.

Vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório, em síntese.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Conheço de ambas as medidas, visto que manejadas tempestivamente e na forma prevista em lei.

Quanto à omissão alegada pelas embargantes PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA em relação à ausência de pronunciamento quanto a absolvição da empresa Pioneer Yorkey do Brasil LTDA, assiste razão às embargantes, o que passo a sanar nos seguintes termos:

"DA RESPONSABILIDADE DAS RECLAMADAS

Conforme já exposto no tópico "DO GRUPO ECONÔMICO", tem-se que as demandadas fazem parte do mesmo grupo econômico, sendo a empresa Pioneer Yorkey do Brasil LTDA a empregadora que admitiu o autor, passando posteriormente o mesmo a laborar para a Pioneer do Brasil LTDA, tendo ambas as empresas usufruído da mão de obra do autor.

Ante o exposto, preenchidos os requisitos para configuração do grupo econômico, conforme tópico próprio, comprovado que embora com personalidade jurídica própria, atuavam com interesses econômicos e a coordenação interempresarial, pelo que ficam condenadas de forma solidária ao pagamento de todos os pleitos deferidos ao autor as reclamadas PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA, com base no art. 2, §2º, da CLT."

Assim sendo, fora sanada a omissão apontada, devendo a fundamentação acima transcrita ser considerada parte integrante da sentença já proferida nos autos, mantendo-se inalterado os termos da sentença.

Quanto à contradição alegada pelas embargantes PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA em relação ao valor deferido a título de diferença salarial com o descrito no documento ID 6fa5e9a.

Passo a analisar.

Inicialmente, cabe destacar que a contradição que enseja vício na sentença e permite os embargos declaratórios deve ser necessariamente interna, ou seja, entre seus próprios termos, e não da decisão com as provas dos autos ou com os argumentos e teses das partes, o que não ocorre no caso em tela, visto que a conclusão da sentença transcreve exatamente o que fora deferido e fundamentado na sentença em relação à diferença salarial deferida, conforme entendimento desta Douta Magistrada. Portanto, quanto a este tópico, verifica-se que a pretensão do embargante é, de fato, a modificação do julgado, o que somente seria possível através da via recursal cabível, diversa da utilizada, pois o reclamado suscita a reanálise de prova documental, que já foi efetuada quando da publicação da sentença.

Passo a analisar a contradição alegada por ambas as partes (PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA e HSIAO CHIEH YANG) em relação à nulidade da dispensa do empregado, com determinação de transferência para a empresa Pioneer do Brasil LTDA, com data retroativa de sua dispensa até a alta previdenciária (19/3/2019), e condenação da empresa Pioneer do Brasil LTDA na obrigação de fazer dos registros de transferência e de restabelecimento do plano de saúde e posteriormente por entender que a reintegração requerida não encontra mais amparo legal e que resta prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde.

Verifico que houve erro material, tendo em vista que, conforme explicitado na sentença, o autor obteve alta previdenciária em 19/3/2019, não havendo mais respaldo para o restabelecimento do pacto, devendo apenas ser formalizada a reintegração deferida, a contar da da dispensa com data fixada para o término do pacto em 19/3/2019. Prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde. Pelo que DETERMINO que:

ONDE SE LÊ: "Diante do entendimento exposto, considero irregular a dispensa do autor, pelo que deve ser anulada a dispensa do empregado, a fim de que o mesmo seja transferido para a empresa Pioneer do Brasil Ltda com data retroativa de sua dispensa até a alta previdenciária (19/3/2019), a partir da data em que proceda a a rescisão contratual com a devida compensação dos valores já pagos, medida que se impõe para manutenção da condição de segurado do empregado a fim de que não ocorra prejuízo na concessão do benefício previdenciário,ficando condenada a empresa PIONEER DO BRASIL LTDA **na obrigação de fazer dos registros de transferência** e **de restabelecimento do plano de**

saúde, ex vi da Súmula 440 do TST, com prazo de 10 dias para comprovação em Juízo, após o trânsito em julgado desta decisão, sob pena da incidência de uma multa diária de R$1.000,00 a incidir no interregno de 30 dias,após o o que deverá o registro ser procedido pela Secretaria da Vara, com conversão da multa em prol do autor.

A reintegração requerida não encontra mais amparo legal, ante a confissão do autora de que houve alta previdenciária em 19/3/2019. Logo, inexiste mais razão de restabelecimento do pacto, notadamente quando já indenizado o período estabilitário em rescisão contratual. **Prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde**."

LEIA-SE: "Diante do entendimento exposto, considero irregular a dispensa do autor, pelo que deve ser anulada a dispensa do empregado, a fim de que o mesmo seja transferido para a empresa Pioneer do Brasil Ltda com data retroativa de sua dispensa até a alta previdenciária (19/3/2019), a partir da data em que proceda a a rescisão contratual com a devida compensação dos valores já pagos, medida que se impõe para manutenção da condição de segurado do empregado a fim de que não ocorra prejuízo na concessão do benefício previdenciário,ficando condenada a empresa PIONEER DO BRASIL LTDA **na obrigação de fazer dos registros de transferência**, ex vi da Súmula 440 do TST, com prazo de 10 dias para comprovação em Juízo, após o trânsito em julgado desta decisão, sob pena da incidência de uma multa diária de R$1.000,00 a incidir no interregno de 30 dias,após o o que deverá o registro ser procedido pela Secretaria da Vara, com conversão da multa em prol do autor.

A reintegração requerida não encontra mais amparo legal, ante a confissão do autora de que houve alta previdenciária em 19/3/2019. Logo, inexiste mais razão de restabelecimento do pacto, notadamente quando já indenizado o período estabilitário em rescisão contratual. **Prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde**."

Sanado o erro material alegado, devendo a fundamentação acima transcrita ser considerada parte integrante da sentença já proferida nos autos.

III - CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração opostos por PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA, para, no mérito, JULGÁ-LOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. Conheço dos embargos opostos por HSIAO CHIEH YANG para, no mérito, JULGÁ-LOS PROCEDENTES. Fica acolhida a alegação de omissão e sanada nos seguintes termos: "Ficam condenadas de forma solidária ao pagamento de todos os pleitos deferidos ao autor as reclamadas PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA e PIONEER DO BRASIL LTDA, com base no art. 2, §2º, da CLT". Bem como fica sanado o erro material nos seguintes termos: "Diante do entendimento exposto, considero irregular a dispensa do autor, pelo que deve ser anulada a dispensa do empregado, a fim de que o mesmo seja transferido para a empresa Pioneer do Brasil Ltda com data retroativa de sua dispensa até a alta previdenciária (19/3/2019), a partir da data em que proceda a a rescisão contratual com a devida compensação dos valores já pagos, medida que se impõe para manutenção da condição de segurado do empregado a fim de que não ocorra prejuízo na concessão do benefício previdenciário,ficando condenada a empresa PIONEER DO BRASIL LTDA **na obrigação de fazer dos registros de transferência**, ex vi da Súmula 440 do TST, com prazo de 10 dias para comprovação em Juízo, após o trânsito em julgado desta decisão, sob pena da incidência de uma multa diária de R$1.000,00 a incidir no interregno de 30 dias,após o o que deverá o registro ser procedido pela Secretaria da Vara, com conversão da multa em prol do autor. A reintegração requerida não encontra mais amparo legal, ante a confissão do autora de que houve alta previdenciária em 19/3/2019. Logo, inexiste mais razão de restabelecimento do pacto, notadamente quando já indenizado o período estabilitário em rescisão contratual. **Prejudicado o pedido de restabelecimento de plano de saúde**." Improcedentes os demais tópicos alegados. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. À Secretaria, para intimar as partes da presente decisão.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000463-29.2019.5.11.0006

AUTOR	DELCIMAR MATOS DOS SANTOS
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
RÉU	NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
ADVOGADO	FERNANDO ROGERIO PELUSO(OAB: 207679/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELCIMAR MATOS DOS SANTOS
- NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Ref.

Processo nº 00000463-29.2019.5.11.0006

Na data acima indicada, após a devida análise dos autos, passou o Juízo a proferir a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

Dispensado na forma da lei ante a tramitação do processo sob o rito sumaríssimo, nos termos do artigo 852-I, da CLT.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINAR

Requer a empresa a extinção do processo visto que os pedidos da inicial não estão acompanhados do memorial de cálculos de liquidação, em desobediência ao que dispõe o art. 840 §1º da CLT.

A norma em questão exige que a petição inicial deva conter, sob pena de extinção, a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulta o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com a indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

Ao que se evidencia da inicial, o autor atendera aos requisitos exigidos, indicando não só o pedido de forma certa e determinada, como também indicado o valor devido. Assim sendo, não há o que se falar de inépcia da inicial, ficando rejeitada a preliminar levantada.

MÉRITO

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Pleiteia o autor o pagamento de adicional de periculosidade, ao argumento de que no exercício da função de operador estava exposto a condições periculosas pelo contato com inflamáveis no setor de granulação correspondente aos insumos ilíquidos, pelo que requer o pagamento da parcela e reflexos.

A reclamada afirmou que o reclamante não fazia jus ao adicional de insalubridade por não haver contato com inflamáveis no labor, o que comprova com prova emprestada que fez acostar aos autos.

Quanto ao exame específico do pedido, tem-se que a questão se resolve com base na prova técnica realizada no presente feito, desprezando-se, eventual, a prova emprestada carreada aos autos.

A perita designada pelo Juízo elaborou laudo, constatando condições regulares do labor da reclamante, tendo consignado que no período em que o autor laborou no setor de granulação. Asseverou que o manuseio pelo autor de insumos de inflamáveis ocorria "em pequenas proporções e através de recipientes certificados", sem gerar direito ao adicional vindicado, nos termos do item 4.1 do Anexo 2 da NR 16.

A prova técnica abrangera todo o período de labor do autor e foram inspecionados os locais que o Reclamante laborou como máquina e materiais. A Sra. Perita designada pelo Juízo elaborou laudo, constatando condições seguras do labor da reclamante, tendo consignado que no período em que o autor laborou no setor de granulação não estava exposto a condições periculosas pelo contato com produtos químicos (insumos líquidos), os quais eram acondicionados em condições seguras arredando qualquer condição de risco à saúde do empregado e não gerando direito ao adicional postulado.

A par do laudo, comprovara a empresa o fornecimento do devido equipamento de proteção individual, conforme cautela demonstrada pelo perito, o que também resta confessado pelo autor em seu depoimento pessoal, o que demonstra o cumprimento das normas reguladoras e do dever de geral de cautela a que estava exposta a empresa na forma do art. 157 da CLT.e

O reclamante não impugnara o laudo pericial, anuindo, assim, tacitamente ao mesmo, assim como não impugnara a prova documental.

Ante o exposto, acolho as conclusões do laudo pericial para fins de absolver a empresa da postulação, julgando como improcedente o pedido de pagamento do adicional de periculosidade postulado e repercussões.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

As partes requereram a condenação em honorários advocatícios em caso de sucumbência.Levando em conta que os pedidos formulados na presente ação foram julgados improcedentes e, tendo em vista a determinação legal contida no artigo 791-A da CLT, condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios, em face da sucumbência parcial, com fulcro no artigo 791-A, da CLT, no importe de 5% sobre o valor dado à causa em observância aos critérios estabelecidos em lei.

Considerando que, diante da improcedência dos pedidos exordiais, a reclamante não auferiu qualquer crédito neste processo e não havendo notícia de que o mesmo tenha auferido valores em outro processo, fica a presente condenação em honorários advocatícios sob condição suspensiva de exigibilidade, só podendo proceder a execução se o causídico credor dos honorários comprovar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos, o que deve ocorrer no prazo máximo de dois anos após o trânsito em julgado da presente decisão, conforme artigo 791-A, §4º, da CLT.

Indeferidos os honorários advocatícios em prol do patrono do autor, ante a improcedência da ação.

JUSTIÇA GRATUITA

Defiro ao reclamante o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do

artigo 98 e seguintes do CPC c/c o art. 790 da CLT, ante sua declaração de que não se encontra em condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo ao sustento e por não existirem elementos nos autos capazes de infirmar a declaração prestada. Encargos previdenciários, fiscais, juros e correção monetária incidirão onde couber na forma da lei.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, DECIDO, nos autos da reclamação trabalhista movida por DECLCIMAR MATOS DOS SANTOSA em desfavor de NOVAMED FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA j REJEITAR a preliminar levantada e julgar como **IMPROCEDENTES** os pedidos autorais para condenar a reclamada ao pagamento da parcela de adicional de insalubridade, em grau máximo(40%) e reflexos Honorários de sucumbência em favor do patrono da reclamada no importe de 5% do valor da ação, com exgibilidade suspensa nos termos da fundamentação. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da ação, no importe de R$ 266,80. Dê-se ciência às partes. À Secretaria para as providências de intimações e de contagem do prazo recursal.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001810-68.2017.5.11.0006

AUTOR	ARIMAR BRAGA TEIXEIRA JUNIOR
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIMAR BRAGA TEIXEIRA JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Manifeste-se o exequente, em querendo e no prazo de cinco dias, quanto à peça da executada de ID 6af742c.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000446-27.2018.5.11.0006

AUTOR	FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	LUANA PEREIRA REGIS(OAB: 9340/AM)
RÉU	CVD PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - ME
ADVOGADO	DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES(OAB: 2268/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Pague-se a parte autora e recolham-se os encargos e custas;

Após, arquive-se em não havendo pendências.

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000077-96.2019.5.11.0006

AUTOR	LEANDRO DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO	EDUARDO JOSE SILVA DOS SANTOS(OAB: 7171/AM)
RÉU	E M MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTORES LTDA - EPP
RÉU	WARTSILA BRASIL LTDA.
ADVOGADO	BRUNO DA COSTA FERNANDES DE LIMA(OAB: 184941/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DA SILVA RIBEIRO
- WARTSILA BRASIL LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Intime-se o exequente, por seu patrono, e a executada E. M. MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTORES LTDA - EPP, por edital, para se manifestarem no prazo legal, sobre a impugnação

aos cálculos apresentada pela executada WARTSILA BRASIL LTDA.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUCAS PASQUALI VIEIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001658-54.2016.5.11.0006

AUTOR	PATRICIA NASCIMENTO BANDEIRA
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO NONATO FERNANDES JUNIOR(OAB: 4878/AM)
ADVOGADO	ARON PEREIRA WHIBBE(OAB: 2202/AM)
RÉU	PST ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA NASCIMENTO BANDEIRA
- PST ELETRONICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

Ref,

Processo nº: R-0001658-54.2016.5.11.0006

Passa a ser proferida a seguinte decisão:

I - R E L A T Ó R I O

P.S.T. Eletrônica Ltda, executada nos autos do processo acima epigrafado, apresentou impugnação os cálculos de liquidação, ao argumento de que em desacordo à coisa julgada em face da errônea utilização do índice de a correção do débito, vez que utilizado o IPCA-e quando deveria ser pela TR e visto que houve incidência incorreta da correção na apuração errônea das férias em dispõe o art. 39 da Lei 8177/91, bem como requer a observância da Súmula 381 do TST. Impugnou, ainda, os cálculos por considerarem os Juros de Mora de forma "cheia", totalizando o valor de R$11.939,79. Ocorre que as verbas contidas nos cálculos da reclamante são de salários vencidos e VINCENDOS, isto é, vencíveis após o ajuizamento da ação, onde deveriam ser contabilizados os Juros de Mora de forma REGRESSIVA, visto que se tratam de verbas que tiveram o seu vencimento APÓS o ajuizamento da ação. Apresentou os cálculos da sua conta, conforme a respectiva impugnação.

A exequente apresentou manifestação à impugnação lançada, para esclarecer que o índice aplicado na correção da planilha de cálculo apresentada está em consonância com o entendimento firmado em decisão recente do INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA do venerando acórdão do TRIBUNAL PLENO DA 11ª REGIÃO/AM/RR, mediante PROCESSO N.º 0000091-69.2017.5.11.0000 (IUJ), no qual fora reconhecida a aplicação a partir de março de 2015, na correção monetária o índice IPCA-E. Nesse diapasão, pede pela manutenção dos cálculos apresentados. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO.I

Conheço da impugnação visto que lançada a tempo.

A discussão principia pela correção do débito pelo IPCA-e, quando, segundo o executado, é devido pela TR. O exequente pugna pela manutenção dos cálculos, vez que atualizados conforme orientação do E.TRT. Neste particular, tem-se que a sentença exequanda fixou os parâmetros de atualização débito, às fls.328, na seguinte forma: " Observe-se o disposto na Súmula nº 439 do C.TST, observando-se a incidência da TRD conforme entendimento já fixado...". . O *decisum* transitou em julgado, sem alterações pelas Instâncias Superiores neste particular. Não obstante a exequente alegar haver incidente de uniformização do próprio TRT da 11ª Região, para seguir a correção do débito pelo IPCA-E, o incidente não altera nem pode alterar coisa julgada; o momento para tal seria em eventual discussão no processo de conhecimento. Como o comando da decisão fora pela observância da TRD,cumpre observar esse encaminhamento, sob pena de alteração da coisa julgada, o que não é cabível em sede de execução. Assim, acolho a atualização do débito pela TRD.

Os demais argumentos da executada não foram rebatidos pela exequente, quanto aos índices de atualização de férias e 13º salários, conforme datas de "'vencimentos", bem como juros regressivos. A questão restou incontroversa. De qualquer forma, com as razões são plausíveis, conforme argumentos expendidos na impugnação, dou-lhes provimentos.

Ante o acolhimento *in totum*dos argumentos da executada, há de se acolher, por conseguinte, os cálculos apresentados pela parte (fl.588), e determinar o prosseguimento da execução pelos mesmos.

III - C O N C L U S Ã O.

Ante o exposto, conheço da IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO apresentados pela executada **P.S.T. Eletrônica Ltda,** nos autos da execução promovida pela exequente **Patricia Nascimento Bandeira,** para, no mérito, julgá-la procedente, a fim de dar prosseguimento à execução, conforme cálculos apresentados pela executada mesmo (fl.588). TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Notifiquem-se as partes. À Secretaria para as providencias de intimações via DJE.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000078-57.2014.5.11.0006

AUTOR	FRANCISCO MARIANO AMAZONAS COLARES
ADVOGADO	Caio Silva Andrade(OAB: 7899/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO	MARIA CHRISTINE VERAS DE OLIVEIRA(OAB: 7079/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- FRANCISCO MARIANO AMAZONAS COLARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

Ref.

Processo: 0000078-57.2014.5.11.0006

Executado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Exequente : FRANCISCO MARIANO AMAZONAS COLARES

Na presente data, passa este Juízo a proferir a seguinte decisão:

I - R E L A T Ó R I O:

A executada EBCT apresentou impugnação aos cálculos de liquidação, insurgindo-se quanto à aplicação dos juros de mora por considerar que os juros corretos seriam de "0,5% a.m - simples, conforme disposto na nova Lei nº 11.960/2009, que modificou o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, uniformizando os critérios de atualização monetária e de juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, de tal forma a assegurar aos credores os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" Apresentou os cálculos dos valores que considera como corretos.

A parte Exequente apresentou manifestação concordando com a impugnação do executado, pedindo, apenas, pagamento do respectivo valor.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO.I

Conheço da Impugnação, visto que processada a tempo.

A discussão em questão perdera seu objeto , uma vez que o exequente concorda com os argumentos da executada, ou seja, pela aplicação de juros reduzidos, os mesmos aplicáveis à Fazenda Pública. Embora o executado não seja órgão da administração direta do Estado, é pacífico o entendimento de que lhe é dispensado os privilégios da Fazenda Pública, conforme requerido. Assim sendo, acolho a a impugnação, e determinar o prosseguimento da execução pelos cálculos da executada, para tanto há de atualizar novamente o débito, até pagamento final, com os juros aplicáveis à Fazenda Pública.

III - C O N C L U S Ã O

Ante o exposto, conheço da IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO apresentados pela executada **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS,** nos autos da execução promovida pelo exequente **FRANCISCO MARIANO AMAZONAS COLARES,** para, no mérito, julgá-la procedente, a fim de se reconhecer a aplicação de juros ao débito do executado, pelos índices aplicáveis à Fazenda Pública. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Notifiquem-se as partes conforme previsão legal. À Secretaria para as providências.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000794-79.2017.5.11.0006

AUTOR	JOELSON MIRANDA GOMES
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOELSON MIRANDA GOMES

- MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos, etc...

Considerando-se a integral garantia do Juízo, dou como extinto o processo executório, na forma do artigo 924, II do CPC, e determino:

I - À secretaria para expedir alvará judicial à exequente, até o limite de seu crédito, bem como, recolher os encargos previdenciários e fiscais no que couber;

II - Notifique-se a executada para credenciar funcionário a fim de receber saldo remanescente, se houver;

III - Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0785300-30.2006.5.11.0006

AUTOR	LUZIA FERREIRA MARTINS
ADVOGADO	DANIEL BOTELHO CAMPELO(OAB: 5100/AM)
RÉU	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
RÉU	CONSERVADORA UNIDOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LUZIA FERREIRA MARTINS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos, etc...

Considerando-se a integral garantia do Juízo, dou como extinto o processo executório, na forma do artigo 924, II do CPC, e determino:

I - À secretaria para recolher os encargos previdenciários e fiscais no que couber;

II - Notificar a executada para credenciar funcionário a fim de receber saldo remanescente, se houver;

III - Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0001090-67.2018.5.11.0006

AUTOR	IGOR RAPHAEL MAIA MUNHOZ LOPES CHAGAS
ADVOGADO	NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES(OAB: 679-A/AM)
RÉU	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	PAMELLA DE MOURA SANTOS(OAB: 485-A/RR)
ADVOGADO	KATIA REGINA SOUZA NASCIMENTO(OAB: 4189/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL
- IGOR RAPHAEL MAIA MUNHOZ LOPES CHAGAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos, etc...

Considerando-se a integral garantia do Juízo, dou como extinto o processo executório, na forma do artigo 924, II do CPC, e determino:

I - À secretaria para recolher os encargos previdenciários e fiscais no que couber;

II - Notificar a executada para credenciar funcionário a fim de receber saldo remanescente, se houver;

III - Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000252-61.2017.5.11.0006

AUTOR	DALVA CARINA SANTOS GREGORIO DA SILVA
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	MARCOS AZEVEDO E CIA LTDA - EPP
ADVOGADO	IGOR JOSE CANSANCAO PEREIRA(OAB: 11387/AM)

ADVOGADO	MARCOS PEREIRA DA SILVA(OAB: 11150/AM)
ADVOGADO	SILVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO(OAB: 11956/AM)
ADVOGADO	JERRY LUCIO DIAS DA SILVA JUNIOR(OAB: 11272/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DALVA CARINA SANTOS GREGORIO DA SILVA
- MARCOS AZEVEDO E CIA LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Vistos, etc...

Considerando-se a integral garantia do Juízo, dou como extinto o processo executório, na forma do artigo 924, II do CPC, e determino:

I - À secretaria para recolher os encargos previdenciários e fiscais no que couber;

II - Notifique-se a executada para credenciar funcionário a fim de receber saldo remanescente, se houver;

III - Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0000011-53.2018.5.11.0006

AUTOR	RITA OLIVEIRA ALVES
ADVOGADO	ALESSANDRO CORREIA LIMA(OAB: 7339/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RÉU	UNIMED MANAUS
ADVOGADO	JOAO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA(OAB: 8657/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED MANAUS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

6ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000011-53.2018.5.11.0006

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: RITA OLIVEIRA ALVES

RÉU: ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

NOTIFICAÇÃO PJe-JT

DESTINATÁRIO: DR. JOAO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA-PATRONO DA UNIMED MANAUS

De ordem do Exmo. Sr. Juiz, titular do feito, fica o DESTINATÁRIO da UNIMED MANAUS, através de seu patrono acima referido INTIMADO, a providenciar no PRAZO de 05 (cinco) dias, o bloqueio de créditos no valor de R$10.880,60 (dez mil, oitocentos e oitenta reis e sessenta centavos) a serem repassados para a executada Elemento Serv Empresariais Ltda., pendentes de pagamentos junto a UNIMED MANAUS e em caso de impossibilidade de cumprimento deverá comunicar o MM. Juízo, sob pena de não o fazendo, ser efetuado o bloqueio via Bacen Jud., tudo conforme determinado no r. despacho de seguinte teor:

DESPACHO

Defiro o requerimento do exequente, devendo a UNIMED ser intimada através do seu patrono para providenciar o bloqueio dos créditos da executada, no prazo de cinco dias.

Cientifique-se ainda a UNIMED que caso não haja a efetivação do bloqueio no prazo acima, deverá ser comunicado nos autos a impossibilidade do cumprimento, sob pena de ser entendido como descumprida a ordem e por esta razão ser efetuado pela Secretaria da Vara o imediato bloqueio de suas contas, através do BACENJUD.

MANAUS, 4 de Setembro de 2019

DANIEL CARVALHO MARTINS
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000025-76.2014.5.11.0006

AUTOR	CARLOS FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO	BRUNO BIANCHI FILHO(OAB: 4912/AM)
ADVOGADO	Fabrizio de Souza Barbosa Grosso(OAB: 4473/AM)
RÉU	A. B. C. MORAES & CIA LTDA - ME
RÉU	CONSTRUTORA CAPITAL S/A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTO S/A
ADVOGADO	Carlos Murilo Laredo Souza(OAB: 7356/AM)
ADVOGADO	MARCILENE DE SOUSA NUNES(OAB: 7687/AM)
ADVOGADO	GISELLE RACHEL DIAS FREIRE(OAB: 5138/AM)
ADVOGADO	NADIA CRUZ DE ALMEIDA(OAB: 7909/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
RÉU	SAO HIPOLITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	ANGELICA ORTIZ RIBEIRO(OAB: 2847/AM)
ADVOGADO	PEDRO CÂMARA JUNIOR(OAB: 2834/AM)
ADVOGADO	LUCIANNA DE SOUZA SILVA(OAB: 3624/AM)
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTO S/A
- SAO HIPOLITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

6ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000025-76.2014.5.11.0006

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: CARLOS FERNANDES DA SILVA

RÉU: A. B. C. MORAES & CIA LTDA - ME e outros (3)

CITAÇÃO PJe-JT

DESTINATÁRIO: DR. MARCELO SANCHEZ SALVADORE-PATRONO DO EXECUTADO SÃO HIPOLITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Fica a parte indicada no campo DESTINATÁRIO **CITADO**, por intermédio do patrono acima referido, via DJE, consoante permisso legal, para pagamento ou garantia da execução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da quantia bruta de R$17.532,89=correspondente ao Principal+JCM+INSS, IR e custas judiciais, sob pena de prosseguimento dos tramites executórios com constrição de bens para satisfação do crédito e demais medidas que se fizerem necessárias.

MONICA SILVESTRE RODRIGUES

JUIZA TITULAR DA 6ª VTM

7ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000536-95.2019.5.11.0007

AUTOR	BRUNA PINHEIRO DE LIMA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	LGP MAXX LTDA
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)
RÉU	LUCIANO ALVES GALVAO
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)
RÉU	ADRIANA PICKARDT GALVAO
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA PICKARDT GALVAO
- LGP MAXX LTDA
- LUCIANO ALVES GALVAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Vistos etc.

Considerando que a finalidade precípua do processo de execução é a satisfação do título judicial, cabendo a este Juízo velar pela rápida solução do litígio, atendendo ainda aos princípios da celeridade e economia processual (CLT, art. 125,II);

Considerando que foi instaurado incidente da desconsideração da personalidade jurídica;

Considerando que os sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO foram devidamente notificadas para integrar a lide e apresentar defesa no prazo de 5 dias, sendo que ambos apresentaram defesa conjunta;

Em sede de defesa, ambos os sócios, argumentaram que "o inadimplemento de dívida trabalhista não poderia ser considerado, de maneira isolada, como o único fundamento necessário para validar a utilização desse instrumento processual", todavia não apresentaram bens livres e desembaraçados da executada para prosseguimento d execução.

Em que pese o oferecimento da defesa, os referidos sócios não

comprovaram a existência de bens livres e desembaraçados da executada aptos a afastarem a incidente de desconsideração instaurado.

Considerando que o patrimônio dos sócios podem ser atingidos quando a pessoa jurídica não apresentar bens para pagamento da dívida ou quando os sócios atuarem com abuso de poder, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou má-fé, ou não requer benefício de ordem, com a indicação de bens do patrimônio da devedora principal (art. 795, §§1º, 2 º, do CPC),

DECIDO:

I - Mantenho as sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO no polo passivo da presente execução, devendo responder subsidiariamente em relação à pessoa jurídica (art. 10-A, CLT) e solidariamente ente si, pelo débito apurado, nos termos do art. 789 e 790, II, CPC, de aplicação subsidiária (Art. 769, CLT e Art. 15, CPC) em observância ao princípio da responsabilidade patrimonial;

II - Dê-se ciência aos sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO, através de seu patrono. Transcorrendo *in albis* o prazo de 8 dias, DETERMINO o prosseguimento da execução, devendo a Secretaria:

II. 1. notificar os sócios da executada, ora executados, para pagar ou garantir a execução, no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line.

II. 2. não havendo pagamento no prazo assinalado, promova-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face dos sócios da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial.

III. aguarde-se a resposta ao BACEN;

IV - Caso reste infrutífera, proceda-se consulta junto ao RENAJUD e INFOJUD;

Cumpra-se.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000536-95.2019.5.11.0007

AUTOR	BRUNA PINHEIRO DE LIMA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	LGP MAXX LTDA
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)
RÉU	LUCIANO ALVES GALVAO
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)
RÉU	ADRIANA PICKARDT GALVAO
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA PICKARDT GALVAO
- LGP MAXX LTDA
- LUCIANO ALVES GALVAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Vistos etc.

Considerando que a finalidade precípua do processo de execução é a satisfação do título judicial, cabendo a este Juízo velar pela rápida solução do litígio, atendendo ainda aos princípios da celeridade e economia processual (CLT, art. 125,II);

Considerando que foi instaurado incidente da desconsideração da personalidade jurídica;

Considerando que os sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO foram devidamente notificadas para integrar a lide e apresentar defesa no prazo de 5 dias, sendo que ambos apresentaram defesa conjunta;

Em sede de defesa, ambos os sócios, argumentaram que "o inadimplemento de dívida trabalhista não poderia ser considerado, de maneira isolada, como o único fundamento necessário para validar a utilização desse instrumento processual", todavia não apresentaram bens livres e desembaraçados da executada para prosseguimento d execução.

Em que pese o oferecimento da defesa, os referidos sócios não comprovaram a existência de bens livres e desembaraçados da executada aptos a afastarem a incidente de desconsideração instaurado.

Considerando que o patrimônio dos sócios podem ser atingidos quando a pessoa jurídica não apresentar bens para pagamento da dívida ou quando os sócios atuarem com abuso de poder, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou má-fé, ou não requer benefício de ordem, com a indicação de bens do patrimônio da devedora principal (art. 795, §§1º, 2 º, do CPC),

DECIDO:

I - Mantenho as sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO no polo passivo da presente execução, devendo responder subsidiariamente em relação à pessoa jurídica (art. 10-A, CLT) e solidariamente ente si, pelo débito apurado, nos termos do art. 789 e 790, II, CPC, de aplicação subsidiária (Art. 769, CLT e Art. 15, CPC) em observância ao princípio da responsabilidade patrimonial;

II - Dê-se ciência aos sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO, através de seu patrono. Transcorrendo *in albis* o prazo de 8 dias, DETERMINO o prosseguimento da execução, devendo a Secretaria:

II. 1. notificar os sócios da executada, ora executados, para pagar ou garantir a execução, no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line.

II. 2. não havendo pagamento no prazo assinalado, promova-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face dos sócios da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial.

III. aguarde-se a resposta ao BACEN;

IV - Caso reste infrutífera, proceda-se consulta junto ao RENAJUD e INFOJUD;

Cumpra-se.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000447-09.2018.5.11.0007

AUTOR	ANDREIA RAIMUNDA DE SOUZA
ADVOGADO	GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM(OAB: 4885/AM)
RÉU	GUASCOR DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 827/AM)
ADVOGADO	FERNANDA BIANCO PIMENTEL(OAB: 167810/SP)
RÉU	SK MONTAGEM INDUSTRIAL E INSPECAO LTDA - ME
RÉU	N N MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SK MONTAGEM INDUSTRIAL E INSPECAO LTDA - ME

EDITAL DE CITAÇÃO - PJE-JT

A Exma. Dra. LUIZA TEICHMANN MEDEIROS, Juíza do Trabalho Substituto, lotada na 7ª VTM, faz saber que, no interesse do processo, em que são partes: exequente, e, executada, pelo presente edital, fica citada SK MONTAGEM INDUSTRIAL E

INSPEÇÃO LTDA - ME, executada nos autos do processo supra, atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, as quantias abaixo discriminadas, devidas nos termos da decisão proferida no referido processo.

DÉBITO DA RECLAMADA

Principal.....R$ 56.772,96

INSS.....R$ 2.460,84

Custas.....R$ 1.480,84

TOTAL DEVIDO.....R$ 60.714,64

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

Os referidos valores deverão ser atualizados, quando da efetivação do pagamento.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente edital, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

Dado e passado nesta cidade de Manaus, Genilson Jorge Martins Junior, servidor da Justiça do Trabalho, digitei.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000613-07.2019.5.11.0007

AUTOR	ANA MARIA SOUZA DOS SANTOS
ADVOGADO	BRUNA MONTEIRO CHAVES(OAB: 13926/AM)
RÉU	ZENYR ROCHA DE CASTRO
RÉU	DARIO RAIMUNDO ROCHA DE CASTRO

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA SOUZA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

CONSIDERANDO o trânsito em julgado da decisão de mérito, DETERMINO:

I - à reclamante que informe se tem interesse em dar início à execução, no prazo de 5 dias. Expirado o prazo para manifestação da reclamante, a sua inércia consubstanciará interesse no início do cumprimento da sentença;

II - havendo manifestação da reclamante quanto ao início da execução ou o decurso do prazo, DETERMINO à Secretaria da Vara que notifique a reclamante para, no prazo de 5 dias, depositar sua CTPS na Secretaria da Vara e, em ato contínuo, notifique-se a reclamada para proceder às anotações na CTPS obreira com os seguintes dados: data de admissão em 7/11/2014 e dispensa em 19/4/2019 com projeção do aviso prévio, função de cuidadora de idosos e salário no valor de R$2.340,00, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária de R$100,00 até o limite do salário da obreira, a ser paga em favor da reclamante, sem prejuízo da Secretaria da Vara proceder aos respectivos registros.

III - após o cumprimento do item acima, DETERMINO que o processo seja encaminhado aos cálculos de liquidação da Sentença de id. 51815d6.

Após, retorne o processo concluso para apreciação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000951-78.2019.5.11.0007

AUTOR	ARIADNE SASHA MONTEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
PERITO	ROBERTO WANG CHEN

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIADNE SASHA MONTEIRO DOS SANTOS
- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

DA DETERMINAÇÃO DA PERÍCIA E DO OBJETO DA MESMA:

Pela ordem, **este Juízo determina** a realização de perícia no local de trabalho do(a) reclamante, para avaliar se as condições de trabalho do(a) reclamante eram insalubres, levando em consideração a atividade e o local de trabalho do(a) reclamante na reclamada, considerando que o(a) reclamante apontou na petição inicial que trabalhava em ambiente exposto a (DESCREVER

AGENTES E ATIVIDADES INSALUBRES) acima dos limites de tolerância previstos no Anexo NR 15.

DOS QUESITOS DO JUÍZO:

1) O(A) reclamante, no exercício de suas atividades, atuava nas circunstâncias descritas na petição inicial? Em caso negativo, descreva as características das atividades efetivadas pelo(a) mesmo(a);

2) Quantifique e qualifique a concentração de supostos agentes nocivos ou condições insalubres relativas ao ambiente de trabalho do(a) reclamante e responda se o nível está acima dos limites de tolerância especificados nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho?;

3) Em caso de resposta positiva ao quesito anterior, o exposição a tais agentes ou condições de trabalho representa algum risco à saúde do(a) reclamante?;

4) O(A) reclamante usava EPIs? Quais? Os EPIs utilizados neutralizam tais riscos, de acordo com as normas de segurança do trabalho?

5) Qual o grau de insalubridade existente no local de trabalho do(a) reclamante?

DO PERITO E DO LOCAL:

Nomeio como perito o Dr. Roberto Wang Chen, engenheiro, que deverá realizar a perícia **no dia 10/10/2019, às 15h,** nas dependências da reclamada - localizada no seguinte endereço: Praça Tancredo Neves, s/n - Colônia Antônio Aleixo, Manaus - AM, 69025-030 - no(s) setor(es) em que o(a) reclamante trabalhou.

DA AUTORIZAÇÃO AO(À) SR(A). PERITO(A):

autorizado(a) o(a) Sr(a). perito(a) a utilizar-se de todos os meios necessários para a obtenção de informações através de documentos que estejam em poder de alguma das partes ou de repartição pública, conforme estabelece o art. 429 do CPC. Este **Juízo determina desde já que a empresa permita o ingresso do(a) perito(a), dos assistentes, das partes e dos advogados nas suas dependências, na data e horário marcados para perícia, não sendo necessária a expedição de Mandado para tal fim.**

DOS HONORÁRIOS:

O TST (Processo nº TST-RO-2555.89.2016.5.21.0000) com base na OJ nº 98 da SDI-2, declarou ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais. Assim, determino que o pagamento dos honorários periciais seja realizado somente no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado da decisão, observada a sucumbência, com atualização monetária nos termos do art. 1º da Lei 6.899/81, aplicável a débitos resultantes de decisões judiciais (OJ 198, SDI-1, C. TST), os quais arbitro em R$1.000,00, se sucumbente a(s) parte(s) integrante(s) do polo passivo. Sendo sucumbente o(a) reclamante, será observado o teto previsto no Provimento nº 11/2007 do E. TRT da 11ª Região.

Pela ordem, a reclamada se propõe a realizar o depósito prévio dos honorários pericias e requer o prazo de 10 (dez) dias para comprovar o pagamento, o que é deferido por este Juízo.

DO PRAZO PARA NOMEAÇÃO DE PERITOS ASSISTENTES E FORMULAÇÃO DE QUESITOS:

Fica assinalado o prazo comum de **5 (cinco) dias** para as partes nomearem peritos assistentes e formularem quesitos, se assim desejarem, **sob pena de preclusão.**

DA ENTREGA DO LAUDO:

O laudo deverá ser entregue no prazo de **8 (oito) dias** após a realização da perícia, **ficando as partes, desde já, intimadas para apresentar manifestação**, via sistema PJ-e, querendo, sobre o laudo **até o dia anterior à data designada para realização da audiência**, **independentemente de nova intimação, sob pena de preclusão.**

DA PRÓXIMA AUDIÊNCIA:

Face ao exposto, fica designado o dia **31/10/2019, 9h,** para encerramento da instrução processual e alegações finais.

Intimem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000325-59.2019.5.11.0007

AUTOR	ALVARO DA SILVA FERNANDES
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	V7 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP
ADVOGADO	ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES(OAB: 7181/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVARO DA SILVA FERNANDES
- V7 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc

Considerando que a reclamada depositou a quarta e última parcela com valor inferior ao acordado, faltando ainda R$383,98 (trezentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos), DETERMINO que o processo seja encaminhado à execução, nos termos do art. 878, da CLT, devendo a Secretaria da Vara adotar, diante da orientação emanada dos princípios da economia e celeridade processuais, um dos atos ordinatórios de acordo com a situação a ser verificada, conforme a seguir elencados:

I) proceda-se à imediata penhora*on-line* via BACENJUD para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida abaixo:

RESUMO DOS CÁLCULOS

Principal.....R$ 383,98 (trezentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos) da última parcela,

Multa por inadimplência do valor líquido do acordo..... R$ 191,99

TOTAL DO DÉBITO DA RECLAMADA.....R$ 575,97

II) restando infrutífera a diligência, expeça-se mandado de penhora, bem como proceda-se pesquisa junto ao banco de dados do RENAJUD;

III) tendo a executada efetuado a comprovação do cumprimento regular do acordo, mediante a apresentação de recibos extrajudicais, suspenda-se temporariamente a execução do acordo e aguarde-se o pagamento das demais parcelas ainda pendentes até a data estipulada para quitação da dívida e dos dos encargos previdenciários e fiscais;

IV) no caso de efetivação do bloqueio*on line*, aguarde-se a transferência da quantia bloqueada para conta judicial, ficando determinada a intimação da executada para sua manifestação, querendo, no prazo de 5 dias.

A presente decisão possui força de notificação às partes com advogado cadastrado no sistema PJe-JT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000957-85.2019.5.11.0007

AUTOR	WALBERT DE ARAUJO PEREIRA
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- WALBERT DE ARAUJO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

CONSIDERANDO o trânsito em julgado da decisão de mérito, DETERMINO:

I - à reclamante que informe se tem interesse em dar início à execução, no prazo de 5 dias. Expirado o prazo para manifestação da reclamante, a sua inércia consubstanciará interesse no início do cumprimento da sentença;

II - havendo manifestação da reclamante quanto ao início da execução ou o decurso do prazo, DETERMINO à Secretaria da Vara que:

a) oficie a Superintendência Regional do Trabalho, para comunicar o atraso nos depósitos do FGTS.

b) em seguida, encaminhe o processo aos cálculos de liquidação da Sentença de ID. ef44053.

Após, retorne o processo concluso para apreciação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0002053-97.2017.5.11.0010

AUTOR	PITAGORAS BATISTA MIRANDA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- PITAGORAS BATISTA MIRANDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

I - RELATÓRIO

PITÁGORAS BATISTA MIRANDA, devidamente representado nos autos, retorna à presença deste Juízo, agora em sede de Embargos de Declaração, alegando omissão no julgado id d2e3bde.

Os Embargos de Declaração foram apresentados a tempo e modo, passando este Juízo à decisão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos Embargos de Declaração porque tempestivamente oferecidos e subscritos por procurador constituído nos autos.

Alega o embargante que a sentença de mérito em execução proferida por este Juízo foi omissa ao não analisar seus argumentos quanto à base de cálculo das horas extraordinárias. Aduz ainda que o juízo também não se manifestou sobre o princípio da condição mais benéfica ao trabalhador.

Sem razão a embargante.

Observo que não há qualquer omissão por este juízo em sede de sentença. Os fundamentos da aplicação da base de cálculo conforme o enunciado de súmula nº 264 do C. TST estão devidamente expostos na decisão. Inclusive, descabe qualquer argumento quanto à condição mais benéfica ao trabalhador, eis que este é um procedimento hermenêutico quanto às normas que regem o contrato de trabalho e não quanto à determinação explícita em sentença com trânsito em julgado, sendo indevido nesta fase do processo o autor tentar modificá-la em seus preceitos.

Em conclusão, conheço dos Embargos de Declaração aforados pelo reclamante para negar provimento.

Mantida a sentença na integralidade.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos exatos termos da fundamentação supra, conheço dos embargos declaratórios interpostos por **PITÁGORAS BATISTA MIRANDA** para **REJEITÁ-LOS,** nos termos da fundamentação, mantendo a sentença, de ID d2e3bde. **DÊ-SE CIÊNCIA ÀS PARTES**.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001034-94.2019.5.11.0007

AUTOR	MARIA QUEIROZ LOPES DE ALMEIDA
ADVOGADO	CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378/AM)
ADVOGADO	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8856/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA QUEIROZ LOPES DE ALMEIDA
- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Dispensado nos termos do art. 852-I da CLT.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

O contrato de trabalho teve início em 27/06/2011 e a reclamante postula o recolhimento de diferenças de FGTS a partir de janeiro de 2015. Assim, considerando que a ação foi ajuizada em 02/09/2019, sem razão a reclamada ao arguir a prescrição (art. 7º, XXIX, CF).

Rejeito a arguição de prescrição quinquenal.

RESCISÃO INDIRETA, VERBAS RESCISÓRIAS E PENALIDADES

É incontroverso que a reclamada não recolheu o FGTS relativo a 27 meses do contrato de trabalho, bem como que houve atraso no pagamento de salários.

Sem razão a reclamada ao alegar a inobservância da imediatidade. É que, conforme a jurisprudência do TST, a imediatidade não se aplica quando quem dá causa à rescisão por justa causa é o empregador, motivo pelo qual não há que se falar em perdão tácito. Contrariamente ao que a alega a reclamada, a ausência de recolhimento de FGTS é ato suficientemente grave a ensejar a rescisão indireta, conforme entendimento da SDI I do TST:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ARTIGO 483 DA CLT . O artigo 483, d, da CLT faculta ao empregado, no caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte do empregador, a rescisão indireta do contrato de trabalho. Nesse sentido, o fato de não recolher os depósitos do FGTS, ou seu recolhimento irregular, e das contribuições previdenciárias, configura ato faltoso do empregador, cuja gravidade é suficiente para acarretar a rescisão indireta do contrato de trabalho . Por outro lado, esta Corte tem reiteradamente decidido pela relativização do

requisito da imediatidade no tocante à rescisão indireta, em observância aos princípios da continuidade da prestação laboral e da proteção ao hipossuficiente. O artigo 483, caput e § 3º, da CLT, faculta ao empregado considerar rescindido o contrato de trabalho antes de pleitear em juízo as verbas decorrentes da rescisão indireta. Todavia, o referido dispositivo não estabelece o procedimento a ser adotado pelo empregado quando o empregador incidir em uma das hipóteses de justa causa. Vale dizer, não há qualquer exigência formal para o exercício da opção de se afastar do emprego antes do ajuizamento da respectiva ação trabalhista. Comprovada em juízo a justa causa do empregador, presume-se a relação entre a falta patronal e a iniciativa do empregado de rescindir o contrato de trabalho. Esse é o entendimento assente na jurisprudência majoritária desta Corte Superior, em julgados da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais, bem como das Turmas, é no sentido de que a ausência de recolhimento de valores devidos a título de FGTS , por parte do empregador , no curso do contrato de trabalho autoriza a rescisão indireta. E esse entendimento ampara-se justamente no artigo 483, d , da CLT, segundo o qual o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador não cumprir as obrigações do contrato. Recurso de embargos conhecido e não provido " (E-ED-ED-RR-1902-80.2010.5.02.0058, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 10/03/2017).

Ainda, sem razão a reclamada ao postular a exclusão do período em que a reclamante esteve afastada, recebendo auxílio doença (B31), já que este benefício foi percebido a partir de março de 2015, mas a reclamante apenas pretende o pagamento de FGTS de janeiro e fevereiro do ano de 2015.

Assim, tendo em vista o não recolhimento de FGTS por 27 meses, bem como o atraso reiterado no pagamento de salários, com fundamento no art. 483, alínea "d", da Consolidação das Leis do Trabalho, reconheço a rescisão indireta e, conforme a petição inicial, considero como último dia de trabalho o dia 02/09/2019. Determino à reclamante que deposite sua CTPS, independentemente de notificação, no prazo de 48 horas, para que em ato contínuo a reclamada proceda às anotações da baixa do contrato de trabalho do reclamante, também no prazo de 48 horas, após o trânsito em julgado, constando como data de baixa em 26/10/2019, considerando a projeção do aviso prévio de 54 dias, sob pena de multa diária no importe de R$ 100,00, limitando-se a 30 (trinta) dias e a ser revertida ao trabalhador. Caso haja inércia por parte da reclamada, deverá ser feita a baixa pela Secretaria desta MM. Vara sem qualquer vestígio da litigiosidade da assinatura.

Logo, ***JULGO PROCEDENTE***o pagamento de verbas rescisórias, sendo devidas ao autor as seguintes parcelas:

- aviso prévio 54 dias;
- saldo de salário 2 dias Setembro/2019;
- 13º salário proporcional 10/12;
- férias 2018/2019 +1/3;
- férias proporcionais 2019/2020 1/12 +1/3 - limite do pedido;
- FGTS 8% não depositado 27 meses;
- FGTS 40% contratual;
- FGTS 8% da rescisão - limite do pedido;
- cesta básica Setembro/2019.

Para fins de apuração, determino seja considerado o valor de R$ 1.276,63 como base de cálculo, conforme contracheque juntado relativo ao mês de junho de 1019 (fl 72), observados os limites da petição inicial, inclusive quanto aos valores liquidados.

Após o trânsito em julgado, determino à secretaria da vara que expeça alvará para levantamento do FGTS depositado.

SEGURO DESEMPREGO

Determino que seja expedido alvará ao Ministério do Trabalho, a fim de que averigue as condições para implementação do benefício do seguro-desemprego e havendo a satisfação dos requisitos legais, seja habilitado o reclamante na benesse social, contando-se o prazo decadencial, a partir do trânsito em julgado da reclamatória.

Havendo impossibilidade de efetivação por culpa da reclamada, convertam-se os valores pertinentes na época demissional em indenização, integrando-se às contas de liquidação.

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Concedo os benefícios da gratuidade de justiça à reclamante, preenchidos os requisitos para tanto, conforme art. 790, §3º da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Considerando que a presente o disposto no art. 791-A da CLT, defiro ao patrono da reclamante honorários calculados com base no percentual de 5% do valor devido ao reclamante.

CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Contribuições previdenciárias sobre as parcelas integrantes do salário contribuição, conforme art. 28 da Lei 8.212/1991, as quais são décimo terceiro salário e saldo de salário. A responsabilidade de recolhimento é da parte reclamada, atentando à cota-parte da trabalhadora, a qual deve ser abatida do crédito devido a este, inteligência da Súmula 368 do TST.

Imposto de renda nos termos da Lei, com aplicação da Súmula 368 do C. TST quanto ao recolhimento e à incidência no valor devido ao reclamante.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Juros de 1% ao mês, pro rata die, nos termos do art. 883 da CLT e 39, §1º da Lei 8.177/91, incidente sobre a condenação já corrigida monetariamente.

No que se refere ao índice de correção monetária de débitos trabalhistas, o Pleno do C. TST, em sede de arguição de inconstitucionalidade, decidiu que os créditos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, julgou ser inconstitucional a expressão "equivalentes à TRD", prevista no artigo 39, caput, da Lei 8.177/1991.

Nesse sentido, o E. TRT da 11ª Região decidiu, em sede de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, nos autos do Proc. nº. 0000091-69.2017.5.11.0000 (IUJ) pela aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária de débitos trabalhistas.

Assim, as premissas contidas nos supramencionados julgamentos são fundamentos para a adoção do índice de correção monetária IPCA-E, todavia é imprescindível ser analisada a questão da (in)constitucionalidade do artigo 879, §7º, da CLT, incluído na CLT pela chamada reforma trabalhista, que prevê a aplicação da Taxa Referencial aos débitos trabalhistas.

Entendo que aplicar o índice da TR apenas em favor dos créditos trabalhistas constitui numa afronta ao princípio da isonomia, eis que créditos de outros credores, a exemplo dos precatórios, serão corrigidos por índices que garantem a correção do valor real da moeda.

No particular dos termos do artigo 879, §7º da CLT, inserido pela Lei 13.467/2017, que prevê expressamente a Taxa Referencial como índice de correção monetária aplicável aos débitos trabalhistas, constato que padece dos mesmos vícios contidos nos arts. 39, da Lei 8.177/91 e 100, §12 da CFRB/1988, revelados pelos C. TST e E. STF.

Dessa forma, coadunando-se com o decidido pelos E. STF e C. TST que a TRD não se constitui num índice apto a corrigir monetariamente o valor real da moeda diante da inflação, concluo que por arrastamento o artigo 879, §7º da CLT é inconstitucional, na medida em que viola o artigo 5º, caput, e seu inciso XXII, ambos da CRFB/1988, normas que sistematizaram e ampliaram os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Por tais fundamentos, em sede de controle concreto de constitucionalidade, declaro incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 879, §7º da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, afastando a sua aplicação e, revendo posicionamento anteriormente adotado, determino a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E sobre o débito trabalhista reconhecido na presente decisão. Utilizem-se as Súmulas 200 e 381 do C. TST quanto ao tempo e modo de correção monetária.

INÍCIO DA EXECUÇÃO

Importante acrescentar que tendo o processo iniciado por provocação das partes, deve se desenvolver por impulso oficial, conforme diretriz insculpida no art. 765 da CLT. São nesse sentido os princípios constitucionais da efetividade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CFRB/1988) e da razoável duração do processo com os meios que garantam a efetividade da tutela jurisdicional (art. 5º, LXXVIII, CFRB/1988).

Acrescento ainda o que dispõem o art. 139, IV, e 513, §1º, CPC, que exigem o requerimento executivo, mas outorgam amplos poderes para atuação de ofício do magistrado.

Nesse sentido, e em atendimento ao que dispõe a nova redação do art. 878 da CLT, após as alterações trazidas pela Lei 13.467/2017, para garantir o tratamento especial que o crédito trabalhista deve receber, consoante orientam os princípios constitucionais e processuais supramencionados, fica o reclamante ciente de que não apresentada qualquer oposição expressa para início da execução, a inércia significará interesse da parte no início do cumprimento da sentença.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, na reclamatória ajuizada por **MARIA QUEIROZ LOPES DE ALMEIDA** em face de **VIAÇÃO SÃO PEDRO LTDA,** rejeito a prejudicial de prescrição quinquenal, e no mérito, ***JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES***os pedidos iniciais, para condenar o reclamado a pagar à reclamante, o valor atualizado de R$ 17.877,46, referente a:

- aviso prévio 54 dias;
- saldo de salário 2 dias Setembro/2019;
- 13º salário proporcional 10/12;
- férias 2018/2019 +1/3;
- férias proporcionais 2019/2020 1/12 +1/3 - limite do pedido;
- FGTS 8% não depositado 27 meses;
- FGTS 40% contratual; FGTS 8% da rescisão - limite do pedido; e
- cesta básica Setembro/2019.

Para fins de apuração, determino seja considerado o valor de R$ 1.276,63 como base de cálculo, conforme contracheques juntados.

Após o trânsito em julgado, determino à secretaria da vara que expeça alvará para levantamento

Parâmetros de liquidação, juros, correção monetária, contribuições fiscais e honorários advocatícios, nos termos da fundamentação, a qual faço integrar o julgado para todos os fins.

Concedo os benefícios da gratuidade à reclamante.

A título de honorários, defiro ao patrono da reclamante, o valor de R$ 893,56 calculado com base no percentual de 5% do valor devido ao reclamante

Custas pela parte reclamada no importe de R$ 386,19 calculadas sobre o valor liquido da condenação de R$ 19.309,64.

Cálculos nos termos da apuração em anexo que ora integram a sentença.

Intimem-se as partes.Registre-se. Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000480-62.2019.5.11.0007

AUTOR	MARCOS ANDRE MORAES LIMA
ADVOGADO	RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA(OAB: 10985/AM)
RÉU	MARIO JORGE BARROSO FRANCA
ADVOGADO	DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA(OAB: 953/RR)
ADVOGADO	WILSON PECANHA NETO(OAB: 4630/AM)
ADVOGADO	MARIANNA LIRA DA ROCHA(OAB: 11244/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ANDRE MORAES LIMA
- MARIO JORGE BARROSO FRANCA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos, etc.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto pela reclamada, verifico que o recurso está tempestivo e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo, **porém não foram recolhidas as custas processuais e o depósito recursal, conforme certidão de ID. d37fd63.** Desta forma, indefiro o processamento do referido recurso.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000825-28.2019.5.11.0007

AUTOR	ANA PAULA MORAES DE CARVALHO
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
RÉU	GOL LINHAS AEREAS S.A.
ADVOGADO	OSMAR MENDES PAIXAO CORTES(OAB: 15553/DF)
ADVOGADO	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR(OAB: 10424/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AEREAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

Intime-se a reclamada para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar a apólice de seguro garantia de id. 5316a30 quanto aos 30% sobre o valor do depósito recursal, tendo em vista que a apólice juntada aos autos dispõe como cobertura contratada apenas a quantia de R$ 9.828,51 - valor do depósito recursal, sem acréscimo de 30%.

A não complementação do valor resultará na deserção do recurso, conforme OJ 140/TST-SDI1:

Em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC/2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.

Após a complementação do valor pela reclamada ou decurso do prazo, retornem-me os autos conclusos para decisão de admissibilidade do recurso ordinário.

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000909-29.2019.5.11.0007

AUTOR	KLENDA PEREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	JUDICE ANGELA SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 7165/AM)
RÉU	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
ADVOGADO	CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA(OAB: 9783/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
- KLENDA PEREIRA DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando eventual efeito modificativo dos embargos de declaração determino que seja dada vistas à parte contrária para, querendo, apresentar manifestação no prazo legal.

Dê-se ciência.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001134-49.2019.5.11.0007

AUTOR	FRANCISCA CLEIA SALES AVELINO
ADVOGADO	SEBASTIAO JERONIMO PORTELA(OAB: 5159/AM)
RÉU	ATENTO BRASIL S/A

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCA CLEIA SALES AVELINO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos etc.

Este Juízo, adaptando-se às mudanças procedidas pela realidade em que vivemos, resolveu analisar todos os seus processos quando do cadastramento, para evitar uma pauta de audiências distantes da data da distribuição, saneando o processo no seu nascedouro.

No caso dos autos, o processo contém a seguinte inconsistência: na petição inicial, a Reclamante indicou, como endereço da reclamada, a Rua Silveira Martins térreo - 1, 2, 3 and mod 3 e cd n, bairro de cabula município de Salvador, estado da Bahia/ BA - CEP: 41150-000, porém não discriminou qual a localidade onde prestou o serviço.

CONSIDERANDO que as ações atinentes ao rito sumaríssimo não comportam emenda, nos termos do §1º do art. 852-B, da CLT;

CONSIDERANDO que a autora comprovou que auferia salário inferior a 40% do teto máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para o fim de apreciação do requerimento do benefício da justiça gratuita (Id.91b3cf9);

Ex positis, DECIDO **extinguir o processo sem resolução do mérito**, na forma do art. 330, I c/c art. 485, I, do CPC c/c o §1º do art. 852-B, da CLT. Custas, pela parte Reclamante, no importe de R$ 466,10, calculadas sobre o valor dado à causa (R$ 23.305,03), das quais fica isenta, tendo em vista a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

Retire-se o processo de pauta.

INTIME-SE A PARTE RECLAMANTE, por seu patrono cadastrado nos autos.

Após decurso do prazo *in albis*, **ARQUIVEM-SE OS AUTOS.**

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000381-98.2019.5.11.0005

AUTOR	APPLY ASSESSORIA EM EDUCACAO LTDA - ME
ADVOGADO	RODRIGO NUNES(OAB: 144766/SP)
RÉU	ANDRE RAFAEL NASSER
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE RAFAEL NASSER
- APPLY ASSESSORIA EM EDUCACAO LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso adesivo interposto pelo reclamante, verifico que o recurso está tempestivo e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo. Houve recolhimento de custas processuais. Desta forma, recebo e determino o processamento do referido recurso.

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, encaminhe-se o processo ao E. TRT da 11ª Região para apreciação do recurso.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000939-70.2019.5.11.0005

AUTOR	ANTONIO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	MANAUS AMBIENTAL S.A.
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)
PERITO	ROBERTO WANG CHEN

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PEREIRA DA SILVA
- MANAUS AMBIENTAL S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Vistos etc.

Defiro o pedido da reclamada de restituição do valor depositado em duplicidade.

Expeça-se alvará judicial no nome do patrono da reclamada pra levantamento do valor de R$ 2.000,00.

Intimem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001126-72.2019.5.11.0007

AUTOR	ALEXANDRA ESPINDOLA DA SILVA
ADVOGADO	FRED FIGUEIREDO CESAR(OAB: 9508/AM)
ADVOGADO	ROGER MARQUES MENDES(OAB: 9516/AM)
ADVOGADO	JORGE LUIS ENRIQUE GALLARDO ORDINOLA(OAB: 10044/AM)
RÉU	JOSE ERIVALDO DO VALE BARBOSA EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA ESPINDOLA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos etc.

CONSIDERANDO que a presente ação utiliza o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJeJT, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sendo obrigatória a utilização de assinatura digital e demais procedimentos dispostos na Lei nº. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, na Resolução nº. 94, de 23 de março de 2012, do CSJT, e nos Atos Administrativos nº. 123/2012 e nº. 124/2012 do E. TRT da 11ª Região;

CONSIDERANDO que nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, nos termos do art. 852-B, I, da CLT ;

CONSIDERANDO que a reclamante requer, na petição inicial, a aplicação da multa do art. 477 da CLT, porém não indicou o respectivo valor;

CONSIDERANDO que as ações atinentes ao rito sumaríssimo não comportam emenda, nos termos do §1º do art. 852-B, da CLT;

CONSIDERANDO, por fim, que a autora comprovou que auferia salário inferior a 40% do teto máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para o fim de apreciação do requerimento do benefício da justiça gratuita (Id.96a4961);

DECIDO:

EXTINGUIR a presente ação, nos termos do §1º do art. 852-B, da CLT. Custas, pela autora, calculadas sobre o valor da causa, no importe de R$ 402,12, do que fica ISENTA, na forma do art. 790, §3º da CLT.

Face ao exposto, neste ato, retiro o processo de pauta.

Dê-se ciência ao reclamante por seus patronos.

Após, ARQUIVE-SE o processo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000379-25.2019.5.11.0007

AUTOR	CELINA MATOS DE MOURA
ADVOGADO	WALDEMIR ROGGERIO JOHNSON MOTA(OAB: 12538/AM)
ADVOGADO	vera lucia johnson de assis(OAB: 2904/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELINA MATOS DE MOURA
- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

CONSIDERANDO que ainda há obrigação de fazer a ser cumprida (baixa na CTPS),

Fica a reclamada notificada para, no prazo de 48 horas, proceder à anotação da baixa do contrato de trabalho do reclamante, constando como data de baixa em 11/04/2019, considerando a projeção do aviso prévio de 48 dias, sob pena de multa diária no importe de R$ 100,00, limitando-se a 30 (trinta) dias e a ser revertida ao trabalhador. Caso haja inércia por parte da reclamada, deverá ser feita a baixa pela Secretaria desta MM. Vara sem qualquer vestígio da litigiosidade da assinatura.

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001117-13.2019.5.11.0007

AUTOR	EDILSON CASTRO RIBEIRO
ADVOGADO	JAKSON ALVES DE SOUZA(OAB: 8840/AM)
RÉU	REINALDO BELTRAMI FERNANDES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILSON CASTRO RIBEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Comparece o reclamante perante esta Justiça Especializada para o fim de postular, em sede de antecipação de tutela, a inversão do ônus da prova e pagamento do valor de R$2.000,00 mensalmente, até a decisão definitiva da presente demanda.

O autor informa que adquiriu doença em razão das atividades que realizava na reclamada e que sua dispensa foi feita de forma arbitrária, motivo pelo qual requer a reintegração. No mérito requer indenização estabilitária, indenização por danos materiais e morais.

É o Relatório.

Para análise do pedido de tutela provisória impõe-se, entretanto, verificar o que dispõe o art. 300, do CPC/15:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1oPara a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2oA tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3oA tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Assim, são pressupostos de admissibilidade da antecipação da tutela:

a) probabilidade do direito;

b) perigo de dano;

c) risco ao resultado útil do processo.

Na ação em exame, do exposto pelo autor, verifico que sua pretensão não pode ser objeto de análise em sede de cognição sumária, pois no presente caso é necessária dilação probatória para verificar se houve acidente de trabalho e se há nexo de causalidade. Também não há argumentos para determinar a inversão do ônus da prova neste momento.

Em conclusão, indefiro o pedido do autor, devendo a parte autora aguardar o momento oportuno.

Designo a audiência inaugural para o dia 30.10.2019, às 9h50min.

Dê-se ciência ao reclamante através de seu patrono.

Notifique-se a reclamada para apresentar defesa na forma da lei.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000845-19.2019.5.11.0007

AUTOR	DENNYS CORREA DA SILVA
ADVOGADO	MOISES VIEIRA QUEIROZ(OAB: 2830/AM)
RÉU	CARBOQUIMICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ALBERTO PEDRINI JUNIOR(OAB: 2313/AM)
PERITO	JULIO CESAR DOS SANTOS PERES

Intimado(s)/Citado(s):

- CARBOQUIMICA DA AMAZONIA LTDA
- DENNYS CORREA DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto pelo reclamante, verifico que o recurso está tempestivo e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo. Não há recolhimento das custas processuais em virtude da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Desta forma, recebo e determino o processamento do referido recurso.

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, encaminhe-se o processo ao E. TRT da 11ª Região para apreciação do recurso.

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000100-73.2018.5.11.0007

AUTOR	MARCIO CRUZ DA COSTA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	DANIEL SODRE GURGEL DO AMARAL(OAB: 7902/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	RAIMUNDO MENDES MAGALHAES
RÉU	CARLOS ALBERTO CUSTODIO INACIO
RÉU	MARIA DE FATIMA MAGALHAES MENDES

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIO CRUZ DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado dos Embargos à execução opostos pelo executado Raimundo Mendes Magalhães nos autos do processo nº 0001346-41.2017.5.11.0007,

Considerando que já houve transferência de valores para quitação dos presentes autos,

I - Notifique-se o exequente, por meio de seu patrono, para receber crédito, no prazo de 5 dias após a expedição do alvará, sob pena de a quantia ser liberada diretamente ao exequente, bem como requerer o que julgar necessário, tendo em vista que o processo será arquivado. Expeça-se alvará, devendo o beneficiário proceder ao levantamento da quantia no prazo de 30 (trinta) dias após a expedição do alvará, sob pena de o valor depositado ser convertido em renda em favor da União, nos termos do Art. 2° do Ato Conjunto CSJT/CGJT n° 1/2019.

II - Recolham-se os encargos.

III - Declaro extinta a execução nos termos do art. 924, II, do CPC.

IV - Proceda-se ao registro dos pagamentos para efeito estatístico e à retirada da restrição no BNDT, SERASA e CNIB, dê-se baixa na execução.

V - Após, arquive-se o processo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000311-12.2018.5.11.0007

AUTOR	JAILSON FREITAS DA SILVA
ADVOGADO	GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO(OAB: 10244/AM)
ADVOGADO	LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA(OAB: 8908/AM)
RÉU	MARIA DE FATIMA MAGALHAES MENDES
RÉU	RAIMUNDO MENDES MAGALHAES
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	DANIEL SODRE GURGEL DO AMARAL(OAB: 7902/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	JM SERVICOS NAVAIS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JAILSON FREITAS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado dos Embargos à execução opostos pelo executado Raimundo Mendes Magalhães nos autos do processo nº 0001346-41.2017.5.11.0007,

Considerando que já houve transferência de valores para quitação dos presentes autos,

I - Notifique-se o exequente, por meio de seu patrono, para receber crédito, no prazo de 5 dias após a expedição do alvará, sob pena de a quantia ser liberada diretamente ao exequente, bem como requerer o que julgar necessário, tendo em vista que o processo será arquivado. Expeça-se alvará, devendo o beneficiário proceder ao levantamento da quantia no prazo de 30 (trinta) dias após a expedição do alvará, sob pena de o valor depositado ser convertido em renda em favor da União, nos termos do Art. 2° do Ato Conjunto CSJT/CGJT n° 1/2019.

II - Recolham-se os encargos.

III - Declaro extinta a execução nos termos do art. 924, II, do CPC.

IV - Proceda-se ao registro dos pagamentos para efeito estatístico e à retirada da restrição no BNDT, dê-se baixa na execução.

V - Após, arquive-se o processo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000536-95.2019.5.11.0007

AUTOR	BRUNA PINHEIRO DE LIMA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	LGP MAXX LTDA
ADVOGADO	RENATA MARIA BAPTISTA CAVALCANTE(OAB: 128686/RJ)
RÉU	LUCIANO ALVES GALVAO
RÉU	ADRIANA PICKARDT GALVAO

Intimado(s)/Citado(s):

- LGP MAXX LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

Considerando que a finalidade precípua do processo de execução é a satisfação do título judicial, cabendo a este Juízo velar pela rápida solução do litígio, atendendo ainda aos princípios da celeridade e economia processual (CLT, art. 125,II);

Considerando que foi instaurado incidente da desconsideração da personalidade jurídica;

Considerando que os sóciosSra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO foram devidamente notificadas para integrar a lide e apresentar defesa no prazo de 5 dias, sendo que ambos apresentaram defesa conjunta;

Em sede de defesa, ambos os sócios, argumentaram que "o inadimplemento de dívida trabalhista não poderia ser considerado, de maneira isolada, como o único fundamento necessário para validar a utilização desse instrumento processual", todavia não apresentaram bens livres e desembaraçados da executada para prosseguimento d execução.

Em que pese o oferecimento da defesa, os referidos sócios não comprovaram a existência de bens livres e desembaraçados da executada aptos a afastarem a incidente de desconsideração instaurado.

Considerando que o patrimônio dos sócios podem ser atingidos quando a pessoa jurídica não apresentar bens para pagamento da dívida ou quando os sócios atuarem com abuso de poder, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou má-fé, ou não requer benefício

de ordem, com a indicação de bens do patrimônio da devedora principal (art. 795, §§1º, 2 º, do CPC),

DECIDO:

I - Mantenho as sóciosSra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO no polo passivo da presente execução, devendo responder subsidiariamente em relação à pessoa jurídica (art. 10-A, CLT) e solidariamente ente si, pelo débito apurado, nos termos do art. 789 e 790, II, CPC, de aplicação subsidiária (Art. 769, CLT e Art. 15, CPC) em observância ao princípio da responsabilidade patrimonial;

II - Dê-se ciência aos sócios Sra. ADRIANA PICKARDT GALVAO e Sr. LUCIANO ALVES GALVAO, através de seu patrono. Transcorrendo *in albis* o prazo de 8 dias, DETERMINO o prosseguimento da execução, devendo a Secretaria:

II. 1. notificar os sócios da executada, ora executados, para pagar ou garantir a execução, no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line.

II. 2. não havendo pagamento no prazo assinalado, promova-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face dos sócios da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial.

III. aguarde-se a resposta ao BACEN;

IV - Caso reste infrutífera, proceda-se consulta junto ao RENAJUD e INFOJUD;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

IGO ZANY NUNES CORREA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000816-66.2019.5.11.0007

AUTOR	BEATRIZ RIBEIRO VIDAL
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	RONEY AFONSO HENRIQUES 89179285287
ADVOGADO	ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO(OAB: 10485/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEATRIZ RIBEIRO VIDAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

7ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO Nº 0000816-66.2019.5.11.0007

RECLAMANTE: BEATRIZ RIBEIRO VIDAL

RECLAMADA: RONEY AFONSO HENRIQUES 89179285287

DESTINATÁRIO(S): CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRAnull

Fica o Reclamante notificado, através de seu respectivo advogado, para, no prazo de 5 dias, comparecer na Secretaria da Vara e proceder à busca de sua CTPS.

Manaus - AM, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº HTE-0001122-35.2019.5.11.0007

REQUERENTES	PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA - EPP
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)
REQUERENTES	EVANDRO CORREIA XAVIER
ADVOGADO	AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO(OAB: 11840/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVANDRO CORREIA XAVIER
- PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Designo a audiência do presente processo para o dia **08/10/2019, às 10h**.

Considerando a petição de Id. d2d1ce1, reservo-me a apreciação do acordo extrajudicial em audiência, devendo as partes comparecerem para fins de conciliação.

Outrossim, concedo o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para que o Dr. Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB/AM nº 11.840, CPF: 529.149.502-25) acoste aos autos, com seu próprio token, a procuração outorgado a ele pelo Sr. Evandro Correia Xavier - CPF: 445.337.052-00.

Em respeito ao princípio da celeridade processual, torno o presente despacho com efeito de notificação para as partes com advogados cadastrados no sistema.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

LUIZA TEICHMANN MEDEIROS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001129-27.2019.5.11.0007

AUTOR	PEDRO PAULO FERNANDES LIMA
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	AUTO ONIBUS LIDER LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- PEDRO PAULO FERNANDES LIMA

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Audiên 01/10/2019 08:21

No interesse do processo 0001129-27.2019.5.11.0007, em que são partes: PEDRO PAULO FERNANDES LIMA, exequente, e AUTO ONIBUS LIDER LTDA e com fulcro no art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, fica ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA, por intermédio do(a) advogado(a), **NOTIFICADO(A) de que foi designada audiência para o dia 01/10/2019 08:21, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.**

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 7ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e

Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Manaus - AM, 30 de Setembro de 2019.

DIANA SANTOS DE JESUS

Servidor da Justiça do Trabalho

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001106-78.2019.5.11.0008

AUTOR	LUCINALDO CARVALHO MARTINS
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
RÉU	MASA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	SAPORE S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- SAPORE S.A.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJe-JT

PROCESSO No. : 0001106-78.2019.5.11.0008

Reclamante : LUCINALDO CARVALHO MARTINS

Reclamado : SAPORE S.A. e outros (3)

Data da próxima audiência: 04/12/2019 08:20

O(a) Exmo(a) Juiz(a) SANDRA DI MAULO, Titular da 8ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) SAPORE S.A.null, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a) de que tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Fica ainda, notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiencia a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiencia inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico, no sistema PJe, até a zero hora do dia da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 29 de Setembro de 2019, na Secretaria da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

SANDRA DI MAULO

Juíz(a) da 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATSum-0001487-91.2016.5.11.0008

AUTOR	QUELIA OLIVEIRA FIGUEIREDO
RÉU	ISSAO NAKANO
RÉU	IAN DANIEL SCANLAN
RÉU	SALAZAR DE LIMA BASTOS
ADVOGADO	NAYRA BRANDAO FRANCA(OAB: 7699/AM)
RÉU	RAFAL TOMASZ KALUS
RÉU	AMAZON ACAI INDUSTRIAL LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ISSAO NAKANO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0001487-91.2016.5.11.0008

Exequente: QUELIA OLIVEIRA FIGUEIREDO

Executado: AMAZON ACAI INDUSTRIAL LTDA - ME e outros (4)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) ISSAO NAKANO , parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para para integrar a lide e apresentar defesa, querendo, no prazo legal de 5 dias.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ExCCP-0001743-97.2017.5.11.0008

EXEQUENTE	ELANE AMORIM DE SOUZA
ADVOGADO	Antônio Lúcio Pantoja Júnior(OAB: 8111/AM)
EXEQUENTE	DEBORA DE CAMPOS FROTA
ADVOGADO	Antônio Lúcio Pantoja Júnior(OAB: 8111/AM)
EXEQUENTE	MARCO TULIO SANTANA DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO	Antônio Lúcio Pantoja Júnior(OAB: 8111/AM)
EXECUTADO	ANDERSON LUIZ VITOR DE SOUZA
EXECUTADO	MS CASA MOVEIS E DECORACOES LTDA - ME
EXECUTADO	ANDRE LUIZ VITOR DE SOUZA
EXECUTADO	DALVAIR BATISTA DE SOUZA
EXECUTADO	DALVAIR B. DE SOUZA & CIA. LTDA.
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
ADVOGADO	ANA PAULA IVO FERNANDES(OAB: 4288/AM)
EXECUTADO	DEBORA BATISTA DE SOUZA ABREU
EXECUTADO	ANDRE LUIZ VITOR DE SOUZA JUNIOR
EXECUTADO	INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS GUARARAPES LTDA - EPP
EXECUTADO	VITOR COMERCIO DE MOVEIS E REPRESENTACAO LTDA
EXECUTADO	D.A. COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
EXECUTADO	A.A.S. MOVEIS LTDA - EPP
EXECUTADO	DALAND MOVEIS ELETRODOMESTICOS E SERVICOS PUBLICITARIOS LTDA - EPP
EXECUTADO	EUROMANAUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ VITOR DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0001743-97.2017.5.11.0008

Exequente: ELANE AMORIM DE SOUZA e outros (2)

Executado: DALVAIR B. DE SOUZA & CIA. LTDA. e outros (12)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) ANDRE LUIZ VITOR DE SOUZA, parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para ciência do despacho de id.: 09636d4, bem como manifestação, na forma do art. 855-A da CLT c/c 135 do CPC.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000178-35.2016.5.11.0008

AUTOR	ROSIANE ALVES ARAUJO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0000178-35.2016.5.11.0008

Exequente: ROSIANE ALVES ARAUJO

Executado: H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI, parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência da Sentença abaixo anexada:

S E N T E N Ç A

I M P U G N A Ç Ã O A O S C Á L C U L O S

PROCESSO N.º 0000178-35.2016.5.11.0008

EXEQUENTE: ROSIANE ALVES ARAUJO

EXECUTADA: H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

DATA: 27/09/2019

I - R E L A T Ó R I O

ROSIANE ALVES ARAUJO,exequente, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, apresentou Impugnação aos Cálculos *(ID.* 8452492*)*, indicando que os cálculos elaborados pela contadoria da vara estão incorretos no que tange o período de apuração do FGTS.

Devidamente intimada a executada, permaneceu inerte (ID. 50392c0).

É o relatório.

II - F U N D A M E N T A Ç Ã O

Atendidos os requisitos legais, conheço da Impugnação aos Cálculos apresentada nos presentes autos.

No mérito, com razão a impugnante uma vez que a Sentença de 1º grau de ID. 7ee0f90 assim decidiu acerca do FGTS:

Procedente*, ainda em razão da dispensa imotivada, a seguinte obrigação de fazer, a cargo da reclamada H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI: a) entrega do TRCT no cód. 01 e chave de conectividade para saque do FGTS, com a comprovação dos recolhimentos relativos a todo o período laboral e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de expedição de alvará judicial para saque do FGTS e execução das parcelas fundiárias inadimplidas; b) entrega das guias do seguro-desemprego, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de pagamento de indenização substitutiva, conforme tabela do CODEFAT.*

Destaque-se que a teor da certidão anexada aos autos no ID.

19008f2, a reclamada deixou transcorrer *in albis* o prazo para entrega do TRCT e das Guias do Seguro Desemprego, não comprovando também os depósitos de FGTS relativos a todo período laboral e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%.

Nesse sentido, correta a argumentação do exequente visto que deve a execução recair sobre as parcelas fundiárias referentes a todo o período laborado, descontados os valores já levantados por meio de alvará (ID. 6f3514f).

Considerando as premissas acima delineadas, julgo procedente a presente Impugnação no sentido de **homologar os cálculos de ID. 3ad7772** apresentados pela exequente, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

III - C O N C L U S Ã O

Pelo exposto, **conheço** da **Impugnação aos Cálculos** oposta por **ROSIANE ALVES ARAUJO** nos autos do processo em epígrafe**,** julgando-a **PROCEDENTE,** no sentido de **homologar os cálculos de ID. 3ad7772**, apresentados pela exequente, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos. **T**udo nos termos da fundamentação. **Notifiquem-se as partes.** Nada mais.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM
Juiz(a) do Trabalho Substituto

.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000794-18.2018.5.11.0015

AUTOR	MOISES DE SOUZA PIMENTEL
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	CEFISSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441/SP)
ADVOGADO	MARCELO FLORIANO(OAB: 179238/SP)
RÉU	ELIMAGS CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIMAGS CONSTRUÇÕES LTDA- EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0000794-18.2018.5.11.0015

Exequente: MOISES DE SOUZA PIMENTEL

Executado: ELIMAGS CONSTRUÇÕES LTDA- EPP e outros

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) {val nome_destinatario_ato_comunicacao}, parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência do despacho abaixo anexado:

DESPACHO-PJe

I - Notifique-se a reclamada, através de seu advogado com base no art. 523 do CPC/2015 - ou por mandado, se não houver advogado constituído para, no prazo de 8 dias, apresentar impugnação fundamentada, acompanhada de planilha, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, §2º da CLT;

II - No caso de inércia da reclamada, após escoado o prazo de 8 dias, fica homologado o cálculo ora apresentado pelo autor (ID.677b08a) e ciente a reclamada de que, no prazo de 48h, deverá pagar ou garantir da execução no valor total do débito, nos termos do art. 880 da CLT ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC/2015, consoante determina o art. 882 da CLT, sob pena de penhora através de BACENJUD inscrição no BNDT.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000284-60.2017.5.11.0008

AUTOR	EDIVANDO ALVES DA COSTA
ADVOGADO	EDMAR PEREIRA DE FREITAS(OAB: 11750/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0000284-60.2017.5.11.0008

Exequente: EDIVANDO ALVES DA COSTA

Executado: TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP e outros

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência do despacho de id d13465c e Agravo de Petição de id 065fd9a.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000954-06.2014.5.11.0008

AUTOR	MARCILENE DA SILVA COSTA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Processo nº. : 0000954-06.2014.5.11.0008

Exequente: MARCILENE DA SILVA COSTA

Executado: B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e outros

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Pje-JT

A(O) Drª. STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM, Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, parte nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência do despacho abaixo anexado:

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista a interposição de Agravo de Petição pela exequente e pela litisconsorte, notifique-se o Estado (litisconsorte) do Agravo de Petição da exequente;

Notifique-se a exequente e a 1[executada do Agravo de petição da Litisconsorte, no prazo de 8 dias.vg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM
Juiz(a) do Trabalho Substituto

.

E, para chegar ao conhecimentos do(s) interessados(s) e passado o presente edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região (DEJT).

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

JUIZ DA 8ª VTM

Edital

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica as executadas notificadas, por intermédio de seus patronos, para tomar ciência do despacho de id f13b8df.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATSum-0001948-63.2016.5.11.0008

AUTOR	UELINTON MARQUES
ADVOGADO	ALESSANDRO CORREIA LIMA(OAB: 7339/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
ADVOGADO	ANTONIO CARLOS DA SILVA SANTOS(OAB: 2918/AM)
RÉU	GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	Marco Aurélio Lucas de Souza(OAB: 2185/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UELINTON MARQUES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001948-63.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: UELINTON MARQUES

RÉU: GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

DECISÃO

Após a Reforma Trabalhista de 2017, a execução deverá ser promovida por iniciativa das partes, nos termos do Art. 878 da CLT, permitida a execução de ofício apenas quando as partes não estiverem representadas por advogado.

Desse modo, deve o Poder Judiciário manter-se inerte até a simples manifestação da parte.

Diante da certidão de trânsito em julgado constante nos presentes autos, determino o sobrestamento da ação até ulterior deliberação.

Fica a parte ciente do início da contagem do prazo constante no Art. 11-A da CLT, a contar da ciência do presente despacho, nos termos do parágrafo primeiro do referido artigo, inclusive quanto ao interesse na despersonalização jurídica. cfo

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000829-62.2019.5.11.0008

AUTOR	ANNAMARIA BARBOSA DE LIMA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000829-62.2019.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ANNAMARIA BARBOSA DE LIMA

RÉU: SOUZA E NOGUEIRA LTDA e outros

DESPACHO PJe-JT

Intime-se a reclamada para que se manifeste acerca da petição de Id 603d9e1, no prazo de 48h, sob pena de seu silêncio valer como confirmação tácita.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº MSCiv-0001138-83.2019.5.11.0008

IMPETRANTE	ALCEMIR QUEIROZ DE SOUZA
ADVOGADO	HARBEN GOMES AVELAR(OAB: 9795/AM)
IMPETRADO	Diretor Presidente
TERCEIRO INTERESSADO	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCEMIR QUEIROZ DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos, etc...

ALCEMIR QUEIROZ DE SOUZA, já qualificado nos autos, impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Diretor-Geral do E. TRT da 11ª Região, Rômulo Rogério Cyrino Barbosa, visando, liminarmente, à concessão de horário especial, previsto no art. 98, §2º, da lei 8.112/90.

Não obstante a possibilidade de o Juízo de primeiro grau ser competente para julgar o mandado de segurança contra autoridades públicas que não detenham prerrogativa de foro, desde que a matéria decorra da relação de trabalho e se enquadre em alguns dos incisos do art. 114, da Constituição Federal. Seria o caso, por exemplo, de mandado de segurança contra ato praticado pela fiscalização do trabalho, como a interdição do estabelecimento empresarial. No caso dos autos, o impetrante insurge-se contra ato do Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, nos autos de processo administrativo. Acrescente-se que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, esta Justiça Especializada não detém competência para apreciar lides que envolvam servidores estatutários da Administração Pública.

Portanto, não há competência deste Juízo para apreciação do feito, cuja competência originária é da Justiça Comum Federal.

Destarte, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento regular do processo, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC.

Defiro o benefício da justiça gratuita ao impetrante, nos termos do art. 790, §3º, da CLT.

Custas pelo impetrante, no importe de R$ 20,00, de cujo recolhimento fica isento, nos termos da lei.

Notifiquem-se as partes.

Transcorrido o prazo recursal, arquive-se o processo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001170-25.2018.5.11.0008

AUTOR	RAIMUNDO ASSENE VIANA
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	AMADEU ALAKRA NETO(OAB: 6463/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc...

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto pelo(a) reclamante, verifico que o recurso está tempestivo

e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo.

Desta forma, recebo e determino o processamento do referido recurso.

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, encaminhe-se o processo ao E. TRT da 11ª Região para apreciação do recurso.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001316-66.2018.5.11.0008

AUTOR	LUIZ AMERICO BARBOSA DE FREITAS
ADVOGADO	ROMMEL JUNIOR QUEIROZ RODRIGUES(OAB: 8279/AM)
RÉU	MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL S.A.
ADVOGADO	VANDRE CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES(OAB: 25825/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ AMERICO BARBOSA DE FREITAS
- MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO - PJe

Defiro o pedido exposto em petição **Id.82a5ed7,** com a exclusão dos pedidos de Horas Extras e seus reflexos.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000822-70.2019.5.11.0008

AUTOR	LEYDIANE DA SILVA DE CARVALHO
ADVOGADO	THANA ESASHIKA BEZERRA(OAB: 12606/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME - ME
- LEYDIANE DA SILVA DE CARVALHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

I - R E L A T Ó R I O.

LEYDIANE DA SILVA DE CARVALHO ajuizou reclamatória trabalhista contra C C BATISTA ME - ME e ESTADO DO AMAZONAS, postulando a rescisão indireta do contrato de trabalho com o pagamento das respectivas verbas, salários retidos, depósitos de FGTS, multa fundiária e seguro-desemprego, além da gratuidade de justiça e de honorários advocatícios.

O ESTADO DO AMAZONAS apresentou contestação (ID 57bdef4), na qual levantou preliminares de recebimento da defesa, limites de atuação do preposto, dispensa da audiência inaugural e falta de pressuposto processual. No mérito, pugnou pela impossibilidade de responsabilização do ente público.

A reclamada C C BATISTA ME - ME apresentou contestação (ID d4b620e), na qual suscitou preliminar de inépcia da inicial. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

Dispensados os depoimentos das partes (ID 104b64a).

Alegações finais remissivas pelas partes.

Recusadas as propostas conciliatórias oportunamente formuladas.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminares de mérito

Protocolo da defesa. Limites da atuação do preposto. Dispensa do ESTADO DO AMAZONAS da audiência inaugural.

Prejudicada a análise da preliminar, diante do comparecimento do preposto do ESTADO DO AMAZONAS à audiência inaugural e do recebimento da defesa juntada aos autos.

Ausência de pressupostos processuais. Incapacidade processual do Governo do Estado do Amazonas.

O ESTADO DO AMAZONAS entende que o processo deve ser extinto sem resolução do mérito, sob o argumento de que o Governo do Estado do Amazonas trata-se de órgão público, sem personalidade jurídica própria e, por consequência, sem capacidade para atuar em juízo por contra própria.

No entanto, verifica-se que a autuação do processo deu-se em face do ESTADO DO AMAZONAS, pessoa jurídica de direito público interna, titular do CNPJ 04.312.369/0001-90. Portanto, presente o referido pressuposto processual.

Rejeito.

Inépcia da inicial.

Em relação ao pedido de férias em dobro, a reclamante relatou na exordial que *"a empresa concedeu feria* (sic) *para a reclamante no mês de novembro de 2019, porém, só foi receber o pagamento das férias no mês de fevereiro do ano de 2019 sem o pagamento dobrado".* Em seguida, aduziu que ""*diante do exposto, que seja reconhecida a Rescisão Indireta do contrato de trabalho, com o pagamento ao Obreiro das seguintes Verbas Rescisórias: AVISO PRÉVIO (36 dias), FÉRIAS PROPORCIONAIS + PROJEÇÃO DO AVISO PRÉVIO 2019 /2020 C,* ***FÉRIAS 2018 /2019 DOBRADAS (12/12) + ADICIONAL DE 1/3****, 13º SALÁRIO PROPORCIONAL 2019 + PROJEÇÃO DO AVISO PRÉVIO (7/12), FGTS LABORADO (8%+40%), FGTS RESCISÃO (8%+40%), SALÁRIOS ATRASADOS DO ANO DE 2018 (OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO - E NO ANO DE 2019 (MAIO E JUNHO)".* Por fim, a demandante incluiu no rol de pedidos o pagamento de férias vencidas em dobro de 2018/2020.

Acolho, portanto, a preliminar de inépcia do pedido relativo às férias de 2018/2020, visto que da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão, nos termos do art. 330, §1º, III, do CPC c/c art.. 485, I, CPC, aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho pelo art. 769, da CLT.

Mérito

Rescisão indireta

Pretende a reclamante o reconhecimento da rescisão indireta, com fundamento em irregularidade de depósitos do FGTS, atrasos salariais e pagamento de férias em período incorreto.

Em contrapartida, a C C BATISTA ME - ME nega as irregularidades apontadas, enquanto o ESTADO DO AMAZONAS entende não ser possível a sua responsabilização pelas verbas pleiteadas.

Analiso.

A rescisão indireta do contrato de trabalho constitui a justa causa do empregador, nos termos do art. 483 da CLT, e, para tanto, requer provas consubstanciais do ato faltoso de iniciativa patronal.

No caso em apreço, o ônus probatório quanto ao cumprimento das obrigações repousa sobre o empregador, por constituir fato extintivo do direito do autor, nos termos do art. 818, II, da CLT c/c art. 373, II, do CPC. Não obstante, a empresa contestou genericamente os pleitos da exordial, sem apresentar documentos que comprovassem o adimplemento das obrigações elencadas como não cumpridas pela reclamante, como recibos ou comprovantes de depósitos bancários. Destaque-se que os contracheques anexados aos autos não são meios válidos de prova, visto que não contêm a assinatura da reclamante, não preenchendo, portanto, o requisito de validade do art. 464, *caput*, da CLT. Assim, reputo configuradas as irregularidades indicadas pelo reclamante.

Deve ser reconhecida, portanto, a rescisão indireta. A conduta do empregador encaixa-se no artigo 483, alínea "d", da CLT, uma vez que este não cumpriu as obrigações do contrato, sendo motivo suficiente para romper o pacto na forma pretendida.

Quanto à cessação da prestação de serviços, a reclamante apontou que o último dia trabalhado foi 11/07/2019. Ante a falta de impugnação específica pela reclamada, fixo tal data como termo final do contrato de trabalho.

Como consequência, observando os limites do pedido (arts. 141 e 492, ambos do CPC), **defiro os consectários inerentes à rescisão indireta**, a saber:

a) aviso prévio indenizado de 36 dias (R$ 1.584,00);

b) saldo de salário de 11 dias de julho de 2019 (R$ 468,39);

c) décimo terceiro salário proporcional de 2019 (7/12 - R$ 770,00);

d) férias proporcionais de 2019/2020 (7/12 + 1/3 - R$ 1.026,67);

e) salários retidos de outubro e dezembro de 2018 (R$ 2.640,00);

f) salários retidos de maio e junho de 2019 (R$ 2.640,00).

Procedentes, ainda, em razão da rescisão indireta, as seguintes obrigações de fazer, a cargo da reclamada C C BATISTA ME - ME: a) a entrega do TRCT no cód. RI2 e chave de conectividade para saque do FGTS, com a comprovação dos recolhimentos relativos a todo o período trabalhado e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de expedição de execução das parcelas fundiárias inadimplidas; b) entrega das guias do seguro-desemprego, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de pagamento de indenização-substitutiva, conforme tabela do CODEFAT; c) baixa na CTPS, com saída em 16/08/2019 (OJ Nº 82 da SDI-1/TST).

Uma vez recebidas pela autora as guias do seguro-desemprego, ela deverá requerer o benefício junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação de cópia desta decisão, acompanhada da certidão de trânsito em julgado (art. 4º, IV, Resolução CODEFAT 467/2005).

Deverá a reclamante, após o trânsito em julgado da decisão, ser notificada para proceder ao depósito de sua CTPS na Secretaria da Vara. Após o depósito, notifique-se a reclamada C C BATISTA ME - ME para cumprimento da decisão (baixa na CTPS), no prazo de cinco dias, sob pena da incidência de uma multa diária de R$50,00, até o limite de 30 dias. Caso a determinação não seja cumprida no prazo assinalado, o registro será feito pela Secretaria da Vara, de forma que não se evidencie que se trata do cumprimento de uma decisão judicial.

As parcelas deferidas foram calculadas com base na remuneração de R$ 1.320,00, indicada na inicial e não impugnada especificamente.

Regime de responsabilidade

Na hipótese dos autos, restou incontroverso que a reclamada C C BATISTA ME - ME firmou contrato de terceirização de serviços do ESTADO DO AMAZONAS. A situação encontra-se, portanto, dentro do permissivo de terceirização, de modo o ESTADO DO AMAZONAS foi tomador dos serviços do autor.

A Lei 13.467/2017, ao implementar profunda reforma no âmbito das relações trabalhistas, acrescentou o art. 4ª-A à Lei 6.019/1974, disposto nos seguintes termos:

Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

§ 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.

§ 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.

Diante do novo contexto normativo, a terceirização passa a ser admitida de forma ampla, de modo a abranger quaisquer atividades da empresa contratante, inclusive sua atividade principal, restando superada a distinção entre atividades-fim e atividades-meio, estabelecida na Súmula 331, item III, do TST. Nessa linha de intelecção, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar conjuntamente o RE 958.252/MG e a ADPF 324, firmou a seguinte tese de repercussão geral em 30/08/2018:

É licita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Em prosseguimento, cumpre salientar que, embora ampliado o campo de atuação lícita das atividades terceirizadas, a Lei 13.467/2017 foi clara ao preservar o entendimento jurisprudencial de responsabilidade subsidiária das empresas contratantes pelas obrigações trabalhistas das empresas contratadas, conforme previsão explícita do art. 5º-A, § 5º, também acrescentado à Lei 6.019/1974 e redigido nos seguintes moldes:

§ 5º. A empresa contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços, e o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Neste ponto, torna-se relevante mencionar que, por ocasião do julgamento do RE 760.931/DF, o Supremo Tribunal Federal confirmou o entendimento já consolidado pelo TST, no sentido de que, no âmbito das terceirizações praticadas pela Administração Pública, a transferência da responsabilidade não ocorre de forma automática, ficando estabelecida a seguinte tese de repercussão geral:

O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Em harmonia com a citada diretriz, o Tribunal Superior do Trabalho, por intermédio de sua 1ª Turma, vem consolidando o entendimento de que somente a comprovação da efetiva fiscalização do contrato de trabalho possui a aptidão de afastar a responsabilidade subsidiária, consoante teor de recente acórdão:

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. A despeito das razões expostas pela parte agravante, merece ser mantida a decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista. No tocante à atribuição de responsabilidade subsidiária ao ente público pelos valores devidos à Reclamante pela prestadora de serviços, adoto o posicionamento da atual composição desta Primeira Turma, no sentido de que, ***não havendo comprovação da efetiva fiscalização do contrato de trabalho pelo ente público, prevalece a condenação subsidiária*** *reconhecida pelo Regional, estando a decisão de acordo com o* ***entendimento da Súmula n.º 331, V, do TST, inexistindo violação do artigo 71, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993****. Ressalva do entendimento do Relator. Recurso de Revista não conhecido. (RR - 878-34.2014.5.15.0084 , Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, Data de Julgamento: 12/12/2018, 1ª Turma, Data de Publicação:* ***DEJT 14/12/2018****) (grifos à parte)*

Comprovado vínculo decorrente do contrato de terceirização entre os reclamados com o ente público, a consequência lógica é que o ESTADO DO AMAZONAS também é responsável pelo passivo trabalhista oriundo dessa prestação de serviços, já que lhe incumbia a devida fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato - obrigação que, no caso em tela, não foi cumprida.

Logo, em decorrência da negligência na fiscalização do adimplemento dos direitos trabalhistas da parte autora e da contratação de empresa inidônea financeiramente, o ESTADO DO AMAZONAS deve responder pelas quantias objeto de condenação. Incidentes as disposições contidas na Súmula 331 do C.TST, **declaro a responsabilidade subsidiária do ESTADO DO AMAZONAS.**

Retenção dos honorários advocatícios contratuais

O patrono da reclamante possui procuração com poderes especiais para receber valores, motivo pelo qual o pedido de retenção de honorários afigura-se desnecessário, já que a previsão contida no §4º do art. 22 da Lei 8.906/94 é aplicável, por questão de lógica jurídica, apenas às situações em que o advogado não possui tais poderes. Indefiro.

Benefício da Justiça Gratuita.

Tendo sido preenchidos os requisitos delineados no artigo 790, §3°, da CLT, conforme norma vigente na data de ajuizamento da ação, defiro à autora o benefício da justiça gratuita.

Honorários Advocatícios sucumbenciais.

Devidos honorários de sucumbência, como prevê o art. 791-A, *caput*, da CLT, em favor do advogado da reclamante, no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor resultante da liquidação da sentença.

Os percentuais foram fixados levando-se em conta os critérios previstos no §2° do art. 791-A da CLT.

Em relação ao pedido de férias vencidas em dobro de 2018/2020, entendo não haver sucumbência, haja vista não ter havido análise do pedido no mérito da sentença.

Encargos Previdenciários e Fiscais.

Em atendimento ao disposto no §3° do art. 832 da CLT, declaro que haverá incidência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas que integram o salário-contribuição, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT e art. 28 da Lei 8.212/91, salvo sobre aviso prévio, férias + 1/3 e FGTS + 40%.

Os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado deverão ser efetuados pela parte demandada, com indicação do PIS ou NIT da autora, mas autorizada dedução dos valores cabíveis à parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento. O critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto n º 3.048/1999, que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição.

O imposto de renda incidirá sobre as parcelas de cunho salarial, acrescidas de correção monetária e deduzidos os juros de mora, que têm caráter indenizatório (OJ 400 da SDI-1). Será calculado mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 7.713, 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010 (item II da Súmula 368 do TST).

Juros e Correção Monetária.

Juros de Mora de 1% ao mês, desde o ajuizamento da ação, nos termos do artigo 883 da CLT e súmula 200 do TST. Correção Monetária desde o vencimento da obrigação, pela TR, conforme art. 879, §7º da CLT e recomendação do CSJT, nos termos do artigo 459 da CLT c/c o artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91 e Súmula 381 do C. TST, exceto para os incidentes na eventual condenação em indenização por danos morais, que deve observar a Súmula 439 do C. TST.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, decido, nos autos do processo proposto pela reclamante LEYDIANE DA SILVA DE CARVALHO contra os reclamados C C BATISTA ME - ME e ESTADO DO AMAZONAS**, ACOLHER A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, EXTINGUINDO O PEDIDO DE FÉRIAS EM DOBRO DE 2018/2020 (art. 330, §1º, III, do CPC c/c art.. 485, I, CPC, aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho pelo art. 769, da CLT)**; **REJEITAR AS DEMAIS PRELIMINARES SUSCITADAS,** para, no mérito,julgar os pedidos da exordial **PROCEDENTES,** a fim de condenar a reclamada C C BATISTA ME - ME e, subsidiariamente, o ESTADO DO AMAZONAS a pagar à reclamante as seguintes verbas, **nos limites do pedido (arts. 141 e 492, ambos do CPC):**

a) aviso prévio indenizado de 36 dias (R$ 1.584,00);

b) saldo de salário de 11 dias de julho de 2019 (R$ 468,39);

c) décimo terceiro salário proporcional de 2019 (7/12 - R$ 770,00);

d) férias proporcionais de 2019/2020 (7/12 + 1/3 - R$ 1.026,67);

e) salários retidos de outubro e dezembro de 2018 (R$ 2.640,00);

f) salários retidos de maio e junho de 2019 (R$ 2.640,00).

Procedentes, ainda, em razão da rescisão indireta, as seguintes obrigações de fazer, a cargo da reclamada C C BATISTA ME - ME: a) a entrega do TRCT no cód. RI2 e chave de conectividade para saque do FGTS, com a comprovação dos recolhimentos relativos a todo o período trabalhado e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de expedição de execução das parcelas fundiárias inadimplidas; b) entrega das guias do seguro-desemprego, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de pagamento de indenização-substitutiva, conforme tabela do CODEFAT; c) baixa na CTPS, com saída em 16/08/2019 (OJ Nº 82 da SDI-1/TST).

Uma vez recebidas pela autora as guias do seguro-desemprego, ela deverá requerer o benefício junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação de cópia desta decisão, acompanhada da certidão de trânsito em julgado (art. 4º, IV, Resolução CODEFAT 467/2005).

Deverá a reclamante, após o trânsito em julgado da decisão, ser notificada para proceder ao depósito de sua CTPS na Secretaria da Vara. Após o depósito, notifique-se a reclamada C C BATISTA ME - ME para cumprimento da decisão (baixa na CTPS), no prazo de cinco dias, sob pena da incidência de uma multa diária de R$50,00,

até o limite de 30 dias. Caso a determinação não seja cumprida no prazo assinalado, o registro será feito pela Secretaria da Vara, de forma que não se evidencie que se trata do cumprimento de uma decisão judicial.

Devidos honorários de sucumbência, como prevê o art. 791-A, *caput*, da CLT, em favor do advogado da reclamante, no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor resultante da liquidação da sentença.

Os percentuais foram fixados levando-se em conta os critérios previstos no §2° do art. 791-A da CLT.

Em relação ao pedido de férias vencidas em dobro de 2018/2020, entendo não haver sucumbência, haja vista não ter havido análise do pedido no mérito da sentença.

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora.

Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, nos termos da fundamentação.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Custas pela reclamada C C BATISTA ME - ME, na razão de R$ 200,84, calculadas sobre o valor da condenação, arbitrada em R$ 10.041,97, incluídos os honorários advocatícios.

Notifiquem-se as partes, sendo o reclamante e a reclamada C C BATISTA ME - ME por intermédio dos patronos constituídos nos autos e o ESTADO DO AMAZONAS na pessoa do órgão encarregado da sua representação judicial.

Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000128-04.2019.5.11.0008

AUTOR	BRUNA BARBOSA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO	KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO(OAB: 3889/AM)
RÉU	ORIENT RELOGIOS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARIA ROSA ALEIXO JACKMONTH(OAB: 4228/AM)
ADVOGADO	JOAO BOSCO JACKMONTH DA COSTA(OAB: 436/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA BARBOSA DE FIGUEIREDO
- ORIENT RELOGIOS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

I - R E L A T Ó R I O.

BRUNA BARBOSA DE FIGUEIREDO, já qualificada nos autos, ajuizou Reclamatória Trabalhista contra ORIENT RELOGIOS DA AMAZONIA LTDA, postulando o pagamento de danos morais e materiais por doença ocupacional, além do benefício da justiça gratuita, honorários advocatícios.

A reclamada apresentou contestação (ID 77cc768), na qual levantou preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos da inicial.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

Produzida prova pericial, acompanhada de laudo complementar.

Depoimentos das partes, cujos termos passam a ser parte integrante deste relatório para todos os efeito (ID e483b53). Alegações finais escritas pelas partes.

Não surtiram efeitos as propostas conciliatórias formuladas oportunamente.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminares de mérito

Ilegitimidade passiva.

A legitimidade da parte deve ser aferida de forma abstrata, de modo que a responsabilidade da reclamada é verificada quando da análise do mérito. Tal entendimento decorre da adoção da teoria da asserção pelo direito processual trabalhista brasileiro, segundo a qual a análise das condições da ação decorre simplesmente da indicação pelo autor daquela que acreditar ser devedora da relação jurídica de direito material, não se confundindo esta com a relação jurídica processual. Sendo assim, réu é aquele em face de quem o autor formula sua pretensão, independentemente da relação jurídica material invocada.

Rejeito a preliminar.

Comunicações judiciais

Antes da análise do mérito propriamente dito, determina-se a observância, pela Secretaria da Vara, que todas as comunicações judiciais (citações, intimações e notificações) devem ser efetivadas em nome do(s) advogado(s) eventualmente indicado(s) na inicial, contestação ou em petição específica e, se postais, no endereço porventura declinado, de modo a evitar futuras arguições de nulidade processual, conforme Súmula 427 do C. TST.

Mérito

Doença ocupacional

Cuida-se de pedidos de indenização por danos morais e materiais em decorrência de alegada doença ocupacional.

O dano moral encontra campo propício e fértil por excelência no

Direito do Trabalho, porque este confere especial dimensão à tutela da personalidade do trabalhador empregado, em virtude do caráter pessoal, subordinado e duradouro da prestação de trabalho.

A finalidade histórica e o escopo primordial do Direito do Trabalho é sem dúvidas, oferecer proteção aos valores essenciais da pessoa do trabalhador.

Os motivos inspiradores das tutelas de proteção à dignidade moral da pessoa do empregado decorrem da consciência da característica de subordinação do empregado.

O princípio da tutela da dignidade dos empregados permanece, ainda hoje, um aspecto ineliminável do ordenamento jurídico-trabalhista.

O contrato de trabalho traz necessariamente (implícita ou explicitamente) o direito e a obrigação de respeito aos direitos personalíssimos (direitos morais). Tanto é que a ofensa a tais direitos autoriza a rescisão contratual pelo empregado e pelo empregador.

O direito do trabalho moderno não foge à tendência moderna de cobrir os direitos e obrigações dos novos fenômenos e das novas classes de necessidades, principalmente, para proteger direitos não patrimoniais.

Assim, podemos conceituar "dano moral trabalhista" o agravo ou constrangimento moral infringido quer ao empregado, quer ao empregador, mediante violação a direitos ínsitos à personalidade "como consequência da relação de emprego".

Por sua vez, os danos materiais decorrentes de acidente do trabalho ou doença profissional abrangem, segundo o disposto no art. 950 do Código Civil, as despesas com o tratamento e os lucros cessantes, além da pensão correspondente à importância do trabalho para o qual houve a inabilitação, total ou parcial, a partir do fim da convalescença.

Constatada a incapacidade para o trabalho, exsurge a obrigação de pagar pensão correspondente, no que for possível, à importância do trabalho para o qual teve reduzida a capacidade, ou ficara inabilitada a vítima. Trata-se de uma forma de indenização que tem como fundamento ato ilícito praticado pelo empregador e como finalidade o ressarcimento pela incapacidade laborativa do empregado, e não a reposição salarial.

Importa frisar que a concessão de indenização por dano moral e material, na seara trabalhista, tem por pressuposto a comprovação de três elementos básicos:

a) o comportamento doloso ou culposo do empregador;

b) o efetivo prejuízo do empregado;

c) o nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva e a lesão.

A reclamante alega que trabalhou em favor da reclamada de 05/08/2014 a 06/02/2018, para laborar no cargo de auxiliar geral industrial, atuando, posteriormente, como montadora I. Aduz que, após um ano de trabalho, passou a sentir dores no ombro esquerdo e na coluna, consequências das seguintes patologias: diminuição da altura do espaço discal em L5 - S1 e sacralização de L, com mega apófises transversas de L5, que se articulam ao sacro; tendinopatia do supraespinhal.

Em contrapartida, a reclamada contesta os pleitos, alegando a inexistência dos elementos que caracterizam a responsabilidade civil.

Para dirimir a controvérsia e determinar a existência ou não de nexo causal/concausal entre as moléstias alegadas e as atividades laborais na reclamada, o Juízo determinou a realização de perícia técnica.

O laudo pericial apontou a inexistência de nexo causal ou concausal, nos seguintes termos (ID 5f47f48):

"(...)

Considerando o histórico laboral do Reclamante, o tempo de exposição aos riscos ocupacionais na Reclamada, a natureza e a intensidade desses riscos, o tempo de latência (tempo entre o início da exposição e o início dos sintomas), a história patológica e ocupacional pregressa, a história social, ***sua predisposição heredoconstitucional em desenvolver lesões osteoarticulares em coluna lombossacra (sacralização de L5, com mega-hipófises transversas de L5 que se articulam ao sacro e diminuição do espaço discal em L5-S1)****, os achados encontrados nos exames subsidiários e, principalmente, no exame físico, concluo (negritei e grifei):*

Pela inexistência de ***NEXO CAUSAL e/ou CONCAUSAL*** *entre as* ***lesões em coluna lombossacra (sacralização de L5, com mega-hipófises transversas de L5 que se articulam ao sacro e diminuição do espaço discal em L5-S1)****, com as atividades laborais desempenhadas pela obreira na Reclamada.*

A incapacidade laboral é parcial, temporária e tem tratamento de controle na rede do Sistema Único de Saúde - SUS.

A incapacidade não é omniprofissional, posto que a obreira não apresenta qualquer déficit de cognição *(negritei e grifei).****"***

Pelo que se depreende das conclusões do *expert*, as moléstias que acometeram a autora decorrem de fatores extralaborais, sendo oportuno frisar, também, que as atividades na reclamada sequer agravaram as ditas patologias, o que afasta, inclusive, qualquer relação de concausalidade.

Cabe destacar, ainda, que o laudo elaborado pelo perito judicial foi suficiente para firmar o convencimento deste Juízo, pois a perita examinou a vida pregressa profissional e pessoal da autora e as suas funções na reclamada, realizando exames físicos na pessoa

da obreira.

Assim, acolhendo a conclusão do laudo realizado pelo perito indicado pelo Juízo, reconheço que as doenças que acometem a reclamante não foram desencadeadas, tampouco agravadas, pela atividade profissional desenvolvida na empresa reclamada, não havendo que se falar, portanto, em nexo causal ou concausal.

Tendo sido demonstrada a ausência de um requisito essencial à responsabilização da reclamada (nexo de causalidade/concausalidade), outro caminho não há senão julgar **improcedentes** os pedidos indenizatórios de danos morais e materiais.

Diante da sucumbência do reclamante no objeto da perícia e da inexistência de créditos obtidos em Juízo capazes de suportar a despesa referida, os honorários serão arcados pelo "Programa de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" custeado pelo E. TRT da 11ª Região.

Gratuidade de justiça

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT.

Honorários advocatícios sucumbenciais

Devidos honorários de sucumbência aos patronos da reclamada, como prevê o art. 791-A da CLT, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Ante a concessão da justiça gratuita, fica suspensa a exigibilidade da condenação, podendo ser executada quando demonstrado pelo credor, no prazo de dois anos após o trânsito em julgado, que deixou de existir a condição de hipossuficiência de recursos do autor, consoante §4º do art. 791-A da CLT.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos,decido, nos autos do processo proposto por BRUNA BARBOSA DE FIGUEIREDO contra ORIENT RELOGIOS DA AMAZONIA LTDA, **REJEITAR A PRELIMINAR DE MÉRITO SUSCITADA**, para, no mérito, JULGAR **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na exordial.

Deferida justiça gratuita à parte autora (art. 790, §3º, CLT).

Devidos honorários de sucumbência à patrona da reclamada, como prevê o art. 791-A da CLT, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Ante a concessão da justiça gratuita, fica suspensa a exigibilidade da condenação, podendo ser executada quando demonstrado pelo credor, no prazo de dois anos após o trânsito em julgado, que deixou de existir a condição de hipossuficiência de recursos do autor, consoante §4º do art. 791-A da CLT.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Custas pela reclamante, no importe de R$ 6.182,77, calculadas sobre o valor dado à causa, de cujo recolhimento encontra-se isenta, ante a concessão da gratuidade de justiça.

À Secretaria da Vara para que observe que todas as comunicações judiciais (citações, intimações e notificações) devem ser efetivadas em nome do(s) advogado(s) eventualmente indicado(s) na inicial, contestação ou em petição específica e, se postais, no endereço porventura declinado, de modo a evitar futuras arguições de nulidade processual, conforme Súmula 427 do C. TST.

Expeça-se ofício para pagamento dos honorários nos termos do "Programa de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" custeado pelo E. TRT da 11ª Região.

Cientes as partes.

Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001063-44.2019.5.11.0008

AUTOR	LIGIANE BARAO DA SILVA
ADVOGADO	LEONARDO PEREIRA DE MELLO(OAB: 898/AM)
ADVOGADO	DANIEL SANTOS DE MORAES(OAB: 10991/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LIGIANE BARAO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EXTINÇÃO

Ao criar o procedimento sumaríssimo, a Lei nº 9.957/00 estabeleceu pressupostos específicos, dentre os quais a exigência de indicação certa do endereço da parte adversa, bem como a impossibilidade de citação por edital, que devem ser observados no curso processual (inciso II, do artigo 852-B da CLT). No caso dos autos, a citação restou infrutífera (conforme certidão de devolução de mandado de Id.3cae071) em que o oficial de justiça não localizou a reclamada, não obstante as diligências realizadas.

Como no procedimento sumaríssimo, não há possibilidade de emenda à inicial, bem como citação por edital, outro caminho não há se não o arquivamento do feito, consoante termos do § 1º, do

artigo 852-B da CLT.

Diante do exposto, determino o **ARQUIVAMENTO** dos presentes autos, nos termos do art. 852-B, §1º, da CLT. Custas pelo(a) reclamante, calculadas sobre o valor da causa, no importe de R$364,77, cujo recolhimento fica **ISENTO(A)**, em face da lei. Notifique-se o reclamante.

Retire-se o processo da pauta de audiência.

Após, arquive-se o processo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000155-72.2019.5.11.0012

AUTOR	JOEL FRANCISCO TOMASSO CARNEIRO
ADVOGADO	VANESSA JANINE RODRIGUES DA COSTA(OAB: 6645/AM)
RÉU	NTM COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL FRANCISCO TOMASSO CARNEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO - PJe

Certifico que o prazo para recorrer da sentença expirou em 28/08/2019 para o reclamante e em 20/09/2019 para a reclamada.

ANGÉLICA WANDERMUREM BOMFIM RAMOS

Diretora de Secretaria

DESPACHO - PJe

Após a Reforma Trabalhista de 2017, a execução deverá ser promovida por iniciativa das partes, nos termos do Art. 878 da CLT, permitida a execução de ofício apenas quando as partes não estiverem representadas por advogado.

Desse modo, deve o Poder Judiciário manter-se inerte até a simples manifestação da parte.

Diante da certidão de trânsito em julgado constante nos presentes autos, determino o sobrestamento da ação até ulterior deliberação.

Fica a parte ciente do início da contagem do prazo constante no Art. 11-A da CLT, a contar da ciência do presente despacho, nos termos do parágrafo primeiro do referido artigo, inclusive quanto ao interesse na despersonalização jurídica.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000597-71.2019.5.11.0001

AUTOR	ELEM CRISTINA SAHDO DE BRITO
ADVOGADO	JUSSELIA GUIMARAES FERREIRA DA SILVA(OAB: 11402/AM)
RÉU	FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
ADVOGADO	HUMBERTO ROSSETTI PORTELA(OAB: 91263/MG)
RÉU	GIBSON INNOVATIONS DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEM CRISTINA SAHDO DE BRITO
- FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
- GIBSON INNOVATIONS DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Vistos etc.

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela, *inaudita altera pars*, formulado por ELEM CRISTINA SAHDO DE BRITO, nos autos da presente reclamatória que move contra FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA e GIBSON INNOVATIONS DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA**,** objetivando o restabelecimento do plano de saúde custeado pela empresa.

A autora sustenta que as condições de trabalho ocasionaram as doenças profissionais indicadas na inicial e, por esse motivo, teria sido demitida indevidamente, fazendo jus à manutenção do benefício.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De acordo com o art. 300 do CPC/2015 cabe a tutela de urgência "*quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".*

A expressão probabilidade do direito não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado

é provisório, dado em cognição superficial.

Contudo, não basta a prova da probabilidade do direito, isso porque é preciso que a demora do processo possa trazer dano ou o risco ao seu resultado útil.

Portanto, não basta um temor subjetivo da parte. Necessário que estejam presentes, na hipótese, elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará se a tutela não for concedida.

No caso concreto, os laudos médicos (fls. 38/59) confirmam a existência das patologias constantes na inicial, todavia entendo que, nesse momento, não há como aferir o nexo causal entre as moléstias e o trabalho executado. A manutenção do plano de saúde somente seria cabível se demonstrada a natureza ocupacional das doenças alegadas no final do contrato (art. 118 da Lei nº 8.213/91 e súmula 378, do TST).

Entendo que a matéria em questão demanda extensa dilação probatória, especialmente no que concerne à análise do nexo de causalidade entre as enfermidades relatadas e as atividades desempenhadas pela obreira durante o labor na reclamada para fins de eventual caracterização das mencionadas como doenças de caráter ocupacional.

Logo, a princípio, a dispensa sem justa causa, ocorrida em 15/08/2017, deu-se dentro dos ditames da legalidade, não havendo hipótese fática, nesta fase processual, a fim de ensejar o restabelecimento do plano de saúde do obreiro.

Dessa forma, não tendo sido atendidos os requisitos legais, **indefiro** o pedido de tutela antecipada.

Dê-se ciência às partes do inteiro teor desta decisão.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000301-96.2017.5.11.0008

AUTOR	PEDRO TELES ALCANTARA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
ADVOGADO	ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR(OAB: 2174/AM)
RÉU	INDUSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	IGOR ALMEIDA REBELO(OAB: 7529/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL(OAB: 3725/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDUSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZONIA LTDA
- PEDRO TELES ALCANTARA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

I M P U G N A Ç Ã O A O S C Á L C U L O S

PROCESSO N.º 0000301-96.2017.5.11.0008

EXEQUENTE: PEDRO TELES ALCÂNTARA

EXECUTADA: INDÚSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZÔNIA LTDA

DATA: 27/09/2019

I - R E L A T Ó R I O

INDÚSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZÔNIA LTDA, executada, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, apresentou Impugnação aos Cálculos *(ID. 41df855)*, por meio da qual argumenta ter sido incluída na planilha de cálculos apresentada pelo exequente verba excluída da condenação em sede de recurso ordinário.

Manifestação pelo exequente no *ID. 873c598*, pugnando pela manutenção dos cálculos apresentados, vistos que em consonância tanto com a sentença de 1º quanto com o acórdão

É o relatório.

II - F U N D A M E N T A Ç Ã O

Atendidos os requisitos legais, conheço da Impugnação aos Cálculos apresentada nos presentes autos.

Em resumo, aduz a impugnante que o acórdão de *ID. 10a3348* exclui a condenação relativa ao pagamento de comissão por fora, tendo o exequente incluído tais valores nos cálculos de liquidação.

Sem razão.

Analisando detidamente a planilha de cálculo apresentada pelo exequente, constato que foi elaborada em consonância com o título executivo judicial de ID. 3c1feee, sobretudo no que tange os valores líquidos discriminados na sentença.

Ademais, não vislumbro a ocorrência de liquidação do pleito relativo ao pagamento de comissão por fora, nem de reflexos, motivo pelo qual julgo improcedente a impugnação apresentada pela executada no sentido de **homologar os cálculos de ID. 3e06e01**, apresentados pelo exequente, a fim de que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

III - C O N C L U S Ã O

Pelo exposto, **conheço** da Impugnação aos Cálculos oposta por **INDÚSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZÔNIA LTDA** nos autos do processo em epígrafe, julgando-a **IMPROCEDENTE**, no sentido de **homologar os cálculos de *ID. 3e06e01*** apresentados pelo exequente, a fim de que surtam seus efeitos legais e jurídicos. Tudo

nos termos da fundamentação. **Notifiquem-se as partes.** Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001166-56.2016.5.11.0008

AUTOR	AMARILDO LIMA DE SOUZA
ADVOGADO	KASSIA CRISTINA PEREIRA TORRES(OAB: 10577/AM)
RÉU	SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	EDUARDO PEREIRA TOMITAO(OAB: 166854/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMARILDO LIMA DE SOUZA
- SCORPIOS DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJe

I - Notifique-se a reclamada, através de seu advogado com base no art. 523 do CPC/2015 - ou por mandado, se não houver advogado constituído para, no prazo de 8 dias, apresentar impugnação fundamentada, acompanhada de planilha, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, §2º da CLT;

II - No caso de inércia da reclamada, após escoado o prazo de 8 dias, fica homologado o cálculo ora apresentado pelo autor (id.52a38fe) e ciente a reclamada de que, no prazo de 48h, deverá pagar ou garantir da execução no valor total do débito, nos termos do art. 880 da CLT ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC/2015, consoante determina o art. 882 da CLT, sob pena de penhora através de BACENJUD inscrição no BNDT.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000101-55.2018.5.11.0008

AUTOR	LOURENA GOMES PAZ
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
RÉU	COPAG DA AMAZONIA S A
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPAG DA AMAZONIA S A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000101-55.2018.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: LOURENA GOMES PAZ

RÉU: COPAG DA AMAZONIA S A

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista a concordância da reclamada (Id. 8aa9889) com os cálculos da reclamante de Id. 2dd95a2:

Expeçam-se os alvarás, recolhendo-se os encargos, porém sem juros e correção o relativo ao depósito recursal (R$ 9.513,16).

Intime-se a reclamada para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar conta ou funcionário para levantar acréscimos legais do depósito recursal.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000186-41.2018.5.11.0008

AUTOR	NEIVALDO ROSAS VIEIRA
ADVOGADO	FERNANDO COSTA ALVES(OAB: 10859/AM)

RÉU	TRANSALE TRANSPORTADORA ALE LTDA
ADVOGADO	SILVYANE PARENTE DE ARAUJO CASTRO(OAB: 7237/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TRANSALE TRANSPORTADORA ALE LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJe

I - Notifique-se a reclamada, através de seu advogado com base no art. 523 do CPC/2015 - ou por mandado, se não houver advogado constituído para, no prazo de 8 dias, apresentar impugnação fundamentada, acompanhada de planilha, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, §2º da CLT;

II - No caso de inércia da reclamada, após escoado o prazo de 8 dias, fica homologado o cálculo ora apresentado pelo autor (ID.78d005f) e ciente a reclamada de que, no prazo de 48h, deverá pagar ou garantir da execução no valor total do débito, nos termos do art. 880 da CLT ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC/2015, consoante determina o art. 882 da CLT, sob pena de penhora através de BACENJUD inscrição no BNDT.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000521-60.2018.5.11.0008

AUTOR	RUBINEI MARTINS DOS SANTOS
ADVOGADO	JOSE ESTEVAO XAVIER(OAB: 8824/AM)
ADVOGADO	STELISY SILVA DA ROCHA(OAB: 7989/AM)
RÉU	METALURGICA SATO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	PAULO SERGIO DE MENEZES(OAB: 187/AM)
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- METALURGICA SATO DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJe

I - Notifique-se a reclamada, através de seu advogado com base no art. 523 do CPC/2015 - ou por mandado, se não houver advogado constituído para, no prazo de 8 dias, apresentar impugnação fundamentada, acompanhada de planilha, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, §2º da CLT;

II - No caso de inércia da reclamada, após escoado o prazo de 8 dias, fica homologado o cálculo ora apresentado pelo autor (ID.e7cc67a) e ciente a reclamada de que, no prazo de 48h, deverá pagar ou garantir da execução no valor total do débito, nos termos do art. 880 da CLT ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC/2015, consoante determina o art. 882 da CLT, sob pena de penhora através de BACENJUD inscrição no BNDT.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001809-14.2016.5.11.0008

AUTOR	CELIO CARDOSO GOMES
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	JOAO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA(OAB: 8657/AM)
ADVOGADO	INGRID FERNANDES GRANJA(OAB: 7919/AM)
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJe

I - Notifique-se a reclamada, através de seu advogado com base no art. 523 do CPC/2015 - ou por mandado, se não houver advogado

constituído para, no prazo de 8 dias, apresentar impugnação fundamentada, acompanhada de planilha, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, §2º da CLT;

II - No caso de inércia da reclamada, após escoado o prazo de 8 dias, fica homologado o cálculo ora apresentado pelo autor (id.bd49278) e ciente a reclamada de que, no prazo de 48h, deverá pagar ou garantir da execução no valor total do débito, nos termos do art. 880 da CLT ou nomear bens à penhora, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC/2015, consoante determina o art. 882 da CLT, sob pena de penhora através de BACENJUD inscrição no BNDT.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001322-73.2018.5.11.0008

AUTOR	ROMULO WALBER DA SILVA BACELAR
ADVOGADO	ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO(OAB: 988/AM)
RÉU	JOSE RAMOS DE QUEIROZ
ADVOGADO	MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA(OAB: 6081/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE RAMOS DE QUEIROZ
- ROMULO WALBER DA SILVA BACELAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001322-73.2018.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: ROMULO WALBER DA SILVA BACELAR

RÉU: JOSE RAMOS DE QUEIROZ

DESPACHO PJe-JT

Prossiga-se a execução via BACENJUD.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001480-36.2015.5.11.0008

AUTOR	FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	ELIVANE FERREIRA DA SILVA(OAB: 10645/AM)
RÉU	SALIME ELIAS SADALA
RÉU	RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)
RÉU	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BRAZ S/S LTDA - ME
RÉU	FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)
RÉU	NUBIA MARA PEREIRA CONDE
RÉU	RAIMUNDO NONATO SOEIRO CONDE
TERCEIRO INTERESSADO	NAIME ELIAS SADALA GOMES
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA
- FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
- RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Despacho

RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA e FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO, apresentaram manifestação requerendo a sua exclusão da lide assim como de SALIME ELIAS SADALA, uma vez que não mais fazem parte do quadro societário da empresa e por conseguinte não mais respondem solidariamente pelos créditos da parte autora.Juntou aos autos cópia das alterações do contrato social da reclamada para comprovar as suas alegações.

Compulsando os autos observa-se que em **20.06.2006** foi realizada cessão e transferência irrevogável e irretratável de cotas de responsabilidade (id 0a4889a), quando os sócios Francisco Jorge

Maia Castro e Salime Elias Sadala cederam suas cotas para Luzia Alves da Silva. Em **11.08.2008** a sócia Luzia Alves da Silva e o sócio Raimundo Nonato Alves da Silva cederam suas cotas para Raimundo Nonato Soeiro Conde e Nubia Mara Pereira Conde. (id 23f1dc6).

Por sua vez, a reclamante trabalhou na reclamada de **maio/2013 a janeiro/2015**, portanto, na gestão dos sócios Raimundo Nonato Soeiro Conde e Nubia Mara Pereira Conde. Importante ressaltar que a última alteração contratual se deu 05 anos antes da contratação da demandante , daí porque , de fato, os sócios retirantes RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA , FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO e SALIME ELIAS SADALA devem ser excluídos da lide. O processo de execução deve prosseguir com a execução dos atuais sócios Raimundo Nonato Soeiro Conde e Nubia Mara Pereira Conde, até porque foi o Sr. Raimundo Nonato Soeiro Conde quem compareceu na audiência e firmou acordo judicial com a reclamante.

Considerando o bloqueio de numerários da sócia retirante e já falecida SALIME ELIAS SADALA, determino que a Secretaria da Vara por meio de transferência bancária, devolva à conta corrente da mesma o valor bloqueado via bacen e transferido para conta judicial, ante a inexistência de espólio representante constituído nos autos.

Dê-se ciência as partes. Prossiga-se a execução na pessoa dos sócios Raimundo Nonato Soeiro Conde e Nubia Mara Pereira Conde . Aguarde-se o cumprimento do mandado de citação e após , consulte-se BACEN jud .

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0001136-16.2019.5.11.0008

AUTOR	FRANCILANE PAREDES PIRES
ADVOGADO	MARIA MOTA ACIOLY(OAB: 175-M/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCILANE PAREDES PIRES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado por FRANCILANE PAREDES PIRES nos autos da presente reclamatória que move contra VIAÇÃO SÃO PEDRO, objetivando a baixa na CTPS e liberação das guias do seguro-desemprego. Alega que faz jus à tutela pretendida porque precisa procurar um novo emprego.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De acordo com o art. 300 do CPC/2015 cabe a tutela de urgência "*quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".*

A expressão probabilidade do direito não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado é provisório, dado em cognição superficial.

Contudo, não basta a prova da probabilidade do direito, isso porque é preciso que a demora do processo possa trazer dano ou o risco ao seu resultado útil.

Portanto, não basta um temor subjetivo da parte. Necessário que estejam presentes na hipótese, elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará se a tutela não for concedida.

No presente caso, não há como deferir a tutela pretendida, vez que não há nos autos elementos suficientes que comprovem as alegações da Reclamante, tampouco a procedência dos pedidos.

Ocorre que, após a notificação da reclamada para apresentar defesa, podem surgir elementos que evidenciem a inexistência de motivo para declarar a rescisão indireta do contrato. Ademais, se não houver rescisão indireta do contrato, surgirão consequências distintas das pretendidas pela reclamante, como, por exemplo, a impossibilidade de habilitação no seguro-desemprego.

À vista disso, é necessário notificar as reclamadas para que

integrem a relação jurídico-processual, a fim de que o mérito da demanda possa ser analisado, o que não é possível neste momento.

Dessa forma, não tendo sido atendidos os requisitos legais, **indefiro** o pedido de tutela provisória de urgência.

Dê-se ciência às partes do inteiro teor desta decisão, notificando-as da data da audiência designada para o dia **27/01/2020, às 08:30**, sendo a reclamante por intermédio da patrona constituída nos autos e a reclamada, por mandado no endereço da inicial.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001135-31.2019.5.11.0008

AUTOR	ISABELE DE OLIVEIRA MATOS
ADVOGADO	INGRID JULIANA DA SILVA BALBI(OAB: 12798/AM)
ADVOGADO	GREYSA MORES FRAGOSO(OAB: 12765/AM)
RÉU	D CRUZ - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ISABELE DE OLIVEIRA MATOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Vistos etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência, *inaudita altera pars*, formulado por ISABELE DE OLIVEIRA MATOS, nos autos da reclamação trabalhista que move contra D CRUZ - ME, objetivando a regularização dos depósitos mensais de FGTS.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De acordo com o art. 300 do CPC/2015 cabe a tutela de urgência "*quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".*

A expressão probabilidade do direito não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado é provisório, dado em cognição superficial.

Contudo, não basta a prova da probabilidade do direito, isso porque é preciso que a demora do processo possa trazer dano ou o risco ao seu resultado útil.

Portanto, não basta um temor subjetivo da parte. Necessário que estejam presentes, na hipótese, elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará se a tutela não for concedida.

No caso concreto, as providências solicitadas pela reclamante, a título de antecipação de tutela, confundem-se com o próprio mérito da demanda. Isso porque o deferimento das medidas ora solicitadas equivaleria a emitir verdadeiro provimento de mérito e este não é o momento processual adequado para isso. Nesse contexto, impõe-se a aplicação do art. 300, §3º, do CPC, o qual estabelece que *"a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão".*

Pelo exposto, não se encontram satisfeitos, em juízo de cognição sumária, os requisitos autorizadores da medida liminar, os quais se confundem com o próprio mérito da ação, razão pela qual, diante da sua natureza satisfativa, torna inviável o acolhimento do pedido.

Não atendidos os requisitos legais, **indefiro** o pedido de tutela de urgência.

Dê-se ciência às partes do inteiro teor desta decisão e da data da audiência já designada para o dia **27/01/2020, às 08:25**, sendo o reclamante por intermédio das patronas constituídas nos autos e a

reclamada, por mandado no endereço indicado na inicial.

Nada mais.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001131-91.2019.5.11.0008

AUTOR	FABIANO DE SOUZA MAGALHAES
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)
RÉU	INVENTUS POWER ELETRONICA DO BRASIL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO DE SOUZA MAGALHAES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Vistos etc.

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela, *inaudita altera pars*, formulado por FABIANO DE SOUZA MAGALHÃES, nos autos da presente reclamatória que move contra INVENTUS POWER ELETRONICA DO BRASIL objetivando o restabelecimento do plano de saúde custeado pela empresa.

O autor sustenta que foi submetido a más condições de trabalho, ocasionando doença ocupacional. Afirma ainda que, apesar da anulação da eleição para representantes dos empregados na CIPA em 2018, faz jus à garantia provisória de emprego inerente ao cipeiro.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De acordo com o art. 300 do CPC/2015 cabe a tutela de urgência "*quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".*

A expressão probabilidade do direito não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado é provisório, dado em cognição superficial.

Contudo, não basta a prova da probabilidade do direito, isso porque é preciso que a demora do processo possa trazer dano ou o risco ao seu resultado útil.

Portanto, não basta um temor subjetivo da parte. Necessário que estejam presentes, na hipótese, elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará se a tutela não for concedida.

No caso concreto, os laudos médicos (fls. 40/42; 49/50) confirmam a existência das patologias constantes na inicial, todavia entendo que, nesse momento, não há como aferir o nexo entre a doença e as atividades exercidas na reclamada. A manutenção do plano de saúde somente seria cabível se demonstrada a natureza ocupacional das doenças alegadas no final do contrato (art. 118 da Lei nº 8.213/91 e súmula 378, do TST).

Ademais, a pretendida estabilidade do membro da CIPA necessita da comprovação de ilegalidade na anulação do processo eleitoral de 2018, o que não é possível na fase em que o processo encontra-se.

Entendo que a matéria em questão demanda extensa dilação probatória, especialmente no que concerne à análise do nexo de causalidade entre as enfermidades relatadas e as atividades desempenhadas pela obreira durante o labor na reclamada para fins de eventual caracterização das mencionadas como doenças de caráter ocupacional.

Logo, a princípio, a dispensa sem justa causa, ocorrida em

08/10/2018, deu-se dentro dos ditames da legalidade, não havendo hipótese fática, nesta fase processual, a fim de ensejar o restabelecimento do plano de saúde do obreiro.

Dessa forma, não tendo sido atendidos os requisitos legais, **indefiro** o pedido de tutela antecipada.

Dê-se ciência às partes do inteiro teor desta decisão, notificando-as da audiência inaugural já designada nos autos para o **dia 28/11/2019, às 08h30min**, sendo o reclamante por intermédio da patrona constituída nos autos e a reclamada, através de mandado no endereço indicado na inicial.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001001-04.2019.5.11.0008

AUTOR	OTHON BATISTA MARIALVA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	CASTELINHO REFEICOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- OTHON BATISTA MARIALVA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001001-04.2019.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: OTHON BATISTA MARIALVA

Advogado(s) do reclamante: JOICE FERNANDA DE GOUVEA

RECLAMADA: CASTELINHO REFEICOES LTDA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para comparecer pessoalmente na audiência designada para o dia 11/11/2019 às 9h, sob pena de arquivamento,

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001130-09.2019.5.11.0008

AUTOR	FRANCILENE VERCOSA DOS SANTOS
ADVOGADO	ANTONIO MANSOUR BULBOL NETO(OAB: 14611/AM)
RÉU	SP RESTAURANTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCILENE VERCOSA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Vistos etc.

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela, *inaudita altera pars*, formulado por FRANCILENE VERÇOSA DOS SANTOS, nos autos da presente reclamatória que move contra SP RESTAURANTES LTDA, objetivando a sua reintegração ao cargo anteriormente ocupado.

A autora sustenta que, apesar de ter comunicado estar grávida, teve o seu contrato de trabalho encerrado com a reclamada. Por entender fazer jus à garantia provisória de emprego do art. 10, II, "b", do ADCT, pretende a concessão de tutela de urgência para ser reintegrada ao cargo anteriormente ocupado e receber os salários do período de afastamento.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De acordo com o art. 300 do CPC/2015 cabe a tutela de urgência "*quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".*

A expressão probabilidade do direito não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado é provisório, dado em cognição superficial.

Contudo, não basta a prova da probabilidade do direito, isso porque é preciso que a demora do processo possa trazer dano ou o risco ao seu resultado útil.

Portanto, não basta um temor subjetivo da parte. Necessário que estejam presentes, na hipótese, elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará se a tutela não for concedida.

No caso concreto, o laudo do exame de ultrassonagrafia (ID a4658df, fl. 28) aponta que, em 04/09/2019, a reclamante estava grávida de, aproximadamente, 22 semanas e 5 dias. Nesses termos, observa-se que a gestação é contemporânea à extinção do contrato de trabalho, ocorrida em 29/08/2019. Em que pese o contrato de trabalho da autora possuir termo final definido previamente, impõe-se a aplicação da súmula nº 244, item III, do TST, a qual prevê que *"a empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,* ***mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado****".*

Considerando que a extinção contratual deu-se em 29/08/2019 e a reclamação foi ajuizada em 23/09/2019, verifica-se que ainda persiste o direito à garantia provisória no emprego. Logo, é devida a reintegração pretendida liminarmente pela autora.

Atendidos os requisitos legais, **defiro** o pedido de tutela antecipada, de modo que a reclamada proceda à reintegração da reclamante ao cargo ocupado anteriormente à dispensa, além do pagamento dos salários devidos desde o desligamento até a efetiva reintegração.

Deverá a reclamada, a partir da notificação da presente decisão, realizar o seu cumprimento no prazo de cinco dias úteis, sob pena da incidência de multa diária de R$ 100,00, até o limite de 30 dias.

Dê-se ciência às partes do inteiro teor desta decisão, notificando-as também da audiência designada automaticamente para o dia 27/01/2020, às 08h05min, sendo a reclamante notificado por intermédio do patrono constituído nos autos e a reclamada, por mandado no endereço apontado na inicial.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000733-47.2019.5.11.0008

AUTOR	ANA LUCIA BATISTA SALES DOS SANTOS
ADVOGADO	THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 8576/AM)
RÉU	MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000733-47.2019.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: ANA LUCIA BATISTA SALES DOS SANTOS

RÉU: MARIA DO LIVRAMENTO LIMA DA CUNHA - ME

DESPACHO PJe-JT

Intime-se a reclamada para juntar aos autos do processo, o prazo de 24 horas, a comprovação do pagamento referente a 1ª parcela do acordo, sob pena de execução. cfo

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001228-18.2015.5.11.0013

AUTOR	EVANDRO DE CASTRO MATHIAS
ADVOGADO	JOSE ULISSES NUNES DE OLIVEIRA(OAB: 10040/AM)
ADVOGADO	MARCOS ANTONIO VITOR DA SILVA(OAB: 7841/AM)
ADVOGADO	IOLDY VANIO LIMA DA FONSECA(OAB: 8069/AM)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO	EURICO ENES LEBRE(OAB: 948-A/AM)
ADVOGADO	LUCIANA PEREIRA BENDELAK(OAB: 12833/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVANDRO DE CASTRO MATHIAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001228-18.2015.5.11.0013

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: EVANDRO DE CASTRO MATHIAS

RÉU: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

DESPACHO PJe-JT

Notifique-se o exequente para que comprove nos autos o recolhimento dos encargos devidos conforme alvará expedido, no prazo de 48h, para registro e arquivamento dos autos.vg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001198-61.2016.5.11.0008

AUTOR	ALZINIRA AMARAL PEREIRA
ADVOGADO	Fábio Carvalho de Arruda(OAB: 8076/AM)
RÉU	RGS REFEICOES LTDA - ME
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
RÉU	RIPASA COMERCIO E REPRESENTACOES DE ALIMENTOS EIRELI
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALZINIRA AMARAL PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001198-61.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: ALZINIRA AMARAL PEREIRA

RÉU: RIPASA COMERCIO E REPRESENTACOES DE ALIMENTOS EIRELI e outros

DESPACHO PJe-JT

Notifique-se o exequente para comprovar o valor sacado,, no prazo de 48h, para abatimento e prosseguimento da execução.vg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000146-59.2018.5.11.0008

AUTOR	GABRIEL GUEDES NOGUEIRA
ADVOGADO	PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA(OAB: 5465/AM)
RÉU	AMZ PRODUCOES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO	ALINE OLIVEIRA DA COSTA(OAB: 9743/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIEL GUEDES NOGUEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000146-59.2018.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: GABRIEL GUEDES NOGUEIRA

RÉU: AMZ PRODUCOES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA - EPP

DESPACHO PJe-JT

Notifique-se o patrono do exequente para que comprove o recolhimento dos encargos devidos, conforme o alvará expedido, no prazo de 48h, para registro e arquivamento dos autos;

Notifique-se a executada para credenciar funcionário a fim de receber o saldo, no prazo de 48h.

Após, a devolução do saldo, registrem-se os pagamentos para arquivamento dos autos.vg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000097-18.2018.5.11.0008

AUTOR	JOSELMA PESSOA REIS
ADVOGADO	ALINE DO NASCIMENTO SIMAO(OAB: 12245/AM)
RÉU	M. B. BARROS SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI - EPP
RÉU	MILVANIRA BATISTA BARROS

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSELMA PESSOA REIS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Notifique-se o patrono do exequente para comprovar o recolhimento dos encargos devidos, conforme alvará expedido, no prazo de 48h, para registro e arquivamento dos autos.vg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001140-53.2019.5.11.0008

AUTOR	RAIMUNDO DANTAS DOS SANTOS
ADVOGADO	DEBORA DE CAMPOS FROTA(OAB: 10140/AM)
RÉU	METAM COMPONENTES DA AMAZONIA
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	METALFINO DA AMAZONIA LTDA
RÉU	RICARDO S. HSIEH - ME
RÉU	HONDA COMPONENTES DA AMAZONIA LIMITADA

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO DANTAS DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

Considerando a indicação pelo sistema PJE da existência de Reclamatória Trabalhista **(Proc. 0001822-97.2017.5.11.0001),** que tramitou na 6 ª Vara do Trabalho de Manaus, com os mesmos pedidos e causa de pedir da presente ação, verifico a incidência da hipótese prevista no art. 286, inciso II do CPC.

Nesse contexto, determino:

I - Redistribuição dos autos à 6ª Vara do Trabalho de Manaus;

II - O cancelamento da audiência designada para o dia 28/11/2019, ÀS 08h50min;

III - A notificação do reclamante, por intermédio de seu patrono, via Diário Eletrônico, acerca do teor da presente decisão.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001094-64.2019.5.11.0008

AUTOR	DANRLEY DA SILVA E SILVA
ADVOGADO	PAULO ALVES DA SILVA NETO(OAB: 12368/AM)
ADVOGADO	ADNA LIMA DA SILVA(OAB: 11171/AM)
RÉU	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS

Intimado(s)/Citado(s):

- DANRLEY DA SILVA E SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **27/01/2020** às **08h20min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº Oposic-0001097-19.2019.5.11.0008

OPOENTE	VIKTORIA CARGAS E DESPACHOS LTDA
ADVOGADO	CLAUDIO RAMOS MENEZES(OAB: 2667/AM)
OPOSTO	SUELEN SIQUEIRA DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- VIKTORIA CARGAS E DESPACHOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **02/12/2019** às **08h20min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado**.**

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001142-23.2019.5.11.0008

AUTOR	KETLEY FONSECA DE SOUZA
ADVOGADO	RUCILEY TAVARES VINENTE(OAB: 8834/AM)
RÉU	NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- KETLEY FONSECA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **27/01/2020** às **08h40min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001104-11.2019.5.11.0008

AUTOR	FRANCISCA COSTA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCA COSTA DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **04/12/2019** às **09h00min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001121-47.2019.5.11.0008

AUTOR	ELCYANE LEANDRO DA SILVA
ADVOGADO	MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO(OAB: 2908/AM)
ADVOGADO	ANELSON BRITO DE SOUZA(OAB: 5342/AM)
ADVOGADO	CELIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2906/AM)
RÉU	I-SHENG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA
RÉU	GK&B INDUSTRIA DE COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELCYANE LEANDRO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **03/02/2020** às **08h05min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001117-10.2019.5.11.0008

AUTOR	JOSE BATISTA DE SOUZA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE BATISTA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **02/12/2019** às **08h15min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ConPag-0001126-69.2019.5.11.0008

CONSIGNANTE	MANAOS SERVICOS DE SAUDE LIMITADA - EPP
ADVOGADO	ROBERTA NINA ALCANTARA BARROSO(OAB: 12189/AM)
CONSIGNATÁRIO	KATIA STEPHANE QUEIROZ DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- MANAOS SERVICOS DE SAUDE LIMITADA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **02/12/2019** às **08h25min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001112-85.2019.5.11.0008

AUTOR	ROSINEIA TORRES DA SILVA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSINEIA TORRES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **05/12/2019** às **08h20min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001071-03.2019.5.11.0014

AUTOR	ALCILENE QUEIROZ RAMOS
ADVOGADO	VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA(OAB: 7501/AM)
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
ADVOGADO	JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547/AM)
ADVOGADO	HANNA MENDES DE OLIVEIRA(OAB: 10952/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCILENE QUEIROZ RAMOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **04/12/2019** às **08h50min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001073-88.2019.5.11.0008

AUTOR	NILZILANE DUTRA DE ASSIS
ADVOGADO	CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDA(OAB: 12972/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- NILZILANE DUTRA DE ASSIS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fica a reclamante, notificada, por meio de seu patrono, para tomar ciência da decisão de ID b9c5da4, bem como do despacho proferido nos autos, a saber:

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **06/02/2020** às **08h20min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001106-78.2019.5.11.0008

AUTOR	LUCINALDO CARVALHO MARTINS
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	FLEX IMP.EXPORT.IND.E COMER DE MAQUIN.E MOTORES LTDA
RÉU	MASA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	SAPORE S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCINALDO CARVALHO MARTINS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **04/12/2019** às **08h20min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001141-38.2019.5.11.0008

AUTOR	RONALD ALENCAR DE SOUZA
ADVOGADO	VALDISON ARAUJO BARRETO(OAB: 11108/AM)
RÉU	RSG COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGISTICO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALD ALENCAR DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **28/11/2019** às **09h10min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001143-08.2019.5.11.0008

AUTOR	FERNANDO LOPES DE LIMA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	JR SERVICOS NAVAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO LOPES DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **27/01 /2020** às **08h45min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001123-17.2019.5.11.0008

AUTOR	ROGERIO COSTA DOS SANTOS
ADVOGADO	MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS(OAB: 8115/AM)
RÉU	O M DA SILVA FERREIRA
RÉU	FRANK O. FERREIRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO COSTA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **03/02/2020** às **08h10min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001096-25.2019.5.11.0011

AUTOR	LAURO BATISTA SANTAREM
ADVOGADO	AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA(OAB: 5979/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A

Intimado(s)/Citado(s):

- LAURO BATISTA SANTAREM

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **04/12/2019** às **08h30min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ConPag-0001122-32.2019.5.11.0008

CONSIGNANTE	NORTE ENERGIA, SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO	CARLOS ALBERTO GAMA DA SILVA(OAB: 14730/AM)
CONSIGNATÁRIO	FRANCISCO MILTON DE MELO NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- NORTE ENERGIA, SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **04/12/2019** às **08h40min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001113-70.2019.5.11.0008

AUTOR	FRANCISCO BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO	ANA FLAVIA DA SILVA GOMES(OAB: 9615/AM)
RÉU	AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO BARBOSA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **02/12/2019** às **08h10min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0002383-71.2015.5.11.0008

AUTOR	ARLETE ELIAS TRINDADE DA SILVA
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	DAVID SILVA DAVID(OAB: 5494/AM)
RÉU	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	MAURICIO DO NASCIMENTO NEVES(OAB: 856/AM)
RÉU	TECNISA S.A.
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
RÉU	PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRIMONIO CONSTRUCOES E EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0002383-71.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: ARLETE ELIAS TRINDADE DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: JOCIL DA SILVA MORAES, DAVID SILVA DAVID

RECLAMADA: TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA e outros (2)

Advogado(s) do reclamado: ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR, MAURICIO DO NASCIMENTO NEVES, TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para efeutar o pagamento do valor devido (cálculos de id. 0886a51), no prazo de 48h, sob pena de execução imediata através do BACENJUD).

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000175-78.2019.5.11.0007

AUTOR	JOSIMARA PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	LUANA ANDRADE MELO(OAB: 12282/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIMARA PEREIRA DE SOUZA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000175-78.2019.5.11.0007 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: JOSIMARA PEREIRA DE SOUZA

Advogado(s) do reclamante: LUANA ANDRADE MELO

RECLAMADA: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.

Advogado(s) do reclamado: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência da certidão de id.: 2f76662.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000907-90.2018.5.11.0008

AUTOR	RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	MANOEL ROMAO DA SILVA(OAB: 1432/AM)
ADVOGADO	ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA(OAB: 4564/AM)
RÉU	COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E CARGAV PETRIMONIAL LTDA
ADVOGADO	PAULO HENRIQUE DE ARAUJO(OAB: 142987/MG)
RÉU	VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO SOUZA DE MELO(OAB: 7808/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

PROCESSO: 0000907-90.2018.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS

Advogado(s) do reclamante: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA, MANOEL ROMAO DA SILVA

RECLAMADA: VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO , FRANCISCO SOUZA DE MELO

Fica a parte reclamante notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologado.

Fica a parte reclamada notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologados e, posteriormente a esse prazo, para, no prazo de 48 horas para pagar o valor devido.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000907-90.2018.5.11.0008

AUTOR	RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	MANOEL ROMAO DA SILVA(OAB: 1432/AM)
ADVOGADO	ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA(OAB: 4564/AM)
RÉU	COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E CARGAV PETRIMONIAL LTDA
ADVOGADO	PAULO HENRIQUE DE ARAUJO(OAB: 142987/MG)
RÉU	VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO SOUZA DE MELO(OAB: 7808/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

PROCESSO: 0000907-90.2018.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS

Advogado(s) do reclamante: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA, MANOEL ROMAO DA SILVA

RECLAMADA: VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO , FRANCISCO SOUZA DE MELO

Fica a parte reclamante notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologado.

Fica a parte reclamada notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologados e, posteriormente a esse prazo, para, no prazo de 48 horas para pagar o valor devido.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000907-90.2018.5.11.0008

AUTOR	RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	MANOEL ROMAO DA SILVA(OAB: 1432/AM)
ADVOGADO	ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA(OAB: 4564/AM)
RÉU	COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E CARGAV PETRIMONIAL LTDA

ADVOGADO	PAULO HENRIQUE DE ARAUJO(OAB: 142987/MG)
RÉU	VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO SOUZA DE MELO(OAB: 7808/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

PROCESSO: 0000907-90.2018.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: RONISSON OLIVEIRA DOS SANTOS

Advogado(s) do reclamante: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA, MANOEL ROMAO DA SILVA

RECLAMADA: VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO , FRANCISCO SOUZA DE MELO

Fica a parte reclamante notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologado.

Fica a parte reclamada notificada, por meio de seus patronos, para se manifestar no prazo oito dias dos cálculos homologados e, posteriormente a esse prazo, para, no prazo de 48 horas para pagar o valor devido.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000402-65.2019.5.11.0008

AUTOR	JOAO PIRES DE MOURA FILHO
ADVOGADO	ADILCE PEREIRA DO AMARAL(OAB: 6513/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO PIRES DE MOURA FILHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000402-65.2019.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: JOAO PIRES DE MOURA FILHO

RÉU: ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que nos autos do processo 913-05.2015 foi juntada decisão que deferiu a Recuperação Judicial da executada.

VALERIA CRISTINA CARPINA FARIAS GUIMARAES

Servidor da Justiça do Trabalho

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra:

Aos cálculos para atualização;

Após, expeça-se certidão de crédito, notificando o exequente da sua expedição;

Arquivem-se os presentes autos.vg

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001485-87.2017.5.11.0008

AUTOR	ALBERTINO CARVALHO DE LIMA
ADVOGADO	ana cristina da silveira gomes de freitas(OAB: 5763/AM)
RÉU	STI SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	CAMILA DA COSTA ALMEIDA(OAB: 8877/AM)
RÉU	SONY BRASIL LTDA.
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	MANAUS AMBIENTAL S.A.
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)
RÉU	SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
RÉU	PHILCO ELETRONICOS SA

ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
RÉU	HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTINO CARVALHO DE LIMA
- HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
- MANAUS AMBIENTAL S.A.
- PHILCO ELETRONICOS SA
- SONY BRASIL LTDA.
- SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
- STI SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc...

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto pelo(a) reclamado, verifico que o recurso está tempestivo e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo, bem como houve o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal.

Desta forma, recebo e determino o processamento do referido recurso.

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, encaminhe-se o processo ao E. TRT da 11ª Região para apreciação do recurso.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000396-05.2017.5.11.0016

AUTOR	SONIA REGINA DE SOUZA
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
ADVOGADO	MARCEL DE QUEIROZ MARTINS(OAB: 9676/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SONIA REGINA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR SONIA REGINA DE SOUZA

Vistos etc...

I - RELATÓRIO

A embargante opôs embargos de declaração sustentando que a sentença foi contraditória, vez que indeferiu o requerimento de concessão da gratuidade de justiça, mas consignou que os valores devidos a título de honorários de sucumbência seriam deduzidos do montante da condenação justamente devido à concessão dos benefícios da justiça gratuita. Sustenta, ainda, que a sentença incorreu em omissão por não apontar se são devidos honorários de sucumbência nos processos anteriores à vigência da lei 13.467/2017.

A parte contrária manifestou-se pelo não acolhimento dos embargos.

Conclusos, vieram-me os autos para decisão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração porque tempestivamente oferecidos e subscritos por procurador regularmente constituído nos autos.

Segundo o disposto no art. 897-A da CLT, o cabimento dos Embargos de Declaração está adstrito a possível existência de omissão, obscuridade e contradição. No caso em tela, é acertada a utilização deste recurso, uma vez que a Sentença não tratou dos honorários periciais.

No que se refere à contradição do julgado, cabe razão à embargante. Isso porque, ao mesmo tempo em que a sentença combatida é clara ao indeferir o requerimento de gratuidade de justiça, trata a obreira como se fosse titular do referido benefício no capítulo referente aos honorários sucumbenciais. Ademais, assiste razão à embargante no que se refere à aplicação da lei 13.467/2017 aos processos ajuizados anteriormente à sua vigência, no que se refere à condenação em honorários sucumbenciais, uma vez que o processo foi ajuizado em 03/03/2017.

Dessa forma, acolho os embargos de declaração nesse ponto

específico e retifico a sentença atacada, a fim de que o capítulo referente aos honorários sucumbenciais passe a ter a seguinte redação:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), entendo que a condenação aos honorários de sucumbência só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade e segurança jurídica.

Esse, inclusive, foi o entendimento consolidado na 2ª Jornada de Direito Material e Processo do Trabalho (Anamatra) e na VIII Jomatra deste Regional.

Eis os enunciados aprovado na VIII JOMATRA - TRT 11 :

Enunciado 10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. INAPLICABILIDADE NOS PROCESSOS EM CURSO. Os honorários de sucumbência só serão aplicados aos processos ajuizados após a vigência da Lei n.º 13.467/2017, haja vista os princípios da causalidade e da segurança jurídica.

Nesse contexto, entendo que os honorários de sucumbência serão devidos apenas aos processos ajuizados a partir de 11/11/2017 (término do prazo da vacatio legis).

Por consequência, deve ser excluído o trecho referente à condenação ao pagamento de honorários de sucumbência recíproca, constante da conclusão do julgado atacado.

III - CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração opostos por **SONIA REGINA DE SOUZA** nos autos da ação movida contra **BANCO BRADESCO S.A.**, e **ACOLHÊ-LOS**, para que se retifique o tópico relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais, que deve passar a contar com a seguinte redação:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), entendo que a condenação aos honorários de sucumbência só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade e segurança jurídica.

Esse, inclusive, foi o entendimento consolidado na 2ª Jornada de Direito Material e Processo do Trabalho (Anamatra) e na VIII Jomatra deste Regional.

Eis os enunciados aprovado na VIII JOMATRA - TRT 11 :

Enunciado 10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. INAPLICABILIDADE NOS PROCESSOS EM CURSO. Os honorários de sucumbência só serão aplicados aos processos ajuizados após a vigência da Lei n.º 13.467/2017, haja vista os princípios da causalidade e da segurança jurídica.

Nesse contexto, entendo que os honorários de sucumbência serão devidos apenas aos processos ajuizados a partir de 11/11/2017 (término do prazo da vacatio legis).

TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

SENTENÇA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR BANCO BRADESCO S.A.

Vistos etc...

I - RELATÓRIO

O embargante opôs embargos de declaração sustentando que a sentença incorreu em erro material, vez que, da conclusão do julgado, ficou consignado que seriam objeto de condenação cinco horas a título de intervalo de digitação, apesar de o pedido julgado procedente na fundamentação corresponder aos intervalos do art. 384, da CLT.

A parte contrária, apesar de notificada, não se manifestou acerca dos embargos.

Conclusos, vieram-me os autos para decisão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos de declaração porque tempestivamente oferecidos e subscritos por procurador regularmente constituído nos autos.

Segundo o disposto no art. 897-A da CLT, o cabimento dos Embargos de Declaração está adstrito a possível existência de omissão, obscuridade e contradição. No caso em tela, é acertada a utilização deste recurso, uma vez que a Sentença não tratou dos honorários periciais.

No que se refere ao erro material do julgado, cabe razão ao embargante. Isso porque, apesar de terem sido formulados na inicial pedidos relativos às horas extras do intervalo do digitador e do art. 384 da CLT, apenas este foi julgado procedente. Destarte, a conclusão da sentença deveria referir-se ao pagamento de 5 horas a título de intervalo do art. 384 da CLT. Dessa forma, acolho os embargos de declaração nesse ponto específico e retifico a sentença atacada, a fim de que a sua conclusão passe a ter a seguinte redação:

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por SONIA REGINA DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A, ACOLHER A PREJUDICIAL DE MÉRITO, para o efeito de reconhecer como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos à reclamante anteriores a 03/03/2012, extinguindo nesse período o processo com

resolução do mérito e, NO MÉRITO, ***JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES*** *os pedidos formulados, para condenar a reclamada a pagar à reclamante as seguintes verbas:* ***5 horas a título de intervalos do art. 384 da CLT*** *por mês, com adicional de 50%, com reflexos sobre 13º salário, férias + 1/3, FGTS (8%), além da integração sobre os DSR´s, observadas as diretrizes contidas na Súmula 264 do TST, a evolução salarial da reclamante, conforme contracheques acostados aos autos, no período de março de 2012 a fevereiro de 2017, o divisor 180 para o período de cumprimento de jornada normal de 6 horas e divisor 220 para o período de cumprimento de jornada normal de 8 horas.*

III - CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração opostos por **BANCO BRADESCO S.A.** nos autos da ação movida por **SONIA REGINA DE SOUZA.**, e **ACOLHÊ-LOS**, para que se retifique a conclusão da sentença atacada, que deve passar a contar com a seguinte redação:

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por SONIA REGINA DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A, ACOLHER A PREJUDICIAL DE MÉRITO, para o efeito de reconhecer como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos à reclamante anteriores a 03/03/2012, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito e, NO MÉRITO, ***JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES*** *os pedidos formulados, para condenar a reclamada a pagar à reclamante as seguintes verbas:* ***5 horas a título de intervalos do art. 384 da CLT*** *por mês, com adicional de 50%, com reflexos sobre 13º salário, férias + 1/3, FGTS (8%), além da integração sobre os DSR´s, observadas as diretrizes contidas na Súmula 264 do TST, a evolução salarial da reclamante, conforme contracheques acostados aos autos, no período de março de 2012 a fevereiro de 2017, o divisor 180 para o período de cumprimento de jornada normal de 6 horas e divisor 220 para o período de cumprimento de jornada normal de 8 horas.*

TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000701-42.2019.5.11.0008

AUTOR	DENIS SILVA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
ADVOGADO	ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR(OAB: 2174/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENIS SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc...

Analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto pelo(a) reclamado, verifico que o recurso está tempestivo e subscrito por advogado devidamente habilitado no processo, bem como houve o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal.

Desta forma, recebo e determino o processamento do referido recurso.

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, encaminhe-se o processo ao E. TRT da 11ª Região para apreciação do recurso.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001085-39.2018.5.11.0008

AUTOR	ANILDO ALFAIA MOTA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	PINHO SERVICOS DE PORTARIA EIRELI - ME
ADVOGADO	maiara carvalho da motta(OAB: 3994/AM)
RÉU	SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ANILDO ALFAIA MOTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO - PJe

Após a Reforma Trabalhista de 2017, a execução deverá ser promovida por iniciativa das partes, nos termos do Art. 878 da CLT, permitida a execução de ofício apenas quando as partes não estiverem representadas por advogado.

Desse modo, deve o Poder Judiciário manter-se inerte até a simples manifestação da parte.

Diante da certidão de trânsito em julgado constante nos presentes autos, determino o sobrestamento da ação até ulterior deliberação. Fica a parte ciente do início da contagem do prazo constante no Art. 11-A da CLT, a contar da ciência do presente despacho, nos termos do parágrafo primeiro do referido artigo, inclusive quanto ao interesse na despersonalização jurídica.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001133-58.2019.5.11.0009

AUTOR	CARLOS ALEXANDRE SOUZA PINHEIRO
ADVOGADO	ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES(OAB: 4502/AM)
ADVOGADO	GISELLE FIGUEIREDO RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 4221/AM)
RÉU	SAWEM USINAGEM DA AMAZONIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALEXANDRE SOUZA PINHEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001133-58.2019.5.11.0009

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: CARLOS ALEXANDRE SOUZA PINHEIRO

RÉU: SAWEM USINAGEM DA AMAZONIA LTDA

DESPACHO

Inclua-se o processo em pauta de audiência do dia **05/12/2019** às **08h30min**. Notifique-se as partes para tomar ciência da data de audiência inaugural, sendo o reclamante por meio do seu patrono, e a reclamada por mandado.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002005-81.2016.5.11.0008

AUTOR	JOSE ALFREDO DOS SANTOS CASTILHO

ADVOGADO	ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 3974/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	SIDNEY PINTO LOUREIRO JUNIOR(OAB: 9367/AM)
ADVOGADO	RAFAEL REIS PEREIRA(OAB: 7219/AM)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ALFREDO DOS SANTOS CASTILHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0002005-81.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: JOSE ALFREDO DOS SANTOS CASTILHO

RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

DESPACHO PJe-JT

À parte contrária para que se manifeste acerca do agravo de petição, no prazo da lei.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000905-57.2017.5.11.0008

AUTOR	FRANCISCO WILLIAN ALENCAR OLIVEIRA
ADVOGADO	JOAO LUCAS PANTOJA VIEIRA(OAB: 9982/AM)
RÉU	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	RODRIGO ALVES OMENA(OAB: 6840/AM)
ADVOGADO	SILVIA CHRISTINA LIMA DE MATOS(OAB: 2877/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000905-57.2017.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: FRANCISCO WILLIAN ALENCAR OLIVEIRA

RÉU: CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA

DESPACHO PJe-JT

À parte contrária para que se manifeste acerca da impugnação aos cálculos, no prazo da lei.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001480-36.2015.5.11.0008

AUTOR	FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	ELIVANE FERREIRA DA SILVA(OAB: 10645/AM)
RÉU	SALIME ELIAS SADALA
RÉU	RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)

RÉU	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BRAZ S/S LTDA - ME
RÉU	FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)
RÉU	NUBIA MARA PEREIRA CONDE
RÉU	RAIMUNDO NONATO SOEIRO CONDE
TERCEIRO INTERESSADO	NAIME ELIAS SADALA GOMES
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
- RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001480-36.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: ELIVANE FERREIRA DA SILVA

RECLAMADA: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BRAZ S/S LTDA - ME e outros (5)

Advogado(s) do reclamado: LINCONL FREIRE DA SILVA

Ficam a partes notificadas, por meio de seus patronos, para tomar ciência do despacho de id f7eb0ea.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001480-36.2015.5.11.0008

AUTOR	FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	ELIVANE FERREIRA DA SILVA(OAB: 10645/AM)
RÉU	SALIME ELIAS SADALA
RÉU	RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)
RÉU	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BRAZ S/S LTDA - ME
RÉU	FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
ADVOGADO	LINCONL FREIRE DA SILVA(OAB: 11125/AM)
RÉU	NUBIA MARA PEREIRA CONDE
RÉU	RAIMUNDO NONATO SOEIRO CONDE
TERCEIRO INTERESSADO	NAIME ELIAS SADALA GOMES
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO JORGE MAIA CASTRO
- RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001480-36.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: FRANCINETE GOMES DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: ELIVANE FERREIRA DA SILVA

RECLAMADA: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BRAZ S/S LTDA - ME e outros (5)

Advogado(s) do reclamado: LINCONL FREIRE DA SILVA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f7eb0ea.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000539-52.2016.5.11.0008

AUTOR	HAIME GAZEL SANTANA
ADVOGADO	JOSE ARTUR POZZETTI(OAB: 9707/AM)
RÉU	SERGIO DA COSTA SECKLER
RÉU	S C SECKLER COMERCIAL
ADVOGADO	BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS(OAB: 5695/AM)
ADVOGADO	IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL(OAB: 159680/RJ)
TERCEIRO INTERESSADO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
TERCEIRO INTERESSADO	CINCO - CONFIANCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- HAIME GAZEL SANTANA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000539-52.2016.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: HAIME GAZEL SANTANA

Advogado(s) do reclamante: JOSE ARTUR POZZETTI

RECLAMADA: S C SECKLER COMERCIAL e outros

Advogado(s) do reclamado: IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL , BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS

Ficam as partes notificadas, por meio de seus patronos, para manifestação acerca da EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE (id.: 1e7fbf4), no prazo de 8 dias;

Fica a reclamada notificada, por meio do seu patrono, para juntar aos autos, no prazo de 5 dias, os empenhos pagos pela Fundação Universidade do Amazonas, com relação ao respectivo processo, sob pena de pagamento da multa imposta no v. acórdão.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000539-52.2016.5.11.0008

AUTOR	HAIME GAZEL SANTANA
ADVOGADO	JOSE ARTUR POZZETTI(OAB: 9707/AM)
RÉU	SERGIO DA COSTA SECKLER
RÉU	S C SECKLER COMERCIAL
ADVOGADO	BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS(OAB: 5695/AM)
ADVOGADO	IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL(OAB: 159680/RJ)
TERCEIRO INTERESSADO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
TERCEIRO INTERESSADO	CINCO - CONFIANCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- S C SECKLER COMERCIAL

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000539-52.2016.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: HAIME GAZEL SANTANA

Advogado(s) do reclamante: JOSE ARTUR POZZETTI

RECLAMADA: S C SECKLER COMERCIAL e outros

Advogado(s) do reclamado: IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL , BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS

Ficam a partes notificadas, por meio de seus patronos, para manifestação acerca da EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE (id.: 1e7fbf4), no prazo de 8 dias;

Fica a reclamada notificada, por meio do seu patrono, para juntar aos autos, no prazo de 5 dias, os empenhos pagos pela Fundação Universidade do Amazonas, com relação ao respectivo processo, sob pena de pagamento da multa imposta no v. acórdão.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000539-52.2016.5.11.0008

AUTOR	HAIME GAZEL SANTANA
ADVOGADO	JOSE ARTUR POZZETTI(OAB: 9707/AM)
RÉU	SERGIO DA COSTA SECKLER
RÉU	S C SECKLER COMERCIAL
ADVOGADO	BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS(OAB: 5695/AM)
ADVOGADO	IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL(OAB: 159680/RJ)
TERCEIRO INTERESSADO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
TERCEIRO INTERESSADO	CINCO - CONFIANCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- S C SECKLER COMERCIAL

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000539-52.2016.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: HAIME GAZEL SANTANA

Advogado(s) do reclamante: JOSE ARTUR POZZETTI

RECLAMADA: S C SECKLER COMERCIAL e outros

Advogado(s) do reclamado: IGOR SOUZA LIMA GRAHAM BELL , BRUNO RICARDO LIMA TAPAJOS

Ficam a partes notificadas, por meio de seus patronos, para manifestação acerca da EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE (id.: 1e7fbf4), no prazo de 8 dias;

Fica a reclamada notificada, por meio do seu patrono, para juntar aos autos, no prazo de 5 dias, os empenhos pagos pela Fundação Universidade do Amazonas, com relação ao respectivo processo, sob pena de pagamento da multa imposta no v. acórdão.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001271-62.2018.5.11.0008

AUTOR	GRACIMERE MENEZES FURTADO
ADVOGADO	Samarah Serruya Assis(OAB: 6531/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRACIMERE MENEZES FURTADO

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001271-62.2018.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: GRACIMERE MENEZES FURTADO

Advogado(s) do reclamante: SAMARAH SERRUYA ASSIS

RECLAMADA: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

Advogado(s) do reclamado: ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência da certidão de id.: 2da031e.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000592-96.2017.5.11.0008

AUTOR	JOSIEL MACIEL DOS REIS
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	TECNOSONDA S A
ADVOGADO	RODRIGO NOBREGA RIBEIRO VILELA(OAB: 22193/BA)
ADVOGADO	MARIA MONIKA THEODORO DELLI(OAB: 43136/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- TECNOSONDA S A

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000592-96.2017.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: JOSIEL MACIEL DOS REIS

Advogado(s) do reclamante: FELIX DE MELO FERREIRA

RECLAMADA: TECNOSONDA S A e outros

Advogado(s) do reclamado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, RODRIGO NOBREGA RIBEIRO VILELA, MARIA MONIKA THEODORO DELLI

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id 640ddd9

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000592-96.2017.5.11.0008

AUTOR	JOSIEL MACIEL DOS REIS
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	TECNOSONDA S A
ADVOGADO	RODRIGO NOBREGA RIBEIRO VILELA(OAB: 22193/BA)
ADVOGADO	MARIA MONIKA THEODORO DELLI(OAB: 43136/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- TECNOSONDA S A

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000592-96.2017.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: JOSIEL MACIEL DOS REIS

Advogado(s) do reclamante: FELIX DE MELO FERREIRA

RECLAMADA: TECNOSONDA S A e outros

Advogado(s) do reclamado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, RODRIGO NOBREGA RIBEIRO VILELA, MARIA MONIKA THEODORO DELLI

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id 640ddd9

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0002625-93.2016.5.11.0008

AUTOR	EMANUELA GOES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA
ADVOGADO	RAQUEL PINTO VALENTE(OAB: 6771/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	LARISSA NUNES DE OLIVEIRA
RÉU	ANTONIO PRACIANO DE SOUZA NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- EMANUELA GOES DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0002625-93.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: EMANUELA GOES DE OLIVEIRA

RÉU: P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA e outros (2)

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista que a interposição de recurso ordinário em plena fase de execução do configura erro grosseiro e, por isso, não que se falar em adoção do princípio da fungibilidade, deixo de apreciar por absoluta falta de amparo legal.

Dê-se ciência.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0002625-93.2016.5.11.0008

AUTOR	EMANUELA GOES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA
ADVOGADO	RAQUEL PINTO VALENTE(OAB: 6771/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	LARISSA NUNES DE OLIVEIRA
RÉU	ANTONIO PRACIANO DE SOUZA NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0002625-93.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: EMANUELA GOES DE OLIVEIRA

RÉU: P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA e outros (2)

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista que a interposição de recurso ordinário em plena fase de execução do configura erro grosseiro e, por isso, não que se falar em adoção do princípio da fungibilidade, deixo de apreciar por absoluta falta de amparo legal.

Dê-se ciência.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0002625-93.2016.5.11.0008

AUTOR	EMANUELA GOES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA
ADVOGADO	RAQUEL PINTO VALENTE(OAB: 6771/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	LARISSA NUNES DE OLIVEIRA
RÉU	ANTONIO PRACIANO DE SOUZA NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0002625-93.2016.5.11.0008

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: EMANUELA GOES DE OLIVEIRA

RÉU: P L DE OLIVEIRA & CIA LTDA e outros (2)

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista que a interposição de recurso ordinário em plena fase de execução do configura erro grosseiro e, por isso, não que se falar em adoção do princípio da fungibilidade, deixo de apreciar por absoluta falta de amparo legal.

Dê-se ciência.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000178-35.2016.5.11.0008

AUTOR	ROSIANE ALVES ARAUJO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSIANE ALVES ARAUJO

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000178-35.2016.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ROSIANE ALVES ARAUJO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para para tomar ciência da sentença de id 94f98b8

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000178-35.2016.5.11.0008

AUTOR	ROSIANE ALVES ARAUJO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)

RÉU	H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSIANE ALVES ARAUJO

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000178-35.2016.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ROSIANE ALVES ARAUJO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: H.J. DE OLIVEIRA SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência da sentença de id 94f98b8

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATSum-0001331-35.2018.5.11.0008

AUTOR	LEONILDO BATISTA DA SILVA
RÉU	FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME
ADVOGADO	MARCIELE MARILIA PRESTES LINS(OAB: 6671/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJe

Convolo em penhora o bloqueio junto ao CINEMARK BRASIL S.A.;

Intime-se a executada da penhora (id.: 1f04a62), para querendo, opor embargos, no prazo legal (5 dias), valendo a publicação deste despacho como intimação.

Não havendo embargos, certifique-se a expiração e expeça-se o alvará ao exequente;

Intime-se o exequente para comprovar o valor sacado;

Após, atualizem-se os cálculos. tlt

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001233-50.2018.5.11.0008

AUTOR	ALDENOR DA SILVA PESSOA
ADVOGADO	CARLOS HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 38146/DF)
RÉU	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO	LEONARDO RAMOS GONCALVES(OAB: 28428/DF)
ADVOGADO	FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR(OAB: 54451/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDENOR DA SILVA PESSOA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

DATA: 16/08/2019

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

ALDENOR DA SILVA PESSOA, já qualificado nos autos,ajuizou reclamatória trabalhista em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., postulando o pagamento de valores a título de estabilidade, horas extras, horas intervalares e venda de férias.

A reclamada apresentou contestação, suscitando prejudicial de prescrição quinquenal, pugnando, no mérito, pela improcedência dos pedidos.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

O reclamante arrolou duas testemunhas.

A reclamada não arrolou testemunhas.

Ouvidas as partes e uma testemunha.

Alegações finais escritas pela reclamada, restando prejudicadas as do reclamante.

Recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PREJUDICIAL DE MÉRITO

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

Ajuizada a reclamatória em 15/10/2018, reconheço como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos ao reclamante anteriores a 15/10/2013, na forma do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Acolho, assim, a prescrição ventilada, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito com espeque no artigo 487, II, do CPC.

MÉRITO

ESTABILIDADE. DEMISSÃO OBSTATIVA.

Argumenta o reclamante ter laborado para a reclamada no período de 20/08/1990 a 23/04/2018, mediante última remuneração de R$5.898,28, salientando que sua demissão foi imotivada e abusiva. Relata que, nos termos de norma coletiva, seria detentor de estabilidade ao completar 28 anos de vínculo empregatício ininterrupto e, cumulativamente, estar a 24 meses de completar o tempo mínimo para sua aposentadoria. Menciona haver sido previamente avisado de seu desligamento quando havia atingido 27 anos e 8 meses de contrato, momento em que restariam apenas 4 meses para a reunião dos requisitos da estabilidade, motivo pelo qual considera abusiva a medida, requerendo a devida anulação, reintegração e indenização.

Em contrapartida, a reclamada alega a regularidade da dispensa, salientando que, no momento da rescisão contratual, o reclamante não detinha qualquer espécie de estabilidade, motivo pelo requer a improcedência dos pedidos formulados.

Acerca da controvérsia, o TST já firmou entendimento no sentido que demissões imotivadas ocorridas nos 12 meses anteriores à aquisição do direito à estabilidade pré-aposentadoria são consideradas obstativas, conforme se verifica no seguinte acórdão:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13. 015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017 - DESCABIMENTO.

(...)

2. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA PREVISTA EM NORMA COLETIVA. DISPENSA OBSTATIVA . A SBDI-1 desta Corte, por ocasião do julgamento do E-ED-RR - 968000-08.2009.5.09.0011, de relatoria do Ministro Hugo Carlos Scheuermann, firmou a compreensão de que ***se presume obstativa à estabilidade provisória prevista em norma coletiva a dispensa do empregado realizada até doze meses antes da aquisição do direito****.*

(...)

(AIRR-1022-28.2014.5.15.0045, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, ***DEJT 17/08/2018****).*

(grifos à parte)

No presente caso, o TRCT demonstra que o reclamante foi contratado em 20/08/1990, vindo a ser notificado de sua demissão imotivada em 23/04/2018 (fl. 357), situação que resultou no aviso prévio de 90 dias e projetou o término contratual para 22/07/2018. Nesse contexto, conclui-se que o autor preencheu os requisitos da garantia de emprego, direito que não foi observado pela reclamada, motivo pelo qual deve ser indenizado, observada a remuneração de R$5.898,28 (conforme TRCT).

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido, para o efeito de condenar a reclamada ao pagamento de indenização do período de estabilidade, observado o salário de R$5.898,28, no período de 23/07/2018 (data seguinte ao fim do aviso prévio proporcional) a 20/08/2020 (termo final do prazo de 24 meses, contados de 20/08/2018, conforme cláusula 27, alínea "e", da CCT - fl. 77), com reflexos sobre 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%).**

HORAS EXTRAS ALÉM DA SEXTA. INTERVALO INTRAJORNADA.

Argumenta o autor que, no período imprescrito, embora tenha atuado na função de gerente de atendimento, com jornada

contratual de 8 horas diárias, não dispunha de poder de gestão, de modo que deveria ter sido enquadrado na jornada normal de 6 horas. Ademais, relata haver trabalhado das 08h00 às 19h00, com intervalo de 30 minutos, de segunda a sexta-feira, motivo pelo qual requer o pagamento de horas extras e intervalares.

Por sua vez, a reclamada aduz que, até julho de 2016, o reclamante laborava das 09h00 às 18h00, com intervalo de 1 hora, de segunda a sexta-feira, ressaltando que, a partir de agosto de 2016, passou a laborar das 08h00 às 17h00, com intervalo de 1 hora, de segunda a sexta-feira. Argumenta a celebração de acordo de compensação de jornadas, salientando que as prorrogações foram devidamente compensadas ou remuneradas, motivos pelos quais requer a improcedência dos pedidos.

Para o adequado exame da controvérsia, oportuno registrar que o reclamante dispunha de elevados poderes de gestão no âmbito da agência bancária. Com efeito, a partir da análise do documento de fls. 351/356, verifica-se que lhe foram substabelecidas as mesmas prerrogativas anteriormente outorgadas a altos gestores do banco, poderes estes que foram concedidos exclusivamente aos ocupantes das funções de gerente geral, gerente de relacionamento e gerente de atendimento das agências. Portanto, deve ser afastada a tese de aplicação da jornada reduzida de 6 horas, ficando estabelecida a jornada de 8 horas, nos termos do art. 224, § 2º, da CLT c/c Súmula 287, parte inicial, do TST. Ainda nesse contexto, cumpre salientar que, diversamente do relatado pela testemunha, o reclamante celebrou acordo de compensação de jornada, conforme instrumento de fls. 334/335, assinado digitalmente.

Estabelecidos os necessários parâmetros, cabe notar que, embora a testemunha haja relatado que o intervalo do reclamante durava apenas cerca de 30 a 40 minutos, reconheceu a inexistência de qualquer ordem específica para retorno imediato ao labor após a refeição, admitindo que os funcionários adotavam o referido procedimento por vontade própria, com o intuito de específico de auxiliar os demais colegas. Ante o exposto, **julgo improcedentes os pleitos relativas às horas intervalares.**

Em prosseguimento, quanto às horas extras, embora o reclamante haja relatado em audiência o cumprimento de jornada das 07h30 às 19h30, devem ser respeitados os limites da inicial, em que o autor alegou ter trabalhado apenas das 08h00 às 19h00. Nesses termos, a testemunha asseverou iniciar sua jornada entre 07h30 e 08h00, pontuando que, ao chegar à agência, o reclamante já se encontrava trabalhando, argumento que, nitidamente, não merece prosperar, tendo em vista o horário apontado na inicial. Ademais, a testemunha relatou deixar a agência entre 16h30 e 17h00, acrescentando não ter conhecimento sobre os registros do cartão de ponto do reclamante, situação apta a demonstrar que não teria condições de elucidar a controvérsia sobre o horário de término da jornada do autor. Ante o exposto, não restou provada a tese de cumprimento de jornadas mais extensas que as registradas nos controles de frequência, motivo pelo qual **julgo improcedentes os pleitos relativos às horas extras.**

VENDA DAS FÉRIAS

O reclamante assevera que, no decorrer do período contratual, sempre foi obrigado a vender dez dias de suas férias, tendo em vista o número reduzido de empregados e o objetivo da reclamada de atingir suas metas, motivos pelos quais requer o pagamento dobrado dos referidos dias, acrescidos de um terço e de integração nos repousos semanais. Por seu turno, a reclamada nega qualquer espécie de imposição, salientando que o autor usufruiu trinta dias de férias em seis oportunidades, motivos pelos quais requer a improcedência dos pedidos.

Acerca da questão, a testemunha inquirida em audiência revelou que os gestores limitavam-se a tentar convencer os empregados a usufruir apenas vinte dias de férias, sem aludir a qualquer episódio de coação. Ainda nesse contexto, admitiu que, se o funcionário mantivesse seu intento de usufruir o período integral de trinta dias, não havia qualquer espécie de punição.

Nesses termos, **julgo improcedentes os pleitos relativos ao ressarcimento dobrado das férias vendidas e demais repercussões financeiras.**

JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A, § 3º, da CLT, arbitro honorários de sucumbência recíproca nos seguintes termos: a) condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamada, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes (horas intervalares, horas extras e ressarcimento dobrado das férias vendidas); b) condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogada do reclamante, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados procedentes (indenização do período de estabilidade).

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

Em atendimento ao disposto no §3° do art. 832 da CLT, declaro que haverá incidência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas que integram o salário-contribuição, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT e art. 28 da Lei 8.212/91, salvo sobre aviso prévio, férias + 1/3 e FGTS+40%.

Os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado deverão ser efetuados pela parte demandada, com indicação do

PIS ou NIT da autora, mas autorizada dedução dos valores cabíveis à parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento. O critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto n º 3.048/1999, que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição.

O imposto de renda incidirá sobre as parcelas de cunho salarial, acrescidas de correção monetária e deduzidos os juros de mora, que têm caráter indenizatório (OJ 400 da SDI-1). Será calculado mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 7.713, 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010 (item II da Súmula 368 do TST).

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Juros de Mora de 1% ao mês, desde o ajuizamento da ação, nos termos do artigo 883 da CLT e súmula 200 do TST. Correção Monetária desde o vencimento da obrigação, pela TR, conforme art. 879, §7º da CLT e recomendação do CSJT, nos termos do artigo 459 da CLT c/c o artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91 e Súmula 381 do C. TST, exceto para os incidentes na eventual condenação em indenização por danos morais, que deve observar a Súmula 439 do C. TST.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por ALDENOR DA SILVA PESSOA em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., ACOLHER A PREJUDICIAL DE MÉRITO, para o efeito de reconhecer como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos ao reclamante anteriores a 15/10/2013, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito e, NO MÉRITO, **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante as seguintes parcelas:

- indenização do período de estabilidade, observado o salário de R$5.898,28, no período de 23/07/2018 a 20/08/2020, com reflexos sobre 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%).

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora.

Condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamada, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes (horas intervalares, horas extras e ressarcimento dobrado das férias vendidas).

Condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogada do reclamante, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados procedentes (indenização do período de estabilidade).

Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, nos termos da fundamentação. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação (ora arbitrado em R$250.000,00), no importe de R$5.000,00. **Intimem-se as partes.** E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000787-47.2018.5.11.0008

AUTOR	SIMARA GOES FERREIRA DA FONSECA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR(OAB: 3520/AM)
RÉU	IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
ADVOGADO	ANDRE LUIS CATTA PRETA DIAS DE AGUIAR(OAB: 286025/SP)
ADVOGADO	ANDRE FONSECA LEME(OAB: 172666/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA
- IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
- SIMARA GOES FERREIRA DA FONSECA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

DATA: 09/08/2019

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a análise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

SIMARA GOES FERREIRA DA FONSECA, já qualificada nos autos, ajuizou Reclamatória Trabalhista em face de COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E

EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA e ESTADO DO AMAZONAS, postulando o reconhecimento de vínculo empregatício, o pagamento de verbas rescisórias, adicional de insalubridade, indenização da licença-maternidade, horas extras, horas intervalares, auxílio-transporte e indenização por danos morais.

Apresentada emenda à inicial, para inclusão da reclamada IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS, DESENVOLVIMENTO no polo passivo da demanda (fls. 71/73).

A reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO AMAZONAS apresentou contestação, suscitando preliminar de incompetência, pugnando, no mérito, pela improcedência dos pedidos.

A reclamada IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO apresentou contestação, suscitando preliminar de ilegitimidade passiva, pugnando, no mérito, pela improcedência dos pedidos.

O reclamado ESTADO DO AMAZONAS apresentou contestação, pugnando pela improcedência dos pedidos.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

A reclamante arrolou duas testemunhas.

A reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA arrolou uma testemunha.

Os reclamados IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO e ESTADO DO AMAZONAS não arrolaram testemunhas.

Ouvidas as partes e as testemunhas arroladas.

Produzida prova pericial.

Alegações finais remissivas.

Recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINARES

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A reclamada COOPENURE entende que a Justiça do Trabalho não é competente para condená-la ao pagamento de qualquer parcela, porque inexistia relação empregatícia entre a mesma e a Reclamante, mas tão somente uma relação de natureza cível. Tendo a responsabilidade da reclamada sido suscitada em razão de obrigações oriundas de eventual relação de emprego, a competência para julgar o feito é da Justiça do Trabalho. Rejeito a preliminar.

ILEGITIMIDADE PASSIVA

Rejeito a preliminar. A legitimidade de parte deve ser aferida de forma abstrata, de modo que a responsabilidade das reclamadas é verificada quando da análise do mérito. Tal entendimento decorre da adoção da teoria da asserção pelo direito processual trabalhista brasileiro, segundo a qual a análise das condições da ação decorre simplesmente da indicação pelo autor daquela que acreditar ser devedora da relação jurídica de direito material, não se confundindo esta com a relação jurídica processual. Sendo assim, réu é aquele em face de quem o autor formula sua pretensão, independentemente da relação jurídica material invocada.

MÉRITO

VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Alega a reclamante que foi admitida pela reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA. em 01/12/2014, sem assinatura de sua CTPS, para exercer a função de técnica de enfermagem, mediante remuneração média de R$1.200,00. Informa que foi dispensada de forma imotivada em 31/01/2018, sem receber as verbas rescisórias. Ressalta ter sido firmado vínculo cooperativo com o intuito de burlar direitos trabalhistas.

A reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA. alega a inexistência de contrato de trabalho, salientando a formação de cooperativa entre as partes, enquanto os reclamados IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO e ESTADO DO AMAZONAS negam responsabilidade pelas verbas pleiteadas.

Como é cediço, a definição de empregado vem estatuída no art. 3º da CLT, derivando o aludido vocábulo do verbo *empregar*, que significa dar emprego ou ocupação a alguém.

No direito brasileiro, o empregado distingue-se do trabalhador; nele, toda a tutela se dirige para o trabalhador que seja empregado ou sujeito de uma relação de emprego. Todo o arcabouço jurídico que reveste a relação de emprego ou a relação de trabalho subordinado tem como suporte conceitual o empregado.

As circunstâncias definidoras da relação concentram-se, assim, no trabalhador, pois nele é que se irá verificar a eventualidade ou não do serviço, a existência ou não de subordinação e a percepção ou não de salário. Explica-se, desse modo, o fato de não haver figuras contrapostas ou correlatas a empregador, mas sim ao empregado, tais como os autônomos, os avulsos, os eventuais, os sócios.

A pessoalidade, que qualifica a relação de emprego, é ínsita aos contratos de atividade e indica mais do que uma pessoa em tese, mas essa ou aquela pessoa (física) determinada. Essa é a razão pela qual o contrato de trabalho é *intuitu personae*, voltando-se toda a proteção legal ao ser humano que trabalha, à sua vida, à sua saúde etc.

Na relação de emprego, é impossível a substituição de posições

jurídicas: o trabalhador, na empresa, possui uma série de aptidões e deveres, decorrentes da fidúcia (geral ou especial) que se concentra nos contratos de trabalho, justificando, assim, o pressuposto em exame.

Saliente-se que a exclusividade da prestação de serviços é irrelevante, em regra, para a caracterização da relação de emprego, não constituindo exigência legal.

De outro lado, os arts. 2º e 3º da CLT enunciam expressamente a remuneração como uma das prestações do contrato ou, no entender de alguns, como um de seus requisitos. Diz-se, assim, o contrato de trabalho oneroso e sinalagmático.

Não se presume o trabalho gratuito ou de benemerência, uma vez que as relações de trabalho vêm fundadas no princípio da economicidade. Frise-se, no entanto, que a falta de estipulação do salário não descaracteriza, por si só, a relação de emprego (art. 460 da CLT).

Invoca-se também a habitualidade da atividade do prestador de serviços como elemento de maior impressão das características de empregado. Isso porque, mesmo prestando serviços sob dependência e mediante salário, pode o trabalhador deixar de ser empregado, caso sua prestação de serviços tenha caráter eventual, e não contínuo.

A não eventualidade significa que a utilização da força de trabalho deve corresponder às necessidades normais da atividade econômica desenvolvida. Irrelevante se o trabalho durar poucas horas, desde que essencial e não excepcional ou transitório. Há quem denomine este pressuposto de continuidade.

A subordinação aparece, no contrato de trabalho, como outro pressuposto. Na doutrina e na jurisprudência, padrões básicos de condutas se cristalizaram, indicando o estado de subordinação. Porém, o desenvolvimento da atividade industrial e a evolução das práticas de negócios fizeram com que as linhas mestras desses padrões também se alterassem e evoluíssem.

Na realidade contemporânea, as partes se vinculam tácita ou expressamente e por esse vínculo confere-se a uma delas - o empregador - o poder jurídico de, a qualquer momento, nos limites objetivos do contrato, intervir na esfera jurídica do empregado. Vê-se, pois, que a relação de emprego, fundada na subordinação, é uma relação intersubjetiva, mas cujo nexo é de natureza objetiva, como, aliás, já anteriormente consignado.

A subordinação parte da atividade e nela se concentra. Seu exercício implica intercâmbio de condutas, pois essa atividade consuma-se por pessoas que se congregam, que se organizam e que compõem um quadro geral de ordem e de segurança no processo da produção de bens e/ou serviços.

O elemento vinculativo que liga o empregado ao empregador é a *atividade*, que é o dado fundamental para a caracterização objetiva da relação de emprego, bem como o elemento definidor do contrato de trabalho. Somente ela, o modo de conduzir-se sua aplicação, a *execução* do trabalho ou sua potencialização é que autorizam a intervenção do empregador, com as medidas corretivas de ordem *técnica* e *funcional*.

Não se contrata a subordinação, mas a prestação de serviços, que se desenvolve subordinadamente ou não. A subordinação é, portanto, uma forma de a relação de trabalho se exteriorizar. Ao contrário do trabalho subordinado, o autônomo não sofre intervenção do empregador e o prestador tem o poder jurídico de organizar o trabalho próprio, com ou sem o concurso de outrem.

Autônomo é o trabalhador que desenvolve sua atividade com organização própria, iniciativa e discricionariedade, além da escolha do lugar, do modo, do tempo e da forma de execução. Em geral, os bens e instrumentos de trabalho pertencem ao prestador e a ele cabem os resultados e é ele que corre os riscos. Essa discricionariedade técnica e a auto-organização do trabalho são decisivas na definição do trabalho autônomo e o distinguem do trabalho subordinado.

A iniciativa e a auto-organização do trabalho autônomo enfatizam a liberdade de o prestador dispor de sua atividade para mais de uma pessoa, pois qualquer delas não interferirá na execução de seu trabalho, o que não ensejará que uma atue em detrimento de outra.

No caso vertente, os atributos da relação empregatícia restaram devidamente comprovados. De fato, as duas primeiras testemunhas revelaram que a prestação de seus serviços ocorria de forma subordinada às diretrizes das supervisoras da cooperativa, salientando que não dispunham da faculdade de faltar ao serviço, sob pena de desconto remuneratório e aplicação de penalidade, acrescentando que também não detinham a prerrogativa de indicar substituto. Ainda nesse contexto, merece atenção o fato de que nos períodos anteriores e posteriores ao vínculo cooperativo, os trabalhadores mantiveram vínculo empregatício, num contexto em que a dinâmica de trabalho com a cooperativa permaneceu inalterada. Oportuno registrar que, embora a terceira testemunha haja relatado sua ciência quanto ao vínculo cooperativo, relatou que o valor dos plantões já havia sido previamente definido pela pessoa jurídica, sem qualquer ingerência por parte dos cooperados (situação também confirmada pelo preposto), de modo que sequer tinha conhecimento acerca do endereço de realização das assembleias, revelando que também se encontrava em contexto de subordinação perante a supervisora.

Acerca da apreciação da prova, vale enfatizar que cabe ao julgador valorar os elementos probatórios e indiciários trazidos aos autos para, ao fim, prestigiar aqueles que, em harmonia com os demais,

reflitam a realidade a que se submeteram as partes.

De outro lado, a apreciação das provas, na forma do art. 371 do CPC, deve ser associada às máximas de experiência (art. 375, Código de Processo Civil), não se podendo perder de vista os acontecimentos e os procedimentos ordinariamente presentes na sociedade e na vida do homem comum.

Assim, tendo em vista as provas produzidas, outro caminho não há senão reconhecer como existente a relação de emprego entre a reclamante e a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA no período de 01/12/2014 a 11/03/2018 (já considerada a projeção do aviso prévio de 39 dias), na função de técnica de enfermagem, mediante remuneração mensal de R$1.200,00.

Como efeito do reconhecimento da relação de emprego, deverá a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA **proceder à assinatura e baixa na CTPS da obreira, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado desta decisão, consignando o período de trabalho acima reconhecido (01/12/2014 a 11/03/2018), função de técnica de enfermagem, com salário mensal no valor de R$1.200,00. Deverá a reclamante depositar a sua CTPS na Secretaria da vara no prazo de 5 dias, contados do trânsito em julgado, e após ser notificada a parte adversa para recebê-la e cumprir a decisão. Por se tratar de obrigação de fazer, fixo de ofício multa diária em caso de descumprimento, no valor de R$50,00 (cinqüenta reais), até o limite de R$ 1.000,00, em favor da obreira, hipótese em que referidas anotações deverão ser realizadas pela Secretaria da Vara**.

Em relação à forma de extinção do pacto, considerando que a continuidade do vínculo empregatício constitui presunção favorável ao obreiro, incumbia aos reclamados o ônus de comprovar que o pacto foi extinto por justa causa da obreira ou por iniciativa dela (pedido de demissão), hipóteses que não foram demonstradas. Com base em tais fatos, reconheço o pacto rescindido de forma imotivada.

Considerando a inexistência de provas acerca do adimplemento das verbas rescisórias, conforme exigido pelo art. 818 da CLT, julgo **procedente** o pagamento dos haveres inerentes à dispensa imotivada, observados os limites do pedido (art. 492 do CPC), nos seguintes termos:

- aviso prévio de 39 dias (R$1.560,00);
- 13º salário proporcional de 2014 (1/12) (R$100,00);
- 13º salário de 2015 (R$1.200,00);
- 13º salário de 2016 (R$1.200,00);
- 13º salário de 2017 (R$1.200,00);
- 13º salário proporcional de 2018 com projeção (2/12) (R$200,00);
- férias 2014/2015 + 1/3 em dobro (R$3.200,00);
- férias 2015/2016 + 1/3 em dobro (R$3.200,00);
- férias 2016/2017 + 1/3 (R$1.600,00);
- férias proporcionais 2017/2018 + 1/3 (2/12) (R$266,66).

Procedente, ainda em razão da dispensa imotivada, as seguintes obrigações de fazer, a cargo da reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA: entrega do TRCT no cód. SJ2 e chave de conectividade para saque do FGTS, com a comprovação dos recolhimentos relativos a todo o período laboral e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de execução das parcelas fundiárias inadimplidas.

Procedente o pedido de anulação do contrato social de sociedade em conta de participação, firmado entre a reclamante e a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA.

Improcedentes as multas dos arts. 467 e 477 da CLT, pois o vínculo empregatício somente foi reconhecido na via judicial.

Improcedente o pleito relativo ao seguro-desemprego, pois a autora permaneceu laborando em prol de outra empresa terceirizada, conforme relatado em audiência.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Informa a acionante que foi contratada pela reclamada COOPENURE em 01/12/2014 para exercer a função de técnica de enfermagem, mediante remuneração mensal de R$1.200,00. Alega que, no exercício das atribuições do cargo citado, mantinha contato habitual com agente insalubre, acima dos limites de tolerância contidos na NR-15, jamais tendo recebido qualquer valor a título de adicional de insalubridade. Assim, requer o pagamento do adicional de insalubridade, durante todo o período laborado, mais as integrações e reflexos nos consectários legais.

Os reclamados, em sede de contestação, alegaram que a reclamante jamais esteve exposta a agentes insalubres acima dos limites de tolerância, asseverando que as atividades exercidas não estão previstas na NR-15. Por essas razões, requerem a improcedência do adicional pleiteado e dos pleitos acessórios.

O art. 192 da CLT prevê que o exercício do trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário base da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

A Portaria 3.214/79 regulamenta a NR-15 - Atividades e Operações Insalubre, definindo, em seus anexos, os agentes insalubres, limites

de tolerância e os critérios técnicos e legais para avaliação e caracterização das atividades e operações insalubres e o respectivo adicional.

Foi determinada a produção de prova pericial para elucidar o enquadramento da atividade da trabalhadora, sendo o parecer do *expert* no sentido de caracterizar a atividade da autora, no cargo de técnica de enfermagem, como insalubre, em grau máximo (40%), conforme transcrevo:

"(...)

8 - DESCRIÇÃO DO LOCAL PERICIADO E ATIVIDADES EXECUTADAS

A Reclamante, na função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, dava assistência aos pacientes, fazia os primeiros cuidados, aferia pressão, aplicava medicação, trocava curativo, dava banho, aplicava alimentação via sonda e oral, levava o paciente até a ambulância e o acompanhava até outro hospital, quando possível, além de outras atividades inerentes ao cargo.

A Reclamante laborava no Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos setores de Reanimação Adulto (também conhecido como Sala Vermelha), Sala de Observação Adulto e Transporte, durante o contrato de trabalho. Na Sala Vermelha, como o estado de saúde do paciente é gravíssimo, não fica acompanhante.

(...)

9 - ANÁLISE QUALITATIVA

9.1 - AGENTES BIOLÓGICOS

A Reclamante, no desenvolvimento das atividades laborais como Técnica de Enfermagem, dava assistência aos pacientes, fazia os primeiros cuidados, aferia pressão, aplicava medicação, trocava curativo, dava banho, aplicava alimentação via sonda e oral, levava o paciente até a ambulância e o acompanhava até outro hospital, quando possível, além de outras atividades inerentes ao cargo.

Ao longo da Sala Vermelha, Sala de Observação Adulto e Transporte,

havia o atendimento a pacientes com doenças infecto-contagiosas, tais como tuberculose, sífilis, HIV, hepatite, etc.

Havia adoção de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que eram Capote (bata descartável), luva de procedimento estéril e não estéril, gorro e máscara.

A exposição da Reclamante aos agentes biológicos é inerente à atividade, não havendo a eliminação do risco com medidas aplicadas ao ambiente, nem neutralizadas com o uso do EPI. Portanto, como a Reclamante ficava exposta a pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, conforme os preceitos da NR 15, no anexo XIV, "Trabalho ou operações, em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados" é caracterizado como INSALUBRE, em grau máximo (40%).

(...)".

Considerando o fato de que a prova técnica reflete com fidelidade as condições de trabalho da autora e que as alegações dos reclamados não foram suficientes para desconstituir o laudo pericial, outro caminho não há senão acolher a conclusão explanada na perícia, considerando o trabalho da autora realizado em condições insalubres, pois exposta a agentes biológicos, conforme parâmetros da NR 15.

Neste pensar, defiro o pedido de adicional de insalubridade, em grau máximo, como reconhecido no laudo pericial, no percentual de 40% sobre o salário mínimo vigente à época do ajuizamento da demanda (R$ 954,00), durante os períodos de 01/12/2014 a 24/08/2016 e 26/12/2016 a 31/01/2018 (tendo em vista a exclusão do período de afastamento da licença-maternidade).

Em razão da habitualidade e da natureza salarial da parcela, **defiro**, ainda, os reflexos do adicional de insalubridade no aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS.

LICENÇA-MATERNIDADE

Argumenta a reclamante que seu filho nasceu em 25/08/2016, ficando afastada de suas atividades por três meses sem qualquer pagamento, motivo pelo qual requer a indenização da licença-maternidade de 120 dias. Por sua vez, a reclamada COOPENURE alega que, inexistente a relação empregatícia, não há direito à licença-maternidade, enquanto os demais reclamados negaram responsabilidade pela verba pleiteada.

Conforme apurado em capítulo precedente, o vínculo empregatício foi regularmente comprovado, enquanto o nascimento do filho da reclamante foi demonstrado por meio da certidão de fl. 60, fatores que asseguram o direito à licença-maternidade. Ainda nesse contexto, a autora reconheceu ter permanecido afastada das atividades por quatro meses, conforme depoimento, não apenas por três meses, como alegado na inicial. Todavia, os reclamados não comprovaram o pagamento dos valores do período de afastamento, consoante exigido pelo art. 72, § 1º, da Lei 8.213/1991 c/c art. 818 da CLT.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para o efeito de condenar a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA ao pagamento de licença-maternidade, no valor de R$4.800,00.**

Como se trata de parcela de pagamento mensal, em montante fixo, **julgo improcedente o pedido de reflexos sobre as demais verbas rescisórias**, que, inclusive, já foram contempladas no

capitulo atinente ao reconhecimento do vínculo empregatício.

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA.

A reclamante admitiu, por ocasião de seu depoimento, ter se limitado a cumprir plantões com duração de 12 horas, de forma a atrair a incidência da Súmula 444 do TST, motivo pelo qual **julgo improcedentes os pleitos relativos às horas extras e demais repercussões financeiras.**

Em seguida, cumpre salientar que as testemunhas confirmaram a impossibilidade de usufruto do intervalo mínimo de 1 hora, de modo que se impõe o pagamento das respectivas horas, porém devem ser observadas algumas limitações. Nesse sentido, a autora reconheceu que, no turno noturno, era possível usufruir até três horas de intervalo, salientando haver permanecido nesse horário por um ano, no início do período contratual. Ademais, restou demonstrado que, de 25/08/2016 a 25/12/2016, a autora ficou afastada de suas atividades, em decorrência do parto de seu filho, motivo pelo qual referido período também deve ser excluído. Por fim, a reclamante admitiu ter prestado apenas 10 plantões por mês, em média.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido, para o efeito de condenar a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA ao pagamento de 10 horas intervalares por mês, nos períodos de 01/12/2015 a 24/08/2016 e 26/12/2016 a 31/01/2018 (observada a devida proporcionalidade nos meses não integrais), respeitados os seguintes parâmetros: divisor 220; remuneração de R$1.200,00; adicional de 50%; limitação da condenação ao número de horas pleiteadas, nos termos do art. 492 do CPC**.

Tendo as horas intervalares natureza salarial e sendo habitual a sua ocorrência, produz-se o efeito expansionista circular, isto é, a produção de reflexos sobre outras parcelas de cunho trabalhista. Assim, **defiro os reflexos das horas intervalares sobre RSR, aviso prévio, 13° salário, férias + 1/3 e FGTS - 8% e 40%**.

VALE-TRANSPORTE

O deslocamento do trabalhador de sua residência para o trabalho é imperativo de toda atividade laboral, de modo que cabe ao empregador o ônus de comprovar eventual fato modificativo da obrigação de conceder o benefício do vale-transporte. Isto porque, na qualidade de empregador, o empresário possui em seus registros as informações necessárias ao cumprimento das exigências contidas no art. 7.º do Decreto 95.247/87, a fim de comprovar a desnecessidade da concessão do benefício.

Este entendimento decorre do cancelamento da Orientação Jurisprudencial 215 da SBDI-1, que invertia o ônus da prova na hipótese, bem como da edição da Súmula 460 do TST. Citam-se neste sentido recentes precedentes da SBDI-I do TST:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI Nº 11.496/2007. (...) VALE-TRANSPORTE- ÔNUSDA PROVA. O cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 215, da SBDI-1 desta Corte, e a incidência do princípio da aptidão da prova, impõem ao empregador, diante da inequívoca condução do contrato de trabalho, comprovar que o obreiro não preenche os requisitos necessários à obtenção do vale transporte, mesmo porque a presunção milita em favor do empregado, uma vez que, regra geral, necessita o hipossuficiente de transporte público para se locomover de sua residência ao trabalho. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-RR - 52300-88.2008.5.09.0322, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 9/3/2012)

"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. VALE TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA. CANCELAMENTO DA OJ-215-SBDI-1-TST. I - Discute-se no presente processo a quem incumbe o ônus da prova em se tratando dos requisitos necessários à obtenção do vale transporte; II - O e. Tribunal Regional, com base nos princípios da razoabilidade e da aptidão para a prova, inverteu o ônus da prova, -eis que o requisitante (USIMINAS) e o contratado (OGMO) detêm os documentos relativos aos avulsos que prestaram serviços, sendo, portanto, mais aptos à produção da prova do controle de jornada daqueles trabalhadores- (decisão transcrita pela Turma à fl. 429); III - A e. 1ª Turma confirmou tal decisão, afirmando que, in casu, -é ônus do empregador comprovar que estava exonerado da obrigação de conceder vale-transporte, seja por tê-lo adimplido para o deslocamento residência - trabalho, seja porque o trabalhador optou por não fazer uso de seu direito- (fl. 431), a despeito da OJ-215-SBDI-1-TST; IV - O entendimento do e. Tribunal Regional, assim como o da e. 1ª Turma, é o de que prevalece, exatamente em função do princípio da aptidão para a prova, segundo o qual o ônus de produzir prova deve ser atribuído a quem tem os meios para fazê-lo, independentemente da clássica distribuição do ônus probandi, tendo sido esta a razão que levou este e. Tribunal, em composição plenária, em 24 de maio próximo passado, a cancelar a aludida OJ-215-SBDI-1-TST. Recurso de embargos conhecido e a que se nega provimento." (E-ED-RR - 54000-41.2007.5.02.0254, Rel. Min. Horácio Raymundo de Senna Pires, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 19/8/2011)

Considerando que, no caso em apreço, os reclamados não comprovaram o fornecimento de vale-transporte, tampouco diligenciaram no sentido de comprovar a incorreção do montante liquidado na inicial, **julgo procedente o pedido, para o efeito de**

condenar a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA ao pagamento de vale-transporte, no valor de R$4.680,00.

DANO MORAL

A reclamante também pleiteia o pagamento de indenização por dano moral, fundamentando o seu pedido na falta de reconhecimento da relação empregatícia por parte da reclamada e na demissão imotivada.

Em princípio, vale ressaltar que, para configuração do dano moral na esfera trabalhista, mostra-se necessária prova inequívoca de que o empregador tenha agido de maneira ilícita, por ação ou omissão, cometendo abusos ou excessos no poder diretivo, de modo a causar ofensa pessoal, violação à honra, imagem ou intimidade de seu funcionário, acarretando abalo emocional apto a ensejar a reparação pretendida.

O dano moral é aquele que atinge a moralidade e a afetividade da pessoa, causando-lhe constrangimentos, vexames, dores, que, entretanto, dada sua subjetividade, necessitam ser cabalmente comprovados por quem o invoca.

No caso dos autos, a autora, a quem incumbia o ônus probatório, não se desincumbiu do seu encargo. Isso porque não há qualquer prova nos autos de que ela tenha sofrido os abalos narrados na inicial.

Destaque-se que o fato de a reclamada não ter reconhecido a relação empregatícia, não ter adimplido algumas parcelas trabalhista, bem como o fato de ter aplicado demissão imotivada não configuram ofensas aos direitos de personalidade da autora, a ponto de ensejar a reparação pretendida. Eventual prejuízo de ordem pecuniária e financeira da reclamante está sendo aferido na presente ação, na análise de cada pedido. Não há prova documental ou oral de que tais descumprimentos contratuais tenham causado repercussões negativas na vida da demandante, capazes de lhe acarretar humilhações, prejuízos e sofrimentos.

Nesse sentido, o Enunciado 159, aprovado na III Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal: *"O dano moral, assim compreendido todo o extrapatrimonial, não se caracteriza quando há mero aborrecimento inerente a prejuízo material".*

Em que pese a inequívoca natureza alimentar das verbas trabalhistas devidas pelo empregador ao empregado, as faltas praticadas pela reclamada não são motivos, por si sós, caracterizadores de dano moral hábil a ensejar a pretendida indenização.

Ante o exposto, julgo **improcedente** a indenização por danos morais pretendida pela reclamante.

JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS.

Em atendimento ao disposto no §3° do art. 832 da CLT, declaro que haverá incidência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas que integram o salário-contribuição, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT e art. 28 da Lei 8.212/91, salvo sobre aviso prévio, férias + 1/3 e FGTS+40%.

Os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado deverão ser efetuados pela parte demandada, com indicação do PIS ou NIT da autora, mas autorizada dedução dos valores cabíveis à parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento. O critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto n º 3.048/1999, que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição.

O imposto de renda incidirá sobre as parcelas de cunho salarial, acrescidas de correção monetária e deduzidos os juros de mora, que têm caráter indenizatório (OJ 400 da SDI-1). Será calculado mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 7.713, 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010 (item II da Súmula 368 do TST).

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Juros de Mora de 1% ao mês, desde o ajuizamento da ação, nos termos do artigo 883 da CLT e súmula 200 do TST. Correção Monetária desde o vencimento da obrigação, pela TR, conforme art. 879, §7º da CLT e recomendação do CSJT, nos termos do artigo 459 da CLT c/c o artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91 e Súmula 381 do C. TST, exceto para os incidentes na eventual condenação em indenização por danos morais, que deve observar a Súmula 439 do C. TST.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

A Lei 13.467/2017, ao implementar profunda reforma no âmbito das relações trabalhistas, acrescentou o art. 4ª-A à Lei 6.019/1974, disposto nos seguintes termos:

Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

§ 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.

§ 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores,

ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.

Diante do novo contexto normativo, a terceirização passa a ser admitida de forma ampla, de modo a abranger quaisquer atividades da empresa contratante, inclusive sua atividade principal, restando superada a distinção entre atividades-fim e atividades-meio, estabelecida na Súmula 331, item III, do TST. Nessa linha de intelecção, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar conjuntamente o RE 958.252/MG e a ADPF 324, firmou a seguinte tese de repercussão geral em 30/08/2018:

É licita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Em prosseguimento, cumpre salientar que, embora ampliado o campo de atuação lícita das atividades terceirizadas, a Lei 13.467/2017 foi clara ao preservar o entendimento jurisprudencial de responsabilidade subsidiária das empresas contratantes pelas obrigações trabalhistas das empresas contratadas, conforme previsão explícita do art. 5º-A, § 5º, também acrescentado à Lei 6.019/1974 e redigido nos seguintes moldes:

§ 5º. A empresa contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços, e o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Neste ponto, torna-se relevante mencionar que, por ocasião do julgamento do RE 760.931/DF, o Supremo Tribunal Federal confirmou o entendimento já consolidado pelo TST, no sentido de que, no âmbito das terceirizações praticadas pela Administração Pública, a transferência da responsabilidade não ocorre de forma automática, ficando estabelecida a seguinte tese de repercussão geral:

O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Em harmonia com a citada diretriz, o Tribunal Superior do Trabalho, por intermédio de sua 1ª Turma, vem consolidando o entendimento de que somente a comprovação da efetiva fiscalização do contrato de trabalho possui a aptidão de afastar a responsabilidade subsidiária, consoante teor de recente acórdão:

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. A despeito das razões expostas pela parte agravante, merece ser mantida a decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista. No tocante à atribuição de responsabilidade subsidiária ao ente público pelos valores devidos à Reclamante pela prestadora de serviços, adoto o posicionamento da atual composição desta Primeira Turma, no sentido de que, ***não havendo comprovação da efetiva fiscalização do contrato de trabalho pelo ente público, prevalece a condenação subsidiária*** *reconhecida pelo Regional, estando a decisão de acordo com o* ***entendimento da Súmula n.º 331, V, do TST, inexistindo violação do artigo 71, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993****. Ressalva do entendimento do Relator. Recurso de Revista não conhecido. (RR - 878-34.2014.5.15.0084 , Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, Data de Julgamento: 12/12/2018, 1ª Turma, Data de Publicação:* ***DEJT 14/12/2018****)*

(grifos à parte)

Firmadas as necessárias premissas teóricas, verifica-se que, no caso em apreço, o reclamado ESTADO DO AMAZONAS transferiu parte de suas atividades ao reclamado IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO que, por sua vez, transferiu as mesmas atividades à reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA, a qual, por fim, contratou os serviços do reclamante, conforme se depreende pelo exame dos instrumentos de fls. 123/141 e 200/224 e pelo reconhecimento do vínculo empregatício na presente sentença. Ainda nesse contexto, observa-se que o preposto do ESTADO DO AMAZONAS revelou não ter sequer conhecimento acerca da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas do IMED. No mesmo sentido, o preposto do IMED revelou a inexistência de fiscalização das obrigações da COOPENURE. Oportuno registrar que a segunda testemunha da reclamante confirmou a inocorrência de qualquer fiscalização, tanto por parte do ESTADO DO AMAZONAS quanto do IMED. Cumpre reiterar que as diligências de fiscalização devem subsistir no decorrer de todo o período de terceirização, conforme Súmula 331, item VI, entendimento mantido pelo art. 5º-A, § 5º, da Lei 6.019/1974.

Diante dos casos de quarteirização, os Tribunais Regionais também vêm firmando entendimento no sentido na responsabilidade subsidiária dos integrantes da cadeia produtiva, a exemplo do que se verifica no seguinte acórdão:

RECURSO DA RECLAMADA. ***QUARTEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. TOMADORA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO****. Ante o fenômeno da terceirização e da quarteirização, como é o caso dos autos, com escopo de resguardar os direitos dos trabalhadores da empresa prestadora dos serviços, o Tribunal Superior do Trabalho, por meio de sua Súmula nº 331,*

trouxe a previsão da responsabilidade civil, do tomador de serviços, na escolha e fiscalização do trato das relações trabalhistas da prestadora em relação aos seus empregados. A responsabilidade subsidiária abrange toda a condenação, inclusive em relação às parcelas fiscais e previdenciárias.

(RO 0012096-51.2013.5.01.0224. 5ª Turma. TRT-1. Rel. Enoque Ribeiro dos Santos. P. 06/10/2016)

Ante as considerações delineadas, **julgo procedente o pedido de condenação subsidiária do reclamado IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO pelas obrigações trabalhistas impostas à reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA.**

Com amparo nas mesmas razões, **julgo procedente o pedido de condenação subsidiária do reclamado ESTADO DO AMAZONAS pelas obrigações trabalhistas impostas ao reclamado IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO.**

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A, § 3º, da CLT, arbitro honorários de sucumbência recíproca nos seguintes termos:

a) condeno a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos advogados dos reclamados, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes (multa do art. 467 da CLT; multa do art. 477 da CLT; seguro-desemprego; reflexos da licença-maternidade sobre aviso prévio, 13º salário, férias e FGTS; horas extras; indenização por danos morais), verba que deverá ser dividida igualmente entre os patronos;

b) condeno os reclamados, em regime de solidariedade, ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamante, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados procedentes (aviso prévio de 39 dias; 13º salário proporcional de 2014; 13º salário de 2015; 13º salário de 2016; 13º salário de 2017; 13º salário proporcional de 2018 com projeção; férias 2014/2015 + 1/3 em dobro; férias 2015/2016 + 1/3 em dobro; férias 2016/2017 + 1/3; férias proporcionais 2017/2018 + 1/3; adicional de insalubridade; licença-maternidade; horas intervalares; vale-transporte).

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por SIMARA GOES FERREIRA DA FONSECA em face de COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA, IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO e ESTADO DO AMAZONAS, REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS e, NO MÉRITO, JULGAR **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados na exordial para condenar a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA a pagar à reclamante as seguintes verbas:

- aviso prévio de 39 dias (R$1.560,00);
- 13º salário proporcional de 2014 (1/12) (R$100,00);
- 13º salário de 2015 (R$1.200,00);
- 13º salário de 2016 (R$1.200,00);
- 13º salário de 2017 (R$1.200,00);
- 13º salário proporcional de 2018 com projeção (2/12) (R$200,00);
- férias 2014/2015 + 1/3 em dobro (R$3.200,00);
- férias 2015/2016 + 1/3 em dobro (R$3.200,00);
- férias 2016/2017 + 1/3 (R$1.600,00);
- férias proporcionais 2017/2018 + 1/3 (2/12) (R$266,66);
- adicional de insalubridade, em grau máximo, como reconhecido no laudo pericial, no percentual de 40% sobre o salário mínimo vigente à época do ajuizamento da demanda (R$954,00), durante os períodos de 01/12/2014 a 24/08/2016 e 26/12/2016 a 31/01/2018, com reflexos sobre aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS;
- licença-maternidade (R$4.800,00);
- 10 horas intervalares por mês, nos períodos de 01/12/2015 a 24/08/2016 e 26/12/2016 a 31/01/2018 (observada a devida proporcionalidade nos meses não integrais), respeitado o divisor 220, a remuneração de R$1.200,00, o adicional de 50% e a limitação da condenação ao número de horas pleiteadas, com reflexos sobre RSR, aviso prévio, 13° salário, férias + 1/3 e FGTS - 8% e 40%;
- vale-transporte (R$4.680,00).

Procedente, ainda em razão da dispensa imotivada, as seguintes obrigações de fazer, a cargo da reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA: entrega do TRCT no cód. SJ2 e chave de conectividade para saque do FGTS, com a comprovação dos recolhimentos relativos a todo o período laboral e sobre as verbas rescisórias, acrescidos da multa de 40%, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena de execução das parcelas fundiárias inadimplidas.

Procedente o pedido de anulação do contrato social de sociedade em conta de participação, firmado entre a reclamante e a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA.

Como efeito do reconhecimento da relação de emprego, deverá a reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE

URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA **proceder à assinatura e baixa na CTPS da obreira, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado desta decisão, consignando o período de trabalho acima reconhecido (01/12/2014 a 11/03/2018), função de técnica de enfermagem, com salário mensal no valor de R$1.200,00. Deverá a reclamante depositar a sua CTPS na Secretaria da vara no prazo de 5 dias, contados do trânsito em julgado, e após ser notificada a parte adversa para recebê-la e cumprir a decisão. Por se tratar de obrigação de fazer, fixo de ofício multa diária em caso de descumprimento, no valor de R$50,00 (cinqüenta reais), até o limite de R$ 1.000,00, em favor da obreira, hipótese em que referidas anotações deverão ser realizadas pela Secretaria da Vara**.

Deferida justiça gratuita à parte autora. Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais conforme fundamentação.

Fica o reclamado IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas da reclamada COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA.

Fica o reclamado ESTADO DO AMAZONAS subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas do reclamado IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO.

Condeno a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos advogados dos reclamados, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes (multa do art. 467 da CLT; multa do art. 477 da CLT; seguro-desemprego; reflexos da licença-maternidade sobre aviso prévio, 13º salário, férias e FGTS; horas extras; indenização por danos morais), verba que deverá ser dividida igualmente entre os patronos.

Condeno os reclamados, em regime de solidariedade, ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamante, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados procedentes (aviso prévio de 39 dias; 13º salário proporcional de 2014; 13º salário de 2015; 13º salário de 2016; 13º salário de 2017; 13º salário proporcional de 2018 com projeção; férias 2014/2015 + 1/3 em dobro; férias 2015/2016 + 1/3 em dobro; férias 2016/2017 + 1/3; férias proporcionais 2017/2018 + 1/3; adicional de insalubridade; licença-maternidade; horas intervalares; vale-transporte).

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pelos reclamados COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA e IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, calculadas sobre o valor da condenação (ora arbitrado em R$40.000,00), no importe de R$800,00.

Honorários periciais pelos reclamados, conforme ata de fls. 551/555.

Intimem-se as partes.

E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001426-65.2018.5.11.0008

AUTOR	FRANCIANO DA SILVA GOMES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA
- FRANCIANO DA SILVA GOMES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

DATA: 06/12/2018

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

FRANCIANO DA SILVA GOMES, já devidamente qualificado nos autos, ingressou com reclamação trabalhista em face de AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA, na qual postula indenização por danos morais, materiais e estéticos, em decorrência de acidente típico de trabalho e das sequelas apresentadas.

A demandada, em sede de contestação, pugnou pela improcedência dos pedidos formulados, eis que ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Alçada fixada no líquido do pedido.

As partes não arrolaram testemunhas.

Iniciada a instrução, foi produzida prova documental e pericial.

Dispensada a oitiva das partes.

Alegações finais remissivas.

Infrutíferas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

MÉRITO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS

Cuida-se de pedido de indenização por danos morais, materiais e estéticos, em decorrência de acidente típico de trabalho.

O dano moral encontra campo propício e fértil por excelência no Direito do Trabalho, porque este confere especial dimensão à tutela da personalidade do trabalhador empregado, em virtude do caráter pessoal, subordinado e duradouro da prestação de trabalho.

A finalidade histórica e o escopo primordial do Direito do Trabalho é, sem dúvidas, oferecer proteção aos valores essenciais da pessoa do trabalhador.

Os motivos inspiradores das tutelas de proteção à dignidade moral da pessoa do empregado decorrem da consciência da característica de subordinação do empregado.

O princípio da tutela da dignidade dos empregados permanece, ainda hoje, um aspecto ineliminável do ordenamento jurídico trabalhista.

O contrato de trabalho traz necessariamente (implícita ou explicitamente) o direito e a obrigação de respeito aos direitos personalíssimos (direitos morais). Tanto é que a ofensa a tais direitos autoriza a rescisão contratual pelo empregado e pelo empregador.

O direito do trabalho moderno não foge à tendência moderna de cobrir os direitos e obrigações dos novos fenômenos e das novas classes de necessidades, principalmente, para proteger direitos não patrimoniais.

Assim, podemos conceituar "dano moral trabalhista" o agravo ou constrangimento moral infringido quer ao empregado, quer ao empregador, mediante violação a direitos ínsitos à personalidade "como conseqüência da relação de emprego".

O dano moral é assim descrito por Yussef Cahali:

"Na realidade, multifacetário o ser anímico, tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de principio, como dano moral; não há como enumera-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angustia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestigio, na desconsideração pessoal, no descrédito à reputação, na humilhação publica, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral." (Yussef Saída Cahali, Dano Moral, ed. São Paulo, RT, 2000, pp20-1)"

À responsabilidade civil do empregador pelo infortúnio laboral são aplicadas as regras do direito civil. O art. 186 do Código Civil dispõe:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O dever indenizatório por perdas e danos está previsto no art. 927 do Código Civil de 2002, a saber:

"Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem é obrigado a repará-lo."

A indenização está disciplinada nos arts. 944 e seguintes do CC. Ela se mede pela extensão do dano (art. 944) e é possível reduzi-la se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano (parágrafo único do art. 944).Para a caracterização da responsabilidade subjetiva é imperiosa a existência do dano (prejuízo a bens morais e/ou materiais), do dolo ou da culpa do agente, que pode ter caráter omissivo ou comissivo, e do nexo de causalidade entre os dois primeiros. Assim, regra geral, para a caracterização da responsabilidade civil do empregador, em caso de dano causado a empregado, é necessária a ocorrência de nexo de causalidade entre a execução do serviço, o dano sofrido e a conduta do empregador violadora do direito do empregado.

O risco de acidente de trabalho muitas vezes é inevitável; entretanto, ele deverá ser prevenido. Aí é que reside a responsabilidade do empregador: proteger o empregado a fim de prevenir situações de perigo. É seu dever legal observar as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, instruindo seus empregados quanto aos cuidados a serem observados no desempenho das suas tarefas. A inobservância de norma de conduta, com resultado danoso ao empregado, cujo empregador tem o dever de conhecer e observar, traz conseqüências no âmbito da responsabilidade civil.

O novo Código Civil inovou na matéria, trazendo uma exceção à regra ao prever no parágrafo único do art. 927 o seguinte:

"Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

Esse novo texto, portanto, estabeleceu uma responsabilidade objetiva, ou seja, independentemente da vontade do agente, ele é responsável quando a sua atividade envolver risco. No caso

específico de acidente de trabalho, há um conflito entre a norma constitucional - inc. XXVIII do art. 7º - que adotou para o caso tão-somente a teoria da responsabilidade subjetiva do empregador ("...sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa") - e a norma infra-constitucional supramencionada, a qual perfilhou a teoria objetivista, calcada no risco profissional, que, se aplicada, dispensa o empregado de comprovar a culpa do empregador quando o acidente ocorre dentro do risco inerente ao trabalho.

O acidente do trabalho acarreta para a vítima várias perdas, abrangendo o dano moral, material e físico. Os danos materiais e físicos estão relacionados com a perda da capacidade de trabalho: total, parcial, temporária ou permanente. O dano material está relacionado à perda do direito ao trabalho propriamente dito e aos encargos financeiros resultantes, enquanto o físico se baseia na perda das funções físicas.

Convém recordar que em nosso País, até a Constituição Federal de 1988, sempre houve resistência, com maior ou menor intensidade, em segmentos da doutrina e jurisprudência, ao reconhecimento do direito à indenização referente a qualquer dano moral.

Hoje, o direito à indenização por dano moral, no ordenamento jurídico brasileiro, deflui, antes de tudo de duas normas constitucionais expressas: o art. 5º , Incisos V e X da CF/88. Mas também tem arrimo no Código Civil Brasileiro, na medida em que impõem o dever de indenizar não apenas aquele que causar prejuízo material como também aquele que violar o direito de outrem.

Só o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho se mostram adequados a dar conta e compreender as razões específicas - história, lógica, teológica, axiológica e principiológica - da tutela do direito moral atribuídas ao trabalhador subordinado.

Rodolfo Pamplona Filho, na obra intitulada O Dano Moral na Relação de Emprego, referindo-se ao conceito e denominação de dano moral, assim analisa:

"O dano moral consiste no prejuízo ou lesão de interesses e bens, cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa, violando a sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente."

Importa frisar que a concessão de indenização por dano moral, na seara trabalhista, tem por pressuposto a comprovação de três elementos básicos:

a) o comportamento doloso ou culposo do empregador;

b) o efetivo prejuízo do empregado;

c) o nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva e a lesão.

No caso vertente, o reclamante informa que foi admitido pela reclamada em 25/03/2013 para ocupar o cargo de ajudante multifuncional.

Informa que, em 24/02/2014, sofreu acidente de trabalho, com lesão em sua mão esquerda. Acrescenta que, em 02/04/2015, sofreu um segundo acidente, com lesão em sua cabeça.

Assim, em razão da perda da capacidade laborativa, requer o pagamento de indenização por danos morais e materiais.

A reclamada, em contrapartida, requereu a improcedência dos pedidos autorais, sob o argumento de que não praticou qualquer ato ilícito, apto a ensejar eventual responsabilidade.

Para dirimir a controvérsia, o Juízo determinou a produção de prova pericial, com laudo acostado às fls. 478/492.

Cabe destacar que o perito nomeado pelo Juízo elaborou laudo técnico claro e objetivo, avaliando com especificidade a pessoa do reclamante, dentro do desejável e esperado.

Quanto ao teor do laudo pericial, este constatou que os acidentes não geraram incapacidade laboral, conclusão que extraio pela leitura das seguintes passagens:

"(...)

10. DISCUSSAO DO CASO

Considerando anamnese médica, exame físico, idade, descrição da atividade realizada, tipo de lesão, trabalhos que o autor realizava, fisiopatologia das doenças, estado atual de saúde, formas de evolução das patologia descritas pelo autor, e formas de evolução descritas nas literaturas médicas.

Autor laborou para a reclamada de 25/03/2013 - 07/06/2018, exercendo a função de ajudante multifuncional.

Exercia sua função das 07:12h às 17:30h, de segunda à sexta, com 1h30min de intervalo para alimentação.

Sua função consistia em ajudar no manuseio de botijas de gás.

No dia 24/02/2014, por volta das 16h e 47min quando foi vitima de acidente típico enquanto estava trabalhando na sua função usual, e uma botija e esta caiu sobre sua mão, lesionando o segundo quirodáctilo de mão esquerda, sendo atendido em pronto socorro, ficando por aproximadamente 90 dias afastado do trabalho (pelo INSS). Sendo que retornou as atividades normalmente após este período, para a mesma atividade. (informação relatada pelo autor e confirmada pela parte reclamada)

No dia 02/04/2015, por volta das 17h e 12min, o Reclamante estava carregando um caminhão com botijas de gás, quando então algumas botijas despencaram e caíram sobre a região de sua cabeça, sendo atendido em pronto socorro, recebendo atestado médico de 08 (oito) dias, e após término de atestado retornou as atividades laborais normalmente, onde permaneceu até exame

médico demissional em junho de 2018. (relato do autor, confirmada pela parte reclamada).

A Reclamada emitiu a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, nas datas de 24/02/2014 e 03/04/2015, sendo neste caso caracterizado acidente típico.

No momento refere sintomatologia em ombro quando vai tirar camisa e dor na coluna quando fica muito tempo na mesma posição.

Refere pouca melhora em relação ao inicio das queixas, referindo que ainda doi no frio e ao retirar camisa.

Informa que ainda toma medicamento 2xsemana para dor.

Ao exame físico direcionado, não foi constatada incapacidade para as atividades que sempre exerceu na sede da reclamada, ou para atividades adequadas a seu sexo, e idade.

As queixas que o autor referiu em região cervical, que é o motivo que disse fazer uso eventual de ibuprofeno, não condiz com a referida queda de botijas no segundo acidente, pois lesões em região de crânio não causam lesões em região cervical anos após traumas. As queixas relacionadas a região cervical nada tem a vem com o segundo acidente, tendo características de doença degenerativa em coluna (que nada tem a ver com o ato pericial). Tanto o primeiro quanto o segundo acidente não deixaram lesões que possam incapacitar o autor. (São lesões que ocorrem, se consolidam e não deixam incapacidade laborativa), tanto o é, que após as lesões o autor retornou as mesmas atividades e laborou normalmente por mais de 01 ano (após lesões), sem qualquer dificuldade.

Por fim, e após analise das condições de trabalho a que esteve exposto na sede da reclamada, exame físico, estado atual, tempo entre inicio do vinculo empregatício e inicio da doença, idade do autor, forma física do autor, forma de evolução das doenças, conclue-se por AUSENCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA.

11. Conclusão do Laudo

Considerando a anamnese, exame físico médico, descrição das atividades realizadas no ambiente da reclamada, forma da lesão na mão da autora, procedimentos já realizados, verificando se havia posições forçadas.

Relacionando estes dados a forma de evolução das patologias no autor, tendo por base literaturas médicas sobre as referidas patologias, a INSTRUÇAO NORMATIVA 98/2003, as diretrizes de apoio a decisão medico-pericial em ortopedia e traumatologia de março de 2008, do INSS. CONCLUE-SE QUE:

1. OCORREU LESÕES EM DEDO DE MÃO ESQUERDA NO PRIMEIRO ACIDENTE, ENTRETANTO SEM INCAPACIDADE LABORATIVA;

2. OCORRREU LESÃO EM REGIÃO DE COURO CABELUDO NO SEGUNDO ACIDENTE TIPICO, ENTRETANTO SEM QUALQUER TIPO DE INCAPACIDADE LABORATIVA ATUAL.

(...)"

Em face das conclusões narradas no laudo pericial, posicionamento que este Juízo adota, resta comprovado que os acidentes sofridos não deixaram qualquer rastro de sequela.

Ante as razões delineadas, **julgo improcedentes os pleitos relativos às indenizações por danos morais, materiais e estéticos.**

BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A, caput, da CLT, condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos advogados das reclamadas, no importe de 5% sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista os fatores elencados no § 2º do citado dispositivo legal.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por FRANCIANO DA SILVA GOMES em face de AMAZONGAS DISTRIB DE GAS LIQUEF DE PETROLEO LTDA, JULGAR **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na exordial. Deferida justiça gratuita ao autor. Condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos advogados das reclamadas, no importe de 5% sobre o valor atualizado da causa.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor da causa (R$145.238,10), no importe de R$2.904,76, das quais fica isento, na forma da lei. **Intimem-se as partes. Expeça-se ofício ao Tribunal para pagamento dos honorários periciais, conforme ata de fls. 465/466**. E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001801-03.2017.5.11.0008

AUTOR	MARCELO NEVES SALDANHA
ADVOGADO	REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA(OAB: 12219/AM)
ADVOGADO	VIVETE CORREA DE SOUZA(OAB: 12510/AM)
RÉU	JBS S/A
ADVOGADO	ITAMAR GONCALVES CAIXETA(OAB: 10613/PA)

ADVOGADO ELISIO VITOR FIGUEIREDO JUNIOR(OAB: 110584/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- JBS S/A
- MARCELO NEVES SALDANHA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

DATA: 30/07/2019

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

MARCELO NEVES SALDANHA, já qualificado nos autos, ajuizou Reclamatória Trabalhista em face de JBS S/A, postulando o pagamento de valores a título de acúmulo de função, horas extras, danos materiais e danos morais.

A reclamada apresentou contestação, suscitando preliminar de inépcia da inicial, pugnando, no mérito, pela improcedência dos pedidos.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

O reclamante arrolou uma testemunha.

A reclamada arrolou uma testemunha.

Ouvidas as partes e as testemunhas arroladas.

Alegações finais remissivas pelo reclamante, restando prejudicadas as da reclamada.

Recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINAR

INÉPCIA DA INICIAL

Rejeita-se. A CLT, em seu artigo 840, §1º, exige apenas um breve relato dos fatos e o pedido, sendo certo que tal exigência foi satisfatoriamente cumprida pelo autor, como se vislumbra do exame da peça inaugural, não havendo que se aplicar de forma rigorosa os requisitos da petição inicial previstos no Código de Processo Civil, uma vez que a prefacial contém elucidativa descrição dos fatos que envolveram a prestação laboral.

MÉRITO

ACÚMULO DE FUNÇÕES

Alega o autor ter sido contratado para a função de vendedor externo, porém ressalta que passou a exercer também as funções de cobrador e controlador de qualidade. Em sede de contestação, a reclamada rebate o pleito, argumentando não estarem configurados os requisitos legais.

Analiso.

Para restar caracterizado o acúmulo de funções, deve haver a robusta prova do desempenho de atividades de maior responsabilidade ou conhecimento técnico, ou ainda, no mínimo, prova de que houve alteração contratual lesiva, que exigisse maior esforço e complexidade para o exercício do labor contratual.

Na hipótese em tela, o próprio autor reconheceu, por ocasião de seu depoimento, que a empresa dispunha de um setor de apoio financeiro, responsável por efetuar ligações para os clientes inadimplentes, encaminhar boletos e tratar das negociações envolvendo situações de inadimplência, salientando que o vendedor não recebia qualquer valor dos clientes. Ademais, mesmo diante da hipótese de efetiva realização de cobranças por parte dos vendedores, cumpre salientar que a atividade seria plenamente compatível com o cargo ocupado, pois se trata de etapa intrínseca à própria dinâmica das operações de venda.

Em seguida, oportuno registrar que, de acordo com a primeira testemunha, embora as reclamações relativas à qualidade dos produtos fossem encaminhadas aos vendedores, referidos empregados limitavam-se a preencher um relatório, de modo que não tinham qualquer poder de decisão quanto à eventual troca das mercadorias, especialmente porque sequer chagaram a receber treinamento para esta atividade.

Por fim, é cumpre salientar que, no sistema normativo brasileiro, não se adota, em princípio, o salário por serviço específico. O artigo 456 da CLT, em seu parágrafo único, é expresso ao determinar que "À falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal". Assim, o cumprimento de tarefas, pelo empregado, determinadas pelo empregador, decorrem do *jus variandi* deste, nos termos do disposto no artigo 2º, *caput*, da CLT.

Logo, com base em tais fundamentos, julgo **improcedentes** os acréscimos salariais postulados.

HORAS EXTRAS

O autor alega em sua exordial que, durante a vigência do pacto laboral, trabalhou das 08h00 às 17h00, salientando a existência de efetiva fiscalização da jornada (fls. 05/06). Nesses termos, requer o pagamento de horas extras. Em contrapartida, a reclamada argumenta que o reclamante exercia atividade externa, incompatível com o controle de jornada, motivo pela qual requer a improcedência

do pedido.

Embora o preposto da reclamada haja revelado que o dispositivo utilizado pelos vendedores fosse munido de tecnologia de localização geográfica por GPS, sendo obrigatório o registro de entrada e saída nos estabelecimentos dos clientes, o próprio autor mencionou, em sua petição inicial, que a jornada era cumprida das 08h00 às 17h00 (fls. 05/06), ressaltando, em seu depoimento, o efetivo gozo de intervalo intrajornada de 1 hora, sem imposição de jornada aos sábados, de modo que sua jornada semanal ficava limitada a 40 horas.

Ainda que se considerem os relatos da primeira testemunha, restaria estabelecido o início da jornada às 07h30, com término no horário médio de 17h15, situação que, aliada à concessão de intervalo intrajornada de 1 hora e à inexistência de labor obrigatório aos sábados, resultaria na jornada semanal de 43 horas e 45 minutos, ficando preservado o limite constitucional.

Ante o exposto, **julgo improcedentes os pleitos relativos às horas extras.**

DANOS MATERIAIS

Alega o autor que, embora a reclamada fornecesse cartão com crédito de R$450,00, destinado ao pagamento de combustível de veículo próprio, não era possível sua utilização em qualquer posto, salientando que não eram concedidos valores a título de manutenção e depreciação, motivos pelos quais requer o pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R$15.000,00. Por sua vez, a reclamada argumenta ter estabelecido o pagamento de ajuda de custo, no valor mensal de R$500,00, destinada a contemplar todas as despesas decorrentes da utilização de veículo próprio, motivo pelo qual requer a improcedência dos pedidos.

Inicialmente, cumpre salientar que o próprio autor reconheceu, em audiência, o efetivo pagamento da parcela por meio do cartão fornecido pela reclamada, não havendo qualquer menção a problemas de utilização. Ademais, a primeira testemunha inquirida relatou que todos os vendedores auferiam ajuda de custo, em montantes que poderiam variar de R$450,00 a R$500,00, conforme a região coberta, salientando que a forma de pagamento era amplamente aceita em quase todos os postos de combustível, de modo que resta cabalmente afastada a tese delineada na inicial.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pleito relativo à indenização por danos materiais.**

ASSÉDIO MORAL

Alega o autor ter sofrido constrangimento ilegal, decorrente de "cobranças profissionais em um grupo de whatsapp dos funcionários da empresa, em que seu superior fez o infeliz comentário em dizer que o Reclamante estava em ultimo, na escala de vendas, tendo todos os demais colegas do grupo, lido tal mensagem, razão pela qual a extensão do dano experimentado é enorme e inimaginável". Em sede de contestação, a reclamada nega os fatos a si atribuídos, ressaltando a inexistência de provas acerca do alegado.

O assédio moral é caracterizado pelas condutas abusivas reiteradas pelo empregador, direta ou indiretamente, sob o plano vertical ou horizontal, que afetem o estado psicológico do empregado, expondo-o a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício das funções profissionais.

Isto implica em dizer que os poderes diretivo e disciplinar do empregador, corolários do poder hierárquico sobre a atividade do empregado, exercidos diretamente ou por meio de seus prepostos, não autorizam o alcance de direitos personalíssimos do empregado, assim considerados atributos que integram a sua personalidade, como o conceito que tem de si mesmo e a imagem diante de seus pares.

No caso dos autos, o Juízo não vislumbrou a existência de condutas abusivas por parte da empregadora. Com efeito, a primeira testemunha mencionou haver integrado o grupo de *whatsapp* da empresa, salientando não se recordar de qualquer episódio em que o reclamante teria sido depreciado pelo gerente. Desse modo, julgo **improcedente** o pedido de indenização por dano moral.

JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT, na redação anterior à entrada em vigor da Lei 13.467/2017. Cumpre salientar que, em decorrência do princípio da não surpresa, as novas regras processuais devem ser aplicadas apenas às ações judiciais apresentadas a partir de 11/11/2017.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), entendo que a condenação aos honorários de sucumbência só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade e segurança jurídica.

Esse, inclusive, foi o entendimento consolidado na 2ª Jornada de Direito Material e Processo do Trabalho (Anamatra) e na VIII Jomatra deste Regional.

Eis os enunciados aprovado na VIII JOMATRA - TRT 11 :

Enunciado 10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. INAPLICABILIDADE NOS PROCESSOS EM CURSO. Os honorários de sucumbência só serão aplicados aos processos ajuizados após a vigência da Lei n.º 13.467/2017, haja

vista os princípios da causalidade e da segurança jurídica

Nesse contexto, entendo que os honorários de sucumbência serão devidos apenas aos processos ajuizados a partir de 11/11/2017 (término do prazo da vacatio legis).

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por MARCELO NEVES SALDANHA em face de JBS S/A, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA e, NO MÉRITO, **JULGAR IMPROCEDENTES** os pedidos formulados. Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor da causa (R$150.000,00), no importe de R$3.000,00, das quais fica isento, na forma da lei. **Intimem-se as partes.** E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000775-96.2019.5.11.0008

AUTOR	MARCOS FERNANDO AZEVEDO TAVARES
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS FERNANDO AZEVEDO TAVARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

DATA:30/09/2019

PROCESSO Nº. 000775-96.2019.5.11.0008

RECLAMANTE: MARCOS FERNANDO AZEVEDO TAVARES

RECLAMADA: CIA TROPICAL DE HOTÉIS DA AMAZÔNIA LTDA (TROPICAL HOTEL

MANAUS),

OBJETO DA AÇÃO: Conforme discriminado na peça inicial.

RITO: SUMARÍSSIMO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

Dispensado, na forma do art. 852-I da CLT.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Restringe-se a presente demanda aos pedidos de pagamento de saldo de salário e verbas rescisórias decorrentes da dispensa imotivada, FGTS do período laborado, multa dos art. 477, §8º da CLT e a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

MÉRITO

DO CONTRATO DE TRABALHO

Alega o autor que foi trabalhou para o reclamado no período de 01/04/2019 a 20/05/2019, como auxiliar de serviços gerais, mediante remuneração de R$ 1.128,93.

Acrescenta que foi dispensado de forma imotivada, sem receber o pagamento do salário do mês de abril e das verbas rescisórias e FGTS do período trabalhado acrescido da multa de 40% integral. Sustenta ainda que foi contratado através de contrato de experiência por 45 dias prorrogado por mais 45 dias, contudo foi dispensado antecipadamente, quando o contrato completou 50 dias de vigência, tendo assim a empresa antecipado a resilição contratual nos termos do art. 479 da CLT. Requer indenização por danos morais e honorários sindicais.

O reclamado embora regularmente notificado não compareceu a audiência razão pela qual foi considerado revel e confesso quanto a matéria de fato.

Diante da prova docu8mental acostada aos autos observa-se que o reclamante fora dispensado pelo empregador sem justa causa, tendo sido emitido TRCT homologado pelo Sindicato da categoria com ressalvas. Competia ao empregador comprovar a quitação das verbas rescisórias ainda que posteriormente à homologação.

Considerando a ausência de provas a cerca do pagamento das verbas rescisórias bem como da aplicação da pena de revelia e confissão, DEFERE-SE o pedido de pagamento das seguintes parcelas: Salário do mês de abril de 2019 = R$ 1.128, 93, Saldo de salário de maio de 2019 (20dias) R$ 752,62, 13º Salário 2019 2/12 R$ 188,16, Férias 2019/2020(02/12) +1/3 -R$ 250,87, multa de 40% do FGTS não depositado R$ 252,88.

Defere-se o pagamento da multa prevista no art. 479 da CLT R$ 752,62, ante a rescisão antecipada, conforme lançamento no TRCT .

Como restou incontroversa a falta de pagamento das verbas rescisórias no prazo legal (art. 477, §6º da CLT), julgo procedente o pagamento da multa prevista no art. 477, §8º da CLT no valor de R$ 1.128,93, correspondente a uma remuneração mensal do obreiro.

Considerando o expresso reconhecimento do inadimplemento, torna -se devida a multa do art. 467 da CLT (Súmula 69 do TST), no valor de R$ 2.227,50 que deverá incidir sobre as verbas incontroversas,

exclusivamente rescisórias, entendidas como tais somente aquelas parcelas que seriam pagas diretamente à Reclamante por meio de TRCT (aviso prévio, férias vencidas e proporcionais +1/3, 13º Salários e saldo de salários e salários retidos). Isso porque a indenização de 40% do FGTS, o FGTS incidente sobre os salários do mês da resilição e do mês anterior, bem como o FGTS em atraso, não fazem parte da base de cálculo da multa, por não se tratarem de parcelas rescisórias *strictu sensu*, já que não são pagas diretamente pelo empregador, mas depositadas na conta vinculada.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

O reclamante pleiteia o pagamento de indenização por dano moral, fundamentando o seu pedido nos descumprimentos contratuais narrados na inicial (inadimplemento das verbas rescisórias).

Em princípio, vale ressaltar que, para configuração do dano moral na esfera trabalhista, mostra-se necessária prova inequívoca de que o empregador tenha agido de maneira ilícita, por ação ou omissão, cometendo abusos ou excessos no poder diretivo, de modo a causar ofensa pessoal, violação à honra, imagem ou intimidade de seu funcionário, acarretando abalo emocional apto a ensejar a reparação pretendida.

O dano moral é aquele que atinge a moralidade e a afetividade da pessoa, causando-lhe constrangimentos, vexames, dores, que, entretanto, dada sua subjetividade, necessitam ser cabalmente comprovados por quem o invoca.

No caso dos autos, a autora, a quem incumbia o ônus probatório, não se desincumbiu do seu encargo. Isso porque não há qualquer prova nos autos de que ela tenha sofrido os abalos narrados na inicial.

Destaque-se que o fato de a reclamada não ter adimplido algumas parcelas trabalhistas, por si só, não configura ofensa aos direitos de personalidade da autora, a ponto de ensejar a reparação pretendida. Eventual prejuízo de ordem pecuniária e financeira da reclamante está sendo aferido na presente ação, na análise de cada pedido. Não há prova documental ou oral de que tais descumprimentos contratuais tenham causado repercussões negativas na vida da demandante, capazes de lhe acarretar humilhações, prejuízos e sofrimentos.

Nesse sentido, o Enunciado 159, aprovado na III Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal: *"O dano moral, assim compreendido todo o extrapatrimonial, não se caracteriza quando há mero aborrecimento inerente a prejuízo material".*

Em que pese a inequívoca natureza alimentar das verbas trabalhistas devidas pelo empregador ao empregado, as faltas praticadas pela reclamada não são motivos, por si sós, caracterizadores de dano moral hábil a ensejar a pretendida indenização.

Ante o exposto, julgo **improcedente** a indenização por danos morais pretendida pela reclamante.

DOS HONORARIOS SINDICAIS

Defiro o pagamento dos honorários sindicais no percentual de 15% sobre o valor da condenação ante a assistência do sindicato da categoria , nos termos da Súmula 219 do TST.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

A atualização monetária deve ser calculada a partir do vencimento da obrigação, sendo certo que, em sede trabalhista, tal momento se dá no mês subsequente ao da prestação dos serviços, segundo a exegese do artigo 459, § único da CLT e Súmula 381 do C. TST. Ademais, conforme tese fixada por este Tribunal Regional nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência 0000091-69.2017.5.11.0000, deve ser aplicado o IPCA-E como índice de correção monetária no período de 25/03/2015 em diante, de forma que, no período anterior ao referido marco temporal, deve ser aplicada a Taxa Referencial Diária (TRD).

Os juros sofrem incidência em consonância com a Lei 8.177/91, artigo 883 da CLT e Súmulas 200 e 211 do C. TST, a partir do ajuizamento da presente ação, no importe de 1% ao mês sob a forma simples.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DE IMPOSTO DE RENDA

Para fins de suprir as exigências do art. 832 da CLT, declaro que possuem natureza salarial as parcelas eventualmente deferidas a título de salário, gratificação natalina, labor suplementar, adicional noturno, adicional de insalubridade, e repouso semanal remunerado. As demais, por exclusão, são imantadas por caráter indenizatório, razão pela qual não sofrem incidência de contribuição previdenciária, na forma do artigo 28 da Lei nº 8.212/91, devendo os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado serem efetuados pela parte demandada, mas autorizada dedução dos valores cabíveis a parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento. A responsabilidade pelos recolhimentos das contribuições fiscais é da reclamada, facultada a retenção/dedução da parte devida pelo reclamante - OJ 363 da SBDI-1, e observados os termos da Súmula 368 do C. TST.

JUSTIÇA GRATUITA

Apesar de CLT não ser omissa nesse ponto, conforme previsão art. 790, §3º, da CLT, a aplicação deste não pode dar-se de forma isolada, considerando que o ordenamento jurídico é um só e deve manter certa coerência. Dito isso, tem-se que a CLT deve ser interpretada em conjunto com os arts. 15 e 99, §3º, do CPC.

Nesses termos, a declaração de hipossuficiência da parte, firmada por procurador com poderes específicos para tanto, é suficiente

para a concessão do gratuidade de justiça.

Nesse sentido, segue recente julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

"RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. A demanda oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza política e social, qual seja, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE.

(...)

A jurisprudência do TST havia se consolidado no sentido de que, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, bastava a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado. Na mesma linha, o art. 99 do CPC/2015, revogando as disposições da Lei nº 1.060/50 sobre gratuidade de justiça, trouxe em seu § 3º que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". Nesse sentido, após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o TST converteu a Orientação Jurisprudencial nº 304 da SBDI-1 na Súmula nº 463. Logo, para a pessoa natural requerer os benefícios da justiça gratuita bastava a juntada de declaração de hipossuficiência, sendo ônus da parte adversa comprovar que o requerente não se enquadrava em nenhuma das situações de miserabilidade. No caso de pedido formulado pelo advogado da parte, este deveria ter procuração com poderes específicos para este fim. No entanto, em 11/11/2017, entrou em vigor a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) , que inseriu o parágrafo 4º ao art. 790 da CLT. Dessa forma, as ações ajuizadas a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista estão submetidas ao que dispõe o § 4º do art. 790 da CLT, que exige a comprovação, pela parte requerente, da insuficiência de recursos para a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Sem dúvida, o referido dispositivo inaugurou uma condição menos favorável à pessoa natural do que aquela prevista no Código de Processo Civil. No entanto, em se tratando de norma específica que rege o Processo do Trabalho, não há espaço, a priori , para se utilizar somente as disposições do CPC. Logo, o referido dispositivo implicaria, no ponto de vista do trabalhador, um retrocesso social, dificultando o acesso deste ao Poder Judiciário. Assim, a par da questão da constitucionalidade ou não do § 4º do art. 790 da CLT, a aplicação do referido dispositivo não pode ocorrer isoladamente, mas sim deve ser interpretado sistematicamente com as demais normas, quer aquelas constantes na própria CLT, quer aquelas previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Civil. **Dessa forma, à luz do que dispõe o próprio § 3º do art. 790 da CLT c/c com os arts. 15 e 99, § 3º, do CPC, entende-se que a comprovação a que alude o § 4º do art. 790 da CLT pode ser feita mediante a simples declaração da parte, a fim de viabilizar o pleno acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, dando , assim, cumprimento ao art. 5º, XXXV e LXXIV da Constituição Federal.** Isso porque não se pode atribuir ao trabalhador que postula , junto a esta Especializada, uma condição menos favorável àquela destinada aos cidadãos comuns que litigam na justiça comum, sob pena de afronta ao princípio da isonomia, previsto no caput do art. 5º da CF. Além disso, considerando que o Tribunal Regional registrou que "o autor percebia salário superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (último salário indicado: R$ 3.400,00, id 5a9a516, p. 8)", e sendo incontroverso que ele exercia a profissão de encarregado de obras e que as custas foram fixadas em R$ 4.361,73, associados à existência de declaração de hipossuficiência, tais elementos, por si só, denotam que o reclamante não tem condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família . **Não conceder ao autor, no caso dos autos, os benefícios da gratuidade de justiça, é o mesmo que impedir o amplo acesso ao Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF) e discriminar o trabalhador em relação às pessoas naturais que litigam na justiça comum (art. 5º, caput , da CF).**Recurso de revista conhecido por violação do art. 5º, XXXV da CF e contrariedade à Súmula 463, I do TST e provido" (RR-1002229-50.2017.5.02.0385, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/06/2019). (grifos à parte)

Defere-se, portanto, a gratuidade da justiça à parte autora.

.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A MM.ª 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por MARCOS FERNANDO AZEVEDO TAVARES contra CIA TROPICAL DE HOTÉIS DA AMAZÔNIA LTDA (TROPICAL HOTEL MANAUS),JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante as seguintes verbas trabalhistas: Salário do mês de abril de 2019 = R$ 1.128, 93, Saldo de salário de maio de 2019 (20dias) R$ 752,62, 13º Salário 2019 2/12 R$ 188,16, Férias 2019/2020(02/12) +1/3 -R$ 250,87, multa de 40% do FGTS não depositado R$ 252,88, multa prevista no art. 479 da CLT R$ 752,62, multa prevista no art. 477, §8º da CLT no valor de R$ 1.128,93, multa do art. 467 da CLT (Súmula 69 do TST), no valor de R$ 2.227,50 e honorários sindicais no percentual de 15 por cento sobre o valor da condenação (R$

1.002,23)

Improcedentes os demais pedidos. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, nos termos da fundamentação. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação R$ 7.683,82, no importe de R$ 153,68. Em face do afastamento desta Magistrada para gozo de férias, Notifiquem-se as partes. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

SANDRA DI MAULO

Juíza Titular da 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000374-97.2019.5.11.0008

AUTOR	SORAYA CAMARA DE JESUS
ADVOGADO	THIAGO GUIMARAES PEREIRA(OAB: 33247/DF)
RÉU	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
ADVOGADO	KLEBER CORREA DA SILVA(OAB: 19994-B/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
- SORAYA CAMARA DE JESUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

S E N T E N Ç A

DATA: 31/07/2019

RITO: ORDINÁRIO

I - RELATÓRIO

SORAYA CAMARA DE JESUS ajuizou reclamatória trabalhista contra SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), postulando a incorporação da parcela denominada FCT/FCA ao salário, no percentual de 24,43%, com pagamento das diferenças salariais decorrentes de tal incorporação.

Apresentada emenda à inicial, requerendo-se a aplicação de 60% ou, caso rejeitado o mencionado pedido, a aplicação de 24,43% (fls. 38/39).

A reclamada apresentou contestação, na qual levantou preliminares de impugnação da justiça gratuita e inépcia da inicial. Como prejudiciais de mérito, suscitou a prescrição total e a quinquenal. No mérito, pugnou pela improcedência dos pleitos da exordial, além de ter solicitado a compensação/dedução dos valores já pagos.

A alçada foi fixada no valor líquido da inicial.

As partes não arrolaram testemunhas.

Depoimentos das partes, cujos termos passam a fazer parte integrante deste relatório para todos s fins.

Alegações finais remissivas pelas partes.

Não surtiram efeito as propostas conciliatórias oportunamente formuladas.

É o relatório.

II - F U N D A M E N T A Ç Ã O.

Preliminares de mérito

Justiça gratuita

Em preliminar, a reclamada alega que a demandante não preenche os requisitos para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, todavia a questão não á passível de exame desta etapa decisória, pois relacionada ao próprio mérito da causa. Rejeito.

Inépcia da inicial. Ausência de pedidos líquidos

A CLT, em seu artigo 840, §1º, exige apenas um breve relato dos fatos e o pedido, sendo certo que tal exigência foi satisfatoriamente cumprida pela autora, como se vislumbra do exame da peça inaugural, não havendo que se aplicar de forma rigorosa os requisitos da petição inicial previstos no Código de Processo Civil, uma vez que a prefacial contém elucidativa descrição dos fatos que envolveram a prestação laboral.

Ademais, o referido dispositivo celetista estabelece que o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor. Dessa forma, não exige a apresentação de cálculos, mas apenas das quantias pretendidas.

Rejeita-se.

Prejudiciais de mérito

Prescrição total bienal

A reclamada sustenta que a pretensão da reclamante foi atingida pela prescrição bienal. No entanto, o prazo prescricional de dois anos aplica-se exclusivamente às hipóteses em que o contrato de trabalho já foi extinto, o que não é o caso dos autos. Rejeita-se.

Prescrição quinquenal parcial

Ajuizada a reclamatória em 08/04/2019, reconheço como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos à reclamante anteriores a 08/04/2014, na forma do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Pronuncio, assim, a prescrição ventilada, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, II,

do CPC.

Comunicações Judiciais

Antes da análise do mérito propriamente dito, determina-se a observância, pela Secretaria da Vara, que todas as comunicações judiciais (citações, intimações e notificações) devem ser efetivadas em nome do(s) advogado(s) eventualmente indicado(s) na inicial, contestação ou em petição específica e, se postais, no endereço porventura declinado, de modo a evitar futuras arguições de nulidade processual, conforme Súmula 427 do C. TST.

Mérito

Natureza salarial da verba FCA/FCT

A Reclamante requer o reconhecimento e a declaração da natureza salarial das parcelas denominadas FCA/FCT, com a consequente incorporação ao salário desta dos valores pagos sob esse título, nos termos do art. 457, §1°, da CLT. Requer, ainda, que seja aplicado o percentual máximo de 60% - ou subsidiariamente, de 24,43% -, devendo incidir os reflexos sobre as demais verbas dos últimos 5 anos.

Destaca, ainda, que o requerimento do reconhecimento da incorporação do FCA em seu percentual máximo (60%), se justifica em respeito ao princípio da isonomia (art. 7°, XXX, da CF), uma vez que outros empregados, que ocupam o mesmo cargo na Reclamada, recebem o referido percentual máximo.

Em contrapartida, a Reclamada nega a pretensão autoral, sob o argumento de que a verba em questão possui natureza indenizatória, transitória e cujo pagamento foi realizado por mera liberalidade, para incentivar os seus empregados a se envolver em atividades adicionais e extraordinárias. Dessa forma, somente nos casos em que o empregado aderisse ao desenvolvimento dessas mencionadas atividades extras, teria o direito à percepção da gratificação FCA. Ressalva que a reclamante abriu mão do regulamento interno que previa a FCT/FCA nos moldes pleiteado, de modo que passou a se submeter a um novo regulamento com vantagens distintas.

Analiso.

Inicialmente, tendo em vista que a controvérsia gira em torno da natureza salarial ou indenizatória da gratificação em análise, há que se destacar como se caracteriza uma verba de natureza salarial. Isto é, para a caracterização da natureza salarial de uma determinada parcela paga em um contrato de trabalho, é preciso que estejam presentes os seguintes elementos: habitualidade, periodicidade do pagamento, quantificação, essencialidade, reciprocidade e pagamento direto pelo empregador.

A priori, a denominada parcela FCA (instituída por norma regulamentar da Reclamada), é gratificação atribuída aos empregados ocupantes do cargo de auxiliar, designados para a execução de atribuições extraordinárias ou adicionais de apoio. Assim, a referida gratificação, segundo destacou a própria Reclamada, deve ser instituída de forma eventual, em caso de cometimento de atribuições extras aos empregados.

É preciso ressaltar que a Reclamada se utiliza de um sistema de informação criado exclusivamente para administrar as designações e destituições de FCT/FCA. Segundo a reclamada, tal sistema não permitiria o cadastramento de designação de FCT/FCA sem a indicação do período de vigência da mesma, que **não pode ser ela superior a 6 (seis) meses**, caso em que ocorreria a automática destituição.

Ora, depreende-se que o próprio texto regulamentar determina a eventualidade da percepção da gratificação em análise, não sendo cabível, portanto, o recebimento habitual e indiscriminado da parcela.

Contudo, observa-se que, conforme fichas financeiras acostadas aos autos pela própria Reclamada, a Reclamante vem percebendo a FCA ininterruptamente desde janeiro de 2007. Caracterizada, dessa forma, a habitualidade do pagamento da parcela em análise, com a consequente desconfiguração da finalidade regulamentar inicialmente proposta.

Assim, tendo em vista que o Direito do Trabalho é regido essencialmente pelo Princípio da Primazia da Realidade, há que se ressalvar que, a despeito da forma, da regulamentação e da natureza determinada pelo empregador a uma certa parcela, deve-se vislumbrar o que efetivamente ocorre no plano contratual fático, sob pena de violação aos princípios protetivos trabalhistas.

Ressalva-se que a própria Reclamada, em sua contestação, afirma o caráter salarial da parcela ao enquadrá-la na figura do salário-condição, a saber:

À medida que as atividades mudam, a FCT/FCA também muda. Enquadrando-se no que a doutrina chama, de salário-condição, condicionado a flexibilidade dos eventos.

Portanto, conforme a prova documental, a verdade que aflora do contexto probatório é que o réu se escuda na FCA para conceder maior remuneração aos empregados, uma vez que a finalidade precípua da parcela, conforme tratada na norma regulamentar, fora completamente distorcida no plano fático. Há inequívoco pagamento habitual por prolongado período de tempo (desde julho de 2007).

Ademais, não se trata de gratificação de função em si, já que o empregado recebia a parcela sem desempenhar atividade extraordinária ou adicional ao cargo contratado.

Constatando-se, nesse sentido, o pagamento da FCA diretamente pelo empregador, de maneira habitual e periódica, resta configurada a sua natureza salarial, incidindo, portanto, o importante Princípio da Irredutibilidade Salarial, constante do texto constitucional (art. 7°,

inciso VI).

Nesse mesmo é sentido, tem-se o entendimento pacífico do C.TST:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERPRO. FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA - FCT. NATUREZA JURÍDICA. Esta Corte Superior orienta-se no sentido de reconhecer a natureza jurídica salarial da Função Comissionada Técnica - FCT, instituída pelo SERPRO, paga habitualmente e desvinculada do desempenho de qualquer atividade diferenciada. Precedentes. Estando o acórdão regional em consonância com a jurisprudência desta Corte, incidem o art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT e a Súmula nº 333 do TST como óbices ao processamento do recurso de revista. Fundamentos da decisão agravada não desconstituídos. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento. Processo: Ag-AIRR - 341-46.2013.5.05.0021 Data de Julgamento: 08/05/2019, Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019".

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA/AUXILIAR. NATUREZA SALARIAL. No caso, embora a GP 053, que modificou a base de cálculo da Função Comissionada Técnica/Auxiliar - FCT/FCA, tenha sido editada pela reclamada em novembro de 2007, a prova dos autos evidencia que a reclamante a recebia desde julho de 2007, e conforme os parâmetros fixados na GP 030/2003. Segundo o Regional, os documentos apresentados revelam a redução progressiva dos percentuais pagos. Quanto à natureza jurídica da verba, ficou consignado no acórdão regional que a parcela FCA consistia em contraprestação pelo trabalho, independentemente do desempenho de atividades extraordinárias. Verifica-se que a Função Comissionada Técnica/Auxiliar, possui inequívoco caráter salarial, nos termos do artigo 457, § 1º, da CLT, devendo ser incorporada à remuneração da reclamante e refletir nas demais verbas. Precedentes. Recurso de revista não conhecido". (RR - 1411-17.2013.5.09.0012 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 29/5/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 8/6/2018).

Configurada a sua natureza salarial, faz imperioso incidir o efeito expansionista circular do salário, que é a sua aptidão de produzir repercussões sobre outras parcelas trabalhistas e, até mesmo, sobre parcelas de cunho previdenciário.

Por outro lado, não há que se falar em aplicação do Princípio da Isonomia, a fim de gerar a vinculação salarial entre o empregados da Reclamada, pois a Constituição Federal é clara, em seu art. 37, inciso XII, ao vedar qualquer tipo de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Ademais, destaco a Súmula Vinculante n° 53 do STF:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia."

Assim, e com base nesse entendimento, superam-se as demais alegações do reclamado, inclusive de equiparação salarial/quadro de carreira, porque inaplicáveis para o caso, em face do entendimento acima ser suficiente para solução do debate; resta, então, deferir a incorporação da parcela recebida, contudo, observando a média dos valores recebidos no período imprescrito somente até a publicação do julgado, já que não se trata de pura gratificação, com reflexos, pelo período de apuração, sobre férias mais 1/3 constitucional, 13º salários, anuênio, quinquênio e triênio, desde que pagos nos contracheques, com reflexos dessa diferença em FGTS (8%), a ser recolhido na conta vinculada.

Não há ofensa a eventual quadro de carreira, porque se trata de salário já pago pelo empregador. Como se trata de salário deve seguir a sorte desse na incorporação em anuênio, quinquênio e triênio, em que pese os argumentos do reclamado. Da mesma forma, **defere-se a incorporação pelos valores pagos e, consequentemente, não se pode aceitar diferenças salariais por esses valores básicos pretéritos, como postulado na inicial, salvo os reflexos acima deferidos, excluindo FGTS já que ausente prova de ter sido suprido do FGTS. A suposta redução salarial ao longo do período também não se aceitou porque não se trata de redução do salário base**.

Prescrição total

Analisada a natureza da gratificação denominada FCA e, consequentemente, reconhecido o seu caráter salarial, passo à análise da aplicação ou não do quantum previsto na Súmula n° 294 do C.TST.

Ora, ante a natureza salarial da parcela, cuja redução é vedada por preceitos legais e constitucionais, eventual lesão é entendida como de trato sucessivo, não incidindo a prescrição total, mas apenas parcial. Assim, o direito ao pagamento da gratificação FCA foi incorporado ao contrato de trabalho da Reclamante, por força do art. 468 da CLT, e, portanto, eventual pagamento a menor significa mero descumprimento da referida condição incorporada ao patrimônio jurídico do autor.

Por isso, não acolho a prejudicial de mérito arguida.

Compensação/Dedução.

A compensação é definida pelo art. 362, do Código Civil, como a hipótese em que "se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem", o que não é o caso dos autos. Indefere-se.

Por outro lado, caso se constate o pagamento de valores correspondentes ao deferido, há de se deduzir na execução.

Benefício da justiça gratuita.

Tendo sido preenchidos os requisitos delineados no artigo 790, §3°, da CLT, conforme norma vigente na data de ajuizamento da ação, defiro ao autor o benefício da justiça gratuita.

Honorários Advocatícios.

Devidos honorários de sucumbência aos patronos da reclamante, como prevê o art. 791-A, caput, da CLT, no percentual de 5% sobre o valor resultante da liquidação de sentença, conforme os parâmetros indicados pelo §2º do mesmo artigo.

Encargos previdenciários e fiscais.

Em atendimento ao disposto no §3° do art. 832 da CLT, declaro que haverá incidência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas que integram o salário-contribuição, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT e art. 28 da Lei 8.212/91, salvo férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%). Os recolhimentos previdenciários de empregador e empregado deverão ser efetuados pela parte demandada, com indicação do PIS ou NIT do autor, mas autorizada dedução dos valores cabíveis à parte empregada, pois não há repasse da responsabilidade pelo pagamento, mas tão-somente pelo recolhimento. O critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto n º 3.048/1999, que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição. O imposto de renda incidirá sobre as parcelas de cunho salarial, acrescidas de correção monetária e deduzidos os juros de mora, que têm caráter indenizatório (OJ 400 da SDI-1). Será calculado mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 7.713, 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010 (item II da Súmula 368 do TST).

Juros e correção monetária.

A correção monetária deverá observar a Tabela Única de Atualização de Débitos Trabalhistas que estiver vigorando na época do cálculo e incide a partir do vencimento de cada obrigação. Em sede trabalhista, tal momento se dá no mês subsequente ao da prestação dos serviços, como dispõe o art. 459, § 1º, da CLT e Súmula 381 TST, inclusive o FGTS (OJ 302 da SDI-1). Observe-se a Taxa Referencial - TR, com base na OJ 300 da SDI-I do TST e Lei 13.467/2017. Juros devidos desde o ajuizamento da ação (art. 883 da CLT), a 1% ao mês (Lei 8.177/91), sobre o valor da condenação já corrigido monetariamente (Súmula 200 do TST), com dedução prévia dos valores relativos às contribuições previdenciárias.

III - C O N C L U S Ã O.

Isto posto, nos autos da Reclamação Trabalhista promovida por SORAYA CAMARA DE JESUS contra SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos e decido:

I - rejeitar as preliminares e as prescrição total suscitadas;

II - pronunciar a prescrição dos pedidos anteriores a 08/04/2014;

III - no mérito, condenar a Reclamada a pagar à Reclamante a quantia que vier a ser apurada em liquidação de sentença, a título de incorporação da função percebida FCA/FCT, pela média dos valores pagos no período imprescrito, com reflexos em férias mais 1/3 constitucional, 13º salários e anuênios, triênio e quinquênio, com repercussão em FGTS (8%).

Improcedentes os demais pedidos.

Concedo à Reclamante os benefícios da Justiça Gratuita.

Devidos honorários de sucumbência ao patrono da reclamante, como prevê o art. 791-A, caput, da CLT, no percentual de 5% sobre o valor resultante da liquidação de sentença, conforme os parâmetros indicados pelo §2º do mesmo artigo.

Juros, correção monetária, incidência de encargos fiscais e previdenciários.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Custas pela Reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado de R$10.000,00, na quantia de R$200,00.

Intimem-se as partes. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000882-14.2017.5.11.0008

AUTOR	ALMIRO GOMES DA SILVA NETO
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 165509/RJ)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMIRO GOMES DA SILVA NETO
- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

DATA: 09/08/2019

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

ALMIRO GOMES DA SILVA NETO, já devidamente qualificado nos autos, ingressou com reclamação trabalhista em face de AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A, na qual postula o reconhecimento de equiparação salarial e o pagamento das respectivas diferenças salariais.

A reclamada apresentou contestação, suscitando preliminar de coisa julgada, prejudicial de prescrição quinquenal, pugnando, no mérito, pela improcedência dos pedidos.

Alçada fixada no líquido do pedido.

Iniciada a instrução, foi produzida prova documental.

O reclamante arrolou duas testemunhas.

A reclamada arrolou duas testemunhas.

Ouvidas as partes e duas testemunhas.

Alegações finais escritas.

Infrutíferas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINAR

COISA JULGADA

Nos termos do art. 337, § 1º, do CPC, verifica-se a coisa julgada "quando se reproduz ação anteriormente ajuizada", de modo que o § 2º do mesmo dispositivo preceitua que duas ações são idênticas quando possuem "as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido". Firmadas estas premissas, observa-se que, na presente ação, pretende o autor sua equiparação ao paradigma Enéas Fernandes Rodrigues Neto, enquanto na reclamação autuadas sob o número 0001303-09.2014.5.11.0008, o demandante postulou reenquadramento funcional. Nessas circunstâncias, resta demonstrada a diversidade de causas de pedir, motivo pelo qual rejeito a preliminar de coisa julgada.

PREJUDICIAL DE MÉRITO

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

Ajuizada a reclamatória em 21/05/2017, reconheço como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos ao reclamante anteriores a 21/05/2012, na forma do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Acolho, assim, a prescrição ventilada, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito com espeque no artigo 487, II, do CPC.

MÉRITO

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Alega o autor que foi admitido em 16/12/2005 para exercer o cargo de profissional de nível superior, na função de engenheiro de manutenção elétrica, mediante última remuneração de R$8.582,62. Relata que, embora o paradigma apontado na inicial exerça a mesma função há menos tempo, aufere salário maior, representando uma diferença mensal aproximada de R$3.000,00, de modo que estão configurados os requisitos para equiparação salarial.

A reclamada argumenta que o paradigma passou a receber remuneração superior, exclusivamente em decorrência de sentença judicial que lhe deferiu equiparação salarial com outro empregado. Nesse contexto, relata que o paradigma direto, apontado pelo autor, obteve vantagem personalíssima, de modo que a pretensão consiste em equiparação salarial em cascata. Alega não estarem preenchidos os requisitos do art. 461 da CLT. Assevera que o reclamante aderiu ao novo PCR, ocasião em que foi devidamente enquadrado, com base em avaliação pessoal. Ademais, sustenta a diversidade de atribuições entre reclamante e paradigma.

A controvérsia instalada nestes autos resolve-se com a aplicação do disposto no art. 461 da CLT ao período vindicado, instrumento legal amplamente utilizado com a finalidade de evitar a prática discriminatória pelo empregador.

Na verdade, o fundamento jurídico deste instituto encontra esteio no princípio geral da não discriminação, previsto no art. 5º, caput (todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...) e no art. 7º, XXX (proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil) e XXXII (proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos), todos da Constituição Federal e, ainda, com o art. 5º da CLT (a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo).

A ordem jurídica estabelece requisitos para a equiparação salarial, conforme art. 461 da CLT: identidade de função exercida, mesma produtividade e perfeição técnica, diferença de tempo de serviço não superior a 2 anos, identidade de empregador, identidade de localidade e exercício das funções simultaneamente.

Conjugados tais requisitos e inexistindo na empresa pessoal organizado em quadro de carreira, ou pelo menos não comprovado pela Reclamada a sua existência, está configurado o trabalho de igual valor que garante a isonomia salarial.

Frise-se que, com fulcro no art. 373 do CPC, firmou-se jurisprudência no sentido de que ao empregado pleiteante da equiparação salarial cumpre provar o fato constitutivo, isto é, a ***identidade de funções*** **entre autor e paradigma, na mesma**

localidade, com o mesmo empregador e de maneira simultânea. No caso dos autos, embora a primeira testemunha haja relatado que autor e paradigma desempenharam as mesmas atividades em razão da ocupação do mesmo cargo de engenheiro de manutenção elétrica, revelou, em momento posterior, que enquanto o paradigma atuava na área da construção da Usina de Mauá III, o reclamante atuava na área de manutenção desta mesma usina, já construída. Nesses moldes, torna-se evidente que, além de executarem atribuições diversas, os referidos empregados atuaram em períodos diferentes, pois o primeiro exerceu suas atividades no período de construção da usina, enquanto o segundo desempenhou suas atividades após a conclusão da obra. Ainda nesse contexto, oportuno registrar que, na parte final de seu depoimento, a primeira testemunha ainda implementou modificação parcial de sua versão, passando a asseverar que o reclamante atuava em contratos de fornecimento de material, situação que compromete a força probante de seu depoimento.

Por sua vez, a segunda testemunha salientou que, no período em análise, o reclamante limitou-se a exercer atividades de natureza operacional, verificando os operadores, as horas de operação e as manutenções preventivas necessárias, enquanto o paradigma desempenhava atribuições de nível gerencial, assumindo a responsabilidade pelo planejamento de todas as operações dos blocos I a IV e da Usina Elétron.

Ante as razões delineadas, é possível concluir, com ampla margem de segurança, que autor e paradigma desempenhavam atividades diversas, de modo que, sendo cumulativos os requisitos da equiparação, **julgo improcedentes os pleitos relativos às diferenças salariais e demais repercussões financeiras.**

JUSTIÇA GRATUITA

Indefere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, pois sua remuneração extrapola o limite fixado no art. 790, §3º, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A, caput, da CLT, condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamada, no importe de 5% sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista os fatores elencados no § 2º do citado dispositivo legal.

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª. VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por ALMIRO GOMES DA SILVA NETO em face de AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, ACOLHER A PREJUDICIAL DE MÉRITO, para o efeito de reconhecer como soterrada pela incidência da prescrição parcial (quinquenal) a busca pelos direitos trabalhistas porventura devidos ao reclamante anteriores a 21/05/2012, extinguindo nesse período o processo com resolução do mérito E, NO MÉRITO, JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos formulados na exordial. Indeferida justiça gratuita à parte autora. Condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da reclamada, no importe de 5% sobre o valor atualizado da causa. Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor da causa (R$50.000,00), no importe de R$1.000,00**. Intimem-se as partes**. E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001387-38.2018.5.11.0018

AUTOR	ALMERISON DE OLIVEIRA VIANA
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
RÉU	NOVOFERRO INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA - EPP
RÉU	HELDER FRANCISCO MAGALHAES LIMA
RÉU	ELINA MARIA ALMEIDA DE MOURA
RÉU	AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMERISON DE OLIVEIRA VIANA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001755-82.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: KAEL COSTA DO ROSARIO

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (2)

Ficam as partes do processo, notificadas para se manifestarem cerca da sentença de mérito, no prazo legal.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001387-38.2018.5.11.0018

AUTOR	ALMERISON DE OLIVEIRA VIANA
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
RÉU	NOVOFERRO INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA - EPP
RÉU	HELDER FRANCISCO MAGALHAES LIMA
RÉU	ELINA MARIA ALMEIDA DE MOURA
RÉU	AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMERISON DE OLIVEIRA VIANA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001755-82.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: KAEL COSTA DO ROSARIO

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (2)

Ficam as partes do processo, notificadas para se manifestarem cerca da sentença de mérito, no prazo legal.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001387-38.2018.5.11.0018

AUTOR	ALMERISON DE OLIVEIRA VIANA
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO(OAB: 13056/AM)
RÉU	NOVOFERRO INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA - EPP
RÉU	HELDER FRANCISCO MAGALHAES LIMA
RÉU	ELINA MARIA ALMEIDA DE MOURA
RÉU	AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001755-82.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: KAEL COSTA DO ROSARIO

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (2)

Ficam as partes do processo, notificadas para se manifestarem cerca da sentença de mérito, no prazo legal.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000284-60.2017.5.11.0008

AUTOR	EDIVANDO ALVES DA COSTA
ADVOGADO	EDMAR PEREIRA DE FREITAS(OAB: 11750/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVANDO ALVES DA COSTA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000284-60.2017.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: EDIVANDO ALVES DA COSTA

Advogado(s) do reclamante: EDMAR PEREIRA DE FREITAS

RECLAMADA: TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP e outros

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id d13465c e Agravo de Petição de id 065fd9a

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000954-06.2014.5.11.0008

AUTOR	MARCILENE DA SILVA COSTA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCILENE DA SILVA COSTA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000954-06.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARCILENE DA SILVA COSTA

Advogado(s) do reclamante: MARLY GOMES CAPOTE

RECLAMADA: B R S PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e outros

Ficam a partes notificadas, por meio de seus patronos, para tomar ciência do despacho de id b6bd92b.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001331-35.2018.5.11.0008

AUTOR	LEONILDO BATISTA DA SILVA
RÉU	FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME
ADVOGADO	MARCIELE MARILIA PRESTES LINS(OAB: 6671/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO-PJe

Convolo em penhora o bloqueio junto ao CINEMARK BRASIL S.A.;

Intime-se a executada da penhora (id.: 1f04a62), para querendo, opor embargos, no prazo legal (5 dias), valendo a publicação deste despacho como intimação.

Não havendo embargos, certifique-se a expiração e expeça-se o alvará ao exequente;

Intime-se o exequente para comprovar o valor sacado;

Após, atualizem-se os cálculos. tlt

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001458-89.2017.5.11.0013

AUTOR	MARTA DA SILVA SOARES
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	FUNDACAO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA
ADVOGADO	ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA(OAB: 8850/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	MONALISA GADELHA CORDOVIL(OAB: 7154/AM)
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001458-89.2017.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARTA DA SILVA SOARES

Advogado(s) do reclamante: LUCIANO DA SILVA MOURÃO, RAQUEL DA SILVA MOURÃO, EXPEDITO BEZERRA MOURÃO

RECLAMADA: SOUZA E NOGUEIRA LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: EWERTON ALMEIDA FERREIRA, FABIANA NOGUEIRA NERIS, ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA, MONALISA GADELHA CORDOVIL

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id 3e6fa14 e Impugnação id b271d1c.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001458-89.2017.5.11.0013

AUTOR	MARTA DA SILVA SOARES
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	FUNDACAO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA
ADVOGADO	ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA(OAB: 8850/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	MONALISA GADELHA CORDOVIL(OAB: 7154/AM)
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001458-89.2017.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARTA DA SILVA SOARES

Advogado(s) do reclamante: LUCIANO DA SILVA MOURÃO, RAQUEL DA SILVA MOURÃO, EXPEDITO BEZERRA MOURÃO

RECLAMADA: SOUZA E NOGUEIRA LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: EWERTON ALMEIDA FERREIRA, FABIANA NOGUEIRA NERIS, ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA, MONALISA GADELHA CORDOVIL

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id 3e6fa14 e Impugnação id b271d1c.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001458-89.2017.5.11.0013

AUTOR	MARTA DA SILVA SOARES
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	FUNDACAO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA
ADVOGADO	ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA(OAB: 8850/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	MONALISA GADELHA CORDOVIL(OAB: 7154/AM)
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001458-89.2017.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARTA DA SILVA SOARES

Advogado(s) do reclamante: LUCIANO DA SILVA MOURÃO, RAQUEL DA SILVA MOURÃO, EXPEDITO BEZERRA MOURÃO

RECLAMADA: SOUZA E NOGUEIRA LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: EWERTON ALMEIDA FERREIRA, FABIANA NOGUEIRA NERIS, ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA, MONALISA GADELHA CORDOVIL

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id 3e6fa14 e Impugnação id b271d1c.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001299-30.2018.5.11.0008

AUTOR	WANDERLEY OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	FADIA ASSAD DE ALMEIDA(OAB: 7044/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- WANDERLEY OLIVEIRA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Em: 30.09.2019

Processo n. R - 1299-30.2018.5.11.0008

EMBARGANTE: INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA

E VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

EMBARGADO : WANDERLEY OLIVEIRA DA SULVA

Vistos etc...

I - Relatório.

A embargante INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ajuizou embargos de declaração alegando contradição do julgado quanto ao regime de responsabilidade por entender ser de inteira responsabilidade da sucessora o pagamento das parcelas deferidas.

A embargante VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA também ingressou com embargos de declaração indicando contradição quanto ao deferimento das parcelas de férias e 13º. Salário.

Notificada a parte adversa esta não se manifestou

Conclusos vieram-me os autos para decisão.

II - Fundamentação

Conheço dos embargos de declaração porque tempestivamente oferecidos e porque subscritos por procurador regularmente constituído nos autos.

Os embargos de declaração constituem recurso de natureza excepcional, com os seus limites demarcados expressamente em lei, não se prestando para forçar a reanálise de questões já decididas, salvo se houver omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida ou dirimida pelo Juízo .

Alega a embargante INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA contradição na sentença quanto ao regime de responsabilidade uma vez que ocorrendo a sucessão trabalhista a responsabilidade é da sucessora integralmente , nos termos do art. 448 da CLT.

De fato, assiste-lhe razão na medida em que restou reconhecida a sucessão de empresas. Acolho os embargos de declaração para retificar a sentença neste aspecto e reconhecer a responsabilidade subsidiária, nos termos da OJ - SDI-1 225 do C.TST.

Alega a embargante VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA contradição na sentença na medida em que as parcelas férias 2017/2018 e 13º. Salário proporcional 7/12 2018 foram quitados conforme documentos juntados aos autos.

De fato, assiste-lhe razão, pois a embargante juntou comprovante referente ao pagamento de depósito em conta corrente na quantia de R$ 1.156,00, em 12.12.2018, R$ 507,00 e R$ 465,00 em 24.12.2018. (ferias e 13o. salários)

Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os embargos para determinar o abatimento dos valores acima mencionados por ocasião da liquidação de sentença.

CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração interpostos por INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA. E VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA nos autos da ação interposta por WANDERLEY OLIVEIRA DA SILVA. para, JULGÁ-LOS PARCIALMENTE PROCEDENTES . TUDO CONFORME FUNDAMENTOS. Intimem-se as partes. E para constar foi lavrado o presente termo.

SANDRA DI MAULO

Juíza do Trabalho Titular da 8ª. Vara de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO

ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIVO

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TIM

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TIM

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TIM

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TIM

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000072-44.2014.5.11.0008

AUTOR	JOSIVALDO CHAVES BARRETO
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA
ADVOGADO	JETSON ROLIM DE MOURA(OAB: 41316/PR)
RÉU	VIVO
ADVOGADO	LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE(OAB: 33078/BA)
RÉU	CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP
RÉU	TIM
ADVOGADO	FABIO NUNES DA COSTA(OAB: 140412/RJ)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
ADVOGADO	MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS(OAB: 29182/PE)
ADVOGADO	SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 45365/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000072-44.2014.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSIVALDO CHAVES BARRETO

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE MORAES DA SILVA, ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO

RECLAMADA: CAVALCANTE E MATTOS LTDA - EPP e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO , JETSON ROLIM DE MOURA, SUELEM MARINHO DE OLIVEIRA CABRAL, MARCOS VINICIUS GOMES DOS SANTOS, LARISSA PEDREIRA MERCES DE ANDRADE , FABIO NUNES DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id f13b8df

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000436-95.2018.5.11.0001

AUTOR	JOSE RODRIGUES FREITAS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	J NASSER ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- J NASSER ENGENHARIA LTDA
- JOSE RODRIGUES FREITAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Em: 30.09.2019

Processo: 0000436-95.2018.5.11.0001

Embargante: J Nasser Engenharia LTDA

Embargado: Jose Rodrigues Freitas

Vistos etc...

I - Relatório.

A embargante ajuizou embargos de declaração requerendo efeito modificativo do julgado indicando contradição no decisum quanto ao valor da condenação superior ao postulado alem de omissão quanto aos honorários de sucumbência

Notificada a parte adversa esta se manifestou requerendo a manutenção da decisão uma vez que o pedido referente aos danos materiais se subdividiu em duas modalidades (lucro cessante e pensão)

Conclusos vieram-me os autos para decisão.

II - Fundamentação

Conheço dos embargos de declaração porque tempestivamente oferecidos e porque subscritos por procurador regularmente constituído nos autos.

Os embargos de declaração constituem recurso de natureza excepcional, com os seus limites demarcados expressamente em lei, não se prestando para forçar a reanálise de questões já decididas, salvo se houver omissão, contradição ou obscuridade s ser suprida ou dirimida.

Alega a embargante contradição na sentença quanto ao valor deferido a titulo de danos materiais na medida em que extrapolou o valor do pedido. A parte adversa contrapõe-se a alegação asseverando que o pedido referente aos danos materiais se subdividiu em duas modalidades (lucro cessante e pensão).

A sentença assim deferiu o pedido:

"Os danos materiais decorrentes de acidente do trabalho ou doença profissional abrangem, segundo o disposto no art. 950 do Código Civil, **as despesas com o tratamento e os lucros cessantes, além da pensão correspondente à importância do trabalho para o qual houve a inabilitação, total ou parcial, a partir do fim da convalescença.**

Saliente-se que em relação à indenização por lucros cessantes e à pensão, é de se notar que não se confundem, embora visem à finalidade semelhante, distinguindo-se, tecnicamente, quanto ao momento a que se refere o pagamento.

.....

Seguindo a orientação de adotar em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, agindo com ponderação ao fixar a indenização, com o fito de não somente evitar o enriquecimento sem causa, mas também desencorajar um injustificado ócio, e levando em consideração o concorrido mercado de trabalho, que nos tempos hodiernos mantém a tendência de suprimir a mão-de-obra não qualificada, o nexo de concausalidade e, sobretudo, a gravidade da lesão, julgo **PROCEDENTE** o pedido de indenização por **danos materiais** no valor de **R$ 15.000,00**, em valor único, importância que se amolda ao princípio da razoabilidade."

O reclamante requereu o pagamento de R$ 12.428,41 a titulo de lucros cessantes e R$ 84.204,90 a titulo de pensão.

Portanto, o valor deferido a titulo de danos materiais abrangendo os lucros cessantes e a pensão não ultrapassa ao valor do pedido.

Rejeito os embargos de declaração neste aspecto.

Alega ainda que a sentença fora omissa quanto aos honorários de sucumbência.

A sentença assim se manifestou sobre a parcela:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A, *caput*, da CLT, condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado do reclamante, no importe de 5% sobre o valor resultante da liquidação da sentença, tendo em vista os fatores elencados no § 2º do citado dispositivo legal.

Diante do exposto, julgo totalmente improcedentes os embargos de declaração.

CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração interpostos por: J Nasser Engenharia LTDA nos autos da ação ajuizada por Jose Rodrigues Freitaspara, JULGÁ-LOS IMPROCEDENTES , mantendo inalterada a sentença embargada. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS. Intimem-se as partes. E para constar foi lavrado o presente termo.

SANDRA DI MAULO

Juíza do Trabalho Titular da 8ª. Vara de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001519-62.2017.5.11.0008

AUTOR	SILVERLANDIA TIMERMAN BATISTA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	AMORE TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO	LILIAN DA SILVA ALVES(OAB: 8921/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMORE TRANSPORTE LTDA
- SILVERLANDIA TIMERMAN BATISTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

DATA: 30.09.2019

RITO: ORDINÁRIO

Aberta a audiência e após a analise dos autos, a MM. Vara sob a titularidade da Exma. Sra. Juíza SANDRA DI MAULO, proferiu a seguinte decisão:

I - RELATÓRIO

SILVERLANDIA TIMERMAN BATISTA, já devidamente qualificada nos autos, ingressou com reclamação trabalhista em face de AMORE TRANSPORTE LTDA, na qual postula o pagamento de valores a título de intervalo intrajornada, horas extras, indenização do período de estabilidade, indenização por danos morais e indenização por danos materiais.

A reclamada apresentou contestação, pugnando pela improcedência dos pedidos.

Alçada fixada no líquido do pedido.

Iniciada a instrução, foi produzida prova documental.

A reclamante arrolou duas testemunhas.

A reclamada arrolou uma testemunha.

Reclamante manifesta desistência quanto às horas intervalares (fl. 284), sem oposição da reclamada (fl. 310).

Reclamante apresenta liquidação de horas extras de forma intempestiva (fls. 236 e 243), bem como apresenta cálculos substitutivos de forma intempestiva (fl. 284).

Produzida prova pericial.

Dispensada a oitiva das testemunhas arroladas.

Ouvidas as partes.

Alegações finais remissivas pela reclamante.

Alegações finais em memoriais pela reclamada.

Infrutíferas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DESISTÊNCIA

Homologo a desistência quanto ao pleito de horas intervalares, conforme petição de fl. 284 e concordância de fl. 310.

MÉRITO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ESTABILIDADE.

Cuida-se de pedido de indenização por danos morais em decorrência da suposta doença ocupacional.

O dano moral encontra campo propício e fértil por excelência no Direito do Trabalho, porque este confere especial dimensão à tutela da personalidade do trabalhador empregado, em virtude do caráter pessoal, subordinado e duradouro da prestação de trabalho.

A finalidade histórica e o escopo primordial do Direito do Trabalho é sem dúvidas, oferecer proteção aos valores essenciais da pessoa do trabalhador.

Os motivos inspiradores das tutelas de proteção à dignidade moral da pessoa do empregado decorrem da consciência da característica de subordinação do empregado.

O princípio da tutela da dignidade dos empregados permanece, ainda hoje, um aspecto ineliminável do ordenamento jurídico trabalhista.

O contrato de trabalho traz necessariamente (implícita ou explicitamente) o direito e a obrigação de respeito aos direitos personalíssimos (direitos morais). Tanto é que a ofensa a tais direitos autoriza a rescisão contratual pelo empregado e pelo empregador.

O direito do trabalho moderno não foge à tendência moderna de cobrir os direitos e obrigações dos novos fenômenos e das novas classes de necessidades, principalmente, para proteger direitos não patrimoniais.

Assim, podemos conceituar "dano moral trabalhista" o agravo ou

constrangimento moral infringido quer ao empregado, quer ao empregador, mediante violação a direitos ínsitos à personalidade "como conseqüência da relação de emprego".

O dano moral é assim descrito por Yussef Cahali:

"Na realidade, multifacetário o ser anímico, tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de principio, como dano moral; não há como enumera-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angustia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestigio, na desconsideração pessoal, no descrédito à reputação, na humilhação publica, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral." (Yussef Saída Cahali, Dano Moral, ed. São Paulo, RT, 2000, pp20-1)"

À responsabilidade civil do empregador pelo infortúnio laboral são aplicadas as regras do direito civil. O art. 186 do Código Civil dispõe:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O dever indenizatório por perdas e danos está previsto no art. 927 do Código Civil de 2002, a saber:

"Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem é obrigado a repará-lo."

A indenização está disciplinada nos arts. 944 e seguintes do CC. Ela se mede pela extensão do dano (art. 944) e é possível reduzi-la se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano (parágrafo único do art. 944).Para a caracterização da responsabilidade subjetiva é imperiosa a existência do dano (prejuízo a bens morais e/ou materiais), do dolo ou da culpa do agente, que pode ter caráter omissivo ou comissivo, e do nexo de causalidade entre os dois primeiros. Assim, regra geral, para a caracterização da responsabilidade civil do empregador, em caso de dano causado a empregado, é necessária a ocorrência de nexo de causalidade entre a execução do serviço, o dano sofrido e a conduta do empregador violadora do direito do empregado.

O risco de acidente de trabalho muitas vezes é inevitável; entretanto, ele deverá ser prevenido. Aí é que reside a responsabilidade do empregador: proteger o empregado a fim de prevenir situações de perigo. É seu dever legal observar as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, instruindo seus empregados quanto aos cuidados a serem observados no desempenho das suas tarefas. A inobservância de norma de conduta, com resultado danoso ao empregado, cujo empregador tem o dever de conhecer e observar, traz conseqüências no âmbito da responsabilidade civil.

O novo Código Civil inovou na matéria, trazendo uma exceção à regra ao prever no parágrafo único do art. 927 o seguinte:

"Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

Esse novo texto, portanto, estabeleceu uma responsabilidade objetiva, ou seja, independentemente da vontade do agente, ele é responsável quando a sua atividade envolver risco. No caso específico de acidente de trabalho, há um conflito entre a norma constitucional - inc. XXVIII do art. 7º - que adotou para o caso tão-somente a teoria da responsabilidade subjetiva do empregador ("...sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa") - e a norma infra-constitucional supramencionada, a qual perfilhou a teoria objetivista, calcada no risco profissional, que, se aplicada, dispensa o empregado de comprovar a culpa do empregador quando o acidente ocorre dentro do risco inerente ao trabalho.

O acidente do trabalho acarreta para a vítima várias perdas, abrangendo o dano moral, material e físico. Os danos materiais e físicos estão relacionados com a perda da capacidade de trabalho: total, parcial, temporária ou permanente. O dano material está relacionado à perda do direito ao trabalho propriamente dito e aos encargos financeiros resultantes, enquanto o físico se baseia na perda das funções físicas.

Convém recordar que em nosso País, até a Constituição Federal de 1988, sempre houve resistência, com maior ou menor intensidade, em segmentos da doutrina e jurisprudência, ao reconhecimento do direito à indenização referente a qualquer dano moral.

Hoje, o direito à indenização por dano moral, no ordenamento jurídico brasileiro, deflui, antes de tudo de duas normas constitucionais expressas: o art. 5º , Incisos V e X da CF/88. Mas também tem arrimo no Código Civil Brasileiro, na medida em que impõem o dever de indenizar não apenas aquele que causar prejuízo material como também aquele que violar o direito de outrem.

Só o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho se mostram adequados a dar conta e compreender as razões específicas - história, lógica, teológica, axiológica e principiológica - da tutela do direito moral atribuídas ao trabalhador subordinado.

Rodolfo Pamplona Filho, na obra intitulada O Dano Moral na Relação de Emprego, referindo-se ao conceito e denominação de dano moral, assim analisa:

"O dano moral consiste no prejuízo ou lesão de interesses e bens, cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa, violando a sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente."

Importa frisar que a concessão de indenização por dano moral, na seara trabalhista, tem por pressuposto a comprovação de três elementos básicos:

a) o comportamento doloso ou culposo do empregador;

b) o efetivo prejuízo do empregado;

c) o nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva e a lesão.

A reclamante alega que foi admitida pela reclamada em 16/04/2012 para laborar no cargo de motorista de carro médio, no qual era submetida a condições ergonômicas inadequadas. Relata que em razão de tais atividades desenvolveu Capsulite Adesiva do Ombro, Síndrome do Manguito Rotador e Bursite do Ombro.

A Reclamada contesta os pleitos, alegando a inexistência dos elementos que caracterizam a responsabilidade civil.

Para dirimir a controvérsia e determinar a existência ou não de nexo causal/concausal entre as moléstias alegadas e as atividades laborais na reclamada, o Juízo determinou a realização de perícia técnica.

O laudo pericial apontou a inexistência de nexo causal ou concausal, nos seguintes termos (fls. 496/518):

"(...)

DISCUSSÃO

A Autora foi admitida aos 41 anos de idade no dia 16/04/12 para a função de motorista de carro médio e demitida no dia 20/04/16 totalizando 4 anos de pacto laboral. As queixas de dor no ombro direito foram referidas a partir de 2015. Entretanto, contraditoriamente o único exame que comprova a patologia reclamada foi realizado apenas em junho/17 após 14 meses do desligamento. Embora haja 2 fichas de atendimento do convênio hapvida acostado sob o ID. ef471df - Pág. 1 e 3, a primeira ficha referente a atendimento em 08/09/12 descreve dor no ombro esquerdo (não relacionado ao processo em questão) e a segunda ficha referente a atendimento realizado em 07/11/15 descreve bursite no ombro direito, mas sem qualquer exame que comprove tal diagnóstico no período efetivamente trabalhado. Não houve afastamento pelo INSS. O tratamento realizado consistiu apenas em analgésicos para dor. Negou acompanhamento fisioterápico ou outras formas de tratamento.

Em nenhum momento o trabalho desempenhado pela Autora se deu em caráter cíclico ou repetitivo. Pelo contrário, era altamente diversificado e com pausas entre uma rota e outra, o que lhe proporcionava tempo suficiente de recuperação das estruturas músculotendinosas. Vale ressaltar que essa doença do ombro direito sequer é conhecida como de alta incidência ou prevalência entre os profissionais do volante como é o caso de motoristas de carros pesados, taxistas e outros que permanecem praticamente 100% da jornada de trabalho expostos ao veículo, o que não era o caso da Autora. Outra informação importante é que não há exames que comprovem doença no período efetivamente trabalhado já que a doença foi comprovada após 14 meses do desligamento e os movimentos realizados pela Autora não se enquadram nos critérios de risco ergonômico estabelecidos pela Instrução Normativa n° 98/03 que aprovou as Normas Técnicas para LER/DORT:

(...)

O exame físico constatou que ainda há queixas de dor no ombro direito aos esforços. Nunca houve incapacidade laboral ou afastamento pelo INSS em decorrência da patologia reclamada. As alterações descritas no exame acostado nos autos representam uma perda parcial e temporária da capacidade laboral para atividades consideradas de risco ou sobrecarga para o ombro direito sob pena de dor e agravamento. Poderá trabalhar em qualquer atividade compatível com essas restrições temporárias. O tratamento adequado tem possibilidade de proporcionar a cura sem que restem sequelas funcionais. Não há limitações para atividades da vida cotidiana ou para sua vida social habitual.

CONCLUSÃO

Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia realizada, o trabalho técnico pericial conclui pela inexistência de nexo causal ou concausal entre a patologia do ombro direito da Autora e o trabalho executado na Reclamada.

(...)"

Pelo que se depreende das conclusões do *expert*, as moléstias que acometem a autora decorrem de fatores extra laborais, sendo oportuno frisar, também, que as atividades na reclamada sequer agravaram as ditas patologias, o que afasta, inclusive, qualquer relação de concausalidade.

Cabe destacar, ainda, que o laudo elaborado pelo perito judicial foi suficiente para firmar o convencimento deste Juízo, pois o perito examinou a vida pregressa profissional e pessoal da autora e as suas funções na reclamada, realizando exames físicos na pessoa da obreira.

Assim, acolhendo a conclusão do laudo realizado pelo perito indicado pelo Juízo, reconheço que as doenças que acometem a reclamante não foram desencadeadas, tampouco agravadas pela atividade profissional desenvolvida na empresa reclamada, não havendo que se falar, portanto, em nexo causal ou concausal.

Tendo sido demonstrada a ausência de um requisito essencial à responsabilização da reclamada (nexo de causalidade/concausalidade), outro caminho não há senão **indeferir** os pedidos indenizatórios de danos morais e materiais.

Via de consequência, **indefiro** o pleito relativo à indenização do período de estabilidade.

HORAS EXTRAS

A autora alega em sua exordial que, durante a vigência do pacto laboral, trabalhou em jornadas variadas, sendo que, em determinada semana, laborava das 05h20 às 23h40, enquanto na outra, das 13h00 às 23h40, acrescentando que, em dois sábados por mês, trabalhava das 05h20 às 19h00. Por sua vez, a reclamada alega que não havia controle quanto aos intervalos, salientando que as atividades não resultavam em horas extras.

Conforme relatado, a autora manifestou desistência quanto às horas intervalares, sem oposição da reclamada.

Quanto às horas extras, a reclamante apresentou liquidação intempestiva, situação agravada pelo fato de que os mencionados cálculos sequer serem pertinentes à presente causa, de modo que também foram substituídos de forma intempestiva, motivo pelo qual deve ser analisadas as demais provas dos autos.

Para tanto, cumpre salientar que os cartões de ponto dos autos apresentam horários uniformes, de modo que são inválidos como meio de prova, nos termos da Súmula 338 do TST. Por outro lado, a própria autora reconheceu, por ocasião de seu depoimento, que as atividades de motorista eram realizadas externamente, circunstância apta a revelar a inexistência de qualquer espécie de controle efetivo sobre a duração do intervalo e das rotas. Ainda de acordo com as declarações da própria reclamante, as rotas duravam cerca de 1 hora, sendo que a mais longa era a rota do supermercado DB, que apresentava 3 horas. Considerando que a própria reclamante menciona ter realizado apenas 3 ou 4 rotas por dia, as referidas durações seriam insuficientes para configurar jornadas suplementares.

Ante o exposto, **julgo improcedentes os pleitos relativos às horas extras.**

JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se o requerimento de gratuidade de Justiça à parte autora, uma vez preenchidos os requisitos do art. 790, §3º, da CLT, na redação anterior à entrada em vigor da Lei 13.467/2017. Cumpre salientar que, em decorrência do princípio da não surpresa, as novas regras processuais devem ser aplicadas apenas às ações judiciais apresentadas a partir de 11/11/2017.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), entendo que a condenação aos honorários de sucumbência só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade e segurança jurídica.

Esse, inclusive, foi o entendimento consolidado na 2ª Jornada de Direito Material e Processo do Trabalho (Anamatra) e na VIII Jomatra deste Regional.

Eis os enunciados aprovado na VIII JOMATRA - TRT 11 :

Enunciado 10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. INAPLICABILIDADE NOS PROCESSOS EM CURSO. Os honorários de sucumbência só serão aplicados aos processos ajuizados após a vigência da Lei n.º 13.467/2017, haja vista os princípios da causalidade e da segurança jurídica

Nesse contexto, entendo que os honorários de sucumbência serão devidos apenas aos processos ajuizados a partir de 11/11/2017 (término do prazo da vacatio legis).

III - CONCLUSÃO

Por estes fundamentos, DECIDE A 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS, nos autos do processo proposto por SILVERLANDIA TIMERMAN BATISTA em face de AMORE TRANSPORTE LTDA, HOMOLOGAR a desistência quanto ao pedido de horas intervalares e, NO MÉRITO, **JULGAR IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na exordial. Deferida justiça gratuita à parte autora. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas pela reclamante, calculadas sobre o valor da causa (R$446.230,69), no importe de R$8.924,61, das quais fica isenta, na forma da lei. **Intimem-se as partes**. **Expeça-se ofício ao Tribunal para pagamento dos honorários periciais**. E, para constar, lavrou-se o presente termo. srsg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0001996-88.2017.5.11.0007

AUTOR	EDNEY MADEIRA RAMOS
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RÉU	MAQUINA DE VENDAS HOLDING SUL S.A.
RÉU	DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A
RÉU	LOJAS SALFER SA
RÉU	LOJAS INSINUANTE S.A.
RÉU	MVN INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A.
RÉU	RN COMERCIO VAREJISTA S.A

RÉU	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	MAQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPACOES S.A.
RÉU	NORDESTE PARTICIPACOES S.A
RÉU	CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A

Intimado(s)/Citado(s):

- WG ELETRO S.A

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001996-88.2017.5.11.0007 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: EDNEY MADEIRA RAMOS

Advogado(s) do reclamante: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR

RECLAMADA: WG ELETRO S.A e outros (9)

Advogado(s) do reclamado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id1f85fac.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001996-88.2017.5.11.0007

AUTOR	EDNEY MADEIRA RAMOS
ADVOGADO	ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR(OAB: 7155/AM)
RÉU	MAQUINA DE VENDAS HOLDING SUL S.A.
RÉU	DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A
RÉU	LOJAS SALFER SA
RÉU	LOJAS INSINUANTE S.A.
RÉU	MVN INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A.
RÉU	RN COMERCIO VAREJISTA S.A
RÉU	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	MAQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPACOES S.A.
RÉU	NORDESTE PARTICIPACOES S.A
RÉU	CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A

Intimado(s)/Citado(s):

- WG ELETRO S.A

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001996-88.2017.5.11.0007 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: EDNEY MADEIRA RAMOS

Advogado(s) do reclamante: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR

RECLAMADA: WG ELETRO S.A e outros (9)

Advogado(s) do reclamado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para tomar ciência do despacho de id1f85fac.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Sentença

Processo Nº ATSum-0001139-69.2018.5.11.0019

AUTOR	EDILANE DA COSTA CARVALHO
ADVOGADO	RENATA DE SA E LEME(OAB: 10231/AM)
RÉU	TRANSTOL TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RÉU	EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RÉU	RONDONIA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILANE DA COSTA CARVALHO
- EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- RONDONIA TRANSPORTES LTDA
- TRANSTOL TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Em: 30.09.2019

Processo n. R 1139-69 2018.5.11.0019

EMBARGANTES: INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA E TRANSTOL

TRANSPORTES LTDA E EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE

TRANSPORTE E TURISMO LTDA

EMBARGADA: EDILANE DA COSTA CARVALHO

Vistos etc...

I - Relatório.

As embargantes ajuizaram embargos de declaração requerendo efeito modificativo do julgado indicando obscuridade na decisão quanto aos laudos emprestados.

Notificada a parte adversa esta se manifestou requerendo a manutenção da decisão a condenação das partes adversas como litigantes de ma fé.

Conclusos vieram-me os autos para decisão.

II - Fundamentação

Conheço dos embargos de declaração porque tempestivamente oferecidos e porque subscritos por procurador regularmente constituído nos autos.

Os embargos de declaração constituem recurso de natureza excepcional, com os seus limites demarcados expressamente em lei, não se prestando para forçar a reanálise de questões já decididas, salvo se houver omissão, contradição ou obscuridade s ser suprida ou dirimida.

Alegam as embargantes obscuridade na sentença quanto a avaliação dos laudos técnicos jutnados pelas mesmas

A sentença analisou os laudos periciais juntados tanto pelas reclamadas como pela reclamante e decidiu optar pelos da reclamante, conforme fundamentação abaixo transcrita:

" A partir do exame dos laudos apresentados pelas reclamadas, verifica-se que, em perícias realizadas em veículos de transporte coletivo urbano, não foram identificados agentes insalubres em níveis superiores aos limites de tolerância (a exemplo do que se extrai das conclusões de fls. 289, 315 e 357). Diversamente, procedendo-se à análise dos laudos apresentados pela reclamante, é possível observar que, em perícias realizadas em veículos do mesmo sistema de transporte, foram constatadas extrapolações dos limites de tolerância para o agente calor, com indicação de insalubridade em grau médio para o agente calor (a exemplo do que se extrai das conclusões de fls. 39, 80 e 103). Nessas circunstâncias, conclui-se que, a depender das condições climáticas de cada dia, as temperaturas podem ou não exceder os limites de

tolerância, de modo a caracterizar a denominada insalubridade intermitente e atrair a incidência da Súmula 47 do TST, disposta nos seguintes termos: "O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional".

Neste pensar, defiro o pedido de adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% sobre o salário mínimo vigente à época do ajuizamento da demanda (R$954,00), durante o período imprescrito de 28/09/2013 a 16/03/2018 (excluído o período de 10/01/2014 a 08/06/2014, por concessão de licença-maternidade, seguida de gozo de férias, conforme cartões de fls. 204/209). Em razão da habitualidade e da natureza salarial da parcela, defiro, ainda, os reflexos do adicional de insalubridade no aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS.

Observa-se que não houve na sentença a alegada obscuridade ou contradição, sendo ostensivo que a finalidade do presente recurso é buscar a reapreciação da prova, hipótese vedada em sede de Embargos de Declaração, posto que aludida providência somente é alcançável na Instância Superior.

Pelo exposto, julgo improcedentes os presentes Embargos de Declaração, mantendo o julgado em todos os seus termos.

Indefere-se o pedido de condenação das embargantes como litigantes de ma fé porque não configurado o ajuizamento procrastinatório.

CONCLUSÃO

ISTO POSTO, DECIDO conhecer dos embargos de declaração interpostos por INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA TRANSTOL TRANSPORTES LTDA E EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA nos autos da ação ajuizada por EDILANE DA COSTA CARVALHO para, JULGÁ-LOS IMPROCEDENTES , mantendo inalterada a sentença embargada. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS. Intimem-se as partes. E para constar foi lavrado o presente termo.

SANDRA DI MAULO

Juíza do Trabalho Titular da 8ª. Vara de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SANDRA DI MAULO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000502-20.2019.5.11.0008

AUTOR	REBECA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	DJANE OLIVEIRA MARINHO(OAB: 5849/AM)
RÉU	SOCIEDADE DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E NEONATOLOGISTAS S/S LTDA
ADVOGADO	REGINA CECILIA DE SENA COSTA(OAB: 5090/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- REBECA SILVA DE SOUZA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001755-82.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: KAEL COSTA DO ROSARIO

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (2)

Fica o(a) reclamado(a)/reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para se manifestar cerca do recurso ordinário interposto pelo litisconsorte, no prazo legal.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000502-20.2019.5.11.0008

AUTOR	REBECA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	DJANE OLIVEIRA MARINHO(OAB: 5849/AM)

RÉU	SOCIEDADE DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E NEONATOLOGISTAS S/S LTDA
ADVOGADO	REGINA CECILIA DE SENA COSTA(OAB: 5090/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- SOCIEDADE DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E NEONATOLOGISTAS S/S LTDA

MM. 8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001755-82.2015.5.11.0008 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: KAEL COSTA DO ROSARIO

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (2)

Fica o(a) reclamado(a)/reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para se manifestar cerca do recurso ordinário interposto pelo litisconsorte, no prazo legal.

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000706-04.2018.5.11.0007

AUTOR	JOSE ROBERTO DA SILVA SERRAO
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO COM FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJE

I - Homologo os cálculos liquidacionais de sentença, ora juntados no **Id** 5e5e060, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Considerando que a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido, atribuo a esta **decisão FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃ**O, pelo que fica INTIMADO(A) RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZAS LTDA, conforme previsão legal contida no art. 523, caput, do CPC, art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, para **PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO**, NO **IMPORTE DE R$ 22.361,11 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e onze centavos),** no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, obedecendo à gradação do art. 835, do CPC, ou seja, pagar ou garantir em espécie/dinheiro, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via **BACENJUD, RENAJUD** e inclusão no BNDT e inserção de indisponibilidade de bens via CNIB, sem prejuízo de outras vias executórias.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Cumpra-se. /Lfr.

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Processo Nº ATOrd-0001396-95.2016.5.11.0009

AUTOR	AURELIO BUARQUE SILVA DIAS
ADVOGADO	HAILDO JARBAS RODRIGUES(OAB: 5304/AM)
ADVOGADO	MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR(OAB: 7244/AM)
RÉU	SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
RÉU	LAGHI ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	VASCO PEREIRA DO AMARAL(OAB: 28837/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO COM FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJE

I - Homologo os cálculos liquidacionais de sentença, ora juntados no **Id** b3429de, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Considerando que o depósito recursal de id. a7480f5 fora realizado pela Litisconsorte, a qual possui responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas, indefiro, por ora, a expedição de Alvará.

III - Considerando que a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido, atribuo a esta **decisão FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃ**O, pelo que fica INTIMADO(A) **SERSEP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, conforme previsão legal contida no art. 523, caput, do CPC, art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, para **PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO**, NO **IMPORTE DE R$ 71.326,04 (setenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e quatro centavos),** no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, obedecendo à gradação do art. 835, do CPC, ou seja, pagar ou garantir em espécie/dinheiro, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via **BACENJUD, RENAJUD**e inclusão no BNDT e inserção de indisponibilidade de bens via CNIB, sem prejuízo de outras vias executórias.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Cumpra-se. /Lfr.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Notificação

Processo Nº ATSum-0000722-15.2019.5.11.0009

AUTOR	ELTON MEDEIROS DA COSTA
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RÉU	LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELTON MEDEIROS DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS/AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000722-15.2019.5.11.0009

AUTOR:ELTON MEDEIROS DA COSTA

RÉU:LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA

CERTIDÃO

Certifico que foram entregues na secretaria da vara pela reclamada, N/P da Sra. CLEUMA REGINA CASTRO DA SILVA, R.G. 1065825-4 SSP/AM, os seguintes documentos:

(X) Chave de conectividade.

(X) Comprovantes de depósito do FGTS (NOVEMBRO E DEZEMBRO/2018 e janeiro a março/2019)

(X) CTPS anotada ou retificada conforme houver sido determinado na sentença ou no acordo judicial.

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019

Servidor da Justiça do Trabalho

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019.

DOMINGOS SAVIO PINHEIRO MACENA

Servidor

Decisão

Processo Nº ATSum-0000227-68.2019.5.11.0009

AUTOR	AFONSO LEITE NUNES
RÉU	CASTELINHO REFEICOES LTDA
ADVOGADO	ANA CLARA SOARES LADEIRA(OAB: 7289/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASTELINHO REFEICOES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO - PJE

I - Homologo os cálculos liquidacionais de sentença, ora juntados no **ID.** c19e457, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II -Assim sendo, em razão do descumprimento do acordo celebrado, efetue-se de imediato o bloqueio on-line via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD do importe de R$ R$ 6.389,31 (seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos).

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região. Cumpra-se. /Lfr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000292-63.2019.5.11.0009

AUTOR	WILSON WANDERLEY DA SILVA
ADVOGADO	ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA(OAB: 584/AM)
RÉU	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
ADVOGADO	CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA(OAB: 9783/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- WILSON WANDERLEY DA SILVA

,

9 Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO N: 0000292-63.2019.5.11.0009

AUTOR:WILSON WANDERLEY DA SILVA

RU:CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS

INTIMAO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9 Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a se manifestar, caso queira, da petio da executada de ID:360c558, no prazo de 10 dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0000820-39.2015.5.11.0009

AUTOR	ELISANGELA MACIEL ALECRIM
ADVOGADO	BIANCA MEDRADO DE CARVALHO(OAB: 8775/AM)
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)
ADVOGADO	ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO(OAB: 10481/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
RÉU	TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
ADVOGADO	TALVANI FRANCO LEITE BRITO(OAB: 680/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000820-39.2015.5.11.0009

AUTOR:ELISANGELA MACIEL ALECRIM

RÉU:TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte reclamada, por seu patrono(a), INTIMADA para, querendo, manifestar-se, no prazo de 8 dias, do recurso ordinário interposto (ID. de7f7d7 - Pág. 487).

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0000820-39.2015.5.11.0009

AUTOR	ELISANGELA MACIEL ALECRIM
ADVOGADO	BIANCA MEDRADO DE CARVALHO(OAB: 8775/AM)
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)
ADVOGADO	ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO(OAB: 10481/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)
RÉU	TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
ADVOGADO	TALVANI FRANCO LEITE BRITO(OAB: 680/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000820-39.2015.5.11.0009

AUTOR:ELISANGELA MACIEL ALECRIM

RÉU:TRANSMANAUS - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte reclamada, por seu patrono(a), INTIMADA para, querendo, manifestar-se, no prazo de 8 dias, do recurso ordinário interposto (ID. de7f7d7 - Pág. 487).

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0000397-40.2019.5.11.0009

AUTOR	KEITE CRISTINA DA COSTA BRANDAO
ADVOGADO	CELMA ONARA IZAEL SOUZA ARAÚJO(OAB: 4438/AM)
ADVOGADO	GEOFREY MEIRINO DE SOUZA(OAB: 4538/AM)
RÉU	D M R LEITE & CIA LTDA
ADVOGADO	HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE(OAB: 10197/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- KEITE CRISTINA DA COSTA BRANDAO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000397-40.2019.5.11.0009

AUTOR:KEITE CRISTINA DA COSTA BRANDAO

RÉU:D M R LEITE & CIA LTDA

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte reclamante, por seu patrono(a), INTIMADA para,querendo, manifestar-se, no prazo de 8 dias, do Recurso Ordinário interposto (ID. f80f8ed).

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Decisão

Processo Nº ATSum-0000155-81.2019.5.11.0009

AUTOR	EURINEIDE SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EURINEIDE SILVA DE SOUZA
- SOUZA E NOGUEIRA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

I - **HOMOLOGO** os cálculos liquidacionais ora juntados no **Id** 8e0c450, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Assim sendo, em razão do descumprimento do acordo celebrado, efetue-se de imediato o bloqueio on-line via BACENJUD do importe de R$ 14.490,50.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região. Cumpra-se. /Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001312-94.2016.5.11.0009

AUTOR	DENILSON DA SILVA MATOS
ADVOGADO	GISELE RABELO GARCIA(OAB: 6833/AM)
RÉU	LOJAS TV LAR
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
ADVOGADO	ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA(OAB: 5466/AM)
ADVOGADO	IGOR GOES LOBATO(OAB: 307482/SP)
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON SECURITY LTDA
- DENILSON DA SILVA MATOS
- LOJAS TV LAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO - PJE

I - Homologo os cálculos liquidacionais de sentença, ora juntados no **ID.** 1591342, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Em que pese a impugnação apresentada pela Executada, foi decidido pelo Egrégio TRT da 11ª Região, nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000091-69.2017.5.11.0000, que a TRD, em relação aos créditos trabalhistas, deve ser aplicada tão somente até a data de 24/03/2015, devendo ser utilizado o índice IPCA-E como fator de correção a partir de 25/03/2015, sendo esse o entendimento seguido por este Juízo.

III - Assim sendo, fica **INTIMADA** a Reclamada AMAZON SECURITY LTDA, por meio do seu(a) **advogado(a)**, conforme previsão legal contida no art. 523, caput, do CPC, art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, para **PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO**, no **IMPORTE DE R$ 40.787,38 (quarenta mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos),** no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, obedecendo à gradação do art. 835, do CPC, ou seja, pagar ou garantir em espécie/dinheiro, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via **BACENJUD, RENAJUD** e imediata inclusão no BNDT e inserção de indisponibilidade de bens via CNIB, sem prejuízo de outras vias executórias.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região. Cumpra-se. /Lfr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000106-40.2019.5.11.0009

AUTOR	CHRISTIANE VASCONCELOS DA SILVA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO	RENATO SAUER COLAUTO(OAB: 209981/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
- CHRISTIANE VASCONCELOS DA SILVA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I. Tendo em vista o trânsito em julgado, intime-se a parte reclamante, por meio de seu patrono, para apresentar os cálculos de liquidação, conforme disposto no art. 879, § 1°- B da CLT, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa ao arquivo provisório.

II. Após a apresentação dos cálculos, intime-se a reclamada para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

III. Decorrido o prazo com apresentação de cálculos, encaminhem-se os autos para a Contadoria da Vara para emissão de parecer.

IV. Em caso de inércia das partes, arquivem-se os autos provisoriamente. / Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0000049-56.2018.5.11.0009

AUTOR	MARY ENY SOARES LOPES
ADVOGADO	UIRATAN DE OLIVEIRA(OAB: 3431/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	LEONARDO MILON DE OLIVEIRA(OAB: 12239/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000049-56.2018.5.11.0009

AUTOR:MARY ENY SOARES LOPES

RÉU:C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0001039-47.2018.5.11.0009

AUTOR	JOSE WELLINGTON DA SILVA BRITO
ADVOGADO	DJANE OLIVEIRA MARINHO(OAB: 5849/AM)
RÉU	JDK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- JDK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE RECEBIMENTO

Nº DO OBJETO

DATA DA POSTAGEM

_____

30/09/2019

PROCESSO Nº 0001039-47.2018.5.11.0009

ORIGEM: 9ª Vara do Trabalho de Manaus - AM

ASSUNTO: Ciência de Cálculos

DESTINATÁRIO

JDK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO69079-020 - RUA GENERAL CARNEIRO , 331 - SÃO FRANCISCO - MANAUS - AMAZONAS

RECEBIDO EM ASSINATURA DO DESTINATÁRIO

_____/_____/_____

_____

REMETENTE/ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AVISO DE RECEBIMENTO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

[ ] MUDOU-SE

CARIMBO DA UNID. DESTINO

[ ] DESCONHECIDO NO LOCAL

[ ] RECUSADO

[ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[ ] AUSENTE

[ ] _____

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª__/__/____ (HORA __:__); 2ª__/__/____ (HORA __:__); 3ª__/__/____ (HORA __:__);

DATA ASS. DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

_____/_____/_____

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

PROCESSO 0001039-47.2018.5.11.0009

AUTOR: JOSE WELLINGTON DA SILVA BRITO

RÉU: JDK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

NOTIFICAÇÃO AO RECLAMADO - Processo PJe-JT

RECLAMANTE: JOSE WELLINGTON DA SILVA BRITO

Processo: 0001039-47.2018.5.11.0009 - AÇÃO TRABALHISTA -

Destinatári JDK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO69079-020 - RUA

Fica V. S.ª notificado(a) para tomar ciência dos cálculos apresentados pelo Reclamante para, querendo, se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão e consequente homologação

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em, 30 de Setembro de 2019.

LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA RABELO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0000315-09.2019.5.11.0009

AUTOR	CLEIDINALVA BATISTA PAIVA
ADVOGADO	PAULO ALVES DA SILVA NETO(OAB: 12368/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000315-09.2019.5.11.0009

AUTOR:CLEIDINALVA BATISTA PAIVA

RÉU:ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0000315-09.2019.5.11.0009

AUTOR	CLEIDINALVA BATISTA PAIVA
ADVOGADO	PAULO ALVES DA SILVA NETO(OAB: 12368/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000315-09.2019.5.11.0009

AUTOR:CLEIDINALVA BATISTA PAIVA

RÉU:ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001469-33.2017.5.11.0009

AUTOR	SOLANGE NOGUEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS(OAB: 9362/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0001469-33.2017.5.11.0009

AUTOR:SOLANGE NOGUEIRA DE ARAUJO

RÉU:SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000887-96.2018.5.11.0009

AUTOR	IVANILSON FERNANDES RIBEIRO
ADVOGADO	ALEXANDRE VIANA FREIRE(OAB: 9947/AM)
ADVOGADO	Mayka Salomão Cordeiro Viana(OAB: 6321/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVANILSON FERNANDES RIBEIRO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000887-96.2018.5.11.0009

AUTOR:IVANILSON FERNANDES RIBEIRO

RÉU:UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Exequente, por seu patrono(a), INTIMADA para se manifestar acerca da petição da Reclamada de id. 2148d51.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001319-18.2018.5.11.0009

AUTOR	MARCOS AURELIO DA SILVA ALFAIA
ADVOGADO	ELENA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA(OAB: 13733/AM)
ADVOGADO	THAIS FERREIRA(OAB: 13389/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0001319-18.2018.5.11.0009

AUTOR:MARCOS AURELIO DA SILVA ALFAIA

RÉU:ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000060-51.2019.5.11.0009

AUTOR	JOSE ALTEMAR OLIVEIRA DE CARVALHO
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ALTEMAR OLIVEIRA DE CARVALHO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000060-51.2019.5.11.0009

AUTOR:JOSE ALTEMAR OLIVEIRA DE CARVALHO

RÉU:ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Exequente, por seu patrono(a), INTIMADA para se manifestar acerca do alegado pela Reclamada no id. 571a2d2.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001396-95.2016.5.11.0009

AUTOR	AURELIO BUARQUE SILVA DIAS
ADVOGADO	HAILDO JARBAS RODRIGUES(OAB: 5304/AM)
ADVOGADO	MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR(OAB: 7244/AM)
RÉU	SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
RÉU	LAGHI ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	VASCO PEREIRA DO AMARAL(OAB: 28837/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- AURELIO BUARQUE SILVA DIAS
- LAGHI ENGENHARIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO COM FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJE

I - Homologo os cálculos liquidacionais de sentença, ora juntados no **Id** b3429de, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.

II - Considerando que o depósito recursal de id. a7480f5 fora realizado pela Litisconsorte, a qual possui responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas, indefiro, por ora, a expedição de Alvará.

III - Considerando que a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido, atribuo a esta **decisão FORÇA DE EDITAL DE INTIMAÇÃ**O, pelo que fica INTIMADO(A) **SERSEP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, conforme previsão legal contida no art. 523, caput, do CPC, art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, para **PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO**, NO **IMPORTE DE R$ 71.326,04 (setenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e quatro centavos),** no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, obedecendo à gradação do art. 835, do CPC, ou seja, pagar ou garantir em espécie/dinheiro, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via **BACENJUD, RENAJUD**e inclusão no BNDT e inserção de indisponibilidade de bens via CNIB, sem prejuízo de outras vias executórias.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região. Cumpra-se. /Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000119-73.2018.5.11.0009

AUTOR	PAULO CEZAR GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	SERVIS SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)
ADVOGADO	FERNANDO ANTONIO PRADO DE ARAUJO SOBRINHO(OAB: 10577/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO CEZAR GOMES DE OLIVEIRA
- SERVIS SEGURANCA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

À contadoria para analise dos cálculos apresentados pelas partes (autor - ID. 5913e95 - Pág. 289 e reclamada - ID. a556938 - Pág. 310)./ccf

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000698-21.2018.5.11.0009

AUTOR	LUIZ GONZAGA DA SILVA NUNES
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	DANIEL SODRE GURGEL DO AMARAL(OAB: 7902/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	HIDROVIAS DO BRASIL S.A.
ADVOGADO	CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 5014/RO)
RÉU	HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	LUCIANO PORTEL MARTINS(OAB: 7497-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
- HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA
- HIDROVIAS DO BRASIL S.A.
- LUIZ GONZAGA DA SILVA NUNES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I. Reautuem-se os autos para que seja excluída da lide a reclamada **HIDROVIAS DO BRASIL S/A**, devendo se fazer constar no polo passivo da demanda a reclamada **HIDROVIAS DO BRASIL - NAVEGAÇÃO NORTE S/A**, conforme Sentença de id. 3419762.

II. Tendo em vista o trânsito em julgado, intime-se a parte reclamante, por meio de seu patrono, para apresentar os cálculos de liquidação, conforme disposto no art. 879, § 1°- B da CLT, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa ao arquivo provisório.

III. Após a apresentação dos cálculos, intime-se a reclamada para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

IV. Decorrido o prazo com apresentação de cálculos, encaminhem-se os autos para a Contadoria da Vara para emissão de parecer.

V. Em caso de inércia das partes, arquivem-se os autos provisoriamente. / Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000723-68.2017.5.11.0009

AUTOR	ROBINEIDE SANTOS MELO
ADVOGADO	NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES(OAB: 679-A/AM)
AUTOR	PRISCILA MARQUES DE SOUZA
ADVOGADO	NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES(OAB: 679-A/AM)
RÉU	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	ALIRIO VIEIRA MARQUES(OAB: 3772/AM)
ADVOGADO	PAMELLA DE MOURA SANTOS(OAB: 485-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL
- PRISCILA MARQUES DE SOUZA
- ROBINEIDE SANTOS MELO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I. Tendo em vista o trânsito em julgado, intime-se a parte reclamante, por meio de seu patrono, para apresentar os cálculos de liquidação, conforme disposto no art. 879, § 1°- B da CLT, no

prazo de 15 dias, inclusive, com indicação do saldo atualizado do depósito recursal, em sendo o caso, **devendo COMPROVAR e DEDUZIR dos cálculos eventualmente apresentados os valores referentes aos Depósitos Recursais**, conforme disposto no art. 879, § 1°- B da CLT., sob pena de remessa ao arquivo provisório. Dessa forma, considerando a ordem judicial acima, atribuo a esta Decisão FORÇA DE OFÍCIO por meio do qual fica a CAIXA ECONÔMICA autorizada a fornecer ao reclamante ou seu patrono legalmente constituído o SALDO atualizado dos Depósitos Recursais referente ao presente processo, constante da conta vinculada ao FGTS do Reclamante.

II. Após a apresentação dos cálculos, intime-se a reclamada para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

III. Decorrido o prazo com apresentação de cálculos, encaminhem-se os autos para a Contadoria da Vara para emissão de parecer. Cumprida a diligência, retornem-me os autos conclusos para apreciação de pedido de liberação de depósito recursal, caso haja pedido nesse sentido.

IV. Em caso de inércia das partes, arquivem-se os autos provisoriamente. /Lfr

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000106-40.2019.5.11.0009

AUTOR	CHRISTIANE VASCONCELOS DA SILVA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO	RENATO SAUER COLAUTO(OAB: 209981/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
- CHRISTIANE VASCONCELOS DA SILVA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

I. Tendo em vista o trânsito em julgado, intime-se a parte reclamante, por meio de seu patrono, para apresentar os cálculos de liquidação, conforme disposto no art. 879, § 1°- B da CLT, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa ao arquivo provisório.

II. Após a apresentação dos cálculos, intime-se a reclamada para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

III. Decorrido o prazo com apresentação de cálculos, encaminhem-se os autos para a Contadoria da Vara para emissão de parecer.

IV. Em caso de inércia das partes, arquivem-se os autos provisoriamente. / Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000115-02.2019.5.11.0009

AUTOR	YANAIRA DA SILVA E SILVA
ADVOGADO	ROOSEVELT COSTA DINIZ(OAB: 11032/AM)
RÉU	J A G DUARTE - ME
ADVOGADO	FLAVIA MARIANO FACANHA(OAB: 9961/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- J A G DUARTE - ME
- YANAIRA DA SILVA E SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

I - **HOMOLOGO os cálculos liquidacionais de sentença elaborados pela Contadoria da Vara, ora juntados no Id 380e17f, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações.**

II - Assim sendo, em razão do descumprimento do acordo celebrado, efetue-se de imediato o bloqueio on-line via BACENJUD do importe de R$ 2.100,00.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 9ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006, a Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Cumpra-se. /Lfr.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0000169-65.2019.5.11.0009

AUTOR	ALDINEIA BARROS DE SOUZA
ADVOGADO	MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA(OAB: 4256/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000169-65.2019.5.11.0009

AUTOR:ALDINEIA BARROS DE SOUZA

RÉU:ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATSum-0000169-65.2019.5.11.0009

AUTOR	ALDINEIA BARROS DE SOUZA
ADVOGADO	MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA(OAB: 4256/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

9ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

PROCESSO Nº: 0000169-65.2019.5.11.0009

AUTOR:ALDINEIA BARROS DE SOUZA

RÉU:ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

INTIMAÇÃO - PJE

De ordem do Exmo Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, fica a parte Executada, por seu patrono(a), INTIMADA a tomar ciência dos cálculos apresentados pela parte Exequente para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

10ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001213-53.2018.5.11.0010

AUTOR	FERNANDO RODRIGUES DE ARAUJO
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA(OAB: 10461/AM)
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001213-53.2018.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: FERNANDO RODRIGUES DE ARAUJO

Advogado(s) do reclamante: NATASJA DESCHOOLMEESTER

RECLAMADA: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

Advogado(s) do reclamado: ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA, MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para comprovar o pagamento da quantia atualizada (R$ 33.745,69) no prazo de 48 horas, bem como proceder aos recolhimentos dos encargos sociais.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000112-44.2019.5.11.0010

AUTOR	CLEIDE DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO	ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO(OAB: 7133/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000112-44.2019.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: CLEIDE DE SOUZA SANTOS

Advogado(s) do reclamante: ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO

RECLAMADA: ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: RENATO MENDES MOTA, ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR, CAROLINE PEREIRA DA COSTA

Fica o(a) reclamado(a) ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, por intermédio de seu(a) patrono(a), notificado(a) dos cálculos apresentados pelo reclamante, bem como que após o prazo para impugnação deverá pagar o valor liquidado, recolher os encargos sociais, assinar a CTPS e depositar os documentos rescisórios em 48h.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001103-59.2015.5.11.0010

AUTOR	ROCICLEIA OLIVEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001103-59.2015.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: ROCICLEIA OLIVEIRA DE ARAUJO

Advogado(s) do reclamante: RODRIGO WAUGHON DE LEMOS

RECLAMADA: VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Advogado(s) do reclamado: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para em 48h pagar o valor devido.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº Oposic-0001087-66.2019.5.11.0010

OPOENTE	LUCIO FERNANDES DA GAMA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
OPOSTO	J R INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE BAU DA AMAZONIA LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIO FERNANDES DA GAMA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001087-66.2019.5.11.0010 - OPOSIÇÃO (236)

RECLAMANTE: LUCIO FERNANDES DA GAMA

Advogado(s) do reclamante: WILSON MOLINA PORTO

RECLAMADA: J R INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE BAU DA AMAZONIA LTDA - EPP

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para em 15 dias emendar o pedido apresentando os

cálculos de atualização, indicar no corpo da petição o nome completo, CPF ou CNPJ, o atual endereço dos sócios e juntar cópia da última alteração do contrato social da reclamada, para incluir no pólo passivo os sócios da empresa, sob pena de indeferimento.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001329-59.2018.5.11.0010

AUTOR	SIMARA MOTA DO NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO	ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO(OAB: 6236/AM)
ADVOGADO	FREDERICO SANTOS PAIVA(OAB: 6569/AM)
ADVOGADO	CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL(OAB: 11691/AM)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
ADVOGADO	GLAYTHON BARRETO DE MENEZES(OAB: 9901/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001329-59.2018.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: SIMARA MOTA DO NASCIMENTO MARTINS

Advogado(s) do reclamante: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO, FREDERICO SANTOS PAIVA, CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL

RECLAMADA: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH

Advogado(s) do reclamado: GLAYTHON BARRETO DE MENEZES

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para comprovar o pagamento da quantia atualizada (R$10.831,25) no prazo de 48 horas, bem como recolher os encargos previdenciários.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ETCiv-0000671-98.2019.5.11.0010

EMBARGANTE	ALEXANDRE CASTELANO TAVARES
ADVOGADO	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA(OAB: 9678/AM)
EMBARGADO	P. S. R. COMERCIO REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO LTDA.
ADVOGADO	JULIANA CHAVES MOURA(OAB: 8901/AM)
EMBARGADO	LEANDRO AUGUSTO DA SILVA
ADVOGADO	GISELA DA SILVA DINIZ(OAB: 10569/AM)
ADVOGADO	SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL(OAB: 9087/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE CASTELANO TAVARES

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000671-98.2019.5.11.0010 - EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL (37)

RECLAMANTE: ALEXANDRE CASTELANO TAVARES

Advogado(s) do reclamante: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA

RECLAMADA: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA e outros

Advogado(s) do reclamado: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL, GISELA DA SILVA DINIZ, JULIANA CHAVES MOURA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ciência da Sentença Id.9518596, cujo teor do dispositivo se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes do Embargos de Terceiro opostos por ALEXANDRE CASTELANO TAVARES e determino o levantamento de todas as restrições lançadas no sistema RENAJUD referentes ao veículo HONDA/HR-V EXL CVT CINZA 2016/2016, placa PHI - 6120, RENAVAM 0109876354-5, CHASSI 93HRV2870GZ183895 nos autos da execução trabalhista n.º 0002135-31.2017.5.11.0010, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, ser certificado nos autos principais a desconstituição da restrição junto ao sistema RENAJUD. TUDO NOS EXATOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas no importe de R$44,26 a serem suportadas pelo embargante, ante à vigência do princípio da causalidade, eis que deu causa à constrição judicial indevida, já que era de sua responsabilidade a transferência da titularidade do bem. Certifique-se nos autos principais. Notifiquem-se as partes. Nada mais. MANAUS, 24 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ETCiv-0000671-98.2019.5.11.0010

EMBARGANTE	ALEXANDRE CASTELANO TAVARES
ADVOGADO	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA(OAB: 9678/AM)
EMBARGADO	P. S. R. COMERCIO REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO LTDA.
ADVOGADO	JULIANA CHAVES MOURA(OAB: 8901/AM)
EMBARGADO	LEANDRO AUGUSTO DA SILVA
ADVOGADO	GISELA DA SILVA DINIZ(OAB: 10569/AM)
ADVOGADO	SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL(OAB: 9087/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- LEANDRO AUGUSTO DA SILVA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000671-98.2019.5.11.0010 - EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL (37)

RECLAMANTE: ALEXANDRE CASTELANO TAVARES

Advogado(s) do reclamante: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA

RECLAMADA: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA e outros

Advogado(s) do reclamado: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL, GISELA DA SILVA DINIZ, JULIANA CHAVES MOURA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ciência da Sentença Id.9518596, cujo teor do dispositivo se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes do Embargos de Terceiro opostos por ALEXANDRE CASTELANO TAVARES e determino o levantamento de todas as restrições lançadas no sistema RENAJUD referentes ao veículo HONDA/HR-V EXL CVT CINZA 2016/2016, placa PHI - 6120, RENAVAM 0109876354-5, CHASSI 93HRV2870GZ183895 nos autos da execução trabalhista n.º 0002135-31.2017.5.11.0010, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, ser certificado nos autos principais a desconstituição da restrição junto ao sistema RENAJUD. TUDO NOS EXATOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas no importe de R$44,26 a serem suportadas pelo embargante, ante à vigência do princípio da causalidade, eis que deu causa à constrição judicial indevida, já que era de sua responsabilidade a transferência da titularidade do bem. Certifique-se nos autos principais. Notifiquem-se as partes. Nada mais. MANAUS, 24 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ETCiv-0000671-98.2019.5.11.0010

EMBARGANTE	ALEXANDRE CASTELANO TAVARES
ADVOGADO	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA(OAB: 9678/AM)
EMBARGADO	P. S. R. COMERCIO REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO LTDA.
ADVOGADO	JULIANA CHAVES MOURA(OAB: 8901/AM)
EMBARGADO	LEANDRO AUGUSTO DA SILVA
ADVOGADO	GISELA DA SILVA DINIZ(OAB: 10569/AM)
ADVOGADO	SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL(OAB: 9087/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- P. S. R. COMERCIO REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO LTDA.

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000671-98.2019.5.11.0010 - EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL (37)

RECLAMANTE: ALEXANDRE CASTELANO TAVARES

Advogado(s) do reclamante: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA

RECLAMADA: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA e outros

Advogado(s) do reclamado: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL, GISELA DA SILVA DINIZ, JULIANA CHAVES MOURA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ciência da Sentença Id.9518596, cujo teor do dispositivo se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes do Embargos de Terceiro opostos por ALEXANDRE CASTELANO TAVARES e determino o levantamento de todas as restrições lançadas no sistema RENAJUD referentes ao veículo HONDA/HR-V EXL CVT CINZA 2016/2016, placa PHI - 6120, RENAVAM 0109876354-5, CHASSI 93HRV2870GZ183895 nos autos da execução trabalhista n.º 0002135-31.2017.5.11.0010, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, ser certificado nos autos principais a desconstituição da restrição junto ao sistema RENAJUD. TUDO NOS EXATOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Custas no importe de R$44,26 a serem suportadas pelo embargante, ante à vigência do princípio da causalidade, eis que deu causa à constrição judicial indevida, já que era de sua responsabilidade a transferência da titularidade do bem. Certifique-se nos autos principais. Notifiquem-se as partes. Nada mais. MANAUS, 24 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ACPCiv-0001991-57.2017.5.11.0010

REQUERENTE	Ministério Público do Trabalho
REQUERIDO	NAVEGACAO RIO NEGRO S.A.
ADVOGADO	WELLYNGTON DA SILVA E SILVA(OAB: 422/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- NAVEGACAO RIO NEGRO S.A.

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001991-57.2017.5.11.0010 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

RECLAMANTE: Ministério Público do Trabalho

RECLAMADA: NAVEGACAO RIO NEGRO S.A.

Advogado(s) do reclamado: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para em 5 dias juntar os comprovante de pagamento do acordo.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001100-65.2019.5.11.0010

AUTOR	BRUNA RAFAELLA DE SOUZA CORREA
ADVOGADO	JONILSON MAIA PEREIRA(OAB: 7871/AM)
RÉU	JBL CONTABIL S/S LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA RAFAELLA DE SOUZA CORREA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001100-65.2019.5.11.0010

AUTOR: BRUNA RAFAELLA DE SOUZA CORREA

RÉU: JBL CONTABIL S/S LTDA - EPP

DESPACHO

Nos moldes do art. 321 do CPC, o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

No caso dos autos, ao analisar a petição inicial, restou constatado que há defeitos e irregularidades especialmente no que tange à causa de pedir e pedido do acúmulo de função/desvio de função, visto que ora requer acúmulo de função, ora requer desvio de função, e ainda, ora menciona que foi contratada como representante de atendimento mas laborava como operadora de telemarketing, e ora menciona que foi contratada como auxiliar contábil e laborava como analista contábil, o que impossibilitará o julgamento do mérito da demanda. Diante disto, determino:

I - Notifique-se a reclamante, por meio de seu patrono via DEJT, para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, apresentando de forma clara os fatos e fundamentos de seus pleitos, sob pena de indeferimento da exordial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c o art. 485, I, ambos do CPC, aplicados subsidiariamente ao processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT.

II - Não cumprida a determinação judicial, façam-se conclusos os autos.

III - Apresentada a emenda, conclusos para análise da tutela de urgência.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000225-95.2019.5.11.0010

AUTOR	VALDOMIRO MATEUS DA SILVA
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
- VALDOMIRO MATEUS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000225-95.2019.5.11.0010

AUTOR: VALDOMIRO MATEUS DA SILVA

RÉU: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.

DESPACHO

I - Considerando a sentença líquida e a expiração do prazo para as partes recorrerem da sentença, notifique-se o reclamante para em 15 dias se manifestar sobre a execução, conforme art. 878 da CLT, combinado com os arts. 798 e 799 do CPC.

II - Expirado o prazo, arquivem-se os autos provisoriamente.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº Oposic-0000854-69.2019.5.11.0010

OPOENTE	TATIANA BARBOSA CORREA MARTINS
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
OPOSTO	R S RESTAURANTE LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- TATIANA BARBOSA CORREA MARTINS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000854-69.2019.5.11.0010

OPOENTE: TATIANA BARBOSA CORREA MARTINS

OPOSTO: R S RESTAURANTE LTDA

DESPACHO

Nos moldes do art. 133, §1º do CPC, aplicado ao processo do trabalho, conforme dispõe o art. 855-A da CLT, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei, notadamente o art. 50 do CC, art. 135 do CTN e art. 28 do CDC, cabendo ao credor trabalhista o ônus de comprová-los e demonstrá-los para o acolhimento de tal pleito. Vejamos os artigos citados sobre os pressupostos:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

Ora, não encontrados bens da sociedade, o art. 8º da CLT, em seu parágrafo primeiro, permite a aplicação do art. 50 do Código Civil, combinado com o art. 28, § 5º do Código do Consumidor, este, inclusive, autoriza a superação da personalidade da sociedade quando constituir obstáculo à satisfação do consumidor, a fortiori, do empregado. Outrossim, a Resolução 01/2006, prevê a superação da personalidade social, para alcançar a responsabilidade dos sócios.

Considerando que a tônica do processo moderno é a efetividade da prestação jurisdicional e a duração razoável do processo nos termos do art. 5º, inciso XXXV combinado com o inciso LXXVIII da CFRB/88 e tendo em vista o procedimento previsto nos artigo 855-A da CLT, determinoa abertura de incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a adoção das seguintes providências:

I - Suspenda-se a execução contra a reclamada.

II - Inclua-se alerta no sistema de avisos do PJE da instauração do incidente.

III- Notifiquem-se os sócios identificados no ID. 299d459, por mandado ou por carta precatória, se necessário, para responderem ao incidente e para requererem as provas cabíveis no prazo de 15 dias (art. 135, do CPC), advertindo-os que qualquer alienação ou oneração de bens presumir-se-ão fraudulentas a partir da notificação (art. 792, §3º, CPC).

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001915-67.2016.5.11.0010

AUTOR	RENILSON BRITO DOS SANTOS
ADVOGADO	STELISY SILVA DA ROCHA(OAB: 7989/AM)
ADVOGADO	JOSE ESTEVAO XAVIER(OAB: 8824/AM)
RÉU	CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	MARCIO LOUZADA CARPENA(OAB: 46582-A/RS)
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENILSON BRITO DOS SANTOS

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001915-67.2016.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: RENILSON BRITO DOS SANTOS

Advogado(s) do reclamante: STELISY SILVA DA ROCHA, JOSE ESTEVAO XAVIER

RECLAMADA: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA

Advogado(s) do reclamado: ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR, MARCIO LOUZADA CARPENA

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para se manifestar-se acerca da proposta apresentada, conforme ata de audiência Id.28daf7d, ou se tem interesse em nova audiência de tentativa de conciliação.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0002112-56.2015.5.11.0010

AUTOR	ALUIZIO CARDOSO DA SILVA FILHO
ADVOGADO	YARA CHRISTINA LOPES REIS(OAB: 6711/AM)
RÉU	KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA.
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
ADVOGADO	CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES(OAB: 4693/AM)
RÉU	TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
ADVOGADO	Érika Jovanka Santos da Silva(OAB: 4449/AM)
ADVOGADO	SILVANA MARIA IUDICE DA SILVA(OAB: 452/AM)
ADVOGADO	DANIELLE FERNANDES CORDEIRO(OAB: 7434/AM)
RÉU	SAMEL SERVICOS DE ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA.

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0002112-56.2015.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ALUIZIO CARDOSO DA SILVA FILHO

Advogado(s) do reclamante: YARA CHRISTINA LOPES REIS

RECLAMADA: SERSEP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: SILVANA MARIA IUDICE DA SILVA, ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA, SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO, DANIELLE FERNANDES CORDEIRO, NATASJA DESCHOOLMEESTER, CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES

Fica o(a) a litisconsorte Knauf Isopor da Amazônia Ltda notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para em 48h, pagar o débito remanescente.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000363-67.2016.5.11.0010

AUTOR	ADAUTO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	Louise Martinez Almeida Chaves(OAB: 5561/AM)
ADVOGADO	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA(OAB: 1191/AM)
RÉU	M MENEZES RUIS - ME
ADVOGADO	Janeyla Santos de Castro(OAB: 5874/AM)
RÉU	MARCOS MENEZES RUIS
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERACOES E LOGISTICA LTDA - ME
ADVOGADO	KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS(OAB: 1051/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- M MENEZES RUIS - ME

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000363-67.2016.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ADAUTO DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA, LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES

RECLAMADA: M MENEZES RUIS - ME e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA, JANEYLA SANTOS DE CASTRO, KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ficar ciente da DECISÃO Id.73cb6af, cujo teor da conclusão se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Isso posto, conheço da **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** apresentada por **NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERAÇÕES E LOGÍSTICA LTDA - ME** nos autos do processo movido por **ADAUTO DOS SANTOS COSTA,** para no mérito julgá-la **IMPROCEDENTE**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000363-67.2016.5.11.0010

AUTOR	ADAUTO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	Louise Martinez Almeida Chaves(OAB: 5561/AM)
ADVOGADO	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA(OAB: 1191/AM)
RÉU	M MENEZES RUIS - ME
ADVOGADO	Janeyla Santos de Castro(OAB: 5874/AM)
RÉU	MARCOS MENEZES RUIS
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERACOES E LOGISTICA LTDA - ME
ADVOGADO	KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS(OAB: 1051/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000363-67.2016.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ADAUTO DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA, LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES

RECLAMADA: M MENEZES RUIS - ME e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA, JANEYLA SANTOS DE CASTRO, KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ficar ciente da DECISÃO Id.73cb6af, cujo teor da conclusão se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Isso posto, conheço da **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** apresentada por **NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERAÇÕES E LOGÍSTICA LTDA - ME** nos autos do processo movido por **ADAUTO DOS SANTOS COSTA,** para no mérito julgá-la **IMPROCEDENTE**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000363-67.2016.5.11.0010

AUTOR	ADAUTO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	Louise Martinez Almeida Chaves(OAB: 5561/AM)
ADVOGADO	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA(OAB: 1191/AM)
RÉU	M MENEZES RUIS - ME
ADVOGADO	Janeyla Santos de Castro(OAB: 5874/AM)
RÉU	MARCOS MENEZES RUIS
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERACOES E LOGISTICA LTDA - ME
ADVOGADO	KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS(OAB: 1051/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERACOES E LOGISTICA LTDA - ME

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000363-67.2016.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ADAUTO DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA, LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES

RECLAMADA: M MENEZES RUIS - ME e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA, JANEYLA SANTOS DE CASTRO, KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS

Fica o(a) reclamado(a) notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ficar ciente da DECISÃO Id.73cb6af, cujo teor da conclusão se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Isso posto, conheço da **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** apresentada por **NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERAÇÕES E LOGÍSTICA LTDA - ME** nos autos do processo movido por **ADAUTO DOS SANTOS COSTA,** para no mérito julgá-la **IMPROCEDENTE**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000363-67.2016.5.11.0010

AUTOR	ADAUTO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO	Louise Martinez Almeida Chaves(OAB: 5561/AM)
ADVOGADO	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA(OAB: 1191/AM)
RÉU	M MENEZES RUIS - ME
ADVOGADO	Janeyla Santos de Castro(OAB: 5874/AM)
RÉU	MARCOS MENEZES RUIS
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERACOES E LOGISTICA LTDA - ME
ADVOGADO	KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS(OAB: 1051/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAUTO DOS SANTOS COSTA

MM. 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000363-67.2016.5.11.0010 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ADAUTO DOS SANTOS COSTA

Advogado(s) do reclamante: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA, LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES

RECLAMADA: M MENEZES RUIS - ME e outros (3)

Advogado(s) do reclamado: ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA, JANEYLA SANTOS DE CASTRO, KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu(a) patrono(a), para ficar ciente da DECISÃO Id.73cb6af, cujo teor da conclusão se transcreve: **III - CONCLUSÃO** Isso posto, conheço da **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** apresentada por **NORTOLL - NORTE TRANSPORTES OPERAÇÕES E LOGÍSTICA LTDA - ME** nos autos do processo movido por **ADAUTO DOS SANTOS COSTA,** para no mérito julgá-la **IMPROCEDENTE**. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000900-29.2017.5.11.0010

AUTOR	CLODOALDO MATOS DE ALMEIDA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	DISTRIBUIDORA SAO JOSE LTDA
ADVOGADO	ARIOMAR NASCON DE OLIVEIRA ALENCAR(OAB: 2990/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRIBUIDORA SAO JOSE LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000900-29.2017.5.11.0010

AUTOR: CLODOALDO MATOS DE ALMEIDA

RÉU: DISTRIBUIDORA SAO JOSE LTDA

DESPACHO

I- Considerando a petição do reclamante, notifique-se a reclamada para em 48h depositar a CTPS sob pena do pagamento de multa de R$500,00.

II- Depositado o documento, notifique-se o reclamante para recebimento.

III- Retornem-se os autos ao arquivo.

Manaus, 27 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000910-05.2019.5.11.0010

AUTOR	FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª Vara do Trabalho de Manaus - 6º Andar

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Notificação DEJT

PROCESSO: 0000910-05.2019.5.11.0010

RECLAMANTE: FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO

Advogado(s) do reclamante: ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO

RECLAMADA:AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA e outros

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu patrono(a), para tomar ciência da audiência inaugural designada para o dia 12/12/2019 10:15, a ser realizada na 10ª Vara do Trabalho de Manaus, ressaltando-se, ainda, a hipótese das partes comparecerem na Secretaria da Vara em data anterior com o fim de conciliar. O(a) Reclamante deverá comparecer pessoalmente à audiência designada, sob pena de arquivamento dos autos.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001046-93.2019.5.11.0012

AUTOR	REGINILCE DAMASIO LOPES
ADVOGADO	ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS(OAB: 6652/AM)
ADVOGADO	EULIDES COSTA DA SILVA(OAB: 2745/AM)
RÉU	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- REGINILCE DAMASIO LOPES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001046-93.2019.5.11.0012

AUTOR: REGINILCE DAMASIO LOPES

RÉU: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

DESPACHO

I - Considerando o requerimento de benefício da Justiça Gratuita e que a reclamante não juntou documento indispensável à propositura da ação, notifique-se a reclamante para em 15 dias juntar comprovação do preenchimento de pressupostos para concessão

da gratuidade, nos termos do art. 790, §4º da CLT c/c art. 99, §2º do CPC, não bastando a simples declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido, o qual será posteriormente analisado em sentença, bem como para juntar eletronicamente cópia da sua CTPS, visto que o pedido de horas extras pressupõe a existência de um vínculo de emprego, logo, indispensável a CTPS, sob pena de aplicação do art. 321, parágrafo único, do CPC.

II - Após, considerando a ausência de designação de audiência, inclua-se o processo na ordem automática da pauta.

III - Dê-se ciência às partes acerca da audiência designada, ressaltando a hipótese das partes comparecerem na secretaria da vara em data anterior com o fim de conciliar.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001032-18.2019.5.11.0010

AUTOR	HILDEBRANDO RODRIGUES DE ARAUJO
ADVOGADO	CARITA MARTINS BORGES PEDROSO(OAB: 7310/AM)
RÉU	SAM SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- HILDEBRANDO RODRIGUES DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001032-18.2019.5.11.0010

AUTOR: HILDEBRANDO RODRIGUES DE ARAUJO

RÉU: SAM SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

DESPACHO

I - Considerando que a petição de ID.bcb9574 e seus documentos ID.633499d e ID.d25fb60 são estranhos aos autos, à secretaria para excluí-los do processo.

II - Dê-se ciência à reclamada acerca da audiência designada, ressaltando a hipótese das partes comparecerem na secretaria da vara em data anterior com o fim de conciliar.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000982-89.2019.5.11.0010

AUTOR	MANUEL NOGUEIRA GATO
ADVOGADO	ANDREZA DA COSTA PAES(OAB: 12353/AM)
ADVOGADO	AMERICO VALENTE CAVALCANTE JUNIOR(OAB: 8540/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	SERAFIM ALBERTO DE ALMEIDA MAGALHAES
RÉU	S A DE A MAGALHAES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- MANUEL NOGUEIRA GATO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000982-89.2019.5.11.0010

AUTOR: MANUEL NOGUEIRA GATO

RÉU: S A DE A MAGALHAES - ME e outros (2)

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

MANUEL NOGUEIRA GATO ingressou com reclamatória trabalhista contra S A DE A MAGALHÃES - ME, SERAFIM ALBERTO DE ALMEIDA MAGALHÃES E ESTADO DO AMAZONAS, postulado o que consta da inicial.

II- FUNDAMENTAÇÃO:

Considerando que a parte reclamante, no processo 0000288-23.2019.5.11.0010, não compareceu à audiência designada, no dia 12/08/2019, ocorrendo o arquivamento do processo;

Considerando que, diante do arquivamento, o reclamante foi condenado ao recolhimento das custas processuais no valor de R$ **537,94**, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 26.897,04,

as quais deviam ser recolhidas ou justificada sua isenção, no prazo de 15 dias, sob pena de restrição a reclamatórias subsequentes;
Considerando que, nos termos do artigo 844, §2º da CLT, ocorrendo a ausência injustificada do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável;
Considerando, por fim, que não houve justificativa de ausência e/ou recolhimento das custas naqueles autos, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inc I, do CPC, ressaltando que o pagamento das custas nos autos 0000288-23.2019.5.11.0010 é condição para a propositura de nova demanda.

JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,73, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista a remuneração percebida pelo reclamante de R$ 1.350,49, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, I, do CPC.
Concedido o benefício da justiça gratuita à parte autora.
Tudo nos termos da Fundamentação.
Custas pelo reclamante, no valor de R$ 537,94, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 26.897,04, das quais fica isento na forma da lei.
Dê-se ciência ao reclamante.
Arquivem-se os autos.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura
MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ETCiv-0001039-10.2019.5.11.0010

EMBARGANTE	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS
ADVOGADO	VALSUI CLAUDIO MARTINS(OAB: 2905/AM)
EMBARGADO	LAZARO DE SOUZA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- LAZARO DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001039-10.2019.5.11.0010
EMBARGANTE: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS
EMBARGADO: LAZARO DE SOUZA

DESPACHO

Considerando o teor do art. 676 do CPC, no qual os embargos de terceiro serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado, reconheço a dependência com o processo **0000003-98.2017.5.11.0010**;
I - À secretaria para certificar no processo principal acerca da autuação do embargos de terceiro;
II - Dê-se ciência à parte contrária acerca do embargos de terceiro;
III - Concluso para decisão.

Manaus, 30 de Setembro de 2019
Assinatura
MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000044-94.2019.5.11.0010

AUTOR	MANOEL JOSE PATRICIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

RÉU	COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	CARMEN LUCIA DE ANDRADE MAGALHAES COSTA(OAB: 69077/RJ)
RÉU	IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
ADVOGADO	ANDRE FONSECA LEME(OAB: 172666/SP)
ADVOGADO	ANDRE LUIZ ABUL HISS FRANCO(OAB: 290183/SP)
ADVOGADO	MARIO BATISTA DE ANDRADE NETO(OAB: 5083/AM)
ADVOGADO	ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 9883/AM)
ADVOGADO	LUCAS MACEDO BEZERRA(OAB: 10275/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA
- IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
- MANOEL JOSE PATRICIO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

MANOEL JOSE PATRICIO DE OLIVEIRA ajuizou reclamação trabalhista em face de **COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA, IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO E ESTADO DO AMAZONAS,** partes qualificadas nos autos, formulando os pleitos contidos na inicial. Alçada fixada no valor de R$ 162.088,39.

A reclamada, notificada, não compareceu à audiência designada, motivo pelo qual foi requerida a aplicação da pena de revelia. O patrono da reclamada compareceu à audiência designada.

A reclamada e as litisconsortes apresentaram defesa sob a forma de contestação, entendendo incabíveis os pleitos formulados.

Documentos foram juntados pelas partes. Produzida prova oral. Sem outras provas, foi declarada encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas pelas partes. Prejudicada a conciliação.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS

A 1ª litisconsorte impugna os cálculos apresentados pelo reclamante.

A 1ª litisconsorte não apresentou cálculos nem provas que os valores indicados eram desarrazoados.

Ademais, ocorre que, na hipótese de deferimento de qualquer parcela, os cálculos serão obrigatoriamente refeitos com fundamento na sentença exequenda. Rejeito.

DA IMPUGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A 1ª litisconsorte impugna os documentos acostados aos autos.

A impugnação dos documentos não pode ser feita de forma genérica, apenas mencionando o art. 830 da CLT. É necessária a demonstração da inautenticidade do conteúdo dos documentos, o que não ocorreu na presente reclamação. Ademais, a verificação da utilidade e valoração dos documentos como meios probatórios se dará quando da análise do mérito da demanda.

DA INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA E DA PESSOA

A reclamada argúi a incompetência absoluta, sob o fundamento de que o reclamante era sócio participante de uma sociedade em conta de participação.

A matéria objeto da pretensão deduzida em juízo tem natureza empregatícia, daí resultando pleitos próprios deste tipo de vinculação, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho. Rejeito a preliminar em questão.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

A 1ª e a 2ª litisconsortes argúem a ilegitimidade ad causam.

As condições da ação devem ser analisadas em abstrato, de acordo com o narrado na petição inicial (teoria da asserção).

A afirmação da existência da responsabilidade subsidiária pelas verbas laborais já é suficiente para conferir legitimidade passiva para as litisconsortes. Não se deve confundir a relação jurídica processual com a relação jurídica material, a qual será analisada no mérito.

Rejeito a preliminar em questão.

DO DESCABIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NULIDADE. DESCABIMENTO. INOBSERVÂNCIA DO RE 760.931

O Estado do Amazonas suscita questionamentos acerca da inversão do ônus da probatório em decisão ante o RE 760.931 do STF.

Tais questionamentos do ônus probatório ensejam a existência, ou não, de responsabilidade estatal, razão pela qual os apreciarei quando da análise do mérito.

Rejeito a preliminar em questão.

DA REVELIA

A reclamada, embora notificada da audiência, não compareceu à sessão designada.

Dispõe o art. 844, parágrafo 5º, da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, e aplicável à presente demanda distribuída em 17/01/2019, *in verbis*: "§ 5º *Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados*".

A referida regra alterou o conceito de revelia no processo do trabalho, que deixou de ser o não comparecimento do réu à audiência inaugural para passar a ser a ausência de defesa. Acerca da mudança Vólia Bomfim Cassar (CLT Comparada e Atualizada com a Reforma Trabalhista, Ed. Método, SP, 2017, p. 492) expõe:

"A novidade na área trabalhista está no § 5º do art. 844 da CLT, pois, de forma correta, prestigia o réu que, mesmo ausente, contratou advogado que compareceu à assentada portando defesa com documentos. A nova regra modifica o conceito de revelia no processo do trabalho, pois deixa de ser não comparecimento do réu para passar a ser a ausência de defesa, tal como no processo civil. Por outro lado, diferencia o réu ausente que sequer contrata advogado, despreocupado com sua defesa, para prestigiar aquele que se preparou para a audiência, contratando o procurador. De qualquer forma, a confissão será aplicada ao réu ausente, limitada aos fatos controvertidos, isto é, devem ser observados os documentos e superados ou julgados os requerimentos contidos na contestação" .

Assim, não decreto a revelia da reclamada.

DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O reclamante alega laborou para a reclamada de 01/10/2014 a 31/01/2018, sem CTPS assinada. Afirma que após vários meses de prestação de serviços avulso, realizou contrato ("contrato social de sociedade em conta de participação - técnicos em enfermagem") com o reclamante, suposta sócia participante, para fraudar seus direitos trabalhistas.

Requer declaração de nulidade do contrato intitulado de "*CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO - TÉCNICOS EM ENFERMAGEM*", com o consequente reconhecimento de vínculo e assinatura e baixa da carteira de trabalho e previdência social, com data de admissão em 01/10/2014 e data de saída em 31/01/2018.

A reclamada, por sua vez, defende a sociedade em conta de participação.

Pela máxima da experiência, constata-se que empresas na área de saúde atuam como verdadeiras intermediadoras de mão-de-obra e, por vezes, cooperativas ou constituição de outras formas de empresa configuram fraude na contratação de colaboradores. Todavia, isso não dispensa o reclamante de demonstrar os requisitos da relação de emprego para reconhecê-los em juízo, ônus que lhe compete.

Pelos depoimentos das testemunhas arroladas pelas partes, percebe-se que eles laboravam e recebiam de acordo com os plantões laborados e podia ser substituído por outrem, motivo pelo qual não vislumbro pessoalidade e subordinação jurídica, requisitos para reconhecimento de relação de emprego. Vejamos os depoimentos:

ÚNICA TESTEMUNHA ARROLADA PELO RECLAMANTE, RAIMUNDO NONATO CARDOSO MACIEL, RESPONDEU: "[...] que o valor da remuneração do depoente recebia era de acordo com os plantões trabalhados, uma vez não realizado o plantão, não receberia por aquele plantão; que caso faltasse comunicava à supervisora e esta colocava outra pessoa no plantão;"

ÚNICA TESTEMUNHA ARROLADA PELA RECLAMADA, ANTÔNIA GERALDA DA CONCEIÇÃO, RESPONDEU: "[...] que os plantões poderiam negociados entre os colegas, até alterados; que todos os plantões, mesmos os acrescidos, eram pagos pela empresa;"

Nesse contexto, o reclamante, técnico de enfermagem, que recebia por plantão, podendo ser substituído por outro técnico e sendo sócia de pessoa jurídica constituída para a prestação de serviços às litisconsortes, revela a ausência de pessoalidade e subordinação, traço distintivo da relação de emprego, razão pela qual indefiro a nulidade do contrato social de sociedade em conta de participação, o reconhecimento de vínculo empregatício, anotação da CTPS, por conseguinte, das diferenças salariais, adicional de insalubridade, verbas rescisórias (aviso prévio, 13º salários, férias +1/3, salários), FGTS 8%+40%, seguro desemprego, adicional de insalubridade de 40% e reflexos, horas extras a 50% e reflexos, intrajornada a 50% e reflexos, DSR e reflexos, auxílio transporte, multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a

40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,78, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista que sequer fora reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Nos termos do art. 791-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, são devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e máximo de 15%, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Assim, defiro o pagamento de honorários de sucumbência aos patronos da reclamada e das litisconsortes, no montante de 15%, proporcionalmente 5% para cada litisconsorte (art. 87, §1º do CPC), sobre o valor atualizado da causa, considerando os requisitos previstos no §2º, art. 791-A da CLT, em especial a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

III - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, e por tudo mais que consta nos autos da presente reclamação trabalhista, decido julgar **IMPROCEDENTE** a presente reclamação movida por **MANOEL JOSE PATRICIO DE OLIVEIRA** em face de **COOPENURE - SOCIEDADE DOS ENFERMEIROS DE URGENCIA E EMERGENCIA DO AMAZONAS LTDA, IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO E ESTADO DO AMAZONAS.**

Defiro os benefícios da justiça gratuita ao reclamante.

Defiro o pagamento de honorários de sucumbência aos patronos da reclamada e das litisconsortes, no montante de 15%, proporcionalmente 5% para cada litisconsorte (art. 87, §1º do CPC), sobre o valor atualizado da causa, considerando os requisitos previstos no §2º, art. 791-A da CLT.

Tudo conforme a fundamentação supra, a qual passa a integrar o dispositivo como nele estivesse transcrito.

Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$162.088,39, no importe de R$ 3.241,77, ficando desde já isenta, considerando a concessão do benefício da justiça gratuita.

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001579-63.2016.5.11.0010

AUTOR	JOAO DAMIAO OLIMPIO MAUES
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	TECNOSONDA S A
ADVOGADO	RODRIGO NOBREGA RIBEIRO VILELA(OAB: 22193/BA)
ADVOGADO	Júlio César de Almeida Lorenzoni(OAB: 5545/AM)
ADVOGADO	MARIA MONIKA THEODORO DELLI(OAB: 43136/BA)
ADVOGADO	NANCI TATIANE BASTOS CALMON(OAB: 43319/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO DAMIAO OLIMPIO MAUES
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- TECNOSONDA S A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

JOAO DAMIAO OLIMPIO MAUES ajuizou reclamação trabalhista em face de **TECNOSONDA S.A. E PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A,** partes qualificadas nos autos, formulando ospleitos contidos na inicial. Alçada fixada no valor de R$71.996,33.

Em audiência, a reclamada e litisconsorte apresentaram defesa sob a forma de contestação, entendendo incabíveis os pleitos formulados, com argüição de preliminares.

Produzida prova oral e documentos foram juntados pelos litigantes. Sem outras provas, foi declarada encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas pelo reclamante, por memoriais pela reclamada e orais pela litisconsorte. Prejudicada a conciliação. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

DA IMPUGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A litisconsorte impugnou os documentos acostados aos autos.
A impugnação dos documentos não pode ser feita de forma genérica, apenas mencionando o art. 830 da CLT. É necessária a demonstração da inautenticidade do conteúdo dos documentos, o que não ocorreu na presente reclamação. Ademais, a verificação da utilidade e valoração dos documentos como meios probatórios se dará quando da análise do mérito da demanda.
Rejeito a impugnação do documento.

DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

A litisconsorte argúi a inépcia da inicial, alegando: "*Requer a Condenação da Litisconsorte de forma subsidiária, contudo, esta omite dados imprescindíveis para o deslinde da causa, pois não demonstra o período em que de fato laborou nas dependências da Litisconsorte, ora Contestante*." e "*Incluiu a Petrobras como 2ª Reclamada, no entanto, na narração dos fatos não trouxe qualquer informação de qual seria a culpa da Petrobras na situação por ele descrita*"
O art. 840, §1º, da CLT estabelece os requisitos da petição inicial trabalhista, consagrando os princípios da simplicidade e do informalismo. Assim, basta uma breve exposição dos fatos para que reste caracterizada a causa de pedir.
O reclamante ao afirmar que "*O reclamante entende ser necessário o chamamento da litisconsorte, haja vista que desenvolveu suas atividades nas dependências desta (Urucu\AM). Após ser contratado pela reclamada, fora designado para exercer as suas atividades na litisconsorte, lá permanecendo até o dia 14/03/2016. Dessa forma, necessário se faz compor a lide a empresa tomadora de serviços da reclamada, no caso, a que efetivamente o obreiro prestou seus serviços para que seja subsidiariamente responsável pelos créditos trabalhistas*", apresentou, mesmo que brevemente, a causa de pedir dos seus pleitos.
Outrossim, pelo teor da contestação, observa-se que a litisconsorte não tiveram dificuldades no exercício da ampla defesa e do contraditório, contestando todos os pleitos contidos na petição inicial.
Rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

A litisconsorte argúi a ilegitimidade ad causam.
As condições da ação devem ser analisadas em abstrato, de acordo com o narrado na petição inicial (teoria da asserção).
O reclamante afirma que ter laborado nas dependências da litisconsorte, razão pela qual a aludida litisconsorte seria beneficiária do serviço prestado. A afirmação da existência da responsabilidade subsidiária pelas verbas laborais já é suficiente para conferir legitimidade passiva para a litisconsorte. Não se deve confundir a relação jurídica processual com a relação jurídica material, a qual será analisada no mérito.
Rejeito a preliminar em questão.

DO ADICIONAL DE CONFINAMENTO

O reclamante alega que prestava serviço em lugares denominados "Trecho" na base petrolífera de Urucu, Coari/AM, em conjunto com trabalhadores da litisconsorte, áreas de difícil acesso, em regime de confinamento, bem como que o acordo coletivo de trabalho 2013-2015, celebrado entre a litisconsorte e os sindicatos representativos da categoria profissional dos trabalhadores que atuam para a mesma, assegura o adicional de confinamento na cláusula 14º. Pelo princípio da isonomia, pugna pelo pagamento do referido adicional.
Cumpre esclarecer, que o adicional de confinamento é previsto em norma coletiva. No entanto, não há nos autos negociação coletiva da entidade sindical da qual pertence o reclamante concedendo tal adicional.
Ademais, norma coletiva conferindo tal direito aos empregados de outras empresas não é aplicável ao reclamante vinculado a outra categoria.
Esse é o posicionamento da 1ª e 3ª Turma do TRT11ª:
ADICIONAL DE CONFINAMENTO. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DO REGIME CONFINADO. INTEGRANTE DE CATEGORIA DIVERSA. O adicional de confinamento previsto em acordo coletivo de trabalho firmado pela Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros não se aplica a empregado integrante de outra categoria vinculado a empresa diversa que atua em ramo empresarial diferente, uma vez que esta não participou das negociações coletivas nem foi chamada ou esteve representada na celebração do ato. Logo, não pode sofrer seus efeitos, sob pena de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa e o art. 611, § 1º, da CLT. Aplicável por analogia a Súmula nº 374 do TST. Além disso, o laborante prestava serviço administrativo na Base da Petrobras em Urucu, próximo à cidade, não havendo prova de que ficava confinado, como ocorre com os que operam nas clareiras, plataformas ou balsas, submetidos ao regime de 14x14, ou se havia deslocamento diário ao posto de trabalho. 002260-2012-018-11-00 (RECURSO ORDINÁRIO)
ADICIONAL DE CONFINAMENTO. PREVISÃO EM CCT DA QUAL A RECLAMADA NÃO PARTICIPOU. INCABÍVEL. SÚMULA Nº 374

DO TST. É indevido o adicional de confinamento previsto em norma coletiva da qual não participou o empregador, ou que não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, não havendo falar em isonomia entre trabalhadores de diferentes empresas. Recurso conhecido e não provido. PROCESSO nº 0000786-05.2017.5.11.0006 (RO)

Assim, indefiro o pedido do autor de adicional de confinamento e os respectivos reflexos pleiteados.

DOS INTERVALOS DE 15 MINUTOS. DO DSR SOBRE HORAS EXTRAS

O reclamante alega que não gozou dos intervalos previstos na cláusula 54ª da Convenção Coletiva de Trabalho.

A reclamada aduz, em suma, que o intervalo intrajornada de 1h e intervalo normativo de 20min era pré-anotado, conforme permitido pelo art. 74, §2º, da CLT, e a cláusula quinquagésima quarta da CCT faculta a condensação dos intervalos para lanche no início, meio ou fim de cada jornada; gozava do intervalo normativo das 11h30min às 12h, antes do intervalo intrajornada.

A cláusula 54ª da CCT 2014/2016 (ID. f81747d), com vigência de 1º/07/2014 a 30/06/2016, assim dispõe:

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - INTERVALO PARA O LANCHE

As empresas concederão aos trabalhadores a cada jornada de trabalho, um intervalo de 15 (quinze) minutos, pela parte da manhã e 15 (quinze) minutos pela parte da tarde, sem desconto do tempo gasto e salário. Falcutada a condensação de horários pelas empresas no início, meio ou no fim de cada jornada, com a anuência do Sindicato Obreiro.

Analisando os documentos dos autos, não visualizo o acordo de condensação do intervalo de 15 min para 30 min no meio de cada jornada, nem a marcação dos intervalos para lanche nos cartões de ponto de ID. 37fefc9, fazendo *jus* o reclamante ao recebimento desses intervalos, como horas extras, no período abrangido pela CCT carreada aos autos, observado o período do contrato de trabalho [01/12/2014 a 14/03/2016], limitando a 15 meses, conforme inicial.

Diante do exposto, defiro o pleito de pagamento das horas extraordinárias pela não concessão de dois intervalos diários de 15 minutos cada, com adicional de 50%, no período de 01/12/2014 a 01/03/2016 (limitando a 15 meses, conforme inicial), reflexos no RSR (cláusula quinquagésima quinta, da CCT 2014/2016, ID. f81747d), aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%).

Como parâmetros de liquidação deverão ser observados as seguintes balizas: a) divisor de 220; b) evolução salarial, caso exista; c) dois intervalos diários de 15 minutos cada; c) escala de trabalho do reclamante indicada na inicial (14 dias de trabalho com 14 dias de folga); d) adicional de 50%; e) dias efetivamente trabalhados; f) dedução dos valores pagos a mesmo título, caso exista.

DO PAGAMENTO "POR FORA"

O reclamante alega que recebia "por fora" R$1.032,00 por mês, pelo que requer a integração dos valores e o pagamento dos reflexos no aviso prévio, 13º salário, férias +1/3, horas extras e DSR, FGTS 8%+40%.

A reclamada afirma, em suma, que não paga, nem pagou ao reclamante salário "por fora".

É do empregado o ônus de provar a existência de pagamento de salário "por fora", por se configurar fato constitutivo de seu direito, a teor do art. 373, I, do CPC c/c art. 818, da CLT.

Ressalto que não se reputam eficazes para esta finalidade os extratos de conta bancária utilizada para percepção de salários decorrentes de vínculo mantido com o empregador, quando não vem discriminada a origem dos depósitos ou transferências, notadamente os valores de R$1.032,00, postulados na exordial, em alguns meses (novembro e dezembro de 2014, ID. 8ac2f18 - Páginas 9 e 10; fevereiro a julho de 2015, ID. fce0ecc - Página 2 a 7).

Ademais, por amostragem, verifico que os proventos creditados na conta do reclamante referiam-se ao salário, bem como ao adiantamento quinzenal. À título de exemplo, no extrato do mês de maio de 2015 (ID. 8ac2f18 - Pág. 1) foi creditado o recebimento de proventos de R$452,00 em 15/05/2015 e R$1.032,79 em 29/05/2015, o que corresponde ao contracheque do referido mês (ID. 94996be - Pág. 20); no extrato do mês de janeiro de 2016 (ID. 99c4737 - Pág. 1) foi creditado o recebimento de proventos de R$479,00 em 15/01/2016 e R$2.711,85 em 29/01/2016, o que corresponde ao contracheque do referido mês (ID. 94996be - Pág. 42)

Assim, não ficou demonstrado o pagamento habitual do alegado salário "por fora" de R$1.032,00, no período laborado, motivo pelo qual indefiro a integração do referido valor, bem como o pagamento de seus reflexos.

DA DIFERENÇA PAGA - TRT

O reclamante requer o pagamento da diferença dos valores pago na rescisão: "*Como já explicado o Reclamante passou a fazer a escala 21/7, o que aumentou consideravelmente os seus rendimentos, uma*

vez que passou a fazer de forma periódica hora extra, sem contar o adicional de periculosidade, com média mensal de R$ 4.296,10 (contracheque em anexo), sendo que utilizou como parâmetros para pagamento da rescisão o valor de R$ 1.229,46."

A reclamada, em contestação, informa que o reclamante percebeu as verbas rescisórias tempestivamente e todas as parcelas constantes no TRCT foram calculadas com base na real remuneração do reclamante, as diferenças ora pleiteadas são decorrentes de uma "composição média remuneratória" irreal, indicado de forma aleatória, sem qualquer embasamento legal ou normativo e elaborada tão somente como uma forma de maquiar o seu verdadeiro intuito, qual seja, o seu enriquecimento sem causa.

Analisando o TRCT (ID. 588668d - Páginas 4 e 5, fls. 311/312), notadamente as parcelas postuladas, constata-se que a reclamada pagou o saldo de salário/R$573,75 (base de cálculo R$1.229,46); adicional de periculosidade/R$172,13 (base de cálculo 30% de R$573,75); 13º salário proporcional (03/12 - com a projeção do aviso prévio)/R$781,21 (base de cálculo R$3.124,84); aviso prévio indenizado 33 dias/R$3.007,12 (base de cálculo R$2.733,74).

No que tange às horas extras deve integrar a média duodecimal nas verbas rescisórias, motivo pelo qual faz jus o reclamante a integração da média de R$929,10 (03/2015/R$159,58 + 04/2015/R$145,52 + 05/2015/R$103,72+R$53,59 + 06/2015/R$243,19+R$77,83 + 07/2015/R$0,00 + 08/2015/R$158,21+R$4,81+R$5,50+R$91,80+R$80,05 + 09/2015/R$326,42 + 10/2015R$204,79+R$812,28 + 11/2015/R$191,21+2.556,36 + R$2747,57 + 12/2015/R$33,94+R$2.249,69 + 01/2016/R$141,62+R$1676,28 + 02/2016/R$163,90+R$1.669,01, totalizando R$11.149,30/12 = R$929,10; ID. 94996be - Páginas 14 a 45).

Desse modo, integrado à remuneração a média de R$929,10 a título de horas extras somadas a R$ 1.229,46 a título de salário e R$368,84 a título de adicional de periculosidade de R$ R$368,84, perfaz a remuneração de R$ 2.527,40.

Nesse contexto, percebe-se que o 13º salário e o aviso prévio indenizado fora pago utilizando uma base de cálculo maior, motivo pelo qual indefiro a diferença em questão.

Por outro lado, considerando que o saldo de salário e o adicional de periculosidade fora pago, utilizando a base de cálculo/R$1.229,46, sem a integração de horas extras, faz *jus* ao pagamento da diferença de tais parcelas, motivo pelo qual defiro o pagamento da diferença de R$563,65 a título de saldo de salário/R$433,58 e do adicional de periculosidade de 30%/R$130,07.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Estando preenchidos os requisitos delineados no parágrafo 3º do artigo 790 da CLT, defiro ao reclamante os benefícios da justiça gratuita.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O ordenamento brasileiro autoriza o jurisdicionado ajuizar a reclamação trabalhista, pleiteando o que entende devido, desde que observados os deveres éticos (art. 77 do CPC). Nos autos não resta demonstrado nenhuma lesão aos deveres éticos previsto na legislação, assim, indefiro o pleito de aplicação da pena de litigância de má-fé.

DA COMPENSAÇÃO

Indefiro o pedido de compensação, ante a inexistência de parcelas pagas sob o mesmo título e comprovadas nos autos a serem compensadas.

DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

Os Juros de mora devidos são de 1% ao mês, incidindo a partir do ajuizamento da ação, *pro rata die*, nos termos do art. 883 da CLT c/c o art. 39 da Lei 8177/91, observado o disposto na Súmula 200 do C. TST.

Já a correção monetária aplicada será de acordo com o índice de atualização dos créditos trabalhistas em geral, nos termos da súmula 381 do C. TST, observado a época própria.

Em recente decisão de 05/12/2017, a 2ª Turma do STF julgou improcedente a Reclamação (RCL) 22012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) no lugar da Taxa Referencial Diária (TRD) para a atualização de débitos trabalhistas. Prevaleceu o entendimento de que a decisão não configura desrespeito ao julgamento do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 4357 e 4425, que analisaram a emenda constitucional sobre precatórios. Sendo assim, deverá incidir o IPCA como índice de correção.

Defiro os pleitos de juros de mora e correção monetária nos termos acima.

A contribuição previdenciária deve incidir sobre as parcelas de natureza salarial (art. 832, §3 da CLT), assim consideradas apenas as parcelas integrantes do salário-de-contribuição, conforme previsto no art. 28 da Lei 8212/91. Com base nos art. 33, §5 e 43 da

Lei 8212/91, a reclamada deverá efetuar os recolhimentos previdenciários (do empregado e do empregador), mas autorizada a dedução dos valores devidos pelo reclamante (Provimento 01/96 do C. TST e arts. 74 a 92 da Consolidação dos Provimentos do CGJT).
A dedução dos descontos fiscais será calculada pelo regime de competência, mês a mês, de acordo com o art. 12-A da Lei 7713/88, Ato Declaratório 01/99 da PGFN e nos termos da Súmula 368 do C. TST. Quanto à base de cálculo, deve ser observado o disposto no art. 46, §2 da Lei 8541/92 c/c art. 6 da Lei 7713/88, no qual se exclui verbas indenizatórias e previdenciárias, assim como valores relativos ao FGTS.
Assim, determino o desconto de imposto de renda e contribuição previdenciária, nos termos acima dispostos.
Para efeito da contribuição previdenciária e de imposto de renda, possui natureza salarial: as horas extraordinárias, intervalo de 15min, dada sua habitualidade e força atrativa do salário, 13º salário e DSR, saldo de salário e adicional de periculosidade.

DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCEIRIZAÇÃO.

Pelo depoimento das testemunhas e contracheques de ID. 94996be (indicam a seção "VITORIA REGIA AM-019", o que condiz com o que foi afirmado pela testemunha arrolada pela reclamada, ID. 07d5845 - Pág. 82), percebe-se que o reclamante laborava para a litisconsorte (Urucu) por meio da reclamada.
A inadimplência do empregador (reclamada) em relação aos créditos trabalhistas do obreiro atrai a incidência do instituto civil da responsabilidade por culpa, bem como se amolda aos termos da situação preconizada pela Súmula n. 331, IV do TST, na medida em que o tomador de serviço (litisconsorte) beneficiou-se da prestação de serviços do autor.
A despeito do julgamento pelo STF da ADC n.º 16, cabe ressaltar que a declaração de constitucionalidade do artigo 71, § 1º da Lei 8.666/93 não exclui a possibilidade de reconhecimento da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, quando devidamente comprovado nos autos a ausência de fiscalização na execução do contrato.
Com fulcro na Teoria Dinâmica da Carga probatória, é necessário aferir a quem possui os meios para prova, ou seja, deve-se atribuir o ônus àquela parte que se encontra em melhores condições de produzir a prova, buscando uma maior efetividade e instrumentalidade do processo e, por conseguinte, decisões mais justas e equânimes a cada caso concreto submetido ao crivo do Poder Judiciário.
O presente feito é propício para a aplicação da Teoria Dinâmica de Carga probatória, pois quem possui as melhores condições de produzir provas acerca da não configuração de culpa in eligendo e in vigilando, em face da evidente disparidade acerca da disponibilidade de meios probatórios.
Assim, na hipótese dos autos, ao deixar de exigir a documentação necessária à comprovação da regularidade trabalhista e fiscal e demais documentos que comprovem a quitação mensal das verbas trabalhistas, o tomador de serviços incorreu na culpa in vigilando.
Ressalte-se, neste sentido, que ao aplicar a Súmula 331, IV do C. TST ao caso em apreço, não se trata de negar vigência ao referido artigo da Lei 8.666/93, mas efetivamente de cumpri-la na sua inteireza, vez que referida lei incumbe à Administração Pública não só a prerrogativa/obrigatoriedade de fiscalização do contrato por ela firmado (art. 58, III, e 67), mas também lhe confere o poder, inclusive, de rescindir unilateralmente o contrato (artigos 58, II e 79, I), caso a contratada não cumpra com suas obrigações legais (artigo 78).
A responsabilidade da Administração Pública é subjetiva (art. 71, § 1 da Lei 8.666/93 - não há responsabilidade objetiva) e subsidiária (Súmula 331, IV do C. TST).
Desta forma defiro o pleito de condenação, de forma subsidiária, da Administração Pública pelas verbas rescisórias não adimplidas pela reclamada.

III - DISPOSITIVO:

Ante ao exposto, e por tudo mais que consta nos autos da presente reclamação trabalhista, decido:
1 - Rejeitar as preliminares, nos termos da fundamentação;
2 - No mérito, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente reclamatória movida por **JOAO DAMIAO OLIMPIO MAUES** para condenar **TECNOSONDA S A** e, subsidiariamente, **E PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A**., a pagar as seguintes parcelas: horas extraordinárias pela não concessão de dois intervalos diários de 15 minutos cada, com adicional de 50%, no período de 01/12/2014 a 01/03/2016 (limitando a 15 meses, conforme inicial), reflexos no RSR (cláusula quinquagésima quinta, da CCT 2014/2016, ID. f81747d), aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS (8% + 40%); R$563,65 a título de saldo de salário/R$433,58 e do adicional de periculosidade de 30%/R$130,07.
Tudo conforme a fundamentação supra, a qual passa a integrar o dispositivo como nele estivesse transcrito.
Correção monetária pelo IPCA e juros de mora, conforme artigos 459 e 883 da CLT, além das súmulas 200, 381 do TST. Diante da natureza indenizatória das parcelas deferidas, não há incidência previdenciária e fiscal.

Custas, pela reclamada, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$1.700,00, na quantia de R$34,00.

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000252-78.2019.5.11.0010

AUTOR	JOSE JUNIO SARAIVA DE MENEZES
ADVOGADO	DEYWISON LIMA DE SOUZA(OAB: 12737/AM)
RÉU	ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	ARTHUR SALES GESTA DE MELO(OAB: 12793/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA
- JOSE JUNIO SARAIVA DE MENEZES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

I - RELATÓRIO:

ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA, já qualificada nos autos, opôs Embargos de Declaração (ID 3a5aed6), alegando erro material na sentença de ID faf7e45.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

O erro material é detectável ictu oculi, portanto suscetível de correção pelo julgador, a qualquer tempo, mediante provocação da parte ou oficiosamente. Nos presentes autos, reconheço o erro material na sentença, considerando que, apesar de não haver litisconsorte na presente demanda, foram concedidos os honorários de sucumbência aos patronos da Reclamada e Litisconsorte, no percentual de 10%, proporcionalmente 5%.

Desta forma, passo a sanar o erro material.

Onde se lê:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Devidos honorários de sucumbência ao patrono do Reclamante, como prevê o art. 791-A da CLT, no percentual de 10% (dez por cento) sobre a condenação, e aos patronos da Reclamada e Litisconsorte o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, no percentual de 10%, proporcionalmente 5% para cada, sobre o pleito líquido da inicial indeferido (multa do art. 467 da CLT e reflexos do adicional noturno em aviso prévio, 13º salário, férias e salários).

Leia-se:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Devidos honorários de sucumbência ao patrono do Reclamante, como prevê o art. 791-A da CLT, no percentual de 10% (dez por cento) sobre a condenação, e aos patronos da Reclamada o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, sobre o pleito líquido da inicial indeferido (multa do art. 467 da CLT e reflexos do adicional noturno em aviso prévio, 13º salário, férias e salários).

III - DISPOSITIVO:

Ante o exposto conheço dos Embargos de Declaração opostos por **ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA**, para, no mérito, julgá-los **PROCEDENTES**, dando efeito integrativo à sentença ID faf7e45. Tudo na forma da fundamentação.

Intimem-se as partes.

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juíza do Trabalho

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001124-30.2018.5.11.0010

AUTOR	ERIVELTON ARLEY DE SOUZA LACERDA
ADVOGADO	RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA(OAB: 10985/AM)
RÉU	NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIVELTON ARLEY DE SOUZA LACERDA
- NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

Dispensado, nos termos do art. 852-I da CLT.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O reclamante pleiteia o pagamento de adicional de insalubridade e seus reflexos, sob o argumento de ter exercido o labor em ambiente insalubre exposto a calor.

A reclamada, por sua vez, negou a pretensão obreira, sob a alegação de que o reclamante não laborava em ambiente insalubre.

O art. 189 da CLT conceitua as atividades ou operações insalubres como sendo aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde.

Já o art. 195, do mesmo diploma legal, dispõe que a caracterização e a classificação da insalubridade serão feitas através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

De acordo com art. 190 da legislação consolidada, o laudo pericial não dispensa a catalogação da atividade por ato do Ministério do Trabalho, ao dispor que "O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes."

No presente caso, foi determinada a realização de perícia, que apresentou a seguinte conclusão:

"Mediante a vistoria/inspeção técnica no Setor-PNM da Fábrica da Reclamada e Avaliação: Investigativa, Qualitativa e Quantitativa das Atividades x Postos de Trabalho do Reclamante, com Análise do Sistema de Gestão do Segurança da Reclamada (PPRA/LTCAT) quanto aos Riscos de danos nocivos à saúde (Insalubridade), conforme descrito no item- 7 e 8 acima, ***concluímos****:*

Reclamante*, como empregado da Reclamada, no período de* ***04.01.2016 à 15.03.2018****, laborou no Setor-PNM: na Linha-2 de Produção da Seção de Prensa/Vulcanização e na Seção de Telão/ Autoclave, como "OPERADOR DE PRODUÇÃO-I, em regime de Turno, no 3º Turno, horário das 22h00 às 6h00, com a presença de Agentes Físicos e Químicos, numa "CONDIÇÃO NORMAL DE TRABALHO", pelos valores médios aferidos do Agente Físico- Calor (Sobrecarga Térmica em IBUTG) de: IBUTG= 26,6ºC e IBUTG=25,8 ºC, para um trabalho do tipo Moderado em regime intermitente numa relação de 40/15 minutos e de 30/30 minutos para cada 01 hora trabalhada, quando para o tipo de trabalho realizado pela NR-15/MT E admite um IBUTG de até 28,ºC para as Taxas de Metabolismo (M=150 e 175 Kcal/h), e com Ruído na Ordem de 74,1 dBA com uso de Protetor Auricular,* ***que permite classificar as Atividades x Ambientes desses Postos de Trabalho, como SALUBRE, com base na NR-15/MT E, considerando o "Lay out" atual, o dia e horário (22h00) da pericia****, conforme demonstrado no subitem-8.2."(ID e029df3)*

Em que pese às alegações do reclamante, não foi apresentada qualquer prova que desconstituísse a veracidade das conclusões da perícia, que foi realizada no setor e horário em que o reclamante laborou.

Sendo assim, considero o laudo pericial válido e condizente com a realidade dos autos e com a legislação de regência.

Sendo assim, indefiro os pedidos de adicional de insalubridade e seus reflexos.

DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Nos termos do art. 790-B, caput e §4º, da CLT, o pagamento dos honorários periciais será de responsabilidade da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita, ficando a cargo da União, no entanto, em caso de não ter obtido judicialmente créditos capazes de suportar a despesa, o que se aplica aos presentes autos.

Sendo assim, os honorários periciais ficarão a cargo da União, nos termos do art. 790-B, caput e §4º, da CLT, fixados em R$ 1.000,00, nos termos da ata de audiência ID 4ca9462, corrigidos monetariamente de acordo com a OJ 198 da SDI-1 do C. TST.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,78, o que se aplica ao presente feito, considerando que não há comprovação de que o autor esteja com contrato de trabalho vigente. Sendo assim, demonstrada está a hipossuficiência do reclamante, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita.

DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Nos termos do art. 791-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, são devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e máximo de 15%, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Assim, defiro o pagamento de honorários de sucumbência ao patrono da reclamada, no montante de 15% sobre o valor atualizado da causa, considerando os requisitos previstos no §2º, art. 791-A da CLT, em especial a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

III - DISPOSITIVO:

Ante ao exposto, e por tudo mais que consta nos autos da presente reclamação trabalhista, decido julgar **IMPROCEDENTE** a presente reclamação movida por **ERIVELTON ARLEY DE SOUZA LACERDA** em face de **NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA.**

Defiro o pagamento de honorários de sucumbência ao patrono da reclamada, no montante de 15% sobre o valor atualizado da causa.

Honorários periciais ficarão a cargo da União, nos termos do art. 790-B, caput e §4º, da CLT, fixados em R$ 1.000,00, nos termos da ata de audiência ID 4ca9462, corrigidos monetariamente de acordo com a OJ 198 da SDI-1 do C. TST.

Deferido os benefícios da justiça gratuita ao reclamante.

Tudo conforme a fundamentação supra, a qual passa a integrar o dispositivo como nele estivesse transcrito.

Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 5.561,56, no importe de R$ 111,23, ficando desde já isento, considerando a concessão do benefício da justiça gratuita.

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000836-48.2019.5.11.0010

AUTOR	ROSIMEIRE DA SILVA MARQUES
ADVOGADO	THANA ESASHIKA BEZERRA(OAB: 12606/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSIMEIRE DA SILVA MARQUES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000836-48.2019.5.11.0010

AUTOR: ROSIMEIRE DA SILVA MARQUES

RÉU: C C BATISTA ME - ME

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

ROSIMEIRE DA SILVA MARQUES ingressou com reclamatória trabalhista contra C C BATISTA - ME, postulando o que consta da inicial.

II- FUNDAMENTAÇÃO:

Requer a reclamante a homologação da desistência do feito (ID 0e49d7c).

Importante destacar que a desistência foi requerida antes da primeira tentativa de conciliação, ou seja, precedeu ao momento processual de apresentação da defesa, prescindindo de concordância (art. 485, § 4o, NCPC e § 3º do art. 841, da CLT.)[1].

Diante disso, homologo a desistência formulada e, por conseguinte, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do NCPC.

JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,78, ou que comprovem sua hipossuficiência, nos termos do art. 99, §2º, do CPC, o que se aplica aos presentes autos, uma vez que não há comprovação de que a reclamante esteja com contrato de trabalho vigente. Sendo assim, demonstrada está a hipossuficiência da autora, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, homologo a desistência formulada e, por

conseguinte, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do NCPC.

Concedo o benefício da justiça gratuita à parte autora.

Tudo nos termos da Fundamentação.

Custas pela reclamante, no valor de R$ 416,15, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 20.807,53, das quais fica isenta na forma da lei.

Retire-se o processo da pauta de audiência.

Dê-se ciência às partes.

Arquivem-se os autos.

João Alves de Almeida Neto

Juiz do Trabalho Substituto da 10º VT Manaus

[1] Ementa DESISTÊNCIA DA AÇÃO. PRAZO. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. A apresentação da contestação no sistema do processo eletrônico, conforme art. 26 da Resolução 136/2014 do CSJT, não altera o prazo para resposta do réu, estabelecido como marco final para a manifestação de desistência da ação, segundo o art. 267, § 4º, do CPC, o qual se encerra na audiência após a tentativa frustrada de acordo, conforme art. 847 da CLT. Manifestada a desistência da ação em audiência neste momento processual oportuno, apesar da contestação já estar no sistema eletrônico, para seu acolhimento e homologação, é desnecessária a concordância da ex adversa. Correta a homologação procedida e a consequente extinção do feito. Acórdão PJe TRT 3ª / Sexta Turma / Data 10/03/2015

Ementa PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. MOMENTO DE FORMAÇÃO DO PROCESSO E POSSIBILIDADE DE DESISTÊNCIA - O simples envio das peças defensiva e reconvencional para a plataforma eletrônica do PJe não se equipara ao ato jurídico-processual de recebimento da defesa e da reconvenção pelo juiz. A defesa, nos termos da CLT, deve ser apresentada em audiência e recebida pelo juiz. Até o momento da recepção processual da contestação por parte do julgador é juridicamente permitido ao autor desistir da demanda, sem anuência da parte contrária, ainda que a defesa tenha sido enviada para o sistema processual eletrônico. Acórdão PJe TRT 3ª / Primeira Turma / Data 19/02/2016.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000567-43.2018.5.11.0010

AUTOR	ROBERTO CARLOS AZEVEDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBERTO CARLOS AZEVEDO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

ROBERTO CARLOS AZEVEDO DE OLIVEIRA ajuizou reclamação trabalhista em face de **C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP e ESTADO DO AMAZONAS,** partes qualificadas nos autos, formulando os pleitos contidos na inicial. A reclamada, notificada por Edital, não compareceu à audiência designada, motivo pelo qual foi requerida a aplicação da pena de revelia.

A litisconsorte apresentaou defesa sob a forma de contestação, entendendo incabíveis os pleitos formulados.

Documentos foram juntados pelas partes. Sem outras provas, foi declarada encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas pelo reclamante e litisconsorte e prejudicada pela reclamada.

Prejudicada a conciliação.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

DA FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE DE SER PARTE DE ÓRGÃO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Alega que a parte autora indica o GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS como Litisconsorte para integrar o polo passivo da ação. Aduz que o apontado litisconsorte é, em verdade, Ente desprovido de personalidade jurídica, não podendo figurar no polo

passivo de demandas judiciais.

Verifico no sistema PJe que o Estado do Amazonas está cadastrado como litisconsorte, pelo que fica prejudicado o pedido de correção do polo passivo.

DA INÉPCIA DA INICIAL

O litisconsorte argúi a inépcia da inicial, alegando que não há causa de pedir da multa do art. 477 da CLT.

Ressalto que a invocação do art. 477 da CLT no rol de pedido é o bastante, uma vez que referido dispositivo legal trata do atraso no pagamento das verbas rescisórias, dispensando maiores explicações, motivo pelo qual rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

DO DESCABIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NULIDADE. DESCABIMENTO. INOBSERVÂNCIA DO RE 760.931

O litisconsorte suscita questionamentos acerca da inversão do ônus da probatório em decisão ante o RE 760.931 do STF.

Tais questionamentos do ônus probatório ensejam a existência, ou não, de responsabilidade estatal, razão pela qual os apreciarei quando da análise do mérito.

Rejeito a preliminar em questão

DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DAS HORAS EXTRAS. DO ADICIONAL NOTURNO. DO INTERVALO INTRAJORNADA

O reclamante afirma que manteve contrato de trabalho com a reclamada, no período de 01/04/2015 a 31/08/2016, como técnico de enfermagem, com remuneração média de R$1.500,00 (R$100,00 por plantão), regime 12x36, de 19h às 7h, sem intervalo intrajornada, pelo que requer o reconhecimento de vínculo de emprego, anotação da CPTS, pagamento das verbas rescisórias, FGTS 8%+40% e seguro-desemprego, horas extras que ultrapassaram a 8ª hora ante a inexistência de acordo individual ou coletivo autorizando a jornada 12x36, adicional noturno, intervalo intrajornada.

À luz do princípio da conexão, em consulta no sistema PJe da Ação Trabalhista - Rito Ordinário nº 0001280-43.2017.5.11.0013, constato que o reclamante alegou na inicial que laborou de 10/08/2015 a 05/06/2017, na função de balconista de farmácia (dados confirmados em CTPS, ID. dcbd49a, e TRCT, ID. ab6fd36), laborando de 8h às 18h30min, de segunda a sexta-feira, de 9h às 13h30min, aos sábados (1 vez ao mês, estendia até as 15h), com 1 hora de intervalo intrajornada. Em audiência, o reclamante afirmou "*... que trabalhavam 5 empregados de manhã e 5 à tarde; que atuava das 8h às 11h e de 13h às 18h, mas só tinham 1 hora de almoço na verdade, pois tinham que continuar vendendo; que aos sábados atuavam de 9h às 13h, mas quando tinha balanço ficavam até 15h/16h, pelo menos uma vez por mês*;...",

Desse modo, torna-se inverossímil a existência de vínculo de emprego, pois o reclamante postula o reconhecimento de vínculo de 01/04/2015 a 31/08/2016, em que boa parte já estava laborando em outra empresa (10/08/2015 a 05/06/2017), com registro em CTPS, fls. 18 (ID. dcbd49a). Ademais, verifica-se também na CTPS, fls. 17, do autor que ele foi admitido pela empresa SILVIO CORREIA TAPAJÓS E CIA LTDA, como técnico de enfermagem, em 01/04/2015, sem registro da data de saída, o que causa estranheza novo vínculo de emprego com a empresa reclamada C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP neste período.

Outrossim, a jornada de trabalho descrita pelo reclamante na exordial (12x36, de 19h às 7h, sem intervalo intrajornada) se torna incompatível e inverossímil com aquela descrita na inicial do processo 0001280-43.2017.5.11.0013 (8h às 18h30min, de segunda a sexta-feira, de 9h às 13h30min, aos sábados (1 vez ao mês, estendia até as 15h), com 1 hora de intervalo intrajornada), uma vez que não é razoável que o reclamante goze de 30 minutos de intervalo de um emprego e outro.

Nesse contexto, sendo as alegações da inicial desconstituídas pela prova dos autos deste e do processo 0001280-43.2017.5.11.0013, não prevalecem sobre a realidade (art. 345, IV, do CPC), motivo pelo qual indefiro o pleito de reconhecimento de vínculo de emprego e, por conseguinte, os demais pleitos.

Via de consequência, prejudicada a responsabilidade da litisconsorte, pelo que indefiro o pleito em questão.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,78, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista que sequer fora reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Nos termos do art. 791-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, são

devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e máximo de 15%, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Assim, defiro o pagamento de honorários de sucumbência ao patrono da litisconsorte, no montante de 15% sobre o valor atualizado da causa, considerando os requisitos previstos no §2º, art. 791-A da CLT, em especial a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

III - DISPOSITIVO:

Ante ao exposto, e por tudo mais que consta nos autos da presente reclamação trabalhista, julgo improcedente a presente reclamação movida por movida por **ROBERTO CARLOS AZEVEDO DE OLIVEIRA** em face **C P A CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP e ESTADO DO AMAZONAS.**

Defiro o pagamento de honorários de sucumbência ao patrono da litisconsorte, no montante de 15% sobre o valor atualizado da causa, considerando os requisitos previstos no §2º, art. 791-A da CLT, em especial a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Tudo conforme a fundamentação supra, a qual passa a integrar o dispositivo como nele estivesse transcrito.

Custas pelo reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$30.545,63, no importe de R$610,91, dispensado de recolhimento ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Notifiquem-se as partes.

Nada mais.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001015-79.2019.5.11.0010

AUTOR	ERIVAN JOSE DE FREITAS
ADVOGADO	MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO(OAB: 2908/AM)
ADVOGADO	ANELSON BRITO DE SOUZA(OAB: 5342/AM)
ADVOGADO	CELIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2906/AM)
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIVAN JOSE DE FREITAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001015-79.2019.5.11.0010

AUTOR: ERIVAN JOSE DE FREITAS

RÉU: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

ERIVAN JOSÉ FREITAS ingressou com reclamatória trabalhista contra EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, postulado o que consta da inicial.

II- FUNDAMENTAÇÃO:

Considerando que a parte reclamante, no processo 0001757-12.2016.5.11.0010, não compareceu à audiência designada, no dia 30/08/2018, ocorrendo o arquivamento do processo;

Considerando que, diante do arquivamento, o reclamante foi condenado ao recolhimento das custas processuais no valor de R$ 5.944,00, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 297.200,00, as quais deviam ser recolhidas ou justificada sua isenção, no prazo de 15 dias, sob pena de restrição a reclamatórias subsequentes;

Considerando que, nos termos do artigo 844, §2º da CLT, ocorrendo a ausência injustificada do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável;

Considerando que não houve justificativa de ausência e/ou recolhimento das custas naqueles autos, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inc I, do CPC, ressaltando que o pagamento das custas nos autos 0001757-12.2016.5.11.0010 é condição para a propositura de nova demanda.

JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da

justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,73, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista a remuneração percebida pelo reclamante de R$ 1.600,00, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, I, do CPC.
Concedido o benefício da justiça gratuita à parte autora.
Tudo nos termos da Fundamentação.
Custas pelo reclamante, no valor de R$ 3.104,00, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 155.200,00, das quais fica isento na forma da lei.
Dê-se ciência ao reclamante.
Arquivem-se os autos.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura
MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001105-87.2019.5.11.0010

AUTOR	MANOEL LAZARO ARRUDA
ADVOGADO	FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS(OAB: 9550/AM)
RÉU	OZIEL MUSTAFA DOS SANTOS & CIA LIMITADA

Intimado(s)/Citado(s):
- MANOEL LAZARO ARRUDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0001105-87.2019.5.11.0010
AUTOR: MANOEL LAZARO ARRUDA
RÉU: OZIEL MUSTAFA DOS SANTOS & CIA LIMITADA

DESPACHO

Considerando tratar-se de processo de conhecimento, e considerando que este Juízo já adota a prática, independe de pauta prévia, de realizar audiência de conciliação, bastando que as partes compareçam espontaneamente, indefiro o pedido de envio do processo ao CEJUSC-JT.

Assinatura
MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000398-22.2019.5.11.0010

AUTOR	JOSE DANIVALDO DOS SANTOS
ADVOGADO	RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):
- JOSE DANIVALDO DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000398-22.2019.5.11.0010
AUTOR: JOSE DANIVALDO DOS SANTOS
RÉU: FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

JOSÉ DANIVALDO DOS SANTOS ajuizou reclamação trabalhista em face de FORTEVIP FORTE VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI, partes qualificadas nos autos, formulando os pleitos contidos na inicial.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Considerando que, nos termos da Resolução nº. 94, de 23 de março de 2012, do CSJT e dos Atos Administrativos nº. 123/2012 e nº. 124/2012, do E. TRT da 11ª Região, é de responsabilidade do

usuário a exatidão das informações prestadas;
Considerando a certidão do oficial de justiça ID d5cd15e de não localização da reclamada;
Considerando que, uma vez autuado o processo no rito sumaríssimo, não há possibilidade de emenda ou citação por edital, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inc I, do CPC.
Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,73, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista a remuneração percebida pelo reclamante de R$ 1.190,37, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 330, inciso IV, do CPC, e julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso I, do CPC.
Defiro os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora.
Custas pelo reclamante, no valor de R$ 416,34, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 20.817,35, das quais fica isenta na forma da lei.
Retire-se o processo da pauta de audiência.
Dê-se ciência ao autor.
Arquivem-se os autos.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura
MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000841-70.2019.5.11.0010

AUTOR	EDIMILSON COSTA DOS SANTOS
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	MERCURY SISTEMAS INTELIGENTES DE MONITORAMENTO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):
- EDIMILSON COSTA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação
PROCESSO: 0000841-70.2019.5.11.0010
AUTOR: EDIMILSON COSTA DOS SANTOS
RÉU: MERCURY SISTEMAS INTELIGENTES DE MONITORAMENTO LTDA - ME

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

Edimilson Costa dos Santos ingressou com reclamatória trabalhista contra Mercury Sistemas Inteligentes de Monitoramento Ltda - ME, postulando o que consta da inicial.

II- FUNDAMENTAÇÃO:

Requer o reclamante a homologação da desistência do feito (ID 0781832).
Importante destacar que a desistência foi requerida antes da primeira tentativa de conciliação, ou seja, precedeu ao momento processual de apresentação da defesa, prescindindo de concordância (art. 485, § 4o, NCPC e § 3º do art. 841, da CLT.)[1].
Diante disso, homologo a desistência formulada e, por conseguinte, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do NCPC.

JUSTIÇA GRATUITA

Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,78, ou que comprovem sua hipossuficiência, nos termos do art. 99, §2º, do CPC, o que se aplica aos presentes autos, uma vez que não há comprovação de que o reclamante esteja com contrato de trabalho vigente. Sendo assim, demonstrada está a hipossuficiência do autor, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, homologo a desistência formulada e, por conseguinte, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do NCPC.
Concedo o benefício da justiça gratuita à parte autora.
Tudo nos termos da Fundamentação.
Custas pelo reclamante, no valor de R$ 40,78, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 20.239,25, das quais fica isento na forma da lei.
Retire-se o processo da pauta de audiência.
Dê-se ciência às partes.
Arquivem-se os autos.

João Alves de Almeida Neto

Juiz do Trabalho Substituto da 10º VT Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000837-33.2019.5.11.0010

AUTOR	DILSON RAMOS BICHARRA NETO
ADVOGADO	D JANE MACIEL DE MEDEIROS(OAB: 13124/AM)
RÉU	SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL QUINTA DAS LARANJEIRAS
RÉU	C.F.BORGES - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- DILSON RAMOS BICHARRA NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000837-33.2019.5.11.0010

AUTOR: DILSON RAMOS BICHARRA NETO

RÉU: SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. - EPP e outros (2)

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

DILSON RAMOS BICHARRA NETO ajuizou reclamação trabalhista em face de Sesp - Serviços Especializados em Segurança Patrimonial Ltda. - EPP, Condomínio Residencial Quinta das Laranjeiras e C.F. Borges - EPP, partes qualificadas nos autos, formulando os pleitos contidos na inicial.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Fora determinado pelo Juízo (ID 761e2a6) que o reclamante juntasse aos autos a indicação de endereço da reclamada SESP - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Não tendo sido cumprida a determinação, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 330, inciso IV, do CPC, e julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC.
Nos moldes do art. 790, §3º, da CLT, será concedido o benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, de até R$ 2.335,73, o que se aplica ao presente feito, tendo em vista a remuneração percebida pelo reclamante de R$ 2.204,68, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do supracitado artigo.

III - DISPOSITIVO:

Por todo o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 330, inciso IV, do CPC, e julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso I, do CPC.
Defiro a justiça gratuita à parte autora.
Custas pelo reclamante, no valor de R$ 880,64, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 44.032,46, das quais fica isento na forma da lei.
Retire-se o processo da pauta de audiência.
Dê-se ciência ao autor.
Arquivem-se os autos.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz Substituto da 10ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000180-91.2019.5.11.0010

AUTOR	ANA MARIA NUNES MAIA
ADVOGADO	MARIA JOSE ALVES DA SILVA(OAB: 1385/AM)
RÉU	COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RÉU	CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RÉU	SUPERSONIC LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RÉU	COMPAZ COMPONENTES DA AMAZONIA S/A
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RÉU	DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)
RÉU	PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
RÉU	PCE-PAPEL,CAIXAS E EMBALAGENS S/A
RÉU	DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA NUNES MAIA
- CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A
- COMPAZ COMPONENTES DA AMAZONIA S/A
- COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
- DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A
- PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA
- SUPERSONIC LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

I - RELATÓRIO:

ANA MARIA NUNES MAIA, já qualificado nos autos, opôs Embargos de Declaração (ID b9050ae), alegando omissões e erros materiais na sentença de ID. c2f1442.

CEMAZ INDÚSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A, já qualificada nos autos, opôs Embargos de Declaração (ID bf785aa), postulando saneamento da responsabilidade das reclamadas na obrigação de fazer.

DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A.,já qualificado nos autos, opôs Embargos de Declaração (ID 123c6ea), alegando omissão na sentença de ID. c2f1442.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Dos embargos da reclamante ANA MARIA NUNES MAIA

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivamente oferecidas e subscritas por procuradora regularmente constituída nos autos (ID. 7ee2b76).

A embargante aponta omissão e erro material no provimento jurisdicional "*para corrigir as inexatidões materiais do julgado no que diz respeito às incorreções nas datas e ausência de identificação (ID) dos documentos referenciados (distrato, e-mail's e protocolo), incluir no grupo econômico como responsável solidária a 7ª empresa (PLACIBRÁS DA AMAZÕNIA LTDA), assim como corrigir o período do reconhecimento do vínculo empregatício."*

Assiste parcial razão a embargante.

A decisão foi omissa quanto à apreciação da responsabilidade da 7ª reclamada (PLACIBRÁS) no fundamento da sentença, pelo passo a saná-la, integrando o tópico "DAS RESPONSABILIDADES DAS

RECLAMADAS".

Primeiro, onde se lê: "*Em relação às demais reclamadas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 6ª), passo à análise do grupo econômico.*" leia-se: "*Em relação às demais reclamadas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª), passo à análise do grupo econômico.*"

Segundo, inclua-se o parágrafo:

"*O logradouro da 7ª reclamada na Av Autaz Mirim, nº 2645, Complemento A, CEP 69.089-000, Armando Mendes, Manaus, AM, telefone 11 2112-1127, sendo A.X.V.S.P.E. Empreendimentos e Participacoes Ltda., sócio, sendo administrador Roberto Sverner; Everton dos Santos Nunes, administrador; Beatriz Sverner, sócio, Marinho Unten, administrador.*"

Terceiro, onde se lê:

"*Nesse contexto, reconheço o grupo econômico da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª reclamadas e sua responsabilidade solidária.*"

Leia-se:

"Nesse contexto, reconheço o grupo econômico da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª reclamadas e sua responsabilidade solidária."

Por conseguinte, no dispositivo, para que onde se lê: "*4. Reconhecer o grupo econômico entre 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª reclamadas e sua responsabilidade solidária;*" Leia-se: "*4. Reconhecer o grupo econômico entre 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª reclamadas e sua responsabilidade solidária;*"

Assim, julgo procedentes os Embargos para suprir as aludidas omissões.

Em relação às incorreções nas datas e ausências de identificação (ID), apontadas pela embargante, constituem erros materiais passíveis de correções, que passo a sanar, para que onde se lê: "Verificam-se ainda vários contratos de prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atuando na área de assessoria da superintendência, entre a empresa da reclamante (L.A.M. Serviços Administrativos Ltda) e as reclamadas integrantes do polo passivo, a saber: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S/A, DIGIBRÁS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A, DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, COMPAZ COMPONENTES DA AMAZONIA S/A, SUPERSONIC LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA, PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA, PCE-PAPEL,CAIXAS E EMBALAGENS S/A, por prazo indeterminado, em 16/05/2008, remuneração dividida em 13 parcelas mensais, de igual valor, com aditivos (ID. e98c870 - páginas 1 a 11; ID. cec5c08 - páginas 1 a 11; ID. bfa8ffb - páginas 1 a 13; ID. f0a596c - Páginas 1 a 11; ID. 4e8fb1b - Páginas 1 a 10; ID. e48756e - Pág. 1 a 11; ID. 85f4579 - Páginas 1 a 9; ID. 3e223b3 - Páginas 1 a 12); distratos em 01/04/2011, dando-se por encerrado, a partir de 30 dias, a contar desta data, ou seja, 01/05/2011 (ID. e98c870 - Páginas 12 e 13; ID. cec5c08 - Páginas 12 e 13; ID. bfa8ffb - Páginas 14 e 15; ID. f0a596c - Páginas 12 e 13; ID. 4e8fb1b - Páginas 11 e 12; ID. e48756e - Páginas 12 e 13; ID. 3e223b3 - Páginas 13 e 14); distrato da PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA em 01/11/2011, dando-se por encerrado, a partir de 30 dias, a contar desta data, ou seja, 01/12/2011 (ID. 85f4579 - Páginas 10 e 11). Há também notas fiscais dos serviços prestados "serviços de apoio administrativo". Averigua-se também e-mail´s, datados de 02/07/2008, 04/11/2008, 11/11/2018, 01/12/2018, 14/04/2009, 29/09/2009, 17/07/2009, 28/10/2009, 10/11/2009, 26/10/2010, de colaboradores da CCE para a reclamante ora como "Ana Maria Nunes Maia (MAO-Fiscal Tributario") ora como "Ana Maria Nunes Maia (CCE - Assessoria Fiscal", ora como CEMAZ Ana Maria (CCE - Fiscal) (IDs. c246345, 06dfe7d,e4f8403, 333a72a, bc46603, 587ce14, 5dc3fa8); protocolos de 13/08/2018, 23/01/2009 (IDs. c26f87f, 0a4cf40)."

Leia-se:

"Verificam-se ainda vários contratos de prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atuando na área de assessoria da superintendência, entre a empresa da reclamante (L.A.M. Serviços Administrativos Ltda) e as reclamadas integrantes do polo passivo, a saber: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S/A, DIGIBRÁS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A, DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, COMPAZ COMPONENTES DA AMAZONIA S/A, SUPERSONIC LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA, PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA, PCE-PAPEL,CAIXAS E EMBALAGENS S/A, por prazo indeterminado, em 16/05/2008, remuneração dividida em 13 parcelas mensais, de igual valor, com aditivos (ID. e98c870 - páginas 1 a 11; ID. cec5c08 - páginas 1 a 11; ID. bfa8ffb - páginas 1 a 13; ID. f0a596c - Páginas 1 a 11; ID. 4e8fb1b - Páginas 1 a 10; ID. e48756e - Pág. 1 a 11; ID. 85f4579 - Páginas 1 a 9; ID. 3e223b3 - Páginas 1 a 12); distratos em 01/04/2011, dando-se por encerrado, a partir de 30 dias, a contar desta data, ou seja, 01/05/2011 (ID. e98c870 - Páginas 12 e 13; ID. cec5c08 - Páginas 12 e 13; ID. bfa8ffb - Páginas 14 e 15; ID. f0a596c - Páginas 12 e 13; ID. 4e8fb1b - Páginas 11 e 12; ID. e48756e - Páginas 12 e 13; ID. 3e223b3 - Páginas 13 e 14); distrato da PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA em 01/11/**2009**, dando-se por encerrado, a partir de 30 dias, a contar desta data, ou seja, 01/12/**2009**(ID. 85f4579 - Páginas 10 e 11). Há também notas fiscais dos serviços prestados "serviços de apoio administrativo". (grifei)

Averigua-se também e-mail´s, datados de 02/07/2008, 04/11/2008, 11/11/**2008**, 01/12/**2008**, 14/04/2009, 29/09/2009, 17/07/2009, 28/10/2009, 10/11/2009, 26/10/2010, de colaboradores da CCE para a reclamante ora como "Ana Maria Nunes Maia (MAO-Fiscal

Tributario") ora como "Ana Maria Nunes Maia (CCE - Assessoria Fiscal", ora como CEMAZ Ana Maria (CCE - Fiscal) (IDs. c246345, 06dfe7d, e4f8403, **38c04ba**, 333a72a, **a03726c**, bc46603, 587ce14, 5dc3fa8); protocolos de 13/08/**2008**, 23/01/2009 (IDs. c26f87f, 0a4cf40)." (grifei)

Quanto à data correspondente ao ID. 5dc3fa8, verifico que não há erro material pois foi o dia que a reclamante enviou e recebeu e-mail.

Assim, julgo parcialmente procedentes os Embargos para corrigir os aludidos erros.

No que se refere ao período de reconhecimento de vínculo de emprego, percebe-se erro material evidenciado na data de saída do contrato de trabalho lançado na parte dispositiva da sentença, sendo que a própria fundamentação consigna a data correta. Assim, onde se lê no dispositivo:

"*3. Reconhecer o vínculo empregatício no período de 16/05/2008 a 06/12/2016, conforme exordial;"*

Leia-se:

"*3. Reconhecer o vínculo empregatício no período de 16/05/2008 a 30/04/2011, conforme exordial;*"

Em relação a unicidade contratual já foi reconhecida no item 2 do dispositivo da sentença e também na fundamentação, que integra o disposto: "*Tudo conforme a fundamentação supra, a qual passa a integrar o dispositivo como nele estivesse transcrito."*

Assim, julgo parcialmente procedentes os Embargos para corrigir os aludidos erros.

Dos embargos da reclamada CEMAZ INDÚSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivamente oferecidos e subscritos por procurador regularmente constituído nos autos (ID. 902980c).

A embargante aponta no dispositivo do provimento jurisdicional:

"*Este Juízo, ao apreciar o feito em que a reclamante busca o reconhecimento da vinculação empregatícia entre as partes, declarou a responsabilidade solidária entre as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª reclamadas na condição de membros do mesmo grupo econômico e ainda condenou a reclamada Digibrás Industria do Brasil s/a à obrigação de fazer de anotação do contrato de trabalho na condição de empregadora.*

É certo que ao proferir a sentença, o Juiz conclui a prestação jurisdicional da qual estava incumbido. É igualmente certo que em havendo nos autos questão relevante sobre a qual deve manifestar-se, pode o Juiz fazê-lo, alterando a sentença ou não, ou mesmo implementando efeito modificativo, se assim entender.

No caso em foco, o que impulsiona a embargante a opor a medida ora intentada é questão que exsurge partir de declaração da responsabilidade solidária entre as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª reclamadas sem especificar este Juízo sobre o que recai a responsabilidade das mesmas, notadamente quando já definido que no caso de descumprimento da obrigação de fazer pela empresa Digibrás, a obrigação quanto às anotações em CTPS serão efetuadas pela Secretaria do Juízo.

Em razão de tal contexto, estes Embargos de Declaração visam o saneamento do aspecto ora suscitado, pugnando pela especificação da responsabilidade da ora embargante e das demais empresas, garantindo às partes o correto manejo dos argumentos jurídicos e para todos os fins.

Assim, requer a embargante sejam acolhidos os presentes Embargos e, manifestando-se este Juízo acerca da questão suscitada, assegure a efetividade dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, por ser medida da mais lídima e salutar JUSTIÇA!"

No mérito, rejeito-os, uma vez que inexistente quaisquer das hipóteses legais previstas no art. 897-A, CLT.

Ao contrário do que alega o Embargante, não há quaisquer vícios a serem sanados. Isso porque na sentença de ID. c2f1442, constato que o Juízo já se pronunciou acerca da obrigação de anotar a CTPS, indicando o fundamento que convenceu o juízo.

Ressalto que caracterizada a formação de grupo econômico, tem-se como consequência legal a solidariedade passiva das empresas que o integram, motivo pelo qual qualquer empresa reclamada pode cumprir a obrigação de fazer. Assim, não tendo sido cumprido a referida obrigação pelas empresas reclamadas, a Secretaria da Vara deve proceder a baixa, conforme determinado na sentença. Dessa forma, verifico que suas alegações referem-se às razões que formaram o convencimento deste Juízo.

Importante destacar que a fundamentação adotada na decisão utilizou os argumentos suficientes a conclusão alcançada. Nesse sentido, a jurisprudência:

"O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada. STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585)."

Nesse contexto, infere-se que, na verdade, a Embargante,

insatisfeita com o resultado da sentença, deseja rediscutir as razões que formaram o convencimento deste Juízo. Contudo, o meio hábil para tanto é o recurso específico direcionado ao Tribunal, pois o magistrado de 1ª instância finaliza sua atividade jurisdicional quando da prolação da sentença, só podendo alterá-la nos casos previstos em lei (art. 494 do CPC), o que não é o caso dos autos. Diante de tais considerações, improcedentes os embargos declaratórios quanto aos alegados vícios na sentença.

Dos embargos de declaração das reclamadas DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivamente oferecidos e subscritos por procurador regularmente constituído nos autos (ID 501a4c1).

As embargantes apontam omissão no provimento jurisdicional no que tange à apreciação da tese sobre quitação do vínculo do trabalho por meio de acordo extrajudicial - da ausência de apreciação da quitação ventilada na peça contestatória.

No mérito, rejeito-os, uma vez que inexistente quaisquer das hipóteses legais previstas no art. 897-A, CLT.

Ao contrário do que alegam as Embargantes, não há quaisquer vícios a serem sanados. Isso porque na sentença de ID. c2f1442, constato que o Juízo já se pronunciou acerca do vínculo de emprego, indicando o fundamento que convenceu o juízo.

Ressalto que o Juízo apreciou os acordos extrajudiciais, primeiro, em sede de preliminar das empresas que alegaram em contestação, em que não ficou caracterizada coisa julgada; segundo, tais documentos evidenciaram que havia vínculo de emprego, conforme fundamentação da sentença. Note os trechos da preliminar e da parte da fundamentação:

DA TRANSAÇÃO

[...]

Não gera coisa julgada acordo extrajudicial celebrado pelas partes para resolver discussões relativas ao extinto contrato de trabalho envolvendo a reclamante, notadamente no caso de não homologação em juízo e de o pacto não ter a finalidade de encerrar processo judicial.

[...]

DA NULIDADE DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DO VÍNCULO DE EMPREGO

[...]

Cumpre destacar que as empresas reclamadas celebraram com a reclamante acordos extrajudiciais para quitação das verbas rescisórias (quais sejam, 13º salários, férias, gratificações), parcelas nitidamente de vínculo de emprego, ou seja, demonstra que a reclamante era e continuou sendo empregada das reclamadas. [...]"

Ademais, se o acordo extrajudicial não faz coisa julgada, por conseguinte, não quita a obrigação de anotar a CTPS decorrente do vínculo de emprego.

Outrossim, a reclamante não postula obrigações de pagar para apreciar pedido de quitação de parcelas decorrentes do acordo. Dessa forma, verifico que suas alegações referem-se às razões que formaram o convencimento deste Juízo.

Importante destacar que a fundamentação adotada na decisão utilizou os argumentos suficientes a conclusão alcançada. Nesse sentido, a jurisprudência:

"O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada. STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585)."

Nesse contexto, infere-se que, na verdade, as Embargantes, insatisfeitas com o resultado da sentença, deseja rediscutir as razões que formaram o convencimento deste Juízo. Contudo, o meio hábil para tanto é o recurso específico direcionado ao Tribunal, pois o magistrado de 1ª instância finaliza sua atividade jurisdicional quando da prolação da sentença, só podendo alterá-la nos casos previstos em lei (art. 494 do CPC), o que não é o caso dos autos. Diante de tais considerações, improcedentes os embargos declaratórios quanto aos alegados vícios na sentença.

III - DISPOSITIVO:

Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração opostos por **ANA MARIA NUNES MAIA, CEMAZ INDÚSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A, DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A.**, e julgo-os PARCIALMENTE PROCEDENTES oposto por **ANA MARIA NUNES MAIA,** para corrigir as omissões e erro materiais na sentença de ID. c2f1442, dando efeito integrativo, conforme fundamentação acima, e julgo-os **IMPROCEDENTES** opostos por **CEMAZ INDÚSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A, DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A.**, mantendo a sentença inalterada a

sentença de ID c2f1442.

Tudo nos termos da fundamentação.

Notifiquem-se as partes.

JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz do Trabalho Substituto

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000068-25.2019.5.11.0010

AUTOR	MARIA NATIVIDADE MARQUES
ADVOGADO	ALDACY REGIS DE SOUSA MELO(OAB: 4752/AM)
RÉU	NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP
ADVOGADO	ELEN KARINA FONSECA MAUES(OAB: 13157/AM)
ADVOGADO	ELZIETH DOS SANTOS RODRIGUES(OAB: 13107/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA NATIVIDADE MARQUES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0000068-25.2019.5.11.0010

AUTOR: MARIA NATIVIDADE MARQUES

RÉU: NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP

DESPACHO

I. Manifeste-se a reclamante sobre a petição ID 02f2728 da reclamada.

II. Aguarde-se a finalização do acordo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002020-10.2017.5.11.0010

AUTOR	ELIAS PEREIRA FERRAZ
ADVOGADO	BRUNO SENA PEREIRA(OAB: 9555/AM)
ADVOGADO	PEDRO LUCAS PORTUGAL AL BEHY KANAAN(OAB: 8587/AM)
RÉU	AMAURY FILHO MACHADO DE SOUZA - ME
ADVOGADO	JADER ALMEIDA GUERREIRO(OAB: 13884/AM)
RÉU	ONCOMED COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP
ADVOGADO	JADER ALMEIDA GUERREIRO(OAB: 13884/AM)
RÉU	MEDICOM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ADVOGADO	JADER ALMEIDA GUERREIRO(OAB: 13884/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDO DO AMAZONAS - SEFAZ
TERCEIRO INTERESSADO	Secretaria de Estado de Saúde

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURY FILHO MACHADO DE SOUZA - ME
- ELIAS PEREIRA FERRAZ
- MEDICOM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
- ONCOMED COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PROCESSO: 0002020-10.2017.5.11.0010

AUTOR: ELIAS PEREIRA FERRAZ

RÉU: MEDICOM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA e outros (2)

DESPACHO

Considerando a petição de ID.6695541 e que não há no ordenamento jurídico brasileiro previsão legal que autorize uma Portaria a contrariar decisão judicial;

considerando, ainda, que a própria Portaria Conjunta nº 01, de 01/07/2019, à qual se refere o Ofício de ID. 73f8842, dispõe que nenhuma dívida de exercícios anteriores poderá ser quitada à conta do orçamento 2019, **exceto quando decorrentes de decisão judicial**, quando justificada a imprescindibilidade do pagamento para a continuidade da prestação do serviço público ou nas hipóteses de indenizações de despesas com pessoal, determino:

I- Expeça-se mandado, **a ser cumprido pelo Oficial de Justiça JOSUÉ PEREIRA CASTILHO,** o qual deverá dirigir-se ao local da diligência acompanhado de força policial, para que proceda à

penhora do crédito ATUALMENTE existente OU FUTURO (que venha a existir) junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM, independente do exercício financeiro em a pendência se encontre, decorrente de qualquer serviço prestado pela executada em qualquer unidade atinente ao Estado do Amazonas, intimando o secretário de estado de saúde, ou outro gestor que responda pela Secretaria na eventual ausência do titular, para bloquear e suspender de imediato os pagamentos para executada até o limite do valor devido atualizado (R$ 200.000,00), **no prazo improrrogável de 2 horas,** sob pena de caracterização de flagrante do crime de desobediência à ordem judicial.

II- Autoriza-se os advogados do reclamante, Dr. BRUNO SENA PEREIRA - OAB: AM9555 - CPF: 958.075.782-87 e PEDRO LUCAS PORTUGAL AL BEHY KANAAN - OAB: AM8587 - CPF: 002.865.772-16, a acompanhar a diligência.

III- O depósito da quantia deverá ser realizado em conta judicial à disposição do Juízo no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, no prazo de 5 dias, a contar da disponibilidade do crédito em pecúnia. Deverá, ainda, comprovar em juízo o cumprimento da ordem.

IV- Instrua-se o mandado com cópia do presente despacho, bem como dos mandados (Ids. c08005b e 81299e3) e certidões do Sr. Oficial de Justiça (Ids. 112e952, c4cebc5 e 2e04447).

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001036-55.2019.5.11.0010

AUTOR	EVANDRO FARIAS BORGES
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	CONSTRUTORA CAPITAL S/A
RÉU	M J LOPES FERREIRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- EVANDRO FARIAS BORGES

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª Vara do Trabalho de Manaus - 6º Andar

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Notificação DEJT

PROCESSO: 0001036-55.2019.5.11.0010

RECLAMANTE: EVANDRO FARIAS BORGES

Advogada do reclamante: ANGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA

RECLAMADA:M J LOPES FERREIRA - ME e outros

Fica o reclamante notificado, por intermédio de sua patrona, para tomar ciência da audiência inaugural designada para o dia 06/02/2020, às 10h25min, a ser realizada na 10ª Vara do Trabalho de Manaus, ressaltando-se, ainda, a hipótese das partes comparecerem na Secretaria da Vara em data anterior com o fim de conciliar.

O Reclamante deverá comparecer pessoalmente à audiência designada, sob pena de arquivamento dos autos.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001054-76.2019.5.11.0010

AUTOR	REBECA PATRICIA ALENCAR DA SILVA
ADVOGADO	LUCAS COSTA DO VALE(OAB: 7990/AM)
AUTOR	OTAVIO FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	LUCAS COSTA DO VALE(OAB: 7990/AM)
AUTOR	MIRIELLY ANTUNES DE CARVALHO
ADVOGADO	LUCAS COSTA DO VALE(OAB: 7990/AM)
AUTOR	FRANCISCO FERRAZ CONCEICAO
ADVOGADO	LUCAS COSTA DO VALE(OAB: 7990/AM)
RÉU	H S DE CASTRO E CIA LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO FERRAZ CONCEICAO
- MIRIELLY ANTUNES DE CARVALHO
- OTAVIO FERREIRA DE OLIVEIRA
- REBECA PATRICIA ALENCAR DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª Vara do Trabalho de Manaus - 6º Andar

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Notificação DEJT

PROCESSO: 0001054-76.2019.5.11.0010

_____

_____

RECLAMANTE: FRANCISCO FERRAZ CONCEIÇÃO e outros (3)

Advogado dos reclamantes: LUCAS COSTA DO VALE

RECLAMADA:H S DE CASTRO E CIA LTDA - EPP

_____

_____

Ficam os reclamantes notificados, por intermédio de seu patrono, para tomarem ciência da audiência inaugural designada para o dia 11/02/2020, às 10h10min, a ser realizada na 10ª Vara do Trabalho de Manaus, ressaltando-se, ainda, a hipótese das partes comparecerem na Secretaria da Vara em data anterior com o fim de conciliar.

Os Reclamantes deverão comparecer pessoalmente à audiência designada, sob pena de arquivamento dos autos.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001036-55.2019.5.11.0010

AUTOR	EVANDRO FARIAS BORGES
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	CONSTRUTORA CAPITAL S/A
RÉU	M J LOPES FERREIRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- EVANDRO FARIAS BORGES

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª Vara do Trabalho de Manaus - 6º Andar

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Notificação DEJT

PROCESSO: 0001036-55.2019.5.11.0010

RECLAMANTE: EVANDRO FARIAS BORGES

Advogada do reclamante: ANGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA

RECLAMADA:M J LOPES FERREIRA - ME e outros

Fica o reclamante notificado, por intermédio de sua patrona, para tomar ciência da audiência inaugural designada para o dia 06/02/2020, às 10h25min, a ser realizada na 10ª Vara do Trabalho de Manaus, ressaltando-se, ainda, a hipótese das partes comparecerem na Secretaria da Vara em data anterior com o fim de conciliar.

O Reclamante deverá comparecer pessoalmente à audiência designada, sob pena de arquivamento dos autos.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000910-05.2019.5.11.0010

AUTOR	FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª Vara do Trabalho de Manaus - 6º Andar

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

Notificação DEJT

PROCESSO: 0000910-05.2019.5.11.0010

RECLAMANTE: FRANCISCO CHAGAS CASTRO VERAS FILHO

Advogado(s) do reclamante: ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO

RECLAMADA:AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA e outros

_____

_____

Fica o(a) reclamante notificado(a), por intermédio de seu patrono(a), para tomar ciência da audiência inaugural designada para o dia 12/12/2019 10:15, a ser realizada na 10ª Vara do Trabalho de Manaus, ressaltando-se, ainda, a hipótese das partes comparecerem na Secretaria da Vara em data anterior com o fim de conciliar. O(a) Reclamante deverá comparecer pessoalmente à audiência designada, sob pena de arquivamento dos autos.

Manaus, 30 de Setembro de 2019.

11ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0002046-36.2016.5.11.0012

AUTOR	ANTONIO LIBERTINO NETO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA
RÉU	CIMENCAL TERRAPLENAGEM LTDA - ME
ADVOGADO	ANTONIO FABIO BARROS DE MENDONCA(OAB: 2275/AM)
ADVOGADO	ADRIANA LO PRESTI MENDONCA COHEN(OAB: 3139/AM)
ADVOGADO	JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR(OAB: 8266/AM)
PERITO	FATIMA SILVA BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA

MM. 11ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140 - MANAUS

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJe

PROCESSO No. : 0002046-36.2016.5.11.0012

Reclamante : ANTONIO LIBERTINO NETO

Reclamado : CIMENCAL TERRAPLENAGEM LTDA - ME e outros

O Exmo. Dr. ROBINSON LOPES DA COSTA JUIZ do TRABALHO Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Manaus, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA reclamado nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, .

Fica ainda o intimado para manifestação no prazo de quinze dias, na forma do art. 855-A da CLT c/c 135 do CPC.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 11ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 25 de Setembro de 2019, na Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Manaus.

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz do Trabalho Substituto

Edital

Processo Nº ATOrd-0001241-86.2016.5.11.0011

AUTOR	IVAN DE SOUZA ALMEIDA
ADVOGADO	MANOEL ROMAO DA SILVA(OAB: 1432/AM)
ADVOGADO	ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA(OAB: 4564/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

MM. 11ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140 - MANAUS

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJe

PROCESSO No. : 0001241-86.2016.5.11.0011

Reclamante : IVAN DE SOUZA ALMEIDA

Reclamado : J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e outros

O(a) JUIZ(a) do TRABALHO da 11ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimado(a) J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
69020-141 - AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1816 - PRACA 14 DE JANEIRO - MANAUS - AMAZONAS, reclamado(a) nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para impugnar os cálculos, dê-lhe ciência para se manifestar no prazo de 8 dias dos cálculos de id e420baf. .

Fica ainda o(a) intimado(a) cientificado(a) de que o referido processo tramita eletronicamente (Resolução nº 136/CSJT de 25 de abril de 2012) Execução Trabalhista, cujos documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 11ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Manaus.

Juiz(a) do Trabalho

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001473-69.2014.5.11.0011

AUTOR	FRANCINI ALVES DA SILVA
ADVOGADO	ANA VIRGINIA ARAKIAN IZEL(OAB: 3701/AM)
RÉU	RENATO JOSE MAIA ALVES
RÉU	ALTABRAS ENERGY SERVICOS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	MARCIO MORITA GONCALVES(OAB: 103507/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINI ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000406-35.2015.5.11.0011

AUTOR	BRUNO ESTACIO DOS SANTOS CAMPOS
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
ADVOGADO	ANDREA REGINA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI(OAB: 2413/AM)
RÉU	CLAUDIA DE CARVALHO ALVES

RÉU	ENTERPA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES(OAB: 7906/AM)
RÉU	ALBERTO DE CARVALHO ALVES
RÉU	CONRADO DE CARVALHO ALVES

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO ESTACIO DOS SANTOS CAMPOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Visto etc.

Considerando que não foram encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e que já houve a Pesquisa Patrimonial com uso dos sistemas eletrônicos, como o BACENJUD, o INFOJUD, o RENAJUD, SAAB e CNIB em outros processos nesta MM. tendo em vista não houve êxito na diligência por este Juízo,

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000835-02.2015.5.11.0011

AUTOR	FRANCINEIA DA SILVA DANTAS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
ADVOGADO	WISTON FEITOSA DE SOUSA(OAB: 6596/AM)
RÉU	RAFAELA CREDIE DA SILVA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINEIA DA SILVA DANTAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000497-42.2017.5.11.0016

AUTOR	RAIMUNDA NONATA DA COSTA PINHEIRO
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	RESTAURANTE FRANGO.COM
RÉU	LISANGELA MESQUITA BARROS MELO
ADVOGADO	JAIRO MOTA ARAGAO(OAB: 9369/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDA NONATA DA COSTA PINHEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000665-59.2017.5.11.0011

AUTOR	VERA LUCIA SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA(OAB: 12289/AM)
ADVOGADO	TATIANA DE FREITAS LOPES(OAB: 11732/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- VERA LUCIA SOUZA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando que não foram encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e que já houve a Pesquisa Patrimonial com uso dos sistemas eletrônicos, como o BACENJUD, o INFOJUD, o RENAJUD, SAAB e CNIB em outros processo nesta MM. não houve êxito na diligência por este Juízo, tendo em vista a exclusão da litisconsorte que julgou improcedente o pedido de responsabilização subsidiária do Estado do Amazonas pelos créditos trabalhistas pleiteados pela Reclamante, conforme o Id. c3afe1f.

DECIDO:

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001619-08.2017.5.11.0011

AUTOR	FRANCIOMAR COELHO DA SILVA
ADVOGADO	IOLDY VANIO LIMA DA FONSECA(OAB: 8069/AM)
ADVOGADO	MARCOS ANTONIO VITOR DA SILVA(OAB: 7841/AM)
RÉU	CONSTRUTORA TRIUNFO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	URSULA REGINA DA ROCHA RABELO RAMOS(OAB: 4602/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCIOMAR COELHO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Vistos etc.

Notifique-se o exequente por meio de seu patrono para se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, bem como indicar outros bens à penhora da executada, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de arquivamento provisório do processo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000555-26.2018.5.11.0011

AUTOR	ELIZANGELA DA COSTA BARATA
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
RÉU	F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA
RÉU	AMAZON INDUSTRIA DE GELO E BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZANGELA DA COSTA BARATA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000618-17.2019.5.11.0011

AUTOR	RAIMUNDA VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO	JULLYANA VALQUERIZO BARBOSA(OAB: 13637/AM)
RÉU	CASTELINHO REFEICOES LTDA
ADVOGADO	ANA CLARA SOARES LADEIRA(OAB: 7289/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDA VIEIRA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000630-31.2019.5.11.0011

AUTOR	ERIVANIA ALBUQUERQUE DA SILVA
ADVOGADO	FRANCISCO JACQUES DE AMORIM(OAB: 5257/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK(OAB: 8071/AM)
ADVOGADO	JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR(OAB: 4986/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos etc.

Notifique-se a executada, por meio de seu patrono, para tomar ciência da penhora online realizada via sistema BACENJUD.

Aguarde-se o decurso de prazo para oposição de Embargos à Execução.

Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, notifique-se o exequente por meio de seu patrono para receber crédito, no prazo de 5 dias, sob pena de a quantia ser liberada diretamente ao exequente, bem como requerer o que julgar necessário tendo em vista que o processo será arquivado. Expeça-se alvará.

Recolham-se os encargos, se houver.

Registrem-se os pagamentos para os efeitos estatísticos.

Retirem-se as restrições existentes no sistema RENAJUD, se houver.

Após, concluso.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000959-43.2019.5.11.0011

AUTOR	SEBASTIANA SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A
RÉU	INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA.
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA.

MM. 11ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

INTIMAÇÃO - PJE

PROCESSO:0000959-43.2019.5.11.0011

AUTOR: SEBASTIANA SOUZA DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO

RÉU: EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A e outros

Advogado(s) do reclamado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO

LITISCONSORTE:

Advogado(s) do(a) litisconsorte:

Fica intimado(a) o(a) LITISCONSORTE, por seu procurador, para tomar conhecimento da audiência designada para o dia 05/11/2019 as 08:40h.

Manaus/AM, 30 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATSum-0000525-88.2018.5.11.0011

AUTOR	LEONARDO LUCAS RUI DA SILVA
ADVOGADO	ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO(OAB: 8130/AM)
RÉU	DIOMEDES MARTINS DA SILVA
RÉU	SM MOVEIS E MODULADOS PLANEJADOS EIRELI - ME
RÉU	LARISSA MARTINS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO	SEMEF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO LUCAS RUI DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Dê-se ciência ao exequente por meio de seus patronos da resposta informada pelo ofício de n. 2477/2019 da SEMEF e se manifestar pelo prazo de 5 dias, já com a indicação dos meios executórios ao seu prosseguimento.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000914-10.2017.5.11.0011

AUTOR	CHRISTIANE RAMOS DA SILVA
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	ROBERTSHAW CONTROLS COMPANY
ADVOGADO	IGOR REIS PORTO(OAB: 241205/SP)
ADVOGADO	TOMAZ PORTO JUNIOR(OAB: 261826/SP)
RÉU	ROBERTSHAW SOLUCOES DE CONTROLES DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	IGOR REIS PORTO(OAB: 241205/SP)
ADVOGADO	CAMILA DE JESUS SALES SANTOS(OAB: 360893/SP)
ADVOGADO	TOMAZ PORTO JUNIOR(OAB: 261826/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHRISTIANE RAMOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 48 horas;

Na inércia, arquive-se provisoriamente o processo, sem extinção da execução (artigos 86 e 87 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, e **notifique-se o exequente para ciência do inteiro teor da presente decisão;**

Após o prazo prescricional de 2 anos, extingo a execução porque ocorrida a prescrição intercorrente, nos termos do §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, art. 924,V, do CPC (art. 21, da IN-TST, nº41/2018), ocorrendo o arquivamento definitivo do processo;

Dispensada a manifestação prévia da Fazenda Pública, prevista no §4º, art. 40, da Lei 6.830/1980, tendo em vista que os valores judiciais são inferiores ao mínimo fixado por ato do Ministro de estado da Fazenda;

Cumpra-se.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ROBINSON LOPES DA COSTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

12ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº Monito-0000820-88.2019.5.11.0012

AUTOR	MARIA ELCINEIDE RAMOS DE BRITO
ADVOGADO	DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA(OAB: 8866/AM)
ADVOGADO	ISABELLA CARLA MARRA MAGALHAES BARBOSA(OAB: 9631/AM)
RÉU	F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA
ADVOGADO	LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 16166/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO

Tendo em vista a petição da reclamante, sob ID nº 2437324, e considerando que as tentativas conciliatórias, sobretudo neste procedimento diferenciado, constituem atos processuais que não podem ser prescindidos, sob pena de nulidade, além de haver a possibilidade do demandado apresentar sua defesa até o momento seguinte à primeira proposta de conciliação, decido deferir parcialmente o pedido da reclamante e redesignar a audiência para a primeira data disponível na pauta de audiência inaugural desta Vara do Trabalho, qual seja, **31/10/2019 às 09h10**. Notifiquem-se as partes./mrm

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001011-41.2016.5.11.0012

AUTOR	CACILENE PEREIRA CORDEIRO
ADVOGADO	ELISABETE LUCAS(OAB: 4118/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo: 0001011-41.2016.5.11.0012

Reclamante: CACILENE PEREIRA CORDEIRO

Reclamado(a): J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

O Doutor **JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO**, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Faz saber que, pelo presente EDITAL, fica citada J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA, Reclamada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quantia de R$19.995,34.

E, para chegar ao conhecimento da interessada é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 26 de Setembro de 2019, na Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000086-78.2016.5.11.0001

AUTOR	MARIA DILEUZA GUERREIRO DA COSTA
ADVOGADO	LUCILENE MACEDO DOS SANTOS(OAB: 8545/AM)
RÉU	ANDRE LUIZ CARRARA DA CUNHA
RÉU	PAULO LIMA DE SOUZA SCHWARCZ
RÉU	ECOTECH DA AMAZONIA INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO DE AGUA LTDA

RÉU	VALDEMAR ALMEIDA DAS DORES

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO LIMA DE SOUZA SCHWARCZ

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

12ª Vara do Trabalho de Manaus

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe

0000086-78.2016.5.11.0001

AUTOR: MARIA DILEUZA GUERREIRO DA COSTA

RÉU: PAULO LIMA DE SOUZA SCHWARCZ - CPF: 436.643.692-20

LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO

A DOUTORA CAMILA PIMENTEL DE OLIVEIRA FERREIRA, JUIZA DO TRABALHO SUBSTITUTA, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificada, PAULO LIMA DE SOUZA SCHWARCZ , reclamada nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo legal, manifestar-se acerca do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e apresentar as provas cabíveis

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Dado e passado nesta cidade de Manaus-AM em 24 de Setembro de 2019. Eu, SIGRID DA COSTA ARANTES , Técnico Judiciário, lavrei o presente. Eu, ANTONIO CARLOS BELEM TAVEIRA, Diretor de Secretaria, em substituição conferi

Edital

Processo Nº ATOrd-0000762-90.2016.5.11.0012

AUTOR	EDILEUZA ROMAINA CARVALHO
ADVOGADO	Ronildo Apoliano Oliveira(OAB: 8490/AM)
RÉU	PEDRO HENRIQUE ASSIMEN DE SOUZA
RÉU	ADRIANO SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA
RÉU	ALDRI SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANARIENDA CRISTINA MUNIZ DOS SANTOS(OAB: 9726/AM)
RÉU	ANDRE LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo: 0000762-90.2016.5.11.0012

EXEQUENTE: EDILEUZA ROMAINA CARVALHO

EXECUTADA: ADRIANO SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

O Doutor **JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO** , JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Faz saber que, pelo presente EDITAL, fica citada ADRIANO SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA, Reclamada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quantia de R$29.185,27.

E, para chegar ao conhecimento da interessada é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 26 de Setembro de 2019, na Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0000762-90.2016.5.11.0012

AUTOR	EDILEUZA ROMAINA CARVALHO
ADVOGADO	Ronildo Apoliano Oliveira(OAB: 8490/AM)
RÉU	PEDRO HENRIQUE ASSIMEN DE SOUZA
RÉU	ADRIANO SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA
RÉU	ALDRI SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANARIENDA CRISTINA MUNIZ DOS SANTOS(OAB: 9726/AM)
RÉU	ANDRE LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo: 0000762-90.2016.5.11.0012

EXEQUENTE: EDILEUZA ROMAINA CARVALHO

EXECUTADA: ANDRE LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA

CPF: 652.087.572-49

O Doutor JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO , JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Faz saber que, pelo presente EDITAL, fica citado ANDRE LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA, Reclamado nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quantia de R$29.185,27.

E, para chegar ao conhecimento da interessada é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 26 de Setembro de 2019, na Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0000019-46.2017.5.11.0012

AUTOR	MARIA IVONE NASCIMENTO DA COSTA
ADVOGADO	RUTH GONCALVES PINTO(OAB: 8398/AM)
ADVOGADO	ELISABETE LUCAS(OAB: 4118/AM)
ADVOGADO	JOYCE LIMA DA SILVA(OAB: 8807/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
ADVOGADO	ANDREA REGINA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI(OAB: 2413/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo: 0000019-46.2017.5.11.0012

Reclamante: MARIA IVONE NASCIMENTO DA COSTA

Reclamado(a): J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

O Doutor **JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO**, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

Faz saber que, pelo presente EDITAL, fica citada RÉU: J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA, Reclamada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quantia de R$39.052,20.

E, para chegar ao conhecimento da interessada é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0001091-34.2018.5.11.0012

AUTOR	MOISES OLIVEIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA(OAB: 12736/AM)
RÉU	M DA CONCEICAO N CARDOSO - ME
RÉU	ROSSI NORTE EMPREENDIMENTOS S.A.
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- M DA CONCEICAO N CARDOSO - ME

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

12ª Vara do Trabalho de Manaus

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe

0001091-34.2018.5.11.0012

RECLAMANTE: MOISES OLIVEIRA DO NASCIMENTO

RECLAMADA: M DA CONCEICAO N CARDOSO - ME LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO

LITISCONSORTE: ROSSI NORTE EMPREENDIMENTOS S.A.

O DOUTOR **JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO**, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica M DA CONCEICAO N CARDOSO - ME, reclamada nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, notificada do Despacho id. 53845c1, a saber: "I - Tendo em vista que o Reclamante, apesar de regularmente intimado, deixou de cumprir a determinação para que promovesse a execução, a partir do ato inicial da elaboração dos cálculos de liquidação de sentença, determino o arquivamento provisório dos autos até o advento do decurso do prazo prescricional intercorrente, quando deverão ser extintos, após as formalidades de praxe; II - Cientifiquem-se as partes.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Dado e passado nesta cidade de Manaus-AM em 30 de Setembro de 2019. Eu, EUDA MARIA MIRANDA DE BRITO, Analista Judiciário, lavrei o presente. Eu, ANTONIO CARLOS BELEM TAVEIRA, Diretor de Secretaria, em substituição conferi.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000169-27.2017.5.11.0012

AUTOR	MARLENE DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO	MARCIO ANDRE DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 5562/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLENE DA SILVA CARDOSO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

0000169-27.2017.5.11.0012

emmb

DESPACHO

I - Tendo em vista que a reclamante encontra-se representada por advogado (a), fica desde logo intimada para que, nos termos do art. 878 da CLT, promova a execução, a partir do ato inicial da apresentação dos cálculos de liquidação de Sentença, observando o Acórdão id. 81fcdbf, dentro de 8 (oito) dias,inclusive da contribuição previdenciária cabível às partes, fica intimada, ainda, a apresentar sua CTPS na Secretaria da Vara, para cumprimento da Sentença. O presente despacho, devidamente publicado no DEJT, vale como intimação;

II - Elaborada a conta retrocitada, intime-se a reclamada, para

que apresente impugnação fundamentada, caso queira, no prazo de 8 (oito) dias com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão;

III - Considerando que a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido, quando da apresentação da CTPS a Secretaria da Vara deverá proceder a anotação do término do contrato de trabalho, com data de saída em 1º de fevereiro de 2017, devolvendo o referido documento imediatamente à reclamante.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000038-81.2019.5.11.0012

AUTOR	MONICA WAUGHAN FREITAS
ADVOGADO	SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA(OAB: 11830/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

0000038-81.2019.5.11.0012

emmb

DESPACHO

Intimem-se a reclamada dos cálculos id.26bcb7d, para que se manifestem sobre a conta, caso queira, no prazo de 8 (oito) dias, devendo eventual impugnação vir devidamente fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. O presente despacho vale como intimação.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002347-80.2016.5.11.0012

AUTOR	LIVIA ZUHAIRE DANIF
ADVOGADO	HAILDO JARBAS RODRIGUES(OAB: 5304/AM)
ADVOGADO	MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR(OAB: 7244/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	MARCIO FERREIRA JUCA(OAB: 2172/AM)
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIVIA ZUHAIRE DANIF

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

0002347-80.2016.5.11.0012

emmb

DESPACHO

I - Considerando a Certidão de Trânsito em julgado id.1a2f0c8, libere-se ao reclamante o depósito recursal id.913d098, com juros e correção monetária;

II - Tendo em vista que o reclamante encontra-se representado por advogado, fica desde logo intimado para que, nos termos do art. 878 da CLT, promova a execução, a partir do ato inicial da apresentação dos cálculos de liquidação de Sentença, observando a Decisão em Embargos de Declaração id. b5ac369 bem como o Acórdão id. 948db18 e abatendo o valor recebido referente ao depósito recursal, dentro de 8 (oito) dias (contados do cumprimento do item I do presente despacho). Fica intimada, ainda, a retirar sua CTPS na Secretaria da Vara, no prazo de 5 dias. O presente despacho, devidamente publicado no DEJT, como intimação.

III - Elaborada a conta retrocitada, intime-se a reclamada, para que apresente impugnação fundamentada, caso queira, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000837-32.2016.5.11.0012

AUTOR	ANDERSON DE SOUZA BATISTA

ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
ADVOGADO	MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 6102/AM)
ADVOGADO	JOSE DE JESUS GOUVEA OLIVEIRA JUNIOR(OAB: 10793/AM)
RÉU	TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	MAURICIO DO NASCIMENTO NEVES(OAB: 856/AM)
RÉU	TECNISA S.A.
ADVOGADO	MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684/SP)
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON DE SOUZA BATISTA
- TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
- TECNISA S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

/GRAS

DESPACHO

- Tendo em vista o pedido do exequente (ID. 3de329b), relativo aos Embargos de Execução (ID. 0b6ae9b), onde a Executada reconhece que seu débito perante o presente processo é da ordem de R$ 30.498,48, determino que se proceda à liberação do crédito líquido incontroverso, no importe de R$30.115,19, valor efetivamente reconhecido (ID. d8f5d6c).

- Dê-se ciência às partes.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000466-63.2019.5.11.0012

AUTOR	RENNER DOS SANTOS MENEZES
ADVOGADO	VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO(OAB: 9463/AM)
RÉU	SOCIEDADE FOGAS LIMITADA
ADVOGADO	FRANCISCO ANTONIO GURGEL DE NAZARE(OAB: 1518/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENNER DOS SANTOS MENEZES
- SOCIEDADE FOGAS LIMITADA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Considerando a juntada do laudo pericial apenas no data de 30/09/2019, reabro o prazo para manifestação das partes até o dia 07/10/2019 ocasião em que apresentarão possíveis esclarecimentos sob pena de preclusão os quais deverão ser respondidos até o dia 11/09/2019.

Mantenho, por fim, inalteradas as demais determinações da ata da audiência de ID.17dcacf/ llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000713-78.2018.5.11.0012

AUTOR	JOSE MARIA DA SILVA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA

MM. 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000713-78.2018.5.11.0012 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSE MARIA DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: ISAEL DE JESUS GONCALVES

AZEVEDO

RECLAMADA: AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR, JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS

Fica a reclamada, por intermédio de seus patronos, notificada dos cálculos id. 31590f6 para que apresente impugnação fundamentada, caso queira, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

EUDA MARIA MIRANDA DE BRITO

Analista Judiciário

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000713-78.2018.5.11.0012

AUTOR	JOSE MARIA DA SILVA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
RÉU	GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO	JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS(OAB: 2790/AM)
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA.

MM. 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000713-78.2018.5.11.0012 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: JOSE MARIA DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO

RECLAMADA: AUTO VIACAO VITORIA REGIA LTDA

LITISCONSORTE: **GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA**

Advogado(s) do reclamado: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR, JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS

Fica a litisconsorte, por intermédio de seus patronos, notificada dos cálculos id. 31590f6 para que apresente impugnação fundamentada, caso queira, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

EUDA MARIA MIRANDA DE BRITO

Analista Judiciário

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000813-33.2018.5.11.0012

AUTOR	ELIELSON SANTOS CASTRO
ADVOGADO	ALINE OLIVEIRA DA COSTA(OAB: 9743/AM)
RÉU	JHONATAN DE OLIVEIRA AMORIM ME - ME
ADVOGADO	HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR(OAB: 5488/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIELSON SANTOS CASTRO
- JHONATAN DE OLIVEIRA AMORIM ME - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Considerando a complexidade na análise dos documentos juntados pelas partes,totalizando 1299 laudas de processo, em confronto com as demais provas produzidas na audiência de instrução, bem como as inúmeras questões de fato e de direito aduzidas por ambas as partes, tanto na reclamação, quanto na reconvenção;

Considerando, ainda, a necessidade de deslocamentos deste magistrado para as cidades de Itacoatiara e de Manacapuru, em decorrência das Portarias de nº. 399/2019/SCR, de nº. 407/2019/SCR;

Considerando, por fim, o volume de atos judiciais no mês de setembro de 2019, sob a responsabilidade deste magistrado;

Com fundamento no art. 765 da CLT, converto o julgamento em diligência, a fim de adiar a publicação da sentença, anteriormente agendada para o dia 13.9.2019, para o dia 22.10.2019, quando as partes serão notificadas da publicação das sentenças de mérito.

Notifiquem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000040-51.2019.5.11.0012

AUTOR	ROSILANE BELEM DE LIMA
ADVOGADO	LUCIANE OLIVEIRA REIS(OAB: 9136/AM)
ADVOGADO	JAIRO BEZERRA LIMA(OAB: 1507/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
- ROSILANE BELEM DE LIMA
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Considerando que em que pese devidamente notificada para anotar o término do contrato do trabalho bem como proceder ao recolhimento (8%) de todos os meses em que perdurou o vínculo de emprego, o depósito do TRCT no código SJ2 e da chave de conectividade social sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00, até o limite de R$ 1.000,00, fixada a título de "astreintes" (art. 537 do CPC), sem prejuízo de liquidação do FGTS, bem como entregar a documentação necessária para que a Autora se habilite à percepção do direito previdenciário do seguro-desemprego sob pena de liquidação do instituto e de sua conversão em indenização substitutiva a reclamada manteve-se interte:

I- Determino que a Secretaria realize as anotações cabíveis na CTPS do obreiro.

II- Cumprida a obrigação supra, intime-se a reclamante para a iniciar a execução, apresentados os cálculos./llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000054-69.2018.5.11.0012

AUTOR	ADRIANO MARQUES DE PAULA
ADVOGADO	IOLDY VANIO LIMA DA FONSECA(OAB: 8069/AM)
RÉU	CONSTRUNORTE CONSTRUCAO CIVIL E TERRAPLANAGEM LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO(OAB: 7507/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO MARQUES DE PAULA
- CONSTRUNORTE CONSTRUCAO CIVIL E TERRAPLANAGEM LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

0000054-69.2018.5.11.0012

emmb

DESPACHO

I - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho id. 496fcde e atos dele decorrentes;
II - Considerando a Certidão de Trânsito em julgado id. b38204c, devolva-se o depósito recursal id.30c7cb1, acrescido de juros e correção monetária, para tanto, expeça-se alvará em favor do patrono da reclamada, dr. Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho, conforme requerido na petição id. 786e66f;
III - Considerando que o Acórdão id. 3c6f45f reformou a sentença id. b55f94c, julgando improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e parcelas decorrentes, e tendo em vista a concessão do benefício da justiça gratuita bem como a petição id. 44dfd65, determino à Secretaria da Vara que proceda ao arquivamento dos Autos, cabendo ao credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, nos dois anos subsequentes ao transito em julgado da decisão, para execução dos honorários sucumbências no valor de R$ 2.017,26.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000154-05.2019.5.11.0007

AUTOR	PAULO LIMA DA CRUZ
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO LIMA DA CRUZ

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

0000154-05.2019.5.11.0007

emmb

DESPACHO

Notifique-se o reclamante para manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos pela reclamada, no prazo de 5(cinco) dias, caso queira, valendo o presente despacho como intimação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000426-81.2019.5.11.0012

AUTOR	TAMARA PINTO DA SILVA
ADVOGADO	Mayka Salomão Cordeiro Viana(OAB: 6321/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE VIANA FREIRE(OAB: 9947/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAMARA PINTO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Considerando que em que pese devidamente notificada para anotar o término do contrato do trabalho bem como depósitar o TRCT no código SJ2 e da chave de conectividade social sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00, até o limite de R$ 2.000,00, fixada a título de "astreintes" (art. 537 do CPC), sem prejuízo de liquidação do FGTS, a reclamada manteve-se interte:

I- Determino que a Secretaria realize as anotações cabíveis na CTPS do obreiro.

II- Cumprida a obrigação supra, intime-se a reclamante para a iniciar a execução, apresentados os cálculos./llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000419-89.2019.5.11.0012

AUTOR	JOSE RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO	LUANA ANDRADE MELO(OAB: 12282/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE RODRIGUES PEREIRA
- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Considerando a juntada dos esclarecimentos pelo perito concedo às partes prazo para apresentação de eventuais manifestações até o dia 11/10/2019.

Mantenho inalterada as determinações da ata de audiência de ID.d52f23c/llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000850-26.2019.5.11.0012

AUTOR	CARLA ANDREA MARTINS
ADVOGADO	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA(OAB: 9678/AM)
RÉU	FUNDACAO BOAS NOVAS
ADVOGADO	MARIO EURICO AMARAL PINTO(OAB: 4680/AM)
ADVOGADO	OZIEL PINTO DA SILVA(OAB: 5455/AM)
RÉU	INSTITUTO BIBLICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS
ADVOGADO	MARIO EURICO AMARAL PINTO(OAB: 4680/AM)
ADVOGADO	OZIEL PINTO DA SILVA(OAB: 5455/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA ANDREA MARTINS
- FUNDACAO BOAS NOVAS
- INSTITUTO BIBLICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Despacho

Tendo em vista os pedidos de renúncia ao mandato apresentados pelo advogado das reclamadas, Dr. MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB nº 4680/AM), sob ID nº dafcc96 e ID nº eef0766, com comprovação de comunicação aos seus clientes, determino sua exclusão como patrono da FUNDAÇÃO BOAS NOVAS, CPJ: 84.541.689/0001-51 e do INSTITUTO BIBLICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS, CPJ: 04.006.474/0001-00.

Tendo em vista a petição do advogado das reclamadas, sob ID nº 289eb72, defiro o pedido de adiamento da instrução processual, com fundamento no art. 313, VI, do CPC, por se tratar de motivo de força maior, devendo a parte reclamante ser comunicada na audiência marcada para 01/10/2019 às 08h05min, quando será definido o prazo de suspensão do processo. Desde logo retire-se o sigilo do pedido de adiamento ID nº 289eb72./mrm

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000668-40.2019.5.11.0012

AUTOR	JAQUELINE LIMA CLAUDIO SOBRINHO PAIVA
ADVOGADO	LUIZA CRISTINA DE MENEZES SANTOS(OAB: 13978/AM)
ADVOGADO	CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ(OAB: 11801/AM)
RÉU	WHIRLPOOL ELETRODOMESTICOS AM S.A.
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAQUELINE LIMA CLAUDIO SOBRINHO PAIVA
- WHIRLPOOL ELETRODOMESTICOS AM S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Considerando a petição de ID.f8a155c na qual a reclamada confirmou a realização da perícia no dia 17/09/2019 mantenho as determinações e prazos da ata de audiência de ID.e1d6adb./llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001169-43.2018.5.11.0007

AUTOR	LUCIANA GARCIA DE SOUZA
ADVOGADO	FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES(OAB: 816/AM)
RÉU	POUSADA DELE/DELA

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANA GARCIA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Determino a notificação da reclamada POUSADA DELE/DELA da sentença prolatada sob o ID.a77b58e por edital uma vez que as notificações por mandando e pelas vias ordinárias restaram infrutíferas e, até o presente momento, não há novo endereço nos autos./llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000581-84.2019.5.11.0012

AUTOR	ADRIANO VIANA DO ROSARIO
ADVOGADO	REGINALDO DA SILVA CONRADO(OAB: 11267/AM)
RÉU	DINAMICA DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADO	ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA(OAB: 5219/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO VIANA DO ROSARIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

Ante a inércia do reclamante em trazer a sua Carteira de Trabalho, determino o arquivamento provisório dos autos./llasmc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000796-60.2019.5.11.0012

AUTOR	MIKE NASCIMENTO SAVEDRA
ADVOGADO	ALDACY REGIS DE SOUSA MELO(OAB: 4752/AM)
RÉU	LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MIKE NASCIMENTO SAVEDRA

MM. 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000796-60.2019.5.11.0012 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: MIKE NASCIMENTO SAVEDRA

Advogado(s) do reclamante: ALDACY REGIS DE SOUSA MELO

RECLAMADA: LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA

Advogado(s) do reclamado: MARCIO LUIZ SORDI

Fica V. S.ª notificado(a) PARA COMPARECER A ESTA SECRETARIA E PEGAR DOCUMENTOS QUE JA ENCONTRAM-SE NESTA SECRETARIA , OS DOCUMENTOS ENTREGUE PELA RECLAMADA.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

SIGRID DA COSTA ARANTES

Notificação

Processo Nº ATSum-0000938-64.2019.5.11.0012

AUTOR	ARIEL MARINARA RAPOSO DA SILVA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
ADVOGADO	AMARILIS MARINHO NAZARE(OAB: 13064/AM)
RÉU	SUPERMERCADOS DB LTDA
ADVOGADO	LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS(OAB: 4972/AM)
ADVOGADO	Vera Lúcia Matos Falcão(OAB: 3758/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIEL MARINARA RAPOSO DA SILVA

MM. 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000938-64.2019.5.11.0012 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: ARIEL MARINARA RAPOSO DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: JOICE FERNANDA DE GOUVEA, AMARILIS MARINHO NAZARE

RECLAMADA: SUPERMERCADOS DB LTDA

Advogado(s) do reclamado: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS, VERA LÚCIA MATOS FALCÃO

Fica V. S.ª notificado(a) de QUE JA CONSTA NESTA SECRETARIA ,DOCUMENTOS ENTREGUES PELA RECLAMADA , DISPONIVEIS PARA PEGÁ-LOS.

Manaus, 30 de Setembro de 2019

SIGRID DA COSTA ARANTES

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATSum-0000755-93.2019.5.11.0012

AUTOR	JOYCIANE GUERREIRO BARBOSA
ADVOGADO	MIRIAN DA MOTA VINHOTE(OAB: 18031/PA)
RÉU	H. O. DO CARMO JUNIOR - ME
ADVOGADO	ANDREA VIANA DE SALES(OAB: 10050/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOYCIANE GUERREIRO BARBOSA

MM. 12ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000755-93.2019.5.11.0012 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: JOYCIANE GUERREIRO BARBOSA

Advogado(s) do reclamante: MIRIAN DA MOTA VINHOTE

RECLAMADA: H. O. DO CARMO JUNIOR - ME

Advogado(s) do reclamado: ANDREA VIANA DE SALES

Fica V. S.ª notificado PARA COMPARECER A ESTA SECRETARIA PARA PEGAR DOCUMENTOS, ENTREGUE PELA RECLAMADA.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000917-88.2019.5.11.0012

AUTOR	RAQUELY FREITAS FEITOZA
ADVOGADO	MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA(OAB: 13409/AM)
ADVOGADO	JOZINALDO DE AGUIAR MAIA(OAB: 9455/PA)
ADVOGADO	TEREZINHA MAIA DA GAMA SILVA(OAB: 14036/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAQUELY FREITAS FEITOZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

llasmc

0000917-88.2019.5.11.0012

DESPACHO

I - Tendo em vista que o(a) Exequente encontra-se representado(a) por advogado (a), fica desde logo intimada para que, nos termos do art. 878 da CLT, promova a execução, a partir do ato inicial da apresentação dos cálculos de liquidação/ atualização de Sentença, dentro de 8 (OITO) dias,inclusive da contribuição previdenciária cabível às partes, honorários periciais e multas por eventuais descumprimento de obrigações de fazer e/ ou pagar valendo o presente despacho, devidamente publicado no DEJT, como intimação.

Assinatura

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002000-19.2017.5.11.0010

AUTOR	LUIZ FLAVIO FERREIRA DE VILHENA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
ADVOGADO	FLAVIO STAMBOWSKY NOGUEIRA(OAB: 3115/PI)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A
- LUIZ FLAVIO FERREIRA DE VILHENA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

/gras

DESPACHO

I - Tendo em vista que o Reclamante, apesar de regularmente intimado, deixou de cumprir a determinação para que promovesse a execução, a partir do ato inicial da elaboração dos cálculos de liquidação de sentença, determino o arquivamento provisório dos autos até o advento do decurso do prazo prescricional intercorrente, quando deverão ser extintos, após as formalidades de praxe;

II - Cientifiquem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000630-28.2019.5.11.0012

AUTOR	JOCILENE PINHEIRO DE SOUZA
ADVOGADO	THIAGO MEDEIROS(OAB: 11250/AM)
ADVOGADO	SAMUEL ALVES RESENDE(OAB: 11838/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOCILENE PINHEIRO DE SOUZA

- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

/gras

DECISÃO

Tendo em vista a impugnação aos cálculos apresentada pela Reclamada (ID. 3d1bd8b), onde apenas é contestado o índice de correção monetária utilizado pela Reclamante em sua conta de liquidação (ID. 687c0b4), decido:

1) Declarar cumprida a formalidade prevista no § 2º do art. 879 da CLT e homologar os cálculos apresentados pela Reclamada (ID. 3d1bd8b) para que surtam seus efeitos jurídicos, uma vez que o valor correto do índice de correção monetária é aquele apontado pela empresa (1,002301740432), conforme se verifica na tabela de atualização monetária disponibilizada pelo E. TST para o mês corrente (setembro/2019);

2) Determinar a expedição de Mandado de Citação, inclusive através de Edital ou Carta Precatória, caso necessário;

3) Determinar, havendo pagamento, que se aguarde o prazo para oposição de embargos. Transcorrido o prazo sem manifestação, libere-se o crédito exequendo. O Exequente deverá, na mesma oportunidade, recolher as contribuições previdenciárias e custas com as guias que se encontrarão anexas ao processo, bem como comprovar tais recolhimentos, no prazo de 5 (cinco) dias, por meio da juntada dos comprovantes nos autos.

4) Determinar a prática de todos os demais atos necessários para a constrição dos bens da devedora, caso não ocorra o pagamento ou a garantia do Juízo Executório no prazo legal;

5) Determinar a conversão em penhora de possíveis bloqueios de numerário, bem como a cientificação da devedora, caso verificada a integral garantia do Juízo Executório;

6) Determinar a expedição de mandado de penhora, obedecendo a ordem preferencial do art. 835 do CPC, caso frustrados os atos processuais retrocitados.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001080-68.2019.5.11.0012

AUTOR PAULO ROBERTO TORRES DE LIMA

ADVOGADO RUSTENE ROCHA MONTEIRO(OAB: 11974/AM)

RÉU GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO ROBERTO TORRES DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado por PAULO ROBERTO TORRES DE LIMA, nos autos da Reclamação Trabalhista que move em desfavor de GR (GARANTIA REAL), objetivando, em síntese, que esta seja compelida a reintegrá-lo imediatamente aos quadros funcionais da empresa, no mesmo cargo que exercia por ocasião de sua demissão, sob pena de aplicação de multa, além de restabelecer o seu plano de saúde particular.

Analiso e decido.

Para o atendimento das pretensões formuladas pelo reclamante, seria necessário o preenchimento concomitante de dois requisitos inafastáveis constantes do art. 300 do CPC, quais sejam, a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

No entanto, sob a perspectiva da probabilidade do direito, embora o reclamante tenha, diligentemente, carreados aos autos laudos médicos que atestem o seu estado de saúde, a garantia provisória ao emprego liminarmente pleiteada depende do reconhecimento efetivo, após verificação do nexo de causalidade, do suposto acidente de trabalho e suas atividades na reclamada, o que somente poderá ser verificado mediante prova técnica.

Ademais, a princípio, não há documento robusto nos autos que comprove até quando se estendeu o afastamento previdenciário do reclamante, se houve afastamento, nem mesmo se o documento de id.09b1dbe se refere ao CAT de id. 67da79e, tendo em vista o decurso de mais de 2 (dois) anos entre aquele e este, motivos suficientes para, por si sós, rejeitar sua pretensão.

Dessa forma, tenho como não satisfeitos os requisitos autorizadores para a concessão da medida de urgência, que, por consequência, resta **INDEFERIDA,** devendo ser novamente analisada após o término da instrução processual**.**

Dê-se ciência acerca do teor desta decisão.fjss

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

13ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001299-49.2017.5.11.0013

AUTOR	DEIVIDY JUNIOR MATANA
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA(OAB: 7274/AM)
RÉU	BR CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	DAYLA BARBOSA PINTO(OAB: 8179/AM)
ADVOGADO	ANA FLAVIA DA SILVA GOMES(OAB: 9615/AM)
ADVOGADO	RENATA BERNARDINO PAIVA(OAB: 10345/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BR CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO JUDICIAL DE CITAÇÃO - PJE

Vistos etc.

I - Homologo os cálculos (ID ad9491c) anexados pela reclamada, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações;

II - À Secretaria para as providências quanto à baixa do registro da impugnação aos cálculos, para fins estatísticos;

III- Fica notificada a Reclamada **BR CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - CNPJ Nº 01.959.422/0001-51,** por meio do (a) advogado (a), conforme previsão legal contida no art. 513, § 2º, inciso I, NCPC, para **pagar ou garantir a execução, no importe de R$ 102.074,82 (CENTO E DOIS MIL, SETENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS),** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quantia corresponde aos cálculos homologados pelo juízo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, cadastro da dívida no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), despersonalização da pessoa jurídica e inclusão no SERASAJUD;

IV - Alerto que a oposição de Embargos meramente protelatórios sujeitar-se-á a Executada ao enquadramento no art. 918, do CPC;

V - Não havendo pagamento no prazo assinalado, proceda-se a penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da Executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial;

VI - Em caso de bloqueio ou penhora, aqueles ficarão desde já transformados em penhora, devendo o executado/sócio ser notificado das constrições, no prazo legal;

VII - Sendo infrutíferas as consultas ao BACEN, proceda-se a consulta ao RENAJUD e INFOJUD;

VIII - Frustrados os atos processuais acima, inclua-se o(a) devedor(a) no BNDT e SERASA JUD e voltem os autos conclusos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000637-22.2016.5.11.0013

AUTOR	MARCELO BASTOS PENA
ADVOGADO	FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO NONATO FERNANDES JUNIOR(OAB: 4878/AM)
ADVOGADO	OCIMEI OLIVEIRA CALDAS(OAB: 7832/AM)
ADVOGADO	ARON PEREIRA WHIBBE(OAB: 2202/AM)
RÉU	RONDONIA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONDONIA TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000637-22.2016.5.11.0013

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: MARCELO BASTOS PENA

RÉU: RONDONIA TRANSPORTES LTDA

NOTIFICAÇÃO PJe-JT

DESTINATÁRIO:RONDONIA TRANSPORTES LTDA
69050-001 - Avenida Constantino Nery, 2413 - Chapada - MANAUS - AMAZONAS

Fica a parte notificada, por meio de seu patrono, para tomar ciência do bloqueio online realizado via BACENJUD conforme certidão de ID aaa6b54, no prazo legal.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000558-38.2019.5.11.0013

AUTOR	ROSEANE DE ANDRADE REIS
ADVOGADO	LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN(OAB: 4857/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	THIAGO DA SILVA MACIEL(OAB: 5632/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):
- C C BATISTA ME - ME

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000558-38.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ROSEANE DE ANDRADE REIS

Advogado(s) do reclamante: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN

RECLAMADA: C C BATISTA ME - ME e outros

Advogado(s) do reclamado: THIAGO DA SILVA MACIEL

Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu patrono, para tomar ciência do despacho descriminado abaixo:

DESPACHO

Notifique-se a reclamada para manifestar-se, em 48 horas, sobre a petição de idf6d0cba, sob pena de execução do acordo.

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000809-56.2019.5.11.0013

AUTOR	ANNY CRISTINA VERAS LEITE
ADVOGADO	PAULO ALVES DA SILVA NETO(OAB: 12368/AM)
ADVOGADO	HELTON LANNUCY VERAS LEITE(OAB: 13005/AM)
RÉU	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
ADVOGADO	CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA(OAB: 9783/AM)
ADVOGADO	GLAUCY ARAUJO LIMA DE OLIVEIRA(OAB: 5802/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANNY CRISTINA VERAS LEITE

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000809-56.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: ANNY CRISTINA VERAS LEITE

Advogado(s) do reclamante: PAULO ALVES DA SILVA NETO, HELTON LANNUCY VERAS LEITE

RECLAMADA: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS

Advogado(s) do reclamado: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA, GLAUCY ARAUJO LIMA DE OLIVEIRA

Fica a reclamante notificada, por intermédio de seus patronos, para depositar a CTPS do reclamante, no prazo de 5 dias,

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0001142-08.2019.5.11.0013

AUTOR	MARIA HELENIR DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO	FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 6934/AM)
RÉU	F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA HELENIR DA SILVA RODRIGUES

MM. 13 Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001142-08.2019.5.11.0013

Reclam MARIA HELENIR DA SILVA RODRIGUES

Reclam F G INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEICOES LTDA

Audinc 13/11/2019 08:50

Fica V. S. notificado(a) de que foi designada audincia para o dia 13/11/2019 08:50, na qual dever comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ao.

Dever comparecer audincia acompanhado das testemunhas, que comparecero independentemente de notificao, sendo at 2 duas testemunhas no rito sumarssimo e at 3 (trs) no rito ordinrio.

Os documentos ainda no juntados aos autos, devero ser apresentados pelo peticionamento eletrnico (PJe) at zero hora do dia da audincia.

Reitere-se que todos os atos processuais, no mbito destaMM. 13 Vara do Trabalho de Manaus, devero obedecer ao que dispe a Lei 11.419/2006 a Resoluo n 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrgio TRT da 11 Regio.

Em 30 de Setembro de 2019.

DOUGLAS SANTOS COSTA

Servidor(a) da Justia do Trabalho

Documentos associados ao processo

Ttulo	Tipo	Chave de acesso**
Deciso de preveno	Deciso	19092511061981000000017622582
Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	19092411502257300000017611408
Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	19092411501681700000017611404
Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	Conveno Coletiva de Trabalho (CCT)	19092411501277100000017611401
Carteira de Identidade/Registro	Carteira de Identidade/Registro	19092411500658400000017611398
Carteira de Identidade/Registro	Carteira de Identidade/Registro	19092411500473500000017611397
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19092411500044000000017611396
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19092411495406800000017611394
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19092411495753700000017611395
Termo de Resciso de Contrato de	Termo de Resciso de Contrato de	19092411493873100000017611388
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19092411495169300000017611392
Termo de Resciso de Contrato de	Termo de Resciso de Contrato de	19092411493534600000017611385
ATA DE ACORDO	Documento Diverso	19092411494903300000017611390

Termo de Resciso de Contrato de	Termo de Resciso de Contrato de	19092411492692000000017611380
Procurao	Procurao	19092411492320300000017611379
Petio Inicial	Petio Inicial	19092411474823000000017611361

Notificação

Processo Nº ATSum-0000853-75.2019.5.11.0013

AUTOR	MARIA GILEANE DE ANDRADE PAZ
ADVOGADO	KARLA DANIELLE LOIOLA PICANCO(OAB: 10086/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)
RÉU	PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA - EPP
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA GILEANE DE ANDRADE PAZ

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000853-75.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: MARIA GILEANE DE ANDRADE PAZ

Advogado(s) do reclamante: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANCO

RECLAMADA: AMAZON SECURITY LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA

Fica a reclamante notificada, por intermédio de sua patrona, para receber a CTPS.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000447-54.2019.5.11.0013

AUTOR	MARCIA DE FATIMA DOS SANTOS DURANS
ADVOGADO	WALDEMIR ROGGERIO JOHNSON MOTA(OAB: 12538/AM)
ADVOGADO	vera lucia johnson de assis(OAB: 2904/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR(OAB: 8571/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000447-54.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: MARCIA DE FATIMA DOS SANTOS DURANS

Advogado(s) do reclamante: VERA LUCIA JOHNSON DE ASSIS, WALDEMIR ROGGERIO JOHNSON MOTA

RECLAMADA: ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e outros

Advogado(s) do reclamado: ELIAS BINDA DE CARVALHO JUNIOR, RENATO MENDES MOTA, CAROLINE PEREIRA DA COSTA

Fica a reclamada notificada, por intermédio de seus patronos, para, querendo, apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância (art. 879, §2º), no prazo de 8 dias, sob pena de preclusão em caso de não apresentação. Neste caso, voltem os autos conclusos para homologação dos cálculos por este Juízo;

Em caso de apresentação de Impugnação aos cálculos, a reclamada deverá depositar o valor incontroverso que entender devido, no mesmo prazo do item anterior, sob pena de não conhecimento do incidente e sob pena de aplicação das penalidades dos arts. 793-A a 793-D da CLT, nos casos de impugnação sem fundamento fático ou jurídico, configurando litigância de má-fé.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000581-81.2019.5.11.0013

AUTOR	MARILIA DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO	ANDRE FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 11381/AM)
ADVOGADO	DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS(OAB: 11863/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- MARILIA DE OLIVEIRA LIMA

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000581-81.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARILIA DE OLIVEIRA LIMA

Advogado(s) do reclamante: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS , ANDRE FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE

RECLAMADA: RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA e outros

Fica a reclamante notificada, por intermédio de seus patronos, para manifestar-se, querendo, acerca dos Embargos de Declaração opostos 2º réu (ESTADO DO AMAZONAS), no prazo de 05 dias.

Manaus, 27 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000145-25.2019.5.11.0013

AUTOR	MARIA CINTIA CASTRO
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
ADVOGADO	LUIZ ANTONIO ALVARENGA GUIDUGLI(OAB: 94758/SP)
ADVOGADO	DEBORA VICENTE DA SILVA(OAB: 314314/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

MM. 13ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0000145-25.2019.5.11.0013 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

RECLAMANTE: MARIA CINTIA CASTRO

Advogado(s) do reclamante: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO

RECLAMADA: Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Advogado(s) do reclamado: DEBORA VICENTE DA SILVA, LUIZ ANTONIO ALVARENGA GUIDUGLI

Fica a reclamada notificada, por intermédio de seus patronos, para comparecer à secretaria da vara a fim de proceder às devidas anotações na CTPS do reclamante, no prazo de 48 horas, sob pena de imposição de multa coercitiva diária por tempo de atraso, no valor de R$ 100,00 até o limite no montante de R$ 3.000,00.

Manaus, 26 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATSum-0000817-67.2018.5.11.0013

AUTOR	LUCIANA MENDES SANTANA
ADVOGADO	ESTEFANNY MARIA DE SOUZA SCHUCK(OAB: 13386/AM)
ADVOGADO	FATIMA CAROLINA LOPES SIMOES DA SILVA(OAB: 13365/AM)
RÉU	ARLETE RABELO COELHO
ADVOGADO	RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES(OAB: 1137/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE RABELO COELHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1. **Notifique-se a RECLAMADA para que, no prazo de 8 dias, apresente os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da

CLT, **devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, no mesmo prazo, sob pena de bloqueio no Bacen**.

2. Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor da reclamante**, no valor do seu crédito líquido considerado devido pela reclamada;

3. **Após, notifique-se a exequente, para se manifestar no prazo de 8 dias**, apresentando os cálculos que entende corretos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da reclamada;

4. Caso a executada não apresente cálculos no prazo estipulado, notifique-se o(a) reclamante para que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 8 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

5. Após, voltem os autos conclusos.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000421-56.2019.5.11.0013

AUTOR	BRUNA CAMPOS SILVA
ADVOGADO	IZAQUE NEWTON DA SILVA DUTRA(OAB: 10636/AM)
ADVOGADO	DENIS DE SOUZA MESQUITA(OAB: 10154/AM)
RÉU	INSTITUTO DE MEDICINA INTENSIVA LTDA
ADVOGADO	FABIANNE RIBEIRO HALINSKI(OAB: 7059/AM)
RÉU	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADO	FABIANNE RIBEIRO HALINSKI(OAB: 7059/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA CAMPOS SILVA
- HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
- INSTITUTO DE MEDICINA INTENSIVA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que a transação negociada pelas partes e apresentada em Juízo é silente acerca da responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, notifiquem-se as partes para se manifestarem, depositando o valor dos honorários, no prazo de 5 dias, sob pena de execução.

Ficam as partes cientes que, se de outra forma não for convencionado, a execução observará a responsabilidade pelo pagamento dos honorários em partes iguais aos litigantes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000615-56.2019.5.11.0013

AUTOR	RONALD ANDRADE ZORZO
ADVOGADO	RODRIGO WAUGHON DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
RÉU	VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO CLETO GOMES(OAB: 37845/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALD ANDRADE ZORZO
- VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE MÉRITO

I - RELATÓRIO:

Dispensado por ser demanda submetida ao procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 852, I da CLT.

Decide-se.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

PRELIMINARES

INÉPCIA DA INICIAL

Restaram obedecidos na petição inicial, todas as exigências contidas no art. 840, § 2º, da CLT, motivo pelo qual rejeita-se a preliminar

DO MÉRITO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aduz a autora que trabalhava sob condições insalubres. Requer o pagamento de tal adicional.

A reclamada nega, informando que o reclamante nunca esteve exposto a qualquer tipo de agente nocivo no seu ambiente de trabalho.

Dado o cunho técnico da questão, foi determinada a realização de

prova pericial, sendo designado o perito do trabalho, **Dr. Guilherme José Abtibol Caliri.**

O reclamante restou ausente na perícia designada.

Pois bem.

O reclamante não apresentou qualquer comprovante de efetiva impossibilidade em comparecer a perícia designada.

Para a concessão do adicional de insalubridade, deve estar demonstrado, através de laudo pericial, o labor sob condições insalubres. Quando não precedida de justificação plausível e suficientemente comprovada nos autos do processo, a ausência do autor à perícia designada pelo juízo, após regular intimação, autoriza a presunção de que houve desistência da prova técnica. Assim, por faltarem evidências do labor sob condições insalubres, a conclusão pela improcedência do pedido inicial é medida que se impõe.

Benefícios da Justiça Gratuita

Restam deferidos ao Reclamante os benefícios da justiça gratuita, haja vista que percebe ganho mensal inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com a Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017.

Honorários de Sucumbência

Considerando a Lei n. 13.467 de 13 de Julho de 2017, consoante art. 791-A, fica condenada a parte reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência, fixados em:

a) 10% sobre o valor do pedido rejeitado, a título de honorários advocatícios sucumbenciais para o procurador da parte ré.

O percentual fixado levou em consideração o grau de zelo profissional, o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelos advogados em cotejo com a duração dos serviços.

Considerando que o autor é beneficiário da justiça gratuita, deverá ser observado ainda o parágrafo 4º do mencionado artigo, que dispõe: "§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

III - DISPOSITIVO:

Por estes fundamentos e tudo o mais que dos autos consta, DECIDO JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos formulados na reclamação trabalhista ajuizada por RONALD ANDRADE ZORZO em face de VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA a fim de absolver a reclamada de pagar ao reclamante quaisquer pedidos ou valores requeridos na inicial. Honorários de sucumbência pelo Autor, fixados em 10% sob o valor da causa. Custas pelo reclamante, no importe de R$ 118,75, calculadas sobre o valor dado à causa na inicial (R$ 5.937,70), cujo recolhimento fica isento. CIENTES AS PARTES./pras

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000048-25.2019.5.11.0013

AUTOR	FLAVIANO DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
RÉU	K. MATOS DA COSTA - ME
ADVOGADO	PHILIPE JOSE LIMA DE LIMA(OAB: 9039/AM)
RÉU	PEDRO KINA
ADVOGADO	PHILIPE JOSE LIMA DE LIMA(OAB: 9039/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- K. MATOS DA COSTA - ME
- PEDRO KINA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1. Intime-se o(a) autor(a), por meio de seu(sua) advogado(a) para depositar sua CTPS, no prazo de 5 dias,

2. Ocorrendo o depósito da CTPS notifique-se a 1ª reclamada

(PEDRO KINA) para comparecer à secretaria da vara a fim de proceder às devidas anotações na CTPS do reclamante, no prazo de 48 horas, sob pena de imposição de multa coercitiva diária por tempo de atraso, no valor de R$ 100,00 até o limite no montante de R$ 3.000,00;

3. **Notifiquem-se as RECLAMADAS para que, no prazo de 8 dias, apresentem os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, **devendo, na oportunidade, depositarem o valor apurado, no mesmo prazo, sob pena de bloqueio no Bacen**.

4. Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do reclamante**, no valor do seu crédito líquido considerado devido pelas reclamadas;

5. **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 8 dias**, apresentando os cálculos que entende corretos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos das reclamadas;

6. Caso as executadas não apresentem cálculos no prazo estipulado, notifique-se o(a) reclamante para que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 7. dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

8. Após, voltem os autos conclusos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002177-08.2016.5.11.0013

AUTOR	RAIMUNDO VERGINIO MATOS PEREIRA
ADVOGADO	KELLY ANNE CORREA DE OLIVEIRA(OAB: 9330/AM)
ADVOGADO	MARCELA DA SILVA PAULO(OAB: 10325/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	INSTITUTO NOVOS CAMINHOS

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO VERGINIO MATOS PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que, na forma do art. 765, da CLT, os Juízos possuem ampla liberdade na direção do processo e velam pelo andamento rápido das causas, dentro dos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional;

Considerando que, conforme preceituam os arts. 4º e 6º, do CPC, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, bem como todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, determino:

1. À Secretaria para expedir Alvará Judicial para saque do FGTS existente na conta vinculada do reclamante junto a CEF referente ao contrato de trabalho celebrado com a reclamada;

2. Intime-se o(a) autor(a), por meio de seu(sua) advogado(a) para depositar sua CTPS, no prazo de 5 dias;

3. Ocorrendo o depósito da *CTPS* notifique-se a reclamada para comparecer à secretaria da vara a fim de proceder às devidas anotações na *CTPS* do reclamante, no prazo de 10 dias, bem como para, **no prazo de 8 dias, apresentar os cálculos** de liquidação de sentença, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao §1º do art. 879 da CLT, abatendo o(s) depósito(s) recursal(is) existente(s) nos autos, **devendo, na oportunidade, depositar o valor apurado, no mesmo prazo, sob pena de bloqueio no Bacen**;

4. Apresentados os cálculos e depositado o valor apurado, **expeça-se alvará em favor do reclamante**, no valor do seu crédito líquido considerado devido pela reclamada, utilizando-se eventuais depósitos recursais e judiciais;

5. **Após, notifique-se o exequente, para se manifestar no prazo de 8 dias**, apresentando os cálculos que entende corretos, sob pena de preclusão e homologação dos cálculos da reclamada;

6. Caso a executada não apresente cálculosno prazo estipulado, notifique-se o(a) reclamante para que apresente os cálculos de liquidação, no prazo de 8 dias, inclusive os previdenciários, fiscais e custas, obedecendo ao § 1º do art. 879 da CLT;

7. Após, voltem os autos

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001137-16.2019.5.11.0003

AUTOR	EVELYN LOPES DE SOUZA
ADVOGADO	Mayka Salomão Cordeiro Viana(OAB: 6321/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE VIANA FREIRE(OAB: 9947/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
RÉU	LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- EVELYN LOPES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando a redistribuição da presente reclamatória, por sorteio, para esta Vara, em razão da decisão anterior, inclua-se o processo em pauta, observando o disposto nos arts. 841 e 775 da CLT, c/c o art. 1º do Decreto-Lei nº 779/69 e com o art. 12 do Decreto-Lei 509/1969.

Após, notifiquem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000901-34.2019.5.11.0013

AUTOR	JADYR INHAPES BATISTA
RÉU	GIUSEPPE MODICA AMORE NETO - ME
ADVOGADO	Júlio César de Almeida Lorenzoni(OAB: 5545/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIUSEPPE MODICA AMORE NETO - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando que o processo foi arquivado em razão da ausência do reclamante sem que tenha sido intimado da data da audiência inaugural, torno sem efeito a decisão que determinou o arquivamento dos autos e, em consequência, a condenação ao pagamentos das custas.

À secretaria da vara para designar nova audiência inaugural e notificar as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000640-54.2019.5.11.0018

AUTOR	ANDRE ANASTACIO DA SILVA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS
RÉU	MAMUTE CONSERVACAO, CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA.
ADVOGADO	LAURA OLIVEIRA DE SOUZA(OAB: 1086/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE ANASTACIO DA SILVA
- MAMUTE CONSERVACAO, CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE MÉRITO

I - RELATÓRIO:

ANDRÉ ANASTÁCIO DA SILVA ajuizou a presente reclamação trabalhista em face de MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA e MUNICÍPIO DE MANAUS requerendo o pagamento de horas extras. Deu à causa o valor de R$ 17.641,24.

Em audiência inaugural, frustrada a primeira proposta de conciliação, a Reclamada apresentou contestação, impugnando os pleitos autorais, pedindo o pela total improcedência da ação.

Em audiência de instrução foi colhido o depoimento das partes e da testemunha arrolada pelo autor.

Não havendo mais provas a serem produzidas foi encerrada a instrução processual.

Razões finais remissivas pelas partes.

A segunda proposta de conciliação foi recusada.

É o relatório. Decide-se.

II - F U N D A M E N T A Ç Ã O.

PRELIMINARES

ILEGITIMIDADE *AD CAUSAM*

A legitimidade passiva é condição a ser aferida como condição para análise do mérito, tomando por parâmetro que as partes envolvidas na relação de direito material mostram-se legítimas ad causam. Portanto, rejeita-se a preliminar.

MÉRITO

HORAS EXTRAS

Alega o reclamante que laborava para a reclamada e a litisconsorte

no horário de 7 horas às 16:45 de segunda a sábado sem nunca ter recebido qualquer valor a título de horas extras.

A reclamada nega, informando que o horário do reclamante era de 08:00 às 16:50 com 01:30h de intervalo.

Pois bem.

O art. 818, da CLT determina que "A prova das alegações incumbe à parte que as fizer."

No presente caso, o reclamante não se desincumbiu do seu ônus probatório. Durante a audiência de instrução, a testemunha arrolada pelo autor informou que não trabalhava na mesma equipe do obreiro. Cito:

"que nunca trabalhou na mesma equipe do reclamante, trabalhava em outra equipe, em outro bairro; (...) que não ***sabe dizer o horário de trabalho do reclamante, pois trabalhava em outra equipe.****"*

Considerando que a testemunha não tinha conhecimento acerca da realidade da jornada do autor, o juízo não visualiza provas que sustentem o pedido da parte reclamante quanto a este pleito.

Assim, por ausência de provas, julgo improcedente o pedido do Reclamante de pagamento de horas extras bem como seus reflexos.

Benefícios da Justiça Gratuita

Restam deferidos ao Reclamante os benefícios da justiça gratuita, haja vista que percebe ganho mensal inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com a Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017.

Honorários de Sucumbência

Considerando a Lei n. 13.467 de 13 de Julho de 2017, consoante art. 791-A, fica condenado o Autor ao pagamento de honorário de sucumbência, fixado por este juízo em 5% sob o valor da causa, que deverá ser dividido entre os procuradores das partes rés.

Como o autor é beneficiário da justiça gratuita, deverão ser observados os limites fixados no § 4º do supramencionado artigo, que assim dispõe:

"§ 4º - Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.**".**

III - DISPOSITIVO:

Por estes fundamentos e tudo o mais que dos autos consta, **DECIDO JULGAR IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na reclamação trabalhista ajuizada por **ANDRÉ ANASTÁCIO DA SILVA** em face de MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA **e MUNICÍPIO DE MANAUS** a fim de absolver as reclamadas de pagar ao reclamante quaisquer pedidos ou valores requeridos na inicial.

Honorários de sucumbência pelo Autor, fixados em 5% sob o valor da causa, 5% sob o valor da causa, que deverá ser dividido entre os procuradores das partes rés, observando-se os limites estabelecidos no art. 791-A,"§ 4º, da Lei n. 13.467 de 13 de Julho de 2017.

Custas pelo reclamante, no importe de R$ 352,82, calculadas sobre o valor dado à causa na inicial (R$17.641,24), cujo recolhimento fica isento por ser beneficiário da justiça gratuita.

CIENTES AS PARTES./pras

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001155-07.2019.5.11.0013

AUTOR	ROSIVAN LEOCADIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	REINILDA GUIMARAES DO VALLE(OAB: 1392/AM)
RÉU	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINF
RÉU	CVD PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSIVAN LEOCADIO DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando a disponibilidade de pauta de audiência anterior a designada nos autos, redesigne-se a audiência para a primeira disponível no sistema, observando o disposto nos arts. 841 e 775 da CLT, c/c o art. 1º do Decreto-Lei nº 779/69.

Após, notifiquem-se as partes.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001159-44.2019.5.11.0013

AUTOR	SOCORRO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RÉU	M B BARROSO DA SILVEIRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- SOCORRO BATISTA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

I. RELATÓRIO

SOCORRO BATISTA DA SILVA ajuizou reclamatória trabalhista, sob o rito sumaríssimo, em face de MB BARROSO DA SILVEIRA, alegando, em síntese, o não cumprimento do acordo firmado com a reclamada por ocasião de um programa de demissão voluntária e, em consequência, requerendo a execução do título extrajudicial, o qual não foi anexado aos autos.

Vieram conclusos.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Vislumbra-se que a reclamante cometeu equívoco de autuação do processo, de modo a elencar o rito "Reclamação trabalhista - Rito Sumaríssimo", quando na verdade deveria ser o procedimento ***"Execução de Título Extrajudicial"***, de modo a ofender o princípio basilar do devido processo legal, e, por conseguinte, a ensejar a sua responsabilidade pelo ato, em conformidade com o art. 5º LIV da CF.

Ora, é de total responsabilidade do reclamante a correta autuação dos processos por ele ajuizados, a fim de que o processo tramite em conformidade com as normas legais, de modo a ser verdadeiro pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Destarte, constatada a ausência de tal elemento de vultosa relevância para a materialização da adequada prestação jurisdicional para a conjuntura apresentada pelo reclamante em sua exordial, é imperiosa a EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV do CPC.

Ressalta o Juízo que a parte autora poderá ajuizar nova reclamatória, bastando que se coadune às exigências do rito procedimental.

Benefício da Justiça Gratuita

Considerando que o Processo do Trabalho se norteia pelo princípio basilar da proteção ao litigante hipossuficiente, de modo a garanti-lo a gratuidade de justiça e, por conseguinte, se amoldar à prerrogativa fundamental da inafastabilidade do controle jurisdicional, presente no art. 5º, XXXV da CF, o Juízo resolve conceder ao reclamante os benefícios da Justiça Gratuita, tudo em conformidade com o art. 790, § 3º, da CLT, verdadeira garantia da deontologia de Justiça Social, presente no espírito do ordenamento jurídico nacional.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, o Juízo **EXTINGUE O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, ajuizado por SOCORRO BATISTA DA SILVAcontra MB BARROSO DA SILVEIRA pela ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, a fim de resguardar a aplicabilidade do princípio basilar do devido processo legal, tudo em conformidade com o art. 5º, LIV, da CF c/c art. 485, IV do CPC. Custas, no importe de R$ 535,12, cujo recolhimento se dispensa, haja vista o deferimento do benefício da justiça gratuita, em conformidade com o art. 790, §3º da CLT. Tudo nos termos da fundamentação. Notifique-se o reclamante. Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000494-28.2019.5.11.0013

AUTOR	GABRIELA MARQUES BRITO
ADVOGADO	RODOLFO MACHADO REIS(OAB: 11036/AM)
RÉU	HUMAX DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA.
ADVOGADO	EDSON PEREIRA DUARTE(OAB: 3702/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIELA MARQUES BRITO
- HUMAX DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE MÉRITO

I - RELATÓRIO:

GABRIELA MARQUES BRITO ajuizou a presente reclamação trabalhista em face de **HUMAX DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA** alegando que em razão das atividades desempenhadas na reclamada adquiriu doença ocupacional, razão pela qual requer indenização por danos morais e materiais. Deu à causa o valor de R$ 172.385,00.

Em audiência inaugural, frustrada a primeira proposta de conciliação, a Reclamada apresentou contestação, impugnando os pleitos autorais, alegando que as doenças do autor não são decorrentes da função exercida na empresa. Assim requer a improcedência dos pedidos.

Tendo em vista que a matéria em questão trata de indenização por danos morais decorrentes de suposta doença ocupacional, o juízo determinou a realização de perícia técnica, a qual foi anexada aos autos.

As partes se manifestaram sobre o laudo.

Em audiência de prosseguimento, não havendo mais provas a serem produzidas foi encerrada a instrução processual.

A segunda proposta de conciliação foi recusada.

Razões finais remissivas pelas partes.

É o relatório. Decide-se.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

DO MÉRITO

DOENÇA OCUPACIONAL

Aduz a parte autora que adquiriu durante seu contrato de trabalho a doença ocupacional chamada de **Tendinite e Bursite** nos ombros.

Dado o cunho técnico da questão, foi determinada a realização de prova pericial. O laudo da lavra do Dr. MAURICIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, de maneira técnica, substanciosa e bastante esclarecedora, seja nas respostas dos quesitos formulados pelas partes, seja na sua análise, concluiu pela **inexistência de nexo de causalidade e concausalidade do labor com as doenças alegadas**, nos seguintes termos:

*"**CONCLUSÃO**:*

***Com base nos documentos acostados nos autos e na perícia** realizada o trabalho técnico pericial conclui pela **inexistência de nexo causal ou concausal** entre as patologias dos ombros da Autora e o trabalho executado na Reclamada."*

Com efeito, o laudo elaborado pelo perito demonstrou-se preciso e criterioso ao concluir pela **ausência de nexo de causalidade e concausalidade** entre a atividade desempenhada pela reclamante e a doença pela qual foi acometida.

Como consequência, fulcrado no laudo técnico que não recepcionou a tese autoral, **julgo improcedentes** os pedidos formulados na inicial quanto aos pedidos de dano moral, material, uma vez que todos decorriam da doença alegada como ocupacional, ante a ausência de nexo causal entre a patologia e o trabalho desenvolvido pelo reclamante quando de suas funções junto à Reclamada.

Benefícios da Justiça Gratuita

Restam deferidos à Reclamante os benefícios da justiça gratuita, haja vista que percebe ganho mensal inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com a Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017.

Honorários de Sucumbência

Considerando a Lei n. 13.467 de 13 de Julho de 2017, consoante art. 791-A, fica condenado a Autora ao pagamento de honorário de sucumbência, fixado por este juízo em 5% sob o valor da causa, a título de honorários advocatícios sucumbenciais para o procurador da parte ré.

Como a autora é beneficiário da justiça gratuita, deverão ser observados os limites fixados no § 4º do supramencionado artigo, que assim dispõe:

"§ 4º - Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.".

HONORÁRIOS PERICIAIS

A perícia fora realizada nos termos do artigo 790-B, da CLT com valor fixado em R$1.000,00, ou seja, é responsável pelo pagamento dos honorários periciais a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da Justiça gratuita.

Porém, embora o autor tenha sido sucumbente no objeto da perícia, considerando que fora deferido ao autor o benefício da justiça gratuita, tem-se que aplicável o disposto no artigo 790-B, §4º, devendo o ônus da produção da prova pericial ser arcado pela União, nos termos dos artigos 63 e seguintes da Consolidação dos Provimentos do E.TRT 11ª Região.

III - DISPOSITIVO:

Por estes fundamentos e tudo o mais que dos autos consta, **DECIDO JULGAR IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na

reclamação trabalhista ajuizada por **GABRIELA MARQUES BRITO** em face de **HUMAX DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA,** a fim de absolver a reclamada de pagar ao reclamante quaisquer pedidos ou valores requeridos na inicial. Honorários de sucumbência pela Autora, fixados em 5% sob o valor da causa, observando-se os limites estabelecidos no art. 791-A,"§ 4º, da Lei n. 13.467 de 13 de Julho de 2017. Honorários periciais a serem arcados pela União. Custas pelo reclamante, no importe de R$3.447,70 calculadas sobre o valor dado à causa na inicial (R$172.385,00), cujo recolhimento fica isento por ser beneficiária da justiça gratuita. CIENTES AS PARTES./pras

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001122-17.2019.5.11.0013

AUTOR	R. C. BELEZA
ADVOGADO	ORANGE CRUZ BELEZA(OAB: 7607/RO)
RÉU	UNIÃO FEDERAL (PGFN) - AM

Intimado(s)/Citado(s):

- R. C. BELEZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Homologo o pedido de desistência da ação formulado pela autora, julgando EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do CPC/2015, aqui de aplicação supletiva, por força do disposto no artigo 769 da CLT.

Defiro os benefícios da justiça gratuita ao autor, nos termos das leis nº 5.584/70 e 1.060/50.

Custas processuais pelo autor, calculadas sobre o valor da causa, no importe de R$ 851,28, das quais fica isento por ser beneficiário da justiça gratuita.

Intime-se o autor, sendo desnecessária a intimação do reclamado que nem sequer tomou conhecimento da existência da ação.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000273-45.2019.5.11.0013

AUTOR	MANUELLE MARINNE BRELAZ COSTA
ADVOGADO	LUCIA ANDREA VALLE DE SOUZA(OAB: 2767/AM)
RÉU	ROSANE MARCELA DE VASCONCELOS PEREIRA 78459265234
ADVOGADO	LUIS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES(OAB: 53148/RS)
ADVOGADO	LUCAS DE SOUZA VALENTE(OAB: 13191/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANUELLE MARINNE BRELAZ COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Notifique-se a advogada da reclamante para manifestar-se sobre a petição de id 20d1fab (pedido de alvará em nome da reclamante), no prazo de 5 dias.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000468-30.2019.5.11.0013

AUTOR	FRANCISCO RODRIGUES CAVALCANTE
ADVOGADO	WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA(OAB: 12736/AM)
RÉU	JOSE AFONSO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO	SANDRO RAFAEL DA COSTA FREITAS(OAB: 12776/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO RODRIGUES CAVALCANTE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Considerando tratar-se de Recurso Ordinário oposto pela reclamada, fica sem efeito o despacho anterior.

Notifique-se o autor recorrido, por seu patrono, para apresentar contrarrazões, se assim pretender, ao recurso ordinário interposto

tempestivamente pelo réu, no prazo de Lei.

Em respeito ao princípio da economia processual, o presente despacho possui força de notificação ao reclamante por meio de seu patrono.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATSum-0000746-31.2019.5.11.0013

AUTOR	DOLORES PANTOJA DE MATOS
ADVOGADO	VANESSA DA SILVA MATIAS RIBEIRO(OAB: 14061/AM)
ADVOGADO	ADNA BENEDITA PORTUGAL PINHEIRO(OAB: 14092/AM)
RÉU	MERCANTIL NOVA ERA LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOLORES PANTOJA DE MATOS
- MERCANTIL NOVA ERA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

ATA DE AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO

SENTENÇA JUDICIAL DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

I - RELATÓRIO:

A **embargante/reclamada MERCANTIL NOVA ERA LTDA** opôs **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO,** sob o id nº a250b78**,** nos autos da reclamação trabalhista que lhe move a **embargada/reclamante DOLORES PANTOJA DE MATOS**, sob o argumento de ter ocorrido equívoco no *decisum* ora embargado.

Requer o acolhimento dos presentes embargos, para julgar-lhe procedente.

O embargado apresentou contrarrazões aos embargos de declaração.

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

· ***II.I - PRELIMINARMENTE - DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS DE ADMISSIBILIDADE:***

C**onhece-se** dos **Embargos de Declaração** opostos pela embargante/reclamada por estarem **preenchidos os pressupostos recursais de admissibilidade extrínsecos** (tempestividade e regularidade formal) e **intrínsecos** (cabimento, legitimidade, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer).

· ***II.II - DAS QUESTÕES DE MÉRITO:***

· ***II.II.I - DA ALEGADA OMISSÃO DO JULGADO:***

A embargante/reclamada opôs os presentes Embargos de Declaração contra a sentença meritória prolatada sob o id nº 8d120a5 alegando a existência de equívoco no *decisum* ora embargado, razão pela qual pugna pelo recebimento dos presentes embargos e, no mérito, pela sua total procedência.

Sintetizadas as alegações de fato e de direito afirmadas pela embargante passa este Juízo, em sede de cognição judicial plena e exauriente, a apreciação das mesmas.

Com relação ao instituto jurídico processual dos embargos de declaração, o ordenamento jurídico pátrio o disciplina da seguinte forma:

O art. 897-A, da CLT versa que:

Art. 897-A Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Parágrafo único. Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

Os arts. 1022 a 1026, do NCPC, prelecionam que:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.

Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

§ 1o Aplica-se aos embargos de declaração o art. 229.

§ 2o O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no

prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

Art. 1.024. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.
§ 1o Nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, será o recurso incluído em pauta automaticamente.
§ 2o Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente.
§ 3o O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1o.
§ 4o Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.
§ 5o Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
§ 1o A eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.
§ 2o Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.
§ 3o Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até dez por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final.
§ 4o Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.

Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem na decisão judicial prolatada.

Essa modalidade recursal somente permite o reexame do julgado embargado, quando utilizada com o específico objetivo de viabilizar um pronunciamento jurisdicional de caráter integrativo-retificador, vocacionado a afastar as situações de obscuridade, omissão ou contradição, e a complementar e esclarecer o conteúdo da decisão proferida.

Dessa forma, a decisão recorrida que aprecia com plena exatidão e em toda a sua inteireza, determinada pretensão jurídica, não permite o emprego da via recursal dos embargos de declaração, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, eis que inocorrentes, em tal situação, os pressupostos que justificam a sua adequada utilização.

No caso em apreciação, verificou este juízo, em sede de atividade cognitiva judicial plena e exauriente que as alegações fáticas e de direito da embargante **não encontram** qualquer respaldo fático e/ou jurídico, estando totalmente dissociadas da realidade.

A irresignação da embargante **não implica equívoco no julgado** como narra seu patrono.

Para os pedidos julgados procedentes ou improcedentes, há, em Direito Processual do Trabalho, recurso apropriado, não servindo os embargos declaratórios de recurso pertinente.

Na verdade, sob o rótulo de equívoco, o que pretende a reclamada/embargante é o **reexame da matéria decidida**. Ocorre que o Juízo **já enunciou os motivos que o levaram à persuasão racional** e à decisão enfim prolatada. Às partes incumbe dar os fatos e ao juízo incumbe dar o direito (*da mihi factum, dabo tibi jus)*. E, ao fazê-lo, não fica adstrito a cada um dos documentos ou argumentos das partes. Se a embargante não concorda com a fundamentação, deve ingressar com o recurso cabível, que não é, evidentemente, o de embargos declaratórios. O Juízo, portanto, **não fica adstrito aos argumentos das partes**, se outros por ele desenvolvidos se revelarem suficientes para fundamentar e prolatar a decisão, dentro da premissa axiológica de que o juiz conhece o direito.

De mais a mais, se o Juízo, examinando a matéria incontroversa e

os documentos, deferiu ou indeferiu os pleitos, disso **não resulta equívoco, omissão e/ou contradição**.

Esclareça-se, ainda, que a contradição capaz de ensejar o manejo dos embargos declaratórios - e o acolhimento, se for o caso - é aquela existente no próprio julgado. É a oposição inconciliável entre seus termos com incoerência entre as partes da decisão. Eventual contradição entre a decisão e os argumentos da contestação ou depoimento das testemunhas, ou entre a decisão e a valoração das provas dos autos, ou ainda entre o entendimento dela, embargante e a jurisprudência ou mesmo entre a sentença e a lei, decreto ou resolução não serão internas ao julgado e, por isso, não ensejam embargos de declaração. O que acarreta o cabimento dos embargos é a contradição no próprio julgado, e não entre julgado e depoimentos, ou entre a petição inicial e a sentença. Se houve contradição entre a sentença e o texto legal, essa contradição - externa ao julgado - deve ser resolvida por meio de recurso ordinário e não por essa modalidade recursal.

O não acolhimento da tese da Embargante, ou o não enfrentamento de todos os argumentos, prós e contras, acerca do tema, por si só, não indica existência de obscuridade, omissão ou contradição.

Diante do exposto, **não existindo** na decisão embargada, quaisquer omissões, contrariedades ou obscuridades, impõe-se **negar provimento** aos **embargos de declaração**.

· ***II.III - DOS EFEITOS ANEXOS E REFLEXOS DA SENTENÇA:***

· ***II.III.I - DA APLICAÇÃO DA MULTA:***

Pelo teor das razões dos embargos, constata-se, por claro e evidente, o manifesto interesse protelatório da embargante, que pretende, em verdade, fazer uso incorreto dos embargos de declaração para ganhar tempo agravando as dificuldades de um processo que se prenuncia demorado, pelas manobras agora pela reclamada/embargante. Esse é um típico caso de resistência injustificada ao andamento do processo, ato atentatório ao exercício da jurisdição, em evidente má-fé e deslealdade processual.

O ordenamento jurídico brasileiro repele práticas incompatíveis com o postulado ético-jurídico da lealdade processual. Na realidade, o processo deve ser visto, em sua expressão instrumental, como um importante meio destinado a viabilizar o acesso à ordem jurídica justa, achando-se impregnado, por isso mesmo, de valores básicos que lhe ressaltam os fins eminentes a que se acha vinculado.

O processo não pode ser manipulado para viabilizar o abuso de direito, pois essa é uma idéia que se revela frontalmente contrária ao dever de probidade que se impõe à observância das partes. O litigante de má-fé - trate-se de parte pública ou de parte privada- deve ter a sua conduta sumariamente repelida pela atuação jurisdicional dos juízes e dos tribunais, que não podem tolerar o abuso processual como prática descaracterizadora da essência ética do processo.

Daí a procedente observação feita por NELSON NERY JÚNIOR e por ROSA MARIA ANDRADE NERY *("Código de Processo Civil Comentado*", p. 425, nota n. 19, 4ª ed., 1999, RT):

"*Recurso manifestamente infundado. O direito de recorrer é constitucionalmente garantido (CF 5º LV). No entanto, o abuso desse direito não pode ser tolerado pelo sistema. Esta é a razão pela qual é correta e constitucional a previsão do CPC 17 VII. Entendíamos que a interposição de recurso manifestamente infundado já se encontrava prevista no CPC 17 VI, conforme comentário a esse dispositivo, acima. O recurso é manifestamente infundado quando o recorrente tiver a intenção deliberada de retardar o trânsito em julgado da decisão, por espírito procrastinatório. É também manifestamente infundado quando destituído de fundamentação razoável ou apresentado sem as imprescindíveis razões do inconformismo. O recurso é, ainda, manifestamente infundado quando interposto sob fundamento contrário a texto expresso de lei ou a princípio sedimentado da doutrina e jurisprudência." (grifei)*

Dessarte, **declara-se**, por tais motivos **a natureza meramente protelatória** dos presentes embargos declaratórios, em decorrência do que - e por enquanto, para que possa surtir seus efeitos pedagógicos - **condena-se** a embargante **MERCANTIL NOVA ERA LTDA** a **pagar** à **reclamante/embargada DOLORES PANTOJA DE MATOS multa** de 2**%** (dois por cento) (artigo 1.026, parágrafo segundo, do NCPC) por **embargos protelatórios**, **sobre o valor atualizado da causa**.

III - DISPOSITIVO:

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **RESOLVE** esta **MMª 13ª Vara do Trabalho de Manaus**:

III.I) CONHECER os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos pela **embargante/reclamada MERCANTIL NOVA ERA LTDA** nos autos da reclamação trabalhista que lhe move a **embargada/reclamante DOLORES PANTOJA DE MATOS,** por estarem preenchidos os pressupostos recursais de admissibilidade extrínsecos e intrínsecos;

III.II) No mérito, **NEGAR PROVIMENTO** aos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO,** para o fito de **MANTER incólume a decisão atacada;**

III.III) Como efeito reflexo e anexo (legal) da sentença:

III.III.I) DECLARAR a **natureza protelatória** dos presentes embargos**;**

III.III.II) CONDENAR a **EMBARGANTE MERCANTIL NOVA ERA LTDA** a cumprir a obrigação de **PAGAR** à **embargada/reclamante DOLORES PANTOJA DE MATOS, no prazo de 48 horas, após o trânsito em julgado da presente decisão**, o valor que vier a ser

apurado em regular fase de liquidação de sentença, na modalidade cálculo, a título de: **MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS,** sobre o valor atualizado da causa**;**

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

INTIMEM-SE as partes.

E, para constar, foi lavrada a presente ata de audiência de julgamento.//gcfc

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000928-82.2017.5.11.0014

AUTOR	LUCIMAR BALBINO MOREIRA
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	KLAUS ADANS JOE VENTURA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- KLAUS ADANS JOE VENTURA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000928-82.2017.5.11.0014

Reclamante:LUCIMAR BALBINO MOREIRA

Reclamada:TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP e outros (2)

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(A) **KLAUS ADANS JOE VENTURA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para manifestar-se e requerer as provas cabíveis referentes à instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (ID bc8b425), no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 135, do CPC.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000585-86.2017.5.11.0014

AUTOR	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	ANDERSON ROBERTO MIRANDA DE SOUZA(OAB: 161457/RJ)
RÉU	FRANCISCO LUCAS SOARES PEREIRA
RÉU	JONATHAS DE OLIVEIRA NEVES
RÉU	FABIANA DA SILVA FRANCA
RÉU	F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP
RÉU	WERIDIANE DE ALENCAR SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- WERIDIANE DE ALENCAR SOUSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000585-86.2017.5.11.0014

Reclamante:ROSILENE RODRIGUES DA SILVA

Reclamada:F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP e outros (4)

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(A) **WERIDIANE DE ALENCAR SOUSA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução sob pena de Penhora, a quantia de **R$27.819,26**.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000585-86.2017.5.11.0014

AUTOR	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	ANDERSON ROBERTO MIRANDA DE SOUZA(OAB: 161457/RJ)
RÉU	FRANCISCO LUCAS SOARES PEREIRA
RÉU	JONATHAS DE OLIVEIRA NEVES
RÉU	FABIANA DA SILVA FRANCA
RÉU	F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP
RÉU	WERIDIANE DE ALENCAR SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANA DA SILVA FRANCA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000585-86.2017.5.11.0014

Reclamante:ROSILENE RODRIGUES DA SILVA

Reclamada:F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP e outros (4)

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(A)FABIANA DA SILVA FRANCA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução sob pena de Penhora, a quantia de **R$27.819,26**.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000585-86.2017.5.11.0014

AUTOR	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	ANDERSON ROBERTO MIRANDA DE SOUZA(OAB: 161457/RJ)
RÉU	FRANCISCO LUCAS SOARES PEREIRA
RÉU	JONATHAS DE OLIVEIRA NEVES
RÉU	FABIANA DA SILVA FRANCA
RÉU	F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP
RÉU	WERIDIANE DE ALENCAR SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO LUCAS SOARES PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000585-86.2017.5.11.0014

Reclamante:ROSILENE RODRIGUES DA SILVA

Reclamada:F W COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP e outros (4)

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(A) **FRANCISCO LUCAS SOARES PEREIRA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução sob pena de Penhora, a quantia de **R$27.819,26**.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATSum-0001021-75.2017.5.11.0004

AUTOR	MAGNO FREIRE LOPES
ADVOGADO	MARICARLA FONSECA DE SOUZA(OAB: 10573/AM)
ADVOGADO	LIANA MACIEL NOBRE(OAB: 11009/AM)
RÉU	YIMAR FREIRE AZEVEDO
RÉU	YIMAR FREIRE AZEVEDO - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- YIMAR FREIRE AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0001021-75.2017.5.11.0004

Reclamante:MAGNO FREIRE LOPES

Reclamada:YIMAR FREIRE AZEVEDO - ME e outros

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(A) **YIMAR FREIRE AZEVEDO**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução sob pena de Penhora, a quantia de **R$ 15.284,03**.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000936-88.2019.5.11.0014

AUTOR	BENILDO DE MELO SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000936-88.2019.5.11.0014

Reclamante:BENILDO DE MELO SILVA

Reclamada:D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e outros

Audiência:21/01/2020 09:50

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz do Trabalho Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL fica notificado(a) **D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP,** que está em lugar incerto e não sabido, para comparecer à audiência designada para o **dia 21/01/2020 09:50**.

Fica o destinatário notificado de que tramita eletronicamente (Resolução nº 185/2017 do CSJT) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet no site www.trt11.jus.br.

Fica ainda, notificado(s) o(s) destinatário(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A contestação ou a reconvenção e seus documentos deverão ser protocolados no PJe até a realização da proposta de conciliação infrutífera, com a utilização de equipamento próprio, sendo automaticamente juntados, facultada a apresentação de defesa oral, na forma do art. 847 da CLT. Recomenda-se que os referidos documentos sejam apresentados com pelo menos 48h de antecedência da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus, na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0001088-39.2019.5.11.0014

AUTOR	FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO	ANDREA ELDA REIS MENDONCA(OAB: 582-A/AM)
RÉU	S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA.
RÉU	PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA

Intimado(s)/Citado(s):

- S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0001088-39.2019.5.11.0014

Reclamante:FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS FILHO

Reclamada:S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA. e outros

Audiência:21/01/2020 10:20

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz do Trabalho Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL fica notificado(a) **S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA., null**, que está em lugar incerto e não sabido, para comparecer à audiência designada para o **dia 21/01/2020 10:20**.

Fica o destinatário notificado de que tramita eletronicamente (Resolução nº 185/2017 do CSJT) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet no site www.trt11.jus.br.

Fica ainda, notificado(s) o(s) destinatário(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A contestação ou a reconvenção e seus documentos deverão ser protocolados no PJe até a realização da proposta de conciliação infrutífera, com a utilização de equipamento próprio, sendo automaticamente juntados, facultada a apresentação de defesa oral, na forma do art. 847 da CLT. Recomenda-se que os referidos documentos sejam apresentados com pelo menos 48h de antecedência da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos

disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus, na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000993-06.2019.5.11.0015

AUTOR	ED HAYDEN DA SILVA LIMA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL

Processo: 0000993-06.2019.5.11.0015

Reclamante:ED HAYDEN DA SILVA LIMA

Reclamada:D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e outros

Audiência:10/12/2019 09:40

O Excelentíssimo Doutor **PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO**, Juiz do Trabalho Titular da MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL fica notificado(a) **D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP,** que está em lugar incerto e não sabido, para comparecer à audiência designada para o **dia 10/12/2019 09:40**.

Fica o destinatário notificado de que tramita eletronicamente (Resolução nº 185/2017 do CSJT) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet no site www.trt11.jus.br.

Fica ainda, notificado(s) o(s) destinatário(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A contestação ou a reconvenção e seus documentos deverão ser protocolados no PJe até a realização da proposta de conciliação infrutífera, com a utilização de equipamento próprio, sendo automaticamente juntados, facultada a apresentação de defesa oral, na forma do art. 847 da CLT. Recomenda-se que os referidos documentos sejam apresentados com pelo menos 48h de antecedência da audiência.

Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT ou afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO na cidade de Manaus, na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000584-33.2019.5.11.0014

AUTOR	NADRIENE SOARES DA COSTA
ADVOGADO	Maria Claudia Sousa da Silva(OAB: 1082-A/AM)
RÉU	ATLANTICO HOTEIS E TURISMO LTDA
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
RÉU	MARTINS IMPORT LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATLANTICO HOTEIS E TURISMO LTDA
- MARTINS IMPORT LTDA
- NADRIENE SOARES DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, fica a parte autora, por intermédio de sua advogada, ciente do teor da decisão abaixo:

1. Defiro o requerido pela Reclamante na petição de ID18a1b86: expeça-se alvará para levantamento do FGTS;
2. Após, considerando que o pagamento da 2ª e última parcela aconteceu na data de ontem, registrem-se os pagamentos e posteriormente arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001872-87.2017.5.11.0013

AUTOR	EVERTON FRANCISCO LEITE DA SILVA
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)

RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EVERTON FRANCISCO LEITE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Defiro o requerido (ID 84bec06), encaminhem-se os autos ao CEJUSC.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000436-56.2018.5.11.0014

AUTOR	SARAH GUIMARAES DO CARMO
ADVOGADO	ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA(OAB: 11981/AM)
RÉU	ERENILCE OLIVEIRA DA COSTA
ADVOGADO	GILMAR MADALOZZO DA ROSA(OAB: 1083/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SARAH GUIMARAES DO CARMO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, ciente do teor da decisão abaixo:

1. Aguarde-se o momento processual oportuno para a liberação do depósito de ID 2603c65;

2. Nos termos do art. 879, §1°-B da CLT, intime-se a parte reclamante, por meio do advogado, para apresentar os cálculos de liquidação/atualização, observando o comando da sentença meritória, inclusive da contribuição previdenciária, IR e custas incidentes, no prazo de 8 (oito) dias;

3. Elaborada a conta pela Reclamante, abram-se vistas à Reclamada para, querendo, apresentar manifestação fundamentada aos cálculos de liquidação apresentados pela parte reclamante, no prazo de 8 (oito) dias, sob pena de preclusão, devendo, no caso de discordância, apresentar sua própria conta de liquidação, **mediante depósito imediato do valor incontroverso**, caso superior ao valor já depositado nos autos, sob pena de execução, conforme art. 879, §1°-B e §2º da CLT c/c art. 525, § 4º do CPC;

4. Havendo divergências entre as planilhas de liquidação apresentadas, libere-se o valor incontroverso e encaminhem-se os autos à Contadoria da Vara para elaboração dos cálculos do juízo e após voltem-me conclusos;

5. Advirto as partes que a partir de 1º de janeiro de 2020, quaisquer cálculos deverão obrigatoriamente ser juntados por meio do **PJe-Calc**, vedado o uso de PDF ou HTML para essa finalidade, nos termos do §6º, do art. 22, da Resolução CSJT nº 241/2019.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000471-79.2019.5.11.0014

AUTOR	MARIA VALERIA DE LIMA COSTA
ADVOGADO	LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN(OAB: 4857/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
ADVOGADO	THIAGO DA SILVA MACIEL(OAB: 5632/AM)
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME - ME
- MARIA VALERIA DE LIMA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Considerando o acordado entre as partes na petição de ID 09f4c54, aguardem-se os pagamentosdas demais parcelas do acordo, bem como da multa pelo atraso no pagamento da 1ª parcela.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000009-25.2019.5.11.0014

AUTOR	PAULA GRASIELLE MELO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JUNIOR(OAB: 4563/AM)
ADVOGADO	JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA(OAB: 4040/AM)
RÉU	KIPLING MANAUS COMERCIO DE BOLSAS LTDA
ADVOGADO	SANDRO MARTINS(OAB: 124000/SP)
TESTEMUNHA	SELTON GIOVANE DE MOURA LIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- KIPLING MANAUS COMERCIO DE BOLSAS LTDA
- PAULA GRASIELLE MELO DE OLIVEIRA

S E N T E N Ç A

Data: 19.09.2019

Processo: 0000009-25.2019.5.11.0014

Reclamante: PAULA GRASIELLE MELO DE OLIVEIRA

Reclamada: KIPLING MANAUS COMERCIO DE BOLSAS LTDA

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 10/01/2019 09:19:38

Rito: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO

I - RELATÓRIO

PAULA GRASIELLE DE OLIVEIRA, qualificada nos autos, ajuizou **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** contra **KIPLING MANAUS COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA,** também qualificada, postulando a declaração de nulidade da dispensa por justa causa, o reconhecimento da dispensa sem justa causa e a condenação da Reclamada ao pagamento de verbas rescisórias, indenização substitutiva do seguro desemprego, FGTS, indenização por dano moral e multas.

A parte autora carreou documentos aos autos e a alçada foi fixada no valor da inicial.

A parte ré apresentou defesa escrita arguindo a regularidade da dispensa por justa causa aplicada e pugnando pela total improcedência dos pedidos.

Na instrução processual, foi colhido o depoimento de uma testemunha por meio de carta precatória. Em audiência, foram interrogadas as partes e colhidos os depoimentos de 4 testemunhas apresentadas. Não havendo outras provas, este Juízo encerrou a instrução processual.

Razões finais apresentadas em forma de memoriais escritos nos autos.

Recusadas todas as propostas conciliatórias.

É o relatório suficiente.

II - FUNDAMENTAÇÃO

À luz do conjunto probatório dos autos, conheço dos pedidos formulados pela parte autora, analisados os fundamentos da peça inicial em confronto com aqueles apresentados na contestação, conforme segue:

Contrato de trabalho

A parte autora expôs que foi contratada pela parte ré em 14.03.2016, na função de Gerente de Loja, mediante remuneração à base de comissões, calculadas a 0,6% sobre o faturamento da loja acrescido dos DSRs. Foi dispensada por justa causa em 08.11.2018.

Dispensa por justa causa

A parte autora reclamada nesta Especializada a anulação da dispensa por justa causa perpetrada, reconhecendo-se a dispensa injustificada, e o consequente pagamento das diferenças nas verbas rescisórias daí decorrentes.

Narrou que no dia 08.11.2018 foi dispensada por justa causa, sob o argumento de que havia cometido ato de improbidade, em razão de auditoria realizada na loja, ocasião em que foi constatada a falta do valor de R$ 200,00 no caixa da empresa.

Relatou que no dia 31.10.2018 houve um evento organizado pelo Shopping, consistente em uma campanha de Halloween, na qual os lojistas interessados em aderir deveriam disponibilizar doces às crianças.

Que em razão do evento solicitou o levantamento de R$ 30,00 do caixa da empresa, valor que foi deferido pela chefia competente. No entanto, em razão da demanda, necessitou adquirir mais doces para a campanha, tendo levantado sem autorização o valor de R$ 200,00 e adquirido os referidos doces. Juntou cupons fiscais que registram compras na loja Fun Festas do Shopping.

Ressaltou que realizou o ato visando a cumprir com suas obrigações de gerente e potencializar as vendas naquele dia. Em 06.11.2018 foi realizada auditoria no caixa da loja, ocasião em que ficou constatada a falta do valor de R$ 200,00. No dia em questão a Reclamante encontrava-se de folga.

No dia 08.11.2018 foi informada por sua Supervisora que estava

sendo dispensada por justa causa.

A parte ré, em sua defesa, defendeu a regularidade da punição aplicada, ressaltando a inexistência de controvérsia quanto ao fato de Autora ter retirado o valor de R$ 200,00 do caixa da empresa sem prévia autorização, como é o procedimento exigido.

Ademais, frisou o fato de a Autora ocupar cargo de confiança na loja, motivo pelo qual a atitude em desacordo com as normas da empresa quebra a fidúcia existente entre as partes.

Anexou aos autos tela do sistema de loja, no qual demonstra a ocorrência de 12 atendimentos no dia 31.10.2018 (data do evento), o que, segundo a Ré, contraria o argumento de que houve alta demanda de doces.

Destacou ainda o fato de a Reclamante ter ressarcido ao caixa da empresa o valor de R$ 200,00, retirando de seu próprio bolso, porque não faria sentido a empregada ressarcir valores devidamente justificados por cupom fiscal.

Por último, relatou que a prática de retirada de valores do caixa para posterior restituição era recorrente, tendo anexado denúncias realizadas por outras duas colaboradoras, fato que foi determinante para o rompimento do vínculo empregatício.

Em razões finais as partes reforçaram os argumentos trazidos na petição inicial e na contestação, ressaltando trechos dos depoimentos testemunhais.

Passo à análise.

A penalidade de dispensa por justa causa, segundo Alice Monteiro de Barros (BARROS, Alice Monteiro. Curso de direito do trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007. P 864), *consiste na prática de ato doloso ou culposamente grave por uma das partes e pode ser motivo determinante da resolução do contrato.*

O art. 482 da CLT dispõe sobre algumas das hipóteses que constituem justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, outras são previstas em legislações específicas.

Considerando o caráter punitivo da rescisão por justa causa, compete à Reclamada o ônus da prova da dispensa, havendo que demonstrar o preenchimento dos requisitos ensejadores da medida punitiva, em especial a gravidade da conduta, a imediatidade da pena e a vedação à dupla punição.

Busca-se, com a averiguação desses requisitos, apurar a adequação da punição aplicada (princípio da proporcionalidade), evitando-se que o empregador utilize-se do seu poder disciplinar para escusar-se de cumprir obrigações contratuais, como no caso das verbas devidas em caso de dispensa imotivada, ou mesmo para retaliar o empregado por motivos não relacionados à prestação de serviços.

Portanto, o ônus que incumbe ao empregador é de demonstrar cabalmente os motivos pelos quais aplicou a punição, preferencialmente com apuração por meio de sindicância interna e oferecimento de direito de defesa ao empregado.

Nesse sentido, a parte ré carreou aos autos o documento de id d263fc9, que em seu teor apresenta denúncias realizadas pelas Sras Silvana Souza e Stefany Regina, na qual informaram sobre a retirada de valores do caixa da empresa, em desacordo com as normas internas.

Tal fato foi confirmado no depoimento da primeira testemunha da Reclamada, conforme segue:

(...) "que sempre acontecia de a reclamante retirar dinheiro do caixa, não tendo sido os 200 reais retirados no dia do evento a primeira vez;" (...)

A parte autora não produziu nenhuma prova que pudesse tornar duvidosa a informação relatada pela testemunha.

Verifica-se, portanto, a configuração da conduta irregular por parte da autora, que, mesmo ciente dos procedimentos internos, deliberadamente os descumpria.

No entendimento deste Juízo, há relevância na conduta irregular, uma vez que praticada pela gerente de loja, colaboradora que o ocupa o mais alto cargo dentro daquele estabelecimento. Desse modo, havia um alto nível de fidúcia entre a Ré e a Autora, o que torna a conduta suficientemente grave, uma vez que praticada na presença de subordinados.

Quanto à imediatidade e à não punição dupla, a Ré, ao tomar conhecimento da conduta, adotou as providências que entendeu cabíveis, aplicando a pena única de dispensa por justa causa.

Verifico, pois, que a opção pela dispensa por justa causa é razoável. Embora entenda este Juízo que a tipificação correta da conduta seja na alínea b, do art. 482 da CLT - mau procedimento - uma vez que não está cabalmente demonstrada a conduta ímproba, essa questão não altera o resultado dispensa por justa causa, mas apenas o enquadramento legal.

Portanto, reconheço a razoabilidade na aplicação da pena de dispensa por justa causa, uma vez considerado o grau de confiança existente entre as partes, o que torna impossível o restabelecimento após as ocorrências analisadas.

Julgo improcedente o pedido de anulação da penalidade de justa causa.

Não há falar em diferenças nas verbas rescisórias, no FGTS e em pagamento de indenização substitutiva do seguro desemprego.

Não caracterizada conduta arbitrária ou ilegal, não há falar em indenização por dano moral.

Justiça gratuita

Confiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 790, § 3º da CLT.

Honorários advocatícios

Considerando o ajuizamento da reclamatória em data posterior à entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017, incidem no presente caso as disposições do art. 791-A da CLT.

Nesse particular, devidos são os honorários advocatícios com base na mera sucumbência processual, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Posto isso, fixo honorários de sucumbência, a ser pagos pela parte reclamante em prol do patrono da parte ré, no equivalente a 5% do valor dado à causa.

Em face da concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte autora, fica suspensa a exigibilidade da sua obrigação, pelo prazo de dois anos, na forma do art. 791-A, § 4º, da CLT.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **DECIDE** este Juízo **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES** os pedidos da presente **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** ajuizada por **PAULA GRASIELLE MELO DE OLIVEIRA** contra **KIPLING MANAUS COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA,** para o fim de **ISENTAR** a **RECLAMADA** do cumprimento de quaisquer das obrigações pleiteadas nos presentes autos. **TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO,** cuja integração a este dispositivo deve ser observada para todos os fins.

Deferidos à parte reclamante os benefícios da justiça gratuita.

Condenada a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios da sucumbência, calculados a 5% sobre o valor dado à causa, os quais ficam com a exigibilidade suspensa por força do art. 791-A, § 4º, da CLT.

Custas no importe de R$ 1.163,97 pela parte reclamante, calculadas a 2% do valor da condenação, das quais fica **isenta** em razão dos benefícios da justiça gratuita.

Considerando a prolação da sentença em data diversa à marcada, NOTIFIQUEM-SE AS PARTES, por seus Patronos via DEJT.

E, para constar, lavrou-se o presente termo. *Lr.*

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho

Titular da 14ª Vara do Trabalho e Manaus

null

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000831-14.2019.5.11.0014

AUTOR	REGIANE MARIA DE SOUZA COLARES
ADVOGADO	IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE(OAB: 6737/AM)
RÉU	JOSE HUMBERTO MAIA CINQUE - ME
RÉU	JOSÉ HUMBERTO MAIA CINQUE
RÉU	TAYANA DA SILVA CINQUE

Intimado(s)/Citado(s):

- REGIANE MARIA DE SOUZA COLARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Na forma do art. 272 do CPC, §2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2016 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, fica a parte reclamante, por intermédio de sua advogada, ciente do teor da decisão abaixo:

Considerando a devolução dos mandados de notificação (certidões de IDs df845fe e 6cbbe23); considerando, ainda, que o endereço da diligência é o endereço correto do Reclamado JOSE HUMBERTO MAIA CINQUE, e tendo a ReclamadaTAYANA DA SILVA CINQUE sido devidamente intimada (certidão de ID e8648f9), determino que se aguarde a audiência designada nos autos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000601-40.2017.5.11.0014

AUTOR	MARINES TEIXEIRA NUNES
ADVOGADO	Hosannah Souza de Alencar(OAB: 1674/AM)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL MIAMI PARK
RÉU	SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME
ADVOGADO	FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES(OAB: 816/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINES TEIXEIRA NUNES
- SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº

11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Considerando o trânsito em julgado; considerando que a parte reclamante foi sucumbente no objeto da perícia; e considerando, por fim, que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita, em atenção à petição do perito (ID 1f5eb8c), DETERMINO:

1. Expeça-se requisição para pagamento dos honorários periciais ao Dr. Guilherme José Abtibol Caliri na forma prevista no Provimento nº 11/2007 do TRT da 11ª Região;

2. Após, considerando o teor da petição da Reclamada (ID 8cd96b3), não havendo outras pendências, arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001260-15.2018.5.11.0014

AUTOR	RUANDESON COSTA DE SOUZA
ADVOGADO	ENILSON CAMPOS DE SOUSA(OAB: 1589/AM)
ADVOGADO	THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA(OAB: 6824/AM)
ADVOGADO	ISABELA DA SILVA SANTOS(OAB: 9869/AM)
RÉU	RAVIBRAS EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA.
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAVIBRAS EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA.
- RUANDESON COSTA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Considerando a petição de ID 79334cd, determino que o reclamante apresente sua CTPS na próxima audiência designada.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000585-18.2019.5.11.0014

AUTOR	ABDIEL MACENA DA SILVA
ADVOGADO	NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE(OAB: 641-A/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABDIEL MACENA DA SILVA
- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

I - RELATÓRIO

INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA opôs **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** nos autos da reclamação trabalhista que lhe move **ABDIEL MACENA DA SILVA,** sob o argumento de que ocorreu obscuridade na decisão de antecipação dos efeitos da tutela - doc. ID 5c13f30.

A parte embargada não apresentou manifestação.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A figura dos Embargos Declaratórios consta expressamente do texto consolidado, no art. 847-A, in verbis:

Art. 897-A Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

§1º Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

§2º Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

Em juízo de admissibilidade, infere-se que são tempestivos os embargos e apresentados por advogados habilitados e legítimos para representação nos autos.

Passo à análise das razões apresentadas.

A parte embargante aponta obscuridade na decisão, uma vez que não ficou explicitado em qual das Reclamadas deverá ser reintegrado o Autor.

Este Juízo reconhece a obscuridade no julgado, uma vez que não especificou qual das Reclamadas é responsável pelo cumprimento da obrigação de fazer deferida.

Logo, acolho os embargos de declaração para o fim de esclarecer que a reintegração deverá se dar nos quadros da segunda reclamada **VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, uma vez que desde 2016 o Autor labora em prol da referida empresa.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **DECIDE** este MM JUÍZO **CONHECER** os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos por **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA** nos autos da presente reclamatória trabalhista que lhe move **ABDIEL MACENA DA SILVA,** porque **TEMPESTIVOS**, para no mérito, existindo na decisão embargada obscuridade, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTES** os embargos ajuizados, para o fim de esclarecer que a reintegração determinada na decisão de ID 5c13f30 deverá ocorrer nos quadros da segunda reclamada **VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, uma vez que desde 2016 o Autor labora em prol da referida empresa.

INTIMEM-SE AS PARTES.

E, para constar, foi lavrado o presente termo. *Lr.*

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho

Titular da 14ª Vara do Trabalho e Manaus

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000601-40.2017.5.11.0014

AUTOR	MARINES TEIXEIRA NUNES
ADVOGADO	Hosannah Souza de Alencar(OAB: 1674/AM)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL MIAMI PARK
RÉU	SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME
ADVOGADO	FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES(OAB: 816/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINES TEIXEIRA NUNES
- SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Considerando o trânsito em julgado; considerando que a parte reclamante foi sucumbente no objeto da perícia; e considerando, por fim, que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita, em atenção à petição do perito (ID 1f5eb8c), DETERMINO:

1. Expeça-se requisição para pagamento dos honorários periciais ao Dr. Guilherme José Abtibol Caliri na forma prevista no Provimento nº 11/2007 do TRT da 11ª Região;

2. Após, considerando o teor da petição da Reclamada (ID 8cd96b3), não havendo outras pendências, arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000585-18.2019.5.11.0014

AUTOR	ABDIEL MACENA DA SILVA
ADVOGADO	NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE(OAB: 641-A/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABDIEL MACENA DA SILVA
- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

I - RELATÓRIO

INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA opôs **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** nos autos da reclamação trabalhista que lhe move **ABDIEL MACENA DA SILVA,** sob o argumento de que ocorreu obscuridade na decisão de antecipação dos efeitos da tutela - doc. ID 5c13f30.

A parte embargada não apresentou manifestação.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A figura dos Embargos Declaratórios consta expressamente do texto consolidado, no art. 847-A, in verbis:

Art. 897-A Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

§1º Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

§2º Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

Em juízo de admissibilidade, infere-se que são tempestivos os embargos e apresentados por advogados habilitados e legítimos para representação nos autos.

Passo à análise das razões apresentadas.

A parte embargante aponta obscuridade na decisão, uma vez que não ficou explicitado em qual das Reclamadas deverá ser reintegrado o Autor.

Este Juízo reconhece a obscuridade no julgado, uma vez que não especificou qual das Reclamadas é responsável pelo cumprimento da obrigação de fazer deferida.

Logo, acolho os embargos de declaração para o fim de esclarecer que a reintegração deverá se dar nos quadros da segunda reclamada **VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, uma vez que desde 2016 o Autor labora em prol da referida empresa.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **DECIDE** este MM JUÍZO **CONHECER** os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos por **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA** nos autos da presente reclamatória trabalhista que lhe move **ABDIEL MACENA DA SILVA,** porque **TEMPESTIVOS**, para no mérito, existindo na decisão embargada obscuridade, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTES** os embargos ajuizados, para o fim de esclarecer que a reintegração determinada na decisão de ID 5c13f30 deverá ocorrer nos quadros da segunda reclamada **VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, uma vez que desde 2016 o Autor labora em prol da referida empresa.

INTIMEM-SE AS PARTES.

E, para constar, foi lavrado o presente termo. *Lr.*

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho

Titular da 14ª Vara do Trabalho e Manaus

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001757-69.2017.5.11.0012

AUTOR	JULIANO JHONNE DE OLIVEIRA FREIRE
ADVOGADO	VANESSA FREIRE LITAIFF(OAB: 5722/AM)
RÉU	METALURGICA SATO DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	PAULO SERGIO DE MENEZES(OAB: 187/AM)
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANO JHONNE DE OLIVEIRA FREIRE
- METALURGICA SATO DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus advogados, cientes do teor do despacho abaixo:

1. Nos termos do art. 916, do CPC, considerando que a Executada comprovou nos autos o depósito de 30% da execução, conforme recibo de depósito de ID 596d759, e considerando a aceitação tácita do Reclamante, defiro o pedido formulado pela empresa de parcelamento do saldo remanescente da execução;

2. Libere-se imediatamente ao Exequente o valor depositado na conta judicial nº 2686/042/04880246-0, de R$ 7.482,20, acrescido de juros e correção monetária

3. Restando, ainda, o débito de R$ 16.969,42, defiro o parcelamento da dívida remanescente, que serão pagas em 6 (seis) parcelas da seguinte forma: a 1ª parcela, no valor de R$ 2.856,52, a ser paga em 28/10/2019. A 2ª parcela, no valor de R$ 2.884,81, a ser paga em 27/11/2019. A 3ª parcela, no valor de R$ 2.913,08, a ser paga em 19/12/2019. A 4ª parcela, no valor de R$ 2.941,37, a ser paga em 27/01/2020. A 5ª parcela, no valor de R$ 2.969,65, a ser paga em 27/02/2020. A 6ª parcela, no valor de R$ 2.997,93, a ser paga em 27/03/2020;

4. DO ALVARÁ PARA SAQUE DO(S) VALOR(ES) DEPOSITADO(S): A presente decisão, devidamente assinada pelo Exmo. Juiz do Trabalho subscritor, **POSSUI FORÇA DE ALVARÁ JUDICIAL** perante o BANCO DO BRASIL S.A. ou a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para o saque do(s) valor(es) depositado(s), com juros e correção monetária, independentemente de pedido da parte reclamante ou de nova determinação judicial. O(s) valor(es) será(ão) levantado(s) pelo(a) patrono(a) do(a) Reclamante, Dr(a). Vanessa Freire Litaiff, OAB/AM 5.722.

5. A comprovação do recolhimento das custas processuais R$ R$489,03, deverá ocorrer até o dia 08/04/2020 (décimo dia após a última parcela);

6. Na forma § 5º do art. 916 do CPC, o inadimplemento ensejará a execução imediata, adicionado o valor de 10% sobre as parcelas não pagas tempestivamente

7. Comprovado o recolhimento das custas processuais, voltem-me os autos conclusos para o encerramento da execução e arquivamento definitivo do processo

8. Dê-se ciência às partes, por seus patronos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000955-02.2016.5.11.0014

AUTOR	MAURICIO PEREIRA BARBOSA
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
RÉU	AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JUNIOR(OAB: 5062/AM)
ADVOGADO	FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL(OAB: 18476/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA
- MAURICIO PEREIRA BARBOSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

1.Indefiro o pleito de ID.29f35f8, tendo em vista que não obedecer a ordem de penhora constante no artigo 835 do CPC. Inicie-se a execução forçada, promovam-se 02 (duas) tentativas de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da Executada. Caso a diligência seja frutífera, intime-se o(a) executado(a), por meio do (a) advogado (a), para manifestar-se no prazo de cinco dias, nos termos do art. 884, § 3º da CLT, sob pena de preclusão, cientificando-o(a) de que a ausência de manifestação acarretará a liberação do depósito judicial em favor do(a) exequente;

2. Não surtindo resultado as medidas anteriores inclua-se a executada no BNDT e, utilizem-se os sistemas eletrônicos de pesquisa/restrição patrimonial na seguinte ordem: RENAJUD, CNIB, INFOJUD (DOI) e BACEN CCS;

3. Caso ainda sem êxito, a Secretaria da vara deverá juntar nos

autos o(s) contrato(s) social atualizado da parte executada e suas alterações, se houver. Caso necessário, poderá a secretaria da vara utilizar-se dos convênios com a JUCEA, JUCESP, REDESIM e CNE para busca do quadro societário da executada;

4. Após, voltem-me os autos conclusos para instalação do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ).

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000601-40.2017.5.11.0014

AUTOR	MARINES TEIXEIRA NUNES
ADVOGADO	Hosannah Souza de Alencar(OAB: 1674/AM)
RÉU	CONDOMINIO RESIDENCIAL MIAMI PARK
RÉU	SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME
ADVOGADO	FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES(OAB: 816/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINES TEIXEIRA NUNES
- SENTINELA SEGURANCA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

Considerando o trânsito em julgado; considerando que a parte reclamante foi sucumbente no objeto da perícia; e considerando, por fim, que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita, em atenção à petição do perito (ID 1f5eb8c), DETERMINO:

1. Expeça-se requisição para pagamento dos honorários periciais ao Dr. Guilherme José Abtibol Caliri na forma prevista no Provimento nº 11/2007 do TRT da 11ª Região;

2. Após, considerando o teor da petição da Reclamada (ID 8cd96b3), não havendo outras pendências, arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000565-27.2019.5.11.0014

AUTOR	ANTONIA GOMES DE SOUZA
ADVOGADO	EVELLYN PRISCILLA OMENA GARCIA(OAB: 8254/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	PODIUM EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO	RENATA MENDES ANGELIM(OAB: 13279/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA GOMES DE SOUZA
- PODIUM EMPRESARIAL LTDA

S E N T E N Ç A

Data: 24.09.2019

Processo: 0000565-27.2019.5.11.0014

Reclamante: ANTONIA GOMES DE SOUZA

Reclamada: PODIUM EMPRESARIAL LTDA

Litisconsorte: ESTADO DO AMAZONAS

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 03/06/2019 13:52:27

Rito: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO

I - RELATÓRIO

ANTONIA GOMES DE SOUZA, qualificada nos autos,ajuizou **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** contra **PODIUM EMPRESARIAL LTDA,** Reclamada, e **ESTADO DO AMAZONAS**, Litisconsorte, também qualificado,postulando a condenação da reclamada e, subsidiariamente, do Litisconsorte ao pagamento de verbas rescisórias e fundiárias, salário retido, vales transporte, indenização por dano moral, multas e honorários advocatícios.

A parte autora carreou documentos aos autos e a alçada foi fixada no valor da inicial.

A parte ré apresentou contestação escrita nos autos, impugnando os pedidos apresentados pela parte autora e requerendo a total improcedência da demanda.

O Litisconsorte, por sua vez, apresentou defesa escrita, arguindo a inexistência de responsabilidade subsidiária de sua parte, bem como pugnou pela total improcedência dos pedidos.

Na instrução processual, foram interrogadas as partes presentes. O Juízo dispensou a oitiva da testemunha arrolada pela parte autora. Não havendo outras provas a produzir, foi encerrada a instrução processual.

Razões finais remissivas pela parte reclamante e pelo Estado do Amazonas. A Reclamada aduziu razões em audiência.

Recusadas todas as propostas conciliatórias.

É o relatório suficiente.

II - FUNDAMENTAÇÃO

À luz do conjunto probatório dos autos, conheço dos pedidos formulados pela parte autora, analisados os fundamentos da peça inicial em confronto com os termos das contestações apresentadas pela Reclamada e pelo Litisconsorte, conforme segue:

Pedido de gratuidade de justiça à Reclamada

A gratuidade de justiça é aplicável às pessoas jurídicas, nos termos da Súmula n. 481 do STJ.

No entanto, diferente da justiça gratuita à pessoa física, para a concessão do referido benefício à pessoa jurídica, necessário que a parte comprove a impossibilidade financeira de arcar com os custos do processo, de modo que tal ônus prejudique sua atividade comercial.

A parte ré não juntou aos autos qualquer documento que comprove a insuficiência de recursos, não bastando a simples afirmação.

Logo, indefiro o benefício da justiça gratuita à Reclamada.

Contrato de trabalho

A parte autora expôs que foi contratada pela parte ré em 03.10.2018, na função de Agente de Limpeza, mediante remuneração de R$ 1.332,00. Foi dispensada em 31.10.2018. Não teve a baixa registrada em sua CTPS.

Laborou nas dependências do PAC São José, de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h.

Extinção do contrato de trabalho

A parte autora reclama nesta Especializada seus direitos trabalhistas decorrentes do contrato de emprego acima informado, arguindo que a Ré, na data da dispensa, determinou que a Autora aguardasse novas ordens em sua residência, mas não retornou o contato.

Pleiteia, com isso, a declaração de rescisão indireta do contrato e o pagamento de verbas inadimplidas ao término da relação de emprego, a saber: aviso prévio (30 dias), saldo de salário outubro/2018; vales transportes outubro/2018; 13º salário proporcional (02/12) e férias proporcionais (02/12) + 1/3.

A Reclamada contestou os pedidos da parte autora, no entanto, não apresentou nenhum documento que comprove o pagamento das verbas rescisórias.

O Litisconsorte arguiu a inexistência de responsabilidade subsidiária no presente caso, requerendo a improcedência da ação.

Passo à análise, de acordo com as provas constantes nos autos e conhecimento geral do fato.

Inicialmente, quando ao salário informado pela parte autora, há que se corrigir a informação.

A parte autora relata que percebia o salário de R$ 1.332,00. Entretanto, inclui no cálculo valores de vale transporte e vale refeição.

Com base no contrato de experiência firmado entre as partes - documento de id 40cdb5c - verifica-se que o salário firmado era no valor de R$ 980,00, que tomo como base para fins de cálculos.

O mesmo documento citado acima faz prova da existência do vínculo empregatício entre as partes, que consistia em um contrato de experiência com prazo de 45 dias.

Uma vez provado o vínculo, o ônus de comprovar o pagamento das verbas contratuais incumbe à parte ré, na forma do art. 818, II, da CLT, uma vez que se trata de fato extintivo do direito da parte autora. Desse ônus, não se desincumbiu a parte ré.

Ex positis, em razão do convencimento do Juízo, pelas provas documentais juntadas aos autos, julgo procedente o pedido de reconhecimento da rescisão indireta do contrato, por culpa da Ré, base no art. 483, d, da CLT, e condeno a Reclamada ao pagamento do valor que for apurado em liquidação de sentença,referente às seguintes verbas decorrentes da dispensa imotivada: **saldo de salário outubro/2018 (28 dias); férias proporcionais (02/12) + 1/3 2018 com projeção do aviso prévio; 13º salário proporcional (2/12) 2018**, tudo calculado com base no salário contratual de R$ 980,00, com incidência de juros e correção monetária.

Não há que ser condenada a parte ré ao pagamento de aviso prévio, uma vez que trata-se de contrato a termo, tendo ambas as partes o conhecimento do prazo determinado. Ademais, a parte autora pleiteou a condenação da Reclamada na multa do art. 479 da CLT, a qual torna incompatível o deferimento de aviso prévio.

Não comprovado o pagamento dos vales transporte, devido é o pagamento do montante integral referente ao período. Portanto, condeno **a Reclamada ao pagamento do valor líquido de R$ 152,00**, uma vez que não impugnado especificamente pela parte ré.

Condeno, também, a Reclamada ao **registro da baixa na CTPS** da parte autora, com data de saída no dia 31.10.2018. Para isso, deverá a Reclamante depositar sua CTPS em Juízo, no prazo de oito dias após o trânsito em julgado da presente decisão, a fim de que a parte ré seja intimada a cumprir a determinação.

FGTS

A Reclamante pleiteia o pagamento do depósito não realizado em sua conta vinculada do FGTS, bem como o pagamento da multa de 40% sobre o depósito do período.

A Reclamada não comprovou o recolhimento do FGTS.

Considerando a rescisão indireta reconhecida, incide a multa de 40% sobre o depósito do FGTS de outubro/2018.

O parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.036/1990 esclarece que nas reclamatórias trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que o tomador do serviço proceda ao recolhimento imediato das

importâncias devidas a tal título.

A regra do regime do FGTS é o depósito compulsório na conta individual do trabalhador de quaisquer parcelas pertinentes ao Fundo de Garantia, em vista das restritas hipóteses de movimentação do saldo correspondente, conforme estipula o artigo 15 da Lei nº 8.036/1990. Desta forma, é incorreto o pagamento de tal verba diretamente ao empregado, ainda que não recolhidas na época certa.

Por isso, deverá a Reclamada, após o trânsito em julgado da presente decisão, depositar em juízo as guias do TRCT no código RI2, com a chave de conectividade, com comprovação dos depósitos faltantes (FGTS 8% + 40%), inclusive sobre as verbas rescisórias deferidas, a fim de que a reclamante possa sacar a verba fundiária, sob pena de liquidação dos valores devidos em posterior fase de Execução.

O descumprimento da obrigação de fazer no prazo estabelecido importará em aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00, até o limite de R$ 2.000,00.

Caso a Reclamada não cumpra esta obrigação de fazer, **execute-se a multa estipulada em favor da Reclamante** e, a esta, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** para que saque os valores depositados e **executem-se os depósitos faltantes, inclusive com a multa dos 40% e do valor relativo às verbas rescisórias aqui deferidas**, após o protocolo de comprovante de saque na Secretaria da Vara, a fim de se evitar a execução de um pagamento em *bis in idem.*

Indenização por dano moral

A parte autora pede a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por dano moral em razão do inadimplemento das verbas trabalhistas e do salário contratual.

Passo à análise.

Na lição de Maria Helen Diniz, citada por Sérgio Pinto Martins (MARTINS, Sérgio Pinto. *Dano moral decorrente de contrato de trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 22), *dano moral é a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo*.

Sobre o assunto, convém destacar o esclarecedor entendimento sumulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

ATRASO REITERADO OU NÃO PAGAMENTO DE SALÁRIOS OU DE VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO.

I - O atraso reiterado ou o não pagamento de salários caracteriza, por si, dano moral, por se tratar de dano in re ipsa;

II - O atraso ou o não pagamento das verbas rescisórias devidas não caracteriza, por si, dano moral, sendo necessária a prova de circunstâncias objetivas ensejadoras do dano.

Observa-se que a súmula trata, no item I, de atraso reiterado ou não pagamento de **salários.** Já o item II, cuida de coisa distinta, qual seja, o atraso ou não pagamento de **verbas rescisórias.**

Sobre o atraso de salários, prevalece o entendimento da SBDI-I do Tribunal Superior do Trabalho, o qual dispõe que o reiterado ato ilícito (atraso salarial) acarreta dano moral *in re ipsa*, que dispensa a comprovação da existência e da extensão, sendo presumível em razão do fato danoso. Dispensa-se, com isso, a comprovação de fato objetivo.

Em relação às verbas rescisórias, argumenta-se em desfavor do dano moral que a não quitação das verbas rescisórias acarreta consequências próprias, previstas no art. 477, § 8º da CLT, sendo que a multa já tem a finalidade de compensar o atraso ou a ausência de pagamento.

No caso em análise, a parte reclamante pede a condenação da Reclamada em razão do não pagamento de verbas rescisórias, do FGTS (8% e 40%), de vales transporte e do salário de outubro/2018. Logo, havendo a retenção de salário da parte, presume-se a ocorrência do dano moral.

Julgo procedente o pedido do Reclamante e, na forma do art. 223-G da CLT, caracterizada ofensa de natureza leve, condeno a Reclamada ao pagamento de indenização por dano moral no valor equivalente a uma vez o último salário contratual da Reclamante [**R$ 980,00**].

Multa do art. 467 da CLT

A multa do artigo 467 da CLT é devida no percentual de 50% sobre as parcelas rescisórias incontroversas e que não foram quitadas na primeira audiência.

No presente caso, existe montante de verbas rescisórias incontroverso, não quitado oportunamente, sobre o qual incide a penalidade de multa do art. 467, da CLT.

Nestes termos, julgo procedente o pedido de multa do art. 467, da CLT.

Multa do § 8º, do art. 477, da CLT

A multa do art. 477, § 8º, da CLT é cabível nos casos em que o empregador deixa de efetuar o correto pagamento das verbas rescisórias ao empregado, ou seja, no prazo definido pelo § 6º do referido dispositivo.

No caso dos autos, a rescisão indireta foi reconhecida em sentença, pelo que não há falar em descumprimento do prazo para pagamento das verbas rescisórias.

Indenização por rescisão antecipada do contrato a termo

A parte ré deixou de cumprir na integralidade o contrato a termo que possuía prazo de 45 dias (até 16.11.2018), tendo determinado que a parte autora aguardasse em sua residência novas ordens e não mais solicitado seus serviços.

Sendo assim, a parte ré deu razão à rescisão indireta do contrato, não tendo concluído o período contratado.

Incide no caso a indenização prevista no art. 479 da CLT, pois embora não tenha ocorrido a dispensa sem justa causa, houve a rescisão indireta do contrato de emprego, por culpa da Reclamada, modalidade de término do contrato que se assemelha à dispensa sem justa causa. Logo, entendo aplicável a referida indenização.

Condeno a Reclamada ao pagamento de indenização à parte autora, no valor equivalente a metade da remuneração a que teria direito até o termo do contrato (16.11.2018), conforme for apurado em liquidação do título executivo.

Responsabilidade do Litisconsorte

A tomadora dos serviços que contrata empresa prestadora de serviços, e esta deixa de saldar as obrigações trabalhistas que tem com seus empregados, deve responder subsidiariamente pelos débitos trabalhistas da prestadora, pois foi a beneficiária final do serviço prestado. A sua responsabilidade decorre da escolha da empresa contratada para prestar os serviços - culpa *in eligendo*, bem como pela falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada - culpa *in vigilando*.

O presente caso se subsume àquelas conflitantes teses a respeito da dita responsabilidade por parte dos entes da Administração Pública, na qual se inclui o litisconsorte.

Sobre este assunto, em novembro de 2010, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16. O dispositivo prevê que a inadimplência de empresas contratadas pelo Poder Público em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere para a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

A decisão do STF vedou tão somente a responsabilização civil objetiva da Administração Pública, devendo ficar comprovada a culpa em sentido amplo para que se possa aferir a responsabilidade. Assim, descabe qualquer discussão meritória acerca do artigo retrocitado e das resoluções do TST que alteraram o texto da Súmula 331.

Tal entendimento foi confirmado recentemente pelo julgamento do RE 760931, o qual vedou a responsabilização automática da administração pública, no entanto, mantendo sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

Assim, tendo em vista o pronunciamento do Supremo, os ministros do Tribunal Pleno do TST alteraram, de forma regular e de acordo com a Constituição, o texto da súmula 331, que ficou com a seguinte redação:

IV - *O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador,* ***implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações****, desde que haja participado da relação processual* ***e conste também do título executivo judicial****.*

V *-* ***Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV,*** *caso evidenciada* ***a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93,*** *especialmente* ***na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora****. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.*

VI - *A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (grifei)*

Dessa forma, há a responsabilidade subsidiária da Administração Pública nos casos de terceirização pelos débitos contraídos pela empresa prestadora de serviços que ela contratar, sempre que esta empresa não honrar seus compromissos para com seus empregados que prestam serviços ao poder público e houver conduta culposa da entidade administrativa em fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas. É esta culpa, especificada no título executivo judicial, que permite o reconhecimento da responsabilidade pelas obrigações, subsidiariamente.

O caso *sub judice* é um fato típico de atividade-meio, pela interposição de mão de obra lícita acarretando, porém, nos termos do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST, a cujo entendimento me filio, a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços (litisconsorte) pelos créditos aqui deferidos à Reclamante.

No caso em apreço, a fiscalização do contrato da reclamada consiste, além da execução do serviço, o cumprimento das obrigações trabalhistas durante toda a vigência do instrumento firmado com cada obreiro.

Não há nos autos prova de que o litisconsorte fiscalizou corretamente a execução do contrato, sobrando para a reclamante o prejuízo de um término de contrato sem o pagamento de suas verbas rescisórias, o que deveria ter sido examinado pelo tomador de serviço.

Ademais, o documento de id 4709b81, que noticia a Secretaria de Estado de Saúde tinha conhecimento da falta de pagamento por parte da empresas terceirizadas, o que evidencia a falta na fiscalização.

É cristalina, portanto, a culpa do litisconsorte no presente caso pela execução de fiscalização *in vigilando* dos serviços prestados pela reclamada, nos exatos termos da Lei nº 8.666/1993

Convém deixar claro que a culpa, de per si, reside nas reiteradas contratações de empresas terceirizadas para execução dos serviços típicos executados pela reclamante, transmutando a regra do concurso público em verdadeira exceção da prestação terceirizada de serviço. Logo, é desde o início da contratação com estas empresas, o que inclui a reclamada, que o litisconsorte assume a culpa pela aplicação de uma exceção que está admitindo características tão peculiares, e rechaçadas, em nosso ordenamento jurídico.

O litisconsorte não tem sido imediato em suas atitudes para o fito de rescindir seu contrato com a reclamada, tão logo constatada a inadimplência trabalhista que esta operava com seus empregados, dentre os quais se inclui a reclamante, sendo conivente com o ocorrido que, tem como destinatário final, em termos de prejuízo, o cidadão brasileiro.

Lúcidos são os termos da Súmula 331, IV, acima transcrita que deseja esclarecer a todo o ordenamento jurídico, mantidas as decisões brilhantes do C. TST e do E. STF, de que a responsabilidade subsidiária atribuída à tomadora de serviços, quando do descumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora independe de comprovação de vínculo laboral ou mesmo de irregularidade na contratação. O referido verbete sumular estabelece presunção de culpa da tomadora na escolha da prestadora e na vigilância do cumprimento de suas obrigações trabalhistas.

Ora, a súmula é o resultado da interpretação sistemática de nossas normas que se direcionam, especialmente, para a proteção de direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, dentre as quais, o trabalhador. Este possui, ainda, papel essencial posto que percebe seu sustento com emprego de sua mão de obra.

A responsabilidade subsidiária guarda, também, estreita relação com o preceito inserto no art. 170 da Constituição. A valorização do trabalho e da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana são princípios também inscritos no artigo 1º da Constituição. A Administração Pública, mesmo não sendo a empregadora direta, mas somente tomadora de serviços, não pode fazer bel utilização da disponibilidade da força de trabalho sem assumir qualquer responsabilidade nas relações jurídicas das quais faz parte.

Quanto à responsabilidade do litisconsorte, somente operar-se-á na remota hipótese de a reclamada não satisfazer os créditos da reclamante reconhecidos neste provimento jurisdicional. Portanto, a responsabilidade imposta compreende o total devido a obreira, inclusive as multas a serem pagas somente na hipótese de a prestadora dos serviços não satisfazer o crédito trabalhista.

Tanto é assim, que a jurisprudência de nosso Colendo Tribunal Superior do Trabalho já vem decidindo de modo unânime e similar, como podemos atestar pelos julgados: E-RR-364/2002-094-09-00, SBDI-1, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, DJ - 17/6/2005, e E-RR -921/2000-091-09-00, SBDI-1, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, DJ - 28/5/2004.

Some-se ainda, nos termos da jurisprudência pacífica daquela Colenda, que se afasta a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 nas hipóteses em que a condenação da Fazenda Pública esteja fundada em responsabilidade subsidiária, porque o ente público não figura como responsável direto da obrigação. Portanto, a aplicação dos juros deve ser aferida em relação ao devedor principal. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 382 da C. SBDI-1, in verbis:

JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494, DE 10.09.1997. INAPLICABILIDADE À FAZENDA PÚBLICA QUANDO CONDENADA SUBSIDIARIAMENTE. (DJE divulgado em 19, 20 e 22.04.2010)

*A Fazenda Pública**, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997.** (grifei)*

Ex positis, **DECLARA-SE a responsabilidade subsidiária do ESTADO DO AMAZONAS** pelos créditos trabalhistas postulados pela reclamante, nos termos Súmula 331 do TST, item IV, relativamente a todas as verbas que forem objeto da condenação, inclusive quanto às multas pelo descumprimento da legislação trabalhista, considerando que a responsabilidade subsidiária alcança todos os créditos de natureza trabalhista, de cunho salarial e indenizatório, haja vista que o entendimento consolidado na Súmula n. 331 do TST não faz nenhuma distinção em relação à natureza das parcelas para fins de responsabilidade.

Esclareça-se que a responsabilidade subsidiária do litisconsorte resta caracterizada tão somente pela constatação da impossibilidade de cumprimento da condenação pela reclamada, garantido o benefício de ordem, independentemente da desconsideração da personalidade jurídica da devedora principal, com a derivação da execução para os sócios desta, providência que não apresenta qualquer utilidade na atual fase processual.

Justiça gratuita

Considerando os termos do art. 790, § 3º, da CLT, confiro à parte autora os benefícios da gratuidade de justiça, tendo em vista que a Reclamante percebeu remuneração inferior a 40% do teto de benefícios do RGPS.

Honorários advocatícios de sucumbência

Considerando o ajuizamento da reclamatória em data posterior à entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017, incidem no presente caso as disposições do art. 791-A da CLT.

Nesse particular, incidem honorários advocatícios com base na

mera sucumbência processual, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Posto isso, fixo honorários de sucumbência, a ser pagos pela parte ré em benefício do patrono da parte autora, no equivalente a 15% do valor do proveito econômico obtido pela parte representada.

Considerando que a parte autora é sucumbente em parte mínima dos pedidos (multa do art. 477 da CLT), deixo de arbitrar honorários em razão de sua sucumbência.

Imposições Previdenciárias e Fiscais

Nos termos do artigo 114, VIII, da Constituição da República compete à Justiça do Trabalho (...) a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Assim, sobre os valores da condenação há incidências fiscais e previdenciárias, nos termos do artigo 46, §1º, I, II e III, da Lei nº 8.541/92, artigo 43 da Lei nº 8.212/91 e Provimentos números 01/1996, 02/1993 e 03/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, respeitando as legislações respectivas, inclusive quanto a limites de isenção e deduções por dependentes econômicos, e comprovando os recolhimentos perante o Órgão Judiciário Trabalhista, ficando ainda os recolhimentos dos encargos fiscais e previdenciários sob encargo da parte ré que não os fez no momento adequado, devendo ser feito o recolhimento previdenciário obrigatoriamente vinculado à identificação previdenciária da parte autora, com o número do PIS - Programa de Integração Social, do NIT - número de inscrição do trabalhador ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

Logo, do valor das verbas salariais será calculado o valor devido de recolhimento pela parte reclamante (8%) e abatido do valor líquido da condenação a fim de que a Reclamada proceda ao recolhimento total (8% + 23%).

Parâmetros para liquidação

Na forma do artigo 832, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, declara-se a natureza salarial das parcelas de salários e de 13º salário, sendo indenizatórias as parcelas relativas às férias + 1/3, FGTS, aviso prévio indenizado, multas e indenização por dano moral.

Incide correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, ou seja, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme disposto no art. 459, § único, da CLT e na Súmula nº 381 do TST, com base no IPCA-E. A atualização e os juros da indenização por dano moral deverá observar os termos da Súmula n. 439 do TST.

Sobre os valores corrigidos incidirão juros de mora, contados a partir do ajuizamento da ação, na forma do art. 883 da CLT e Súmula nº 200 do TST, calculados a 1% ao mês, não capitalizados e *pro rata die*.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **DECIDE** este MMº JUÍZO **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos da presente **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA,** ajuizada por **ANTONIA GOMES DE SOUZA** contra **PODIUM EMPRESARIAL LTDA**, Reclamada, e **ESTADO DO AMAZONAS**, Litisconsorte, para o fito de **CONDENAR** a Reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações:

1. **DEPOSITAR EM JUÍZO, no prazo de 08 (oito) dias** após o trânsito em julgado da presente decisão, as guias de TRCT e FGTS no código RI2, com a chave de conectividade, a fim de que a Reclamante possa sacar a verba fundiária, sob pena de liquidação dos valores devidos em posterior fase de Execução, inclusive sobre as verbas rescisórias abaixo deferidas e com a multa dos 40% sobre a verba depositada, após expedição de Alvará pela Secretaria da Vara e protocolo do comprovante de saque pela Reclamante, e execução da multa de descumprimento da obrigação de fazer reversível ao Reclamante (art. 536, § 1º, CPC);

2. **ANOTAR** a baixa na CTPS da parte autora, com data de saída em 31.10.2018. Para isso, deverá a Reclamante depositar sua CTPS em Juízo, no prazo de oito dias após o trânsito em julgado da presente decisão, a fim de que a parte ré seja intimada a cumprir a determinação.

CONDENADAS, também, a **RECLAMADA** e, **subsidiariamente**, a **LITISCONSORTE,** e desde logo **INTIMADAS** a cumprir as seguintes obrigações:

1. **PAGAR** à parte autora, após o decurso do prazo do possível descumprimento das obrigações de fazer o depósito de FGTS, as multas de indenizações substitutivas acima estipuladas, nos termos desta decisão;

2. **PAGAR** à parte autora o valor líquido que for apurado em liquidação de sentença, a ser deduzindo o valor referente aos encargos previdenciários da parte autora (8%) sobre as verbas de natureza salarial, sendo o restante a título de: **saldo de salário outubro/2018 (28 dias); férias proporcionais (02/12) + 1/3 2018 com projeção do aviso prévio; 13º salário proporcional (2/12) 2018**, tudo calculado com base no salário contratual de R$ 980,00, com incidência de juros e correção monetária;

3. **PAGAR** à parte autora o valor líquido de **R$ 152,00**, a título de vales transporte;

4. **PAGAR** à parte autora o valor líquido de **R$ 980,00,** a título de indenização por dano moral;

5. **PAGAR** à parte autora o valor que for apurado em liquidação de sentença, a título de multa do art. 467 da CLT;

6. **PAGAR** à parte autora o valor que for apurado em liquidação de sentença, a título de indenização por rescisão antecipada do contrato a termo;

7. **RETER, RECOLHER e COMPROVAR** o valor que for apurado a título de incidências previdenciárias, nos termos do artigo 46, §1º, I, II e III, da Lei nº 8.541/92, artigo 43 da Lei nº 8.212/91 e Provimentos números 01/1996, 02/1993 e 03/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho na Secretaria da Vara, referente à sua parte (23%) e a do Reclamante (8%), no prazo de 10 (dez) dias, contados do pagamento dos créditos deferidos à parte obreira, sob pena de execução, devendo ser feito o recolhimento previdenciário obrigatoriamente vinculado à identificação previdenciária da parte reclamante, com o número do *PIS - Programa de Integração Social*, do *NIT - número de inscrição do trabalhador ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP*;

8. **PAGAR** ao Patrono da parte autora o valor equivalente a 15% do proveito econômico obtido pela parte representada, a título de honorários advocatícios da sucumbência;

7. **RECOLHER e COMPROVAR** o valor de **R$ 160,00**a título de custas processuais, calculadas sobre o valor provisório da condenação, ora arbitrado em R$ 8.000,00.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, cuja integração a este dispositivo deve ser observada para todos os fins.

Para as atualizações futuras das verbas deferidas, se necessárias, incidirão juros de mora e correção monetária nos termos estipulados na fundamentação (parâmetros para liquidação).

Considerando a prolatação da sentença em data diversa à marcada, NOTIFIQUEM-SE AS PARTES, por seus Patronos. O Estado do Amazonas via sistema.

Dispensada a intimação da União, nos termos do art. 832, § 5º, c/c a Portaria do Ministro do Estado da Fazenda nº 582, publicada no DOU de 11/12/2013.

Adverte este Juízo, às partes, que a oposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios será interpretada como litigância de má-fé e ensejará a aplicação das penalidades legalmente previstas (arts. 81 e 1026, § 2º do CPC), bem como aplicação de multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição (art. 77, § 2º, CPC) e, por força do disposto no art. 96 do CPC, tais valores deverão ser recolhidos na hipótese de interposição de recurso ordinário.

E, para constar, lavrou-se o presente termo.

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho

Titular da 14ª Vara do Trabalho e Manaus

null

Notificação

Processo Nº ATSum-0001027-81.2019.5.11.0014

AUTOR	MARCOS ANTONIO DA SILVA LEAL
ADVOGADO	ALEX FERNANDES MINORI(OAB: 9444/AM)
RÉU	REFREX AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE REFRIGERACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ANTONIO DA SILVA LEAL

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel: - e.mail:

PROCESSO: 0001027-81.2019.5.11.0014

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: MARCOS ANTONIO DA SILVA LEAL

RÉU: REFREX AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE REFRIGERACAO LTDA

DECISÃO PJe-JT

Reconheço a dependência em face **da identidade de demandas** com o processo **0000986-17.2019.5.11.0014**, nos termos do art. 286, III, do Código de Processo Civil.

Considerando que a presente ação se trata de processo idêntico ao anteriormente interposto (número acima), com audiência designada para dia 23/10/2019, às 09h40min, determino a intimação do Reclamante, por seu patrono, para que informe ao Juízo qual das duas ações pretende dar prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

MANAUS, 18 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho da 14ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Processo Nº ATSum-0001087-54.2019.5.11.0014

AUTOR	ELISANGELA DA CRUZ NUNES
ADVOGADO	JOCIL DA SILVA MORAES(OAB: 1298/AM)
ADVOGADO	JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES(OAB: 10644/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISANGELA DA CRUZ NUNES

NOTIFICAÇÃO PARA RECLAMANTE

Processo: 0001087-54.2019.5.11.0014

Reclamante:ELISANGELA DA CRUZ NUNES

Reclamada:UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

Audiência:21/01/2020 08:20

Fica o(a) Reclamante, por intermédio de seu(s) patrono(s), notificado(a) de que foi designada audiência para o **dia 21/01/2020 08:20**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de **ARQUIVAMENTO** da ação, **bem como condenação ao pagamento das custas processuais (art. 844, §2 º da CLT).**

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 (duas) testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000936-88.2019.5.11.0014

AUTOR	BENILDO DE MELO SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

E-mail: vara.manaus14@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO - Pje - NOTIFICAÇÃO INICIAL PARA A RECLAMADA

Processo: 0000936-88.2019.5.11.0014

Reclamante:BENILDO DE MELO SILVA

Reclamada:D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e outros

Fica a Reclamada D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e outros, por intermédio de seu patrono habilitado nos autos, notificada de que foi designada audiência para o dia 21/01/2020

09:50, na qual deverá comparecer, sob as penas do art. 844 da CLT e Súmula 74 do TST.

A presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 136/2014 do CSJT), cuja petição inicial e demais documentos poderão ser acessados via internet por meio do site www.trt11.jus.br.

Deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844

da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 (duas) testemunha se o rito for sumaríssimo e 3 (três) no rito ordinário.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe-JT e antes da realização da audiência (Resolução nº 136/2014 do CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001088-39.2019.5.11.0014

AUTOR	FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO	ANDREA ELDA REIS MENDONCA(OAB: 582-A/AM)
RÉU	S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA.
RÉU	PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS FILHO

NOTIFICAÇÃO PARA RECLAMANTE

Processo: 0001088-39.2019.5.11.0014

Reclamante:FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS FILHO

Reclamada:S A CONSULTORIA NA ADMINISTRACAO DE EMPRESAS LTDA. e outros

Audiência:21/01/2020 10:20

Fica o(a) Reclamante, por intermédio de seu(s) patrono(s), notificado(a) de que foi designada audiência para o **dia 21/01/2020 10:20**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de **ARQUIVAMENTO** da ação, **bem como condenação ao pagamento das custas processuais (art. 844, §2 º da CLT).**

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 (duas) testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000856-27.2019.5.11.0014

AUTOR	ELIZAMARA LIMA DE MORAES
ADVOGADO	ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743/AM)
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE
RÉU	NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP
ADVOGADO	ELEN KARINA FONSECA MAUES(OAB: 13157/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

14ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

E-mail: vara.manaus14@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO - Pje - NOTIFICAÇÃO INICIAL PARA A

RECLAMADA

Processo: 0000856-27.2019.5.11.0014

Reclamante:ELIZAMARA LIMA DE MORAES

Reclamada:NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP e outros

Fica a Reclamada NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP e outros, por intermédio de seu patrono habilitado nos autos, notificada de que foi designada audiência para o dia 10/10/2019 09:50, na qual deverá comparecer, sob as penas do art. 844 da CLT e Súmula 74 do TST.

A presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 136/2014 do CSJT), cuja petição inicial e demais documentos poderão ser acessados via internet por meio do site www.trt11.jus.br.

Deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 (duas) testemunha se o rito for sumaríssimo e 3 (três) no rito ordinário.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe-JT e antes da realização da audiência (Resolução nº 136/2014 do CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000878-85.2019.5.11.0014

AUTOR	MONICA NADINE SIMPLICIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
RÉU	NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP
RÉU	FUNDACAO HOSPITAL ADRIANO JORGE

Intimado(s)/Citado(s):

- MONICA NADINE SIMPLICIO DE OLIVEIRA

NOTIFICAÇÃO PARA RECLAMANTE

Processo: 0000878-85.2019.5.11.0014

Reclamante:MONICA NADINE SIMPLICIO DE OLIVEIRA

Reclamada:NURSES - SERVICOS DE SAUDE DA AMAZONIA LIMITADA - EPP e outros

Audiência:31/10/2019 08:40

Fica o(a) Reclamante, por intermédio de seu(s) patrono(s), notificado(a) de que foi designada audiência para o **dia 31/10/2019 08:40**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de **ARQUIVAMENTO** da ação, **bem como condenação ao pagamento das custas processuais (art. 844, §2 º da CLT).**

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 (duas) testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 14ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº Resolução nº 185/2017 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001177-96.2018.5.11.0014

AUTOR	GLENDA DA COSTA MIGUEL
ADVOGADO	DEJALMA SANTOS DIAS(OAB: 13024/AM)
RÉU	MB3000 SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- GLENDA DA COSTA MIGUEL

S E N T E N Ç A

Data: 20/09/2019

Processo: 0001177-96.2018.5.11.0014

Reclamante: GLENDA DA COSTA MIGUEL

Reclamada: MB3000 SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 14/11/2018

Rito: ORDINÁRIO

I - RELATÓRIO

GLENDA DA COSTA MIGUEL ajuizou **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** em face de **MB3000 SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA,** postulando o pagamento de verbas rescisórias e demais institutos trabalhistas, aduzindo que foi admitida pela Reclamada em 16/02/2012, para exercer a função de serviços gerais, sendo dispensada em 01/10/2017, sem receber o pagamento das verbas rescisórias.

A reclamada, mesmo regularmente notificada através de Edital (ID e97453a), não compareceu. Razão pela qual, o Juízo aplicou-lhe a pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, conforme ata de audiência de ID. 4c8653b.

O processo foi instruído através do depoimento da autora. Houve juntada de documentos.

As razões finais remissivas pela reclamante.

Prejudicadas as propostas conciliatórias, bem como as razões finais da reclamada.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A demandada, ao incorrer na pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, deixou de demonstrar ao Juízo os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos postulados pela reclamante. Além disso, não se deve perder de vista, que o ônus da prova do pagamento e/ou recolhimento de FGTS é do empregador e, ao não fazê-lo, a presunção da desobrigação ainda é maior.

Com efeito, não só em função da revelia e confissão aplicadas na demandada e da presunção em favor do postulante, mas também através da prova documental produzida pela autora (cópia da CTPS e extrato analítico), este Juízo se convenceu da existência do contrato de trabalho no período indicado na inicial (16/02/2012 a 01/10/2017), na função de auxiliar de serviços gerais e da inadimplência da reclamada das obrigações dali decorrentes em relação à autora.

Assim sendo, e tendo a reclamante produzido prova do vinculo laboral mantido com a reclamada e não tendo esta procedido a baixa na CTPS da obreira, e tendo em vista que a demandada está em lugar incerto e não sabido, fica deferido o pedido de baixa na CTPS, devendo esta, no entanto, ser procedida pela Secretaria da Vara, que deverá fazer constar como data de saída o dia 01/10/2017. Após, deverá oficiar a DRT (art. 29, §5º da CLT) e a Receita Federal (art. 56, § único da Consolidação do Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho) da respectiva baixa. A reclamante deverá depositar sua CTPS na Secretaria da Vara no prazo de 8 dias após o trânsito em julgado da presente demanda.

Destarte, tendo a autora sido dispensada imotivadamente, sem a quitação dos seus direitos trabalhistas, condeno a reclamada ao pagamento dos seguintes pleitos da Inicial: Aviso Prévio= R$ 980,00; 13º Salário proporcional = R$ 684,85; FGTS 8% = R$ 4.704,00; Multa de 40% do FGTS = R$1.881,00 e Indenização do Seguro Desemprego = R$4.900,00.

A Reclamante pleiteia indenização por danos morais em razão do inadimplemento da reclamada com relação ao pagamento das verbas rescisórias e fundiárias.

Segundo a doutrina, o dano pode ser definido como a lesão (diminuição ou destruição) que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral.

Entende-se por dano moral "*aquela espécie de agravo constituída pela violação de algum dos direitos inerentes à personalidade*" (Brebbia). O dano moral trabalhista, portanto, não é senão o agravo ou o constrangimento moral infligido ao empregado ou ao empregador pessoa física mediante violação a direitos ínsitos à personalidade, como consequência da relação de emprego.

Em se tratando de danos morais e não materiais, a única prova que deve ser produzida é a do ato ilícito, porquanto tal dano constitui-se, essencialmente, em ofensa à dignidade humana (artigo 1º, III, CF/88), sendo desnecessária a comprovação do resultado, até porque o prejuízo é mero agravante do lesionamento íntimo.

No mesmo sentido, Carlos Alberto Bittar é, a respeito, categórico: *"na concepção moderna da reparação de danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilização do agente se opera pelo simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, ipso facto, há a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito".*

Dessa ponderação, emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma, é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova do prejuízo em concreto. Neste sentido, ocorrido o fato gerador e identificadas as situações dos envolvidos, segue-se o de cunho moral pela simples violação da esfera jurídica, afetiva ou moral, do lesado.

Preceitua o art. 5º, X, da CF/88 que a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa assegura o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Entretanto, para a responsabilização do agente é necessário basicamente o convencimento, pelo Juízo, da existência do fato causador, do dano, da conexão entre estes e da culpa (dicção dos artigos 927 e 186 do Código Civil de 2002), o que é ônus do obreiro por ser fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 818 da CLT e art. 373, I, do CPC, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho.

Deste ônus, a Reclamante não se desincumbiu uma vez que o fato da Reclamada não lhe ter pago as devidas verbas não enseja em automático dano à sua dignidade e valor social de seu trabalho, bem como não caracteriza vilipendiação à sua honra e imagem. Este Juízo, em relação às indenizações por danos morais é bastante categórico a ponto de não banalizar este instituto e leva em consideração o abrupto abalo à dignidade e honra daqueles que alegam.

Pelo próprio conceito do instituto aqui discutido e apreciação deste Juízo, bem como pelo seu convencimento, entendo que não houve qualquer dano à honra e dignidade da Reclamante, consequentemente julgo improcedente o pedido de pagamento de indenização por danos morais.

Considerando o ajuizamento da reclamatória em data posterior à entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017, incidem no presente caso as disposições do art. 791-A da CLT.

Posto isso, observando-se os critérios estipulados no § 2º do art. 791-A, fixo honorários de sucumbência, a serem pagos pela parte ré em benefício do patrono da parte autora, no equivalente a 15% do proveito econômico obtido pela Autora.

Quanto aos juros de mora, seja aplicada a tabela de atualização de débitos trabalhistas do TRT da 11ª Região.

Correção monetária, nos moldes contidos na Súmula 381 do C.TST.

Concedo à Reclamante os benefícios da justiça gratuita na forma da lei.

III - CONCLUSÃO:

Por estes Fundamentos e o mais que dos autos conste, decide o Juiz Presidente do feito **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE** a reclamatória trabalhista ajuizada por **GLENDA DA COSTA MIGUEL** para o fim de condenar a reclamada **MB3000 SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** a pagar à reclamante, o valor líquido de **R$13.149,85**, a título de: Aviso Prévio = R$ 980,00; 13º Salário proporcional = R$ 684,85; FGTS 8% = R$ 4.704,00; Multa de 40% do FGTS = R$1.881,00 e Indenização do Seguro Desemprego = R$4.900,00. Concedo a Reclamante os benefícios da justiça gratuita, na forma da lei. Condeno a reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência em benefício do patrono da parte autora, no equivalente a 15% do proveito econômico obtido pela Autora. **Improcedentes os demais pleitos.** Tudo de conformidade com a fundamentação. Apliquem-se juros e correção monetária, na forma da lei. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação de R$13.149,85, no importe de R$263,00, ficando a reclamada desde já ciente do seu recolhimento, na forma da lei. INSS e IR, no que couber e na forma da lei**. Notifiquem-se a reclamante através de seu patrono e a reclamada através de Edital**. E para constar foi lavrado o presente termo.

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz do Trabalho

null

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000540-14.2019.5.11.0014

AUTOR	MAIK DE SALES SOUZA
ADVOGADO	JEAN CARLO NAVARRO CORREA(OAB: 5114/AM)
RÉU	M F SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME
RÉU	RESIDENCIAL LARANJEIRAS VILLAGE
ADVOGADO	CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA(OAB: 4188/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAIK DE SALES SOUZA
- RESIDENCIAL LARANJEIRAS VILLAGE

S E N T E N Ç A

Data: 30-09-2019

Processo: 0000540-14.2019.5.11.0014

Reclamante: MAIK DE SALES SOUZA

Reclamada: M F SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME

Litisconsorte: RESIDENCIAL LARANJEIRAS VILLAGE

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 28/05/2019

Rito: ORDINÁRIO

I - RELATÓRIO

MAIK DE SALES SOUZA, qualificado nos autos,ajuizou **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** contra **M F SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.,** reclamada e **RESIDENCIAL LARANJEIRAS VILLAGE**, litisconsorte,também qualificadas nos autos,postulando a declaração de nulidade da dispensa por justa causa, o reconhecimento da dispensa sem justa causa e a condenação da Reclamada e subsidiariamente do litisconsorte ao pagamento de verbas rescisórias e fundiárias. Requereu ainda, salário família e indenização por não fornecimento de alimentação e, por fim, a gratuidade da Justiça e honorários de sucumbência.

A parte autora carreou documentos aos autos e a alçada foi fixada

no valor da inicial.

A parte reclamada, devidamente notificada por meio de edital, não compareceu à audiência, motivo pelo qual lhe foram aplicadas a pena revelia e confissão quanto à matéria de fato, na forma do artigo 844 da CLT e da Súmula nº 74 do TST, conforme ata de audiência de Id. 136096.

O litisconsorte apresentou contestação, via PJE, suscitando a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, afirma não ter responsabilidade pela inadimplência da reclamada, inclusive, sob a alegação de que fiscalizava a reclamada quanto a referidas obrigações, uma vez que esta estava obrigada, por cláusula contratual, a prestar contas dos pagamentos individualizados de cada funcionário, fornecendo comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e os contra-cheques até o quinto dia útil de cada mês. Requereu a total improcedência da ação.

Na instrução processual, foram colhidos os depoimentos do reclamante e da preposta do litisconsorte. Não houve arrolamento de testemunhas.

Razões finais remissivas pela parte autora e pelo litisconsorte. Prejudicadas as razões finais da parte reclamada.

Prejudicadas todas as propostas conciliatórias.

É o relatório suficiente.

II - FUNDAMENTAÇÃO

À luz do conjunto probatório dos autos, conheço dos pedidos formulados pela parte autora, analisados os fundamentos da peça inicial em confronto com a contestação do litisconsorte, conforme segue:

Contrato de trabalho

A parte autora expôs que foi contratada pela parte reclamada em 01.03.2018, na função de Agente de Portaria, mediante remuneração de R$ 1.164,00. Trabalhou até o dia 27.08.2018, quando foi dispensada por justa causa, sob acusação de apresentar atestado médico falso. Aduz que não recebeu salário família e, ainda, de julho até sua saída, a reclamada não lhe forneceu alimentação.

Da preliminar - Ilegitimidade passiva Ad causam

O Litisconsorte suscitou a preliminar de ilegitimidade para compor o pólo passivo da presente relação jurídico-processual. No entanto, para aferir a legitimidade, basta que haja pertinência subjetiva entre pedido e as partes chamadas em juízo, o que é examinado em abstrato com base nas assertivas do autor (in statu assertionis) - teoria da asserção.

Tal legitimidade para agir é preconizada pela legislação processual civil (art. 17, do CPC) e é condição para a propositura ou contestação da ação.

Sendo o Litisconsorte a parte indicada na petição inicial como devedora ou responsável pela prestação jurídica material, isso é o quanto basta para legitimá-la no pólo passivo da reclamação. Saber se há ou não sua responsabilidade pelo pedido, é matéria que deverá ser decidida no mérito. Portanto, rejeito a questão preliminar de ilegitimidade passiva ad causam.

Da responsabilidade do litisconsorte

A tomadora dos serviços que contrata empresa fornecedora de mão de obra, e esta, deixa de saldar as obrigações trabalhistas que tem com seus empregados, deve responder subsidiariamente pelos débitos trabalhistas da prestadora, pois foi a beneficiária final do serviço prestado. A sua responsabilidade decorre da escolha da empresa contratada para prestar os serviços - culpa in eligendo, bem como pela falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada - culpa in vigilando.

Restou incontroverso, pela cópia da CTPS do autor juntada aos autos e pela contestação do litisconsorte, que o autor laborou através da reclamada, no período de 01/03/2018 a 17/08/2018, em prol da Litisconsorte.

O próprio litisconsorte, em sua contestação, afirmou que a reclamada estava obrigada, por cláusula contratual, a prestar contas dos pagamentos individualizados de cada funcionário, fornecendo comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e os contra-cheques até o quinto dia útil de cada mês. No entanto, nada trouxe aos autos para provar o alegado.

No caso em análise, considerando que restou evidenciado, pela contestação do próprio litisconsorte, que o reclamante desempenhava suas atividades em prol deste, responderá o litisconsorte de forma subsidiária, nos moldes da Súmula 331 do TST, em caso de a reclamada não satisfazer os créditos porventura reconhecidos na presente decisão.

Verbas rescisórias e alimentação.

A parte autora reclama nesta Especializada a anulação da dispensa por justa causa perpetrada, reconhecendo-se a dispensa injustificada, além do pagamento de verbas inadimplidas ao término da relação de emprego, a saber: Saldo de salário (27 dias), aviso prévio, férias proporcionais + 1/3, 13º salário proporcional e FGTS 8% + 40% do período laboral.

A Reclamada foi declarada revel e confessa quanto à matéria de fato, na forma do artigo 844 da CLT e Súmula nº 74 do TST.

Passo à análise.

Diante da confissão da Reclamada, nos termos do inciso II, do art. 374, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do artigo 769, da CLT, desnecessária se faz a prova dos fatos constitutivos do Reclamante, sendo certo que existiu entre as partes contrato de trabalho no período de 01/03/2018 a 17/08/2018,

esta, conforme cópia da CTPS do autor juntada aos autos, e que a Reclamada não quitou com as verbas devidas ao trabalhador.

Pelos mesmos motivos, há que se declarar a nulidade da dispensa por justa causa.

***Ex positis*,** em razão do convencimento do Juízo, pelas provas documentais juntadas aos autos e pela confissão da Reclamada, **julgo procedente** o pedido, para declarar a nulidade da dispensa por justa causa, reconhecer a ocorrência de dispensa sem justa causa e condenar a Reclamada e, subsidiariamente, o litisconsorte ao pagamento do valor líquido de **R$ 3.355,25**, referente às seguintes verbas rescisórias decorrentes da dispensa imotivada: **saldo de salário (17 dias) [R$ 659,60]; aviso prévio indenizado (30 dias) [R$ 1.164,00]; férias proporcionais + 1/3 (05/12) [R$ 646,65]; 13º salário proporcional (05/12) [R$ 485,00] e alimentação (24 dias de labor, considerando que consta na CTPS do autor a data de saída em 17/08/2018) [R$ 400,00],** tudo calculado de acordo com a remuneração informada pela parte autora (R$1.164,00) e R$16,67 de alimentação por dia efetivamente laborado.

FGTS 8% + 40%

O Reclamante pleiteia o pagamento dos depósitos não realizados em sua conta vinculada do FGTS, bem como o pagamento da multa de 40% sobre todos os depósitos do período. Juntou cópia do extrato de sua conta vinculada.

O parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.036/1990 esclarece que nas reclamatórias trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que o tomador do serviço proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

A regra do regime do FGTS é o depósito compulsório na conta individual do trabalhador de quaisquer parcelas pertinentes ao Fundo de Garantia, em vista das restritas hipóteses de movimentação do saldo correspondente, conforme estipula o artigo 15 da Lei nº 8.036/1990. Desta forma, é incorreto o pagamento de tal verba diretamente ao empregado, ainda que não recolhidas na época certa.

Por isso, deverá a Reclamada, após o trânsito em julgado da presente decisão, depositar em juízo as guias do TRCT no código SJ2, com a chave de conectividade, com comprovação dos depósitos faltantes (FGTS 8% + 40%), a fim de que o reclamante possa sacar a verba fundiária, sob pena de liquidação dos valores devidos em posterior fase de Execução.

O descumprimento da obrigação de fazer no prazo estabelecido importará em aplicação de multa diária no valor de R$ 100,00, até o limite de R$ 1.000,00.

Caso a Reclamada não cumpra esta obrigação de fazer, **execute-se a multa estipulada em favor do Reclamante** e, a este, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** para que saque os valores depositados e **executem-se os depósitos faltantes, inclusive com a multa dos 40%**, após o protocolo de comprovante de saque na Secretaria da Vara, a fim de se evitar a execução de um pagamento em *bis in idem.*

Multa do art. 467 da CLT

A multa do artigo 467 da CLT é devida no percentual de 50% sobre as parcelas rescisórias incontroversas e que não foram quitadas na primeira audiência.

No presente caso, existe montante de verbas rescisórias incontroverso, não quitado oportunamente, sobre o qual incide a penalidade de multa do art. 467, da CLT.

Nestes termos, julgo procedente o pedido de multa do art. 467, da CLT, no valor de **R$ 1.147,83.**

Multa do § 8º, do art. 477, da CLT

A multa do art. 477, § 8º, da CLT é cabível nos casos em que o empregador deixa de efetuar o correto pagamento das verbas rescisórias ao empregado, ou seja, no prazo definido pelo § 6º do referido dispositivo.

É notável no caso dos autos a incidência da disposição legal, posto que não há comprovação nos autos, o que é ônus da reclamada, de quitação dos haveres rescisórios do autor, no prazo legal, motivo pelo qual julgo procedente o pagamento de multa do § 8º, do art. 477, da CLT, no valor de **R$ 1.164,00.**

Salário família

Requer o reclamante, a condenação da reclamada e subsidiariamente do litisconsorte a lhe pagarem salário família, sob a alegação de, no lapso laboral, ter filho menor de 14 anos e, mesmo assim, a reclamada jamais lhe pagou aludido benefício. Em que pese a revelia e confissão aplicadas na reclamada, é do autor o ônus de provar que tem o aludido direito, conforme preceitua o §4º, III do artigo 844 da CLT.

Do seu ônus não se desincumbiu o obreiro, uma vez que não juntou aos autos nenhum documento que comprovasse o alegado direito (certidão de nascimento do filho). Razão pela qual**, julgo improcedente**o pedido.

Justiça gratuita

Considerando os termos do art. 790, § 3º, da CLT, confiro à parte autora os benefícios da gratuidade de justiça.

Honorários de sucumbência

Considerando a procedência parcial dos pedidos da presente lide, condeno as partes a pagarem uma ao patrono das outras, honorários sucumbenciais, à base de 5%, na forma da lei.

Imposições Previdenciárias e Fiscais

Nos termos do artigo 114, VIII, da Constituição da República compete à Justiça do Trabalho (...) a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Assim, sobre os valores da condenação há incidências fiscais e previdenciárias, nos termos do artigo 46, §1º, I, II e III, da Lei nº 8.541/92, artigo 43 da Lei nº 8.212/91 e Provimentos números 01/1996, 02/1993 e 03/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, respeitando as legislações respectivas, inclusive quanto a limites de isenção e deduções por dependentes econômicos, e comprovando os recolhimentos perante o Órgão Judiciário Trabalhista, ficando ainda os recolhimentos dos encargos fiscais e previdenciários sob encargo da parte ré que não os fez no momento adequado, devendo ser feito o recolhimento previdenciário obrigatoriamente vinculado à identificação previdenciária da parte autora, com o número do PIS - Programa de Integração Social, do NIT - número de inscrição do trabalhador ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

Logo, do valor das verbas salariais será calculado o valor devido de recolhimento pela parte reclamante (8%) e abatido do valor líquido da condenação a fim de que a Reclamada proceda ao recolhimento total (8% + 23%).

Parâmetros para liquidação

Na forma do artigo 832, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, declara-se a natureza salarial da parcela de 13º salário, sendo indenizatórias as parcelas relativas às férias + 1/3, FGTS, aviso prévio indenizado, indenização de alimentação e multas.

Incide correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, ou seja, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme disposto no art. 459, § único, da CLT e na Súmula nº 381 do TST, com base no IPCA-E.

Sobre os valores corrigidos incidirão juros de mora, contados a partir do ajuizamento da ação, na forma do art. 883 da CLT e Súmula nº 200 do TST, calculados a 1% ao mês, não capitalizados e *pro rata die*.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, e o que mais dos autos conste, **DECIDE** esse MMº JUÍZO **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos da presente **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA,** ajuizada por **MAIK DE SALES SOUZA** para o fim de **CONDENAR** a Reclamada **M F SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA** e, subsidiariamente o litisconsorte **RESIDENCIAL LARANJEIRAS VILLAGE** ao cumprimento das seguintes obrigações:

1. **PAGAR** à parte autora o valor líquido de **R$ 5.667,08**, referente às seguintes verbas rescisórias decorrentes da dispensa imotivada: **saldo de salário (17 dias) [R$ 659,60]; aviso prévio indenizado (30 dias) [R$ 1.164,00]; férias proporcionais + 1/3 (05/12) [R$ 646,65]; 13º salário proporcional (05/12) [R$ 485,00]; alimentação (24 dias de labor, considerando que consta na CTPS do autor a data de saída em 17/08/2018) [R$ 400,00]; multa do artigo 467 da CLT [R$ 1.147,83] e multa do artigo 477 da CLT [R$ 1.164,00],** tudo calculado de acordo com a remuneração informada pela parte autora (R$1.164,00) e R$16,67 de alimentação por dia efetivamente laborado.

2. **DEPOSITAR EM JUÍZO, no prazo de 08 (oito) dias** após o trânsito em julgado da presente decisão, as guias de TRCT no código SJ2, com a chave de conectividade, a fim de que a parte reclamante possa sacar a verba fundiária 8% + 40% do período laboral, sob pena de liquidação dos valores devidos, em posterior fase de Execução, após expedição de Alvará pela Secretaria da Vara e protocolo do comprovante de saque pelo Reclamante, e execução da multa de descumprimento da obrigação de fazer reversível ao Reclamante (art. 536, § 1º, CPC);

3.Juros e correção monetária, na forma da lei;

4. **RETER, RECOLHER e COMPROVAR** o valor que for apurado a título de incidências previdenciárias, nos termos do artigo 46, §1º, I, II e III, da Lei nº 8.541/92, artigo 43 da Lei nº 8.212/91 e Provimentos números 01/1996, 02/1993 e 03/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho na Secretaria da Vara, referente à sua parte (23%) e a da parte reclamante (8%), no prazo de 10 (dez) dias, contados do pagamento dos créditos deferidos à parte obreira, sob pena de execução, devendo ser feito o recolhimento previdenciário obrigatoriamente vinculado à identificação previdenciária da parte reclamante, com o número do *PIS - Programa de Integração Social*, do *NIT - número de inscrição do trabalhador ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP*;

6. **RECOLHER e COMPROVAR** o valor de **R$ 113,34** a título de custas processuais, calculadas sobre o **valor da condenação - R$ 5.667,08.**

IMPROCEDEM OS DEMAIS PLEITOS

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, cuja integração a este dispositivo deve ser observada para todos os fins.

Para as atualizações futuras das verbas deferidas, se necessárias, incidirão juros de mora e correção monetária nos termos estipulados na fundamentação (parâmetros para liquidação).

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES, sendo o reclamante e o litisconsorte, através de seus Patronos e a Reclamada, por meio de edital.

Dispensada a intimação da União, nos termos do art. 832, § 5º,

c/c a Portaria do Ministro do Estado da Fazenda nº 582, publicada no DOU de 11/12/2013.

Adverte este Juízo, às partes, que a oposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios será interpretada como litigância de má-fé e ensejará a aplicação das penalidades legalmente previstas (arts. 81 e 1026, § 2º do CPC), bem como aplicação de multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição (art. 77, § 2º, CPC) e, por força do disposto no art. 96 do CPC, tais valores deverão ser recolhidos na hipótese de interposição de recurso ordinário.

E, para constar, lavrou-se o presente termo.

PEDRO BARRETO FALCÃO NETTO

Juiz do Trabalho

Titular da 14ª Vara do Trabalho e Manaus

null

Despacho

Processo Nº ATSum-0000781-85.2019.5.11.0014

AUTOR	LUCAS BATISTA DO ROSARIO
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LBC CONSERVADORA E SERVICOS LTDA
- LUCAS BATISTA DO ROSARIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA

Na forma do art. 272 do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e do artigo 17 da Resolução nº 185/2017 do CSJT, ficam as partes, por intermédio de seus respectivos advogados, cientes do teor da decisão abaixo:

1. Defiro o requerido pelo Reclamante nas petições de IDs b6b7fcc e fd91d57: expeça-se alvará para levantamento do FGTS ao Reclamante, por seu patrono;

2. Considerando o atraso no fornecimento na chave de conectividade, fica a Reclamada, por seu patrono, intimada a depositar nos autos o valor de **R$ 1.000,00 (um mil reais)**referente à multa estipulada na Ata de ID 9cbf132, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de execução.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001421-16.2018.5.11.0017

AUTOR	ISRAEL FRANK EUFRAZIO DE LIMA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISRAEL FRANK EUFRAZIO DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos etc...

1. RELATÓRIO

ISRAEL FRANK EUFRAZIO DE LIMA ajuizou **RECLAMATÓRIA TRABALHISTA** contra **D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A** requerendo a condenação das Reclamadas aos pleitos da inicial.

Em triagem inicial (Decisão de ID 35d673f) foi constatado que a presente ação possuía continência com a demanda de nº 0000165-81.2017.5.11.0014, já arquivada.

Considerando que o Autor deu causa ao arquivamento da demanda em referência, na forma do art. 844, §3º da CLT, determinou-se que o mesmo comprovasse nos autos o recolhimento das custas processuais daquela ação, no importe de R$ 1.000,00, sob pena de extinção sem resolução do mérito do presente processo.

Intimada a parte autora, por seu patrono, o mesmo quedou-se inerte, tendo peticionado apenas requerendo o prosseguimento da demanda.

Então me vieram os autos conclusos, pelo que passo a decidir.

Este é o mais sucinto relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em 11 de novembro de 2017 passou a ter vigência a Lei 13.467/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Sabe-se que a doutrina e a jurisprudência se inclinam pela incidência imediata da lei sobre os processos em curso, aplicando supletivamente o disposto no art. 1046 do CPC, que adota o princípio segundo o qual os atos processuais são regidos pela lei em vigor no momento em que são praticados - *tempus regit actum*.

Corrobora esse entendimento o disposto no art. 6º da LINDB, *in verbis*: **'A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada'**

É certo que esse aspecto jurídico comporta debate e pode até vir a ser superado com a mitigação desse princípio.

Nessa toada, o C. TST editou a Instrução Normativa nº 41 que dispõe sobre a aplicação das normas processuais da CLT alteradas pela Lei 13.467/2017. Reza o art. 12:

art. 12- Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º da CLT, com redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

Pela nova sistemática processual, independentemente do rito adotado (ordinário ou sumaríssimo), o recolhimento das custas processuais de processo anterior cujo arquivamento a parte autora deu causa, passa a ser um requisito para a propositura de um novo processo, nos termos do art. 844, §§ 2º e 3º da CLT, *in verbis*:

"§ 2o Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ***ainda que beneficiário da justiça gratuita****, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável."*

"§ 3o ***O pagamento das custas a que se refere o § 2o é condição para a propositura de nova demanda****."*

Compulsando os presentes autos, foi constatado que o Reclamante não se desincumbiu de seu ônus, o que prejudica o regular prosseguimento do feito.

Desse modo, faz-se necessário extinguir o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo trabalhista (art. 769 da CLT).

Consequentemente, fica indeferida a petição inicial, consoante determina o parágrafo único do art. 321 do CPC.

3. DISPOSITIVO

Ex positis, nos termos da fundamentação supra, este Juízo resolve, **nos termos do parágrafo único do art. 321 do CPC, INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL** proposta por **ISRAEL FRANK EUFRAZIO DE LIMA** em face de **D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP e AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A,** razão pela qual o processo fica **EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, consoanteart. 485, IV do CPC.

Custas pela parte Reclamante, no valor de **R$ 1.150,00**, calculadas sobre o valor da causa de **R$ 57.500,00**, das quais é isenta nos termos da lei.

INTIME-SE A PARTE RECLAMANTE, por seu patrono, via DEJT. Não havendo manifestações no prazo legal, certifique-se e arquivem-se os autos.

À Secretaria para providências.

E, para constar, foi lavrado o presente termo.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

PEDRO BARRETO FALCAO NETTO

Juiz(a) do Trabalho Titular

15ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000588-09.2015.5.11.0015

AUTOR	HELLIS GAMA DE FREITAS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	ROBERIO CASTRO DE OLIVEIRA
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)
RÉU	MARIA DE LOURDES CASTRO DE OLIVEIRA
LITISCONSORTE	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBERIO CASTRO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, 7º andar, Centro, Manaus - AM - CEP: 69010-140

Fone: (92) 3627-2153 - e-mail: vara.manaus15@trt11.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO: 0000588-09.2015.5.11.0015

AUTOR: HELLIS GAMA DE FREITAS

RÉU: J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e outros (2)

De ordem da Exma. Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus, **ADRIANA LIMA DE QUEIROZ**

FAZ SABER que, pelo presente **EDITAL**, fica **CITADO** O RÉU: **ROBERIO CASTRO DE OLIVEIRA,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar ou garantir a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de imediata penhora, na quantia de **R$ 35.027,79 (trinta e cinco mil vinte e sete reais e setenta e nove centavos),** correspondente ao Principal mais JCM (R$ 30.040,68), INSS (R$ 4.300,29) e Custas (R$ 686,82).

Procedido ao depósito, a executada poderá opor Embargos à Execução no prazo de 05 (cinco) dias.

Fica o(a) Executado(a) notificado(a) de que a presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012), cujo inteiro teor do processo poderá ser acessado via internet: *https://pje.trt11.jus.br/consultaprocessual/home/.*

Reitere-se que todos os atos processuais deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Décima Quinta Vara do Trabalho de Manaus.

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATOrd-0000588-09.2015.5.11.0015

AUTOR	HELLIS GAMA DE FREITAS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	ROBERIO CASTRO DE OLIVEIRA
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)
RÉU	MARIA DE LOURDES CASTRO DE OLIVEIRA
LITISCONSORTE	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DE LOURDES CASTRO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, 7º andar, Centro, Manaus - AM - CEP: 69010-140

Fone: (92) 3627-2153 - e-mail: vara.manaus15@trt11.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO: 0000588-09.2015.5.11.0015

AUTOR: HELLIS GAMA DE FREITAS

RÉU: J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e outros (2)

De ordem da Exma. Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus,

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

FAZ SABER que, pelo presente **EDITAL**, fica **CITADA** A RÉ: **MARIA DE LOURDES CASTRO DE OLIVEIRA,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar ou garantir a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de imediata penhora, na quantia de **R$ 35.027,79 (trinta e cinco mil vinte e sete reais e setenta e nove centavos),** correspondente ao Principal mais JCM (R$ 30.040,68), INSS (R$ 4.300,29) e Custas (R$ 686,82).

Procedido ao depósito, a executada poderá opor Embargos à Execução no prazo de 05 (cinco) dias.

Fica o(a) Executado(a) notificado(a) de que a presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012), cujo inteiro teor do processo poderá ser acessado via internet: *https://pje.trt11.jus.br/consultaprocessual/home/.*

Reitere-se que todos os atos processuais deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Décima Quinta Vara do Trabalho de Manaus.

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Processo Nº ATSum-0000238-79.2019.5.11.0015

AUTOR	DARY LOPES MARQUES
ADVOGADO	WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA(OAB: 12736/AM)
RÉU	LAURA MEDEIROS CALMONT
RÉU	CALMONT SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI - EPP
ADVOGADO	ANDREA REGINA TORRES LOBAO(OAB: 10103/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	Condomínio Jardim Encontro das Águas

Intimado(s)/Citado(s):

- LAURA MEDEIROS CALMONT

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, 7º andar, Centro, Manaus - AM - CEP: 69010-140

Fone: (92) 3627-2153 - e-mail: vara.manaus15@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO: 0000238-79.2019.5.11.0015

AUTOR: DARY LOPES MARQUES

RÉU: CALMONT SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EIRELI - EPP e outros

De ordem da Exma. Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus, **ADRIANA LIMA DE QUEIROZ**

FAZ SABER que, pelo presente **EDITAL**, fica **NOTIFICADA** A RÉ: **LAURA MEDEIROS CALMONT**, atualmente em lugar incerto e não sabido:

I. de que fora incluída no polo passivo, e que foi realizado bloqueio via **BACENJUD** no valor de **R$ 1.652,32 (mil seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)**.

II. para tomar ciência do prazo de **5 (cinco) dias** para a oposição de Embargos à Execução.

Fica o(a) Executado(a) notificado(a) de que a presente ação tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012), cujo inteiro teor do processo poderá ser acessado via internet: *https://pje.trt11.jus.br/consultaprocessual/home/.*

Reitere-se que todos os atos processuais deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da Décima Quinta Vara do Trabalho de Manaus.

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juíza da 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002054-67.2017.5.11.0015

AUTOR	ALINE DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO	GILMAR MADALOZZO DA ROSA(OAB: 1083/RR)
RÉU	ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DA SILVA CAVALCANTE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

C O N C L U S Ã O PJe-JT

Faço os presentes autos conclusos a Excelentíssima Senhora Juíza Federal Substituta, em face da informação id.ef90a6e e dos cálculos da contadoria de Id. e49af51. pjbs

D E C I S Ã O PJe-JT

I. Homologo os cálculos de Ide49af51 para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

II. A executada fica **intimada** a pagar o seu débito (**R$4.729,64**) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora on-line.

III. Expirado o prazo sem pagamento, consultem-se, sucessivamente, os sistemas on-line do BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD/DOI.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000415-43.2019.5.11.0015

AUTOR	VALDINEIA ALMEIDA PEREIRA
ADVOGADO	LAIS CRISTIANE LIRA PEREIRA(OAB: 5376/AM)
ADVOGADO	JORDANIA NOBRE DE LIMA(OAB: 11886/AM)
RÉU	PARIKA SERVICOS DE SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA - EPP
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PARIKA SERVICOS DE SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA - EPP
- VALDINEIA ALMEIDA PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CONCLUSÃO

Faço os presentes autos conclusos a Vossa Excelência, informando que a consulta realizada ao sistema Renajud localizou um veículo em nome da executada:

VW/KOMBI - PLACA JXW5I24, ANO 2008 - sem restrições, com endereço de localização na RUA ALBERICO ANTUNES, N° 94, , SAO FRANCISCO - MANAUS - AM, CEP: 69063-200.

DESPACHO

I. Em face da conclusão supra, expeça-se **Mandado de Penhora** ao endereço supra mencionado com a finalidade de verificar se o

veículo relacionado acima possui liquidez para se efetivar o cumprimento da presente demanda, devendo o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) proceder a sua penhora.

II. Efetuada a penhora, ou verificada a impossibilidade de se efetuar a diligência acima, voltem-me conclusos os autos.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000528-94.2019.5.11.0015

AUTOR	MARIA ADONAIA BARBOSA DE ABREU
ADVOGADO	GABRIEL MOLLER MALHEIROS(OAB: 127852/MG)
RÉU	RN COMERCIO VAREJISTA S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	WG ELETRO S.A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RN COMERCIO VAREJISTA S.A
- WG ELETRO S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

D E C I S Ã O

Recebo o **Recurso Adesivo** interposto pelo reclamante (**ID ab42ef8**), porque tempestivo, contando com regular representação processual(**ID 7a8f633)**, e por estarem presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida.

Assim, determino:

Às partes **Reclamada** e **Litisconsorte** para manifestação, querendo, no prazo legal, restando ciente da presente **Decisão**, em face da disponibilidade automática dos atos processuais no DJe-JT.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000595-59.2019.5.11.0015

AUTOR	JONATHAN OLIVEIRA GENTIL
ADVOGADO	EDUARDO SANTANA PINHEIRO(OAB: 7049/AM)
RÉU	PARENTE ANDRADE LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PARENTE ANDRADE LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

D E C I S Ã O

Recebo o **Recurso Adesivo** interposto pelo reclamante(ID**086ac4e)**, porque tempestivo, contando com regular representação processual, e, por estarem presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida. Assim, determino:

I. À parte **Reclamada** para manifestação, querendo, no prazo legal, restando ciente da presente **Decisão**, em face da disponibilidade automática dos atos processuais no DJe-JT;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000805-13.2019.5.11.0015

AUTOR	ROSINALDO DE ASSUNCAO DE JESUS
ADVOGADO	ALLAN MARCELO SERRAO BRAULE PINTO(OAB: 9133/AM)
RÉU	IMPORTADORA TV LAR LTDA
ADVOGADO	PRISCILLA ROSAS DUARTE(OAB: 4999/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSINALDO DE ASSUNCAO DE JESUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que em **18/09/2019** expirou o prazo para interposição de Recurso Ordinário pelo(a) Reclamante.

É o que me cumpre certificar.

Maria Socorro Pinto Bezerra

Servidora da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJE - RECURSO ORDINÁRIO PELA RECLAMADA

Recebo o recurso ordinário(ID e99ff1d) interposto pela reclamada, porque tempestivo, satisfeito o preparo (ID 06a8929), e contando com regular representação processual(ID 10d7d39), estando, pois, presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida.

Assim, determino:

I. À parte contrária para manifestação, querendo, no prazo legal, restando ciente da presente Decisão, em face da disponibilidade automática dos atos processuais no DJe-JT;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000656-50.2019.5.11.0004

AUTOR	EDUARDO CRISTO DOS SANTOS
ADVOGADO	JEFFERSON DA SILVA GONCALVES(OAB: 13276/AM)
AUTOR	JONES DE SOUZA LIMA
ADVOGADO	JEFFERSON DA SILVA GONCALVES(OAB: 13276/AM)
RÉU	SINDICATO DOS CONFERENTES E CONSERTADORES DE CARGA E DESCARGA NO PORTO DE MANAUS E BASES TERRITORIAIS LIMITROFES
ADVOGADO	MARIANNA LIRA DA ROCHA(OAB: 11244/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO CRISTO DOS SANTOS
- JONES DE SOUZA LIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que em 18/09/2019 expirou o prazo para interposição de Recurso Ordinário pelos Reclamantes.

É o que me cumpre certificar.

Maria Socorro Pinto Bezerra

Servidora da Justiça do Trabalho

DECISÃO PJE - RECURSO ORDINÁRIO PELA RECLAMADA

Recebo o recurso ordinário(ID 569d9eb) interposto pela reclamada, porque tempestivo, satisfeito o preparo (ID 5b300f3), e contando com regular representação processual(ID 5d43e79), estando, pois, presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida.

Assim, determino:

I. À parte contrária para manifestação, querendo, no prazo legal, restando cientes da presente Decisão, em face da disponibilidade automática dos atos processuais no DJe-JT;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000895-21.2019.5.11.0015

AUTOR	MARCIA RUBIA DE ALMEIDA CRUZ
ADVOGADO	LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN(OAB: 4857/AM)
RÉU	SB COMERCIO LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA RUBIA DE ALMEIDA CRUZ

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJE - RECURSO ORDINÁRIO PELA RECLAMADA

Recebo o recurso ordinário**(ID 7314769)** interposto pela reclamada, porque tempestivo, satisfeito o preparo (**IDbe709f5 e ab6afb9),** e

contando com regular representação processual**(ID 78d7099)**, estando, pois, presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida.

Assim, determino:

I. À parte contrária para manifestação, querendo, no prazo legal, restando ciente da presente **Decisão**, em face da disponibilidade automática dos atos processuais no DJe-JT;

II. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, subam os autos ao Egrégio TRT da 11ª Região.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000299-37.2019.5.11.0015

AUTOR	RAFAEL DA SILVA E SILVA
ADVOGADO	CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 10687/AM)
RÉU	KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL DA SILVA E SILVA

As partes por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia agendada para **25/10/2019 foi cancelada** pela expert (ID 49e2053), tendo como nova data para realização o dia **13/12/2019 s 15:30hs, na sede da reclamada.**

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000299-37.2019.5.11.0015

AUTOR	RAFAEL DA SILVA E SILVA
ADVOGADO	CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 10687/AM)
RÉU	KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA

As partes por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia agendada para **25/10/2019 foi cancelada** pela expert (ID 49e2053), tendo como nova data para realização o dia **13/12/2019 s 15:30hs, na sede da reclamada.**

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000241-34.2019.5.11.0015

AUTOR	EDUARDO GOMES MESQUITA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
ADVOGADO	LEYLANE EDIENE SILVA LARA(OAB: 9461/AM)
RÉU	YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
PERITO	LUCIA MARIA VIANA DE VASCONCELOS

Intimado(s)/Citado(s):

- YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA

As partes por meio dos patronos habilitados tomam ciência que a perícia agendada para 21/10/2019, foi antecipada **para 03/10/2019 às 14:00hs, a ser realizada na sede da empresa reclamada.**

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000241-34.2019.5.11.0015

AUTOR	EDUARDO GOMES MESQUITA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
ADVOGADO	LEYLANE EDIENE SILVA LARA(OAB: 9461/AM)
RÉU	YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
PERITO	LUCIA MARIA VIANA DE VASCONCELOS

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO GOMES MESQUITA

As partes por meio dos patronos habilitados tomam ciência que a perícia agendada para 21/10/2019, foi antecipada **para 03/10/2019 às 14:00hs, a ser realizada na sede da empresa reclamada.**

Notificação

Processo Nº ATSum-0001113-49.2019.5.11.0015

AUTOR	FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

ADVOGADO	RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA(OAB: 10985/AM)
RÉU	PROTECAO SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS LTDA - ME
RÉU	EDIFICIO MONTECARLO

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

MM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001113-49.2019.5.11.0015

Reclam FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

Reclam PROTECAO SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A

Audiên **22/10/2019 08:00**

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 22/10/2019 08:00, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 24 de Setembro de 2019.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000224-95.2019.5.11.0015

AUTOR	DORANEY CASTRO DOS SANTOS
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DORANEY CASTRO DOS SANTOS
- VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

C O N C L U S Ã O PJe-JT

Faço os presentes autos conclusos a Excelentíssima Senhora Juiza na Titularidade, em face da informação da contadoria id..74900cf . pjbs

D E C I S Ã O PJe-JT

I. Considerando a informação da contadoria (id.74900cf) homologo os cálculos da contadoria de Id. 5382f04 para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

II. A reclamada fica intimada a pagar o seu débito trabalhista, conforme cálculos de Id.5382f04 , no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de execução com penhora on-line. Procedido ao depósito, a executada poderá opor Embargos à Execução, no prazo de 05

(cinco) dias. Transcorrido o prazo sem manifestações, e havendo pagamento, o reclamante fica ciente que será expedido alvará online para quitação da presente execução.

III. Não havendo o pagamento nem garantido a execução, consultem-se sucessivamente os sistemas on-line do BACENJUD/CCS, RENAJUD e INFOJUD/DOI para verificar a existência de ativos em nome da executada.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 17 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0001087-51.2019.5.11.0015

AUTOR	JOSE ARMANDO TELES DA MOTA JUNIOR
ADVOGADO	REITYJAVIKE DA SILVA CALDAS(OAB: 10062/AM)
RÉU	M F SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME
RÉU	CONDOMINIO VISTA DEL RIO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ARMANDO TELES DA MOTA JUNIOR

MM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0001087-51.2019.5.11.0015 - AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

RECLAMANTE: JOSE ARMANDO TELES DA MOTA JUNIOR

Advogado(s) do reclamante: REITYJAVIKE DA SILVA CALDAS

RECLAMADA: M F SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME e outros

Fica o reclamante **NOTIFICADO**, por intermédio de seu patrono, para tomar ciência da Sentença de Id 9798bac, cujo teor segue transcrito:

SENTENÇA PJe-JT

CONSIDERANDO que a presente ação utiliza o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sendo obrigatória a utilização de assinatura digital e demais procedimentos dispostos na Lei nº. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, na Resolução nº. 94, de 23 de março de 2012, do CSJT e Atos Administrativos nº. 123/2012 e nº. 124/2012 do E. TRT da 11ª Região;

CONSIDERANDO que esses recursos e instrumentos do sistema PJe-JT devem ser estritamente observados a fim de possibilitar o impulso processual por parte de Servidores e Magistrados, bem como de garantir o pleno respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa a ambas as partes;

CONSIDERANDO que é de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida, consoante §3º do art. 33 da Resolução Administrativa Nº 136/2014 que instituiu o sistema PJE na Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que o Reclamante não se desincumbiu do ônus de informar os fatos e fundamentos jurídicos para o chamamento do litisconsorte, conforme preceitua a novel redação do art. 840, §1º, da CLT;

CONSIDERANDO que o Reclamante não faz pedido (nos pleitos líquidos ou ilíquidos, se for o caso) específico sobre a condenação do Litisconsorte (se solidária ou subsidiária);

CONSIDERANDO que a manutenção de iniciais com vícios no cadastramento das partes é causa notória de retardamento das audiências e do processamento das demandas, bem como atinge a estatística de todo o judiciário trabalhista;

Considerando a ressalva da Súmula 263 do TST c/c art. 330 do CPC, bem como a adoção do Procedimento Sumaríssimo, que não admite emenda a inicial;

CONSIDERANDO, por fim, que a pauta de audiência inaugural desta Vara é inferior à de adiamentos;

DECIDO:

EXTINGUIR a presente ação, nos termos do art. 485, I, do NCPC, c/c o art. 840, §3º da CLT, por inépcia da inicial;

Comino custas ao reclamante, de cujo recolhimento fica isento em face da concessão da Justiça Gratuita que ora se defere.

Indevidos os honorários advocatícios de sucumbência previstos no art 791-A da CLT visto que os demandados sequer chegaram a ser notificados, não atuando nos autos.

Proceda-se a baixa na pauta de audiência.

Arquivem-se os autos do processo.

Considerando a disponibilidade dos atos processuais no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, o reclamante fica ciente desta decisão com sua publicação no DEJT.*mogd

Manaus, 18 de Setembro de 2019.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0011190-30.2013.5.11.0015

AUTOR	MARIA ELISA LARANJEIRAS FAGUNDES
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
ADVOGADO	Maria Claudia Sousa da Silva(OAB: 1082-A/AM)
RÉU	GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	Paulo Augusto Greco(OAB: 119729-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a elaboração dos cálculos pelo reclamante, **Id 6e92ff2**, abram-se vistas à **reclamada** para, querendo, apresentar impugnação fundamentada, no prazo de **8 (oito)** dias, **com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão**;

Havendo divergências entre as planilhas de liquidação apresentadas, abram-se vistas ao Reclamante, por igual prazo (8

dias). Após, encaminhem-se os autos à Contadoria da Vara para emissão de parecer e, se for o caso, apresentar novos cálculos. Não havendo manifestação, expire-se o prazo, encaminhe-se para análise da Contadoria do Juízo e intime-se a executada para pagar o seu débito trabalhista, sob pena de execução.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, a**s** parte**s** fica**m cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 19 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001063-23.2019.5.11.0015

AUTOR	FABIO AUGUSTO DA CONCEICAO SILVA
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO AUGUSTO DA CONCEICAO SILVA

MM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001063-23.2019.5.11.0015

Reclam FABIO AUGUSTO DA CONCEICAO SILVA

Reclam UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS S.A

Audiên **05/11/2019 09:10**

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 05/11/2019 09:10, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 20 de Setembro de 2019.

Decisão

Processo Nº ATSum-0000062-03.2019.5.11.0015

AUTOR	LEONICIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO	PRISCILA DUARTE OZORIO(OAB: 10902/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONICIA ALVES DA SILVA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

C O N C L U S Ã O PJe-JT

Faço os presentes autos conclusos a Excelentíssima Senhora Juíza Substituta, em face a informação da contadoria id. 8161565. pjbs

D E C I S Ã O PJe-JT

I. Considerando a informação e cálculos da contadoria, ids. **6565fbc** e **8161565, respectivamente,** homologo os cálculos da contadoria (**Id 8161565)** para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

II. A reclamada fica intimada a pagar o seu débito trabalhista, conforme cálculos de Id. **8161565**, no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de execução com penhora on-line. Procedido ao depósito, as partes poderão opor Embargos à Execução/Impugnação aos Cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo sem manifestações, e havendo pagamento, o reclamante fica ciente que será expedido alvará online para quitação da presente execução.

III. Não havendo o pagamento nem garantido a execução, consultem-se sucessivamente os sistemas on-line do BACENJUD/CCS, RENAJUD e INFOJUD/DOI para verificar a existência de ativos em nome da executada.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 23 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001111-79.2019.5.11.0015

AUTOR	EUDSON DO ESPIRITO SANTO DIAS
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA(OAB: 7274/AM)
RÉU	NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- EUDSON DO ESPIRITO SANTO DIAS

MM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001111-79.2019.5.11.0015

Reclam EUDSON DO ESPIRITO SANTO DIAS

Reclam NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE

Audiên **04/11/2019 09:10**

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 04/11/2019 09:10, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 15ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 23 de Setembro de 2019.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000644-03.2019.5.11.0015

AUTOR	CREUZANIRA SILVA DE LIMA
ADVOGADO	PRISCILA DA COSTA CHAGAS(OAB: 10963/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CREUZANIRA SILVA DE LIMA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Requer o reclamante, início da execução do julgado de Id9d0c074, em face do trânsito em julgado da Sentença, conforme noticia a certidão de Id a0fddfa.

Diante disso, por se tratar de sentença líquida acompanhada dos cálculos de liquidação:

Homologo os cálculos de Idffafcd9 para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

A reclamada fica **intimada** a pagar o seu débito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de execução, com penhora on-line.

Expirado o prazo sem pagamento, consultem-se, sucessivamente, os sistemas on-line do BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD/DOI.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais praticados no PJe-JT, as partes ficam **cientes** desta decisão com sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000969-75.2019.5.11.0015

AUTOR	ROBSON SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	ADEMAR LINS VITORIO FILHO(OAB: 5269/AM)
RÉU	C.D.C. EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO	ANDREIA JACOB DE SOUZA(OAB: 4870/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBSON SILVA DOS SANTOS

15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0000969-75.2019.5.11.0015

Em 17 de setembro de 2019, na sala de sessões da MM. 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS/AM, sob a direção da Exmo(a). Juíza ADRIANA LIMA DE QUEIROZ, realizou-se audiência relativa a Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 0000969-75.2019.5.11.0015 ajuizada por ROBSON SILVA DOS SANTOS em face de C.D.C. EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP.

Às 08h45min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Ausente o reclamante e seu advogado.

Presente o preposto do reclamado, Sr(a). PABLO HENRIQUE VIEIRA MAIA DA SILVA, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). ANDREIA JACOB DE SOUZA, OAB nº 4870/AM.

Diante da ausência injustificada do reclamante ROBSON SILVA DOS SANTOS, determina-se o ARQUIVAMENTO do presente processo, nos termos do art. 844 da CLT.

Tendo sido preenchidos os requisitos delineados no artigo 790, §3°, da CLT, defiro ao(à) autor(a) o benefício da justiça gratuita.

Pela ordem, a patrona da reclamada informa que o Autor já havia ingressado anteriormente com outras duas ações. Na primeira, requereu a desistencia; A segunda fora arquivada pela ausência do Autor na sessão. Sendo esta a terceira Reclamatória, novamente o Autor não se fez presente, embora devidamente notificado por seu patrono. Assim, pugna a Reclamada seja aplicada ao Reclamante a novel redação do art. 844, §2º, da CLT. Tem razão a Reclamada.

Aplique-se.

Custas, pelo reclamante, no importe de **R$100,00**, calculadas sobre o valor arbitrado de **R$5.000,00**.

Nos termos do que dispõe o novo texto do art. 844, §2º, da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13.467/2017, notifique-se o autor, por meio do patrono, via DEJT, para que comprove, no prazo de quinze dias, que sua ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, sob pena de pagamento das custas, que, nesta hipótese, será condição para a propositura de nova demanda.

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juíza do Trabalho

Ata redigida por Maria Oneide Guedes Dias, Secretário(a) de Audiência.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000833-81.2019.5.11.0014

AUTOR	NORMANDO DA SILVA LEAL
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
PERITO	MARCO ANTONIO REIS DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- NORMANDO DA SILVA LEAL

As partes, por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia determinada nos autos será realizada no dia **18/10/2019 às 17:30hs em transporte coletivo a ser disponibilizado pela reclamada, nos termos do item I do despacho de ID f13c85d**.

Notificação

Processo Nº ATSum-0000833-81.2019.5.11.0014

AUTOR	NORMANDO DA SILVA LEAL
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
PERITO	MARCO ANTONIO REIS DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA

As partes, por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia determinada nos autos será realizada no dia **18/10/2019 às 17:30hs em transporte coletivo a ser disponibilizado pela reclamada, nos termos do item I do despacho de ID f13c85d**.

Notificação

Processo Nº ATSum-0002252-75.2015.5.11.0015

AUTOR	RONILDO CARNEIRO PEREIRA
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)
PERITO	MARCO ANTONIO REIS DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

As partes por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia determinada nos autos terá sua realização no dia **08/11/2019 às 16:00hs, em uma das rotas trabalhadas pelo reclamante.**

Notificação

Processo Nº ATSum-0002252-75.2015.5.11.0015

AUTOR	RONILDO CARNEIRO PEREIRA
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
RÉU	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO(OAB: 781-A/AM)
PERITO	MARCO ANTONIO REIS DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- RONILDO CARNEIRO PEREIRA

As partes por meio dos patronos habilitados, tomam ciência que a perícia determinada nos autos terá sua realização no dia **08/11/2019 às 16:00hs, em uma das rotas trabalhadas pelo reclamante.**

16ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001326-86.2018.5.11.0016

AUTOR	CEZAR AUGUSTO DA SILVA CORREIA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME
RÉU	R. L. J. DA COSTA - EPP
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

PROCESSO:0001326-86.2018.5.11.0016

RECLAMANTE: CEZAR AUGUSTO DA SILVA CORREIA

RECLAMADA: V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME e outros (2)

A Dra. SANDRA MARA FREITAS ALVES, Juíza do TRABALHO Substituta da 16ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificada a V S SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME, reclamada para tomar dos embargos de declaração opostos pela litisconsorte, **R. L. J. DA COSTA - EPP,** para, querendo, apresentar manifestação no prazo legal, até o dia 18/10/2019.

Fica V. S.ª notificado(a) de que tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) reclamação trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11**.**

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

CUMPRA-SE.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO na Secretaria da 16ª Vara do Trabalho de Manaus.haml

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho

Notificação

Despacho

Processo Nº ATSum-0000191-05.2019.5.11.0016

AUTOR	CESAR AUGUSTO DE SOUZA
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)

RÉU	KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA.
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CESAR AUGUSTO DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico que foram interpostos Embargos de Declaração pela Reclamada, ao ID 013b49f, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 16:05:41 - 52d3ab7

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092616053107400000017636348

Número do processo: 0000191-05.2019.5.11.0016

Número do documento: 19092616053107400000017636348

DESPACHO

Notifique-se a parte contrária para apresentar manifestação, querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0001103-02.2019.5.11.0016

AUTOR	WALDIR CARMO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	Francisco de Assis Ferreira Pereira(OAB: 1718/AM)
RÉU	METACON CONSTRUCOES MONTAGENS E COMERCIO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- WALDIR CARMO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Considerando a comprovação da existência da Reclamatória nº. 0001774-23.2017.5.11.0007, ajuizada no dia 29/09/2017, que tramitou perante a 7ª VTM, com as mesmas partes, pedidos e causas de pedir, reconheço a prevenção da MM. 7ª VTM, na forma do art. 286, II do CPC, tendo em vista que a reclamatória distribuída nesta Vara o foi no dia 26/09/2019. Assim, determino a remessa àquele juízo:

I- retirem-se os autos de pauta;

II- notifique-se a parte Reclamante, através de seu patrono, publicando-se a presente decisão no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;

III- remetam-se os autos para a 7ª Vara do Trabalho de Manaus.

rgsm

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000169-44.2019.5.11.0016

AUTOR	LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA
ADVOGADO	FRANCISCA VALE MATTEONI(OAB: 817-M/AM)
RÉU	MILLENNIUM LOCADORA LTDA
ADVOGADO	SIGRID DE LIMA PINHEIRO(OAB: 9594/AM)
RÉU	MZF COMERCIO IMPORTACAO E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO	SIGRID DE LIMA PINHEIRO(OAB: 9594/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA
- MILLENNIUM LOCADORA LTDA
- MZF COMERCIO IMPORTACAO E REPRESENTACAO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA, conforme Id e52be5e, em face da Sentença de Id 1954a05.

A parte Embargada em nada se manifestou acerca dos Embargos de Declaração interpostos, conforme Certidão de Id a3611db.

Regularmente interpostos, conheço os Embargos de Declaração.

Os embargos declaratórios supõem, e nisso consiste o mérito deste recurso, que a sentença ou o acórdão haja **omitido** questão relevante ou padeça de **obscuridade**, capaz de comprometer-lhe a compreensão, ou de **contradição**, capaz de prejudicar-lhe o cumprimento ou a eficácia.

Assim, se a decisão embargada não contiver uma dessas falhas, o recurso não deve ser conhecido e, se conhecido, deve ser desprovido, vez que não se pode negligenciar ou desconsiderar a necessidade da observância rigorosa desses chamados pressupostos processuais, muito menos usar o recurso como forma de reversão pura e simples da conclusão do julgado.

No presente caso, alega a Embargante que a decisão foi contraditória ao afirmar o seguinte: "Tendo em vista que a redução da capacidade laborativa do Reclamante é apenas parcial, não apresentando o Reclamante incapacidade laborativa...".

Assim, no entendimento da Embargante, esta afirmação leva a entender que o Reclamante não teve dano patrimonial ou sequer faz jus a lucro cessantes, visto o dano não o impedir de trabalhar.

Decido

Analisados os argumentos da parte Embargante, constata o Juízo que nada há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do julgado, vez que a sentença embargada foi clara, conforme transcrito pela própria Embargante, já que, com a realização da prova técnica judicial, restou demonstrado que atualmente a redução da capacidade laborativa do Reclamante é apenas parcial para atividades semelhantes aquelas desempenhadas para a reclamada, não apresentando o Reclamante incapacidade laborativa para outras atividades que não exijam os esforços despendidos na empresa demandada.

Com tal esclarecimento, entendo que não subsiste os argumentos de suposta omissão ou contradição na sentença embargada, vez que em nada altera os pleitos deferidos, já que, ao contrário do alegado, o Juízo considera que a incapacidade parcial para atividades semelhantes aquelas desempenhadas para a reclamada justifica a indenização por dano material deferida.

Assim, considero impertinentes as alegações apresentadas, sendo oportuno lembrar que os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material a serem sanados, o que não ocorre neste caso.

Por todo o exposto, entendo que a insurgência da parte Embargante quanto à decisão de mérito do julgado somente pode ser atacada por via de Recurso Ordinário, eis que exaurido o exercício judicante deste Juízo quando, seguindo o mandamento constitucional do art. 93, IX, da Constituição Federal e art. 371 do CPC/2015, expôs os motivos de formação do próprio convencimento, apreciando livremente a prova constante dos autos, de modo que, se a parte Embargante concorda ou não com a decisão de mérito, cabe a ela o ônus de apresentar o original recurso para este fim.

Do exposto, resulta a rejeição dos Embargos de Declaração interpostos.

gac***

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000842-37.2019.5.11.0016

AUTOR	EDINELZA FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO	WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA(OAB: 12736/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	MARIA ISABEL GURGEL DO AMARAL PINTO(OAB: 14119/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS

Intimado(s)/Citado(s):

- C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
- EDINELZA FERNANDES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Certifico que foram interpostos Embargos de Declaração pela Reclamada, ao ID b4b444a, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 15:58:52 - 8157440

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092615585195300000017636288

Número do processo: 0000842-37.2019.5.11.0016

Número do documento: 19092615585195300000017636288

DESPACHO

Notifiquem-se as demais partes para apresentarem manifestação,

querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000872-93.2019.5.11.0009

AUTOR	JOAO LUCIO FREIRE DA SILVA
ADVOGADO	MOACIR LUCACHINSKI(OAB: 7143/AM)
ADVOGADO	FELIPE LUCACHINSKI(OAB: 3753/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE LUCACHINSKI(OAB: 6613/AM)
RÉU	RONDONIA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	OTACILIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO LUCIO FREIRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Certifico que foram interpostos Embargos de Declaração pela Reclamada, ao ID c9b5c2c, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 16:09:20 - 4c6bc00

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092616091586100000017636376

Número do processo: 0000872-93.2019.5.11.0009

Número do documento: 19092616091586100000017636376

DESPACHO

Notifique-se a parte contrária para apresentar manifestação, querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000818-09.2019.5.11.0016

AUTOR	JOAO DA SILVA PICANCO
ADVOGADO	MARCUS JOSE QUEIROZ FERREIRA(OAB: 9930/AM)
RÉU	ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASIL
ADVOGADO	CAMILA DA COSTA ALMEIDA(OAB: 8877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASIL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO

Certifico que foram interpostos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO pelo Reclamante ao ID. 442fbbe, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 15:36:32 - e5777c2

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092615362764100000017636145

Número do processo: 0000818-09.2019.5.11.0016

Número do documento: 19092615362764100000017636145

DESPACHO

Notifique-se a parte contrária para apresentar manifestação, querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000698-02.2019.5.11.0004

AUTOR	REJANE DE ANASTACIO VIEIRA

ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
ADVOGADO	JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547/AM)
RÉU	SEGEAM - SERVICOS DE ENFERMAGEM E GESTAO EM SAUDE DO AMAZONAS LTDA - EPP
ADVOGADO	GABRIELA DE BRITO COIMBRA(OAB: 8889/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- REJANE DE ANASTACIO VIEIRA
- SEGEAM - SERVICOS DE ENFERMAGEM E GESTAO EM SAUDE DO AMAZONAS LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico que foram interpostos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO pelo Reclamante ao ID. 7266072, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 16:02:09 - 2669423

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092616020500300000017636316

Número do processo: 0000698-02.2019.5.11.0004

Número do documento: 19092616020500300000017636316

DESPACHO

Notifiquem-se as demais partes para apresentarem manifestação, querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000161-67.2019.5.11.0016

AUTOR	CLAUDIA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	DRIELY KAROLINA BRANDAO RIBEIRO(OAB: 13605/AM)
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico que foram interpostos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO pelo Reclamante ao ID. 7808c8d, no prazo de lei.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE ALBERTO MESQUITA LIMA**- 26/09/2019 15:41:30 - 88294a7

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092615412522500000017636186

Número do processo: 0000161-67.2019.5.11.0016

Número do documento: 19092615412522500000017636186

DESPACHO

Notifique-se a parte contrária para apresentar manifestação, querendo, no prazo legal, **valendo a publicação do presente despacho no DJe como notificação válida para todos os fins legais (Recomendação nº 10/2018 da Corregedoria Regional)**./haml

MANAUS, 26 de Setembro de 2019

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000187-41.2014.5.11.0016

AUTOR	MARIA DAS GRACAS DE SOUZA BURGA
ADVOGADO	DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES(OAB: 2268/AM)
ADVOGADO	ANA CLAUDIA CONDE VIEIRALVES(OAB: 6073/AM)
RÉU	CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A

ADVOGADO	Daniella Novellino de Mesquita(OAB: 3559/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A
- MARIA DAS GRACAS DE SOUZA BURGA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico que a reclamada anexou petição no id.c7c05cd apresentando o comprovante de pagamento da 20ª e última parcela do acordo homologado (Id. 9b1c974 e 2746652).

MANAUS/AM, 27 de setembro de 2019.

JUCILENE BEZERRA DE SOUZA

Assessor

Assinado eletronicamente por: **JUCILENE BEZERRA DE SOUZA**-27/09/2019 10:13:15 - d64e79a

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092710130895900000017640706

Número do processo: 0000187-41.2014.5.11.0016

Número do documento: 19092710130895900000017640706

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, expeça-se o alvará em favor da reclamante, por meio de seu patrono, para receber o valor depositado referente a 20ª e última parcela do acordo homologado ID's 9b1c974 e 2746652. jbs

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000726-36.2016.5.11.0016

AUTOR	VALCILENE DA SILVA SOARES
ADVOGADO	DJANE OLIVEIRA MARINHO(OAB: 5849/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- VALCILENE DA SILVA SOARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

CERTIFICO que juntei aos autos, nesta data, a consulta ao sistema **BACENJUD, cujo resultado é seguinte:**

( ) BLOQUEIO TOTAL;

( ) BLOQUEIO PARCIAL;

(X) NEGATIVO.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 13:04:52 - cab1554

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092413044380900000017612522

Número do processo: 0000726-36.2016.5.11.0016

Número do documento: 19092413044380900000017612522

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, consulte-se o Renajud e Infojud e inclua-se o executada no Banco Nacional de Devedores Trabalhista - BNDT. rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000818-43.2018.5.11.0016

AUTOR	RAPHAELA SOUZA E SERRA
ADVOGADO	ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO(OAB: 5753/AM)
RÉU	C&A MODAS LTDA.
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAPHAELA SOUZA E SERRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que no dia 20/08/2019 expirou o prazo para a executada opor Embargos à Execução.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 27 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 27/09/2019 08:54:33 - 1011efa

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708543341800000017639170

Número do processo: 0000818-43.2018.5.11.0016

Número do documento: 19092708543341800000017639170

DESPACHO PJe-JT

CONSIDERANDO o trânsito em Julgado da decisão, fica notificado o exequente, após a publicação deste despacho, por meio de seu patrono, para receber crédito, no prazo de 5 dias após a expedição do alvará, sob pena de a quantia ser liberada diretamente ao exequente, bem como requerer o que julgar necessário, tendo em vista que o processo será arquivado. Expeça-se alvará, retendo-se os encargos previdenciários, honorários e sucumbência e custas processuais, devendo o beneficiário proceder **ao levantamento da quantia no prazo de 30 (trinta) dias após a expedição do alvará, sob pena de o valor depositado em conta poupança do exequente, e após os recolhimentos dos encargos sociais o processo será arquivado.**

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000974-70.2014.5.11.0016

AUTOR	WEMERSON FAGUNDES DE SOUZA
ADVOGADO	PAULO DIAS GOMES(OAB: 2337/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES(OAB: 7653/AM)
ADVOGADO	HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 7364/AM)
ADVOGADO	KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA(OAB: 5848/AM)
ADVOGADO	LOREN AMORIM GOMES(OAB: 7553/AM)
ADVOGADO	ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8839/AM)
RÉU	ENTERPA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES(OAB: 7906/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENTERPA ENGENHARIA LTDA
- WEMERSON FAGUNDES DE SOUZA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o Mandado de Penhora no Rosto dos Autos do Inventário foi devidamente cumprido, conforme certidão do Oficial de Justiça de ID-a0f2c4f.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 11:57:51 - c91e1f9

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092411574759800000017611510

Número do processo: 0000974-70.2014.5.11.0016

Número do documento: 19092411574759800000017611510

S E N T E N Ç A

Data: 2019-09-24

Processo: 0000974-70.2014.5.11.0016

Reclamante: AUTOR: WEMERSON FAGUNDES DE SOUZA

Reclamada: RÉU: ENTERPA ENGENHARIA LTDA

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 05/06/2014 14:38:47

Rito: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

Vistos etc.

Tendo em vista a habilitação do crédito da exequente no processo de Inventário da executada, declaro extinta a execução nos termos do art. 924, III, c/c o art. 925, ambos do CPC.

Dê-se ciência ao exequente, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Não havendo manifestação por parte do exequente, arquivem-se os autos do processo.rf

null

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002444-68.2016.5.11.0016

AUTOR	ANDRE DOS SANTOS TEIXEIRA
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)

RÉU FILMPLAST DA AMAZONIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE DOS SANTOS TEIXEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

CERTIFICO que juntei aos autos, nesta data, a consulta ao sistema **BACENJUD, cujo resultado é seguinte:**

( ) BLOQUEIO TOTAL;

( ) BLOQUEIO PARCIAL;

(X) NEGATIVO.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 25 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 25/09/2019 14:38:10 - 2d6bd71

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092514380611000000017625659

Número do processo: 0002444-68.2016.5.11.0016

Número do documento: 19092514380611000000017625659

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, consulte-se o Renajud, Infojud e inclua-se a executada no Banco Nacional de Devedores Trabalhista - BNDT. rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000338-89.2018.5.11.0008

AUTOR	MARIA ALICE GUEDES DE LIMA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- MARIA ALICE GUEDES DE LIMA

CERTIDÃO PJe-JT

CERTIFICO que juntei aos autos, nesta data, a consulta ao sistema **BACENJUD, cujo resultado é seguinte:**

( ) BLOQUEIO TOTAL;

( ) BLOQUEIO PARCIAL;

(X) NEGATIVO.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 16:09:20 - b7f4614

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092416091677900000017615216

Número do processo: 0000338-89.2018.5.11.0008

Número do documento: 19092416091677900000017615216

S E N T E N Ç A

Data: 2019-09-24

Processo: 0000338-89.2018.5.11.0008

Reclamante: AUTOR: MARIA ALICE GUEDES DE LIMA

Reclamada: RÉU: ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 23/03/2018 15:20:06

Rito: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

Vistos etc.

Considerando que:

a) a executada não comprovou o recolhimento dos encargos previdenciários, apesar de devidamente notificada;

b) foram frustradas as tentativas de execução, inclusive com consulta ao BACEN-JUD;

c) já houve a inclusão da executada no sistema do Banco Nacional de Devedores Trabalhista - BNDT e que o valor está abaixo do montante discriminado na Portaria n. 582/2013, para manifestação da Procuradoria Geral Federal c/c o Oficio Circular PF/AM n. 582/2013;

Determino o arquivamento dos autos com os registros de praxe.rf

null

Despacho

Processo Nº ExCCP-0000340-98.2019.5.11.0016

EXEQUENTE	MARINEIVA RIBEIRO AIMANE
ADVOGADO	ALEX FERNANDES PINTO(OAB: 14194/AM)

EXECUTADO	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINEIVA RIBEIRO AIMANE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que a exequente anexou petição de ID-b955186, informando o novo endereço da executada, qual seja:Rua Camanaus, nº 18, Quadra I, Conjunto Flores, Bairro Flores, CEP 69.058.799.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 27 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 27/09/2019 07:26:23 - 8015de0

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092707262392400000017638086

Número do processo: 0000340-98.2019.5.11.0016

Número do documento: 19092707262392400000017638086

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, expeça-se novo mandado de citação para a executada no endereço Rua Camanaus, nº 18, Quadra I, Conjunto Flores, Bairro Flores, CEP 69.058.799. rf

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0010013-52.2013.5.11.0008

AUTOR	JAIR SANTA RITA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	Fabrizio de Souza Barbosa Grosso(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	BRUNO BIANCHI FILHO(OAB: 4912/AM)
RÉU	SENSO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM(OAB: 5904/AM)
RÉU	CONSTRUTORA MONTE MORIA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- SENSO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

CERTIFICO que juntei aos autos, nesta data, a consulta ao sistema **BACENJUD, cujo resultado é seguinte:**

( ) BLOQUEIO TOTAL;

(x) BLOQUEIO PARCIAL;

( ) NEGATIVO.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 14:22:05 - 0a9fb74

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092414220718000000017613681

Número do processo: 0010013-52.2013.5.11.0008

Número do documento: 19092414220718000000017613681

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, convolo em penhora os valores bloqueados junto ao Bacen Jud, conforme documento de ID -7bd1ff9 e 93c1ee8.

Dê-se ciência à Executada e seu sócio para, no prazo de cinco dias, manifestar-se sobre a convolação em penhora, caso queira, sob pena de preclusão.rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000970-91.2018.5.11.0016

AUTOR	JARDSON GABRIEL CARDOSO NOBRE
ADVOGADO	JOSÉ WALLACE MAIA DA GAMA(OAB: 5626/AM)

RÉU	FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME
ADVOGADO	MARCIELE MARILIA PRESTES LINS(OAB: 6671/AM)
RÉU	CMMJ ENGENHARIA LIMITADA - EPP
ADVOGADO	MARCIELE MARILIA PRESTES LINS(OAB: 6671/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CMMJ ENGENHARIA LIMITADA - EPP
- FRIOGAS COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que a empresa BENCHIMOL IRMÃO & CIA. LTDA. - BEMOL, anexou petição de ID-c8694eb, informando que no momento do recebimento do Mandado, existiam créditos no valor total de R$ 7.311,82(sete mil, trezentos e onze reais e oitenta e dois centavos), de modo que procedeu ao depósito judicial e efetuou a transferência para o Banco do Brasil.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 27 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 27/09/2019 07:52:30 - 830d54c

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092707522660800000017638247

Número do processo: 0000970-91.2018.5.11.0016

Número do documento: 19092707522660800000017638247

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, convolo em penhora o valor depositado, conforme documento de ID-5c1918c.

Dê-se ciência à Executada para, no prazo de cinco dias, apresentar manifestação, caso queira, sobre o bloqueio efetuado junto as Lojas Bemol, sob pena de preclusão. rf

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0038300-40.2009.5.11.0016

AUTOR	SIND DOS TRAB NAS IND MET MEC E DE MAT ELET DE MANAUS
ADVOGADO	GEYSA MITZ DANTAS GUIMARAES(OAB: 6395/AM)
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	MULTIPLACAS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
RÉU	JOSE BIZERRA MOURAO
RÉU	JUCIVALDO MATIAS PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND DOS TRAB NAS IND MET MEC E DE MAT ELET DE MANAUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o exequente anexou petição de ID-a0592b9, requerendo o desarquivamento e o prosseguimento da execução com a consulta no sistema do Bacen CCS em nome da executada e seu sócio.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 08:19:10 - 431a87c

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092408181541500000017607260

Número do processo: 0038300-40.2009.5.11.0016

Número do documento: 19092408181541500000017607260

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, defiro o pedido, consulte-se o Bacen CCS. rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001859-50.2015.5.11.0016

AUTOR	CARLOS CESAR OLIVEIRA NOGUEIRA
ADVOGADO	AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA(OAB: 5979/AM)
RÉU	IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.
ADVOGADO	GLEDIS DE MORAIS LUCIO(OAB: 173139/SP)
ADVOGADO	KARINA AVINO QUINTILIANO BASSO(OAB: 149581/SP)
ADVOGADO	MARIA CAROLINA ANTUNES DE SOUZA(OAB: 163292/SP)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS CESAR OLIVEIRA NOGUEIRA
- IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o exequente anexou petição de ID-eef78c6, renunciando o prazo recursal, nos termos do artigo 999 do Novo Código de Processo Civil, para que o r. decisum transite desde já em julgado, requerendo assim seja determinada a imediata baixa do liberação do crédito remanescente ao Exequente e a expedição de alvará judicial para saque no montante liquido do crédito do exequente.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 24 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 24/09/2019 10:54:17 - dc589b1

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092410541206200000017610287

Número do processo: 0001859-50.2015.5.11.0016

Número do documento: 19092410541206200000017610287

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, considerando a expressa renuncia do prazo recursal pelo exequente em relação a sentença de embargos à execução. Defiro o pedido formulado, expeça-se alvará em favor do exequente, observando-se as determinação contida na sentença de embargos à execução.rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0227100-52.2009.5.11.0016

AUTOR	ANTONIO CARLOS SALDANHA DE SOUSA
ADVOGADO	Wagner Ricardo Ferreira Penha(OAB: 2924/AM)
RÉU	SERVIMEC ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - ME
LITISCONSORTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA(OAB: 67460/RJ)
ADVOGADO	JULIANA TEREZINHA DA SILVA MEDEIROS(OAB: 5360/AM)
ADVOGADO	RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO(OAB: 1724/AM)
ADVOGADO	PABLO DA SILVA NEGREIROS(OAB: 4227/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS SALDANHA DE SOUSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o processo 0000385-78.2014.5.11.0016 em que é exequente Ica Bacuri de Souza, CPF: 413.406.392-20 e executada Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras- CNPJ: 33.000.167/0001-01, encontra-se pendente de pagamento nesta Vara.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 19 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 19/09/2019 16:03:07 - 8ac6aac

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091916030223000000017578186

Número do processo: 0227100-52.2009.5.11.0016

Número do documento: 19091916030223000000017578186

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, oficie-se a Caixa Econômica Federal para efetuar a transferência do saldo remanescente na conta judicial 2686042048296106 e os depósitos recursais com cópias em anexo para os do processo 0000385-78.2014.5.11.0016 em que é exequente Ica Bacuri de Souza, CPF: 413.406.392-20 e executada Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras- CNPJ: 33.000.167/0001-01, que se encontra pendente de pagamento. rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0001704-76.2017.5.11.0016

AUTOR	JOSE BEZERRA SANTOS
ADVOGADO	JUSSELIA GUIMARAES FERREIRA DA SILVA(OAB: 11402/AM)
RÉU	ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A
ADVOGADO	ARMANDO CLAUDIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A
- JOSE BEZERRA SANTOS

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o processo encontra-se quitado com acordo homologado no NAE foi devidamente pago e comprovado nos autos os encargos previdenciários,

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 26 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 26/09/2019 09:37:49 - 6d9763f

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092609374469600000017630929

Número do processo: 0001704-76.2017.5.11.0016

Número do documento: 19092609374469600000017630929

S E N T E N Ç A

Data: 2019-09-26

Processo: 0001704-76.2017.5.11.0016

Reclamante: AUTOR: JOSE BEZERRA SANTOS

Reclamada: RÉU: ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A

Objeto:Conforme consta da inicial

Data da autuação: 20/09/2017 11:25:29

Rito: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

Vistos etc.

Trata-se de execução de título judicial com a finalidade de efetivação do pagamento dos valores constantes do título, devidamente corrigidos e atualizados.

Compulsando-se os autos, constato a efetiva quitação total da dívida, ante o pagamento, pela executada, da quantia objeto da execução.

Isto posto, DECIDO DECLARAR A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELO PAGAMENTO DA DÍVIDA, NOS TERMOS DO ART. 924, INCISO II, DO CPC, DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA (ART. 769 DA CLT). PROCEDA-SE À EXCLUSÃO DO(S) DEVEDOR(E) DO BNTD, E TODAS AS DEMAIS CONSTRIÇÕES QUE POSSAM TER INCIDIDO SOBRE BENS DA EXECUTADA, SE FOR O CASO. ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE OS AUTOS. rf

null

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002134-33.2014.5.11.0016

AUTOR	GILBERTO VARGAS
ADVOGADO	CLECI TEREZINHA MUXFELDT(OAB: 20274/PR)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	HELOIZA PENALBER LOBO PEREIRA(OAB: 9027/AM)
ADVOGADO	ROLNEY JOSE FAZOLATO(OAB: 1369-B/RJ)
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A
ADVOGADO	DENIS ROSAS DE ARAUJO(OAB: 3510/AM)
ADVOGADO	ROSICLEIDE SERPA DE SOUZA ALVES(OAB: 22904/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A
- BANCO BRADESCO S.A.
- GILBERTO VARGAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que o exequente interpôs Agravo de Petição, no prazo de lei, ID-8ec0659.

CERTIFICO, ainda, que o(a) Litisconsorte interpôs Agravo de Petição, no prazo de lei, ID-92c1c64.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 27 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 27/09/2019 13:04:03 - 71955bd
https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092713040161100000017643487
Número do processo: 0002134-33.2014.5.11.0016
Número do documento: 19092713040161100000017643487

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Tendo em vista o teor da certidão supra, determino:
1. Admite-se o Agravo de Petição pelo(a) Exequente e Litisconsorte porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade quais sejam: recurso tempestivo, subscrito por advogado regularmente habilitado e valor da execução garantido;
2. À parte contrária para, querendo, oferecer contraminuta ao Agravo de Petição, no prazo de lei, valendo a publicação deste despacho como notificação;
3. Colhidas as Contrarrazões e não havendo outras pendências, encaminhem-se os autos ao Egrégio TRT.

Assinatura
MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO
Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001876-86.2015.5.11.0016

AUTOR	ADIMILSON MENEZES PRAXEDES MATOS
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA(OAB: 7274/AM)
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
RÉU	MASP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):
- ADIMILSON MENEZES PRAXEDES MATOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que nesta data anexo a consulta realizada nos sistema do Renajud.
CERTIFICO para os devidos fins que, em consulta ao sistema INFOJUD, obtive as seguintes informações:
1. TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 03.439.355/0001-70 (executada).
Não apresentou Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - Inativa 2016 e 2017;
NÃO declarou a existência de bens e/ou direitos
É o que me cumpre certificar.
MANAUS/AM, 25 de setembro de 2019.
Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 25/09/2019 08:00:49 - 9ece155
https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092508002174600000017618381
Número do processo: 0000328-89.2016.5.11.0016
Número do documento: 19092508002174600000017618381

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, notifique-se o reclamante para indicar diretrizes para fins de prosseguimento da execução neste processo, no prazo de 08 (oito) dias, sob pena de arquivamento dos autos, conforme artigo 40 da Lei 6830/80;
Expirado o prazo, em branco, arquive-se o processo provisoriamente e inicie-se a contagem do prazo prescricional, conforme art.; 11-A, incluído na CLT pela lei. 13.467/2017. rf

Assinatura
MANAUS, 27 de Setembro de 2019

MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO
Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002384-95.2016.5.11.0016

AUTOR	KELLY CRISTINA FONSECA SOARES
ADVOGADO	PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS(OAB: 7887/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):
- KELLY CRISTINA FONSECA SOARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO PJe-JT

CERTIFICO que juntei aos autos, nesta data, a consulta ao sistema **BACENJUD, cujo resultado é seguinte:**

( ) BLOQUEIO TOTAL;

( ) BLOQUEIO PARCIAL;

(X) NEGATIVO.

É o que me cumpre certificar.

MANAUS/AM, 25 de setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: **ROSIETE FERNANDES DE MELLO** - 25/09/2019 15:19:20 - ba979d0

https://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092515190710100000017626188

Número do processo: 0002384-95.2016.5.11.0016

Número do documento: 19092515190710100000017626188

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, consultem-se os sistemas do Renajud, Infojud e inclua-se o nome da executada no Banco Nacional de Devedores Trabalhista - BNDT. rf

Assinatura

MANAUS, 28 de Setembro de 2019

SANDRA MARA FREITAS ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0203800-95.2008.5.11.0016

AUTOR	PATRICIA BEZERRA ASATO
ADVOGADO	BARBARA CORREA BARROSO(OAB: 5995/AM)
ADVOGADO	CAIO VITOR DE OLIVEIRA BARBOSA(OAB: 40778/CE)
ADVOGADO	LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS(OAB: 5641/AM)
RÉU	ANTONIO JOSE DE CASTRO ALVES
RÉU	AMC CONSTRUCOES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
RÉU	PAULO SERGIO LEITE MOURA
RÉU	JOSE ROCIVAN BARBOSA OLIVEIRA
RÉU	CONSTRUTORA VNC LTDA
ADVOGADO	SILVIO CESAR FARIAS(OAB: 6207/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA BEZERRA ASATO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO

PROCESSO:	**0203800-95.2008.5.11.0016**
RECLAMANTE:	**PATRICIA BEZERRA ASATO**
ADV. RECLAMANTE:	**Advogado(s) do reclamante: CAIO VITOR DE OLIVEIRA**
RECLAMADA:	**AMC CONSTRUCOES COMERCIO E**
ADV. RECLAMADA:	**Advogado(s) do reclamado: SILVIO CESAR FARIAS**

De ordem do(a) Exm(a). Dr(a). **MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO**, Juiz do Trabalho, Titular desta Vara, fica Vossa Senhoria NOTIFICADO, por meio de seu(ua) patrono(a), para tomar ciência do despacho de ID-4ca3b39 com o seguinte teor:

"dê-se ciência ao advogado da exequente sobre o acordo extrajudicial assinado pela exequente, no prazo de 08 (oito) dias,

sob pena de preclusão".

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000977-54.2016.5.11.0016

AUTOR	MARIA NONATA DE ARAUJO FREIRE
ADVOGADO	PAULO AGNER DA SILVA SOUZA(OAB: 5361/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
ADVOGADO	FLAVIA RAMOS DE CARVALHO(OAB: 8786/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO

PROCESSO:	**0000977-54.2016.5.11.0016**
RECLAMANTE:	**MARIA NONATA DE ARAUJO FREIRE**
ADV. RECLAMANTE:	**Advogado(s) do reclamante: PAULO AGNER DA SILVA**
RECLAMADA:	**TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**
ADV. RECLAMADA:	**Advogado(s) do reclamado: FLAVIA RAMOS DE**

De ordem do(a) Exm(a). Dr(a). **MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO**, Juiz do Trabalho, Titular desta Vara, fica Vossa Senhoria NOTIFICADO, por meio de seu(ua) patrono(a), para tomar manifestar-se sobre a impugnação a execução pelo Estado do Amazonas.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000918-66.2016.5.11.0016

AUTOR	MARCELA DE SALES GARCIA
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
ADVOGADO	FLAVIA RAMOS DE CARVALHO(OAB: 8786/AM)
RÉU	SIMEA - SOCIEDADE INTEGRADA MEDICA DO AMAZONAS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

MM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

INTIMAÇÃO

PROCESSO:	**0000918-66.2016.5.11.0016**
RECLAMANTE:	**MARCELA DE SALES GARCIA**
ADV. RECLAMANTE:	
RECLAMADA:	**TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**
ADV. RECLAMADA:	**Advogado(s) do reclamado: FLAVIA RAMOS DE**

De ordem do(a) Exm(a). Dr(a). **MARIA DE LOURDES GUEDES MONTENEGRO**, Juiz do Trabalho, Titular desta Vara, Fica Vossa Senhoria NOTIFICADA, por meio de sua patrona, para apresentar manifestação, querendo, acerca da impugnação à execução apresentada pelo litisconsorte ESTADO DO AMAZONAS, querendo, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 16ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0002457-64.2016.5.11.0017

AUTOR	MARIA DO SOCORRO DE JESUS CAMPOS
ADVOGADO	FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS(OAB: 12232/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O doutor RAMON MAGALHÃES SILVA, JUIZ SUBSTITUTO DO TRABALHO da 17ª VARA DO TRABALHO de MANAUS**.**

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica intimada **TAPAJOS SERVICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**, com endereço incerto e não sabido, para, querendo, manifestar-se acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante, sob pena de sua homologação por este juízo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, 30 de Setembro de 2019.

Edital

Processo Nº ATOrd-0001264-77.2017.5.11.0017

AUTOR	LUCIENE GOMES PEREIRA
ADVOGADO	IOLDY VANIO LIMA DA FONSECA(OAB: 8069/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	SISMED SERVICOS MEDICOS LTDA - ME
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
ADVOGADO	GLAYTHON BARRETO DE MENEZES(OAB: 9901/AM)
ADVOGADO	PAULA CECILIA RODRIGUES DE SOUZA(OAB: 4482/AM)
ADVOGADO	FABIANO MEDANI FRIZERA ALTOE(OAB: 16714/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- SISMED SERVICOS MEDICOS LTDA - ME

Edital de Notificação

De ordem do Dr. RAMON MAGALHÂES SILVA, juiz SUBSTITUTO do Trabalho da 17ª Vara do Trabalho de Manaus

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado a reclamada SISMED SERVICOS MEDICOS LTDA - ME e outros (2) , que se encontra em lugar incerto e não sabido, para proceder a baixa na CTPS da Reclamante, conforme postulado, para que fique registrada a data de saída em **20.03.2017**. O reclamante deverá providenciar a entrega da CTPS para a correta anotação no prazo de 10 dias..

Fica ainda o reclamado notificado, de que o processo supramencionadotramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) Reclamação Trabalhista, cuja SENTENÇA e demais documentos poderão ser acessados via internet:

http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 17ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

Edital

Processo Nº Oposic-0000358-19.2019.5.11.0017

OPOENTE	LUCIANE BERNARDO POZZETTI
ADVOGADO	TATIANA DA SILVA CINQUE(OAB: 12043/AM)
OPOSTO	SAULO MENDONCA RIBEIRO
ADVOGADO	MARCELLUS DE MAGALHAES CORDEIRO JUNIOR(OAB: 7085/AM)
OPOSTO	HEJUSA IND. E COM. DE ARTEFATOS DE MAD. E FERRO LTDA
OPOSTO	UNIÃO FEDERAL (PGFN) - AM

Intimado(s)/Citado(s):

- HEJUSA IND. E COM. DE ARTEFATOS DE MAD. E FERRO LTDA

Edital de Notificação

DE ordem do Dr. ADELSON SILVA DOS SANTOS, juiz Substituto do Trabalho da 17ª Vara do Trabalho de Manaus

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado a reclamada **HEJUSA IND. E COM. DE ARTEFATOS DE MAD. E FERRO LTDA** e outros (2) , que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da Sentença prolatada nos autos do Processo Eletrônico supramencionado, no dia 25/06/2019 (Id cc75617), bem como contraminutar o agravo de petição, opostos pela UNIÃO FEDERAL, no prazo de 08 dias.

Fica ainda o reclamado notificado, de que o processo supramencionadotramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) Reclamação Trabalhista, cuja SENTENÇA e demais documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 17ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000916-93.2016.5.11.0017

AUTOR	DILVANO TOMAZ DA SILVA
ADVOGADO	AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA(OAB: 5979/AM)
AUTOR	JOAO JOVANI PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	ADILCE PEREIRA DO AMARAL(OAB: 6513/AM)
AUTOR	FRANCISCO DA SILVA PASTOR
ADVOGADO	CLÁUDIA DE FÁTIMA MATTOS DE SOUZA(OAB: 6651/AM)
AUTOR	CLAUDIOMAR CORDEIRO DE SOUZA

ADVOGADO	Louise Martinez Almeida Chaves(OAB: 5561/AM)
AUTOR	JANDERSON DE MOURA MELGUEIRO
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
AUTOR	RAYMUNDO ANDRYWS DOS SANTOS FERREIRA PEREIRA
ADVOGADO	MARCUS JOSE QUEIROZ FERREIRA(OAB: 9930/AM)
AUTOR	ANTONIO ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
AUTOR	FRANCISCO BEZERRA BATISTA
ADVOGADO	LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA(OAB: 8908/AM)
ADVOGADO	GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO(OAB: 10244/AM)
AUTOR	OZENIL ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO	MARIA KATIA BATISTA MARTINS(OAB: 9581/AM)
ADVOGADO	RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO(OAB: 8881/AM)
AUTOR	ALDEMIR ALMEIDA DELFINO
ADVOGADO	KETLEN ROQUE DOS ANJOS(OAB: 10827/AM)
AUTOR	ERICK PATRICK FARIAS ALVES
ADVOGADO	NATALIA CRISTINA DE MORAES(OAB: 11186/AM)
AUTOR	RODRIGO SOARES DE SOUZA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
AUTOR	RICARDO JOSE EMETERIO DOS SANTOS
ADVOGADO	Fabrizio de Souza Barbosa Grosso(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	BRUNO BIANCHI FILHO(OAB: 4912/AM)
AUTOR	AFONSO DE SOUZA ALVES
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
AUTOR	ERILCO PEREIRA CIDADE
ADVOGADO	MARY JANE FARACO DE ANDRADE LOPES(OAB: 5815/AM)
RÉU	ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
ADVOGADO	ADRIANA BARBOSA SODRE FLORES(OAB: 4273/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	MARIA DE FATIMA MAGALHAES MENDES
RÉU	RAIMUNDO MENDES MAGALHAES

Intimado(s)/Citado(s):

- AFONSO DE SOUZA ALVES
- ALDEMIR ALMEIDA DELFINO
- ANTONIO ALVES DE CARVALHO
- CLAUDIOMAR CORDEIRO DE SOUZA
- DILVANO TOMAZ DA SILVA
- ERICK PATRICK FARIAS ALVES
- ERILCO PEREIRA CIDADE
- ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA
- FRANCISCO BEZERRA BATISTA
- FRANCISCO DA SILVA PASTOR
- JANDERSON DE MOURA MELGUEIRO
- JOAO JOVANI PEREIRA DA SILVA
- OZENIL ALVES DE CARVALHO
- RAYMUNDO ANDRYWS DOS SANTOS FERREIRA PEREIRA
- RICARDO JOSE EMETERIO DOS SANTOS
- RODRIGO SOARES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Expeça-se mandado ao 1º Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus para que ele forneça a certidão narrativa do imóvel de matrícula 48308.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001037-19.2019.5.11.0017

AUTOR	ANA CAROLINA ALVES RODRIGUES RAMOS
ADVOGADO	ELCI CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 8337/AM)
ADVOGADO	ELIEZER LEAO GONZALES(OAB: 212-M/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR
ADVOGADO	CAMILLA TRINDADE BASTOS(OAB: 13957/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINA ALVES RODRIGUES RAMOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos etc.,

O reclamante requer por meio da petição de id (6aeaadf) a **DESISTÊNCIA** da reclamatória. Assim sendo DEFIRO o pedido e, portanto, **HOMOLOGO** a desistência, momento em que declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015, defiro o benefício da justiça gratuita, vez que preenchidos os requisitos legais, dispensando, consequentemente, o reclamante do pagamento de custas, art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT.

DÊ-se ciência às partes. Após, retire-se de pauta e arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000741-94.2019.5.11.0017

AUTOR	LIZENEIA DA CRUZ LOURENCO
ADVOGADO	JEAN CARLO NAVARRO CORREA(OAB: 5114/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	NATASJA DESCHOOLMEESTER(OAB: 2140/AM)
ADVOGADO	CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES(OAB: 4693/AM)
RÉU	SODEXO RID SERVICOS E COMERCIO DE ALIMENTACAO LTDA.
ADVOGADO	FELIPE NAVEGA MEDEIROS(OAB: 217017/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SODEXO RID SERVICOS E COMERCIO DE ALIMENTACAO LTDA.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: (92) 36272173 - EMAIL:

PROCESSO: 0000741-94.2019.5.11.0017

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: LIZENEIA DA CRUZ LOURENCO

RÉU: SODEXO RID SERVICOS E COMERCIO DE ALIMENTACAO LTDA. e outros

Fica intimado(a) executado(a), para, querendo, no prazo legal, manifestar-se acerca do recurso apresentado pela parte contrária.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001330-91.2016.5.11.0017

AUTOR	FRANCISCO GORDIANO E SILVA
ADVOGADO	JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA(OAB: 4040/AM)
RÉU	AMMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO(OAB: 8881/AM)
ADVOGADO	MARIA KATIA BATISTA MARTINS(OAB: 9581/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- FRANCISCO GORDIANO E SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos e analisados os autos.

Conforme determinação constante do despacho de Id.: 885ded9, as partes apresentaram planilhas de cálculo, pormenorizando as parcelas e valores que entendem devidos ao autor. Passo, então, à análise das impugnações apresentadas.

Inicialmente, observo que o autor desta reclamatória trabalhista utiliza índices de correção monetária consideravelmente superiores aos devidos, uma vez que o fator de atualização 5,87448000 remonta ao ano de 1994, conforme consulta realizada à tabela disponibilizada pelo CSJT para fins de correção monetária, ao passo que as parcelas deferidas remontam ao período compreendido entre os anos de 2007 e 2015, considerando os recolhimentos fundiários ora deferidos, razão pela qual desde já não devem prosperar os cálculos elaborados pelo reclamante.

Em adição, verifica-se que as decisões de mérito constantes destes autos consignaram que houve a redução da comissão que era paga ao obreiro, deferindo ao autor o pagamento de diferença equivalente ao percentual de 0,12%, além da condenação da reclamada ao pagamento de DSR. Portanto, percentual apuração de percentual diverso não encontra respaldo nas disposições da sentença e acórdão prolatados no bojo destes autos.

Igualmente, não há que se falar em apuração de reflexos em Férias + 1/3 (Dobro), uma vez que tal disposição extrapola os comandos

decisórios constantes dos autos, na forma do artigo 879, §1º, da CLT, o qual dispõe ser incabível inovar ou modificar as disposições do julgado em fase de liquidação.

Ademais, importante destacar que já houve o adimplemento das importâncias cominadas a título de custas processuais, como revelam os documentos de fls. 336/337.

Portanto, pelas razões acima expostas, não devem prosperar os cálculos apresentados pelo autor.

No mais, os cálculos elaborados pela reclamada igualmente não devem ser homologados, uma vez que utilizam índices de correção monetária incorretos, bem como deixam de deduzir o saldo atualizado dos valores depositados a título de depósito recursal.

Ante o exposto, homologo desde já os cálculos de Id.: **4b2b992**, elaborados pela contadoria desta Vara, com base nas disposições constantes da presente decisão, para que estes surtam desde já seus jurídicos e legais efeitos.

Fica desde já notificada a reclamada para, no prazo de **48 horas**, proceder ao depósito dos valores constantes dos cálculos homologados por esta Vara, nos termos do artigo 880 da CLT.

Intimem-se as partes acerca desta decisão, valendo a sua publicação como notificação.

Reitere-se que esta decisão possui natureza interlocutória, sendo irrecorrível, nos termos do artigo 893 §1º, uma vez que integra a fase de liquidação e não possui caráter definitivo.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000705-86.2018.5.11.0017

AUTOR	LUIZ GONZAGA DOS SANTOS NETO
ADVOGADO	NATIELEN SOUZA DE CARVALHO(OAB: 12940/AM)
RÉU	C S CONSTRUCAO CONSERVACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ GONZAGA DOS SANTOS NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

I. Convolo em penhora o valor bloqueado nestes autos e constante da certidão de ID.:ba96af3. Fica o patrono da reclamada, Dr. Porfírio Almeida Lemos Neto - CPF: 343.037.902-49/ OAB: AM6117, ciente da referida penhora a partir da publicação deste despacho no DEJT;

II. Expirado, em branco, o prazo para Embargos, pague-se ao exequente até o limite dos seus créditos;

III. Por fim, encerre-se a execução, por meio de julgamento; e arquivem-se os autos definitivamente, com as cautelas de praxe.

A publicação do despacho vale como notificação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001732-17.2012.5.11.0017

AUTOR	ARMANDO DA SILVA PINTO JUNIOR
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RÉU	SHOWA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
ADVOGADO	VANIAS BATISTA DE MENDONCA(OAB: 3888/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMANDO DA SILVA PINTO JUNIOR
- SHOWA DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a expiração do prazo para a executada opor embargos à execução (certidão de id. 3d42e56), expeça-se alvará ao exequente.

Após, encerre-se a execução por meio de julgamento e arquivem-se os autos definitivamente.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001794-52.2015.5.11.0017

AUTOR	ANGELITA SOUZA DOS SANTOS
ADVOGADO	DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
RÉU	RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA
ADVOGADO	KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE MANAUS

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELITA SOUZA DOS SANTOS
- RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

I. Homologo os cálculos de liquidação de sentença de id 4a94065, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos;

II. Fica citada, por meio desta decisão, observando os princípios da instrumentalidade, celeridade, economia e efetividade da jurisdição, a executada RCA CONSTRUCOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - CNPJ: 11.546.821/0001-44 , na pessoa de seu(s) patrono(s) habilitado(s) nestes autos eletrônicos, Dra. KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA - OAB: AM7046 - CPF: 618.177.082-87, para pagar ou garantir a importância de R$ 4.623,15 (quatro mil, seiscentos e vinte e três reais e quinze centavos), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de imediata penhora online via BACENJUD e RENAJUD.

III. Dê-se ciência ao reclamante dos cálculos homologados.

A publicação desta decisão vale como notificação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001452-12.2013.5.11.0017

AUTOR	MILQ BELG FERREIRA CARDOSO
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	TP VISION INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
ADVOGADO	CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE(OAB: 7984/AM)
RÉU	PHILIPS DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
ADVOGADO	SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 2118/AM)
ADVOGADO	RENATA VIANA DE MENDONCA DOS SANTOS(OAB: 5783/AM)
ADVOGADO	ANA LUIZA DE SA GERLACH(OAB: 8656/AM)
ADVOGADO	FABIO RIVELLI(OAB: 34908/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MILQ BELG FERREIRA CARDOSO
- PHILIPS DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
- TP VISION INDUSTRIA ELETRONICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

A executadaPHILIPS DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA apresentou agravo de petição (id. 842e344), insurgindo-se contra a decisão de impugnação aos cálculos.

Ocorre que ao referido recurso não pode ser dado prosseguimento, sob pena de afronta ao §1º do art. 893, da CLT e à súmula 214, do TST, conforme segue:

Art. 893 - Das decisões são admissíveis os seguintes recursos:

(...)

§ 1º - Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva.

Súmula nº 214 do TST

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE (nova redação) - Res. 127/2005, DJ 14, 15 e 16.03.2005. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT. (Grifou-se)

Assim, por este caso não se enquadrar em nenhuma das hipóteses acima elencadas, DENEGO seguimento ao agravo de petição.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000080-57.2015.5.11.0017

AUTOR	SIND.DOS TRABA.NAS INDU.DA CONST.CIVIL,MONT.E MANUT. INDU.CONST.E MONT.GASOD.E OLEOD.E ENG.CON.DO MUNIC.DE COARI-AM
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	VARA DO TRABALHO DE COARI
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	PEDRO LUCAS LINDOSO(OAB: 4543/DF)
ADVOGADO	ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND(OAB: 212895/SP)
ADVOGADO	ANDRE FABIO PEREIRA GURGEL(OAB: 5415/RN)
RÉU	SD COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	JOSE EDVALDO SOUSA FERREIRA(OAB: 7086/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	Ministério Público do Trabalho

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- SD COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
- SIND.DOS TRABA.NAS INDU.DA CONST.CIVIL,MONT.E MANUT. INDU.CONST.E MONT.GASOD.E OLEOD.E ENG.CON.DO MUNIC.DE COARI-AM

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Aguarde-se por 15 (quinze) dias, até que a executada PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS apresente proposta de acordo, conforme registrado em ata de audiência (id. 097f25f).

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000589-51.2016.5.11.0017

AUTOR	ELDA DOS SANTOS ASSUNCAO
ADVOGADO	IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 5533/AM)
RÉU	MARCELO DE SOUZA HARB
RÉU	M DE S HARB EIRELI
ADVOGADO	Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELDA DOS SANTOS ASSUNCAO
- M DE S HARB EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO-PJE

Tendo em vista a situação socioeconômico do País, os juízes trabalhistas, em especial a 17ª Vara do Trabalho de Manaus, vêm permitindo a aplicação do parcelamento do débito executório, o que está sendo mantido pelos Tribunais, conforme julgado abaixo:

"EMENTA: EXECUÇÃO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. APLICAÇÃO DO ART. 745-A DO ANTIGO CPC. POSSIBILIDADE. O procedimento tratado no artigo 745-A do antigo CPC (atualmente previsto no art. 916) pode ser aplicado ao processo do trabalho quando se verificar, em cada caso concreto, que tal medida possibilita maior efetividade da tutela jurisdicional."

Sob esse fundamento, os juízes do TRT da 10ª Região aprovaram no início de 2016, em evento realizado pela sua Escola Judicial, uma série de enunciados, dentre eles um que trata sobre o tema:

"Enunciado 44. EXECUÇÃO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. POSSIBILIDADE. A vedação expressa de parcelamento do débito nas execuções fundadas em título judicial (CPC, art. 916, § 7º) retira do executado o direito subjetivo líquido e certo a esse modo de facilitação de pagamento. Contudo, dentro da amplitude de poderes conferidos ao juiz na execução (CPC, art. 139, IV), poderá o magistrado, nas execuções de difícil solução, mediante decisão devidamente fundamentada, autorizar o pagamento parcelado do débito, com juros e correção monetária, com ou sem o consentimento do exequente."

A posição acima descrita e adotada pela Justiça do Trabalho está em conformidade com o espírito das normas fundamentais do CPC. Os arts. 4º e 8º do referido diploma ratificam a imprescindibilidade da razoável duração do processo e da obtenção da tutela satisfativa e orientam os juízes, como sujeitos processuais, a aplicar o

processo atendendo "aos fins sociais e às exigências do bem comum", bem como "resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência".

Considerando, também, o art. 769 Consolidado, in verbis:
" Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título."

Considerando, por fim, o art. 805 do CPC:
"Art. 805. Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado." Decido:

I. Deferir o pedido de parcelamento de id.:05bfcc6 apresentado pela executada M DE S HARB EIRELI - CNPJ: 03.665.702/0001-82, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, incidindo a multa de 10% no caso de inadimplemento, nos termos da lei, sob pena de bloqueio via Bacenjud e Renajud.
Sendo a entrada de R$2.593,15 depositada na conta de nº2686 042 04879115-8;

Demais parcelas, conforme cálculos de parcelamento de id.:2c6316a, a serem pagas da seguinte forma:

1ª parcela no valor de R$1.019,54 para o dia 29/10/2019;
2ª parcela no valor de R$1.028,96 para o dia 27/11/2019;
3ª parcela no valor de R$1.039,04 para o dia 27/12/2019;
4ª parcela no valor de R$1.049,13 para o dia 27/01/2020;
5ª parcela no valor de R$1.059,21 para o dia 27/02/2020;
6ª parcela no valor de R$1.069,29 para o dia 27/03/2020.

II - Libere-se os valores já depositados em favor do exequente na conta nº2686 042 04879115-8, no importe de R$2.593,15;
III - Aguarde-se o pagamento das demais parcelas.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000928-78.2014.5.11.0017

AUTOR	JOSE OZINEY LELIS CASTRO
ADVOGADO	MILCYETE BRAGA ASSAYAG(OAB: 5006/AM)
RÉU	TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO	GUSTAVO LUIS DE ALBUQUERQUE CARDOSO(OAB: 17485/BA)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE OZINEY LELIS CASTRO
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a expiração de prazo para a reclamada opor embargos à execução (certidão de id. 4fd2ee6), expeça-se alvará em favor do reclamante.
Após, encerre-se a execução por meio de julgamento e arquivem-se definitivamente os autos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000732-74.2015.5.11.0017

AUTOR	SOLANGE GUEDES VASCONCELOS
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	LAURIMAR VINHOTE DE SOUZA
RÉU	LAURIMAR VINHOTE DE SOUZA - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS

Intimado(s)/Citado(s):

- SOLANGE GUEDES VASCONCELOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Recebo o agravo de petição interposto pelo(a) Estado do Amazonas, porque tempestivo e contando com regular representação processual, bem como a contraminuta apresentada pelo reclamante são tempestivas e subscritas por advogado habilitado. Assim, por estarem presentes os pressupostos intrínsecos de admissibilidade da medida, remeto os autos ao Eg. TRT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001130-16.2018.5.11.0017

AUTOR	ANTONIO CESAR SANTOS UCHOA
ADVOGADO	JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA(OAB: 4364/AM)
RÉU	NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
ADVOGADO	FERNANDO ROGERIO PELUSO(OAB: 207679/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CESAR SANTOS UCHOA
- NOVAMED FABRICACAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a solicitação da executada (id. 0383143), concedo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para pagamento da execução.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001372-09.2017.5.11.0017

AUTOR	VANESSA GOMES PADILHA
ADVOGADO	UIRATAN DE OLIVEIRA(OAB: 3431/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	SIMEA - SOCIEDADE INTEGRADA MEDICA DO AMAZONAS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- VANESSA GOMES PADILHA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando as informações contida na petição de Id.04cb615, defiro o pedido.

Expeça-se alvará de FGTS, em favor da reclamante.

Aguarde-se por mais 08 dias, para a reclamante apresentar cálculos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000213-60.2019.5.11.0017

AUTOR	SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS
ADVOGADO	ELIAS SERENO DE SOUZA(OAB: 12819/AM)
ADVOGADO	CARLA DE PAULA LIMA(OAB: 12539/AM)
RÉU	S V INSTALACOES LTDA
ADVOGADO	Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva(OAB: 6276/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- S V INSTALACOES LTDA
- SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a expiração do prazo para a reclamada opor embargos à execução (certidão de id. ba3b599), expeça-se alvará em favor do reclamante.

Após, encerre-se a execução e arquivem-se definitivamente os autos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001174-35.2018.5.11.0017

AUTOR	ABRAAO RODRIGUES GONCALVES
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	PESSI E PESSI LTDA
ADVOGADO	ANTONIO TAVARES FERREIRA COSTA(OAB: 6941/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRAAO RODRIGUES GONCALVES
- PESSI E PESSI LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Convolo em penhora o valor bloqueado via Bacenjud (ids. 45a1f0b, 0489cd8,2dfeeb9 e e65a3b0) - R$ 35.279,79 (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Fica notificada, por meio deste, a executadaPESSI E PESSI LTDA - CNPJ: 12.135.181/0001-42 na pessoa de seu patrono - Dr.ANTONIO TAVARES FERREIRA COSTA - OAB: AM6941 - CPF: 257.580.807-30 - para, querendo, opor embargos à execução.

Expirado em branco o prazo, pague-se o exequente até o limite de seu crédito.

Após, encerre-se a execução por meio de julgamento e arquivem-se os autos.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000720-55.2018.5.11.0017

AUTOR	MARCOS FERREIRA BARBOSA
RÉU	SELMA SILVA DOS SANTOS
RÉU	S S DOS SANTOS - ME
ADVOGADO	ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE(OAB: 7338/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- S S DOS SANTOS - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Fica intimada a reclamada, para que em 5 dias, comprove o pagamento da 6º parcela do acordo no valor de R$ 849,95 vencida em 19/09/2019.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000534-32.2018.5.11.0017

AUTOR	DULCICLEIDE SANTANA ARAUJO
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	W. R. FREITAS DO NASCIMENTO - ME
RÉU	WLADIA RAQUEL FREITAS DO NASCIMENTO - EIRELI - ME
ADVOGADO	ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR(OAB: 12961/AM)
RÉU	WLADIA RAQUEL FREITAS DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- DULCICLEIDE SANTANA ARAUJO
- WLADIA RAQUEL FREITAS DO NASCIMENTO - EIRELI - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a informação apresentada pelo patrono da reclamada (id. 0b2e49a), aguarde-se por 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 112, do CPC.

Após, exclua-se do cadastro da executada WLADIA RAQUEL FREITAS DO NASCIMENTO - EIRELI - ME - CPJ: 23.864.247/0001

-51 o Dr. ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR - OAB: AM12961 - CPF: 684.818.452-72.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000103-95.2018.5.11.0017

AUTOR	HELEN COSTA OLIVEIRA
ADVOGADO	MARGARIDA MARIA LEAO DE OLIVEIRA(OAB: 5185/AM)
AUTOR	ELIVANILSON LOPES DA ROCHA
ADVOGADO	ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO(OAB: 7133/AM)
AUTOR	MARIA REGINA LEAL DE SOUZA
ADVOGADO	PRISCILA NEVES SILVA COSTA(OAB: 12879/AM)
RÉU	CASTELINHO REFEICOES LTDA
ADVOGADO	ANA CLARA SOARES LADEIRA(OAB: 7289/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIVANILSON LOPES DA ROCHA
- HELEN COSTA OLIVEIRA
- MARIA REGINA LEAL DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO-PJE

A desconsideração da personalidade jurídica age como uma barreira para coibir a utilização inadequada da autonomia patrimonial da sociedade personificada e objetiva a responsabilização dos sócios pelas obrigações por ela contraída. A personalidade jurídica invertida/inversa atua para inibir a confusão patrimonial entre os sócios e a sociedade, responsabilizando a sociedade personificada pelas obrigações dos sócios que atabafa seu patrimônio pessoal do patrimônio da empresa.

O professor Fábio Ulhoa Coelho elucida:
"(...) o devedor transfere seus bens para a pessoa jurídica sobre a qual detém absoluto controle. Desse modo, continua a usufruí-los, apesar de não serem de sua propriedade, mas da pessoa jurídica controlada" (COELHO, 2009, p. 48).

O Dr. Mauro Schiavi esclarece:
"(...) a moderna doutrina e jurisprudência trabalhista encamparam a chamada teoria objetiva da desconsideração da personalidade jurídica que disciplina a possibilidade de execução dos bens do sócio, independentemente se os atos violaram ou não o contrato, ou houve abuso de poder. Basta a pessoa jurídica não possuir bens, para ter início a execução dos bens do sócio. No Processo do Trabalho, o presente entendimento se justifica em razão da hipossuficiência do trabalhador, da dificuldade que apresenta o reclamante em demonstrar a má-fé do administrador e do caráter alimentar do crédito trabalhista" (2008, p. 709-710).

Considerando que as pesquisas junto aos sistemas Bacenjud (id.:5beefd7) e Renajud (id.:d0aa642) restaram infrutíferas;

Considerando a possibilidade de, a requerimento, instaurar-se o incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, quando se encontram bens de propriedade dos sócios devedores da execução trabalhista;

Considerando que restaram frustradas as tentativas de penhora on line e de bens diversos da executada, como se depreende dos autos, não apresentando ela, portanto, solidez econômica e patrimonial que possa assegurar a garantia da integralidade do débito, fruto de execução trabalhista;

Considerando, ainda, que o risco da atividade econômica empreendida pelo sócio (CLT, art. 2º, caput) atrai sua responsabilidade pessoal quando a sociedade não tem bens (Lei nº 6.830/1980, art. 4º, § 3º; CLT, art. 889) para responder pelo crédito trabalhista, solução jurídica sem a qual a fraude tornar-se-ia regra, em prejuízo a direitos trabalhistas dotados da qualidade de direitos fundamentais sociais previstos na Constituição Federal (CF, art. 7º), além de desconstituir qualquer possibilidade real de estabelecimento de relações contratuais baseadas na boa-fé objetiva;

INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias,

I. indicar bens de propriedade da executada e/ou diretrizes, para fins de prosseguimento da execução neste processo, sob pena de arquivamento dos autos, conforme artigo 40 da Lei 6830/80 e artigo 11-A, da CLT; e

II. solicitar, se assim entender, a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da executada.

A publicação do despacho vale como notificação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000329-66.2019.5.11.0017

AUTOR	MICHELLE MENEZES DA SILVA
ADVOGADO	ELON ATALIBA DE ALMEIDA(OAB: 6746/AM)
RÉU	BENCHIMOL IRMAO & CIA LTDA
ADVOGADO	FRANCISCO ANTONIO GURGEL DE NAZARE(OAB: 1518/AM)
RÉU	BLUE CLEAN SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP
ADVOGADO	LUIS FELIPE DE AZEVEDO ARAUJO(OAB: 13522/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BLUE CLEAN SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: (92) 36272173 - EMAIL:

PROCESSO: 0000329-66.2019.5.11.0017

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: MICHELLE MENEZES DA SILVA

RÉU: BLUE CLEAN SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP e outros

Fica intimado(a) executado(a), para, querendo, no prazo legal, manifestar-se acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante, sob pena de sua homologação por este juízo (id. 7482cab).

Decisão

Processo Nº ATSum-0000419-74.2019.5.11.0017

AUTOR	NILDO CRISTOVAO DE CASTRO GIMA
ADVOGADO	LUANA ANDRADE MELO(OAB: 12282/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

I.Denego seguimento ao recurso ordinário da reclamada de Id. c2d31a9, pois que deserto.

II.Dê-se ciência a reclamada, por meio de seu patrono.

Valendo a publicação do despacho como notificação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000476-92.2019.5.11.0017

AUTOR	PAULO ROBERTO BRANDAO DE SOUZA
ADVOGADO	CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378/AM)
ADVOGADO	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 8856/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

I.Denego seguimento ao recurso ordinário da reclamada de Id.

c2c8ba3, pois que deserto.

II.Dê-se ciência ao reclamada, por meio de seu patrono.

Valendo a publicação do despacho como notificação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000448-27.2019.5.11.0017

AUTOR	LIDERNILDA LIMA LIVAS
ADVOGADO	MANOEL ROMAO DA SILVA(OAB: 1432/AM)
ADVOGADO	ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA(OAB: 4564/AM)
RÉU	CIDADE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDERNILDA LIMA LIVAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Determino que seja dada vistas à parte contrária para apresentar manifestação, no prazo legal, quanto aos embargos de declaração.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000735-87.2019.5.11.0017

AUTOR	JOSE LUIZ PIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	DIAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI
ADVOGADO	MARIZETE DE SOUZA CALDAS(OAB: 6405/AM)
RÉU	E DIAS DE SOUZA CONSTRUCAO EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LUIZ PIRES DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: (92) 36272173 - EMAIL:

PROCESSO: 0000735-87.2019.5.11.0017

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: JOSE LUIZ PIRES DE OLIVEIRA

RÉU: DIAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI e outros

Fica intimado(a) exequentea), para juntar sua CTPS,no prazo de 05 dias.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000834-57.2019.5.11.0017

AUTOR	CLEMILLY LEITE DE SOUZA
ADVOGADO	IGOR ALMEIDA REBELO(OAB: 7529/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Determino que seja dada vistas à parte contrária para apresentar

manifestação, no prazo legal, quanto aos embargos de declaração.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001028-57.2019.5.11.0017

AUTOR	LUCIARA MENEZES DA SILVA
ADVOGADO	ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA(OAB: 7274/AM)
RÉU	MEIRELES E TORREALBA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIARA MENEZES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando que o AR da reclamada retornou negativo, determino ao(à) reclamante que, no prazo de 5 dias, requeira o que entender de direito, advertindo-o de que, como o processo tramita sob o rito sumaríssimo, não é possível a notificação por edital, nem a alteração do endereço apontado na inicial, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 852-B, inciso II e §1º da CLT).

Notifique-se o reclamante, por seu patrono.

A publicação do despacho valerá como intimação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001002-59.2019.5.11.0017

AUTOR	FRANCINEUDO DOS SANTOS VIANA
ADVOGADO	ANDERSON NEPOMUCENO RAMOS(OAB: 13446/AM)
ADVOGADO	REBECCA GRIMM E SILVA(OAB: 12224/AM)
RÉU	METROPOLES CONSTRUTORA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINEUDO DOS SANTOS VIANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando que o AR da reclamada retornou negativo, determino ao(à) reclamante que, no prazo de 5 dias, requeira o que entender de direito, advertindo-o de que, como o processo tramita sob o rito sumaríssimo, não é possível a notificação por edital, nem a alteração do endereço apontado na inicial, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 852-B, inciso II e §1º da CLT).

Ademais, considerando a proximidade da audiência designada, o que ocasionaria a inobservância do interstício legal (CLT, art. 841), redesigne-se a presente sessão para a data de **29/10/2019 às 08:40.**

Notifique-se o reclamante, por seu patrono.

A publicação do despacho valerá como intimação.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000897-82.2019.5.11.0017

AUTOR	VIVIANN PRISCILLA DA SILVA ALVES
ADVOGADO	THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO(OAB: 12725/AM)
RÉU	HOSPITAL SANTA JULIA LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIVIANN PRISCILLA DA SILVA ALVES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando as informações contida na petição de Id.93c9bb0, defiro o pedido.

Expeça-se alvará de FGTS, em favor da reclamante.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

RAMON MAGALHAES SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000654-41.2019.5.11.0017

AUTOR	VALNEY DE SOUZA MELO
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: (92) 36272173 - EMAIL:

PROCESSO: 0000654-41.2019.5.11.0017

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: VALNEY DE SOUZA MELO

RÉU: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

Fica intimado(a) executado(a), para, querendo, no prazo legal, manifestar-se acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante (id. 349e245), sob pena de sua homologação por este juízo.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000750-27.2017.5.11.0017

AUTOR	ERENILDA CARDOSO PEREIRA
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERENILDA CARDOSO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

17ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: (92) 36272173 - EMAIL:

PROCESSO: 0000750-27.2017.5.11.0017

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ERENILDA CARDOSO PEREIRA

RÉU: SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

Fica intimado(a) exequente(a), por intermédio de seu patrono, para requerer providência de execução que entender de direito (art. 878 da lei 13.467), bem como apresentar cálculos conforme seu interesse, no prazo de 8 dias, sob pena de início de contagem do prazo de prescrição intercorrente (Art. 11-A, §1º da lei 13.467). .

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ATSum-0001095-19.2019.5.11.0018

AUTOR	FRANCIOMAR TAVARES DOS SANTOS
ADVOGADO	WAGNER AMANCIO DOS SANTOS(OAB: 4660/AM)
RÉU	MEGAMIX COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCIOMAR TAVARES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel.: - e-mail:

PROCESSO: 0001095-19.2019.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FRANCIOMAR TAVARES DOS SANTOS

RÉU: MEGAMIX COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME

DECISÃO PJe-JT

Declara-se a prevenção desta Vara, considerando que o presente processo é mero reajuizamento de outro feito (**processo nº 0000786-95.2019.5.11.0018**) distribuído para esta Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM e que foi **extinto sem resolução do mérito**, sendo hipótese de distribuição por dependência, nos termos do artigo 286, II, do Código de Processo Civil/2015.

O presente feito foi distribuído por dependência a processo anteriormente ajuizado pelo autor (nº 0000786-95.2019.5.11.0018), o qual foi extinto, sem resolução de mérito, por ocasião da audiência, pela falta de comparecimento do obreiro na sessão.

Por conseguinte, ficou deferido prazo, naqueles autos, para que a ausência do reclamante fosse legalmente justificada ou para que as custas processuais fossem recolhidas, a teor do que determina o art. 844, §2º, da CLT.

Da consulta ao sistema, porém, esta julgadora verificou que nenhuma das providências supra foi adotada, até o momento, pelo demandante.

Nesse contexto, levando em conta o que dispõe o art. 844, §3º, da CLT, bem como o lapso de tempo concedido nos autos do primeiro processo, para fins de comprovação ou pagamento das custas respectivas, defiro o prazo de dez dias para que o autor comprove, nesta ação, a adoção de alguma das providências acima apontadas, sob pena de indeferimento da exordial.

Após, será verificada a admissibilidade da presente demanda e a viabilidade de prosseguimento.

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM

Despacho

Processo Nº ATSum-0001105-63.2019.5.11.0018

AUTOR	GILMAR RODRIGUES DE ASSIS
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	L A DA SILVA PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel.: - e-mail:

PROCESSO: 0001105-63.2019.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

RÉU: L A DA SILVA PEREIRA

DECISÃO PJe-JT

Declara-se a prevenção desta Vara, considerando que o presente processo é mero reajuizamento de outro feito (**processo nº 0000583-36.2019.5.11.0018**) distribuído para esta Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM e que foi **extinto sem resolução do mérito**, sendo hipótese de distribuição por dependência, nos termos do artigo 286, II, do Código de Processo Civil/2015 e determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 30/10/2019 às 09h30min;**

II - Notifiquem-se as partes com as advertências de praxe. /lvv

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM

Despacho

Processo Nº ATSum-0001105-63.2019.5.11.0018

AUTOR	GILMAR RODRIGUES DE ASSIS
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	L A DA SILVA PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel.: - e-mail:

PROCESSO: 0001105-63.2019.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

RÉU: L A DA SILVA PEREIRA

DECISÃO PJe-JT

Declara-se a prevenção desta Vara, considerando que o presente processo é mero reajuizamento de outro feito (**processo nº 0000583-36.2019.5.11.0018**) distribuído para esta Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM e que foi **extinto sem resolução do mérito**, sendo hipótese de distribuição por dependência, nos termos do artigo 286, II, do Código de Processo Civil/2015 e determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 30/10/2019 às 09h30min;**

II - Notifiquem-se as partes com as advertências de praxe. /lvv

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM

Despacho

Processo Nº ATSum-0001105-63.2019.5.11.0018

AUTOR	GILMAR RODRIGUES DE ASSIS
ADVOGADO	EXPEDITO BEZERRA MOURÃO(OAB: 1814/AM)
ADVOGADO	Raquel da Silva Mourão(OAB: 6296/AM)
ADVOGADO	LUCIANO DA SILVA MOURÃO(OAB: 6498/AM)
RÉU	L A DA SILVA PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel.: - e-mail:

PROCESSO: 0001105-63.2019.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: GILMAR RODRIGUES DE ASSIS

RÉU: L A DA SILVA PEREIRA

DECISÃO PJe-JT

Declara-se a prevenção desta Vara, considerando que o presente processo é mero reajuizamento de outro feito (**processo nº 0000583-36.2019.5.11.0018**) distribuído para esta Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM e que foi **extinto sem resolução do mérito**, sendo hipótese de distribuição por dependência, nos termos do artigo 286, II, do Código de Processo Civil/2015 e determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 30/10/2019 às 09h30min;**

II - Notifiquem-se as partes com as advertências de praxe. /lvv

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001091-79.2019.5.11.0018

AUTOR	CLAUDINEI COSTA CAMPOS
ADVOGADO	IOLDY VANIO LIMA DA FONSECA(OAB: 8069/AM)
RÉU	MIGUEL CEZAR DA FROTA & CIA LTDA - ME
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDINEI COSTA CAMPOS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

tel.: - e-mail:

PROCESSO: 0001091-79.2019.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: CLAUDINEI COSTA CAMPOS

RÉU: LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E

VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME e outros (2)

DECISÃO PJe-JT

Declara-se a prevenção desta Vara, considerando que o presente processo é mero reajuizamento de outro feito (**processo nº 0000926-32.2019.5.11.0018**) distribuído para esta Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM e que foi **extinto sem resolução do mérito**, sendo hipótese de distribuição por dependência, nos termos do artigo 286, II, do Código de Processo Civil/2015 e determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 04/11/2019 às 08h30min;**

II - Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe;

III - Após, tornem-se conclusos os autos para apreciação do pedido de antecipação de tutela e de inversão do ônus da prova. /lvv

MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019.

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 18ª Vara do Trabalho de Manaus-AM

Despacho

Processo Nº ATSum-0001073-58.2019.5.11.0018

AUTOR	JONATHAN TAVARES MONTEIRO
ADVOGADO	ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES(OAB: 13961/AM)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
RÉU	PROSAUDE - MEDICINA HOSPITALAR E SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- JONATHAN TAVARES MONTEIRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO PJe-JT

Considerando que houve a isenção das custas no processo 0000907-26.2019.5.11.0018 conforme despacho de ID 2175dfb em tal processo, determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 04/11/2019 às 09h30min;**

II - Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe. /lvv

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001098-98.2019.5.11.0009

AUTOR	ALMIRO NEVES JUNIOR
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMIRO NEVES JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO PJe-JT

Considerando a disponibilidade de pauta, determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 22/10/2019 às 09h00;**

II -Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe. /lvv

MANAUS, 24 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000858-19.2018.5.11.0018

AUTOR	FLORACY MENDES DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO	RODRIGO MENDES LASMAR(OAB: 12480/AM)
RÉU	DETTAL-PART PARTICIPACOES, IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	MARIA HELENA PASIN PINCHIARO(OAB: 305716/SP)
RÉU	LAERTE CODONHO
RÉU	THOLOR DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO	JEAN JAMERSON COELHO GOMES(OAB: 12482/AM)
ADVOGADO	MARIA HELENA PASIN PINCHIARO(OAB: 305716/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAERTE CODONHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

EDITAL DE CITAÇÃO – PJe

PROCESSO No. : 0000858-19.2018.5.11.0018

Reclamante : FLORACY MENDES DE ALBUQUERQUE

Reclamado : THOLOR DO BRASIL LTDA. e outros (2)

O(a) JUIZ(a) do TRABALHO da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) LAERTE CODONHO, executado nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para manifestação, no prazo de 15 dias, acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Fica ainda o(a) executado(a) cientificado(a) de que o referido processo tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) Execução Trabalhista, cujos documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0001956-73.2017.5.11.0018

AUTOR	ADRIANA BRAGA DO REGO
ADVOGADO	MARIO VALDO GOMES BEZERRA(OAB: 10502/AM)
RÉU	A BARRETO CAMPOS - ME
ADVOGADO	Camilla Fernanda Tufi Almeida(OAB: 7024/AM)
ADVOGADO	FABIANA AMORIM BARROS(OAB: 10647/AM)
RÉU	ROGERIO DOS SANTOS CAMPOS
RÉU	A B CAMPOS FILHO - EPP
RÉU	M. A. DOS SANTOS CAMPOS - EPP
RÉU	MARCO ANTONIO DOS SANTOS CAMPOS
RÉU	ANTONIO BARRETO CAMPOS
RÉU	R.DOS SANTOS CAMPOS - EPP
RÉU	SANDRA MARINA MENDES BARRETO

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO BARRETO CAMPOS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

MANAUS

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PJe

PROCESSO No. : 0001956-73.2017.5.11.0018

Reclamante : ADRIANA BRAGA DO REGO

Reclamado : M. A. DOS SANTOS CAMPOS - EPP e outros (7)

O(a) JUIZ(a) do TRABALHO da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica INTIMADO(a) ANTONIO BARRETO CAMPOS, executado nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, acerca da penhora sobre alugueis (R$10.000,00) cientificando-o que o valor será liberado ao exequente, no prazo de 5 dias, pagamento parcial da dívida.

Fica ainda o(a) executado(a) cientificado(a) de que o referido processo tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) Execução Trabalhista, cujos documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000974-88.2019.5.11.0018

AUTOR	DEIVISON OLIVEIRA DA HORA
ADVOGADO	MARCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES(OAB: 10267/AM)
RÉU	E.R.L. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA
RÉU	M J O DE SOUZA

Intimado(s)/Citado(s):

- E.R.L. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140 - MANAUS

PROCESSO Nº 0000974-88.2019.5.11.0018

AUTOR: DEIVISON OLIVEIRA DA HORA

RÉU: M J O DE SOUZA , E.R.L. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA

Audiência: Tipo: Inicial
Data: 22/10/2019
Hora: 09:35

EDITAL NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA INAUGURAL - PJe-JT - CP

Destinatário:
Nome fantasia: E.R.L. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA

De ordem, do(a) JUIZ(a) do TRABALHO da **18ª Vara do Trabalho de Manaus** FAÇO SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o destinatário acima, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para comparecer, no dia e hora acima indicados e no endereço que encabeça este edital, à audiência designada nos autos do processo supra identificado, pessoalmente, podendo fazer-se representar por preposto, sendo passível, no caso de ausência, das seguintes cominações, na forma do artigo 844 da CLT: **revelia e confissão quanto aos fatos alegados pelo autor.**

V. S.ª deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19092612125300700000017633558
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092419250325300000017617133
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092411574569000000017611521
Intimação	Intimação	19082611455656600000017355684
Mandado	Mandado	19082611455645600000017355683
Mandado	Mandado	19082611455633500000017355682
Decisão de prevenção	Decisão	19082310120157900000017338371
Certidão de Triagem	Certidão	19082309323614300000017338437
Carteira de Trabalho e	Carteira de Trabalho e	19082218063639300000017336369
Foto 6	Fotografia	19082218042018900000017336345
Acordo Coletivo	Documento Diverso	19082218063463300000017336368
Foto 5	Fotografia	19082218040813800000017336343
Foto 1	Fotografia	19082218032522900000017336321
Foto 4	Fotografia	19082218040090600000017336339
Foto 3	Fotografia	19082218035239600000017336335
Foto 2	Fotografia	19082218034370100000017336329
Certidão de retorno do AR recusado	Documento Diverso	19082218031177300000017336315
Procuração	Procuração	19082218011254000000017336268
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19082218031671900000017336318
Certidão de retorno do AR por Número	Documento Diverso	19082218023578600000017336301
Cadastro de Pessoas Físicas	Cadastro de Pessoas Físicas	19082218003304000000017336264
Carteira de Identidade/Registro	Carteira de Identidade/Registro	19082218002659700000017336263
Comprovante de Residencia	Documento Diverso	19082218005656900000017336265

Petição Inicial por Prevenção	**Petição Inicial**	**19082217583890000 000017336250**

Dado e passado nesta cidade de MANAUS-AM, 27 de Setembro de 2019

Edital

Processo Nº ATOrd-0002668-39.2012.5.11.0018

AUTOR	CYNTIA MESQUITA ARAUJO
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
RÉU	PIETRO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	MRA PLASTICOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	PINJETECH - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
RÉU	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA
ADVOGADO	FABIO CESAR SILVA DE SOUZA(OAB: 6518/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	MARIANA CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	GIOVANNA RITA FRISINA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EDOARDO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES FILHO
RÉU	APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA - ME
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- RICARDO ROSSETE MORAES FILHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em 27.09.2019

Processo nº 0002668-39.2012.5.11.0018

Reclamante: CYNTIA MESQUITA ARAUJO

Reclamadas: VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA e OUTROS

Vistos, etc.

DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, DECIDO conhecer do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, apresentada por CYNTIA MESQUITA ARAUJO em face de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e OUTROS, para, preliminarmente, acolher a tese suscitada pelo Sr. Edoardo Compofirito e suas empresas a fim de **suspender** a análise deste incidente em face destes por 01 ano ou até o julgamento de mérito dos processos em tramite na 08ª Vara Cível de Manaus e 03ª Vara Cível Federal do Amazonas e, no mérito,

INDEFERIR a impugnação de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA, RICARDO ROSSETE MORAES E INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA, para que estes sejam incluídos no polo passivo, juntamente com o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES Filho, com o prosseguimento regular da execução em face destes. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO, que integra esta conclusão para todos os fins de direito. Sem custas, ante o silêncio eloquente do legislador, que, com a vigência da Lei 13.467/2017, não obstante tenha consagrado o incidente em tela (instaurado em fase de execução), nada dispôs acerca das custas correspondentes (art. 789-A, da CLT). ***Notifiquem-se as partes (DEJT)***. E, para constar, foi lavrado o presente termo.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Processo Nº ATOrd-0002668-39.2012.5.11.0018

AUTOR	CYNTIA MESQUITA ARAUJO
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
RÉU	PIETRO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	MRA PLASTICOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	PINJETECH - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
RÉU	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA
ADVOGADO	FABIO CESAR SILVA DE SOUZA(OAB: 6518/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	MARIANA CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	GIOVANNA RITA FRISINA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EDOARDO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES FILHO
RÉU	APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA - ME
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PINJETECH - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em 27.09.2019

Processo nº 0002668-39.2012.5.11.0018

Reclamante: CYNTIA MESQUITA ARAUJO

Reclamadas: VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA e OUTROS

Vistos, etc.

DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, DECIDO conhecer do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, apresentada por CYNTIA MESQUITA ARAUJO em face de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e OUTROS, para, preliminarmente, acolher a tese suscitada pelo Sr.

Edoardo Compofirito e suas empresas a fim de **suspender** a análise deste incidente em face destes por 01 ano ou até o julgamento de mérito dos processos em tramite na 08ª Vara Cível de Manaus e 03ª Vara Cível Federal do Amazonas e, no mérito, **INDEFERIR** a impugnação de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA, RICARDO ROSSETE MORAES E INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA, para que estes sejam incluídos no polo passivo, juntamente com o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES Filho, com o prosseguimento regular da execução em face destes. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO, que integra esta conclusão para todos os fins de direito. Sem custas, ante o silêncio eloquente do legislador, que, com a vigência da Lei 13.467/2017, não obstante tenha consagrado o incidente em tela (instaurado em fase de execução), nada dispôs acerca das custas correspondentes (art. 789-A, da CLT). ***Notifiquem-se as partes (DEJT)***. E, para constar, foi lavrado o presente termo.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Processo Nº ATOrd-0002668-39.2012.5.11.0018

AUTOR	CYNTIA MESQUITA ARAUJO
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
RÉU	PIETRO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	MRA PLASTICOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	PINJETECH - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
RÉU	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA
ADVOGADO	FABIO CESAR SILVA DE SOUZA(OAB: 6518/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	MARIANA CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	GIOVANNA RITA FRISINA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EDOARDO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES FILHO
RÉU	APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA - ME
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em 27.09.2019

Processo nº 0002668-39.2012.5.11.0018

Reclamante: CYNTIA MESQUITA ARAUJO

Reclamadas: VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA e OUTROS

Vistos, etc.

DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, DECIDO conhecer do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, apresentada por CYNTIA MESQUITA ARAUJO em face de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e OUTROS, para, preliminarmente, acolher a tese suscitada pelo Sr. Edoardo Compofirito e suas empresas a fim de **suspender** a análise deste incidente em face destes por 01 ano ou até o julgamento de mérito dos processos em tramite na 08ª Vara Cível de Manaus e 03ª Vara Cível Federal do Amazonas e, no mérito, **INDEFERIR** a impugnação de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA, RICARDO ROSSETE MORAES E INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA, para que estes sejam incluídos no polo passivo, juntamente com o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES Filho, com o prosseguimento regular da execução em face destes. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO, que integra esta conclusão para todos os fins de direito. Sem custas, ante o silêncio eloquente do legislador, que, com a vigência da Lei 13.467/2017, não obstante tenha consagrado o incidente em tela (instaurado em fase de execução), nada dispôs acerca das custas correspondentes (art. 789-A, da CLT). ***Notifiquem-se as partes (DEJT)***. E, para constar, foi lavrado o presente termo.

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Processo Nº ATOrd-0000958-37.2019.5.11.0018

AUTOR	DEVOCIR RODRIGUES
ADVOGADO	PAULO ALVES DA SILVA NETO(OAB: 12368/AM)
ADVOGADO	FABIO LEITE NOBRE(OAB: 11149/AM)
RÉU	DISTRIBUIDORA DE REVISTAS CUIABA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRIBUIDORA DE REVISTAS CUIABA LTDA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

MANAUS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe

PROCESSO No. : 0000958-37.2019.5.11.0018

Reclamante : DEVOCIR RODRIGUES

Reclamado : DISTRIBUIDORA DE REVISTAS CUIABA LTDA

DE ORDEM DO(A) JUIZ(a) do TRABALHO da 18ª Vara do Trabalho de Manaus. FAÇO SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado DISTRIBUIDORA DE REVISTAS CUIABA LTDA, reclamada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência da sentença de mérito prolatada nos autos do processo em epígrafe cujo dispositivo segue transcrito:

"Por estes fundamentos e o mais que dos autos conste JULGAR **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos desta reclamatória trabalhista movida por **DEVOCIR RODRIGUES** contra **DISTRIBUIDORA DE REVISTAS CUIABA LTDA.,** para condenar a Reclamada ao pagamento das seguintes parcelas: **a)** verbas rescisórias: salários de janeiro e fevereiro de 2019; saldo de salário (25 dias); aviso prévio indenizado (60 dias); férias simples + 1/3 de 2017/2018; férias proporcionais + 1/3 de 2018/2019 com projeção do aviso (11/12); 13º salário integral de 2018; 13º salário proporcional de 2019 com projeção do aviso (5/12); diferença de FGTS (8% + 40%) de todo o período, inclusive rescisão; multa do art. 467 da CLT; multa do art. 477, §8º da CLT; **b)** adicional de periculosidade no percentual de 30%, incidente sobre os salários-base percebidos mês a mês pelo empregado, a partir de julho de 2017, bem como seus reflexos sobre os institutos de aviso prévio, férias + 1/3, 13º salários e FGTS (8% e 40%); **c)** indenização por danos morais no valor de R$1.500,00. Atendidos os requisitos legais concedo ao Reclamante os benefícios da gratuidade de justiça. Para fins de cálculos considerar os parâmetros descritos na fundamentação. Juros e correção monetária adotando os termos da Súmula 381 do TST. No que tange aos danos morais, observe-se a Súmula 439, do C.TST. INSS e Imposto de Renda na forma do que preceitua a Súmula nº 368 do C. TST. IMPROCEDENTES OS DEMAIS PLEITOS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO, que integra este dispositivo para todos os fins. Homologo os cálculos de liquidação no ID n° e52ec72 para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. Devidos os honorários advocatícios fixados no percentual de 5% sobre o valor da liquidação da sentença, conforme planilha anexa. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. Custas pela Reclamada no importe de R$952,99, calculadas sobre o crédito bruto do Reclamante no valor de R$47.649,60. Ciente o Reclamante. Notifique-se a Reclamada revel por edital. E, para constar, foi lavrado o presente termo."

Fica ainda a reclamada cientificado(a) de que o referido processo tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) cujos documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

Edital

Processo Nº ATOrd-0000965-41.2019.5.11.0014

AUTOR	JOSE EVERALDO GATO CARVALHO
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140 - MANAUS

PROCESSO Nº 0000965-41.2019.5.11.0014

AUTOR: JOSE EVERALDO GATO CARVALHO

RÉU: D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Audiência: Tipo: Inicial

Data: 07/10/2019

Hora: 10:30

EDITAL NOTIFICAÇÃO AUDIÊNCIA INAUGURAL - PJe-JT - CP

Destinatário: Nome fantasia: D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

De ordem, do(a) JUIZ(a) do TRABALHO da **18ª Vara do Trabalho de Manaus** FAÇO SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o destinário acima, que se encontra em lugar incerto e

não sabido, para comparecer, no dia e hora acima indicados e no endereço que encabeça este edital, à audiência designada nos autos do processo supra identificado, pessoalmente, podendo fazer-se representar por preposto, sendo passível, no caso de ausência, das seguintes cominações, na forma do artigo 844 da CLT: **revelia e confissão quanto aos fatos alegados pelo autor.**

V. S.ª deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 400 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 400 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Jurisprudência	Jurisprudência	19092810363480900000017647265
Manifestação Rcte	Manifestação	19092810355042600000017647264
Despacho	Notificação	19092721213421900000017646871
Despacho	Despacho	19092714241208300000017644459

Despacho	Despacho	19092013533872300000017586938
CITAÇÃO POR EDITAL D5	Documento Diverso	19091815414989700000017565736
MANDADO INFRUTÍFERO D5	Documento Diverso	19091815414008800000017565731
Pedido Citação por Edital Rcte	Manifestação	19091815404126000000017565709
Notificação	Notificação	19090411072291000000017446647
Notificação	Notificação	19090411072280400000017446646
Intimação	Intimação	19090411072270600000017446645
Certidão de Triagem	Certidão	19090400382958900000017442345
Despacho	Notificação	19090410505754900000017446204
Despacho	Despacho	19090400462131500000017442356
Termo aditivo	Documento Diverso	19090409541271100000017444776
Termo aditivo	Documento Diverso	19090409541855200000017444794
Lista de Empregados	Documento Diverso	19090409540103900000017444764
Contrato	Contrato	19090409534046800000017444757
instauração da desconsideração da	Documento Diverso	19090409534910300000017444759
Contrato	Contrato	19090409532821200000017444753
TAP OC 87408-13	Documento Diverso	19090409531367900000017444745
TAP OC 87408-13	Documento Diverso	19090409531356600000017444744
TAP OC 87408-13	Documento Diverso	19090409531316300000017444743
TAP CT_PR-024-13	Documento Diverso	19090409500788900000017444694
Contrato	Contrato	19090409495279700000017444691
TAP CT_PR-024-13	Documento Diverso	19090409532840800000017444754
Contrato	Contrato	19090409494690200000017444689
CONTESTAÇÃO AM	Contestação	19090409444772400000017444601
CNPJ	Documento Diverso	19090409352649100000017444476
Procuração	Procuração	19090409351307100000017444469
Carta de Preposição	Carta de Preposição	19090409351727800000017444471
Estatuto	Estatuto	19090409352290800000017444474
habilitação	Solicitação de Habilitação	19090409342779500000017444461
Decisão de prevenção	Decisão	19090210454212700000017421755
DOC. 04 - CCT D5 - 2013	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	19082108391913300000017318156
DOC. 03 - CCT D5 - 2015	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	19082108390358100000017318152

DOC. 02 - CCT D5 - 2016	**Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)**	**190821083845202000000173181 49**
DOC. 01 - CNPJ AMAZONAS	**Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica**	**190821083822484000000173181 43**
Carteira de Identidade/Registro	**Carteira de Identidade/Registro**	**190821083815096000000173181 39**
Procuração	**Procuração**	**190821083806486000000173181 36**
Carteira de Trabalho e	**Carteira de Trabalho e**	**190821083819964000000173181 42**
Petição Inicial	**Petição Inicial**	**190821083718895000000173181 26**

Dado e passado nesta cidade de MANAUS-AM, 30 de Setembro de 2019

Edital

Processo Nº ATOrd-0000345-17.2019.5.11.0018

AUTOR	JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA
ADVOGADO	JENNIFER LOPES REBELLO DE SOUZA(OAB: 11115/AM)
RÉU	OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS
ADVOGADO	EDUARDO PEREIRA TOMITAO(OAB: 166854/SP)
RÉU	STARSERV-CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- STARSERV-CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

MANAUS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PJe

PROCESSO No. : 0000345-17.2019.5.11.0018

Reclamante : JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA

Reclamado : STARSERV-CONSERVACAO E SERVICOS LTDA e outros

DE ORDEM DO(A) JUIZ(a) do TRABALHO da 18ª Vara do Trabalho de Manaus. FAÇO SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado STARSERV-CONSERVACAO E SERVICOS LTDA, reclamada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para tomar ciência da sentença de mérito prolatada nos autos do processo em epígrafe cujo dispositivo segue transcrito:

"Por estes fundamentos e o mais que dos autos conste, DECIDO JULGAR **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a ação trabalhista movida por **JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA** em face de **STARSERV-CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** e **OCRIM S.A. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**para o fim de absolvê-las de todos os pleitos da inicial. Concedidos os benefícios da Justiça Gratuita ao Reclamante, a teor do art. 790, §4º da CLT. As obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do §4º do art. 791-A. Determino à Secretaria, após o trânsito em julgado, que solicite junto ao Órgão competente do Tribunal a disponibilização do valor teto para pagamento do perito. Tudo conforme a fundamentação. Custas pelo Reclamante no importe de R$1.164,59 calculadas sobre o valor da causa de R$58.229,99, do que fica isento nos termos da lei. Ciente a Litisconsorte. Notifique-se Reclamante e Reclamada. E, para constar, foi lavrado o presente termo."

Fica ainda a reclamada cientificado(a) de que o referido processo tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) cujos documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 18ª Vara do Trabalho de Manaus.

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0002668-39.2012.5.11.0018

AUTOR	CYNTIA MESQUITA ARAUJO
ADVOGADO	MOISES CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912/AM)
RÉU	PIETRO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	MRA PLASTICOS LTDA. - EPP
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
RÉU	GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	PINJETECH - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
RÉU	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA
ADVOGADO	FABIO CESAR SILVA DE SOUZA(OAB: 6518/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	MARIANA CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	GIOVANNA RITA FRISINA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EDOARDO CAMPOFIORITO
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA
ADVOGADO	CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA(OAB: 10838/AM)
RÉU	RICARDO ROSSETE MORAES FILHO
RÉU	APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)
RÉU	EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA - ME
ADVOGADO	IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA
- CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA
- CYNTIA MESQUITA ARAUJO
- EDOARDO CAMPOFIORITO
- EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA - ME
- GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA
- GIOVANNA RITA FRISINA
- INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA
- MARIANA CAMPOFIORITO
- MRA PLASTICOS LTDA. - EPP
- PIETRO CAMPOFIORITO
- RICARDO ROSSETE MORAES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em 27.09.2019

Processo nº 0002668-39.2012.5.11.0018

Reclamante: CYNTIA MESQUITA ARAUJO

Reclamadas: VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA e OUTROS

Vistos, etc.

A presente ação foi ajuizada em 13/12/2012, tendo sido deferido à reclamante o pagamento de verbas rescisória pelo contrato de trabalho realizado entre 09/04/2010 a 16/11/2011.

Com o trânsito em julgado, foram feitas inúmeras tentativas para quitação do débito em face da reclamada VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA, mas estas restaram inexitosa em virtude do processo falimentar em tramite.

Diante da ausência da satisfação do crédito, a autora peticionou nos autos requerendo que a execução fosse redirecionada em face do sócio da reclamada Edoardo Campofiorito e demais empresas que o possuem como sócio administrador (ID. b80cc55). Pleiteou ainda a inclusão dos ex-sócios da ré Sra. Cristiane Rodrigues Silveira e Sr. Ricardo Rossete Moraes e da empresa INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA e Sr. Ricardo Rossete Moraes Filho.

Este Juízo, ao analisar o pedido, indeferiu o pleito e determinou a expedição de certidão de crédito (ID's. c4e71f2 e d240e9c). Inconformada, a reclamante interpôs agravo de petição requerendo

a reforma da decisão a fim de que houvesse o redirecionamento da execução em face dos sócios e empresas qualificadas em sua peça.

O. E. TRT da 11ª Região, ao apreciar o recurso, deu-lhe provimento para declarar a competência desta Especializada e assim proceder ao redirecionamento dos atos executórios contra os bens dos sócios da massa falida e de outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, mediante procedimento prévio de desconsideração da personalidade jurídica nas modalidades direta e inversa (ID. 7c159fd).

Com o retorno dos autos, foi aberto o incidente de desconsideração da personalidade jurídica com a expedição de citação das partes indicadas pela obreira (ID. 1486df2).

Devidamente notificadas, apresentaram impugnações CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e RICARDO ROSSETE MORAES FILHO (ID's. 20506be e e3a7bc9), INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA (ID. b390a0e), EDOARDO CAMPOFIORITO, MARIANA CAMPOFIORITO, GIOVANNA RITA FRISINA, MRA PLASTICOS LTDA EPP, GETEC PLASTICOS TECNICOS LTDA, APICE PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA e EGC CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA ME em petição conjunta sob ID nº. 4276a03 e PIETRO CAMPOFIORITO (ID's d0c2c85).

Instado a se manifestar, a reclamante apresentou contraminuta impugnando as alegações das requeridas sob os ID's de números dda5c58, 8366c46, 5bdd31d, 4625f49 e 5f37d07.

Deixaram transcorrer o prazo *in albis*as as partes RICARDO ROSSETE MORAES FILHO e PINJETECH - INDUSTRIA COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME.

É o relatório.

DECIDO.

A despeito das impugnações dos suscitados, o fato é que se encontram presentes, no caso concreto, os requisitos à desconsideração pretendida, uma vez que a Justiça do Trabalho neste incidente vem adotando a teoria subjetiva com fulcro na parte final do art. 28, do CDC, que prescreve que "*a desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração*".

Tendo inclusive o E. TRT da 11ª Região determinado a apreciação desse incidente em relação as pessoas indicadas pelo obreiro.

Pois bem, a fim de facilitar a didática irei analisar o caso em tela em tópico.

a) *DA RESPONSABILIDADE DOS EX-SÓCIOS DA RECLAMADA*

Quanto aos ex-sócios CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e RICARDO ROSSETE MORAES, a legislação trabalhista expressamente estabelece que o ex-sócio responderá subsidiariamente pelos débitos trabalhistas da empresa pelo período em que em que figurou como sócio e também nas ações ajuizadas até dois anos após a averbação da modificação societária, como se verifica a seguir:

Art. 10-A. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:

I - a empresa devedora;

II - os sócios atuais; e

III - os sócios retirantes.

Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

In casu, as verbas decorrentes desse processo - ajuizado em 13/12/2012 - são oriundas da ruptura do contrato de trabalho que se deu no período de 09/04/2010 a 16/11/2011.

Considerando que os sócios venderam sua cota para o Sr. Edoardo Campofíorito em 09 de maio de 2009, cuja alteração fora registrada na Junta Comercial em 03/09/2009 (ID. 2851faa), a princípio, seria o caso de inaplicabilidade do redirecionamento da execução em face dos ex-sócios, já que a ação fora ajuizada em data posterior ao período de 02 anos da alteração contratual.

Todavia, tanto a Sra. CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA quanto Sr. RICARDO ROSSETE MORAES ajuizaram uma ação na justiça comum, a qual tramita na 08ª Vara Cível e de acidentes de Manaus sob o número 0705181-33.2012.8.04.0001, com a finalidade de anular o contrato de compra e venda. Nestes autos houve o deferimento de liminar concedendo aos ex-sócios o retorno a administração empresa VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA e o afastamento dos requeridos, *in verbis*:

Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 273, I, do CPC,DEFIRO O PEDIDO DEANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR o retorno dos Autores à administração da empresa, inclusive com a assumpção e, em conseqüência, a alteração das condições de fiel depositário de todos os bens pertencentes à empresa Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda., com o afastamento dos Requeridos até a solução final do feito. (Este documento foi assinado digitalmente por Onilza Abreu Gerth, liberado nos autos em 20/06/2012 às 11:50 - Para conferir o original, acesse o site

https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0705181-33.2012.8.04.0001 e código BC4ADD).

Verifico ainda que foi anexado aos autos cópia de documentos datado em 21 de julho de 2016, em que os senhores Cristiane Rodrigues Silveira e Ricardo Rossete Moraes assinam uma procuração como responsáveis da reclamada, o que de fato comprova que ambos reassumiram a gerência desta (ID 43176fe). Assim, uma vez que os ex-sócios voltaram à administração da empresa ré, deverão os mesmos responder subsidiariamente pelo débito desta ação trabalhista.

b) *DA RESPONSABILIDADE DA INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA E RICARDO ROSSETE MORAES FILHO*

Alega o autor que empresa Industrial Oriente de Polímeros Ltda é de fato administrada por um sócio oculto, Sr. Ricardo Rossete Moraes, que tanto a reclamada quanto a Industrial Oriente de Polímeros possuem os mesmos objetos sociais. Assim requer o reconhecimento de grupo econômico.

Devidamente intimados, o Sr. Ricardo Rossete Moraes Filho deixou transcorrer *in albis*o prazo (ID. 3c47431); já a empresa Industrial Oriente de Polímeros Ltda apresentou manifestação alegando que quem é sócio desta empresa é o senhor Ricardo Rossete Moraes Filho e não seu pai, o senhor Ricardo Rossete Moraes, que não houve ocultação de bens da reclamada; que as empresas não atuam no mesmo seguimento empresarial e, por fim, que não houve a administração da empresa por um sócio oculto (ID. b390a0e).

Compulsando os documentos anexados aos autos, em especial as alterações contratuais, verificou que na 4ª alteração contratual (ID. 39e1de8) - ocorrida 24/05/2010 - houve o ingresso do Sr. RICARDO FILHO na sociedade com 1/3 das quotas do capital social. Saliento que, à época, Ricardo Filho tinha apenas quatorze anos de idade, conforme consta de seu documento de identidade, eis que nascido em 28/10/1995 (ID. 127b695), tendo sido representado por seu genitor quando da assinatura e registro do documento.

Já na 5ª Alteração Contratual (ID. 132f844), datada de 27/02/2011, o Sr. RICARDO FILHO ampliou suas cotas para 400.000, que equivalia à metade do capital social, passando a atuar na empresa como administrador.

Na 6ª Alteração Contratual (ID. 0f97b71), celebrada em 28/09/2012, o Sr. RICARDO FILHO - quando ainda tinha 16 anos de idade - aumentou a sua participação no capital social da empresa para 799.000 de um total de 800.000, tornando-se assim sócio majoritário e continuando a ser o administrador da referida empresa.

Consta ainda nos autos, uma procuração pública, em que o Sr. RICARDO FILHO - na qualidade de sócio da empresa Industrial Oriente de Polímeros Ltda - constituiu como seu procurador o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES (seu pai) para atuar com amplos poderes de administração e gestão de "sua empresa" (ID. eea55ea).

Ora, desse breve relato, tenho que de fato a empresa era administrada por um sócio oculto - Sr. RICARDO ROSSETE MORAES - já desde a entrada de seu filho na sociedade da empresa e, em especial, a partir de sua atuação como administrador (5º alteração contratual), quem realmente geria a empresa o RICARDO ROSSETE MORAES.

Desta feita, superado o fato de quem de fato administrava a empresa, tem-se que verificar se há ou não a existência de grupo econômico entre as empresas Vulcaplast Indústria se Plásticos Da Amazônia Ltda e Industrial Oriente de Polímeros Ltda.

Pois bem.

A configuração do grupo econômico para o Direito do Trabalho segue padrões distintos da formalidade exigida noutras searas jurídicas, bastando que haja estreito nexo de coordenação entre as empresas a ele pertencentes ou organização horizontal, em sistema de cooperação 'com unidade de objetivo' (Valentim Carrion, Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, 2.006, 31ª edição, art. 2º, item 15, pág. 32), 'participando todas de um empreendimento global' (Alice Monteiro de Barros, Curso de Direito do Trabalho, 1ª edição, pág. 360), não sendo necessária a existência de uma relação societária ou mesmo hierárquica de uma sobre a outra.

Para tanto, basta demonstrar que as empresas possuem uma relação de coordenação, ou seja, que essas empresas estão ligadas de alguma forma, seja por um sócio em comum, pelo objeto social conexo ou por uma interdependência, como a participação societária de uma em outra. Não há necessidade de se provar que um empreendimento possui predominância sobre o outro. Especial atenção merece o §3º, do art. 2º da CLT, incluído pela Lei nº 13.467, de 2017 - Reforma Trabalhista, que ainda adverte não caracterizar grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

No presente caso, diante da farta documentação apresentada pelas partes, entendo que tais pressupostos estão preenchidos e são suficientes para que se caracterize grupo econômico entre a empresa executada VULCAPLAST INDÚSTRIA SE PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA e INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA, haja vista que possuem identidade de sócio (Sr. RICARDO ROSSETE MORAES), bem como as atividades econômicas exercidas pelas empresas são conexas (fabricação de material

plástico), gerando fortes indícios que elas possuem interesse em comum.

Saliento ainda que em vários julgados, já houve o reconhecimento de grupo econômico entre as empresas, segue abaixo um deles:

DESPACHO

I - Determino a desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento dos atos executórios a empresa INDUSTRIAL ORIENTE POLÍMEROS LTDA, em razão da manifestação da exequente de ID. c3ff5a6, na qual demonstra, mediante as alterações contratuais dessa empresa, que o sócio RICARDO ROSSETE DE MORAES FILHO é o filho do executado, bem como que o executado RICARDO ROSSETE DE MORAES é sócio oculto da empresa INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA, conforme apresentação de diversos atos empresariais.

À Secretaria da Vara, determino ainda:

a) Inclua-se no polo passivo a empresa INDUSTRIAL ORIENTE POLÍMEROS LTDA (CNPJ 07.634.004/0001-70)

b) Expeça-se mandado de citação. Caso seja necessário, expeça-se edital.

c) Não havendo pagamento, proceda-se as consultas ao Bacenjud/Renajud. Caso sejam frutíferas, notifique-se o executado da constrição judicial.

d) Sendo infrutíferas as consultas acima, expeça-se mandado de penhora.

II - Por ora, deixo de apreciar a petição de ID. d73ef5a, na qual a executada informa que foi decretada sua falência após decisão de julgamento do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no julgamento da Apelação Cível nº 0267249-13.2011.8.04.0001, haja vista o deferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica. (processo 0000408-70.2013.5.11.0012)

Assim, diante do entrelaçamento das empresas, reconheço a existência de grupo econômico, bem como a responsabilidade solidária das empresas VULCAPLAST INDÚSTRIA SE PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA e INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA, com base no artigo 2º, § 2º da CLT.

Por oportuno, mantenho também no polo passivo o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES FILHO, face a sua inércia.

c) *DA RESPONSABILIDADE DO EX-SÓCIO EDOARDO CAMPOFIORITO E SUAS EMPRESAS*

A parte autora também requereu que fosse reconhecida a existência de grupo econômico entre a reclamada com as demais empresas do ex-sócio Edoardo Campofitito, quais sejam: GETEC PLÁSTICOS TÉCNICOS LTDA; CGE SOCIEDADE FABRICADORA DE PEÇAS PLÁSTICAS LTDA e EGC CONSULTÓRIA E PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA por serem esta administradas pelo Sr. Edoardo. Alega ainda que a empresa CGE SOCIEDADE FABRICADORA DE PEÇAS PLÁSTICAS LTDA recebeu valores vultuosos da reclamada. Requereu também o chamamento dos outros sócios das demais empresas supramencionadas.

Devidamente notificadas, manifestaram-se EDOARDO CAMPOFIORITO, CGE - Sociedade Fabricadora de peças Artefatos - LTDA, ECG - Consultoria e Prestação de Serviços de Engenharia e Administração - ME, MARIANA CAMPOFIORITO, pessoa física, GIOVANNA RITA FRISINA, pessoa física, FELIPE CAMPOFIORITO, pessoa física, CESÁR CAMPOFIORITO e as empresas MRA - PLASTICOS LTDA, GETEC - PLASTICOS TECNICOS LTDA, APICE - PINTURAS TECNICAS AUTOMOTIVAS LTDA, GETEC PLÁSTICOS TÉCNICOS LTDA (petição de ID. 4276a03) e Espólio de PIETRO CAMPOFIORITO (petição de ID. d0c2c85).

Aduzem as partes ora demandadas, em síntese, que o Sr. Edoardo Camporito foi incluído ilicitamente no quadro societário da empresa VULCAPLAST, não tendo participado de nenhuma solenidade contratual de ajuste de compra e venda da referida empresa.

Foi anexado aos autos, cópia de inquérito policial nº 136522 - em que foi reconhecida a falsidade na assinatura do Sr. Edoardo (ID 74e42ea - Pág. 15)-, cópia do laudo pericial realizado no processo de Incidente de Falsidade (0705181-33.2012.8.04.0001), em tramite na 8ª Vara Cível da Comarca de Manaus, realizado pelo Perito Judicial Sr. Stony Binbá Fugueiro, o qual ratificou que as assinatura constantes os documentos da empresa vulcaplast não são do Sr. Edoardo (ID. dbdbb19), cópia do deferimento do pedido de tutela de urgência do processo nº 1001505-17.2018.4.01.3200, em tramite na 03ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em que o Magistrado responsável determinou a exclusão do nome do autor (sr. Edoardo) do quadro societário da empresa Vulcaplast, desconstituindo os registro públicos que apontem o Sr. Edoardo como sócios junto à Junta Comercial do Amazonas (ID. e524230).

Neste diapasão, analisando toda a documentação, e considerando que não houve ainda julgamento de mérito nos processos que tramitam na justiça comum e na justiça federal, os quais abordam a questão da falsidade na inclusão do Sr. Edoardo no quadro societário da empresa Vulcaplast, resolvo, com fulcro no art. 313, inciso V, alínea *a*, do CPC, suspender a análise do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em relação ao Sr. Edoardo Campofírito e as demais empresas e sócios a ele vinculados, uma vez que o acessório segue a linha do principal. Por conseguinte, acolho o pedido das demandadas para suspender a análise deste incidente, em face do Sr. Edoardo Campofírito e

demais empresas e pessoas físicas a ele vinculados, por 01 ano ou até que sejam julgados os processos supramencionados.

DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, DECIDO conhecer do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, apresentada por CYNTIA MESQUITA ARAUJO em face de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA e OUTROS, para, preliminarmente, acolher a tese suscitada pelo Sr. Edoardo Compofirito e suas empresas a fim de **suspender** a análise deste incidente em face destes por 01 ano ou até o julgamento de mérito dos processos em tramite na 08ª Vara Cível de Manaus e 03ª Vara Cível Federal do Amazonas e, no mérito, **INDEFERIR** a impugnação de CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA, RICARDO ROSSETE MORAES E INDUSTRIAL ORIENTE DE POLIMEROS LTDA, para que estes sejam incluídos no polo passivo, juntamente com o Sr. RICARDO ROSSETE MORAES Filho, com o prosseguimento regular da execução em face destes. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO, que integra esta conclusão para todos os fins de direito. Sem custas, ante o silêncio eloquente do legislador, que, com a vigência da Lei 13.467/2017, não obstante tenha consagrado o incidente em tela (instaurado em fase de execução), nada dispôs acerca das custas correspondentes (art. 789-A, da CLT). ***Notifiquem-se as partes (DEJT)***. E, para constar, foi lavrado o presente termo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000141-41.2017.5.11.0018

AUTOR	VINICIUS DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO	EDMILSON MAIA BRANDAO(OAB: 5633/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	OCEANO PRAIA HOTEL LTDA
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	TROPICAL HOTELARIA LTDA.
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	MARCIO FERREIRA JUCA(OAB: 2172/AM)
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS
- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
- OCEANO PRAIA HOTEL LTDA
- TROPICAL HOTELARIA LTDA.
- VINICIUS DA SILVA CAVALCANTE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000141-41.2017.5.11.0018

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: VINICIUS DA SILVA CAVALCANTE

RÉU: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA e outros (3)

DESPACHO PJe-JT

Atualize-se o débito consolidado da executada, com a expedição de nova Certidão de Débito Unificado.

Após, prossiga-se com a execução./ldg

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000002-21.2019.5.11.0018

AUTOR	FABRICIO ANTONIO VASCONCELOS DOS SANTOS
ADVOGADO	LISBET DE SOUZA CARDOSO(OAB: 12359/AM)
RÉU	AZIONE SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA - ME
RÉU	FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE PESQ E INOV TECNOLOGICA
ADVOGADO	DIEGO DAS NEVES LOUREIRO(OAB: 11271/AM)
ADVOGADO	DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA(OAB: 6945/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE PESQ E INOV TECNOLOGICA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Considerando que o agravo de petição id 7497461 é tempestivo, assinado por advogada habilitado nos autos (idb03b331) e atende aos pressupostos estabelecidos no art. 897, § 1º, da CLT, DETERMINO a intimação da parte contrária para manifestação no prazo legal.

Decorrido o prazo, ou apresentada a contraminuta, remetam-se os autos para apreciação e julgamento do Eg. TRT.//ltmn

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0002409-05.2016.5.11.0018

AUTOR	DANGELO DE SOUZA CAMPOS
RÉU	O AGUIAR PINTO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS - EIRELI
ADVOGADO	JOSE MANOEL BIATTO DE MENEZES(OAB: 432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- O AGUIAR PINTO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS - EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Condiciono a homologação do acordo apresentado pelas partes à comprovação do pagamento do acordo e recolhimento dos encargos previdenciários, no prazo de 30 dias.//ltmn

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000626-70.2019.5.11.0018

AUTOR	LEIR LIMA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	DAVI DA SILVA MACEDO(OAB: 10149/AM)
RÉU	JOAO BOSCO BASTOS DE ARAUJO NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- LEIR LIMA DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Considerando ter restado frustrada a tentativa de bloqueio de créditos face à executada;

Considerando a inércia da exequente quanto ao início da execução;

Considerando, ainda, a dispensa de notificação da União quando o valor das contribuições previdenciárias for inferior ao piso de R$ 20.000,00, conforme Portaria nº 582, de 11 de dezembro de 2013, do Ministério da Fazenda e portaria PGF nº 839,

DETERMINO:

I - O arquivamento provisório dos autos;

II - Assegura-se às partes o direito de neles intervir e solicitar o que entender necessário para o prosseguimento da execução, pelo prazo de dois anos, contados da ciência deste despacho, na forma do §1º do art. 11-A, da CLT;

III - Por fim, fica estabelecido que, transcorrido o biênio extintivo, não poderá haver desarquivamento do processo, em virtude da ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 11-A, §§1º e 2º, da CLT. /lsmlt

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000907-26.2019.5.11.0018

AUTOR	JONATHAN TAVARES MONTEIRO
ADVOGADO	ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES(OAB: 13961/AM)

RÉU	PROSAUDE - MEDICINA HOSPITALAR E SAUDE OCUPACIONAL LTDA
ADVOGADO	MARIO ROCHA DE ARAUJO JUNIOR(OAB: 11572/BA)
RÉU	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JONATHAN TAVARES MONTEIRO
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- PROSAUDE - MEDICINA HOSPITALAR E SAUDE OCUPACIONAL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando o atestado médico, de ID8c2a098, apresentado demonstra que, na data da sessão aprazada, o postulante estava enfermo.

Assim, reconheço como válida a justificativa, isentando a reclamante do recolhimento das custas processuais.

Intimem-se.

Após, nada mais sendo alegado e/ou requerido, arquive-se. /lvv

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001045-90.2019.5.11.0018

AUTOR	ALLAN TRINDADE MEIRELES
ADVOGADO	WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA(OAB: 12736/AM)
RÉU	DIAMOND CONVENTION CENTER EVENTOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALLAN TRINDADE MEIRELES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a manifestação da parte autora, conforme documento de ID 6d32944, e a disponibilidade de pauta, determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 04/11/2019 às 09h10min;**

II - Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe. /lvv

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001102-11.2019.5.11.0018

AUTOR	MARIA ORCIONISA CHAVES CORREA SOLEDADE
ADVOGADO	LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS(OAB: 4697/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ORCIONISA CHAVES CORREA SOLEDADE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

I - Intime-se o autor para que, no prazo de 48 horas, junte cópia do acordo extrajudicial, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

II - Após cumprida a pela parte autora, notifique-se a reclamada, da audiência já aprazada, com as advertências de praxe. /lvv

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0000976-58.2019.5.11.0018

AUTOR	CLAUDOMIRO DA SILVA MAXIMIANO
ADVOGADO	ADILCE PEREIRA DO AMARAL(OAB: 6513/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)
PERITO	COSME SOARES DA ROCHA NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- CLAUDOMIRO DA SILVA MAXIMIANO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a disponibilidade de agenda do Sr. Perito, determino:

I - A pericia será realizada no **dia 10/10/2019 às 09h00min;**

II - O Laudo pericial será entregue em 31/10/2019;

III - As partes poderão se manifestar sobre o laudo, no prazo comum de 1°/11/2019 até 11/11/2019;

IV - Ficam mantidas as demais determinações da ata de audiência de ID 646455a

V - Mantenha-se o processo fora de pauta até a entrega do laudo percial;

VI - Ficam cientes as partes e seus procuradores de que serão notificados de todos os demais atos processuais via DJe-JT, inclusive a data da próxima audiência. /lvv

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000965-41.2019.5.11.0014

AUTOR	JOSE EVERALDO GATO CARVALHO
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- JOSE EVERALDO GATO CARVALHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando que não haverá tempo hábil para a expedição do edital e a audiência já aprazada, cancele-se a audiência;

Designe-se nova audiência para o dia 07/10/2019 às 10h30min;

Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe, sendo a reclamada D5 ASSESSORIAS E SERVIÇOS EIRELI -EPP por edital. /lvv

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000910-78.2019.5.11.0018

AUTOR	ANTONIA DA SILVA BARROS
ADVOGADO	LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	ELEMENTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA DA SILVA BARROS
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando o retorno negativo do AR, pelo motivo "mudou-se";

Considerando a certidão de devolução do Mandado para notificação por Oficial de Justiça com a informação de que não foi possível realizar a notificação;

Intime-se a parte reclamante para que informe, em 48 horas, novo endereço atualizado da parte reclamada, sob pena de arquivamento

dos autos.

Havendo manifestação da parte autora, fincam mantidas as demais determinações do despacho de ID 74f148a. /lvv

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATSum-0000781-73.2019.5.11.0018

AUTOR	JOSE LINALDO MARREIROS LIMA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO	Henrique França Ribeiro(OAB: 7080/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LINALDO MARREIROS LIMA
- TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Em 25.09.2019

Processo n. 0000781-73.2019.5.11.0018

EMBARGANTE: TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

EMBARGADO: JOSE LINALDO MARREIROS LIMA

Vistos e etc.,

RELATÓRIO

TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, já qualificada nos autos, ingressou com embargos de declaração, dentro do prazo legal, afirmando que a sentença de ID n° 5985d66 é eivada de omissão.

O Embargado apresentou manifestação (ID. ebe3e89), pugnando por sua rejeição.

Conclusos vieram os autos para decisão.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conheço dos embargos posto que tempestivos.

Alega a Embargante que a sentença de mérito seria omissão, pois embora a decisão tenha feito menção de homologação de cálculos de liquidação, este não foram colacionados aos autos.

Em que pesem os argumentos da Embargante, inexiste omissão na sentença embargada. Ao analisar o feito, verifico que os cálculos, vinculados a decisão de mérito, foram anexados aos autos sob o ID nº 6616763. Logo, inexiste qualquer mácula na sentença proferida.

Por tais razões, julgo **improcedentes** os embargos opostos.

DECISÃO

Ante o exposto, decide a MM. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho de Manaus/AM, conhecer dos Embargos de Declaração apresentados por **TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** nos autos da reclamação movida em face de **JOSE LINALDO MARREIROS LIMA** para, com efeito, **JULGÁ-LOS IMPROCEDENTES**, mantendo a sentença nos seus precisos termos. Tudo nos termos da fundamentação. INTIMEM-SE AS PARTES (DEJT). E, para constar foi lavrado o presente termo.

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATSum-0001004-26.2019.5.11.0018

AUTOR	FRANCISCO CARNEIRO CASAS NOVAS
ADVOGADO	KATHYA REGINA BARBOSA DE SENA MARTINS(OAB: 1051/AM)
RÉU	CLAUDIA MARIA FREITAS GRACA 47336188249

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO CARNEIRO CASAS NOVAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando o retorno negativo do AR, pelo motivo "de nº inexistente", cancele-se a audiência aprazada para a próxima semana.

Ato sucessivo, intime-se a parte reclamante para que informe, em

05 dias, o endereço atualizado da parte reclamada, para fins de notificação, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito.

Transcorrido o prazo supra sem manifestação, conclua-se para extinção.

Por outro lado, informado o novo logradouro da empresa, desde já, designo audiência para o **dia 04/11/2019, às 08h40min**, valendo como inaugural, sob as penas do art. 844 da CLT.

Nessa hipótese, ciente a reclamante da data da nova audiência. À Secretaria para notificar as reclamadas acerca do adiamento, após a informação do endereço. /lvv

Assinatura

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000345-17.2019.5.11.0018

AUTOR	JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA
ADVOGADO	JENNIFER LOPES REBELLO DE SOUZA(OAB: 11115/AM)
RÉU	OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS
ADVOGADO	EDUARDO PEREIRA TOMITAO(OAB: 166854/SP)
RÉU	STARSERV-CONSERVACAO E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA
- OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA DO RITO ORDINÁRIO

Em 27.09.2019

Processo nº. 0000345-17.2019.5.11.0018

RECLAMANTE: JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA

RECLAMADA: STARSERV-CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

LITISCONSORTE: OCRIM S.A. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Autuação: 02.04.2019

Aberta a audiência a Dra. ***SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE***, Juíza do Trabalho Titular, após minuciosa análise dos autos passa a proferir a seguinte DECISÃO:

RELATÓRIO

O Reclamante alega contrato de trabalho de 15.05.2017 a 07.12.2017, função de auxiliar de serviços gerais, com ultimo salário de R$950,00, nas dependências da Litisconsorte; que após a demissão foi contratado diretamente pela Litisconsorte onde laborou de 11.12.2017 a 08.11.2018, na função de ajudante de produção I, com ultima remuneração de R$1.620,26; que sempre laborou com movimentos repetitivos e sobrecarga sobre a coluna; que foi diagnosticado com doença ocupacional; que assim, em síntese, postula: indenização por danos morais e materiais; estabilidade acidentária; juros e correção monetária; honorários advocatícios e benefícios da justiça gratuita.

Prejudicada a primeira proposta conciliatória e a defesa da Reclamada e da Litisconsorte, bem como o interrogatório e a prova testemunhal destas.

Alçada fixada sobre o montante líquido do pedido.

O depoimento do Reclamante foi dispensado. Foi determinada a realização de perícia médica em ata de ID n° ac715c0. Laudo pericial no ID n° 0505ee8, seguido de manifestação da Litisconsorte no ID n° 3d9c5e5.

Encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas pela Litisconsorte. Recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

DA DOENÇA OCUPACIONAL

A pretensão do Autor na presente demanda consiste em compelir a Reclamada ao pagamento de indenização em conseqüência de alegada doença profissional desenvolvida pelo desempenho da sua função na Reclamada.

De início, friso que a simples constatação de patologia não enseja desde logo caracterização como doença ocupacional, devendo-se analisar se há relação causal entre a moléstia e as atividades laborais desempenhadas pelo Reclamante a serviço da Reclamada. Assim, a demandada somente poderá ser compelida a indenizar o Autor, se comprovado o nexo de causalidade entre a doença e a execução das atividades em seu benefício. Para estabelecermos o vínculo causal, devemos voltar os olhos não apenas para exames clínicos, mas também considerar o local de trabalho, sua organização e dados epidemiológicos.

In casu, a prova técnica acostada nos autos descreveu as atividades exercidas, o ambiente de trabalho e fez exames físicos e testes especiais. Assim, concluiu o laudo:

"Concluo, Excelentíssima Senhora Doutora SELMA THURY VIEIRA

SA HAUACHE Juíza da Décima Oitava Vara do Trabalho de Manaus, a partir dos dados obtidos no exame médico do reclamante, comparados com a perícia no local de trabalho e documentos presentes nos autos, que não se pode atribuir exclusivamente aos movimentos realizados durante a atividade exercida na reclamada como única fonte geradora ou agravante das patologias de natureza degenerativa que o acometem."

Ressalte-se que no momento não há limitação funcional, em relação a coluna vertebral do autor, para o exercício das atividades que realizou na reclamada."

Desse modo, entendeu o médico perito compromissado estar tecnicamente comprovado que o estado de saúde do trabalhador não tem nexo causal ou concausal com o labor na Reclamada.

Não há como afastar a conclusão do perito, o qual é categórico ao afirmar no laudo que o Autor apresenta alteração estrutural (escoliose) e doença degenerativa na coluna vertebral, no segmento lombar, não havendo ligação com o labor. Assevera o perito que o Reclamante atuou em atividade acíclica e a análise ergonômica indicou baixo risco para os postos de trabalho.

Desse modo, concluiu que o caso do Reclamante não tem indícios de haver conexão com a atividade laboral exercida, destacando ainda que o Autor encontra-se assintomático e apto às suas atividades no momento.

Com efeito, após a avaliação dos documentos nos autos, em cotejamento com a análise do local de trabalho do autor, bem como o relato das atividades, entendeu que não houve nexo direto de causalidade ou concausa entre tal atividade e as patologias.

Convém ressaltar que a conclusão do *expert* baseou-se nas informações fornecidas pelas partes, sendo que o ato pericial contou com a presença de ambas as partes e seus representantes, havendo descrição do trabalho sem qualquer contestação.

Necessário destacar, ainda, que a matéria é de ordem técnica, dependendo de conhecimentos profissionais específicos, daí a necessidade de um terceiro efetivar a prova, sendo este de confiança do Juízo. Salvo na hipótese incongruências agudas, o que não se observa no caso em análise, é que deve o Juiz afastar a conclusão do Expert, devendo, outrossim, chancelá-la quando coerente e conclusiva.

Ressalte-se que na caracterização do direito à reparação pelo dano, há que se comprovar a responsabilidade, culposa ou dolosa da empresa, o que não existe nestes autos.

O dano moral a ser indenizado há de decorrer de um ato ilícito que deverá estar provado e correlacionado com o lesionamento íntimo, independentemente de repercussões patrimoniais. Sem o ato ilícito, o dano moral não se concretiza.

A conduta é reprovável se o agente pode agir de acordo com a norma e não o faz, traduzindo o procedimento em autêntico ato antijurídico, capaz de gerar a reparação correspondente.

No caso destes autos, as Reclamadas não praticaram qualquer ato, por dolo ou culpa, capaz de gerar responsabilidade civil. Não restou evidenciada a violação de bem jurídico do Reclamante, seja sua integridade física, personalidade ou honra, sendo indevidas as pretensões indenizatórias formuladas.

Assim, não demonstrada a conduta dolosa ou culposa das Rés, tampouco o nexo de causalidade entre a doença alegadas e o trabalho realizado pelo empregado, ausentes os requisitos que impõem à empregadora o dever de indenizar, sigo o entendimento consignado na conclusão do laudo pericial e julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos indenizatórios indicados na inicial.

Defiro os benefícios da justiça gratuita ao Reclamante, a teor do art. 790, §4º da CLT, uma vez que desempregado e declarou não ter recursos para o pagamento das custas do processo.

Quanto aos honorários periciais, nos termos do artigo 790-B da CLT, a parte sucumbente no objeto da pretensão deve arcar com tal ônus, sendo, neste caso, o Reclamante. Todavia, lhe foi conferido os benefícios da justiça gratuita, razão pela a verba honorária deve ser suportada pela União, porém limitada ao valor teto indicado no Provimento que cuida da matéria, motivo pelo qual determino à Secretaria, após o trânsito em julgado, que solicite junto ao Órgão competente do Tribunal a disponibilização do valor teto para pagamento do perito.

Devidos os honorários de sucumbência pelo Autor ao patrono da Reclamada (art. 791-A, §3º, da CLT), os quais ora arbitro em 5% sobre o valor da causa.

Não obstante, uma vez que o Autor é beneficiário da justiça gratuita, fica suspensa a exigibilidade de verba acima delineada, extinguindo-se tal condição somente quando, observado o prazo legal, deixar de existir a situação de insuficiência de recursos (art.791-A, §4º, da CLT).

DISPOSITIVO

Por estes fundamentos e o mais que dos autos conste, DECIDO JULGAR **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a ação trabalhista movida por **JOSE AUGUSTO TAVARES CALDEIRA** em face de **STARSERV-CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** e **OCRIM S.A. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**para o fim de absolvê-las de todos os pleitos da inicial. Concedidos os benefícios da Justiça Gratuita ao Reclamante, a teor do art. 790, §4º da CLT. As obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do §4º do art. 791-A. Determino à Secretaria, após o trânsito em julgado, que solicite junto ao Órgão competente do Tribunal a disponibilização do valor teto para

pagamento do perito. Tudo conforme a fundamentação. Custas pelo Reclamante no importe de R$1.164,59 calculadas sobre o valor da causa de R$58.229,99, do que fica isento nos termos da lei. Ciente a Litisconsorte. Notifique-se Reclamante e Reclamada. E, para constar, foi lavrado o presente termo.

SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE

Juíza do Trabalho

Assinatura

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000582-51.2019.5.11.0018

AUTOR	LUANA ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO	SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS(OAB: 4776/AM)
ADVOGADO	SHIRLEY DA CONCEIÇÃO ALMEIDA DO CARMO FERREIRA(OAB: 5161/AM)
ADVOGADO	ELIZA PAES ARAUJO(OAB: 5162/AM)
RÉU	SOUZA E NOGUEIRA LTDA
ADVOGADO	FABIANA NOGUEIRA NERIS(OAB: 12366/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUANA ARAUJO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJE-JT

Expeça-se alvará em favor da reclamante para levantamento do saldo existente em sua conta vinculada ao FGTS, devendo comprovar o valor sacado no prazo de 10 dias. /lsmlt

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000658-75.2019.5.11.0018

AUTOR	RICHARD RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	YARA CHRISTINA LOPES REIS(OAB: 6711/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

1. Considerando os princípios da razoável duração do processo (Art. 5º, LXXVIII, da CF/88) economia e celeridade processuais, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, fica a executada citada, por seu patrono, para PAGAR ou GARANTIR a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, procedendo-se, na hipótese de silêncio da executada, a consulta via BACENJUD, RENAJUD, e a inclusão do seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, na quantia abaixo descrita:

RESUMO DOS CÁLCULOS

Principal.....R$ 16.886,74

INSS.....R$ 282,00

Hon. advocatícios..R$ 847,98

Custas.....R$ 339,19

TOTAL.....R$ 18.355,90 (dezoito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos)

2. No caso de impossibilidade da citação acima, expeça-se mandado de citação para o endereço da executada e/ou cite-se imediatamente por edital, nos termos do art. 880, §3º da CLT;

3. Decorrido o prazo sem que ocorra manifestação ou pagamento, promovam-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial que desde já fica convertida em penhora, intimando-se desse ato a executada, se possível, na pessoa de seu patrono, através do Diário Oficial Eletrônico do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região;

4. Havendo depósito judicial da quantia devida, sem qualquer manifestação da executada após o prazo de cinco dias, libere-se o crédito do exequente, recolhendo-se os encargos previdenciários,

fiscais e custas processuais, se houver./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000474-22.2019.5.11.0018

AUTOR	JOSE MARIA AGUIAR DE CASTRO
ADVOGADO	PRISCILA NEVES SILVA COSTA(OAB: 12879/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

1. Considerando os princípios da razoável duração do processo (Art. 5º, LXXVIII, da CF/88) economia e celeridade processuais, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, fica a executada citada, por seu patrono, para PAGAR ou GARANTIR a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, procedendo-se, na hipótese de silêncio da executada, a consulta via BACENJUD, RENAJUD, e a inclusão do seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, na quantia abaixo descrita:

RESUMO DOS CÁLCULOS

Hon. sucumbência..R$ 1.815,44

Principal.....R$ 14.362,72

Hon. advocatícios..R$ 808,91

Custas.....R$ 323,56

TOTAL.....R$ 17.310,63 (dezessete mil, trezentos e dez reais e sessenta e tres centavos)

2. No caso de impossibilidade da citação acima, expeça-se mandado de citação para o endereço da executada e/ou cite-se imediatamente por edital, nos termos do art. 880, §3º da CLT;

3. Decorrido o prazo sem que ocorra manifestação ou pagamento, promovam-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial que desde já fica convertida em penhora, intimando-se desse ato a executada, se possível, na pessoa de seu patrono, através do Diário Oficial Eletrônico do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região;

4. Havendo depósito judicial da quantia devida, sem qualquer manifestação da executada após o prazo de cinco dias, libere-se o crédito do exequente, recolhendo-se os encargos previdenciários, fiscais e custas processuais, se houver./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001115-51.2016.5.11.0006

AUTOR	SIRCI SUZIANE LAGO MORAES CAVALCANTE
ADVOGADO	MARIA DA CONCEICAO TEIXEIRA FRAZAO(OAB: 5701/AM)
ADVOGADO	GERALDO DA SILVA FRAZAO(OAB: 2674/AM)
ADVOGADO	CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE(OAB: 8293/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)
RÉU	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.
ADVOGADO	MAURO PAULO GALERA MARI(OAB: 877/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.
- SIRCI SUZIANE LAGO MORAES CAVALCANTE

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

1 - Homologo o cálculo elaborado pela Contadoria da Vara (ID. 749ef4e) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações;

2 - Intimem-se as partes acerca do cálculo homologado, para ciência e manifestação, nos termos do art. 879, §2º, da CLT, no prazo comum de oito dias, devendo apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001144-94.2018.5.11.0018

AUTOR	CRISTOVAO ZOGAHIB ABRAO
ADVOGADO	VIVIAN CEDRO SILVA(OAB: 12878/AM)
RÉU	VIACAO SAO PEDRO LTDA
ADVOGADO	JOSE LOURENCO ACEDO PIMENTEL JUNIOR(OAB: 255164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO SAO PEDRO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Homologo o cálculo de atualização elaborado pela Contadoria da Vara (ID. 4aca9b5) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações

1. Considerando os princípios da razoável duração do processo (Art. 5º, LXXVIII, da CF/88) economia e celeridade processuais, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, fica a executada citada, por seu patrono, para PAGAR ou GARANTIR a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, procedendo-se, na hipótese de silêncio da executada, a consulta via BACENJUD, RENAJUD, e a inclusão do seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, na quantia abaixo descrita:

RESUMO DOS CÁLCULOS

Hon. sucumbência..R$ 1.726,89

Principal.....R$ 16.591,45

INSS.....R$ 547,43

Hon. advocatícios..R$ 922,98

Custas.....R$ 369,19

TOTAL.....R$ 20.157,95 (vinte mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

2. No caso de impossibilidade da citação acima, expeça-se mandado de citação para o endereço da executada e/ou cite-se imediatamente por edital, nos termos do art. 880, §3º da CLT;

3. Decorrido o prazo sem que ocorra manifestação ou pagamento, promovam-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial que desde já fica convertida em penhora, intimando-se desse ato a executada, se possível, na pessoa de seu patrono, através do Diário Oficial Eletrônico do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região;

4. Havendo depósito judicial da quantia devida, sem qualquer manifestação da executada após o prazo de cinco dias, libere-se o crédito do exequente, recolhendo-se os encargos previdenciários, fiscais e custas processuais, se houver./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000517-56.2019.5.11.0018

AUTOR	GEICENEY GUIMARAES PEREIRA
ADVOGADO	ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS(OAB: 6652/AM)
ADVOGADO	EULIDES COSTA DA SILVA(OAB: 2745/AM)
RÉU	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
ADVOGADO	RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
- GEICENEY GUIMARAES PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

1 - Homologo o cálculo elaborado pela Contadoria da Vara (ID. 742811e) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, sem prejuízo de futuras atualizações;

2 - Intimem-se as partes acerca do cálculo homologado, para ciência e manifestação, nos termos do art. 879, §2º, da CLT, no prazo comum de oito dias, devendo apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000787-80.2019.5.11.0018

AUTOR	FLORISMAR FIGUEIREDO BARBOSA
ADVOGADO	Francisco Jorge Ribeiro Guimaraes(OAB: 2978/AM)
RÉU	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a inércia das partes , executem-se os valores relativos aos encargos previdenciários;

1. Considerando os princípios da razoável duração do processo (Art. 5º, LXXVIII, da CF/88) economia e celeridade processuais, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, fica a executada citada, por seu patrono, para PAGAR ou GARANTIR a execução em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora, procedendo-se, na hipótese de silêncio da executada, a consulta via BACENJUD, RENAJUD, e a inclusão do seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, na quantia abaixo descrita:

RESUMO DOS CÁLCULOS

INSS.....R$ 4.566,08 (quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oito centavos)

2. No caso de impossibilidade da citação acima, expeça-se mandado de citação para o endereço da executada e/ou cite-se imediatamente por edital, nos termos do art. 880, §3º da CLT;

3. Decorrido o prazo sem que ocorra manifestação ou pagamento, promovam-se tentativa de penhora on-line, via sistema BACENJUD, em face da executada, para bloqueio de valores existentes em contas, aplicações financeiras e outros ativos financeiros, se houver, do montante da dívida apurada nos cálculos e transferência para uma conta judicial que desde já fica convertida em penhora, intimando-se desse ato a executada, se possível, na pessoa de seu patrono, através do Diário Oficial Eletrônico do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região;

4. Havendo depósito judicial da quantia devida, sem qualquer manifestação da executada após o prazo de cinco dias, libere-se o

crédito do exequente, recolhendo-se os encargos previdenciários, fiscais e custas processuais, se houver./lfcda

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0000559-08.2019.5.11.0018

AUTOR	JENILSON BATISTA DA SILVA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	GSP INDUSTRIA METALURGICA LTDA
ADVOGADO	ADRIANA LO PRESTI MENDONCA COHEN(OAB: 3139/AM)
ADVOGADO	ANTONIO FABIO BARROS DE MENDONCA(OAB: 2275/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GSP INDUSTRIA METALURGICA LTDA

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

RECLAMANTE: JENILSON BATISTA DA SILVA

RECLAMADO(A): GSP INDUSTRIA METALURGICA LTDA

PROCESSO Nº. :0000559-08.2019.5.11.0018

CITAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica a executada, por seu patrono, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, **citada ara PAGAR em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução** com depósito em dinheiro (Art. 835, I, CPC), sob pena de penhora, as quantias abaixo discriminadas, devidas nos termos da decisão proferida no referido processo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, cadastro da dívida no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT):

DÉBITO DA EXECUTADA

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA (RECLAMADA).....R$ 720,89

Principal.....R$ 352,24

HONORÁRIOS (RECLAMANTE).....R$ 36,30

Custas.....R$ 14,52

TOTAL.....R$ 1.123,96

Notificação

Processo Nº ATSum-0001452-67.2017.5.11.0018

AUTOR	JOSE MARIA FERREIRA RODRIGUES
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
ADVOGADO	JANAINA MENDONCA DE MORAES(OAB: 8070/AM)
RÉU	GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	Marco Aurélio Lucas de Souza(OAB: 2185/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

RECLAMANTE: JOSE MARIA FERREIRA RODRIGUES

RECLAMADO(A): GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

PROCESSO Nº. :0001452-67.2017.5.11.0018

CITAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica a executada, por seu patrono, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, **citada ara PAGAR em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução** com depósito em

dinheiro (Art. 835, I, CPC), sob pena de penhora, as quantias abaixo discriminadas, devidas nos termos da decisão proferida no referido processo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, cadastro da dívida no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT):

DÉBITO DA EXECUTADA

Principal.....R$ 8.322,11

INSS.....R$ 1.312,314

TOTAL.....R$ 9.634,41

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001420-38.2012.5.11.0018

AUTOR	ADALMIR MARCELINO SALGADO
ADVOGADO	ALINE MARIA PEREIRA MENDONCA(OAB: 3242/AM)
RÉU	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
ADVOGADO	SYLVIO GARCEZ JUNIOR(OAB: 533-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

RECLAMANTE: ADALMIR MARCELINO SALGADO

RECLAMADO(A): PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

PROCESSO Nº. :0001420-38.2012.5.11.0018

CITAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica a executada, por seu patrono, com fulcro nos arts. 272 e 513 § 2º do CPC, § 2º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 e § 4º do artigo 23 da Resolução nº 136/2014 do CSJT, **citada ara PAGAR em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução** com depósito em dinheiro (Art. 835, I, CPC), sob pena de penhora, as quantias abaixo discriminadas, devidas nos termos da decisão proferida no referido processo, sob pena de execução imediata, inclusive com bloqueio on-line via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, cadastro da dívida no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT):

DÉBITO DA EXECUTADA

Principal.....R$ 228.443,38

INSS.....R$ 25.984,15

Honorários Sindicais.....R$ 34.266,51

FGTS(8%).....R$ 9.037,97

TOTAL.....R$ 297.732,00

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000550-46.2019.5.11.0018

AUTOR	PATRICIA MIRANDA LUSTOSA
ADVOGADO	HILGNER AUGUSTO DOS SANTOS SOUZA MONTEIRO(OAB: 12848/AM)
RÉU	C A P FEIJO SERVICOS EDUCACIONAIS, BELEZA E LANCHONETES EIRELI
ADVOGADO	RENATO ALVES PEREIRA(OAB: 11313/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA MIRANDA LUSTOSA

MM. 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546, Centro, MANAUS - AM - CEP: 69010-140

RECLAMANTE: PATRICIA MIRANDA LUSTOSA

RECLAMADO(A): C A P FEIJO SERVICOS EDUCACIONAIS, BELEZA E LANCHONETES EIRELI

PROCESSO Nº. :0000550-46.2019.5.11.0018

INTIMAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica a reclamante intimada para retirada da sua CTPS, na secretaria da Vara.

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001078-80.2019.5.11.0018

AUTOR	ANDRE DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	TAPAJOS COMERCIO DE PERFUMARIA, COSMETICOS E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE DE OLIVEIRA MARTINS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a indisponibilidade de pauta, determino:

I - Designe-se a audiência para o **dia 05/11/2019 às 08h40min;**

II - Notifiquem-se as partes, com as advertências de praxe. /lvv

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000802-49.2019.5.11.0018

AUTOR	ROBERTO SANTIAGO DE AMORIM FEITOSA JUNIOR
ADVOGADO	LADSON PEREIRA DA SILVA(OAB: 11039/AM)
RÉU	VISTEON AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	MARCELO RICARDO GRUNWALD(OAB: 111101/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBERTO SANTIAGO DE AMORIM FEITOSA JUNIOR
- VISTEON AMAZONAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a manifestação de ID 572b56b, esta Magistrada determina:

I - o cancelamento da audiência aprazada;

II - o deferimento da dilação do prazo, até o dia 09/10/2019, para o autor apresentar a degravação do áudio;

III - a renovação do prazo contestacional para a reclamada até a próxima sessão;

IV - a redesignação da audiência para **05/11/2019 às 08h15min;**

V - a manutenção das demais determinações da ata de audiência de ID. 867edd4

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VANESSA MAIA DE QUEIROZ MATTA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000945-50.2019.5.11.0014

AUTOR	ELEUTERIO ALBUQUERQUE FRANCO NETO
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- ELEUTERIO ALBUQUERQUE FRANCO NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Considerando a manifestação da parte autora de ID 334b9fb, notifique-se a reclamada D5 ASSESSORIAS E SERVIÇOS EIRELI - EPP por edital da audiência já aprazada. /lvv

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000738-81.2019.5.11.0004

AUTOR	MAURICIO GOMES MOREIRA
ADVOGADO	ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051/AM)
RÉU	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)
ADVOGADO	JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe-JT

Intime-se a reclamada da emenda à inicial apresentada pelo autor de ID. e07d23e

Fica reaberto o prazo para apresentar nova contestação, caso haja interesse, até a próxima audiência já aprazada. /lvv

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

SELMA THURY VIEIRA SA HAUACHE

Juiz(a) do Trabalho Titular

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Despacho

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000769-90.2018.5.11.0019

AUTOR	LOURIVALDO DA COSTA CARVALHO
ADVOGADO	RENATA BERNARDINO PAIVA(OAB: 10345/AM)
RÉU	KROWORK ENGENHARIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LOURIVALDO DA COSTA CARVALHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Despacho (PJE)

Vistos etc.

1. Proceda-se consulta ao sistema INFOSEG para identificar os sócios da reclamada.

2. Após, notificar o (a) reclamante para tomar ciência das diligências praticadas neste processo e informar se tem interesse no prosseguimento da execução. Caso positivo deverá indicar os elementos para sua materialização, no prazo de 05 (CINCO) dias, sob pena de arquivamento provisório (art 11-A, § 1º da CLT).

Cumpra-se./dmn

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Edital

Edital

Processo Nº ATSum-0001015-52.2019.5.11.0019

AUTOR	WILLIAN GOMES DE SOUZA
RÉU	NUTRIBENI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):
- WILLIAN GOMES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 3627-2193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0001015-52.2019.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: WILLIAN GOMES DE SOUZA
RÉU: NUTRIBENI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME

De ordem do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho **VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA**, Substituto da MM. 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS;

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO(A) o(a) Reclamante**: WILLIAN GOMES DE SOUZA**, que se encontra em lugar incerto/não sabido, paratomar ciência da Sentença prolatada por este juízo e, querendo, recorrer no prazo legal de 8 (oito) dias. A sentença poderá ser acessada na sua totalidade com a chave 19092619343505200000017637414, através do link **http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.**

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS./dmn

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONÇALVES

Diretor de Secretaria

Anexo

Consulte chave de acesso:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Sentença	Sentença	19092619343505200000017637414

Devolução de mandado de ID	Certidão	19092510433705900000017622178
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092508150958200000017618825
Mandado	Mandado	19091819193226400000017568628
Mandado	Mandado	19091819193214200000017568627
Despacho	Despacho	19091614115008500000017535236
triagem inicial	Certidão	19091614100365900000017535206
Recibo	Recibo	19091310012897400000017514589
TRCT	Documento Diverso	19091310013946100000017514598
GUIA SEGURO	Documento Diverso	19091310012538400000017514585
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19091310011811800000017514580
CTPS, RG, CPF, COMP RESID	Documento Diverso	19091310011626400000017514578
CRACHÁ	Documento Diverso	19091310010783000000017514573
AVISO PRÉVIO	Documento Diverso	19091310010085400000017514570
Petição Inicial	Petição Inicial	19091310002202900000017514551

Edital

Processo Nº ATSum-0001015-52.2019.5.11.0019

AUTOR	WILLIAN GOMES DE SOUZA
RÉU	NUTRIBENI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- WILLIAN GOMES DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 3627-2193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0001015-52.2019.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: WILLIAN GOMES DE SOUZA

RÉU: NUTRIBENI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME

De ordem do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho **VITOR GRACIANO DE**

SOUZA MAFFIA, Substituto da MM. 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS;

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO(A) o(a) Reclamante**: WILLIAN GOMES DE SOUZA**, que se encontra em lugar incerto/não sabido, paratomar ciência da Sentença prolatada por este juízo e, querendo, recorrer no prazo legal de 8 (oito) dias. A sentença poderá ser acessada na sua totalidade com a chave 19092619343505200000017637414, através do link **http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.**

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS./dmn

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONÇALVES

Diretor de Secretaria

Anexo

Consulte chave de acesso:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Sentença	Sentença	19092619343505200000017637414
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092510433705900000017622178
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092508150958200000017618825
Mandado	Mandado	19091819193226400000017568628
Mandado	Mandado	19091819193214200000017568627
Despacho	Despacho	19091614115008500000017535236
triagem inicial	Certidão	19091614100365900000017535206
Recibo	Recibo	19091310012897400000017514589
TRCT	Documento Diverso	19091310013946100000017514598
GUIA SEGURO	Documento Diverso	19091310012538400000017514585
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19091310011811800000017514580
CTPS, RG, CPF, COMP RESID	Documento Diverso	19091310011626400000017514578
CRACHÁ	Documento Diverso	19091310010783000000017514573
AVISO PRÉVIO	Documento Diverso	19091310010085400000017514570
Petição Inicial	Petição Inicial	19091310002202900000017514551

Edital

Processo Nº ATOrd-0000706-02.2017.5.11.0019

AUTOR	MARIA RAIMUNDA DA SILVA SANTANA
ADVOGADO	ANGELA MARIA LEITE DE ARAUJO SILVA(OAB: 6940/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
TERCEIRO INTERESSADO	MOUHAMAD MOUSTAFA
TERCEIRO INTERESSADO	JANAINA COUTINHO MOUSTAFA

Intimado(s)/Citado(s):

- JANAINA COUTINHO MOUSTAFA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 3627-2193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0000706-02.2017.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: MARIA RAIMUNDA DA SILVA SANTANA

RÉU: TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

De ordem da Exma. Sra. Juíza do Trabalho **EULAIDE MARIA VILELA LINS**, Titular da MM. 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS;

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam NOTIFICADOS os terceiros interessados MOUHAMAD MOUSTAFA e JANAINA COUTINHO MOUSTAFA, que se encontram em lugar incerto/não sabido, paratomarem do Despacho prolatado neste processo, de teor seguinte:

"Vistos e etc.

Analisando-se os autos, verifico que a documentação ora carreada, fruto da consulta ao BACENJUD CCS, em cotejo com o Contrato Social da executada, aponta, de forma substancial, a administração e gerência bancária da executada e/ou sócios sendo realizada por terceiros, não-integrantes de seu quadro societário, quais sejam: JANAINA MARCOLINO COUTINHO (CPF:626.614.852-87), MOUHAMAD MOUSTAFA (CPF: 690.152.521-49);

Considerando o devido processo legal, com vistas a assegurar a ampla defesa e o efetivo contraditório.

DECIDO:

1. Consultar os sistemas INFOJUD/eCAC e/ou INFOSEG a fim de averiguar o endereço do (s) terceiro (s) interessado (s) acima mencionado (s).

2. De posse do endereço, intimar o terceiro interessado, por meio de Oficial de Justiça, para apresentar manifestação e/ou esclarecimentos com relação as informações colhidas no sistema BACENCCS, noticiando seu vínculo bancário com a executada e/ou sócios no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerado sócio oculto, respondendo solidariamente pelo débito trabalhista e fiscal objeto da execução em curso neste processo.

Cumpra-se."

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, em 30 de Setembro de 2019, na Secretaria da 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONÇALVES

Diretor de Secretaria

Anexo

Consulte chave de acesso:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092712411037600000017643239
Devolução de mandado de ID	Certidão	19092712292164000000017643201
Despacho	Despacho	19092008360261200000017581313
Cálculos de Liquidação com	Planilha de Cálculos	19092008334216800000017581238
Cálculos de Liquidação com	Certidão	19092008313314900000017581166
Despacho	Despacho	19091813490967300000017563829
Solicitação honorarios periciais	Manifestação	19091711405645600000017546183
Mandado	Mandado	19091220160968300000017476586
Mandado	Mandado	19091220143813800000017476587
TOTAL SAUDE (terceiros)	Infoseg (consulta)	19090914095520000000017469285
INFOSEG (terceiros)	Certidão	19090914091687700000017469275
Despacho	Despacho	19090913522189700000017468948
Despacho	Despacho	19090911472822600000017466543
BACEN-CCS	Certidão	19090911461565200000017466522
CÁLCULOS - MARIA RAIMUNDA DA	Planilha de Atualização de	19090910502797200000017465432

JUNTADA DE CÁLCULOS DE	Apresentação de Cálculos	19090910495204600000017465423
Despacho	Despacho	19090411034376100000017446562
BacenJud INFRUTIFERO	BacenJud (bloqueio)	19090410574819800000017446345
BacenJud consulta	BacenJud (bloqueio)	19090209202641700000017419871
Despacho	Notificação	19082810243898800000017382460
Despacho	Despacho	19082715102548400000017374880
Despacho	Notificação	19082709575082400000017368344
Despacho	Despacho	19082709282631700000017367599
Certidão de Remessa	Certidão	19082108263971000000017317839
TST - Certidão de Origem de	Documento Diverso	19082008300200000000017317840
TST - Termo de Remessa ao TRT	Documento Diverso	19082008300000000000017317842
TST - Certidão de Trânsito em Julgado	Documento Diverso	19082008295900000000017317843
TST - Intimação Eletrônica	Documento Diverso	19060320554800000000017317844
TST - Intimação Ente Público	Documento Diverso	19052416020100000000017317845
TST - Certidão de Divulgação/Publicaçã	Documento Diverso	19052300000000000000017317846
TST - Acórdão	Documento Diverso	19052214492300000000017317848
TST - Certidão de Julgamento	Documento Diverso	19052209000000000000017317847
TST - Intimação Eletrônica	Documento Diverso	19051421004000000000017317849
TST - Certidão de Inclusão em Pauta	Documento Diverso	19050219000000000000017317851
TST - Intimação Ente Público	Documento Diverso	19050216410100000000017317850
TST - Visto. À Pauta	Documento Diverso	19042410053800000000017317852
MPT - Parecer	Parecer do MPT	19030822014800000000017317853
Capa de Processo	Documento Diverso	19020616090400000000017317856
TST - Termo de Distribuição	Documento Diverso	19020616090400000000017317854
TST - Termo de Autuação	Documento Diverso	19020611051100000000017317855
Certidão de Remessa	Certidão	18121814064889100000017317857
Expiração de Prazo	Certidão	18121305485016400000017317858
Contrarrazões	Contrarrazões	18121012223263200000017317859
Certidão de Publicação. Disp.	Certidão	18120310014084600000017317860
Decisão	Notificação	18112913130526800000017317861
Decisão	Decisão	18112907585840100000017317862
Conclusos a Presidente de RR	Certidão	18112813155387300000017317863

Certidão de expiração	Certidão	18112813145879500000017317864
RECURSO DE REVISTA	Documento Diverso	18112811255654400000017317874
RECURSO DE REVISTA	Recurso de Revista	18112811244462400000017317865
Peça Processual - Peças diversas -	Manifestação	18110811521700000000017317866
Certidão de Intimação Pessoal	Certidão	18110608105609600000017317867
Certidão de Publicação de	Certidão	18110508452892400000017317868
Ofício	Notificação	18103114200001300000017317869
Ofício	Notificação	18103114193518700000017317870
Acórdão	Notificação	18103114191360500000017317871
Acórdão	Acórdão	18092122294793100000017317872
CERTIDÃO DE TRIAGEM	Certidão	18072709341631900000017317873
CERTIDÃO DE ADMISSIBILIDADE	Certidão	18072512524887600000014101230
EXPIRAÇÃO DE PRAZO	Certidão	18072512421411700000014101098
Contrarrazões RO Estado	Contrarrazões	18062911064848600000013872937
Edital	Edital	18062018400560200000013774829
Intimação	Intimação	18061909095134400000013774830
Decisão	Decisão	18061908100675900000013767738
Recurso Ordinário	Recurso Ordinário	18061813551760000000013766886
Edital	Edital	18060706585391500000013640719
Intimação	Intimação	18060608300756600000013640720
Sentença	Notificação	18060519590422700000013638466
Sentença	Sentença	18060512265077200000013631925
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	Embargos de Declaração	18051416053339700000013425199
Despacho	Notificação	18051011491631500000013394353
Despacho	Despacho	18050914192394700000013383504
INÍCIO DA EXECUÇÃO	Manifestação	18050911071424400000013379879
Edital	Edital	18050114112771500000013271513
Intimação	Intimação	18042607533279100000013271514
Sentença	Notificação	18042508522410900000013257310
Sentença	Sentença	18042310234930400000013225886
Intimação	Intimação	18042308150198900000013222408
Intimação	Intimação	18042308150068800000013222406

Despacho	Despacho	18041913582004600000013201020
Resposta a Manifestação	Apresentação de Esclarecimentos ao	18041213212813700000013126048
Manifestação acerca do laudo pericial	Manifestação	18040213205529000000013019558
Manifestação ao Laudo Pericial	Manifestação	18030216493618800000012757017
Laudo Tecnico Pericial	Fotografia	18022722103371300000012717209
Apresentação	Apresentação de Laudo Pericial	18022722082151200000012717206
INTIMAÇÃO DE PERITO	Certidão	18013111485403400000012476556
Edital	Edital	18012506364218100000012408843
Intimação	Intimação	18012410034101100000012408844
Despacho	Notificação	18010915180209400000012311338
Despacho	Despacho	18010913493096100000012310423
DESTITUIÇÃO DA PERITA	Documento Diverso	17121010545921800000012208100
PETIÇÃO AO JUIZO	Petição (outras)	17121010534663400000012208099
Quesitos da Reclamante - Maria	Petição em PDF	17120416325596800000012162794
Petição em PDF	Petição em PDF	17120416313332600000012162783
Edital	Edital	17112920552936400000012121171
Notificação	Notificação	17112413510414400000012065861
Despacho	Notificação	17112618353104900000012072969
Despacho	Despacho	17112413510414400000012065861
Despacho	Despacho	17091308284006500000011350161
SUBSTABELECIMENTO CONJUNTO -	Documento Diverso	17081514265804600000011071790
Juntada de Substabelecimento	Petição (outras)	17081514253912500000011071767
Ata da Audiência	Ata da Audiência	17081412464966600000011052603
Lista prepostos SUSAM	Documento Diverso	17080908231284100000011007533
Contestação	Contestação	17080908211264500000011007529
PUBLICAÇÃO DEJT	Informação	17051711081550100000010073103
Edital	Edital	17050807463574500000009951094
Notificação	Notificação	17041909060323300000009773573
Notificação	Notificação	17041909060323300000009773573
Despacho	Despacho	17041909060323300000009773573
TRIAGEM INICIAL	Certidão	17041909045299400000009773529
CERTIDAO NEGATIVA OFICIAL	Certidão	17041909023164700000009773503

Decisão	Decisão	17041815190367400 000009765857
CCT SINDPRIV	Convenção Coletiva de Trabalho	17041813001222700 000009762565
FGTS 2 5	Extrato de Conta do FGTS	17041812593311100 000009762545
FGTS 6	Extrato de Conta do FGTS	17041813000257600 000009762558
FGTS 5	Extrato de Conta do FGTS	17041812595519200 000009762554
FGTS 4	Extrato de Conta do FGTS	17041812594807500 000009762550
FGTS 3	Extrato de Conta do FGTS	17041812593891200 000009762546
FGTS 2	Extrato de Conta do FGTS	17041812592688900 000009762542
FGTS 1	Extrato de Conta do FGTS	17041812591756500 000009762539
FGTS	Extrato de Conta do FGTS	17041812591511200 000009762538
CTPS 2	CTPS	17041812590786200 000009762537
CTPS 1	CTPS	17041812590227100 000009762533
RES	Documento Diverso	17041812585869400 000009762531
CPF	Documento Diverso	17041812585291700 000009762527
RG VERSO	Registro Geral - RG - Carteira de	17041812584484600 000009762518
RG FRENTE	Registro Geral - RG - Carteira de	17041812583624600 000009762517
PROCURAÇÃO	Procuração	17041812582439500 000009762513
MARIA RAIMUNDA DA SILVA X TOTAL	Petição Inicial	17041812582323800 000009762512
Petição em PDF	Petição em PDF	17041812532463100 000009762410

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000994-47.2017.5.11.0019

AUTOR	IZAILDA ROSAS DOS SANTOS
ADVOGADO	FABIOLA FERREIRA DO NASCIMENTO(OAB: 8980/AM)
ADVOGADO	ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES(OAB: 7653/AM)
RÉU	JOAO PAULO SOUZA CRUZ CAMINHA
ADVOGADO	LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 16166/PE)
RÉU	J P SOUZA CRUZ CAMINHA - EPP
ADVOGADO	LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 16166/PE)
ADVOGADO	JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR(OAB: 8266/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- J P SOUZA CRUZ CAMINHA - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 3627-2193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO AO(À) RECLAMADO(A)/EXECUTADA (PJE)

ADVOGADO

PROCESSO: 0000994-47.2017.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: IZAILDA ROSAS DOS SANTOS

Advogado(s) do reclamante: FABIOLA FERREIRA DO NASCIMENTO, ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES

RÉU: J P SOUZA CRUZ CAMINHA - EPP, JOAO PAULO SOUZA CRUZ CAMINHA

Advogado(s) do reclamado: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA, JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR

Fica a executada notificada, por meio do patrono, para tomar ciência do valor sacado e comprovar o depósito do valor residual do acordo, na conta corrente da patrona da autora, com aquiescência desta.

MANAUS, 29 de Setembro de 2019

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONCALVES

Diretor de Secretaria

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001312-98.2015.5.11.0019

AUTOR	RAIMUNDO ROCHA CAVALCANTE
ADVOGADO	Rozeli Ferreira Sobral Astuto(OAB: 5743/AM)
ADVOGADO	ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644/AM)
ADVOGADO	JAIRO FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 10886/AM)
RÉU	ALFA SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA LTDA - ME
ADVOGADO	PENELOPE ARYADNE ANTONY LIRA(OAB: 7357/AM)
RÉU	MARIA ALFA PEDRO DOS SANTOS FARIAS
TERCEIRO INTERESSADO	OSVALDO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS
ADVOGADO	ANTONIO JOSE PINTO BARROS(OAB: 6587/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	NAYLDA PEDRO DOS SANTOS
ADVOGADO	ANTONIO JOSE PINTO BARROS(OAB: 6587/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	MARIA ALFA PEDRO DOS SANTOS FARIAS
ADVOGADO	ANTONIO JOSE PINTO BARROS(OAB: 6587/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	JACQUELINE PEDRO DOS SANTOS NINA
ADVOGADO	ANTONIO JOSE PINTO BARROS(OAB: 6587/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	KATIA REGINA PEDRO DOS SANTOS
ADVOGADO	ANTONIO JOSE PINTO BARROS(OAB: 6587/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JACQUELINE PEDRO DOS SANTOS NINA
- KATIA REGINA PEDRO DOS SANTOS
- MARIA ALFA PEDRO DOS SANTOS FARIAS
- NAYLDA PEDRO DOS SANTOS
- OSVALDO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO (PJE)

Vistos etc.

Analisando a Certidão do Imóvel penhorado neste processo, é fácil perceber a titular da executada MARIA ALFA PEDRO DOS SANTOS FARIAS, possui apenas a fração 12,5% de sua propriedade;

Razão pela qual, DECIDO:

Intimar os demais herdeiros do imóvel: **NAYLDA PEDRO DOS SANTOS (50%), OSVALDO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS (12,50%), KATIA REGINA PEDRO DOS SANTOS (12,50%), MARIA ALFA PEDRO DOS SANTOS FARIAS (12,50%) e JAQUELINE PEDRO DOS SANTOS NINA (12,50%), p**or meio de seus advogados os Drs. ANTONIO JOSE PINTO BARROS (OAB/AM 6587)/JORGE ANDERSON PEREIRA BORGES (OAB/AM 6400) para tomarem ciência da penhora sobre o imóvel em questão, para fins de interposição de Embargos à Execução ou outro incidente no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

Deverá constar no expediente a ser expedido o valor da execução em curso neste processo (R$17.077,08).

Expedir Mandado de Cumprimento para que o Oficial de Justiça identifique quem , atualmente, reside no imóvel penhorado. Caso esteja alugado, intimar o inquilino para depositar em Juízo o valor dos alugueis.

Nada mais./wjcg

MANAUS, 27 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000998-84.2017.5.11.0019

AUTOR	VIVIANE SILVA DA COSTA
ADVOGADO	JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS(OAB: 9872/AM)
RÉU	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- VIVIANE SILVA DA COSTA

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 36272193 - e-mail: www.trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO AO RECLAMANTE (PJE)

ADVOGADO

PROCESSO: 0000998-84.2017.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: VIVIANE SILVA DA COSTA

Advogado(s) do reclamante: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS

RÉU: TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP

Fica o (a) Reclamante/Exequente notificado (a), por meio de seu patrono, para receber sua CTPS com as devidas anotações, no prazo de 5 (cinco) dias.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

AGOSTINHO BENVINDO DE QUEIROZ FILHO

Assessor

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002460-13.2016.5.11.0019

AUTOR	DALZIVAN MENEZES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RÉU	WAGNER LUIZ BAOS
RÉU	ROBERTSHAW CONTROLS COMPANY
ADVOGADO	CAMILA DE JESUS SALES SANTOS
RÉU	ROBERTSHAW SOLUCOES DE CONTROLES DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	TOMAZ PORTO JUNIOR(OAB: 261826/SP)
ADVOGADO	LEONARDO DA SILVA FEITOSA(OAB: 396275/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DALZIVAN MENEZES DE OLIVEIRA
- ROBERTSHAW SOLUCOES DE CONTROLES DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Prossiga-se a execução.

Notifique-se a executada para apresentar proposta de acordo ou de parcelamento do débito nos moldes do art. 916 do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000817-49.2018.5.11.0019

AUTOR	DALZIVAN MENEZES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	KENNEDY PAZ TIRADENTES(OAB: 7682/AM)
RÉU	ROBERTSHAW SOLUCOES DE CONTROLES DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO	TOMAZ PORTO JUNIOR(OAB: 261826/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DALZIVAN MENEZES DE OLIVEIRA
- ROBERTSHAW SOLUCOES DE CONTROLES DA AMAZONIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Prossiga-se a execução.

Intime-se a executada para apresentar proposta de acordo ou pedido de parcelamento do débito nos moldes do art. 916 do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000327-20.2019.5.11.0010

AUTOR	FRANCIOMAR BRITO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA(OAB: 5316/AM)
RÉU	ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

ADVOGADO	JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JUNIOR(OAB: 2167/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- FRANCIOMAR BRITO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Intime-se o RECLAMANTE para impugnar os Cálculos de Liquidação apresentados pela reclamada no prazo legal, sob pena de preclusão.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000609-31.2019.5.11.0019

AUTOR	FREDSON DAS CHAGAS TELES DA SILVA
ADVOGADO	FABIO CESAR SILVA DE SOUZA(OAB: 6518/AM)
ADVOGADO	ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA(OAB: 2589/AM)
RÉU	NORTLUB RECICLAGEM DE ÓLEOS MINERAIS EIRELI
ADVOGADO	HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR(OAB: 5488/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	SEMEF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO

Intimado(s)/Citado(s):

- FREDSON DAS CHAGAS TELES DA SILVA
- NORTLUB RECICLAGEM DE ÓLEOS MINERAIS EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando o requerido pela parte autora (ID nº 11e8f63), qual seja, a redesignação da audiência em razão da parte estar em período de viagem na data designada, conforme bilhete aéreo (ID nº 5c8a39b e ID nº 7b45f59);

Considerando a necessidade de adequação da pauta de audiências desta Vara, a fim de que se viabilize de forma plena a realização das audiências dentro de horários razoáveis para o atendimento das partes.

DECIDO:

I. Cancelar a audiência anteriormente designada para o dia 23/10/2019 e determinar seu**adiamento para o dia 30/10/2019, às 08h35min**,com os efeitos do art. 844 da CLT;

II. Notificar as partes para que fiquem cientes de que deverão comparecer, sob pena de aplicação da pena de confissão (Súmula 74 do TST), e de que deverão trazer suas testemunhas, independente de intimação, sob pena de dispensa de produção da prova oral./sga

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000646-58.2019.5.11.0019

AUTOR	MARCOS MENDES DA SILVA
RÉU	SERVIS SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	FERNANDO ANTONIO PRADO DE ARAUJO SOBRINHO(OAB: 10577/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERVIS SEGURANCA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Com fundamento no art. 805 do CPC, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para comprovação da garantia/quitação da execução em curso neste processo.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais

no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000770-41.2019.5.11.0019

AUTOR	MARIA TELDA BRASIL
ADVOGADO	UIRATAN DE OLIVEIRA(OAB: 3431/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA TELDA BRASIL
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado da presente ação;

Considerando a novel redação do art. 878 da CLT, que traz o início da execução por impulso da parte interessada, executando, apenas, a execução*"de ofício"*pelo Juiz ou pelo Presidente do Tribunal, nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado, e das contribuições sociais;

Considerando o princípio da cooperação previsto no art. 6º do CPC, de teor seguinte:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Isto posto, DECIDO:

1. Notificar o (a) RECLAMADA (O) para proceder as anotações na CTPS, comprovar o cumprimento das obrigações de fazer e apresentar os Cálculos de Liquidação, inclusive encargos sociais, observando-se rigorosamente os termos da Decisão "exequenda" e sob as penalidades dos arts. 793-A até 793-D, da CLT, bem como comprovar o depósito dos valores apurados, no prazo de 8 (OITO) dias com fundamento no art, 879, § 1º-B, da CLT c/c art. 524, § 2º, do CPC.

2. Apresentada a conta de liquidação, intimar a parte autora para apresentar impugnação no prazo legal, sob pena de preclusão.

3. Não havendo impugnação, intimar a (o) RECLAMADA (O) para comprovar o depósito judicial do valor de seu débito, conforme seus próprios anexados ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de início do procedimento executório execução.

4. Comprovado o depósito, pagar o (a) reclamante e recolher os encargos sociais, se houver.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0002505-17.2016.5.11.0019

AUTOR	ADRIANA GUIMARAES ARAUJO
ADVOGADO	ARI BADARANE NICOLAU JUNIOR(OAB: 11935/AM)
ADVOGADO	GUILHERME DA COSTA LINS(OAB: 10685/AM)
ADVOGADO	LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE(OAB: 11932/AM)
RÉU	SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA GUIMARAES ARAUJO
- SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

1. Intime-se a reclamada para impugnar os Cálculos de Liquidação apresentados pela parte autora no prazo legal, sob pena de preclusão e homologação dos Cálculos de Liquidação do (a) reclamante e imediata consulta ao sistema BACENJUD.

2. No caso de decurso "in albis" do prazo do item "3" supra, ou de concordância com os Cálculos de Liquidação, fica CIENTE a

reclamada/executada do início, imediato, do prazo legal para PAGAMENTO ou GARANTIA da execução, nos termos do art. 880 da CLT, sob pena de penhora on line de seus ativos bancários, além de inclusão nos sistemas de restrição de créditos (BNDT, SERASAJUD e outros).

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000989-05.2019.5.11.0003

AUTOR	FRANCISCO CEZAR RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	D5 ASSESSORIAS E SERVICOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
- FRANCISCO CEZAR RIBEIRO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA - PJE

Vistos etc.

A parte autora requereu o benefício da gratuidade da justiça em sua petição inicial.

E, naquela mesma peça, alegou que recebeu como último salário a quantia de **R$1.726,95,** o qual é inferior a 40% do limite máximo do RGPS.

O autor, por meio da petição registrada sob id dfd7667, anexa atestado médico provando o justo impedimento para comparecer à audiência realizada no dia 17/9/2019 (id 19a2763), e, no ensejo, requer a isenção do recolhimento das custas processuais (R$840,00).

Examino.

Convenço-me que a ausência do reclamante à audiência inaugural ocorreu por motivo legalmente justificável, com fundamento no art. 844, § 2º (última parte) da CLT.

Razão pela qual;

DECIDO:

Deferir ao reclamante os benefícios da Justiça Gratuita com fundamento nos arts. 790, §4º, c/c art. 844, § 2º, ambos da CLT, de teor seguinte:

"Art. 790, § 4º: O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo."

Retornar o processo ao arquivo.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo ciente as partes litigantes do conteúdo deste despacho com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000992-43.2018.5.11.0019

AUTOR	ALCELANIA DOS SANTOS NOGUEIRA
ADVOGADO	Fabrizio de Souza Barbosa Grosso(OAB: 4473/AM)
ADVOGADO	KATIA DE OLIVEIRA PINHEIRO(OAB: 4333/AM)
RÉU	G O SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA - EPP
ADVOGADO	ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS(OAB: 9171/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCELANIA DOS SANTOS NOGUEIRA
- G O SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Analisando o pacto em questão, noto que dita obrigação (10ª parcela) deveria ser cumprida até **20/9/2019 (sexta-feira),** mas o foi no dia útil seguinte, em **(23/9/2019 - segunda-feira),** requerendo a autora a incidência da multa.

Analiso.

O princípio do substancial adimplemento da obrigação, de origem inglesa, dispõe que o cumprimento da obrigação deve ser analisado em seu aspecto essencial, desprezando-se os elementos de menor importância acaso o descumprimento for tido como irrelevante diante do todo da obrigação, sob pena de acabar gerando uma situação de injustiça.

Embora não seja expressamente prevista no Código Civil, a teoria tem sido aplicada em muitos casos, inclusive pelo STJ, tendo como base, além do princípio da boa-fé, a função social dos contratos, a vedação ao abuso de direito e ao enriquecimento sem causa.

De acordo com o ministro Luis Felipe Salomão, da Quarta Turma do STJ, "a insuficiência obrigacional poderá ser relativizada com vistas à preservação da relevância social do contrato e da boa-fé, desde que a resolução do pacto não responda satisfatoriamente a esses princípios". Para ele, essa é a essência da doutrina do adimplemento substancial, além de superar os exageros do formalismo exacerbado na execução dos pactos em geral.

Nesse sentido, jurisprudência do TRT 2º região:

Teoria do adimplemento substancial. Multa.

O adimplemento substancial analisa a obrigação em seu aspecto essencial, não o secundário. Indaga-se, no caso concreto, se a obrigação foi cumprida em seus pontos relevantes, importantes, essenciais. Desprezam-se elementos secundários, de menor importância. Por isso que o atraso de apenas cinco dias, de apenas umas das vinte e cinco parcelas do acordo, não configura a mora ensejadora da aplicação integral da multa. Hipótese em que também não se revelou má-fé da devedora. Agravo de Petição do exequente a que se nega provimento.

(TRT/SP - 02189000520075020072 - AP - Ac. 11ªT 20110824096 - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 01/07/2011)

Em verdade, a reclamada não pode ser punida da mesma maneira se tivesse inadimplido o pacto, ou até mesmo, se tivesse atrasado o pagamento por um mês ou mais.

É forçoso concluir que o prejuízo experimentado pela reclamante, diante desse cenário, é mínimo, além de não restar evidenciada a conduta dolosa ou de ma-fé da reclamada.

A bem de resolver o caso com proporcionalidade e ponderação e a fim e evitar o enriquecimento sem causa da parte autora, no caso em análise, a obrigação do devedor, embora não tenha sido perfeita, aproximou-se consideravelmente do resultado final, não tendo o atraso de um dia o condão de ensejar a aplicação da multa perquirida.

Deste modo, afasto a incidência da aplicação da multa convencional sobre o atraso no cumprimento das obrigações de fazer.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001171-74.2018.5.11.0019

AUTOR	RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA
ADVOGADO	KELMA SOUZA LIMA(OAB: 5470/AM)
RÉU	A S P COMERCIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO	MARIANA MONTE GIOVANAZZI(OAB: 12076/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A S P COMERCIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME
- RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS

O Excelentíssimo Senhor **Dr. VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA**, Juiz do Trabalho da 19ª VTM, após a análise e estudo dos autos, proferiu a seguinte **SENTENÇA**:

RELATÓRIO

A executada **A S P COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME** apresentou os cálculos de liquidação (ID c6ceddd).

A exequente **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** interpôs Impugnação aos Cálculos de Liquidação (ID d28ea35), apontando os seguintes equívocos na conta realizada pela empresa: a) não houve apuração da indenização substitutiva do seguro-desemprego; b) o IPCA - E é o índice de correção a ser aplicado na atualização do crédito e, não, a TR. Pretende, ao final, a homologação de seus cálculos.

A executada **A S P COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME** se manifestou quanto à Impugnação da exequente, alegando a inclusão de valores indevidos na conta.

Vieram-me os autos conclusos.

Examino.

FUNDAMENTAÇÃO

Verifico que estão presentes todos os pressupostos necessários à admissibilidade desta Impugnação aos Cálculos de Liquidação.

Da indenização substitutiva do seguro-desemprego

O exequente **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** aponta, na sua planilha, que a executada não incluiu o valor referente à indenização substitutiva do seguro-desemprego a seus cálculos.

A sentença (ID ed9fea7), transitada em julgado, decidiu o seguinte:

Quanto ao pleito de seguro desemprego, determino à reclamada principal que faça a inscrição do autor no sistema "empregadorweb", devendo comprovar a referida inscrição no prazo de 10 dias do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de ser convertida em indenização equivalente limitada ao valor do pedido.

Como se vê, o pagamento da indenização substitutiva estava condicionada a não realização de inscrição da parte autora no sistema "empregadorweb" pela reclamada. Ocorre que, analisados os documentos acostados aos autos, verifica-se que a ora executada **A S P COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME** realizou a entrega das guias do seguro-desemprego, consoante petição de ID 1007f6e.

Ora, o fornecimento das guias do seguro-desemprego pela executada afasta a condenação ao pagamento da indenização substitutiva. Até porque, o referido documento possui a mesma finalidade da inscrição no sistema "empregadorweb", qual seja, o requerimento do benefício junto ao órgão competente.

Desse modo, indevida a indenização em questão.

Todavia, de forma evitar futuras controvérsias, determino à Secretaria da Vara que realize a expedição de alvará judicial, em nome do reclamante, **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA**, para habilitação ao seguro-desemprego.

Fornece-se, para tanto, os seguintes dados relativos ao contrato de trabalho: Empregado: **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** - CPF: 182.813.202-06, PIS n.12153352071, CTPS n. 3213567, série 003-0/AM. Data de admissão 17/07/2016. Data de saída 06/07/2018. Empregador: **A S P COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME** - CNPJ: 03.968.467/0001-18.

Considerando, ainda, a petição de ID 78541d4 apresentada pelo exequente, determino, também, à Secretaria da Vara a expedição de alvará, em nome da parte autora, **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA**, para o levantamento do FGTS.

Do índice de correção monetária

Alega o exequente **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** que o IPCA - E é o índice de correção a ser aplicado na atualização do crédito e, não, a TR.

Este Regional, em Incidente de Uniformização de Jurisprudência nos autos n. 0000091-69.2017.11.0000, pacificou o entendimento segundo o qual deve ser aplicada a Taxa Referencial Diária (TRD) aos créditos trabalhistas apurados até 24/03/2015 e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E), a partir de 25/03/2015.

Desse modo, os cálculos de liquidação devem ser feitos, observando, estritamente, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência nos autos n. 0000091-69.2017.11.0000, para ser aplicada a Taxa Referencial Diária (TRD) aos créditos trabalhistas apurados até 24/03/2015 e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E), a partir de 25/03/2015.

Agora, analisada a planilha de cálculos do exequente, observo que o FGTS foi atualizado aplicando o índice IPCA-E. Todavia, a sentença (ID ed9fea7) foi clara ao determinar que a atualização desta parcela se daria pelo TR, senão vejamos:

*Por conseguinte, com vistas a estabelecer uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico e observado os efeitos dos julgados emanados das Cortes Superiores, PRONUNCIO -ME no sentido de estabelecer o índice IPCA-**E para a correção dos débitos trabalhistas, com exceção do FGTS, o qual continua regido pela TRD.** (destaquei)*

Assim, acolho parcialmente a Impugnação aos Cálculos do exequente **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** para o fim de determinar o refazimento dos Cálculos de Liquidação, desta feita pela Contadoria deste Órgão Julgador, observando-se o seguinte: a) exclusão da indenização substitutiva do seguro-desemprego dos cálculos; b) aplicar o IPCA como índice de correção monetária, exceto para o FGTS, que deve ser atualizado pela TR.

CONCLUSÃO

Desta forma, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Impugnação aos Cálculos de Liquidação apresentada pelo exequente **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA** em face da executada **A S P COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME**, para o fim de determinar o refazimento dos cálculos, desta feita pela Contadoria deste Órgão Julgador, observando-se o seguinte: a) exclusão da indenização substitutiva do seguro-desemprego; b) aplicar o IPCA como índice de correção monetária, exceto para o FGTS, que deve ser atualizado pela TR. Determino, ainda, à Secretaria da Vara que realize a expedição de alvará judicial, em nome do reclamante, **RAIMUNDO NONATO BENTES VIEIRA**, para levantamento do FGTS e habilitação ao seguro-desemprego. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001922-32.2016.5.11.0019

AUTOR	HAMILTON DE SOUZA GURGEL
ADVOGADO	ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071/AM)
RÉU	MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADO	ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 692/AM)
RÉU	GUERREIROS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP
ADVOGADO	LEONARDO DIREITO(OAB: 198230/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUERREIROS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP
- HAMILTON DE SOUZA GURGEL
- MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Vistos e analisados os autos.

I - RELATÓRIO

GUERREIROS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP,opôs Embargos de Declaração contra a Senetnça de Extinção da Execução requerendo manifestação expressa quanto a devolução do saldo remanescente dos valores vinculados a este processo.

É o relato do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O objetivo primordial dos embargos de declaração, nos termos do art. Art. 1.022. do CPC/2015 e art. 897-A da CLT, é eliminar obscuridade, afastar dúvida ou contradição e suprir omissão da sentença ou acórdão, podendo ser usados para a correção de erros materiais para a perfeita aplicação do comando decisório.

Verifico que estão presentes os pressupostos de admissibilidade dos embargos de declaração, que passo a analisar.

Examino.

Analisando a Sentença atacada, verifico que de fato não constou manifestação expressa com relação a devolução do saldo remanescente dos valores vinculados a este processo.

Reconheço a omissão alegada e julgo procedentes os Embargos de Declaração, para sanar a Sentença embargada, determinando a inclusão em seu dispositivo, do seguinte parágrafo:

"Após o decurso do prazo legal para interposição de qualquer recurso, devolva-se à executada o saldo remanescente dos valores vinculados a este processo, por meio de transferência bancária diretamente em sua conta corrente alhures indicada."

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração opostos porGUERREIROS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPPcontra a Sentença de Extinção da Execução, visto que atendidos os requisitos legais, para, no mérito, julgá-los PROCEDENTES, no sentido de sanar a Sentença embargada, determinando a inclusão em seu dispositivo, do seguinte parágrafo:

"Após o decurso do prazo legal para interposição de qualquer recurso, devolva-se à executada o saldo remanescente dos valores vinculados a este processo, por meio de transferência bancária diretamente em sua conta corrente alhures indicada."

Com esteio na celeridade processual e na ausência de prejuízo, porquanto eventual recurso ordinário devolverá ao Tribunal a apreciação de todas as questões, consoante o artigo 1.013 do CPC e Súmula nº 393, do C.TST, é desnecessária vista à parte contrária para manifestação, na forma prevista no item II da OJ nº 142, da SBDI-1, do C.TST. Devolva-se o prazo recursal tanto para o embargante quanto para a embargada apresentar recurso ou modificar recurso já apresentado.Ciente as partes litigantes, por meio de seus respectivos patronos, em face da disponibilidade automática no DJET. Transcorrido o prazo recursal e não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, certifique-se e proceda-se a transferência bancária.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001079-62.2019.5.11.0019

AUTOR	RAYNE DA SILVA SOARES
ADVOGADO	VANESSA JANINE RODRIGUES DA COSTA(OAB: 6645/AM)
RÉU	C C BATISTA ME - ME
RÉU	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DR JOAO LUCIO PEREIRA MACHADO

Intimado(s)/Citado(s):

- RAYNE DA SILVA SOARES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RITO ORDINÁRIO (985)

SENTENÇA

Vistos, etc.

I - R E L A T Ó R I O

Trata-se de demanda ajuizada por **RAYNE DA SILVA SOARES** em face de **C C BATISTA ME - ME** e **HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DR JOAO LUCIO PEREIRA MACHADO**, em que se pleiteiam verbas rescisórias, danos morais, cesta-básica, salários impagos, adicional noturno + reflexos, horas intervalares + reflexos, bem como honorários advocatícios. Pugna, também, pela gratuidade da Justiça.

Vieram-me conclusos os autos.

Passo a DECIDIR.

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Da percuciente análise da petição inicial exsurge que a autora, não obstante ter realizado o cadastramento correto do Litisconsorte tanto em sua petição inicial, quanto na plataforma PJE, por ocasião da qualificação das partes, haja vista que ela indica como litisconsorte HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DR JOAO LUCIO PEREIRA MACHADO, órgão sem personalidade jurídica própria, quando o correto seria a inclusão do ESTADO DO AMAZONAS, ente federativo com personalidade jurídica, na petição inicial e no sistema PJE, com fundamento no art. 41 do CCB c/c art. 182 e segs. do CPC, Súmula 263 do TST c/c art. 330 do CPC, e alinhada com a nova redação do art. 840, parágrafos 1º e 3º, da CLT.

Considerando, por fim, que a pauta de audiência inaugural desta Vara é inferior à de adiamentos.

DECIDO extinguir o processo sem resolução do mérito, por vício na autuação, nos termos do art. 485, IV, do CPC, c/c o art. 840, parágrafos 1º e 3º da CLT.

Ressalta o Juízo que a parte autora poderá ajuizar nova reclamatória, bastando que se coadune às exigências do rito procedimental, e que a qualificação das partes e o valor da causa lançados na petição, sejam idênticos àqueles registrados no sistema PJE.

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Considerando que o processo do trabalho se norteia pelo princípio da gratuidade de justiça e da inafastabilidade do controle jurisdicional, a fim de garantir o acesso ao Poder Judiciário à parte hipossuficiente, o Juízo defere o pedido de gratuidade de justiça, em conformidade com o art. 790, §3º da CLT.

II - DISPOSITIVO

Isto posto e por tudo mais que conste dos autos desta reclamatória ajuizada por**RAYNE DA SILVA SOARES** em face da reclamada**C C BATISTA ME - ME e HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DR JOAO LUCIO PEREIRA MACHADO**, o Juízo resolve **EXTINGUIR O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO,** por vício na autuação, nos termos do art. 485, IV, do CPC, c/c o art. 840, parágrafos 1º e 3º da CLT. Custas pelo reclamante, no importe de R$1.773,25, calculadas sobre o valor da causa (R$ 88.662,44), de cujo recolhimento se dispensa, haja vista o deferimento do benefício da justiça gratuita, consoante o art. 790, §3º da CLT. Indevidos os honorários advocatícios de sucumbência previstos no art 791-A da CLT, visto que os Reclamados sequer chegaram a ser notificados, não atuando nos autos. Tudo nos termos da fundamentação. Retire-se o processo de pauta. Ciente o Reclamante, por meio de seu patrono, em face da disponibilidade automática no DJET. Transcorrido o prazo recursal e não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, certifique-se e arquive-se a reclamatória trabalhista.\wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0001084-21.2018.5.11.0019

AUTOR	ERLANE MELO DE SOUZA
ADVOGADO	JOICE FERNANDA DE GOUVEA(OAB: 9151/AM)
RÉU	IGOR RAPHAEL DANTAS DE CASTRO
ADVOGADO	ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA(OAB: 5016/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERLANE MELO DE SOUZA
- IGOR RAPHAEL DANTAS DE CASTRO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Prossiga-se a execução.

Notifique-se o executado para comprovar a quitação de seu débito, apresentar proposta de acordo ou parcelamento nos moldes do art. 916 do CPC no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de bloqueio on line de seus ativos bancários.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000900-31.2019.5.11.0019

AUTOR	ROGERIO ALMEIDA TEIXEIRA
ADVOGADO	ELCI CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 8337/AM)
ADVOGADO	ELIEZER LEAO GONZALES(OAB: 212-M/AM)
RÉU	K C DE OLIVEIRA FRIOS - ME
ADVOGADO	HAYLLANNE ABREU FERREIRA(OAB: 12758/AM)
PERITO	CLEZIO BRASIL DA SILVA NORONHA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO ALMEIDA TEIXEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certifico que, em cumprimento à determinação constante em Termo de Audiência (ID nº 7daa2f7), este Assessor, entrou em contato via WhatsApp, nesta data, com o perito, Dr. Clezio Brasil da Silva Noronha, informando-o do local da perícia, este sendo no local de trabalho do autor, localizado na **Avenida Brigadeiro Hilário Gurjão (Fuxico), nº 22 - Jorge Teixeira (1ª etapa) - Manaus/AM.** Diante da informação, o mesmo informou nova data e horário para a realização da diligência pericial, este sendo, **23/10/2019 às 13h00min**.

O referido é verdade. Dou fé.

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019.

SAOMM GABRIEL ASSIS

Assessor

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000900-31.2019.5.11.0019

AUTOR	ROGERIO ALMEIDA TEIXEIRA
ADVOGADO	ELCI CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 8337/AM)
ADVOGADO	ELIEZER LEAO GONZALES(OAB: 212-M/AM)
RÉU	K C DE OLIVEIRA FRIOS - ME
ADVOGADO	HAYLLANNE ABREU FERREIRA(OAB: 12758/AM)
PERITO	CLEZIO BRASIL DA SILVA NORONHA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO ALMEIDA TEIXEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certifico que, em cumprimento à determinação constante em Termo de Audiência (ID nº 7daa2f7), este Assessor, entrou em contato via WhatsApp, nesta data, com o perito, Dr. Clezio Brasil da Silva Noronha, informando-o do local da perícia, este sendo no local de trabalho do autor, localizado na **Avenida Brigadeiro Hilário Gurjão (Fuxico), nº 22 - Jorge Teixeira (1ª etapa) - Manaus/AM.** Diante da informação, o mesmo informou nova data e horário para a realização da diligência pericial, este sendo, **23/10/2019 às 13h00min**.

O referido é verdade. Dou fé.

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019.

SAOMM GABRIEL ASSIS

Assessor

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000900-31.2019.5.11.0019

AUTOR	ROGERIO ALMEIDA TEIXEIRA
ADVOGADO	ELCI CARVALHO DOS SANTOS(OAB: 8337/AM)
ADVOGADO	ELIEZER LEAO GONZALES(OAB: 212-M/AM)
RÉU	K C DE OLIVEIRA FRIOS - ME
ADVOGADO	HAYLLANNE ABREU FERREIRA(OAB: 12758/AM)
PERITO	CLEZIO BRASIL DA SILVA NORONHA

Intimado(s)/Citado(s):

- K C DE OLIVEIRA FRIOS - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certifico que, em cumprimento à determinação constante em Termo de Audiência (ID nº 7daa2f7), este Assessor, entrou em contato via WhatsApp, nesta data, com o perito, Dr. Clezio Brasil da Silva Noronha, informando-o do local da perícia, este sendo no local de trabalho do autor, localizado na **Avenida Brigadeiro Hilário Gurjão (Fuxico), nº 22 - Jorge Teixeira (1ª etapa) - Manaus/AM.** Diante da informação, o mesmo informou nova data e horário para a realização da diligência pericial, este sendo, **23/10/2019 às 13h00min**.

O referido é verdade. Dou fé.

MANAUS/AM, 30 de setembro de 2019.

SAOMM GABRIEL ASSIS

Assessor

Despacho

Processo Nº ATSum-0000843-13.2019.5.11.0019

AUTOR	WILKERSON RODERICK COSTA AZEVEDO KUROKI
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	TAWRUS CONSERVACAO,SERVICOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME
ADVOGADO	INGRID OLIVEIRA RODRIGUES(OAB: 13258/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAWRUS CONSERVACAO,SERVICOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME
- WILKERSON RODERICK COSTA AZEVEDO KUROKI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado da presente ação;

Considerando a novel redação do art. 878 da CLT, que traz o início da execução por impulso da parte interessada, executando, apenas, a execução*"de ofício"*pelo Juiz ou pelo Presidente do Tribunal, nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado, e das contribuições sociais;

Considerando o princípio da cooperação previsto no art. 6º do CPC, de teor seguinte:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Isto posto, DECIDO:

1. Notificar o (a) RECLAMADA (O) para proceder as anotações na CTPS, comprovar o cumprimento das obrigações de fazer e apresentar os Cálculos de Liquidação, inclusive encargos sociais, observando-se rigorosamente os termos da Decisão "exequenda" e sob as penalidades dos arts. 793-A até 793-D, da CLT, bem como comprovar o depósito dos valores apurados, no prazo de 8 (OITO) dias com fundamento no art, 879, § 1º-B, da CLT c/c art. 524, § 2º, do CPC.

2. Apresentada a conta de liquidação, intimar a parte autora para apresentar impugnação no prazo legal, sob pena de preclusão.

3. Não havendo impugnação, intimar a (o) RECLAMADA (O) para comprovar o depósito judicial do valor de seu débito, conforme seus próprios anexados ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de início do procedimento executório execução.

4. Comprovado o depósito, pagar o (a) reclamante e recolher os encargos sociais, se houver.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000319-55.2015.5.11.0019

AUTOR	ERMILCKSON JUNIOR GOMES MENDES
ADVOGADO	FELIX DE MELO FERREIRA(OAB: 3032/AM)
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	HQZ TRANSPORTES LTDA - ME
RÉU	NEYLA DO SOCORRO DE ALMEIDA RIBEIRO
RÉU	FLAVIO COSTA RIBEIRO

TERCEIRO INTERESSADO	MERCANTIL NOVA ERA

Intimado(s)/Citado(s):

- ERMILCKSON JUNIOR GOMES MENDES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO - PJE

Vistos etc.

Desarquive-se o processo.

Incluam-se a executada e sócios no sistema SABB.

Proceda-se consulta ao sistema BACECCS em desfavor da executada e sócios.

Nada mais./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000341-74.2019.5.11.0019

AUTOR	ARIANA BARROSO NAVECA
ADVOGADO	ALINE MARIA ALVES DAMASCENO(OAB: 9401/AM)
ADVOGADO	JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR(OAB: 4986/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON SECURITY LTDA
- ARIANA BARROSO NAVECA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Converto em penhora os valores bloqueados e transferidos pelo BACENJUD.

Expeça-se Ofício de desbloqueio dos créditos da executada.

Intime-se a executada para interposição de Embargos à Execução no prazo legal, sob pena de preclusão.

Havendo interposição de qualquer incidente, à manifestação do (a) exequente no prazo legal.

Caso contrário, pague-se o (à) reclamante e recolham-se os encargos sociais, se houver.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes com a publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000585-37.2018.5.11.0019

AUTOR	ADONILZA BELEM DE AGUIAR
ADVOGADO	LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN(OAB: 4857/AM)
RÉU	SB COMERCIO LTDA
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADONILZA BELEM DE AGUIAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado da presente ação em 18/09/2019(baf2221);

Considerando V. Acórdão quedeu-lhe parcial provimento para fins de reformar a sentença a quo **e excluir a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras intrajornada, integrações e reflexos, bem como determinar que a liquidação**

das parcelas deferidas ao reclamante observe o disposto nas Súmulas 363 e 368 do C.TST. Mantendo o valor arbitrado a título de custas processuais (R$100,00), pois condizente com o montante arbitrado para fins de condenação. Mantida a decisão primária nos demais termos, conforme fundamentação. (id51f9d2b); TST, Não reconhecida a transcendência da causa, recuso o agravo de instrumento id 9f93a37

Considerando a novel redação do art. 878 da CLT, que traz o início da execução por impulso da parte interessada, executando, apenas, a execução*"de ofício"*pelo Juiz ou pelo Presidente do Tribunal, nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado, e das contribuições sociais;

Considerando o princípio da cooperação previsto no art. 6º do CPC, de teor seguinte:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Isto posto, DECIDO:

1. Notificar a reclamante por meio do patrono, para depositar sua CTPS, para as devidas anotações, no prazo de cinco dias, transcorrido o prazo do reclamante;

2. Notificar o (a) RECLAMADA (O) para proceder as anotações na CTPS, comprovar o cumprimento das obrigações de fazer e apresentar os Cálculos de Liquidação, inclusive encargos sociais, observando-se rigorosamente os termos da Decisão "exequenda" e sob as penalidades dos arts. 793-A até 793-D, da CLT, bem como comprovar o depósito dos valores apurados, no prazo de 8 (OITO) dias com fundamento no art, 879, § 1º-B, da CLT c/c art. 524, § 2º, do CPC.

3. Apresentada a conta de liquidação, intimar a parte autora para apresentar impugnação no prazo legal, sob pena de preclusão.

4. Não havendo impugnação, intimar a (o) RECLAMADA (O) para comprovar o depósito judicial do valor de seu débito, conforme seus próprios anexados ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de início do procedimento executório execução.

5. Comprovado o depósito, pagar o (a) reclamante e recolher os encargos sociais, se houver.

6. À Secretaria da Vara para observar depósitos recursais nos autoa.

Cumpra-se./ebg

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000275-94.2019.5.11.0019

AUTOR	ELIENILSON DA SILVA FRANCA
ADVOGADO	ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA(OAB: 12968/AM)
RÉU	CALOI NORTE SA
ADVOGADO	FELIPE LENHARD(OAB: 7762/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALOI NORTE SA
- ELIENILSON DA SILVA FRANCA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

RITO ORDINÁRIO

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

I - RELATÓRIO

Trata-se de reclamatória trabalhista ajuizada por **ELIENILSON DA SILVA FRANCA** em desfavor de **CALOI NORTE SA,** em que pleiteia plus salarial por desvio de função, indenização por danos morais e por período de estabilidade com reflexos em decorrência de doença ocupacional, multa do artigo 467 da CLT, honorários advocatícios e os benefícios da justiça gratuita.

A reclamada, regularmente notificada, compareceu à audiência e apresentou contestação escrita ao id 71f381e. Como prejudicial requereu a prescrição quinquenal e no mérito pugnou pela total improcedência da reclamatória.

Alçada fixada sobre o valor líquido da inicial.

A parte reclamante arrolou duas testemunhas e a reclamada arrolou uma testemunha.

O Juízo determinou a produção de prova pericial, a fim de comprovar os danos alegados em exordial.

Laudo pericial apresentado ao id 8d2e0fd.

A reclamada apresentou manifestação de concordância com o laudo pericial ao id 7ae4635.

O Reclamante apresentou manifestação, com pedido de esclarecimentos, quanto ao laudo pericial ao id 553088f. Esclarecimentos ao laudo pericial apresentados pelo perito ao id 16f200a.

Audiência de prosseguimento ao id c2d1721, o reclamante e seu advogado foram ausentes, razão pela qual a reclamada requereu que seja aplicada a confissão quanto à matéria de fato.

Não havendo mais provas a serem produzidas, encerrou-se a instrução processual.

Alegações finais remissivas pela parte presente e prejudicadas pela parte ausente.

Restaram infrutíferas as tentativas conciliatórias.

Vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relato do necessário.

Decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINARES

DOS DOCUMENTOS E ÔNUS DA PROVA

A impugnação meramente formal, seja de reclamante ou reclamada, não deve prevalecer, tendo em vista os princípios da informalidade e instrumentalidade do processo do trabalho. O valor probante dos documentos e o ônus da prova serão avaliados pelo Juízo no momento oportuno, em cotejo com as demais provas produzidas.

PREJUDICIAL DE MÉRITO

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

A prescrição é matéria de ordem pública, cognoscível de ofício pelo Juízo, sendo que, na Justiça do Trabalho, deve ser arguida pela parte interessada. Considerando o requerimento da reclamada e o ajuizamento da presente demanda em 23/03/2019, reconheço e pronuncio a prescrição quinquenal dos pleitos anteriores a 23/03/2014, com fundamento no art. 7º, XXIX da CF/88, segundo a Súmula nº 308 do TST, pelo que decreto a extinção do processo nos termos do art. 487, II, do NCPC neste particular.

MÉRITO

DA CONFISSÃO FICTA

Considerando que o reclamante embora regularmente notificado (id babbbee) não compareceu à audiência, realizada em 11/09/2019, a reclamada requereu a aplicação quanto à matéria de fato.

Posteriormente o reclamante apresentou petição, conforme folha 506, juntando atestado médico e requerendo a redesignação de audiência, sob fundamento da aplicação da Súmula 122 do TST:

Súmula nº 122 do TST

REVELIA. ATESTADO MÉDICO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 74 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência. (primeira parte - ex-OJ nº 74 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996; segunda parte - ex-Súmula nº 122 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

Ocorre que compulsando o atestado juntado à folha 507 verifica-se que o mesmo apresenta diagnóstico Bursite. A Súmula é expressa quanto à necessidade da declaração expressa da impossibilidade de locomoção, o que não se vislumbra no caso concreto.

Nesse sentido:

CONFISSÃO QUANTO À MATÉRIA DE FATO. ATESTADO MÉDICO. A impossibilidade de locomoção não pode ser presumida, devendo o atestado médico informá-la expressamente, o que não ocorreu no presente caso. Recurso do reclamante a que se nega provimento, no tópico.

(TRT-4 - ROT: 00201623220175040471, Data de Julgamento: 25/09/2019, 5ª Turma)

Consigno ainda que não houve comparecimento sequer de seu patrono e testemunhas, que deveriam ser trazidas à audiência sob sua responsabilidade, o que ofende no mínimo o princípio da razoabilidade e cooperação das partes. Ressalto, que mesmo a petição de reconsideração só foi apresentada em 16/09/2019, na semana seguinte à audiência que ocorreu no dia 11/09/2019.

Por todo o exposto, aplico-lhe a confissão ficta quanto à matéria de fato, nos termos da, Súmula 74 do TST, desde que em consonância como os demais elementos de prova constantes dos autos, observada ainda a produção e relevância da prova técnica nos pleitos relacionados à alegada doença ocupacional.

DO DESVIO DE FUNÇÃO

O reclamante narra que foi contratado para a função de operador, mas a partir de fevereiro de 2012 passou a exercer a função de Soldador MIG e só recebeu por essa última função a partir de outubro de 2015. Requer plus salarial em virtude de desvio de função com os respectivos reflexos.

A reclamada impugna as alegações autorais afirmando que as funções desempenhadas constam da ficha de registro de empregado e que para chegar à função requerida há de se exercer os cargos de operador I e II sucessivamente. Requer a improcedência do pleito.

Analiso.

O desvio de função é caracterizado pela contratação do trabalhador para exercer as atividades próprias de uma cargo X e, de forma não esporádica, exerce atividades ligadas a um cargo diverso daquele para o qual foi contratado. Assim, o desvio funcional implica a alteração lesiva e prejudicial ao obreiro durante a vigência do contrato de trabalho, tornando a prestação desproporcional ao reclamante, em termos do binômio salário vs. atribuições exercidas, nos termos do art. 468 da CLT, já que o empregador se apropria de trabalho de igual valor, sem o respectivo acréscimo salarial.

A prova do desvio cabe a quem alega o fato, nos termos do art. 818 da CLT. O autor não compareceu em audiência que deveria depor e

trazer suas testemunhas para comprovar suas teses inaugurais.

Examinando a prova documental disponível nos autos verifico contratação na função de operador de produção I, conforme folha 19 dos autos, seguida da promoção a operador II em 01/02/2012, até chegar em soldador Mig em 01/10/2015, ambas informações em cotejo com a folha 21 dos autos. Informação confirmada pelo documento "ocorrências de alteração salarial" de folha 139 dos autos. Colho ainda da descrição de cargo que consta informação relativa a experiência desejável.

Toda essa prova documental corrobora as alegações da reclamada e se robustece com a confissão com a matéria de fato e ausência de contraprova. Finalmente, desde a audiência de folha 281 dos autos foi oportunizada vistas aos documentos e as manifestações se limitaram à questão da doença ocupacional.

Não escapa ao homem médio que um trabalhador que almeja promoção deve demonstrar conhecimentos diferenciados para a função pretendida, fizessem todos a mesma atividade ou com mesmo cargo se esvaziaria a razão de ser de uma estrutura de cargos que tem entre suas finalidades diversas organizar a estrutura da empresa, sendo crível a multiplicidade de fatores para promover.

Alinho-me ao entendimento do E. TRT da 11ª Região:

DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. Por se tratar de fato constitutivo do seu direito, cabe à Reclamante o ônus de provar que as atividades realizadas eram estranhas aos limites do pactuado, nos termos dos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC/15. No caso em apreço, não há qualquer elemento de prova que evidencie a alegada promoção da Reclamante ao cargo de Líder de Produção, não havendo que se falar em alteração do pacto laboral, tampouco em prejuízo causado à trabalhadora, visto que ela era remunerada pela função exercida, nos termos do parágrafo único do art. 456 da CLT. Recurso da Reclamante Conhecido e Não Provido.

(TRT-11 00019476320165110013, Relator: JOSE DANTAS DE GOES, Gabinete do Desembargador Jose Dantas de Goes)

DESVIO DE FUNÇÕES. NÃO CONFIGURAÇÃO. É do obreiro o ônus da prova quanto ao alegado desvio ou acúmulo de funções desempenhadas na reclamada, nos termos estabelecidos nos artigos 456 e 818, da CLT. Não tendo o reclamante demonstrado a efetiva prestação de serviço em atividade diversa daquela para a qual fora contratado ou mais de uma atividade, não há que se falar em diferenças salariais relativas ao alegado desvio.Recurso ordinário do reclamante conhecido e não provido.

(TRT-11 00001995920175110013, Relator: RUTH BARBOSA SAMPAIO, Gabinete da Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio)

Ante o exposto, constato que não houve desvio de função, o que faz com que julgue IMPROCEDENTE seu pleito de plus salarial e/ou diferenças salariais e respectivos reflexos.

DA DOENÇA OCUPACIONAL

O reclamante afirma que em virtude do labor com movimentos repetitivos começou a sentir dores e adquiriu as seguintes enfermidades: 1-tendinopatia do supraespinhal, Bursite subacromial/subdeltoidea do ombro direito; 2- tendinopatia do supraespinhal do ombro esquerdo; 3 - Cisto Artrossinovial do punho esquerdo. Requereu indenização por danos morais e indenização por estabilidade acidentária.

A reclamada apresentou o histórico laboral do reclamante, impugnou as alegações, os exames e laudos médicos trazidos pelo reclamante afirmando que datam de período posterior ao pacto laboral, não houve afastamentos previdenciários e não estão presentes os elementos ensejadores da responsabilidade civil. Pugna pela improcedência da reclamatória.

O Juízo determinou perícia técnica para dirimir a questão sobre doença ocupacional.

Laudo pericial acostado ao id 8d2e0fd.

A reclamada apresentou concordância ao laudo pericial ao id 7ae4635.

O reclamante apresentou manifestação ao laudo pericial ao id 553088f.

Vejamos o que concluiu a perita judicial a cerca do caso em tela:

*"**Conclusão:***

Embasado nos dados clínicos e patológicos em associação ao exame físico e análise pericial dos dados documentais (exames de imagens, indicação terapêutica, laudos, etc.) foram evidentes os seguintes dados:

a) Do Nexo Causal ou Concausal:

Ficou comprovado através dos trabalhos periciais, que as atividades laborais exercidas pelo Reclamante não apresentaram perfil de sobrecarga biomecânica nos ombros e punhos, inclusive não houve evidência clara de comprometimento cinesiofuncional do Reclamante e nem necessidade de afastamento em períodos prolongados.

Logo, os trabalhos periciais conclui pela ausência de correlação nexo causal e nem concausal.

b) Das Incapacidades:

O Reclamante durante o pacto laboral na Reclamada não apresentou nenhum comprometimento da sua capacidade cinesiofuncional e nem houve afastamento ou licença médica em período prolongados. Portanto, não existe perfil de incapacidade laboral para concreta descrição pericial.

c) Dos tratamentos:

Descrição terapêutica apenas medicamentosa (uso de antiinflamatórios, relaxantes musculares e analgésicos). Na atualidade, mesmo com sinais físicos de presença de cisto em

punho esquerdo, o Reclamante não comprovou necessidade terapêutica atualizada e nem procura médica emergencial.

d) Do dano estético:

O Reclamante não comporta nenhum dano estético

Relata ainda, de forma bastante clara ao responder os quesitos do Juízo:

d) A atividade exercida pelo(a) reclamante foi causa ou concausa para o surgimento ou agravamento da doença?

Resposta: Nenhuma correlação de causa ou concausa.

f) O(A) reclamante sofre ou sofreu de doença ocasionada pelo trabalho

desenvolvido pelo(a) reclamado(a)?

Resposta: Não.

g) A doença que acometeu o(a) reclamante pode ser considerada doença pré-existente?

Resposta: Não houver comprovação de exames de imagens dos ombros e nem punhos durante o admissional, uma vez que as patologias foram descritas através de exames de imagens.

h) As doenças diagnosticadas reduziram parcial ou totalmente a capacidade laboral do(a) reclamante?

Resposta: Não houve redução ou incapacidade laboral.

m) Se é possível que o nobre perito decline um percentual, observada a tabela do SUSEP, para fins de eventual incapacidade parcial do reclamante.

Resposta: Não existe incapacidade laboral para enquadramento.

Ora, doença do trabalho, nos termos do artigo 20 da Lei 8231/91, é a que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa que provoque lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Destarte, a *expert* do Juízo concluiu que a patologia apresentada não tem relação com o trabalho, portanto, não há nexo causal nem concausal, não apresentando, inclusive, incapacidade laboral nem limitação à execução da atividade laborativa ou cotidiana.

Ressalto que as manifestações pela parte reclamante acerca do laudo pericial apresentado revelam apenas versões de discordância, sem apontar vícios ou irregularidades concretas. Em esclarecimentos ao laudo pericial, ao id 16f200a, a perita reforça sua conclusão correlacionando-a ao histórico laboral do reclamante, documentos e até mesmo doutrina.

Desta feita, acolho na íntegra o laudo pericial do expert do Juízo.

Ademais, convenço-me não somente pelo laudo pericial acostado, mas também pela ausência de incapacidade e alegação de que houve agravamento após o afastamento do labor, o que não era esperado se a atividade atuasse como causa ou concausa das patologias.

Dessa forma, considerando inexistir nexo causal ou concausal, inexiste, portanto, doença de trabalho nos termos do art. 20, § 1º,"c" da Lei n. 8.213/91.

Sendo assim, suficientemente demonstrada a inexistência de doença do trabalho, não há que se falar em indenização por danos morais e indenização por estabilidade acidentária decorrentes de doença ocupacional, pleitos ora julgados improcedentes.

DA MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT

Houve controvérsia suscitada em juízo. Nesse sentido o posicionamento do E.TRT da 11ª Região:

MULTA DO ART. 467 DA CLT. O pressuposto para aplicação do art. 467 da CLT é o não pagamento, na primeira audiência, de verbas incontroversas. Se instaurada a controvérsia, descabe o art. 467 da CLT.

(TRT-11 00004396920135110019, Relator: VALDENYRA FARIAS THOME, Gabinete da Desembargadora Valdenyra Farias Thome)

(...) MULTA DO ART. 467 DA CLT. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS. A multa prevista no art. 467 da CLT é devida apenas quando há ausência de controvérsia sobre verbas rescisórias, sendo essa incontrovérsia aquela instaurada pela ausência de contestação sobre o tema por qualquer das partes rés e não após exame do acervo probatório. (...) (TRT-11 00003975720165110005, Relator: MARCIA NUNES DA SILVA BESSA, Gabinete da Desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa).

Ante o exposto, julgo improcedente a multa do art. 467 da CLT.

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Defere-se ao reclamante os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 790, § 3.º da CLT e em cotejo com a Súmula 463 do C.TST ante a declaração de hipossuficiência juntada a folha 15.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Quanto ao arbitramento de honorários sucumbenciais considerando o ajuizamento da presente reclamatória após a vigência da Lei nº 13.467/2017, e nos termos do art. 791-A da CLT e art. 85 c/c 322, §1º, do NCPC, decido:

1. deixo de arbitrar honorários advocatícios ao procurador da parte autora ante a sucumbência total autoral;

2. Arbitrar ao procurador da ré a alíquota de 5% a título de honorários advocatícios sobre os pedidos expressamentes rejeitados *in totum*, qual seja, R$ 52.147,19 x 0,05 = R$ 2.607,36 levando-se em consideração o grau de zelo profissional, o local de prestação de serviços, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo advogado em cotejo com a duração dos serviços.

Neste caso, observe-se o parágrafo 4º, do art. 791-A, da CLT:

Art. 791-A. § 4oVencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos

capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Atente-se que as parcelas sucumbenciais não são compensáveis, por expresso comando legal (art. 791-A, §3º, da CLT).Para o cálculo, observar a OJ 348, da SBDI-1/TST:348.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR LÍQUIDO. LEI Nº 1.060, DE 05.02.1950 (DJ 25.04.2007). Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários.

Em que pese os honorários referidos no dispositivo acima possam parecer ter outro regramento, entendo ser a *ratio essendi* a mesma, seguindo a OJ aplicável aos honorários franqueados pela Lei nº 13.467/2017.

III - CONCLUSÃO

Isto posto, e por tudo o que mais conste nos autos da Reclamação Trabalhista movida por **ELIENILSON DA SILVA FRANCA** em desfavor de **CALOI NORTE SA**, decido: **I.** Reconhecer e pronunciar a prescrição quinquenal dos pleitos anteriores a 23/03/2014, com fundamento no art. 7º, XXIX da CF/88, segundo a Súmula nº 308 do TST, pelo que decreto a extinção do processo nos termos do art. 487, II, do NCPC neste particular; **II.** aplico ao reclamante a confissão ficta quanto à matéria de fato, nos termos da, Súmula 74 do TST; **III.** no mérito, julgar **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a presente demanda. **TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.** Defiro ao reclamante os benefícios da Justiça Gratuita. Arbitro ao procurador da ré a alíquota de 5% a título de honorários advocatícios no montante de R$ 2.607,36, **neste caso observe-se o parágrafo 4º, do art. 791-A, da CLT.** Custas pela reclamante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$ 52.147,19, no importe de R$ 1.042,94, das quais fica dispensada em decorrência da gratuidade supradeferida. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz do Trabalho Substituto

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001037-47.2018.5.11.0019

AUTOR	RICARDO AMORIM DA SILVA
ADVOGADO	MARIA DA CONCEICAO TEIXEIRA FRAZAO(OAB: 5701/AM)
ADVOGADO	CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE(OAB: 8293/AM)
RÉU	NORTH SERVICOS DE CONSTRUCAO E HOTELARIA SPE LTDA
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
TESTEMUNHA	GILMAR DE SOUZA
TESTEMUNHA	JOSE VALLIM PIRES DE ALMEIDA
TESTEMUNHA	BRUNELA CANDIDO DELLA FONTE FRACALOSSI

Intimado(s)/Citado(s):

- RICARDO AMORIM DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 36272193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO ÀS PARTES

A/C ADVOGADOS

PROCESSO: 0001037-47.2018.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: RICARDO AMORIM DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: MARIA DA CONCEICAO TEIXEIRA FRAZAO , CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE

RÉU: NORTH SERVICOS DE CONSTRUCAO E HOTELARIA SPE LTDA

Advogado(s) do reclamado: JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO, EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA, MARCIO LUIZ SORDI, LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA

Ficam V. Sas. notificadas as partes litigantes em epígrafe, por meio de seus respectivos patronos, para tomarem ciência que foi designado o dia 19/11/2019 às 15h50 para oitiva de testemunha, na 1ª VARA DO TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONCALVES

Diretor de Secretaria

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001037-47.2018.5.11.0019

AUTOR	RICARDO AMORIM DA SILVA
ADVOGADO	MARIA DA CONCEICAO TEIXEIRA FRAZAO(OAB: 5701/AM)
ADVOGADO	CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE(OAB: 8293/AM)
RÉU	NORTH SERVICOS DE CONSTRUCAO E HOTELARIA SPE LTDA
ADVOGADO	EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA(OAB: 3564/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
TESTEMUNHA	GILMAR DE SOUZA
TESTEMUNHA	JOSE VALLIM PIRES DE ALMEIDA
TESTEMUNHA	BRUNELA CANDIDO DELLA FONTE FRACALOSSI

Intimado(s)/Citado(s):

- NORTH SERVICOS DE CONSTRUCAO E HOTELARIA SPE LTDA

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, Nº 546, 8º andar, esquina com Silva Ramos - Centro

Manaus - AM - CEP: 69010-140 - Tel.: (92) 36272193 - E-mail: vara.manaus19@trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO ÀS PARTES

A/C ADVOGADOS

PROCESSO: 0001037-47.2018.5.11.0019

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: RICARDO AMORIM DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: MARIA DA CONCEICAO TEIXEIRA FRAZAO , CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE

RÉU: NORTH SERVICOS DE CONSTRUCAO E HOTELARIA SPE LTDA

Advogado(s) do reclamado: JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO, EVANDRA D´NICE PALHETA DE SOUZA, MARCIO LUIZ SORDI, LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA

Ficam V. Sas. notificadas as partes litigantes em epígrafe, por meio de seus respectivos patronos, para tomarem ciência que foi designado o dia 19/11/2019 às 15h50 para oitiva de testemunha, na 1ª VARA DO TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

WILLIAN JANDER DA CRUZ GONCALVES

Diretor de Secretaria

Sentença

Processo Nº ATSum-0000576-75.2018.5.11.0019

AUTOR	CARLOS MARTINS DOS SANTOS
ADVOGADO	CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO(OAB: 7019/AM)
RÉU	UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO	CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)
ADVOGADO	RENATO MENDES MOTA(OAB: 2348/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS MARTINS DOS SANTOS
- UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS

O Excelentíssimo Senhor **Dr. VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA**, Juiz do Trabalho da 19ª VTM, após a análise e estudo dos autos, proferiu a seguinte **SENTENÇA**:

RELATÓRIO

O exequente **CARLOS MARTINS DOS SANTOS** apresentou os cálculos de liquidação (ID ef68784).

A executada **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.** interpôs Impugnação aos Cálculos de Liquidação (ID 4d9926e), apontando os seguintes equívocos na conta realizada pela parte autora: a) erro material na apuração, posto que o valor indicado no tópico "FGTS laborado recolhido 8%", diz respeito à multa fundiária; b) não há depósitos faltantes de FGTS. Pretende, ao final, a homologação de seus cálculos.

O exequente **CARLOS MARTINS DOS SANTOS** se manifestou quanto à Impugnação da executada, alegando que, realmente, cometeu erro material na apresentação de sua planilha, contudo, aponta a existência de diferença de multa fundiária a ser paga, no importe de R$193,35. Além disso, suscita a ausência de recolhimento do depósito fundiário do mês de outubro de 2012. Vieram-me os autos conclusos.

Examino.

FUNDAMENTAÇÃO

Verifico que estão presentes todos os pressupostos necessários à admissibilidade desta Impugnação aos Cálculos de Liquidação.

Do FGTS

A executada **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.** alega que não há depósitos faltantes de FGTS.

Por sua vez, o exequente **CARLOS MARTINS DOS SANTOS** suscita a ausência de recolhimento do depósito fundiário do mês de outubro de 2012.

A sentença (ID 5aa49af), transitada em julgado, decidiu o seguinte quanto ao FGTS:

*Quanto aos valores referentes ao FGTS, considerando o fato de que a primeira prescrição a operar-se no caso será a quinquenal, **declaro a prescrição das contribuições anteriores a 21-05-2013**, conforme os ditames da Súmula nº 362 do TST, que prevê (...)*

Como se vê, as parcelas de FGTS anteriores a 21/05/2013 foram alcançadas pela prescrição, não sendo devidas, portanto. Consequente, indevido o depósito fundiário do mês de outubro de 2012.

Agora, com razão o exequente **CARLOS MARTINS DOS SANTOS** ao sustentar a existência de diferença da multa fundiária. Isso porque, analisado o extrato analítico de ID 7910fb1, verifica-se que a executada **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.** realizou o depósito em valor inferior ao devido, havendo uma diferença de R$193,35.

Assim, acolho parcialmente a Impugnação aos Cálculos da executada **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.** para o fim de determinar o refazimento dos Cálculos de Liquidação, desta feita pela Contadoria deste Órgão Julgador, observando-se o seguinte: a) inexistência de depósitos faltantes de FGTS; b) diferença da multa fundiária, no importe de R$193,35.

Como a impugnação limitou-se aos valores devidos a título de FGTS, incontroversas as demais verbas.

CONCLUSÃO

Desta forma, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Impugnação aos Cálculos de Liquidação apresentada pela executada **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.** em face do exequente **CARLOS MARTINS DOS SANTOS**, para o fim de determinar o refazimento dos cálculos, desta feita pela Contadoria deste Órgão Julgador, observando-se o seguinte: a) inexistência de depósitos faltantes de FGTS; b) diferença da multa fundiária, no importe de R$193,35. Incontroversas as demais verbas. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000625-53.2017.5.11.0019

AUTOR	SILVIA CRISTINA TAVARES PIMENTA
ADVOGADO	NEAN JULES COSTA PEDROSO(OAB: 8655/AM)
RÉU	MARIA DE LOURDES CASTRO DE OLIVEIRA
RÉU	ROBERIO CASTRO DE OLIVEIRA
RÉU	J M SERVICOS PROFISSIONAIS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- SILVIA CRISTINA TAVARES PIMENTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando que este processo foi na CERTIDÃO DE DÉBITO UNIFICADO da executada, a qual foi encaminhada ao NAE-CJ para quitação;

Considerando a necessidade de se evitar a repetição de atos inúteis, e decisões conflitantes, colocando em risco a segurança jurídica do ordenamento jurídico pátrio;

DECIDO:

Sobrestar a execução em curso neste processo para aguardar a transferência de valores do NAE-CJ do TRT da 11ª Região, com o escopo de quitar ou amortizar o débito em execução.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000680-67.2018.5.11.0019

AUTOR	MILIANE DA SILVA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA(OAB: 11098/AM)
RÉU	RSG COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGISTICO LTDA
ADVOGADO	EURICO FERNANDES ALVES JUNIOR(OAB: 4456/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- RSG COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGISTICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando o trânsito em julgado da presente ação em 10/09/2019(id 615b211);

Considerando V. Acórdão que **negou-lhe provimento**, mantendo a Decisão apelada em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, acrescidos dos argumentos acima expostos(id abf8036);

Considerando a novel redação do art. 878 da CLT, que traz o início da execução por impulso da parte interessada, executando, apenas, a execução "de ofício" pelo Juiz ou pelo Presidente do Tribunal, nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado, e das contribuições sociais;

Considerando o princípio da cooperação previsto no art. 6º do CPC, de teor seguinte:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Isto posto, DECIDO:

1. Notificar a RECLAMADA (O) para comprovar o cumprimento das obrigações de fazer e apresentar os Cálculos de Liquidação,

inclusive encargos sociais, observando-se rigorosamente os termos da Decisão "exequenda" e sob as penalidades dos arts. 793-A até 793-D, da CLT, bem como comprovar o depósito dos valores apurados, no prazo de 8 (OITO) dias com fundamento no art, 879, § 1º-B, da CLT c/c art. 524, § 2º, do CPC.

2. Apresentada a conta de liquidação, intimar a parte autora para apresentar impugnação no prazo legal, sob pena de preclusão.

3. Não havendo impugnação, intimar a (o) RECLAMADA (O) para comprovar o depósito judicial do valor de seu débito, conforme seus próprios anexados ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de início do procedimento executório execução.

4. Comprovado o depósito, pagar o (a) reclamante e recolher os encargos sociais, se houver.

5. À Secretaria da Vara para observar depósitos recursais nos autos.

Cumpra-se./ebg

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000790-71.2015.5.11.0019

AUTOR	ALEXANDRINA DE OLIVEIRA ORDONES
ADVOGADO	ADNILSO GOMES NERY(OAB: 4124/AM)
RÉU	SIGNOS FORMACAO DE CONDUTORES LTDA - ME
RÉU	RACHEL CARNEIRO BRITO DO NASCIMENTO
RÉU	NUBIA CARNEIRO BRITO

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRINA DE OLIVEIRA ORDONES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

Considerando que os autos este processo foram arquivados em 04/8/2017 (aba "Movimentações), e que, desde aquela data, o exequente não apresentou qualquer requerimento ou manifestação, com o escopo de prosseguir na execução, indicando novos e inéditos elementos;

Considerando que, no dia 29/9/2019, ou seja decorrido mais de 2 (dois) anos, o exequente protocola petição requerendo providencias ao Juízo (id 6a1ac88);

Considerando que a prescrição é um fenômeno extintivo de uma ação ajuizável, em razão da inércia de seu titular durante determinado espaço de tempo que a lei estabeleceu para esse fim;

Considerando que a prescrição é de interesse público visando à harmonia social e o equilíbrio das relações jurídicas, tuteladas pela ordem pública;

Ora, sabe-se que cabe à parte manifestar-se no momento oportuno quanto aos atos processuais praticados, sob pena de preclusão e violação ao ato jurídico perfeito.

Cabia à parte exequente requerer providencias ao Juízo com o escopo de suspender/interromper o decurso do prazo prescricional intercorrente.

Não o fazendo dentro do biênio extintivo, o pedido de providencias tardio viola a coisa julgada, eis que houve a preclusão do direito.

Considerando os ensinamento do mestre Godinho Delgado (2008, p.279), "intercorrente é a prescrição que flui durante o desenrolar do processo", e para o festejado Sérgio Pinto Martins o qual afirma que "a prescrição intercorrente é a que ocorre no curso da execução, depois do trânsito em julgado (...) A prescrição intercorrente visa evitar a perpetuação da execução.";

Considerando, finalmente, o ilêncio do exequente durante quase 4 (quatro) anos c/c o disposto no art. 11/A, § 1º, da CLT;

Razão pela qual, DECIDO:

1. DECLARAR A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO EM CURSO NESTE PROCESSO PELO DECURSO DO BIÊNIO EXTINTIVO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, NOS TERMOS DO ART. 924, INCISO V, DO CPC, DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA (ART. 769 DA CLT), C/C O § 4º,DO ART.. 40, DA LEI Nº 6.830/80 (LEF) E O ART. 11/A, § 1º, DA CLT.

2. Com fundamento no art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, determinar exclusão dos nomes da executada e/ou sócios do BNDT e demais cadastros de inadimplentes, bem como, desbloquear todos os veículos, se houver, por meio do RENAJUD.

3. Retornar os autos deste processo ao arquivo, desta feita, de modo definitivo.

Considerando a disponibilização automática dos atos processuais no PJE, reputo cientes as partes litigantes do conteúdo deste despacho, com a sua publicação no DEJT./wjcg

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0001820-73.2017.5.11.0019

AUTOR	JOSE NILTON NUNES DOS SANTOS
ADVOGADO	PAULO JAQSON FREIRE PINTO(OAB: 7967/AM)
RÉU	CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	RODRIGO ALVES OMENA(OAB: 6840/AM)
ADVOGADO	JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO(OAB: 1734/AM)
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA E SILVA(OAB: 1927/AM)
ADVOGADO	LILIAN DE SOUZA ATALA(OAB: 4817/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
- JOSE NILTON NUNES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM INTIMAÇÃO AUTOMÁTICA (PJE)

Vistos etc.

I - Homologo os cálculos id nº 3dd30d0 para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

II - Dê-se ciência às partes acerca dos cálculos para manifestação no prazo legal, sob pena de preclusão.

Assinatura

MANAUS, 30 de Setembro de 2019

VITOR GRACIANO DE SOUZA MAFFIA

Juiz(a) do Trabalho Substituto

1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000891-70.2019.5.11.0051

AUTOR	EDSON HENRIQUE DE CASTRO
ADVOGADO	RONALDO MAURO COSTA PAIVA(OAB: 131/RR)
ADVOGADO	ANDRE LUIZ CARVALHO REIS(OAB: 1375/RR)
RÉU	CONSTRUTORA LUANNA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA LUANNA EIRELI

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072

TEL.:

PROCESSO: 0000891-70.2019.5.11.0051

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: EDSON HENRIQUE DE CASTRO

RÉU: CONSTRUTORA LUANNA EIRELI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJe-JT

Data da próxima audiência: 26/11/2019 às 09h40min

DE ORDEM do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, Doutor **GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA**, no interesse do processo detalhado acima, fica sabido que, pelo presente EDITAL, **fica notificada a parte reclamada CONSTRUTORA LUANNA EIRELI - CNPJ 00.597.386/0001-60**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

I - Fica o reclamado notificado de que tramita eletronicamente (Resolução nº 136/CSJT de 2014) Reclamação Trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

II - Fica ainda, notificado o reclamado acima mencionado a fim de comparecer a audiência a ser realizada nesta **1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, no endereço acima descrito**, no dia e hora acima informados, para audiência inaugural, a qual deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

III - Deverá o reclamado apresentar registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento nº 05/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

IV - A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 29 da Resolução nº 136/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico, no sistema PJe, até a zero hora do dia da audiência.

V - Caso não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, o reclamado deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

E, para chegar ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

Dado e passado nesta cidade de Boa Vista-RR, 30 de setembro de 2019.

Firmado por assinatura eletrônica (Lei n. 11.419/2006)

Felipe Barbosa Ferreira

Servidor da Justiça do Trabalho

Notificação

Notificação

Processo Nº ATSum-0001371-53.2016.5.11.0051

AUTOR	LUCIENE PEREIRA SILVA
ADVOGADO	JOSE PEDRO DE ARAUJO(OAB: 51-B/RR)
RÉU	EMERSON DE PAULA OLIVEIRA
ADVOGADO	ANTONIO FERNANDO DE MATOS(OAB: 1509/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIENE PEREIRA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

ALVARÁ JUDICIAL Nº 741/2019

(DEPÓSITO JUDICIAL)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO, TITULAR DA MERITÍSSIMA 1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA, Doutor **GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA**, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Alvará AUTORIZA o levantamento de valores, conforme abaixo discriminado:

Instituição Bancária: **Banco do Brasil S.A.**

Conta Judicial: nº 300123455628

Sacador: Doutor JOSÉ PEDRO DE ARAÚJO - CPF: 068.641.553-15

Advogado da Reclamante id. 4a1c857

Valor: R$ 1.504,98 (um mil, quinhentos e quatro reais e noventa e oito centavos) com os acréscimos legais.

**********ATENÇÃO SENHOR CAIXA**********

NÃO DEVE REMANESCER SALDO NA REFERIDA CONTA.

ESTE ALVARÁ PERDERÁ A VALIDADE 30 (TRINTA) DIAS APÓS A ASSINATURA E SÓ PODERÁ SER SACADO UMA ÚNICA VEZ.

Referente ao crédito parcial do exequente (cálculo id.7d397b0; id. dd9213e)

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor. Dispensada a apresentação pelo sacador de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, podendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial diretamente no sítio http://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam, com o código numérico que se encontra no rodapé deste documento.

O presente documento foi redigido por Alessandra Bezerra e assinado eletronicamente pelo Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Titular desta Meritíssima Vara do Trabalho, conforme abaixo.

Firmado por assinatura eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

BOA VISTA, 26 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001603-36.2014.5.11.0051

AUTOR	ANTONIO CARLOS MONTEIRO DE VASCONCELOS
ADVOGADO	RAFAEL ALVES PAIVA(OAB: 1466/RR)
RÉU	META MESQUITA TRANSPORTES AEREOS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS MONTEIRO DE VASCONCELOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Consultando informações acerca de aeronaves em sítios da rede mundial de computador (Internet) e da empresa executada, este juiz acabou acessando o sítio da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac e verificou-se o registro de indisponibilidade oriunda do processo nº 0904645-51.2010.8.23.0010.

Determinada à Diretoria da Vara que diligenciasse acerca de informações, a este juiz foi confirmado o registro de indisponibilidade e da convolação de recuperação judicial em falência da massa da empresa META MESQUITA TRANSPORTES AÉREOS LTDA. - ME.

Ora, na medida em que houve a decretação de falência da empresa executada, no juízo universal (*vis atractativa*) devem ser reunidos todos os créditos da empresa para pagamento pelo administrador. É do Juízo de Falências e Recuperações Judiciais a competência para a prática de quaisquer atos de execução referentes às reclamações trabalhistas movidas contra a Empresa Recuperanda, de acordo com a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

É que nos termos do artigo 7º da Lei nº 11.101/2005, após a liquidação do crédito trabalhista impõe-se a sua habilitação perante o Administrador Judicial da Empresa Falida ou em Recuperação Judicial, cabendo para tanto a este Juízo apenas expedir a competente Certidão de Habilitação de Crédito naquele juízo universal.

Deste modo, torna-se sem efeito as penhoras realizadas nestes autos (Aeronave Cessna Tipo ICAO: C206, matrícula: PT-LMZ, Embraer EMB-120 Brasília - 30 PT-FLY, Ano de fabricação 1987 e número de série 120044 e Embraer EMB-120 Brasília - 30 PT-LXN, Ano de fabricação 1987, número de série 120052), porquanto já indisponíveis por força do juízo falimentar. Determina-se a devolução do valor existente nos autos ao seu depositário, e providencie-se a imediata expedição da certidão de crédito para a devida entrega ao exequente ou seu patrono.

DAR CIÊNCIA AOS INTERESSADOS, em seguida, arquivem-se os autos.

Firmado por assinatura eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

Assinatura

BOA VISTA, 27 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ExCCJ-0000886-48.2019.5.11.0051

EXEQUENTE	OZIEL SARAIVA DE ALENCAR
ADVOGADO	REGINALDO ALENCAR DA SILVA(OAB: 1892/RR)
EXECUTADO	T S I TRANSPORTES E SOLUCOES INTELIGENTES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- OZIEL SARAIVA DE ALENCAR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO N.1.8

RELATÓRIO

Trata-se de execução de título judicial com a finalidade de cumprimento da obrigação do pagamento de valores estabelecidos na decisão exequenda, devidamente corrigidos e atualizados.

Os valores da execução foram devidamente satisfeitos nos autos do processo nº 000252-86.2018.5.11.0051, uma vez realizado acordo e efetivamente quitado.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

Analisando-se os autos, constata-se que houve a efetiva quitação total da obrigação nos autos do processo nº 000252-86.2018.5.11.0051.

Por tais fundamentos, declara-se a extinção da execução.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e em conclusão, decide a Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista, declarar a extinção da execução pelo pagamento da dívida, nos termos do artigo 924, inciso II e artigo 925 do Código de Processo Civil/2015, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho (artigo 769 da Consolidação das Leis do Trabalho).

ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE OS AUTOS. NADA MAIS. E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO. avb/ics

Firmado por assinatura eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR

Assinatura

BOA VISTA, 30 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001012-98.2019.5.11.0051

AUTOR	LUIZ AVILA DA SILVA
ADVOGADO	LEANDRO SOUSA DOS SANTOS(OAB: 1678/RR)
ADVOGADO	LEONE VITTO SOUSA DOS SANTOS(OAB: 1106/RR)
RÉU	BRASIL PARTICIPACOES E INCORPORADORA LTDA - ME
RÉU	TERRA BRASIL CONSTRUTORA E CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - ME
RÉU	DIVINO CORDEIRO DE TOLEDO
RÉU	ERSL HOLDING LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ AVILA DA SILVA

MM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072

BOA VISTA

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001012-98.2019.5.11.0051

Reclam LUIZ AVILA DA SILVA#

Reclam TERRA BRASIL CONSTRUTORA E CONSULTORIA DE

Audiên 26/11/2019 08:40

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 26/11/2019 08:40, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Sentença

Processo Nº ATSum-0001080-48.2019.5.11.0051

AUTOR	J. D. S. S.
ADVOGADO	GESSYKA LORENA BACELAR TRAJANO(OAB: 1622/RR)
RÉU	F. C. D. S. -. E.

Intimado(s)/Citado(s):

- J. D. S. S.

Tomar ciência do(a) Notificação de ID 01c0dc3

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001083-03.2019.5.11.0051

AUTOR	ELEUDE DA SILVA E SILVA
ADVOGADO	AMADEU RIBEIRO NETO(OAB: 1966/RR)
RÉU	HAIPLAN CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEUDE DA SILVA E SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA - PJe-JT

RELATÓRIO

A reclamante *ELEUDE DA SILVA E SILVA* propôs ação trabalhista em face de *HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP* e de *ESTADO DE RORAIMA*, postulando verbas decorrentes de contrato de trabalho, requerendo ainda os benefícios da justiça gratuita.

A situação dos autos permite o julgamento conforme o estado do processo, na forma do artigo 354 do Código de Processo Civil/2015.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

A situação dos presentes autos permite o julgamento antecipado da relação jurídica, na forma dos artigos 355 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO

A parte reclamante propôs a ação trabalhista, postulando entre outros pedidos, a multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho,

Ocorre que nos termos do atual artigo 840, §1º, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que foi dada pela Lei nº 13.467/2017, *o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.*

Neste caso, observe-se que a parte reclamante não atribuiu qualquer indicação de valor ao pedido da *multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho*, e sequer indicou as parcelas sobre as quais teria incidência, desatendendo, portanto, essa exigência que faz a lei.

E nos termos postos pelo §3º do mesmo artigo 840 da Consolidação das Leis do Trabalho, há consequência processual específica em caso de desatendimento dessa exigência. É que o dispositivo prevê que "*§3º. Os pedidos que não atendam ao disposto no §1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito*".

Assim, o caso é mesmo de inépcia do pedido de *multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho*, que desatende à exigência do artigo 840, §1º, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho, já que não traz a indicação dos valores ou mesmo parcela sobre as quais teria incidência a multa, denunciando assim sua inépcia e a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Este juiz teria toda a boa vontade de julgar a relação jurídica que não demonstra maiores dificuldades, como já feito em outros casos. Todavia, não pode o juiz descumprir a imposição feita em lei.

Não se desconhece os princípios da celeridade e instrumentalidade, mas eles têm aplicação apenas naquilo que é possível dar conformidade ao ato processual por via diversa, o que não é o caso, pois a lei não estabeleceu discricionariedade. Antes pelo contrário, a lei expressamente impõe uma sanção processual - neste caso, a extinção do feito - quando haja desatendimento.

A despeito da simplicidade do processo trabalhista, nestes casos, o artigo 840, §1º, em sua parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho não foi observado porque não existe a indicação dos pedidos e não há narrativa delimitada sobre quais parcelas teria incidência a multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, postulada na petição inicial.

É o caso, portanto, do artigo 330, incisos e §1º, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Também não é o caso de simples determinação de emenda à petição inicial, já que nesse caso a retificação imporia refazer completamente os pedidos da petição inicial, a definição de valor da causa e a fixação de narrativa para as parcelas cabíveis.

A parte autora deve estar atenta para indicar na petição inicial o valor do pedido, com a expressão monetária da multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o montante das verbas postuladas, requerendo a prevenção do Juízo da Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR.

Por tais fundamentos, suscita-se, de ofício, questão preliminar de inépcia da petição inicial, ante a falta de indicação precisa dos valores e parcelas objeto do pedido de multa do artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, nisso também caracterizando ausência de breve relato dos fatos nos quais se funda o pedido da multa (artigo 840, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho), com ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e assim extinguindo o processo em relação a tais pedidos sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Na petição inicial, a reclamante requer, ainda, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita nos presentes autos.

O benefício da justiça gratuita atualmente exige tão somente dois requisitos: o requerimento do trabalhador e a demonstração de que não recebia salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (artigo 790, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho), cujo teto máximo atual é de R$5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Nesse caso, houve requerimento da reclamante na petição inicial e seu salário contratual não é superior ao limite de 40% do teto máximo, percentual hoje equivalente a R$ 2.258,32 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Logo, isso é o quanto basta para o deferimento e consequente concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 14, §1º, da Lei nº 5.584/70, e artigos 98 e 99, caput e §3º do Código de Processo Civil/2015.

Deferem-se os benefícios da justiça gratuita à reclamante.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e em conclusão, decide a Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR na reclamação trabalhista proposta por *ELEUDE DA SILVA E SILVA* propôs ação trabalhista em face de *HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP* e de *ESTADO DE RORAIMA*:

a) suscitar, de ofício, questão preliminar de inépcia da petição inicial, ante a falta de indicação precisa dos valores e parcelas objeto do pedido de multa do artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, nisso também caracterizando ausência de breve relato dos fatos nos quais se funda o pedido da multa (artigo 840, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho), com ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e assim extinguindo o processo em relação a tais pedidos sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) deferir apenas os benefícios da justiça gratuita à reclamante, tudo conforme os fundamentos.

Custas processuais pela reclamante no importe de R$ 942,00 (novecentos e quarenta e dois reais), calculadas sobre o valor dado à causa na petição inicial de R$ 47.100,00 (quarenta e sete mil e cem reais), das quais fica dispensada do recolhimento em face da gratuidade deferida.

Retirar o processo de pauta e ocorrido o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos.

FICA DETERMINADO QUE EM CASO DE REAJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO, SEJA MANTIDA A DATA ANTES DESIGNADA PARA A AUDIÊNCIA INAUGURAL DESTE FEITO, OU A DATA IMEDIATA MAIS PRÓXIMA.

DAR CIÊNCIA APENAS À RECLAMANTE, na medida em que a relação jurídica não se completou para as partes reclamadas.

CUMPRA-SE. NADA MAIS. *rom*

Boa Vista-RR, 30 de setembro de 2019.

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Assinatura

BOA VISTA, 30 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0001084-85.2019.5.11.0051

AUTOR	FRANCISCO SILVA MORAES
ADVOGADO	BRENO THALES PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 917/RR)
RÉU	CAVALCA CONSTRUCOES E MINERACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO SILVA MORAES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA - PJe-JT

RELATÓRIO

O reclamante *FRANCISCO SILVA MORAES* propôs ação trabalhista em face de *CAVALCA CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA*, postulando verbas decorrentes de contrato de trabalho, requerendo ainda os benefícios da justiça gratuita.

A situação dos autos permite o julgamento conforme o estado do processo, na forma do artigo 354 do Código de Processo Civil/2015.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

A situação dos presentes autos permite o julgamento antecipado da relação jurídica, na forma dos artigos 355 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO

A parte reclamante propôs a ação trabalhista, postulando entre outros pedidos, a multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ocorre que nos termos do atual artigo 840, §1º, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que foi dada pela Lei nº 13.467/2017, *o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.*

Neste caso, observe-se que a parte reclamante não atribuiu qualquer indicação de valor ao pedido da *multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho*, e sequer indicou as parcelas sobre as quais teria incidência, desatendendo, portanto, essa exigência que faz a lei.

E nos termos postos pelo §3º do mesmo artigo 840 da Consolidação das Leis do Trabalho, há consequência processual específica em caso de desatendimento dessa exigência. É que o dispositivo prevê que "*§3º. Os pedidos que não atendam ao disposto no §1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito*".

Assim, o caso é mesmo de inépcia do pedido de *multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho*, que desatende à exigência do artigo 840, §1º, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho, já que não traz a indicação dos valores ou mesmo parcela sobre as quais teria incidência a multa, denunciando assim sua inépcia e a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Este juiz teria toda a boa vontade de julgar a relação jurídica que não demonstra maiores dificuldades, como já feito em outros casos. Todavia, não pode o juiz descumprir a imposição feita em lei.

Não se desconhece os princípios da celeridade e instrumentalidade, mas eles têm aplicação apenas naquilo que é possível dar conformidade ao ato processual por via diversa, o que não é o caso, pois a lei não estabeleceu discricionariedade. Antes pelo contrário, a lei expressamente impõe uma sanção processual - neste caso, a extinção do feito - quando haja desatendimento.

A despeito da simplicidade do processo trabalhista, nestes casos, o artigo 840, §1º, em sua parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho não foi observado porque não existe a indicação dos pedidos e não há narrativa delimitada sobre quais parcelas teria incidência a multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, postulada na petição inicial.

É o caso, portanto, do artigo 330, incisos e §1º, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Também não é o caso de simples determinação de emenda à petição inicial, já que nesse caso a retificação imporia refazer completamente os pedidos da petição inicial, a definição de valor da causa e a fixação de narrativa para as parcelas cabíveis.

A parte autora deve estar atenta para indicar na petição inicial o valor do pedido, com a expressão monetária da multa do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o montante das verbas postuladas, requerendo a prevenção do Juízo da Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR.

Por tais fundamentos, suscita-se, de ofício, questão preliminar de inépcia da petição inicial, ante a falta de indicação precisa dos valores e parcelas objeto do pedido de multa do artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, nisso também caracterizando

ausência de breve relato dos fatos nos quais se funda o pedido da multa (artigo 840, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho), com ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e assim extinguindo o processo em relação a tais pedidos sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Na petição inicial, o reclamante requer, ainda, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita nos presentes autos.

O benefício da justiça gratuita atualmente exige tão somente dois requisitos: o requerimento do trabalhador e a demonstração de que não recebia salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (artigo 790, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho), cujo teto máximo atual é de R$5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Nesse caso, houve requerimento do reclamante na petição inicial e seu salário contratual não é superior ao limite de 40% do teto máximo, percentual hoje equivalente a R$ 2.258,32 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Logo, isso é o quanto basta para o deferimento e consequente concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 14, §1º, da Lei nº 5.584/70, e artigos 98 e 99, caput e §3º do Código de Processo Civil/2015.

Deferem-se os benefícios da justiça gratuita ao reclamante.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e em conclusão, decide a Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR na reclamação trabalhista proposta por *FRANCISCO SILVA MORAES* em face de *CAVALCA CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA*:

a) suscitar, de ofício, questão preliminar de inépcia da petição inicial, ante a falta de indicação precisa dos valores e parcelas objeto do pedido de multa do artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, nisso também caracterizando ausência de breve relato dos fatos nos quais se funda o pedido da multa (artigo 840, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho), com ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e assim extinguindo o processo em relação a tais pedidos sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 840, §§1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) deferir apenas os benefícios da justiça gratuita ao reclamante, tudo conforme os fundamentos.

Custas processuais pelo reclamante no importe de R$ 1.698,72 (um mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos), calculadas sobre o valor dado à causa na petição inicial de R$ 84.936,29 (oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), das quais fica isento em face da gratuidade deferida.

Retirar o processo de pauta e ocorrido o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos.

FICA DETERMINADO QUE EM CASO DE REAJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO, SEJA MANTIDA A DATA ANTES DESIGNADA PARA A AUDIÊNCIA INAUGURAL DESTE FEITO, OU A DATA IMEDIATA MAIS PRÓXIMA.

DAR CIÊNCIA APENAS AO RECLAMANTE, na medida em que a relação jurídica não se completou para a parte reclamada.

CUMPRA-SE. NADA MAIS. *rom*

Boa Vista-RR, 30 de setembro de 2019.

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Assinatura

BOA VISTA, 30 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATAlc-0001063-12.2019.5.11.0051

AUTOR	AUREO ESBELL DA SILVA
ADVOGADO	FRANCISCO ALEXANDRE DAS CHAGAS SILVA(OAB: 641/RR)
RÉU	COMPANHIA ENERGETICA DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- AUREO ESBELL DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA - PJe-JT

RELATÓRIO

O reclamante *ÁUREO ESBELL DA SILVA* propôs reclamação

trabalhista em face de *COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA* postulando pagamento de indenização em razão de dano moral, requerendo ainda os benefícios da justiça gratuita.

A situação dos presentes autos permite o julgamento antecipado da relação jurídica, na forma do artigo 354 e artigo 485, IV, e §3º, do Código de Processo Civil/2015.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

QUESTÃO PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO

A parte autora ajuizou reclamação trabalhista, chamando para o polo passivo a reclamada *COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA.*

Considerando que devem ser decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no regular andamento do processo, nos termos do art. 852-G da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 485, § 3º, do Código de Processo Civil/2015, essa é questão que merece o exame e decisão imediata dado o seu efeito sobre o fluxo processual.

No caso dos autos, verifica-se por meio da decisão de prevenção de id. dd2b9d3, a existência de processo anterior ajuizado pela parte reclamante e extinto sem resolução do mérito, em que não houve o recolhimento das custas processuais decorrente do arquivamento, na forma do artigo 844, §3°, da Consolidação das Leis do Trabalho.

No caso dos autos, em consulta junto ao sistema do PJe-JT, observa-se que a parte autora ajuizou ação idêntica anterior (processo número 0000916-83.2019.5.11.0051), tendo sido o processo extinto sem resolução do mérito por ausência da parte reclamante na audiência inaugural, decorrendo do arquivamento a condenação nas custas processuais (id. 2a5bb4b), no importe de R$20,00 (vinte reais).

Ora, ao ajuizar a presente ação, o reclamante deveria comprovar nos autos o pagamento das custas processuais do processo nº 0000916-83.2019.5.11.0051, tendo em vista que essa comprovação é pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Nesse caso, na forma do artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, o Juiz não resolverá o mérito da ação quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, tal como ocorrido neste feito.

Não se desconhece os princípios da celeridade e instrumentalidade, mas eles têm aplicação apenas naquilo que é possível dar conformidade ao ato processual por via diversa, o que não é o caso, pois a lei não estabeleceu discricionariedade. Antes pelo contrário, a lei expressamente impõe uma sanção processual - neste caso, a extinção do feito - quando haja desatendimento.

A parte autora deve estar atenta para comprovar o pagamento das custas processuais do processo de número 0000916-83.2019.5.11.0051, conforme determinado na ata de audiência de id. 2a5bb4b, requerendo a prevenção do Juízo da Meritíssima Primeira Vara do Trabalho de Boa Vista-RR.

Por tais fundamentos, declara-se a extinção do processo sem resolução de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido, nos termos do artigo 844, §3°, da Consolidação das Leis do Trabalho e ainda §1º do artigo 852-B da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015.

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Na petição inicial, o reclamante requer, ainda, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita nos presentes autos.

O benefício da justiça gratuita atualmente exige tão somente dois requisitos: o requerimento do trabalhador e a demonstração de que não recebia salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (artigo 790, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho), cujo teto máximo atual é de R$5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Nesse caso, houve requerimento do reclamante na petição inicial e o seu salário contratual não era superior ao limite de 40% do teto máximo, percentual hoje equivalente a R$ 2.258,32 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Logo, isso é o quanto basta para o deferimento e consequente concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 14, §1º, da Lei nº 5.584/70, e artigos 98 e 99, caput e §3º do Código de Processo Civil/2015.

Deferem-se os benefícios da justiça gratuita ao reclamante apenas nos presentes autos.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e em conclusão, decide a Meritíssima Primeira do Trabalho de Boa Vista-RR na reclamação trabalhista proposta por *ÁUREO ESBELL DA SILVA* em face de *COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA*:

a) extinguir o processo sem resolução de mérito, uma vez caracterizada a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e artigo 844, §3°, da Consolidação das Leis do

Trabalho;

b) deferir ao reclamante, nos presentes autos, apenas os benefícios da justiça gratuita, tudo conforme os fundamentos.

Custas processuais pelo reclamante no importe de R$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), calculadas sobre o valor dado à causa na petição inicial de R$ 1.908,00 (um mil, novecentos e oito reais), das quais fica isento em face da gratuidade deferida.

Retirar o processo de pauta e ocorrido o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos.

DAR CIÊNCIA APENAS AO RECLAMANTE, na medida em que a relação jurídica não se completou para a parte reclamada.

CUMPRA-SE. NADA MAIS. *rom*

Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2019.

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz do Trabalho Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Assinatura

BOA VISTA, 30 de Setembro de 2019

GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001022-45.2019.5.11.0051

AUTOR	CRISTIAN DANISSON PINTO BARROS
ADVOGADO	MAICON ROBERTO SILVA ROCHA(OAB: 1769/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA
RÉU	GILCE O PINTO
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIAN DANISSON PINTO BARROS

MM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072

BOA VISTA

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0001022-45.2019.5.11.0051

Reclam CRISTIAN DANISSON PINTO BARROS#

Reclam GILCE O PINTO e outros

Audiên 06/11/2019 08:10

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 06/11/2019 08:10, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001022-45.2019.5.11.0051

AUTOR	CRISTIAN DANISSON PINTO BARROS
ADVOGADO	MAICON ROBERTO SILVA ROCHA(OAB: 1769/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

RÉU	GILCE O PINTO
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILCE O PINTO

MM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072

BOA VISTA

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMADO - Processo PJe-JT

RECLAMANTE: CRISTIAN DANISSON PINTO BARROS

Proces 0001022-45.2019.5.11.0051 - AÇÃO TRABALHISTA -

Destina GILCE O PINTO

Audiên 06/11/2019 08:10

Fica V. S.ª notificado(a) de que tramita eletronicamente (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) reclamação trabalhista, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: **http://www.csjt.jus.br/vt-trt11**, digitando a chave anexa:

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer no Forum Trabalhista de BOA VISTA(endereço acima) para ter acesso a eles ou receber orientações em um dos postos de atendimento do PJe.

V. S.ª deverá comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme

o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em, 30 de Setembro de 2019.

2ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0001128-04.2019.5.11.0052

AUTOR	ANTONIA DE MARIA SANTOS SOUSA
RÉU	EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - RR

Intimado(s)/Citado(s):

- EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP

MM. 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AO RECLAMADO

PROCESSO: 0001128-04.2019.5.11.0052

RECLAMANTE: ANTONIA DE MARIA SANTOS SOUSA

RECLAMADO: EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP e outros

DE ORDEM DO(A) EXMO(A). SR. JUIZ(A) DO TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o RECLAMADO EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP, que se encontra em lugar incerto e não sabido, acerca da Sentença de id. 1cace34, cuja parte dispositiva é abaixo transcrita, bem como do prazo de 8 (oito) dias para, querendo, interpor recurso ordinário, decorridos 5 (cinco) dias da publicação deste edital:

"III - DISPOSITIVO

Isso posto, na Reclamação Trabalhista promovida por ANTONIA DE MARIA SANTOS SOUSA contra EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP e UNIÃO FEDERAL,a Segunda Vara do Trabalho de Boa Vista decide rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, julgar PROCEDENTES EM PARTE os pedidos deduzidos na inicial para condenar a reclamada a pagar o valor de R$7.002,36, a título de verbas contratuais e sancionatórias. Serve este termo, com FORÇA DE ALVARÁ JUDICIAL junto ao Gerente/Servidor da CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para que ANTONIA DE MARIA SANTOS SOUSA - CPF: 807.909.252-49, PIS: 161.42471.63-8, CTPS 9205228, Série 001-0-RR, proceda com o imediato saque do valor existente em sua conta vinculada referente, ao contrato mantido com a parte reclamada EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP - CNPJ: 15.001.655/0001-51, na função de auxiliar de limpeza, com data de admissão em 20.10.2016 e saída em 31.7.2017. Concedidos ao reclamante os benefícios da justiça gratuita. Fixados juros e correção monetária, encargos previdenciários e fiscais. Na apuração feita pelo Juízo, não foram incluídos juros e nem correção monetária, nem calculadas as parcelas de contribuições previdenciárias e fiscais, que só deverão ser incluídas após o trânsito em julgado, observando-se os parâmetros fixados.Improcedentes os demais pleitos e valores perseguidos a mais. Tudo nos termos da fundamentação que passa a integrar este dispositivo para todos os fins. Custas pela EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPP, na razão de R$140,05, calculadas sobre o valor da condenação. Ciente O RECLAMANTE. NOTIFIQUEM-SE A UNIÃO, via sistema, e a RECLAMADA REVEL."

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOJET11.

BOA VISTA, 27/09/2019.

ADILCEA DA SILVA MACIEL

Diretora de Secretaria

Edital

Processo Nº ATOrd-0001555-98.2019.5.11.0052

AUTOR	BRENDA JENNYFFER MARQUES SANTOS
RÉU	ARKOR EMPREENDIMENTOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ARKOR EMPREENDIMENTOS LTDA.

MM. 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA AO RECLAMADO

PROCESSO: 0001555-98.2019.5.11.0052

RECLAMANTE: BRENDA JENNYFFER MARQUES SANTOS

RECLAMADO: ARKOR EMPREENDIMENTOS LTDA.

DE ORDEM DA EXMA. SRA. JUÍZA DO TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o RECLAMADO ARKOR EMPREENDIMENTOS LTDA. , que se encontra em lugar incerto e não sabido, da audiência designada para o dia 24/10/2019 10:00, a ser realizada na 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA - RR, na AVENIDA

BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Caso o reclamado não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer no Fórum Trabalhista de BOA VISTA(endereço acima) para ter acesso a eles ou receber orientações em um dos postos de atendimento do PJe.

Deverá o reclamado comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Caso o reclamado não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOJET11.

BOA VISTA, 27/09/2019.

ADILCEA DA SILVA MACIEL

Diretora de Secretaria

Edital

Processo Nº ATOrd-0001337-70.2019.5.11.0052

AUTOR	MIGUEL AUGUSTO DE SOUZA COSTA
ADVOGADO	JOSE ALE JUNIOR(OAB: 247/RR)
RÉU	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - RR

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI

MM. 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA AO RECLAMADO

PROCESSO: 0001337-70.2019.5.11.0052

RECLAMANTE: MIGUEL AUGUSTO DE SOUZA COSTA

Advogado(s) do reclamante: JOSE ALE JUNIOR

RECLAMADO: FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI e outros

DE ORDEM DA EXMA. SRA. JUÍZA DO TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o RECLAMADO FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI e outros, que se encontra em lugar incerto e não sabido, da audiência designada para o dia 31/10/2019 08:35, a ser realizada na 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA - RR, na AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1853, CENTRO, BOA VISTA - RR - CEP: 69301-072, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11.

Caso o reclamado não consiga consultá-los via internet,

deverá comparecer no Fórum Trabalhista de BOA VISTA(endereço acima) para ter acesso a eles ou receber orientações em um dos postos de atendimento do PJe.

Deverá o reclamado comparecer à audiência pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica) para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Caso o reclamado não possua equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 136/2014 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOJET11.

BOA VISTA, 27/09/2019.

ADILCEA DA SILVA MACIEL

Diretora de Secretaria

Edital

Processo Nº ATOrd-0000462-37.2018.5.11.0052

AUTOR	JOCELINA MARIA SILVA PINHEIRO
ADVOGADO	JOSE ALE JUNIOR(OAB: 247/RR)
RÉU	PASSOS RAVEDUTTI COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- PASSOS RAVEDUTTI COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME

EDITAL DE CITAÇÃO

De ordem da Exma. Juíza do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado o executado PASSOS RAVEDUTTI COMERCIO E SERVICOS EIRELI – ME - CNPJ: 10.597.924/0001-70, que se encontra em local incerto e não sabido, para pagar ou garantir à execução, no valor de R$ 19.645,37 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), no prazo de 48(quarenta e oito) horas, decorridos 5(cinco) dias da publicação do edital, sob pena de penhora, nos termos do artigo 880 da CLT.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOJET11.

BOA VISTA, 27 de setembro de 2019.

ADILCEA DA SILVA MACIEL

Diretora de Secretaria

Edital

Processo Nº ATOrd-0000419-37.2017.5.11.0052

AUTOR	ANTONIA LOPES DA CRUZ
RÉU	ESTADO DE RORAIMA
RÉU	VALE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- VALE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP

EDITAL DE CITAÇÃO

De ordem da Exma. Juíza do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citada a executada VALE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP, CPJ: 05.517.351/0001-98, que se encontra em local incerto e não sabido, para pagar ou garantir à execução, no valor de **R$ 4.465,20** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), no prazo de 48(quarenta e oito) horas, decorridos 5(cinco) dias da publicação do edital, sob pena de penhora, nos termos do artigo 880 da CLT.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOJET11.
BOA VISTA, 27 de setembro de 2019.

ADILCEA DA SILVA MACIEL

Diretora de Secretaria

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000870-62.2017.5.11.0052

AUTOR	JOEL JESUS DA SILVEIRA PINHO
ADVOGADO	MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)
ADVOGADO	MARIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)
RÉU	BOA VISTA ENERGIA S/A
ADVOGADO	ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO(OAB: 264/RR)
ADVOGADO	JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES(OAB: 1033/RR)
ADVOGADO	PABLO RAMON DA SILVA MACIEL(OAB: 861/RR)
ADVOGADO	SANDRA MARISA COELHO(OAB: 332 -B/RR)
ADVOGADO	FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA(OAB: 114-A/RR)
ADVOGADO	THIAGO PIRES DE MELO(OAB: 938/RR)
ADVOGADO	HELAINE MAISE DE MORAES FRANCA(OAB: 262/RR)
ADVOGADO	EDUARDO JOSE CUNHA MORAIS(OAB: 1752/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL JESUS DA SILVEIRA PINHO

De ordem do(a) M.M Juíza da 2ª Vara do Trabalho, fica a parte RECLAMANTE notificada, por meio de seu(a) patrono(a), para se manifestar acerca da impugnação aos cálculos, no prazo de 05(cinco) dias.

Boa Vista, 27 de setembro de 2019.

CLAUDIA VEIGA GUIAR

Servidora do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001237-18.2019.5.11.0052

AUTOR	HALYNNE DA SILVA BONATES
RÉU	GILCE O PINTO
ADVOGADO	UELLITON DA SILVA LACERDA(OAB: 572-A/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- GILCE O PINTO

De ordem da M.M Juíza da 2ª VTBV, fica a parte RECLAMADA notificada, por meio de seus patronos, do prazo de 08(oito) dias, para querendo contrarrazoar o recurso ordinário interposto pelo LITISCONSORTE, sob pena de preclusão.

Boa Vista, 27 de setembro de 2019.

CLÁUDIA VEIGA AGUIAR

Servidora da Justiça do Trabalho

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000028-82.2017.5.11.0052

AUTOR	GENILSON LIMA REIS
ADVOGADO	RAFAEL ALVES PAIVA(OAB: 1466/RR)
ADVOGADO	ANDRE LUIZ CARVALHO REIS(OAB: 1375/RR)
ADVOGADO	RONALDO MAURO COSTA PAIVA(OAB: 131/RR)
RÉU	SERVI SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
ADVOGADO	ALMIR ROCHA DE CASTRO JUNIOR(OAB: 385/RR)
TERCEIRO INTERESSADO	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	LILIANE DE CASSIA NICOLAU(OAB: 18256/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fica o Banco Bradesco S. A. notificado, por meio de seus patrono, para esclarecer, no prazo de 5 dias, o teor da petição de id. 6e62577, tendo em vista a informação do Renajud, dando conta de que o veículo em questão (placa LWM-2550) pertenceria à executada Servi San.

BOA VISTA, 28 de Setembro de 2019

CLÁUDIA VEIGA AGUIAR

Servidora da Justiça do Trabalho

3ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000581-58.2019.5.11.0053

AUTOR	JORGE LUIZ COSTA DA SILVA
ADVOGADO	JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES(OAB: 1033/RR)
RÉU	BRASIL NORTE BEBIDAS S/A
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)
PERITO	MARILIA JULIANA MORENO COELHO BELMINO

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL NORTE BEBIDAS S/A
- JORGE LUIZ COSTA DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe - JT

Vistos, etc.

Considerando-se o impedimento declarado pela perita anteriormente designada, conforme id. b068da7, designa-se novel perita, bem como novo cronograma para realização da(s) seguinte(s) perícia(s), mediante a aplicação da técnica do impulso processual em cadeia:

1. DADOS DA PERÍCIA:

1.1. Tipo de perícia: **Médica** (**medicina do trabalho).**

1.2. Objetivo: pesquisar a existência da alegada doença que supostamente ocasionou a perda de capacidade laboral do reclamante e, caso positivo, o nexo de causalidade com as atividades laborais exercidas junto ao(a) reclamado(a), a extensão do dano e eventual culpa do(a) empregador(a).

1.3. Local de realização: logradouro profissional do(a) Perito (item 2.3);

1.4. Honorários periciais: **2.000,00, na forma do art. 790-B da CLT.**

DADOS DO(A) PERITO:

2.1. Profissional: MARILIA JULIANA MORENO COELHO BELMINO

2.2. Especialidade: Médico(a) do Trabalho

2.3. Logradouro profissional: Av. Maj Williams, 1655, Galeria Vida, Centro, Boa Vista - RR, CEP: 69301-110. Telefones: (95)3623-5075/98112-6067

3. DATAS:

3.1. Juntada de quesitos e indicação de assistente técnico: **11/10/2019**

3.1. Realização da perícia: **17/10/2019 às 09h**;

3.2. Entrega do laudo: **18/11/2019;**

3.3. Apresentação de manifestação sobre o laudo e pedido de esclarecimentos adicionais (art. 477 §1º do NCPC): **03/12/2019**;

3.4. Resposta, pelo perito, dos esclarecimentos: **18/12/2019**;

3.5. Manifestação das partes sobre os esclarecimentos: **31/01/2020**;

OBSERVAÇÕES:

a) É obrigatória a presença do(a) reclamante quando da realização da perícia, na data e hora designadas, facultada a presença dos peritos assistentes, todos de logo notificados por meio dos(as) patronos(as) das parte(s), ficando a critério do(a) Experta autorização quanto à presença ao ato dos patronos(as) da(s) parte(s);

b)O(A) Perito(a) deverá responder aos seguintes quesitos do Juízo:

1. O(A) reclamante foi acometido(a) de alguma doença ocupacional?

2. Há nexo causal do trabalho com a doença?

3. O trabalho atuou como concausa para o aparecimento ou agravamento da doença/acidente?

4. Houve concausa relativa a fatores extralaborais?

5. O(A) reclamado(a) cumpria todas as normas de segurança do trabalho e prevenção indicadas na legislação?

6. O(A) reclamante foi treinado(a) para o exercício da função?

7. O(A) reclamante gozava regularmente de intervalos, repousos e férias?

8. Algum fator de ordem organizacional contribuiu para o aparecimento da doença?

9. No setor de trabalho do reclamante ocorreram casos semelhantes nos últimos cinco anos?

10. Quais as alterações e/ou comprometimentos que a doença diagnosticada acarretou na saúde do reclamante, na sua capacidade de trabalho e na sua vida social?

11. Mensurar a eventual capacidade residual de trabalho do(a) reclamante, dentro da sua área de atuação profissional ou em funções compatíveis.

12. Há possibilidade de reversão do quadro, de modo que o(a) reclamante recupere a aptidão normal para o trabalho?

c) Ao comparecer à perícia, o reclamante deverá portar toda a documentação médica ainda não anexada aos autos referente à doença ocupacional, como prontuários, laudos e exames, os quais deverão ser apresentados à(o) perito(a), sob pena de preclusão.

Ficam as partes notificadas a partir da publicação deste despacho no DEJT.

Exp. nec.

Assinatura

BOA VISTA, 27 de Setembro de 2019

RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0001541-14.2019.5.11.0053

AUTOR	FRANCIVANIA DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	LEONARDO ROGERIO LEAL DE SOUZA(OAB: 1991/RR)
ADVOGADO	PAULA RAFAELA PALHA DE SOUZA(OAB: 340-B/RR)
ADVOGADO	PAULO SERGIO DE SOUZA(OAB: 317-B/RR)
RÉU	LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP
RÉU	ESTADO DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCIVANIA DANTAS DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe - JT

Vistos, etc.

Cuida-se de Reclamação Trabalhista Com Pedido de Tutela Antecipada proposta por **FRANCIVANIA DANTAS DE OLIVEIRA** em face de **LIDAN- SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA - EPP** e **ESTADO DE RORAIMA**, nos termos da petição inicial distribuída eletronicamente, consistindo a antecipação de tutela na obtenção de provimento jurisdicional autorizatório ao cadastramento e à habilitação junto ao programa seguro-desemprego.

Conclusos.

Como é cediço, "ao autor cumpre precisar os fatos que autorizam a concessão da providência jurídica reclamada, incumbindo ao juiz conferir-lhes o adequado enquadramento legal". (RSTJ 48/136).

Pois bem, ao sentir do Juízo, o alegado inadimplemento por parte da reclamada afronta os princípios elementares de proteção dos direitos mínimos do trabalhador, sendo presumíveis as dificuldades a que padece o(a) trabalhador(a), posto que privado(a) do único recurso material de subsistência própria e de sua família, não podendo a reclamada se protrair no tempo, sob pena de agravar-se a situação do trabalhador e de sua família, tornando os danos irreparáveis ou de difícil reparação por ocasião do provimento final.

O sistema processual nacional mostra-se sensível a essa problemática, acolhendo a tutela antecipatória como forma de distribuição do ônus do processo, eliminando a vantagem do réu contra os autores que não podem suportar sem grave prejuízo o decorrer do tempo exigido pelo processo.

Dispõe, com efeito, o art. 300 do CPC/2015, *verbis*:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

Portanto, é possível a concessão de tutela antecipada quando a temor iminente de que o dano se produza.

Percebendo que o litígio é fator de perturbação da paz social, e quanto mais rapidamente se decida a composição da lide e se dê à extinção dos conflitos, mais eficientemente afasta-se a sociedade a vis inquetativa gerada pela demora do processo, o legislador resolveu admitir a tutela antecipada de direitos.

O entendimento tem sido pacífico, conforme decisões que se transcreve, *verbis*:

"Tenho negado seguimento às cautelares antecipatórias de direito, porque hoje vigente instrumento legal expresso para tal

fim: a tutela antecipatória do art. 273 do CPC. O uso das cautelares como forma de antecipação do mérito da ação principal, era aceito como forma de garantia ao acesso jurisdicional (não havia meio expresso em lei para essa função); com a adoção da tutela antecipatória, porém, não pode mais a cautelar cumprir as funções diversas da típica garantia processual (e não de mérito). Ocorre que ainda se trata de questão nova e sujeita a razoável dúvida, de forma que não entendo justo sobrelevar questão de forma (pedido por via duvidosamente incorreta) ao ponto de impossibilidade a defesa do direito de fundo (finalidade maior da atividade jurisdicional); assim, ficando impossibilitada a adoção tempestiva do instrumento processual correto, como é o caso presente (o leilão discutido ocorrerá ainda esta tarde) deve ser aceita a duvidosa via em benefício da defesa do direito de seu efetivo titular - um leigo. Pelo exposto, excepcionalmente e por ora, aceito a via cautelar para a tutela de direitos de fundo (mérito)."
(Néfi Cordeiro, Juiz Federal da 8ª Vara Federal de Curitiba - Seção Judiciária do Paraná - Ação Cautelar nº 96.0012537-6).

"Ocorre que, considerando-se as alterações trazidas ao procedimento comum ordinário, mais especificamente no art. 273, do Código de Processo Civil, pela Lei nº 8.952/94, no qual o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida, ou seja, tutela de mérito, não há razão para que não lhe seja possível deferir provimento que tão somente acautele o direito da parte. No caso, o depósito judicial das quantias discutidas, já vencidas e vincendas. A medida tem como única finalidade salvaguardar o direito dos Autores, até o provimento definitivo. Em face do exposto, defiro, o pedido formulado pela parte no item nº 4, do Requerimento, para permitir o depósito das parcelas vencidas e vincendas, devendo as prestações vincendas ser depositadas até a data do respectivo vencimento."
(Autos do processo nº 96.6012412-1, Vara Federal de Cascavel, Ação Ordinária, autores: Mario Koga e outro, réu: Banestado S/A Crédito Imobiliário e outros).

Conforme esclarece Luiz Guilherme Marinoni, a tutela fundada em cognição sumária é uma tutela baseada em prova não suficiente para o juiz declarar a existência do direito. Se, por exemplo, uma vez ouvido o réu, a prova é suficiente para o juiz declarar a existência do direito, o caso é de julgamento antecipado do mérito. A não ser que haja receio de dano, hipótese em que a tutela antecipatória poderá ser prestada com base em cognição exauriente.

Portanto, a denominada "prova inequívoca", capaz de convencer o juiz da "verossimilhança da alegação", somente pode ser entendida como "prova suficiente" para o surgimento do verossímel, entendido como não suficiente para não declaração da existência ou inexistência do direito.

O autor, ao requerer, na petição inicial, a antecipação da tutela, pode se valer de prova documental, de prova testemunhal ou pericial antecipadamente realizada e de laudos ou pareceres de especialistas, que poderão substituir, em vista da situação de urgência, a prova pericial. (A Antecipação da Tutela na Reforma do Processo Civil, Malheiros Editores Ltda. São Paulo, 1995, p. 67/68).

A prova fundamental para o requerimento na antecipação de tutela baseia-se no próprio texto constitucional.

Como não pode ser declarado de pronto pelo juiz o direito do autor, exatamente por ter acesso única e exclusivamente as suas alegações, sem a colheita da prova necessária, o direito ao qual se admite a antecipação da tutela é o direito provável - justamente o demonstrado pelo autor -, ou melhor dizendo, a probabilidade da existência do direito material posto em Juízo.

Essa probabilidade é o que legitima o que os doutrinadores chamam de sacrifício do direito menos provável em prol da antecipação do exercício de outro que pareça provável.

Seguindo esse raciocínio, é relevante afirmar que seria mais grave permitir que um ato jurídico viciado na sua origem produzisse efeitos causando prejuízo patrimonial ao detentor da "probabilidade da existência do direito material", do que suspender por certo tempo - até que se julgue a existência ou não do direito afirmado - a eficácia de um ato talvez válido.

Luiz Guilherme Marinoni ainda acrescenta:

"quando estamos no plano do processo, em particular no juízo sumário, está em jogo a probabilidade da existência do direito afirmado e, portanto, a do 'direito provável', que é uma categoria, assim como a do 'direito líquido e certo', pertencente ao processo. Em outras palavras, quando nos referimos ao 'direito provável', estamos nos valendo de uma categoria de direito processual. A razão que impediria alguém de falar em sacrifício de direito improvável também estaria banindo, para sempre, a já consagrada locução 'fumus boni iuris'. Melhor explicando: se é impossível sustentar que um direito improvável pode ser prejudicado porque o direito pode existir, é também impossível falar em tutela de um direito, com base em 'fumus boni iuris', porque o direito pode existir."

(A Tutela Antecipatória na Reforma do Processo Civil, Malheiros Editores Ltda., São Paulo, 1995, p. 78/79).

Pode-se dizer, ainda, que, nesse caso, a negação da medida pode causar prejuízo de dificílima reparação. Nesse sentido:

"admitir que o juiz não pode antecipar a tutela, quando a antecipação é imprescindível para evitar um prejuízo irreversível, ao direito do autor é o mesmo que afirmar que o legislador obrigou o juiz a correr o risco de provocar um dano irreversível ao direito que justamente lhe parece mais favorável. A tutela sumária funde-se no princípio da probabilidade. Não só a lógica mas também o direito à adequada tutela jurisdicional exige a possibilidade de sacrifício, ainda que de forma irreversível, de um direito que pareça improvável em benefício de outro que pareça provável. Caso contrário, o direito que tem a maior probabilidade de ser definitivamente reconhecido poderá ser irreversivelmente lesado."

(Luiz Guilherme Marinoni, A Tutela Antecipatória na Reforma do Processo Civil, Malheiros Editores Ltda., São Paulo, 1995, p. 79/80).

A tutela antecipatória do direito subjetivo material deve existir porque se alguém tem o direito de obter exatamente aquilo que tem o direito de obter (Chiovenda), o processo há de fornecer-lhe meios para que a entrega do direito ocorra logo, de imediato. O meio processual - antecipação de tutela - tornará possível a pronta realização do direito que o autor afirma possuir.

Nesse sentido, a seguinte decisão a respeito da antecipação da tutela, *verbis*:

"A antecipação da tutela, instituto recentemente introduzido no ordenamento pátrio, constitui-se em poderoso instrumento, conferido ao magistrado para que possa, quando necessário, atribuir ao processo a eficácia capaz de conduzir à efetiva aplicação do direito, ou seja, oferece uma alternativa que tem o fim de evitar que a demora inerente ao procedimento termine, por si só, em esvaziar de tal forma o conteúdo da futura sentença de procedência do pedido, que o direito do autor ver-se-á, em concreto, irremediavelmente perdido ou reduzida. Os requisitos estabelecidos no caput para ser concedida a liminar antecipatória da tutela, são os previstos nos incisos I ou II do art. 273 do Código de Processo Civil, quais sejam: a) prova inequívoca e verossimilhança da alegação; b) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou manifesto propósito protelatório do réu;" (Processo nº. 960007298-1 - 4ª Vara Federal de Curitiba)

Como é cediço, a antecipação da tutela é medida excepcional de aplicação, devendo estar presentes os requisitos do *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, assim como a boa fundamentação dos motivos ensejadores da postulação como também a ausência de grave lesão à ordem pública.

Presentes os pressupostos de atuação da tutela almejada, só resta ao Poder Judiciário antecipá-la, já que a espera pela providência final poderá acarretar prejuízo de difícil reparação.

O professor Rodolfo de Camargo Mancuso, em brilhante trabalho publicado pela Revista dos Tribunais - Vol. 643 - acerca da tutela cautelar, discorre com perfeita clareza sobre a natureza discriminatória deste ato processual, *verbis*:

"nem sempre é fácil ao Juiz operar na faixa que tem como fronteira, de um lado, o poder-dever indeclinável de outorgar alguma tutela para situações de urgência; e de outro, o risco de distanciar-se da discrição, bordejando, perigosamente o arbítrio." **E continua -** ***"A prudência é virtude mais do que necessária em sede de tutela cautelar, pelas próprias características desta. Citando Dini, Galeno Lacerda averba: cabe-lhe (ao Juiz) ponderar, com equilíbrio, as exigências contrastantes das partes com interesse da administração da justiça, sempre incito nas providências cautelares jurisdicionais. Em nenhum outro setor do processo civil, mais do que neste, parece encontrar-se tão diretamente em jogo o bom nome, e até a celeridade da justiça."***

Moniz de Aragão, *in* Medidas Cautelares Inominadas, Ver. Bras. Dir. Processual, 57/33, leciona:

"Sob a denominação de medidas cautelares inominadas (ou atípicas) costuma-se referir a atuação discricionária do juiz no desempenho do chamado poder cautelar geral, em cujo exercício lhe é permitido autorizar a prática, ou impor a abstenção, de determinados atos não previstos em lei ou neste indicados apenas exemplificativamente."

Humberto Theodoro Júnior, por seu turno, *in*Curso de Direito Processual, 3a edição, Rio, Forense, vol. II, p. 1.128, ensina-nos:

"A jurisprudência está, em face do sistema normativo vigente, acorde em que as medidas atípicas, se sujeitam a dois limites fundamentais: o da necessidade e o da provisoriedade. Por necessária, entende-se a providência indispensável para cumprir a função de reprimir o perigo de dano a que se acha exposto o direito eventual do litigante antes do julgamento da causa de mérito."

É certo que a situação substancial, para justificar a medida, deve ser, por sua natureza, suscetível de modificação no tempo e que tais modificações possam acarretar prejuízo grave. O posicionamento dos Tribunais pátrios é muito claro e sobretudo afinado com a exegese doutrinária do Poder Geral de Cautela conferido ao Juiz. É exatamente por isso, indiscrepante o

entendimento dos Tribunais de que a medida será sempre concedida frente a um risco de lesão grave e iminente, antes do julgamento do processo principal. O *fumus boni iuris* é apenas um pressuposto. Mas o que se busca, realmente, é a eliminação imediata do *periculum in mora*.

Em uma análise sumária, entende o juízo presentes os requisitos indispensáveis à antecipação da tutela, uma vez que, em tese, há potencialidade de dano irreversível pelo aguardo da resolução do mérito após o exaurimento da cognição, exatamente em face do caráter alimentício das verbas supostamente devidas, residindo aí o *periculum in mora*.

Sobre o *periculum in mora* escreveu GIOVANNI ARIETA, no sentido de que "esse perigo deve derivar da lentidão natural da tutela ordinária, no sentido de que a demora em si é considerada como causa possível do dano superveniente e por isso deve ser neutralizada através do provimento cautelar" (I PROVVEDIMENTI D'URGENZA, 1985, p. 47).

ISSO POSTO, **DECIDE A TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA** antecipar a tutela almejada, detendo esta **DECISÃO** força de **ALVARÁ JUDICIAL** para o fim de autorizar **FRANCIVANIA DANTAS DE OLIVEIRA (CPF: 004.021.012-00; CTPS: 1894162, Série 003-00/RR; PIS: 140.52667.27-8, admissão: 29.05.2017; saída: 30.03.2019; salário: R$1.200,00**), a proceder junto a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - SRTE**, em atuação neste Estado, para que, caso preenchidos os demais requisitos legais exigidos para o recebimento do benefício à época do desligamento, ao cadastramento e à habilitação junto ao programa seguro-desemprego.

Fixa-se, ainda, quanto ao seguro-desemprego, a data de **26.09.2019** como marco inicial para a contagem do prazo encartado no artigo 14 da Resolução n°. 392, de 08/06/2.004, do CODEFAT.

Notifique-se a reclamada da presente decisão e da audiência de conciliação, instrução e julgamento.

Cumpra-se.

Exp. nec. e urg.

Assinatura

BOA VISTA, 27 de Setembro de 2019

RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0001362-17.2018.5.11.0053

AUTOR	HILTON DIAS DA SILVA
ADVOGADO	JAQUES SONNTAG(OAB: 291-A/RR)
RÉU	INSECO SERVICOS E COMERCIO LTDA - EPP
ADVOGADO	EMERSON CRYSTYAN RODRIGUES BRITO(OAB: 768/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- HILTON DIAS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO-ALVARÁ PJe - JT

Vistos, etc.

Dá-se a presente decisão força de alvará, autorizando-se a Caixa Econômica Federal - CEF, a levantar a quantia de R$35,00 (trinta e cinco reais), acrescida de juros e correção monetária, de modo a inexistir saldo remanescente, depositada na conta judicial 0653/042/01527356-0, em favor do advogado do exeqüente, **Dr. JAQUES SONNTAG - CPF: 761.219.840-15 - OAB: RR291-A, cujo saque deverá ser realizado pelo(a) referido(a) advogado(a) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, sob pena de perda de validade do presente alvará.**

Após, arquivem-se os autos.

Exp. nec.

Assinatura

BOA VISTA, 27 de Setembro de 2019

RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000621-11.2017.5.11.0053

AUTOR	DHULIO LIMA FERREIRA
ADVOGADO	ROZINARA BARRETO ALVES(OAB: 1382/RR)
RÉU	EMERVAL JOSE GONCALVES SIMOES
RÉU	ANA VITORIA ANDRADE SIMOES
RÉU	SIMOES E SIMOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DHULIO LIMA FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO-ALVARÁ PJe - JT

Vistos, etc.

I - Atribui-se à presente decisão força de **ALVARÁ JUDICIAL**,

autorizando-se **DHULIO LIMA FERREIRA (CPF: 028.483.692-30; CTPS: 4426924, Série 0040/RR; PIS: 209.7051721-6)**, a proceder junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ao LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS DE FGTS da conta vinculada de sua titularidade, referente ao contrato mantido com **SIMOES E SIMOES LTDA - ME -** CNPJ: 14.576.942/0001-27 **(**admissão: 01/09/2015; saída: 04/05/2016), independentemente de discrepância na data de cadastro no sistema do FGTS;

II - Atualizem-se os cálculos com a inclusão dos valores referentes ao FGTS do período laborado, deduzido o valor depositado;

III - Solicitem-se informações da r. 2ª VTBV acerca da existência de crédito passível de transferência para a presente execução;

IV - Por fim, aguarde-se o final do sobrestamento;

Exp. nec.

Assinatura

BOA VISTA, 27 de Setembro de 2019

RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000611-93.2019.5.11.0053

AUTOR	LEILIANE DA CONCEICAO MATOS
ADVOGADO	FABIANO OLIVEIRA DA MOTA(OAB: 1737/RR)
RÉU	ESTADO DE RORAIMA
RÉU	IMPORTACAO E EXPORTACAO COMETA LTDA - EPP
ADVOGADO	MIRLA KELLEN MENDES NUNES(OAB: 1997/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEILIANE DA CONCEICAO MATOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

CERTIFICO que, de ordem do Exmo. Sr. **Raimundo Paulino Cavalcante Filho**, Juiz do Trabalho Titular da 3ª VTBV, procedo à RETIFICAÇÃO da **Decisão-Alvará id n. 801cf0b**, (anexa), tendo em vista que houve erro na digitação da data de admissão da reclamante.

Portanto, onde se lê: "22/02/2017"; leia-se: **"22/12/2017"**

O referido é verdade. Dou fé.

BOA VISTA/RR, 30 de setembro de 2019.

Decisão

Processo Nº ATSum-0001590-60.2016.5.11.0053

AUTOR	MEIRIELEN OLIVEIRA DA COSTA
ADVOGADO	CYRO DE BARROS SILVA(OAB: 1185/RR)
RÉU	C. DOS R. LIMA - ME
RÉU	CRISTINA DOS REIS LIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- MEIRIELEN OLIVEIRA DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CERTIDÃO

Certifico que os valores constantes na conta judicial no id. f2ec6f7 são oriundos Tribunal de Justiça do Estado de Roraima face a arrematação do veículo de placas NAX2178 consoante Auto de Arrematação no id. 2da4e6e.

Luiz Eduardo da Cruz

Diretor de Secretaria

DECISÃO-ALVARÁ PJe - JT

Vistos, etc.

1. Ante o teor da certidão supra, retire-se a restrição do veículo de placas NAX2178 junto ao sistema RENAJUD;

2. Ato contínuo, oficie-se o **E. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, via malote digital, sobre a exclusão da restrição;

3. Por fim, dá-se a presente decisão força de alvará, autorizando o **Banco do Brasil S/A** a proceder ao levantamento da quantia de **R$3.100,00 (três mil e cem reais), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta judicial de n. 3800105158189,** em favor do advogado da exeqüente, **Dr. CYRO DE BARROS SILVA - CPF: 294.642.691-20 - OAB: RR1185, cujo saque deverá ser realizado pelo(a) referido(a) advogado(a) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, sob pena de perda**

de validade do presente alvará;

4. Por fim, aguarde-se o final do sobrestamento;

Exp. nec.

Assinatura

BOA VISTA, 12 de Setembro de 2019

RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO

Juiz(a) do Trabalho Titular

1ª Vara do Trabalho de Tefé

Edital

Edital

Processo Nº ATSum-0000781-34.2018.5.11.0301

AUTOR	ANDRE ALVES NOGUEIRA
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Tefé-AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(a) RECLAMADA: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte decisão:

Fica Vossa Senhoria notificada para, querendo, e no prazo legal, contraminutar o recurso interposto.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DJe11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA MARECHAL HERMES, Nº 615 - CENTRO - TEFE/AM - 69550041

DADO E PASSADO nesta cidade de TEFE-AM, em 26 de setembro de 2019. Eu, AZENIR DO CARMO MELO DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA, subscrevi.

O Juiz:

Edital

Processo Nº ATSum-0000803-92.2018.5.11.0301

AUTOR	EDMILSON BRITO DE QUEIROZ
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
ADVOGADO	DANIEL ALVES DOS SANTOS(OAB: 141865/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Tefé-AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(a) RECLAMADA: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte decisão:

Vistos etc.

Considerando a manifestação da Litisconsorte(Id.7e45ba9), homologa-se a desistência do recurso ordinário para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Em face do ocorrido, denego seguimento ao recurso adesivo do reclamante.

Dê-se ciência as partes.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DJe11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA MARECHAL HERMES, Nº 615 - CENTRO - TEFE/AM - 69550041

DADO E PASSADO nesta cidade de TEFE-AM, em 27 de setembro de 2019. Eu, AZENIR DO CARMO MELO DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA, subscrevi.

O Juiz:

Edital

Processo Nº ATSum-0000794-33.2018.5.11.0301

AUTOR	ANDERSON DO NASCIMENTO FERREIRA
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)

ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Tefé-AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(a) RECLAMADA: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte decisão:

Fica Vossa Senhoria notificada para, querendo, e no prazo legal, contraminutar o recurso interposto.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DJe11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA MARECHAL HERMES, Nº 615 - CENTRO - TEFE/AM - 69550041

DADO E PASSADO nesta cidade de TEFE-AM, em 26 de setembro de 2019. Eu, AZENIR DO CARMO MELO DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA, subscrevi.

O Juiz:

Edital

Processo Nº ATSum-0000807-32.2018.5.11.0301

AUTOR	RONES BRAZ SECUNDINO
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
ADVOGADO	DANIEL ALVES DOS SANTOS(OAB: 141865/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Tefé-AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(a) RECLAMADA: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte decisão:

Vistos etc.

Considerando a manifestação da Litisconsorte(Id.7e45ba9), homologa-se a desistência do recurso ordinário para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Em face do ocorrido, denego seguimento ao recurso adesivo do reclamante.

Dê-se ciência as partes.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DJe11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA MARECHAL HERMES, Nº 615 - CENTRO - TEFE/AM - 69550041

DADO E PASSADO nesta cidade de TEFE-AM, em 27 de setembro de 2019. Eu, AZENIR DO CARMO MELO DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA, subscrevi.

O Juiz:

Edital

Processo Nº ATSum-0000804-77.2018.5.11.0301

AUTOR	DAVI VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	LUIZ CLAUDIO CRUZ DA SILVA(OAB: 6906/AM)
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	MARCIO LUIZ SORDI(OAB: 52670/SP)
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Tefé-AM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO(a) RECLAMADA: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte decisão:

Vistos etc.

Considerando a manifestação da Litisconsorte(Id.7e45ba9), homologa-se a desistência do recurso ordinário para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Em face do ocorrido, denego seguimento ao recurso adesivo do reclamante.

Dê-se ciência as partes.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DJe11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA MARECHAL HERMES, Nº 615 - CENTRO - TEFE/AM - 69550041

DADO E PASSADO nesta cidade de TEFE-AM, em 27 de setembro de 2019. Eu, AZENIR DO CARMO MELO DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA, subscrevi.

O Juiz:

Notificação

Notificação

Processo Nº ATSum-0000790-59.2019.5.11.0301

AUTOR	JHONATHAN JHONSON MONTEIRO SILVA
ADVOGADO	DANIELA PINHO LUPIM(OAB: 87140/RS)
RÉU	RJ ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Intimado(s)/Citado(s):

- JHONATHAN JHONSON MONTEIRO SILVA

MM. 1ª Vara do Trabalho de Tefé

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO ADVOGADO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0000790-59.2019.5.11.0301

Reclam JHONATHAN JHONSON MONTEIRO SILVA#

Reclam RJ ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e outros

Audiên 23/10/2019 08:40

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 23/10/2019 08:40, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das tesemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Tefé, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 27 de Setembro de 2019.

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000025-25.2018.5.11.0301

AUTOR	ALMIR AMANCIO FERREIRA
ADVOGADO	GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR(OAB: 28669/CE)
RÉU	MUNICIPIO DE FONTE BOA
ADVOGADO	RODRIGO MENDES LASMAR(OAB: 12480/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMIR AMANCIO FERREIRA
- MUNICIPIO DE FONTE BOA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Considerando a manifestação do executado Id 2b06540, na qual se vale do art. 916 do NCPC, para requerer o parcelamento da conciliação, determino:

1. Em face do pagamento efetuado no valor de R$ 2.651,66, em favor da parte exequente, equivalente a 30% do valor da condenação Id. 5d5bfad, este Juízo homologa o acordo nos termos propostos determinando que o valor de R$ 6.187,22, sejam pagos em 06 parcelas no valor de R$ 1.031,20, que serão pagas nas seguintes datas: 30.9; 30.10; 29.11; 18.12.2019; 30.1 e 28.2.2020 ,pena de bloqueio imediato;

2. Diante do pagamento de cada parcela, libere-se imediatamente o valor depositado em favor do exequente, notificando-os para tomar ciência do ocorrido e das parcelas a serem pagas, após o cumprimento integral do acordo, inexistindo quaisquer pendências, arquive-se o processo.

3. Dê-se ciência as partes, via sistema.

Assinatura

TEFE, 27 de Setembro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATSum-0000881-23.2017.5.11.0301

AUTOR	NATALINO ASSIS OLIVEIRA
ADVOGADO	GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR(OAB: 28669/CE)
RÉU	MUNICIPIO DE FONTE BOA
ADVOGADO	MARCOS PAULO MOURA LUZ(OAB: 10868/AM)
ADVOGADO	RODRIGO MENDES LASMAR(OAB: 12480/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE FONTE BOA
- NATALINO ASSIS OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Considerando a manifestação do executado Id 59c8989, na qual se vale do art. 916 do NCPC, para requerer o parcelamento da conciliação, determino:

1. Em face do pagamento efetuado no valor de R$ 1.536,00, em favor da parte exequente, equivalente a 30% do valor da condenação Id. 0e27ef7, este Juízo homologa o acordo nos termos propostos determinando que o valor de R$ 3.584,00, sejam pagos em 06 parcelas no valor de R$ 597,33, que serão pagas nas seguintes datas: 30.9; 30.10; 29.11; 18.12.2019; 30.1 e 28.2.2020 ,pena de bloqueio imediato;

2. Diante do pagamento de cada parcela, libere-se imediatamente o valor depositado em favor do exequente, notificando-os para tomar ciência do ocorrido e das parcelas a serem pagas, após o cumprimento integral do acordo, inexistindo quaisquer pendências, arquive-se o processo.

3. Dê-se ciência as partes, via sistema.

Assinatura

TEFE, 27 de Setembro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000024-40.2018.5.11.0301

AUTOR	SEVERINO JOSE COELHO
ADVOGADO	GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR(OAB: 28669/CE)
RÉU	MUNICIPIO DE FONTE BOA
ADVOGADO	RODRIGO MENDES LASMAR(OAB: 12480/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE FONTE BOA
- SEVERINO JOSE COELHO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Considerando a manifestação do executado Id b4dbae6, na qual se vale do art. 916 do NCPC, para requerer o parcelamento da conciliação, determino:

1. Em face do pagamento efetuado no valor de R$ 2.258,78, em favor da parte exequente, equivalente a 30% do valor da condenação Id. b94e9a0, este Juízo homologa o acordo nos termos propostos determinando que o valor de R$ 5.270,49, sejam pagos em 06 parcelas no valor de R$ 878,41, que serão pagas nas seguintes datas: 30.9; 30.10; 29.11; 18.12.2019; 30.1 e 28.2.2020 ,pena de bloqueio imediato;

2. Diante do pagamento de cada parcela, libere-se imediatamente o valor depositado em favor do exequente, notificando-os para tomar ciência do ocorrido e das parcelas a serem pagas, após o cumprimento integral do acordo, inexistindo quaisquer pendências, arquive-se o processo.

3. Dê-se ciência as partes, via sistema.

Assinatura

TEFE, 27 de Setembro de 2019

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº Oposic-0000652-92.2019.5.11.0301

OPOENTE	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)
OPOSTO	JUNIOR XAVIER ARAUJO
TERCEIRO INTERESSADO	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA

Vistos, etc.

Verifico que autor ajuizou oposição requerendo o reconhecimento de grupo econômico entre a reclamada da ação principal e uma terceira empresa com vistas a arrestar cautelarmente os bens daquelas para garantir a execução daquele processo uma vez que também foi condenado, porém, subsidiariamente.

Segundo o art. 682 do CPC, a oposição visa, in verbis:

Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Claramente o caso dos presentes autos não se coaduna com a hipótese prevista no artigo, uma vez que se trata de processo - o principal - já sentenciado, sem que o litisconsorte tenha nenhuma pretensão sobre direito ou coisa lá discutida, pelo contrário, visa não sofrer as consequências patrimoniais decorrente da execução com vistas à obtenção do direito do reclamante do processo principal. Assim, não há como falar em interesse processual.

Ademais, como se trata de grupo econômico e sócios, e, sendo a autora condenada apenas subsidiariamente, poderá, na fase de execução nos autos principais, indicar as empresas que compõe o grupo citado, o que poderá ser objeto de prova na execução, uma vez que não necessitam constar do título executivo desde o conhecimento para que seus bens sejam atingidos, sendo aplicável ao caso a Súmula 129 do C. TST que entende o grupo econômico como empregador único.

Pelo exposto, indefiro a inicial e JULGO EXTINTO, por SENTENÇA, o processo, sem resolução do mérito, na forma dos artigos 485, I c/c VI, do CPC e determino o **ARQUIVAMENTO** dos presentes autos.

Considerando que a inicial não apresenta valor da causa, cumpre ao juízo arbitrá-la, o que o faz no valor de R$25.000,00.

Custas pela autora, calculadas sobre o valor da ação arbitrado em R$25.000,00, no importe de R$500,00.

Notifique-se o autor.

ARQUIVEM-SE os autos do processo.

Assinatura

TEFE, 2 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000560-17.2019.5.11.0301

AUTOR	HELTON RAMOS DE SOUSA
RÉU	MUNICIPIO DE JUTAI

ADVOGADO NATÁLIA DI PAULA ARAÚJO DE AQUINO(OAB: 8177/AM)

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICIPIO DE JUTAI

1ª VARA DO TRABALHO DE TEFÉ

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0000560-17.2019.5.11.0301

Em 26 de setembro de 2019, na sala de sessões da 1ª VARA DO TRABALHO DE TEFÉ/AM, sob a direção do Exmo(a). Juiz EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, realizou-se audiência relativa a Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0000560-17.2019.5.11.0301 ajuizada por HELTON RAMOS DE SOUSA em face de MUNICIPIO DE JUTAI.

Às 09h33min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o reclamante pessoalmente.

Ausente o reclamado que no entanto, juntou contestação escrita no autos.

O Juízo recebe a exceção de competência arguida na defesa como preliminar de mérito, considerando que se trata de caso de competência absoluta, em razão da matéria.

Alçada fixada no valor liquido da inicial.

Diante da natureza da matéria, eminentemente de direito, com a presença ainda de elementos suficientes para a formação do convencimento, decide-se por dispensar o depoimento do reclamante e a produção de outras provas, declarando-se encerrada a instrução processual.

ALEGAÇÕES FINAIS REMISSIVAS PELO RECLAMANTE.

PREJUDICADA A SEGUNDA PROPOSTA CONCILIATÓRIA.

Passo o Juízo a decidir.

Vistos etc.

Pretende o(a) reclamante que o reclamado seja condenado a lhe pagar verbas rescisórias decorrentes da dispensa imotivada. Sustenta que trabalhou para o reclamado no período de 3.1.2017 a 31.5.2019, exercendo a função de Soldador, sendo dispensado(a) sem justa e sem nada receber a título de indenização.

O reclamado apresentou contestação arguindo exceção de incompetência, recebida pelo Juízo como preliminar de mérito, considerando que se trata incompetência absoluta, em razão da matéria.

Em face da natureza da causa, foi dispensado o depoimento do reclamante.

Foram apresentadas razões finais e recusadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

Decido.

Da competência da Justiça do Trabalho para a causa

Na Justiça do Trabalho, a competência *ratione materiae* é definida no momento da propositura da ação (art. 43 do NCPC c/c 769 da CLT), pelo pedido e causa de pedir, a partir da qual é aferida, *in status assertionis*, a natureza da relação jurídica material deduzida em juízo, à luz da exegese lógico-sistemática do art. 114 da CF/88.

In casu, o autor está pleiteando direitos que decorrem de um suposto contrato de trabalho, tais como verbas rescisórias, FGTS, recolhimentos previdenciários e outros encargos de natureza semelhante, sendo que nada foi pleiteado com base no regime especial temporário, ficando assim descaracterizada a competência da Justiça Comum e reconhecida a competência desta Justiça do Trabalho para julgar a causa suscitada nos autos.

Fica ainda evidente a realidade de relação contratual nula com o Poder Público Municipal, desde o nascedouro, por inobservância do art. 37, II, da CF/88. Foi, na prática, uma avença de trabalho "genérica", a qual importa a afirmação da competência da Justiça do Trabalho (art. 114, I, da Constituição Federal).

Vale ainda ressaltar que, da análise dos autos, verifica-se que a administração pública municipal se valeu da contratação temporária

por longos anos, desvirtuando-se, dessa forma, os requisitos da contratação temporária e de caráter excepcional pela referida lei e afrontando, ainda, a regra constitucional de provimento de cargos públicos mediante concurso público. Sendo assim, diante do desvirtuamento do contrato de trabalho, incabível a transferência à Justiça Comum de controvérsia que apenas sob o aspecto formal é regido por lei especial. Saliento que não há nos autos prova alguma da existência do vínculo estatutário ou mesmo administrativo, não se desincumbindo desse ônus o reclamado, limitando-se a fazer vagas asseverações.

Destaco que, no caso em concreto, não há afronta à autoridade do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.395 MC, em se considerar esta Justiça do Trabalho competente para o julgamento da demanda, pois a autora não se vinculou ao Poder Público Municipal por meio de regime jurídico-administrativo válido.

Ora, não se pode aplicar de forma generalizada a decisão proferida pelo STF na ADI 3395-DF, afastando a competência da Justiça do Trabalho para dirimir qualquer causa que envolva Estado e trabalhador, visto que a liminar tão somente excluiu de sua apreciação os vínculos de natureza estatutária ou jurídico-administrativo, que não se vislumbra na espécie.

E sendo incontroverso que houve a efetiva prestação do serviço ao longo do período indicado na inicial, e não tendo a nulidade o efeito de retornar as partes ao status quo ante, uma vez que o trabalho é insuscetível de devolução, deve o servidor receber os salários e os depósitos fundiários. A Súmula nº 363 do TST é clara ao dispor:

CONTRATO NULO. EFEITOS.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de hora trabalhada, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Ou seja, apesar de nulo o contrato, a Súmula 363 do TST, expressamente reconhece que são devidos os salários e depósitos fundiários do período laboral, pois evidente que não pagar pela força de trabalho implicaria em enriquecimento sem causa da administração pública, o que é repudiado pelo ordenamento jurídico.

A Lei 8.036/90 também consagra direito eminentemente trabalhista à contratação nula. Observe-se:

Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. (Incluído pela MPV 2.164-41, de 24.8.2001).

Contudo, com base primado constitucional da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, não há como se admitir a restrição dos direitos trabalhistas apenas ao salário e ao FGTS. Pois, o artigo 182 do Código Civil, aplicado subsidiariamente, dispõe que:

"Art. 182. anulado o negócio jurídico, restituir-se-ao as partes ao estado em que antes dele se achavam e, não sendo possível restitui-las, serão indenizadas com o equivalente".

No presente caso, o valor devido ao trabalhador dispensado será equivalente ao seu salário, proporcionais de férias + 1/3, e o depósito do FGTS, sob pena de se descumprir a lei por não se indenizar o equivalente. Ora, negar ao obreiro todos os direitos previstos em lei seria reconhecer uma simples locação de serviço na prestação (*locatio conductio operarum*), afrontando o valor social do trabalho.

Assim, com respaldo no acima fundamentado, e não havendo controvérsia sobre o período do contrato e sobre a sua extinção sem justa causa, julgo procedente em parte o pedido para o fim de condenar o reclamante tem direito a receber do reclamado as parcelas décimo terceiro, férias vencidas + proporcionais + 1/3 constitucional, FGTS e salário retido nos exatos valores liquidados na inicial.

DISPOSITIVO

Por estes fundamentos, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na presente Reclamação Trabalhista, para o fim de condenar o reclamado MUNICÍPIO DE JUTAÍ a pagar ao reclamante HELTON RAMOS DE SOUSA a quantia de R$21.773,78, a título de décimo terceiro, férias vencidas + proporcionais + 1/3 constitucional, FGTS e salário retido. Tudo nos termos da fundamentação. Custas pelo

reclamado, no valor de R$435,47 do que fica isento, considerando o que prevê o art. 790-A, I, da CLT. Intimem-se o reclamado.

EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO

Juiz do Trabalho

Ata redigida por ELINEIDE SANTOS DE VASCONCELOS, Secretário(a) de Audiência.

1ª Vara do Trabalho de Coari

Edital

Edital

Processo Nº ATSum-0000382-24.2019.5.11.0251

AUTOR	ELIVAN REIS DE MEDEIROS
ADVOGADO	ELISSANDRO DE SOUZA PORTELA(OAB: 5252/AM)
RÉU	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

1ª Vara do Trabalho de Coari

Rua 2 de Dezembro, 348 - Centro - Coari/AM - 69460-000

Processo:	0000382-24.2019.5.11.0251
Reclamante:	ELIVAN REIS DE MEDEIROS
Reclamada:	GEOKINETICS GEOPHYSICAL
Audiência:	08/11/2019 08:30

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA INAUGURAL

A Doutora SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Coari, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO o Sr(a). RÉU: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, de que tramita eletronicamente em seu desfavor (Resolução nº 94/CSJT de 23 março de 2012) reclamação trabalhista tombada sob nº. 0000382-24.2019.5.11.0251, cuja petição inicial e documentos poderão ser acessados via internet: http://www.csjt.jus.br/vt-trt11. Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá

comparecer no Forum Trabalhista de COARI(endereço acima) para ter acesso a eles ou receber orientações em um dos postos de atendimento do PJe.

V. S.ª deverá comparecer à audiência designada para o dia 08/11/2019 08:30h, pessoalmente ou representado(a) por preposto habilitado (art. 843, parágrafo 1º, da CLT - no caso de pessoa jurídica), para prestar depoimento, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 844 da CLT), bem como para apresentar, querendo, até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Quando se tratar de pessoa jurídica e o objeto da reclamação versar sobre pedido relacionado às condições ambientais de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, apresentar o PCMS0 - programa de controle médico de saúde ocupacional e o PPRA - programa de proteção de riscos ambientais, bem como laudos periciais realizados nas dependências da empresa ou local de trabalho do reclamante, sob as penas previstas no art. 359 do CPC. Se o objeto da reclamação versar sobre pedido de horas extras, deverá apresentar prova do número de trabalhadores empregados; controles de ponto (manual ou eletrônico) que possuir e comprovantes de pagamento, sob as penas previstas no art. 359 do CPC.

Apresentar ao Juízo, no caso de pessoa jurídica, registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do cadastro nacional de pessoas físicas (CPF), cadastro específico do INSS (CEI), conforme o Provimento 05/2003 da corregedoria geral da Justiça do Trabalho, dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual.

A defesa deverá ser efetuada via peticionamento eletrônico, no sistema PJe e antes da realização da audiência (art. 22 da Resolução nº 94/CSJT), ou apresentada oralmente em audiência na forma do art. 847 da CLT. Os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até zero hora do dia da audiência.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária no mínimo uma hora antes da audiência para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento. (ver resolução)

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Coari, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012 e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

Dado e passado nesta cidade de Coari-AM, 2019-09-30. Eu, ANA CREUZA FERNANDES DANTAS, Servidor Judicial, lavrei o presente.

A Juíza:

SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA

Juíza Titular da Vara do Trabalho de Coari

Documento assinado eletronicamente

Edital

Processo Nº ATOrd-0000140-80.2010.5.11.0251

AUTOR	SAMUEL MARINHO DE CARVALHO
RÉU	MUNICIPIO DE CODAJAS
RÉU	L. M. CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- SAMUEL MARINHO DE CARVALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE COARI

PROCESSO: 0000140-80.2010.5.11.0251

EXEQUENTE: AUTOR: SAMUEL MARINHO DE CARVALHO

EXECUTADO: RÉU: L. M. CONSTRUCOES LTDA - ME, MUNICIPIO DE CODAJAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Doutora SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Coari, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO: SAMUEL MARINHO DE CARVALHO, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO, cujo teor segue abaixo transcrito:

Intime-se o exequente para que apresente contraminuta aos embargos à execução. Após, conclusos./ldsc

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito desta MM. Vara do Trabalho de Coari, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Dado e passado nesta cidade de Coari-AM, 30 de Setembro de 2019. Eu, ANA CREUZA FERNANDES DANTAS, Servidor Judicial, lavrei o presente.

A Juíza:

SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA

Juíza Titular da Vara do Trabalho de Coari

Documento assinado eletronicamente

Notificação

Despacho

Processo Nº ATAlc-0000215-07.2019.5.11.0251

AUTOR	JEAN CARLOS DE SOUZA MORAES
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
ADVOGADO	VITOR SANTOS DE MENDONCA(OAB: 182812/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- ROSNEFT BRASIL E&P LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM FORÇA DE ALVARÁ

PARA SAQUE DO FGTS

Considerando os termos da sentença de id 5318c0b, **determina-se:** O imediato levantamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS do reclamante **JEAN CARLOS DE SOUZA MORAES - CPF: 715.982.512-87**, PIS/NIT nº 160.41520.32-3, CTPS nº 3041533, Série nº 00060-AM, referente ao contrato mantido com GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.438.759/0001-74D A VIANA & SILVA LTDA - CNPJ: 11.845.209/0001-72, no período de 1º de dezembro de 2017 a 30 de agosto de 2018, conferindo a este despacho **força de ALVARÁ JUDICIAL para esse levantamento diretamente na Caixa Econômica Federal - CEF** dos valores depositados, devendo o reclamante depositar na Secretaria da Vara o comprovante de saque, no prazo de 48 horas, valendo o silêncio como recebido.
a) Deverá a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor.
b) Dispensada a apresentação pelo beneficiário de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, podendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "http://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento.
Após o cumprimento destas determinações, e em não havendo pendências, arquivem-se os autos. /rlcls

Assinatura

COARI, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000018-52.2019.5.11.0251

AUTOR	EDENILSON REIS DE CASTRO
RÉU	PISO X ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	WERINGTON ROGER RAMELLA(OAB: 206291/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PISO X ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO COM FORÇA DE ALVARÁ

PARA TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITO JUDICIAL - PJe-JT

Considerando determinação judicial e petição pela reclamada, confere-se a este despacho **FORÇA DE MANDADO JUDICIAL**, a ser cumprido pelo Senhor Oficial de Justiça, para **determinar** ao **Banco do Brasil, que proceda:**

A **transferência** da quantia de **R$9.513,16** (nove mil, quinhentos e treze reais e dezesseis centavos) **mais juros e correção monetária (total existente)**, depositada na **conta judicial nº 3.000.122.479.502,** em favor do Doutor **WERINGTON ROGER RAMELLA** - OAB/SP 206.291 - **CPF: 175.554.288-73**, patrono da reclamada, para a **conta corrente nº 5190-X, Agência 5903-X, do Banco do Brasil**.

Deverá a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor.

Dispensada a apresentação pelo beneficiário de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, podendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "http://pje.trt11.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento.

Após cumpridas a determina supra, remetam-se os autos ao arquivo provisório. /rlcls

Assinatura

COARI, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000408-61.2015.5.11.0251

AUTOR	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	LUIZ OTAVIO VERCOSA CHA(OAB: 148931/RJ)
RÉU	PLATAFORMA ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA
ADVOGADO	FLAVIO SIMOES DA SILVA SOBRINHO(OAB: 3444/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PLATAFORMA ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Cite-se a executada, para que no prazo de 48 horas, pague ou garanta à execução, sob pena de penhora./ldsc

Assinatura

COARI, 27 de Setembro de 2019

ADRIANA LIMA DE QUEIROZ

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATSum-0000382-24.2019.5.11.0251

AUTOR	ELIVAN REIS DE MEDEIROS
ADVOGADO	ELISSANDRO DE SOUZA PORTELA(OAB: 5252/AM)
RÉU	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
RÉU	ROSNEFT BRASIL E&P LTDA
RÉU	GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIVAN REIS DE MEDEIROS

PROCESSO: 0000382-24.2019.5.11.0251

EXEQUENTE: AUTOR: ELIVAN REIS DE MEDEIROS

Advogado(s) do reclamante: ELISSANDRO DE SOUZA PORTELA

EXECUTADO: RÉU: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, ROSNEFT BRASIL E&P LTDA, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 08/11/2019 08:30h

Fica o Reclamante, acima especificado(s), por meio de seu(s) patrono(s), notificado(s) de que deverá comparecer à audiência a ser realizada no dia 08/11/2019 08:30, na sala de audiência deste Juízo localizada na rua 2 de Dezembro, n. 348, Centro, Coari - AM, CEP 69460-000.

Coari, 30 de Setembro de 2019

ANA CREUZA FERNANDES DANTAS

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

1ª Vara do Trabalho de Manacapurú

Edital

Edital

Processo Nº ATSum-0000217-64.2018.5.11.0201

AUTOR	FRANCISCO DOS SANTOS FILHO
RÉU	JORGE ALVES DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- JORGE ALVES DO NASCIMENTO

EDITAL DE CITAÇÃO

O JUIZ da VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADO **JORGE ALVES DO NASCIMENTO " Pastor Zedequias**" atualmente em local incerto e não sabido, para pagar ou garantir a execução, em 48 horas no importe de R$10.067,52, sob pena de prosseguimento dos atos executórios.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DEJT11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, RUA CAROLINA FERNANDES, 382 - TERRA PRETA - MANACAPURU/AM.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANACAPURU/AM., Eu, Lucimeire Storti Gobi, tec. Judiciário, digitei o presente, indo conferido pela Diretora de Secretaria.

Notificação

Sentença

Processo Nº ATOrd-0010048-78.2014.5.11.0201

AUTOR	ELSON DA SILVA FIGUEIREDO
ADVOGADO	SABRINA LARISSA DE SOUZA MACHADO(OAB: 7061/AM)
RÉU	A S C BATISTA & CIA LTDA
ADVOGADO	SAULO GRANA DE MENEZES(OAB: 2408/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A S C BATISTA & CIA LTDA
- ELSON DA SILVA FIGUEIREDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

SENTENÇA EM EXECUÇÃO

1. RELATÓRIO

A S C BATISTA & CIA LTDA, opôs exceção de pré-executividade

(Id. a1422d0), em 20.6.2018, e, em 18.11.2018, embargos executórios (ID-90eb36f), alegando, dentre outras coisas, nulidade de notificação em fase de conhecimento, e falta de citação para execução. Pede a nulidade das notificações iniciais, com anulação da sentença e reabertura de prazo para instrução, e nulidade da citação para execução, com anulação dos atos posteriormente praticados.

Tempestivos os Embargos, em referência à notificação ID-7744d893.

Intimado, o embargado, manifestou-se no Id-f03c9fe, pugnando pelo não conhecimento dos embargos, uma vez que não houve comprovação da garantia da execução, conforme disposto no art. 884, *caput*, da CLT, ausente os pressupostos de admissibilidade da medida. Quanto à citação, o embargado alega a validade da citação que, aliás, ocorrera nos dois endereços da reclamada, ora embargante, indicados na petição inicial: em Manaus, por AR (ID. 1b16c4) e em Manacapuru, mediante mandado citatório entregue por Oficial de Justiça (ID. 51d56fa).

Evidenciada a desnecessidade de dilação probatória, passei ao julgamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Com fundamento no princípio da economia processual, as duas medidas judiciais (exceção de pré-executividade e os embargos de execução) serão apreciadas em conjunto, por tratar dos mesmos pedidos e impugnações, sendo a executada, nesta decisão judicial, A S C BATISTA & CIA LTDA formalmente tratada como embargante.

2.a. Da citação - Exceção de Pré-Executividade

É a primeira vez que a embargante se manifesta, nos autos, utilizando-se da prerrogativa expressa no art. 795 da CLT.

Segundo o disposto no art. 769 da CLT, c/c o art. 242, § 1º, do CPC:

na ausência do citando, a citação será feita na pessoa de seu mandatário, administrador, preposto ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

Segundo o disposto no art. 1.171 do Código Civil, a entrega de quaisquer papéis (inclusive a citação) aos prepostos das empresas se aperfeiçoa com a simples entrega, salvo se houver protesto.

Ora, no momento da citação (ID. 51d56fa e ID. 1b1b6c4), realizada nos dois estabelecimentos comerciais da reclamada, segundo a petição inicial e documentos (ID. 1995770), o ato processual foi regularmente cumprido, não havendo falar em ausência de citação ou citação irregular.

O próprio embargante, em suas razões e nos documentos juntados (ID. 103d496), comprova que o estabelecimento comercial era localizado na Estrada de Novo Airão, s/n, KM 29, local da entrega da citação pelo oficial de justiça (ID. 51d56fa).

Importante destacar, por fim, que os atos praticados pelos servidores públicos gozam de fé pública, de acordo com o disposto no art. 149 do CPC, na qualidade de auxiliar da Justiça. Não obstante as alegações do embargante, não há nenhuma comprovação de que o oficial de justiça tenha agido de forma incorreta ou de má-fé, estando prejudicada a tentativa de dilação probatória, nesta fase processual, quanto a este aspecto.

Confirmada a validade da citação inicial, nada a reparar quanto à higidez do título executivo decorrente do trânsito em julgado da sentença de mérito (ID. 2ec35b9).

REJEITO a Exceção de Pré-Executividade, no particular.

2.b. Dos Embargos à Execução

Inicialmente, deve ser destacado que o embargante não preencheu o requisito de admissibilidade previstos no art. 884, *caput,* da CLT, uma vez que a execução não está garantida.

A citação para pagamento, prevista no art. 880, *caput*, da CLT, realizada pelo Diário Oficial Eletrônico desta Justiça do Trabalho, em 12.11.2018, foi confirmada pela própria parte embargante, nas razões de embargo (ID. 90eb36f).

A matéria discutida nestes Embargos à Execução foi anteriormente analisada, na medida em que considerada válida a citação inicial, mantida a higidez do título executivo decorrente do trânsito em julgado da sentença de mérito (ID. 2ec35b9).

NÃO CONHEÇO dos Embargos, uma vez que a Execução não está integralmente garantida, prosseguindo-se os atos executórios.

3. C O N C L U S Ã O

Pelo exposto,

REJEITO a Exceção de Pré-Executividade ajuizada por A S C BATISTA & CIA LTDA em desfavor de ELSON DA SILVA FIGUEIREDO.

NÃO CONHEÇO dos Embargos à Execução impetrados por A S C BATISTA & CIA LTDA em desfavor de ELSON DA SILVA FIGUEIREDO.

Tudo nos termos da Fundamentação.

Custas no valor de R$ 88,52, incidentes sobre ambos os recursos

(art. 789-A, V, da CLT), a serem pagos pela parte embargante.

Prossiga-se a execução, liberando-se os valores bloqueados ao exequente, após o trânsito em julgado desta decisão.

Intimem-se as partes, por intermédio dos advogados constituídos.

Assinatura

MANACAPURU, 27 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000087-11.2017.5.11.0201

AUTOR	ANTONIO PACHECO NETO
ADVOGADO	CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE(OAB: 7083/AM)
ADVOGADO	SIMEÃO DE OLIVEIRA VALENTE(OAB: 2152/AM)
ADVOGADO	PAULO EDUARDO DA SILVA TEIXEIRA(OAB: 10590/AM)
RÉU	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 598-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PACHECO NETO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

De ordem, fica os autor intimado da interposição de embargos à Execução, pelo réu, para, querendo, manifestar-se no prazo legal.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000468-58.2013.5.11.0201

AUTOR	ADRIANO VASCONCELOS DA SILVA
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	ANDRESA PUORRO
ADVOGADO	AMANDA LADEIRA BENZION(OAB: 3587/AM)
ADVOGADO	ANDREA MARQUES TELLES DE SOUZA(OAB: 3283/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO VASCONCELOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

De ordem, fica o autor intimado, reiteradamente, a comprovar o valor levantado, em 5 dias, a fim de viabilizar abatimento e apuração do valor restante, se houver

Notificação

Processo Nº ATSum-0000173-84.2014.5.11.0201

AUTOR	EMANOEL ALMEIDA DE ARAUJO
ADVOGADO	KARINA MENDES RODRIGUES(OAB: 5983/AM)
AUTOR	SIND. DOS TRAB. NAS IND DA CONST. E DO MOB. DE MANACAPURU
RÉU	CONSTRUTORA W. R. DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- EMANOEL ALMEIDA DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Intimem-se o autor para carrear aos autos comprovante do total sacado nos presentes autos, a fim de viabilizar possível atualização.

Notificação

Processo Nº ATAlc-0000004-24.2019.5.11.0201

AUTOR	ALBERTO MANOEL DE MATOS
ADVOGADO	MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0130-28
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO MANOEL DE MATOS

MM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA,

MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica o autor notificado por intermédio de sua Advogada para tomar ciência da manifestação e anexos juntados pela ré conforme ID 160633e, bem como o cumprimento do item B da Decisão Judicial ID 5692e51, no prazo de 30(trinta) dias.

Em 30 de setembro de 2019.

JAMILLE CUNHA DE OLIVEIRA COELHO

Servidora

Notificação

Processo Nº ATSum-0000586-24.2019.5.11.0201

AUTOR	SOLANGE SILVA DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO	D JANE MACIEL DE MEDEIROS(OAB: 13124/AM)
RÉU	L A CISNEROS - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- SOLANGE SILVA DOS SANTOS SOUZA

MM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA, MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia **27/11/2019 09h:12min**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Nadiane de Moura Calheiro

Servidora

Notificação

Processo Nº ATSum-0000585-39.2019.5.11.0201

AUTOR	RONALDO VIANES DA SILVA COSTA
ADVOGADO	SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS(OAB: 11988/AM)
ADVOGADO	SIDNEY JOSE VIEIRA DE SOUZA(OAB: 5798/AM)
RÉU	FRIOTRANS COMERCIO E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO VIANES DA SILVA COSTA

MM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA, MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia **27/11/2019 10h**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Nadiane de Moura Calheiro

Servidora

Notificação

Processo Nº ATSum-0000585-39.2019.5.11.0201

AUTOR	RONALDO VIANES DA SILVA COSTA
ADVOGADO	SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS(OAB: 11988/AM)
ADVOGADO	SIDNEY JOSE VIEIRA DE SOUZA(OAB: 5798/AM)
RÉU	FRIOTRANS COMERCIO E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO VIANES DA SILVA COSTA

MM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA, MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia **27/11/2019 10h**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Nadiane de Moura Calheiro

Servidora

Notificação

Processo Nº ATSum-0000588-91.2019.5.11.0201

AUTOR	JUCILEIDE REIS DE VASCONCELOS
ADVOGADO	D JANE MACIEL DE MEDEIROS(OAB: 13124/AM)
RÉU	L A CISNEROS - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- JUCILEIDE REIS DE VASCONCELOS

MM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA, MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

NOTIFICAÇÃO - Processo PJe-JT

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia **27/11/2019 09:00h**, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Manacapuru, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

Nadiane de Moura Calheiro

Servidora

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000544-77.2016.5.11.0201

AUTOR	ROCINEI BELEZA DOS SANTOS
ADVOGADO	ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO(OAB: 2926/AM)
RÉU	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IRANDUBA-SAAE

Intimado(s)/Citado(s):

- ROCINEI BELEZA DOS SANTOS

NOTIFICAÇÃO A(O) ADVOGADA(O) DA(O) RECLAMANTE

PROC.N-0000544-77-2016-5-11-0201

RECLAMANTE: ROCINEI BELEZA DOS SANTOS

RECLAMADO; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IRANDUBA-SAAE

Fica Vossa Senhoria notificada(o), Doutor(a) **ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO,** que já encontra-se disponível junto ao Sistema Pje-JT, Alvará Judicial, para levantamento no prazo de 05 (cinco) dias. Deverá comprovar o levantamento da quantias, no prazo de 05 (cinco) dias.

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000096-36.2018.5.11.0201

AUTOR	WLYSSES FRANCO MACEDO
RÉU	MUNICIPIO DE MANACAPURU
ADVOGADO	VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES(OAB: 8573/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE MANACAPURU

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA,

MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0000096-36.2018.5.11.0201

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: WLYSSES FRANCO MACEDO

RÉU: MUNICIPIO DE MANACAPURU

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que houve erro material na Ata de Audiência ID [e092f44], uma vez que o valor correto do crédito do reclamante é R$ 3.650,03 conforme Planilha de Cálculos ID [9bdfc6d].

É o que me cumpre certificar.

JAMILLE CUNHA DE OLIVEIRA COELHO

Servidor da Justiça do Trabalho

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, retifique-se o acordo nos seguintes termos:

onde se lê,

O executado pagará ao exequente a importância líquida e total de R$ 5.135,34 até o dia 15/04/2020,

Leia-se:

O executado pagará ao exequente a importância líquida e total de R$ 3.650,03 até o dia 15/04/2020,

Notifiquem-se as Partes.

MANACAPURU, 25 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz do Trabalho na Titularidade da VT/ Manacapuru

MANACAPURU, 25 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000306-24.2017.5.11.0201

AUTOR	ISAAC SOBREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	EDSON DE OLIVEIRA(OAB: 480/AM)
ADVOGADO	PRISCILA PACHECO FERREIRA(OAB: 5364/AM)
RÉU	CERAMICA BELA VISTA LTDA - EPP
RÉU	RUBIMAR LEAO PIMENTEL
RÉU	ROBSON LEAO PIMENTEL
RÉU	RUBENILSON LEAO PIMENTEL

Intimado(s)/Citado(s):

- ISAAC SOBREIRA DE OLIVEIRA

NOTIFICAÇÃO A(O) ADVOGADA(O) DA(O) RECLAMANTE

PROC.N-0000306-24-2017-5-11-0201

RECLAMANTE: ISAAC SOBREIRA DE OLIVEIRA

RECLAMADO:CERÂMICA BELA VISTA LTDA. -EPP

Fica Vossa Senhoria notificada(o), Doutor(a) **PRISCILA PACHECO FERREIRA - OAB: AM-5364, para que indique no prazo de 08 (oito) dias, bens suscetíveis de penhora ou requeira o que entender eficaz, para levar a execução a bom termo.**

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001687-67.2017.5.11.0201

AUTOR	IRAILTON PEREIRA FIGUEIREDO
RÉU	CONSTRUTORA RENOVA LTDA - EPP
RÉU	MUNICIPIO DE MANACAPURU
ADVOGADO	VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES(OAB: 8573/AM)
TERCEIRO INTERESSADO	MUNICIPIO DE MANACAPURU
ADVOGADO	VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES(OAB: 8573/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE MANACAPURU

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

1ª Vara do Trabalho de Manacapuru

BECO CAROLINA FERNANDES, 382, TERRA PRETA,

MANACAPURU - AM - CEP: 69401-266

TEL.: - EMAIL:

PROCESSO: 0001687-67.2017.5.11.0201

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: IRAILTON PEREIRA FIGUEIREDO

RÉU: MUNICIPIO DE MANACAPURU e outros

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico, para os devidos fins, que houve erro material na Ata de Audiência ID [d4e0a77], uma vez que o valor correto do crédito do reclamante é R$ 4.989,96 e da contribuição do INSS é R$ 734,09, conforme Planilha de Cálculos ID [c57ac86].

É o que me cumpre certificar.

JAMILLE CUNHA DE OLIVEIRA COELHO

Servidor da Justiça do Trabalho

DESPACHO PJe-JT

Tendo em vista o teor da certidão supra, retifique-se o acordo nos seguintes termos:

onde se lê:

Do acordo o valor de R$ 6.000,00 destina-se a Reclamante, e o restante no valor de R$ 1.106,38 refere-se ao INSS.

Leia-se:

Do acordo o valor de R$ 4.989,96 destina-se ao Reclamante, e o restante no valor de R$ 734,09 refere-se ao INSS.

Notifiquem-se as Partes.

MANACAPURU, 25 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz do Trabalho na Titularidade da VT/ Manacapuru

MANACAPURU, 25 de Setembro de 2019

JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Sentença

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000920-65.2018.5.11.0016

AUTOR	IANES BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME
ADVOGADO	DANIELLE KOHASHI DA COSTA(OAB: 10059/AM)
ADVOGADO	SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA(OAB: 9879/AM)
PERITO	FATIMA SILVA BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

SENTENÇA

Trata-se de reclamação trabalhista movida por IANES BARBOSA DE SOUZA,, em face da empresa NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME., oriunda da 16ª Vara do Trabalho de Manaus, remetida a este juízo por força da r. decisão Id-a66f960, por meio da qual o MM. Juízo de declinou da sua competência para conhecer e julgar o presente feito.

O reclamante **IANES BARBOSA DE SOUZA** ajuizou a presente ação alegando, em síntese, que sofrera acidente de trabalho, enquanto prestava serviço para a reclamada, o qual o tornara inapto para o labor, razão pela qual pleiteia indenização pelos danos materiais e morais experimentados.

Em defesa, a reclamada não negou o acidente, mas afirmou que ocorreu por culpa exclusiva do reclamante. Por fim, alegou que o autor foi considerado apto para o trabalho, não tendo sofrido diminuição de sua capacidade laborativa, o que torna indevida qualquer indenização.

Em audiência, foi recusada a proposta de conciliação, tendo a reclamada ratificado os termos de sua defesa.

Foi determinada a realização de perícia médica, visando constatar a extensão dos danos físicos sofridos pelo reclamante.

Laudo pericial Id-d739af5, com manifestação das partes.

Na audiência Id-17d30e1, sem outras provas pelas partes, foi encerrada a instrução.

Razões finais, remissivas as do reclamante e prejudicadas as alegações finais da reclamada.

Frustrada a última proposta de acordo, os autos foram conclusos para este julgamento.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

DO ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

O reclamante alegou que no dia 30.12.2015, ao amolar uma faca para execução do corte da tripa do boi, teve cortado um de seus dedos da mão esquerda, ficando, em decorrência desse acidente, inapto para o trabalho.

A reclamada, refutando a pretensão autoral, de início admitiu que tenha o empregado se acidentado em seu local de trabalho. No mais, afirmou que jamais infringiu regra de proteção e segurança do trabalho e que, se ocorreu acidente, ele se deveu a culpa exclusiva do reclamante.

Analisando detidamente o que há nos autos, verifico que as partes não negam a ocorrência do acidente, restando portanto incontroversa a sua ocorrência.

Com efeito, dispõe o art. 927, "caput", do CC, "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigada a repará-lo". A responsabilidade civil fundamenta-se na existência dos elementos conduta, nexo de causalidade e dano.

Verifica-se uma clara distinção entre os danos moral e material, notadamente, diante dos efeitos da lesão. Enquanto no dano material há diminuição patrimonial, o que demanda, por conseguinte, a prova da ocorrência dos danos para seu ressarcimento, no dano moral, diante de sua extrapatrimonialidade, a doutrina fala em compensação e não reparação. Isto porque, violado um direito da personalidade, não há sua possibilidade de reparação, mas de fixação de quantum indenizatório a fim de compensá-lo.

Em outras palavras, o dano moral não atinge o patrimônio do indivíduo, mas sim o atinge como pessoa. Lesiona bens que integram os direitos da personalidade, como a honra, intimidade, imagem, nome, etc, nos termos dos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da CF.

É por isso que a doutrina contemporânea tem admitido o dano "in re ipsa":

"(...) na concepção moderna da teoria da reparação de danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificando o evento danoso, surge ipso facto, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação, emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma, é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova de prejuízo em concreto." (BITTAR, Carlos Alberto. Reparação Civil por Danos Morais. Revista dos Tribunais, no 32, 1993, p. 202).

Desta feita, comprovado o fato, desnecessário se perquirir acerca da dor ou angústia provocada. Ainda nesse contexto, assevere-se que não se exige a "prova do dano", mas sim, a prova dos fatos que

embasam a pretensão, para que o juízo avalie o potencial ofensivo.

Aliás, pode ocorrer de o autor provar todos os fatos alegados e o juízo entender que eles não ensejam a reparação postulada, dada à falta de potencial ofensivo.

Assim, a análise da questão reveste-se de irremediável cunho subjetivo.

A perícia médica concluiu que o reclamante apresentou incapacidade laboral total e temporária, somente nos períodos de licença médica de quinze dias e pelo INSS, na espécie 91, de 20/01/2016 a 30/04/2016, retornando ao labor normalmente, e sem comprovação de necessidade de reabilitação funcional até os dias atuai, não apresentando necessidade terapêutica. Concluiu ainda que há dano estético linear, de pequena extensão e bem discreto no 4º dedo da mão esquerda, associado a trauma com ferimento cortante e sem repercussão social a ser definida.

Verifico no documento juntado no ID 31ec4bf, fls. 01 e 02, que não consta na lista a entrega de luvas ao reclamante, que segundo a reclamada, foram entregues, o que contraria as alegações da reclamada de que entregou os equipamentos de segurança ao reclamante.

Visando afastá-la, a reclamada aduziu que, tratando-se de responsabilidade subjetiva, não se poderia acolher o pedido sem prova de que o sinistro ocorreu por dolo ou culpa a si atribuíveis. Insistiu que não teria sido comprovado o nexo causal entre o acidente e ato a si imputado, atribuindo ao reclamante a culpa pelo ocorrido. Por fim, alegou que o autor foi considerado apto para o trabalho, não tendo sofrido diminuição de sua capacidade laborativa, o que torna indevida qualquer indenização, menos ainda nos valores cobrados, os quais reputou absurdos.

Posta nesses termos a controvérsia, para dirimi-la deve o julgador considerar que a CF de 1988 consagrou, inicialmente, a obrigatoriedade de o empregador indenizar o empregado quando incorrer em dolo ou culpa, conforme preceitua o inciso XXVIII, do seu art 7º.

Todavia, a complexidade da vida moderna e o sem números de fatores de riscos que surgem com a evolução dos meios de produção findaram por permitir que acidentes de trabalho ficassem sem a devida reparação, em face da dificuldade do empregado em desincumbir-se de seu mister probatório.

Diante de tal constatação é que o direito, tal qual a sociedade, por não ser estanque, passou a tratar a responsabilidade civil como uma concepção social.

Com efeito, o legislador pátrio, inspirado no modelo italiano, inseriu no ordenamento jurídico pátrio o parágrafo único do art. 927 do Código Civil Brasileiro, adotando a teoria da responsabilidade objetiva, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A inovação do Código Civil é perfeitamente aplicável ao acidente de trabalho, na seara laboral, porque o caput do art. 7º da Constituição Federal, ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores, prevê que: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social", diante do que se entende que os direitos relacionados na Constituição não impedem a ampliação da melhoria da condição social do trabalhador.

Aliás, é esse o entendimento esposado pelo jurista SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA1 em obra sobre acidente de trabalho, verbis:

"Entendemos que a previsão do inciso XXVIII mencionado deve ser interpretada em harmonia com o que estabelece o caput do artigo respectivo que prevê: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Assim o rol dos direitos mencionados no art.7º da Constituição não impede que a lei ordinária amplie os existentes ou acrescente "outros que visem a melhoria da condição social do trabalhador". Como lecionada Arnaldo Sussekind, o elenco de direitos relacionados no art. 7º é meramente exemplificativo, admitindo complementação".

Portanto, a hipótese de responsabilidade objetiva, da qual se ocupa a teoria do risco, é exatamente a aplicável ao vertente caso.

Não se tem dúvida que a atividade econômica normalmente desenvolvida pela reclamada, por sua natureza, gera riscos para outrem. Aliás, para identificar o significado da expressão "por sua natureza" adoto o entendimento do Enunciado 38, aprovado na Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em 2002, in verbis:

"Enunciado 38- Art. 927. A responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade"

Destarte, o empregado que exerce a função do reclamante, laborando habitualmente com objetos cortantes, labora, inequivocamente, em atividade considerada como de risco. Afinal, o reclamante encontrava-se acima da média de riscos assumidos pelo conjunto de trabalhadores membros da coletividade, pelo que, como já asseverado, aplica-se, ao caso, a teoria da responsabilidade objetiva.

Também a propósito, convém registrar o entendimento do já citado Sebastião Geraldo de Oliveira 2, para quem "se o risco a que se expõe o trabalhador estiver acima do risco médio da coletividade em geral, caberá o deferimento da indenização, tão somente pelo exercício dessa atividade". (negritei).

Mas ainda que se admitisse ser subjetiva a responsabilidade da reclamada, melhor sorte não teria a NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME, haja vista que aflorou, de forma cristalina, o seu proceder culposo.

Com efeito, segundo a teoria subjetiva, para a caracterização do dano moral e conseqüente responsabilização, faz-se necessária a conjugação de três requisitos: a ocorrência do dano; a culpa ou o dolo do agente e o nexo de causalidade entre o dano e o ato lesivo praticado pelo ofensor. In casu, não resta dúvida que o reclamante sofreu acidente de trabalho por culpa da reclamada. Se não, vejamos.

É cediço que compete ao empregador adotar todas as medidas de segurança no local de trabalho, tanto que o artigo 7º, XXII, da Lei Fundamental arrola dentre os direitos do trabalhador a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança". Por conseguinte, cumpria à reclamada adotar medidas que garantissem ao reclamante laborar sem correr o risco de cortar ou se acidentar com objetos cortantes. Sucede que a NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME não agiu como era de se esperar.

Ora, se o reclamante se cortou e estava sem as luvas de proteção, ou ainda sem as luvas adequadas, é inevitável concluir que as medidas necessárias à redução dos riscos inerentes ao seu trabalho não foram adotadas. Ou seja, a reclamada permitiu que empregado trabalhasse com materiais cortantes, sem que estivesse munido de luvas de proteção, equipamento necessário para que o acidente fosse evitado, devendo ser dito que a fiscalização e exigência sobre o uso dos equipamentos de proteção pesam sobre a empregadora.

Também não há dúvida quanto ao dano experimentado pelo reclamante, decorrente do mencionado acidente.

Portanto, por qualquer ângulo que se queira analisar a questão, seja considerando a responsabilidade objetiva, seja à vista da responsabilidade subjetiva, a reclamada deve arcar com os danos advindos do acidente de trabalho.

2.1 - DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.

Uma vez que a expert em seu Laudo definiu que o acidente não incapacitou o reclamante para laborar, e que a recuperação foi quase que total, indefiro os pedidos de danos materiais pleiteados.

Assim manifestou a Senhora Perita sobre a análise física no autor:

"Análise física:

A semiologia física relacionada ao trauma sofrido pelo Reclamante mostrou discreta cicatriz linear, de tamanho pequeno em 4° quirodáctilo esquerdo, sem lesão da unha e sem comprometimento da capacidade cinesiofuncional da mão esquerda para concreta descrição"

Quanto à necessidade ou não de tratamento, assim se pronunciou :

"O Reclamante não apresenta necessidade terapêutica a ser especificada"

Uma vez que a expert em seu que o acidente não incapacitou o reclamante para laborar, e que a recuperação foi quase que total, indefiro os pedidos de danos materiais pleiteados.

O fato do reclamante ter sofrido acidente em serviço não enseja a sua condução à forma remunerada, se tal não resultou a sua invalidez (nem total e nem definitiva) para o desempenho das atividades mormente quando comprovado que obteve assistência médica adequada à sua recuperação; . Não se há falar de indenização por dano material, ante a ausência da comprovação de elementos que ensejassem, devendo ser dito, ademais,como bem salientado pela nobre Perita que o autor não necessita de tratamento.

2.2 - DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Ficou comprovada a responsabilidade da reclamada no evento danoso, bem como os danos morais sofridos pelo reclamante. Tal como descrita pela perita, não resta dúvida que a lesão experimentada pelo reclamante lhe causou inegáveis dor e enormes sofrimento físicos e psicológicos. Resta, portanto, fixar o quantum da indenização a ser paga ao reclamante, decorrente da dor moral sofrida.

Citado por Sebastião Geraldo na obra alhures referenciada, o Juiz PÁRIS PENA, do TJMG, tratando da fixação da indenização decorrente de dano moral, recomenda que "Em matéria de dano moral, o valor da indenização há que ser suficiente tanto para facilitar a que o ofendido obtenha lenitivos para sua dor, não pela quantificação em termos materiais, como, também, porque, mercê da indenização respectiva, poderá cercar-se de condições de sobrevivência mais compatíveis com sua dignidade de pessoa humana, tornando-a mais apta ao enfrentamento diuturno de sua deficiência. Além disso, tal condenação tem o efeito pedagógico, no sentido de tornar a sociedade efetivamente mais humana, colocando-a sob a égide dos princípios éticos impedientes e dissuasivos de condutas quais a que teve a ré" (no acórdão referente à Ap. Cível 213.381-9 - Rel. Juiz Páris Pena, 1ª Cam. Cível, julg.11.06.96).

Além desses aspectos, o juiz deverá levar em conta as circunstâncias em que o acidente ocorreu (ressalte-se que, segundo a prova testemunhal, não foi o reclamante o primeiro empregado da reclamada a ser vítima desse tipo de infortúnio), a situação econômica e social do ofendido e do ofensor, a gravidade do ato, a repercussão da ofensa e a intensidade de sofrimento infligido ao lesado. Cumpre, também, ao julgador considerar que o valor da indenização deve ser aferido com bom senso, para atender às particularidades de cada caso. Ou seja, o importe fixado não pode ser tão irrisório a ponto de olvidar o caráter pedagógico da medida (sua imposição deve servir como exemplo para a não reincidência pelo causador do dano e também para prevenir a ocorrência de futuros casos de lesão), nem tão expressivo de maneira a promover o enriquecimento sem causa do demandante.

Portanto, fixo a indenização no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), valores reduzidos em vista do laudo parcial da perita, que reconheceu o acidente, porém não a incapacidade do reclamante, sem sequelas mais graves.

3. DA JUSTIÇA GRATUITA.

O autor faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, eis que ao percebe salário superior a 40% do RGPS. Assim, defiro o pedido.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Procedentes os honorários advocatícios. Com efeito, dispõe o art. 790 - A da CLT que :

"Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento), sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa

§1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazendo Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria

§2º Ao fixar os honorários, o juízo observará

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar da prestação de serviços;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Diante de todo o exposto, condeno o demandado a pagar o importe de R$ 200,00 a título de honorários da sucumbência que fixo em 5% sobre o valor da condenação de R$ 4.000,00, em atenção ao tempo razoável em que o feito durou e a complexidade da demanda.

Por outro lado, condeno o autor a pagar os honorários da sucumbência em favor dos Patronos da demandada, também no percentual de 5%, sobre o valor das parcelas julgadas improcedentes, no caso a indenização por danos materiais, o que lhe impõe a condenação no valor de R$ 7.352,57, ficando com a exigibilidade suspensa, como permite o art. 791- A , §4º da CLT que reza :

" Vencido o beneficiário da justiça gratuita, **desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,** as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário ."

5. DAS CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.

Tratando-se de verba de natureza indenizatória, não deverá haver incidência fiscal, nem previdenciária.

6. DOS HONORÁRIOS PERICIAIS.

Honorários periciais já fixados em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a serem pagos pela reclamada, haja vista que ela foi vencida na pretensão relativa ao objeto da perícia.

DECISÃO:

POR ESTES FUNDAMENTOS E TUDO O MAIS QUE DOS AUTOS CONSTE, DECIDO JULGAR **PARCIALMENTE PROCEDENTES** OS PEDIDOS FORMULADOS NA PEÇA DE INGRESSO, PARA O EFEITO DE :

CONDENAR A RECLAMADA **NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME**. A PAGAR AO RECLAMANTE **IANES BARBOSA DE SOUZA** as seguintes verbas:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO IMPORTE DE R$4.000,00 (quatro mil reais).

HONORÁRIOS PERICIAIS À PERITA DRA. FÁTIMA SILVA BARBOSA,NO VALOR JÁ ARBITRADO DE R$ 1.500,00.

HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 200,00

CONDENAR O AUTOR NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA NO IMPORTE DE R$ 7.352,57 SOBRE A PARCELA INDEVIDA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, FICANDO COM A SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, COMO PERMITE O §4º DO ART. 791 - A DA CLT.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. APLIQUEM-SE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA DA LEI. CUSTAS PROCESSUAIS PELA RECLAMADA, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DE R$ 4.000,00, NO IMPORTE DE R$ 80,00. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS ONDE INCIDENTES, A CARGO DA DEMANDADA, DEVENDO SER DITO QUE NO CASO DOS AUTOS NÃO HÁ RECOLHIMENTO DIANTE DA CONDENAÇÃO SOBRE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.** E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO.

MANACAPURU, 16 de Setembro de 2019

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

Juiz(a) do Trabalho Titular

Sentença

Processo Nº ATOrd-0000920-65.2018.5.11.0016

AUTOR	IANES BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADO	WILSON MOLINA PORTO(OAB: 805/AM)
RÉU	NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME
ADVOGADO	DANIELLE KOHASHI DA COSTA(OAB: 10059/AM)
ADVOGADO	SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA(OAB: 9879/AM)
PERITO	FATIMA SILVA BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- IANES BARBOSA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

SENTENÇA

Trata-se de reclamação trabalhista movida por IANES BARBOSA DE SOUZA,, em face da empresa NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME., oriunda da 16ª Vara do Trabalho de Manaus, remetida a este juízo por força da r. decisão Id-a66f960, por meio da qual o MM. Juízo de declinou da sua competência para conhecer e julgar o presente feito.

O reclamante **IANES BARBOSA DE SOUZA** ajuizou a presente ação alegando, em síntese, que sofrera acidente de trabalho, enquanto prestava serviço para a reclamada, o qual o tornara inapto para o labor, razão pela qual pleiteia indenização pelos danos materiais e morais experimentados.

Em defesa, a reclamada não negou o acidente, mas afirmou que ocorreu por culpa exclusiva do reclamante. Por fim, alegou que o autor foi considerado apto para o trabalho, não tendo sofrido diminuição de sua capacidade laborativa, o que torna indevida qualquer indenização.

Em audiência, foi recusada a proposta de conciliação, tendo a reclamada ratificado os termos de sua defesa.

Foi determinada a realização de perícia médica, visando constatar a extensão dos danos físicos sofridos pelo reclamante.

Laudo pericial Id-d739af5, com manifestação das partes.

Na audiência Id-17d30e1, sem outras provas pelas partes, foi encerrada a instrução.

Razões finais, remissivas as do reclamante e prejudicadas as alegações finais da reclamada.

Frustrada a última proposta de acordo, os autos foram conclusos para este julgamento.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

DO ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

O reclamante alegou que no dia 30.12.2015, ao amolar uma faca para execução do corte da tripa do boi, teve cortado um de seus dedos da mão esquerda, ficando, em decorrência desse acidente, inapto para o trabalho.

A reclamada, refutando a pretensão autoral, de início admitiu que tenha o empregado se acidentado em seu local de trabalho. No mais, afirmou que jamais infringiu regra de proteção e segurança do trabalho e que, se ocorreu acidente, ele se deveu a culpa exclusiva do reclamante.

Analisando detidamente o que há nos autos, verifico que as partes não negam a ocorrência do acidente, restando portanto incontroversa a sua ocorrência.

Com efeito, dispõe o art. 927, "caput", do CC, "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigada a repará-lo". A responsabilidade civil fundamenta-se na existência dos elementos conduta, nexo de causalidade e dano.

Verifica-se uma clara distinção entre os danos moral e material, notadamente, diante dos efeitos da lesão. Enquanto no dano material há diminuição patrimonial, o que demanda, por conseguinte, a prova da ocorrência dos danos para seu ressarcimento, no dano moral, diante de sua extrapatrimonialidade, a doutrina fala em compensação e não reparação. Isto porque, violado um direito da personalidade, não há sua possibilidade de reparação, mas de fixação de quantum indenizatório a fim de compensá-lo.

Em outras palavras, o dano moral não atinge o patrimônio do indivíduo, mas sim o atinge como pessoa. Lesiona bens que integram os direitos da personalidade, como a honra, intimidade, imagem, nome, etc, nos termos dos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da CF.

É por isso que a doutrina contemporânea tem admitido o dano "in re ipsa":

"(...) na concepção moderna da teoria da reparação de danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificando o evento danoso, surge ipso facto, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação, emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma, é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova de prejuízo em concreto." (BITTAR, Carlos Alberto. Reparação Civil por Danos Morais. Revista dos Tribunais, no 32, 1993, p. 202).

Desta feita, comprovado o fato, desnecessário se perquirir acerca da dor ou angústia provocada. Ainda nesse contexto, assevere-se que não se exige a "prova do dano", mas sim, a prova dos fatos que embasam a pretensão, para que o juízo avalie o potencial ofensivo.

Aliás, pode ocorrer de o autor provar todos os fatos alegados e o juízo entender que eles não ensejam a reparação postulada, dada à falta de potencial ofensivo.

Assim, a análise da questão reveste-se de irremediável cunho subjetivo.

A perícia médica concluiu que o reclamante apresentou incapacidade laboral total e temporária, somente nos períodos de licença médica de quinze dias e pelo INSS, na espécie 91, de 20/01/2016 a 30/04/2016, retornando ao labor normalmente, e sem comprovação de necessidade de reabilitação funcional até os dias atuai, não apresentando necessidade terapêutica. Concluiu ainda que há dano estético linear, de pequena extensão e bem discreto no 4º dedo da mão esquerda, associado a trauma com ferimento cortante e sem repercussão social a ser definida.

Verifico no documento juntado no ID 31ec4bf, fls. 01 e 02, que não consta na lista a entrega de luvas ao reclamante, que segundo a reclamada, foram entregues, o que contraria as alegações da reclamada de que entregou os equipamentos de segurança ao reclamante.

Visando afastá-la, a reclamada aduziu que, tratando-se de responsabilidade subjetiva, não se poderia acolher o pedido sem prova de que o sinistro ocorreu por dolo ou culpa a si atribuíveis. Insistiu que não teria sido comprovado o nexo causal entre o acidente e ato a si imputado, atribuindo ao reclamante a culpa pelo ocorrido. Por fim, alegou que o autor foi considerado apto para o trabalho, não tendo sofrido diminuição de sua capacidade laborativa, o que torna indevida qualquer indenização, menos ainda nos valores cobrados, os quais reputou absurdos.

Posta nesses termos a controvérsia, para dirimi-la deve o julgador considerar que a CF de 1988 consagrou, inicialmente, a obrigatoriedade de o empregador indenizar o empregado quando

incorrer em dolo ou culpa, conforme preceitua o inciso XXVIII, do seu art 7º.

Todavia, a complexidade da vida moderna e o sem números de fatores de riscos que surgem com a evolução dos meios de produção findaram por permitir que acidentes de trabalho ficassem sem a devida reparação, em face da dificuldade do empregado em desincumbir-se de seu mister probatório.

Diante de tal constatação é que o direito, tal qual a sociedade, por não ser estanque, passou a tratar a responsabilidade civil como uma concepção social.

Com efeito, o legislador pátrio, inspirado no modelo italiano, inseriu no ordenamento jurídico pátrio o parágrafo único do art. 927 do Código Civil Brasileiro, adotando a teoria da responsabilidade objetiva, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A inovação do Código Civil é perfeitamente aplicável ao acidente de trabalho, na seara laboral, porque o caput do art. 7º da Constituição Federal, ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores, prevê que: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social", diante do que se entende que os direitos relacionados na Constituição não impedem a ampliação da melhoria da condição social do trabalhador.

Aliás, é esse o entendimento esposado pelo jurista SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA1 em obra sobre acidente de trabalho, verbis:

"Entendemos que a previsão do inciso XXVIII mencionado deve ser interpretada em harmonia com o que estabelece o caput do artigo respectivo que prevê: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Assim o rol dos direitos mencionados no art.7º da Constituição não impede que a lei ordinária amplie os existentes ou acrescente "outros que visem a melhoria da condição social do trabalhador". Como lecionada Arnaldo Sussekind, o elenco de direitos relacionados no art. 7º é meramente exemplificativo, admitindo complementação".

Portanto, a hipótese de responsabilidade objetiva, da qual se ocupa a teoria do risco, é exatamente a aplicável ao vertente caso.

Não se tem dúvida que a atividade econômica normalmente desenvolvida pela reclamada, por sua natureza, gera riscos para outrem. Aliás, para identificar o significado da expressão "por sua natureza" adoto o entendimento do Enunciado 38, aprovado na Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em 2002, in verbis:

"Enunciado 38- Art. 927. A responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade"

Destarte, o empregado que exerce a função do reclamante, laborando habitualmente com objetos cortantes, labora, inequivocamente, em atividade considerada como de risco. Afinal, o reclamante encontrava-se acima da média de riscos assumidos pelo conjunto de trabalhadores membros da coletividade, pelo que, como já asseverado, aplica-se, ao caso, a teoria da responsabilidade objetiva.

Também a propósito, convém registrar o entendimento do já citado Sebastião Geraldo de Oliveira 2, para quem "se o risco a que se expõe o trabalhador estiver acima do risco médio da coletividade em geral, caberá o deferimento da indenização, tão somente pelo exercício dessa atividade". (negritei).

Mas ainda que se admitisse ser subjetiva a responsabilidade da reclamada, melhor sorte não teria a NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME, haja vista que aflorou, de forma cristalina, o seu proceder culposo.

Com efeito, segundo a teoria subjetiva, para a caracterização do dano moral e conseqüente responsabilização, faz-se necessária a conjugação de três requisitos: a ocorrência do dano; a culpa ou o dolo do agente e o nexo de causalidade entre o dano e o ato lesivo praticado pelo ofensor. In casu, não resta dúvida que o reclamante sofreu acidente de trabalho por culpa da reclamada. Se não, vejamos.

É cediço que compete ao empregador adotar todas as medidas de segurança no local de trabalho, tanto que o artigo 7º, XXII, da Lei Fundamental arrola dentre os direitos do trabalhador a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene

e segurança". Por conseguinte, cumpria à reclamada adotar medidas que garantissem ao reclamante laborar sem correr o risco de cortar ou se acidentar com objetos cortantes. Sucede que a NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME não agiu como era de se esperar.

Ora, se o reclamante se cortou e estava sem as luvas de proteção, ou ainda sem as luvas adequadas, é inevitável concluir que as medidas necessárias à redução dos riscos inerentes ao seu trabalho não foram adotadas. Ou seja, a reclamada permitiu que empregado trabalhasse com materiais cortantes, sem que estivesse munido de luvas de proteção, equipamento necessário para que o acidente fosse evitado, devendo ser dito que a fiscalização e exigência sobre o uso dos equipamentos de proteção pesam sobre a empregadora.

Também não há dúvida quanto ao dano experimentado pelo reclamante, decorrente do mencionado acidente.

Portanto, por qualquer ângulo que se queira analisar a questão, seja considerando a responsabilidade objetiva, seja à vista da responsabilidade subjetiva, a reclamada deve arcar com os danos advindos do acidente de trabalho.

2.1 - DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.

Uma vez que a expert em seu Laudo definiu que o acidente não incapacitou o reclamante para laborar, e que a recuperação foi quase que total, indefiro os pedidos de danos materiais pleiteados.

Assim manifestou a Senhora Perita sobre a análise física no autor:

"Análise física:

A semiologia física relacionada ao trauma sofrido pelo Reclamante mostrou discreta cicatriz linear, de tamanho pequeno em 4° quirodáctilo esquerdo, sem lesão da unha e sem comprometimento da capacidade cinesiofuncional da mão esquerda para concreta descrição"

Quanto à necessidade ou não de tratamento, assim se pronunciou :

"O Reclamante não apresenta necessidade terapêutica a ser especificada"

Uma vez que a expert em seu que o acidente não incapacitou o reclamante para laborar, e que a recuperação foi quase que total, indefiro os pedidos de danos materiais pleiteados.

O fato do reclamante ter sofrido acidente em serviço não enseja a sua condução à forma remunerada, se tal não resultou a sua invalidez (nem total e nem definitiva) para o desempenho das atividades mormente quando comprovado que obteve assistência médica adequada à sua recuperação; . Não se há falar de indenização por dano material, ante a ausência da comprovação de elementos que ensejassem, devendo ser dito, ademais,como bem salientado pela nobre Perita que o autor não necessita de tratamento.

2.2 - DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Ficou comprovada a responsabilidade da reclamada no evento danoso, bem como os danos morais sofridos pelo reclamante. Tal como descrita pela perita, não resta dúvida que a lesão experimentada pelo reclamante lhe causou inegáveis dor e enormes sofrimento físicos e psicológicos. Resta, portanto, fixar o quantum da indenização a ser paga ao reclamante, decorrente da dor moral sofrida.

Citado por Sebastião Geraldo na obra alhures referenciada, o Juiz PÁRIS PENA, do TJMG, tratando da fixação da indenização decorrente de dano moral, recomenda que "Em matéria de dano moral, o valor da indenização há que ser suficiente tanto para facilitar a que o ofendido obtenha lenitivos para sua dor, não pela quantificação em termos materiais, como, também, porque, mercê da indenização respectiva, poderá cercar-se de condições de sobrevivência mais compatíveis com sua dignidade de pessoa humana, tornando-a mais apta ao enfrentamento diuturno de sua deficiência. Além disso, tal condenação tem o efeito pedagógico, no sentido de tornar a sociedade efetivamente mais humana, colocando-a sob a égide dos princípios éticos impedientes e dissuasivos de condutas quais a que teve a ré" (no acórdão referente à Ap. Cível 213.381-9 - Rel. Juiz Páris Pena, 1ª Cam. Cível, julg.11.06.96).

Além desses aspectos, o juiz deverá levar em conta as circunstâncias em que o acidente ocorreu (ressalte-se que, segundo a prova testemunhal, não foi o reclamante o primeiro empregado da reclamada a ser vítima desse tipo de infortúnio), a situação econômica e social do ofendido e do ofensor, a gravidade do ato, a repercussão da ofensa e a intensidade de sofrimento infligido ao lesado. Cumpre, também, ao julgador considerar que o valor da indenização deve ser aferido com bom senso, para atender às particularidades de cada caso. Ou seja, o importe fixado não pode ser tão irrisório a ponto de olvidar o caráter pedagógico da medida (sua imposição deve servir como exemplo para a não reincidência pelo causador do dano e também para prevenir a ocorrência de futuros casos de lesão), nem tão expressivo de maneira a promover o enriquecimento sem causa do demandante.

Portanto, fixo a indenização no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), valores reduzidos em vista do laudo parcial da perita, que reconheceu o acidente, porém não a incapacidade do reclamante, sem sequelas mais graves.

3. DA JUSTIÇA GRATUITA.

O autor faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, eis que ao percebe salário superior a 40% do RGPS. Assim, defiro o pedido.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Procedentes os honorários advocatícios. Com efeito, dispõe o art. 790 - A da CLT que :

"Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento), sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa

§1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazendo Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria

§2º Ao fixar os honorários, o juízo observará

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar da prestação de serviços;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Diante de todo o exposto, condeno o demandado a pagar o importe de R$ 200,00 a título de honorários da sucumbência que fixo em 5% sobre o valor da condenação de R$ 4.000,00, em atenção ao tempo razoável em que o feito durou e a complexidade da demanda.

Por outro lado, condeno o autor a pagar os honorários da sucumbência em favor dos Patronos da demandada, também no percentual de 5%, sobre o valor das parcelas julgadas improcedentes, no caso a indenização por danos materiais, o que lhe impõe a condenação no valor de R$ 7.352,57, ficando com a exigibilidade suspensa, como permite o art. 791- A , §4º da CLT que reza :

" Vencido o beneficiário da justiça gratuita, **desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,** as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário ."

5. DAS CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.

Tratando-se de verba de natureza indenizatória, não deverá haver

incidência fiscal, nem previdenciária.

6. DOS HONORÁRIOS PERICIAIS.

Honorários periciais já fixados em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a serem pagos pela reclamada, haja vista que ela foi vencida na pretensão relativa ao objeto da perícia.

DECISÃO:

POR ESTES FUNDAMENTOS E TUDO O MAIS QUE DOS AUTOS CONSTE, DECIDO JULGAR **PARCIALMENTE PROCEDENTES** OS PEDIDOS FORMULADOS NA PEÇA DE INGRESSO, PARA O EFEITO DE :

CONDENAR A RECLAMADA **NR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME**. A PAGAR AO RECLAMANTE **IANES BARBOSA DE SOUZA** as seguintes verbas:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO IMPORTE DE R$4.000,00 (quatro mil reais).

HONORÁRIOS PERICIAIS À PERITA DRA. FÁTIMA SILVA BARBOSA,NO VALOR JÁ ARBITRADO DE R$ 1.500,00.

HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 200,00

CONDENAR O AUTOR NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA NO IMPORTE DE R$ 7.352,57 SOBRE A PARCELA INDEVIDA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, FICANDO COM A SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, COMO PERMITE O §4º DO ART. 791 - A DA CLT.

TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. APLIQUEM-SE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA DA LEI. CUSTAS PROCESSUAIS PELA RECLAMADA, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DE R$ 4.000,00, NO IMPORTE DE R$ 80,00. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS ONDE INCIDENTES, A CARGO DA DEMANDADA, DEVENDO SER DITO QUE NO CASO DOS AUTOS NÃO HÁ RECOLHIMENTO DIANTE DA CONDENAÇÃO SOBRE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.** E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO.

MANACAPURU, 16 de Setembro de 2019

YONE SILVA GURGEL CARDOSO
Juiz(a) do Trabalho Titular

1ª Vara de Trabalho de Parintins

Edital

Edital

Processo Nº ATSum-0000509-24.2019.5.11.0101

AUTOR	SAMUEL PIRES XAVIER
ADVOGADO	MATHEUS MAIA DOLZANY DA COSTA(OAB: 143432/MG)
RÉU	L B A MARINHO

Intimado(s)/Citado(s):

- L B A MARINHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE PARINTINS

PROCESSO: 0000509-24.2019.5.11.0101

AUTOR: SAMUEL PIRES XAVIER

RÉU: L B A MARINHO

AUDIÊNCIA: Tipo: Una

Data: 06/11/2019

Hora: 08:00

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INICIAL - PJE

O Dr. **IZAN ALVES MIRANDA FILHO**, Juiz do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Parintins.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) o(a) RÉU: L B A MARINHO , RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

Fica notificada a reclamada acima mencionada a fim de comparecer a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, situada na BOULEVARD 14 DE MAIO, 1652 - CENTRO - PARINTINS/AM - 69151180, no dia e hora acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no DOEJT11 e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho, BOULEVARD 14 DE MAIO, 1652 - CENTRO - PARINTINS/AM - 69151180.

DADO E PASSADO nesta cidade de PARINTINS-AM, em 30 de Setembro de 2019.

O JUIZ:

IZAN ALVES MIRANDA FILHO

Juiz do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Parintins

Consulte chave de acesso:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Certidão de intimação por edital	Certidão	19093013183735800000017654908
Devolução de mandado de ID	Certidão	19081513513965300000017272847
Mandado	Mandado	19080614403395500000017193955
Intimação	Intimação	19080614402980200000017193953
certidão de triagem	Certidão	19080614360838000000017193877
Termo de Rescisão de Contrato de	Termo de Rescisão de Contrato de	19080511310079800000017177185
Procuração e RG	Procuração	19080511305218800000017177182
Laudos médicos	Exame Médico	19080511302471800000017177172
Seguro desemprego e CD	Documento Diverso	19080511313852200000017177194
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19080511301582100000017177170
Comprovante de pagamento	Extrato de FGTS	19080511293163100000017177158
Comprovante de endereço	Documento Diverso	19080511290772300000017177146

Juntada de documentos da inicial	Apresentação de Procuração	19080511265320400000017177116
Petição Inicial	Petição Inicial	19072321220162100000017074716

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000515-31.2019.5.11.0101

AUTOR	KASSIO DIAS BARROS
ADVOGADO	ANA CLAUDIA CONDE VIEIRALVES(OAB: 6073/AM)
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
RÉU	BANCO DA AMAZONIA SA
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000515-31.2019.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: KASSIO DIAS BARROS

Advogado(s) do reclamante: ANA CLAUDIA CONDE VIEIRALVES

RECLAMADO: RÉU: AMAZON SECURITY LTDA, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, BANCO DA AMAZONIA SA, UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

Advogado(s) do reclamado: AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 08:10h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 08:10**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000064-40.2018.5.11.0101

AUTOR	MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES

PROCESSO: 0000064-40.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:20h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:20**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000064-40.2018.5.11.0101

AUTOR	MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000064-40.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: MANOEL CONCEICAO BRITO SOARES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:20h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:20**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000065-25.2018.5.11.0101

AUTOR	FRANCINILDO GARCIA DE LIMA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINILDO GARCIA DE LIMA

PROCESSO: 0000065-25.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: FRANCINILDO GARCIA DE LIMA

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA

S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: FRANCINILDO GARCIA DE LIMA

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:30h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:30**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000065-25.2018.5.11.0101

AUTOR	FRANCINILDO GARCIA DE LIMA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000065-25.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: FRANCINILDO GARCIA DE LIMA

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:30h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:30**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000066-10.2018.5.11.0101

AUTOR	KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES

PROCESSO: 0000066-10.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES, ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:40h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:40**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000066-10.2018.5.11.0101

AUTOR	KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000066-10.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: KEDNEY DE SOUZA RODRIGUES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES, ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:40h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:40**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000060-03.2018.5.11.0101

AUTOR	EDILSON DA SILVA TAVARES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILSON DA SILVA TAVARES

PROCESSO: 0000060-03.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: EDILSON DA SILVA TAVARES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES, ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: EDILSON DA SILVA TAVARES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:50h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:50**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000060-03.2018.5.11.0101

AUTOR	EDILSON DA SILVA TAVARES
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000060-03.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: EDILSON DA SILVA TAVARES

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES, ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 09:50h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 09:50**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000061-85.2018.5.11.0101

AUTOR	CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000061-85.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:00h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:00**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000061-85.2018.5.11.0101

AUTOR	CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS

PROCESSO: 0000061-85.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: CARLOS EDUARDO VASCONCELOS REIS

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:00h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:00**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000062-70.2018.5.11.0101

AUTOR	CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA

PROCESSO: 0000062-70.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:10h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:10**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000062-70.2018.5.11.0101

AUTOR	CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000062-70.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:10h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:10**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000063-55.2018.5.11.0101

AUTOR	OSVALDINEY DOS REIS MARTINS
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- OSVALDINEY DOS REIS MARTINS

PROCESSO: 0000063-55.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: OSVALDINEY DOS REIS MARTINS

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

DESTINATÁRIO DA NOTIFICAÇÃO: AUTOR: OSVALDINEY DOS REIS MARTINS

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:20h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamante, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:20**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000063-55.2018.5.11.0101

AUTOR	OSVALDINEY DOS REIS MARTINS
ADVOGADO	DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RÉU	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	ANDREIA SABINO CORREIA(OAB: 7074/AM)
ADVOGADO	JENIFER CIBELY MACIEL GOMES(OAB: 11046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

PROCESSO: 0000063-55.2018.5.11.0101

RECLAMANTE: AUTOR: OSVALDINEY DOS REIS MARTINS

Advogado(s) do reclamante: DANIEL FELIX DA SILVA

RECLAMADO: RÉU: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado(s) do reclamado: ANDREIA SABINO CORREIA, JENIFER CIBELY MACIEL GOMES

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PJE

Audiência dia 06/11/2019 10:20h

De ordem do Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Parintins, Fica a parte Reclamada/Litisconsorte, por seu procurador, **INTIMADA** a comparecer à audiência de conciliação e instrução a ser realizada no dia **06/11/2019 10:20**, na sala de audiência da M.M. Vara do Trabalho de Parintins.

Parintins, 30 de Setembro de 2019

MARIA GORETE DE CARVALHO SILVA

Servidor da Justiça do Trabalho

Documento Assinado Eletronicamente

1ª Vara de Trabalho de Lábrea

Edital

Edital

Processo Nº ATOrd-0000085-58.2017.5.11.0551

AUTOR	DIEGO NORBERTO DE FREITAS
RÉU	TOP VIP ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

Intimado(s)/Citado(s):

- TOP VIP ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE LÁBREA

Rua 14 de Maio, 1928 - Centro - CEP: 69.830-000

Tel.: (97) 3331-1518 - E-mail: vara.labrea@trt11.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO - RECLAMADO - PJe-JT

PROCESSO: 0000085-58.2017.5.11.0551

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: DIEGO NORBERTO DE FREITAS

RÉU: TOP VIP ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI, UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

A Exma Juíza CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Lábrea, no uso

das suas atribuições,

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADO (A)/INTIMADO (A) o(a) Reclamado(a) RÉU: TOP VIP ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI, UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer resposta ao agravo de petição(Id.383f6b0) oposto pela União Federal (AGU) - AM, sob pena de preclusão.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Lábrea, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123/2012, 124/2012, e 1/2013, do Egrégio TRT da 11ª Região.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) é passado o presente EDITAL, que será publicado no DJe-JT e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de Lábrea, em 27 de Setembro de 2019, na Secretaria da 1ª VARA DO TRABALHO DE LÁBREA.

CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA

Juíza Titular da Vara do Trabalho de Lábrea

sas

Notificação

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000172-43.2019.5.11.0551

AUTOR	JOSE LOPES DOS SALES APURINA
ADVOGADO	RENE VIEIRA PERES JUNIOR(OAB: 9219/AM)
RÉU	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LOPES DOS SALES APURINA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

- Considerando a petição do reclamado, FUNDACAO NACIONAL DO INDIO, através de sua Procuradoria.

DECIDO:

1. Deferir o pedido (Id. f91cbc1), retirando o processo da pauta de audiências do dia 02/10/2019, devendo a Secretaria, pautar data oportuna para audiência, a ser realizada na sede desta Vara do Trabalho;

2. Dar ciência às partes, da presente decisão;

3. Inclua-se o processo em pauta, para audiência inaugural e notifiquem-se as partes.

Lábrea/AM, 27/09/2019.

CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA

Juíza Titular da Vara do Trabalho de Lábrea

qcs

Assinatura

LABREA, 27 de Setembro de 2019

CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANCA

Juiz(a) do Trabalho Titular

Notificação

Processo Nº ATSum-0000049-45.2019.5.11.0551

AUTOR	LUCINALDO PAES FREITAS
ADVOGADO	RENE VIEIRA PERES JUNIOR(OAB: 9219/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)

ADVOGADO EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)

ADVOGADO SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3338/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON SECURITY LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE LÁBREA

Rua 14 de Maio, 1928 - Centro - CEP: 69.830-000

Tel.: (97) 3331-1518 - E-mail: vara.labrea@trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO Nº 0000049-45.2019.5.11.0551

RECLAMANTE: LUCINALDO PAES FREITAS

RECLAMADA: AMAZON SECURITY LTDA

DESTINATÁRIO: Advogado: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA

OAB: AM3995

Endereço: Avenida Santos Dumont, 1350, Aeroporto Eduardo Gomes, TARUMA, MANAUS - AM - CEP: 69041-000

Advogado: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA

OAB: AM3338

Endereço: AVENIDA PEDRO TEIXEIRA, DOM PEDRO I, MANAUS - AM - CEP: 69040-000

Advogado: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA

OAB: AM9553

Endereço: RUA ALVES REDOL, 1210, JAPIIM, MANAUS - AM - CEP: 69076-080

De ordem, da Exma. Juíza CAROLINA DE SOUZA AIRES FRANÇA, Titular desta Vara do Trabalho de Lábrea/AM, fica o reclamante notificado por intermédio do seu patrono, para apresentar impugnação fundamentada dos cálculos de Id. 00b7a7c (anexo:Id.2d9e281), com a indicação dos itens e valores, objeto da discordância, sob pena de preclusão, nos moldes do §2º do art. 879 da CLT (com redação pela Lei

13.467/2017), no para no prazo de 8 (oito) dias.

Lábrea/AM, 30 de Setembro de 2019.

QUEILIANE CORREIA DA SILVA

Diretora de Secretaria da Vara

do Trabalho de Lábrea

sas

Anexo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
RELATORIO_PROCESSO_00000494520	Planilha de Cálculos	19092711465751600000017642449
Anexação de cálculo	Certidão	19092711462843600000017642446
Decisão	Decisão	19092313404779300000017600580
Certidão	Certidão	19091810434162200000017558539
Sentença	Notificação	19082810062199900000017382064
Sentença	Sentença	19082809324366400000017381536
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19081913520791400000017298202
Contrato Social	Contrato Social	19081609431981700000017278485
Contrato	Contrato	19081609430815700000017278482
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	19081609423092800000017278465
Carta de Preposição	Carta de Preposição	19081609422312100000017278463
Procuração	Procuração	19081609421553900000017278461

Solicitação de habilitação	**Solicitação de Habilitação**	**19081609410678100000017278457**
Substabelecimento sem Reserva de	**Substabelecimento sem Reserva de**	**19071511120290000000016987771**
Apresentação de Substabelecimento	**Apresentação de Substabelecimento**	**19071511114178000000016987762**
Despacho	**Notificação**	**19060414441872500000016624165**
Despacho	**Despacho**	**19060412150776800000016621342**
Ata da Audiência	**Ata da Audiência**	**19052718151197700000016544632**
Jurisprudência	**Jurisprudência**	**19052614554914300000016529762**
Substabelecimento com Reserva de	**Substabelecimento com Reserva de**	**19052614555550300000016529764**
Procuração	**Procuração**	**19052614555629200000016529765**
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	**Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica**	**19052614554667600000016529761**
Habilitação de Patrono	**Solicitação de Habilitação**	**19052614542035600000016529759**
Aviso de Recebimento (AR)	**Aviso de Recebimento (AR)**	**19052213272187900000016497640**
AR POSITIVO RECLAMADO	**Certidão**	**19052213241852200000016497625**
Notificação	**Notificação**	**19041614352611600000016187175**
Intimação	**Intimação**	**19041614352593700000016187174**
Despacho	**Notificação**	**19041613520087100000016186453**
Despacho	**Despacho**	**19041611563947500000016184558**
Triagem inicial	**Certidão**	**19041611530661400000016184504**
Carteira de Identidade/Registro	**Carteira de Identidade/Registro**	**19041518140245600000016178599**
Procuração	**Procuração**	**19041518124514300000016178594**
Petição Inicial	**Petição Inicial**	**19041518095941800000016178580**

Notificação

Processo Nº ATSum-0000049-45.2019.5.11.0551

AUTOR	LUCINALDO PAES FREITAS
ADVOGADO	RENE VIEIRA PERES JUNIOR(OAB: 9219/AM)
RÉU	AMAZON SECURITY LTDA
ADVOGADO	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 9553/AM)
ADVOGADO	EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995/AM)
ADVOGADO	SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3338/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCINALDO PAES FREITAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE LÁBREA

Rua 14 de Maio, 1928 - Centro - CEP: 69.830-000

Tel.: (97) 3331-1518 - E-mail: vara.labrea@trt11.jus.br

NOTIFICAÇÃO - PJe-JT

PROCESSO Nº 0000049-45.2019.5.11.0551

RECLAMANTE: LUCINALDO PAES FREITAS

RECLAMADA: AMAZON SECURITY LTDA

DESTINATÁRIO: Advogado: RENE VIEIRA PERES JUNIOR

OAB: AM9219

Endereço: desconhecido

De ordem, da Exma. Juíza CAROLINA DE SOUZA AIRES FRANÇA, Titular desta Vara do Trabalho de Lábrea/AM, fica o reclamante notificado por intermédio do seu patrono, para apresentar impugnação fundamentada dos cálculos de Id. 00b7a7c (anexo:Id.2d9e281), com a indicação dos itens e valores, objeto da discordância, sob pena de preclusão, nos moldes do §2º do art. 879 da CLT (com redação pela Lei 13.467/2017), no para no prazo de 8 (oito) dias.

Lábrea/AM, 30 de Setembro de 2019.

QUEILIANE CORREIA DA SILVA

Diretora de Secretaria da Vara

do Trabalho de Lábrea

sas

Anexo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
RELATORIO_PROCESSO_00000494520	Planilha de Cálculos	19092711465751600000017642449
Anexação de cálculo	Certidão	19092711462843600000017642446
Decisão	Decisão	19092313404779300000017600580
Certidão	Certidão	19091810434162200000017558539
Sentença	Notificação	19082810062199900000017382064
Sentença	Sentença	19082809324366400000017381536
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19081913520791400000017298202
Contrato Social	Contrato Social	19081609431981700000017278485
Contrato	Contrato	19081609430815700000017278482
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	19081609423092800000017278465
Carta de Preposição	Carta de Preposição	19081609422312100000017278463
Procuração	Procuração	19081609421553900000017278461
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	19081609410678100000017278457
Substabelecimento sem Reserva de	Substabelecimento sem Reserva de	19071511120290000000016987771
Apresentação de Substabelecimento	Apresentação de Substabelecimento	19071511114178000000016987762
Despacho	Notificação	19060414441872500000016624165
Despacho	Despacho	19060412150776800000016621342
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19052718151197700000016544632
Jurisprudência	Jurisprudência	19052614554914300000016529762
Substabelecimento com Reserva de	Substabelecimento com Reserva de	19052614555550300000016529764
Procuração	Procuração	19052614555629200000016529765
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	19052614554667600000016529761
Habilitação de Patrono	Solicitação de Habilitação	19052614542035600000016529759
Aviso de Recebimento (AR)	Aviso de Recebimento (AR)	19052213272187900000016497640
AR POSITIVO RECLAMADO	Certidão	19052213241852200000016497625

Notificação	**Notificação**	**19041614352611600 000016187175**
Intimação	**Intimação**	**19041614352593700 000016187174**
Despacho	**Notificação**	**19041613520087100 000016186453**
Despacho	**Despacho**	**19041611563947500 000016184558**
Triagem inicial	**Certidão**	**19041611530661400 000016184504**
Carteira de Identidade/Registro	**Carteira de Identidade/Registro**	**19041518140245600 000016178599**
Procuração	**Procuração**	**19041518124514300 000016178594**
Petição Inicial	**Petição Inicial**	**19041518095941800 000016178580**

1ª Vara do Trabalho de Humaitá

Notificação

Notificação

Processo Nº ATSum-0000475-03.2018.5.11.0451

AUTOR	KELIANE LIMA SOUZA
RÉU	A DE C VENTURELLI - EPP
ADVOGADO	ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI(OAB: 14043/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO

PROCESSO: 075-03.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: KELIANE LIMA SOUZA

RECLAMADA: A. DE C. VENTURELLI - EPP

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada notificada, através do advogado, para tomar ciência da sentença de mérito de Id. 1b7c424. Prazo para recurso de 08 dias.

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

DESTINATÁRIO:

Dr. Alexandre de Castro Venturelli

Notificação

Processo Nº ATSum-0000468-11.2018.5.11.0451

AUTOR	OBETINO CAETANO DE OLIVEIRA
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

PROCESSO: 0000468-11.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: OBETINO CAETANO DE OLIVEIRA

RECLAMADA: LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

DESTINATÁRIO:

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada notificada, através do advogado a tomar ciência da sentença de mérito de Id. b57c384. Prazo para recurso de 08 dias.

Dr. Alexandre Correia Lima

Notificação

Processo Nº ATSum-0000474-18.2018.5.11.0451

AUTOR	FELIPE DE OLIVEIRA LEITE
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO

PROCESSO: 0000474-18.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: FELIPE DE OLIVEIRA LEITE

RECLAMADA: LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada notificada, através do advogado a tomar ciência da sentença de mérito de Id. 2dc29e6. Prazo para recurso de 08 dias.

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

DESTINATÁRIO:

Dr. Alexandre Correia Lima

Notificação

Processo Nº ATSum-0000465-56.2018.5.11.0451

AUTOR	IVANOR FRANCISCO DE BRITTO
RÉU	LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME
ADVOGADO	ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEGITIMA SERVICOS DE PROTECAO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO

PROCESSO: 0000465-56.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: IVANOR FRANCISCO DE BRITO

RECLAMADA: LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - ME

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada notificada, através do advogado a tomar ciência da sentença de mérito de Id. 3475aca. Prazo para recurso de 08 dias.

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

DESTINATÁRIO:

Dr. Alexandre Correia Lima

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000471-63.2018.5.11.0451

AUTOR	ESPÓLIO DE ADÃO DE OLIVEIRA, representado por Sr. ALAN SARAIVA DE OLIVEIRA, BRUNO SARAIVA DE OLIVEIRA e MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO SARAIVA
RÉU	FAZENDA CHAPADÃO, na pessoa de Rosangela Lopes Max (conhecida como Léia)
ADVOGADO	IURY ROBERTO BORGES CELLA(OAB: 10410/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FAZENDA CHAPADÃO, na pessoa de Rosangela Lopes Max (conhecida como Léia)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

INTIMAÇÃO

PROCESSO: 0000471-63.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: ESPÓLIO DE ADÃO DE OLIVEIRA, REPRESENTADO POR ALAN SARAIVA DE OLIVEIRA, BRUNO SARAIVA DE OLIVEIRA E MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO SARAIVA

RECLAMADA: FAZENDA CHAPADÃO, NA PESSOA DE ROSANGELA LOPES MAX

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada notificada, através do advogado a tomar ciência da sentença de mérito de Id. 5587308. Prazo para interpor recurso de 8 dias.

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11 REGIO

Vara do Trabalho de Humaitá

TEL.: (97) 3373-1103 - Email: vara.humaita@trt11.jus.br

DESTINATÁRIO:

Dr. Iury Roberto Borges Cella

INTIMAÇÃO

Notificação

Processo Nº ATSum-0000463-86.2018.5.11.0451

AUTOR	ROSELY MARTINUSSO DE CASTRO
RÉU	LANCHONETE E SORVETERIA DO VÔ, na pessoa de Maria Alves de Lima
ADVOGADO	THAIS BRUNELLI CAMPOS(OAB: 8489/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- LANCHONETE E SORVETERIA DO VÔ, na pessoa de Maria Alves de Lima

PROCESSO: 0000463-86.2018.5.11.0451

RECLAMANTE: ROSELY MARTINUSSO DE CASTRO

RECLAMADA: LANCHONETE E SORVETERIA DO VÔ, NA PESSOA DE MARIA ALVES DE LIMA

De ordem do Exmo Juiz JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, Titular desta Vara do Trabalho, fica a reclamada, através de sua advogada, notificada a tomar ciência da sentença de mérito de Id. 622ebfa. Prazo para recurso 08 dias.

MARCELO NERY ROCHA

Diretor de Secretaria da

Vara do Trabalho de Humaitá/AM

DESTINATÁRIO:

Dra. Thais Brunelli Campos

1ª Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo

Notificação

Notificação

Processo Nº ATOrd-0001016-26.2017.5.11.0401

AUTOR	MANOEL NUNES FERREIRA
ADVOGADO	ANA BARBARA MARTINS BACELAR(OAB: 11404/AM)
RÉU	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA
ADVOGADO	CARLOS DOMINGOS RODRIGUES NETO(OAB: 11296/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

OFÍCIO REQUISITÓRIO Nº VTPF 152/2019

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Av. ALVARO MAIA, 569 - Bairro Fortaleza

São Gabriel da Cachoeira

CEP: 69.750-000

Senhor (a) Prefeito

No interesse do processo supra, nos termos do artigo 100, §§ 1º e 3º, da Constituição da República, requisito a Vossa Excelência a importância de **R$ 10.359,77(DEZ MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), no prazo de 2(dois) meses, para pagamento da REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR**, **sob pena de sequestro dos valores devidos,** em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo acima indicado, com base nos dados adiante relacionados:

N.º do Processo: 0001016-26.2017.5.11.0401

Data do Ajuizamento: 5/12/2017

Data do Transito em Julgado: 22/8/2018

Nome do Beneficiário: MANOEL NUNES FERREIRA

CPF do Beneficiário: 780.168.352-87

Executado: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIR

Memória de Cálculos: Id 1ed9db7

A quantia acima referida deverá ser colocada à disposição desta Vara, por meio de Depósito Judicial a ser efetuado junto à Caixa Econômica Federal-CEF, Agência 4575, Presidente Figueiredo/AM, devendo esta Vara ser comunicada da efetivação do depósito.

PRESIDENTE FIGUEIREDO, 19 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES
Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATSum-0000524-39.2014.5.11.0401

AUTOR	GERCIVALDO ALVES PRESTES
RÉU	T. G. C. - TECNOLOGIA GERENCIAL DE CONSTRUCOES LTDA. - EPP
ADVOGADO	FRANCOIS ANTONIO GALVAO(OAB: 10015/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- T. G. C. - TECNOLOGIA GERENCIAL DE CONSTRUCOES LTDA. - EPP

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO PJe

Considerando que não foi identificado dados bancários do reclamante e considerando que haverá itinerância no município de Barcelos, no período de 9 a 11/10/2019, notifique-se o reclamante para indicar conta de sua titularidade para transferência do valor já depositado.

Assinatura

PRESIDENTE FIGUEIREDO, 27 de Setembro de 2019

ALEXANDRO SILVA ALVES

Juiz(a) do Trabalho Substituto

1ª Vara do Trabalho de Tabatinga

Notificação

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000361-39.2019.5.11.0351

AUTOR	ALEX DA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	R.R.BENTES FILHO - ME - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX DA SILVA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

Comparece **ALEX DA SILVA DE SOUZA** perante esta Justiça Especializada para o fim de postular, em sede de pedido antecipado incidental, a exibição de documentos e a inversão do ônus da prova, para que o **ESTADO DO AMAZONAS**, litisconsorte na presente reclamatória, comprove a ocorrência de diligências objetivas praticadas por ele para fiscalizar a prestação de serviços do Autor como faturista realizada na UPA Tabatinga e Maternidade Celina Vilacrez, no período de 02/01/2017 a 28/09/2018.

Relata que foi contratado pela 1ª Reclamada, **R. R. BENTES FILHO - ME**, e que esta não vinha honrando com suas obrigações, afirmando que na data de saída da empresa estavam pendentes de pagamento nove meses de salário e demais benefícios, além do 13º salário de 2017, sem falar da ausência de depósitos de FGTS e rescisão contratual não paga.

Entende que a 2ª Reclamada é quem possui recursos probatórios (documentos, processos administrativos, etc.) capazes de comprovar a eficiente fiscalização da execução do contrato administrativo e que é evidente que o Autor não tem em sua posse os processos administrativos relativos à licitação (ou sua dispensa), às multas administrativas eventualmente aplicadas, ou aos procedimentos de retenção de créditos e garantias.

É o relatório.

No caso concreto, trata-se de pedido incidental para fins de exibição de documentos, conforme art. 396 e seguintes do CPC, bem como para fins de inversão do ônus da prova.

Tendo em vista a jurisprudência das instâncias judiciais superiores acerca da questão da responsabilidade subsidiária da Fazenda Pública pelo pagamento dos débitos trabalhistas das empresas prestadoras de serviços contratadas, vislumbro ser necessário definir, antecipadamente, inaudita altera parte, nos termos do artigo 818, § 1º, da CLT combinado com o artigo 373 do CPC, a distribuição do ônus da prova.

De fato, atribuir ao Reclamante o encargo de provar o não-exercício da fiscalização de contratos administrativos pelos entes estatais impossibilita o Autor de se desincumbir satisfatoriamente, uma vez que não tem conhecimento jurídico suficiente para discernir quem é funcionário público e quem é terceirizado, além de não ter conhecimento de quais documentos foram utilizados pelos entes estatais para fiscalizar os contratos de prestação de serviços firmados.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao tratar da matéria de responsabilidade subsidiária do Ente Público, não tratou do tema "ônus da prova" e, apesar de várias vezes ter-se discutido naquela Corte o assunto, não houve qualquer definição do ônus.

Assim sendo, dotando o princípio da distribuição dinâmica das provas, determino que o ônus de provar positivamente a fiscalização da atividade da empresa prestadora de serviços contratados seja do ente público, que também compõe o polo passivo da relação processual.

Logo, DETERMINO que o **ESTADO DO AMAZONAS** junte, até a data da audiência designada, todos os documentos de pagamentos referentes ao contrato firmado com a 1ª reclamada, **R. R. BENTES FILHO - ME**, especialmente no que tange à fiscalização da prestação de serviço do Autor na UPA Tabatinga e Maternidade Celina Vilacrez, no período de 02/01/2017 a 28/09/2018.

Paute-se audiência, valendo como inaugural nos termos do art. 844 da CLT.

Após, à Secretaria para: a) dar ciência à reclamante através de seu patrono da presente decisão, bem como da audiência **a ser pautada; e b) notificar** a reclamada e o litisconsorte para apresentarem defesa na forma da lei e comparecerem à audiência marcada pela Vara, bem como acerca da determinação contida na presente decisão.

Assinatura

TABATINGA, 26 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000362-24.2019.5.11.0351

AUTOR	JONATHAN DE FREITAS FORTES

ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	R.R.BENTES FILHO - ME - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JONATHAN DE FREITAS FORTES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

Vistos etc.

Comparece **JONATHAN DE FREITAS FORTES** perante esta Justiça Especializada para o fim de postular, em sede de pedido antecipado incidental, a exibição de documentos e a inversão do ônus da prova, para que o **ESTADO DO AMAZONAS**, litisconsorte na presente reclamatória, comprove a ocorrência de diligências objetivas praticadas por ele para fiscalizar a prestação de serviços do Autor como auxiliar administrativo realizada na UPA Tabatinga e Maternidade Celina Vilacrez, no período de 02/01/2017 a 28/09/2018.

Relata que foi contratado pela 1ª Reclamada, **R. R. BENTES FILHO - ME**, e que esta não vinha honrando com suas obrigações, afirmando que na data de saída da empresa estavam pendentes de pagamento nove meses de salário e demais benefícios, além do 13º salário de 2017, sem falar da ausência de depósitos de FGTS e rescisão contratual não paga.

Entende que a 2ª Reclamada é quem possui recursos probatórios (documentos, processos administrativos, etc.) capazes de comprovar a eficiente fiscalização da execução do contrato administrativo e que é evidente que o Autor não tem em sua posse os processos administrativos relativos à licitação (ou sua dispensa), às multas administrativas eventualmente aplicadas, ou aos procedimentos de retenção de créditos e garantias.

É o relatório.

No caso concreto, trata-se de pedido incidental para fins de exibição de documentos, conforme art. 396 e seguintes do CPC, bem como para fins de inversão do ônus da prova.

Tendo em vista a jurisprudência das instâncias judiciais superiores acerca da questão da responsabilidade subsidiária da Fazenda Pública pelo pagamento dos débitos trabalhistas das empresas prestadoras de serviços contratadas, vislumbro ser necessário definir, antecipadamente, inaudita altera parte, nos termos do artigo 818, § 1º, da CLT combinado com o artigo 373 do CPC, a distribuição do ônus da prova.

De fato, atribuir ao Reclamante o encargo de provar o não-exercício da fiscalização de contratos administrativos pelos entes estatais impossibilita o Autor de se desincumbir satisfatoriamente, uma vez que não tem conhecimento jurídico suficiente para discernir quem é funcionário público e quem é terceirizado, além de não ter conhecimento de quais documentos foram utilizados pelos entes estatais para fiscalizar os contratos de prestação de serviços firmados.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao tratar da matéria de responsabilidade subsidiária do Ente Público, não tratou do tema "ônus da prova" e, apesar de várias vezes ter-se discutido naquela Corte o assunto, não houve qualquer definição do ônus.

Assim sendo, dotando o princípio da distribuição dinâmica das provas, determino que o ônus de provar positivamente a fiscalização da atividade da empresa prestadora de serviços contratados seja do ente público, que também compõe o polo passivo da relação processual.

Logo, DETERMINO que o **ESTADO DO AMAZONAS** junte, até a data da audiência designada, todos os documentos de pagamentos referentes ao contrato firmado com a 1ª reclamada, **R. R. BENTES FILHO - ME**, especialmente no que tange à fiscalização da prestação de serviço do Autor na UPA Tabatinga e Maternidade Celina Vilacrez, no período de 02/01/2017 a 28/09/2018.

Paute-se audiência, valendo como inaugural nos termos do art. 844 da CLT.

Após, à Secretaria para: a) dar ciência à reclamante através de seu patrono da presente decisão, bem como da audiência **a ser pautada; e b) notificar** a reclamada e o litisconsorte para apresentarem defesa na forma da lei e comparecerem à audiência marcada pela Vara, bem como acerca da determinação contida na presente decisão.

Assinatura

TABATINGA, 26 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Notificação

Processo Nº ATOrd-0000382-15.2019.5.11.0351

AUTOR	SILVANYR MELO DOS SANTOS
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	SMART AVIATION - SERVICOS AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS LIMITADA - EPP
RÉU	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

Intimado(s)/Citado(s):

- SILVANYR MELO DOS SANTOS

MM. 1ª Vara do Trabalho de Tabatinga

Avenida da Amizade, 1440, Centro, TABATINGA - AM - CEP: 69640-000

TABATINGA

NOTIFICAÇÃO INICIAL AO RECLAMANTE - Processo PJe-JT

Proces 0000382-15.2019.5.11.0351

Reclam SILVANYR MELO DOS SANTOS

Reclam SMART AVIATION - SERVICOS AUXILIARES DOS

Audiên 11/11/2019 10:00

Fica V. S.ª notificado(a) de que foi designada audiência para o dia 11/11/2019 10:00, na qual deverá comparecer pessoalmente, sob pena de ARQUIVAMENTO da ação.

Deverá comparecer à audiência acompanhado das testemunhas, que comparecerão independentemente de notificação, sendo até 2 duas testemunhas no rito sumaríssimo e até 3 (três) no rito ordinário.

Os documentos ainda não juntados aos autos, deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico (PJe) até zero hora do dia da audiência.

Reitere-se que todos os atos processuais, no âmbito destaMM. 1ª Vara do Trabalho de Tabatinga, deverão obedecer ao que dispõe a Lei 11.419/2006 a Resolução nº 94/2012 do CSJT e Atos Administrativos 123 e 124/2012 do Egrégio TRT da 11ª Região.

Em 30 de Setembro de 2019.

EDER PAIVA MACHADO

Servidor(a) da Justiça do Trabalho

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000268-76.2019.5.11.0351

AUTOR	MAURICIO PINHEIRO LIMA
RÉU	MSM ENGENHARIA E CONSTRUC?O LTDA - EPP
ADVOGADO	SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM

Intimado(s)/Citado(s):

- MSM ENGENHARIA E CONSTRUC?O LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

À manifestação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração (id. 24918aa) no prazo legal. Após, conclusos retornem.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000513-29.2015.5.11.0351

AUTOR	JAILSON SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)

RÉU	UNIÃO FEDERAL - REPRESENTADA PELA PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	H L H CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JAILSON SILVA DE ALMEIDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

CONSIDERANDO a decisão id 89cdd82, dos autos do processo nº **0000712-51.2015.5.11.0351**,

CONSIDERANDO que a parte **UNIÃO FEDERAL** foi condenado subsidiariamente para quitação do quantum deferido na sentença de mérito id. d808716;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Vara inúmeros processos em face dessa mesma empresa devedora e, por conseguinte, sendo de conhecimento deste Juízo que a ora executada principal encontra-se em lugar incerto e não sabido e que todas as execuções tendem a ser infrutíferas;

CONSIDERANDO o disposto na SÚMULA 27 deste Regional: "EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. Na execução contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto ao devedor principal".

CONSIDERANDO que o NCPC/2015, em seu art. 246, V e §2º c/c art. 242, prevê a citação do Ente Público da Administração Direta e Indireta por meio eletrônico;

DECIDO:

I - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão id 47ca93a.

II - Registre-se a executada no BNDT com situação positiva.

III - Redirecione-se a execução em desfavor da UNIÃO FEDERAL, que deverá ser citado, mediante sistema, para, querendo, opor **IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO** no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC/2015.

IV - Não apresentada a impugnação, encaminhe-se **OFÍCIO REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR (RPV)** ao Presidente do Tribunal, em observância ao §3º do art. 100 da Constituição Federal, Resolução CNJ nº 115/2010 e Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 32/2007, inclusive no que tange as informações necessárias indicadas no art. 9º tais como: número da ação originária; data do ajuizamento da reclamatória; data do trânsito em julgado da decisão exeqüenda; CPF dos beneficiários ou CNPJ do sindicato, na hipótese deste ser substituto processual; nome do ente público executado; nome completo de cada advogado que esteja atuando no processo, bem como inscrição na OAB, nº do CPF e endereço devidamente atualizado; e memorial de cálculos com a data de sua elaboração, para fins de atualização monetária contendo o montante e a natureza dos débitos compensados, e o remanescente a ser pago.

V - Expirado o **prazo de 2 meses**, previsto no art. 535, § 3º, II do CPC/2015, sem o devido pagamento, requisite-se o **SEQUESTRO** do valor total do débito (aplicação analógica do §2º do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c com entendimento constante na OJ nº 1,Tribunal Pleno do TST) ao Setor de Precatórios(art. art. 351 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional)

VI - Efetuado o bloqueio em conta bancária da executada, concede-se a esta, desde já, prazo de 10 dias para, querendo, manifestar-se acerca do sequestro realizado, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015.

VII - No caso de pagamento do RPV ou caso não apresentada manifestação do sequestro, fica a Secretaria da Vara autorizada a expedir as guias para recolhimento dos encargos previdenciários, se for o caso, encaminhando-as para pagamento e, após, expedir alvará a parte autora.

VIII - Havendo manifestação do sequestro, voltem os autos conclusos para apreciação.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000514-14.2015.5.11.0351

AUTOR	RONALDO NAZARIO DE SOUZA
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	UNIÃO FEDERAL - REPRESENTADA PELA PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
RÉU	H L H CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO NAZARIO DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

CONSIDERANDO a decisão id 89cdd82, dos autos do processo nº **0000712-51.2015.5.11.0351**,

CONSIDERANDO que a parte **UNIÃO FEDERAL** foi condenado subsidiariamente para quitação do quantum deferido na sentença de mérito id. 61926aa;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Vara inúmeros processos em face dessa mesma empresa devedora e, por conseguinte, sendo de conhecimento deste Juízo que a ora executada principal encontra-se em lugar incerto e não sabido e que todas as execuções tendem a ser infrutíferas;

CONSIDERANDO o disposto na SÚMULA 27 deste Regional: "EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. Na execução contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto ao devedor principal".

CONSIDERANDO que o NCPC/2015, em seu art. 246, V e §2º c/c art. 242, prevê a citação do Ente Público da Administração Direta e Indireta por meio eletrônico;

DECIDO:

I - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão id 3352107.

II - Redirecione-se a execução em desfavor da UNIÃO FEDERAL, que deverá ser citado, mediante sistema, para, querendo, opor **IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO** no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC/2015.

III - Não apresentada a impugnação, encaminhe-se **OFÍCIO REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR (RPV)** ao Presidente do Tribunal, em observância ao §3º do art. 100 da Constituição Federal, Resolução CNJ nº 115/2010 e Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 32/2007, inclusive no que tange as informações necessárias indicadas no art. 9º tais como: número da ação originária; data do ajuizamento da reclamatória; data do trânsito em julgado da decisão exeqüenda; CPF dos beneficiários ou CNPJ do sindicato, na hipótese deste ser substituto processual; nome do ente público executado; nome completo de cada advogado que esteja atuando no processo, bem como inscrição na OAB, nº do CPF e endereço devidamente atualizado; e memorial de cálculos com a data de sua elaboração, para fins de atualização monetária contendo o montante e a natureza dos débitos compensados, e o remanescente a ser pago.

IV - Expirado o **prazo de 2 meses**, previsto no art. 535, § 3º, II do CPC/2015, sem o devido pagamento, requisite-se o **SEQUESTRO** do valor total do débito (aplicação analógica do §2º do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c com entendimento constante na OJ nº 1,Tribunal Pleno do TST) ao Setor de Precatórios(art. art. 351 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional)

V - Efetuado o bloqueio em conta bancária da executada, concede-se a esta, desde já, prazo de 10 dias para, querendo, manifestar-se acerca do sequestro realizado, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015.

VI - No caso de pagamento do RPV ou caso não apresentada manifestação do sequestro, fica a Secretaria da Vara autorizada a expedir as guias para recolhimento dos encargos previdenciários, se for o caso, encaminhando-as para pagamento e, após, expedir alvará a parte autora.

VII - Havendo manifestação do sequestro, voltem os autos conclusos para apreciação.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000518-51.2015.5.11.0351

AUTOR	JOSE CORREA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO	MARIA ADELIA ARAUJO SILVA ALVES(OAB: 5514/AM)
RÉU	UNIÃO FEDERAL (AGU) - AM
RÉU	UNIÃO FEDERAL
RÉU	H L H CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CORREA DE FIGUEIREDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

CONSIDERANDO a decisão id 89cdd82, dos autos do processo nº **0000712-51.2015.5.11.0351**,

CONSIDERANDO que a parte **UNIÃO FEDERAL** foi condenado subsidiariamente para quitação do quantum deferido na sentença de mérito id. d808716;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Vara inúmeros processos em face dessa mesma empresa devedora e, por conseguinte, sendo de conhecimento deste Juízo que a ora executada principal encontra-se em lugar incerto e não sabido e que todas as execuções tendem a ser infrutíferas;

CONSIDERANDO o disposto na SÚMULA 27 deste Regional: "EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. Na execução

contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto ao devedor principal".

CONSIDERANDO que o NCPC/2015, em seu art. 246, V e §2º c/c art. 242, prevê a citação do Ente Público da Administração Direta e Indireta por meio eletrônico;

DECIDO:

I - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão id 5c4f846.

II - Registre-se a executada no BNDT com situação positiva.

III- Atualize-se a dívida.

IV - Após, redirecione-se a execução em desfavor da UNIÃO FEDERAL.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000519-36.2015.5.11.0351

AUTOR	LUIS KEILER MACEDO TANANTA
ADVOGADO	MARIA ADELIA ARAUJO SILVA ALVES(OAB: 5514/AM)
RÉU	H L H CONSTRUCOES LTDA - ME
RÉU	UNIÃO FEDERAL - FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS KEILER MACEDO TANANTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO

CONSIDERANDO a decisão id 89cdd82, dos autos do processo nº **0000712-51.2015.5.11.0351**,

CONSIDERANDO que a parte **UNIÃO FEDERAL** foi condenado subsidiariamente para quitação do quantum deferido na sentença de mérito id. afd6ad2;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Vara inúmeros processos em face dessa mesma empresa devedora e, por conseguinte, sendo de conhecimento deste Juízo que a ora executada principal encontra-se em lugar incerto e não sabido e que todas as execuções tendem a ser infrutíferas;

CONSIDERANDO o disposto na SÚMULA 27 deste Regional: "EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. Na execução contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto ao devedor principal".

CONSIDERANDO que o NCPC/2015, em seu art. 246, V e §2º c/c art. 242, prevê a citação do Ente Público da Administração Direta e Indireta por meio eletrônico;

DECIDO:

I - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão id 7a0d392.

II - Registre-se a executada no BNDT com situação positiva.

III- Atualize-se a dívida.

IV - Após, redirecione-se a execução em desfavor da UNIÃO FEDERAL.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATOrd-0000730-72.2015.5.11.0351

AUTOR	JOSE VALDO APARICIO DOS SANTOS
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	UNIAO FEDERAL
RÉU	H L H CONSTRUCOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE VALDO APARICIO DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

CONSIDERANDO a decisão id 89cdd82, dos autos do processo nº **0000712-51.2015.5.11.0351**,

CONSIDERANDO que a parte **UNIÃO FEDERAL** foi condenado subsidiariamente para quitação do quantum deferido na sentença de mérito id. 7d633de;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Vara inúmeros processos em face dessa mesma empresa devedora e, por conseguinte, sendo de conhecimento deste Juízo que a ora executada principal encontra-se em lugar incerto e não sabido e que todas as execuções tendem a ser infrutíferas;

CONSIDERANDO o disposto na SÚMULA 27 deste Regional: "EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. Na execução contra devedor subsidiário é desnecessário esgotar todos os meios de satisfação do crédito junto ao devedor principal".

CONSIDERANDO que o NCPC/2015, em seu art. 246, V e §2º c/c art. 242, prevê a citação do Ente Público da Administração Direta e Indireta por meio eletrônico;

DECIDO:

I - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão id 39ddb9e.

II - Registre-se a executada no BNDT com situação positiva.

III - Redirecione-se a execução em desfavor da UNIÃO FEDERAL, que deverá ser citado, mediante sistema, para, querendo, opor **IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO** no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC/2015.

IV - Não apresentada a impugnação, encaminhe-se **OFÍCIO REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR (RPV)** ao Presidente do Tribunal, em observância ao §3º do art. 100 da Constituição Federal, Resolução CNJ nº 115/2010 e Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 32/2007, inclusive no que tange as informações necessárias indicadas no art. 9º tais como: número da ação originária; data do ajuizamento da reclamatória; data do trânsito em julgado da decisão exeqüenda; CPF dos beneficiários ou CNPJ do sindicato, na hipótese deste ser substituto processual; nome do ente público executado; nome completo de cada advogado que esteja atuando no processo, bem como inscrição na OAB, nº do CPF e endereço devidamente atualizado; e memorial de cálculos com a data de sua elaboração, para fins de atualização monetária contendo o montante e a natureza dos débitos compensados, e o remanescente a ser pago.

V - Expirado o **prazo de 2 meses**, previsto no art. 535, § 3º, II do CPC/2015, sem o devido pagamento, requisite-se o **SEQUESTRO** do valor total do débito (aplicação analógica do §2º do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c com entendimento constante na OJ nº 1,Tribunal Pleno do TST) ao Setor de Precatórios(art. art. 351 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional)

VI - Efetuado o bloqueio em conta bancária da executada, concede-se a esta, desde já, prazo de 10 dias para, querendo, manifestar-se acerca do sequestro realizado, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015.

VII - No caso de pagamento do RPV ou caso não apresentada manifestação do sequestro, fica a Secretaria da Vara autorizada a expedir as guias para recolhimento dos encargos previdenciários, se for o caso, encaminhando-as para pagamento e, após, expedir alvará a parte autora.

VIII - Havendo manifestação do sequestro, voltem os autos conclusos para apreciação.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000036-74.2013.5.11.0351

AUTOR	DINO CHUNHA RAMIRES
ADVOGADO	JOSIAS DA SILVA MAURICIO(OAB: 3859/AM)
RÉU	CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DINO CHUNHA RAMIRES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Considerando a certidão de id. - 857c9ae que informa da reunião da execução em face da Executada no proc. n.º **0000817-96.2013.5.11.0351** (decisão id. b6e9781);

Considerando que a solução deste processo dependerá dos atos processuais praticados no processo acima citado;

Considerando, ainda, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais, **DETERMINO**:

I - A acumulação do presente processo ao proc. n.º **0000817-96.2013.5.11.0351** de sorte a ser realizada execução única em face desta executada;

II - O sobrestamento deste processo, o qual deverá retornar conclusos quando da quitação integral do débito da Executada ou no caso de frustração de todos os meios legais;

III - A associação dos processos no sistema PJe.

IV - A notificação das partes da presente decisão, através de seus patronos, via DEJT.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Decisão

Processo Nº ATSum-0000035-89.2013.5.11.0351

AUTOR	OSEAS PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	JOSIAS DA SILVA MAURICIO(OAB: 3859/AM)
RÉU	CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- OSEAS PEREIRA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DECISÃO PJe-JT

Considerando a certidão de id. - 857c9ae que informa da reunião da execução em face da Executada no proc. n.º **0000817-96.2013.5.11.0351** (decisão id. b6e9781);

Considerando que a solução deste processo dependerá dos atos processuais praticados no processo acima citado;

Considerando, ainda, que o art. 1ª da Recomendação nº 08/2018/SCR, de 09/04/2018, recomenda que a movimentação com o prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, seja feita apenas no processo "chave", sobrestando os demais, **DETERMINO**:

I - A acumulação do presente processo ao proc. n.º **0000817-96.2013.5.11.0351** de sorte a ser realizada execução única em face desta executada;

II - O sobrestamento deste processo, o qual deverá retornar conclusos quando da quitação integral do débito da Executada ou no caso de frustração de todos os meios legais;

III - A associação dos processos no sistema PJe.

IV - A notificação das partes da presente decisão, através de seus patronos, via DEJT.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000064-66.2018.5.11.0351

AUTOR	GICELIA DAVILA HGOAMAN
ADVOGADO	LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
RÉU	ARMAZEN REGALIA LTDA - ME
ADVOGADO	ERIKA PATRICIA DE LUCENA SILVA(OAB: 5640/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMAZEN REGALIA LTDA - ME
- GICELIA DAVILA HGOAMAN

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

DESPACHO

Converto o valor transferido id 1683bbc em penhora. Intime-se a executada para, no prazo de cinco dias, manifestar-se nos autos, bem como, depositar o saldo remanescente ainda devido, conforme planilha de cálculos idf6d9996, sob pena de prosseguimento da execução.

Decorrido o prazo em branco, certifique-se.

Havendo manifestação, retornem-se os autos conclusos.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

Despacho

Processo Nº ATOrd-0000041-86.2019.5.11.0351

AUTOR	NILSON JACAUNA PINHO
RÉU	R M P ROMERO - EPP
ADVOGADO	JULIANA BRITO DA CRUZ(OAB: 14465/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- R M P ROMERO - EPP

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fundamentação

Despacho

Considerando a petição de id nº b7c027a comprovando a quitação do acordo, arquivem-se os autos.

Assinatura

TABATINGA, 30 de Setembro de 2019

AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS

Juiz(a) do Trabalho Substituto

SUMÁRIO

Gabinete da Presidência 1
Decisão Monocrática 1
Despacho 395
Núcleo de Apoio à Execução 399
Notificação 399

Seção Especializada II 400
Acórdão 400
1ª Turma 412
Acórdão 412
Edital 447
2ª Turma 452
Acórdão 452
Pauta 454
3ª Turma 463
Acórdão 463
Edital 495
Gabinete da Desembargadora Francisca Rita Alencar Albuquerque 527
Notificação 527
Gabinete da Desembargadora Valdenyra Farias Thome 528
Decisão Monocrática 528
Despacho 530
Gabinete do Desembargador Lairto Jose Veloso 531
Despacho 531
Gabinete do Desembargador Jorge Alvaro Marques Guedes 532
Decisão Monocrática 532
Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - Boa Vista 533
Notificação 533
1ª Vara do Trabalho de Manaus 551
Edital 551
Notificação 553
2ª Vara do Trabalho de Manaus 569
Despacho 569
Edital 575
Notificação 586
3ª Vara do Trabalho de Manaus 597
Despacho 597
Edital 597
Notificação 599
4ª Vara do Trabalho de Manaus 612
Edital 612
Notificação 618
Sentença 631
5ª Vara do Trabalho de Manaus 634
Despacho 634
Edital 635
Notificação 645
6ª Vara do Trabalho de Manaus 706
Edital 706
Notificação 710
7ª Vara do Trabalho de Manaus 724
Despacho 724
Edital 726
Notificação 727
8ª Vara do Trabalho de Manaus 742
Edital 742
Notificação 749
9ª Vara do Trabalho de Manaus 843
Edital 843
Notificação 844
10ª Vara do Trabalho de Manaus 859
Notificação 859
11ª Vara do Trabalho de Manaus 900
Edital 900
Notificação 902
12ª Vara do Trabalho de Manaus 907
Despacho 907
Edital 908
Notificação 911
13ª Vara do Trabalho de Manaus 923
Notificação 923
14ª Vara do Trabalho de Manaus 941
Edital 941
Notificação 949
15ª Vara do Trabalho de Manaus 982
Edital 982
Notificação 988
16ª Vara do Trabalho de Manaus 999
Edital 999
Notificação 999
17ª Vara do Trabalho de Manaus 1014
Edital 1014
Notificação 1017
18ª Vara do Trabalho de Manaus 1030
Despacho 1030
Edital 1035
Notificação 1051
19ª Vara do Trabalho de Manaus 1069
Despacho 1069
Edital 1069
Notificação 1078
1ª Vara do Trabalho de Boa Vista 1103
Edital 1103
Notificação 1105
2ª Vara do Trabalho de Boa Vista 1115
Edital 1115
Notificação 1119
3ª Vara do Trabalho de Boa Vista 1120
Notificação 1120
1ª Vara do Trabalho de Tefé 1126
Edital 1126
Notificação 1128
1ª Vara do Trabalho de Coari 1133
Edital 1133
Notificação 1135
1ª Vara do Trabalho de Manacapurú 1137
Edital 1137
Notificação 1137
Sentença 1145
1ª Vara de Trabalho de Parintins 1156
Edital 1156
Notificação 1160
1ª Vara de Trabalho de Lábrea 1168
Edital 1168
Notificação 1169

1ª Vara do Trabalho de Humaitá 1175
Notificação 1175
1ª Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo 1183
Notificação 1183
1ª Vara do Trabalho de Tabatinga 1185
Notificação 1185